



**5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE
PSICOLOGIA COMUNITÁRIA**
5ª Conferencia Internacional de Psicología Comunitaria
5th International Conference of Community Psychology

**Psicologia Comunitária no mundo atual:
desafios, limites e fazeres**

Psicología Comunitaria en el Mundo Actual: desafíos, límites y prácticas
Community Psychology in the Current World: challenges, limits and practices

3 a 6 de setembro de 2014 • 3 a 6 septiembre 2014 • September 3rd to 6th, 2014

FORTALEZA • CEARÁ • BRASIL

Local: UNIFOR - Universidade de Fortaleza

**Anais Eletrônicos da 5ª Conferência
Internacional de Psicologia
Comunitária**

Resúmenes Electronicos de la 5ª Conferencia
Internacional de Psicología Comunitaria

Electronic Abstracts of the 5th International
Conference of Community Psychology

ISBN: 978-85-7485-227-0

REALIZAÇÃO / ORGANIZER / REALIZACIÓN



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



UNIFOR
ENSINANDO E APRENDENDO
www.unifor.br



APOIO / APOYO / SUPPORT



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Luciane Silva das Selvas CRB 3/1022

C748a

Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (5. : 2014 : Fortaleza, CE).

Anais eletrônicos [recurso eletrônico] 5ª Conferência Internacional de psicologia comunitária. Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres, 3 a 6 de setembro de 2014, Fortaleza, CE; organizadores: Veronica Morais Ximenes... [et al.]. – Fortaleza, CE: UFC, UNIFOR, 2014.

967 p.

ISBN: 978-85-7485-227-0

1. Psicologia-Congressos. 2. Psicologia comunitária. I. Bomfim, Zumira, org. II. Leite, Jäder Ferreira, org. III. Moura Júnior, James Ferreira, org. IV. Mélo, Ricardo Pimentel, org. V. Germano, Idilva, org. VI. Sarriera, Jorge, org. VII. Ribeiro, Kelen, org. VIII. Título.

CDD 302

Anais Eletrônicos da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária. Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres.

Copyright 2014

**Comissão Científica da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária
Universidade Federal do Ceará**

Todos os direitos Reservados

Este volume contém os textos revistos pela Comissão Científica da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária e apresentados no evento realizado na Universidade de Fortaleza, em Fortaleza, Ceará, Brasil de 03 a 06 de setembro de 2014. Ximenes, V. M.; Bomfim, Z.A.C.; Leite, J. F. Moura Jr., J. F.; Pimentel, R. M.; Germano, I. M. P.; Sarriera, J.; Ribeiro, K. G. (Organizadores). Anais eletrônicos da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária - Psicologia Comunitária no Mundo Atual: Desafios, Limites e Fazeres. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

Fortaleza, novembro de 2014

5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA
5ª CONFERENCIA INTERNACIONAL DE PSICOLOGÍA COMUNITARIA
5TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMMUNITY PSYCHOLOGY

REALIZAÇÃO

Realización / Organizer

Universidade Federal do Ceará - UFC
Universidade de Fortaleza – Unifor

APOIO

Apoyo / Support

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - **CNPq**
Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - **CAPES**
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico – **FUNCAP**
Society for Community Research and Action - **SCRA**
European Community Psychology Association- **ECPA**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - **UFRGS**
Assembléia Legislativa do Ceará

COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL

Comité Organizador Local / Local Organizing Committee

PRESIDENTA

Presidenta / Chair

Verônica Morais Ximenes - Universidade Federal do Ceará (Brasil)

GRUPO DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO

GT de Comunicación / Communication WG

Alexsandra Maria Sousa Silva (coordenadora – coordinator - coordinadora)
Bruno H. L. Nobre
Aparecida Estanislau
James Ferreira Moura Jr
Alana Alencar
Ana Paula Marques
Carla Evelline de Sousa Camurça
João Paulo Pereira Barros
Sarah Castro
Alexsandra do Nascimento

GRUPO DE TRABALHO DE FINANÇAS

GT de Finanzas / Finance WG

Elívia Camurça Cidade (coordenadora – coordinator - coordinadora)
Antonio Alan Vieira Cardoso
Bárbara Nepomuceno
Cezar Wagner de Lima Góis
Janaina Miranda
Jessica Rodrigues
Tereza Glaucia Matos

GRUPO DE TRABALHO DE INFRA-ESTRUTURA
GT de Infra-estrutura / Infrastructure WG

Lúcia Siebra (coordenadora – coordinator - coordinadora)

Anahissa Pedrosa

Bruna Laise

Camila Rocha

Gabriela Ribeiro

Jáder Leite

Larissa Eufrásio

Lilith Acioly

Mateus Barreto

GRUPO DE TRABALHO CIENTÍFICO

GT Científico/ Scientific WG

Zulmira Bomfim (coordenadora – coordinator - coordinadora)

Camila Fonseca

Jáder Leite

James Moura

Kelen Ribeiro

Idilva Germano

Ricardo Pimentel Mélo

Tatiana Gomes (in memoriam – deceased - falecida)

Verônica Morais Ximenes

GRUPO DE TRABALHO CULTURAL

GT Cultural/ Cultural WG

Lorena Brito (coordenadora – coordinator - coordinadora)

Amanda Setúbal

Carolina Freitas

Flora Chaves

TRADUTORES

Tradutores/ Traslators

Héctor Dominguez Alvarez (Espanhol - Español - Spanish)

Lucas Moura (Inglês - Inglés - English)

COMITÉ CIENTÍFICO INTERNACIONAL Comités Internacionales/ International Committees

Presidente / Chair / Presidente:

Jorge Castellá Sarriera – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Alicia Rodriguez – Universidad de la República (Uruguay – Uruguay)

Bader Burihan Sawaia – Pontificia Universidade Católica de São Paulo (Brasil - Brazil)

Bruna Zani - Università di Bologna viale Europa (Italia - Italy)

Carme Montserrat Boada – Universitat de Girona (Espanha - Spain)

Carolyn Kagan – Manchester Metropolitan University (Inglaterra - Englando)

Cezar Wagner de Lima Góis – Universidade Federal de Ceará (Brasil - Brazil)

Christopher Sonn - Victoria University (Australia)

David Fryer - Australian Institute of Psychology in Brisbane (Australia)

Donata Francescato – Universidad di Roma (Italia - Italy)

Enrique Teófilo Saforcada - Universidad Nacional de Avellaneda (Argentina)

Esther Wiesenfeld - Universidad Central de Venezuela (Venezuela)

Fatima Quintal Freitas – Universidade Federal do Paraná (Brasil - Brazil)

James F. Moura Junior – Universidade de Federal do Rio Grande do Sul (Brasil - Brazil)

Jaime Alfaro Inzuza – Universidad Del Desarrollo (Chile)

Jorge López Martínez - Universidad Autónoma de Madrid (Espanha - Spain)

Leonor M. Cantera – Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha - Spain)

Maria Angela Yunes – Centro Universitário La Salle e

Universidade Federal do Rio Grande/FURG (Brasil - Brazil)

Maria Vargas-Moniz – ISPA University Institute (Portugal)

Maria Isabel Hombrados – Universidad de Málaga (Espanha - Spain)

Mariane Krause - Pontificia Universidad Católica de Chile

Maritza Montero – Universidad Central de Venezuela

Mark Burton – Manchester Metropolitan University (Inglaterra)

Moises Carmona Monferrer - Universidad de Barcelona (Espanha - Spain)

Raquel Guzzo – Pontificia Universidade Católica-Campinas (Brasil - Brazil)

Regina Andrade – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Brasil - Brazil)

Sheila Gonçalves Câmara – Universidade Federal de Ciências da Saúde

de Porto Alegre (Brasil - Brazil)

Zulmira Áurea Cruz Bomfim - Universidade Federal do Ceará (Brasil - Brazil)

COMITÉ CONSULTIVO E DINAMIZADOR INTERNACIONAL Comité Dinamizador Internacional / International Dynamizing Committee

Alipio Sánchez Vidal – Universidad de Barcelona (Espanha - Spain)

Caterina Arcidiacono – Associação Europeia de Psicologia Comunitária

University Federico II (Italia - Italy)

Eduardo Almeida – Universidad Iberoamericana (Mexico)

Fabrizio Balcazar – University of Illinois at Chicago (USA)

Ferran Casas – Universitat de Girona (Espanha - Spain)

Irma Serrano-Garcia – Universidad de Puerto Rico

José Ornelas – Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal)

Maria Inés Winkler Müller – Pontificia Universidad Católica de Chile

Ricardo Garcia-Mira – Universidad A Coruña, Espanha - Spain

Serdar Degirmencioglu – Cumhuriyet University, Department of Psychology, Sivas

Thomas Saias – Université du Québec à Montréal (UQAM, Canada)

COMISSÃO DE PARECERISTAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS
Comisión de evaluadores nacionales e internacionales / Commission of
national and international evaluators

Alicia Rodriguez
Aline Maria Barbosa Domício
Aluisio Ferreira de Lima
Ana Karenina Arraes
Ana Luisa Teixeira de Menezes
Ana Paula Soares da Silva
Bader Burihan Sawaia
Benedito Medrado
Bruna Zani
Camila Bolzan de Campos
Candida Maria Bezerra Dantas
Carme Montserrat Boada
Carolyn Kagan
Daniel Viana Abs da Cruz
David Perez Jimenez
Donata Francescato
Enrique Teófilo Saforcada
Esther Winsenfeld
Eveline Favero
Fernando Altair Pocañy
Fernando Lacerda Júnior
Fernando Pablo Landini
Flávia Helena Miranda de Araújo Freire
Héctor Berroeta Torres
Idilva Maria Pires Germano
Jáder Ferreira Leite
Jaime Alfaro
James Ferreira Moura Jr.
João Paulo Pereira Barros
João Paulo Sales de Macedo
Jorge Castellá Sarriera
Jorge López Martínez
Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca
Kelen Gomes Ribeiro

Larissa Brito Feitosa
Leonor M. Cantera
Lúcia Maria Ozório Barroso
Luciana Maria Maia Viana
Márcia Skibick Araujo
Marcos Vieira Silva
Maria Angela Yunes
Maria de Fátima Quintal de Freitas
Maria Ines Winkler
Mariane Krause
María-Teresita Castillo
Maristela de Melo Moraes
Maritza Montero
Mark Burton
Moises Carmona Monferrer
Normanda Araujo de Moraes
Omar Alejandro Bravo
Raquel Guzzo
Regina Andrade
Regina Andrade
Ricardo Garcia Mira
Ricardo Pimentel Mélló
Roberta Carvalho Romagnoli
Ruben David Fernández Carrasco
Sheila Gonçalves Câmara
Tania Maria De Freitas Barros Maciel
Telmo Mota Ronzani
Thelma Maria Grisi Velôso
Valeria González Cowes
Vanessa Louise Batista
Veriana De Fátima Rodrigues Colaço
Verônica Moraes Ximenes
Zulmira Áurea Cruz Bomfim

**COORDENAÇÃO DOS ANAIS ELETRÔNICOS DA 5ª CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA**

**Coordinación del Libro de Resúmenes Electronicos de la 5ª Conferencia
Internacional de Psicología Comunitaria**

**Committee of Electronic Abstracts of the Internation Conference of
Community Psychology**

Veronica Morais Ximenes
Zulmira Bomfim
Jáder Ferreira Leite
James Ferreira Moura Jr
Ricardo Pimentel Mélo
Idilva Germano
Jorge Sarriera
Kelen Ribeiro

EDIÇÃO

Edición / Editing

Universidade Federal do Ceará

DIAGRAMAÇÃO

Diagramación / Layout

Marcus Zorbis

CAPA

Cubierta / Layer

Sergio Melo

**5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA
5th International Conference on Community Psychology 5ª Conferencia
Internacional de Psicología Comunitaria**

Universidade Federal do Ceará - UFC
Universidade de Fortaleza - UNIFOR
Fortaleza, Ceará, Brasil.

<http://www.5cipc2014.org/>

**ANAIS DA 5^A CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA
COMUNITÁRIA**

**Resúmenes de la 5^a Conferencia Internacional
de Psicología Comunitaria**

**Abstracts of the 5th International Conference
of Community Psychology**

SUMÁRIO

RESUMENES • ABSTRACT

- 11** **1. APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DO EVENTO**
PRESENTACIÓN Y ESTRUCTURA DEL EVENTO • RESENTATION
AND STRUCTURE OF THE EVENT
- 17** **2. PROPOSIÇÕES DA V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE
PSICOLOGIA COMUNITÁRIA**
PROPUESTAS DE LA 5ª CONFERENCIA INTERNACIONAL DE
PSICOLOGÍA COMUNITÁRIA • PROPOSALS FROM THE 5TH
INTERNATIONAL COMMUNITY PSYCHOLOGY CONFERENCE
- 24** **3. REUNIÕES MULTILATERAIS**
ENCUENTROS MULTILATERALES • MULTILATERAL MEETINGS
- 4. RESUMOS POR EIXOS TEMÁTICOS**
RESUMENES • ABSTRACTS
- 38** **4.1. EIXO POLÍTICAS PÚBLICAS**
EJE POLÍTICAS PÚBLICAS • PUBLIC POLICY AXIS
- 39** **Simposio**
Simposio • Symposium
- 65** **Mini-Curso**
Mini-Cursos • Mini-Courses
- 68** **Mesa Redonda**
Mesas Redondas • Roundtable
- 162** **Comunicação Oral**
Comunicaciones Orales • Oral Communication
- 325** **Poster Eletrônico**
Posteres Eletrônicos • Eletronic Poster
- 350** **4.2. EIXO ACADÊMICO-FORMAÇÃO**
EJE ACADÉMICO-FORMACIÓN • ACADEMIC AXIS
- 351** **Simposio**
Simposio • Symposium
- 379** **Mini-Curso**
Mini-Cursos • Mini-Courses
- 386** **Mesa Redonda**
Mesas Redondas • Roundtable
- 460** **Comunicação Oral**
Comunicaciones Orales • Oral Communication
- 602** **Poster Eletrônico**
Posteres Eletrônicos • Eletronic Poster
- 637** **4.3. EIXO PROFISSÃO**
EJE PROFESIÓN • OCCUPATION AXIS
- 638** **Simposio**
Simposio • Symposium
- 650** **Mini-Curso**
Mini-Cursos • Mini-Courses
- 653** **Mesa Redonda**
Mesas Redondas • Roundtable

- 664** **Comunicação Oral**
Comunicaciones Orales • Oral Communication
- 749** **Poster Eletrônico**
Posteres Eletrônicos • Electronic Poster
- 755** **4.4. EIXO MOVIMENTOS SOCIAIS**
EJE MOVIMIENTOS SOCIALES • SOCIAL MOVEMENTS AXIS
- 756** **Simposio**
Simposio • Symposium
- 774** **Mini-Curso**
Mini-Curso • Mini-Courses
- 775** **Mesa Redonda**
Mesas Redondas • Roundtable
- 790** **Comunicação Oral**
Comunicaciones Orales • Oral Communication
- 815** **Poster Eletrônico**
Posteres Eletrônicos • Electronic Poster
- 824** **4.5. EIXO ETICA NA DIMENSÃO PLANETÁRIA E EM DEFESA DA VIDA**
EJE ÉTICA EN LA DIMENSIÓN PLANETARIA Y EN DEFENSA DE LA VIDA
ETHICS IN GLOBAL DIMENSION AND IN LIFE'S DEFENSE AXIS
- 825** **Simposio**
Simposio • Symposium
- 858** **Mini-Curso**
Mini-Cursos • Mini-Courses
- 864** **Mesa Redonda**
Mesas Redondas • Roundtable
- 898** **Comunicação Oral**
Comunicaciones Orales • Oral Communication
- 956** **Poster Eletrônico**
Posteres Eletrônicos • Electronic Poster

APRESENTAÇÃO
Presentación
Presentation

1

Apresentação

A 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (CIPC), com o tema “**Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres**”, teve como objetivo geral: analisar a Psicologia Comunitária no mundo atual a partir de seus desafios limites e fazeres. Os objetivos específicos foram:

- Fortalecer a área da Psicologia Comunitária no âmbito internacional, como ciência e profissão comprometidas com a transformação da realidade social;
- Fortalecer a práxis da Psicologia Comunitária na América Latina a partir dos problemas e das potencialidades da realidade social
- Favorecer o intercâmbio das estratégias desenvolvidas nos projetos e pesquisas da Psicologia Comunitária nas diferentes Universidades, Centros Universitários, Sociedade Civil e Estado;
- Integrar as realidades dos países a partir dos âmbitos social, político, econômico e cultural;
- Sensibilizar a comunidade científica, governos e movimentos sociais acerca da necessidade de se fomentar o intercâmbio sociocomunitário a partir da solidariedade, tolerância e compromisso com atitudes libertadoras;
- Promover a interlocução entre a academia, os movimentos sociais, as ONG's, os grupos de direitos humanos, as pastorais, as políticas públicas e sociais;
- Construir a Carta de Fortaleza com princípios, diretrizes e estratégias para as ações da Psicologia Comunitária para os próximos dois anos.

Com isso, buscamos olhar para uma identidade da Psicologia Comunitária que, ao longo de 50 anos, vem se construindo com grande esforço e muitas controvérsias e dilemas. O que podemos chamar de Psicologia Comunitária? Ou poderíamos falar de várias Psicologias Comunitárias? Quando falamos de comunidade, estamos falando de quê? Quais são as bases epistemológicas, metodológicas e teóricas que utilizamos? Visto dessa perspectiva, é possível falar de uma Psicologia Comunitária no mundo atual, capaz de lidar com os desafios, aceitar seus limites e reconhecer em seus fazeres uma prática evidentemente de Psicologia Comunitária? Para isso é central olhar os problemas humanos em uma comunidade e avaliar como esta pode compreender e lidar com seus próprios problemas humanos, certamente em um processo que é comunitário e social.

O público participante são professores, estudantes, profissionais, integrantes dos movimentos sociais e do terceiro setor, moradores das comunidades e pessoas interessadas na temática da Psicologia Comunitária.

Presentación

La 5ª Conferencia Internacional de Psicología Comunitaria (CIPC), con el título **“Psicología Comunitaria en el mundo actual: desafíos, límites y acciones”** pretende crear espacios de problematización y de reflexión sobre los caminos recorridos por la Psicología Comunitaria en estos últimos años, sabiéndose que las transformaciones globales, sociales, económicas, ambientales y políticas afectaron profundamente su teorización y praxis.

La conferencia tuvo como objetivo general: Analizar la Psicología Comunitaria en el mundo actual a partir de sus desafíos, límites y acciones. Los objetivos específicos fueron:

- Fortalecer el área de la Psicología Comunitaria en el ámbito internacional, como ciencia y profesión comprometidas con la transformación de la realidad social.
- Fortalecer la praxis de la Psicología Comunitaria en América Latina a partir de los problemas y de las potencialidades de la realidad social.
- Favorecer el intercambio de las estrategias desarrolladas en los proyectos e investigaciones de la Psicología Comunitaria en las diferentes Universidades, Centros Universitarios, Sociedad Civil y Estado.
- Integrar las realidades de los países a partir de los ámbitos social, político, económico y cultural;
- Sensibilizar a la comunidad científica, gobiernos y movimientos sociales acerca de la necesidad de fomentar el intercambio socio-comunitario a partir de la solidaridad, tolerancia y compromiso con actitudes libertadoras.
- Promover a interlocución entre la academia, los movimientos sociales, las ONG, los grupos de derechos humanos, la pastoral, las políticas públicas y sociales.
- Construir la Carta de Fortaleza con principios, directrices y estrategias para las acciones de la Psicología Comunitaria para los próximos dos años.

Con eso, tratamos de buscar una identidad de la Psicología Comunitaria que, a lo largo de 50 años, se viene construyendo con gran esfuerzo, muchas controversias y dilemas. ¿A qué podemos llamar Psicología Comunitaria?; o, ¿podríamos hablar de varias Psicologías Comunitarias?; cuando hablamos de comunidad, ¿estamos hablando de qué?; ¿cuáles son las bases epistemológicas, metodológicas y teóricas que utilizamos?; Visto desde esa perspectiva, ¿es posible hablar de una Psicología Comunitaria en el mundo actual, capaz de hacer frente a los retos, aceptar sus límites y reconocer en sus acciones una práctica evidente de Psicología Comunitaria? Para eso es fundamental buscar los problemas humanos en una comunidad y como esta puede comprender y lidiar con sus propios problemas humanos, ciertamente en un proceso que es comunitario y social.

Esos espacios de discusiones favorecen y contribuyen con la producción científica en Psicología Comunitaria, a fortalecer una praxis contextualizada a los problemas que persisten en el mundo actual: ¿cómo está nuestra realidad hoy?; ¿qué concepciones teóricas y prácticas envuelven su praxis?; ¿cuál es de hecho su objeto, o su objetivo y su método?; ¿cuáles son los espacios de

construcción de esta praxis libertadora?; ¿cómo la globalización y los nuevos procesos sociales, económicos y ambientales pueden afectar a la formación y a la praxis del psicólogo comunitario?; ¿Existe lugar para los movimientos sociales hoy?; ¿Cuál es la relación de la Psicología Comunitaria con los problemas ambientales, ecológicos y planetarios?; ¿de qué modo la Psicología Comunitaria puede contribuir para pensar en algunos de los mayores problemas de la humanidad en el siglo XXI, como la extrema pobreza, la manipulación mediática (desinformación, distorsiones, incentivo a la cultura del miedo) y las guerras y sus daños a la humanidad?

Estas preguntas están presentes en los ejes estructurales del tema propuesto para la 5ª Conferencia y que serán fundamentales para una comprensión de la Psicología Comunitaria en el mundo actual.

El público participante son profesores, estudiantes, profesionales, integrantes de los movimientos sociales y del tercer sector residentes de las comunidades y personas interesadas en la temática de la Psicología Comunitaria.

Presentation

The 5th International Conference of Community Psychology (CIPC), with the theme “**Community Psychology in the current world: challenges, limits and practices.**” It aims to create spaces for questioning and reflection on the paths of Community Psychology in recent years. It’s known that the global, social, economic, environmental and politics transformations have deeply affected its theorizing and praxis.

The conference had the main purpose of analyzing the Community Psychology in the current world today from its limits, challenges and practices. The specifics were:

- Strengthen the field of Community Psychology internationally as a science and profession committed to the social reality transformation.
- Strengthen the practice of Community Psychology in Latin America from the problems and the potential of the social reality.
- Promote the exchange of strategies developed in the researches, Community Psychology researchers and projects at different Universities, Universities Centers, Civil Society and State.
- Integrate the countries realities from the social, political, economic and cultural areas.
- Influence the scientific community, governments and social movements on the need to motivate the social community exchange from the solidarity, tolerance and commitment attitudes liberating.
- Promoting dialogue between academy, social movements, NGOs, Humans Rights Groups, the Church Movements, social and public policy.
- Build the home of Fortaleza with principles, guidelines and strategies for the actions of Community Psychology for the next two years.

With this strategies, we seek to look for a Community Psychology identity that over 50 years, has been built with great effort and many controversies and dilemmas. What we call Community Psychology? Or could we talk about several Communities Psychologies? When we talk about community what are we talking about? What are the epistemological, methodological and theoretical bases used? If we look from its perspective, is it possible to talk about a Community psychology in our current world? Is it able to deal with the current world challenges, accept the Community Psychology limits and recognize in its doing a practice of Community Psychology? For this it is very important to look at the human problems in a community, and how this community can understand and deal with its problems, certainly in a process that is community and social.

These spaces to foster discussions biased toward and contribute to the scientific literature in Community Psychology, in order to strengthen a praxis contextualized with the issues that persist in the world today: How is our reality today? What are the theoretical concepts that involve praxis? What is in fact its subject, its goal and its method? What are the built spaces of this liberating praxis? How the globalization and the social, economic and environmental new process may affect the formation and praxis of Community Psychologist? Is there a place for the social movements today? What is the relationship between

the Community Psychology and the environmental, ecological and planetary problems? How Community Psychology can help to think about some of the biggest problems facing the humanity in the XXI century, such as extreme poverty, media manipulation (lack of information, distortions, the culture of fear encouragement) and the wars and their damages to humanity?

These questions are present in the structural axes of the proposed theme for the 5th Conference and will be fundamental to an understanding of Community Psychology in the current world.

The participating audiences are professors, students, professionals, members of social movements and the third sector, community residents and people interested in the subject of Community Psychology.

**PROPOSIÇÕES DA V CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA
COMUNITÁRIA**

**PROPUESTAS DE LA 5ª CONFERENCIA
INTERNACIONAL DE PSICOLOGÍA
COMUNITÁRIA**

**PROPOSALS FROM THE 5TH
INTERNATIONAL COMMUNITY
PSYCHOLOGY CONFERENCE**

2

PROPOSIÇÕES DA V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

FORTALEZA/CE, 03 A 06 DE SETEMBRO DE 2014

A 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária ocorreu entre os dias 3 e 6 de setembro de 2014 na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. Teve com um dos seus objetivos a elaboração de proposições que possam embasar as prioridades da Psicologia Comunitária nos próximos dois anos. As proposições aqui elencadas estão reunidas a partir dos eixos norteadores das discussões ocorridas nos Simpósios Convidados e Rodas de Diálogos. São eles: Acadêmico/Formação, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Profissão e Ética na dimensão planetária e em defesa da vida.

- Sobre o eixo **Acadêmico/Formação** foi apontado a necessidade de consolidar a Psicologia Comunitária como disciplina obrigatória na formação em Psicologia. Ainda sobre a formação das estruturas curriculares, foi apontada a urgência de inserir temáticas vinculadas aos grandes problemas sociais presentes nos conteúdos programáticos das disciplinas de Psicologia Comunitária a partir de um olhar voltado para a complexidade e transdisciplinaridade. Valorizar também a fusão do saber popular com o conhecimento científico, priorizar o ensino da Psicologia Comunitária pautado nos princípios da criticidade, da ética, da justiça e do compromisso social foram também questões vinculadas a esse eixo.
- Sobre o eixo **Políticas Públicas**, foi evidenciado a necessidade de inserção de maiores debates na formação do Psicólogo Comunitário, destacando-se a necessidade de consolidar o espaço desta área nas políticas públicas. Para isto deve-se refletir constantemente sobre a possível cristalização/engessamento da função, entendendo essa atuação como um processo colaborativo e participativo. Também se deve criar mecanismos para a avaliação das intervenções desenvolvidas nessas políticas públicas, analisando os impactos nas populações atendidas de acordo com o contexto. A institucionalização da profissão do psicólogo comunitário como meio de potencializar a transformação social foi apontada, ao mesmo tempo em que não se pode aceitar a precarização do trabalho deste profissional em seus vários setores de atuação, pois há uma marginalização do trabalho desse profissional desde questões salariais até aquelas vinculadas à prática. Também se observa a necessidade de atuar de forma a dialogar com outras bases epistemológicas.
- No eixo **Movimentos Sociais**, pautou-se a necessidade da Psicologia Comunitária atuar em colaboração com os movimentos sociais em uma postura colaborativa. Não se pode tratar os movimentos sociais somente como objetos de investigação, mas como produtores de conhecimento e de mudança social. Concebe-se a necessidade de criação de mais espaços de divulgação de experiências de atuação da Psicologia Comunitária junto com os movimentos sociais. Também deve-se refletir sobre a relação entre militância e prática da Psicologia Comunitária, considerando a sua dimensão ética e política.
- O eixo **Profissão** perpassou todos os outros por ser aquele que congrega as bases teóricas metodológicas e práticas. O debate gerou em torno do caráter

ideológico presente nas práticas profissionais de uma psicologia dominante que deve ser superada pelo(a) psicólogo(a) comunitário(a) que deve se perguntar a cada instante: A quem estou servindo? Para isto é necessário se posicionar de maneira a reestruturar a universidade, pensando em uma revisão dos cursos de graduação onde o compromisso social possa estar presente. A concepção da universidade como uma comunidade pode também favorecer às práticas igualitárias. O diálogo com o saber transdisciplinar pode ser um caminho para superar individualismo próprio da prática psicológica, onde o(a) psicólogo(a) comunitário(a) possa se abrir para as várias dimensões cotidianas de sua prática profissional desde as de caráter político, cultural, econômico, ambiental, social até as consideradas mais subjetivas e psicossociais.

- A participação dos psicólogos comunitários deve ser entendida como uma questão ética. O eixo **Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida** deve evidenciar o vínculo e a afetividade ao desenvolver ações em Psicologia Comunitária. Também, deve-se desenvolver práticas em perspectivas colaborativas, participativas, dialógicas e críticas com agentes locais em prol do desenvolvimento de sociedades mais justas. Observa-se o desenvolvimento de posturas éticas na realização de processos de inserção comunitária a partir de posturas etnográficas e vivenciais, respeitando os modos de vida local. Neste eixo, as discussões geraram questionamentos em torno da postura pessoal, profissional, teórica e ética do(a) psicólogo(a) comunitário(a). Para quem serve este conhecimento psicológico e como ele pode conectar com a vida, a afetividade e a racionalidade? Como as guerras estão hoje financiando o trabalho do(a) psicólogo(a) comunitário(a)? Nos aportes apontados e debates ficou presente a atualidade da categoria consciência, principalmente por seu caráter político e processual. A complexidade do conceito hoje aporta questões processuais, metodológicas, simbólicas e biológicas.

Todas estas proposições trazem a tona o tema da 5 CIPC "**Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres**" como possíveis trilhas orientadoras sobre o pensar, sentir e agir do(a) psicólogo(a) comunitário. Esperamos que estas proposições possam continuar reverberando até a próxima Conferência Internacional na **África do Sul em 2016**, gerando novos questionamentos para a construção de um saber novo e comprometido com a emancipação humana e a vida no planeta.

PROPUESTAS DE LA 5ª CONFERENCIA INTERNACIONAL DE PSICOLOGÍA COMUNITARIA

FORTALEZA/CE, 03 A 06 DE SEPTIEMBRE DE 2014.

La 5ª Conferencia Internacional de Psicología Comunitaria tuvo lugar entre los días 3 y 6 de septiembre de 2014 en la ciudad de Fortaleza, Ceará, Brasil. Tuvo como uno de sus objetivos la elaboración de proposiciones que pueden apoyar las prioridades de la Psicología Comunitaria en los próximos dos años. Las proposiciones señaladas aquí están reunidas a partir de los ejes guía de las discusiones que tuvieron lugar en los Simposios Invitados y en las mesas redondas de la 5ªCIPC. Son ellos: Académico/Formación; Políticas Públicas; Movimientos Sociales; Profesión y Ética en la dimensión planetaria y en defensa de la vida.

- Sobre el eje **Académico/Formación** fue apuntada la necesidad de consolidar la Psicología Comunitaria como disciplina obligatoria en la formación en Psicología. Aun sobre la formación de las estructuras curriculares, fue apuntada la urgencia de introducir temáticas vinculadas a los grandes problemas sociales presentes en los contenidos programáticos de las disciplinas de Psicología Comunitaria desde una mirada hacia la complejidad y transdisciplinariedad. Valorizar también la fusión del saber popular con el conocimiento científico, priorizar la enseñanza de la Psicología Comunitaria guiada por los principios de la crítica, de la ética, de la justicia y del compromiso social como cuestiones vinculadas a ese eje.
- Sobre el eje **Políticas Públicas**, fue evidenciada la necesidad de inserción de mayores debates en la formación del Psicólogo Comunitario, destacándose la necesidad de consolidar el espacio de esta área en las políticas públicas. Para esto se debe reflexionar constantemente sobre la posible cristalización/consolidación de la función, entendiendo esa actuación como un proceso colaborativo y participativo. También se deben crear mecanismos para la evaluación de las intervenciones desarrolladas en esas políticas públicas, analizando los impactos en la población atendida de acuerdo con el contexto. La institucionalización de la profesión del/de la psicólogo/a comunitario/a como medio de potencializar la transformación social fue apuntada, al mismo tiempo en que no se puede aceptar la precarización del trabajo de este profesional en sus varios sectores de actuación, pues hay una marginalización del trabajo de ese profesional desde cuestiones salariales hasta aquellas vinculadas a la práctica. También se observa la necesidad de actuar dialogando con otras bases epistemológicas.
- En el eje **Movimientos Sociales**, se constató la necesidad de que la Psicología comunitaria actúe en colaboración con los movimientos sociales en una posición colaborativa. No se puede tratar a los movimientos sociales solo como objetos de investigación, como productores de conocimiento y de cambio social. Se concibe la necesidad de creación de más espacios de divulgación de experiencias de actuación de la Psicología Comunitaria junto con los movimientos sociales. También se debe reflejar la relación entre militancia y práctica de la Psicología Comunitaria, considerando su dimensión ética y política.
- El eje **Profesión** impregnó a todos los otros por ser aquel que congrega las

bases teóricas metodológicas y prácticas. El debate se generó en torno del carácter ideológico presente en las prácticas profesionales de una psicología dominante que debe ser superada por el/la psicólogo/a comunitario/a que se debe preguntar a cada instante: ¿A quién estoy sirviendo? Para esto es necesario posicionarse de cara a reestructurar la Universidad, pensando en una revisión de los cursos de graduación donde el compromiso social pueda estar presente. La concepción de la universidad como una comunidad puede también favorecer las prácticas igualitarias. El diálogo con el saber transdisciplinar puede ser un camino para superar el individualismo propio de la práctica psicológica, donde el/la psicólogo/a comunitario/a se pueda abrir para las varias dimensiones cotidianas de su práctica profesional desde las de carácter político, cultural, económico, ambiental, social hasta las consideradas más subjetivas y psicosociales.

- La participación de los psicólogos comunitarios debe ser entendida como una cuestión ética. **El eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida** debe evidenciar el vínculo y la afectividad al desarrollar acciones en Psicología Comunitaria. También, se deben desarrollar prácticas en perspectivas colaborativas, participativas, de diálogo y críticas con agentes locales para el desarrollo de sociedades más justas. Se observa el desarrollo de posturas éticas en la realización de procesos de inserción comunitaria a partir de posturas etnográficas y vivencias, respetando los modos de vida local. En este eje las discusiones generan preguntas en torno de la postura personal, profesional, teórica y ética del/de la psicólogo/a comunitario/a. ¿Para quien sirve este conocimiento psicológico y cómo el puede conectar con la vida, la afectividad y la racionalidad? ¿Cómo las guerras están hoy financiando el trabajo del/de la psicólogo/a comunitario/a? En las contribuciones mencionadas y debates, quedó presente la actualidad de la categoría consciencia, principalmente por su carácter político y procesal. La complejidad del concepto hoy aporta cuestiones procesales, metodológicas, simbólicas y biológicas.

Todas estas proposiciones traen a primer plano el tema de la 5ª CIPC **“Psicología Comunitaria en el mundo actual: desafíos, límites y prácticas”**. Como posibles senderos orientadores del pensar, sentir y actos del psicólogo comunitario. Esperamos que estas propuestas puedan continuar reverberando hasta la 6ª CIPC en **2016 en África del Sur**, generando nuevos cuestionamientos para la construcción de un saber nuevo y comprometido con la emancipación humana y la vida en el planeta.

PROPOSALS FROM THE 5TH INTERNATIONAL COMMUNITY PSYCHOLOGY CONFERENCE

FORTALEZA/CE, 3rd-6th OF SEPTEMBER, 2014.

The 5th International Community Psychology Conference took place in the period of September 3rd-6th, 2014, in the city of Fortaleza, Ceará, Brazil. It had as goals the creation of proposals which would base the priorities of the Community Psychology for the next two years. The proposals here presented were gathered from the orientation axis of the discussions occurred during the Guest Symposia and Dialogue Circles. They are: Academic/Formation, Public Policies, Social Movements, Profession and Ethics in a planetary dimension and in defense of life.

- Over the **Academic/Formation** axis, it was appointed that there is a need to consolidate Community Psychology as a mandatory class during the study of Psychology. Still about the creation of curriculum structures, it has been said that there is an urgency to insert themes linked to great current social problems in the course syllabus of the Community Psychology classes through the lenses of complexity and transdisciplinarity. To value also the merger of popular and scientific knowledge, prioritizing the teaching of Community Psychology based on principles that are critical, ethical, just, and socially committed.
- Over the **Public Policies** axis, it has been brought to light that there is a need to add greater debates in the formation of the Community Psychologist, highlighting the need to consolidate space on this area in public policies. To this end, one must constantly reflect about a possible crystallization/hardening of this function, understanding this performance as a collaborative and participatory process. Also, there is a need for the creation of mechanisms to evaluate the interventions developed on these public policies, analyzing the impacts on populations served by these policies according to the context. The institutionalization of the community psychologist profession as means to potentialize the social transformation was appointed, at the same time that one cannot accept the precarious work conditions of this professional in its many work fields, because there is a marginalization of this professional's work from wage matters until those connected to the practice. We can also observe the need to act in a way to dialogue with other epistemological basis.
- On the **Social Movements** axis, it was based on the need of the Community Psychology practice in collaboration with the social movements. We can't deal with social movements as mere objects of observation, but as producers of knowledge and social change. A need has been conceived to create more spaces to share practice experiences of Community Psychology with the social movements. There must also be a reflection about the relationship between Community Psychology's militancy and practice, considering its ethical and political dimension.
- The **Profession** axis went through all the others for being the one that gather the theoretical, methodological and practical basis. The debate centered on the ideological character present in professional practices of a dominant psychology which must be overcome by the community psychologists that

must, at all moments, ask themselves: To whom am I serving? To achieve this, it is necessary to take a stand restructuring the university, thinking of a review of the undergraduate courses where the social commitment can be present. The concept of university as a community can also favor egalitarian practices. The dialogue with the transdisciplinary knowledge can be a path to overcome the psychology practice's own individuality, whereas the community psychologist can open up to many everyday dimensions of their practice, from the ones with political, cultural, economic, environmental and social character until the ones considered more subjective and psycho-social.

- The participation of the community psychologists must be understood as an ethical matter. The **Ethics in Planetary Dimension and in Defense of Life** axis must evidence the bond and the affection by developing actions in Community Psychology. Also, it must develop practices in collaborative, participatory, dialogue and critical perspectives with local agents towards the development of more fair societies. The development of more ethical positions can be observed on the processes of community insertion from ethnographic and experiential positions, respecting the local ways of life. In this axis, the discussions generated questions about the personal, professional, theoretical and ethical positions of the community psychologist. To whom this psychological knowledge serves? And how can it connect with life, affection and rationality? How are today's wars financing the community psychologist's work? On the basis discussed and the debates, the current state of the consciousness category has become present, mainly for its political and process character. Today, the complexity of the concept bases process, methodological, symbolical and biological questions.

All these proposals bring to light the theme of the 5th ICPC **Community Psychology in the current world: challenges, limits and practices**" as possible paths guiding the thinking, the feeling and the acting of the community psychologist. We hope these proposals can continue to reverberate until the next International Conference in **South Africa, in 2016**, generating new questions to build a new and committed understanding with the human emancipation and life on the planet.

REUNIÕES MULTILATERAIS

Encuentros Multilaterales

Multilateral Meetings

3

3.1. Resumo da Reunião dos Grupos de Trabalho de Psicologia Comunitária, de Psicologia da Pobreza e de Psicologia Ambiental da SIP, de Psicologia Comunitária e de Saúde Comunitária da ANPEPP, bem como, demais membros interessados.

03 de setembro de 2014

Coordenação: Jorge Sarriera (UFRGS – Brasil)

Coordena a reunião o Prof. Jorge C. Sarriera UFRGS (Brasil) explicando o objetivo de reunir os grupos: fortalecer a Psicologia Comunitária na região e verificar indícios de futuras Associações e Sociedades de Psicologia Comunitária, quer por país ou região, como existem na Europa e na América do Norte. Colegas do Chile dizem que depois de vários anos de tentativas já estão para iniciar a Sociedade Chilena de Psicologia Comunitária, que terá como característica, ser aberta a diferentes profissionais. Não se denominará estritamente científico para facilitar a chegada de trabalhos e pessoas. Será um instrumento para representar Psicólogos Comunitários chilenos junto a órgãos do governo para ajudar nas políticas públicas e estar presente nelas, ser uma fonte de educação e formação na área. Diante das dúvidas sobre os recursos materiais para manter uma Sociedade, sobre o processo histórico que representa a evolução e sobre os recursos humanos necessários, foram expostas as experiências de formação de outras Sociedades, necessidade de ter um número básico, embora não existam muitos inscritos. Se comenta que há tempos que cada país tem sonhado com esta possibilidade. Especialmente no Brasil, com a sequência de GT de Psicologia Comunitária da ANPEPP, e parece que agora há um momento adequado para levar adiante esta possibilidade. Vários indicadores mostram a possibilidade de formação dessas sociedades: aumento do interesse na área; maiores vínculos entre pesquisadores e profissionais; produções científicas com casos da área cada vez maiores (revista SIP, livros com coautoria internacional; caso de outras revistas em produção ...); falta de conhecimento da população e profissionais do papel de Psicólogo Comunitário em Políticas Públicas e em outras instâncias. A experiência da Rede Latino-Americana de Formação e Ética em Psicologia Comunitária é um exemplo do momento que vive a Psicologia Comunitária em nossos países, partindo de um tema tão específico, como o estudo da Ética na Formação. Outros projetos sobre a pobreza e outras áreas da Psicologia Comunitária podem aparecer e operar suas redes para atingir seus objetivos. A relação da psicologia comunitária com a psicologia ambiental é uma possibilidade desta rede de atuação. Entendemos que essas redes podem aderir-se a uma futura Sociedade na dimensão de investigação e formação. Não devemos perder de vista a ênfase por local, que sempre foi o norte da Psicologia Comunitária, a própria comunidade, suas crenças, cultura e necessidades. Ela é o centro motivador do nosso trabalho. Mas isso não inviabiliza o olhar regional e as possibilidades de apoio que podemos ter dos profissionais e pesquisadores, quer no campo dos contatos políticos os movimentos sociais e ambientais, ou nas propostas de formação, produção científica, interdisciplinaridade, etc. Uma página na internet é proposta para a criação de uma sala de diálogo e reflexão sobre a construção de Sociedades por países e/ou latino-americanos, bem como o nome do Prof. Jaime Alfaro Inzunza do Chile para a coordenação.

3.1. Resumen de la reunión de los Grupos de Trabajo de la Psicología Comunitaria, de la Psicología de la Pobreza e de la Psicología Ambiental de la SIP, de la Psicología Comunitaria y de Salud Comunitaria de la ANPEPP y demás miembros interesados

03 de setiembre de 2014.

Coordinación: Jorge Sarriera (UFRGS – Brasil)

Coordina la reunión el prof. Jorge C. Sarriera de la UFRGS (Brasil) y explicita el objetivo de reunir los grupos: cómo fortalecer la Psicología Comunitaria en la región y si hay indicios de futuras Asociaciones o Sociedades de Psicología Comunitaria, sea por país o por región, como ya existen en Europa y América del Norte. Los colegas de Chile comentan que después de varios años de tentativas ya están por iniciar la Sociedad Chilena de Psicología Comunitaria, que tendrá como característica ser abierta a diferentes profesionales, no denominarla estrictamente científica para facilitar la llegada de trabajos y personas, ser un instrumento que represente a los psicólogos y psicólogas comunitario/as chileno/as junto a las instancias gubernamentales para auxiliar en políticas públicas y estar presente en las mismas, ser una fuente de formación y capacitación en el área. Delante de las dudas sobre los recursos materiales para mantener una sociedad, sobre el proceso histórico que represente esa evolución y sobre los recursos humanos necesarios, fueron expuestas experiencias de formación de otras sociedades, necesidad de contar con un número básico, aunque no sea muy grande de inscritos. Se comenta que hace tiempo que cada país ha venido soñando con esta posibilidad, especialmente en el Brasil con la secuencia del GT de Psicología Comunitaria de la ANPEPP y que parece ahora hay un momento propicio para llevar adelante esta posibilidad. Varios indicadores muestran la posibilidad de creación de estas sociedades: aumento del interés por el área; mayores vínculos entre los investigadores y profesionales; producción científica con monográficos del área cada vez mayor: (revista de la SIP, libros con co-autorías internacionales; monográficos de otras revistas en producción, etc.); falta de conocimiento por la población y profesionales del papel del Psicólogo Comunitaria en las Políticas Públicas y en otras instancias. La experiencia de la Red Latino-americana de Formación en Ética en Psicología Comunitaria es un ejemplo del momento que vive la Psicología Comunitaria en nuestros países partiendo de un tema tan específico y acotado como es el estudio de la Ética en la Formación. Otros proyectos sobre Pobreza y otras áreas de la Psicología Comunitaria podrán aparecer y sus redes funcionar para conseguir sus objetivos. La relación de la psicología comunitaria con la psicología ambiental es una posibilidad de esta red de acción. Entendemos que esas redes podrán adherirse a una futura Sociedad en la dimensión formación o investigación. La relación de la psicología comunitaria con la psicología ambiental es una posibilidad de esta red de acción. No hay que perder de vista el énfasis por lo local, que ha sido siempre el norte de la Psicología Comunitaria, con la propia comunidad, sus creencias, cultura y necesidades. Ella es el centro motivador de nuestro quehacer. Pero esto no inviabiliza el mirar a lo regional y las posibilidades de apoyo que podemos tener los profesionales e investigadores sea en el campo de los contactos políticos, con los movimientos sociales, en las propuestas de formación, producción científica, interdisciplinariedad, etc. Se propone una página en la Internet para crear nuestra sala de diálogo y reflexión sobre la construcción de Sociedades por países y/o Latino-americana, y el nombre del Prof. Jaime Alfaro Inzunza de Chile para su coordinación.

3.1. Abstract of the Meeting of the Community Psychology, Poverty Psychology and Environmental Psychology Work Groups from the SIP, Community Psychology and Community Health from the ANPEPP, as well as other interested members.

September 3rd, 2014

Coordination: Jorge Sarriera (UFRGS – Brazil)

The meeting coordinator, Prof. Jorge C. Sarriera UFRGS (Brazil) explained the goal of gathering the groups: strengthening Community Psychology in the region and checking for indications of future Community Psychology Associations and Societies, by country or region, like the ones in Europe and North America. Colleagues from Chile said that after many years trying, they are about to start the Chilean Community Psychology Society, which will have as a characteristic, being open to different professionals. It will not be strictly scientific so that the arrival of papers and people is easier. It will work as an instrument to represent Chilean Community Psychologists to government offices helping public policies and being present in them, also being a source of education and formation in the area. From the questions about the material resources for maintaining a Society, about the historical process that represents the evolution and about the human resources required, people shared their experiences creating other Societies, and the need of having a minimum number, although there were not many people registered. It is said that for a while, each country has been dreaming about this possibility. Especially in Brazil, following the ANPEPP's Community Psychology Work Group, it seems that now is the appropriate moment to go ahead with this project. Several indicators show the possibility of forming these societies: increase in the interest for this area, greater bonds between researchers and professionals; even bigger scientific productions based on cases on this area (SIP magazine, books with international co-authorship; other magazines in production...); lack of knowledge of the population and professionals in the role of Community Psychologist in Public Policies and other instances. The experience of the Latin-American Network for Formation and Ethics in Community Psychology is an example of Community Psychology's current moment in our countries, starting from a theme so specific, such as Ethics in Formation. Other projects about poverty and other areas of Community Psychology can appear and operate their networks to fulfill their goals. The relationship of community psychology and environmental psychology is a possibility of this action network. We understand that these networks can join a future Society in the field of investigation and formation. We shouldn't lose sight of the emphasis,, which has always been the compass of Community Psychology, the community itself, its beliefs, culture and needs. The community is the motivational core of our work. But it does not cause problems for the regional glance and the support possibilities we can have from professionals and researchers, either on the field of political contacts, social and environmental movements, or on the formation proposals, scientific production, interdisciplinarity, etc. A website is proposed to create a chat-room that enables the discussion about the construction of the Societies on countries and/or in Latin-America, with names such as Prof. Jaime Alfaro Inzunza, from Chile, for the role of coordinator.

3.2. Reunião de Psicologia Rural e Povos originários

Quarta-feira, 3 de setembro de 2014

Coordenação: Fernando Landini (Universidade de Buenos Aires)

A preocupação pela ruralidade e pelos povos originários no contexto da Psicologia Latino americana tem gerado crescente interesse nos últimos anos, especificamente desde da realização do primeiro Congresso Latino americano de Psicologia Rural na cidade de Posadas, Argentina, em outubro de 2012. Por esta razão, foi proposta para os responsáveis da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária a realização de uma reunião de Psicologia Rural e Povos Originários. Os objetivos da reunião foram:

- Consolidar o conhecimento e a construção de redes entre os psicólogos e psicólogas latino americanos interessados na ruralidade e nos povos originários;
- Identificar as áreas ou temáticas de pesquisa e intervenção relacionados especificamente à Psicologia Rural;
- Construir linhas de ação para visibilizar a abordagem, a partir da psicologia, as especificidades dos contextos e das populações rurais e originárias;

Durante a reunião, trabalhou-se com uma dinâmica, dividindo-se em subgrupos para a abordagem de temáticas específicas, das quais se incluem: psicologia e saúde em contextos rurais, extensão e desenvolvimento rural, movimentos políticos, psicologia ambiental e espaços de tensão urbano/rurais, y povos originários. As reflexões dos distintos grupos levaram a pensar sobre as especificidades das populações rurais e o impacto do contexto rural nas subjetividades. Relacionado às políticas públicas e às estratégias de trabalho com as populações rurais, destacou-se a tendência em viabilizar as especificidades destas populações e a necessidade de criar estratégias diferenciadas. Ao mesmo tempo, uma discussão que desenvolveu interesse particular foi a discussão da nomenclatura: "Devemos falar de 'Psicologia Rural', de 'Psicologia no Ambiente Rural' ou de 'Psicologia y Ruralidades'? Como incluir os povos originários dentro da mesma denominação, já que as populações originárias podem viver hoje tanto em contextos rurais, como urbanos?" A respeito dessas questões, as posições foram diversas. Em termos gerais, construiu-se certo consenso sobre a necessidade de não pensar este âmbito da Psicologia como uma subdisciplina, mas como um campo de problemas ou temas psicossociais para os quais resulta relevante considerar sua articulação rural. Também se reconheceu a importância de construir um nome que permita gerar uma referência ou identidade que seja possível um reconhecimento mútuo. Acerca das linhas de ação a seguir, foi lembrado como estratégia prioritária a realização do 2º Congresso Latino americano de Psicologia Rural com o fim de pensar as ruralidades latino americanas. Ainda sujeito a confirmação, o Congresso tem sido planejado para abril de 2016 na Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Brasil.

3.2. Reunión de Psicología Rural y Pueblos Indígenas

Miércoles, 3 de septiembre de 2014

Coordinación: Fernando Landini (Universidad de Buenos Aires)

La preocupación por la ruralidad y por los pueblos originarios en el contexto de la psicología latinoamericana ha generado creciente interés en los últimos años, particularmente desde la realización del 1er Congreso Latinoamericano de Psicología Rural en la ciudad de Posadas, Argentina, en octubre de 2013. Por esta razón, se propuso a las autoridades de la 5ta Conferencia Internacional de Psicología Comunitaria la realización de una reunión de Psicología Rural y Pueblos Originarios. Los objetivos de la reunión fueron:

- Aportar al conocimiento y a la construcción de redes entre los psicólogos y psicólogas latinoamericanos interesados en la ruralidad y en los pueblos originarios;
- Identificar áreas o temáticas de investigación e intervención de particular interés para la psicología rural;
- Construir líneas de acción para visibilizar la necesidad de abordar desde la psicología las especificidades de los contextos y las poblaciones rurales y originarias.

Durante la reunión se trabajó con una dinámica de taller y se construyeron subgrupos para el abordaje de temáticas específicas, las cuales incluyeron: psicología y salud en contextos rurales, extensión y desarrollo rural, movimientos políticos, psicología ambiental y espacios de tensión urbano/rurales, y pueblos originarios. Las reflexiones de los distintos grupos llevaron a pensar las especificidades de las poblaciones rurales y el impacto del contexto rural en las subjetividades. A nivel de las políticas públicas y de las estrategias de trabajo con poblaciones rurales, se destacó la tendencia a invisibilizar las especificidades de estas poblaciones y la necesidad de generar estrategias diferenciadas. Al mismo tiempo, una discusión que generó particular interés fue la de la denominación del campo. ¿Debemos hablar de 'Psicología Rural', de 'Psicología en Ambiente Rural' o de 'Psicología y Ruralidades'? ¿Cómo incluir a los pueblos originarios dentro de la misma denominación, ya que los pobladores originarios pueden vivir hoy tanto en contextos rurales como urbanos? Respecto de estas cuestiones, las posiciones fueron diversas. En términos generales, se construyó cierto consenso respecto de la necesidad de no pensar a este ámbito de la psicología como una subdisciplina, sino más bien como un campo de problemas o temas psicosociales para los cuales resulta relevante considerar su articulación rural. A la vez, se reconoció la importancia de construir un nombre que permitiera generar una referencia o identidad que hiciera posible el reconocimiento mutuo. Respecto de las líneas de acción a seguir, se acordó como estrategia prioritaria la realización de un 2do Congreso Latinoamericano de Psicología Rural con el fin de pensar las ruralidades latinoamericanas. Si bien sujeto a confirmación, el Congreso ha sido planificado para abril de 2016 en la Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro, Brasil.

3

Reuniões Multilaterais / Encuentros
Multilaterales / Multilateral Meetings

3.2. Rural Psychology and Indigenous Peoples Meeting

Wednesday, September, 3rd, 2014

Coordination: Fernando Landini (Universidad de Buenos Aires)

The concern with the rural issues and the original peoples in the Latin American context has recently created an increasing interest, particularly since the 1st Latin-American Rural Psychology Congress, in the city of Posadas, Argentina, in October, 2013. For this reason, it was proposed to the authorities of the 5th International Community Psychology Conference that a Rural Psychology and Original Peoples' meeting should be held. The goals of the meeting were:

- To provide the acknowledgement and the networking for Latin-American psychologists interested in the rural aspects and in the original peoples;
- To identify areas of investigation and intervention themes of particular interest for the Rural Psychology;

To design lines of action to enable the need to approach psychology and its specificities of the contexts and rural and original populations.

During the meeting, through a workshop activity the larger group was divided into subgroups to approach the specific themes, which included psychology and health in rural contexts, extension and rural development, political movements, environmental psychology, urban/rural spaces of tension and original peoples. The discussions of the groups enabled the reflection about specificities of the rural populations and the impact of the rural context in their subjectivities. The level of the public policies and the work strategies with rural populations highlighted the tendency making these populations' specificities invisible and the need to generate different strategies. At the same time, a discussion that generated a particular interest was the denomination of the field. Should we speak of a 'Rural Psychology', a 'Rural Environment Psychology' or of 'Psychology and Ruralities'? How can we include the original peoples in the same denomination, since the original populations can live today in both urban and rural contexts? There were many different positions regarding these questions. In general terms, a certain consensus was built regarding the need to not think this area of Psychology as a sub-area, but a field with problems or psycho-social themes, which has a relevant result considering its rural articulation. At the same time, it was recognized the importance of building a name that would allow a reference or an identity to be generated, making the mutual acknowledgement possible. Regarding the following lines of action, it was agreed as a priority, the organization strategy of a 2nd Latin-American Rural Psychology Congress with the purpose of thinking the Latin-American rural aspects. Although it is subject to confirmation, the Congress is expected to take place in April 2016, in the Rio de Janeiro Rural Federal University, Brazil.

3.3. Reunião da Rede Latino americana de Formação em Psicologia Comunitaria

Quarta-feira, 3 de setembro de 2014

Coordenação: Hector Berroeta (Universidade de Valparaíso)

A reunião da rede realizada na 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, Fortaleza-Brasil, contou com a participação de 58 colegas, professores e estudantes de 11 países diferentes. Nesta ocasião, a coordenadora da Rede, Tesania Velasquez, fez uma breve apresentação da história da rede que atualmente conta com 30 universidades de 15 países da região. O primeiro ponto da reunião foi a mudança de coordenação. Foi apresentado o novo coordenador que é Héctor Berroeta da Universidade de Valparaíso (Chile). Um segundo aspecto que foi discutido esteve relacionado a formalização da rede. A partir de uma discussão inicial sobre a necessidade de criar formas de financiamentos que permitam sustentar novos projetos, planejou-se a ideia de que os programas de pós-graduação pudessem realizar apoios relacionados a inscrição na rede e sua difusão na internet. Estabeleceu-se também que as pessoas que não estejam associadas a universidades poderão fazer parte da rede. Isso abriu o debate em torno da incorporação de novos membros; o convite a estudantes ainda em formação; e a preocupação que a rede tenha muitas pessoas somente de nomes que não participam ativamente. Este diálogo reforçou o sentido formativo da rede e seu propósito de contribuir com a consolidação e criação de novos programas de formação. Um terceiro tema que se abordou foi a apresentação do estado avançado da investigação sobre ética que vem sendo realizada em diversos países. Outro ponto foi a necessidade de alimentar a página da rede na internet. Planejou-se que os membros deveriam enviar mais informações, dando mais visibilidade e dinamismo ao espaço virtual. Também foi sugerido complementar a página da rede com um perfil no Facebook, estabelecendo links com os grupos de pesquisa das pós-graduações com enfoque em Psicologia Comunitária e com a Rede Brasileira de Psicologia Comunitária. Igualmente, salientou-se que os links das universidades participantes estejam associados a seus programas específicos de formação em Psicologia Comunitária; e que o site sirva para dar suporte aos estudantes de pós-graduação interessados em conhecer o trabalho de distintos grupos de investigação. Finalmente, Esther Wiesenfeld e Héctor Berroeta planejaram desenvolver um estudo que questione as particularidades que tem o *quefazer* da Psicologia Comunitária nos distintos países e contextos da América Latina. A proposta é construir com profissionais uma visão acerca das tensões, dificuldades e oportunidades para a disciplina a partir de uma estratégia colaborativa. Os interessados poderão fazer contato eletronicamente para construir a metodologia de trabalho.

3

3.3. Reunión de la Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria

Miércoles, 3 de septiembre de 2014

Coordinación: Hector Berroeta (Universidad de Valparaíso)

La reunión de la red realizada en la Quinta Conferencia Internacional de Psicología Comunitaria realizada en Fortaleza, contó con la participación de 58 colegas, académicos y estudiantes de 11 países distintos. En esta ocasión la coordinadora de la red Tesania Velasquez hizo una breve presentación de la historia de la red, señalando que a la fecha la red está integrada por 30 universidades de 15 países de la región. El primer punto de la reunión fue el cambio en la coordinación de la Red, se presentó como nuevo coordinador a Héctor Berroeta de la Universidad de Valparaíso (Chile). Un segundo aspecto que se conversó fue la formalización de la red. A partir de una discusión inicial acerca de la necesidad de generar ingresos que permitan sustentar nuevos proyectos, se planteó como idea que los programas de postgrado puedan realizar aportes asociados a su inscripción y difusión en la web de la red. Se estableció además que las personas que no estén afiliados a universidades puedan incorporarse a la red, lo que abrió una conversación en torno a la incorporación de nuevos miembros, la invitación a estudiantes en formación y la preocupación de que la red tenga muchas personas nominales que no participan activamente. Este dialogo llevó a reforzar el sentido formativo de la red y su propósito de contribuir a la consolidación y creación de nuevos programas de formación. Un tercer tema que se abordó fue la presentación del estado de avance de la investigación sobre ética que se viene realizando en diversos países. Un siguiente punto fue la necesidad de alimentar la web de la red, se planteó el requerimiento a los miembros que envíen información para darle más visibilidad y dinamismo. Se sugirió complementar el recurso de la red con un Facebook, establecer links con laboratorios de doctorado y la red brasileña de PC, que los link de las universidades participantes estén asociados a los programas específicos de formación en PC y que la pagina sirva de soporte para estudiantes de postgrado interesados en conocer el trabajo de distintos grupos de investigación. Finalmente Esther Wiesenfeld y Héctor Berroeta plantearon el interés en impulsar un estudio que indague en las particularidades que tiene el quehacer de la disciplina en los distintos países y contextos de Latinoamérica. La propuesta es construir con profesionales una visión acerca de de las tensiones, dificultades y oportunidades para la disciplina, desde una estrategia participativa. Los interesados podrán contactarse electrónicamente para construir la metodología de trabajo.

3.3. Latin-American Network for Community Psychology Formation Meeting

Miércoles, 3 de septiembre de 2014

Coordinación: Hector Berroeta (Universidad de Valparaíso)

The meeting of the network that happened during the 5th International Community Psychology Conference, in Fortaleza, had the participation of 58 colleagues, scholars and students from 11 different countries. On this occasion, the network coordinator Tesania Velasquez did a presentation about the history of the network, highlighting the fact that, today, the networks is integrated to 30 universities in 15 countries of the region. The first point discussed was the change in the network coordination, the new coordinator introduced himself, Hector Berroeta, from Valparaíso University (Universidad de Valparaíso – Chile). A second aspect discussed was the formalization of the network. From an initial discussion about the need to generate ingress students who allow the maintenance of new projects, a new idea was raised that post-graduate programs could contribute associated to their registration and distribution in the network's web. It was established that the people not affiliated to universities could join the network. A discussion involving incorporation of new members also started, the invitation to students in formation and the concern about the network having too many people not actually participating actively. This discussion strengthened the formation sense of the network and its goal to contribute to the consolidation and creation of new formation programs. A third subject discussed in the meeting was the presentation about the advances in the investigation on ethics that is being done in many countries. Another point was the need to feed the network's web, a requirement was considered to members to send information giving it more visibility and dynamism. A suggestion was made to complement the resource of the network with a Facebook, creating links with doctorate laboratories and the Brazilian Community Psychology network. This way, connecting the participating universities to the associated programs specifically about Community Psychology and that the page would be a support to post-graduate students interested in knowing the work of different investigation groups. Finally, Esther Wiesenfeld and Héctor Berroeta considered the interest in launching a study that inquires the particularities of the task of the area in different countries and contexts in Latin-America. The proposal is to design, alongside professionals, a view regarding the tensions, difficulties and opportunities of the area of study, from a participatory strategy. The interested can contact each other electronically to build the work methodology.

3

Reuniões Multilaterais / Encuentros
 Multilaterales / Multilateral Meetings

3.4. Roda de conversa – Experiências de atuação comunitária no Ceará

Quarta-feira, 03 de setembro de 2014

Coordenação: Marília Studart (UFC) e James Ferreira Moura Jr. (UFRGS)

A roda de conversa com representantes de movimentos sociais do Ceará teve o objetivo de contemplar no espaço da Conferência organizações sociais que tivessem trabalhos comunitários reconhecidamente emancipatórios de diversos campos de saberes e práticas (saúde mental e comunitária, educação cooperativa, economia solidária, desenvolvimento econômico local, direitos humanos e desenvolvimento comunitário). A roda se iniciou com os participantes do EMTRE, Empreendimento de Transformação de Recicláveis, que trouxeram a experiência do trabalho com economia solidária, as parcerias estabelecidas e os desafios institucionais. César Lucena, catador vinculado ao movimento, trouxe um relato de experiências do seu trabalho, a construção da identidade de catador e também os desafios que enfrenta na mobilização para a participação social de outros catadores. O segundo convidado, David Vieira, é psicólogo e representante da Fundação Marcos de Bruin, trouxe o histórico e consolidação da instituição no Lagamar, a necessidade que tem sido sentida de mobilizar a juventude local para atuar no fortalecimento de potenciais “sujeitos comunitários”. David relatou também as transformações que a instituição tem passado nos últimos tempos e a necessidade de estabelecer parcerias com políticas públicas para conseguir financiamento para que o trabalho comunitário. A terceira convidada, Ravena Luz, é estudante de direito e trouxe no seu relato as transformações provocadas na sua história de vida e na de sua família a partir do momento que começaram a participar do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE), que é um projeto que nasce em comunidades rurais do município de Pentecoste e visa colaborar para a formação de sujeitos críticos, engajados com o desenvolvimento educacional, científico, econômico, político e cultural de forma sustentável em comunidades de baixa renda, tendo como mote inicial a organização de grupos de estudos comunitários cooperativos. O quarto participante, Wagner Gomes, é economista e representou a Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL), trazendo o seu percurso de vida que também passa pelo PRECE e a ideia que teve com outros parceiros de fazer um empreendimento que visasse o desenvolvimento econômico e social local de suas comunidades de origem. Relatou sobre os projetos desenvolvidos pela ADEL, o enfoque que tem sido dado para a formação técnica da juventude rural e sobre o reconhecimento que a agência tem tido por conta dos resultados que têm sido alcançados. A quinta convidada, Natália Tatanka, é estudante de psicologia e representante do Movimento de Saúde Mental e Comunitária (MSMC). Ela trouxe um pouco do histórico do movimento, apresentou a tecnologia socioterapêutica desenvolvida há 18 anos no Movimento denominada Abordagem Sistêmica Comunitária que desenvolve dinâmicas de prevenção a dependências, elevação de autoestima, bem como processos de formação e inclusão de pessoas no mercado de trabalho e na vida comunitária, tendo uma parceria com a Secretaria Municipal de Fortaleza. A roda contou com a participação de aproximadamente 60 pessoas que passaram por ela durante o turno da tarde e finalizou com um momento de aproximadamente uma hora de perguntas e comentários acerca do que havia sido apresentado. O encerramento da roda se deu com uma atividade puxada por

Natália Tatanka, onde cada participante foi convidado a sintetizar em uma palavra o significado daquele espaço e também a formar um círculo onde os apertos de mãos simbolizavam a entrega e recebimento de afetos e conhecimentos que ocorreram durante aquele espaço.

3.4 Rueda de charla – Experiencias de actuación comunitaria en Ceará

Miércoles, 03 de septiembre de 2014

Coordinación: Marília Studart (UFC) y James Ferreira Moura Jr. (UFRGS)

La mesa redonda con representantes de movimientos sociales de Ceará tuvo el objetivo de contemplar en el espacio de la Conferencia, organizaciones sociales que tuviesen trabajos comunitarios ciertamente desvinculados de diversos campos de saberes y prácticas (salud mental y comunitaria, educación cooperativa, economía solidaria, desenvolvimiento económico local, derechos humanos y desenvolvimiento comunitario). La mesa se inició con los participantes del EMTRE, Empresa de Transformación de Reciclables, que trajeron la experiencia del trabajo con economía solidaria, las asociaciones establecidas y los desafíos institucionales. César Lucena, recogedor vinculado al movimiento, trajo un relato de experiencias de su trabajo, la construcción de la identidad de recogedor y también los desafíos que conlleva la movilización para la participación social de otros recogedores. El segundo invitado, David Vieira, es psicólogo y representante de la Fundación Marcos de Bruin, trajo el histórico y la consolidación de la institución en el Lagamar, la necesidad que se ha sentido de movilizar a la juventud local para actuar en el fortalecimiento de potenciales "sujetos comunitarios". David relató también las transformaciones que la institución tuvo en los últimos tiempos y la necesidad de establecer asociaciones con políticas públicas para conseguir financiación para el trabajo comunitario. La tercera invitada, Ravena Luz, es estudiante de derecho y trajo en su relato las transformaciones provocadas en su historia de vida y en la de su familia a partir del momento en que comienzan a participar del Programa de Educación en Células Cooperativas (PRECE), que es un proyecto que nace en comunidades rurales del municipio de Pentecoste y tiene como objetivo colaborar en la formación de sujetos críticos, comprometidos con el desarrollo de la educación, científico, económico, político y cultural de forma sostenible en comunidades de baja renta, teniendo como meta inicial la organización de grupos de estudios comunitarios cooperativos. El cuarto participante, Wagner Gomes, es economista y representó a la Agencia de Desenvolvimiento Económico Local (ADEL), trayendo su ruta de vida que también pasa por el PRECE y la idea que tuvo con otros socios de hacer un proyecto que tiene como objetivo el desarrollo económico y social local de sus comunidades de origen. Habló sobre los proyectos desarrollados por la ADEL, el enfoque que se ha dado a la formación técnica de la juventud rural y sobre el reconocimiento que la agencia ha tenido debido a los resultados alcanzados. La quinta invitada, Natalia Tatanka, es estudiante de psicología y representante del Movimiento de Salud Mental y Comunitaria (MSMC). Ella trajo un poco de la historia del movimiento, presentó la tecnología socio-terapéutica desarrollada hace 18 años en el Movimiento denominado Abordagem Sistêmica Comunitária (Enfoque Sistémico Comunitario) que desarrolla dinámicas de prevención de dependencias, elevación de la autoestima, como procesos de formación e inclusión de personas en el mercado de trabajo

y en la vida comunitaria, teniendo una asociación con la Secretaria Municipal de Fortaleza. La mesa redonda contó con la participación de aproximadamente 60 personas que pasaron por ella durante el turno de tarde y finalizó con un momento de aproximadamente una hora de preguntas y comentarios acerca de lo que había sido presentado. El cierre de la mesa redonda fue con una actividad promovida por Natalia Tatanka, donde cada participante fue invitado a sintetizar en una palabra el significado de aquel espacio y también a formar un círculo donde los apretones de manos simbolizaban la entrega y recibimiento de afectos y conocimientos que sucedieron durante aquel espacio.

3.4. Conversation Circle – Experiences in community action in Ceará

Wednesday, September 3rd, 2014

Coordenation: Marília Studart (UFC) and James Ferreira Moura Jr. (UFRGS)

The conversation circle with representatives from Ceará's social movements had the goal of contemplating social organizations, in the Conference, who had community works known as emancipatory in several fields of knowledge and practice (mental and community health, cooperative education, solidary economy, local economic development, human rights and community development). The circle began with the participants from EMTRE (Recyclables Transformation Enterprise), who brought the experience of working with solidary economy, the partnerships that were established and the institutional challenges. César Lucena, recyclable collector connected to the movement, reported his work experiences, the collector's identity building process and the challenges faced in the mobilization to the social participation of other collectors. The second guest, David Vieira, is a psychologist and representative of the Marcos de Buin Foundation, who brought the history and consolidation of the institution in Lagamar, the need that has been felt of mobilizing local youth to act in the strengthening of "community subject" potentials. David also spoke of the transformations that the institution has had in the recent past and the need to establish partnerships with public policies to get financing to the community work. The third guest, Ravena Luz, is a Law student and spoke about the transformations that happened in her and her family's life history from the moment they started participating of the Cooperative Cells Education Program (Programa de Educação em Células Cooperativas - PRECE), which is a project originated in rural communities in the Pentecoste County, and has the goal of collaborating with the formation of critical subjects, engaged with the educational, scientific, economic, political and cultural development in a sustainable manner in low income communities, having as an initial purpose the organization of cooperative community study groups. The fourth guest, Wagner Gomes, is an economist and represented the Local Economic Development Agency (Agência de Desenvolvimento Econômico Local - ADEL), bringing his life story, which also passes through PRECE, and the idea that he had with other partners of making an enterprise that would economically and socially develop local origin communities. He spoke of the projects developed by the ADEL, the focus that has been given to the technical formation of rural youth and about the acknowledgement, the agency has had because of the results that have been achieved. The fifth guest, Natália Tatanka, is a psychology student and representative of the Mental and Community Health Movement (Movimento

de Saúde Mental e Comunitária - MSMC). She spoke a little of the movement's history, presented the social-therapeutic technology developed for the past 18 years in the Movement, called Community System Approach, which develops a dependence prevention dynamic, self-esteem rise, as for formation and inclusion processes for people in the job market and in community life, having a partnership with Fortaleza Municipal Office. The circle had the participation of approximately 60 people who were there during the afternoon and ended with a Q&A that lasted for about one hour. The closing of the circle happened with an activity coordinated by Natália Tatanka, where each participant was invited to express in one word, the meaning of that space, and also form a circle where handshakes symbolized the delivering the receiving of affection and knowledge occurred in that space.

3

Reuniões Multilaterais / Encuentros Multilaterales / Multilateral Meetings

RESUMOS POR EIXOS TEMÁTICOS
RESUMENES
ABSTRACTS

Eixo Políticas Públicas

Eje Políticas Públicas

Axis Public Policy

4.1

Psicologia Comunitária, políticas públicas e desafios para as questões sociais contemporâneas.

Jorge Castellá Sarriera, UFRGS

O presente simpósio abre o debate sobre os caminhos que a Psicologia Comunitária poderá percorrer desde sua teoria e prática, localizada geralmente no micro e meso-sistema, para atingir efeitos mais consolidados e permanentes através das políticas públicas, no nível macro-sistêmico. Uma das formas de se expressar esse movimento é a crescente incorporação dos profissionais em programas e projetos sociais, o que vincula a Psicologia Comunitária às Políticas Públicas e tensiona conhecimentos e práticas ao interagir com profissionais, instituições e contextos diferenciados, é o que nos mostrará Jaime Alfaro em sua apresentação. Além disso, analisa esta relação desde a literatura recente produzida em relação aos propósitos principais: levantar o que há de formação e aprender lições acerca das tensões e limites; e também analisa o horizonte potencial de um processo crítico e de colaboração desta disciplina em suas vertentes teóricas e práticas, integrando tanto planos reflexivos como experiências geradas de distintas realidades nacionais e locais. Maria Angela Yunes apresenta a relação entre psicologia comunitária e políticas públicas através da modalidade de criação de tecnologias sociais que consigam expandir experiências e conhecimentos do trabalho surgidos na própria comunidade, que poderão ser expandidos em outros contextos. Ressalta que uma importante característica das TSs é a possibilidade de ser reproduzida ou replicada em outros locais que apresentem situações e necessidades similares. Importante ainda apontar que tais tecnologias sociais não necessariamente devem emergir no seio das comunidades, mas podem também advir do ambiente acadêmico, desde que contemplem e associem claramente os saberes populares ao conhecimento científico. Alipio Sánchez Vidal, revisita os conceitos chave da Psicologia Comunitária, tais como o empoderamento, que é outro desafio frente às mudanças macro-sistêmicas, os quais para deixar de ser uma utopia, e passar a ser uma realidade, especialmente em tempos de crise, cabe refletir e questionar as possibilidades e os limites da ação comunitária que está atravessada por um contexto onde a desesperança e o desempoderamento objetivo se fazem presentes. O autor também reflete sobre a viabilidade do empoderamento psicossocial no novo contexto criado pela crise e suas sequelas sociopsicológicas. Para isso examina as questões teóricas e práticas básicas implicadas no empoderamento: Existe espaço e campo de ação para o empoderamento?; Qual o papel do psicólogo comunitário? A incorporação dos psicólogos na elaboração, inserção e gestão das Políticas Públicas, exige uma mudança paradigmática e uma reflexão desde o processo de formação do profissional assim como de sua instrumentação crítico social para fazer frente às necessidades e desigualdades da sociedade atual.

1 • Estado de avance de la discusión sobre la relación entre psicología comunitaria y políticas públicas: derivaciones para la asumir la complejidad del vínculo

Jaime Alfaro Inzunza, Universidad del Desarrollo

La creciente incorporación de psicólogos comunitarios a los programas desarrollados en el marco de políticas sociales, plantea cuestiones y retos tanto a los teóricos de la política y la intervención social, como a las

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

disciplinas de referencia de quienes llevan a la práctica estas políticas. Se analiza esta relación desde la literatura reciente producida al respecto con dos propósitos principales: recoger enseñanzas y aprender lecciones acerca de las tensiones y límites; y analizar el horizonte potencial de un proceso crítico y de colaboración desde ésta disciplina en sus vertientes teórica y práctica, integrando tanto planos reflexivos como experiencias generadas desde distintas realidades nacionales y locales. Se entregan antecedentes respecto de la creciente ampliación de esta relación, en términos de los ámbitos (desde la salud mental a los problemas sociales) y respecto de las regiones en que se desarrollan experiencias (América del Norte, Europa, Latinoamérica). Se describen experiencias de contribución a las fases del ciclo de políticas sociales, los efectos de este vínculo sobre el desarrollo e institucionalización universitaria, así como la constatación de riesgos y tensiones para la psicología comunitaria. Como tema central se analiza la complejidad de la relación psicología comunitaria y políticas sociales, proponiendo elementos básicos necesarios a considerar para abordarla. Se indica la necesidad de asumir que: 1) La mera disponibilidad de conocimiento no redundaría necesariamente en influencia y aporte a las decisiones en políticas sociales. 2) El obstáculo principal es comprender las dificultades para dialogar entre los agentes de la disciplina y los formuladores de las políticas. Se deben considerar las diferentes escalas de valores y las distintas exigencias de quienes formulan la política y de quienes investigan en psicología comunitaria. 3) Se requiere generar un cambio en los discursos y teorías utilizadas, por medio de un trabajo conjunto con profesionales y tomadores de decisiones, que abarque todo el proceso de las políticas desde su formulación e implementación hasta su evaluación. 4) El foco principal está en el cambio del contexto en que se define el problema y el modelo de solución de una política. La formulación de políticas es un proceso de encuentro y lucha entre proyectos, donde se ponen en juego marcos interpretativos y de sentido. Por lo que es de gran valor situar el funcionamiento de los grupos participantes en un contexto local, social, histórico y político, así como asumir que las burocracias son parte de este proceso. Reconocer esta diversidad permite incorporar todos los puntos de vista, incluido el de la comunidad. Se concluye que asumir esta relación, supone atender y enfocar el trabajo, tanto en el campo de construcción teórica de análisis de problemas, diseño y observación de políticas, como en el del análisis de prácticas sociales de intervención, trascendiendo la referencia a las apreciaciones meramente conceptuales y considerando, por tanto, los contextos relacionales y de actores sociales de construcción y de implementación.

2 • O desafio de construir políticas públicas a partir de tecnologias sociais e da promoção de resiliência comunitária

Maria Angela Mattar Yunes, Centro Universitario La Salle, Unilasalle

Uma das mais emblemáticas afirmações de Urie Bronfenbrenner foi explicitada em 1974, por ocasião de um convite que o referido autor recebeu para escrever um editorial em 1974 (BRONFENBRENNER, 1974). Ele ressaltou a importância das políticas públicas para o bem-estar e desenvolvimento dos seres humanos e contestou a usual afirmação de que

as políticas públicas sociais deveriam ser construídas tendo como base os conhecimentos científicos. Sua afirmação foi no sentido oposto, ou seja, de que os pesquisadores deveriam voltar suas preocupações e investigações para as políticas públicas, pois só assim os estudos científicos teriam maior vitalidade e legitimidade. Inspirada por esta afirmação, proponho apresentar o conceito de Tecnologias Sociais (TS) associado à promoção de resiliência comunitária como ponto de partida para a elaboração de políticas públicas sociais eficazes. As Tecnologias Sociais desenvolvem-se em geral, a partir da iniciativa da própria comunidade, que motivada por suas próprias necessidades, cria metodologias inovadoras que chegam a resultados geradores de transformações sociais significativas para pessoas e grupos sociais. Uma importante característica das TSs é a possibilidade de ser reproduzida ou replicada em outros locais que apresentem situações e necessidades similares. Importante ainda apontar que tais tecnologias sociais não necessariamente devem emergir no seio das comunidades, mas podem também advir do ambiente acadêmico, desde que contemplem e associem claramente os saberes populares ao conhecimento científico. Deve-se ressaltar que alguns autores têm demonstrado que as TSs podem ser promotoras de resiliência comunitária, tema ainda pouco investigado no âmbito da Psicologia Comunitária. Pouco se sabe sobre saúde ou resiliência no contexto institucional, ou seja, a resiliência como resultado de uma ação coletiva ainda é pouco explorada por pesquisadores. Neste sentido, tem sido relevante o pensamento teórico dos autores sul americanos e precursores das principais ideias sobre esse assunto (OJEDA; LA JARA; MARQUES, 2007). Estes pensadores apontam quatro pilares essenciais para que se definam expressões de resiliência em comunidades. São eles: a solidariedade, autoestima coletiva, identidade cultural, humor social e honestidade estatal. Entende-se que para promover resiliência comunitária é preciso compartilhar de forma solidária saberes, informações, desafios e valorizar as prioridades e as relações significativas com pessoas, grupos, movimentos sociais ou instituições, o que está em linha com o conceito de tecnologia social. Assim, governantes, gestores, agentes sociais e pesquisadores da área da Psicologia Comunitária que pretendam cumprir seu papel a serviço do desenvolvimento humano saudável e positivo, deverão estar dispostos a olhar com cuidado e atenção para possíveis elementos que indiquem tecnologia social e resiliência comunitária. Investigar e compreender previamente a multiplicidade de elementos sociais, ecológico-sistêmicos, culturais e os saberes e valores implícitos e explícitos de cada comunidade é essencial para a implementação de programas de intervenção e políticas sociais capazes de gerar melhor qualidade de vida, bem estar coletivo e desenvolvimento comunitário.

3 • ¿Es posible el empoderamiento en tiempos de crisis? Repensando el desarrollo humano?

Alipio Sánchez Vidal, Universidad de Barcelona

La profunda crisis económica mundial y sus amplias secuelas sociales conforman un escenario poco propicio a filosofías y prácticas psicosociales desarrollistas. La rendición de la política a la economía, la entrega del poder que los ciudadanos habíamos depositado en los políticos para gestionar nuestros problemas y aspiraciones a fuerzas y grupos anónimas y aparentemente todopoderosos ("los mercados") que escapan al control democrático, y la traición de las izquierdas a sus ideales de progreso y justicia social asumiendo programas neoliberales que consagran --a través de la desregulación-- el dominio de esos grupos tienen efectos devastadores: 1) cuestionan la autonomía de la política respecto de la economía y la viabilidad de la democracia; 2) debilitan, si no quiebran, el vínculo ciudadanos-políticos y la confianza que lo sostiene; 3) empobrecen y "desempoderan" a la mayoría, extendiendo la sensación de indignación, impotencia y desánimo paralizador. Esa situación provoca serias dudas sobre la viabilidad del empoderamiento comunitario y el desarrollo humano --el fin último de la acción comunitaria del que el empoderamiento es medio-- basado en el consumo material y el exceso simbólico, en vez del déficit y la necesidad que fundamentaban la acción psicológica y social tradicional. La evidencia de que la abundancia y el exceso han generado, no desarrollo, sino, a menudo, alienación y nuevas patologías, obliga a repensar el actual modelo de desarrollo humano tanto en los contextos en crisis de crecimiento (y consumismo creciente) como en aquéllos en recesión (y austeridad obligada). Debemos también reflexionar sobre la viabilidad del empoderamiento psicosocial en el nuevo contexto creado por la crisis y sus secuelas sociopsicológicas. Para ello examino aquí las cuestiones teóricas y prácticas básicas implicadas en el empoderamiento: significado teórico-ideológico, viabilidad práctica, nivel operativo de su realización y carácter subjetivo u objetivo del fenómeno. Exploro las dificultades del empoderamiento microsociales (propio de la acción comunitaria) frente a las características (concentración, opacidad, lejanía, incomprendibilidad) del poder macrosocial en el mundo postindustrial y los retos prácticos que esas tendencias plantean a empoderamiento micro social. Examino los medios (explicativos-ideológicos, técnicos, personales-morales, institucionales) de que dispone la Psicología Comunitaria, poniendo de relieve sus potencialidades pero, también, sus límites en relación a los ambiciosos fines de empoderamiento comunitario. Identifico, finalmente, los tres componentes (subjetivo-concienciador, interactivo-organizador, acción social) del proceso empoderador y las limitaciones (y posibilidades) de la acción microsociales al respecto. Preguntas para debatir: 1. ¿Es posible el empoderamiento comunitario en escenarios de crisis? 2. ¿Es viable? ¿Poseemos los medios para ayudar a la gente a recuperar un sentimiento realista de potencia o estamos alimentando una retórica poco sostenible sin un cambio estructural del sistema económico y social del que parecen derivarse el desempoderamiento objetivo y la impotencia subjetiva asociada actuales?

Pensando sobre el mañana: Posibles caminos para hacer Psicología Comunitaria"

Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela

La Psicología Comunitaria generalmente se vincula a una perspectiva basada en la praxis, constituyendo un proceso de acción-reflexión-acción. Aún con este foco en la reflexión, usualmente la producción de conocimiento en Psicología Comunitaria, el desarrollo de intervenciones y la evaluación de los procesos ocurren por una vía poco creativa. Predomina la reproducción de los conocimientos ya estructurados en la área. Incluso en la América Latina que es considerada una región que ha producido una forma específica de acción en Psicología Comunitaria, ya hay un movimiento de reproducción no crítica del conocimiento, a pesar de que hay muchas cosas que ocurren todos los días en todo el mundo. Las personas cambian, los grupos cambian, cambian los colectivos. Las comunidades cambian. ¿Cambia la psicología comunitaria (PC)? Sí lo hace, pero ¿pueden hacerlo los psicólogos comunitarios? Algunos lo hacen, otros no. ¿Qué significa eso para la práctica de la psicología comunitaria? ¿Cuánto en CP es viejo y bueno? y ¿cuánto hay que cambiar? ¿Cuánto parece ser nuevo, pero no lo es? ¿Qué es lo que realmente está cambiando? ¿Por qué? ¿Cómo? ¿Están los cursos académicos e investigaciones orientados por los cambios? Discutiremos acerca de estas preguntas, presentando nuevas ideas en relación con la Psicología Comunitaria. Nuestro objetivo es analizar críticamente nuevas propuestas de acción en Psicología Comunitaria en América Latina. Para ello se ha invitado a personas consideradas creativas en sus regiones de origen. El simposio estará compuesto por una profesora de Brasil que presentará sus consideraciones sobre las formas de mesclar intervención cualitativa y cuantitativa para fortalecimiento de las intervenciones comunitarias. Una profesora de Uruguay que traerá el tema de los procesos de fragmentación social y segregación residencial y son llevados adelante por parte de equipos interdisciplinarios en el marco de una concepción de docencia integral. Y una profesora de Chile que ha investigado sobre cual es el futuro próximo en la psicología, usando el método Delphi. Es importante evidenciar que este simposio está vinculado al eje Académico, pues introduce cuestiones sobre la producción de conocimiento en Psicología Comunitaria, en su aspecto formativo. Puede así funcionar como herramienta para elaboración de nuevas intervenciones y formaciones en Psicología Comunitaria con aspectos más creativos e innovadores. Igualmente, sobre el tema central de la conferencia, se entiende que uno de los desafíos actuales en Psicología Comunitaria es estar vinculada con los cambios contemporáneos en la realidad. Sin embargo, esa vinculación solamente es posible con la creación y la innovación de nuevas formas de actuación y producción de conocimiento.

1 • Psicología Comunitaria y escenarios urbanos actuales. Desafíos para la comprensión y la acción.

Alicia Raquel Rodríguez Ferreyra, Universidad de Buenos Aires, Alicia Rodríguez/Facultad de Psicología, Universidad de la República

Desde el origen de la Psicología Comunitaria (PC) en Latinoamérica a la actualidad es posible observar ciertas constantes en algunos de los factores que le dieron origen y que fundamentan su vigencia. Sin embargo, la distancia y las contradicciones entre sus intencionalidades y algunas de sus prácticas,

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

ha sido motivo de análisis para varios psicólogos y psicólogas comunitarios/as. Cabe preguntarnos acerca de las razones que conducen a esa discrepancia. Es innegable que también se han sucedido cambios profundos en nuestras sociedades que interrogan nuestras categorías conceptuales y nuestras estrategias de intervención e investigación y que interpelan nuestra tarea de la enseñanza de la Psicología Comunitaria.

Partiré de dos investigaciones que estamos desarrollando desde la Universidad de la República, en Uruguay. Una de ellas, denominada "Transformaciones territoriales e integración barrial. Las posibilidades de construir nosotros", se lleva a cabo en dos barrios "periféricos" en la ciudad de Montevideo, con una metodología de investigación-acción. Y la otra, "Territorios controlados: formas de intervención y dominación en la región noreste metropolitana de Montevideo", combina un análisis documental (información cuanti y cualitativa) con observaciones, observaciones participantes, entrevistas etnográficas y en profundidad. Ambos estudios abordan el tema de los procesos de fragmentación social y segregación residencial y son llevados adelante por parte de equipos interdisciplinarios en el marco de una concepción de docencia integral. A partir de resultados preliminares de ambas investigaciones, expondré algunos tópicos que nos interrogan sobre los modos de pensar y de hacer de la PC en contextos urbanos actuales. -Uno de ellos se relaciona con la importancia de analizar los ejes en relación a los cuales se construyen -material y simbólicamente- las diferencias y la alteridad entre sectores de población de estratos sociales próximos, y entre sectores que se ubican en los polos de esa estratificación (riqueza-pobreza). Desde la perspectiva de la PC, esta preocupación está ligada, en uno de los casos, a las dinámicas que resisten la construcción de lo común como paso necesario para el desarrollo de acciones colectivas. En el otro, se vincula con las nuevas estrategias de dominación del capital ejerce sobre el territorio, y en particular sobre los sectores populares debilitando sus posibilidades de emancipación y desarrollo de autonomía. -En segundo lugar analizo la relación entre los procesos de fragmentación y el lugar que adquiere la diversidad en los territorios seleccionados, y el desarrollo de procesos de investigación-acción llevados adelante desde equipos caracterizados también por la diversidad en varios aspectos. En este contexto, daré cuenta de la imprescindible reflexividad de nuestro equipo en relación a los procesos de producción de conocimiento, de intervención y de formación, y al carácter del dispositivo que la hace posible. -Finalmente abordé las implicancias para la PC, de involucrar en nuestras investigaciones a los sectores dominantes, para conocer y comprender las condiciones que producen el debilitamiento de la acción colectiva y la configuración de "subjetividades agradecidas" en los sectores populares, en relación a los cuales, las intencionalidades concientizadoras de la PC entran en tensión.

2 • Psicologia Comunitária – processo de pesquisa como facilitador da intervenção comunitária

Verônica Morais Ximenes, Universidade Federal do Ceará, James Ferreira Moura Júnior, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Psicologia Comunitária tem como base a práxis libertadora. Essa libertação tem como eixos epistemológicos: o conceito de relação como superação da dicotomia entre o individual e o social; a superação da dicotomia entre teoria e prática e a imprescindibilidade da dimensão ética (Guareschi, 2009). A pesquisa, o ensino e a extensão desenvolvidos pela Psicologia Comunitária no âmbito acadêmico e na prática profissional precisam ser coerentes com esses eixos. Muitas críticas são feitas no sentido de dizer que a Psicologia Comunitária não é ciência, tendo em vista o seu envolvimento com os problemas sociais presentes na realidade de vários países. É diante desse questionamento que propomos analisar as implicações da pesquisa científica como estratégia de apoio e de avaliação da intervenção comunitária. O processo de intervenção comunitária deve ter a perspectiva comunitária e libertadora a fim de estar em consonância com o compromisso ético-político com a transformação de uma realidade de opressão. A metodologia desenvolveu-se no contexto de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa realizada em uma comunidade urbana e rural do estado do Ceará (Brasil) e que teve como objetivo a análise psicossocial da pobreza na saúde comunitária desses moradores. Essa pesquisa surgiu a partir dos trabalhos comunitários que desenvolvemos nessas comunidades e sentíamos a necessidade de entender em mais profundidade categorias psicossociais, como os aspectos subjetivos da pobreza, o fatalismo, os sentimentos de humilhação/vergonha, as formas de apoio social, os sentimentos de comunidades e de esperança, bem-estar subjetivo e outras. O planejamento de uma pesquisa quantitativa teve como foco os eixos epistemológicos do conceito de libertação. Construímos um questionário com 173 itens e definimos que todos os questionários seriam aplicados de forma individual por cada pesquisador e estudante. Essa sistemática foi essencial para a vivência do processo de cada morador ao responder as questões. A partir dessa aplicação, já foram identificados várias demandas das moradoras da comunidade rural. Assim, iniciou-se um grupo de mulheres, que tinha como objetivo um espaço de diálogo e de compartilhar suas vidas. Esse grupo teve início antes da análise dos dados da pesquisa e foi definido como atuação do projeto de extensão. A pesquisa qualitativa foi realizada por grupos de discussão com alguns moradores. A riqueza da análise quantitativa e qualitativa da realidade social da situação de pobreza contribuiu muito com o processo de apropriação da vida dessas pessoas e ajudaram a compreensão de categorias psicossociais que poderiam ajudar e dificultar o processo de fortalecimento (Montero, 2003) do sujeito comunitário. Este trabalho apresentou caminhos de agregar e de ampliar diferentes ferramentas metodológicas como forma de melhorar a realização de intervenções comunitárias. Os processos de intervenção e de pesquisa não são dicotômicos, mas sim, entrelaçados e complementares em prol do desenvolvimento comunitário.

3 • Opinión de académicos acerca del futuro de la psicología comunitaria: acuerdos y desacuerdos.

María Inés Winkler, Universidad de Santiago de Chile

La psicología comunitaria enfrenta cambios en las prácticas, los campos y los roles profesionales; cambios que conllevan nuevos desafíos para quienes se desempeñan en esta área disciplinar. Con el objetivo de conocer la opinión de expertos/as respecto de los desafíos que enfrenta la psicología comunitaria, se realizó una investigación con el método del panel Delphi, que permite adelantar las predicciones acerca de una determinada temática. En este trabajo se presenta los resultados de la consulta a 15 académicos/as de la psicología comunitaria, a través de un panel Delphi, acerca de las proyecciones que reconocen para el futuro de la psicología comunitaria. Se realizó 3 circulaciones de respuestas cuantitativas y cualitativas con participantes de Latinoamérica y Europa. Entre los resultados se destaca los siguientes temas considerados relevantes: competencias básicas para el ejercicio de la psicología comunitaria, aspectos éticos y desafíos para el quehacer y la formación profesional. Asimismo, se menciona la tarea de empoderar y fortalecer a las comunidades; así como también a los individuos para la intervención. Existe consenso respecto de ciertos desafíos éticos, el compromiso político y la necesidad de una posición crítica de los/las profesionales de las ciencias sociales. Se aprecia una superposición de los conceptos de psicología social y psicología comunitaria, lo que representa problemas de identidad, roles y funciones. Los resultados obtenidos están afectados por el sesgo académico de los participantes; aun cuando las mismas limitaciones aparecen en artículos recientemente publicados. Los datos obtenidos en esta investigación son preocupantes; no se aprecia una definición homogénea de psicología comunitaria, así como tampoco acerca de los desafíos y tensiones que se deberá enfrentar en el futuro. Incluso se aprecia una perspectiva que llamamos apocalíptica, cuando sorprendentemente encontramos que los psicólogos/as identifican competencias y habilidades profesionales indispensables pero la mismo tiempo fallan en prever las herramientas y estrategias que deberían ser implementadas en el futuro trabajo. Más aún, dados los cambios y desafíos que de acuerdo a los expertos consultados, deben enfrentar los psicólogos comunitarios, se revela una ausencia de orientaciones éticas específicas. Existe una omisión deontológica en la perspectiva de los/as expertos/as.

Palabras clave: futuro de psicología comunitaria, desafíos éticos y controversias.

Contribuições do pensamento africano para a Psicologia Comunitária no século XXI

Simone Gibran Nogueira, Faculdade Anhanguera

A Psicologia no século XXI está sendo incitada a revisar sua lógica de produção de conhecimento historicamente eurocêntrica. Esta demanda é especialmente significativa para a Psicologia Comunitária que tem como objeto de investigação e trabalho grupos ou comunidades historicamente oprimidos, marginalizados e empobrecidos, que correspondem à maioria da população atendida nos serviços públicos. No caso do Brasil, esta população é em grande parte negra, o que desafia

a Psicologia Comunitária trabalhar não só com a categoria classe, mas também construir interfaces entre raça e gênero. O que este Simpósio vem apontar é que esta tarefa exige uma revisão filosófica, epistemológica e metodológica crítica que considere conhecimentos e práticas próprios de africanos e afrodescendentes que contribuíram para a sobrevivência desses povos diante dos processos históricos e sociais de colonialidade do poder e do saber. A primeira apresentação destaca que fortalezas e capacidades próprias de povos afrodescendentes no Brasil permitiram a sobrevivência de pessoas e grupos étnico-racialmente oprimidos, e mais, estes foram capazes de construir diferentes modelos de relações com povos e grupos diferentes de si. Estes modelos não são isentos de contradição, mas denotam contribuições tanto para a implementação de Políticas de Ações Afirmativas quanto para a construção de um novo Projeto de Sociedade ancorado em relações mais justas de democráticas. A segunda apresentação aponta, a partir de sua prática com comunidades periféricas e de baixa renda, que a categoria classe é fundamental para análise em Psicologia Comunitária, mas não é suficiente para dar conta da complexidade desta realidade. Anunciamos a necessidade de descolonizar o saber da Psicologia, de realizar uma revisão epistemológica na intersecção das categorias de classe, raça e gênero. Para tanto, é importante trazer a cultura de raiz africana para a interlocução com a Psicologia e investigar estratégias de sobrevivência que engendraram resistências e práticas sociais que muitas vezes subverteram a cultura hegemônica vigente. A terceira apresentação reflete criticamente sobre impactos negativos da lógica de produção de conhecimentos eurocêntrica em pesquisas em Ciências Humanas sobre temáticas africanas e afrodescendentes. Estas contribuíram para ocultar e ignorar a história da África e fortaleceram preconceitos, discriminações e racismo. Apontamos a necessidade de descolonização da mente e da produção de pesquisas sobre africanos e afrodescendentes tanto com uma perspectiva específica como global, que vai resultar numa Filosofia Crítica da Epistemologia e da Metodologia própria desses povos. A proposição deste Simpósio tem como meta contribuir com a abertura definitiva de um diálogo entre a perspectiva africana de Ciências Humanas e a Psicologia Comunitária dentro de um contexto nacional de Políticas de Ações Afirmativas e a consciência de que um novo projeto de sociedade precisa ser desenhado. Longe de dar conta da complexidade e profundidade que a problemática demanda, a ideia central é romper o silêncio secular sobre as africanidades e as contribuições de povos africanos e afrodescendentes para o mundo atual.

1 • Educação das Relações Étnico-Raciais: possíveis diálogos entre a Psicologia Comunitária Latino-americana e a Psicologia Crítica Africana

Simone Gibran Nogueira, Faculdade Anhanguera

Esta apresentação visa apontar aproximações e pontos de diálogos que podem ser articulados entre a perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-americana e a Psicologia Crítica Africana com vistas a desenvolver teorias e práticas que contribuam para a construção de relações étnico-raciais mais justas e igualitárias nos serviços públicos brasileiros, especialmente naqueles majoritariamente utilizados pela população afrodescendente como a Escola Pública, o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de

Assistência Social. O ponto de partida é a constatação de que os diferentes grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira não convivem em pé de igualdade, pelo contrário, esta relação é marcada por opressão, dominação e exploração baseada, entre outros aspectos, na ideologia da supremacia racial branca. Nesse sentido, a Lei 10.639 de 2003 e seu Parecer CNE/CP que orienta Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, bem como a Lei 11.645 de 2008 que acrescenta o Ensino de História e Cultura Indígena, aparecem com instrumentos legais importantes não só para a área da Educação, mas também para outros setores da sociedade como a Saúde e Assistência Social. O que está em jogo é a discussão e a proposição de um novo Projeto de Sociedade em que os diferentes povos possam se relacionar em pé de igualdade e com justiça social. É neste ponto que o diálogo entre a Psicologia Comunitária Latino-americana e a Psicologia Crítica Africana parece convergir e formar um campo fértil para a criação de novas relações étnico-raciais. As aproximações e diálogos a serem desenvolvidos se referem ao compromisso ético e político que caracterizam a origem e desenvolvimento de ambas as perspectivas, produzidas em contextos diversos, mas que estão relacionadas a conceitos como: transformação de indivíduos em sujeitos da sua própria história e cultura (Gois, 1993; Karenga, 1986); desenvolvimento de consciência crítica sobre problemáticas históricas, sociais e culturais vivenciadas pela comunidade (Campos, 1996; Karenga, 1986); e transformação social a partir da valorização das fortalezas e capacidades próprias de povos afrodescendentes frente à opressão social e racial (Martín-Baró, 2009; Montero, 2004; Nobles, 2006; Akbar, 2004). O trabalho de Nogueira (2013) mostra como a prática da capoeira Angola perpetua, há mais de três séculos, conhecimentos e práticas ancestrais que permitiram a sobrevivência material e imaterial de afrodescendentes no contexto de desigualdades do Brasil. Além de favorecer a sobrevivência coletiva de afrodescendentes, as referidas práticas são caracterizadas por um elemento cultural africano, a xenofilia, a aceitação do diferente como parte integrante. A partir deste elemento, podemos observar que existe a convivência de outros grupos étnico-raciais dentro das práticas afro-brasileiras e da capoeira Angola. Esta convivência não é isenta de contradições, mas os estudos de Nogueira (2008 e 2013) apontam que as relações estabelecidas propiciam processos educativos de aprender a respeitar, a dialogar, e a conviver com a diversidade de pessoas e povos. Tais processos educativos experienciados na prática da capoeira Angola parecem ser importante fontes de referência para refletir, construir e propor um novo Projeto de Sociedade para o Brasil.

2 • Na Encruzilhada Tem Muitos Caminhos...Epistemologia de Exu como Proposta de uma Psicologia Comunitária Anti-Racista

Edelu Kawahala, UFSC

A demanda por desenvolver uma proposta epistemológica outra, vem sobretudo da minha experiência como pesquisadora e docente na área de Psicologia Comunitária. Ao longo desses anos desenvolvendo trabalhos em periferias e com comunidades de baixa renda, observei que embora a categoria classe continue a ser essencial para a leitura dessas realidades, as

clivagens que se apresentam nestes espaços, não somente geográficos, mas sobretudo espaços de resistência, exigem que esta esteja interconectada com outras categorias como gênero e raça. Assim este trabalho tem como proposta, refletir sobre a categoria raça como essencial a compreensão das relações sociais e dos processos identitários nas sociedades pós-coloniais. Pensar as relações raciais na perspectiva da Psicologia Social no Brasil, implica em perceber as marcas deixadas pela colonização e, sobretudo pela escravidão. No entanto, não basta visibilizarmos os negros e as negras ou mesmo incluímos à categoria raça em nossas pesquisas e práticas, mais de que isso é essencial que haja uma revisão epistemológica em principalmente na Psicologia Comunitária, onde as intersecções entre classe, gênero e raça são mais evidentes e determinantes dos lugares sociais. Diante do racismo e da opressão, os negros e negras, tiveram que produzir estratégias de sobrevivência que engendraram resistências e práticas sociais que muitas vezes subverteram a cultura hegemônica vigente. Este processo de resistência psicossocial deve, portanto tornar-se o mote para pensarmos as relações raciais no Brasil, não a partir da vitimização, mas a da potência gerada pela resistência da população negra. Potência de Exu como argumenta Muniz Sodré (1998). Para tanto é preciso subverter a própria Psicologia, questionar seus paradigmas, tradicionalmente eurocêntricos, o que implica em abrir mão do privilégio como aponta Spivak, da confortável neutralidade científica. É preciso reinventar, novas teorias e novas práticas, uma nova episteme, buscando como propõe Santos (2010), uma prática de tradução cultural. O trabalho de tradução deve ser guiado a partir da sensação de carência e incompletude, o que gera a motivação para a busca de cruzamentos e convergências com diversas culturas. Este cruzamento pode se dar entre diferentes saberes e práticas, promovendo um intensa interlocução entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos ou ainda entre saberes não-hegemônicos na direção de saberes contra-hegemônicos. A multiplicidade de saberes possibilita a superação do paradigma universalista, tradicionalmente eurocêntrico e colonialista, pensar, portanto a produção de conhecimento a partir da tradução cultural implica, sobretudo, num trabalho político de descolonização do saber. Cabe, portanto, trazer a cultura negra para esta interlocução, é preciso beber na capoeira, no samba, no jongo, no candomblé...é preciso colocar a Psicologia em movimento, pensar uma epistemologia de Exu. E Trazer, Exu para o centro da discussão implica em deslocar o pensamento do centro para o movimento, o que somente será possível a partir de um processo de descolonização do saber, como apontam os autores Curiel (2007), Quijano (2005) e Jordan (1985)

3 • Breve reflexão sobre necessidade de nova epistemologia e metodologia para estudos Africanos e Afrodescendentes

Luis Tomás Domingos, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Infelizmente, é difícil e quase impossível imaginar os estudos das ciências sociais e humanas sem a filiação da epistemologia ocidental e muitas vezes sob uma tutela e/ou conexão sutil de certa ideologia dominante. A lógica da produção de conhecimentos nas pesquisas sobre temáticas Africanas e Afrodescendentes segue a mesma démarche epistemológica e metodológica

eurocêntrica. A Filosofia da história de forma geral, optou por ocultar e/ou ignorar a história da África pela justificativa da falta de fontes escritas e por consequência os povos Africanos não tinham história, (HEGEL). Esta concepção dita acadêmica fecundou manifestações complexas e perversas de preconceito, discriminação e racismo. A falsificação consciente e/ou inconsciente, aliás, o mito e/ou invenção da África (MUDIMBE, 1988), falta de interesse sobre a história e das culturas africanas, contribuíram para agravar as relações raciais e por consequência não serviram para dissipar as diferenças e os choques culturais. Neste contexto, o especialista dos estudos Africanos e Afrodescendentes se torna necessário munir-se de uma nova “atitude” epistemológica e metodológica. Trata-se de descolonização da mente (NGŪŪŪ WA THIONG’O, 1986) estar apto a descobrir uma verdade científica por seus próprios meios e passando pelo reconhecimento do outro, do saber conservar a sua autonomia intelectual até que as ideologias que cobrem o manto da ciência, se dê conta que a era de falsificação científica e de alienação intelectual está exposta, que um capítulo na história das relações intelectuais entre os povos foi finalizado, e que eles são condenados a uma discussão crítica e científica séria. Isto é, as pesquisas em ciências humanas sobre Africanos e Afrodescendentes podem ser compreendidas não somente no seu contexto específico, mas também na globalidade, segundo novo percurso epistemológico e metodológico crítico. A noção do objeto e sujeito do estudo, a essência do saber, o conhecimento, por consequência, devem ser postos em análise profunda. Afinal: quem sabe, sobre o quê, sobre quem? Quais são os paradigmas intelectuais utilizados para esse tipo de pesquisas, do saber, gnosis dos Africanos e Afrodescendente ou afro-brasileiro? E quais são os seus objetivos? Estamos tratando de emergência de uma filosofia crítica da epistemologia e da metodologia utilizada na pesquisa sobre os estudos Africanos e Afrodescendentes.

“Quando descobrimos que há muitas culturas no lugar de uma só e consequentemente foi nesta época que nos apercebemos do fim da hegemonia e do monopólio cultural, ilusório ou real, nós mantivemos a destruição deste conceito através da nossa própria descoberta. De repente tornou possível que eles eram outros, que nós mesmos somos outro, no meio de outros”. (RICOEUR, 1965, p. 278.)

Psicología rural latinoamericana. Reflexiones y desafíos de la psicología comunitaria en el ámbito de la salud, la educación y el desarrollo en espacios rurales

Fernando Pablo Landini, Universidad de Buenos Aires

Introducción: Si bien un porcentaje significativo de la población latinoamericana y de la población mundial habita en contextos rurales, la psicología en general y la comunitaria en particular poco han hecho para pensar las especificidades de los procesos psicosociales en contextos rurales. Esto es más llamativo aún en el caso de la psicología comunitaria, si se tiene en cuenta que un porcentaje más alto de la población rural se encuentra en situación de pobreza y exclusión, si se lo compara con el de la urbana, y que en contextos rurales existe una importante potencialidad cultural para fomentar y acompañar procesos de desarrollo integrales y contra-hegemónicos.

Objetivo: Visto lo anterior, en este simposio nos proponemos pensar problemáticas

y especificidades en el ámbito de la salud, la educación y el desarrollo en contextos rurales, buscando pensar el rol de la psicología comunitaria. En este proceso, se hará particular énfasis en la reflexión sobre las políticas públicas existentes orientadas a estos sectores y en las contribuciones potenciales de la psicología comunitaria en estas diferentes áreas, contribuyendo a delinear el accionar de la psicología en contextos rurales. Para alcanzar el objetivo propuesto, nuestro simposio contará con tres presentaciones articuladas. La primera abordará el neurodesarrollo en ámbitos rurales y el quiebre cultural existente entre culturas rurales y maestros urbanos. La segunda hará foco en el impacto de fenómenos climáticos como la sequía en la salud psicológica de agricultores familiares del sur de Brasil. Finalmente, la tercera presentación pensará las instituciones públicas de promoción del desarrollo rural orientadas a la agricultura familiar en América Latina, haciendo énfasis en los enfoques de trabajo, los problemas enfrentados y los espacios de contribución de la psicología comunitaria. Se espera acercar a los asistentes a la complejidad, heterogeneidad y especificidades de las poblaciones y dinámicas que tienen lugar en espacios rurales, invitando a pensar lo rural desde la psicología comunitaria. Y, más todavía, invitando a la psicología comunitaria a pensar las necesidades y problemas de las poblaciones rurales. Ni las mismas que las urbanas, ni las imaginadas por quienes viven en las ciudades. Concluiremos, a partir de las diferentes exposiciones, que lo rural tiene una especificidad que puede y debe ser abordada por la psicología comunitaria. Particularmente en lo que hace a la subjetividad de la población, la dinámica de las políticas públicas que se implementan y las necesidades de las poblaciones que allí viven.

1 • El neurodesarrollo en ámbitos rurales y el quiebre cultural existente entre culturas rurales y maestros urbanos

Enrique Teófilo Saforcada, Universidad de Buenos Aires

Este tema integra dos componentes importantes, ambos vinculados con el desarrollo humano integral, o sea, con la actualización del potencial humano, el desarrollo de ciudadanía y, en definitiva, el desarrollo nacional integral. Este último adjetivo implica que al tradicional concepto de desarrollo nacional, que universalmente involucra la acumulación de riqueza económica y la expansión de los logros científico-tecnológicos (también con el objetivo de incrementar la riqueza económica), se le agrega el factor humano como objetivo y eje fundamental de tal proceso. El desarrollo nacional que deja de lado al factor humano (la ciudadanía) como propósito fundamental, puede llevar a la Alemania de 1939 o a lo que el gobierno y los poderes fácticos de los Estados Unidos de Norteamérica son hoy para el mundo: el total dominio y propagación de la personalidad autoritaria (en el sentido de Maslow y de Adorno). Veamos el primer componente. Los conocimientos sobre neurodesarrollo han avanzado significativamente en los últimos veinte o treinta años y los avances vinculados con la aplicación práctica de ellos a las poblaciones también, pero en mucha menor medida. En la aplicación casi todo se ha referido y se refiere al campo de la clínica de lo atípico o de la enfermedad y sus tratamientos, como así también al diseño de instrumentos de medición para poblaciones urbanas. Prácticamente nada se ha hecho con relación a poblaciones rurales. Los instrumentos no están validados en cuanto a la adecuación ecológica y psicométrica a estos otros ámbitos. No se puede ni debe ir, con actitud imperial, desde la ciencia urbanita a evaluar

y trabajar en los ámbitos psicosocioculturales rurales, como hizo la ya vieja y desactualizada psicología transcultural. El otro componente se vincula con un problema de fácil formulación, pero cuya solución requiere de políticas públicas de educación. En pocas palabras, es inadecuado y contraproducente formar al personal del magisterio a partir de personas de clase media urbana para que ejerzan su profesión en medios psicosocioculturales rurales, en general, en condición de pobreza. La situación se agrava cuando los recursos materiales son tan escasos en los medios rurales que es frecuente ver escuelas con una sola aula en la cual una maestra o maestro enseña a la vez a los seis grados. A esto se añaden los planes de estudio, también diseñados para los medios urbanos. Dentro de una política de protección y promoción del neurodesarrollo en la infancia y la adolescencia, la familia y la escuela son los dos pilares fundamentales.

2 • **Seca e bem-estar psicológico: desafios para a psicologia comunitária e para as políticas públicas no campo da agricultura familiar**

Eveline Favero, Universidade Estadual do Oeste do Paraná

As secas são desastres que se caracterizam pelo rápido declínio econômico e por mudanças ambientais significativas. Especialmente pelo seu prolongamento no tempo, trazem importantes consequências no bem-estar e nos modos de vida das populações rurais. O bem-estar psicológico está associado a processos positivos relacionados à saúde, bem como as capacidades essenciais para o enfrentamento dos desafios da vida. Embora se reconheça a relação entre impactos da seca e bem-estar, pouco se sabe sobre que tipo de impacto de fato exerce influência sobre a saúde psicológica, especialmente quando se trata de populações como os agricultores familiares. Além disso, torna-se necessário conhecer se há ou não diferenças entre grupos de agricultores em relação ao nível de impacto da seca no seu bem-estar. A apresentação buscará problematizar essas questões com base nos resultados de um estudo quantitativo realizado com 198 agricultores familiares de um município do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Como instrumentos, foram utilizados o Questionário de Saúde Geral (QSG-12) e uma escala ad hoc para avaliar os impactos da seca na família nos seguintes aspectos: financeiro/endividamento, psicológico, lazer, vestuário, sono, estudos, relacionamento familiar e rotina familiar. Os dados foram analisados a partir de técnicas da estatística multivariada com o apoio do SPSS. Os resultados confirmaram que existe um efeito significativo da seca no bem-estar, sendo a tendência linear. A diferença entre as médias de bem-estar do grupo de baixo e alto impacto da seca também foram significativas. Ficou constatado que esse dado não se deve a um simples reflexo de diferenças de renda, mas de fato ao efeito da seca na saúde psicológica. Por fim, os resultados evidenciaram que as variáveis que mais exercem influência sobre a percepção de bem-estar são o impacto da seca no vestuário e a renda familiar. Cabe considerar que os agricultores familiares estão habituados a utilizar roupas simples para o desenvolvimento das suas atividades, sendo a aquisição de boas vestimentas um fator essencial para a autoestima e a interação deste grupo em diferentes ambientes sociais. O impacto da seca no vestuário configura-se na materialização da frustração da colheita e com

isso, na frustração tanto de expectativas e projetos familiares, quanto de expectativas sociais em relação à agricultura familiar (produtora de riquezas e desenvolvimento no campo). O estudo aponta para a necessidade de políticas públicas que garantam renda mínima, especialmente em épocas de seca, uma vez que uma melhor renda significa melhores condições de enfrentamento dos impactos do desastre. No entanto, sugere-se que essa garantia de renda seja proveniente de fontes que possibilitem aos agricultores maior autonomia e controle sobre o ambiente, de modo a contribuir efetivamente no aumento do bem-estar psicológico. Por fim, o desafio para a psicologia comunitária está em integrar o contexto da agricultura familiar tanto em suas discussões teóricas quanto na atuação, além de desmistificar o tema dos desastres como sendo um fenômeno eminentemente urbano e considerar suas implicações para o bem-estar psicológico das populações rurais.

3 • Reflexiones psicosociales sobre las políticas e instituciones de desarrollo rural implementadas en América Latina: de las necesidades de los extensionistas a las limitaciones de los enfoques de extensión

Fernando Pablo Landini, Universidad de Buenos Aires

Las instituciones de desarrollo rural orientadas a la agricultura familiar recuperan fuerza en Latinoamérica con el nuevo siglo. En el MERCOSUR, en el año 2007 la Argentina crea la Subsecretaría de Agricultura Familiar, en el 2004 Brasil aprueba una Política Nacional de Extensión Rural y en el 2013 crea la Agencia Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural. Por su parte, Paraguay en los últimos 10 años ha incrementado considerablemente el personal de la Dirección Agraria y Uruguay, en el año 2010, reorienta el Programa Uruguay Rural y lleva a los territorios una cantidad inédita de extensionistas rurales. Si bien con importantes diferencias entre países, en Latinoamérica este resurgir de las políticas de desarrollo rural y de las instituciones de extensión es acompañado por una reformulación de los modelos de trabajo. En este sentido, se tiende a pasar de enfoques tradicionales centrados en la transferencia de tecnologías y el trabajo con cadenas productivas a otros de índole territorial que retoman la sustentabilidad ambiental, la equidad social y la participación como principios rectores. Llamativamente, estas nuevas políticas de desarrollo rural han generado escaso interés en los psicólogos comunitarios, especialmente si se lo compara con la importancia que se da a las políticas públicas del ámbito de la educación, la salud o el desarrollo social. Y esto, a pesar de la coincidencia que éstas tienen con múltiples principios propios de la psicología comunitaria. Visto lo anterior, con mi presentación buscaré aportar a la visibilización de las instituciones de extensión y desarrollo rural latinoamericanas como espacios de acción de los psicólogos comunitarios. Más en detalle, me propongo describir (1) estas instituciones y políticas haciendo énfasis en los países del MERCOSUR, (2) los enfoques diferenciales de extensión que se observan en distintos países latinoamericanos, (3) los problemas y desafíos que enfrentan estas instituciones para alcanzar los objetivos de desarrollo rural equitativo que se proponen y (4) los espacios que requieren de un mayor involucramiento de psicólogos con interés comunitario. En ese proceso, se hará referencia

a un conjunto de investigaciones llevadas adelante por nuestro equipo centradas en la realización de encuestas a extensionistas rurales de 10 países latinoamericanos (n=589). Estas encuestas, que incluyeron preguntas abiertas y cerradas, fueron analizadas tanto a nivel de contenido como estadístico con el apoyo de diferentes software. Como resultado más destacable, y con diferencias importantes entre los países, se observa la persistencia de un conjunto de creencias sobre la extensión rural y sobre los productores que se relacionan con prácticas de extensión tradicionales y transferencistas, las cuales ponen a los productores en el lugar de objetos de intervención de las políticas públicas en lugar de como sujetos autónomos. También se observa como principal dificultad operativa el trabajo con grupos y asociaciones. En este contexto, encontramos una importante potencialidad de la psicología comunitaria tanto para aportar a la resolución de problemas que se presentan en la tarea de extensión rural como para contribuir a la reelaboración de cogniciones y prácticas para permitir relaciones con los productores más igualitarias y participativas

Community Psychology Contributions to Preventing and Ending Homelessness

Marybeth Shinn, Vanderbilt University

People experiencing homelessness are among the most disenfranchised people in industrialized societies. Rising levels of inequality and deteriorating social safety nets have led to increasing rates of homelessness in many countries. Community psychologists have not been able to alter these contexts, but have worked to prevent and end homelessness within them. This symposium discusses three approaches to preventing and ending homelessness in Portugal and the United States. The first paper shows how a Housing First program has enhanced housing stability and community integration for individuals with histories of both homelessness and mental illness in Portugal. The second describes challenges associated with the homeless service system for families in the United States. Of course it would be better to prevent homelessness in the first place. The third paper demonstrates an approach to getting homelessness prevention services to people for whom they will make the most difference. The symposium showcases the many methods community psychologists use to promote social change. The first study is a mixed-methods approach, including both qualitative interviews and a series of questionnaires, collected over a four year period. The second paper employs qualitative interviews embedded in a larger policy experiment, in which families were randomly assigned to offers of different housing and service programs. The third study uses quantitative methods to determine who is at highest risk for homelessness and for whom services make the most difference. The housing first study in Portugal shows that giving housing in integrated neighborhoods to people who had been living on the street enhances multiple aspects of their lives and community integration. The second study shows that congregate housing programs pose challenges to families in maintaining the routines and rituals of ordinary life. The third shows that statistical models can help service providers to get homelessness prevention services to the individuals and families who will benefit most from them. All three studies have clear implications for social policy in their respective contexts, and internationally. The first and third studies

show how community psychologists have worked with municipal governments to institute Housing First in Lisboa and better targeting for prevention programs in New York City, and have changed both cities' approaches to homelessness. The second study is part of a broader policy experiment across 12 cities in the United States and assures that voices of the families participating in the study will be incorporated into quantitative findings (not yet available) about how different programs work for different families. In all three studies, community psychologists are working with and for disenfranchised individuals to mitigate the worst effects of larger social policies that continue to generate homelessness in our societies.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

1 • An Ecologic and Collaborative Approach to End Homelessness: Contributions for the Advancement in Community Psychology

José Henrique Pinheiro Ornelas, Instituto Universitário Lisboa, Portugal

The presentation is focused on the results of four years of implementation of the Housing First Program in Lisboa. It is emphasized that a better quality of housing environment (apartment and neighborhood) is positively associated with the increase of housing stability, as well as psychological wellbeing and community participation. Demonstrate how individualized housing is associated with more engagement in meaningful activities in the neighborhood and sense of community belonging; how housing in integrated neighborhoods and with access to diverse community resources, such as commerce and transports, is positively associated with levels of community integration. The study uses a multi-method approach combining qualitative and quantitative methods to study a Housing First program for individuals who have experienced both homelessness and mental illness. Data sources include program records, a qualitative interview and a series of questionnaires. In 2011 the questionnaire assessed satisfaction with home, quality of life, changes in use of emergency services and substance use. In 2012 the questionnaire assessed community integration using the Community Integration Scale developed by At Home/Chez Soi Project (2010); choice using five items chosen from Srebnick et al. (1995); satisfaction with services provided using seven items chosen from the Core Service Satisfaction Scale developed by At Home/Chez Soi Project (2010). Since 2009, 74 homeless people with mental health problems have used the Housing First program. The evaluation results demonstrated that 80% of participants remained in housing. Both qualitative interviews and questionnaire responses support the use of Housing First with this population. After being housed, the number of participants with monthly income increased substantially, and 26 participants became involved in school, training, employment or other activities. Participants reported physical integration, for example meeting people at a restaurant or coffee shop or going to a place of worship or participating in a spiritual ceremony. Although the majority of participants did not interact very much with their neighbors, a majority felt at home in their neighborhood and felt they fit in and belonged to their community. This Housing First approach is a Community Psychology contribution towards the innovation in the way that housing and services are provided. It emphasizes a community approach of individualized intervention that facilitates housing stability and community integration. The approach has influenced public policies on homelessness in

Portugal and other nations.

2 • Families Experiencing Housing Instability: The Effects of Housing Programs on Family Routines and Rituals

Lindsay S. Mayberry, Vanderbilt University Medical Center, Lindsay Satterwhite Mayberry, Vanderbilt University, Marybeth Shinn, Vanderbilt University

Maintenance of family processes can protect parents, children, and families from the detrimental effects of extreme stressors, such as homelessness. When families cannot maintain routines and rituals, the stressors of poverty and homelessness can be compounded for both caregivers and children. However, characteristics of living situations common among families experiencing homelessness present barriers to the maintenance of family routines and rituals. Our objective was to understand how effects of different living situations common among families experiencing an instance of homelessness disrupt healthy family routines and rituals, and how parents cope with these disruptions. We analyzed 80 in-depth interviews with parents who were/had recently been in homeless shelters in four sites across the US. Interviewers asked parents to discuss their experiences in each living situation since they were recruited from shelters ~6 months prior to the interview. We compared their assessments of challenges to family routines and rituals across various living situations, including shelter, transitional housing programs, doubled up (i.e. living temporarily with family/friend) and independent living situations. Family routines in independent living situations were organized around pursuing goals education and employment goals, public transportation availability, family activities, and children's sleeping cycles. In contrast, routines in shelter and transitional housing programs were organized around imposed schedules for meals and curfews, demonstrations of seeking resources or employment (e.g., activities that demonstrate to staff that families were working on these goals, whether or not families felt such activities were helpful), and attending mandatory meetings and services. Rules common across shelters and transitional housing programs impeded family processes. Parents described how rules that specified acceptable and unacceptable discipline made it difficult to maintain consistency with children. In addition, these rules allowed program staff to interrupt them when disciplining their children and threaten them with child protective services involvement. Parents reported having to work to regain children's respect and having others question their parenting competence after shelter stays. In doubled up living situations, parents reported adapting their routines to those of the household and having their parenting interrupted by friends/family members. Parents used several strategies to maintain consistency and stability for their children which revealed their often sophisticated understanding of the importance of healthy family processes. Practice and policy implications emphasize the importance of ensuring service use does not interfere with healthy family processes or disempower parents. Special recommendations are made regarding interruptions of discipline and threats of CPS involvement by housing program staff. This work relates to the meeting theme and the "public policy axis" by addressing how qualitative analysis can inform practice and policy in response to the changing landscape of the

international social problem of homelessness. In the US, especially, homeless families are the fastest growing segment of the homeless population and the age when an individual is at highest risk for homelessness is infancy. Our findings suggest changes that are necessary to ensure families and children can maintain healthy processes while using the housing service system.

3 • Preventing Homelessness: Getting Services to People Who Can Benefit Most

Marybeth Shinn, Vanderbilt University

Universal efforts to prevent homelessness would require policy changes to reduce income inequality and provide affordable housing for all. In the current policy context, targeted strategies that provide resources and services to people at risk for homelessness are a promising approach. Such prevention efforts must be both effective – they must reduce rates of homelessness among people who receive them – and efficient – they must get services to people who can benefit from them. This study shows how to make efforts to prevent homelessness more efficient, by providing them to people who can benefit most. Our sample was 11,105 families who applied for services to prevent homelessness in New York City and were interviewed about risk factors by social service workers at the time of application. We then followed families for three years in City records to determine whether they entered homeless shelters. (Because New York City has a right to shelter, very few families are homeless on the streets.) We used survival analysis to develop a statistical risk model for shelter entry, and plotted entry rates by level of risk for families who did and did not receive services to determine at what level of risk services made the most difference. We then developed a short screening model that would be easy for service providers to use. Among families who applied for prevention services in New York City, 12.8% entered shelter in the next three years. The number would have been higher, in the absence of services. Services made the most difference for those at highest risk – there was no evidence that some families were too risky to serve, and also no evidence that services helped to reduce rates of homelessness (which were already low) for families in the bottom half of the risk distribution. The model was far from perfect (even among the families in the top 10% of the risk distribution who did not get services, a small majority avoided shelter), but it was far better than worker judgments about whom to serve. If the City had served the same number of families during the study period, but chosen service recipients on the basis of our model, it would have increased the correct targeting of shelter entrants by 26% and reduced misses – families who went to shelter without ever getting prevention services – by two thirds. The short screening model with 15 risk factors was nearly as good as the full statistical model with many more variables. New York City has adopted our risk model to decide which applicants for homelessness prevention to serve. Thus the research has had a direct impact on social policy. The method could be adopted elsewhere, and Andrew L. Greer of our group has worked to do so. Even in the face of national and global economic challenges, community psychologists can help to guide prevention efforts to benefit people at greatest risk.

Policies and Strategies Promoting Social Integration, Community Engagement, and Social Justice for Older Adults

Andrew Jon Hostetler, University of Massachusetts Lowell

The proposed symposium will address public policies and strategies for promoting well-being, social justice, and community inclusion for older adults. The symposium will include four related presentations from researchers representing three different nations, the United States, Canada, and Portugal. We will address policy and social justice issues affecting older adults from an international perspective while also covering a spectrum of topics relevant to both younger, more active older adults and those with greater dependency needs. We will emphasize those policies and strategies that encourage older adults to remain integrated and active in the community for as long as they want, that provide opportunities to make meaningful and valued contributions, and that prepare them for inevitable dependency and supply necessary, holistic end-of-life care. Specifically, the papers presented in this symposium will address the following topics: 1.) The role of senior centers in promoting meaningful engagement and social and community integration for diverse populations of community-dwelling older adults; 2.) The benefits of policies and programs that approach aging from a “positive psychology” perspective, and the predictors of well-being and sense of community for seniors in both congregate housing and private residences; 3.) best practices for the deinstitutionalization of older adults with chronic mental illness and their reintegration into community contexts, and; 4.) opportunities and challenges related to the use of technology to promote strong, healthy long-distant relationships between grandparents and grandchildren. The papers included in this symposium employ a variety of research methods, both quantitative and qualitative. The first paper draws on quantitative participation data for over 99,000 senior center members in the State of Massachusetts (U.S.), as well as qualitative data from individual and focus-group interviews. The second paper employs structured interview data from 346 residents in communal and private housing in Chicago (U.S.). The third paper articulates a model for community reintegration of chronically mentally ill older adults in Lisbon, Portugal based on qualitative, longitudinal data. Finally, the fourth paper presents a conceptual overview and research agenda related to the use of technology for promoting positive long-term relationships between grandparents and grandchildren in Quebec and Canada more broadly. Findings from the papers in this symposium identify policies, programs, and best practices for promoting the following outcomes for older adult populations: Psychological and social well-being, social and community-integration, meaningful engagement and civic participation, and social support and strong intergenerational relationships. Our findings have important implications for aging policies in our respective countries and around the world.

1 • Remaking Senior Centers for Diverse Populations in the United States

Andrew Jon Hostetler, University of Massachusetts Lowell

Seniors centers were first established in the United States as a consequence of the 1965 Older Americans Act. These centers exist in a majority of communities in the U.S., and they offer a wide range of social, cultural,

educational, recreational, and health-related services and activities to community-dwelling older adults. However, it is not clear that senior centers in racially- and ethnically-diverse communities are serving the needs of all their constituents, nor is it clear that centers are providing enough opportunities for meaningful civic engagement. The purpose of this study is threefold: 1.) to identify different patterns of senior center participation and their demographic correlates to see if these patterns vary by race, gender, socioeconomic status, and other factors; 2.) to identify those participation patterns with the most potential to promote meaningful engagement, and 3.) to explore seniors' subjective experiences of participation and the role that their local center plays in their lives. Using participation data from approximately 150 senior centers in the State of Massachusetts (N=99,139) that digitally track members' activities (through a computerized scanning system), I first identify different participation patterns and their demographic correlates using latent class analysis. Then, drawing on qualitative data from individual and focus-group interviews with racially-diverse senior center members (N=90), I explore seniors' subjective experiences of participation using an open-coding method and NVivo software. Latent class analysis supports a 6-class model, with some major differences between the classes attributable to gender, socioeconomic status, and marital status. For example, there is a distinct class of working-class widows who are much less involved across of range of different activity types. Qualitative analyses reveal, among other things, a much broader sense of inclusion and ownership over the center among white participants relative to Latino, Vietnamese, and Cambodian immigrant seniors. I discuss these quantitative and qualitative findings with respect to the particular challenges as well as opportunities senior centers confront in their efforts to provide meaningful, purposeful activities to, and build community among, diverse groups of seniors. These findings have important implications for aging policy and for the social integration of, and social justice for, older adults.

2 • Subjective Well-Being and Sense of Community among Seniors: A Positive Psychology Approach

Hayotte Paul, Université du Québec à Montréal, Suzette Fromm-Reed and Karen Lynch, National Louis University

As the human lifespan lengthens, so does the period of old-age, creating a new paradigm for individuals and society. Residential options for older adults are expanding, but each option offers distinct opportunities and challenges. The challenge for researchers and policy makers is to develop strategies and policies that promote psychological and social well-being and sense of community in diverse residential settings. This study examines subjective well-being and sense of community in older individuals depending on where they live, either in congregate housing or private residences. In addition to examining predictors of well-being and sense of community, we explore the benefits of using a positive psychology approach to inform housing and other social policies relevant to the lives of older adults. Three hundred thirty-six (360) adults in the Chicago area, ranging in age from 57 to 98 ($M = 79.2$), completed a survey that included questions about demographic characteristics, living arrangements, social activities, and religious beliefs and attitudes, as well as

the Sense of Community Index and Satisfaction with Life Scale. Of the sample, 146 resided in seniors-only congregate housing and 200 resided in private residences. Differences were found in satisfaction with life such that those living in private residence scoring higher in satisfaction with life. Satisfaction with Life was related to factors such as relationship with children and owning a car, while sense of community is significantly impacted by church/temple attendance and religion/spirituality. Multiple regression analyses indicate that subjective well-being in old age is related to: involvement in social activities, church/temple attendance, self ranking of high religiousness/spirituality, and living in a private residence. Our findings indicate that social and community connections are vitally important to the well-being of senior adults, whether they live in a private residence or congregate housing. However, different housing arrangements provide specific challenges in efforts to promote well-being and sense of community. Seniors living in congregate housing face particular challenges, despite having more opportunities, at least on the surface, for social interaction in the home. A positive psychology approach, however, focuses on identifying and building on strengths instead of focusing on deficits. Our findings and broader approach may be used to inform future housing policy for senior adults.

3 • **Deinstitutionalization of Seniors with Mental Illness: The Implementation of a Model of Transition and Integration in the Community**

Maria João Vargas Pereira Vargas Moniz, ISPA - Instituto Universitário, José Ornelas ISPA - Instituto Universitário, and Lucia Oliveira, Associação para o Estudo e Integração Psicossocial

The deinstitutionalization of people with mental illness from psychiatric institutions to the community continues to generate interest and continues to be a contemporary challenge, considering the complex and multidimensional nature of the reintegration process for chronically mentally ill individuals. Institutionalized older adults face particular challenges given that they may have lived a significant portion of their lives outside of community contexts, and in light of the distinctive needs of elderly populations. In this paper, we describe the process of transition into the community of 24 seniors with mental illness diagnoses. This initiative enabled the closure of the Hospital Miguel Bombarda, and the paper will describe the various stages and activities of the transition process: a) in the hospital; b) the transition itself, and; c) the integration in the new housing and community context. Participants (N=24) were 71 years of age, on average, and included 13 men and 11 women with an average of 40 years of psychiatric institutionalization. To document the journey toward community reintegration, a formative model has been built with independent variables (demographics, economic and legal status, factors related to hospitalization, and mental health and co-morbidity dimensions) and dependent variables (daily functioning, social supports, community participation and perceived health status). The data presented are qualitative and provide a description of the individual and group at T0 (transition), T1 (1 year), T2 (2 years), and T3 (3 years) of deinstitutionalization, emphasizing the perspective of the participants, their families, the professionals and data from the records of daily operation of community residence. The

results demonstrate a continuous process of reintegration with gradual and meaningful improvements in the areas of personal care and participation in activities within the household for all participants, but more varied patterns of activities (sporadic for some, more regular for others) in the local and broader community. Community Integration opportunities require adjustment to the concrete conditions of the socio-political context, meaning that “classic solutions” (Fairweather, 1964, or Fairweather and Davidson, 1986) may anchor and inspire renewed community endeavors for those who, otherwise, would not have an opportunity to return to a community life. This community solution allowed the complete closure of the oldest psychiatric hospital of Portugal, created in 1848. It is intended to describe that community integration is relevant in all stages and that community psychology paradigms contribute to concrete social change. This paper has significant implications for mental health policies, particularly as they apply to chronic mental illness, deinstitutionalization, and the possibilities for growth in later life.

Public Policy and Community Psychology: Methods of Training, Research and Practice in Different Global Regions

Douglas Perkins, Vanderbilt University

The proposed symposium follows the main conference theme (and relates to all 5 axes, not only public policy) by exploring how Community Psychology can work in the current political and disciplinary contexts of Caribbean Latin America, Spain, and the United States to address the specific challenges of increasing both the frequency and the impact of our work in the policy arena. Each presentation will focus on graduate and/or professional training for policy work, theory and/or research on policy issues and/or policy engagement, and examples of advocacy practice or interventions for policy change. We believe that it will be both interesting and helpful for the audience to hear about different models of each of those phases in different national contexts. Each presenter may emphasize one or two of those phases [e.g., training, research, or application], but will discuss all of them at least briefly. We will also each discuss not only some of our own work, but also that of other community psychologists or students in our respective countries. While the focus will be on Community Psychology policy work in Puerto Rico, Spain, and the U.S., the policy targets may vary from local to provincial to national to international. The proposed symposium follows up on a similar one held at the last International Conference on Community Psychology in Barcelona in 2012 (with different presenters than the current proposal), which led to a special issue of the *Global Journal of Community Psychology Practice* on international policy work (edited by Maton). The proposed symposium may lead to a similar special issue that would be open not only to the three presenters but other authors from other countries as well. The symposium relates most clearly to the public policy thematic axis, but also has clear relevance for each of the other axes: academic/education; professional/occupation; social movements; and ethics in global dimension and in life's defense. Note that two presenters are bilingual and, depending on the audience, will be prepared to present in either Spanish or English and if necessary translate for the third presenter who will present in English. Each presenter will speak for 20 minutes, leaving ample time for questions and audience participation with the goal of applying or comparing

the experiences and ideas discussed in the presentations to the development of training and implementation of policy work by community psychologists in other countries.

1 • Involving psychologists in public policy in Puerto Rico: Processes and results

Irma Serrano García, Universidad de Puerto Rico

For many years, psychology in Puerto Rico was considered an individual level positivistic science which should hold a neutral stance towards social and political issues. As has happened in many countries, and particularly with the influence of critical, liberation and community psychology this view has slowly changed. During the past years psychologists on the Island have become more involved in public policy both regarding social and guild issues. Initially this was the result of the pioneering work of some individuals who modeled policy work and whose work was presented in the press and other media outlets. In recent years, this modeling has continued but systematic efforts have been supported by research within the social-community program at the University of Puerto Rico and by the PR Psychology Association. The research focused on reasons that would explain why psychologist would not participate, on exploring narratives of those that had, and on examining training programs to see how they prepared students for this task. Results of these studies showed that most psychologists that did not participate had one of the following reasons: a) lack of time, b) lack of training and c) negative attitudes toward party politics. Examples of practice in the area included efforts to foster prevention (ex. of smoking), to create a universal health care system, to decriminalize marihuana, to promote laws prohibiting discrimination by sexual orientation, to influence both the content and process of electoral campaigns, to promote models of participatory democracy, and to facilitate changes both in guild issues (ex. the licensing exam) and in the provision of services (ex. psychologists in the schools). Overall, research demonstrated that there are hardly any courses on the subject in graduate programs nor emphasis on the competencies required for the task in the available curriculum. The purpose of this presentation is to: a) provide information of the efforts that have led to increased participation of psychologists in policy work, b) to present examples of research and projects at this level of intervention carried out in Puerto Rico, and c) to discuss how training for psychologists should be modified to generate knowledge and skills necessary for involvement in public policy.

2 • The Role of Community Psychologists in Transforming Health Public Policies in the European Union

Manuel Garcia-Ramirez, Universidad de Sevilla, Tona Lizana & Maria Jesús Albar Universidad de Sevilla

This presentation addresses the contribution of community psychologists in an international context to the formulation and implementation of health public policies aimed at ethnic minorities who suffer oppression. The future of the European Union is being challenged by the neoliberal policies of its member countries, being one of its main effects the dismantling of universal health protection. The unfair situation that Roma people bear is a clear

example of how these policies provoke the suffering and marginalization of the most vulnerable minorities. To beat this shortcoming, one of the main objectives of the Europa 2020 Strategy is to eliminate discrimination against Roma and to close the unacceptable gap between Roma and the rest of society. As a spinoff of this Strategy, the project Equi-Health is redefining policies about the access and quality of health care services, health promotion and prevention in order to address these inequities. It is a direct grant awarded to IOM (International Organization of Migration) by the EC DG Health and Consumers, within the Public Health Programme 2012. The project is implemented by a consortium of several European Union countries which are the main enclaves of Roma people, such as Belgium, Bulgaria, Czech Republic, Croatia, Slovakia, Romania, Italy, and Spain. Equi-Health develops a coherent network, promotes dialogue among key stakeholders and delineates policies to support capacity building and cooperation within and between participating states. Based on the values and principles of Community Psychology, this initiative has developed a framework based on three stages: (a) Defining problems from the needs and strengths of the stakeholders at different levels (i.e., local, regional, national and international). (B) Building capacity of collaboration among stakeholders to ensure the fair distribution of resources. (C) Ensuring transparency and control in the channels of participation through the transformation of the power relations among all participants. From the lessons learned from this experience, we will offer guidelines to (1) make visible the strengths of our discipline in innovating fair health public policies, (2) raise awareness of our civic and scientific responsibility in the development of such policies, and (3) train new professionals to lead these transformation processes.

3 • **Development of community psychology advocacy, collaboration, and capacity in the United States: The Public Policy Committee of the Society for Community Research & Action**

Douglas Perkins, J'Vonah Maryman & Kenneth Maton) Vanderbilt University, USA

The Community Psychology division of the American Psychological Association has been largely US-focused, but 25 years ago it created the Society for Community Research and Action (SCRA) in order to have a voice and some control independent of the APA. Many of its members want SCRA to become, not only more interdisciplinary and more international, but also more politically engaged and effective. As the current co-chair of the SCRA Public Policy Committee I will discuss our recent efforts to affect policy through advocacy, collaboration, capacity building and development. In the past year, the committee embarked upon a number of new methods to spread the reach of policy work. Advocacy is an integral component of the work of the policy committee. Through the creation of Rapid Response Procedures for urgent matters and policy position statements for ongoing problems, the committee is able to communicate SCRA's perspective on pressing social issues and matters of public health and well-being. Position statements provide summaries of scientific research and accumulated knowledge from practice accompanied by recommendations to policy makers and the

general public. They will be published in summary form in The Community Psychologist newsletter and in complete form in the American Journal of Community Psychology, along with an advocacy campaign to try to get the recommendations enacted. Examples of position statements and advocacy campaigns currently in development are ones on: problems related to mass incarceration, juvenile justice, immigration reform, and global climate change. We are also exploring ways to leverage the substantial influence of the APA and its membership list of 130,000 psychologists! Collaboration and capacity building have also aided the committee in expanding its policy reach, for example by partnering with the Society for the Psychological Study of Social Issues (SPSSI) to conduct a "Short Course in Policy Involvement" and advocacy training days on Capitol Hill. We have also worked with the Prevention Project, a group advocating for the governmental adoption of a "Prevention Model" for use in multiple domains of public policy. Capacity is being built through an annual SCRA-funded Policy Grant Program, which is open to applicants outside the U.S. with a deadline for proposals in September. Training is another way in which the Policy Committee builds capacity. The committee created a policy practicum program for graduate student members of SCRA. The practicum goals are 1) to provide opportunities for students to gain experience in a specified policy area, 2) to develop core competencies in public policy analysis, development and advocacy, and 3) to develop a template that could be adopted and used by faculty of community psychology training programs to enhance policy experience. The need for such a tool was illustrated by a survey of graduate programs that found Public Policy training was infrequently offered in existing community psychology graduate programs. Finally, the Committee is developing resources detailing the practical steps in a policy advocacy campaign in different contexts and these resources are being made available to students, faculty, professionals, and the public on the new SCRA website.

Abordaje de las cuestiones éticas en la acción comunitaria

Alipio Sánchez Vidal, Universidad de Barcelona

La acción social de orientación comunitaria tiene importantes implicaciones éticas y políticas asociadas a las relaciones establecidas con los actores sociales y al uso de técnicas psicosociales para mejorar la vida personal y colectiva de la comunidad desde una filosofía que reconoce y contribuye a “activar” la capacidad de las personas de devenir agentes que gestionan su propio desarrollo con la ayuda profesional externa. Las implicaciones y los problemas morales en Psicología Comunitaria derivan de la complejidad, ambigüedad y dinamismo de las comunidades en términos de valores morales, actores sociales, opciones existentes y consecuencias. Tienen también que ver con la anomia (falta de normas y pautas de comportamiento claras) y los conflictos asociados al intento de hacer compatible el desarrollo humano (en que las personas deben ser sujetos agentes, no meros receptores pasivos, del proceso de cambio) y la actuación del practicante comunitario. Eso exige establecer una relación lo más horizontal posible que permita tanto la colaboración con la comunidad y sus miembros como su empoderamiento, e implica la responsabilidad compartida (co-responsabilidad) del practicante y los actores comunitarios. Aunque el psicólogo de lo social debe ser responsable del uso que hace del conocimiento, la técnica y el poder que la sociedad ha puesto en sus manos, a menudo carece de la formación y el nivel de reflexión personal y colectiva para enfrentar las difíciles cuestiones éticas psicosociales, lo que le lleva a ignorar esas cuestiones o a usar normas deontológicas de base clínica, a menudo insuficientes o inadecuadas para la acción comunitaria. A partir de las nociones básicas de la ética psicosocial aplicable, el minicurso-taller presenta un método para identificar y discutir cuestiones éticas en la PC y para facilitar, a partir de ellas, la reflexión sobre situaciones sociales problemáticas y el papel que en ellas debe desempeñar el psicólogo comunitario. El método consta de 4 elementos: actores sociales significativos, valores relevantes, opciones de actuación y consecuencias de cada opción para el conjunto de actores.

¿Cómo alcanzar y transformar desde los nuevos movimientos sociales las instituciones públicas?: Estrategias, herramientas y experiencias

Jorge S. López Martínez, Universidad Autónoma de Madrid

En los últimos años hemos contemplado en distintos contextos geográficos la emergencia de nuevos movimientos colectivos que reclaman un nuevo modelo de organización social y política de nuestras sociedades basado en el compromiso social al servicio de la ciudadanía, la participación horizontal, la democracia real y la transparencia. Dichos movimientos han articulado en su propia organización desde estos principios, pero han tenido en un primer momento dificultades para canalizar esta demandas hacia una transformación efectiva de la vida política. En fecha reciente, sin embargo, han aparecido ya distintas experiencias de que han canalizado esta perspectiva hacia opciones políticas o al acceso al gobierno de las instituciones públicas. Estas experiencias parten de una reflexión sobre la forma de resolver dilemas planteados por la organización política tradicional, tales como el ejercicio del liderazgo, los sistemas de representación y la práctica asamblearia. Por otro lado, integran como forma de acción nuevas formas de organización basadas en la revocabilidad y flexibilidad de los roles y responsabilidades, la estructura rizómica y la combinación de sistemas virtuales con espacios presencial. Desde el conocimiento y participación en estas experiencias este mini-curso tienen como objetivos: 1) Ofrecer y compartir reflexiones sobre las formas de materializar las propuestas de los nuevos movimientos sociales en el espacio político; Ofrecer estrategias y herramientas que favorezcan tanto el acceso de los movimientos sociales a las instituciones públicas como la implantación desde ese ámbito de un nuevo modelo de gestión institucional y política. Contenido programático del curso: 1) Participación, compromiso social y transparencia como demandas de un nuevo modelo de gobernanza política y de gestión de lo público, 2) Reflexiones y soluciones a los dilemas de la organización en el espacio político; 3) Herramientas estratégicas y técnicas para el desarrollo de procesos políticos de acceso a las instituciones y la implantación de nuevas formas de gestión, 3) Relato y evaluación de experiencias. El mini-curso se vincula con el área de políticas públicas por su clara vocación de acercar las nuevas formas de organización social a lo institucional; representa una re-formulación de las estrategias de investigación-acción participativa en las demandas de la coyuntura actual. Metodología y recursos: breves exposiciones seguidas de intercambio de ideas y ejemplificaciones de experiencias concretas; se requiere proyector y computadora con acceso a red. Evaluación: asistencia y participación en el curso.

Práticas de campo com pessoas em situação de rua e políticas públicas

Antonio Fábio Coelho Paz, Universidade Federal do Ceará

Mesmo diante da invisibilidade histórica das pessoas em situação de rua no Brasil, elas estão presentes no cenário urbano, principalmente das grandes cidades, e essa realidade está profundamente ligada à história de desigualdade e de exclusão social brasileira. Nos últimos 10 anos, percebemos maior organização política de movimentos sociais ligados à população em situação de rua e gradativo acesso a políticas de diversos setores do serviço público. Algumas estratégias e políticas públicas foram elaboradas para tentar abarcar as várias questões em torno das necessidades dessa população. Entre elas destacam-se o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), na Assistência Social, e as Equipes de Consultório na Rua (eCR), na Saúde, compondo as equipes da Atenção Básica. Em ambos, o psicólogo é muito requisitado a compor o quadro de profissionais desses serviços. Considerando características específicas, tais como: fragilidade de vínculos, nomadismo, demandas de várias esferas, histórico de violação de direitos humanos e outras vulnerabilidades sociais; os profissionais que atuam com pessoas em situação de rua através das políticas públicas ou de ONG's são desafiados a desenvolverem práticas contextualizadas, compreendendo as características próprias dessa comunidade e visando ao empoderamento desses sujeitos. Assim, a proposta desse curso consiste em apresentar propostas teórico-práticas que poderão ser utilizadas no trabalho realizado por psicólogos e outros profissionais na atuação de campo e na intersectorialidade, desenvolvendo ferramentas para atuação principalmente em políticas públicas voltadas a esse segmento. Para isso, pretendemos discorrer sobre aspectos prático-conceituais de territorialização, vínculo, abertura e fechamento de campos, intersectorialidade, interprofissionalidade, questões de saúde e consumo de drogas. Serão trabalhados quatro eixos e o quinto será transversal a todos. Eixo 1: Abordagem e Relação com as Redes Intersetoriais; Eixo 2: Vinculação com públicos diversos e relação com várias profissões; Eixo 3: Ambiente/Território, destacando aspectos socioambientais na relação pessoa-ambiente; Eixo 4: Uso de substâncias psicoativas e Redução de Danos, uma vez que a presença de drogas podem nos ajudar a compreender melhor aspectos subjetivos e coletivos da vida na rua e a Redução de Danos como lógica de cuidado coletivo e autocuidado diante das relações entre prazer, corpo, saúde, qualidade de vida; Eixo 5 (transversal): Afetividade, abordando a dimensão afetiva, os sentimentos e as emoções, como potencial de desenvolvimento dos sujeitos, dos grupos e mesmo do profissional implicado. Como recursos metodológicos, serão utilizados um vídeo curta-metragem, dinâmicas sobre território e vinculação, discussão de textos curtos, apresentação de slides, uso de imagens como fotografias e gravuras, discussões de casos. A orientação metodológica é das metodologias ativas, que destacam a importância da participação ativa do educando no processo de aprendizagem, procurando desmitificar algumas ideias sobre a população em situação de rua, drogas e outros preconceitos.

Palavras-chave: Pessoas em situação de Rua; Políticas Públicas; Afetividade.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Contribuição teórico metodológica do conceito de prática social para a psicologia comunitária

Roberta Kafrouni, Universidade Tuiuti do Paraná

Considera-se que a Psicologia Social Comunitária não é só uma área de aplicação da Psicologia Social, Educacional ou Clínica na Comunidade. A análise da história da Psicologia Social Comunitária demonstra a construção de uma disciplina, que embora recente e derivada de vários campos, construiu conceitos teóricos e assumiu posturas metodológicas e éticas com objetivos particulares que já a identificam como um campo próprio. Objetivos declarados de compromisso com a transformação social, com a criação ou devolução de poder às pessoas para enfrentar suas próprias dificuldades, a promoção da justiça e bem estar social. Estes objetivos devem ser alcançados a partir da geração de uma prática psicossocial em unidades sociais, organizações e comunidades. Os psicólogos comunitários, orientados por conceitos próprios da Psicologia Comunitária, vem construindo uma identidade profissional específica. Este mesa tem como objetivo apresentar alguns fundamentos para construir um conceito de prática a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, identificando possibilidades como categoria teórica e metodológica para o campo da Psicologia Social Comunitária. Para tanto, será apresentada uma discussão teórica dos conceitos relacionados à prática social e em seguida será apresentado um modelo de análise da prática baseado nestes. Este trabalho contribui para a discussão proposta na conferência por apresentar alternativas à prática do psicólogo comunitário em face dos desafios existentes nos diferentes espaços de atuação. Também aprofunda a discussão do eixo temático da formação por problematizar a práxis do psicólogo articulada às questões metodológicas do Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia Comunitária. Os temas enfocados na mesa têm importância fundamental para o desenvolvimento teórico e metodológico do campo. A primeira parte da exposição apresentará o conceito de práxis na perspectiva materialista histórico dialética oferecendo os fundamentos filosóficos e sua contribuição ao conceito de prática social. A segunda parte da exposição abordará o histórico e panorama do conceito de prática e sua relação com a Teoria da Atividade proposta pela Psicologia Histórico Cultural. Por fim, a terceira parte tem como objetivo prover um exemplo prático da aplicação dos conceitos trabalhados anteriormente por meio da proposição de um modelo de análise da prática em um serviço à comunidade. Com isso, busca-se aprofundar as bases epistemológicas e teóricas da prática em Psicologia Comunitária de forma consistente com seu compromisso social.

1 • Contribuição do conceito de práxis para a psicologia comunitária

Maria Sara de Lima Dias, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

O objetivo desta apresentação é discutir sobre o conceito de práxis para a psicologia comunitária e sua relação com o fazer do psicólogo em diferentes contextos. Qual seria a relação entre a identidade do psicólogo, a possibilidade de sua formação ética, crítica e política e o contexto em que desenvolve a sua práxis? Como o seu fazer cotidiano lhe impõe limites e desafios a serem superados, tendo em vista o objetivo da transformação social pretendida por uma psicologia que se afirma como profissão comprometida com a transformação de uma realidade social excludente?

A formação em psicologia comunitária busca estabelecer uma relação entre o ensino a pesquisa e a extensão que permita ao aluno princípios, diretrizes e estratégias para suas ações e práticas sociais. No entanto, esta psicologia comunitária pretendida ainda encontra-se em desenvolvimento. Esta apresentação busca a promoção de uma discussão necessária sobre a dialética entre a teoria e o real. Torna-se importante pensar que a prática (enquanto uma produção da ação) é objeto do conhecimento. Do ponto de vista filosófico, a existência de uma natureza da ação humana faz parte de uma práxis histórica, é o ser do homem, em seu fazer em sua prática. É através da práxis dos estágios, que o psicólogo toma contato com o mundo real onde seu fazer terá lugar. A práxis dá a ciência/conhecimento seu objeto de estudo e sua finalidade que é a atividade subjetiva, é o produto da ação. O conhecimento só existe na prática, e conceber o objeto como produto da atividade humana, é entender essa atividade como atividade real, objetiva, sensível, isto é, como prática. A importância do conceito de práxis para o desenvolvimento da psicologia comunitária passa por uma leitura de Marx que afirma que é na prática que o homem deve demonstrar a verdade de seu pensamento. Se o mundo existe antes do homem, se o homem só conhece o mundo depois de sua intervenção prática, a finalidade de uma ação está vinculada com o conhecimento que se tem da realidade que se quer transformar. Se uma teoria que gera um conhecimento, ao colocar esse conhecimento em prática, seus objetivos contemplados, isso significa que o conhecimento/teoria é verdadeiro. Caso não se encontrem os objetivos do conhecimento prévio na prática, significa que a teoria/conhecimento é falsa, no entanto a identidade manifesta-se através da interação social, das relações, das práticas efetuadas, pois é a práxis que revela a identidade do sujeito. A concepção de práxis como critério de verdade se opõe tanto ao idealismo (especulação da verdade apenas no pensamento) como se opõe a uma concepção empírica (a verdade se manifesta de forma clara e imediata na atividade). A práxis revolucionária é a práxis que transforma a sociedade.

2 • História e panorama do conceito de prática social.

Denise de Camargo, Universidade Tuiuti do Paraná

Esta exposição tem por objetivo apresentar um histórico e panorama geral do conceito de prática. Busca-se traçar a genealogia do conceito e discutir sua implicação para a Psicologia Comunitária. O termo prática é usado com frequência na classificação dos saberes. Muito comum tem sido dividir os saberes em especulativos e práticos, sendo que apenas os primeiros são considerados científicos. Muito se discute a relação entre teoria e a prática, com frases como "a prática segue à teoria", "a prática determina a teoria", "a prática é o critério da verdade", "a teoria orienta a prática", "sem teoria a prática é cega". Ao explorar caminhos possíveis para conceber "prática" distinguem-se três modos de engajamento diferentes, mas não excludentes. O primeiro modo enfatiza a prática como fenômeno, em oposição à "teoria", o que se conhece no senso comum entre prática e teoria. Nesse sentido, entenderemos prática social como aquele fenômeno que decorre da experiência direta de um sujeito ou grupo. O segundo modo advoga prática como perspectiva entendida como a utilização de uma teoria para compreender a prática. O terceiro modo foca a prática como filosofia, e seu comprometimento com

uma ontologia que posiciona a prática como constituída de realidade social. Então, cabem algumas perguntas: Mas de que teoria se fala? De que prática se fala? Dentro de que sistema filosófico se fala? Como pesquisar prática social? Do ponto de vista metodológico, entendemos que pesquisadores e participantes da pesquisa são co-analistas imersos no campo com métodos específicos na perspectiva etnográfica, observação-ação, auto confrontação e auto-confrontação cruzada, com vistas a dar vozes aos atores reais que explicam o que fazem, como fazem, possibilitando uma análise situada dessas experiências, um conjunto tácito e uma riqueza de mediações. Esta apresentação relaciona-se à proposta da Conferência por elaborar uma teorização sobre os fazeres da Psicologia Comunitária. Relaciona-se ao eixo temático da formação do psicólogo por apresentar uma discussão teórico-metodológica importante tanto para a prática como para a pesquisa. Por fim, a discussão aqui proposta vai ao encontro da Psicologia Comunitária por abordar, entre outros pontos, o estatuto epistemológico do campo, uma vez que este coloca a si o compromisso ético de produzir um conhecimento voltado à transformação.

3 • Proposta de um modelo de análise da prática a partir da Teoria da Atividade

Roberta Kafrouni, Universidade Tuiuti do Paraná

Esta terceira parte da explanação tem por objetivo ilustrar como os conceitos apresentados nas exposições precedentes podem embasar um modelo de análise da prática social em comunidade. Procura-se aqui demonstrar como os conceitos de práxis, atividade e prática social podem auxiliar a problematização de realidades comunitárias. Em conformidade com as exposições precedentes esta apresentação tem como base teórico-epistemológica a Psicologia Histórico-cultural e os autores principais estudados foram Vigotski e Leontiev. A revisão teórica destes autores demonstrou que a Teoria da Atividade de Leontiev oferece uma referência fundamental para a formulação de um modelo de análise da prática em comunidades. A origem do conceito na psicologia soviética é encontrada nos primeiros estudos de Vigotski que atribui à atividade o papel de princípio explanatório em relação à consciência humana e a considerou como o gerador da consciência. Vigotski encontrou em Marx uma teoria social da atividade humana que vinha em contraposição às concepções naturalistas e à receptividade passiva da tradição empirista. Ele assume o conceito de história e o conceito de práxis do marxismo. História, que no contexto do materialismo histórico, quer dizer produto da atividade humana; e práxis, isto é, a atividade histórica concreta e elemento criador dos fenômenos da consciência. Na psicologia orientada pelo materialismo histórico, a consciência é explicada como qualidade que se forma em um sistema de relações sociais, no trabalho e graças à linguagem, e na apropriação das diferentes formas de consciência social. Estas são as posições básicas que orientaram a psicologia fundamentada no materialismo histórico. Prioriza-se em nossa perspectiva os sujeitos da prática. Sujeitos históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura, criadores e reprodutores de ideias e formas de consciência. Esses sujeitos que produzem e reproduzem a realidade social e são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela. Na Teoria

da Atividade, Leontiev descreve detalhadamente os elementos constituintes da atividade e abre o caminho para a construção de uma forma de análise que permite compreender o posicionamento dos sujeitos, suas mediações, a articulação entre meios e fins de suas produções. Aplicar este modelo a práticas em comunidade permite uma análise em profundidade que pode explicar dificuldades e potencialidades nesta mesma prática. Esta exposição procura contribuir para o aprofundamento da base teórico-metodológica da pesquisa e ação do psicólogo, bem como lhe oferece uma estratégia de análise de seu fazer. Possibilita ao psicólogo identificar aspectos importantes a serem alvo de sua intervenção. Deste modo, a consideração deste modelo de análise também oferece um aporte à formação do psicólogo comunitário comprometido com a produção de um saber voltado à transformação.

Desenvolvimento humano e comunitário na política nacional de assistência social: reflexões sobre a atuação juntos das famílias e dos grupos produtivos na Proteção Social Básica – CE, Brasil

Alexsandra Maria Sousa Silva, Universidade Estadual do Ceará

A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) traz o desafio para atuação da Psicologia que tem, em sua história, se desenvolvido em direção ao atendimento psicológico individual e especializado. A partir da década de 80, com a crise da Psicologia é que vieram os questionamentos sobre sua atuação junto da população em contexto de vulnerabilidade social. A partir de 2004, é que a Assistência social se consolida como direito social a ser garantido para quem dele necessitar. Com isso, as ciências psicológicas são repensadas: O que fazer no contexto de vulnerabilidade social? Assim, este trabalho pergunta-se sobre o lugar da Psicologia na Política Nacional de Assistência Social, a partir da análise teórica acerca da noção de desenvolvimento humano e comunitário, reconhecendo que a consciência individual do sujeito só pode existir nas condições em que existe a consciência social e que, portanto, esse psiquismo é forjado a partir das condições dadas pela coletividade. O objetivo deste trabalho é analisar a noção de desenvolvimento humano e comunitário e os impactos da práxis da Psicologia junto das famílias e grupos produtivos na proteção social básica. Baseada na metodologia reflexiva-vivencial, trazemos a inclusão Produtiva Produtiva como uma das estratégias da PNAS, de enfrentamento da pobreza, tendo como principais beneficiários os usuários do Programa Bolsa-Família e seus familiares. Desse modo, o foco de trabalho da PNAS é a família, o que significa percebê-la em um contexto mais ampliado, no seu movimento e em uma concepção que vai para além dos laços consanguíneos é o que propõe a PNAS. Nesse sentido trabalhar com famílias ao mesmo tempo pode ser desafiante e enriquecedor, para o psicólogo. Nessa mesa será exposto três propostas de metodologias de atendimento à famílias que possibilitam o seu desenvolvimento e superação. englobar a familiar e todo o sistema social exige partir de uma metodologia de atendimento sistêmico, trabalhar com sistemas amplos, através um processo de co-construção em um contexto de autonomia. Contudo, a consolidação da assistência social como política pública e direito social exige um processo constante de reflexão da práxis psicológica, que precisa ser pensado no contexto de atuação da Psicologia Comunitária no mundo atual, considerando a

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

importância da atuação interdisciplinar e a articulação entre as diversas políticas públicas, que devem se dá na direção de se tornar uma rede de proteção social na direção de promover a autonomia e a cidadania a todos os brasileiros. Com isso, esta proposta tende a contribuir com reflexões acerca dos limites, possibilidades e práticas da Psicologia Comunitária no âmbito das políticas públicas de assistência social.

1 • Desenvolvimento humano e comunitário na Proteção Social Básica: reflexões da Psicologia

Alexsandra Maria Sousa Silva, Universidade Estadual do Ceará, Nara Maria Forte Diogo Rocha, Universidade Federal do Ceará, Luciane Alves de Oliveira, Universidade Federal do Ceará

A noção de desenvolvimento humano e comunitário dentro da Política de Assistência Social parece um problema que exige atenção e requer um aprofundamento teórico, tanto na perspectiva das leis que regem a Política, quanto diante das possibilidades de atuação da Psicologia que se faz no cotidiano. Esse estudo vem contribuir com novas reflexões acerca do desenvolvimento humano e comunitário mediado pela Proteção Social Básica, permitindo a Psicologia se colocar como facilitadora desse processo humano e social. Para objetivou-se sistematizar os conceitos de desenvolvimento humano e comunitário neste documento; problematizar esses conceitos dentro da política pública de assistência social; e refletir acerca de sua compreensão e importância na práxis do psicólogo no contexto social e político atual. A concepção de desenvolvimento humano e comunitário dentro da PNAS busca afastar-se da concepção assistencialista através da promoção da autonomia, se definindo como o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento dos vínculos familiares e compreendendo sujeito, numa dimensão histórico-cultural, considerando participação social, a cidadania e o desenvolvimento que se dá ao longo de toda a Vida. Entendemos que o psicólogo atua como um facilitador (e não detentor) da transformação comunitária e que isso se dá através do conhecimento da realidade da comunidade e do diálogo transformador e coletivo. A atuação do psicólogo/a na Proteção Social Básica deveria se da no sentido qualitativo de favorecer o desenvolvimento humano e comunitário, estimulando a expressão do potencial de desenvolvimento de cada um e da comunidade, para assim propiciar condições facilitadoras da construção de um conhecimento crítico, partindo da realidade e do potencial da comunidade. Entendemos que para isso, é importante, dentro e fora do equipamento CRAS, se trabalhar em equipe, favorecendo o a integração metodológica dos saberes-fazeres entre as diferentes áreas de atuação social. Essas problematizações se tornam fundamentais a medida que nos leva a repensar os limites e as possibilidades da prática do psicólogo comunitário no contexto atual, em que as políticas públicas marcam o rumo da Psicologia Contemporânea. Concluo com o compromisso da Psicologia de denunciar e anunciar novas possibilidades de se sentir, perceber e transformar a realidade pela via do desenvolvimento humano e comunitário.

2 • A práxis do psicólogo com famílias no contexto da política nacional de assistência social

Anne Graça de Sousa Andrade, Universidade de Fortaleza, Denise Alves de Neiva, Universidade Federal do Ceará

Percebe-se que a família vem sofrendo muitas transformações ao longo dos anos, transformações estas que perpassam contextos históricos, culturais, políticos e socioeconômicos. Concomitantemente às essas transformações na família, ocorreram transformações no cenário político brasileiro. Temos como exemplo, a década de 70, período que ocorreram as organizações de movimentos sociais em prol da redemocratização do país. Nesse período, o Brasil passou por um importante processo de mudança política, com a inflexão do regime militar, a construção de instituições representativas e multipartidárias, desencadeando na elaboração, nos anos de 1987 e 1988, de uma nova constituição. A Constituição de 1988 foi um marco importante para a mudança de paradigma eleitoral e de governo, além de regular a formulação das políticas públicas por parte dos Poderes Executivo e Legislativo. A Política Nacional de Assistência Social, comunga dessas transformações, e começa a se constituir de forma diferenciada, com foco na garantia de direitos e na família. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo elucidar práticas de atuação do psicólogo com famílias. A partir de um trabalho de revisão de literatura em bases de dados, que contemplou a leitura de artigos, livros e capítulos, além de dissertações e teses, chegou-se ao levantamento de três metodologias de intervenção com famílias, as quais serão descritas nesse trabalho, a saber: Metodologia de atendimento sistêmico novo-paradigmático: trabalhando com sistemas amplos – sistemas determinados por um problema; Grupos Multifamiliares e Visitas Domiciliares, como importantes formas de acesso e desenvolvimento de famílias que vivenciam situação de vulnerabilidade social. A “Metodologia de atendimento sistêmico novo-paradigmático: trabalhando com sistemas amplos – sistemas determinados por um problema” se constitui como um processo de co-construção em um contexto de autonomia, que pode ser realizado tanto com famílias como em “sistemas mais amplos”, daí podendo englobando a família e toda a rede socioassistencial. A metodologia dos “Grupos Multifamiliares” enfoca a interação humana com a troca de experiências, o que possibilita desenvolver a capacidade auto-reflexiva e autocrítica das famílias, desenhando um novo olhar para a situação que perpassam, com vistas a um trabalho interdisciplinar e intergeracional, tem como ênfase saberes tanto científicos quanto populares. Outra importante forma de trabalho com famílias é a visita domiciliar, que permite o conhecimento da família em seu ambiente e requerem sensibilidade aos anseios e reações desta, possibilitando vivenciar com mais plenitude o cotidiano das famílias atendidas. Dessa forma, a partir da mudança epistemológica da concepção de família pelas políticas públicas e a inserção do psicólogo nesse contexto, no trabalho com famílias faz-se necessário entendê-la em sua diversidade e movimento, concebendo cada uma como única.

3 • O lugar do psicólogo no programa acessuas trabalho de qualificação profissional para a inclusão social.

Denise Alves de Neiva, Universidade Federal do Ceará, Anne Graça de Sousa Andrade, Universidade de Fortaleza

O Brasil vive um momento de intensa qualificação profissional ocasionado pelos dados alarmantes de desemprego que se justificam na baixa escolaridade e qualificação dos brasileiros. Partindo dessa necessidade, o governo atual decidiu investir na qualificação profissional dessas pessoas para que elas pudessem entrar no mercado de trabalho e criou o Programa Nacional do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS TRABALHO que tem por objetivo qualificar pessoas inseridas ou em processo de inserção no Cadastro Único para Programas Sociais. O programa está no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Assistência Social. O ACESSUAS TRABALHO surge como uma nova modalidade de atuação dentro do SUAS apresentando-se como uma forma de prevenção de riscos dentro da Proteção Social Básica no âmbito do trabalho. A equipe técnica é a mesma utilizada pelos CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, porém com objetivos de acompanhamento dos alunos e inserção no mercado de trabalho. A partir da pouca produção científica sobre essa temática, o presente trabalho tem como objetivo apresentar, na perspectiva de relato de experiência, o lugar do psicólogo nesta equipe que necessita não apenas da visão social do trabalho, mas também conhecimentos em outras áreas da psicologia como: escolar e organizacional. Essa interlocução de conhecimentos é necessária para que haja uma compreensão mais ampla daquilo que se entende como inclusão produtiva. A partir de vivência de 6 anos nesse emergente campo de atuação, deles, um ano no programa ACESSUAS TRABALHO pode-se inferir que a práxis do psicólogo se baseia em conhecimentos acerca da psicologia social com interlocuções com o mundo do trabalho. No período em que fui analista de inclusão produtiva do supracitado programa tive que construir indicadores sociais para monitoramento das ações, realizar planejamento estratégico, lidar com as demandas sociais, educacionais e psicológicas dos alunos e professores, bem como compreender como funciona o projeto educacional e organizacional do Sistema "S" para poder realizar as contribuições condizentes com os objetivos do programa. Todas as ações conjuntas rendeu à Equipe ACESSUAS TRABALHO o 1º lugar em matrículas do Estado do Ceará e o 36º lugar no Brasil. A interlocução desses saberes fortalecem o conhecimento acerca da extrema pobreza dentro da psicologia comunitária e complementam o conhecimento acerca do público-alvo do programa. O protagonismo e a emancipação do usuário do SUAS se fortalece quando o saber do psicólogo ultrapassa determinados limites e a psicologia comunitária se fortalece como um fazer dentro de uma nova política de inclusão social.

Entre a complexidade e a contradição: Os desdobramentos na identidade do processo de acolhimento institucional

Thalita Catarina Decome Poker, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O acolhimento institucional é conceituado como política de atendimento infraconstitucional do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Esta medida é estabelecida como ultimo recurso a ser usado no intuito de garantir a proteção e o bem-estar na infância (Brasil,1990). No entanto, quanto a prática e a práxis, o acolhimento de crianças é considerado como um ambiente complexo e de múltiplas contradições, campo de lutas, discussões, por conta das problemáticas encontradas neste contexto como: a falta de recursos, o excesso de crianças, a falta de profissionais ou pouco preparo para atender a demanda. Realidade decorrente de práticas dissonantes do que está previsto no estatuto, inúmeras burocracias, e não fortalecimento dos vínculos familiares e até mesmo a ausência de aproximação com a comunidade. À vista disso, este é um tema que, embora muito discutido, ainda não se esgotou. Deste modo, socialização/individuação de crianças e/ou adolescentes acolhidos é a síntese das determinações de uma sociedade de capitalismo-tardio, baseada na acumulação de renda, relações de produção e exploração. Para a discussão destes pontos mencionados, buscamos compreender esta condição por meio do estudo de identidade em paralelo com os aspectos materiais e de orientação modulado pelas políticas de atendimento e proteção a criança acolhida. Por meio da socialização nos moldes institucionais das políticas públicas, constantemente apresentados as infâncias que vão sendo vividas e significadas neste cenário, sobretudo, por estas determinações. E também, entender quais são os sentidos estabelecidos pelos educadores e equipe técnica frente a condição da criança acolhida e as políticas de atendimento. Estas vidas em trajetória institucionalizadas são vinculadas as determinações das políticas de proteção e as falas dos profissionais. Deste modo, entendemos a discussão das políticas de proteção a infância como tendo: um referencial histórico e ideológico, contingente a um período de desenvolvimento moral da sociedade. E, neste sentido, buscamos nas narrativas de história de vida a possibilidade de entender como estas vidas vão sendo tecidas em um cenário composto pelas políticas de atendimento e proteção à infância e adolescência. Portanto, se faz necessária a crítica das contradições e complexidades do que é construído socialmente sobre a condição de criança e adolescente acolhido por meio da compreensão de quem são as crianças e adolescentes, o que decorre após um longo período de institucionalização, como são reconhecidas por meio da atuação e dos sentidos estabelecidos pelos profissionais. Para que, de fato, possamos pensar nesta condição de modo a promover a criança como sujeito de direitos em busca da sua autonomia e auto-reconhecimento de futuros cidadãos capazes de refletir e questionar o que é posto enquanto determinação em suas vidas e as instituições sociais.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

1 • Da docilidade à marginalidade: Políticas de identidade no acolhimento institucional.

Thalita Catarina Decome Poker, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O presente resumo é parte dos resultados da pesquisa feita na dissertação de mestrado: O que eu fiz com o que as instituições fizeram de mim? A história de Molly e sua luta por emancipação frente às políticas de acolhimento institucional. Tem por objetivo entender como a identidade vai se constituindo entre a práxis, a orientação técnica e o que é previsto enquanto direito. Do ponto de vista psicossocial, a instituição de acolhimento é a mediadora entre a criança e a sociedade no processo de constituição/reconstituição da sua identidade permeadas pelas políticas públicas com um referencial histórico atrelado a construção social da infância acolhida dão corpo as ações e ideologias. Com base nesta premissa, utilizamos as narrativas de Molly, uma jovem de 21 anos acolhida dos 07 aos 17 anos. Por trazer contribuições substanciais para o desvalamento das políticas de identidade ao longo do processo de acolhimento institucional. Neste sentido, pensar neste processo por meio das narrativas de história de vida pode nos auxiliar a refletir sobre as práxis pelo viés da sobredeterminação do sujeito, devolvendo a sua expressão. Como referencial teórico, utilizamos o estudo de identidade proposto por Ciampa (1987/2011), cuja perspectiva é de uma visão dinâmica de indivíduo como produto e produtor da sociedade em constante transformação, ou seja, metamorfose em busca de emancipação pelas possibilidades de superação das determinações sociais. Propomos com esta pesquisa um aprofundamento das políticas de identidade instituídas no processo de acolhimento. De acordo com Ciampa (2002, p. 136) às políticas de identidade podem ser compreendidas como a: "orientação feita ao estigmatizado no sentido de 'que se ele adotar uma linha correta (linha esta que depende da pessoa que fala)' ele terá boas relações consigo e será um homem completo, um adulto com dignidade e auto-respeito" Esta linha ideológica traçada pode conferir poder no processo de socialização frente ao acolhimento institucional para regulação de indivíduos e manter o funcionamento da instituição. Por meio das narrativas de Molly, foram elucidadas duas políticas de identidade em forma de carreira moral: a primeira na qual a linha a ser adotada é a da docilidade e gratidão, sendo que, o acolhimento é significado como um privilégio e a segunda como consequência da negação da primeira em forma de reconhecimento perverso pela prescrição da marginalidade. Tais políticas de identidade não possibilitam a autonomia para a chegada da maioridade e a retomada da sua dignidade pela busca da sua expressão. Como superação destas políticas, de acordo com a narrativa de Molly, o reconhecimento de pessoas da comunidade e escola da condição de criança sujeito de direitos possibilitou a busca pela autonomia. De acordo com o exposto, é fundamental a abertura das instituições para que a criança tenha a comunidade como possibilidade de ter outras pessoas significando a sua experiência, e a desconstrução destas políticas para garantir de fato o reconhecimento pelos seus direitos.

2 • Os Sentidos do Acolhimento Institucional para os Profissionais do Abrigo

Vinicius Furlan, Universidade Federal do Ceara, Thalita Catarina Decome Poker, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, Vinicius Furlan, Universidade Federal do Ceará

O presente resumo é baseado nos dados de uma pesquisa que visou compreender os sentidos atribuídos pelos profissionais que trabalham com acolhimento institucional dado às suas ações. Foram entrevistados 8 técnicos, 6 educadores, 3 diretores e 1 profissional da cozinha. Os participantes da pesquisa entendem que as situações que levam ao abrigamento são reflexos da falta de investimento nas políticas de atenção à família, sendo essas famílias, portanto, vítimas das condições sociais e objetivas de vida em que impera a exclusão e miséria sociais. Os participantes da pesquisa entendem que as crianças e adolescentes do abrigo possuem forte carência e necessidade de afeto, devido aos vínculos rompidos e limitados com os familiares. Em que pese, a necessidade de afeto seja reconhecida, as formas de expressão da afetividade são entendidas diferentemente por educadores e técnicos. Para os técnicos, há uma grande preocupação em não substituir a família na instituição; alguns educadores acompanham discursivamente essa preocupação com ambiguidades, pois alguns se representam como figura materna. Os participantes da pesquisa destacam que o trabalho realizado no abrigo, independente da função e do cargo desenvolvido, tem o sentido de educar e organizar a vida das crianças e adolescentes, ou seja, entendem que o papel e o sentido do trabalho que realizam é o de educador, que inclui cuidados, afeto e proteção. Não obstante, alguns participantes entendem o trabalho no abrigo como tendo o caráter de militância política, na busca de fazer resistência à ausência de políticas por parte do Estado e na tentativa de contribuir para a construção dos direitos destes sujeitos. Os profissionais têm clareza da realidade do abrigamento, mas são insuficientes para se garantir os direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar, visto que a família é uma unidade de socialização afetiva e, no abrigo, a afetividade é paradoxalmente reconhecida. Para finalizar resta dizer que a realidade da institucionalização de crianças e adolescentes sob a forma de proteção desses sujeitos no abrigo é marcada pela exclusão social. Pois, os abrigos revelam a pobreza e a desvalorização social presentes na sociedade que, ideologicamente, são camufladas na estigmatização das famílias e das crianças e adolescentes como se fossem seres marcados pela delinquência e irresponsabilidade individual. Isto também esconde a falta de preocupação do Estado e os impactos do capital nas questões que afligem as famílias e suas crianças.

3 • Narrativas autobiográficas na infância e as possibilidades de resiliência

Bárbara Castelo Branco Monte, Universidade Federal do Ceará

De acordo com o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (Serviços de Ação Continuada) do Ministério do Desenvolvimento Social realizado pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a institucionalização mantém-se como prática

indiscriminada e preferencial para a proteção da criança e do adolescente. Crianças são acolhidas em tenra idade, até mesmo com poucos dias de nascida e não possuem registros sobre a sua história de vida. Precisamos narrar e ouvir histórias se almejamos investigar e compreender contextos temporais relacionados às histórias de vida. As histórias de vida permitem-nos e aos outros entender quem somos, quem nos tornamos e quem gostaríamos de ser, portanto, nosso eu configura-se como construção de uma identidade narrativa. Conhecemos, no entanto, autotematizações ou narrativas autobiográficas que remetem a eventos ou experiências que não se integram à unidade de uma identidade narrativa. São as experiências traumáticas, como os rompimentos dos vínculos familiares e comunitários das crianças em instituições de acolhimento. Na desordem e incoerência instauradas, somente a construção de narrativas permite a elaboração de sentido e a restauração da unidade da identidade abalada. O trabalho biográfico também corresponde às capacidades reflexivas, de planejamento e de autocontrole do indivíduo relacionadas ao enfrentamento de adversidades e a resiliência, mecanismo fundamental para lidar com um ambiente que pode potencializar a vulnerabilidade social e psíquica, como as instituições de acolhimento. Adotamos neste trabalho a resiliência sob uma perspectiva construcionista, não individualizante, mas sensível ao contexto histórico e cultural em que se dão as interações da criança, abstendo-nos de definir universalmente o que constitui o desenvolvimento saudável e o “sucesso” no enfrentamento de adversidades. A resiliência não se limita às características individuais, mas está vinculada às redes de apoio e ao lugar social e político ocupado pelas crianças, adolescentes, suas famílias e comunidades. Numa perspectiva construcionista, os fatores de resiliência são multidimensionais, específicos e dependentes do contexto sociocultural. O projeto Fazendo Minha História tem em sua proposta de atuação na Casa Abrigo, o objetivo de colaborar com o desenvolvimento de crianças e adolescentes no contexto de abrigo, estimulando-os a tornarem-se narradores a partir de um tripé metodológico: a parceria com um colaborador, a mediação de leitura e o registro da sua história de vida em um álbum. O projeto iniciou em novembro de 2013 como uma atividade de extensão do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (NUCEPEC) com a previsão de continuar até novembro de 2014.

Estratégias e Provocações da Psicologia Social Comunitária como Instrumentos para a Ação em Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social

Marcos Vieira Silva, Universidade Federal de São João Del Rei

Desde o seu surgimento no Brasil, durante os anos 70, a Psicologia Social Comunitária vem se apresentando como um campo de ação da Psicologia Social voltado para o trabalho com movimentos sociais e políticas públicas de saúde, educação, desenvolvimento social e Assistência social. Vale ressaltar que se trata de campos e temas repletos de contradições, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Além disso, vale lembrar que até meados da década de 80 ainda vivíamos em plena ditadura, ou seja, com mais contradições ainda, principalmente do ponto de vista de concepção e desenvolvimento de políticas públicas. A mesa redonda apresenta três perspectivas de reflexão a partir de três

experiências de atuação e reflexão produzidas a partir de trabalhos realizados no LAPIP - Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial e do Programa de Mestrado em Psicologia da UFSJ- Universidade Federal de São João del-Rei, em Minas Gerais. Trata-se de um Laboratório que tem grande tradição de trabalhos em Psicologia Social Comunitária na Região dos Campos das Vertentes. O primeiro trabalho, de Marcos Vieira Silva, Professor de Psicologia Social na UFSJ, apresenta reflexões sobre programas de saúde pública para portadores de diabetes produzidas a partir do desenvolvimento de um programa de extensão da UFSJ. Além da Psicologia Social Comunitária, o autor se vale dos Grupos Operativos e das Oficinas de Grupo para suas reflexões e provocações. O segundo trabalho, de autoria de Camila Silva, mestranda em Psicologia da UFSJ, apresenta reflexões sobre saúde mental comunitária e a reforma psiquiátrica brasileira, a partir da análise de experiências e referências bibliográficas sobre serviços substitutivos em saúde mental, supostamente produtores de resgate da cidadania de pessoas em sofrimento mental, a partir de pesquisa para dissertação de mestrado. Referências da Psicologia Comunitária, da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica são utilizadas. Já o terceiro trabalho, de autoria de Lucas Teixeira, também mestrando em Psicologia na UFSJ, apresenta reflexões a partir da atuação do autor e de pesquisa de mestrado em uma unidade de CRAS na cidade de São Tiago, também nos Campos das Vertentes. Além dos referenciais da Psicologia Social Comunitária, o material produzido pelo CREPOP, do Conselho Federal de Psicologia e a Psicologia Macro cultural, de Carl Ratner, são utilizados nas reflexões. Os três trabalhos apresentam, ainda, reflexões sobre as articulações entre extensão, pesquisa e ensino como problematizações importantes na formação do profissional de psicologia.

1 • Os Grupos como Instrumento da Psicologia Social Comunitária para a Promoção da Saúde Coletiva

Marcos Vieira Silva, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Marcos Vieira-Silva, Universidade Federal de São João Del-Rei

DOCE VIDA é, provocativamente, nome de um Programa de Extensão desenvolvido pelo LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del-Rei, em Minas Gerais. Compreende ações interdisciplinares junto à Associação dos Portadores de Diabetes de São João del-Rei e à Policlínica do SUS. A intervenção psicossocial desenvolvida busca a promoção do processo grupal e a implicação dos diabéticos, familiares e vizinhança no tratamento, proporcionando a melhoria de suas condições de saúde, do auto-cuidado e de sua autonomia. O diabetes mellitus é uma doença crônica que provoca o comprometimento do pâncreas, órgão que produz a insulina, sendo caracterizada pela elevação da glicose no sangue. O Pâncreas passa a produzir uma quantidade muito pequena de insulina ou deixa de produzi-la. A doença é causada por fatores genéticos ou ambientais, geralmente por ambos, sendo a obesidade o fator ambiental mais comum em relação ao tipo II da doença. O seu tratamento exige uma rígida mudança de hábitos de vida, com o cumprimento de um programa de reeducação nutricional e alimentar administração cotidiana de insulina ou de hipoglicemiantes orais, e a prática de exercícios físicos, com os objetivos de preservar a qualidade de vida e evitar futuras complicações provocadas pela doença. A

metodologia utilizada baseia-se na Pesquisa-Ação e na Pesquisa Participante, incluindo estratégias de realização de grupos operativos, oficinas de grupo e grupos de reflexão. O Programa Doce Vida busca, em conjunto com outros profissionais, organizar um trabalho educativo e reflexivo sobre os comprometimentos, e disfunções acarretados pelo tratamento inadequado, assim como trabalhar as implicações psicossociais advindas da doença ou das limitações exigidas pelo tratamento do diabetes mellitus. Pretende-se, também, trabalhar os fenômenos grupais, a fim de alcançar o fortalecimento do grupo, o reconhecimento dos próprios membros enquanto parte deste e implicá-los na mobilização pela busca de melhorias no atendimento oferecido aos portadores de diabetes pelos programas de saúde coletiva. São feitos trabalhos de divulgação de informações e estratégias de prevenção na comunidade. A atuação da Psicologia tem buscado o desenvolvimento de metodologias que proporcionem e possibilitem maior conscientização e implicação dos portadores e familiares na convivência cotidiana com a doença, de forma que possam assumir progressivamente o papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados no dia-a-dia. Além disso, visamos o desenvolvimento do processo grupal, buscando provocar nos participantes da APD um envolvimento crítico e um compromisso maior com a construção coletiva da Associação e com a luta por melhorias no atendimento prestado pelos órgãos públicos. O processo de participação dos associados alterna períodos de intensa mobilização com ausências e apatia. Mesmo assim, há um avanço significativo no processo de construção de uma nova identidade de diabético que, agora, está muito mais relacionada aos direitos de cidadania e à autonomia dos participantes como sujeitos sociais. Programas de prevenção da doença ou de suas complicações estão sendo desenvolvidos em parcerias com as UBSs e com escolas do município.

2 • A Comunidade e o Processo de Desinstitucionalização: Contribuições da Psicologia Comunitária para a Reforma Psiquiátrica Brasileira

Camila da Silva, Universidade Federal de Sao Joao del Rei, Marcos Vieira-Silva, Universidade Federal de Sao Joao del Rei

É fato que o Brasil vem assistindo há mais de três décadas ao processo de reforma psiquiátrica, reforma esta que pressupõe mudanças estruturais no modelo de assistência aos cidadãos em sofrimento mental. Esses sujeitos foram condenados pela ciência e política pública à não existência e ao raptio asilar, nos quais, contidos, ficaram impossibilitados de possuírem qualquer vínculo com o meio social e comunitário. O raptio asilar foi realizado pelo Estado, através dos manicômios, considerados aqui como instituições totais, locais onde as pessoas isoladas pelos grandes muros eram condicionadas por outras pessoas que detinham o poder e o saber, sem ter a menor possibilidade de escolher sobre o seu modo de vida. Estas pessoas consideradas sem razão estavam à mercê do controle, do julgamento e dos planos de outros que diziam possuir a razão. É a partir desse contexto que o presente trabalho tem por finalidade discutir o conceito de comunidade e o processo de desinstitucionalização psiquiátrica, evidenciando as

contribuições da psicologia comunitária para o processo em curso da reforma psiquiátrica brasileira. Esse trabalho é consequência da elaboração de questionamentos antigos dos autores, frente aos desafios encontrados na efetiva desinstitucionalização dos espaços psiquiátricos e sua transformação em locais nos quais os laços comunitários sejam priorizados. Trata-se de uma pesquisa em torno da temática, em que as leituras discorrem sobre a efetivação da desinstitucionalização da loucura e a reinserção comunitária que a Reforma Psiquiátrica Brasileira garantira através desta. Desta maneira, o movimento da luta antimanicomial aduziu a necessidade de inserir novamente na comunidade pacientes antes internados em instituições asilares. No entanto, como foi o processo de desinstitucionalização aqui no Brasil? Os serviços de saúde mental têm sido de fato serviços comunitários? Nessa perspectiva, se esclarece que tal problemática deve ser questão fundamental para as discussões atuais em psicologia comunitária. Neste sentido, evidentemente, a desinstitucionalização não pode representar o “desamparo” aos cidadãos em sofrimento psíquico ou o mero envio dos pacientes “para fora” dos hospitais, sem que antes seja implantada uma infraestrutura para recebê-lo na comunidade, juntamente com a família. Assim, a comunidade assume o caráter de um espaço emancipador de cidadanias e sensível ao contexto social do qual está inserido e a psicologia social comunitária como campo científico comprometido com o povo e com as possibilidades de construção de uma cidadania emancipatória, especialmente voltada para os excluídos da cidadania. Se os serviços de saúde mental comunitária, os centros de reabilitação, os serviços “dia” se constituem realmente como alternativas ao modelo hospitalocêntrico, por que ainda há tanta insatisfação e inoperância na política pública de saúde mental brasileira? Se tanto se fala de inclusão e de respeito à diversidade, o que nos falta para conquistarmos uma inclusão psicossocial, ou seja uma possibilidade concreta do cidadão em sofrimento mental ser considerado socialmente, ser sujeito de direitos e não somente de deveres?

3 • A Atuação do Psicólogo em CRAS Orientada Macro culturalmente para a Promoção de Saúde e Promoção de Direitos: Um Estudo do Caso P.

Lucas de Sousa Teixeira, Universidade Federal de São João del Rei, Marcos Vieira-Silva, Universidade Federal de São João del Rei, Carlos Henrique de Souza Gerken, Universidade Federal de São João del Rei

Esta comunicação visa apresentar um recorte da pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em psicologia da UFSJ, intitulada “As contribuições da psicologia macro cultural de Carl Ratner à atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS”, iniciada em fevereiro de 2014. Tal pesquisa se dá com base na atuação do autor do resumo no CRAS da cidade de São Tiago-MG entre maio de 2013 e março de 2014, além do acompanhamento das atividades de tal CRAS ao longo da pesquisa em desenvolvimento. Para ilustrar o funcionamento da proposta de atuação macro culturalmente orientada em CRAS, explicitaremos o acompanhamento de uma família, cujo caso se caracteriza pelo enfrentamento de dinâmicas de alienação parental, delinquência juvenil e uso de drogas por parte da filha mais velha (P.); estigmatização de P. por familiares, comunidade e serviços locais

de assistência social, saúde, educação, segurança e garantia de direitos; usurpação de funções e papéis profissionais entre os membros da rede do CRAS e por representantes do poder público; ausência de determinados dispositivos e recursos para o acompanhamento do caso específico e para ações de prevenção, tratamento de base territorial e promoção de saúde em álcool e outras drogas. Objetiva-se circunscrever como que ao longo do acompanhamento o profissional optou ativamente por desconstruir lógicas locais de culpabilização da jovem e des-responsabilização do Estado, reconstruindo com os profissionais do CRAS e da rede novas lógicas e práticas sobre o caso, pautados na co-responsabilização da família e do Estado, na medida em que promovia práticas norteadas pelos conceitos norteadores da política pública do SUAS. Explicitaremos também como tal condução compôs na articulação entre conversas formais e informais com os técnicos do CRAS e profissionais da rede; atendimentos particularizados e coletivos a família em prol da orientação familiar e em direitos, além da garantia da convivência comunitária; com ações de articulação entre serviços e gestores locais em prol da discussão sobre as causas básicas dos processos mórbidos da questão em álcool e outras drogas, na construção de estratégias para eliminar/minorar Determinantes Macro Culturais Nocivos bem como promover DMCS's em relação à prevenção, tratamento e promoção de saúde em álcool e outras drogas. Conseguiu-se ao longo do tempo, na medida em que se mediava, acolhia, questionava, debatia e orientava acerca dos direitos de P. e das implicações ético políticas do tipo de acompanhamento oferecido pela equipe que o caso deixasse de ser tratado como "sem solução" pela equipe de assistência social e pelos serviços mobilizados, passando a ser tratado como um caso complexo, que demanda acompanhamento de longo prazo e estratégias sólidas de acompanhamento setorial e intersetorial. Conseguiu-se criar espaços de articulação entre equipes técnicas e gestores antes inexistentes, mobilizando diversos atores locais para discutir tal caso dentro da nova perspectiva, construindo ações conjuntas. A partir disto, conseguiu-se mudar uma perspectiva na qual os serviços buscavam/concordavam/consentiam com uma internação sem critérios técnicos, apenas com finalidade de higiene social, para uma perspectiva na qual os serviços superaram temporariamente suas divergências e inimizades para garantir os direitos da jovem e de seus familiares.

Estudos em Comunidade, novos paradigmas e novos olhares da subjetividade.

Regina Gloria Nunes Andrade, Universidade do Estado do Rio De Janeiro

Esta mesa sobre "Estudos em Comunidade, novos paradigmas e novos olhares da subjetividade", tem a proposta de discussão de Estudos em Comunidade, sua relação com seus produtos que são as práticas sociais, culturais e os processos psicológicos, refletindo sobre a construção das mesmas para o sujeito. Registramos durante o trabalho, no Centro Cultural Cartola, na Comunidade da Mangueira na cidade do Rio de Janeiro novos paradigmas e novos olhares da subjetividade. Todos estão voltados para aspectos do imaginário que tratam não só da criatividade de jovens como também da possibilidade de se produzir outras percepções a partir de uma determinada situação "disparadora". Cada trabalho de pesquisa por hora proposto, está articulado a significantes básicos que são

cultura, memória, cidadania cultural, identidade e psicologia social. Nossos Objetivos foram dirigidos para os registros de memória no universo do jovem e do grupo da Comunidade da Mangueira, a partir das representações possibilitadas no ambiente social. Além desses gerais cada uma das pesquisas que serão apresentadas em nossa mesa tem suas peculiaridades e suas particularidades que somadas parece apontar para contribuições na área da Psicologia comunitária. Serão três trabalhos apresentados com os seguintes títulos: Centro Cultural Cartola: Um estudo sobre a comunicação, através das diferentes modalidades artísticas, no cotidiano de jovens em situação de vulnerabilidade social; Influência do Imaginário na Identidade Cultural do Grupo de Dança PACIFICARTE do Centro Cultural Cartola e Centro Cultural Cartola: Um estudo sobre a comunicação, através das diferentes modalidades artísticas, no cotidiano de jovens em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma vem sendo registrado ao longo do percurso de pesquisa no Centro novas maneiras de visualizar a realidade desses atores que viabilizaram a proposta de novos paradigmas e novos olhares da subjetividade. A metodologia propostas em Pesquisa Participativa é realizada a partir de grupos operativos e de observação interpretativa. Teoricamente utilizamos os conceitos contemporâneos dos teóricos de Estudos Culturais como Nestor Canclini, Stuart Hall, Frederick Jameson e de teóricos dos estudos de memória social tais como Henri Bergson, Pierre Nora, Maurice Halbwachs e Andreas Huyssen. Finalmente nossos resultados preliminares estão apresentados através de documentos iconográficos que deverão ser apresentados durante as exposições de trabalhos.

1 • CENTRO CULTURAL CARTOLA: Um estudo sobre a comunicação, através das diferentes modalidades artísticas, no cotidiano de jovens em situação de vulnerabilidade social.

Rosângela Brandao Nunes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Lígia Valadares de Almeida, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Um estudo sobre os efeitos de diferentes modalidades artísticas no cotidiano de jovens adolescentes integrantes das oficinas de jazz e violino à luz da teoria ator-rede. Desenvolvemos um estudo sobre as formas de existência que produzem efeitos no cotidiano de jovens adolescentes, integrantes das oficinas de Jazz e violino do Centro Cultural Cartola (CCC), domiciliados na comunidade da Mangueira e considerados em vulnerabilidade social. O exercício destas modalidades artísticas em uma região, onde as origens confundem-se com a própria história do samba na cidade do Rio de Janeiro, aponta para uma singularidade cuja relevância justifica a escolha teórico metodológica como base para a compreensão das práticas artísticas no cotidiano desses indivíduos. À margem da velocidade das informações no mundo global e outros mecanismos midiáticos, novas maneiras de comunicação são forjadas. Os grupos a serem estudados, apesar de toda influência, ainda que subutilizável, da informação e conhecimento, implicam-se com as artes musicais, em uma relação que faz proliferar aspectos próprios de comunicação. A base teórico-metodológica que fundamentará esta pesquisa busca um olhar voltado para as práticas cotidianas a envolver a ciência, a tecnologia e a sociedade. Toma como referência principal o cientista social e antropólogo Bruno Latour entre outros autores contemporâneos e afins, os quais fizeram incidir suas análises nas amarrações entre humanos

e não humanos que, por sua vez, configuram um emaranhado de redes que fragmentam qualquer solidez em micro conexões ou desconexões, nos possibilitando não mais um pensamento em termos de unidade, mas a partir de um dinamismo processual de constantes associações (NOBRE & PEDRO, 2010). Tomamos como referência a experiência sobre realidade social em Latour, através da Teoria Ator Rede (TAR), cuja concepção envolve a noção de coletivo onde sujeito e objeto se fabricam simultaneamente e crescem juntos. Sua contribuição teórica sistematiza os princípios e regras metodológicas subjacentes a uma forma de pensar a realidade que ao invés de interpretar o mundo a partir das grandes divisões, visa descrevê-lo levando em conta sua hibridização entre natureza e cultura. Assim, sujeito e objeto não existem em oposição ou separados, mas através de mediações, acontecimentos e transformações. "Sujeito" ou "objeto" são entidades que participam de um processo em ação que incidem e deixam rastros com sua participação. "Os atores não são fontes de ações, mas alvos não-estáticos de muitas e diferentes agências que convergem sobre eles." (LATOUR. Apud. CANAL, 2011)

2 • A comunidade Vila Militar um olhar histórico social da construção da subjetividade.

Werusca Marques Virote de Sousa Pinto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A comunidade Vila Militar um olhar histórico social da construção da subjetividade.

O presente estudo está em sendo desenvolvido buscando fazer uma análise da história da Vila Militar de Deodoro no Rio de Janeiro e relacioná-la com os produtos culturais originados das relações entre seus habitantes. Desse modo o presente trabalho buscou apresentar questões pós-modernas que convivem e se articulam no dia-a-dia da sociedade e procurou estabelecer um diálogo com alguns elementos da cultura militar. A vila militar é um território de sociabilidade em que militares, oficiais do Exército Brasileiro, residem com suas famílias. Nesses espaços as pessoas compartilham suas vidas de um modo peculiar e singular, constituindo uma rede de relações intersubjetivas na qual essas pessoas se tornam, para além de meros vizinhos, uma rede de relacionamento e apoio mútuo. O território vila militar se caracteriza em um misto de relações reais e simbólicas que se articulam de maneira muito específica e que se inscreve dessa forma nas histórias das pessoas que ali habitam. Indivíduos que partilham um espaço geográfico marcado pela cultura militar e pela necessidade de afiliação, de pertença que o contato uns com os outros acaba suprimindo. Nasce aqui um indivíduo marcado pela história da carreira do pai, pela afiliação da mãe a esse espaço, permeado pelos ritos, mitos e ícones de uma instituição eminentemente masculina e que a coloca em um lugar socialmente hierarquizado. A vila militar de Deodoro, foi construída em 1910 e desde então 400 famílias passam por lá a cada ano e depois partem cada uma com um destino diferente para o militar servir em alguma localidade do Brasil. Nesse espaço podem ser encontradas pessoas de todos os estados do país e suas vidas se entrelaçam formando um "caldeirão cultural", uma mistura composta pela cultura brasileira e a cultura militar. Que vai moldando estruturando a subjetividade de seus membros. O

principal referencial teórico que norteia as discussões dos resultados são os conceitos de memória social na perspectiva psicossocial para discutir como a comunicação e a interação das famílias de militares promove a construção, manutenção e atualização da memória social e do território de sociabilidade em questão.

3 • **Influência do Imaginário na Identidade Cultural do Grupo de Dança PACIFICARTE do Centro Cultural Cartola.**

Helen Cristian Santos Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho busca investigar reflexos do imaginário sobre a identidade cultural, dos jovens do grupo de Dança PACIFICARTE – Por uma Cultura de Paz, do Centro Cultural Cartola - CCC, tendo como foco o processo criativo oriundos dos movimentos da dança. O projeto PACIFICARTE, tem como objetivo, com os jovens da Comunidade da Mangueira, identificar os valores culturais de seu território. Este processo é viabilizado através de ferramentas de intervenção tais como: oficinas de teatro, dança, música, poesia e eventos socioeducativos. O PACIFICARTE, com a dança, trás a atenção para as imagens internas, que são apoderadas pelos sujeitos e transformadas em movimentos coreografados. E se torna infinita em numa totalidade interna de movimentos com ritmos próprios. Segundo Durand (2011), o processo de manifestação das imagens encontra-se ligada entre o inconsciente e uma tomada de consciência livre. Assumindo assim um status de um símbolo, que se torna a base de um pensamento indireto, tendo um significado ativo que remete a um significado obscuro. Contudo, cabe ressaltar que neste movimento o inconsciente é privilegiado, como nos aponta Andrade (2003, p. 20), "sempre articulado ao significante cultura". O imaginário a ser revelado encontra-se fundado no campo do simbólico, afetando a identidade cultural dos sujeitos. A identidade cultural, como nos aponta Hall (1997), possui sua fluidez, tomando o sujeito um ser descentrado. E é neste movimento que a globalização se da atravessando os corpos com suas simbologias, muitas vezes desconectadas do sujeito. Com a metodologia pesquisa participativa, iremos desenvolver, através de entrevistas, uma compreensão como o imaginário reflete na identidade cultural dos jovens do PACIFICARTE. Pretendo, no futuro, imprimir de forma qualitativa e quantitativa, a pesquisa participativa, refletindo os efeitos do processo de globalização no imaginário, desencadeando uma identidade cultural específica nos sujeitos. E é também nesta interlocução com a globalização que a Psicologia Comunitária e a Comunidade, conforme aponta Giddens (1991), é afetada pelas consequências da modernidade tardia, onde o tempo e o espaço sofrem influencias significativas. E com às mudanças constantes que afeta a modernidade, como aponta Hall (1997), se faz necessário que exista um entre lugar para reformulação dos efeitos dos conflitos sociais produzidos pela globalização. Sendo assim, podemos elucidar que as manifestações artísticas do CCC ocupa este entre lugar na constituição social da Comunidade.

Experiências em comunidades, um saber e difrentes práticas

Edna de Assunção Melo Chernicharo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O estudo sobre as comunidades representa uma área de convergência de interesse para várias disciplinas por poder convergir em si diversas abordagens, diferentes

preocupações e, sobretudo, por poder introduzir problemáticas de cunho prático para as ciências, as experiências dos próprios atores sociais, principalmente aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. Nesse sentido, o esforço da academia direciona-se no entendimento de que suas práticas não podem encerrar-se na contemplação dos fenômenos a pesquisar e em sua mera constatação da realidade. Deve se esforçar de oferecer uma resposta que leve em conta os sujeitos que implica em seu saber. Desta forma a temática proposta pela mesa redonda: Experiências em comunidades, um saber e diferentes práticas assume a proposta de apresentar e discutir as experiências vividas por seus pesquisadores e assim contribuir para a discussão/construção de uma Psicologia Comunitária contextualizada em seu tempo. Experiências em Comunidades abre a proposta de trabalho neste 5ª Conferencia Internacional De Psicologia Comunitária pretendendo discutir não só os conceitos que atravessam a temática "comunidade" como também problematizar formas e metodologias possíveis de abordar os atores sociais imersos na realidade da vulnerabilidade assim como contemplar com algumas experiências realizadas e avaliar os resultados alcançados. Esta proposta está associada ao Programa de Pós graduação em Psicologia Social – UERJ, nos quais o estudo de Comunidades tem sido importante. Este grupo nos leva a compreender que o estudo acadêmico de Comunidades surge num período histórico datado dos meados dos anos sessenta acompanhando a chamada "crise da relevância social" e teve como princípio norteador uma tentativa de deselitizar a psicologia, constituindo-se num espaço teórico-prático onde se buscava o compromisso com a população trabalhadora, sobretudo a de baixa renda e de condições precárias de moradia. Com as alterações culturais e sociais do Brasil contemporâneo, a psicologia comunitária se vê diante de novos paradigmas, seja porque novas políticas públicas aparecem como co-adjuvantes para um trabalho de atendimento á população mais carente, seja porque novas práticas são incorporadas ao fazer do psicólogo. De todo modo os trabalhos a serem apresentados nessa Mesa Redonda conforma-se a esta abordagem e acompanham o compromisso com o desenvolvimento de uma ciência crítica, que privilegia a ética da solidariedade a partir da análise dos problemas cotidianos que acerbam o viver em comunidades.

1 • Cultura, Identidade e Envelhecimento no Centro Cultural Cartola

Márcia Fraga Sampaio, Memorial Saude Ltda, Márcia Fraga Edna Chernicharo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Nilcemar Nogueira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Este trabalho tem por objetivo apresentar relato de práxis de uma pesquisa sobre o envelhecimento desenvolvida no Centro Cultural Cartola. Se até no século XX tínhamos uma sociedade moderna sólida por conta das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, ao final do mesmo período estas começaram a se fragmentar e a sofrer modificações, transformando também as identidades pessoais e abalando a ideia de sujeitos integrados. A concepção de envelhecimento também se transformou e a vida comum dos indivíduos passou a incluir a velhice como uma categoria que se inicia muito antes de suas representações simbólicas. A construção do envelhecimento começa na infância, se desenvolve na adolescência e na vida adulta. Portanto, falar de envelhecimento não é somente falar de

velhos ou idosos. Envelhecer é verbo que se conjuga a cada dia, em todas as idades, através dos tempos. O Centro Cultural Cartola é um território onde recursos são oferecidos para a construção de uma experiência de envelhecimento na qual a singularidade é celebrada, através do resgate das raízes, vivências e autonomia. Neste território de cultura tem início o processo de amadurecimento das crianças da orquestra de violinos, dos adolescentes do jazz e capoeira, em projetos psicopedagógicos e se materializa nas aulas de dança de salão, onde adultos e idosos tem um reencontro com o corpo e seu movimento. Entende-se que recursos sociais e principalmente culturais oferecidos ao longo destas etapas, contribuem de modo relevante para a construção de um envelhecimento com reconhecimento social e dignidade. Dentro da metodologia da pesquisa participativa, o trabalho se desenvolveu através de entrevistas com os alunos da dança de salão do Centro Cultural Cartola. Entendendo estas como uma proposta de “repensar o lugar da entrevista considerada como dispositivo enunciativo de produção e de acesso a uma dada ordem de saberes, dispositivo que impulsiona os sujeitos a produzirem textos”. (Rocha, Daher, Sant’ana, 2004)”, uma prática que permite elaborações, de forma a que o sujeito se aproprie de suas palavras e construa o próprio texto, autoral, garantindo qualidade ao material, que passa a ser visto como mais do que um simples dado coletado

O processo de transformação da própria modernidade nos aponta para um sujeito cuja identidade torna-se uma celebração móvel transformação contínua, respondendo as demandas dos sistemas culturais que nos rodeiam. Acreditamos que as práticas sociais/artísticas no território CCC, contribuem através da participação social, cultural e do retorno às raízes, ao fortalecimento de uma identidade cultural vinculada ao território e suas raízes culturais.

2 • A Juventude Em Cena: A favela, o imaginário e o consumo na pós-modernidade

Saulo Magalhães Resende, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A ideia que juventude é um desses termos que parecem óbvios, uma dessas palavras que se explicam por elas mesmas, faz deste assunto, um tema do qual todo mundo tem algo a dizer. Afinal, todos nós somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo). No entanto quando se busca precisar um pouco mais o próprio termo, muitas dificuldades aparecem e todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo. Ao associar a ideia de juventude ao território favela, nota-se que na atualidade, essa relação nos leva a fazer uma leitura das novas tendências da exclusão social, bem como seus efeitos relacionados à capacidade de inclusão, problematizando a natureza do consumo nos espaços urbanos. Este trabalho tem como finalidade refletir de maneira crítica a imagem do jovem em contexto de Comunidade (favela), procurando elucidar a cultura na qual este está inserido, descrevendo os desdobramentos dessa relação na lógica do consumo. Os procedimentos metodológicos estão embasados no viés qualitativo a partir da técnica de análise fílmica. Optamos por fazer a análise de algumas cenas do filme Cidade de Deus (2002), dirigido por Fernando Meireles, recortando momentos do filme que expressam bem a construção dessa relação Favela/Juventude/Consumo. Uma das justificativas dessa escolha se pauta na noção do cinema como um dispositivo que se propõe na atualidade a mostrar a realidade, tendo

como uma de suas funções a formação do imaginário social acerca das representações (inclusive das estereotipadas). Suas narrativas corroboram com o modo como a sociedade se vê, podendo ter alterações peri-ódicas nessa percepção de acordo com alterações nos contextos sociais. Assim, pensar a favela no cinema é refletir sobre territórios reais e simbólicos com grande apelo no imaginário. Territórios em crise, onde habitam personagens aparentemente impotentes ou em revolta, signos de uma revolução por vir ou de uma modernidade fracassada. Os principais resultados desse trabalho se pautam na promoção de um novo olhar que coloca em cena aspectos teóricos e práticos anteriormente tratados sob outros vieses, permitindo ao Psicólogo Comunitário que atua diretamente no contexto de comunidades, o desenvolvimento de um senso crítico e consciente sobre a tríade Favela/Juventude/Consumo diante do mundo e da razão Iluminista. Dessa forma, acredito que este trabalho potencializa muito uma discussão crítica que gira em torno do Eixo 1 sobre Políticas Públicas, pois contempla a relação da Psicologia com os Direitos Humanos, procurando ferramentas para uma práxis que envolva o Estado, a Sociedade e a Comunidade no fazer de uma Psicologia Comunitária. Diante da proposta deste trabalho, a partir de um viés multidisciplinar e intersetorial como premissa da atuação, torna-se possível para a Psicologia Comunitária a problematização do fenômeno do consumo, e de todo o seu *modus operandi*, que institucionaliza e legitima práticas e conceitos, explorando e confrontado com a conformação das subjetividades desta juventude em questão.

3 • Cultura cidadã na Mangueira

Georgie Alexánder Echeverri Vásquez, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Nilcemar Nogueira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho tem por finalidade apresentar nesta Vª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, uma proposta de pesquisa que vem sendo realizada no Centro Cultural Cartola e que tem como referencia a educação experiencial desenvolvida na Colômbia, país de origem. Na Colômbia, nos últimos 20 anos, o conceito "cultura cidadã" tornou-se comum a partir da emergência no cenário político do filósofo e matemático de ascendência lituana, Antanas Mockus, quem foi prefeito de Bogotá em duas oportunidades (1995-1998 e 2001-2003). Através de estratégias de comunicação simbólica, os colombianos começaram a compreender que esse conceito não era outra coisa que "o conjunto de regras mínimas compartilhadas que geram pertença, facilitam o convívio urbano e conduzem ao respeito do patrimônio comum e ao reconhecimento dos direitos e deveres cidadãos". O termo "cultura cidadã" espalhou-se tanto que o Ministério de Educação Nacional, tendo em vista esses elementos da teoria mockusiana, estabeleceu determinados padrões de proficiências cidadãs que ainda são roteiro pedagógico nas escolas de ensino básico. Esses elementos focam a existência de três sistemas cuja articulação contribui à auto-regulação dos comportamentos das pessoas (legal, moral e cultural). Com respeito ao legal, os atos de um indivíduo podem estar regulados pelo respeito à lei ou pelo temor às consequências de infringi-la. Desde o ponto de vista moral, o indivíduo age pela satisfação que produz a obediência às suas convicções morais pessoais ou pelo medo ao sentimento de culpa.

No plano cultural, o indivíduo age movido pelo desejo de aceitação social ou pelo temor à repulsão e à censura. No intuito de contribuir à formação cidadã das crianças e jovens da comunidade da Mangueira no Rio de Janeiro, o Centro Cultural Cartola adaptou os padrões mockusianos a seu modelo pedagógico de valorização do patrimônio cultural, com base na educação experiencial (experiential learning), entendida como processo através do qual os indivíduos constroem conhecimento, adquirem destrezas e acrescentam valores a partir da experiência direta. Essa adaptação cultural e metodológica visa estimular a criação de proficiências relacionadas com construção de plano de vida pessoal, visão de futuro, solução pacífica de conflitos quotidianos, formação do pensamento crítico e participação democrática. Então, a partir de um campo de experiências desenvolvido na Colômbia e atualmente no Centro Cultural Cartola é que pretende-se nessa conferência contribuir para uma interlocução que contribua para o avanço da psicologia comunitária em nosso hemisfério de diferenças e semelhança.

Famílias em foco na assistência social: Reflexões acerca do atendimento recebido

Normanda Araujo de Moraes, Universidade de Fortaleza

A mesa redonda aqui proposta busca problematizar como as famílias vêm sendo atendidas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sobretudo no que se refere aos seus dois equipamentos – o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). No primeiro trabalho, intitulado “Trabalhando com Famílias nos contextos de vulnerabilidade social” discutem-se diretrizes de atuação com famílias em contextos de vulnerabilidade, os quais estejam devidamente embasados em uma perspectiva mais crítica e contextualizada de família. A autora enfocará quatro orientações de um modelo de avaliação/intervenção centrado na família, a saber: 1) a necessidade de que as intervenções estejam baseadas nas preocupações/necessidades, tais como são identificados pelos integrantes das famílias; 2) a importância de se identificar e utilizar as “forças” das famílias ao lidar com as adversidades; 3) a ênfase que deve ser dada à consolidação da rede social da família; e, por fim, 4) a importância de se trabalhar promovendo a autonomia da família. O segundo trabalho “A família como sujeito comunitário: percepção acerca do atendimento recebido no CRAS” discute a avaliação que seis famílias atendidas por um CRAS na cidade de Sobral, CE fazem a respeito do atendimento. A análise das entrevistas evidenciou que as famílias reconhecem a importância que o CRAS tem em suas vidas e na vida da comunidade que habitam, tendendo a descrever mais aspectos positivos (inclusão social, garantia de direitos, bom vínculo beneficiário-profissional, atividades disponibilizadas, desenvolvimento da autonomia, e importância do equipamento social para a comunidade) que os aspectos negativos (precária estrutura física, distância entre o CRAS e suas casas e a alta rotatividade de profissionais). Além disso, foi marcante a crença assistencialista na fala da maioria dos participantes e a vinculação do objetivo do CRAS ao Programa Bolsa Família (PBF). Por fim, o terceiro trabalho “CREAS: Avaliação do atendimento recebido por famílias usuárias do município de Sobral, CE” buscou entrevistar cinco famílias desse município a respeito do atendimento no CREAS. As famílias participantes ressaltaram como aspectos positivos a influência positiva

do CREAS na melhoria do relacionamento entre seus membros, bem como a satisfação que tinham em receber os profissionais em sua residência. Sobre os aspectos negativos, citaram a não resolução de sua demanda pelos profissionais do CREAS; e a demora para realização das visitas domiciliares. Verificou-se que não está claro para as famílias o papel dos profissionais do CREAS; que as famílias tendem a eleger um profissional de referência, personificando na figura deste o atendimento recebido pelo equipamento; e que algumas demonstraram receio em fazer algum comentário negativo sobre o serviço temendo que algum "benefício recebido" fosse cancelado. O levantamento desses aspectos e a reflexão crítica sobre os mesmos pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias de atendimento às famílias que sejam mais eficazes e coerentes aos princípios da PNAS. Tal processo de construção se dará através do diálogo permanente entre teoria e práxis no âmbito comunitário.

1 • Trabalhando com Famílias nos contextos de vulnerabilidade social

Normanda Araujo de Moraes, Universidade de Fortaleza, Brasil

As famílias constituem um microsistema fundamental ao desenvolvimento humano e têm sido reiteradamente enfatizadas como foco das políticas de saúde e assistência social no nosso país, respectivamente através da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ao focalizar a família, a ideia base que orienta a política é a de que essa e não o indivíduo isolado deva ser o alvo da assistência, o que já representa uma perspectiva mais ampla e complexa dos processos sociais vividos. Tal visão é acompanhada, ainda, da necessidade de olhar para essa família situando-a no seu contexto de vida e relações, considerando-se a multiplicidade de configurações familiares que inscrevem diferentes formas de famílias; assim como pela necessidade de ter um olhar para as potencialidades das famílias e não apenas suas vulnerabilidades. O cotidiano de atendimento, no entanto, parece ainda bastante marcado por posturas preconceituosas e culpabilizantes acerca das famílias que vivenciam algum(ns) tipo(s) de vulnerabilidade social. Esse trabalho busca, portanto, discutir diretrizes de atuação com famílias em contextos de vulnerabilidade, os quais estejam devidamente embasados em uma perspectiva mais crítica e contextualizada de família, a qual seja mais coerente com as orientações previstas na PNAS. Para isso realizou-se uma revisão não sistemática de literatura, através do levantamento de artigos e capítulos de livros nacionais que tratassem dessa temática. Os resultados baseiam-se, portanto, nesse processo de revisão de literatura o qual permitiu definir quatro orientações que podem gerar um modelo de avaliação/intervenção centrado na família. O primeiro deles diz respeito à necessidade de que as intervenções estejam baseadas nas preocupações, necessidades, aspirações e projetos, tais como são identificados pelos próprios membros das famílias. O segundo ressalta a importância de se identificar e utilizar as "forças" das famílias como forma de melhorar a capacidade da família de satisfazer as necessidades de seus membros, sendo necessário, portanto, uma análise que considere as potencialidades que a família possui e/ou pode produzir a partir da situação de adversidade. O terceiro aspecto refere-se à ênfase que deve ser dada à consolidação da rede social da família, assim como das suas fontes de apoio

informal. E, por fim, o quarto item ressalta a importância de se trabalhar promovendo a autonomia da família, uma vez que cada intervenção deve favorecer a aquisição de habilidades capazes de mobilizar, converter e consolidar seus recursos. O levantamento desses aspectos e a reflexão crítica sobre os mesmos pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias de atendimento às famílias que sejam mais eficazes e coerentes aos princípios da PNAS. Uma vez que se trata de um campo relativamente novo de atuação, e dado o viés de atuação eminentemente clínica e individualista da formação dos psicólogos, é fácil concluir que esse processo de construção se dará através do diálogo permanente entre teoria e práxis no âmbito comunitário.

2 • A família como sujeito comunitário: percepção acerca do atendimento recebido no CRAS

Anne Graça de Sousa Andrade, Universidade de Fortaleza, Normanda
Araujo de Moraes, Universidade de Fortaleza

A assistência social no Brasil organiza-se em proteção social básica - PSB e proteção social especial - PSE que se distinguem pelo oferecimento de programas, serviços, ações e benefícios. De caráter preventivo, a PSB visa evitar o agravamento das vulnerabilidades e riscos sociais, envidando-se esforços para que não ocorra violação dos direitos de cidadania e se fortaleçam os vínculos familiares e comunitários. O seu principal equipamento é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, foco principal desse trabalho. Um dos princípios norteadores da PNAS é a “centralidade familiar” que coloca a família como o ponto de maior relevância do trabalho social, entendendo-a em uma concepção mais ampliada, que vai para além dos laços consanguíneos. O movimento de emancipação do sujeito como protagonista de sua história deve ser cada vez mais considerado nas políticas públicas, havendo a necessidade de ouvi-los e estimular sua participação nas decisões. Por conseguinte nesse trabalho será entendido como sujeito comunitário: a família. Nesse sentido, esse trabalho teve como objetivo ouvir seis famílias em vulnerabilidade social que são atendidas por um CRAS na cidade de Sobral- CE, a fim de conhecer a percepção que têm acerca do atendimento a elas disponibilizado. A partir da metodologia da Inserção Ecológica foram realizadas entrevistas com as referidas famílias, considerando os diferentes membros destas. As famílias foram selecionadas a partir da técnica de “brainstorming” com a equipe do CRAS, sendo que três são monoparentais femininas e três nucleares, e três possuem em sua composição pessoas com deficiência, perfil congruente com o público-alvo da PNAS. A análise de conteúdo das entrevistas evidenciou que as famílias reconhecem a importância que o CRAS tem em suas vidas e na vida da comunidade que habitam, tendendo a descrever mais aspectos positivos (inclusão social, garantia de direitos, bom vínculo beneficiário-profissional, atividades disponibilizadas, desenvolvimento da autonomia, e importância do equipamento social para a comunidade) que os aspectos negativos (precária estrutura física, distância entre o CRAS e suas casas e a alta rotatividade de profissionais). Além disso, foi marcante a crença assistencialista que permeou a fala da maioria dos participantes, assim como a vinculação do objetivo do CRAS ao Programa Bolsa Família (PBF). Por fim, evidencia-se a relevância de se escutar os usuários, dando voz aos mesmos. Ao focar a perspectiva

dos usuários buscou-se, portanto, contribuir para o complexo e contínuo desafio de construção da PNAS, de forma que esta se alinhe cada vez mais às demandas e perspectivas das famílias atendidas, assim como à perspectiva da garantia de direitos que a fundamenta.

3 • CREAS: Avaliação do atendimento recebido por famílias usuárias do município de Sobral, CE

Georgia Maria Melo Feijão, Universidade de Fortaleza, Anne Graça de Sousa Andrade, Universidade de Fortaleza, Normanda Araujo de Moraes, Universidade de Fortaleza

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é considerado o equipamento de referência da Proteção Social Especial de média complexidade, o qual se destina ao atendimento das famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos. Dado o lugar de destaque que esse equipamento ocupa na política de assistência social, bem como a escassez de estudos acerca da perspectiva das famílias atendidas, esse estudo teve como objetivo compreender a avaliação que famílias em situação de vulnerabilidade fazem acerca do atendimento recebido pelo CREAS do município de Sobral, CE. Foram entrevistadas cinco famílias, sendo 2 de alta adesão e 3 de baixa adesão. Todas foram indicadas pelos técnicos do CREAS e, a partir dessa indicação, sorteadas e convidadas a participar do estudo. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário sócio-demográfico e uma entrevista com o grupo familiar especialmente elaborada para esse trabalho, a qual continha questões sobre: como eles conheceram o CREAS; se eles tinham conhecimento para quem e por que o CREAS foi criado; aspectos positivos e negativos do atendimento recebido; contribuições que o atendimento no CREAS trouxe para a família entrevistada; e relato de uma situação onde eles se sentiram satisfeitos com o atendimento e outra onde se sentiram insatisfeitos. A coleta de dados também teve como base a Inserção Ecológica, a qual consiste na inserção do pesquisador nos contextos de vida dos participantes, nesse caso a residência e o CREAS, a fim de melhor compreender a questão de pesquisa. A análise de conteúdo das entrevistas evidenciou os seguintes aspectos positivos: as famílias reconhecem a contribuição dos atendimentos realizados pelo CREAS para uma melhoria do relacionamento entre seus membros; e relataram a satisfação que tinham em receber os profissionais em sua residência. Sobre os aspectos negativos, as famílias citaram a não resolução de sua demanda pelos profissionais do CREAS; e a demora para realização das visitas domiciliares. Verificou-se que não está claro para as famílias o papel dos profissionais do CREAS; que as famílias tendem a eleger um profissional de referência, personificando na figura deste o atendimento recebido pelo CREAS; e que algumas demonstraram receio em fazer algum comentário negativo sobre o serviço temendo que algum "benefício recebido" fosse cancelado. Além disso, tendem a desconhecer o termo CREAS, mesmo sendo acompanhadas por esse serviço. Conclui-se ressaltando a relevância de se escutar a avaliação que as famílias fazem do atendimento recebido pelo CREAS. Dado o lugar de destaque que o CREAS ocupa na política de assistência social, bem como enquanto área de atuação do psicólogo comunitário considera-

se importante refletir acerca das avaliações dos usuários desse equipamento, no sentido de incrementar perspectivas de atendimento que sejam mais coerentes às reais necessidades e avaliação das famílias assistidas.

Juventude na periferia da cidade e políticas públicas

Tiago Corbisier Matheus, Fundação Getúlio Vargas

A juventude, como segmento privilegiado na cena social, seja pelo protagonismo em tantas manifestações no espaço público, quanto pela importância que possui nas políticas públicas de nosso país, é aqui tomada como tema de investigação e reflexão, em favor da construção de estratégias de intervenção social e construção de políticas públicas específicas. A partir do olhar de investigações em localidades distintas de São Paulo (Parque Vila Maria, Grajaú, Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luis), pretende-se discutir a complexidade da condição juvenil paulistana desfavorecida e residente em bairros periféricos da área metropolitana de São Paulo, a fim de localizar tanto a vulnerabilidade que a caracteriza, quanto suas possibilidades de ação e expressão na cena urbana. No trabalho focado de pesquisa-ação com jovens do Parque Vila Maria e do Grajaú, são discutidos os processos psicossociais presentes na construção de estratégias de mobilização e formação de coletivos de jovens, associada a seu reconhecimento como autores e sujeitos nas suas comunidades. Destacam-se aqui os desafios no manejo das dimensões subjetiva e afetiva que operam na instituição e manutenção de grupos e o apelo à arte (poesia, música, teatro) como meio para expressão de histórias e desejos coletivos. A investigação no Capão Redondo e no Campo Limpo explora o paradoxo de viver em uma sociedade de consumo e não ter os direitos respeitados, produzindo reações diante das injustiças estruturais da sociedade brasileira, tais como transporte, violência e moradia, que são heterogêneas e vão da adesão irrefletida aos padrões de consumo à organização de formas de resistência política e cultural. No caso do fenômeno social chamado de "rolezinhos", nota-se que o movimento não surge como uma reivindicação por cidadania, pois não se articula por uma luta por direitos, mas sim como acesso a espaços de consumo que operam como meio de aquisição de status social entre pares. Entretanto, a repressão de comerciantes e parte da sociedade cria a oportunidade de politizar o distúrbio na forma de uma luta por direitos. Este trabalho se pauta numa pesquisa participante junto aos moradores da região. Em área contígua a esta última, na investigação etnográfica realizada no Jardim Ângela e no Jardim São Luis, pretende-se destacar os aspectos pungentes da vulnerabilidade da juventude local, que se percebe numa condição de desigualdade a partir da localização geográfica do bairro em relação ao restante da cidade e da precariedade de recursos públicos que este possui (transporte, moradia, saneamento, segurança, saúde). Por meio de entrevistas qualitativas, foi possível identificar a formação de laços de solidariedade entre pares e moradores como traço diferencial da rede de relações da comunidade local, configurando-se assim como importante recurso para a construção de políticas públicas voltada ao combate à desigualdade social. Entre os três investigadores o tema do reconhecimento se destaca como elemento central e norteador da sustentação dos laços sociais e, conseqüentemente, desponta como diretriz para quaisquer políticas públicas voltadas para trabalhos com o segmento juvenil num cenário urbano complexo e desigual como o paulistano.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

1 • Vulnerabilidade social e laços de solidariedade entre jovens moradores do Jardim Ângela e Jardim São Luis

Tiago Corbisier Matheus, Fundação Getúlio Vargas

Este trabalho parte de uma pesquisa que vem sendo realizada por um grupo de pesquisadores da EAESP/FGV e PUC/SP sobre o tema da vulnerabilidade que experimentam os moradores dos bairros Jardim Ângela e Jardim São Luis, na zona sul da capital paulistana. O foco deste, em particular, incide sobre a vulnerabilidade social da juventude local, constatando-se, logo de início, os efeitos da condição de desigualdade do bairro, como um todo, em relação a outras regiões da capital. Por meio de entrevistas qualitativas com jovens e educadores da região ficou realçada a precariedade de recursos públicos nesta região (como transporte, moradia, segurança, saúde e saneamento), o que configura a exclusão aos direitos de cidadania vivida por jovens e não jovens. A localização geográfica – o lado de lá do rio – torna-se a clara expressão simbólica da distância que separa seus habitantes dos bairros centrais da cidade e seus recursos, distância esta cotidianamente vivida na dificuldade de transposição por um eixo viário exclusivo, sobrecarregado e inóspito. Os jovens, por sua mobilidade e condição social estratégica, mostram-se particularmente premidos pelos problemas da região e reagem conforme as possibilidades que lhe são tangíveis, seja por meio dos programas sociais oferecidos por organizações sociais locais ou pelo poder público, ou ainda, à revelia das forças institucionalmente legitimadas, por meio de atividades ilícitas. Ainda que a dicotomia entre o lícito e o ilícito pare no imaginário social mais amplo, a fronteira entre ambos, nas trajetórias de vida de muitos jovens da região, se mostra menos clara e definida do que de início se supunha. As instituições voltadas para a educação (escolas, centros de juventude e de formação artística) que atuam na região, por sua vez, experimentam a falta de articulação em suas ações, cerceando assim o potencial de cada uma, acirrando assim os conflitos e dificuldades que enfrentam. Heterogêneas em suas perspectivas, perfis institucionais e culturas internas, pouco dialogam entre si e frequentemente se percebem isoladas em sua realidade local. Por outro lado, nota-se como traço predominante entre pares e moradores, a formação de laços de solidariedade – inclusive entre aqueles que vivem posições polarizadas na dicotomia entre o lícito e o ilícito – como traço diferencial da rede de relações da comunidade local, configurando-se assim como importante recurso para a construção de políticas públicas voltada ao combate à desigualdade social local.

2 • Fazendo arte na instituição de coletivos de crianças e adolescentes: a expressão de histórias e desejos comuns no enfrentamento da exclusão e do sofrimento social.

João Eduardo Coin de Carvalho, Universidade Paulista

As condições de vida das populações sujeitas à exclusão e ao sofrimento social carregam um grande ônus para os grupos especialmente vulneráveis como crianças e adolescentes, vítimas preferenciais do abandono do Estado e da deficiência das políticas públicas. Na cidade de São Paulo, a instalação de programas como o SASF (Serviço de Assistência Social à Família) é uma tentativa de reverter este quadro em meio às dificuldades de capacitação

profissional. O desenvolvimento de estratégias fundamentadas na Psicologia Social Comunitária pode atender a compromissos que exigem capacitação técnica e inclusão em protocolos interdisciplinares na defesa dos direitos fundamentais destas populações. O objetivo deste trabalho é discutir atividades de pesquisa-ação nas zonas norte (Parque Vila Maria) e sul (Grajaú) de São Paulo, situadas no âmbito das políticas públicas de assistência e desenvolvimento social, conduzidas a partir dos Projetos de Estágio em Grupos e Comunidades da Universidade Paulista. Os projetos visam o atendimento psicossocial a crianças e adolescentes, privilegiando os ideais de parceria, autonomia e protagonismo e buscando a construção de projetos coletivos. O Projeto Sonhar, resultado da associação da comunidade com a Universidade e o SASF-Vila Maria/Vila Guilherme, iniciou em 2009 com psicólogos, assistentes sociais e estagiários atendendo cerca de vinte adolescentes cujas famílias participavam das atividades desenvolvidas pelo SASF. Em 2013, 18 crianças e 10 adolescentes participaram do Projeto, 2 deles na condição de monitores-aprendizes. No Grajaú, o atendimento a adolescentes em parceria com uma ONG da região é conduzido desde 2012 por estagiários, com a participação de 15 adolescentes. Todas as ações acontecem semanalmente, com duração de cerca de 2 horas. Ao final de cada semestre, os participantes dos dois grupos se encontram para um sarau, com teatro e música. Nos projetos, as oficinas tratam de temas escolhidos pelos participantes: escola, futuro, sexualidade, trabalho em grupo, arte. Os resultados revelam que a chamada dos jovens a se olhar e se escutar, procurando reconhecer uns nos outros a semelhança e a potência necessária para a construção de projetos coletivos têm se mostrado uma estratégia importante mas não suficiente no médio prazo para a superação das condições de opressão e controle a que se veem submetidos. No balanço de ganhos e dificuldades, a disposição para discussão e engajamento sempre estão presentes, e a integração em projetos coletivos não encontra interesse nos cenários de maior opressão (escola, violência) mas naqueles em que os jovens se percebem capazes de expressar entendimentos e desejos. Neste sentido, propostas ligadas à poesia, música, dança e teatro são especialmente estimulantes. Reescrevendo práticas sociais estranhas a um cotidiano marcado pela individualização dos projetos e pela ausência do reconhecimento de uma história comum, os participantes utilizam aqueles recursos para expressar histórias e desejos coletivos. Entendemos que estratégias como estas devem ser consideradas como decisivas para a construção de meios de mobilização e formação de coletivos de jovens, associada a seu reconhecimento como autores e sujeitos nas suas comunidades, reconhecidos ainda os desafios no manejo das dimensões social, subjetiva e afetiva que operam na instituição e manutenção de comunidades.

3 • O reconhecimento da Juventude da Periferia: entre o consumo e os direitos.

Luis Guilherme Galeao-Silva, Universidade de São Paulo

Nossa pesquisa ocorre no território do Capão Redondo, Jardim Ângela e Campo Limpo, distritos muito violentos da cidade de São Paulo. Neste lugar, a maioria dos mortos por homicídios são jovens, homens e negros. Procuramos entender a “perspectiva dos participantes”, ou seja, quais são os

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

sentidos atribuídos por esses jovens: a sua juventude, a sua reação diante das injustiças, sobretudo, aquelas que se expressam na cidade, como transporte, homicídio e moradia. O método do estudo é a pesquisa participante com longa permanência no território. O referencial teórico da pesquisa é a Psicologia Social Comunitária (Montero, 2006) e a Luta por Reconhecimento (Honneth, 2003). Acompanhamos reuniões públicas sobre as questões da violência, cultura e moradia. Nota-se que objetivamente a vulnerabilidade social na região é muito alta. Há o desrespeito aos direitos Sociais (transporte, moradia, educação, saneamento, segurança, saúde) e Humanos (a vida, a dignidade) são também flagrantes. Por outro lado, laços de solidariedade despontam entre pares e moradores como traço diferencial da rede de relações da comunidade local, configurando-se assim como importante recurso para a construção de políticas públicas voltada ao combate à vulnerabilidade social. Pode-se interpretar que esses grupos tem demandas que tem um fator em comum: o reconhecimento como cidadãos. Porém, no caso da juventude essa busca por reconhecimento é mais ligada a temas culturais e do consumo do que dos movimentos políticos. A discussão sobre a mediação entre essas demanda por consideração, integridade física e social e a política parece ser essenciais para a implementação de políticas públicas. Temos então a mediação de diversos atores, instituições e processos sociais e da linguagem. As políticas publicas são mediadas por atores sociais como funcionários públicos, lideranças comunitárias, políticas e religiosas. Na sua maioria esses atores não são jovens. Tão pouco as instituições parecem interessadas em atender as demandas desses jovens, que não ser algumas ligadas a produção e circulação de mercadorias que os considera como consumidores.

Por fim, a sociedade e a linguagem determinam ou a humilhação social ou a revolta contra a sociedade. Por outro lado, percebe-se que reuniões auto-organizadas por jovens geram preocupações e conflitos intergeracionais e de classe. O exemplo desses conflitos são as reuniões desses jovens em shoppings da cidade. Elas não se configuram como luta por cidadania, pois não se articulam por uma luta por direitos, mas sim ao consumo de mercadorias e sua ostentação como forma de status social. Certos movimentos sociais tentam politizar a questão buscando desenvolver a consciência política ao questionar a repressão aos jovens. Este conflito apresenta tensões entre classes sociais e entre gerações. O conflito entre classes ocorre por estes jovens serem identificados como pobres, mesmo consumindo mercadorias de grife. É também um conflito de gerações, pois não há mediação de lideranças sociais tradicionais.

Mapas Afetivos: Um método de pesquisa e intervenção em psicologia comunitária e ambiental aplicado às políticas públicas

Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Universidade Federal do Ceará

Mapa afetivo refere-se a um método desenvolvido a partir de aportes da psicologia social e ambiental e pode ser aplicado na psicologia comunitária em políticas publicas. Corresponde à articulação de sentidos elaborada pelo pesquisador, a partir dos sentimentos e representações dos respondentes sobre um lugar, território ou outra referencia espacial institucional de seu cotidiano. Seu foco incide sobre

o emprego dos afetos como mediadores da relação pessoa-ambiente e de um modo mais amplo prioriza o simbolismo do espaço. O mapa afetivo é construído a partir de imagens geradas por um instrumento que possibilita o acesso à afetividade de um lugar, sentimentos e emoções, através do qual se articulam, na pessoa que o responde, a construção de afetos, identificações e sentidos. São representações do espaço e relacionam-se com qualquer ambiente como território emocional. É um instrumento que indica a Estima de um lugar (Bomfim, 2003) que pode ser potencializadora da ação dos indivíduos, propiciando uma implicação, participação e envolvimento destes nas políticas públicas. Tem sido aplicado a vários tipos de ambiente desde os urbanos aos rurais, comunidades, bairros, ambientes institucionais como escolas, hospitais, universidade e até mesmo ao corpo como primeira dimensão ambiental. O objetivo desta mesa é mostrar algumas experiências de utilização dos mapas afetivos com pesquisa e intervenção voltadas para as políticas públicas de Saúde, Assistência social e Acessibilidade na cidade. Como exemplo da primeira fala temos, "Colorindo a Residência Integrada em Saúde: os afetos de residentes psicólogos a partir dos Mapas Afetivos onde tem como objetivo analisar o impacto da afetividade na atuação de psicólogos residentes em políticas públicas de saúde, de nível primário e secundário, a partir de seu contato com os serviços. A segunda fala tem como objetivo discutir a pertinência da utilização dos Mapas Afetivos por psicólogos que atuam no âmbito do CRAS, possibilitando-lhes apreender os afetos dos usuários do referido programa social em relação aos lugares que compõem o território, em uma perspectiva psicossocial, ampliando a concepção de território físico para o de sentido e de identificação dos sujeitos. A terceira fala "Construção de mapas afetivos táteis: aplicação do instrumento a pessoas com deficiência visual" procura investigar os afetos de habitantes de uma grande metrópole do nordeste tendo como amostra pessoas com deficiência visual, que devido a uma privação sensorial tem uma compreensão distinta da urbe, a qual muitas vezes é considerada inadequada ou deficiente. A justificativa para tal estudo está pautada também no o processo de envelhecimento da população mundial, assim como no elevado número de pessoas com deficiências, que gera indubitavelmente necessidades específicas destas pessoas e ressalta o quanto os ambientes das grandes cidades não estão preparados para recebê-las. Assim os conceitos de acessibilidade e desenho universal ganham espaço no cenário político, acadêmico e civil na atualidade. Estas três experiências inserem-se dentro do eixo de políticas públicas e trazem como reflexão a importância da afetividade como compromisso ético-político de atuação do psicólogo e de investigação na ciência psicológica.

1 • Colorindo a Residência Integrada em Saúde: os afetos de residentes psicólogos a partir dos Mapas Afetivos

Maria Zelfa de Souza Feitosa, Universidade Federal do Ceará

As Residências em Saúde instituíram-se a partir da Lei nº 11. 129, promulgada em 2005. Estes programas de formação em serviço, nos quais diversos profissionais inseriram-se – entre eles o psicólogo, sujeito deste estudo –, são fruto da parceria dos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC), oriundos da necessidade de formação de profissionais para o trabalho no SUS, de modo que estes possam instrumentalizar-se para uma atuação condizente com as especificidades dos serviços e as necessidades das comunidades. Neste

cenário de experiências potencializadoras, que aproximam os profissionais do cotidiano dos sujeitos comunitários usuários do SUS, ao mesmo tempo em que se garante ao residente o acompanhamento do processo formativo, também se fazem presentes dificuldades provenientes dos territórios, gestões, políticas e demais jogos de poder e discursos que se confrontam no campo social. Frente a isto e considerando o compromisso ético-político que deve reger a atuação do psicólogo, faz-se necessária a discussão das práticas e encontros dos residentes com seus campos de trabalho, onde estão implicados a razão e o afeto na base das ações. Sabendo-se que durante muito tempo a afetividade foi negligenciada e tomada como empecilho ao conhecimento, chamamos atenção para a importância de se vislumbrar as maneiras como os psicólogos residentes afetam-se com os serviços de saúde e no que isto potencializa ou despotencializa suas ações. Tomamos como objetivo analisar o impacto da afetividade (emoções e sentimentos) na atuação de psicólogos residentes em políticas públicas de saúde, de nível primário e secundário, a partir de seu contato com os serviços. Nossa metodologia constituiu-se da aplicação da parte qualitativa do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos, que se apresenta como uma forma de apreensão do intangível, ou seja, de se ter acesso aos afetos. A aplicação do instrumento foi realizada com 18 residentes psicólogos vinculados à Residência Integrada em Saúde (RIS), da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), os quais foram posteriormente analisados por meio da análise de conteúdo, com o auxílio do software Atlas ti 5.0. O número de sujeitos foi definido pela constatação, nas análises, de que se havia atingido o ponto de saturação das respostas. Os resultados parciais apontam para a predominância de uma estima mais positiva em relação ao serviço, vinculada ao pertencimento e à agradabilidade, entretanto, a categoria insegurança também foi encontrada. A categoria contraste foi a mais expressiva, revelando relações de desafios e gratificações, potencialização e despotencialização, mas com maior tendência para uma estima positiva, potencialização das ações e envolvimento com o serviço. Consideramos, a partir destes resultados, que os Mapas Afetivos constituem um instrumento seminal no estudo da afetividade; os dados obtidos, em comparação com outros estudos acerca da afetividade do psicólogo no trabalho em saúde, permitem inferir a existência de uma estima mais positiva em relação ao serviço por parte do residente, o que pode estar relacionado com o modo de "contratação/inserção"; o contraste aparece como categoria transversal, não se relacionando a priori com a estima positiva ou negativa; e a necessidade de maior exploração e aprofundamento da temática.

2 • A utilização dos Mapas Afetivos como instrumento metodológico na atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social

Diego Menezes Augusto, Universidade Federal do Ceará

O conceito de território compreendido nas políticas públicas que normatizam as práticas dos técnicos do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS o apontam como algo que “[...]abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade.”- (Orientações técnicas- CRAS/2009). Um olhar na perspectiva da psicossocial, acerca deste conceito, conceito contribui

para a ampliação da concepção de território trazendo para o plano de discussões e ações profissionais, a constituição dos espaços comunitários que, ao serem dotados de sentido pelos sujeitos transformam-se em lugares identificados dos quais os sujeitos se apropriam, sendo parte deles. (TUAN,1983) Falamos, então, de territórios produtores e produzidos pelas necessidades de enraizamentos dos sujeitos comunitários nos lugares, das interações desses sujeitos com o ambiente, com os jogos de poder que se instituem no campo social, enfim, territórios que afetam de diversas maneiras as pessoas potencializando-os à ação ou conduzindo-os a passividade. (ESPINOSA,2005) Portanto, são importantes, instrumentos metodológicos que elucidem para os profissionais aspectos surgidos da relação bidirecional ambiente e pessoa que números de questionários não são capazes de perceber por sua estrutura meramente quantitativa. Nosso trabalho tem como objetivo discutir a pertinência da utilização de recursos metodológicos como Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (BOMFIM,2010) por psicólogos que atuam no âmbito do CRAS, possibilitando-lhes para apreender os afetos dos usuários do referido programa social em relação aos lugares que compõem o território Compartilhamos do pensamento de Martin- Baró (1995) que o que fazer do psicólogo "deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender". Neste sentido, não se pode prescindir da relação que o ser humano mantém com o ambiente e suas implicações recíprocas advindas desta interação que está permeada e transpassada pelas formas como o sujeito se afeta com o ambiente,por relações de justiça, injustiça, desigualdade, pobreza, amor, memória, resistência, opressão, libertação, etc. em que passado, presente e futuro se confrontam cotidianamente, fomentando a identidade e os modos de enfrentamento da vulnerabilidade. Podemos inferir por meio da prática profissional e pesquisas em equipamentos da Assistência Social, que os Mapas Afetivos permitem elucidar afetos outrora despercebidos ou negligenciados, que uma vez trazidos à tona instrumentalizam o psicólogo e potencializam no processo de conscientização da comunidade indo ao encontro do objetivo do Centro de Referência.Percebemos também que embora a categoria afetividade conste nas cartilhas elaboradas pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome- MDS direcionadas aos profissionais,torna-se premente uma instrumentalização adequada para a compreensão das relações afetivas entre as pessoas e o ambiente como também a estima de si e do lugar, sendo, portanto, os Mapas Afetivos um instrumento adequado ao supracitado propósito.

3 • Construção de mapas afetivos táteis: aplicação do instrumento a pessoas com deficiência visual

Ana Kristia da Silva Martins, Universidade Federal do Ceará

Esta pesquisa propôs-se a conhecer a cidade de Fortaleza/Ceará/Brasil por meio dos afetos de seus habitantes. Escolheu-se como amostra pessoas com deficiência visual, que devido a uma privação sensorial tem uma compreensão distinta da urbe, a qual muitas vezes é considerada inadequada ou deficiente. Para isso utilizou-se como metodologia o instrumento gerador dos mapas afetivos, desenvolvido por Bomfim (2010). O envelhecimento da população mundial e o elevado número de pessoas com deficiência gera a

necessidade de discutir e avaliar as necessidades específicas destas pessoas e ressalta o quanto os ambientes não estão preparados para recebê-las. Assim os conceitos de acessibilidade e desenho universal ganham espaço no cenário político, acadêmico e civil. Tanto limitações sensoriais ou motoras, como outros fatores intervenientes no desenvolvimento pessoal do sujeito influenciam diretamente a forma como a cidade será percebida. Esta percepção do ambiente é cognitiva, mas também afetiva, pois não se pode separar pensamento e emoção. Assim é possível investigar o nível de adequação e acessibilidade de um local através da comparação entre as suas estruturas e os modelos estabelecidos como acessíveis e ideais para determinado grupo, mas também através dos sentimentos e emoções experimentados pelas pessoas em sua relação com os espaços. Neste estudo a aplicação do instrumento gerador dos mapas afetivos foi realizada com o auxílio de elementos mediadores, tais como massa de modelar, canudos, palitos de madeira, carrinhos de plástico, algodão, entre outros, a fim de possibilitar a construção de uma representação tátil da cidade. Assim visou-se privilegiar outros sentidos, fornecendo aos participantes da pesquisa formas de expressão com as quais estão mais familiarizados. Após a elaboração de uma imagem tátil os sujeitos, conforme solicitado no instrumento original, responderam algumas questões referentes ao significado daquilo que tinham representado e aos sentimentos despertados pela imagem criada. As respostas dos 35 participantes evidenciaram que Fortaleza não está preparada para suprir as necessidades sensoriais específicas destas pessoas, que são consequentemente desconsideradas em seus direitos. Embora os participantes da pesquisa reconheçam qualidades positivas em sua cidade, inquietam-se com o maior direcionamento de recursos financeiros para obras voltadas para a atração de investimentos externos e turistas, do que para a geração de melhores condições de acessibilidade para todos. O ambiente pode gerar tanto possibilidades quanto barreiras ao pleno desenvolvimento das pessoas, conforme atenda ou não as suas necessidades de segurança, mobilidade, conforto e autonomia. Para atender a estes propósitos faz-se indispensável a realização de um planejamento que considere as peculiaridades dos diversos grupos que compõem a sua população a fim de que todos se sintam respeitados e incluídos. Desta forma Fortaleza tem gerado sentimentos de não pertencimento em seus moradores com deficiência visual, uma vez que estes não conseguem desfrutar com qualidade de seus aspectos positivos.

**Medida socioeducativa em meio aberto e fechado:
 atravessamentos entre o fazer do psicólogo, a elaboração do
 projeto de vida do adolescente e as práticas que engendram o
 atendimento socioeducativo**

Luara da Costa França, Universidade Federal do Ceará

Consideramos de grande relevância o exercício de uma reflexão acerca das medidas socioeducativas, principalmente sob o aspecto de seus limites e de suas potencialidades. Atualmente assistimos debates acerca da redução da menor idade penal e da ânsia em conceber políticas mais punitivas para lidar com a adolescência infratora, mas pouco se interroga acerca dos caminhos e descaminhos do acompanhamento aos socioeducandos, seja em contexto

de liberdade assistida, seja em privação de liberdade. Dessa forma, a partir de nossas vivências como psicólogas e pesquisadoras no território das medidas socioeducativas no Município de Fortaleza, organizamos essa mesa para pensar sobre como a aplicação dessa política pública tem se feito problema em alguns aspectos: 1) desde do dúbio lugar que o psicólogo ocupa na équitte técnica (ora exercendo uma função de escuta acolhedora, ora escrevendo relatórios ao juiz avaliando a “regeneração” do socioeducando); 2) do desafio de elaborar, junto ao adolescente, um projeto de vida em que envolva uma produção de sentido sobre futuro (percebendo a necessidade ampliação do espectro de futuro na vida dos adolescente em privação de liberdade) e 3) de como algumas práticas - como os atendimentos individuais e grupais, a feitura de instrumentais, principalmente a elaboração do Plano Individual de Atendimento, visitas domiciliares - que constituem as medidas socioeducativas subjetivam os adolescentes e seus responsáveis, bem como os profissionais. Com o objetivo de trazeremos uma pluralidade de perspectivas e de permitir um rico diálogo entre diferentes referencias teóricos, elegemos algumas inquietações de nossas pesquisas e de nossas vivências. Acreditamos que assim poderemos fomentar um aprofundamento sobre esse tema, fugindo de qualquer resposta definitiva, mas tateando possibilidades a partir de fazeres e de experimentações. Para nós, problematizar o lugar que a psicologia social tem ocupado nas políticas públicas, em especial nas medidas socioeducativas de nosso município, e na sociedade como um todo, aparece como uma possibilidade de invenção de novas formas de propor, de ensaiar, de sonhar, de resistir; de acreditar que o pensamento e da ação podem criar outras e criativas maneiras de ser psicólogo e te tangenciar essa práxis para uma constante reinvenção, atravessada por interrogações éticas e políticas.

1 • Cartografando as medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Fortaleza: entre práticas discursivas e não-discursivas

Luara da Costa França, Universidade Federal do Ceará, Luciana Lobo Miranda, Universidade Federal do Ceará

Este resumo tem como objetivo relatar acerca do percurso de pesquisa de Mestrado. Realizamos uma cartografia acerca de como as medidas socioeducativas em meio aberto – Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) – se operacionalizam no Município de Fortaleza, objetivando descrever as práticas discursivas e não-discursivas que atravessam sua aplicabilidade. Orientados metodologicamente pela cartografia (KASTRUP, 2010), entendemos a pesquisa como um processo de invenção onde o pesquisador não colhe dados do campo, mas os produz. Dessa forma, o pesquisador captura e é capturado pelo território de pesquisa, constitui o próprio caminho de fazer pesquisa, se constituindo (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2010), tornando-se necessárias análises de implicação durante o processo de pesquisar. Realizamos visitas aos Núcleos de LA e PSC e aos Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (das respectivas regionais), pois acompanhamos a transição de adequação da tipificação (resolução) orientando que a operacionalização das medidas em meio aberto sejam atribuições do CREAS. Conversamos e entrevistamos os técnicos (psicólogos, assistentes sociais, psicólogos,

pedagogo, etc.), adolescentes e seus responsáveis. Descrevemos o fluxo de atendimento aos adolescentes: 1) acolhida; 2) Construção do Plano Individual de Atendimento – PIA; 3) Escrita, pelos técnicos, do relatório de cumprimento/descumprimento que é endereçado ao juiz. Percebemos algumas pistas importantes, como falas de descrença de alguns técnicos acerca da medida, da relação que o juizado estabelece com a aplicação das medidas, bem como a grande dificuldade de construção de novas possibilidades de vida para um adolescente que é captado pelo rentável e sedutor caminho do tráfico e da infração. Usando de interlocutores, como Foucault (1996; 2008; 2009), Gadelha (1998; 2009) e Fischer (1998; 2012), problematizamos alguns rituais de atendimento/encaminhamento, a forma como os adolescentes são incitados a falar sobre si, etc. A partir da análise de nossos diários de campo e das entrevistas, percebemos que o território de operacionalização da LA e da PSC é minado por uma heterogeneidade de discursos: nas falas dos técnicos, dos adolescentes e de seus responsáveis há disputas dos discursos jurídico, psicológico, pedagógico, midiático, etc. que aparecem e atravessavam os modos de subjetivação dos socioeducandos. Analisamos também como a operacionalização das medidas socioeducativas em meio aberto está em consonância com as novas estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 2002; 2008) de que forma que o adolescente autor de ato infracional funciona como alvo de um conjunto de técnicas disciplinares, como também é capturado como uma coletividade, como um segmento populacional que precisaria ser gerenciado, constituindo-se como um alvo de novas táticas de poder condizentes com as sociedades de controle (DELEUZE, 1992). Assim, essa reflexão pondera que as políticas públicas funcionam como um engendramento biopolítico objetivando o ordenamento social.

2 • Entre o risco e o sonho: futuro e projeto de vida para adolescentes privados de liberdade

Isadora Dias Gomes, Universidade Federal do Ceará, Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Universidade Federal do Ceará

Neste trabalho faremos um recorte dos resultados obtidos numa pesquisa de mestrado intitulada “A gente vive de sonho: sentidos de futuro para adolescentes privados de liberdade”, fazendo um recorte para discutir a atuação do Psicólogo na execução das Medidas Socioeducativas de internação. Foi realizado um estudo qualitativo, do tipo pesquisa-intervenção, na cidade de Fortaleza, tendo como marcos teóricos principais a teoria histórico-cultural de Vygotsky e a análise do discurso bakhtiniana. O ponto de partida é o trabalho do profissional de Psicologia e suas dificuldades em trabalhar na elaboração de um projeto de vida individual com os jovens atendidos pelas unidades, sendo tal projeto parte integrante do relatório semestral obrigatório. A socialização em um contexto de violência urbana, a exposição a situações de risco, o uso abusivo de drogas, o envolvimento com grupos rivais e a iminência da morte e da privação de liberdade estaria constringendo a significação de futuro e se fazia necessário conhecer melhor essa psicodinâmica. Como resultados alcançados é possível destacar que, na teia semiótica relacionada com o signo-futuro, são observadas duas claras tendências diferentes e complementares. Uma está relacionada com um futuro mais próximo e à possibilidade de tomar decisões em curto

prazo, ligada ao estabelecimento de uma meta, ao planejamento para as coisas do cotidiano. A outra está ligada ao sonho, ao que consideram ser uma motivação mais profunda, porém que acreditam ser uma motivação utópica e não fazem reais planejamentos para concretizar. O sonho tem a função de carregar a vida do desejo de viver, de poder realizar o transporte imediato do sofrimento para a boa vida desejada, por meio do pensamento. Já o signo-mudança se situa em um plano intermediário entre o sonho e a meta, já que a mudança desejada é considerada quase utópica, mas exige um direcionamento, um real planejamento para que a mesma se efetive. Destacamos a falta de recursos para que tal projeto se realize e que de fato a função de reintegração social do centro socioeducativo – com vistas a um rompimento do envolvimento com o crime – possa se efetivar. A grande demanda de trabalho delegado às equipes técnicas no interior das unidades, principalmente devido à superlotação, tem impedido ou dificultado o acompanhamento dos adolescentes egressos e, por consequência, propicia o pouco contato com histórias diferentes da via crucis esperada (reincidência e posterior prisão ou morte), cocriando e alimentando a crença social de que não há alternativas. Pelo mesmo motivo anterior, as equipes também sentem dificuldade para manter contato com o contexto de vida dos adolescentes, de maneira que a busca por alternativas de estudo, trabalho e lazer fica prejudicada, pois o adolescente muitas vezes também não possui esse conhecimento. Dá-se, então, a necessidade de problematizar o papel do psicólogo na ampliação do espectro de futuro para os socioeducandos.

3 • **Liberdade pra que?: Relato de experiência acerca da atuação do psicólogo na medida socioeducativa de Liberdade Assistida**

Rafaella Medeiros de Mattos Brito, Universidade Federal do Ceará, Idilva Germano, Universidade Federal do Ceará

Este trabalho visa compartilhar algumas reflexões sobre minha experiência como psicóloga da Liberdade Assistida da regional III, de setembro de 2010 a junho de 2011, no Município de Fortaleza (capital do Estado do Ceará - BRASIL). Esta medida socioeducativa de meio aberto tem como objetivo acompanhar o adolescente infrator para que este não reincida no ato infracional e busque novos caminhos de vida. Dentro da equipe multidisciplinar do núcleo de Liberdade Assistida, cabe ao psicólogo a função de repensar junto a esse jovem o significado do ato infracional, seu contexto, e alternativas que o afastem de atos delituosos. O psicólogo deve também explorar se o adolescente faz uso de drogas e encaminhá-lo para tratamento em caso afirmativo, acionando outras políticas públicas ligadas à saúde. O psicólogo, assim como os demais membros da equipe, realizam visitas domiciliares para ter uma visão mais ampla do entorno dos adolescentes acompanhados, ouvindo também o relato dos familiares, que muitas vezes não condiziam com o que os jovens traziam para o atendimento. A figura do psicólogo se fazia ambígua para eles, já que ao mesmo tempo em que era um lugar de apoio para suas demandas, (mesmo que não se tratasse de um atendimento clínico), o socioeducando sabia também que a equipe era responsável pela elaboração de um relato semestral que seria encaminhado ao juiz e definiria se o mesmo deveria ser permanecer ou ser liberado da

medida. Portanto, o adolescente construía seu discurso na tentativa de mostrar o quanto estava “regenerado” e arrependido. Em cada história de vida podíamos perceber diferentes contextos e significados em que o ato infracional se inseria, porém, de forma geral, observamos que a maioria deles roubava para ter acesso a mercadorias caras e roupas de marca, para assim conseguir “status” entre os colegas. Outro grande motivo era a sustentação do vício de drogas ilícitas. Portanto, percebíamos que o ato infracional está inserido em uma dinâmica muito maior, que envolve questões econômicas, sociais e midiáticas. Dentro deste desafio, a postura aberta e respeitadora do psicólogo perante a alteridade do adolescente que ele recebe, era seu primeiro e principal instrumento de trabalho.

Múltiplos olhares acerca da Reinserção Familiar: O marco legal e a perspectiva dos adolescentes, familiares e educadores

Laiane da Silva Corrêa, Universidade Federal do Pará

A mesa redonda aqui proposta tem como objetivo apresentar e discutir o processo de reinserção familiar do ponto de vista legal, das crianças/adolescentes acolhidos, seus familiares e educadores. Entende-se que a discussão do tema da reinserção familiar é um ponto de pauta importante nas políticas públicas direcionadas à infância e adolescência, uma vez que é grande o contingente de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Brasil. Além disso, há diretrizes legais que definem a medida de acolhimento como sendo de caráter excepcional e provisório, prevendo, ainda, como prioridade, o direito à convivência familiar e comunitária. Apesar dos marcos legais e avanços na qualidade dos serviços de acolhimento no país, ainda se verifica o desconhecimento por parte dos técnicos dos serviços acerca do que seja a reinserção familiar, qual o seu objetivo, por que deve ser feita, quando deve ser posta em prática e, sobretudo, como deve ser realizada. A literatura tem mostrado que, na maioria das vezes, a reinserção é feita de forma bastante abrupta, sem qualquer preparação das crianças/adolescentes acolhidos e/ou das famílias que irão acolhê-los. Dessa forma, tende a ser tratada apenas como reunificação física e, portanto, fracassa nos seus objetivos. Essa mesa redonda busca apresentar uma perspectiva mais complexa e sistêmica acerca da reinserção familiar, entendendo ser este um processo que envolve múltiplos personagens: a criança/adolescente, a família, a instituição com suas normas de funcionamento, os educadores e o sistema judiciário. Além de se constituir como um processo que começa muito antes da saída em si da criança/adolescente da instituição e retorno para a família (nuclear, extensa ou substituta, por exemplo). Visando contemplar esse objetivo serão apresentados três trabalhos. No primeiro, “A questão da reinserção familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional”, a autora busca descrever os principais marcos legais que têm orientado a reinserção familiar. Além disso, através de uma revisão da literatura, apresenta os principais fatores relacionados ao sucesso ou fracasso da reinserção. No segundo trabalho proposto, “Eu tô voltando pra casa...: Um estudo acerca das expectativas de adolescentes em processo de reinserção familiar e seus familiares” descrevem-se os resultados de um estudo realizado com três adolescentes e seus familiares acerca das expectativas e preparação para o retorno do adolescente às residências de suas famílias, no mês anterior à volta para casa. Pontua-se o quanto já naquele momento era

possível vislumbrar que a reinserção não obteria o êxito desejado. Por fim, o terceiro trabalho “Rotina e práticas de cuidado em ambiente de acolhimento: um olhar sobre o educador no processo de reinserção familiar”, realizado a partir da observação das práticas de cuidado de 10 educadoras, sublinha a importância de ações voltadas à preservação e fortalecimento dos vínculos familiares das crianças. Embora a reinserção familiar se configure como um processo complexo, para o qual não há receitas definidas de sucesso, espera-se que os trabalhos aqui apresentados possam contribuir para a definição de linhas de ação mais efetivas na vida dessas crianças/adolescentes e suas famílias.

1 • A questão da reinserção familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional

Débora Dalbosco Dell’Aglío, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho discute a reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados, a partir de aspectos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), do Plano Nacional de Promoção de Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) e da Lei 12.010 (2009). Nos casos em que os direitos das crianças e adolescentes são violados ou ameaçados, o acolhimento institucional é uma alternativa de proteção prevista como transitória. Dessa forma, estratégias de reinserção familiar devem ser adotadas a fim de garantir o direito à convivência familiar e comunitária e buscar a maior brevidade do período de acolhimento. Ações de reinserção familiar são aquelas que buscam promover a reunião de crianças e adolescentes afastados da família. Este processo pode ser nomeado como desligamento institucional, desabrigoamento, reintegração familiar, desinstitucionalização, retorno à família/convivência familiar, reunificação familiar e/ou reinserção familiar. São diferentes expressões para se referir ao processo de saída de uma instituição de acolhimento e o retorno à família, seja família de origem, extensa e adotiva. Segundo o ECA (1990), o retorno ao convívio familiar deve ser promovido assim que a família apresentar condições favoráveis, sendo a entidade de acolhimento a responsável por promover o restabelecimento e a preservação dos vínculos familiares. No entanto, tem-se conhecimento de que as equipes das instituições são pequenas e não apresentam condições de atender a todas as determinações legais, tornando-se difícil a efetivação de seus objetivos e a reinserção dos jovens de forma rápida. A reunificação familiar é bastante complexa, pois deve envolver um processo planejado de reconexão desses jovens com suas famílias, através de uma variedade de serviços e apoios às crianças, às suas famílias e aos cuidadores substitutos. Além disso, é necessária uma preparação prévia das famílias, que pode incluir desde a inclusão em programas de moradia, educação e alimentação, até o acompanhamento e tratamento de abuso de drogas e treinamento para parentalidade, entre outros. Algumas ações podem facilitar esse processo, tais como visitas planejadas da criança na família antes do desligamento institucional e um trabalho de orientação às famílias para a reunificação. Também devem ser observadas as condições emocionais, a motivação da família e as expectativas relacionadas ao retorno do jovem, e não apenas as condições econômicas. Para isso, é importante que os profissionais que atuam nesse trabalho não tenham crenças negativas em relação às

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

famílias, pois essas precisam ser valorizadas e ajudadas nesse processo. Os estudos demonstram a importância de desenvolver um plano de reinserção tão logo o jovem seja acolhido, a partir da participação e contribuição da família, prevendo a visitação, avaliação, preparação e acompanhamento das famílias antes e depois do desligamento institucional. Assim, corre-se menos risco de realizar uma avaliação equivocada, que pode levar ao fracasso da reinserção e ao reabrigamento posterior. Dessa forma, para que programas de reinserção familiar possam ser de fato implementados, é necessária a composição de equipes com capacitação técnica para estas atividades, garantindo a convivência familiar e comunitária.

2 • “Eu tô voltando pra casa...”: Um estudo acerca das expectativas de adolescentes em processo de reinserção familiar e seus familiares

Sara Guerra Carvalho de Almeida, Universidade de Fortaleza, Normanda
Araujo de Moraes, Universidade de Fortaleza

A reinserção familiar de crianças e adolescentes com suas famílias constitui uma área complexa no que diz respeito às políticas públicas de proteção ao bem estar desta população. Esse processo envolve os acolhidos, os familiares/responsáveis e a própria instituição. O objetivo desse trabalho é discutir o processo de reinserção familiar de adolescentes em situação de rua institucionalizados na cidade de Fortaleza, CE, a partir da perspectiva do adolescente e seus familiares/responsáveis. Buscar-se-á, especificamente, discutir aspectos comuns relacionados às trajetórias de vida dos adolescentes e familiares; além de descrever as expectativas de ambos no período anterior (de preparação) à volta para casa. Foram realizadas entrevistas com três adolescentes (ambos com 14 anos de idade) e seus respectivos familiares (mãe, avó e irmã) um mês antes do retorno para casa. Dentre os motivos que levaram à institucionalização dos adolescentes, destacam-se: a falta de moradia, exploração do trabalho infantil, familiares usuários de droga, abandono da mãe e o desconhecimento de família estendida. Nas trajetórias dos três adolescentes, alguns aspectos comuns sobressaem-se: a institucionalização aos 9-10 anos de idade como medida protetiva devido aos contextos familiares marcados por violência (física, psicológica e sexual); a rotatividade nas instituições da rede de acolhimento de Fortaleza (cada adolescente passou em média por 3 espaços diferentes); e o tempo de institucionalização que excede os dois anos propostos pelo ECA (cada adolescente passou em média 4 anos institucionalizados). No que se refere às famílias, os aspectos comuns que sobressaem são: a falta de condições materiais e a semelhança de situações de vulnerabilidade que motivaram a saída dos adolescentes de casa (uso de drogas, tráfico e violência doméstica e exploração do trabalho infantil). Sobre a expectativa para o retorno familiar e comunitário, os adolescentes demonstraram ansiedade de trabalhar, estudar e ajudar a família com as despesas; receio de encontrar a família na mesma situação que o fez sair de casa; medo de ser institucionalizado novamente e a consciência de que perderão as boas condições (alimentação, estudo e lazer) promovidas pela instituição. Já as famílias demonstraram que não estavam preparadas para acolhê-los, afirmando que se tivessem a possibilidade, ainda manteriam os meninos institucionalizados, sugerindo de certa forma que

estavam sendo pressionadas para acolher o adolescente, sem a devida preparação. Os resultados encontrados antecipam as dificuldades que poderão acontecer no regresso dos adolescentes aos contextos familiares. Embora os técnicos das instituições de acolhimento realizem o estudo psicossocial e indiquem integrantes da família extensa que, supostamente, teriam mais condições de acolher os adolescentes em processo de reinserção, verificou-se nesse estudo que mesmo esses lares estão marcados por inúmeras situações de vulnerabilidade. Ademais, constatou-se que pouca ou nenhuma atenção foi dada às famílias dos adolescentes, enquanto estes estavam acolhidos. Ou seja, a reinserção familiar não foi preparada e tem sido trabalhada apenas como a – tentativa abrupta - de “reunião física” entre adolescentes e familiares. Ações mais efetivas e mais direcionadas à família como um todo precisam ser melhor planejadas e postas em prática, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares.

3 • Rotina e práticas de cuidado em ambiente de acolhimento: um olhar sobre o educador no processo de reintegração familiar

Laiane da Silva Corrêa, Universidade Federal do Pará, Celina Maria Colino Magalhães, Universidade Federal do Pará, Lília Ieda Chaves Cavalcante, Universidade Federal do Pará

O cenário nacional aponta para um olhar atento às práticas adotadas nos serviços de acolhimento, tendo em vista que, por vezes, esta medida de proteção coloca à criança novas ameaças, como a ruptura dos vínculos familiares. Assim, este estudo se propõe apresentar dados da rotina de educadores que lidam com crianças em instituição de acolhimento com foco nas práticas voltadas à preservação e fortalecimento dos vínculos familiares. Fizeram parte da pesquisa dez educadoras responsáveis pelo cuidado diário a crianças de um espaço de acolhimento institucional em Belém, Pará, Brasil. Cada participante foi acompanhada em diferentes situações da rotina institucional, totalizando 120 horas de observação de suas práticas no cuidado infantil. Das sessões observacionais foram selecionados momentos em que cada educadora esteve envolvida em ações voltadas à preservação e fortalecimentos dos vínculos familiares das crianças. Os resultados indicaram um conjunto de situações ricas em interações. Observou-se que um grupo menor de educadoras tendeu a adotar práticas de cuidado que valorizava a criança como membro ativo, indivíduo em desenvolvimento, que precisa ouvir e ser ouvido em sua história de vida e demandas individuais. Em situações de descanso e brincadeira, percebem-se práticas que valorizam a interação entre irmãos e a inserção de elementos da cultura familiar paraense na rotina, como quando o educador estimula a parceria entre os irmãos na arrumação das suas camas, ou quando insere no ambiente institucional a rede. De certa forma, a adoção de ações desta natureza recria, no ambiente institucional, práticas e costumes da família que são próprios da cultura local. Isso pode contribuir para preservar as experiências vividas na convivência familiar pelas crianças, proporcionando a configuração de um ambiente com mais características familiares. O momento lúdico proporciona também à criança o resgate das experiências de convivência com a família, como quando a educadora brinca de casinha, na preparação das refeições e limpeza da

casa. A rotina da alimentação se apresenta como um momento importante para resgatar na memória infantil a vivência em família, como quando a educadora pergunta sobre preferências de alimento e o que as crianças mais comiam em casa. Práticas nessa direção mostram que a educadora tende a valorizar a criança como ser ativo, que tem uma história de vida e que precisa ser resgatada em atividades comuns da rotina institucional. O aspecto da experiência, tanto profissional como da maternidade, pode fornecer subsídios para explicar, entre as educadoras, o uso e incentivo de práticas nessa direção, tendo em vista que as que são mães e com maior tempo de serviço tenderam a valorizar mais as experiências familiares das crianças. Vê-se que tais práticas estão geralmente em consonância com a política de atendimento às necessidades da criança acolhida. Os dados apresentados confirmam o quanto se faz necessário um olhar mais atento e cuidadoso sobre esse profissional, identificando que dentre as suas principais funções está à promoção de um atendimento de qualidade a crianças que se encontram afastadas da família e com seus laços afetivos fragilizados.

Os diversos atores da violência sexual e as implicações para as Políticas Públicas

Daniela Castro dos Reis, Universidade Federal do Pará

A violência sexual (VS) é considerada um problema que envolve uma diversidade de fatores e contextos que perpassam pela Psicologia Comunitária, recaindo, sobretudo às políticas públicas e sociais no que concernem os atendimentos e garantia de direitos a todos os envolvidos: vítima, família e autor de agressão. Devido à complexidade deste fenômeno, que inclui aspectos familiares, judiciais e sociais, a constante realização de estudos sobre este tema é necessária para fomentar estratégias de prevenção e intervenção e, sobretudo para subsidiar políticas públicas. Esta mesa tem o objetivo discutir a VS a partir de resultados de pesquisas empíricas que contemplaram as vítimas, a família e os autores de agressão em contextos diferenciados. A metodologia das pesquisas envolveu estudos descritivos e de casos múltiplos, utilizando análise de documentos oficiais, inventário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas. Dessa forma, serão apresentados resultados de três estudos empíricos conduzidos no Brasil. No estudo "Caracterização da vítima, da violência e do agressor: Uma análise das Fichas de Notificação de Violência de um hospital público de Fortaleza-CE" identificou entre 2010-2013, 112 formulários, os resultados indicaram que a maioria das vítimas é pardas (62%), solteiras (72,3%), estudantes (51,4%), com religião católica (45,5%), nível de escolaridade da 5ª a 8ª série (28,6%), não possuíam deficiência alguma (55,3%) e tinham idade variando de 12 a 57 anos (M= 21,97). O estudo "O Suporte Familiar às Vítimas de Abuso Sexual" foi realizado com 10 mães de meninas vítimas de VS atendidas no Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Abaetetuba-PA. A análise das entrevistas indicou conflitos familiares e o sentimento de vergonha como os principais motivos para que estas mães não compartilhassem a informação. Também foram observadas queixas por parte das genitoras no que diz respeito à mudança na rotina impostas pelos procedimentos psicossociais e jurídicos associados ao caso. No estudo "Fatores de risco e proteção na trajetória de vida de dois autores de agressão sexual contra criança e adolescente" os resultados demonstraram que os fatores

de risco como: a constituição familiar em que se destaca um número alto de irmãos (família numerosa), baixa renda familiar e escolaridade dos pais, crenças e valores parentais (biológicos, de sobrevivência, de bem-estar ou de relações interpessoais), violência física, uso de álcool, trabalho informal, sexualidade com inúmeros parceiros, nos diferentes contextos de desenvolvimento dos autores de agressão sexual apresentaram condições semelhantes. Os três estudos enfatizam a importância de considerar os diversos atores envolvidos na violência sexual, e a atuação das políticas públicas como mecanismos legais para atuar na prevenção ou na intervenção da violência. Sendo assim, por meio da apresentação e discussão destes estudos espera-se contribuir para a formação e/ou qualificação de profissionais que trabalham com situações de VS, bem como com o avanço na produção de conhecimento sobre esta temática, na tentativa de subsidiar a discussão para o fortalecimento de políticas públicas para as vítimas, familiares e autores de agressão sexual de forma que possa propor resolução dos problemas sociais nas mais diversas comunidades.

1 • Caracterização da vítima, da violência e do agressor: Uma análise das Fichas de Notificação de Violência de um hospital público de Fortaleza-CE

Mykaella Cristina Antunes Nunes, Universidade de Fortaleza, Normanda
Araujo de Moraes, Universidade de Fortaleza

A violência sexual é um importante problema de saúde pública e uma séria violação aos direitos humanos. Seu enfrentamento e a definição de políticas públicas de qualidade requer estratégias complexas, devidamente baseadas em evidências produzidas pelos serviços que atuam na notificação da violência. Este estudo teve como objetivo descrever características da violência sexual, do agressor e das vítimas de violência (idade mínima de 12 anos) atendidas em um hospital da rede pública de Fortaleza-CE entre 2010-2013. Para isso elaborou-se um Formulário de Investigação, que foi preenchido a partir dos dados das fichas de Notificação/Investigação Individual, de Dados Sociais e de Avaliação Psicológica existentes no hospital. Analisaram-se 112 formulários, os quais foram digitados no Statistical Package for Social Science - SPSS (versão 20) e submetidos a análises descritivas. Sobre as vítimas, verificou-se que eram, em sua maioria, pardas (62%), solteiras (72,3%), estudantes (51,4%), com religião católica (45,5%), nível de escolaridade da 5ª a 8ª série (28,6%), não possuíam deficiência alguma (55,3%) e tinham idade variando de 12 a 57 anos ($M= 21,97$). Acerca da violência sexual, 67,9% das vítimas responderam ter ocorrido em zona urbana, 56,3% disseram ter ocorrido apenas uma vez e 81,2% referiram ser o estupro o tipo de violência sexual mais sofrida. Sobre o vínculo do agressor com a vítima 41,1% das vítimas referiram ter sofrido a violência por parte de desconhecido e 40,1% de pessoas conhecidas ou íntimas, 18,8% das fichas não continham essa informação. No que diz respeito ao agressor, 90,2% destes eram homens e em 57,1% dos casos não utilizaram preservativo; além disso, agiram sozinhos em 67% dos casos e em 36,6% das situações tinham usado álcool ou outra droga. Constatou-se que 27,6% das vítimas assistidas no hospital foram encaminhadas por Delegacias e 18,4% por Serviços de Saúde. Já em relação aos encaminhamentos feitos pelo hospital, 21,8% das vítimas foram encaminhadas para o Instituto Médico Legal/IML e 20,6% delas para a Delegacia de atendimento à mulher/DEAM.

Acerca dos dados de outros serviços, verificou-se que 51,8% das mulheres fizeram o Boletim de Ocorrência e que 41,4% delas não procuraram o IML. Os dados corroboram os achados de outros estudos, em que a vítima de violência sexual se caracteriza por ser 1) mulher, jovem, negra, solteira, estudante, de nível escolar inferior; e 2) encontrar-se numa relação desigual de poder com os homens. Avalia-se que para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às vítimas de violência sexual faz-se importante a qualidade do preenchimento das fichas utilizadas na notificação da violência, visto que em muitos dos itens investigados apareceu a resposta “informação ausente” ou as informações estavam incompletas. Por fim, reitera-se a necessidade da sensibilização e treinamento dos profissionais para o preenchimento correto das fichas, bem como para o devido acolhimento das vítimas.

2 • O Suporte Familiar às Vítimas de Abuso Sexual.

Pedro Augusto Dias Baía, Universidade Federal do Pará, Celina Maria Colino Magalhães, Universidade Federal do Pará, Milene Maria Xavier Veloso, Universidade Federal do Pará

O Abuso Sexual (AS) de crianças e adolescentes se constitui em um problema de saúde pública. A qualidade de suporte social recebida na época da descoberta do abuso sexual está diretamente associada ao funcionamento psicológico das vítimas e seus familiares, com impacto também na rede sócioassistencial e jurídica. No campo do suporte social, a literatura tem apresentado o suporte materno como sendo um constructo multidimensional composto por elementos tais como: acreditar na vítima, oferecer suporte emocional e implementar ações protetivas. Este trabalho objetivou caracterizar o suporte maternal de 10 mães de meninas vítimas de AS, atendidas em um Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Abaetetuba-PA. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas utilizando como parâmetro os três principais aspectos do suporte materno: acreditar na vítima, suporte emocional e ações protetivas. A análise das entrevistas indicou que a “falta” de credibilidade inicial das participantes em relação ao abuso sexual de suas filhas não afetou as ações protetivas, ou seja, todas as participantes realizaram os procedimentos de denúncia às delegacias, Conselho Tutelar, e estavam acompanhando as vitimas nos atendimentos do CREAS. Por outro lado, ainda que tenham manifestado tal credibilidade à revelação do AS de suas filhas e utilizado estratégias de proteção, tais participantes relataram a manutenção do segredo em torno da violência. Ou seja, algumas destas mães não haviam divulgado aos outros membros familiares as informações acerca do abuso sexual de suas filhas. Os dados das entrevistas indicaram conflitos familiares e o sentimento de vergonha como os principais motivos para que estas mães não compartilhassem a informação. Também foram observadas queixas por parte das genitoras no que diz respeito à mudança na rotina impostas pelos procedimentos psicossociais e jurídicos associados ao caso. Discute-se a sobrecarga emocional destas cuidadoras, a manutenção do segredo acerca do abuso sexual e a importância do suporte direcionado às famílias das vitimas no âmbito das políticas de assistência, e o papel da Psicologia Comunitária nesse debate, visto que em geral os atendimentos estão focados no acompanhamento da vítima sem incluir de forma mais efetiva o atendimento das famílias que também precisam de suporte para

enfrentar as dificuldades e conflitos advindos de um contexto de violência.

3 • Fatores de risco e proteção na trajetória de vida de dois autores de agressão sexual contra criança e adolescente.

Daniela Castro dos Reis, Universidade Federal do Pará, Lília Iêda Chaves Cavalcante, Universidade Federal do Pará

Os fatores de risco e proteção na trajetória de vida dos autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes é um dos aspectos que permitem entender as características sócias e psicológicas que constituem o ser humano, ajudando a promover a discussão sobre intervenções e Políticas Públicas para essa população. O objetivo do estudo foi analisar a história de vida de duas pessoas sentenciadas pelos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, identificando os fatores de risco e proteção. Participaram deste estudo dois homens que cumpriam pena em uma instituição carcerária localizada no município da região sudoeste do estado do Pará. Como instrumentos utilizou-se o Inventário Sociodemográfico (ISD) constituído pelos itens: identificação (nome, idade, estado civil, ocupação, escolaridade, união estável); saúde, escolaridade, cidade de origem, trabalhos. A entrevista seguiu o seguinte roteiro: Visão sobre a infância; Infância: Relações (explorar esta fase do ciclo vital: família, escola, amigos fora da escola); Adolescência: Relações; Vida adulta: Relações; Situação atual: Relações; Expectativas; Percepção da violência sexual hoje; Relação com outros companheiros de cela; Levantamentos dos medos atuais; Sentimento de estar cumprindo essa sentença; Perspectivas pós-cumprimento da sentença. Como procedimentos de análise, os dados foram organizados a partir da proposta de estudo de casos múltiplos, considerando as várias fontes de informação: ISD, entrevista semiestruturada, dados dos processos jurídicos e notas de campo. Os dados foram organizados em uma sequência que pudesse demonstrar aspectos importantes da história de vida dos participantes em uma perspectiva cronológica, organizada em etapas e categorias, tais como: caracterização sociodemográfica e familiar, escolaridade, infância e trabalho, sentença, saúde, sexualidade, rede de apoio, medos e sonhos. Os resultados demonstraram que os fatores de risco envolvidos na infância, em seus diferentes contextos, apresentaram condições semelhantes: a constituição familiar em que se destaca um número alto de irmãos (família numerosa), baixa renda familiar e escolaridade dos pais, crenças e valores parentais (biológicos, de sobrevivência, de bem-estar ou de relações interpessoais), violência física, uso de álcool, trabalho informal, sexualidade com números de parceiros altos. Nas faixas etárias avaliadas, na infância, na adolescência e na adultez os fatores de risco identificados também apresentaram similares, principalmente violações de direitos na infância e adolescência, como ausência da escola e violência. Portanto, diante disso, pode-se dizer que a importância de se prever fatores de risco em contextos marcados pela privação material e emocional não está relacionada à formulação de um prognóstico sombrio para o curso do desenvolvimento de crianças e adolescentes que nele vivem, mas alerta principalmente no sentido de chamar atenção para a necessidade de ser capaz de intervir desde já e quando for preciso no sentido de evitar e coibir práticas abusivas e comportamentos de agressão, por meio de políticas públicas. Além deste aspecto, novos estudos devem

4.1

Eixo Políticas Públicas/ Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

ir em direção ao desafio de se compreender o perfil biopsicossocial do agressor sexual de crianças e adolescentes, uma vez que o conhecimento adquirido pode ajudar na formulação de políticas públicas para essa clientela, assim como pode contribuir para a compreensão do fenômeno da violência sexual no todo.

PAIR Mercosul: a construção de uma rede regional de enfrentamento ao tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual nas regiões de fronteira entre Brasil, Uruguai, Paraguai e Argen

Simone dos Santos Paludo, Universidade Federal do Rio Grande

O enfrentamento do tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual nas regiões de fronteira solicita a construção de medidas de cooperação internacional para a prevenção, identificação, investigação, julgamento e punição dos responsáveis pela violação sexual. Para tanto, foi construído, desenvolvido e testado o projeto PAIR Mercosul que trata da implementação de uma rede regional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nas regiões de fronteira. O projeto envolveu a participação de 4 países (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) e 15 municípios fronteiriços: Chui (BR)-Chuy (UY), Santana do Livramento (BR)-Rivera (UY), Uruguaiana (BR)-Paso de Los Libres(AR), Puerto Iguazu(AR)-Ciudad del Este(PY)-Foz do Iguazu (BR), Bella Unión (UY)-Barra do Quaraí (BR), San Tomé (AR)-São Borja (BR) e Rio Branco (UY)-Jaguarão (BR). A execução do projeto seguiu uma metodologia padronizada e articulada nos quatro países. A primeira etapa envolveu a articulação político institucional que mobilizou as forças locais e nacionais, seguido da realização do diagnóstico rápido participativo, seminário para a construção de planos operativos locais, seminários para a construção de planos binacionais e trinacionais, capacitação das redes de proteção e pactuação de fluxos operacionais, culminando com a construção de uma estratégia regional. Dentre os principais resultados obtidos é possível destacar a atenção e maior visibilidade ao tema da violência sexual na fronteira, o fortalecimento e a articulação das redes locais, binacionais e trinacionais e a cooperação entre países. Foram envolvidos e capacitados no projeto mais de 1000 atores sociais comprometidos com a disseminação dos canais de denúncia e as possibilidades de proteção, atendimento e defesa das vítimas. Além disso, foram obtidos 15 planos operativos locais, 7 planos binacionais e uma estratégia regional que culminou com a consolidação de um Bem Público Regional apoiado e assinado pelas Altas Autoridades em Direitos Humanos e pela Iniciativa Nin@Sur. O projeto contou com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A metodologia utilizada potencializou a escuta, a troca e a articulação das diferentes políticas públicas (educação, segurança, habitação, assistência, saúde, dentre outras). O campo da Psicologia esteve articulado a outras áreas do conhecimento possibilitando práticas coletivas que ofereceram o lugar de protagonista aos atores sociais que trabalham diariamente na fronteira buscando a proteção das vítimas de violência sexual. Os planos de ação foram discutidos e elaborados considerando as necessidades e as potencialidades locais. O PAIR Mercosul permitiu um trabalho coletivo e possibilitou a construção de um espaço dialógico entre a sociedade civil, as diversas categorias profissionais que atuam na área da infância e juventude e o Estado a fim de garantir direitos sociais e de atender as demandas específicas do tema da violência sexual.

1 • A experiência do PAIR Mercosul nas regiões de fronteira do Brasil

Simone dos Santos Paludo, Universidade Federal do Rio Grande, Antonio Jose Angelo Motti, Psicólogo, Universidade Federal do Rio Grande

A Estratégia Regional de Luta contra o tráfico de crianças e adolescentes com fins de exploração sexual na Região do MERCOSUL foi desenvolvida em sete municípios brasileiros: Barra do Quaraí, Chuí, Jaguarão e Santana do Livramento (fronteira com o Uruguai), São Borja e Uruguaiana (fronteira com a Argentina) e a Foz do Iguazu (fronteira com a Argentina e o Paraguai). As atividades seguiram a metodologia do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual. Foram realizadas 313 entrevistas com diferentes atores sociais, representantes dos serviços de prevenção, atendimento, defesa e movimentos sociais, que atuam promovendo a proteção de crianças e adolescentes. Os dados coletados possibilitaram o mapeamento das demandas a partir da análise da situação da violência em cada um dos municípios e o georeferenciamento dos serviços e programas existentes. Em comum, todos os municípios enfrentavam a realidade da violência sexual, registros relacionados a abuso e exploração sexual foram identificados, contudo o número de casos notificados é muito inferior aquele informado durante as entrevistas. Fato que revela que nem sempre existe a notificação aos órgãos mesmo quando existe o conhecimento. Vários fatores foram apontados para a não denúncia: medo de represálias, naturalização da violência e culpabilização das vítimas. As informações levantadas no diagnóstico subsidiaram a construção de planos operativos locais. Nesse momento, os atores sociais assumiram o papel de protagonistas e construíram propostas exequíveis para as suas localidades buscando tanto reforçar ações já existentes como elaborar novas estratégias possíveis. As oficinas propostas ofereceram a oportunidade de reconhecimento da própria rede de proteção. Na ocasião, foram visibilizados os diferentes serviços existentes no município que, nem sempre, eram conhecidos de todos aqueles que estavam participando do projeto. Portanto, novas parcerias puderam ser formadas e fortalecidas a partir do Seminário cumprindo uma das principais metas do PAIR – mobilização e articulação da rede de proteção. Da mesma forma, as oficinas binacionais e trinacionais trouxeram maior proximidade entre os países. Embora a fronteira seja uma linha simbólica entre alguns países, em especial, naquelas cidades gêmeas onde existe uma fronteira seca, a separação dos países parece assumir uma grande proporção quando foram avaliadas as ações conjuntas na área da violência sexual. Ao final das ações foram construídos 7 planos locais, 6 planos binacionais e 1 plano trinacional. A execução do PAIR Mercosul permitiu a interlocução entre diferentes campos do saber, fomentando a identificação das demandas relacionadas ao enfrentamento da violência, em especial do tráfico com fins de exploração sexual nas fronteiras, e propiciando a construção de propostas destinadas ao cuidado. O envolvimento de atores sociais, de profissionais e da sociedade civil nessas tarefas gerou empoderamento, interação e responsabilidade entre os integrantes do projeto reforçando a ideia de que a participação ativa é capaz de produzir transformação social e garantir direitos.

2 • La explotación sexual de niños y adolescentes. Una mirada desde las comunidades

Verónica Acuña, Bacharel em Direito, Universidad de la República-Uruguay, Graciela Dilacio, Psicóloga, Universidad de la República-Uruguay, Victor Giorgi, Universidad de la República-Uruguay, Daniela Guerra, Universidad de la República-Uruguay, Carlos Varela, Psicólogo, Universidad de la República-Uruguay, Pablo Brugnioni, Universidad de la República-Uruguay

Ponencia elaborada por el equipo de la UDELAR que desarrollo el Proyecto PAIR MERCOSUR en las 4 ciudades uruguayas situadas sobre la frontera con Brasil: Bella Unión, Rivera, Rio Branco y Chuy. Su objetivo es aproximarse a la comprensión de las formas en que la ESCNNA es percibida desde las comunidades, las maneras en que se la problematiza a la vez que se convive con ella y los modos en que esta dimensión de la "subjetividad colectiva" incide en las capacidades de respuesta, las supuestas soluciones y formas de transitar hacia ella. A partir de una muestra intencional y en modalidad de "bola de nieve" se realizaron más de 100 entrevistas semi estructuradas y una decena de talleres con informantes calificados de las 4 ciudades. Puede identificarse cierta construcción en el imaginario del perfil de las "víctimas potenciales" en el que los actores comunitarios muestran una tendencia a la aceptación pasiva de ese destino como algo irreductible. Esta coexistencia de miradas contradictorias aparece en la mayoría de los entrevistados. Las personas entrevistadas perciben un conjunto de problemas interconectados que generan vulnerabilidad y exponen a los niños, niñas y adolescentes a situaciones de riesgo. De este modo la ausencia o debilidad del control adulto, la violencia de género basada en concepciones patriarcales, la exposición de los y las adolescentes como testigos de niveles de consumo a los que no pueden acceder, la debilidad de las instituciones educativas para retener y orientar a estos jóvenes, el consumo de alcohol y otras drogas, el ejercicio temprano de una sexualidad para la cual nadie los prepara son, desde estas miradas, aspectos interconectados con las diferentes formas de violencia sexual. La disfuncionalidad de las familias asociada a su condición social y a ciertos valores transmitidos desde las generaciones adultas también aparece entre los factores determinantes de estas problemáticas. Podría decirse que desde la comunidad prevalece una mirada integral del problema en contraposición a la fragmentación de las respuestas del Estado. Sin embargo, si bien desde los actores comunitarios se reconoce el origen social y las determinaciones que pesan sobre estas personas, no se visibilizan posibilidades de transformación. Lo anterior lleva a concebir víctimas de ESCNNA como una especie de bien social dañado en forma irreversible lo que condiciona las actitudes para revertir la explotación y reafirma el estigma sobre las víctimas. La movilización de las capacidades comunitarias pasaría por lograr niveles de sensibilización, instrumentación y compromiso institucional con el tema de modo que todo agente estatal o comunitario en su práctica diaria pueda ser un aliado en el enfrentamiento. Este planteo, de alcance general cobra mayor fuerza en comunidades pequeñas con fuerte sentido de pertenencia e intensa interacción entre sus integrantes. Este proceso incluye incorporar la idea de que el Estado no es algo externo a las personas a lo que se le debe demandar, sino que se debe desarrollar la co

responsabilidad generando redes de cuidado de todos los niños y niñas ante toda amenaza de vulneración de sus derechos.

3 • CASACIDN- Experiencia regional en la lucha contra la trata y el tráfico de Niñas, Niños y Adolescentes (NNyA) en ciudades gemelas – Mercosur

Nora Schulman, CASACIDN, Paula Gueglio, CASACIDN, Leticia Trefontane, CASACIDN, José Manuel Grima, Unidad Especial e Erradicación de la Explotación Sexual Infantil

El Comité Argentino de Seguimiento y Aplicación de la Convención Internacional de los Derechos del Niño (CASACIDN), como contraparte de la Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, ejecutó entre los años 2008 - 2012 el Proyecto "Estrategia Regional de Lucha contra la trata y el tráfico de niños, niñas y adolescentes con fines de explotación sexual en el MERCOSUR". Este proyecto está enmarcado en la Iniciativa Niñ@Sur, de la Reunión de Altas Autoridades de DDHH y Cancillerías de MERCOSUR. El objetivo primordial del mismo consistió en implementar una estrategia regional de combate contra la trata y el tráfico de NNyA para fines de explotación sexual dentro de las 15 ciudades gemelas seleccionadas de las fronteras entre Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay. Por Argentina participaron Puerto Iguazú (Provincia de Misiones) - Paso de los Libres y Santo Tomé (Provincia de Corrientes). Las acciones centrales, a lo largo del proyecto, se basaron en: entrevistas diagnósticas, talleres, capacitaciones y asistencia técnica, confección de planes de trabajo local y conjunto. Asimismo estas acciones fundamentalmente tuvieron por fin propiciar y/o profundizar las relaciones interinstitucionales entre organizaciones de la sociedad civil, organismos estatales y ciudadanía, así como generar espacios de supervisión y monitoreo de las acciones vinculadas a la prevención y atención de NNyA vulnerables o víctimas de explotación sexual, trata o tráfico con esos fines. A lo largo de la realización del proyecto se pudo tomar conocimiento de que se encuentra instalada socialmente la preocupación en relación a las temáticas de trata, tráfico y explotación sexual de NNyA. Sin embargo a través de los años de ejecución, y de transitar las ciudades, se pudo conocer que dichas localidades carecen de estructuras institucionales y de recursos humanos acordes a la legislación vigente, generando disfunción en el abordaje y el seguimiento de situaciones de estas características. Por ello es que la aprobación de las Ordenanzas Municipales de Santo Tomé y Paso de los Libres en relación a la creación de un Sistema de Protección de Derechos de Niñas, Niños y Adolescentes, resulta ser uno de los logros más significativos del trabajo realizado; así como la articulación interinstitucional alcanzada.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Perspectivas latinoamericanas en intervención comunitaria

Shyrlene Nunes Brandão, Universidade Católica de Brasília, Omar Alejandro Bravo, Universidad Icesi

La psicología comunitaria se ha caracterizado con frecuencia por enfatizar más su dimensión práctica, sin necesariamente acompañar esa praxis de una reflexión teórica y epistemológica adecuada. Esto dificultó, entre otras causas, ampliar el foco de reflexión e intervención, lo que llevó a reducir el ámbito de la psicología comunitaria a el trabajo realizado en comunidades, entendidas estas desde una perspectiva reduccionista exclusivamente por su identidad cultural y el recorte territorial que configura esa noción de identidad colectiva. El objetivo de esta mesa es discutir intervenciones realizadas en contextos y países diferentes, con objetivos también diferenciados, pero que permiten analizar la relación entre comunidades, instituciones, conflicto armado y salud mental, principalmente, estando esta discusión atravesada por las cuestiones de poder y saber que allí se ponen en juego. Como producto de esta diversidad de enfoques mencionada, las metodologías utilizadas en cada trabajo aquí incluido han sido diversas y adecuadas a cada contexto y propósito. Cabe aquí mencionar, en primer lugar, la línea de análisis y reflexión que el trabajo de Flores Osorio plantea, que al colocar en debate categorías tradicionales como salud mental o intervención psicosocial, muestra como desde una perspectiva hermenéutico-dialógica enfocada al diálogo con pueblos originarios dichas categorías muestran las relaciones reales de saber y poder que significan y reproducen. Por otra parte, el trabajo de Nunes Brandao plantea una discusión necesaria en torno a la relación tensa entre los deseos e imaginarios institucionales (en este caso, de las instituciones que trabajan con adolescentes institucionalizados en el régimen de medidas protectivas en Brasilia) y las perspectivas comunitarias de intervención, muchas veces limitadas por los discursos y prácticas de estas instituciones y sus operadores. Por último, el trabajo de Bravo aborda la problemática de los procesos de memoria y reparación en familiares de víctimas de desaparición forzada en Colombia, enfatizando la necesidad de incorporar a las comunidades en dichos procesos, sustrayéndolos así de la órbita jurídica. Estas diversas perspectivas de intervención, realizadas en contextos diferentes y con objetivos también diferenciados, amplía el espacio de debate en torno a los ámbitos y formas de intervención que la perspectiva comunitaria posibilita, en una perspectiva latinoamericana que remite a la filiación política de este campo. Desde diversos lugares, interroga a las políticas públicas sobre sus supuestos, objetivos y consecuencias, al intentar mostrar las relaciones de saber y poder que expresan.

1 • Praxis y trans-formación comunitaria

Jorge Mario Flores Osorio, Centro Latinoamericano de Investigación, Intervención y Atención Psicosocial

La praxis en la psicología, la educación, la sociología y la filosofía latinoamericana se plantea como proceso de explicación/transformación de los problemas que genera la opresión/exclusión que sufre la población mayoritaria (Flores, 2009); en razón de dicho planteamiento considero importante analizar el sentido y el significado que tiene en la construcción teórica y en la comprensión de los problemas comunitarios latinoamericanos la praxis comprometida con los comunitarios; para ello, es necesario reflexionar en torno a los

referentes epistemológicos y la práctica concreta realizada en el contexto latinoamericano. Objetivo: analizar el sentido y el significado de aplicar teorías hegemónicas en la comprensión de los problemas comunitarios latinoamericanos y las consecuencias que ello tiene en la comprensión de la problemática concreta. Metodología: a partir de una práctica hermenéutico-dialógica interpeleo categorías como intervención psicosocial, agente de cambio, salud mental, empoderamiento, acompañamiento y comunidad e intento proponer categorías pertinentes en razón de ser derivadas del diálogo entre los saberes académicos y los comunitarios. Conclusiones: de acuerdo con el trabajo realizado en comunidades de origen Maya documento lo siguiente: La categoría de Salud Mental no existe en los diferentes idiomas de dichos grupos, por consecuencia, tal dimensión no existe como base de su realidad, además de que la solución a la problemática emocional que se presenta es resuelta a través de sus ceremonias tradicionales, por consiguiente, los programas postulados desde las instituciones como proyectos de intervención, prevención, acompañamiento o promoción de la salud mental no son pertinentes a la problemática concreta de dichas comunidades. La participación de trabajadores comunitarios, si tienen la pretensión de trabajar por la trans-formación, necesitan romper con los prejuicios académicos con los que acuden a realizar sus actividades, particularmente tienen que comprender que las teorías siempre responden a la concepción del mundo en el cual fueron generadas, por consecuencia, no son universales, por lo cual, al momento de intentar su aplicación en contextos histórico-culturales distintos, para el caso en pueblos con una historia milenaria que a través de diversos movimientos (colonia, conquista, independencia y movimientos liberales) se ha buscado su negación, son interpelados y muestran sus limitaciones en la comprensión de lo concreto-real. El proceso de trabajo bajo principios éticos comprometidos con las necesidades de trans-formación tiene como punto de partida el diálogo de saberes, mismo que no puede concretarse a partir de la utilización de estrategias o métodos instrumentalizados en la vida académica y en las Organizaciones de la Sociedad Civil, sino que a través de la posibilidad que los trabajadores comunitarios tengan de conversar y escuchar, lo que implica, como diría Martín-Baró, liberarse de la psicología, descentrarse de ella, de aprender a preguntar y luego atender lo explicitado por los comunitarios. Aprender con-los-otros y de-los-otros constituiría una dimensión fundamental si el trabajador comunitario realmente está comprometido con la trans-formación de lo real concreto y por consiguiente en la construcción del proyecto de futuro.

2 • Intervencoes comunitárias junto a adolescentes abrigados de Brasília

Shyrlene Nunes Brandão, Universidade Católica de Brasília

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), quando crianças e adolescentes sofrem violações de direitos (Art 98) podem ser aplicadas medidas de proteção que respeitem o desenvolvimento e fortaleçam o vínculo familiar e comunitário, sendo Acolhimento Institucional medida a ser aplicada de forma excepcional e provisória. De acordo com os dados apresentados em 2011 pelo Ministério do Desenvolvimento Social, na época do levantamento havia no Brasil 36878 crianças e adolescentes

acolhidos, sendo que dessas 30,5% já havia passado por outros acolhimentos. Essa mesma porcentagem foi encontrada em pesquisa anterior feita pela Universidade Católica de Brasília em parceria com a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do DF, o que motivou pesquisa atual intitulada: Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional no Distrito Federal: Estudo das Condições Familiares, Institucionais e Sociais, na qual pretendeu-se conhecer as condições familiares, institucionais e sociais das crianças e adolescentes constantes dos processos de acolhimento institucional em andamento na PJDJ-DF. Objetivo: Identificar os fluxos institucionais, através do estudo dos processos, envolvendo as diferentes instituições responsáveis pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Foram analisados dados de 154 pastas especiais que tramitavam na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal no período de janeiro de 2007 a agosto de 2009. Desses, foi feita análise do prontuário dos serviços de acolhimento de 64 casos, 12 dos quais foi possível complementar dados com entrevista à família, ao coordenador do serviço de acolhimento e/ou equipe técnica.

As principais instituições envolvidas e ações identificadas nos registros, além dos serviços de acolhimento, foram da Assistência Social, do Conselho Tutelar, dos Órgãos da Justiça, da Saúde e da Educação, sendo que desses dois últimos as informações se referia apenas a encaminhamentos feitos, mas sem informações efetivas. A análise qualitativa dos dados evidenciou a falta de articulação da rede de proteção de crianças e adolescentes, que trabalha com encaminhamentos e solicitações, mas sem clareza dos atendimentos realizados e como resultam e se articulam às intervenções dos demais atores da rede de proteção. Bem como mostrou que o acolhimento institucional não garantiu o acesso aos serviços sociais, educacionais e de saúde às famílias e suas crianças e adolescentes. Por outro lado, contribuiu para a fragilização dos vínculos das crianças e adolescentes de suas famílias e comunidades, a evasão escolar, a vivência de rua e infrações. Será feita discussão sobre a contribuição da Psicologia Social Comunitária e da perspectiva de Redes Sociais para compreender os desafios e propor estratégias que contribuam para minorar as lacunas da rede de proteção de crianças e adolescentes, bem como para a atuação de psicólogos em equipes interdisciplinares que atuam nas diversas políticas públicas.

3 • Aspectos comunitarios en los procesos de producción de memoria y sentido entre víctimas de desaparición forzada en Colombia

Omar Alejandro Bravo, Universidad Icesi

El tema de la memoria ha venido ocupando un espacio preponderante, dentro de las preocupaciones temáticas, teóricas y de investigación en el campo de las ciencias sociales. En Colombia en particular, el tema de la producción de memorias entre víctimas del conflicto armado fue objeto de numerosas investigaciones y desarrollos teóricos, con cierto énfasis en la tensión entre esa categoría de memoria y la de historia. Los procesos legales que acompañaron la desmovilización de grupos armados paramilitares otorgaron más visibilidad a los hechos violentos promovidos por esos actores armados, permitiendo también que ciertas identidades y prácticas sociales

de las personas y grupos victimizados tomasen una proyección particular, que interpelan de formas singulares a sus comunidades de pertenencia. Esta investigación trabajó la producción de memoria y sentido entre familiares de víctimas de desaparición forzada de la Unión Patriótica, el Palacio de Justicia y la masacre de la ciudad de Trujillo, hechos estos que sucedieron en el marco de la violencia militar y paramilitar que marca el conflicto armado en Colombia. Se realizaron 12 entrevistas en profundidad a familiares de víctimas de los tres grupos citados. También se acompañó a las numerosas movilizaciones y reclamos promovidos por estos actores sociales y se realizó una revisión documental de los hechos y los procesos jurídicos posteriores relacionados. A partir de la información analizada, se desprende en un análisis preliminar que los procesos jurídico-políticos a los que las víctimas son convocadas contribuyen a performar una identidad de víctima basada en una noción jurídica que reduce los hechos a una relación simple y directa entre los autores de los crímenes y los afectados por los mismos, contribuyendo así a un imaginario de perdón y reconciliación, cuya imposición ayuda a impedir la tramitación de duelo por la pérdida sufrida. Este proceso es más significativo entre familiares de desaparecidos de Trujillo; entre familiares de víctimas de la Unión Patriótica y el Palacio de Justicia existen mayores resistencias a insertarse en estas dinámicas institucionales reduccionistas. Los procesos de movilización en torno a las demandas por justicia y reparación a las víctimas del conflicto armado colombiano se reducen con frecuencia a pedidos de apoyo dirigidos a la comunidad de pertenencia de las víctimas y a la sociedad en general, colocando así a esta comunidad en una cierta relación de ajenidad en relación a esos hechos. Deben articularse formas de interpelación y movilización social de las comunidades donde se produjeron estos hechos atroces para que las mismas sientan e identifiquen estas agresiones como dirigidas a ese cuerpo social en general, lo que permitirá también retirar a los procesos jurídicos del centro de la escena. Estos procesos de movilización sirven también para colocar en cuestión a las políticas públicas dirigidas a la reparación de estas poblaciones y grupos. En el marco de la psicología comunitaria, es necesario insistir en la necesidad de análisis e intervenciones que, en estos contextos, superen los enfoques individualistas que permitan incorporar a las comunidades en los procesos de reparación y búsqueda de justicia.

Políticas públicas de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes

Jean Von Hohendorff, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul

O enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes tem mobilizado estratégias no âmbito das políticas públicas, porém, ainda pouco efetivas. Objetivase, então, apresentar estudos de diferentes aspectos das políticas públicas para crianças e adolescentes vítimas de violência. No estudo "O papel do profissional de saúde e os desafios para as políticas públicas de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes", 128 profissionais de saúde do município de Belém-Pará responderam um questionário sócio-demográfico e um questionário sobre percepção acerca maus-tratos contra crianças e adolescentes. Apenas 21,09% dos profissionais havia realizado alguma atividade de capacitação relacionada à violência contra crianças e adolescentes; 39,06% suspeitaram ou identificaram

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

casos de violência física contra crianças ou adolescentes em sua rotina de trabalho, sendo que as ações mais frequentes nesses casos foram a de conversar com a mãe da vítima (60%) e conversar com colegas buscando um encaminhamento (40%). Desses, somente 36% encaminharam o caso a um órgão de proteção. No estudo "Políticas públicas de atendimento psicoterápico para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual", foram abordadas as políticas públicas de garantia de acesso ao tratamento psicoterápico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual tendo em vista a prevalência de psicopatologia nessa população. Leis e diretrizes sobre a organização dos serviços públicos de assistência social (Sistema Único de Assistência Social – SUAS) e de saúde (Sistema Único de Saúde – SUS) para vítimas de violência sexual foram revisados. Verificou-se que o SUAS deve oferecer atendimento psicossocial, tendo como principal referência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Enquanto isso, o SUS deve oferecer psicoterapia, tendo como principal referência o Centro de Atendimento Psicossocial Infantil (CAPSi). No entanto, as pesquisas sobre encaminhamentos indicam a baixa frequência de encaminhamentos para atendimento psicoterápico. Isso pode ocorrer devido ao número reduzido de CAPSi em nosso país, bem como a diretriz do SUS que indica que o CAPSi deve atender, preferencialmente, casos de transtornos mentais severos e/ou persistentes. Vítimas com psicopatologias que não sejam consideradas severas e/ou persistentes acabam sem ter um serviço de referência para atendimento psicoterápico. Por fim, no estudo "Tecnologia social de capacitação profissional para intervenção com vítimas de violência sexual e seus familiares como uma política pública para qualificação profissional", 78 profissionais da rede de proteção do estado do Rio Grande do Sul foram capacitados para realizar intervenção com vítimas. A efetividade desta capacitação foi analisada por meio dos índices de impacto (i.e., aumento na motivação para o desenvolvimento do trabalho, melhoria no desempenho laboral e aumento no uso de habilidades pelos profissionais) dessa sobre o trabalho dos profissionais com o uso da Escala de Impacto do Treinamento. Os índices de impacto entre profissionais de psicologia foram em média de 4,36 pontos e entre assistentes sociais de 4,36 pontos. Os resultados dos três estudos indicam a importância do investimento em políticas públicas para enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. O foco deve ser em estratégias de capacitação profissional, aumento no número de serviços existentes e a maior articulação de políticas intra e interesetorias.

1 • O papel do profissional de saúde e os desafios para as políticas públicas de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes

Milene Maria Xavier Veloso, Universidade Federal do Pará, Celina Maria Colino Magalhães, Universidade Federal do Pará, Isabel Rosa Cabral, Universidade Federal do Pará

O enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes tem mobilizado estratégias intersetoriais no âmbito das políticas públicas. A qualificação dos profissionais de saúde é um dos eixos primordiais na linha de cuidado preconizada pelo Ministério da Saúde no Brasil. O presente trabalho tem como objetivo apresentar o perfil e a percepção dos profissionais de saúde sobre maus tratos contra crianças e adolescentes, os quais atuam nas unidades de atenção primária em um distrito administrativo do município de Belém-Pará.

Na coleta de dados foram utilizados dois instrumentos (um questionário sócio-demográfico e o questionário sobre a percepção de profissionais de saúde sobre maus-tratos contra crianças e adolescentes). Para a análise dos dados foi utilizado o programa BioEstat 5.3®. Foram incluídos nesta amostra 128 profissionais, dos quais 33 homens (25,78%), com idade média de 34,03 ($\pm 9,33$) anos e 95 mulheres (74,22%), cuja idade média foi de 36,52 ($\pm 10,38$) anos. Os grupos segundo o sexo, não diferiram quanto ao estado civil ou escolaridade. O estado civil predominante foi o casado ou em união estável ($n= 63$; 49,22%), seguido de solteiro ($n= 57$; 44,53%). Quanto à escolaridade, a maioria possuía ensino médio completo (67,97%), sendo que 20,69% desses estavam realizando um curso de nível superior. O nível superior completo foi referido por 25,78% da amostra, sendo quinze enfermeiros (45,45%), doze médicos (36,36%), um odontólogo (3,03%) e cinco em outros cursos (15,15%), estes últimos atuando como Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Somente 21,09% dos profissionais afirmaram ter realizado alguma atividade de capacitação relacionada à violência contra crianças e adolescentes, sendo menor essa proporção entre técnicos de nível superior (16,67% dos médicos e 21,43% dos enfermeiros) que entre os ACS (33,33%) e técnicos de nível médio (26,67%). Cinquenta profissionais (39,06%) relataram ter suspeitado ou identificado ao menos um caso de violência física contra crianças ou adolescentes em sua rotina de trabalho. Quando questionados sobre o que fizeram ou sentiram nesses casos, 60% conversaram com a mãe da vítima, 40% conversaram com colegas buscando um encaminhamento e 34% comunicaram o fato ao chefe imediato. Somente 36% desses encaminharam o caso a um órgão da rede de proteção à criança e adolescente, incluindo o Conselho Tutelar (33,33%) e uma unidade especializada da rede da saúde (16,67%). Apesar dos resultados indicarem a presença de um repertório importante sobre o tema, o perfil dos profissionais sugere a necessidade de capacitação. As capacitações devem incluir temas relacionados a legislação, questões éticas, identificação, notificação e manejo dos casos de violência na rede de saúde, bem como da articulação das políticas de assistência e de prevenção dos maus tratos contra crianças e adolescentes a partir de ações interesetoriais e interdisciplinares.

2 • Políticas públicas de atendimento psicoterápico para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

Jean Von Hohendorff, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Luísa Fernanda Habigzang, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Silvia Helena Koller, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes é um fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias de curto e longo prazo, tais como transtorno do estresse pós-traumático, transtornos de ansiedade e depressão. A psicoterapia é um mediador do impacto da violência sexual sofrida na infância e adolescência. Vítimas que recebem intervenções adequadas após a revelação da violência sexual tendem a apresentar redução de sintomas de depressão, ansiedade, transtorno do estresse pós-traumático e alteração de crenças e comportamentos disfuncionais decorrentes da violência. Diante disso, o presente trabalho objetivou abordar as políticas públicas de garantia de acesso ao tratamento psicoterápico de crianças e

adolescentes vítimas de violência sexual. Essas políticas públicas foram revisadas por meio da consulta a leis e diretrizes sobre a organização dos serviços públicos de assistência social (Sistema Único de Assistência Social – SUAS) e de saúde (Sistema Único de Saúde – SUS) para vítimas de violência sexual. Além disso, estudos sobre os encaminhamentos adotados nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram consultados com o objetivo de verificar a frequência de encaminhamentos desses casos ao SUAS e ao SUS. Constatou-se que o SUAS deve oferecer atendimento psicossocial, tendo como principal referência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Enquanto isso, o SUS deve oferecer psicoterapia, tendo como principal referência o Centro de Atendimento Psicossocial Infantil (CAPSi). Dessa forma, quando o(a) psicólogo(a) do CREAS identificar a necessidade de atendimento psicoterápico, esse deve encaminhar a vítima para o CAPSi. No entanto, os estudos sobre encaminhamentos de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes indicam baixos índices de encaminhamentos para serviços que oferecem psicoterapia, tais como o CAPSi. Isso pode ocorrer devido ao número reduzido de CAPSi em nosso país, bem como a diretriz do SUS que regulamenta o seu atendimento. Essa diretriz indica que o CAPSi deve atender, preferencialmente, casos de transtornos mentais severos e/ou persistentes. Sendo assim, vítimas com psicopatologias que não sejam consideradas severas e/ou persistentes pelo(a) psicólogo(a) responsável pela avaliação acabam sem ter um serviço de referência para atendimento psicoterápico. Alternativas para a garantia de acesso ao tratamento psicoterápico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual pelo sistema público de saúde são discutidas. Dentre elas destaca-se a necessidade de aumento no número de CAPSi no Brasil, bem como o planejamento de tratamentos psicoterápicos baseados em evidências científicas e a capacitação profissional para a realização de tratamentos psicoterápicos efetivos.

3 • Tecnologia social de capacitação profissional para intervenção com vítimas de violência sexual e seus familiares como uma política pública para qualificação profissional

Clarissa Pinto Pizarro de Freitas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Luísa Fernanda Habigzang, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Jean Von Hohendorff, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sílvia Helena Koller, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

No Brasil os serviços públicos de atendimento as vítimas de violência sexual (VS) apresentam dificuldades em atender de maneira satisfatória a demanda existente. As limitações observadas na formação dos profissionais para realizarem intervenções na Rede de Proteção explicitam a relevância de serem desenvolvidas políticas públicas que promovam a sua qualificação profissional. A qualificação profissional dos trabalhadores da Rede de Proteção constitui-se como uma prioridade entre as políticas públicas desenvolvidas, uma vez que esta possibilita o atendimento de demandas complexas, tal como a violência sexual (VS). Frente a este panorama, promoveu-se a Tecnologia Social de Capacitação Profissional para Intervenção com Vítimas de Violência Sexual (TSCP-VS) aos profissionais de psicologia e serviço social

dos serviços públicos de atendimento as vítimas de violência sexual do Rio Grande do Sul. Esta objetivou instrumentalizar os profissionais em relação: à definição, dinâmica e impacto da violência sexual; atuação profissional frente a suspeita ou confirmação de violência sexual; aos profissionais de psicologia um modelo de avaliação psicológica e o modelo de grupoterapia cognitivo-comportamental para vítimas de violência sexual; e aos profissionais de serviço social o modelo de grupo para cuidadores não abusivos. A TSCP-VS foi constituída por quatro módulos, com frequência mensal. Os três primeiros módulos formaram a parte instrucional da capacitação e o quarto módulo referiu-se às cinco supervisões dos atendimentos clínicos realizados pelos profissionais capacitados. A fim de investigar a efetividade desta capacitação, foram analisados os índices de impacto dessa sobre o trabalho dos profissionais. O impacto refere-se aos efeitos da capacitação sobre o comportamento ocupacional do participante, como aumento da motivação para o desenvolvimento do trabalho, melhoria no desempenho laboral e aumento no uso de habilidades. Participaram desse estudo 78 profissionais da rede de proteção do estado do Rio Grande do Sul, 51 profissionais de psicologia e 27 assistentes sociais. Do total 90% mulheres, com idade média de 37 anos (DP=9,5), e 53% dos profissionais possuíam ao menos um curso de pós-graduação. Os índices de impacto foram avaliados ao final da capacitação, por meio da Escala de Impacto do Treinamento. Esta pode variar de um a cinco pontos sendo que, quanto maior a pontuação, maior o nível percebido de impacto. Os índices de impacto entre profissionais de psicologia foi de 4,36 pontos (MD = 4,5; DP = 0,5) e entre assistentes sociais de 4,36 pontos (MD = 4,2; DP = 0,5). Esses resultados demonstraram que a TSCP-VS produziu um impacto sobre o trabalho dos participantes ao discutir conteúdos e técnicas relevantes à atuação profissional desses. Este estudo contribui ao evidenciar a possibilidade da TSCP-VS ser implementada às políticas públicas de capacitação profissional, sendo utilizada como uma estratégia à qualificação dos trabalhadores que lidam com temáticas relacionadas à VS. Além disso, apresenta um estratégia para avaliação de efetividade das TSCP.

Problematizando a institucionalização das políticas públicas no Brasil.

Lúcia Maria Ozório Barroso, Universidade Paris 13

Buscamos problematizar a institucionalização como processo, com lógica participativa em que se localizam tensões entre forças e formas hegemônicas e forças e formas da não-conformidade da sociedade e entre estas forças e formas e o Estado (Lapassade, Anthropos, 2005). Sabedoras dos riscos desta proposta aqui debatemos/atualizamos um tipo de imaginação política que permite problematizar relações entre libido social e poder, relações da psicologia com o campo social, relações entre o Estado e a sociedade. Compreendemos participação como processo que ao permitir habitar a democracia, favorece que se questione a prática social partindo de experiências individuais e coletivas, de experiências comuns (Ozório, L. VST, Ed. Erès, 2013). Na participação busca-se abolir a distância entre a sociedade civil e a sociedade política, enfim, busca-se fazer da sociedade civil uma sociedade política. Daí supor-se uma matriz conflitual como variante metodológica nos trabalhos apresentados, numa abertura às

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

potências constituintes do campo de trabalho. Nesta perspectiva marcamos entusiasmo pelas experiências no campo social em que um poder comum de agir trabalha pelas institucionalizações de políticas públicas, no qual relevamos sua potência constituinte aliada às forças e formas da não-conformidade. O comum, potência produtiva no tecido social expõe o que resiste a forças e formas de controle, no cotidiano, cuja práxis, como força e circulação de necessidades singulares se constrói na vida, sobre a necessidade para a produção (Negri, DP&A editora, 2003). Relevamos nestes debates o princípio de descentralização, participação e contrôlo social no Sistema Único de Saúde (SUS) da Constituição de 1988, no Brasil, a chamada Constituição cidadã. Relevamos também a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, contra formas de exclusão social cujos esforços de implementação consolidaram, em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O texto constitucional se inspira muitas políticas públicas, pode também pelo jogo de forças entre Estado e sociedade não sair do papel. As práticas discursivas debatidas apostam nas tensões enfrentadas entre diversos segmentos da sociedade civil e estes e o Estado, buscando novos caminhos na institucionalização das políticas públicas. São práticas discursivas de psicólogos cuja práxis comum aposta numa psicologia, comun-itária, interessada nas mutações (Lane, Brasiliense, 1992; Ozório, Mauad-Faperj, 2012). Sabemos das propostas autoritárias assistencialistas nas políticas públicas indicando o "bom caminho" para classes populares (Valla, V. V. Cadernos de Saúde Pública, 1998). Temos também um exercício da psicologia ainda bastante hegemônico, mais interessado em normalizar que participar de lutas pela potência das diferenças no campo social (Coimbra, C. B. Oficina do Autor, 2005; Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. Revista Psicologia: teoria e pesquisa, 2010). A institucionalização da política pública é fruto de processo tenso, descontinuo, entre forças e formas da sociedade e destas e o Estado, supondo possibilidades de conflito, resistências e reapropriações. A composição desta matriz conflitual é trabalho vivo, fruto de um poder comum de agir voltado para inovação social e colaborativa versus novos cerceamentos e formas de apropriação. Como processo se há contradições a analisar há fluxos em que se apostar (Ozório, ANRT, Lille, 2004).

1 • A institucionalização das políticas públicas : demandas populares e crise do estado.

Lúcia Maria Ozório Barroso, Universidade Paris 13

Este trabalho se inspira na pesquisa realizada no Parque Royal, Rio de Janeiro, em que moradores com a pesquisadora lutaram pela implantação de políticas públicas de saúde nesta comunidade, de 1991 à 1999. Relevamos uma matriz conflitual como variante metodológica deste processo de pesquisa-ação (Ozório, L. ANRT, 2004), no qual a implicação do pesquisador reforça o compromisso afetivo indispensável numa situação de pesquisa com comunidade, baseada numa compreensão sedimentada no trabalho comum. Releva-se também a práxis de uma psicologia, comunitária, na luta pela institucionalização de políticas públicas mais próximas das demandas e necessidades populares. Compreendemos institucionalização da política pública como processo. Como tal, tem seus momentos, conta com experiências vividas por diferentes segmentos da sociedade em diversas relações inclusive com o Estado (Lapassade, G., Anthropos, 2005). Importante

marcar a potência constituinte da experiência com suas forças e formas da não – conformidade. Nestes tempos neoliberais « fracos » de experiência (Lazzarato M. e Negri, A. DP&A Editora, 2001) é importante nela investir, prestando atenção à sua trama quase invisível no ordinário, no cotidiano da vida das pessoas.

No Parque Royal, a potência constiuente, criadora de suas experiências estimularam demandas de políticas públicas de uma saúde construída no cotidiano, fruto de um poder comum de agir, encontrando saídas únicas, resistências às opressões que viviam. O Projeto médico de família foi demanda comum de política pública na comunidade, inspirado nas experiências que suas lideranças conheciam de Cuba e de Niterói, cidade vizinha ao Rio de Janeiro. Este projeto tinha singularidades : apesar da denominação Médico de Família, buscava intervir no poder médico, compartilhando práticas e discursos, entre os quais os da psicologia comunitária e o saber local com sua cultura; propunha gestão do processo por conselho consultivo da Associação de Moradores ; buscava mediações efetivas com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ) na institucionalização da política pública. Favorecia que o Estado enfrentasse suas crises, dialogando com demandas populares, distansiado-se de suas tendências de satisfazê-las segundo suas necessidades-Estado/conluio com poderes instituídos da sociedade. Em 1999 implantou-se o Programa Saúde da Família da SMS-RJ, na comunidade. O Estado mostrava seu autoritarismo, suas planificações-Estado como resposta às demandas comunitárias. O projeto da comunidade perdeu-se na burocracia. Uma saúde com poucos profissionais, terceirizados, nem sempre pagos mostrou crise do Estado reforçando a saúde como privilégio de alguns. O princípio de descentralização, participação e controle social com a municipalização da saúde prevista no Sistema Único de Saúde acabou reforçando o autoritarismo estatal (Silva Junior, A. Hucitec, 1998).

Perguntamos: Os que estão aquém ou além do próprio Estado e das condições que este estabelece para qualquer movimento autorizam a dizer que qualquer processo constituinte, criador é definido ou redefinido pelo poder instituído? Podemos como nas poesias brechtianas dizer que “maldição é o movimento”, apostando nas experiências comunitárias, suas demandas, seus movimentos imperceptíveis que nela trabalham tensionando o processo de institucionalização? Falar deste momento de institucionalização que conta 14 anos, faz história que considera o passado como ficção do presente, que serve ao combate?

2 • Uma experiência em psicologia comunitária: engendramento de políticas públicas.

Lurdes Perez Oberg, Universidade Veiga de Almeida

O trabalho em foco se desenvolve desde 2002, num Posto de Saúde da comunidade de Muzema, Rio de Janeiro –RJ, e faz parte do estágio nesta área com graduandos do Serviço de Psicologia Aplicada – SPA da universidade Veiga de Almeida, RJ. Participam deste crianças, adolescentes, mulheres e lideranças de Muzema que trabalham com a equipe de psicologia, a partir das demandas comunitárias. Nosso objetivo é refletir sobre problemáticas trazidas por estes atores sociais, como o individualismo da sociedade de

massa; a ausência do Estado refletida na vida dos moradores em situação de pobreza, as tensões na luta pela construção de políticas públicas. Nosso dispositivo de trabalho são os grupos que chamamos de roda de conversa, nos quais se utiliza a observação participante. As contribuições da psicologia comunitária, notadamente as de Lane, S. (Brasiliense, 1992); de Oberg L. (Ed. Biblioteca 24X7, 2008) e de Ozório, L. (Estudos e Pesquisas em Psicologia, p.31-44, 2007) e suas conexões com a esquizoanálise (Guattari F. e Deleuze, G. Ed. 34, 2010) inspiram nossos debates. Ressaltamos o processo, a “construção de resultados” e o caráter dinâmico e provisório dos discursos e práticas produzidos neste campo, que segue o ritmo do lugar. No início de 2003, compomos com as lideranças locais a criação de um grupo que favorecesse o brincar com as crianças, ou seja, começamos nosso trabalho com as crianças. Ao longo do processo de trabalho outras demandas de grupos surgiram: roda de conversa com adolescentes e com mulheres. Em 2011 nos inserimos na escolinha de futebol na quadra da comunidade. Em 2012, tivemos a demanda de uma roda de conversa com lideranças comunitárias, para debater sobre questões que afligem o local, inclusive sobre a saúde da população.

Pela metodologia participativa, destacamos a potência dos sujeitos participantes deste campo de trabalho. Além das rodas de conversa, exercemos um certo nomadismo na comunidade, onde trabalhamos nossa inserção local. A experiência comunitária, vivida entre estagiários e comunidade, mostra uma intervenção para além do individualismo da atualidade, favorecendo um comum neste trabalho e o compromisso ético - social do profissional. Em tempo: nossa inserção local indica que o diálogo entre sujeitos de contextos diferentes, possibilita a valorização da potência dos moradores e da equipe de psicologia. Com isto, subjetividades singulares da vida comunitária tomam visibilidade, seja do próprio morador como dos movimentos comunitários. Dentre estes movimentos, destacamos a mobilização de Muzema junto à Secretaria Municipal de Saúde em prol da inclusão na Estratégia Saúde da Família - ESF, política pública de saúde do município do Rio de Janeiro. Esta mobilização mostra a importância das demandas populares por políticas públicas de saúde a partir da necessidade da população (Ozório, L. ANRT, 2004; Minayo, Espaço e Tempo/Fase, 1997). Estamos neste momento de tensionamento entre a reivindicação comunitária e o poder público, momento nada tranquilo, em que se aposta numa saúde construída com os atores sociais, em que Muzema se dá a oportunidade tanto de analisar suas demandas de saúde como de intervir nas políticas públicas a partir destas demandas.

3 • Psicologia e políticas públicas em assistência social: do controle social ao direito de participar.

Regina Célia do Prado Fiedler, Universidade Cruzeiro do Sul

Buscamos refletir a partir de experiências de intervenções no campo da assistência social, como a psicologia comunitária e suas conexões com a análise institucional podem contribuir face às demandas participativas presentes nas políticas públicas brasileiras (Fiedler, R., tese doutorado, PUC-SP, 2007). Para tanto se faz necessário compreender que a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 o sistema de seguridade social se coloca

como um mecanismo contra formas de exclusão social que decorrem não só da pobreza, mas de populações historicamente vulneráveis, como idosos, crianças, doentes. Na ação de assistência social inclui-se acessibilidade a recursos materiais (bolsa família, por exemplo) como a bens culturais (como programas de inclusão cultural) que permitirão a sobrevivência e a integração das variadas redes de apoio ao cidadão, preponderantemente, a rede familiar. A assistência social configura-se, a partir de 1993 como espaço de reconhecimento público da legitimidade das demandas sociais e da grande necessidade da ampliação do protagonismo, não só dos profissionais da assistência social, como também e, fundamentalmente, da população em risco. Esforços na implementação da LOAS consolidaram, em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que intencionou romper com o caráter histórico da benevolência dos governantes no atendimento aos pobres, ao transformar a garantia de acesso a direitos constitucionais numa política pública. No entanto, o caráter histórico de desvalorização do serviço social das populações vulneráveis manteve-se em muitos aspectos da prática cotidiana: na precariedade das instituições que prestam este atendimento, na institucionalização da pobreza, na individualização e na culpabilidade da pobreza, até a baixa remuneração do profissionais que trabalham na área. É neste espaço de contradições que o psicólogo vem construindo sua prática. Esta realidade põe em cheque saberes clínicos tradicionais da psicologia e desafia a que esta pense criticamente concepções conservadoras e utilitaristas. A psicologia comunitária, com viés crítico institucional pode contribuir à promoção de práticas participativas, visando fortalecer redes familiares e comunitárias e fazer destes espaços um local de crítica aos dispositivos de controle sobre a família, o sujeito, os grupos. Nossa experiência da área da Assistência Social revela, no entanto, que desenvolver práticas participativas e comunitárias no contexto da assistência social é tarefa árdua. Raramente a população entra em contato com os serviços buscando a garantia de seus direitos – linguagem dos movimentos sociais. Muitas demandas chegam já com um discurso fatalista de assistência, numa situação de extrema carência. Como apostar nas resistências várias presentes na sociedade que se depreendem desta busca de garantia de direitos por parte da população? A psicologia comunitária nas suas conexões com a análise institucional vem dando contribuições importantes para esta problemática com um questionamento vigoroso através de diferentes práticas, das instituições sociais que atravessam o tecido social (Lourau, R. Anthropos, 1997; Ozório, L. ANRT, 2004), com uma aposta na biopotência face aos biopoderes que perpassam as relações sociais (Negri, A. DP&A editora, 2003). Assim buscamos coletivizar debates a partir de abordagens participativas e comunitárias que possam intervir nesta visão hegemônica assistencial-paternalista da sociedade brasileira.

Psicologia Comunitária e Políticas Públicas de Saúde Mental: encontros possíveis

Bárbara Barbosa Nepomuceno, Faculdade Luciano Feijão

Considerando a inserção da Psicologia nas políticas públicas de saúde e os desafios que perpassam sua prática no atual campo da atenção psicossocial, a presente mesa se propõe a tecer uma reflexão sobre as contribuições da Psicologia

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Comunitária a construção de uma prática implicada com as necessidades de saúde dos usuários destas políticas. A mesa apresentará três pesquisas que versam sobre a temática da saúde mental tendo como foco, a produção do processo saúde-doença mental, dando destaque aos seus determinantes, a avaliação de um serviço de saúde e das práticas psicológicas desenvolvidas no campo da atenção às problemáticas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas. Trazendo, assim, reflexões importantes à qualificação da atuação da psicologia no campo em questão. O primeiro trabalho versa sobre a relação entre saúde mental e pobreza, a partir de uma pesquisa realizada com usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Bom Jardim (Fortaleza/Ceará/Brasil) que vivem em contextos de pobreza. A pesquisa apresentada teve por objetivo analisar as implicações dos aspectos psicossociais da pobreza no processo saúde-doença mental. O trabalho destaca que entre os fenômenos pobreza e sofrimento psíquico é estabelecido uma relação de circularidade, sendo presentes na vivência da pobreza fatores de ordem simbólica produtores de sofrimento ético-político, assim como, que o não acesso a um cuidado em saúde mental efetivo pode contribuir à cronificação da transtorno mental. Aponta também que espiritualidade e a rede apoio social são fatores potentes ao enfrentamento da pobreza e ao sofrimento psíquico. O segundo trabalho, por sua vez, apresenta uma análise sobre a contribuição do conceito de fortalecimento na avaliação de serviços de saúde mental. A categoria fortalecimento, fundamental em Psicologia Comunitária, é utilizada para avaliação de um serviço de saúde mental. A pesquisa relata um estudo de caso desenvolvido no Movimento de Saúde Mental Comunitário do Bom Jardim, categoria importante em Psicologia Comunitária. A pesquisa buscou compreender o processo de fortalecimento de pessoas que transitaram do papel de usuárias de um serviço de saúde mental para o lugar de cuidadores no movimento comunitário. Em virtude disso, há uma mudança na identidade destes sujeitos, sendo reconhecidos como sujeitos da comunidade, assim como um potente processo de inclusão social, no qual estes passam a se sentir profundamente implicados com a comunidade. E por fim, o terceiro trabalho apresenta uma análise das implicações de compreensões moralizantes nas práticas de cuidado produzidas pelos psicólogos atuantes em CAPS e comunidades terapêuticas, da cidade de Fortaleza. Os resultados apontam para a atribuição de diferentes sentidos ao uso de drogas, sendo consideradas como mais ofensivas as ilícitas. As práticas de cuidado acabam por se centrar no uso destas substâncias ilícitas, em contrapartida a práticas que fomentem a autonomia do sujeito e a articulação com a comunidade. A referida mesa, portanto, aborda questões pertinentes ao eixo Políticas Públicas e evidencia a necessidade de que a atuação da Psicologia seja desenvolvida a partir da realidade socioeconômica e simbólica no qual são gestados os processos de saúde-doença, articulada com as potencialidades existentes no território.

**1 • Pobreza e Saúde Mental: uma análise psicossocial do
 processo saúde-doença mental de usuários do Centro de
 Atenção Psicossocial**

**Bárbara Barbosa Nepomuceno, Faculdade Luciano Feijão, Verônica Moraes
 Ximenes, Universidade Federal do Ceará**

O presente trabalho apresenta reflexões tecidas a partir de uma pesquisa

de mestrado que se propôs a analisar a relação entre dois fenômenos complexos, pobreza e saúde mental. A relevância da temática destaca-se por duas grandes razões: a inserção da Psicologia nas políticas públicas e o imperativo de que esta desenvolva uma atuação qualificada, resolutiva e implicada frente às principais problemáticas de saúde mental que assolam a população brasileira; e o fato de que a maioria dos usuários dos serviços de saúde mental do Sistema Único de saúde advirem de contextos sociais marcados pela baixa escolaridade, más condições de moradia, desemprego e baixa renda, próprios aos contextos de pobreza. A pobreza é um fenômeno multidimensional, que não se restringe a esfera da privação material, alcançando dimensões psicossociais, repercutindo na produção de subjetividades e de modos singulares de vida. A saúde mental, por sua vez, é um fenômeno complexo e multideterminado, que sofre influências de ordem biológicas, psicológicas, sociais, culturais, econômicas e morais, sendo necessário, portanto, na compreensão do processo saúde-doença considerar o contexto sociocultural e econômico em que este transcorre e sua vivência singular. Diante disto, o objetivo geral do estudo foi analisar as implicações dos aspectos psicossociais da pobreza no processo saúde-doença mental de usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Os objetivos específicos: identificar aspectos psicossociais da pobreza na vida de usuários do CAPS; analisar o processo saúde-doença mental de usuários pobres do CAPS; e compreender a relação entre pobreza e o processo saúde-doença mental. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida junto a cinco usuários do CAPS Comunitário do Bom Jardim (Fortaleza-Ceará). Como instrumentos de construção e análise dos dados foram utilizados Questionário Multidimensional da Pobreza e Entrevista Individual. Para análise de dados foi realizado a Análise de Conteúdo, realizada com o auxílio do software ATLAS.ti 5.2. Como resultados percebeu-se que há uma relação de circularidade entre pobreza e sofrimento psíquico. São frequentes na vivência da pobreza sentimentos de opressão, culpa, vergonha, humilhação e incerteza frente ao futuro, estresse continuado, sofrimento ético-político, entre outras implicações produtoras de sofrimento psíquico. Por outro lado, o não acesso a um cuidado em saúde efetivo pode contribuir à cronificação da transtorno mental e uma conseqüente limitação na capacidade de auferir renda do sujeito. A espiritualidade e a rede apoio social apresentaram-se como potentes ao enfrentamento da pobreza e promotores de impactos positivos na proteção e recuperação da saúde do sujeito. O estudo em questão alinha-se com o tema da conferência na medida em que traz referenciais teórico-conceituais da Psicologia Comunitária à análise do sofrimento psíquico, das implicações psicossociais da pobreza e das estratégias de cuidado possíveis em contextos marcados pela injustiça e exclusão social próprios ao modelo neoliberal.

2 • Fortalecimento de Pessoas com Transtornos Mentais: a experiência dos usuários do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim

Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho, Instituto Federal da Paraíba

Será apresentada uma discussão acerca da contribuição do conceito de fortalecimento na avaliação de serviços de saúde mental. O conceito

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

de fortalecimento que guia este estudo ressoa fortemente no campo da psicologia comunitária (Góis 1993, 2008; Montero, 2003; Martín-Baró, 1998), trazendo aportes para se pensar possibilidades de produção coletiva da saúde mental por reconhecer a capacidade dos indivíduos se implicarem e modificarem seus contextos, em uma política de saúde mental integrada à comunidade, capaz de produzir impactos reais na cultura e na qualidade da atenção à saúde mental. O fortalecimento é um processo individual e psicológico que se constitui na experiência grupal em um contexto socio-histórico. Realiza-se em ações conjuntas e solidárias entre os membros de uma comunidade que compartilham objetivos e expectativas, enfrentando os mesmos problemas. Outro aspecto que queremos destacar é a inexistência de um fortalecimento individual e outro comunitário, pois o desenvolvimento de uma competência pessoal necessita da expressão em um contexto social em função de um coletivo específico. Utilizando a categoria fortalecimento para avaliação de um serviço de saúde mental realizamos um estudo de caso no Movimento de Saúde Mental Comunitário do Bom Jardim (Fortaleza/Ceará/Brasil) que buscou compreender o processo de fortalecimento de pessoas que transitaram do papel de usuárias de um serviço de saúde mental para o lugar de cuidadores. Foram realizadas entrevistas mediadas pela autofotografia e grupo focal. Os resultados apontam que a participação nas atividades do Movimento favorece o fortalecimento, ocorrendo o resgate do valor pessoal e poder pessoal, ocorrendo mudanças nas crenças sobre si mesmo, sobre o mundo, experimentando a coragem de fazer diferente, superando atitudes fatalistas que promovem a passividade, acomodação e desqualificação. Ao apresentar um sentimento de comunidade a pessoa percebe-se mais segura, reconhecendo espaços de trocas, de solidariedades, materializados principalmente por meio de atividades voluntárias. Nas atividades do Movimento de Saúde Mental Comunitário analisado, vimos que usuários são reconhecidos como pessoas, com identidade na comunidade e não como pacientes. Inaugura-se desta forma, um novo espaço social para a loucura, superando relações de tutela e de segregação. Foi evidenciado como importante para o fortalecimento, a negociação do uso da medicação, reconhecendo a pessoa que sofre como sujeito do tratamento, em sua capacidade de compreender seu diagnóstico e negociar as formas de tratamento. Outro aspecto foi a experiência ecológica como ampliação da conexão consigo, com o outro e a vida, onde o desenvolvimento pessoal é mediado pela profunda implicação com o Outro, a comunidade e a natureza.

3 • Atuação dos Psicólogos na atenção a saúde mental de usuários de álcool e outras drogas

Elívia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará, Ronaldo Rodrigues Pires, Universidade Federal do Ceará

É possível observar que na atualidade há uma preocupação que vem ganhando destaque em nossa sociedade que é a emergência da dependência de drogas como uma questão de saúde pública. Diante disso, também se percebe que a condição do usuário de drogas é também carregada de estigmas que acabam por fomentar abordagens moralizantes que não colaboram com uma assistência humanizada e integral de suas necessidades de cuidado. Com frequência são os próprios profissionais os agentes deste processo

de estigmatização. Com a crescente inserção do psicólogo neste contexto consideramos relevante trazer a tona aspectos que devem ser evidenciados para uma reflexão sobre a prática deste no contexto das políticas públicas. Nosso objetivo é discutir as implicações destas compreensões moralizantes nas práticas de cuidado produzidas pelos psicólogos. Realizamos essa discussão com base numa pesquisa de natureza qualitativa que lançou mão de entrevistas realizadas com psicólogos atuantes nos Centros de Atenção Psicossocial para usuários de Álcool e outras Drogas e em Comunidades Terapêuticas na cidade de Fortaleza - CE. Os resultados apontam que os psicólogos atribuem diferentes sentidos sobre o uso de substâncias psicoativas onde as drogas ilícitas são tidas como mais ofensivas que as drogas lícitas. Dessa forma, percebemos que em nome dessa divisão entre drogas mais perigosas do que outras, se constroem práticas de cuidado com maior ênfase na substância desconsiderando outros aspectos importantes na vida do sujeito. Acreditamos assim que a Psicologia Comunitária pode contribuir com a compreensão ampliada dos diferentes fatores envolvidos na vida do sujeito e que tem importância fundamental para pensar uma assistência que aposte no cuidado em liberdade ativando dispositivos e redes informais de cuidado no lugar onde se vive. Também consideramos que a partir desse referencial se amplia a compreensão da interação de fatores ambientais e culturais que produzem peculiaridades na consideração deste problema. Apesar da insistência em enfatizar a natureza biológica dos efeitos do uso de drogas, existem condições concretas que precisam ser evidenciadas para que o enfrentamento dos problemas decorrentes sejam abordados de maneira complexa. Buscamos ainda refletir sobre essas contribuições trazidas para repensar o fazer dos psicólogos nas políticas públicas diante desta problemática.

Psicologia social comunitaria e Políticas públicas e saúde: contribuições de praticas na atenção basica em territórios vulneraveis

Carlos Roberto de Castro e Silva, Universidade Federal de São Paulo

A consolidação dos princípios do SUS exige estratégias de intervenção inovadoras, principalmente no incremento do processo de saúde-doença e cuidado. Na perspectiva de ações da atenção primária, desenvolver formas de maior aproximação entre serviços de saúde e os municípios sugerem o fortalecimento das tecnologias leves, na medida em que favoreçam os vínculos sociais e afetivos entre os atores envolvidos. Além disso, a politização das ações em saúde torna-se importante, visto que os locais de atuação dos profissionais de saúde, destacando dos agentes comunitários de saúde, acontecem em territórios de alta vulnerabilidade, os quais exigem uma compreensão e intervenção que levem em consideração as consequências da desigualdade social. Neste sentido a perspectiva da psicologia social comunitária pode contribuir com instrumentos que ao mesmo tempo em que entende o sujeito na perspectiva social-histórica, busca estratégias de fortalecimento psicológico e comunitário das comunidades. Desta forma os trabalhos que compõem esta mesa visam: 1- Propiciar a compreensão do cotidiano de trabalho dos agentes comunitários de saúde à luz do processo de construção das intersubjetividades, contextualizadas por aspectos sócio-históricos, visando com a discussão da desnaturalização desta figura

emblemática na saúde e por consequência a melhoria das ações da Estratégia de Saúde da Família. 2- Analisar o potencial do ecomapa como recurso para a construção e apropriação de itinerários de cuidados de usuários com demandas de saúde mental, consideradas graves. 3- Revisitar a reflexão sobre ética, política e afetos a partir da Filosofia e da Psicologia Social e, assim, proporcionar uma análise que reatualize o que seja comunidade na perspectiva daquela revisitação. Para contemplar essa proposta, utilizar-se-á dois autores fundamentais: Baruch de Espinosa e L. Vygotsky. Espinosa que em sua obra principal, a *Ética*, expõe a compreensão de uma ética (ação) a partir de uma vivência dinâmica dos afetos, tendo esses um caráter relacional e intersubjetivo. Aqui tem-se uma das ideias básicas do sistema espinosano: sendo o corpo relacional, ele é capaz de afetar e ser afetado.

Assim consideramos que a articulação entre o repertório da saúde coletiva com referências da psicologia social comunitária, principalmente na valorização da dinâmica intersubjetiva, pode contribuir para uma efetividade das práticas de serviços na atenção primária, destacando das unidades de saúde da família.

1 • A prática do agente comunitário de saúde e contexto sócio-histórico: afeto, trajetória de vida e formação.

Carlos Roberto de Castro e Silva, Universidade Federal de São Paulo, Silva Ramiz Candeloro, Universidade Federal de São Paulo, Karina Rodrigues, Universidade Federal de São Paulo, Danilo Anhas, Universidade Federal de São Paulo

As ações da Estratégia de saúde da família (ESF) possibilita uma maior aproximação da realidade e dinâmica concreta do território vivido pelas pessoas, além de favorecer a construção de redes e apoio sociais. O ACS é importante para o desenvolvimento de tais ações, todavia este lugar estratégico de mediação que ele ocupa é também palco de tensões e desafios. Neste contexto indagamos sobre alguns dos significados da experiência deste ACS que vive e trabalha em um território de alta vulnerabilidade, marcado por violência e precariedades dos serviços públicos e sociais. Cogitamos que a compreensão do cotidiano de trabalho do ACS, à luz do processo de construção das intersubjetividades, contextualizadas por aspectos sócio-históricos, contribui para a desnaturalização desta figura emblemática do ACS na saúde e por consequência a melhoria das ações da ESF. A partir da sistematização de trabalhos de extensão universitária e de dados de pesquisa qualitativa com ACS na região da Baixada santista, desde 2009, os quais propõem formas de potencialização das ações dos ACS. Destacamos alguns analisadores importantes: 1- O sofrimento vivido pelo ACS no cotidiano do trabalho catalisa a complexidade e contradições das relações sociais, econômicas e históricas vividas no território. Desta forma os afetos são analisados a partir de um olhar ético-político, balizados pela dialética do processo de inclusão e exclusão social. Destacando que a solidariedade e reconhecimento social contribui com fortalecimento de afetos alegres, segundo Espinosa. 2- A noção de historicidade ajuda a perceber características psicossociais importantes da formação de identidade do ACS, contribuindo para a (des) construção de estereótipos de práticas paternalistas e assistencialistas, as quais minam o potencial de transformação do meio social em que vivem. 3- A necessidade de aproveitamento de aspectos

afetivo, social e político das práticas dos ACS para o desenvolvimento de ações de educação permanente, visto que as capacitações são calcadas em lacunas de conhecimento técnico, gerando, inclusive distanciamento exacerbado das angústias que são produzidas no embate vivo dos ACS com as demandas da comunidade. Assim, consideramos que a potencia de ação dos ACS está imbricada a um processo de politização desta figura e da valorização das intersubjetividades em contextos sócio históricos distintos.

2 • **A consolidação dos princípios do SUS exige estratégias de intervenção inovadoras, principalmente no incremento do processo de saúde-doença e cuidado. Na perspectiva de ações da atenção primária, desenvolver formas de maior aproximação entre serviços**

Edna Maria Severino Peters Kahhale, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Edna Peters Kahhale, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Os profissionais de saúde enfrentam atualmente o desafio de construir tecnologias leves que possibilitem tanto a formação para trabalhar no sistema público de saúde como potencializem a autonomia dos usuários no autocuidado em saúde. Mapas de itinerários é uma ferramenta que coloca visualmente o processo de cuidado vivido. Reforçando a vivência no território e possibilidades de incrementar a integralidade e intersetorialidade. Assim objetivou-se analisar o potencial do ecomapa como recurso para a construção e apropriação de itinerários de cuidados de usuários com demandas de saúde mental, consideradas graves. Fez-se uma formação dos profissionais de UBS e serviços da rede vinculadas à UBS sobre genograma e ecomapa. Em seguida, construiu-se com profissionais e usuários, vinculados a uma UBS da cidade de S.P/Br., mapas que explicitassem seu itinerário no enfrentamento de demandas de saúde mental, ou seja, os cuidados, sua inserção e circulação no território onde residia. Acompanhou-se 13 usuários em conjunto com 13 profissionais e 24 bolsistas de graduação. O mapa visual era construído a partir do relato sobre a história de vida, o sofrimento e assistência oferecida pelos diferentes serviços de saúde. Os mapas construídos mostraram-se inicialmente restritos e com poucos elementos, demonstrando as dificuldades tanto dos cuidadores como dos usuários. Após o trabalho conjunto cuidadores e usuários, os mapas resultantes do processo dialógico passam a conter mais espaços significativos para o usuário, ao mesmo tempo que o relato contém um discurso indicador de apropriação pelo usuário de seu próprio processo de cuidado. Começam a aparecer desejos e propostas de futuro, o projeto terapêutico singular é construído conjuntamente. A partir deste mapa dos dispositivos de saúde, construíam-se com o usuário possibilidades de inserção mais pró-ativas e com sentido para ele. Esta ferramenta trouxe efetividade na assistência e autonomia aos usuários, que foram inseridos em outros recursos do território, tais como: educação, lazer, cultura. O ecomapa e a maneira de utilizá-lo neste projeto indica o potencial desta ferramenta na formação e assistência em UBS no cuidado em saúde em geral e, especificamente em saúde mental. Conclui-se que a ferramenta potencializa as ações dos profissionais de saúde e o protagonismo dos usuários.

3 • A vivência ético-política-afetiva na comunidade.

Fátima Maria Araújo Bertini, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A presente exposição propõe refletir sobre a vivência ética-política-afetiva na comunidade. Quatro pontos principais funcionarão como norteadores da comunicação: 1. Como, propriamente, a ética, a política e os afetos relacionam-se com a comunidade? 2. E o que é comunidade na perspectiva da vivência dessas dimensões? 3. A comunidade age, a comunidade é, vivencia coletivamente os afetos e se organiza de tal forma que a liberdade dos sujeitos comunitários realize-se? 4. O que poderá limitar esse processo? Essas são questões a serem expostas e discutidas. O objetivo dessa análise é revisitar a reflexão sobre ética, política e afetos a partir da Filosofia e da Psicologia Social e, assim, proporcionar uma análise que reatualize o que seja comunidade na perspectiva daquela revisitação. Para contemplar essa proposta, utilizar-se-á dois autores fundamentais: Baruch de Espinosa e L. Vygotsky. Espinosa que em sua obra principal, a *Ética*, expõe a compreensão de uma ética (ação) a partir de uma vivência dinâmica dos afetos, tendo esses um caráter relacional e intersubjetivo. Aqui tem-se uma das ideias básicas do sistema espinosano: sendo o corpo relacional, ele é capaz de afetar e ser afetado. O corpo se afeta a todo o momento pelas coisas que o rodeiam, mas também tem o poder de afetar. Essa capacidade de afetar e ser afetado, juntamente com o conatus, que, segundo Espinosa, é o esforço para manter-se na existência, serão dois pontos de discussão. O conatus na mente chama-se desejo; no corpo, apetite. Quando desejamos algo, nos esforçamos por continuar a existência. Essa ideia torna-se importante para a Psicologia Social, uma vez que se compreende o homem com força capaz de manter-se na existência, alguém que possui a possibilidade da autonomia. Nesse sentido, compreender o sujeito pela perspectiva espinosana na Psicologia Social é reencontrá-lo com sua capacidade de agir, dar-lhe o espaço necessário para visualizar que sua ação pode levá-lo à vida e à liberdade e que os outros são com ele força a mais nesse processo. Nesse sentido, o sujeito para Espinosa é um sujeito político, uma vez que o movimento que faz para se manter na existência, não é algo individual somente, mas está em relação com a comunicação e sociabilidade a outros, de cuja união favorecerá o alcance dos direitos individuais e coletivos. Nessa compreensão, Espinosa vai ao encontro da Psicologia Sócio-histórica e das intervenções em Psicologia Comunitária, nas quais a experiência concreta do sujeito está intrínseca às condições históricas e materiais da comunidade. L. Vygotsky nos ajudará a compreender o sujeito a partir de perspectiva histórico-cultural do psiquismo humano, tornando-se também aliado à discussão dos afetos na perspectiva espinosana, já que os afetos são vivenciados junto ao contexto histórico-cultural.

Transformação Social e Emancipação Humana: Vinculação Afetiva na Pesquisa e na Facilitação em Psicologia Comunitária com as Políticas Públicas

Deyseane Maria Araújo Lima, Universidade Federal do Ceará

A presente mesa tem como objetivo discutir sobre a temática da afetividade na Pesquisa em Psicologia Comunitária dialogando com a práxis do psicólogo social

nas políticas públicas, realizando um trabalho baseado no compromisso social e na emancipação humana. Nesta mesa, faremos a descrição e a problematização de três pesquisas e facilitações realizadas na vertente da afetividade na Psicologia Comunitária com as políticas públicas. Primeiramente, objetivamos compreender as expressões de afetividade na experiência de Pesquisa e Facilitação em Psicologia Social Crítica e Psicologia Comunitária em crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em um bairro de Fortaleza (CE). Depois, retratamos a Pesquisa e a Facilitação em Psicologia Comunitária em interface entre a Saúde Comunitária e a Saúde do Idoso, mediada pela categoria Afetividade, compreender as expressões de afetividade com base na Psicologia Social Crítica. Assim, investigamos as emoções e os sentimentos presentes na participação dos idosos nos encontros do grupo e analisar como a Saúde Comunitária relaciona-se com a Saúde do Idoso no Serviço de Convivência no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no bairro Lagamar em Fortaleza/CE. Para finalizar, abordamos em vinculação afetiva entre as lideranças na aldeia Santo Antônio da etnia Pitaguary com o seu ambiente na perspectiva da Psicologia Social Crítica, especificamente fazendo um diálogo entre a Psicologia Ambiental e a Psicologia Comunitária. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa com a ênfase no estudo do tipo etnográfico e na pesquisa intervenção, com o uso da observação participante, de entrevistas semi estruturadas e de círculo de cultura para a coleta de dados. Os registros utilizados foram às gravações, as fotografias e o diário de campo. Para a análise de dados, recorreremos à análise de conteúdo. Os resultados referem-se ao envolvimento efetivo e afetivo dos sujeitos investigados no processo de realização da pesquisa a partir da facilitação do pesquisador, sendo parte fundamental a inserção com o contexto social analisado. Assim, a Pesquisa em Psicologia Comunitária é uma metodologia de investigação e facilitação em que se realizam ações transformadoras a partir de reflexões significativas com a realidade por meio da afetividade. Concluímos ressaltando que o estudo da vinculação afetiva na Pesquisa em Psicologia Comunitária é fundamental para o desenvolvimento de novas metodologias de facilitação e investigação do Psicólogo Social, como forma de aprimorar a práxis da psicologia com as políticas públicas, propiciar o processo de mobilização e de engajamento social dos sujeitos e amenizar as situações de exclusão social.

1 • “Afagando e Conhecendo os desejos da Terra na etnia Pitaguary”: Vinculação afetiva pessoa-ambiente na Pesquisa e na Facilitação em Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental

**Samara e Silva Amaral Ribeiro, Faculdade de Tecnologia Intensiva,
Deyseane Maria Araújo Lima, Universidade Federal do Ceará**

Ao estudar as relações entre o ser humano e seu entorno sócio-físico, a Psicologia Ambiental nos mostra que o ser humano constrói seu psiquismo na relação dialética entre o indivíduo e o ambiente, pois na medida em que transformamos os ambientes, somos transformados por ele. Neste sentido, ao dialogar com a Psicologia Comunitária percebemos que seu enfoque de estudo é a comunidade, o empoderamento dos sujeitos e o desenvolvimento

comunitário a partir do processo de conscientização e do sentimento de pertencimento ao contexto social. O trabalho retratou a vinculação afetiva entre as lideranças na aldeia Santo Antônio da etnia Pitiguary com o seu ambiente na perspectiva da Psicologia Social Crítica, especificamente em relação à Psicologia Ambiental e a Psicologia Comunitária. O conceito de afetividade elaborado por Sawaia (2004) é tomado da Psicologia Social Crítica e é definido como a tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano. Com base nesse conceito-chave, estabeleceremos as diferenças qualitativas sobre o comportamento e os afetos deste povo em relação à aldeia. Utilizamos-nos da abordagem qualitativa com um enfoque na pesquisa do tipo etnográfico. Na coleta de dados fizemos a observação participante e a entrevista semi-estruturada com três lideranças da aldeia, registrada por meio de gravação, fotografias e diário de campo. Os resultados do estudo interação pessoa- ambiente na Pesquisa e na Facilitação em Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental apresentaram questões relacionadas aos afetos dos Pitiguary e confirmam o forte sentimento de pertencimento à aldeia, que advém principalmente do apego gerado pela memória de seus antepassados e pelo reconhecimento de que cada lugar da aldeia possui uma história pessoal gravada, seja ela de suas vidas cotidianas, ou de sua luta pelo direito a terra. Para a etnia Pitiguary, a terra em que vivem é um ser vivo, muitos, inclusive, utilizam o binômio Mãe-Terra para se referir a mesma, demonstrando assim a proximidade e o cuidado com o ambiente. Concluímos que a vinculação afetiva deste povo com a aldeia é a força vital para a sua existência, significando assim um processo de transformação social e de emancipação humana. É um povo que expressa à afetividade por sua terra, amenizando a exploração dos empresários, fortalecendo a sua luta e garantindo a sua resistência política, que é fundamental para a pesquisa e a facilitação do psicólogo comunitária e do psicólogo ambiental com as políticas públicas no sentido da transformação social e na emancipação humana dos indígenas.

2 • Método facilitar-pesquisando: Expressões de afetividade na proposta metodológica de pesquisa e de facilitação com crianças em Psicologia Comunitária.

Janaina Miranda Cruz, Universidade Federal do Ceará, Elvia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará, Deyseane Maria Araújo Lima, Universidade Federal do Ceará

O presente relato apresenta uma experiência de pesquisa em Psicologia Social Crítica e Psicologia Comunitária, pretendendo enfatizar os métodos abordados para a sua realização, a fim de proporcionar uma reflexão acerca da sua aplicabilidade com crianças. A pesquisa ocorreu em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em um bairro de Fortaleza (CE) e objetivou compreender as expressões de afetividade em crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV). A fim de alcançar tais intuítos, partimos de uma pesquisa qualitativa, por contestar a neutralidade do discurso positivista característicos da pesquisa quantitativa, firmando assim a vinculação da investigação com os problemas ético-políticos e sociais. Na escolha dos instrumentos de obtenção de dados da pesquisa, levamos em

consideração a dificuldade de encontrar propostas que contemplem a faixa etária dos sujeitos, uma vez que, por longo tempo da história, as crianças mereceram pouca atenção por parte dos pesquisadores (GAIVA, 2009). Dessa forma, para a coleta dos dados da pesquisa, utilizamo-nos da proposta da observação participante durante a facilitação das atividades do SCFV, inserindo-se no contexto do método facilitar-pesquisando, caracterizado como uma proposta participativa, dialógica, problematizadora, vivencial e grupal (GÓIS, 2008). A observação participante ocorreu em dois momentos e as experiências foram registradas em diários de campo com as situações e vivências que impressionaram os investigadores de acordo com seus interesses nos fenômenos. Além disso, para aprofundamento da pesquisa houve a necessidade de realizar entrevistas individuais semi-estruturadas com três participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, favorecendo a emergência de informações de forma mais livre, por não estarem condicionadas a uma padronização de alternativas. Para a análise do material obtido nas entrevistas foi empregada a Análise de Conteúdo do tipo temática de Laurence Bardin (1977). Dentre os métodos destacados, verificamos que a observação participante facilitou a espontaneidade dos sujeitos, uma vez que os pesquisadores estavam inseridos no contexto social e cotidiano das crianças. Esta convivência proporcionou uma compreensão mais concreta das suas formas de externar comportamentos, sentimentos e emoções. Os diários de campo possibilitaram o registro das sensações dos pesquisadores a partir de sua vivência, evitando uma postura de não implicação e de distanciamento, entretanto, houveram perdas de detalhes em determinados instantes da observação. Nas entrevistas, as crianças foram pontuais em suas respostas e encontramos limitações apenas quanto a falta de motivação de um dos entrevistados para responder as perguntas. Nos resultados, o SCFV aparece na fala das crianças como um espaço de aprendizagem, representado como alternativa de sociabilidade diante de um cenário comunitário em que as ofertas de espaços de lazer são precárias. Os afetos emergentes nas interações, por sua vez, estão ligados aos sentimentos em relação ao ato de participar, aos demais participantes e ao grupo em si. Com este recorte, esperamos contribuir para a reflexão dos métodos de pesquisa em Psicologia Comunitária aplicadas a crianças, assim como também para uma discussão acerca do quefazer (MARTÍN-BARÓ, 2009) do psicólogo/pesquisador, apontando assim, um compromisso social e ético.

3 • Pesquisando e facilitando com a comunidade: Saúde, Afetividade e Convivência com idosos nos CRAS.

Daniele Jesus Negreiros, Universidade Estadual do Ceará, Deyseane Maria Araújo Lima, Universidade Federal do Ceará

O estudo se desenvolveu no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no bairro Lagamar em Fortaleza/CE. Como objetivo geral, pretendeu-se compreender as expressões de afetividade com base na Psicologia Social Crítica e a sua relação com a Saúde do Idoso e especificamente buscou-se descrever as estratégias de trabalho desenvolvidas no CRAS junto ao Serviço de Convivência para o idoso; investigar as emoções e sentimentos presentes na participação dos idosos nos encontros do grupo e analisar como a Saúde

Comunitária relaciona-se com a Saúde do Idoso no Serviço de Convivência do CRAS Lagamar. A Psicologia Comunitária frente à temática apresentou-se como área de interesse da pesquisadora e profissional ao estudar as condições psicossociais do modo de vida do lugar (internas e externas) que impedem aos moradores se tornarem sujeitos de suas comunidades. (GÓIS, 2005). Paralelo a isso, temos a concepção de ações de saúde trazida por Góis (2008) enquanto práxis de vida, libertação e cidadania, uma práxis comunitária que rompe com a dominação social e a destruição do meio ambiente e aponta para um futuro ético, cidadão e ecológico. Ou seja, a partir do que é a cidade de Fortaleza, a comunidade do Lagamar, do que é saúde para seus moradores e do que é vida na periferia. Tratou-se de um estudo de abordagem qualitativa e de natureza aplicada, uma vez que objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos, em que o corpus foi constituído através dos diários de campo vindos das observações participantes realizados nos encontros do grupo como também da facilitação dos Círculos de Cultura, metodologia desenvolvida por Paulo Freire e utilizada nas pesquisas em Psicologia Comunitária. Os participantes da Pesquisa em Psicologia Comunitária foram 13 idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Como principais resultados, vimos que o grupo participante solicita a garantia da qualidade do serviço, assim como a garantia de seus direitos. Sobre a Saúde do Idoso trazem concepções relacionadas primeiramente aos cuidados físicos e biológicos voltados para a assistência médica e hospitalar, depois acrescentaram a boa alimentação, a prática de exercícios físicos, a socialização, a espiritualidade e o estar entre amigos, família e comunidade. E como principais noções sobre Saúde Comunitária o grupo discorre sobre a importância da limpeza do bairro, do incremento de áreas de lazer e também mencionam a paz como elemento importante para a saúde. Por último tem-se a afetividade, presente em todos os momentos, como fundamental para entender as significações construídas nas relações grupais e comunitárias constituídas pelo grupo. Concluímos que a realização da pesquisa e da facilitação do psicólogo comunitária no CRAS da comunidade do Lagamar visou apontar as perspectivas das situações vivenciadas cotidianamente por esse grupo em seu lócus de residência, entendendo que o estudo do envelhecimento também deve considerar como pontos fundamentais as relações comunitárias a que esses idosos estão inseridos e as políticas públicas que eles fazem parte, promovendo assim a emancipação humana e a transformação social dos participantes.

Limites y alcances de la incorporación de una metodología feminista en las prácticas comunitarias de intervención institucional en el abordaje de la violencia machista.

Jordi Bonet Martí, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

En los últimos años, el abordaje de la violencia machista ha sido un tema relevante en el desarrollo de la psicología comunitaria. Si bien, en sus inicios, las intervenciones institucionales se focalizaron de forma prioritaria en la atención clínica y el acompañamiento jurídico a las víctimas; los nuevos modelos de intervención han tendido a incorporar modelos comunitarios de prevención, sensibilización a la comunidad y trabajo en grupo que superasen la victimización

secundaria derivada de los marcos metodológicos anteriores y que dieran realce a la dimensión estructural de la problemática. A este respecto, consideramos que este cambio de enfoque no hubiera sido posible sin las aportaciones realizadas por parte del movimiento feminista respecto al abordaje de la violencia machista, generándose de este modo un circuito de realimentación, no exento de situaciones de conflicto, entre el movimiento feminista (como espacio propositivo y de intervención parainstitucional), el ámbito académico (como espacio de investigación y capacitación) y las instituciones públicas (como espacio de diseño e implementación de las prácticas de intervención). En esta mesa redonda, nos planteamos abordar cuáles son las posibilidades y límites de la incorporación de una metodología feminista en las propuestas de intervención psicosocial en violencia machista. Para ello, hemos querido poner en común nuestras experiencias, partiendo de una posición híbrida, en tanto participantes de espacios y prácticas del movimiento feminista y antipatriarcal, y a la vez, como practicantes en diferentes contextos institucionales chilenos e internacionales: la formación e investigación académica (UNAB, SIMReF), la intervención en entornos institucionales de mediana complejidad (SERNAM – Centro de la Mujer de Viña del Mar) y la intervención en entornos de intervención de alta complejidad (SERNAM – Casa de Acogida de Valparaíso). Partimos de una concepción plural de los feminismos, conceptualizado no solo como un movimiento social de reivindicación sino como un campo de producción de saberes y prácticas que han aportado tanto a la teoría social (conocimientos situados, sistema sexo-género, teoría de la interseccionalidad, conceptualización de los femicidios, problematización de la violencia) como a las prácticas de intervención (grupos de autoconciencia de mujeres, psicoterapia grupal feminista, empoderamiento femenino, autoestima para las mujeres) cuya incorporación es relevante para el desarrollo de la psicología comunitaria. Consideramos que la posibilidad de confrontar campos distintos, pero entrelazados por una misma problemática, nos permite explorar los alcances y límites que plantea nuestra posición, y abordar en qué medida consideramos que la incorporación de la metodología feminista puede sernos útil a fin de seguir mejorando las prácticas de intervención en torno a esta temática.

1 • Problematizando las intervenciones en los contextos institucionales de Chile: SERNAM (Servicio Nacional de la Mujer): Centro de la Mujer de Viña del Mar e Casa de Acogida Valapraiso.

Carolina de Andrade Gonçalves do Amaral, SERNAM

A continuación presentamos un trabajo colectivo de profesionales feministas que desarrollan su quehacer en el Centro de la Mujer y la Casa de Acogida de Valparaíso, espacios de intervención que forman parte del dispositivo de acción que el Estado chileno ha organizado para la atención de mujeres que han vivido y sobrevivido a situaciones de violencia machista. En este contexto, se abordarán los alcances y límites presentes en este dispositivo institucional, como marcos de estructuración que a la vez de demarcan ciertas alternativas, orientaciones y modelos para el trabajo con mujeres, dejan entrever a la vez, una construcción de sujetas que reproduce ámbitos de intervención situados en la violencia como problemática individual y el

ingreso al mundo del trabajo como principal estrategia de salida. Desde la mirada crítica de la psicología comunitaria, es posible poner en reflexión cómo en el ámbito de las políticas públicas (y los desarrollos teóricos que las sustentan) se organizan ciertas limitaciones en relación a las posibilidades que desde el Estado chileno se presentan para visibilizar, desnaturalizar e identificar la violencia machista como una violación a los derechos humanos, la salud pública y la justicia social. Lo anterior no deja de ser relevante como cuestionamiento sobre los procesos de producción de subjetividades, presentes en el contexto de la toma de decisiones políticas, donde sea utilizado como principal recurso discursivo la identificación de la violencia machista como un problema de seguridad ciudadana para sensibilizar a la población y a las autoridades sobre la magnitud del problema. La violencia machista como concepto feminista, pretende poner en cuestión cómo los hechos desencadenantes de la violencia están imbricados en las formas en que se estructuran las relaciones asimétricas de poder entre hombres y mujeres. En este sentido, nuestra lectura crítica a la política social, persigue y comparte con la psicología comunitaria, el objetivo por una transformación social, situada desde procesos de empoderamiento y participación popular. En este sentido, nuestra reflexión dará cuenta de las formas en que la focalización presente en el modelo chileno, reproduce ámbitos de intervención que nuevamente contribuyen a individualizar la problemática de la violencia contra las mujeres, invisibilizando las condiciones estructurales que soportan estas relaciones de dominación y control, la especificidad de la violencia contra las mujeres como problema social y la capacidad de agencia. Por tanto, nos situamos desde un análisis que pretende dar cuenta de cómo se configura, en el contexto chileno, la necesidad de propiciar espacios de problematización de las políticas públicas que enmarcan las posibilidades de intervención en violencia contra las mujeres. A partir de la identificación de ciertos nudos críticos que perpetúan el lugar de subordinación de las mujeres, expondremos las principales dificultades que desde las leyes y políticas invisibilizan tanto, la diversidad de las mujeres como la multiplicidad de formas en que se manifiesta la violencia. Desde esta lectura, tensionaremos finalmente las formas posibles para las activistas feministas de hacer micropolítica en las fisuras de los programas institucionales y cuáles son los límites y alcances de estas propuestas.

2 • **Contrastando dos modelos de incorporación de la metodología de investigación feminista en el ámbito académico: las instituciones tradicionales y los espacios autogestionados.**

Jordi Bonet Martí, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

El propósito de esta comunicación es reflexionar acerca de las aportaciones que pueden realizarse desde el ámbito académico, en tanto espacio de investigación y formación, en relación al abordaje de la violencia machista a partir de la incorporación de la metodología de investigación feminista. Para ello, contrastaremos reflexivamente nuestras prácticas en dos ámbitos docentes disímiles: por una parte, nuestro desempeño profesional como docentes e investigadoras en tres instituciones clásicas: la Universidad Andrés Bello, la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso y la Universidad

de Valparaíso; y por otra, nuestra participación en el Seminario Interdisciplinar de Metodología de Investigación Feminista <<http://www.simref.net>>, espacio autogestionado interuniversitario (Universidad Autónoma de Barcelona, Universidad Rovira i Virgili y Universidad del País Vasco) que tiene por finalidad ofrecer recursos formativos on-line, generar espacios para el debate y la capacitación de jóvenes investigadoras en metodología de investigación feminista. Si bien se trata de dos modelos distintos de práctica docente-investigadora, ambos tienen por objetivo la incorporación de la metodología feminista al ámbito universitario. Así, por una parte, hemos querido resaltar el trabajo que desarrollamos en las instituciones tradicionales a fin de incorporar ramos y líneas de investigación vinculados a los estudios feministas y a la prevención de la violencia machista en particular, en tanto se encontraban excluidos de los currículums de pregrado y doctorado. Por otra, nos interesaba también señalar cómo el desarrollo de espacios autogestionados que se ubican en los bordes de lo académico, el SIMReF, pueden contribuir a la modificación de las rigideces institucionales y expandir el debate más allá de los marcos tradicionales; rompiendo la dicotomía dentro-afuera en qué tradicionalmente se ha ubicado el debate feminismo versus academia. A su vez, queremos dar cuenta de la relevancia que otorgamos a la práctica de desarrollar una labor docente desde una perspectiva feminista situada en la academia tradicional, en tanto ésta permite mejorar la formación de las y los futuros profesionales, así como desarrollar estrategias de vínculos con la comunidad, a través de convenios de prácticas y prestación de servicios, y contribuir a la generación de discurso académico comprometido en el cambio social necesario para superar las desigualdades emanadas del patriarcado. Finalmente, hemos querido identificar cuáles son los límites y barreras con que hemos chocado en nuestro desempeño como docentes que parten de una perspectiva feminista: barreras institucionales, epistemológicas, políticas y morales que dificultan la incorporación de los estudios feministas en la academia latinoamericana, y chilena en particular; así como las estrategias que desarrollamos a fin de superarlas.

3 • Aportes del movimiento feminista a la construcción de la violencia

Andrea González Vera, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

Uno de los aportes más importantes desde la Psicología Social Crítica, como perspectiva teórica para el análisis de la violencia, es el reconocimiento de las influencias del contexto social, histórico e ideológico sobre la comprensión de cualquier proceso social, en este caso la construcción de marcos de interpretación respecto de la violencia contra la mujer. Plantear que la violencia se produce en la interacción social y es una producción social, contiene una tercera y transversal dimensión, pues si la propia interpretación que hacemos de la violencia se significa de acuerdo a los recursos interpretativos propios de los escenarios socio-culturales, la interpretación que hacemos de todo aquello no es constante sino contingente. Desde esta perspectiva, el trabajo que exponemos reconocerá algunas reflexiones que desde el activismo feminista, permiten situar un análisis situado en los procesos a través de los cuales en el contexto chileno se producen ciertos recursos interpretativos para desnaturalizar la violencia contra las mujeres.

A partir de lo anterior, se expondrá un tiempo histórico, a partir del cual es posible identificar el devenir del concepto violencia contra la mujer, como trayectoria situada en la acción colectiva. En este contexto, se presentarán ciertas reflexiones respecto de cómo para llegar a identificarse como público, la violencia contra la mujer, tuvo que ser construida como tal, a través de la acción de ciertos sujetos sociales, en este caso las organizaciones de mujeres y feministas que realizaron estrategias para movilizar el tema en distintos contextos políticos, en los cuales progresivamente se ha ido legitimando una interpretación de la violencia contra la mujer como expresión de su posición subordinada en las relaciones de género. La primera de estas fases, es la del surgimiento del proceso bajo el régimen dictatorial, momento en el cual desde aproximadamente la segunda parte de la década de los setenta, son generadas las condiciones que dan lugar a la organización de las mujeres en ciertos grupos homogéneos, en los cuales comienza a emerger la violencia doméstica, como problemática compartida por las participantes. La segunda es la constitución del problema en la sociedad civil, es en este momento cuando la violencia comienza a dejar de ser pensada como problema privado (violencia doméstica), al ser incorporados conceptos como el machismo y el patriarcado como conceptualización que permiten identificar dispositivos de opresión no señalados anteriormente. La tercera fase, es la institucionalización del tema de la violencia como asunto de política dentro del Estado, surge en un escenario político diferente, marcado por la recuperación de la democracia y una participación más activa de los gobiernos en las conferencias internacionales. En esta fase, el problema de la violencia contra la mujer se incorpora en su dimensión doméstica al debate público y se inicia su institucionalización como objeto de política pública. Es en este último momento, donde la presente exposición concentrará su análisis en las posibilidades y limitaciones que actualmente desde el Estado chileno se presentan para desarrollar procesos de cuestionamiento, desnaturalización y contestación.

Comunidades rurales en transición

Rosa Cristina Monteiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Sara Maria de la Concepción Sánchez Quintanar, Colegio de Posgraduados en Ciencias Agrícolas

La consideración de una transición en las comunidades rurales consiste en la comprensión de los principales embates sociales, económicos y ecológicos que las aquejan y tienen que responder para sobrevivir. Esas influencias externas o impulsos de cambios tienen su raíz en el movimiento globalizador y de modernidad hacia el capitalismo, organizadas e implementadas a través de las políticas públicas de cada país. Las manifestaciones en las comunidades rurales son diversas, pero el factor común es de pérdidas y cambios profundos. Se pueden identificar los contenidos sociales, económicos, ecológicos y psicológicos en los problemas comunitarios, producidos en la transición socio-política y económica del mundo, aunque su atención y solución induce a la contextualización del desarrollo de cada país. Se enumeran algunos problemas semejantes en América Latina: alta demografía y rápida urbanización; inequitativa situación en educación para enfrentar los cambios y decisiones asertivas que les facilite su sobrevivencia como comunidades; falta de recursos y conocimientos

para cuidar de sus entornos naturales, en una perspectiva ecológica sustentable y de conocimientos para el uso de tecnología adecuada para la sostenibilidad de sus procesos agro-productivos y económicos. Problema: Los organismos públicos y privados orientados a la atención de la población incluida, desconocen qué implica para las comunidades rurales los procesos de transición entre sus orígenes y la modernidad hacia la cual se les induce. Estos organismos tienen grandes limitaciones para actuar con asertividad, que van desde las económicas para su acción, hasta de coordinación interinstitucional. Las desatenciones que nos preocupan como psicólogos son el estado y procesos de deterioro de las capacidades de personas, grupos y comunidades involucrados, entre ellos la pérdida de cultura e identidad social. Tanto para los organismos, como para los profesionales que interactúan entre las comunidades, convendría conocer de los procesos humanos subyacentes a los resultados de la urbanización. Revelar desde la perspectiva de la población rural, los efectos que las políticas públicas les generan. Fomentar en la especialidad de la Psicología Comunitaria y Rural, el estudio interdisciplinario que revele a esas instituciones y profesionales de las ciencias sociales, la realidad humana y social que aqueja a las comunidades rurales en procesos de cambio inducidos por políticas públicas. Los 3 trabajos relacionan las acciones de políticas públicas e impacto en el sector rural. Dos urbanización y 1 la legislación de preservación ambiental. Destacar la necesidad de tomar en consideración la perspectiva de la población rural involucrada, el impacto de los procesos modernizantes personas, familias y comunidades. Para el Psicólogo Comunitario y Rural: 1) Una invitación a fomentar la interdisciplina con mayor comprensión de las disciplinas y profesionales, no psicólogos, con los que interactuamos. 2) La investigación como forma para colaborar y en hacer puentes de entendimiento, entre las disposiciones gubernamentales y la aplicación de políticas públicas; y hacer visible las acciones y los efectos en comunidades específicas con diversas metodologías.

1 • Identidades rurais em contextos urbanos- indigência ou resistência? Estudo de caso no Brasil

Rosa Cristina Monteiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rosa Cristina Monteiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O governo federal brasileiro lançou, em 2007, um Programa de Aceleração do Crescimento com altos investimentos em obras de infraestrutura, visando enfrentar problemas de saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. O aspecto fortemente centralizado do Programa e sua ênfase na dimensão econômica resultaram, na maioria dos casos, na desvalorização das dimensões culturais, psicológicas e sociais de grupos e coletividades, especialmente nas zonas rurais. Na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, constatamos a ocorrência de processos de urbanização que avançaram sobre o meio rural, favorecendo grupos financeiros hegemônicos, com importante prejuízo dos outros grupos. Nesta região trabalhamos com carroceiros que trafegam pela cidade, realizando pequenos fretes de mercadorias e transporte de pessoas. Nossas investigações visam conhecer a realidade psicossocial dos carroceiros, estimando o impacto da urbanização em suas respectivas identidades e sociabilidades. Em primeiro lugar realizamos uma pesquisa com moradores e frequentadores habituais do município, visando conhecer a visibilidade/invisibilidade dos carroceiros; em seguida pesquisamos as

representações sociais de estudantes universitários sobre o uso de carroças em contexto urbano; na terceira etapa da pesquisa acompanhamos cinco famílias de carroceiros com a realização de observações participantes e entrevistas semi-estruturadas coletando e registrando narrativas individuais. As carroças são pouco visíveis para os moradores e frequentadores habituais, embora trafeguem diariamente nas principais vias do município, caracterizando uma condição comum nos processos de exclusão social: a invisibilidade dos atores. As representações sociais de “carroceiros” dos estudantes pesquisados apresentaram duas categorias principais: trabalho e maus-tratos aos animais. Nossos estudos etnográficos revelaram entre os carroceiros a prática de uma agropecuária em pequena escala que garante alimentos para a família e pessoas do entorno; evidenciaram ainda que praticam uma economia de “escambo”, favorecendo a circulação de bens fora do circuito comercial que tem preços escorchantes; a relação com suas terras é amigável, com a manutenção de significativas áreas verdes; seu meio de transporte é o único utilizável por uma parcela da população que habita lugares impraticáveis nos períodos das chuvas. As narrativas em primeira pessoa revelaram a existência de fortes fatores identitários ligados ao uso da terra e da criação de animais, e evidenciaram preocupação e medo com as transformações ambientais em curso. Estes sentimentos foram recorrentes em sujeitos de diferentes gêneros e gerações. As identidades culturais dos carroceiros ficam ameaçadas quando o espaço é reapropriado para a entrada dos equipamentos urbanos que desalojam famílias e restringem terras. A desconstrução do espaço coletivo e a disjunção de aspectos significativos das identidades individuais promovem a fragilização de pessoas e grupos, lançando-os em situações de risco. Podemos imaginar alguns cenários de transformações sociais em que os interesses e necessidades dos carroceiros e das comunidades sejam contemplados. Para que tais cenários se apresentem na cena pública é necessário que os formuladores de políticas públicas se abram à participação social. A psicologia pode desempenhar um papel na valorização desta população, que em seu cotidiano ainda é responsável pela manutenção do mínimo de preservação ambiental.

2 • Las áreas naturales protegidas y su impacto en las comunidades aledañas

Alejandra Olivera Méndez, Colegio de Postgraduados en Ciencias Agrícolas

Para conservar la biodiversidad de nuestro planeta, es necesario cambiar el comportamiento de las personas y modificar o reemplazar las actividades económicas que dan lugar a la degradación y pérdida de los recursos naturales. Un instrumento esencial para la contribución a la conservación de los recursos naturales son las áreas protegidas (ANP), las cuales sólo pueden mantener su función con la participación de la población local. Modificar el control y acceso a los recursos naturales mediante el empoderamiento de las comunidades locales y sus instituciones no se hace presente en los planes de manejo de la mayoría de las ANP mexicanas. Como resultado, los intereses y preocupaciones de las comunidades entran en conflicto con los puntos de vista y prácticas de las autoridades. El Objetivo del presente trabajo fue detectar la influencia e impacto que tienen las políticas públicas en los procesos de interacción de las comunidades rurales con su entorno.

Se realizaron encuestas a miembros de tres comunidades rurales ubicadas en los límites de la Reserva de la Biósfera Sierra del Abra Tanchipa, así como entrevistas semi-estructuradas a agentes gubernamentales, representantes de SEDESOL, SEMARNAT y SAGARPA. Las comunidades no cuentan con acceso total a servicios básicos, como agua potable, electricidad, gas y drenaje, por lo que siguen dependiendo de los recursos naturales con los que cuentan para sobrevivir. La gente relaciona la palabra desarrollo como mejorar, crecimiento, empleos y servicios, pero cerca de la cuarta parte no sabe lo que significa. En cuanto a la conservación, 44% dijo que se refiere a cuidar el ambiente. La mayoría estuvo de acuerdo en la importancia de conservar la naturaleza. La intervención de diferentes agencias gubernamentales se reconoció por la mayoría de los encuestados. Los principales apoyos mencionados fueron Oportunidades y Piso Firme, ambos programas de la SEDESOL. Sin embargo, la mayoría de las personas afirmó no haber recibido ningún taller de capacitación. Los que dijeron haber participado, mencionaron que estuvieron relacionados con educación ambiental y el manejo de la reserva. Menos de 10% se ha involucrado en alguno de los proyectos. Se requiere una mayor vinculación entre las agencias gubernamentales y las comunidades rurales. Es necesario que la gente conozca las oportunidades y apoyos con las que pueden contar. Existen programas gubernamentales con metas opuestas: mientras unos buscan la conservación de los recursos, los más promueven la deforestación y la urbanización. Las contradicciones de los programas de gobierno y la falta de información al público, dificultan la conservación adecuada de las ANP. Si no se logra el manejo sustentable de los recursos naturales, seguirá existiendo pobreza, extinción de especies y un mundo con ambientes cada vez más degradados y, por lo tanto, menos saludables para las personas.

3 • Re categorización Social de Familias Rurales en zonas de Transición

Sara Maria de la Concepción Sánchez Quintanar, Colegio de Posgraduados en Ciencias Agrícolas

El municipio de Texcoco del Estado de México forma parte de la Zona Metropolitana del Valle de México (ZMVDM) y es considerado territorio de alta demografía y rápida urbanización de sus terrenos antes agrícolas. Las políticas públicas para la expansión de la población urbana, facilitan la fragmentación del ejido agrícola para su venta o cambio de uso; la construcción de vías de comunicación más rápidas con la ciudad de México y otras zonas del país; así como la edificación de grandes unidades habitacionales de interés social y centros comerciales iguales a las de las grandes ciudades. El aumento de población por migración urbana y de otras zonas, y su inicial diferenciación social, causa diferentes problemas por la presión y competencia sobre los recursos naturales (suelo, agua); por la restringida infraestructura, servicios, trabajo y distintas formas de relaciones sociales y culturales. Este trabajo es producto de una investigación mayor sobre la Vivienda Rural en el continuo urbano-rural del municipio. Objetivo: Describir el proceso de cambio de identidad familiar relacionado a la vivienda rural, asociado a su vez a los cambios económicos, sociales y culturales de la modernización del municipio. Método: Entrevistas centradas en la persona y su vivienda, en

especial en: 1) El concepto de casa moderna, la descripción que hacen de otros tipos de casas o viviendas y la asociación con las características de su familia; 2) considerar en el análisis el lugar de la comunidad en el continuo rural - urbano. Participantes: 120 personas de 6 pueblos. Para el análisis cualitativo se empleó el software MaxQDA, se clasificaron la información de las entrevistas, la de las familias, y los comentarios de la propia casa con apoyo del croquis que dibujaron. Se usaron estadísticos descriptivos que permitieron algunas comparaciones. Resultados: En contraste con la descripción de la "casa moderna", se identificaron otras categorías "vivienda de mero campesino, pobrecita, modesta pero limpia, pasadita." En conjunto se identificó un proceso de re categorización social de la familia rural, paralela al de la urbanización del municipio con los siguientes elementos: 1) continuo de conceptualización de la vivienda cuyos polos son "la vivienda del mero campesino y la casa moderna". 2) Diferenciación y aprecio de la familia que viven en cada tipo de vivienda o casa. Conclusión: Las características de las viviendas aportan indicadores para: 1) Advertir el grado del cambio que vive la familia y comunidad. 2) Construir instrumentos (escalas, cuestionarios y guías de observación) y facilitar al profesional que trabaje en poblaciones en transición, la comprensión de sus necesidades.

Desbordando los márgenes de la política social: experiencias de aportes de la psicología comunitaria al fortalecimiento comunitario en Chile

Alba Ximena Zambrano Constanzo, Universidad de La Frontera

En Chile existe cierto consenso en reconocer que parte importante del desarrollo de la psicología comunitaria se encuentra vinculada a la trayectoria que han seguido diferentes generaciones de políticas públicas en el país. La inclusión de componentes tradicionalmente abordados por la psicología comunitaria tales como participación, identidad social, capital social, empoderamiento, redes sociales, entre otros, así como las competencias de psicólogas y psicólogos con formación en este campo, supondrían una valiosa contribución que es requerida en el espacio del diseño, ejecución y evaluación de ciertas políticas públicas. Esta vinculación no ha estado exenta de tensiones, entre otras razones porque estas políticas implican en sus diferentes etapas de su ciclo de vida importantes limitaciones o contradicciones con la visión paradigmática de la disciplina. Sobre este aspecto mucho se ha escrito y discutido (Krause, 2002, Sandoval, 2007, Alfaro y Zambrano, 2010, Alfaro, 2012) en esta presentación pretendemos avanzar en analizar experiencias ligadas a la implementación de 3 programas de la política pública en las que los aportes de la disciplina han constituido una contribución que permite desbordar los límites y potenciar el rol de éstos en la mejora de la calidad de vida de las personas y sus comunidades. En la presentación se enfatizará en aquellas dimensiones en que la disciplina resulta un aporte en el plano comprensivo conceptual así como en las metodologías y lógicas propias de acción comunitaria que vinculan las esferas institucional y comunitaria. Del mismo modo, se analizan las condiciones en que es posible la innovación psicosocial comunitaria en estas políticas. Como conclusiones, se plantea que las tres experiencias subrayan la perspectiva ecológica en la comprensión y abordaje de los problemas sociales que se reconocen como complejos en su solución. La dimensión más presente son las redes sociales, otorgándosele a estas un rol central

en su valor instrumental de acceso a recursos de diversa índole. Sin embargo esta movilización de redes, tiende a ocurrir más bien en el plano inter institucional más que en el plano de las relaciones comunitarias. Se reconoce cierto avance en la participación de los diferentes actores involucrados en la implementación de la política, con un rol más activo de los “usuarios” o “destinatarios”, quienes participan en los procesos aún en un polo débil, restando por incorporar en las estrategias aspectos centrales de la psicología comunitaria y la acción comunitaria, como lo son la organización, concientización y empoderamiento. Se reconoce el aporte de la investigación asociada a la implementación e innovación de las políticas, como un mecanismo fundamental para basar en la evidencia la incorporación de nuevos enfoques, énfasis y estrategias.

1 • Apoyo, Redes y Participación Social en Salud Mental

Pamela Grandón Fernández, Universidad de Concepción, María Verónica Monreal Álvarez, Pontificia Universidad Católica de Chile

El Plan Nacional de Salud Mental y Psiquiatría (PNSMP) vigente actualmente en Chile se enmarca dentro de un modelo de salud mental comunitaria. Éste contempla una red de dispositivos adscritos a un territorio, regidos por una serie de principios y valores que enfatizan la continuidad de cuidados y la organización de los usuarios. La continuidad de cuidados está dada por la coordinación de los distintos programas de una red para satisfacer las múltiples necesidades de los usuarios. Por tanto, implica por una parte, el trabajo interdisciplinario y por la otra, ver al usuario como a un sujeto integral en la medida que posee distintas facetas derivadas de sus necesidades. La organización de los usuarios, y fundamentalmente de los familiares de personas con trastornos mentales los transforma, pues pasan de ser “pacientes” a ser actores sociales que tienen la capacidad de tomar decisiones sobre sí mismos sin estar bajo el alero permanente de los profesionales. Estos dos aspectos, continuidad de cuidados y organización de los usuarios, desde la psicología comunitaria están relacionados con el Apoyo, Redes y Participación Social. El objetivo de este trabajo es poder responder a la pregunta ¿Cómo estos principios del modelo de salud mental se presentan en el trabajo sanitario?, para ello se revisan los resultados de estudios chilenos sobre la implementación del modelo de salud mental comunitaria en el sistema sanitario del país, durante última década. Se analizan cualitativamente diferentes categorías preestablecidas como: percepciones y significados de los ejecutores de programas sobre el modelo de SMC, acciones y estrategias del PNSMP; presencia y nivel de desarrollo del modelo. Los ejecutores de programas de salud mental relacionan el apoyo social estructural con las redes de atención, las instituciones de servicio y las organizaciones comunitarias. Funcionalmente, lo informacional destaca por sobre lo afectivo y lo material/instrumental como dimensión. El Empoderamiento lo ven asociado a la noción de corresponsabilidad, ruptura de la verticalidad, participación social y da cuenta de una contraposición teórica con la institucionalización y práctica del Apoyo Social. La coordinación de los cuidados está presente en los distintos dispositivos y programas. Sin embargo el nivel de desarrollo es dispar en diferentes centros y territorios. Estos resultados nos indican que el trabajo en redes se ha incorporado al quehacer sanitario como parte de las funciones esperadas de un equipo de

salud, pero persiste aún una gran asimetría en desarrollo de esta actividad. Durante la última década la cantidad de organizaciones de usuarios ha crecido fuertemente. La participación se ha legitimado y se ha considerado como una meta a alcanzar. No obstante ésta es más bien instrumental pues los servicios de salud suelen usar a estos grupos como administradores de dispositivos sanitarios. Estas organizaciones tienen una escasa participación en la gestión de los programas sanitarios. El PPSM ha incorporado el trabajo en redes y la participación social dentro de sus estrategias de intervención, lo que ha acercado la salud a su contexto social y cultural.

2 • Análisis del Programa Chile Solidario desde la óptica de la Psicología Comunitaria

Jaime Alfaro Inzunza, Universidad del Desarrollo

El objetivo de este trabajo es contribuir a la reflexión y debate sobre las tensiones y posibilidades de relación entre la Psicología Comunitaria y las políticas sociales, en base a la constatación de la creciente participación de la psicología comunitaria en programas de políticas sociales, poniendo énfasis en el reconocimiento de tensiones y desencuentros entre las orientaciones de los programas y las directrices derivadas de ésta. Para ello se exponen y analizan los documentos básicos de definición de las orientaciones del programa Chile Solidario implementadas desde mediados de los años 2000, y se discute los ejes de encuentro y tensión de estos fundamentos respecto de los modelos y líneas de estrategias propias y características del acumulado de la psicología comunitaria. Los resultados de este análisis muestran grados de tensión entre el programa Chile Solidario y las estrategias "desde abajo", orientada por valores como empoderamiento, autodeterminación, y un énfasis en un cambio simultáneo en niveles personal, interpersonal, grupal, organizativo comunitario y social. Se observa que la estrategia de participación utilizada en el programa Chile Solidario corresponde a una noción que enfatiza la integración y generación de "recursos", como complemento o apoyo en algunas fases del proceso de intervención, buscando la activación de capacidades de "autoayudarse", satisfacer necesidades y resolver problemas de la localidad. Se analiza que esta perspectiva se distancia de una perspectiva "fuerte" de la participación, que considera la participación activa y permanente (en cada fase del programa) de la comunidad. También se constata que el programa incluye intervenciones con foco en la familia, en las redes sociales (básicamente de carácter institucional) y que también consideran agentes del tercer sector y organizaciones comunitarias. Superando estrategias asistenciales por medio de la integración de acciones promocionales, que colocan énfasis en el desarrollo de capacidades, la activación de recursos y autonomía de los sujetos, integrando a ellas la asistencia temporal y condicionada. Poniendo foco además en dimensiones afectivas, relacionales, y de activación de recursos (capacidades, autonomía, capital social), y relativas a dimensiones educacionales, de salud, laborales.

Esta orientación de análisis y de intervención multinivel y contextual se aproxima a una perspectiva ecológica social, desde donde un problema social se concibe como resultado de la dinámica de interdependencia, en la que participan los componentes de estructura y proceso del sistema local de pertenencia a nivel micro, meso, exo y macro, considerando escenarios,

límites, redes de intercambio, herramientas personales y sociales, etc., como determinantes desde los cuales se genera, mantiene, incrementa y / o reduce una situación problema.

3 • **La dimensión sociocomunitaria en los procesos de intervención con adolescentes infractores de ley: una experiencia de incidencia en la política nacional en justicia juvenil**

Alba Ximena Zambrano Constanzo, Universidad de La Frontera, Jaime Muñoz Vidal, Universidad de La Frontera, Claudio Andrade Gyllen, Universidad de La Frontera

El abordaje de una problemática tan compleja como el comportamiento delictivo, particularmente el cometido por adolescentes que presentan trayectorias persistentes de desadaptación social, requiere de la coherencia sistémica, continuidad y complementariedad de un conjunto de recursos tanto en el espacio sociocomunitario como inter institucional. Se debe otorgar un rol de relevancia a los entornos relacionales más significativos para los adolescentes, de modo de favorecer condiciones de inserción social con características prosociales, que aborden las dificultades que viven estos adolescentes, así como también para que ellos resuelvan satisfactoriamente sus necesidades y las tareas propias de la etapa de desarrollo que viven. En Chile, el Servicio Nacional de Menores (SENAME) es el organismo público encargado de la oferta programática para la intervención con adolescentes que han cometido delitos contra la ley, implementando para ello diversas estrategias orientadas a impactar positivamente diferentes áreas de la vida de los adolescentes para favorecer su rehabilitación y reinserción social. El SENAME postula que la intervención con población adolescente infractora debe incorporar un abordaje de sus contextos de vida a partir de la re-vinculación positiva del adolescente con entornos relacionales prosociales, utilizando para ello una perspectiva de redes y de trabajo comunitario (SENAME, 2007; SENAME, 2013). Esta perspectiva pone de relevancia la necesidad de incorporar deliberadamente el contexto en los procesos de intervención con adolescentes infractores de ley, se detectan sin embargo importantes debilidades en este plano con una casi ausencia en la intervención sociocomunitaria. En la presentación se reportan los principales resultados obtenidos a partir de una investigación acción con componentes participativos, orientada a fortalecer el funcionamiento de redes institucionales y socio comunitarias para la intervención con adolescentes infractores de ley, que de modo importante utiliza los aportes de la psicología comunitaria. Esta iniciativa forma parte de un proyecto de investigación más amplio, de interés público financiado por el Estado de Chile, y que se denomina "Estrategia ecosistémica especializada de intervención diferenciada para favorecer la integración psicosocial de adolescentes infractores de ley". El proceso, se construyó sobre la base de una metodología sistemática que ha posibilitado identificar y constituir espacios de coordinación de creciente eficacia entre los programas y diversas instituciones que ejecutan acciones complementarias a la intervención con estos adolescentes además de aportar a la incorporación paulatina aunque parcial de la dimensión comunitaria en estos programas. Con los antecedentes producidos en este proceso,

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

se construyeron dos modelos de intervención complementarios para abordar la dimensión sociocomunitaria, uno fundamentalmente centrado en las redes (en los niveles inter institucional, local y redes focales) y otro de fortalecimiento comunitario orientado a potenciar distintas dimensiones de la convivencia comunitaria que propician la integración social positiva en barrios que presentan diversos factores de riesgo criminógenos. En la presentación se muestra el modelo integrado, así como las condiciones que han permitido avances en la incorporación de aspectos relevantes de éste por parte de las instituciones responsables del diseño e implementación de esta política pública, destacando los aportes disciplinarios.

El impacto de las Políticas Públicas en las poblaciones rurales.
Una mirada desde la Psicología Comunitaria para el diseño de estrategias.

Eliana Patricia D'Amore, Universidad del Salvador, Valeria Laura González
 Cowes, Universidad de Buenos Aires

Es frecuente que en Latinoamérica el diseño de políticas públicas que luego afectarán a comunidades rurales, ya sea a través de marcos regulatorios o de la generación de programas específicos, se realice en organismos centrales muchas veces desconectados de las condiciones de vida específicas de quienes serán sus destinatarios y que las estrategias sugeridas para su implementación supongan cierta simetría entre las lógicas que sostienen dicha política, las prioridades, intereses, creencias o valores de quienes están encargados de su ejecución y los mundos de sentidos de quienes son designados como sus beneficiarios. Si bien la Psicología Comunitaria posee herramientas conceptuales valiosas para reconocer la diversidad y para dar cuenta de las características específicas de los procesos psicosociales involucrados en la implementación de políticas públicas en comunidades rurales, su praxis promovería el desarrollo de potencialidades que en esa diversidad existen, sin embargo estos escenarios han sido poco explorados desde ella. Por lo tanto, esta mesa redonda busca compartir resultados de investigaciones realizadas en Brasil y en Argentina, las cuales exploran las características distintivas que asumen algunos procesos psicosociales que sostienen los mundos de sentido de los actores involucrados en la implementación de políticas públicas referidas a la violencia, al trabajo infantil y a la salud sexual y reproductiva en poblaciones rurales. Para ello, la mesa redonda contará con 3 presentaciones articuladas. La primera abordará el tema de la violencia instituida a través de políticas públicas en los espacios rurales y cómo las representaciones sociales involucradas pueden avalar dicha violencia o por el contrario ser fuente de modos alternativos de resistencia y lucha. La segunda pensará las representaciones sociales del trabajo infantil en la agricultura familiar desde la perspectiva de los propios agricultores, recortándose estas representaciones sobre el fondo de las leyes vigentes en Brasil que prohíben el trabajo infantil. La última presentación pondrá el foco en las dinámicas que conlleva la implementación en poblaciones rurales del Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable en Argentina, analizando la articulación existente entre las estrategias de comunicación del programa antedicho y las redes interpersonales que permiten la circulación, reproducción y transformación de las creencias sobre salud sexual y reproductiva que guían las prácticas de

adolescentes y jóvenes de zonas rurales.

Con ello se espera abrir un espacio de intercambio que lleve a reflexionar sobre las especificidades propias de las dinámicas que se desencadenan y de los procesos psicosociales involucrados en la ejecución de políticas públicas en poblaciones rurales desde la perspectiva de la Psicología Comunitaria. Promoviendo desde la misma el estudio de lo rural para realizar aportes estratégicos que conlleven la participación activa de las comunidades en la implementación de las políticas públicas y el fomento de procesos de transformación y cambio social que permitan la superación de las desigualdades sociales.

1 • Representações Sociais do Trabalho Infantil na Agricultura Familiar

Fátima Lucia Caldeira Brant de Oliveira, Prefeitura Municipal de Contagem,
Fátima Lúcia Caldeira Brant, Universidade Federal de Minas Gerais

A história do trabalho infantil acompanha a trajetória do nosso país (Brasil) desde os tempos de Colônia. Crianças descendentes de escravos negros e índios eram obrigadas a aumentar a mão-de-obra nas fazendas, na agricultura. Aprender a trabalhar significava aprender a servir e a obedecer ao senhor. Tal mentalidade pode estar na raiz da aceitação como natural do trabalho de criança e adolescente. No Brasil diversas Leis são aplicadas para proibir o trabalho infantil, destacando o Estatuto da Criança e Adolescente, na erradicação e prevenção do trabalho infantil. O Brasil integra a rede de países do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC). O PETI, programa do governo Federal que tem por objetivo retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos e 11 meses de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Na agricultura familiar esse fenômeno merece ter um olhar mais perspicaz, por ser invisível muitas vezes. Estudos foram feitos onde a presença de crianças nas atividades agrícolas foi observada. As diferenças de gênero, entre atividades nas áreas rurais e urbanas, de risco ou não, tempo integral ou parcial, no ramo agrícola, comercial, industrial, etc. devem ser analisadas separadamente, já que suas peculiaridades exigem políticas de combate diferenciadas (KASSOUF, 2004). A compreensão das Representações Sociais do Trabalho Infantil na Agricultura Familiar diante dos relatos dos agricultores sobre as representações sociais do trabalho infantil na agricultura familiar vivenciado no passado, quando eram crianças e a representação social desse fenômeno na vida atual. Os filhos (as) dos referidos agricultores também relataram suas representações sociais atuais, na lida das atividades da agricultura familiar. Diante das Representações Sociais estudadas nesse território para os agricultores (pais), o trabalho infantil tinha a denominação de "Ajuda", mas era permeado de sofrimento, muito trabalho e esforço. Observou-se um sentimento de solidariedade dos agricultores em relação aos seus pais. Esse processo de "ajuda" vivenciado pelos agricultores no passado, fez com que os mesmos re-normalizassem a forma de repassar aos seus filhos, as atividades da agricultura familiar. Mesmo com a permanência da perspectiva de "ajuda" ainda nos dias atuais, as atividades desenvolvidas pelos seus filhos (as), hoje, não são obrigatórias, mas constituem um processo de socialização e valores para a vida de Trabalho. Em relação aos riscos no trabalho infantil, o estudo das representações sociais apresentou de forma perspicaz, que o trabalho dos agricultores familiares no

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

passado, estava aliado a fatores de exposição a agentes que podem causar danos a saúde, como cortes, picada de insetos e a exposição ao sol. Assim como no discurso das crianças foi mencionado também, fator de risco, quando uma suposta dor foi relatada.

2 • Violência Instituída nos espaços rurais: o que as representações sociais nos permitem alcançar em favor das políticas públicas brasileiras?

Luiz Paulo Ribeiro, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), María Isabel Antunes-Rocha, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A violência nos espaços rurais tem sido ao longo história brasileira algo legitimado pelas ações políticas a fim de garantir a propriedade da terra articulada a um modelo produtivo centrado na monocultura para a exportação. Essas políticas o que procuram e avalizar a posse e a propriedade da terra e, por acaso, enfatizar o bem comum ou ainda o potencial agroexportador que necessita de mais espaço para a sua produtividade. Populações indígenas, quilombolas, remanescentes, ribeirinhos, camponeses, assentados, comunidades rurais, populações atingidas por barragens, posseiros estão historicamente marcados por um território delimitado pela violência física e simbólica. Assassínatos e despejos articulam-se com a expropriação de direitos básicos como a educação, saúde, lazer, apoio para a produção, dentre outros. O alcance das políticas públicas ainda permanece pequeno diante do que é intencionado para os centros urbanos, deixando grande parte da população do campo sem a devida atenção, ou por vezes, com atenção mínima que não garante o bem estar comum e os direitos constitucionais institucionalizados a mais de 25 anos. Nesse contexto ressaltamos o compromisso da psicologia enquanto ciência e profissão, em que muitas das vezes a atenção à estas populações tem sido deixada de lado, o que nos toca – enquanto psicólogos – para a necessidade de intervenções e na participação ativa na superação das desigualdades. E assim como pensamos que a psicologia comunitária pode aportar o conhecimento e as estratégias necessárias para provocar câmbios reais em pós das comunidades rurais. Assim, ao buscar o diálogo das situações vigentes com a teoria das representações sociais busca-se uma compreensão das formas de pensar, sentir e agir desses sujeitos numa perspectiva que possa apontar caminhos alternativos a vivência como vítimas. Considera-se que ao longo da história essas populações vem encontrando formas de enfrentamento que lhes possibilitam a construção de subjetividades que denominamos de lutadoras, isto é, movidas pela indignação e pela esperança. Ademais buscase-se um posicionamento e respostas anti-hegemônicas em que o olhar vitimizador seja apartado do direcionamento das políticas públicas, ressaltando por outro lado a produção cotidiana de saberes, de promoção da saúde, de práticas educativas e da criação de alternativas para a vida na interlocução do uso da terra.

3 • La importancia de las redes personales en el impacto de las estrategias comunicativas del “Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable” implementadas en zonas rurales del norte argentino.

Valeria Laura González Cowes, Universidad de Buenos Aires

Cuando una política pública se implementa en un territorio sufre un proceso de readecuación o ‘traducción’ relacionado con las constricciones materiales y con los intereses, prioridades, creencias y valores de los diferentes tipos de actores implicados en su implementación; por lo que resulta importante prestar atención no sólo al programa y a su impacto sino también analizar el modo en que éste se convierte en acciones concretas en los distintos territorios. Ahora bien, estos intereses, prioridades, creencias y valores que guían las prácticas de las personas no son hechos individuales sino que son construcciones sociales generadas al interior de distintos grupos sociales, también denominados comunidades epistémicas, que comparten espacios de comunicación, como argumenta la teoría de las representaciones sociales. Por tanto, hay que tener presente que el último nivel de la implementación de las políticas públicas, va a estar mediado y modulado por los contenidos y dinámicas de las redes de comunicación por medio de las cuales las personas reproducen sus conocimientos del sentido común. Desde este marco, se llevó adelante un proyecto de investigación con el objeto de estudiar las reconfiguraciones que sufre el Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable en su implementación territorial en localidades rurales del norte argentino poniendo especial atención en cómo se articulan sus estrategias comunicativas con las redes interpersonales que permiten la circulación, reproducción y transformación de las creencias sobre salud sexual y reproductiva que guían las prácticas de adolescentes y jóvenes de dichas localidades. Para ello se implementó, a partir de una metodología cuali-cuantitativa, un estudio comparativo de 4 casos ubicados en localidades rurales del norte argentino, que incluyó la toma de 48 entrevistas semi-estructuradas a profesionales, agentes de salud y jóvenes rurales, oportunidad en la que se implementaron estrategias de recolección de datos para el mapeo de las redes personales de adolescentes y jóvenes residentes en las zonas rurales seleccionadas. Para su evaluación se usaron estrategias de análisis cualitativas, siguiendo los principios de la Teoría Fundamentada con el apoyo del software Atlas.ti y estrategias de análisis de redes personales con el apoyo del software E-Net. El resultado del análisis de las redes personales de los adolescentes y jóvenes rurales en términos de su composición y estructura señalan las limitaciones y oportunidades de impacto que tienen las estrategias comunicativas del PNSSyPR empleadas en cada zona estudiada. Esto permite generar propuestas que resulten acordes con la estructura y características de estas redes personales de circulación de información, creencias y valores vinculados a la salud sexual. Todo en orden a fortalecer el impacto de las políticas públicas en el ámbito de la prevención y promoción de la salud en el área de la salud sexual y reproductiva en zonas rurales.

Los nuevos sujetos de las Políticas Públicas. Desafíos para la Psicología Comunitaria, a partir de la experiencia chilena

Karol Morales Muñoz, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

Desde la década de los 80, organismos internacionales, tales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, promueven la adopción de prácticas de gestión propias del ámbito empresarial privado a las políticas públicas. Este fenómeno ha sido denominado como Nuevo Management Público (NMP) (Hood 1991). Estas políticas, se caracterizan por adoptar enfoques de manejo social del riesgo y ser ejecutadas por organismos no gubernamentales u otro tipo de organizaciones privadas que concursan su participación y financiamiento ante el Estado. Chile ha sido considerado como uno de los países que más tempranamente inició el desarrollo de este tipo de políticas; marcándose su inicio desde fines de la década de los setentas, manifestando el compromiso de la dictadura militar con las propuestas neoliberales de Milton Friedman y sus discípulos (Connell, Fawcett y Meagher 2009; Marchesi 2004). Hoy, luego de más de treinta años de su aplicación y perfeccionamiento es considerado como un caso ejemplar (Banco Mundial 2012; Bastagli 2009). Esta mesa de trabajo tiene como objetivo discutir sobre la transformación del Estado en el marco de la implementación y profundización del modelo neoliberal en las sociedades contemporáneas de nuestra América Latina. En esta línea nos interesa presentar cómo influyen estos cambios en las Políticas Sociales y repercuten en el desarrollo de la psicología comunitaria. La metodología utilizada se guía por la propuesta de Kurunmäki, Lapsley y Miller (2011), para el análisis del impacto local de los nuevos diseños en política pública inspirados por el Nuevo Management Público. Incorpora análisis de discurso de textos oficiales que justifican las políticas tales como discursos de autoridades, y de tipo procedimental, como manuales de programas y/o protocolos de acción. Etnografías de dispositivos, desde los cuales se busca acceder a la interacción cotidiana en la cual son construidas las identidades laborales y Entrevistas semiestructuradas que profundizan en narrativas identitarias de los sujetos que se abordan desde una perspectiva discursiva. Los resultados dan cuenta de una conceptualización de profesionales y de usuarios del área de las políticas públicas, la cual es puesta en marcha por el Estado. Así, las condiciones en las cuales los trabajadores y trabajadoras del área social que ejecutan la política social podrían ser caracterizados como propias del fenómeno de precariedad laboral. Por otro lado, la construcción del usuario se analiza desde repertorios interpretativos ligados al emprendimiento, la autonomía, la voluntad, la libertad, y el riesgo. Estos aparecen con la función discursiva de buscar la adhesión de los distintos destinatarios, a una determinada concepción de sociedad y una determinada forma de entender la pobreza. Lo público, entonces corresponde a los sectores más pobres y vulnerables de nuestra sociedad. La discusión respecto de los desafíos que esto implica para el quehacer de la psicología comunitaria en Latinoamérica, así como el rol de los psicólogos comunitarios que se desempeñan en el área de la salud, educación y políticas sociales de acuerdo al nivel de avance de este proceso de neoliberalización de lo público, es un tema relevante de debatir en esta conferencia internacional.

1 • Héroes civiles: La construcción del profesional de las políticas sociales.

Guillermo Rivera Aguilera, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso,
Vicente Sisto, Rodrigo Soto, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso.

El proceso de externalización de los servicios públicos como modalidad de ejecución de programas, y como vía de vinculación del Estado ha sido justificado según sus promotores desde la perspectiva que incentivaría la competencia entre los privados y el sector no lucrativo con la idea de obtener el mejor resultado en términos de costo-beneficio para el gobierno (Corvalán 1997; de la Maza 2004). Autores como de la Maza (2004) han señalado que, la relación que se estaría configurado entre el Estado y los organismos ejecutores tendería a ser de tipo instrumental, ya que estas tienen una participación restringida en la evaluación y diseño de las políticas y programas, quedando sujetas a la competencia entre sí. En este contexto emerge de un nuevo tipo de trabajador público a cargo de una parte importante del trabajo del Estado, como es la ejecución de las políticas sociales. Estos trabajadores, normalmente profesionales del área social, se caracterizan por poseer vínculos laborales de alta flexibilidad. Esto se vincula al hecho de que las organizaciones en las que trabajan no tienen estabilidad en su relación con el Estado, por lo que su flujo financiero depende de que se abran, o no, licitaciones para ejecutar programas sociales, y se las logren adjudicar. Por ello, predominan contratos a plazo fijo y por prestación de servicios, por lo cual estos profesionales suelen transitar entre distintos programas y políticas sociales, así como entre diversos organismos ejecutores (Grüninger 2004; Zuñiga, Toro y Bork 2005). La investigación que aquí se presenta se orientó a analizar cómo el discurso oficial que justifica y promueve las políticas sociales en Chile interpela las identidades laborales de los trabajadores de las políticas sociales. Para ello se optó por un modelo investigativo propio de la perspectiva discursiva desarrollada por el grupo de Loughborough (Íñiguez 2006; Potter y Wetherell 1988; Potter 1998). Esta comprende a los textos como formas de acción, permitiendo comprender desde una mirada pragmática cómo los textos, a través de sus efectos, actúan en el terreno local. Del análisis emergieron diversos repertorios interpretativos del profesional de las políticas sociales: el héroe civil, el profesional cercano y profesional como recurso eficiente. Todas estas corresponden a la interpelación que se realiza a los trabajadores de las políticas sociales. El caso chileno nos parece especialmente relevante a la hora de comprender cómo las políticas sociales inspiradas por el NMP y los modelos de gestión de riesgo, tienen efectos, interpellando y moldeando las posiciones de los sujetos beneficiarios y trabajadores de las políticas sociales, bajo el entendido de que son éstos, los que en su relación ejecutan a nivel local los diseños de la política pública.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

2 • ¿El Estado para los Pobres? La construcción discursiva del destinatario de las políticas públicas.

Karol Morales Muñoz, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Carla Fardella, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

La incorporación del Nuevo Management Público (NMP), como orientación a reducir el Estado a través de la descentralización y la participación creciente de privados en la provisión de servicios públicos, de tal manera de inyectar competencia a la vez que generar nuevos estímulos para la iniciativa privada (Osborne y Gaebler, 1993), es una demanda que los organismos internacionales de financiamiento vienen realizando a los Estados hace alrededor de dos décadas (Banco Mundial 2000^a, 2000b y 2008).

Dicha incorporación implica la aplicación de la lógica gerencial en el ámbito de lo público, proceso que en Chile se inicia tempranamente en la década de los 80' en el marco de las profundas reformas que realizó la dictadura militar, y ha corrido en paralelo con la reducción y focalización del gasto social hacia los sectores más pobres de la población, propio de la constitución de los Estados Subsidiarios (Dávila, 2000).

En este marco surge un nuevo sujeto destinatario de la política pública, el sujeto vulnerable, denominado como el usuario de los servicios provistos desde el Estado, a través de los programas que implementan su política. En esta presentación abordamos cómo se construye el usuario de la política pública en los discursos oficiales que justifican la implementación de las políticas inspiradas en el NMP, a través del análisis del caso de las Políticas Sociales en Chile. Para ello, utilizamos la perspectiva discursiva propuesta por el grupo de Loughborough (Íñiguez 2006; Potter y Wetherell 1988; Potter 1998) para realizar análisis discursivo de documentos desde una perspectiva retórica y pragmática. Se seleccionaron documentos oficiales de carácter declarativo, que justifican las políticas sociales inspiradas por el NMP, y procedimentales, que prescriben modos de actuación a partir de los diseños propuestos. El análisis muestra que en los discursos oficiales, el usuario es construido mediante la utilización de repertorios interpretativos ligados al emprendimiento, la autonomía, la voluntad, la libertad y el riesgo. Estos repertorios cumplen la función discursiva de generar adhesión de los destinatarios con una determinada versión de sociedad y de pobreza. En dicha versión se estabilizan: a) el riesgo y la hostilidad como condición intrínseca del medio, b) los estereotipos sociales y de género que sostienen la existencia de sujetos naturalmente débiles, y c) la comprensión de los problemas sociales como responsabilidad de los individuos.

Esta noción de usuario de las políticas sociales abre la discusión sobre el destinatario de la política pública en general y la transformación progresiva del Estado y de lo público en aquello propio de los sectores más pobres, como una orientación que parece propia de la neoliberalización de nuestras sociedades. Asimismo, nos invita a reflexionar en torno a las implicancias de ello para el quehacer del psicólogo comunitario, en tanto gran parte de ellos (nosotros) se encuentran ejecutando los planes y programas derivados de dichas políticas, cuyas definiciones a la base, como vemos, desafían los horizontes que inspiran el desarrollo de la Psicología Comunitaria.

3 • Precarización laboral en la implementación de políticas sociales en Chile: Una exploración.

Javiera Pavez Mena, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

Desde la década de los 80, organismos internacionales, tales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, promueven la adopción de prácticas de gestión propias del ámbito empresarial privado a las políticas públicas. Este fenómeno ha sido denominado como Nuevo Management Público (NMP) (Hood 1991). El NMP ha sido llevado a la implementación de las políticas sociales del Estado, desarrollándose ésta mediante la tercerización o subcontratación de organismos del tercer sector. Esto transforma el contexto chileno, dado que las organizaciones del tercer sector que se erigieron como contraparte del Estado dictatorial chileno en la década de los 80, hoy aparecen como colaboradores del Estado una vez recuperada la democracia (Razeto, 2012). En el país la influencia de las políticas sociales sobre el desarrollo contemporáneo de la Psicología Comunitaria es innegable. Su ejercicio profesional y despliegue se vincula con la implementación de las políticas sociales, conformando actualmente un campo de tensiones, contradicciones y posibilidades en lo disciplinar (Alfaro y Zambrano, 2009). Estas tensiones se conjugan con una situación de gran precariedad laboral para los trabajadores del área -que ejecutan esta política- entendida como un deterioro de las condiciones laborales sólo es entendible en su complejidad como síntoma de los cambios en la dinámica interior del patrón de acumulación capitalista y como parte de una respuesta del capital a su propia crisis (Antúnez, 2005; Harvey, 2007). Actualmente, la política social es definida como aquella que establece las orientaciones generales, identificando problemas sociales que deben enfrentarse por la sociedad en un momento determinado y que se realiza fijando prioridades de implementación, asignando recursos para líneas de acción que se desarrollan mediante programas y proyectos (Cohen y Franco, 2005). En este contexto, el trabajador del área social debe instalar o asegurar, por medio de la ejecución de proyectos y programas, un efecto redistributivo o de rescate en aquellas familias más vulnerables del país (Dávila, 1998) en condiciones paradójicas de desprotección. De este modo, la presente investigación abordó exploratoriamente la vivencia de la precariedad y las tensiones en la ejecución de la política social, a través de una metodología cualitativa. Se realizaron diez entrevistas a trabajadores y trabajadoras de la política social, realizando un análisis de contenido cuyas principales conclusiones hacen referencia a: la precarización laboral en el área social no sólo precariza al trabajador ejecutor, sino precariza las políticas en su implementación misma y su resultado (calidad); la emergencia del fenómeno de voluntariado, en el cual el trabajador aparece sacrificando su bienestar personal dado su rol de intervención en las situaciones de vulnerabilidad del usuario; el surgimiento de la inestabilidad como principal mecanismo en la precarización de la vida del trabajador y; finalmente, las tensiones en lo disciplinar propias de las contradicciones que implica ejecutar con marco de Psicología Comunitaria una política social que desciende desde los Ministerios (top-down).

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Políticas públicas, inclusión y participación de sujetos indígenas y comunidades rurales: aportes para el debate sobre una psicología comunitaria rural en Latinoamérica

Cristian Zamora, Universidad Nacional Andres Bello

Durante las últimas décadas la ruralidad deja de ser concebida como una categoría homogénea y residual respecto de lo urbano. En plena globalización neoliberal en latinoamérica emergen demandas por el reconocimiento y participación sustantiva desde comunidades rurales y sujetos sociales indígenas que interpelan en la dirección de una psicología comunitaria contemporánea que aborde la multiculturalidad y el desarrollo rural en la relación con las políticas públicas desde su dimensión eticopolítica y metodológica. Objetivo: problematizar las relaciones entre las políticas públicas y las comunidades rurales e indígenas en Latinoamérica desde la perspectiva de la psicología comunitaria a partir de experiencias de diseño y prácticas de intervención en argentina, chile y ecuador. Las presentaciones se sitúan desde una perspectiva cualitativa de investigación social combinando revisión de información secundaria y producción de información primaria mediante entrevistas individuales y grupales. Para el análisis se emplearon procedimientos de análisis textual como el análisis del discurso y el análisis de contenido. En las experiencias analizadas si bien se observan avances en cuanto al reconocimiento formal de los sujetos indígenas, junto con la promoción de la asociatividad y participación de sujetos rurales en políticas y programas de desarrollo rural, aún existen brechas que dicen relación la profundización o puesta en práctica del reconocimiento de los pueblos indígenas y la actorización en términos de sujetos políticos de las comunidades rurales. Se observa un enfoque estrecho desde las políticas públicas y en definitiva del estado para abordar a las ruralidades y nuevos sujetos rurales mediante la promoción de procesos asociativos y participativos que además impliquen el reconocimiento de identidades históricamente homogeneizadas por el mismo modelo del estado-nación; lo que implica además asumir un giro socio-político hacia la demanda por el reconocimientos de sujetos indígenas y la participación comunitaria en políticas públicas. Desde un enfoque comparado, el presente trabajo contribuirá a discutir el rol y los desafíos actuales de la psicología comunitaria en la interfaz de la política con lo público y lo privado en latinoamérica; específicamente en el ámbito de rural y lo indígena en nuestro continente, que han sido históricamente definidos y tratados, tanto por el estado como por las ciencias sociales, desde lo que no son: lo urbano por una parte y lo occidental-moderno por otra. en ese sentido las pistas apuntan a que el desafío para la psicología comunitaria es complejo: epistemológicamente ¿cómo acercarse a entender el fenómeno comunitario en lo rural y lo indígena desde su propia especificidad y diversidad cultural?; desde la praxis ¿cómo abordar el trabajo con comunidades rurales e indígenas mucho más diversas y permeables, en el marco de políticas públicas rígidas y estrechas en su enfoque?; desde lo político: ¿cómo abordar la participación y la inclusión de estas comunidades en sus contextos socio-políticos más amplios? estos y otros temas serán abordados en esta presentación.

1 • Políticas públicas de reconocimiento indígena por parte del estado. Los casos de pueblos indígenas de Chile y Ecuador

Germán Rozas Ossandon, Universidad de Chile, Iván Villafuerte, Universidad SEK, Ecuador

Se han desarrollado acciones de reconocimiento indígenas en distintos países de América Latina, a través de leyes y cambios en la constitución, no obstante este proceso ha sido incompleto e insatisfactorio, en el caso de Chile sólo se aprobó la ley 23.254 el año 2003, que únicamente se ha dirigido a la entrega de tierras, sin abordar con fuerza el tema cultural, de manera que los indígenas se encuentran muy lejos de participar en las decisiones relevantes sobre sus pueblos. En Ecuador, por otro lado ha habido cambios constitucionales significativos, que han permitido una mayor participación de nacionalidades y pueblos indígenas en el desarrollo del país, igualmente con múltiples tensiones ligadas a visiones discriminatorias y surgidas de cálculos políticos. Objetivos: Revisar las políticas de reconocimiento indígenas en Chile y Ecuador en relación a su consideración como sujeto social en el caso de Chile y en cuanto a la justicia indígena en el caso del Ecuador. Se han desarrollado un estudio documental sobre informes oficiales, leyes y de organizaciones sociales indígenas sobre el tema, información que ha sido sometida a un análisis de discurso de modo de situar los datos bajo el contexto social y político del momento. Además se han realizado entrevistas y grupos focales. En Chile no hay reconocimiento de los indígenas como pueblos y por otro lado hay un avance a su comprensión desde la perspectiva multicultural, siguiendo una mirada cercana a los países anglosajones. Lo que genera una fuerte insatisfacción dado las limitaciones del enfoque y más bien se propone la perspectiva intercultural. En el caso de Ecuador la constitución de 2008 define al estado como intercultural y plurinacional, reconoce la justicia indígena respetando su tradición y derecho propio, pero en la realidad el gobierno actual ha buscado "folklorizar" su función. Se evidencia en el caso de Chile que se hace necesario profundizar el reconocimiento de modo que incluya una modificación en la constitución del estado, así mismo los datos muestran la importancia que se instale una política cultural que incorpore la interculturalidad como un proceso de articulación cultural. Igualmente en el caso de Ecuador, se observa la necesidad de conocer y respetar los procesos jurisdiccionales propios sin intervenir desde una lógica tradicional y punitiva de justicia, propia de la justicia ordinaria.

2 • Tensiones comunitarias alrededor de la constitución de un sujeto político para la agricultura familiar desde las experiencias norpatagónicas argentinas.

Santiago Conti, Universidad de Chile, Rodrigo Rojas, Universidad de Aconcagua

La política pública sobre desarrollo rural ha propiciado la emergencia de experiencias asociativas productivas comunitarias que han adquirido un protagonismo gradual en tanto formas alternativas de intercambio económico que cuestionan las lógicas hegemónicas del mercado desde la agricultura familiar. Esta emergencia evidencia distintos procesos organizativos y cabe destacar, entre otros, los procesos en los cuales se intenta expresar y construir un sujeto colectivo que interactúe con

el estado y otros actores sociales de manera de influir activamente en la política rural. No obstante, estas iniciativas no han sido suficientemente relevadas, desconociéndose las dimensiones comunitarias que inciden en la actorización política de organizaciones productivas rurales. **Objetivos:** Identificar aspectos comunitarios que permiten y dificultan la construcción de un sujeto colectivo capaz de participar activamente en la discusión de las políticas rurales. Se analizaron 20 entrevistas en profundidad realizadas a productores/as rurales y técnicos/as de desarrollo de agencias públicas de la patagonia norte argentina. Los datos fueron analizados a través del programa atlas.ti v.5.0 siguiendo la metodología del análisis de contenido. Se encontró que la construcción de actor político en el contexto de los productores rurales se encuentra atravesada por diversidades que tensionan las posibilidades de proyecto común, en tanto se ponen en debate las concepciones de lo rural y las prácticas socio-económicas asociadas a las trayectorias comunitarias. Asimismo se evidenció que la emergencia del reconocimiento político es un proceso conflictivo en cuanto obliga a la explicitación de la dicotomía rural/urbano que fuera naturalizada a partir de la hegemonía del paradigma de la modernización que construyó lo urbano y lo rural como categorías antinómicas vaciando de contenido político al sujeto rural (lo urbano como sinónimo de 'modernidad' y 'desarrollo' y lo rural como categoría residual) Dicha dicotomía opera como mecanismo de restricción de la ciudadanía, en cuanto establece una diferenciación del estatus de participación política producto de la penetración diferencial del estado. Se discute la pertinencia de un enfoque comunitario para la intervención social que apoye la conformación de organizaciones de productores/as rurales, así como facilitar estrategias analíticas que permitan interpelar los fundamentos que sostienen la diferenciación social producida por el estado y sus distintos mecanismos de regulación.

3 • Aportes de la Psicología comunitaria al desarrollo social en territorios rurales a partir de la sistematización de experiencias de rehabilitación de base comunitaria (RBC).

Cristian Zamora, Universidad Andrés Bello, Chile; Yonatan Encina, Universidad de Chile

La estrategia nacional de rehabilitación de base comunitaria (rbc) se implementa en Chile como parte de la política pública de salud. Los centros comunitarios de rehabilitación (ccr) son los dispositivos pertenecientes al sistema de atención primaria en salud (aps) que se encargan directamente de la ejecución de la estrategia en el nivel local. Este documento expone los resultados de la sistematización de la experiencia del centro comunitario de rehabilitación (ccr) de Monte Patria, localidad rural situada en la cuarta región de Coquimbo, Chile. **Objetivos:** Identificar procesos psicosociales, modelos de intervención y gestión de la estrategia de rehabilitación basada en la comunidad en espacios sociales rurales desde la perspectiva de la Psicología comunitaria a partir de la sistematización de la experiencia del centro comunitario de rehabilitación de Monte Patria. **Metodología:** Sistematización de experiencias. Se empleó técnica de entrevista grupal a equipo de salud, usuarios, monitores de salud y funcionarios del departamento de salud de Monte Patria. Para el análisis de la información producida se empleó

la técnica del análisis de contenido. Los principales resultados dan cuenta de dos modelos de trabajo empleados de manera complementaria en la gestión y abordaje comunitario de la rehabilitación: enfoque territorial y perspectiva de redes sociales. la mixtura entre ambos enfoques se encuentra dada por la activación en el plano 'urbano' de monte patria, de una mesa comunitaria de rehabilitación destinada a la integración en lo local de las políticas públicas nacionales en función de las personas en situación de discapacidad y, además por la capacitación de monitores en rehabilitación que se distribuyen territorial-reticularmente abarcando poblados con alta dispersión y aislamiento geográfico en los cuales se encuentra la mayor parte de los usuarios del centro. la creación de salas de rehabilitación en cinco sectores aislados geográficamente junto con la participación comunitaria promovida a través de los monitores, que además habitan en aquellos sectores, permite que ocupen la posición de actores sociales-nodo que conectan las necesidades de cada sector con la acción del equipo contribuyendo con ello incrementar la pertinencia de las intervenciones desde la racionalidad técnico-profesional. Las modalidades de gestión local de la rehabilitación, tanto las mesas comunitarias como la distribución reticular de la participación comunitaria pueden llegar a contribuir a que la discapacidad vaya paulatinamente constituyendo en un tema de discusión pública-vale decir politizándose- en la conversación social local en monte patria, dejando de ser concebida por los actores comunitarios como un asunto estrictamente individual sino como una situación de desigualación en el acceso a derechos sociales y donde la participación es clave en la superación la mirada biomédica convencional que excluye acciones sociales de signo comunitario como las mencionadas en el abordaje de las situaciones o problemas de salud.

4.1

Eixo Políticas Públicas/ Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

“Eu só queria mesmo era poder mudar de vida”: Exclusão Social e Afetividade em adolescentes em situação de rua na Psicologia Comunitária.

Deyseane Maria Araújo Lima, Universidade Federal do Ceará, Maria da Conceição Gomes da Silva, Servidor Público

Esta pesquisa retratou as histórias de vida dos adolescentes que se encontravam em situação de rua. Estes frequentavam o Núcleo Albergue João XXIII, um abrigo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS). A situação de rua é carregada de preconceitos e estigmas que reforçam a exclusão social e a violação de direitos humanos. Assim, este trabalho teve como objetivo analisar a vinculação afetiva dos adolescentes atendidos em relação ao Núcleo Albergue João XXIII, com o enfoque na situação de rua e no processo de exclusão social sob a ótica da Psicologia Social Crítica e da Psicologia Comunitária Cearense. Neste sentido, dialogamos com diversos estudiosos como: Lane (2004, 2006), Martín Baró (2009), Sawaia (2000, 2011), Góis (2005, 2008, 2012). Neste estudo, enfatizamos a categoria afetividade como construção teórica e prática marcante para a Psicologia Social e Comunitária na medida em que nos permitiu desenvolver uma reflexão sobre a exclusão e a situação de rua reconhecendo-a como fenômeno socialmente construído, portanto, passível de modificação. Estudar as desigualdades sociais utilizando a afetividade significa suscitar questionamentos que permitem desnaturalizar a pobreza e desfazer a ideia de culpabilização dos adolescentes de sua situação social. Na metodologia, utilizamos a abordagem qualitativa em um estudo do tipo etnográfico. Para a coleta de dados, recorremos à observação participante, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada com os adolescentes do Albergue. Na narrativa dos adolescentes, percebemos que os vínculos afetivos com suas famílias estavam fragilizados, mas ainda existiam e que havia sofrimento por este afastamento, a falta de perspectiva de futuro junto de suas famílias e de sua comunidade. Em relação à vinculação afetiva com o Albergue, percebemos quanto são necessárias políticas públicas que escute as vozes desses adolescentes oferecendo-lhes alternativa de superação de sua situação. O título da pesquisa remete-se a fala de um dos adolescentes, em que se observa o sofrimento do “queria poder”, como um pedido de algo que vai além da própria compreensão do sujeito que a exprimiu: Ele desejou o resgate das relações e condições favoráveis para o desenvolvimento de sua potência de vida e que lhe fossem apresentadas possibilidades de apoio social que amenizasse a situação de exclusão social por meio da afetividade. Conclui-se então que a afetividade na Psicologia Social Crítica e na Psicologia Comunitária Cearense constitui-se uma categoria analítica de fundamental importância para a compreensão da situação de exclusão como condições objetivas que afastam os indivíduos da positividade de sua potência, impossibilitando-os de construir um projeto de vida e anulando as perspectivas de futuro. Ressaltamos a importância do trabalho para a prática da Psicologia Comunitária Cearense, fornecendo elementos para o planejamento e desenvolvimento de intervenções que possibilitem o resgate dos vínculos dos adolescentes com suas famílias e comunidades.

A atuação interdisciplinar no Programa de Execução das Alternativas Penais: Psicologia e Direitos Humanos.

Debora Rickli Fiuza, Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

As penas alternativas são medidas que, contrapondo-se a pena restritiva de direito e a pena restritiva de liberdade, constituem-se como uma das formas de acompanhamento e controle do superlotamento do sistema penitenciário, evitando o aprisionamento de condenados por pequenos delitos e/ou crimes menos graves. Diante disso, procura-se tecer algumas considerações acerca do projeto de extensão Programa de Execução das Alternativas Penais (PATRONATO) desenvolvido no município de Pitanga-PR. O Patronato Municipal teve início no município de Pitanga no mês de Agosto de 2013 e consiste num segmento que articula ações entre os Poderes Públicos Estadual e Municipal, Poder Judiciário e Ministério Público, vinculado ao Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras (USF) da Universidade Estadual do Centro- UNICENTRO. Dessa forma, busca articular ações em prol da inclusão social dos assistidos, fiscalização e acompanhamento das penas em sistema aberto, acompanhamento interdisciplinar, fortalecimento familiar e comunitário, promoção e garantia da cidadania, dos direitos humanos e sociais. O presente projeto é desenvolvido por uma equipe interdisciplinar composta por Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Pedagogo, além de estagiários na área de Administração, Psicologia, Direito e Serviço Social, ambos supervisionados por professores vinculados ao sistema de ensino. Como metodologia de trabalho os participantes do projeto realizam triagens, entrevistas e encaminhamentos dos assistidos que são dirigidos pelas Varas Penais, Varas Criminais da Justiça Comum, Ministério Público e Juizados Especiais. Além disso, cada campo específico de conhecimento disponibiliza ao apenado e sua rede familiar o acompanhamento individualizado e particularizado, compreendendo o ser humano em sua singularidade e totalidade. De maneira interdisciplinar, o projeto pretende desenvolver atividades em grupo, contemplando temas relevantes ao processo de acompanhamento e fiscalização das penas a serem cumpridas. Dentre as temáticas contempladas nos grupos estão a drogadição, violência doméstica, violência no trânsito, educação ambiental e outros que forem identificados como demanda local. O setor de Psicologia tem efetivado ações de atendimento/acompanhamento dos assistidos, buscando oferecer um olhar diferenciado diante da realidade criminal. No período de Agosto a Dezembro de 2013 foram realizados aproximadamente 150 atendimentos pela Psicologia, que posteriormente serão incluídos nos grupos temáticos referente a cada especificidade e singularidade da pessoa e do processo de cumprimento penal. Além disso, o projeto possibilita aos alunos aprofundar e fomentar a inter-relação entre a Psicologia e os Direitos Humanos. Apesar de o projeto encontrar-se em estágio inicial já é possível identificar a relevância social e as contribuições junto ao sistema jurídico e a comunidade como um todo, visto que as ações não se restringem à fiscalização da pena, mas, sobretudo, aos processos de resignificação, humanização e ressocialização do assistido. Acredita-se que o projeto possibilita um novo olhar diante da questão penal, possibilitando a participação efetiva do condenado com a sociedade, o desenvolvimento sócio-educativo e reflexivo de suas ações.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

A casa-abrigo para mulheres como espaço de enfrentamento de situação de violência de parceiros íntimos

Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, Universidade Federal de Santa Catarina,
Scheila Krenkel, Universidade Federal de Santa Catarina

O problema da violência contra a mulher atinge o direito à integridade física, à saúde e à vida. Diante do impacto e das repercussões causadas pela violência, quando a mulher encontra-se em risco eminente de morte por conta das ameaças e tentativas de homicídio realizadas pelo autor da violência, uma das medidas/estratégias de prevenção e segurança é o encaminhamento para casas-abrigo. As casas-abrigo são locais sigilosos, que garantem a assistência e proteção da das mulheres e de seus filhos menores de idade. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa foi evidenciar a experiência em casa-abrigo e sua repercussão no processo de enfrentamento da violência. Este estudo caracteriza-se por ser descritivo e exploratório, de natureza qualitativa. Participaram da pesquisa 12 mulheres em situação de violência acolhidas em uma casa-abrigo da Região Sul do Brasil. Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada e o Mapa de Redes. A análise dos dados foi realizada com base na Teoria Fundamentada Empiricamente, com o auxílio do software Atlas.ti, o qual contribuiu para melhor sistematização e organização dos dados. Os resultados mostraram que o medo de morrer e/ou de perder a guarda dos filhos foi o principal motivador para a busca por ajuda e encaminhamento para a casa-abrigo. Dentre os aspectos facilitadores da permanência na casa-abrigo, verificou-se o local como um espaço de proteção, segurança, acolhimento e emponderamento das mulheres. Com relação aos aspectos dificultadores, foram apontadas a sensação de aprisionamento e a dificuldade para se adaptarem às regras do local. Houve, ainda, o reconhecimento pela ajuda prestada pelas demais mulheres que estavam abrigadas e pelos/as profissionais da casa-abrigo. Com relação aos vínculos entre as participantes e os/as profissionais da casa-abrigo, estes/as foram apontados como pessoas significativas por todas as mulheres, exercendo um conjunto de funções que as ajudaram no enfrentamento da situação de violência. A partir das narrativas das participantes foi possível verificar que a casa-abrigo solucionou pontualmente o problema da violência, mas que, em uma perspectiva de atendimento integral, verifica-se sua limitação por falta de suporte intersetorial para que os profissionais possam desempenhar suas funções com maior efetividade. Diante disso, verificou-se a necessidade de um atendimento articulado que favoreça uma visão integradora e entende-se que para as políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher serem efetivas, deve-se considerar o sistema de acolhimento, as redes de relações, sendo este um desafio tanto para a casa-abrigo quanto para a gestão. Dessa maneira, torna-se necessário atentar para que a casa-abrigo não se transforme em um sistema de acolhimento por si, uma vez que, ao perder a conexão com os outros sistemas – as redes pessoais e de suporte – acaba contribuindo para a manutenção do problema, tendo em vista que todo o processo de acolhimento e enfrentamento deixa de ser problematizado junto à mulher e sua rede.

A Cerca da Seca – Os Campos de Concentração do Ceará

Carla Lima Simões, DeVry Brasil FANOR, Etelanio Agno Leite de Lima, FANOR,
José Maria Nogueira Neto, DeVry Brasil FANOR

O estudo apresenta um enlace teórico entre conceitos de Psicologia Social Comunitária e os campos de concentração do Ceará. Aqui se pretende estabelecer uma análise de um fato histórico, ocorrido no Ceará, no ano de 1932, quando durante uma grande seca, milhares de pessoas foram aprisionadas, em sete Campos de Concentração, na tentativa de impedir que os retirantes da seca chegassem à Fortaleza. A eles também chegava a promessa de um lugar onde pudessem ter acesso à comida e moradia, no entanto, essa não foi à realidade vivenciada. Olhou-se para o fato pelo prisma de uma análise crítica feita pelo viés da Psicologia em contextos rurais junto ao conceito de Sofrimento Ético-Político. O que se apresenta é um diálogo conceitual. Segundo a metodologia a ser apresentada, trata-se de uma pesquisa descritiva; um estudo de caso, que teve como fonte de dados referências bibliográficas, documentos e entrevistas com moradores e estudiosos. O referencial proposto para essa análise é favorecido pelas ideias sobre a formação em psicologia para atuação em contextos rurais apresentadas por Leite e Dimenstein (2013) e as postulações sobre o sofrimento ético-político trazidas por Sawaia (2001). Esse pensamento foi importante, uma vez que se objetiva uma análise posterior da conjuntura do momento em que viviam os sertanejos e assim construir uma exploração detalhada do seu sofrimento. Contudo, foi necessário fazer um recorte epistemológico para entender as vinculações atribuídas a tal conceito, mediante ao objeto em estudo e a sua construção enquanto qualificação “ético-política” e os contextos rurais. O que aqui se pretendeu foi tomar como ponto de partida a apreciação do sofrimento como conceito desestabilizador da análise psicossocial da exclusão. Para isso, partiu-se da premissa que se deva pensar numa psicologia que se comprometa com o resguardo da dimensão do ser humano enquanto um interventor social comunitário, se mostrando bem diferente e longe das imagens clássicas do humano e contribuindo para a criação e a melhoria de políticas públicas partindo de práticas éticas, estéticas e de transformação social. O enlace feito foi na proposição de que o campo social comunitário, psicológico e político convergem a um único ponto na ordem da estrutura ética. O produto final é um delineamento teórico-textual que parte da análise do conteúdo coletado e as aplicações em Psicologia Comunitária e as discussões em Políticas Públicas.

A comunidade e a Psicologia Comunitária: indagações sobre o comum

Adolfo Jesiel Siebra Dias, Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Introdução: Tendo como parâmetro o contexto brasileiro, a relação entre comunidade e o campo psicológico apresenta uma história recente dentro da Psicologia. Através dos anos, esse convívio foi estreitando-se gradativamente, ganhando força principalmente no movimento de deselitização da Psicologia, representada pela saída dos profissionais de seus consultórios em direção as comunidades. Esse envolvimento, ocasionado pela aproximação com o saber popular, contribuiu para que as práticas que atuavam nesse âmbito fossem qualificadas com o termo “comunidade”, tornando-se uma constante desde então, apesar das modificações nos enfoques ao longo dos anos. Atualmente,

esse conceito apresenta-se como polissêmico, diversificado e contraditório, em virtude das inúmeras perspectivas adotadas e as múltiplas práticas profissionais que apesar de acentuadamente diferentes, se auto-intitulam comunitária, com o propósito de designar um compromisso com as classes mais populares, anteriormente desassistidas. Objetivos: Este estudo teórico tem o objetivo de esboçar algumas considerações sobre o conceito de comunidade, assinalando o modo como esse termo está sendo compreendido no âmbito da Psicologia dita comunitária, bem como as possíveis implicações conceituais de sua inserção nesse campo, trazendo para dialogar, a tese de Pelbart e sua compreensão do "comum". Metodologia: Serão expostas algumas ideias sobre o entendimento atual de comunidade, tentando fazer uma interlocução com as proposições de Pelbart. Discussão: As comunidades atuais possibilitam que os seus moradores se posicionem diante do novo conjunto de força sociais vigentes, pois embora exista uma diferença em relação às comunidades tradicionais, a essência comunitária é a mesma, sendo um espaço onde torna-se possível iniciar uma construção coletiva, baseada em relações diretas e afetivas. Todavia, para que essa estruturação seja exequível, as práticas empregadas na comunidade evocam a necessidade de uma propriedade que seja comum a todos, ressaltando a importância do conceito de Identidade como um elemento chave para o fazer comunitário. É no tocante a essa perspectiva que as proposições de Pelbart podem ajudar a refletir sobre a maneira como essas relações estão constituindo-se dentro desse âmbito, trazendo a possibilidade de pensar a comunidade, não apenas enquanto um "comum-identitário", mas como um "comum-singular", distanciando-se de uma concepção que valoriza a simetria, para resgatar a idéia de uma "idorritmia". Essa "singularidade qualquer" configura-se como uma possibilidade de escapar a constante invocação civilizatória, que sustentada por meio da ameaça de desligamento, procura atar o sujeito em determinada propriedade, no intuito de incluí-lo em alguma "forma-de-vida dita comum", a fim de convertê-lo em um recurso do capitalismo. Conclusões: A questão que se lança, consiste em problematizar o conceito de comunidade e suas multiplicidades, considerando as novas influências que tem atravessado esse termo na contemporaneidade, assim como as alternativas que estão sendo arquitetadas diante deste novo cenário. A reatualização desse debate suscita na ampliação da discussão, permitindo a inserção de outros autores no diálogo, a fim de construir novas alternativas enquanto articulações teóricas, tendo como exemplo disso, a possibilidade levantada nesse estudo de pensar o comum exposto por Pelbart dentro do campo da Psicologia Comunitária e analisar quais as possíveis repercussões dessa mudança para o fazer psicológico comunitário.

A construção do SUAS/CRAS no Brasil e seus princípios de atuação junto à Psicologia Comunitária

Giliane Cordeiro Gomes, Universidade de Pernambuco, Maria do Socorro Lima, Universidade de Pernambuco

A presente pesquisa relata-se uma breve situação histórica política da assistência social e seus princípios teóricos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), implantado em todo território nacional, estabelecendo-se como um sistema de direitos sociais universalistas e democráticos, tendo como eixo estruturante a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Tendo em vistas as unidades de

Proteção Social Básica como forma de prevenir a ocorrência das vulnerabilidades, riscos sociais e o fortalecimento dos vínculos familiares, promovendo atividades que possam contribuir com as qualidades dos trabalhos junto às comunidades territoriais de cada Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), neste sentido a Psicologia Comunitária torna-se imprescindível para o estudo integrado entre a comunidade e o sujeito já que é uma área da psicologia social que se interessa pela atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade. Góis (1993), diz que o objetivo da intervenção psicológica é o desenvolvimento da consciência dos sujeitos, concebendo-os como históricos e comunitários. Para tal, trabalha de forma interdisciplinar, facilitando o fortalecimento e o desenvolvimento das pessoas, dos grupos e das comunidades. Objetivo: Compreender a constituição do Sistema Único de Assistência Social como Política Pública no Brasil e a inserção da Psicologia Comunitária neste meio como ferramenta necessária para o trabalho do profissional psicólogo. Metodologia: Foi realizada pesquisa qualitativa a partir de uma revisão teórica em bancos de dados tomados de forma randomizado e que incluem publicações datadas entre os anos de 1981 e 2013. Os critérios de inclusão foi o foco em uma das palavras chave como: SUAS, Psicologia Comunitária, CRAS. Resultados: Historicamente ligada à caridade, ao clientelismo e ao assistencialismo, a Assistência Social torna-se um direito do cidadão e dever do Estado a partir da Constituição Federal de 1988, estabelecendo um sistema de direitos sociais universalistas e democráticos, em consonância com as reivindicações e lutas levadas pelos movimentos sociais e partidos populares, que se organizavam em torno da defesa da cidadania. A assistência social é colocada ao lado da saúde e da previdência, formando o Tripé da Seguridade Social. O SUAS é implantado em todo o território nacional e para melhor efetivação de suas ações, divide-se em dois níveis de complexidade referentes: a Proteção Social Básica (CRAS) e a Proteção Social Especial (CREAS). Segundo o MDS (2009) o CRAS é uma unidade de proteção social básica que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios em que atua, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Conclusão: É preciso salientar que é através da participação comunitária que as pessoas desenvolvem consciência de si e de suas potencialidade, e como facilitador deste processo está o psicólogo, que tem na psicologia comunitária uma abordagem aplicada para lidar com as atuais necessidades da assistência social/CRAS, desenvolvendo ações comprometidas com a transformação social.

A dimensão psicossocial de uma prática pedagógica com escolares do primeiro ciclo

Carla Bigão Machado Gonçalves, PUC MINAS

Este trabalho visa comunicar uma experiência de intervenção psicossocial comunitária no contexto escolar. Este projeto, que está em realização por duas professoras em Escola da Rede Municipal de Ensino – Prefeitura de Belo Horizonte, na região do Barreiro, com escolares do primeiro ciclo, gerou a elaboração, por uma delas, estudante de psicologia da PUC Minas no bairro São Gabriel em Belo Horizonte, de um projeto de iniciação científica que está em processo de elaboração para apresentação no concurso do Programa de Iniciação Científica – PROBIC, promovido pela Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação PROPPG

e destinado a alunos da PUC Minas. Este projeto integra estudo bibliográfico e pesquisa de campo, considerando a dimensão psicossocial na prática pedagógica em perspectivas das ciências sociais, da psicologia comunitária e da pedagogia. A pesquisa de campo utiliza Rodas de Conversa como método de pesquisa-ação participante, articuladas às práticas pedagógicas, tendo por objetivo desenvolver estudos e intervenções que contribuam com o processo de alfabetização e letramento de cinquenta e oito escolares, e construir relações dialógicas entre os participantes sobre temas atinentes a questões que envolvem preconceito, discriminação e exclusão social. Essas questões foram demandadas pelos próprios atores sociais, os alunos, nas rodas de conversa, como fruto da oportunidade dos participantes se implicarem no processo de construção de conhecimento, tomando esse processo dinâmico e flexível, de modo a contemplar as vivências docentes e discentes. As rodas de conversa proporcionam momentos de discussão de problemas e conflitos, e de confronto com as dificuldades, favorecendo uma formação compartilhada no sentido de superação, na qual os próprios participantes são os protagonistas da transformação. Os efeitos destas vivências são observadas na interação aluno-aluno, aluno-professor. As experiências nas rodas são registradas pelos estudantes individual e coletivamente, subsidiando a análise das informações. O percurso deste trabalho conta com as contribuições de autores como Marília Novaes da Mata Machado, Lúcia Afonso, Emília Ferreira e Magda Soares. O projeto soma-se ao desenvolvimento da Psicologia Comunitária, ao buscar promover reinvenção de práticas pedagógicas, desfazendo e problematizando hierarquias historicamente presentes na relação professor-aluno, propondo-se a contribuir com saberes e fazeres mais democráticos, participativos, que levem em consideração o estado de imersão dos alunos no cotidiano vivido, nos fenômenos da dinâmica da nossa sociedade. Dessa forma, tende a contribuir para uma formação em psicologia no contexto educacional que expresse compromisso social e ação para mudança. O trabalho proposto apresentando-se como proposta de iniciação científica proporcionará a potencialização das práticas em execução e a qualificação das profissionais envolvidas na medida em que será incrementado com as contribuições das psicologias sociais, dentre elas a Psicologia Comunitária e saberes afins.

A experiência das mulheres atendidas em um serviço de referência a vítima de violência sexual e aborto previsto em lei – relato de casos

Alice Maggi, Universidade de Caxias do Sul

O atendimento à vítima de violência sexual (VS) nos serviços de saúde tem priorizado o atendimento global e interdisciplinar nas diversas áreas para além das urgências médicas. O Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PRAVIVIS) iniciou em setembro de 2001 no atendimento à violência sexual com enfoque na profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis e de gravidez decorrente da violência, mas logo recebeu mulheres grávidas no contexto da violência. O acolhimento também foi prestado às mulheres grávidas com patologia de risco de vida e posteriormente às grávidas de fetos com diagnósticos intra-uterino de doenças incompatíveis com a vida no pós-nascimento. Posteriormente, o serviço de violência sexual se ampliou ao atendimento das mulheres em situação de aborto previsto em lei. O estudo tem como objetivo ampliar o conhecimento

acerca das experiências emocionais das pacientes atendidas em um serviço de referência na região nordeste do Rio Grande do Sul para o atendimento a vítimas de violência sexual e mulheres em situação de aborto previsto em lei. Foram analisados 23 depoimentos escritos por meio de análise de conteúdo, privilegiando as categorias: o motivo do atendimento, o atendimento no serviço, a relação com a equipe e o papel da rede familiar e social após o evento. Do total dos depoimentos, sete correspondem às vítimas de violência sexual, cinco ao aborto previsto em lei, 10 à antecipação terapêutica do parto e um depoimento escrito, cujo motivo da procura ao atendimento não foi explicitado pela paciente. Dos depoimentos, 14 são das mulheres atendidas e nove dos familiares. Os resultados constata as potencialidades, destacando a relação favorável das pacientes com a equipe cuidadora; e eventuais fragilidades nos protocolos de atendimento da equipe interdisciplinar responsável pelo serviço, salientando-se o contexto em que a paciente ingressa no serviço, ainda sob o impacto da violência e/ou diagnóstico. Iniciativas interdisciplinares que estabeleçam mediações em tais situações são estimuladas para a adesão das pacientes aos protocolos de atendimento previstos nesta área. O trabalho se relaciona com o tema do encontro - Psicologia Comunitária no mundo atual a partir de seus desafios limites e fazeres - na medida em que contempla uma problemática contemporânea e que demanda a qualificação contínua dos serviços. Corresponde ao eixo temático das políticas públicas justamente porque foi realizado num dos serviços referências da região para tal atendimento e, potencialmente, podem ser multiplicados em outros similares. Quanto ao desenvolvimento da Psicologia Comunitária, ressalta-se que tal grupo de pacientes tem sido foco de trabalho de muitas equipes de profissionais da psicologia, em diálogo permanente com outras áreas da saúde como medicina, traduzindo-se neste caso com a própria equipe que elaborou esta produção. Agradecimentos: Luciane Melchior, Aline Machado da Rosa, Cláudia Roberta Sossela e Sônia Regina Cabral Madi

A Inserção Da Psicologia No Campo Da Gestão Em Saúde, A Partir Da Produção Científica, No Período 2002 A 2013

Luciano Bairros da Silva, Centro Universitário CESMAC, Marília Soares de Melo, Centro Universitário CESMAC, Renata Guerda de Araújo Santos, Centro Universitário CESMAC, Sammara Santos Novais, Centro Universitário CESMAC, Vanessa Rarília Rufino dos Santos, Centro Universitário CESMAC

Atualmente predominam dois modos de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), um deles denominado "racionalidade hegemônica dominante" (CAMPOS, 2007; 2010), baseado em métodos tradicionais da Administração, como: dispersão de riscos, busca de resultados concretos, hierarquização do trabalho e assujeitamento do trabalhador. O outro modo de gerir, proposto pelas atuais políticas públicas de saúde, aponta para modos participativos, co-gestivos e compartilhados dos processos de trabalho, possibilitando a produção de sujeitos autônomos e protagonistas. Neste sentido, entendemos que esta pesquisa aproxima-se do tema da V Conferência Internacional de Psicologia Comunitária a partir dos princípios de autonomia e protagonismo tão caros à Psicologia Comunitária, como também as atuais políticas públicas de gestão compartilhada e participativa no SUS. Assim, importa problematizar quais são as problemáticas tratadas por pesquisadores que publicam sobre a temática gestão em saúde? O trabalho integra o eixo temático Políticas Públicas, porque: propõe interrogar as produções acadêmicas e o fazer

psicólogo no âmbito do SUS; assume o princípio da Coletividade para a psicologia e para sustentabilidade de processos participativos e horizontais de gestão da saúde. O objetivo da pesquisa é investigar os processos de gestão em saúde, por meio da produção científica, indicando como a Psicologia tem se inserido nesse campo. São objetivos específicos: Identificar as principais questões que são trabalhadas na interface entre Gestão em Saúde e a Psicologia; Identificar os principais problemas da prática de gestão em saúde tratados nos documentos selecionados; Identificar que grupos e autores mais produzem conhecimentos na área; Visibilizar as produções científicas da área da Psicologia que contribuem com os processos de Gestão em Saúde no SUS. O método apoia-se no conceito de Campo-Tema (P.SPINK, 2003) e análise a partir das práticas discursivas, produção de sentidos e repertórios linguísticos (M.SPINK, 1999). Quando esta pesquisa assume trabalhar, em seu método, com um conceito nômade, móvel como campo-tema é possível romper com as dualidades (dentro e fora) presentes nas tradicionais concepções de campo de pesquisa. O que caracteriza o campo de pesquisa não é o território, o estabelecimento ou os participantes, mas o princípio que vincula o autor a seu tema de trabalho. Nesse sentido, entendemos contribuir para o desenvolvimento de uma Psicologia Comunitária conceituada como conjunto diverso de profissionais, que compartilham de princípios – diversidade, autonomia e protagonismo, participação, coletividades, etc. – na construção das suas práticas. O primeiro procedimento realizado foi busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-PSI), utilizando Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) ‘gestão em saúde’ e ‘psicologia’. A partir dos resultados, optamos trabalhar com a Scientific Electronic Library Online (SciELO), com 55 artigos, no período 2002-2013. Produzimos um banco de dados (planilha digital), com as colunas: ‘Título’, ‘Autor(es)’, ‘Revista’, ‘Ano’, ‘Link’ e ‘Resumo’; a seguir inserimos dados dos 55 artigos nos respectivos campos citados. Os resultados parciais apontam crescimento ascendente de publicações sobre gestão em saúde e psicologia; concentração destas publicações em revistas indexadas no assunto Ciências da Saúde (75 % dos artigos); e destaque ao Periódico ‘Ciência e Saúde Coletiva’ que apresenta maior número de artigos (n=11).

A institucionalização do parto como ato médico na contemporaneidade.

Alice Sicuro de Moraes Valle, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ana Maria Szapiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro

A saída do parto do domicílio para o hospital e a sua tomada como ato médico, foi um processo repleto de embates entre médicos e parteiras. Fator importante para esta mudança foi entrada dos homens na profissão culminando na criação da obstetrícia como especialidade médica. Após a segunda Guerra Mundial observamos uma transformação qualitativa onde o parto, progressivamente desloca-se para o hospital. Os avanços dos conhecimentos e habilidades em cirurgia, anestesia, assepsia, hemoterapia e antibioticoterapia foram fundamentais para a redução significativa de morbimortalidade materna no parto. Mas, se por um lado a institucionalização do parto proporcionou maior controle dos riscos materno-fetais, por outro lado incorporou no evento do parto um grande número de intervenções e tecnologias desnecessárias. O risco de morte materna é 3 vezes maior entre as mulheres submetidas à cesárea em comparação com

o parto vaginal, devido à infecções puerperais e complicações anestésicas. Este trabalho objetiva investigar o processo de institucionalização e medicalização do parto interrogando as motivações que levam à utilização de intervenções e à indicação de cesariana assim como as expectativas das parturientes quanto ao tipo de parto e intervenções a serem utilizadas. A partir da medicina moderna, o discurso médico começa a apresentar de forma incisiva uma verdade sobre o corpo reduzindo-o a questões meramente biológicas, criando padrões de normalidade. A constituição do discurso médico sobre o corpo da mulher, e sobre o processo do nascimento transformou radicalmente a forma das mulheres vivenciarem e tomarem decisões a respeito do parto que desejam ter. A naturalização do ato de parir como um processo medicalizado e do aumento do uso de tecnologias médicas, produziu novas subjetividades onde a noção de risco tem lugar de destaque. A pesquisa em andamento tem como metodologia um estudo de campo com abordagem qualitativa, no qual gestantes e médicos são entrevistados sobre as expectativas em relação ao parto e sobre as diretrizes que norteiam suas escolhas das intervenções a serem utilizadas no parto. Com base nas recomendações da OMS acerca do parto, busca-se investigar o descompasso entre o que preconizam essas recomendações e o que acontece de fato nas instituições médicas brasileiras.

O Eixo Temático relacionado ao trabalho é o de políticas públicas, por ter como foco a preocupação com a saúde da mulher no contexto do parto e questionar o aumento de intervenções no mesmo. De acordo com a OMS, a média adequada para atender todos os casos que realmente careceriam de cesárea deveria estar entre 10% à 15%. É um número bastante contrastante com o que o Brasil vem apresentando, que chega a mais de 90% em alguns estados no setor privado. No período de 1994 a 2010 a taxa de cesariana em todo Brasil aumentou em média 20% (de 32% em 1994 para 52,2% em 2010). Estes dados deixam claro a importância de colocarmos em debate os efeitos da acentuada inflexão que vem tomando a concepção do parto como um ato estritamente médico, a fim de que possamos aprofundar a avaliação das políticas públicas de nosso país.

A percepção da usuária do transporte público sobre a política do carro de metrô exclusivo para as mulheres no Distrito Federal.

Clarissa Messias da cruz, IESB, Fernanda Campos Marinho, IESB, Jéssica Ferreira da Silva, IESB, Luciana Cristina Moura, IESB, Luciene Guedes da Silva, IESB, Wesley Rossi Rodrigues, IESB

Políticas públicas voltadas à população feminina buscam, via de regra, a promoção da saúde, a proteção, a garantia de direitos e a diminuição das desigualdades de gênero, objetivos que levaram à criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em 2003. Um exemplo é a política do vagão exclusivo para mulheres, implementada em 2013 no Metrô/DF, que destina vagões exclusivos para mulheres nos horários de pico. Avalia-se que a psicologia comunitária deve contribuir com a reflexão, aprofundamento e avaliação destas políticas e seus impactos sobre os sujeitos, os grupos e a cultura. Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa foi avaliar, a partir das usuárias, sua percepção sobre a política do metro reservado para mulheres e impactos no seu cotidiano e comportamento. Compuseram a amostra quarenta mulheres adulta, cuja faixa etária variou entre vinte e cinquenta anos,

selecionadas por critérios de conveniência, no momento em que frequentavam o vagão exclusivo. Foram utilizadas entrevistas com roteiro semiestruturado e questionário sociodemográfico. Foi realizada análise estatística descritiva e análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (2011). As participantes compõem uma amostra heterogênea, são residentes de oito regiões administrativas do DF, 70 % (n=28) são casadas, 42,5 % (n=17) possui como instrução o 2º grau completo e 52,5% (n=21) declarou religião católica. Dentre as participantes, 92,5% (n=37) faz uso regular do transporte público. Sobre a frequência com que se direcionam para o vagão exclusivo, 70% (n= 28) responderam que sempre ou frequentemente se direcionam ao vagão exclusivo ao chegarem no metrô. Metade das participantes nunca pensou no vagão exclusivo como uma solução, mas após a implementação, avaliam como muito positivo. A maioria apoia a política e apenas três foram contrárias. Atribuem sua criação à necessidade de segurança, de evitar assédio, abuso e violência, seguidos da necessidade de conforto e de interromper a falta de respeito. Percebem a mulher como frágil e impotente frente ao homem, especialmente em contexto de superlotação. Observa-se que a percepção das mulheres estão pautadas na sua vivência cotidiana de violência, assédios e constrangimento. Não há um distanciamento, no sentido que poucas se aprofundaram nas causas de tal situação, mantendo-se imersas na realidade, com baixa reflexão sobre as questões de gênero e educação. Apenas uma participante questionou a política, por considerá-la não educativa, pois não ensina respeito e responsabilidade, apenas segrega. Também, apesar de inúmeras referências à superlotação e horários de pico, não apresentaram referência à qualidade do transporte público, a não ser quando indicam a necessidade de expansão da política para os ônibus. Avalia-se como necessário mais estudos sobre a convivência e interações em espaços coletivos e urbanos, contribuindo para a potencialização da eficácia das políticas, bem como reflexão sobre a diversidade e desigualdades de gênero. Neste contexto, a psicologia comunitária poderá propor soluções para promover uma cultura de respeito à diversidade, da educação e empoderamento na busca pela garantia de direitos.

A responsabilização analisada no contexto de privação de liberdade de adolescente em conflito com a lei

Danielle Fernanda Soares de Carvalho e Silva, Universidade Estadual do Piauí,
Patricia Rocha Lustosa, Universidade Estadual do Piauí

Como se produzem subjetividades no contexto de privação de liberdade de moças em conflito com a lei? Esta foi nossa questão norteadora da pesquisa sobre a aplicação da medida mais severa prevista na política de proteção e enfrentamento da violência juvenil. Tomando como premissas o ECA (1990) nos aspectos da doutrina da proteção integral; e o debate sobre a responsabilização como meta e que guia do SINASE (2012), congregaram-se políticas públicas e psicologia, ambos refletindo sobre a vida dos sujeitos-alvo do sistema socioeducativo. Todos os procedimentos realizados visam à aquisição da chamada responsabilização das internas acerca de seus atos e suas conseqüências. A responsabilização pode ser verificada como um processo que se constitui através de reflexões pessoais e da introjeção dos valores culturais e humanos. A aplicação da medida pode, contudo, situar-se ainda como processos de arrependimento, redenção. Assim, a jovem é conduzida, omnes et singulatim, na instituição até a sua saída. O

presente artigo perscrutou os sentidos da medida para essa jovem. O método foi a pesquisa qualitativa e exploratória, por meio de entrevista semi estruturada e aberta com uma jovem (estudo de caso) do CEF (Centro Educacional Feminino, Teresina-Piauí), conforme seu consentimento. A entrevista trouxe a visão desta sobre os procedimentos aos quais estava submetida e sua compreensão destes, sua comparação com contexto do qual veio com o atual e suas perspectivas após o cumprimento da medida. Também verificou como se constrói este processo de responsabilização e como as medidas socioeducativas produzem um sujeito em uma dada cartografia de vida e relações. O que se pôde verificar foi o descompasso entre o aspecto fortemente punitivo (privação de liberdade, atividades obrigatórias) e como o complexo “medida-punição-proteção” era visto pela jovem que, em sua fala, deseja continuar na instituição, mesmo com o cumprimento da medida. Ela o diz comparando à vida que leva na instituição com a vida que levava antes de chegar lá. Predomina então, um choque entre o contexto anterior e o novo, onde a proteção à sua integridade figura pela primeira vez, pois em seu depoimento, esta nos revelou uma vida sem atenção mesmo aos cuidados básicos de higiene e saúde. A reinserção desta no contexto social também é tema de suas reflexões, e também das nossas, pois, é no retorno da jovem para a comunidade que se verificam a efetividade das medidas socioeducativas, o impacto destas na vida da jovem e da sociedade que a cerca. A reflexão que nos é imperativa pautou-se na visão de quem está diretamente implicada nelas, e as cumprindo. São inevitáveis resgates e comparações com o contexto anterior, pois, com cumprimento da medida, o retorno a este contexto ou a algum semelhante é inevitável. O presente estudo se propõe a analisar uma política pública de alto impacto social. O papel da psicologia neste contexto é o de verificar e entender a natureza deste processo, bem como intervir em prol das jovens e da comunidade.

Ações comunitárias de prevenção de DST/HIV segundo as diretrizes do CTA

Isa Magesti Corrêa Netto, Universidade Federal de São João Del-Rei

O presente trabalho é realizado por alunos de Psicologia da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) e integrantes do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS), que atuam como estagiários no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) de São João Del-Rei, sob orientação dos professores Dr. Walter Melo e Dra. Gláucia Calzavarra. Os alunos realizam atividades destinadas ao psicólogo do serviço, o qual é orientador em campo dos estagiários. Além disso, desenvolvem – a partir do CTA – atividades voltadas para a comunidade com base nos princípios da intersetorialidade e da interdisciplinaridade. O CTA se caracteriza por um serviço público de saúde que realiza ações de diagnóstico e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST). Possui políticas públicas voltadas para o entrelaçamento da prevenção e da promoção da saúde coletiva frente à epidemia da AIDS e de DST. O serviço oferece atendimento inteiramente sigiloso e realiza ações intra e extra-muros, sendo elas: disponibiliza à população em geral realização gratuita de testagem sorológica para HIV, sífilis e hepatites B e C; aconselhamentos acerca de DST; acompanhamento de pacientes por equipe multiprofissional de saúde; encaminhamento de usuários para tratamentos em serviços de referências; realização de palestras e CTA itinerantes; parceria com repúblicas universitárias da cidade; e intervenções em escolas. Os testes são

efetuados de acordo com a norma definida pelo Ministério da Saúde e com produtos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Antes e depois da realização destes são feitos aconselhamentos que consistem na aplicação de um questionário semi-estruturado ao usuário e, posteriormente, na entrega do resultado do exame para o mesmo. É uma ação preventiva e tem como objetivo oferecer apoio emocional ao usuário, esclarecer dúvidas sobre DST e HIV/AIDS, expor informações relacionadas à prevenção destas doenças e disponibilizar preservativos. As palestras e CTA itinerantes são realizados em diversos locais como escolas, supermercados, empresas e universidades, com vistas a ampliar as ações do CTA e envolver a comunidade no debate e na prevenção das DST. As parcerias com as repúblicas têm finalidade de atingir os moradores destas e, a partir daí, torná-los multiplicadores de informações e atitudes preventivas. E as intervenções nas escolas visam alcançar o público adolescente através de atividades interativas e lúdicas, numa construção conjunta acerca da sexualidade, escolhas, prevenção e saúde. Foi realizado um levantamento de dados gerais das pessoas que procuram pelo serviço do CTA e uma verificação de atitudes preventivas tomadas pelas mesmas em relação às DST. Constatou-se que parte significativa da população em geral apresenta vida sexual ativa e, no entanto, não possui o hábito de utilizar preservativo. Tomando como base estes elementos, considerando o fato de que o número de pessoas portadoras de AIDS vem crescendo bruscamente no Brasil e levando em consideração que o convívio com DST/HIV ainda é algo estigmatizante, o presente trabalho surge com a proposta de atuar de maneira preventiva em relação a tais doenças.

Ambiente e condições de trabalho: O que pensam os trabalhadores de uma feira de roupas em Fortaleza?

Iara Andrade de Oliveira, Universidade de Fortaleza, Luciana Maria Maia Viana, Universidade de Fortaleza, Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel, Universidade de Fortaleza, Tereza Glauca Rocha Matos, Universidade de Fortaleza

A presente pesquisa é parte de um estudo desenvolvido pelo Laboratório de Estudos sobre o Trabalho em uma feira de roupas de Fortaleza. De modo específico, esse recorte tem como objetivo identificar a visão de trabalhadores dessa feira sobre as condições de trabalho e a participação deles em decisões e mudanças relacionadas a atividade que desenvolvem. Partindo de um roteiro semi estruturado, realizamos 55 entrevistas com feirantes, sendo 14 homens e 41 mulheres, com idade variando entre 17 e 57 anos. As entrevistas aconteceram na própria feira, foram gravadas e posteriormente analisadas à luz de conceitos da Psicologia Social, Comunitária e do Trabalho. Os resultados sugerem que, de uma forma geral, os trabalhadores da feira reconhecem a necessidade de melhoria no ambiente de trabalho – 95% dos entrevistados relataram algum tipo de problema quando questionados sobre o que eles acreditam que possa melhorar no trabalho. A grande maioria dos entrevistados apresenta opiniões sobre as possíveis mudanças que podem ser efetuadas, sendo que muitos não se reconhecem como sujeitos desse processo – 41 % dos entrevistados responderam que não podem modificar as condições de seu trabalho. Quando esses trabalhadores se colocam como agentes de mudanças, se referem a ações pontuais, e não a um engajamento social e político. Assim, quando falam em mudanças, os feirantes apontam aspectos específicos do seu local de trabalho, como ventilação, estrutura

da barraca ou banca e organização da feira. Sobre os responsáveis pelas mudanças, citam a prefeitura como órgão que pode solucionar os problemas, mas sem fazer referência a políticas públicas ou ações coletivas mais amplas. Os relatos das entrevistas sugerem que os feirantes reconhecem as condições precárias em que se encontram, mas não estão engajados social e politicamente para transformar essa realidade. Vale ressaltar que esses feirantes, embora compartilhem o mesmo espaço e vivenciem uma realidade semelhante, parecem não se reconhecer enquanto uma coletividade. A individualidade e luta pelo sustento dele e da família parecem se sobrepor ao engajamento coletivo, o que acaba por dificultar uma forma de organização social que possa favorecer uma mudança da realidade que vivenciam. Desse modo, parecer importante pensar em intervenções que possam contribuir para o processo de conscientização desse grupo, sobre seus direitos e formas de participação social.

Análise de discurso: "LESBIOFOBIA" no Estado do Acre

Danyelle Monte Fernandes da Costa, Universidade Federal do Acre, Jênnyfer

Cristina Almeida de Freitas, Universidade Federal do Acre, Lucas Henrique

Ganum Araújo, Universidade Federal do Acre

Na sociedade moderna as grandes mudanças em vários campos afetam significativamente todos os aspectos da existência pessoal e social. Tais mudanças repercutem fortemente na vida familiar, em seu modelo de formação, no provedor do sustento, dentre outros. Ao longo da história houve muitas alterações na instituição familiar e observou-se a mulher, saindo da posição de mera procriadora, para o mercado de trabalho, chegando a assumir o comando da família. Esse contexto histórico possibilitou a gradativa libertação da mulher em vários outros sentidos. Na atualidade, várias conquistas abriram espaço para a mulher, que conseguiu assumir sua sexualidade, que de certa forma a expôs, e em pleno século XXI, ainda há quem subjogue, discrimine e cometa atos criminosos contra ela. Embora as leis a amparem o direito a liberdade, existem indícios de que são praticados atos estúpidos e violentos contra mulheres hetero e homossexuais. Sendo assim, o presente estudo preocupou-se em enfatizar a existência da violência contra mulheres homossexuais no Estado do Acre e o papel das políticas locais de proteção. Objetivos: Identificar a violência vivenciada pelas mulheres homossexuais no Estado do Acre e verificar a atuação da Associação de apoio a homossexuais vítimas de violência no Estado. Metodologia: o discurso analisado foi da representante da Associação de Homossexuais do Estado do Acre – AHAC, os dados foram obtidos com entrevista semiestruturada. Resultados: Na entrevista verificou-se que a Associação de Homossexuais do Estado do Acre (AHAC) tem o propósito e função primordial de apoiar os indivíduos vitimados pelo preconceito e discriminação, que a mesma recebe inúmeras denúncias, com relatos de violência. Também são realizados inúmeros projetos, objetivando arrecadação de recursos para o grupo, com intuito de proporcionar melhores condições de atendimento às pessoas que solicitam apoio. A entidade tem parceria com o governo e também recebe auxílio de voluntários. A AHAC possui uma equipe de assistência às vítimas de violência, formada por profissionais de Psicologia, Serviço Social e Direito. São muitos os obstáculos enfrentados pela AHAC e o maior impedimento é o fundamentalismo religioso, que, de acordo com a entrevistada, influencia o poder público e prejudica alguns projetos da Associação. Um dado interessante

é que as próprias mulheres homossexuais sofrem preconceito, até mesmo por parte da sociedade homossexual. Porque há certa discriminação contra as mais masculinizadas. A maioria dos casos se sucedem no próprio ambiente familiar, sendo os agressores normalmente do gênero masculino. Conclusões: Conclui-se que os dados corroboram com resultados encontrados em outros Estados, no qual a violência sofrida pelo grupo abrange todos os tipos possíveis de violência. A Associação de Homossexuais do Estado do Acre, possui a meta de levantar recursos financeiros e aperfeiçoar sua estrutura como entidade, para iniciar um trabalho de assistência com os jovens homossexuais, que cada vez mais cedo, têm assumido sua orientação sexual, e por muitas vezes se tornam vítimas pela condição assumida. Portanto, deve-se refletir no sentido de realizar trabalhos nas comunidades de promoção e prevenção em favor do respeito às diferenças, para assim, tentar minimizar atitudes preconceituosas e violentas.

Análise dos diferentes discursos sociais produzidos a partir da campanha "Sou feliz sendo prostituta"

Cristiano Hamann, PUCRS, Joao Pedro Cé, PUCRS, Kátia Bones Rocha, PUCRS, Rodrigo de Oliveira Machado, PUCRS

A divulgação da campanha "Eu sou feliz sendo prostituta" pelo Ministério da Saúde (MS) ocorrida no dia 02 de junho de 2013, que celebrava o Dia Internacional das Prostitutas. A sequência dos fatos após a divulgação da campanha teve como ápice a demissão do diretor do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das DST's, AIDS e Hepatites Virais do ministério, além da retirada de circulação de todo o material veiculado nas redes sociais. A repercussão desses eventos no cenário nacional foi amplamente divulgada pela mídia televisiva, impressa e nos diversos canais de comunicação e redes sociais da internet. Mas afinal quais discursos circulavam a partir da campanha "Sou feliz sendo prostituta"? Quais os atores sociais se envolveram no debate acerca deste material e as posições defendidas por cada um deles? Compreendendo esse fenômeno como o movimento de disputa entre diferentes discursos sociais - que atuam sobre formas variadas e, neste caso, demonstram a tensão existente entre os jogos de poder e dominação que validam e desvalidam determinadas posições discursivas. A partir desse questionamento, e da busca de compreensão do fenômeno, foram analisadas diferentes materiais vinculados na mídia escrita (jornais) nas quais apresentam a posição de diferentes atores sociais: políticos do legislativo brasileiro, representantes do MS, representantes das prostitutas, religiosos, membros da comunidade acadêmica e mídia. A análise foi realizada a partir de 10 reportagens publicadas por diferentes jornais. Os materiais foram posteriormente analisados com base na perspectiva da análise crítica do discurso, conforme proposto por Van Dijk, sendo esta escolha balizada por buscar desvelar as ideologias contidas em cada enunciado e os movimentos de diálogo ou supressão de outros discursos. Os principais resultados encontrados apontam para o discurso de ordem higienista e preventivista por parte do ministro da Saúde, o qual ao reduzir a concepção de saúde ao de ausência de doença, quando refere que o MS deve restringir a suas orientações sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, não reconhecendo o preconceito sofrido pelas prostitutas. Esta posição em última instância rompe com o princípio de equidade no SUS. Alguns legisladores federais associaram a campanha diretamente a quebra de valores "tradicionais", como a

concepção unitária de família como célula “mátria” da sociedade. Os discursos veiculados pelas insituições religiosas, por vezes tendo deputados como porta-voz, associaram a campanha ao crime, incesto e pedofilia. O discurso acadêmico apresentou-se através de dados científicos, que costumam deter alto valor no campo discursivo, para compreender a situação e justificar o conteúdo expresso.

Os diferentes aportes de enunciados que forma um campo discursivo é resultado da luta de poder que existe entre os diferentes grupos sociais, desta maneira o processo de pesquisa aqui apresentado busca demonstrar quais as relações que se impõem e constroem a realidade em que vivemos. A luta travada pelas profissionais do sexo no sentido da redução dos estigmas associados ao seu fazer profissional e quando assumem posição de protagonismo na direção do enfrentamento a tais preconceitos termina por ser massacrada pela maioria por vezes oriundas dos demais setores da sociedade.

Apoio Social como Recurso Psicossocial em indivíduos acompanhados por CRAS de Porto Alegre

Adolfo Pizzinato, PUCRS, Esequiel Pagnussat, PUCRS, João Gabriel Maracci Silveira Cardoso, PUCRS, Rodrigo de Oliveira Machado, PUCRS

A Constituição Federal de 1988 serviu de base para a atual Seguridade Social brasileira, a qual estruturou através de leis a operacionalização das diferentes políticas públicas que estão ativas no cenário nacional. Dentro deste panorama destaca-se a Política Nacional de Assistência Social de 2004 que instituiu a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS organiza as ações na busca em atender indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social em diferentes níveis de atenção. O serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) é um dos recursos que visa ofertar ações de promoção e garantia de direitos, além atuar na prevenção da ruptura de vínculos familiares e comunitários. Entre as disciplinas que compõem o Serviço PAIF encontra-se a Psicologia, a qual principalmente na linha da Psicologia Comunitária cede subsídios teóricos e práticos para a atuação dos profissionais. O Apoio Social encontra-se entre tais recursos oferecidos, o qual a partir da definição de Gracia, et. al. (2011), se constitui como um processo (percebido ou recebido) no qual os recursos da estrutura social (comunidade, redes sociais e relações íntimas) permitem satisfazer necessidades em níveis instrumentais e expressivos, tanto nas situações cotidianas como nas de crise.

Neste sentido o presente estudo visou explorar a percepção sobre recursos e estressores psicossociais do apoio social e familiar em membros de famílias acompanhadas pelo PAIF de um CRAS de uma região de Porto Alegre. A partir de um estudo anterior, que identificou os maiores e menores índices de apoio social e familiar entre 91 indivíduos acompanhados pelo serviço socioassistencial, foram selecionados 4 participantes (1 de maior apoio social e 1 de menor apoio social / 1 de maior apoio familiar e 1 de menor apoio familiar). Após o reconhecimento desses casos extremos foram realizadas entrevistas de caráter narrativo e posteriormente analisadas sob a perspectiva da Análise de Conteúdo. Esse processo metodológico teve como objetivo identificar qualitativamente como os recursos e estressores de Apoio Social e Familiar implicam-se no desenvolvimento das famílias acompanhadas. Os resultados das narrativas assinalaram dois eixos centrais que relacionam os principais conteúdos das entrevistas aos acontecimentos vitais

estressantes e os diferentes recursos psicossociais. As narrativas apontaram para um contínuo de eventos vitais estressantes em diferentes fases da vida que auxiliaram no ingresso dos indivíduos em situações de risco e/ou vulnerabilidade social, e conseqüentemente nos serviços da Assistência Social. Quanto os recursos psicossociais os indivíduos destacaram a importância do apoio comunitário, no que refere em fornecer suporte através dos vizinhos, das instituições religiosas e dos serviços públicos. Salienta-se que os relatos sobre o apoio advindo da família vincularam-se a estes predominantemente como requisitantes e não tanto como provedores de auxílio. Deste modo, pode-se reconhecer a importância do apoio comunitário como recurso que auxilia no bem estar subjetivo e social dos indivíduos em vulnerabilidade acompanhadas pela Assistência Social.

Apoio Social e Familiar: Estudo Quantitativo em um Serviço PAIF de Porto Alegre

Esequiel Pagnussat, PUCRS, Kátia Bones Rocha, PUCRS, Marcelo Moreira Cezar, PUCRS, Pedro de Castro Tedesco, PUCRS, Rodrigo de Oliveira Machado, PUCRS

A Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social são as bases da Seguridade Social Brasileira que foram concebidas por uma série de políticas sociais após a Constituição Federal de 1988. No entanto, a regulamentação da Assistência Social como Política Pública ocorreu em 2005 com a construção e regulação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Diversos são os atores que participaram, e participam, dos movimentos sociais para implementação das políticas públicas, entre eles a psicologia está contemplada, área a qual está inserida em múltiplos campos sociais. Na estrutura do SUAS, na Proteção Social Básica, o CRAS é a principal unidade e porta de entrada para os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, diferentes privações e fragilidades de vínculo. Dentre os serviços ofertados encontra-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que busca prevenir situações de risco, desenvolver potencialidades, fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Nesta conjunção de saberes que auxiliam na construção do campo teórico-metodológico e técnico-prático do SUAS a psicologia contribui de diversas maneiras. A psicologia comunitária e toda a sua leitura da relação do sujeito e as suas construções de redes comunitárias auxilia a compreensão do indivíduo que transforma e é transformado pelas relações que estabelece com o outro. Assim, o conceito de apoio social é pertinente para explorar a influência dessas relações na qualidade de vida, como fator protetivo de doenças e redução da mortalidade. Desta forma adota-se a compreensão de Gracia (1997), o qual define que o Apoio Social é um processo (percepção ou recepção) pelo qual os recursos da estrutura social (comunidade, redes sociais e relações íntimas) permitem satisfazer necessidades (instrumentais e expressivas) em situações cotidianas e de crise. Partindo desse panorama, propõe-se o presente estudo com objetivo de identificar os índices de Apoio Social e Suporte Familiar em 91 membros de famílias acompanhadas pelo Serviço PAIF em CRAS na região centro-sul de Porto Alegre. Esse estudo constitui-se de caráter quantitativo, descritivo e correlacional, de corte transversal. Os instrumentos utilizados foram: Questionário de Características Sociodemográficas, Inventário de Percepção de Suporte Familiar (Baptista, 2009) e Questionário de Apoio Social (Gracia, et al, 2011) - compostos por Apoio Social Percebido e Apoio Social Comunitário. Os resultados estatisticamente significativos encontrados demonstram que uma

percepção de maior apoio família está associada a uma maior Escolaridade. Dentro das dimensões de Apoio familiar existe associação entre uma percepção de maior Adaptação Familiar e maior Escolaridade, além disso, a percepção de maior Autonomia Familiar está associada a um maior tempo de acompanhamento no CRAS. A respeito do Apoio Comunitário, a maior Integração Comunitária relaciona-se com o aumento na idade, com maior tempo de acompanhamento no CRAS e maior valor do Benefício Social. Identificou-se também, que existe associação entre uma maior Participação Comunitária e uma menor renda.

Destaca-se entre os resultados a importância do CRAS em relação a autonomia familiar e integração comunitária, portanto contrariando certos discursos hegemônicos que concebem que a população atendida pelo CRAS torna-se dependente dos benefícios sociais ofertados.

As condições sociais para a Educação: uma análise da cidade de São Paulo

Bárbara de Melo, Centro Universitário Capital - Unicapital, Lucas Cubatelli Barbosa, Unicapital, Miriã Carla Iesca Rodrigues, Centro Universitário Capital, Olga Benedita Maria, Centro Universitário Capital, Priscila Daiane Amaral Rosa, Centro Universitário Capital - Unicapital, Tiago Lopes de Oliveira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

A educação sempre é considerada um componente essencial para a transformação social e são óbvias as conexões que tornam íntimas as relações entre ela e a sociedade onde acontece. Também é comum ouvirmos dizer que pela via da educação a sociedade será transformada e tornar-se-á melhor. A presente pesquisa não pretende negar essa afirmação, mas sim, chamar a atenção para o outro lado desse problema: é necessária uma transformação social, ou seja, somente outra sociedade possibilitará a existência de outra educação que contemple de forma igualitária as potencialidades de todos os indivíduos e, não somente, de uma parcela da população que, ao ser privilegiada, afirma a situação de exclusão da outra parte. O objetivo desse estudo é investigar e refletir sobre a relação entre as condições sociais (objetivas) e as condições de aprendizagem (subjetivas) nas escolas da cidade de São Paulo. A partir da proposta de Sposati (2000) no "Mapa da Inclusão/Exclusão da cidade de São Paulo" que subdivide o município em 96 distritos e, ao utilizar linguagens quantitativas, qualitativas e de geoprocessamento, produz um índice que hierarquizam as regiões da cidade quanto ao grau de exclusão/inclusão (Iex - Índice de Exclusão/Inclusão Social), foram comparados o desempenho acadêmico dos alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas e particulares da cidade de São Paulo. Tal comparação foi possível a partir das notas obtidas e publicamente divulgadas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Comparou-se o grau de exclusão/inclusão da região onde se localiza a escola com o desempenho dos alunos na prova do ENEM. Constatou-se que quanto maior o grau de exclusão da região onde fica a escola, pior é o desempenho dos alunos na prova do ENEM. Com isso, pretendemos chamar a atenção para a necessidade de condições sociais adequadas à educação bem como, para a urgência da transformação social. Para o psicólogo que trabalha a partir da perspectiva comunitária, tal análise parece fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas de educação que enfatizam as verdadeiras raízes dos problemas educacionais; que são educacionais em sua aparência, mas sociais, políticos e econômicos em sua estrutura.

As Definições de Família nas Políticas Públicas de Saúde no Brasil

Rafaela Ferreira Marques, Universidade Federal de São João del Rei, Walter Melo Junior, Universidade Federal de São João Del-Rei

A família é uma entidade complexa, constituindo-se a partir do contexto que está inserida, das relações que estabelece e das marcas culturais de cada sociedade. Pode ser concebida como uma forma de organização dos sujeitos para a vida em comunidade, sendo configurada de formas variadas. Através dela é possível acessar diversos sujeitos e trabalhar a fim da promoção e prevenção da saúde. A família foi escolhida como foco no atendimento à saúde, sendo privilegiada a Estratégia Saúde da Família (ESF) como forma de organização da Atenção Básica Brasileira. Sendo assim, foi construída a pesquisa em questão que possui como objetivo principal analisar, a partir de documentos governamentais, em qual definição de família o Ministério da Saúde (MS) se ampara para elaborar estratégias de ação das ESF. Os documentos governamentais optados para estudo são os Cadernos de Atenção Básica (CAB), produzidos pelo MS e enviados para todas as Unidades Básicas de Saúde do país, visto que estes orientam os profissionais da saúde nos seus afazeres profissionais. Sendo a família o foco central da Estratégia da Saúde da Família (ESF), sua definição ocupa o centro dos saberes e práticas dos profissionais da saúde ligados ao ESF, o que justifica o interesse em compreender as definições da mesma a partir dos CAB. Para tanto, foi realizado uma Análise Bibliográfica desses cadernos a partir de uma leitura teórica-conceitual, na tentativa de compreender as diversas definições de famílias apresentadas pelos CAB. Dentre os CAB, cinco foram escolhidos como foco de análise em decorrência da maior ênfase dada à definição de família encontrada nos mesmos. Foram localizados a partir da análise, alguns temas centrais que direcionaram os resultados da pesquisa, são eles: família cuidadora, família como instituição formadora do sujeito, família sistêmica, família como domicílio e família como aparelho ideológico do Estado. Os temas centrais foram analisados a partir de uma perspectiva crítica reflexiva, elaborando uma análise intertextual entre os cadernos escolhidos e material teórico selecionado. Foi possível observar que existe uma problematização sobre o tema família nos cadernos, no entanto a definição utilizada pelo MS se restringe a família domicílio. Essa definição acaba por negligenciar a complexidade e polissemia do termo. Este trabalho enquadra-se no eixo temático "Políticas Públicas" por objetivar a análise de documentos públicos da saúde, que direcionam a atenção básica, refletindo no atendimento oferecido a diversas comunidades. As políticas públicas são construídas para atender as demandas da sociedade, e as definições que a norteiam interferem na forma como são direcionadas à comunidade. As políticas públicas devem estar atreladas as peculiaridades que compõem cada comunidade, para que respondam a demandas reais. No caso da família, é preciso compreender suas múltiplas configurações para a construção de políticas públicas eficazes, que realmente visem à promoção e prevenção da saúde.

As práticas de preconceito e de tolerância: de que forma os jovens produzem modos de se relacionar com o “outro” no contexto escolar?

Lorrana Caliope Castelo Branco Mourao, Universidade Federal do Ceara,
Luciana Lobo Miranda, Universidade Federal do Ceará

O presente trabalho se refere ao projeto de qualificação de mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, linha cultura e subjetividades contemporâneas. Sabe-se que na contemporaneidade, observamos que as práticas de preconceito e de tolerância dentro das escolas públicas são bastante problematizadas na comunidade acadêmica, como também em outros locais. Os preconceitos são práticas que possuem um sistema de representação pré-formado, que produz diversos modelos rígidos e normatizados (que aqui pode ser colocado como estereótipo) sobre um determinado sujeito ou fato social, sendo sustentada e atravessada por relações de poder e de saber em um determinado contexto sócio histórico. Por outro lado, em tempos em que é necessário aceitar e entender este “outro”, a palavra tolerância pode surgir com um tom eufêmico e brando, fabricando novas relações entre os sujeitos. Ainda assim, como comenta Carlos Skliar (2004), não se trata de matar, enfrentar, rivalizar, amar ou odiar o outro, mas sim produzi-lo com base em um saber em que diz o que o sujeito é; e um poder que sanciona, normaliza e disciplina os corpos. As práticas de preconceito e de tolerância são produzidas em meio a este emaranhado que permeia o nosso cotidiano, produzindo diversas lutas, tensões e atravessamentos. O objetivo desta dissertação é problematizar de que modo estas práticas entram na escola, produzindo novas relações entre os alunos, como também consigo mesmos. Mais do que isso, torna-se necessário entender também como as políticas públicas produzem projetos que se propõe a combater o preconceito, ou reforçar a tolerância, que pode servir apenas para apaziguar e borrar as diferenças. Podemos citar o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que tem como objetivo prevenir doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, mas também prevenir as discriminações e os preconceitos dentro das escolas diante das mais diversas identidades de gênero (gays, lésbicas, transsexuais). A metodologia utilizada nesta pesquisa será a pesquisa-intervenção, através de instrumentos como observações informais, diário de bordo e oficinas em que se utilizará a produção e a exibição de vídeos que se tratará da temática do preconceito e da tolerância dentro de uma escola específica. A análise dos dados será feita através da análise de discurso, em que se procurará observar de que forma os discursos se proliferam e de que modo tornam-se rarefeitos, mas também como certos sujeitos adotam certos posicionamentos diante do preconceito e da tolerância dentro das escolas. Através da revisão bibliográfica, concluímos que as práticas de preconceito e de tolerância produzem novas formas dos jovens se relacionarem. O objetivo desta pesquisa é analisar de que forma isto acontece. Importante ressaltar que a pesquisa descrita ainda está em andamento, tendo sido recentemente aprovada pelo Conselho de Ética da UFC.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Aspectos psicossociais relacionados a imigração de haitianos para o Brasil

Danyelle Monte Fernandes da Costa, UFAC

Os fluxos migratórios acontecem desde início da humanidade. em geral, essa movimentação partem das diversas dificuldades no país de origem e são de diferentes naturezas, seja econômica, política ou religiosa. No presente trabalho a ênfase será na imigração específica de Haitianos para o Brasil em particular para o Estado do Acre. Dados da ONU apontam que o Haiti detém o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do continente americano. Após anos de massacres e uma situação de terremoto no ano de 2010 a imigração foi o caminho encontrado por milhares de haitianos. Estima-se que desde o terremoto de 2010 até 2013, entraram no Brasil ilegalmente cerca de 10.000 haitianos. Os primeiros imigrantes chegaram ao país mais precisamente em Dezembro de 2010, no município de Brasiléia-AC, que fica há uma distância de 219 Km da capital Rio Branco-AC e na fronteira com a Bolívia. A chegada dos imigrantes deu-se em situação de grande vulnerabilidade social e sanitária. Pela lei brasileira, os haitianos deveriam ser deportados, a partir do momento em que entraram ilegalmente no país, no entanto, a medida não foi e nem será adotada por se tratar de uma questão de ajuda humanitária. Para solucionar essa problemática o governo brasileiro vem trabalhando no sentido de normatizar essa situação. Foi publicado no Diário Oficial da União, em 13 de janeiro de 2012, a resolução normativa número 97 do Conselho Nacional de Imigração sobre a concessão de vistos permanentes a cidadãos haitianos. A Resolução Normativa concedida pelo Ministério das Relações Exteriores libera o visto permanente por razões humanitárias. A viagem dos imigrantes ilegais até o Brasil é longa, de alto custo e feita em condições subumanas. Para solucionar essa problemática o governo brasileiro vem trabalhando no sentido de normatizar essa situação. Objetivo: Analisar o discurso dos haitianos sobre os relacionamentos interpessoais vivenciados na condição de abrigados imigrantes. Método: Amostra composta por 22 imigrantes Haitianos todos do sexo masculino, com idade média de 33 anos. A coleta dos dados realizou-se em abrigo para imigrantes na cidade de Brasiléia- AC, aplicou-se um questionário biosociodemográfico e questões abertas sobre a temática. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2002). Resultados: Os dados mostraram que a maioria possui uma escolaridade de ensino médio completo e são solteiros, 50% da amostra apontam a alimentação e acomodação como razoáveis, em relação ao trabalho todos desejam se inserir no mercado. Na análise qualitativa, verificou-se que nas relações interpessoais com a população local um certo desconforto, pois existe dificuldade na língua, nos costumes, enfim diferenças culturais comprometendo assim as relações, no entanto objetivam uma boa receptividade e oportunidades para melhorar a qualidade de vida. Conclusões: Conclui-se que os imigrantes necessitam mais que políticas de ajuda humanitária, necessitam de ações diretas de informação e conscientização quanto a saúde, leis, enfim Direitos e deveres devem ser trabalhadas com os haitianos nesta condição, para que possam se adequar a nova realidade, sem perder suas raízes, e também motivá-los na busca de uma vida com dignidade saúde, trabalho e respeito.

Atenção domiciliar no contexto comunitário

Cezar Prado Miranda, Centro Universitário Franciscano, Fernanda Pires Jaeger, Unifra, Naiana Gomes da Silva, Centro Universitário Franciscano

A partir da década de 70 os psicólogos passaram a se inserir no campo da assistência pública a saúde no contexto comunitário como destacam Dimenstein (1998) e Campos e Guarido (2007). Os movimentos da reforma psiquiátrica e sanitária no Brasil impulsionaram uma nova forma de compreensão sobre os processos de saúde e doença que culminaram na criação da lei 8.080/90. De acordo com esta lei a saúde passa a ser vista a partir de uma perspectiva ampliada. Para além de uma visão que contemplasse somente a dimensão biológica, há a inclusão de questões sociais, econômicas, ambientais e psíquicas que passam a compor o modelo biopsicossocial (BRASIL, 1990). Além disso, a visão multidisciplinar que é incorporada a noção de integralidade, um princípio básico do SUS, abre espaço para inclusão da psicologia nas equipes de saúde e envolve uma ampliação dos objetos de intervenção. Dentro desta perspectiva as noções de promoção de saúde e qualidade de vida dão um novo sentido às ideias de prevenção e atenção primária a saúde. Assim, há também uma modificação na forma de inserção profissional para além do ambiente institucional, com maior inserção na comunidade. O presente trabalho pretende apresentar algumas reflexões teóricas sobre a atuação do psicólogo no contexto comunitário e de saúde coletiva através da visita domiciliar. Para a realização do mesmo se desenvolveu uma pesquisa de caráter bibliográfico que conforme Gil (2006), é um tipo de pesquisa que se desenvolve baseada em materiais já elaborados, principalmente de livros e artigos científicos. De acordo com a pesquisa a visita domiciliar pode ser considerada uma prática profissional investigativa, ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, a um indivíduo em seu próprio meio social, ou familiares. No contexto comunitário a visita domiciliar tem foco na atenção às famílias e a comunidade, como entidades, influenciadoras no processo de adoecer dos indivíduos. O processo de "sair para a comunidade" necessita ter impacto na maneira de atuação dos profissionais, questionando os seus conceitos acerca do modo de vivência e sobrevivência das famílias (SAKATA, et.al, 2007). A visita domiciliar não somente modifica a maneira de trabalhar dos profissionais, como também, em potencialidades para sensibilizar o modo de agir e pensar deles. Assim, ao prestar a assistência nos domicílios, há a aproximação da realidade das pessoas, possibilitando, portanto, uma reflexão e revisão das próprias atitudes dos profissionais na busca de transformações no cuidado (SAKATA, et.al, 2007). Nota-se que, a Psicologia ao adentrar no contexto comunitário evidencia uma nova forma de produzir saúde, de modo que amplia suas ações ao focar-se na perspectiva da saúde coletiva, considerando aspectos históricos, sociais e culturais de uma determinada comunidade. Neste contexto, a visita domiciliar enquanto técnica a ser utilizada, é vista como um facilitador, pois permite a compreensão da realidade, bem como, auxilia no contato com os sujeitos assistidos, para a manutenção de sua saúde, desenvolvimento da autonomia e resgate de identidade.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Atividades Transversais: quando o Centro de Convivência vai ao encontro do mar

Carla Luiza Oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Stella Brandão Goulart, Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiência que compõe a realização da pesquisa internacional “Modelos de Reabilitação Psicossocial: Brasil e Itália” realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com a Faculdade de Psicologia da Università di Bologna (UNIBO), coordenada pelas professoras doutoras Maria Stella Brandão Goulart (Brasil) e Bruna Zani (Itália). Em uma primeira etapa da pesquisa, foi empregada pelos pesquisadores a metodologia da observação participante realizada nos nove Centros de Convivência em saúde mental de Belo Horizonte. O Centro de Convivência é um serviço substitutivo que faz parte da Rede de Saúde Mental de Belo Horizonte, criada desde 1993. O Centro de Convivência é articulado com os outros serviços da rede como: os Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAMI, CERSAM, CERSAM AD), Consultório de Rua, Centros de Saúde (Equipe de Saúde Mental e Programa de Saúde da Família), Residências Terapêuticas (SRT), dentre outros. O objetivo principal do Centro de Convivência é acolher os portadores de sofrimento mental e trabalhar sua inserção social. Durante a observação participante, realizada pela pesquisadora durante os meses de agosto a dezembro de 2013 em um Centro de Convivência localizado na Regional Norte de BH, além das oficinas artísticas e culturais que são ofertadas no espaço físico do serviço, aconteceram também atividades denominadas pelos pesquisadores como transversais, que são atividades extras que ocorreram fora do espaço do Centro de Convivência. São algumas delas: Jogos da Primavera (torneio esportivo realizado em setembro); Festival da Canção (evento de apresentação e premiação das melhores músicas inéditas de composição dos próprios usuários dos serviços); Viagem para praia de Iriri – ES. Sobre a realização dessa viagem para a praia que o relato de experiência proposto por esse trabalho pretende focar, ao relatar desde o processo de organização da viagem tanto dos profissionais quanto dos usuários e familiares até o desenrolar da viagem. Nesse relato de experiência procura-se identificar como essa estratégia da viagem viabiliza as trocas sociais, o convívio, a inserção social e a co-construção de cidadania dos usuários da rede de saúde mental. Dessa maneira, esse trabalho possibilita dialogar com a psicologia comunitária ao trazer à tona a discussão sobre os possíveis avanços e limites presentes nas práticas em saúde mental que visam uma maior inserção social e/ou comunitária das pessoas em sofrimento mental.

Atividades transversais: um diálogo com a comunidade que ultrapassa as estruturas sanitárias territoriais

Carla Luiza Oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais, Hernani Luís Chevreux Oliveira Coelho Dias, Universidade Federal de Minas Gerais, Julio César Alves dos Santos Gonçalves, Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Stella Brandão Goulart, UFMG, Marina Passos Pereira Campos, Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho busca relatar e descrever as atividades de pesquisa realizadas no contexto do programa Ciências Sem Fronteiras, no período de abril de 2012 a março de 2013 na cidade de Bologna. As atividades foram desenvolvidas

compondo a primeira etapa da pesquisa “Modelos de Reabilitação Psicossocial para usuários do serviço de psiquiatria um confronto das experiências de Minas Gerais e Emilia Romagna”. A investigação foi possível graças ao convênio de Cooperação Internacional entre as Universidades de Bologna e a Federal de Minas Gerais e o Departamento de Saúde Mental de Bologna – DSM-DP. O objetivo do trabalho é analisar e descrever as atividades desenvolvidas que contemplam observação e descrição do serviço de saúde mental de Bologna em geral, com foco nas “Attività Trasverali”- um conjunto de atividades de cunho comunitário realizadas no território da província de Bologna. As atividades Transversais são um conjunto de atividades criadas pelo Departamento de Saúde Mental de Bologna após a Reforma na Azienda Sanitaria Locale di Bologna – AUSL em 2009 que uniu os vários departamentos na província de Bologna em um só o DSM-DP. Com a unificação dos vários serviços algumas atividades foram reunidas em um conjunto de atividades denominadas Transversais, transversais, pois ultrapassam as estruturas sanitárias territoriais. Elas visam a inclusão do portador de sofrimento mental nas atividades e espaços da comunidade, através da busca por autonomia e empoderamento de tais sujeitos, buscando maior visibilidade das temáticas relacionadas à saúde mental na cidade de Bologna. Dentre essas atividades se encontram: Os grupos de Auto-Mutuo-Ajuda – L’albero si può e Uditori di Voci, Grupos de Teatro para usuários dos serviços – Teatro Prosa, Teatro Ragazzi e Qui ci Recita, grupos de futebol – I Diavoli Rossi, a rádio de usuários – Psicoradio, programa de adoção de usuários – IESA (Inserimento esterno sócio-abitativo) e programas de prevenção e promoção da saúde em escolas. Além das observações e entrevistas realizadas dentro desse conjunto de atividades, foram observados também os Centros Diurnos, locais de referência da Reabilitação Psicossocial no território de Bologna. A metodologia utilizada foi a qualitativa com técnica de observação participante, entrevistas e coleta de dados. A orientação teórica utilizada para a escolha metodológica, para observações e análise dos resultados foi a da Psicologia Comunitária e Social. Destaca-se que tais atividades se delineiam como inspirações políticas e sociais para a realidade brasileira que, já anteriormente inspirada na reforma psiquiátrica italiana, tece rumos inclusivos.

Atuação do psicólogo na política de assistência social

Angela Beatriz de Lima Borges, Secretária Municipal de Assistência Social de Aparecida de Goiânia - GO

A atuação do psicólogo na política de assistência social é recente e tem exigido um envolvimento mais crítico com as questões sociais representando um desafio na formação profissional que necessita de novos conhecimentos e mudança na postura das práticas profissionais vigentes. Além disso, a atuação do psicólogo deve compreender a realidade histórica e social da constituição dos indivíduos, a partir da análise da realidade concreta de vida das pessoas, revendo a noção de “sujeito psicológico” com a crença de que a Psicologia só intervém no sofrimento psíquico ou no ajustamento. Nessa perspectiva, processos de conscientização e emancipação são importantes mecanismos psicológicos que levam em conta a realidade sócio histórica do sujeito, considerando as contradições de cada trajetória de vida. Para isso, os psicólogos devem ultrapassar os antigos modelos teóricos metodológicos, criando novas formas de conhecimento para que possam atuar no campo das políticas sociais em geral. A Política de Assistência Social

tem se pautado no rompimento de práticas assistencialistas e clientelistas visando práticas emancipatórias junto as comunidades vulneráveis/marginalizadas. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) representa uma unidade física que desenvolve serviços, programas e projetos junto as famílias de territórios marginalizados atuando de forma preventiva, promovendo a garantia dos direitos, fazendo com que os integrantes dessas comunidades se percebam como sujeitos de direitos e contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida. As atividades são desenvolvidas por uma equipe multiprofissional (assistentes sociais, psicólogos e pedagogas) que desenvolvem intervenções diversas, tais como visitas domiciliares, palestras socioeducativas, rodas de conversa, atividades coletivas junto a lideranças locais, campanhas socioeducativas, fortalecimento de redes sociais de apoio e busca ativa. Em nossa prática, no CRAS Internacional Park do município de Aparecida de Goiânia - Goiás, norteamos nossa atuação profissional nos princípios da Psicologia Social Comunitária e da Educação Popular Freiriana, que têm como horizonte a libertação de condições de opressão para condições de emancipação. Para tanto, é necessário elaborar modelos de intervenções psicológicas comprometidos com a transformação social, quebrando as cadeias da alienação, ou seja, superando as condições de opressão em que a maioria da população está imersa para a libertação pessoal e social.

Cabo Sol e Mar. O espaço social da cidade: as relações humanas na comunidade.

Ligia Claudia Gomes de Souza, Universidade Veiga de Almeida

Essa investigação levantou as opiniões de moradores de Cabo Frio sobre a vocação turística da cidade e seus visitantes, assim como as representações da cidade segundo os moradores. A amostra foi composta por 47 residentes estudantes universitários de ambos os sexos. O instrumento dessa investigação foi um questionário semi-estruturado, o qual foi submetido à análise de conteúdo temática proposta por Bardin (1977). A cidade é um espaço de trocas sociais intensas e onde as relações mais próximas se dão. A relação dos diversos grupos sociais com as cidades que ocupam é a base para a construção da identidade de lugar tão necessária para construção das representações sociais desse mesmo espaço social. Os resultados indicaram uma visão da cidade como um santuário natural, onde a natureza aparece como principal fundamento. Os turistas e o turismo aparecem nas falas dos entrevistados, a partir de uma ambiguidade na qual os entrevistados os entendem como necessários, porém, com consequências positivas e negativas. A cidade é o espaço onde as relações ocorrem e onde as pessoas constroem sua rede social. O lazer, o trabalho, as relações afetivas, as amizades ocorrem e são marcadas na circulação pelo território do espaço público. Esse espaço é ocupado por diversos grupos, separado e diversificado por diversas variáveis. Os objetos de estudo dessa investigação foram a cidade turística e o impacto dos turistas na relação dos moradores com o seu espaço de vida. Na presente pesquisa foi observado que esse material da cidade que foi falada pode ser relacionado à perspectiva de que cidade é uma construção que se dá nas relações sociais e nas práticas discursivas dos diversos grupos. Essa cidade falada pelos entrevistados é um espaço pessoal que é relacionado as suas belezas naturais, na qual os turistas ora são entendidos como invasores de uma espaço pessoal e natural, ora como beneficiários de crescimento, mas que tem muitos

problemas no que se refere à infraestrutura. Esse espaço natural, solar, visitado, depredado, invadido é a cidade onde as relações de proximidade e de contato ocorrem e onde a vida se dá. A relação dos indivíduos com o espaço social ao seu redor deve ser investigada em diversas metodologias, em diferentes momentos e em diferentes grupos. Essas investigações devem sempre problematizar essa relação, apontar as dificuldades como o presente estudo levantou e repensar modos mais saudáveis de relação com o espaço urbano que é ao mesmo tempo natural e artificial. Esse trabalho se articula ao tema do encontro ao pensar as implicações e impactos das políticas públicas em comunidades urbanas, gerando os processos de participação e ocupação do espaço urbano.

Clínica psicológica comunitária na atenção Primária à Saúde Estratégia Saúde da Família: impacto e intervenções a partir da incorporação da dimensão comunitária

Carlos Eduardo Menezes Amaral, Universidade Federal do Ceará

A literatura dos campos da psicologia e saúde coletiva indica que os psicólogos inseridos no Sistema Único de Saúde tendem a reproduzir práticas tradicionais baseadas em um modelo de atuação liberal-privatista, voltado principalmente para a clínica individual. As limitações dessa atuação referem-se principalmente à dificuldade em incorporar os aspectos histórico-culturais envolvidos no processo de adoecimento, tanto em seus modelos explicativos como em sua intervenção. Diferenciamos a psicoterapia/psicanálise da clínica psicológica, compreendendo a clínica como um debruçar-se frente ao sujeito-história-lugar possibilitando a reinvenção de si a partir de um referencial ético-político compartilhado. Este trabalho buscou compreender a incorporação de aspectos sociais e comunitários do território nas experimentações clínicas desenvolvidas pelos psicólogos da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, e que intervenções territoriais individuais e coletivas foram realizadas como repercussão dessa incorporação. A pesquisa partiu de um referencial qualitativo de pesquisa, utilizando a hermenêutica-dialética. Foram realizadas entrevistas em profundidade com quatro psicólogos, triangulando-as com dados de diário de campo de um período de dezoito meses e, após a sistematização inicial dos resultados, um grupo final de validação com todos os entrevistados. Foram identificadas seis modalidades de intervenção clínica, tendo sido incorporados aspectos comunitários em três delas: visitas domiciliares, grupos terapêuticos e grupos de protagonismo social. Observou-se que nessas atividades específicas havia uma maior tendência de atribuir as possibilidades de mudança individual às transformações das relações sociais (comunidade, família e vizinhos). Nas demais atividades clínicas (acolhimento, psicoterapia breve e apoio matricial) a concepção mais demarcada foi de que as mudanças ocorriam por meio da relação estabelecida com os profissionais de saúde (psicólogos e não-psicólogos). Nas atividades de visita domiciliar, grupo terapêutico e grupo de protagonismo também foi mais frequente o uso de recursos da comunidade nas intervenções, enquanto que nas demais atividades o território era visto de forma empobrecida, como fonte de vulnerabilidades e riscos. Quando contexto histórico-social penetra no escopo da clínica, os fenômenos psicológicos individuais revelam-se como a particularização de processos sociais, que incluem relações de opressão engendradas no trabalho, família, relações econômicas, dimensões múltiplas que

compõem o modo de vida das pessoas. Como esse aspecto relacional aparece concretizado principalmente nos vínculos familiares e comunitários, a psicologia comunitária serve de importante arcabouço teórico-prático para fundamentar intervenções clínicas direcionadas aos determinantes sociais do sofrimento psíquico, utilizando-se de recursos geralmente negligenciados em outras práticas psicológicas.

Comunicação com a comunidade: Direitos humano e violência: OS jovens de classe média e a sua visão de direitos

Ligia Claudia Gomes de Souza, Universidade Veiga de Almeida

A presente investigação objetivou identificar as concepções de direitos humanos de jovens de classe média, levantar as situações em que esses jovens observaram o desrespeito aos direitos humanos e as situações que vivenciaram o desrespeito aos seus direitos, assim como as conseqüências dessa vivência para eles. Assim como objetiva, ao levantar essas situações, poder relacionar as variáveis: concepção direitos humanos x violência e exposição à violência. A contribuição social/relevância desse trabalho é, ao trabalhar com jovens de classe média, localizar, discutir e, mesmo, denunciar as condições de violência social vivenciadas por esses jovens, refletir sobre o seu impacto e pensar em novas condições sociais produtores de menor nível de sofrimento psicológico. À Psicologia cabe a problematização dessas condições sociais e sua contribuição vai desde a identificação das conseqüências psicológicas dessas violações, até mesmo, o elemento já citado de denúncia social. Os dados dessa investigação apontaram que os entrevistados indicam um bom nível de conhecimento sobre o que são os direitos humanos, que os direitos humanos se configuram como a possibilidade de direitos para todos e de liberdade para todos. Ao serem questionados sobre a violação dos direitos humanos os entrevistados apresentaram uma perspectiva bem política ao levantar as situações de violação dos direitos humanos, ao apontarem a saúde pública como a principal situação de violação dos direitos humanos. No que se refere à importância, todos os entrevistados consideram os direitos humanos importantes.(100%), mas houve uma grande distribuição das respostas, ou seja, foram apontados diversos motivos para a importância dos direitos humanos.Com relação à violação dos direitos humanos os entrevistados apontaram a classe mais baixa como aquela parcela da população quem tem seus direitos violados e a agressão física foi apontada pela maioria dos entrevistados como a situação que representa a violência. Em resumo os dados apontaram que a maioria acredita que entende o que são direitos humanos, e que estes são direitos e liberdades para todos, os entrevistados acreditam que situações onde os direitos humanos são desrespeitados é na saúde pública dentre outros, todos devem ter direitos humanos , e são importantes mas a classe mais baixa é a parte da população que mais tem seus direitos desrespeitados, entendem à violência como agressão física e verbal, e estas são as que mais presenciam, a relação entre violência e direitos humanos , é que através da violência se desrespeita os direitos ; a violência vai em contrapartida dos direitos humanos, a maioria acha que seus direitos não são respeitados igualmente, que há uma diferença principalmente entre classes sociais, consideram que os políticos são os que mais violam os direitos. Esse trabalho se articula ao tema do encontro ao pensar a presença da Psicologia nas Políticas Públicas e o fazer do psicólogo nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura e Direitos Humanos.

Comunidade, violência e afetividade: reflexões sobre a atuação do psicólogo comunitário.

Carlos Eduardo Esmeraldo Filho, Faculdades Nordeste Fanor, Fernanda Roberta Ferreira Basilio, Fanor

A reflexão analisa o processo de inserção do psicólogo em uma comunidade localizada no bairro Vila União, no município de Fortaleza-CE, na qual existe o domínio do tráfico de drogas, bem como relações com usuários de drogas. O objetivo desse trabalho é refletir sobre essa inserção e sobre como a violência decorrente da disputa entre traficantes e o medo resultante que afeta a comunidade, suas relações e o uso do espaço físico pelos moradores. Consideramos que a relevância do tema reside na ampliação de oportunidades de trabalho do psicólogo junto a dispositivos das políticas públicas, muitos dos quais exigem a inserção do profissional na comunidade. Soma-se a isso a articulação com o tema proposto pela conferência, especialmente no que diz respeito aos desafios e limites que se colocam ao psicólogo diante de comunidades marcadas pela violência criminal. A entrada foi feita por meio de acesso ao espaço físico da comunidade, conversas informais com moradores, realização de entrevistas, observação e registro em diário de campo. Faz-se necessário perceber que tipos de vínculos estão sendo estabelecidos nessa comunidade e em que ponto caberia à entrada desse profissional para a familiarização com a comunidade, o mapeamento psicossocial, a análise das necessidades e recursos e a definição de propostas conjuntas de atuação. Questionamos até que ponto a violência e o medo prejudicam a comunalização, que, segundo a psicóloga social Bader Sawaia, "refere-se à relação baseada no sentimento subjetivo do pertencer, está aplicado na existência do outro, como a família e os grupos unidos pela camaradagem vizinhança e fraternidade religiosa". Baseado nas considerações desta autora, no que se refere à inserção comunitária do profissional de psicologia, pode-se compreender que os moradores mantêm relações afetivas de amizade e de camaradagem entre si e também constroem vínculos afetivos com o espaço físico da comunidade. Em comunidades mais periféricas onde esses vínculos existem, é comum os moradores interagirem no espaço público da comunidade, seja informalmente, organizando eventos festivos ou realizando reuniões e assembleias. Percebemos que, na comunidade pesquisada, mesmo diante da existência de tráfico de drogas e de eventos comuns de violência nas ruas, esses vínculos não são desfeitos. No entanto, a inserção do psicólogo no local torna-se um processo mais delicado, tendo em vista que esse profissional seria um agente externo e inicialmente desconhecido, e a região caracteriza-se pela mistura entre comunidade e o tráfico. Percebemos que para construções de relações de um psicólogo com a comunidade é indicado articular modos de atuação entre os dois contextos, ou seja, realizando o trabalho de maneira a fomentar a participação ativa da comunidade, com o objetivo de evitar paternalismos. Nesse caso, em que há o domínio do tráfico de drogas, o psicólogo precisa, no processo de familiarização com a comunidade, conquistar a confiança dos moradores, tornar-se conhecido a fim de conseguir efetivar sua inserção e propor atividades de construção, potencialização e dentre outros projetos na comunidade referida.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Configuração e Atuação das Equipes dos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) de Minas Gerais

Arthur Kelles Andrade, Universidade Federal de São João del Rei, Elisa Pinto Pessoa França, Universidade Federal de São João del Rei, Walter Melo Junior, Universidade Federal de São João del Rei

Os Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) surgiram como uma ação das políticas públicas na tentativa de interromper a cadeia de transmissão do HIV/Aids. Este consiste em um serviço de saúde o qual tem por objetivo a promoção da saúde e a prevenção de DST/Aids, realizando, para isso, atividades como: testagem sorológica para HIV/Aids, sífilis e hepatites B e C e aconselhamento pré e pós-teste. O aconselhamento é definido pelo Ministério da Saúde como um processo de escuta ativa que visa o resgate da integralidade do usuário para que este tenha a possibilidade de reconhecer-se como sujeito de sua própria saúde. Tal prática é vista como um momento que o usuário pode ser orientado e receber apoio emocional necessário, podendo, assim, refletir sobre suas condutas e atitudes que lhe oferecem risco. Desse modo, os objetivos do aconselhamento nos CTA dialogam com a proposta da psicologia (social) comunitária a qual visa colaborar para a formação da consciência crítica do cidadão e usuário do serviço, e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos. O objetivo desta pesquisa é estudar a configuração de equipes dos CTA em Minas Gerais, assim como os modos de atuação de cada profissional, notadamente de psicologia. Esta possui dois eixos de investigação: fazer o mapeamento de CTA no estado, as atribuições de cada profissional, os materiais produzidos pela equipe, bem como verificar a inserção de psicólogos nesses dispositivos. Para tanto, utilizamos livros, artigos e documentos governamentais, além de entrevistas com os referidos profissionais e coleta dos materiais utilizados pela equipe (catálogos, vídeos etc.). A pesquisa encontra-se em desenvolvimento e até o momento obtivemos os seguintes resultados preliminares: desconhecimento da população e de alguns profissionais da área da saúde sobre a existência do serviço; fragilidade da identidade dos CTA; assim como carência de psicólogos em alguns dos dispositivos. Segundo dados do Ministério da Saúde, nos últimos 10 anos, a taxa de detecção de Aids no Brasil aumentou aproximadamente 2%, demandando novas reflexões e debates acerca do tema para que mudanças sejam tomadas a nível das políticas públicas. Nesse contexto, o CTA consiste em um dispositivo fundamental na interrupção da transmissão do HIV/Aids, assim como na implicação da comunidade na construção da saúde. Os pontos elucidados demonstram interface com a presente pesquisa, visto que esta se propõe refletir sobre a Aids na atualidade e, principalmente, a possibilidade de deter essa cadeia de transmissão através do dispositivo de saúde CTA, ou seja, visa promover uma reflexão e debate que possa, posteriormente, potencializar os serviços prestados à comunidade. O caráter social e comunitário deste trabalho busca uma aplicação ativa do cidadão no processo de construção de saúde, permitindo que o mesmo se encaixe tanto no eixo temático Políticas Públicas como da própria psicologia Comunitária.

Contribuição da psicologia no sistema de saúde mental do estado acreano e a interação com comunidade local

Adyson da Silva Diógenes, Universidade Federal do Acre, Danyelle Monte Fernandes da Costa, UFAC, Luciano Santos de Farias, UFAC

A história da Psiquiatria é tão antiga quanto à própria medicina, fazendo parte da grande discussão sobre o homem e seus atributos mentais, que parte de Thales de Mileto e dura até os dias atuais. A Psiquiatria é uma especialidade da Medicina que lida com a prevenção, atendimento, diagnóstico, tratamento e reabilitação das diferentes formas de sofrimentos mentais, sejam elas de cunho orgânico ou funcional, com manifestações psicológicas severas. No Acre, a psiquiatria foi introduzida com a chegada do psiquiatra Dr. Mohab Machado na década de 70. A ausência de profissionais especializados fazia com que as pessoas que apresentassem algum sintoma que indicasse loucura fossem enclausurados em seu próprio domicílio, ou quando muito agitados, encaminhados a cadeia pública e até mesmo a Colônia Penal. Em 1978 foi inaugurado o hospital Distrital de Rio Branco, que acolhia três especialidades médicas: neurologia, pneumologia, e psiquiatria, que posteriormente os leitos destinaram-se para pacientes psiquiátricos. A reforma ocorreu, e seguindo orientações preconizadas pelo Ministério da Saúde, algumas medidas foram tomadas como a mudança do nome do hospital em 1999 para HOSPITAL DE SAÚDE MENTAL DO ACRE – HOSMAC que é o único centro de referência à saúde mental no Estado do Acre. Psicologia e Psiquiatria são parceiras de longa data, compartilhando história, ideologias e contribuições. A inserção do Psicólogo no hospital psiquiátrico surgiu após a Reforma Psiquiátrica que passou a ser considerado um profissional fundamental e insubstituível na assistência a pacientes que sofrem de transtorno mental, garantido por lei, art. 7º, inc. II, da Lei 8080/90, que trata da integralidade da atenção à saúde. Objetivo: Apresentar a importância da psicologia e sua influência na relação entre portadores de transtornos mentais de um hospital psiquiátrico e a sociedade no estado do Acre. Metodologia: Foram entrevistados os dois psicólogos do HOSMAC, localizado no Rio Branco/AC. Resultados: Verificou-se que a instituição, ainda não se adaptou estruturalmente ao proposto pela reforma psiquiátrica, porém houveram mudanças a partir do olhar e atuação da psicologia, como a criação do Projeto Arte que consiste em oficinas de arte que ocorre em um espaço cedido pela comunidade nas proximidades do hospital que atende a qualquer pessoa da comunidade, pacientes que tiveram alta e para pacientes que podem ser liberados com acompanhantes. Outros projetos estão em processo para breve iniciação como o Terapia Comunitária, que atenderá a líderes comunitários e cidadãos em geral. Conclusão: A Reforma Psiquiátrica deveria ser entendida como processo social que envolve a mudança na assistência ao doente mental de acordo com os novos pressupostos técnicos e éticos e a incorporação cultural desses valores. Neste sentido, o HOSMAC ainda não alcançou tais mudanças. A inserção do psicólogo no contexto do hospital psiquiátrico do Acre, foi constatado a importância do seu papel, principalmente nas elaborações e execuções dos projetos alternativos que atendem clientes ex-internos, internos e população em geral, buscando uma atuação efetiva com novos meios de tratamento, meios de ressocialização que possam garantir sua reintrodução na sociedade minimizando preconceitos.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Aspectos Históricos, Intervenções Possíveis e o SUAS

André Felipe Jales Coutinho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Ingrid de Carvalho Lavor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A questão social brasileira possui múltiplas manifestações. Entre elas as violações de direitos que levam crianças e adolescentes a iniciarem vínculos com a rua e decidirem utilizá-la como moradia. Essa temática se mostra como primordial para a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Nessa conjuntura o Sistema Único de Assistência Social tem desafios importantes para contribuir assertivamente com essa questão. Esse trabalho possui o objetivo de divulgar pesquisas, experiências e configurações das políticas públicas do SUAS para os participantes da “V Conferência Internacional de Psicologia Comunitária” com a finalidade de relacionar a psicologia comunitária como um recurso teórico/metodológico potente para auxiliar na transformação dessa realidade. Para que essa divulgação se ampare em informações que contribuam com o evento foi realizada uma pesquisa em materiais impressos - livros acadêmicos e o ECA - e em materiais digitais - como documentos do SUAS; site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e artigos online. Com a análise dos dados colhidos é interessante evidenciar que as intervenções possuem aspectos políticos. Portanto, é necessário refletir continuamente sobre a ética no decorrer das práticas dos profissionais do SUAS. Essa preocupação foi construída em um processo histórico, que teve como um dos marcos a década de 1970, com a Pastoral do Menor, rompendo gradativamente com maneiras assistencialistas de enxergar a questão. Outro marco foi a organização do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que organizou essa população politicamente para refletir criticamente sobre os seus próprios contextos de violência e ainda pressionar o Estado por políticas públicas para sanar/minimizar esse problema. Esses elementos históricos auxiliaram na construção dos serviços atualmente que se caracterizam como: abordagens nas ruas, casas de acolhimento, abrigos diurnos, escolas abertas e específicas para essa população, serviços de acolhimento noturno e casas-lares. No âmbito do SUAS e de acordo com o documento “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais” (2009) os serviços específicos para essa população são: Serviço Especializado em Abordagem Social – Na Proteção Social Especial de Média Complexidade; Serviço de Acolhimento Institucional nas modalidades de “Abrigo Institucional” e “Casa-Lar” e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – Os últimos dois serviços se encontram na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Apesar dos esforços de vários atores sociais, instituições governamentais e não governamentais ainda há lacunas econômicas, de recursos humanos e de incentivos para capacitação das equipes, que atuam com esse público-alvo.

Da experiência em um CAPS infantil para uma genealogia da medicalização em saúde mental no SUS

Joyce Both, Centro Universitário Franciscano, Marcos Adegas de Azambuja,
Centro Universitário Franciscano - Unifra

O presente trabalho refere-se ao projeto de iniciação científica que tem por objetivo analisar as relações entre as neurociências e a medicalização articuladas às políticas públicas em saúde mental nas práticas de profissionais e usuários de

um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Este trabalho justifica-se na contribuição para a formação acadêmica no sentido de pensar a prática da psicologia comunitária nas relações com as políticas públicas de saúde mental, procurando mapear as práticas e os processos de subjetivação e, desta forma, construir coletivamente estratégias e ações neste contexto. Para isso, pretendeu em seus objetivos específicos, analisar o modo como as práticas de medicalização do sofrimento psíquico e adequação do uso de psicotrópicos se articulam com os princípios e políticas preconizados no Sistema Único de Saúde (SUS) e nas políticas de Saúde Mental; problematizar como a relação com o diagnóstico e a prescrição médica produz as formas de cuidado dos profissionais e usuários envolvidos; investigar os discursos que estão sendo produzidos sobre o conceito de saúde e saúde mental nas práticas dos profissionais e usuários do CAPSi. Esse estudo caracteriza-se pela base metodológica da pesquisa intervenção, permitindo que as próprias formas de intervenção e levantamento de informações sejam analisadas e questionadas, tanto pelos pesquisadores, quanto por aqueles que são pesquisados. Em relação aos procedimentos, foram realizadas quatro participações nas reuniões gerais da equipe, seguindo a proposta de grupos focais. Os encontros foram gravados e transcritos e, além disso, fez-se uso de diários de campo. Os grupos contaram com aproximadamente 24 participantes, sendo estes da medicina, fisioterapia, pedagogia, enfermagem, psicologia, arte-terapia, técnicos de saúde mental, residentes e estagiários de psicologia. Para a análise dos materiais, utilizou-se o pensamento arqueogenealógico de Michel Foucault, analisando as condições históricas de possibilidade de um saber e o saber em termos de estratégias e táticas de poder. Como resultados, com relação ao uso de psicotrópicos e suas articulações com as políticas públicas, pode-se perceber a centralidade do saber médico e dos medicamentos e, por conseguinte, um complexo jogo de forças sobre os campos de saber que emergem das políticas e práticas de saúde referentes às reformas sanitária e psiquiátrica. As políticas públicas constituem um espaço interdisciplinar e multiprofissional, no entanto, o saber médico distancia-se do lugar da troca de conhecimento para permanecer no lugar da especialidade psiquiátrica. Com relação às formas de cuidado, percebe-se a solicitação pelo diagnóstico e medicamento como a primeira e mais legítima intervenção sobre as crianças usuárias do CAPSi. O diagnóstico estabiliza uma identidade do sujeito, enquanto o medicamento o recoloca na esfera da normalização dos comportamentos. Com a centralidade do adoecimento no organismo, mais especificamente, na química cerebral, as instâncias familiares e escolares procuram um saber que as desresponsabilizem das condições de sofrimento do usuário. Finalmente, referente aos discursos produzidos sobre os conceitos de saúde e saúde mental, percebe-se que a saúde, enquanto dever e direito de todos, torna-se urgência tanto para o usuário, quanto para o profissional.

Da teoria a prática – políticas públicas para homens e violência e seus impasses teórico-epistemológicos com os feminismos no contexto brasileiro e espanhol

Adriano Beiras, Universidade Federal de Santa Catarina, Maria Juracy F. Toneli, Universidade Federal de Santa Catarina, Mateus Pereira Benvenuti, Universidade Federal de Santa Catarina

Esta comunicação busca refletir sobre os aspectos teóricos e epistemológicos que podem promover novos paradigmas para a reflexão e intervenção na esfera das masculinidades, violências e políticas públicas para homens no âmbito comunitário. Há algumas décadas, são realizadas, em diferentes países, intervenções com homens que buscam promover diferentes masculinidades, a equidade de gênero e o fim da violência contra mulheres. Apesar do tempo transcorrido, persistem críticas e impasses com algumas vertentes dos feminismos e com as gestões públicas de recursos destinados a mulheres. Em pesquisa sobre esta temática realizamos entrevistas com profissionais que atuam neste setor no âmbito brasileiro, no estado de Santa Catarina, e espanhol, na cidade de Granada. Foram quatro entrevistas semiestruturadas, duas em cada país. Estas entrevistas foram transcritas e analisadas qualitativamente, por meio de estudos de narrativas apoiados nas perspectivas do construcionismo social, teoria relacional sistêmica e feminismo pós-estruturalista. Sem o intuito de produzir generalizações e sim reflexões críticas e exploratórias, os resultados denotam a necessidade de promover e esclarecer sobre as possibilidades de diálogos sobre como os estudos de masculinidades contemporâneos, feminismos pós-estruturalistas e teoria queer podem promover avanços e ferramentas críticas neste campo de atuação. Busca-se romper com uma lógica de poder e privilégios, disputas de poder entre homens e mulheres, e heteronormatividade, utilizando uma perspectiva de desconstrução e atenção à complexidade do tema. Através das entrevistas, perceberemos como políticas públicas voltadas para homens autores de violência são essenciais para a desconstrução de suas subjetividades alicerçadas nos modos tradicionais do sistema sexo/gênero, bem como a importância da capacitação em questões de gênero para trabalhadores de qualquer setor da rede pública relacionado direta (delegacia da mulher, CRAS e CREAS) ou indiretamente (educação, saúde, outras instâncias judiciais) com a violência e a perpetuação das desigualdades de gênero. As narrativas dos profissionais no contexto brasileiro esclarecem o quanto o sistema de “acolhimento” atual (tanto no judiciário, quanto na assistência social) não dá conta de uma reestruturação efetiva dos sistemas familiares no sentido de afastar-se de relações abusivas, e frisam a importância de um trabalho grupal para uma desconstrução conjunta. Sobre o uso dos feminismos como ferramenta teórica, no contexto espanhol foi possível notar ainda uma confusão quanto ao comprometimento destas teorias e movimentos com a igualdade de gênero, e as possibilidades de uso no campo do trabalho com homens, em decorrência das diferentes ideologias e objetivos feministas. Parafraseando um dos entrevistados no contexto brasileiro, intervir com a violência de gênero sem um trabalho efetivo com os homens autores dessas agressões é como “secar o chão com a torneira aberta”. A reflexão que buscamos fazer é como trabalhar e com quais ferramentas teóricas, práticas e conceituais. Os avanços teórico-epistemológicos sobre masculinidades, feminismos e gênero ainda não alcançam eficazmente o setor da assistência, que ainda apresenta resistências e dificuldades de acolher estas discussões, de forma a promover transformações na prática.

Determinações que Conduzem a (In) Visibilidade Social da População em Situação de Rua: evidências para a transformação

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, André Felipe Jales Coutinho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Cecilya Mayara Lins Batista, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Raquel Ferreira Barbalho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A condição atual da população em situação de rua é algo pouco estudado no Brasil, o que dificulta a apreensão por parte dos gestores de políticas públicas e dos profissionais responsáveis por atendimentos oriundos das políticas sociais das várias determinações que produzem sofrimentos e violações de diversos direitos nessa população. O presente trabalho pretende apresentar dados quantitativos de uma pesquisa-intervenção em andamento em Natal/RN, que tem como um dos objetivos conhecer o perfil sócio-demográfico e psicossocial dessa população a fim de qualificar as ações de políticas sociais a ela dirigidas. Os dados foram coletados em 2013, junto a 27 pessoas adultas em situação de rua da zona leste da cidade, por meio de aplicação de um questionário com um roteiro estruturado. A escolha dos sujeitos foi aleatória, considerando a sua participação em outra atividade do projeto que foi a realização de oficinas, visando a facilitar/fomentar a organização política dos participantes em prol da luta pelos seus direitos. Após a realização dessa atividade eles foram abordados e convidados a responder ao questionário. Todos os entrevistados são do sexo masculino, apesar desse recorte não ter sido estabelecido pelos pesquisadores. A média da idade entre eles é 41 anos e 85% são solteiros. Outro dado importante é que 15% possuem o 2º grau completo, 15% o 2º grau incompleto, 33% possuem o 1º grau completo, 33% o 1º grau incompleto e apenas um dos entrevistados (4%) não forneceu essa informação. Isso indica que há uma fragilização do acesso à educação na trajetória desses sujeitos. Já com o enfoque no tempo de permanência em situação de rua os resultados são: 22% possuem menos de 1 ano; 26% estão entre 1-5 anos; 15% de 5-10 anos; 15% de 10-20 anos; e 22% com mais de 20 anos. No tocante as razões para haverem chegado e/ou permanecido em situação de rua estão: problema de saúde (4%), desemprego (15%), violência doméstica (37%), uso de drogas (44%), perda de vínculos familiares (44%) e outros (7%). Cabe acrescentar que essa condução é multideterminada e os motivos não são exclusivos e se interrelacionam com os demais. As informações obtidas apontam que a maioria está nessa situação há muitos anos e um dos determinantes que influencia tal cristalização de segregação social é a falta de compromisso do Estado em dar respostas articuladas em rede que possam romper com esse ciclo. No que se referem aos direitos humanos, os serviços de atenção psicossocial e saúde que a população em situação de rua consegue acessar são limitados, negados ou são eles próprios violadores. A partir dos dados obtidos foi possível conhecer esses atores sociais segregados para com eles visualizar percursos possíveis de enfrentamento à situação. Esse processo de construção de cidadania está sendo desafiador visando ao processo de emancipação/visibilização dessa população, apesar de inúmeras determinações que convencionalmente se acredita apenas ter o potencial de invisibilizá-los.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Direitos Humanos e enfrentamento a letalidade infanto-juvenil

Flávia Passos Viana, CADH - Centro de Apoio aos Direitos Humanos

Com o aumento da violência nos grandes centros e com as mudanças nas formas de vida experimentadas pela população brasileira percebe-se nas últimas duas décadas que o gradativo aumento dos índices de violência direcionados as crianças e adolescentes, especialmente aqueles já desassistidos pelo Estado ao longo de vários anos.

Com a construção de agendas políticas sobre Segurança Pública e em face aos desafios observados tanto pelo governo como pela sociedade civil, houve a necessidade de se constituir políticas específicas de enfrentamento à letalidade infanto juvenil coadunadas com o compromisso dos Direitos Humanos e as políticas sociais. Para além da Política Pública em si, seus desafios, avanços e retrocessos, o campo de atuação profissional nessa área exige uma constante aproximação e preocupação com o fazer cotidiano, de modo a garantir o direito humano da criança e do adolescente à vida biológica, mas, sobretudo ao acesso à integralidade da atenção das demais políticas sociais. Ser um profissional que atua na área da letalidade de crianças e adolescentes, mas, especificamente no Programa de Proteção, exige do mesmo a disponibilidade e o compromisso de enxergar o outro como pessoa, sujeito de direitos que teve sua integridade de alguma forma violada e que carrega diversos estigmas. Nesse sentido, defender e promover os direitos humanos no Brasil tem se tornado tarefa cada vez mais difícil, já seja pelos diversos interesses políticos em curso, já seja pela complexidade a que nos convida a temática. Pretendemos desenvolver uma discussão pautada nas características dos Direitos Humanos que orienta a prática profissional dentro do Programa de Proteção e para além dele, no enfrentamento à letalidade infanto-juvenil.

O objetivo deste mini curso é criar espaço de reflexão sobre a temática dos DH no Brasil, especificamente no enfrentamento à letalidade infanto juvenil, tendo o trabalho desenvolvido dentro do Programa e junto a rede sócio assistencial de garantia de direitos como o foco deste mini curso. O conteúdo pretendido inclui: Direito à vida; Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA); Sistema de Garantia de Direitos (SGD), Direitos Humanos com enfoque na temática Criança e Adolescente e Apresentação do trabalho desenvolvido no Programa de Proteção (PPCAAM). A metodologia utilizada será: apresentação expositiva, discussão em grupo sobre o conteúdo, apresentação de vídeo sobre enfrentamento a letalidade infanto juvenil (produzido pela equipe do PPCAAM/ES), dinâmica de grupo de produção de painel dos resultados da discussão.

Recursos utilizados: material de divulgação do PPCAAM/ES sobre a temática abordada; vídeo; Power point; papel A4; lápis de cor; revistas e jornais para recorte; papel cenário.

A avaliação do mini curso se dará individualmente através de produção de texto resumida sobre as impressões do conteúdo ministrado. A discussão proposta neste mini curso contempla o eixo temático 1 – Políticas Públicas. Considera-se pertinente a reflexão sobre os direitos humanos e os desafios que a execução dessa política traz ao fazer psi. Além disso, refletir sobre o compromisso com a ética, com a vida, levando em consideração a atuação de um trabalho multiprofissional, multidisciplinar e intersetorial.

Discutindo as potencialidades da práxis do psicólogo comunitário nas políticas culturais.

Francisco Wesley Oliveira Mendonça, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Como se sabe, as políticas públicas são a totalidade das ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar e o interesse da sociedade, configurando-se como as principais mediadoras entre as estratégias de gestão dos interesses públicos e as demandas sociais (SEBRAE, 2014; YAMAMOTO, 2003). Dentre as políticas públicas, as políticas culturais, no contexto brasileiro, são, a partir da carta magna de 1988, enquadradas no rol dos “direitos fundamentais” (CUNHA FILHO, 2002). Desde então, formam um campo em franco processo de valorização social e intervenção nos diferentes níveis de gestão, a exemplo da expansão dos centros culturais e das políticas de incentivo à formação, divulgação e produção artísticas no Brasil. A compreensão deste fenômeno necessita ser feita de lugares distintos das ciências sociais, visando a crítica e o desenvolvimento de ações integradas entre diferentes agentes promotores do desenvolvimento social (MENDONÇA, 2009). O campo das políticas culturais é um dos mais complexos para a atuação do profissional de psicologia, pois a cultura é expressa através de inúmeras linguagens, suportes e particularidades locais e comunitárias. Perpassam práticas de capacitação profissional, criação artística, produção, financiamento e circulação da cultura, exigindo do psicólogo a capacidade de interagir interdisciplinarmente com diferentes áreas profissionais, contribuindo nas equipes com sua visão sobre o processo criativo e com a sua concepção de cultura como uma manifestação psicossocial (SILVEIRA, 2008). O objetivo deste trabalho é discutir, a partir do ponto de vista teórico, as potencialidades da atuação do psicólogo comunitário nas políticas culturais. Para seu desenvolvimento, recorreremos à pesquisa exploratória do tipo bibliográfica. Nossos estudos concluem que na medida em que a psicologia comunitária é concebida como uma área da psicologia social da libertação (GÓIS, 2008), o psicólogo atuante nas políticas culturais deve posicionar-se na busca por dar respostas aos graves problemas de injustiça estrutural e desigualdades sociais, situando sua práxis a partir das circunstâncias concretas do lugar e da política em que atua. Desta forma, este pode promover uma práxis cultural capaz de fortalecer o morador a compreender sua realidade e libertar-se dos condicionamentos que sua estrutura social impõe. Dentre as tarefas consideradas “urgentes” para a práxis do psicólogo (MARTÍN-BARÓ, 1985), destacamos a recuperação da memória histórica dos povos e a potencialização das virtudes populares, como aquelas pertinentes ao campo das políticas culturais. Por seu comprometimento ético-político com a transformação social e sua opção pelo trabalho com a população mais pobre (GOIS, 2003, 2005), a perspectiva da atuação do psicólogo comunitário necessita estar pautada na emergência de atores sociais potencializados em suas virtudes pessoais e comunitárias, seus valores, seus hábitos, sua história, sua memória individual e coletiva. Concluímos, assim, que a atuação frente a produtores culturais locais pode ser encarada como frente a sujeitos comunitários (GOIS, 2003, 2008), potencialmente capazes de melhor compreender seu modo de vida e de sua comunidade, maior reconhecimento de seu valor e poder pessoal, fortalecendo sua memória e sua poética como agentes de transformação social e mobilização cultural local (MENDONÇA, 2013).

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Encontros e desencontros entre equipamentos comunitários: uma reflexão

Camila Augusta dos Santos, Universidade Federal de Minas Gerais, Hernani Luís Chevreux Oliveira Coelho Dias, Universidade Federal de Minas Gerais, Julio César Alves dos Santos Gonçalves, Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Stella Brandão Goulart, Universidade Federal de Minas Gerais, Marina Passos Pereira Campos, Universidade Federal de Minas Gerais

O trabalho apresentado neste resumo é um subproduto da pesquisa de cooperação internacional intitulada "Modelos de reabilitação psicossocial: Brasil e Itália" (2012), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais. Esta pesquisa em andamento envolve a cooperação de duas universidades: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Università di Bologna – UNIBO. Enfocaremos a discussão do trabalho de reabilitação psicossocial desenvolvido em Belo Horizonte, com ênfase no trabalho realizado em um Centro de Convivência - instrumento da rede de atenção em saúde mental do município. O objetivo é o de refletir sobre como se dá a articulação de dois dispositivos do âmbito das políticas públicas sociais, cada qual com suas peculiaridades, num mesmo espaço. No município em questão, três dos nove Centros de Convivência encontram-se num espaço comum aos dos Centros de Apoio Comunitário (CAC's), o que torna relevante a discussão e a especificidade desta situação na promoção de reabilitação psicossocial. Desse modo, o trabalho objetiva também desvendar as nuances do espaço em que essa articulação acontece, entendendo as particularidades de cada um dos equipamentos e como se dá a construção do olhar de um sobre o outro. Como base metodológica, tem-se trabalhado na perspectiva da pesquisa participativa. Documentos, relatos de campo e fontes orais foram também utilizados como fontes complementares. Como resultados tivemos um traçado de diversos momentos de encontros e desencontros entre esses equipamentos das políticas públicas sociais municipais, instigando uma reflexão mais ampla acerca dos entornos que gerem esse espaço (ou que fazem esse lugar acontecer). Os CAC's foram criados para atender pessoas de baixa renda da comunidade, integrando uma rede de serviços e atendimentos guiados pelo sistema da Assistência Social da prefeitura. Os Centros de Convivência, criados na rede de serviço substitutivo da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte, chegam com a finalidade de propiciar convívios, encontros, produções e trocas aos cidadãos portadores de sofrimento mental. Ao pensar o social, o convívio e o apoio comunitário fazem-se, por vezes, sinônimos. Portanto, no que condizem as inúmeras convergências dos projetos, faz-se necessário questionar: Quais as entre linhas da composição dos (des)encontros neste espaço? Estaria o diálogo entre estes dois equipamentos atrelado a questões mais amplas como o contexto político, gerencial e os níveis de informação sobre cada equipamento que a comunidade ali presente tem? E tais questões, seriam responsáveis por configurar este espaço num velejo de momentos de encontros e desencontros, de harmonia e oposições? Este trabalho se insere no âmbito da Psicologia Comunitária, ao refletir sobre os direcionamentos que uma rede de assistência social, constituída também dos saberes Psi, constrói, a partir dos contextos políticos e sociais que o gerem, e como isso interfere na continuidade de parcerias seladas entre equipamentos e na promoção das finalidades dos mesmos.

Entre o direito e o desrespeito: a família no sistema socioeducativo

Daniela Bezerra Rodrigues, Universidade Potiguar, Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, no Brasil, apresenta um percurso histórico marcado por políticas de contenção, repressão e higienização social. Na contemporaneidade, tem-se um cenário de legislações avançadas e progressistas, fruto de pressões sociais, no que diz respeito às políticas voltadas ao atendimento da população infanto-juvenil. Entretanto, observa-se a dificuldade de efetivação das mesmas. Em 2012, foi sancionada a lei que implementou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), com o objetivo de superar as denúncias de violência nesse contexto e desenvolver uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos e com ênfase pedagógica em detrimento da lógica sancionatória. O SINASE foi construído em consonância com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), que segue a tendência nacional de centralização das políticas públicas na família e enfatiza o papel dos familiares na socioeducação dos adolescentes, bem como a necessidade de garantir aos mesmos condições necessárias para o cuidado com os seus jovens. Neste sentido, o presente trabalho objetiva problematizar e discutir como ocorre a preconizada convivência familiar, bem como o acompanhamento e cuidado às famílias de adolescentes que se encontram em unidades de privação e restrição de liberdade do Rio Grande do Norte. Para a realização desta pesquisa-ação ocorreram cinco rodas de conversa com familiares de adolescentes que se encontram nas unidades masculinas de internação de Mossoró-RN e de semiliberdade de Natal-RN. Durante os encontros foram realizadas utilizadas questões disparadoras para que as famílias refletissem e compartilhassem suas experiências, bem como para que pudessem pensar juntas em formas de superação das problemáticas enfrentadas. Os principais tópicos que emergiram nos encontros com os familiares se referem, principalmente, à visão dos profissionais e da sociedade sobre as famílias, são eles: culpabilizadas pelos atos infracionais dos jovens; consideradas “desestruturadas”, mas sem o suporte necessário e previsto nas legislações para o cuidado de seus adolescentes; descumprimento do direito à convivência familiar, com impossibilidade de deslocamento para as visitas e ausência de contato telefônico; violências e violações de direitos sofridas pelos adolescentes e o impacto na saúde dos mesmos e das famílias; medo de represálias em caso de denúncias “aos direitos humanos”; “punição à família”, com violências indiretas e ocultas, como nos procedimentos de revista íntima e situações vexatórias que afastam os familiares do convívio com seus adolescentes privados de liberdade; desconhecimento dos direitos e da situação dos filhos no sistema socioeducativo; e, culpa que os familiares sentem pelo “fracasso” na educação dos adolescentes que cometem os atos infracionais; entre outras questões importantes. Ao longo dos encontros foram construídos documentos com reivindicações e pensadas estratégias de superação das violações, partindo do pressuposto que o espaço de expressão no grupo proporciona uma possível destinação para a dor e a revolta, que, ao invés de, unicamente, entristecer e adoecer pode gerar protagonismo, resistência e luta coletiva pela efetivação do SINASE e dos Direitos Humanos dos adolescentes e das próprias famílias.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Escrita e Reabilitação Psicossocial: possíveis articulações

Carla Luiza Oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais, Julio César Alves dos Santos Gonçalves, Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho integra uma pesquisa intitulada “Modelos de Reabilitação: Brasil e Itália”, que é fruto de uma cooperação entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Bolonha, financiada pela FAPEMIG, e tem o objetivo de fomentar o exercício reflexivo em torno da importância das oficinas de jornal sediadas em um dos Centros de Convivência de Belo Horizonte para o processo de reabilitação psicossocial dos cidadãos com sofrimento mental. As oficinas voltadas para a produção de um jornal de circulação interna em um dos Centros de Convivência da cidade, serviço integrado à rede de Saúde Mental do município, contam com ampla participação de seus usuários, de seu planejamento ao seu desenvolvimento, e abrem espaço para que os mesmos se dediquem à produção de textos, articulando assuntos relacionados à política, à literatura e ao cotidiano. Além de subsidiar a construção de trocas de informações e de saberes, a realização dessas oficinas está vinculada à política inclusiva que delinea o plano de ações adotado pela equipe de profissionais do Centro de Convivência, visando a reabilitação psicossocial e o fortalecimento da participação política das pessoas atendidas nesse serviço. A construção deste trabalho se deu por meio da observação participante do pesquisador, que ao frequentar as oficinas de jornal oferecidas em seu campo de pesquisa pode constatar o caráter heterogêneo do grupo de pessoas ligadas a elas, seja pelo nível de escolaridade ou socioeconômico. Essa diversidade, aliada ao incentivo à escrita, direcionado aos usuários, contribui para a formação de um ambiente propício à realização de trocas, oferecendo a esses sujeitos a possibilidade de darem visibilidade as suas queixas, medos e desejos, através do endereçamento de suas letras ao olhar do outro. Criam-se então, condições para que os cidadãos em sofrimento mental compartilhem suas experiências, fomentando assim, a formação de novas opiniões acerca da relação entre a loucura e a sociedade. Além de esse movimento incentivar a emergência de críticas às ações e concepções que justificaram a marginalização e a normalização das pessoas com sofrimento mental, ele permite que os usuários inseridos na oficina de jornal tenham outra forma de contato com a temática da luta antimanicomial, conhecendo sua história e se informando sobre os assuntos ligados a mesma. O caráter transformador dessas oficinas também pode estar relacionado ao fato delas colaborarem com a comunicação entre os usuários, sendo essa uma ferramenta para inclusão e reabilitação psicossocial destes, através do alargamento de suas relações sociais, dentro e fora da estrutura do serviço. Entende-se então, que ao escreverem, esses sujeitos têm ao seu alcance a oportunidade de se inscreverem em lugares e territórios que antes lhes eram negados. Este estudo está articulado ao campo da Psicologia Comunitária por tratar de questões ligadas a um modelo de serviço marcado pelo diálogo coma comunidade, onde muitos psicólogos (as) estão presentes, e por destacar práticas de intervenção que utilizam a arte como ferramenta para a reabilitação psicossocial do cidadão em sofrimento mental, apontando os problemas e contradições que desafiam os usuários e profissionais inseridos nesse espaço.

Estratégias de Trabalho no Serviço de Convivência e Fortalecimento De Vínculos com Crianças em um CRAS de Juazeiro Do Norte- CE: Um Relato de Experiência

Bryan Silva Andrade, Faculdade Leão Sampaio, Cícera Mônica da Silva Sousa Martins, Faculdade Leão Sampaio

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma estratégia ofertada pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que visa promover a construção e a fortificação dos laços comunitários, por meio de formação de grupos e desenvolvimento de atividades que amplie o potencial dos membros como sujeitos atuantes no processo. Neste ofício, a Psicologia Comunitária é um suporte teórico muito importante para a realização dos grupos, pois quando é possível obter uma visão crítica sob a comunidade onde o público assistido se encontra, entender suas práticas sociais e localizar os atores sociais mais influentes, pode-se estruturar ações que objetivem a promoção do desenvolvimento comunitário, da autonomia e empoderamento dos moradores. No caso do CRAS onde as atividades foram realizadas, um dos SCFV com maior procura pela comunidade são os grupos de crianças, correspondentes à faixa etária de seis a catorze anos, requerido tanto pelos pais, que buscam ocupar os filhos no contraturno escolar, tanto pelas crianças, que veem nesse espaço um local que permite a formação de novas amizades e brincadeiras. O foco de atuação com este público-alvo é a prevenção de situação de trabalho infantil e a promoção dos vínculos comunitários. É na infância onde ocorrem as primeiras formações de vínculos e o desenvolvimento da comunicação, então trabalhar com esse público alvo implica em facilitar a potencialização destas habilidades e promover a superação de situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. O objetivo deste trabalho é trazer o relato de experiência de um estágio profissionalizante realizado em um SCFV de crianças em um CRAS da cidade de Juazeiro do Norte, mostrando quais táticas de trabalho são utilizadas pelo psicólogo nesta frente de prevenção e promoção do bem-estar social. As atividades são de caráter curricular e começaram a ser desenvolvidas em agosto de 2013 e perdurarão até junho de 2014, realizadas semanalmente. Partindo do viés da observação participante, durante o acompanhamento do grupo foram utilizados diversos recursos lúdicos como o desenho, músicas, brinquedos e rodas de conversas para discussões de assuntos importantes para os integrantes. A partir das experiências realizadas, observa-se que a ludicidade é o principal potencializador da permanência das crianças no processo e quando este dispositivo é utilizado fica mais fácil despertar o interesse dos participantes para a discussão de temas emergentes na sua comunidade. Os assuntos mais abordados pelos membros no SCFV são o Bullying e as práticas culturais locais e saber disso foi primordial para a elaboração de estratégias de integração grupal. Atualmente, cerca de 150 crianças participam do serviço e com a detecção de um considerável número de meninos em situação de trabalho infantil, a tendência é aumentar o contingente. Conclui-se que o trabalho com este tipo de público é algo que está sempre em processo de construção e deve ser feito em consonância com as temáticas relacionadas à infância e como esta é vivenciadas e amparada na comunidade onde as crianças residem.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Famílias acompanhadas em um CREAS: (Des) caracterização dos usuários e Políticas Sociais

Clarissa De Antoni, UFCSPA, Isabela Rodrigues Sanches, UFCSPA, Patrícia da Conceição Fagundes, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

A Assistência Social é preconizada atualmente como um sistema de proteção social e sistematizada por uma política pública. Assim, transforma-se a visão assistencialista em noção de garantia de direitos e cidadania. O Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, como integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consiste em um articulador da proteção social especial de média complexidade, responsabilizando-se pela oferta de orientação e apoio especializado a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade com violação de direitos. O presente trabalho tem por objetivo identificar as principais situações de risco vivenciadas pelas famílias incluídas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) em um CREAS do sul do Brasil. Realizou-se uma pesquisa documental com os prontuários dos usuários assistidos no período de setembro de 2010 a abril de 2013, totalizando cinquenta e cinco famílias. Foram investigadas características sociodemográficas e as situações de risco relatadas. A partir da análise de conteúdo em relação a frequência, foram encontradas sete situações de risco pessoal e social propostas pela PNAS que caracterizam o público a ser referenciado pelo serviço. Os resultados apontaram que 90,9% das famílias tinha a mulher como referência, sendo a média de idade de 42 anos. 63% possuía o ensino fundamental incompleto. Quanto as situações de risco, verificou-se que 58% das famílias apresentava condições de saúde precárias e 81% algum tipo de enfermidade física e/ou mental. Em 45% das famílias encontrava-se ao menos uma mulher em situação de violência doméstica e a violência contra criança e adolescente estava presente em 42% dos casos e 44% viviam em situação de negligência por parte de adultos. O abandono e/ou rompimento de vínculos se fez presente em 40%. Registrou-se a incidência de ato infracional e/ou cumprimento de medida socioeducativa em 31% das famílias. O abuso sexual acomete 24% da população pesquisada e 22% ainda possui crianças em situação de trabalho infantil. Os resultados demonstram as demandas existentes para um trabalho especializado no âmbito da psicologia comunitária e social, voltado para indivíduos que, muitas vezes chegam a estes serviços, desconstituídos enquanto sujeitos em razão da violação dos seus direitos e da vulnerabilidade a qual estão expostos. Acredita-se que conhecer características desta população viabiliza intervenções mais eficazes, que possibilitem a superação das situações vivenciadas, bem como o desenvolvimento e fortalecimento de potencialidades.

Formação e fortalecimento de vínculos na promoção da saúde mental

Andressa Santos de Goes, Universidade Federal de Alagoas, Flávia Regina Guedes Ribeiro, Universidade Federal de Alagoas

O enfoque na formação de vínculos como ação terapêutica possibilita o encontro ou a criação de novas pontes na rede de cuidados em saúde mental, de modo que o usuário possa criar a sua própria rede de modo autônomo, ampliando seu espaço social e afetivo. Nesta perspectiva, realiza-se um projeto

de extensão direcionado aos sujeitos com sofrimento psíquico, usuários de uma Unidade Básica de Saúde do município de Palmeira dos Índios - AL. Diante da problemática do uso abusivo de medicalização do sofrimento psíquico a proposta objetiva elaborar formas de intervenção que contribuam para a efetivação das premissas norteadoras das políticas públicas de saúde mental. O projeto se desenvolve com o intuito de permitir a esses usuários o acesso às informações sobre a organização do atendimento às pessoas em sofrimento psíquico e sobre as funções das estruturas que compõem a rede de atendimento aos usuários dos serviços. Realizar a escuta e o acolhimento do sofrimento vivenciado por estes usuários, tanto em relação à necessidade de utilização de psicotrópicos quanto a como vêm sendo atendidos por essa rede de atenção à saúde mental é a principal ação proposta pelo projeto. Contamos com a participação de 15 usuários, entre eles pacientes psiquiátrico e seus familiares e moradores da comunidade em geral. Como estratégias metodológicas, adotamos a formação de grupos e a realização de visitas domiciliares. A formação de grupos, coordenados por cinco acadêmicas do curso de psicologia, visa estabelecer um espaço de escuta e acolhimento das expressões de sofrimento desses usuários que, juntamente com as visitas domiciliares, servem como dispositivos de cuidado por proporcionarem a formação de vínculos entre as alunas extensionistas e os moradores e entre os moradores entre si. As visitas domiciliares também são realizadas pelas alunas do projeto acompanhadas pelos agentes de saúde, nelas são realizados os acompanhamentos dos participantes do grupo que demandam uma atenção especial em virtude do quadro de sofrimento apresentado. As ações são fundamentadas na perspectiva teórica das Práticas Discursivas, focalizando a dialogicidade e a polissemia na produção de rupturas discursivas que possibilitem (re)criar novas formas de enfrentar o adoecimento e o sofrimento emocional. Durante os encontros do grupo há momentos de discussão sobre as políticas de saúde mental e os modos de efetivação da assistência básica à saúde, o que acontece simultaneamente à escuta e ao acolhimento desses usuários. Os encontros também abordam, além da formação e fortalecimento de vínculos entre os participantes, os modos de convivência na comunidade. A necessidade que estes usuários sentem de serem ouvidos e de terem suas angústias acolhidas é expressa de diferentes formas, o que proporciona um maior espaço de escuta, conversação e acolhimento, conduzido e facilitado, muitas vezes, pelos próprios usuários. Este movimento do grupo revelou a potencialidade da própria comunidade para enfrentar o sofrimento vivido pelos seus moradores, colocando para atuação do psicólogo comunitário a possibilidade de atuar na promoção da saúde mental, tendo como principal ferramenta a mediação da formação e fortalecimento de vínculos afetivos.

Gênero, Saúde Mental e psicologia Comunitária.

Walfrido Nunes de Menezes, Faculdade Estácio do Recife

O presente projeto de pesquisa na área da psicologia comunitária, visou estudar o adoecimento mental e psíquico no cotidiano da mulher doméstica no contexto de sua vida social subsidiados pelos objetivos específicos: identificar a questão de gênero no adoecimento mental e psíquico no cotidiano da mulher doméstica e apontar as principais questões da saúde mental no contexto de gênero no adoecimento mental e psíquico no cotidiano da mulher doméstica. Isto é, fruto

de uma situação em que as mulheres vivem sob dominação masculina ou social, em papéis, rótulos, comportamentos, funções que figuram a discriminação do sexo feminino produzindo os fatores que geram dores, angústias, traumas e desigualdade de direitos de classe e gênero. Primeiro momento da pesquisa. Os gêneros ao longo da história da humanidade, sempre foram pautados por relações que implicam uma constante desigualdade e segmentação entre o feminino e o masculino. Embora essas relações tenham passado por mudanças significativas a partir da segunda metade do século XX, com o avanço dos movimentos feministas, estas ainda não contemplam a totalidade do universo feminino. No segundo momento, através da pesquisa com base em um estudo de caso aplicado a uma mulher em uma comunidade popular, ficou evidente na fala da pesquisada o aparecimento da depressão, pelo sentimento de inutilidade e distância da convivência social. Assim, a presente pesquisa evidenciou e apontou o adoecimento mental e psíquico no cotidiano da mulher doméstica no contexto de sua vida social, fruto de uma situação em que elas vivem excluídas do convívio público. Portanto, nesse espaço restrito e longe do público, perceberemos no depoimento da pesquisada: "Eu penso sim que mulheres que só trabalham em casa estão sujeitas a depressão, pois elas não têm uma ocupação para a cabeça". O que reforça, a proposta da pesquisa sobre o adoecimento mental das mulheres. Portanto, percebe-se uma dependência do marido e o sentimento de não poder contribuir com as despesas, resultando em baixa autoestima, falta de independência e autonomia por parte do universo feminino. Tal processo implica em distorções no processo de saúde mental, resultante de uma cadeia de adoecimento através da violência psíquica neste modelo ainda patriarcal da sociedade brasileira, que pela internalização, intolerância e segregação gera o sofrimento psíquico. A visão tirada dessa pesquisa piloto, que será aprofundada em 2014, trás para a psicologia comunitária caminhos a serem utilizados e seguidos nas comunidades, através de oficinas de gênero e saúde mental no resgate da autonomia e autoestima, desenvolvidas pelos alunos/alunas da disciplina Institucional.

Grupo de professores em uma escola pública: uma estratégia do Centro de Referência da Assistência Social para lidar com a queixa escolar

Isael de Jesus Sena, Instituto de Psicologia - UFBA

A queixa escolar, relacionada às dificuldades vivenciadas no processo de escolarização de crianças e adolescentes de camada menos favorecida, em uma zona rural, na Bahia, tem sido um desafio e ao mesmo tempo impasse para os educadores e a equipe do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Os encaminhamentos desses alunos têm sido feito por motivos diversos: indisciplina, violência, abuso sexual, negligência dos responsáveis pela criança, pobreza, dificuldades na leitura e escrita, suprimento de necessidades básicas, conflito familiar etc. Com o objetivo de compreender o processo de encaminhamento, as diferentes versões sobre as concepções de queixa escolar e as cristalizações em torno desses alunos-problema, foi instituído um grupo operativo que tinha como tarefa discutir acerca dos processos de ensino e aprendizagem e refletir sobre as vicissitudes enfrentadas também pelos professores e as estratégias desenvolvidas por eles para lidar com a dinâmica da sala de aula. A proposta do grupo era acolher

e escutar também a queixa dos educadores na direção de fugir da tentadora, mas insuficiente, abordagem do fenômeno psicológico constituído pelo processo de aprendizagem na perspectiva individualizante. O grupo reunia-se uma vez por mês, durante 3 (três) horas, na sala de reunião da escola da comunidade, era composto de 11 (onze) professoras e a cada encontro era apresentado um tema específico da infância ou adolescência. Foi apresentada uma ementa com cronograma, nele continha indicação de referências bibliográficas, vídeos, filmes e dinâmica. Cada professora tomava a palavra para trazer a discussão uma dificuldade que vivenciava naquele período e apresentava as estratégias desenvolvidas por elas para lidar com os problemas relacionados à escola. Os encontros em grupo duraram 9 (nove) meses. Os resultados revelaram que a intervenção em grupo teve como consequência a redução de encaminhamentos para o CRAS, restando essa alternativa para os casos que apresentavam transtornos do desenvolvimento e desse modo acionávamos a rede de saúde mental. As professoras também relataram que perceberam mudanças significativas na prática de ensino, na relação com o aluno, nas reuniões com os pais e responsáveis, nas relações interpessoais e no enfrentamento da ansiedade diante dos limites e conflitos institucionais, uma vez que a escola estava localizada em uma comunidade marcada pela vulnerabilidade social e risco. Essa experiência revelou que a intervenção em grupo, a partir da interface com a educação, caminha na direção do compromisso ético e político da psicologia, no contexto da política pública de assistência social, e ajuda a promover a emancipação dos sujeitos a partir de uma perspectiva crítica e transformadora da realidade social na qual os indivíduos estão inseridos e são convocados ao protagonismo. Essa iniciativa de criar espaços construtivos de ressignificação diante de questões sociais as quais somos convidados a responder colabora para a construção do conhecimento em Psicologia Comunitária.

Identidades quilombolas e políticas públicas

Dulce Santoro Mendes, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Após a divulgação dos resultados do censo 2000, a ausência de informações sobre os quilombolas suscitou ações dos órgãos oficiais para a sua inclusão na base de dados do IBGE. Para que passassem a figurar na base territorial e conseqüentemente nas estatísticas oficiais foi necessário que as equipes de planejamento do IBGE, mergulhassem na temática para o ajuste de uma metodologia que tratasse a informação sobre os territórios e comunidades quilombolas no contexto da base territorial. Considerar territórios e comunidades quilombolas como setores censitários permitirá um olhar mais especificado e detalhado sobre a população residente, identificando sua necessidade de serviços e políticas públicas, além de proporcionar o acompanhamento social demográfico e econômico para desenvolvimento e aplicação de ações futuras particularizadas para a melhoria da qualidade de vida daquela população. Ocorre que será necessário que os processos de titulação destes territórios tenham chegado ao final para que sejam considerados como áreas de apuração de dados estatísticos, o que tem sido muito demorado. A autoidentificação como descendentes de antigos escravos africanos tem se mostrado como a fase mais árdua do longo processo jurídico que se instaura, o que é refletido nas discussões que tentam definir um desenho identitário de consenso no grupo social, mas

que tem, na maioria das vezes, paralisado o processo de titulação das terras. O resgate das tradições e costumes parece o caminho escolhido para a recuperação do que não se extinguiu por completo. Através da oralidade e com base na memória, que são os aportes tradicionais utilizados nas trocas intergeracionais de informações nestes grupos étnicos, tentam recuperar a historiografia dos núcleos que deram origem as comunidades que na atualidade reivindicam as terras onde antigamente se localizavam os quilombos. A reelaboração cultural, a partir de culturas hibridizadas e resultantes de seguidos processos de fragmentação e recomposição, que passaram os africanos antes e atualmente passam, seus descendentes, é um campo ainda a ser explorado. Esta busca para compreender os processos de formação da uma identidade quilombola, sob a perspectiva dos estudos culturais e pós-coloniais como aporte teórico-metodológico, formulou a proposta da pesquisa aqui esboçada, e que se encontra em andamento. Na prática e em paralelo, a emergência do assunto ainda não foi suficiente para a delimitação dos territórios e reconhecimento das comunidades, o que significa dizer que os processos de titulação que darão acesso aos serviços básicos e as outras políticas públicas encontram-se estacionados. A compatibilização entre os polígonos dos territórios e dos setores censitários que dará a visibilidade às populações quilombolas incluindo-as no cenário estatístico nacional, permitirá também o acompanhamento sócio demográfico e econômico das populações quilombolas contribuindo para o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas mais adequadas às suas necessidades. Objetivo: apresentar cenários atualizados formados a partir do acervo documental sobre o tema, e a situação da sua inclusão na base territorial. Metodologia: a pesquisa irá entrevistar representantes das comunidades quilombolas localizadas no estado do Rio de Janeiro. Os depoimentos dos entrevistados serão acompanhados de observação participativa.

Implicações psicossociais do protagonismo para os jovens pobres

Alexsandra Maria Sousa Silva, Universidade Estadual do Ceará

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa de mestrado em Psicologia, com o foco nos estudos sobre juventude, protagonismo e pobreza. A pesquisa conta com o apoio da Fundação Nacional de Apoio a Pesquisa – FUNCAP e foi realizada no Centro de Cultura e Arte Urbano – CUCA, na Barra do Ceará, em Fortaleza, Ceará, Brasil. A pesquisa sobre a temática ‘juventude’ no cenário acadêmico brasileiro, se comparado ao de outros países, como por exemplo, a Alemanha, pode ser considerada incipiente, uma vez que ganhou impulso somente em 2004, com a Política Nacional da Juventude. A partir dessa categoria central, situamos duas outras: protagonismo e pobreza, demarcando que não estamos pesquisando qualquer juventude, mas sim a juventude que se faz protagonista e está situada dentro de uma realidade multidimensional, que é a da pobreza. Quais as implicações psicossociais do protagonismo para os jovens pobres? Assim sendo, traçamos como objetivo analisar as implicações psicossociais do protagonismo para os jovens pobres. É preterido aqui destacar que a base teórica desta pesquisa parte de uma leitura histórico-cultural da realidade que concebe os jovens se construindo em dialética com o ambiente em que vivem e admite ainda a existência de uma condição juvenil marcada pela pluralidade.

Foi utilizada uma metodologia qualitativa, com uso de grupos focais e entrevistas individuais. Nas análises destacamos que os discursos dos jovens evidenciaram uma incoerência teórico-metodológica: já que o protagonismo é trabalhado e fomentado entre os jovens por meio das políticas públicas, o que justifica o estranhamento dos jovens frente a esse termo? Além do mais, como tornar os jovens protagonistas? A favor de quem está esse protagonismo? Nessa direção, as implicações psicossociais do protagonismo são dadas a partir das seguintes categorias: fortalecimento, liderança e reconhecimento social. O fortalecimento está relacionado à autonomia e toma como base o apoio social. A liderança tem como base o diálogo e a participação. E o reconhecimento social esta relacionado à promoção da cidadania. Esta, por sua vez, está relacionada à participação e autonomia. Por fim, consideramos que as análises que permeiam esse estudo possibilitaram a contribuição de problematizar o que é esse protagonismo para os jovens e analisar como este conceito está sendo operacionalizado de modo a contribuir com o fortalecimento, a autonomia e a cidadania da juventude pobre brasileira. Ao final deste estudo percebe-se o protagonismo se faz presente por um conjunto de elementos, que são de natureza política, educativa, social e psicológica e que assim sendo, pode se apresentar como um caminho de enfrentamento à pobreza multidimensional. Diante disso, é perceptível como os estudos sobre juventude e pobreza dão subsídios para repensar a práxis da Psicologia nas políticas públicas, considerando a tessitura complexa e dinâmica que é a realidade cotidiana dos jovens pobres que vivem na Barra do Ceará. Com isso podemos ir na direção de construir uma ciência psicológica a favor das classes oprimidas e da libertação social. Agradecimentos à FUNCAP.

Inclusão Escolar: uma revisão de artigos brasileiros em periódicos nacionais

Lidiand Mendes Pereira, Universidade de Fortaleza, Luciana Maria Maia Viana, Universidade de Fortaleza

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão da publicação nacional de artigos científicos sobre Inclusão Escolar, no período de 2009 a 2013, disponíveis no Portal de Periódicos da Capes. A noção de inclusão escolar encontra-se fundamentada desde a Declaração dos Direitos Humanos, quando universaliza o direito a Educação, posteriormente reafirmada em outros documentos internacionais e incorporada ao arcabouço jurídico brasileiro. De um modo geral, esses documentos reconhecem a Inclusão Escolar como um processo de construção política e social capaz de acolher e educar todas as pessoas, independente de qualquer característica pessoal e social que elas apresentem. Desse modo, fica evidente que este conceito pressupõe a inclusão para além da questão da deficiência, abrangendo a noção de diversidade, que envolve questões étnicas, religiosas, políticas, de gênero ou de qualquer outra natureza que podem ser considerados como direitos inalienáveis de qualquer indivíduo, marcando as tentativas de normatização e de incômodos frente às diferenças. O levantamento realizado identificou 45 artigos a partir do descritor "inclusão escolar" e como critérios de exclusão definiu-se a língua portuguesa, o descritor contido no título e artigos em periódicos indexados. O tratamento dos dados foi realizado com o auxílio de um quadro que continha: título do artigo, autores, periódico e ano, objetivo da pesquisa e concepção de inclusão. Após a leitura

do material, chegou-se aos seguintes resultados: dos artigos identificados, 86,5% tratam da inclusão escolar especificamente em relação à deficiência; 4,5% desses artigos amplia o conceito para a diversidade, mas discute os dados somente em relação à deficiência; e, por fim, 9% dos artigos abordam e discutem a inclusão escolar em relação à diversidade. É interessante notar que a legislação mais recente que fundamenta a Inclusão Escolar abrange o tema a partir da ótica da diversidade, entretanto, as discussões acadêmicas parecem ignorar essa questão, o que pode acabar contribuindo para reforçar estigmas e preconceitos em relação a membros de diversos grupos minoritários. O processo de Inclusão Escolar, voltado à construção de uma sociedade inclusiva, deve abranger uma discussão da sociedade, incluindo a Universidade, acerca da Educação e da Escola, bem como da diversidade humana, que contemple a complexidade e abrangência que envolvem essas temáticas. Uma sociedade inclusiva reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição social. Considerando esse princípio e vislumbrando um contexto ético baseado nos Direitos Humanos, afirma a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independente das especificidades de cada indivíduo.

Inserção, perda e Psicologia Comunitária: os desafios de uma experiência de estágio na Atenção Básica

Monise Gomes Serpa, UFRGS

O presente trabalho parte de uma experiência de estágio específico numa Estratégia da Saúde da Família-ESF, localizada em Santa Maria-RS, com ênfase na Psicologia Comunitária e da Saúde e tem como objetivo problematizar o processo de inserção do(a) psicólogo(a) no contexto da atenção básica e os seus desafios em lidar com as demandas institucionais e da realidade vivida pela comunidade. Com Freitas (1998) aprendemos a definir os objetivos norteadores do trabalho a posteriori, em um processo decisório que conta com a participação da população. E essa postura se configura na prática como possibilidade de criação, período da consolidação de um "chão" para marcar presença. A inserção é uma importante ferramenta que acompanha o psicólogo em sua busca de se apropriar da realidade em que passa a conviver nesse contexto comunitário e da saúde (FREITAS, 1998). Ela não tem começo nem fim, simplesmente acontece e quando você pensa que se inseriu, os acontecimentos demonstram que ainda há muito que conhecer e experimentar. Segundo Cézanne (1992, p), a sensibilidade do artista na qual "a visão é o que do invisível se torna visível", somos furtados ao mundo objetivo, mas também a nós mesmos a qual podemos nos inspirar em nosso trabalho comunitário, convivendo na rotina das pessoas, despontando como uma nova presença que carrega consigo os efeitos desse existir com. É importante atentar para esse diálogo com a arte, uma vez que topamos com dificuldades enormes de sair da lógica de produção de procedimentos para a produção de cuidados, na ESF (MEHRY, 1998). Por mais que o programa tenha surgido para mudar o modelo assistencial anteriormente focado na figura do médico e da doença, ainda hoje sofremos dificuldades em transferir o foco do trabalho para a comunidade e uma equipe multiprofissional que trabalhe em rede com outros pontos significativos de produção de vida para a população. Por outro lado, foi possível vivenciar o sofrimento da equipe em se sentir abandonada pela gestão ao não ter o quadro mínimo para atendimento da população e isso fez com que fôssemos mediadores

da equipe e a população, “sonhando” em um dia sensibilizar a gestão municipal, assim como incentivadores na participação e manifestação da equipe nos espaços políticos. Dessa forma, sentimos que a inserção tanto na comunidade como na equipe requer de nós um duplo questionamento: o de nossas praticas quando reduzem saúde à doença, não acolhendo sofrimentos reais vividos pelas pessoas, inclusive da própria equipe. Pensar no efeitos de tudo isso na realidade comunitária faz com que façamos nossas práticas sempre pensando em que modelo de atenção estamos criando e qual estamos combatendo, para que não sigamos escondendo muitas questões sociais quando acolhemos os sofrimentos causados por diversas questões. A instituição saúde tem de se ocupar da vida e não apenas da doença e se articular politicamente para enfrentar diversas questões problemas sociais que enfrentamos na atenção básica.

Interrogando o sentido de comunidade terapêutica: supervisão de apoio psicológico no âmbito do cuidado a usuários de álcool e drogas

Leticia Rodrigues da Silva, PUC-Minas, Tatiana Benevides Magalhães Braga, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

O processo de reforma psiquiátrica, embora com o objetivo comum de transformar as visões biologizantes e excludentes sobre o sofrimento e a loucura, vem se configurando de maneira multifacetada, variando o modo como se considera a relação entre sofrimento e espaços sociais e os modos de lidar com relações e questões humanas. Como dispositivo da reforma psiquiátrica, encontra-se a proposta de Comunidade Terapêutica, situada na tensão entre concepções críticas e biologizantes em saúde mental. Inicialmente, tal proposta baseava-se na autogestão, participação, responsabilidade coletiva, novos modos de relação com o outro e apropriação do meio social. Todavia, as comunidades terapêuticas correm o risco de desatrelar seus assistidos do contexto social e imiscuir noções manicomiais no cotidiano. No Brasil, tais dificuldades levaram a algumas distorções do modelo original, pautadas em relações autoritárias e manicomiais. Nesse contexto, a presente pesquisa investigou transformações de práticas manicomiais geradas numa comunidade terapêutica voltada a usuários de álcool e drogas a partir da supervisão de apoio psicológico, prática que propõe o compartilhamento reflexivo das experiências, problematizando o sentido das ações terapêuticas junto à equipe da instituição. A pesquisa adotou como metodologia a hermenêutica fenomenológica, acompanhando a trajetória da Supervisão de Apoio Psicológico e sua inserção no cotidiano da comunidade terapêutica. Para essa aproximação, foram utilizadas visitas à comunidade terapêutica visando conhecer sua dinâmica, participações nas supervisões semanais, registradas através de gravador após anuência escrita dos participantes, e entrevistas com a equipe. Como metodologia de análise, teceu-se uma narrativa da trajetória investigada, buscando descrever o fenômeno e suas facetas no momento mesmo da sua aparição nas supervisões e no relato dos atores sociais. Como resultados, as principais transformações encontradas no cotidiano institucional a partir de discussões promovidas na Supervisão de Apoio Psicológico referiram-se aos seguintes aspectos: o olhar sobre os internos, a reorganização da equipe, a distribuição de funções na própria instituição e as concepções sobre o contato terapêutico. Na discussão desses temas, emergiram embates entre concepções

mais autoritárias e democratizantes de atendimento. O compartilhamento de experiências na Supervisão de Apoio Psicológico tornou-se elemento favorecedor da ampliação do diálogo entre membros da equipe e com os internos, gerando, no caso de alguns funcionários, a busca por processos psicoterapêuticos para além da instituição. Houve ainda a criação de grupos de autogestão entre os usuários, que passaram a decidir a organização cotidiana, maior ênfase em práticas esportivas e terapêuticas, além da implementação do acompanhamento terapêutico em visitas para espaços externos à instituição. O compartilhamento da palavra, via supervisão de apoio psicológico, mostrou-se democratizante: a experiência de expressar o próprio ponto de vista, vivida pelos participantes, possibilitou abrir espaços mais democráticos na instituição, fortalecendo um viés desinstitucionalizante e colocando em debate a institucionalização de olhares pré-definidos sobre drogas e dependentes químicos junto a colaboradores de formações diversas. Conclui-se pela necessidade de enfatizar a democratização de espaços como via de construção da reforma psiquiátrica enquanto política pública, dada a estrita relação entre a legitimação da experiência, a garantia de direito à voz e a possibilidade de reinserção social.

Intervenções da psicologia na comunidade: Atenção domiciliar e grupo de promoção de saúde

Cezar Prado Miranda, Centro Universitário Franciscano, Fernanda Pires Jaeger, Unifra, Naiana Gomes da Silva, Centro Universitário Franciscano

O presente trabalho refere-se a um relato de experiência de atividades desenvolvidas em um projeto de extensão. O objetivo deste projeto é oportunizar a assistência em psicologia em contexto comunitário, no âmbito da atenção básica. As atividades foram desenvolvidas, de março de 2013 até dezembro de 2013, em uma unidade básica de saúde, situada na zona oeste da cidade de Santa Maria/ RS. As intervenções eram voltadas para atendimento grupal e atendimento domiciliar. As ações foram destinadas a um grupo de agentes comunitárias de saúde e a uma mulher que desenvolvia a ação de cuidadora de idosa, no caso a sua mãe. Os objetivos dos atendimentos estão voltados para a promoção de saúde, maior qualidade de vida e intervenções que buscassem a produção de estratégias para o melhor enfrentamento dos conflitos tanto de ordem subjetiva, como física, econômica e social. Foram realizados 23 atendimentos grupais com as agentes de saúde, sendo que o grupo era composto por seis mulheres e um homem e sua duração era de aproximadamente uma hora e meia. Os principais temas trabalhados foram referentes às relações entre a própria equipe de agentes de saúde, a relação que estabeleciam com a equipe técnica e administrativa da unidade de saúde, comunicação, conflitos pessoais e familiares e angústias produzidas a partir de seu trabalho com a comunidade. Foram propostas dinâmicas grupais que melhor possibilitassem o surgimento das angústias, assim como fomentar reflexões no grupo, a partir da proposta trazida pelas agentes e dos coordenadores do grupo. Observou-se no decorrer das atividades, uma maior integração e cooperação entre elas, nas questões que envolvem as relações no trabalho, pois a partir das trocas, puderam perceber e construir estratégias facilitadoras para suas atividades cotidianas, assim como para a resolução de problemas que envolvem as suas próprias relações como equipe de agentes comunitárias. No que se refere às visitas/atendimentos domiciliares foram realizados 12 atendimentos domiciliares,

com aproximadamente cinquenta minutos. A paciente recebeu o atendimento domiciliar, pois não podia deixar sua mãe a qual necessitava de cuidados após sofrer um Acidente Vascular Cerebral sozinha. A paciente apresentava conflitos de ordem subjetiva, conjugal, familiar e social. Em algumas situações trabalhou-se em conjunto com a agente responsável pela visita da família, e em casos de mediação de conflitos familiares. No transcorrer dos atendimentos pode-se observar uma maior autonomia por parte da paciente em relação à construção de estratégias que viabilizassem a resolução de seus conflitos, tanto familiares, como subjetivos. Dessa forma, o trabalho desenvolvido no contexto comunitário e da saúde, propõe uma intervenção que visa à promoção de saúde e uma melhor qualidade de vida aos sujeitos, visto que através das intervenções pode-se observar a construção de estratégias para o melhor enfrentamento de conflitos tanto de ordem psíquica como social e profissional por parte das agentes comunitárias e das pacientes atendidas em contexto domiciliar, de forma a viabilizar uma atenção em saúde mais resolutiva.

Lei do estágio: percepções, contribuições e limites da prática de jovens estagiários

Cintha Rebecca Santos Melo, Universidade Federal da Paraíba, Gabriela Fernandes Rocha Patriota, Universidade Federal da Paraíba, Hana de Castro Dourado Almeida, Universidade Federal da Paraíba, Jéssica Martins Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba

O presente estudo teve como objetivo identificar se a Lei do Estágio é compreendida e efetivada enquanto política pública, segundo as percepções de jovens estagiários vinculados à uma Entidade sem fins lucrativos da cidade de João Pessoa - PB. A compreensão da juventude como uma categoria histórica e agente de transformações sociais, fez o mundo voltar seu olhar para as suas necessidades. Pensando nisso, o Estatuto da Juventude (lei 12.852/13), é um marco legal no reconhecimento dos direitos e das políticas públicas voltadas para os jovens brasileiros de 15 a 29 anos de idade. Dentre eles está o direito a profissionalização, resguardado na Lei do Estágio (11.788/08), que garante a formação educacional e a experiência profissional, possibilitando a inserção do jovem no mercado de trabalho. Participaram do estudo cinco jovens, sendo quatro destes do sexo feminino. Quatro jovens estavam no ensino superior e um deles no ensino médio. As idades variaram entre 18 e 23 anos. Foi utilizada uma entrevista semi-estruturada composta por oito questões relacionadas à juventude, estágio e direitos. Foi realizada a análise de conteúdo temática para tratamento dos dados, organizada em três processos: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Após análise, emergiram seis categorias temáticas: representatividade do estágio; limites do estágio; contribuições do estágio para si; contribuições do estágio para a sociedade; o estágio como direito; e avaliação da garantia do estágio como lei. A primeira categoria abrange concepções sobre aprendizagem, novas oportunidades e articulação teoria e prática. Conforme aponta a literatura, o estágio é uma forma de inserção do jovem ao mercado do trabalho em seu caráter educacional pedagógico sob um viés de preparação para o social, profissional e cultural. Conforme visto na fala dos jovens, pode-se perceber que a política pública propiciou novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e experiência pessoal e profissional. Como contribuições do estágio para a sociedade foi apontado: informar e intervir na sociedade e garantir

direitos. Isso mostra que os mesmos têm consciência que sua prática perpassa o âmbito pessoal. Três jovens apontaram que conhecem o estágio como um direito, entretanto dois informam que seus direitos, enquanto estagiários, são garantidos. Esses dados podem refletir que não há o reconhecimento por parte de alguns jovens de que fazem parte de uma categoria detentora de direitos. Nem todos os jovens entrevistados reconheceram essa política enquanto um direito, porém suas falas refletem a importância dessa prática em suas vidas, enquanto uma forma de aprendizagem, inserção no mercado de trabalho e desenvolvimento pessoal. Apesar de apontar a possibilidade de relação entre teoria e prática como uma contribuição do estágio, esta relação também aparece enquanto conflito na fala dos jovens. Embora a lei não garanta a supervisão para estágios extracurriculares, consideramos que ela poderia auxiliar nessa articulação, inserindo a psicologia comunitária como ferramenta auxiliar no processo de uma prática contextualizada a uma teoria.

Mães e bebês na unidade materno infantil – SUSIPE-PA: a visita em foco

Celina Maria Colino Magalhães, Universidade Federal do Pará, Janari da Silva Pedroso, Universidade Católica de Brasília, Mayana Saraiva Bezerra Okada, Universidade Federal do Pará

Nos últimos anos cresce significativamente o número de internas que estão grávidas ou que engravidam durante o cumprimento de suas penas. Existem leis que asseguram o direito à amamentação aos filhos de mulheres encarceradas, como a Lei de Execução Penal (LEP) – Lei nº 721/84, e as alterações propostas pela Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009, que garante o direito das condenadas de cuidar e amamentar os filhos, no mínimo, até os seis meses de vida. Tais alterações favorecem a garantia de direitos a esta população, levando em consideração a especificidade da condição de encarceramento das presas grávidas, parturientes e, por consequência, de seus filhos. Essa nova compreensão para a vivência da maternidade no Sistema Prisional acena para um avanço no que diz respeito à garantia de direitos à diáde mãe e bebê, assim como aos seus familiares. O desenvolvimento sadio e harmonioso do bebê depende da relação estabelecida com sua mãe ou cuidadora e essa interação para ser efetiva deve ocorrer em uma base estável em longos períodos de tempo. As consequências do aprisionamento materno na vida dos filhos é um problema social praticamente desconhecido e de pouca produção científica, em específico de psicologia. Com isso, indagamos como será a saída desta criança deste contexto, já que após os seis meses de vida a mesma será encaminhada, preferencialmente, para a família de origem, e em último caso, para uma instituição de abrigo. O estudo teve como objetivo traçar o perfil sóciodemográfico das mães da Unidade Materno Infantil (UMI-SUSIPE-PA) e analisar a questão da visita familiar. Para a coleta dos dados utilizamos um roteiro de entrevista. Participaram 17 puérperas na faixa etária de 18 a 30 anos e seus bebês de zero a dez meses de vida, em dois momentos, setembro a dezembro de 2013 e fevereiro a abril de 2014, que aceitaram voluntariamente participar do estudo. O perfil das mães é de baixo nível de escolaridade, em sua maioria oriundas do interior do Estado do Pará e, em geral, cumprindo pena por tráfico de drogas. Dez internas relataram que não recebem visitas de seus familiares, enquanto que sete recebem com baixa frequência, no máximo duas vezes ao mês. Os resultados,

embora incipientes, trazem a tona o relevante debate acerca da visita da família de origem, já que o bebê e a mãe estão envolvidos em um previsível e precoce rompimento do vínculo ao final do período legal estabelecido para a permanência do bebê junto à mãe no cárcere. Para isso, estratégias devem ser elaboradas para promoverem a reaproximação das famílias, além de condições financeiras para o traslado desses familiares do local que residem até a penitenciária e a existência de espaço apropriado para que a visita seja de qualidade. Espera-se que pesquisas dessa natureza possam abrir novas perspectivas em políticas públicas possibilitando intervenções junto à família de origem com intuito de amenizar as perdas advindas do aprisionamento materno e pelo rompimento do vínculo entre mãe e bebê.

Memórias de idosos quilombolas: fortalecimento de vínculos comunitários e produção de novos territórios.

Izabella Barbosa da Silva, UFAL, Saulo Luders Fernandes, Universidade de São Paulo

O presente trabalho refere-se a nossa experiência de estágio acadêmico, realizada em uma Unidade Básica de Saúde localizada no sítio Carrasco – uma comunidade Quilombola do Agreste Alagoano. A UBS, apesar de estar localizada estrategicamente na Comunidade carrasco, abrange mais sete sítios localizados nos arredores da comunidade.

Previamente a chegada à comunidade, intentávamos vivenciar a implementação da política de saúde para comunidades rurais tradicionais, para tal, a primeira atividade desenvolvida consistiu no mapeamento das demandas da comunidade a partir dos relatos dos profissionais de saúde e educação, visitas domiciliares – acompanhadas dos Agentes Comunitários de Saúde e visitas a escola da comunidade. Pudemos, assim, identificar o nível alarmante de sofrimento psíquico e doenças crônicas na comunidade – principalmente em idosos – e a lacuna existente entre as práticas interventivas dos profissionais de saúde e os modos de vida presentes, sendo estas práticas fundamentadas em concepções biomédicas que se caracterizam pela medicalização do sujeito e da vida.

Estabelecemos como objetivo o fortalecimento de vínculos comunitários e a releitura do território a partir das reminiscências dos idosos da comunidade. Apropriamos-nos das problematizações da Psicologia Institucional, com enfoque na saúde – onde nos valem do conceito de Psico-Higiene de Bleger para uma prática que se afastasse da busca pela cura, mas promovesse saúde a partir das atividades cotidianas dos sujeitos. Então, começamos a realizar encontros quinzenais com os idosos da comunidade, onde estes podiam narrar e compartilhar suas memórias. Tendo como aporte teórico as concepções Deleuzianas sobre memória, compreendendo que esta se volta para as vivências do passado – resgatando traços culturais pertencentes à comunidade – ao passo que se lança no presente trazendo novas reflexões a respeito das formas de vida atuais, e se projeta no futuro permitindo novas produções subjetivas. Assim, a memória passa a ser instrumento de promoção de saúde física e psíquica. A participação das reuniões do conselho de saúde da UBS, as visitas domiciliares e as idas a escola da comunidade foram fundamentais para que pudéssemos investigar os jogos de poder e as demandas que surgiam no grupo. As disputas territoriais entre a comunidade carrasco e as comunidades circunvizinhas começava a ficar

evidente nas reivindicações pela “posse” da Unidade, além da pouca aderência dos Idosos dos outros sítios ao grupo – havendo evasão natural que aderiram por não se sentirem parte das memórias que eram compartilhadas.

Surgiu, então, dentro do grupo, a necessidade de remontar o Guerreiro da comunidade. Porém, proporcionalmente a vontade de voltar a brincar o folgado, havia a dificuldade em lidar com as novas configurações que a vida lhes impunha. Além disso, a comunidade carrega em si traços da sua história sofrida, vivendo ainda hoje com escassez do básico para uma sobrevivência digna (água, energia elétrica, saneamento básico...) e, portanto, tinha em geral uma enorme resistência a intervenções externas que não lhe trouxessem contrapartidas econômicas/financeiras, tornando as outras necessidades secundárias e impossibilitando-os ver outros benefícios que estas poderiam trazer, dessa forma os encontros do grupo não tiveram sequência após a nossa saída da comunidade.

Na comunidade e para a comunidade: a atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS

Thalita Mara dos Santos, Universidade Federal de Uberlândia

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) trata-se de um equipamento público estruturado dentro do Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os alicerces de implementação do SUAS foram firmados no ano de 2005 e encontram-se em permanente desenvolvimento/construção formando um cenário propício para reflexão sobre a relação da Psicologia com a Assistência Social. Nessa direção, o objetivo do presente trabalho consiste em apresentar discussões a respeito do compromisso ético-político da Psicologia frente ao desafio de promover intervenções psicológicas voltadas não apenas ao sujeito isolado, mas ao sujeito integrado em uma comunidade, a qual influencia e é influenciada por seus integrantes. Para tanto, será apresentado o relato de experiência da atuação do psicólogo em um CRAS da cidade de Uberlândia- MG, Brasil, explicitando as atividades desenvolvidas, os desafios e as potencialidades dos serviços junto à comunidade. O trabalho dos profissionais do CRAS, inclusive dos psicólogos, é norteado pelas orientações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), as quais definem os públicos prioritários do serviço e sugerem diferentes formatos para as atividades com vistas ao fortalecimento do papel protetivo das famílias. Nesse entremeio, os profissionais de psicologia são convidados a traçar compreensões acerca do próprio significado da palavra comunidade, uma vez que pode-se entender os sujeitos como pertencentes a um grupo familiar (consanguíneo ou não e com diferentes formatos), que por sua vez estão inseridos em uma determinada comunidade. A origem etimológica da palavra comunidade, provém do latim *communitate*, que pode ser entendida como um conjunto de seres vivos que vivem em um mesmo espaço e estabelecem inter-relações. Tal capacidade inter-relacional humana é um dos aspectos que podem ser apreendidos pelo psicólogo no desenvolvimento das atividades e nos atendimentos diversos, funcionando como catalisador dos objetivos a serem alcançados, como por exemplo prevenir situações de risco e as vulnerabilidades sociais das famílias. Nesse sentido, constituem-se alguns exemplos das atividades desenvolvidas no CRAS pelo psicólogo: acolhimento psicossocial; abordagem técnica domiciliar; articulação com a rede parceira (ONGs, OSCIPS, instituições públicas e privadas); encaminhamentos; promoção de eventos comemorativos;

grupos de convivência; grupos socioeducativos; grupos reflexivos e os atendimentos de demandas diversas que surgem com a fluidez do trabalho. O ponto primordial da atuação do psicólogo em qualquer ação desenvolvida consiste na atenção voltada para a emancipação humana mobilizando tanto os recursos subjetivos quanto os recursos sociais/comunitários dos integrantes das famílias. Portanto, o trabalho do psicólogo no CRAS inclui contribuições para a edificação do SUAS demarcando o espaço da Psicologia dentro do âmbito da Assistência Social, juntamente com o compromisso de também trabalhar fora do setting convencional ampliando o campo da Psicologia, bem como fortalecendo as ações comunitárias onde está inserido.

Nos bastidores da política de saúde mental

Arlley Kleyton da Silva, Faculdade Santo Agostinho

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência de um estudante de psicologia, durante o período que precedeu a inauguração de uma residência terapêutica, retratando as estratégias usadas no processo de adaptação dos moradores e servidores ao serviço, as dificuldades iniciais e as disparidades entre teoria e prática na política de saúde mental no Brasil. Objetivo: Descrever e analisar os principais aspectos e dificuldades encontradas na implantação do serviço, bem como na qualificação dos profissionais e adaptação dos usuários a este novo processo de construção de significados e produção de autonomia. Metodologia: Este estudo trata-se de um relato de experiência elaborado de forma descritiva buscando mostrar as vivências de um estudante de psicologia durante todo o processo que precedeu a inauguração de um serviço substitutivo da rede de atenção psicossocial. Resultados e Conclusões: Em 2012 com o objetivo de abrir o primeiro serviço residencial terapêutico sob gestão do município de Teresina, a fundação municipal de saúde convocou 12 cuidadores concursados, após a convocação os cuidadores passaram por um processo de reuniões periódicas na casa onde funcionaria o serviço, como alguns dos cuidadores convocados ainda não tinham se apresentado, as reuniões inicialmente contavam com poucos cuidadores, o número foi aumentando na medida em que os cuidadores convocados concluíam o processo de admissão, uma das cuidadoras convocadas não se apresentou ficando 11 cuidadores, e com esta equipe iniciou-se o processo de treinamento que incluía a parte teórica na qual era abordada a legislação referente a saúde mental, pertinente ao serviço, desde a lei 10.216 até as portarias que tratam dos serviços substitutivos. Em seguida iniciou-se a parte prática com trocas de experiências e visitas aos serviços residenciais já existentes e visita ao Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu - HAA e aos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS na cidade de Teresina. Após esse processo continuaram as reuniões periódicas no serviço e os moradores eram levados para pequenas visitas para que houvesse o processo de adaptação com a equipe. Um diferencial deste SRT em relação aos já existentes no estado do Piauí, foi o fato de possuir dois cuidadores por turno um processo inovador e pioneiro no estado, permitindo uma melhor qualidade do serviço e suporte necessário aos moradores caso um dos cuidadores tenha que se ausentar para acompanhar um morador em outra atividade, um outro diferencial é que quase toda a equipe é composta por graduados e estudantes universitários, alguns deles da área de saúde, a equipe composta por pessoas de 20 a 30 anos de idade. Neste período os cuidadores

tiveram uma vivência em CAPS durante aproximadamente um mês até que o serviço foi oficialmente inaugurado em 29 de agosto de 2012, com oito moradores egressos de longas internações psiquiátricas, e 12 cuidadores concursados.

Novas perspectivas sobre o lugar do homem autor de violência de gênero

Edimilson Duarte de Lima, UERJ, Eloiza da Penha Romualdo da Silva, Universidade Uniabeu, Vanúzia Barbosa de Oliveira Amaral, UNIABEU

O presente estudo visa apresentar parte da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, realizado por estudantes de Psicologia da Universidade Uniabeu no município de Belford Roxo/ RJ. O objetivo dessa pesquisa é discutir o lugar do homem autor de violência de gênero, apresentando a relevância da atenção a este homem, baseado no trabalho realizado no Centro de Referência do Homem – CRH, no município de Duque de Caxias/RJ. O CRH é um órgão da Prefeitura de Duque de Caxias que desenvolve ações voltadas à cessação de qualquer episódio de violência de gênero que tenha o homem envolvido quer seja como autor ou vítima. Este trabalho compõe um corpo técnico especializado que presta atendimento jurídico, psicológico e social, criando alternativas para a resolução dos conflitos que se apresentam no ambiente familiar. No atendimento, a violência de gênero é encarada como um problema psicossocial que demanda atenção não só para a vítima como também o autor da violência. O homem possui um espaço de escuta, de atenção e intervenção que objetiva compreender os processos psíquicos que o leva a praticar a violência. Trata-se de um trabalho inovador no Estado do Rio de Janeiro que aponta para novas formas de atenção aos casos de violência de gênero. Tal perspectiva valoriza as redes sociais (instituições governamentais e não governamentais) que formam o espaço comunitário onde o sujeito vive. A metodologia aplicada à pesquisa parte da análise bibliográfica sobre o tema e entrevistas com os profissionais do CRH. Inicialmente, observa-se que há insuficiência de literatura específica sobre o tema. Os artigos encontrados apontam que as principais características dos agressores são o não reconhecimento de sua ‘culpa’, delegando à vítima toda a responsabilidade por seu comportamento agressivo, e que eles geralmente apresentam baixa autoestima, ansiedade e depressão. Portanto, emerge a necessidade de se expandir o atendimento aos homens em semelhança do que ocorre no CRH. Pois esta rede de atendimento, que é pioneira no Rio de Janeiro desde 2006, tem mostrado sua relevância através dos trabalhos de conscientização, reeducação, entre outros. Nessa perspectiva o diálogo dos psicólogos e de toda a equipe técnica com as redes envolvidas como o NAV – Núcleo de Atenção à Violência, o CIAM - Centro Integrado de Atendimento à Mulher e o SMASDH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, entre outras instituições, é essencial para a realização dos objetivos deste tipo de intervenção. Conclui-se, preliminarmente, que é relevante a ampliação da discussão sobre a violência de gênero, incluindo ainda a importância de tratar esse tema como pauta das redes no território. Nesse sentido, o estudo tem relação com o tema da Conferência e com o Eixo Políticas Públicas.

Novo olhar para a informalidade: estratégia de defesa e de resistência

Natalia Lopes Braga, Unifor, Natália Parente Pinheiro, Unifor

No mundo do trabalho contemporâneo, a informalidade costuma receber uma conotação social negativa, sendo frequentemente associada a riscos, a precarizações, a vulnerabilidades e, principalmente, a ilegalidade. Por este motivo, pouco se tem discutido a respeito da informalidade enquanto estratégia de defesa das obrigatoriedades diretas (carga horária, subordinação) e indiretas (pagamento de impostos) trazidas pelo trabalho formal, num movimento de resistência a estas. Longe de considerar a associação simplista de multiplicação da informalidade como resultado do aumento populacional ou da diminuição da oferta de empregos fruto da automação, este trabalho se constitui em uma revisão da literatura a respeito da informalidade dos trabalhadores de baixa renda, com o objetivo de verificar a existência de estratégias de fuga utilizadas pelos trabalhadores informais para burlar a regulamentação de seus trabalhos e a postura do Estado diante desta situação. Os resultados da pesquisa sugerem que há tempos o Estado brasileiro deixou de ser um Estado de providência, garantidor de atendimento das necessidades básicas (direitos trabalhistas, saúde, educação, segurança, moradia etc) dos cidadãos, por isso, é comum que a iniciativa pela busca do trabalho informal se dê como forma de garantir a sobrevivência, mesmo diante das diversas limitações e riscos consequentes. Percebe-se haver uma invisibilidade intencional por parte do trabalhador informal diante do Estado e das autoridades, de modo a buscar manter-se nesta condição. Tal estratégia é denunciada pelos próprios trabalhadores, ao assumirem a parceria com outros, no geral formalizados, ou ainda com a rede de fiscalização, através do pagamento de propinas, a fim de dificultar a denúncia de sua prática e, deste modo, burlar seu enquadramento no contexto das obrigações formais do mundo do trabalho. Investir parte do lucro do trabalho (com a compra de imóveis, por exemplo) para garantir a renda para a aposentadoria, por conta do não pagamento dos tributos relativos a este benefício, configura como outra estratégia de defesa possibilitadora da condição de resistência contra as imposições tanto do trabalho formalizado, quanto do sistema. Por outro lado, percebe-se também um movimento passivo por parte do Estado na busca de regulamentar esta situação, sugerindo desinteresse em executar medidas eficazes de fiscalização, abstando-se, assim, também das obrigações legais, mantendo a vulnerabilidade e a insegurança da informalidade. Diante disto, pode-se concluir que os trabalhadores informais e o Estado apresentam muitas vezes uma postura conivente para a manutenção da informalidade. Esta pesquisa chama atenção para a necessidade de uma apreensão crítica da realidade e para a percepção dos jogos de poder que vigoram nas estratégias políticas que sustentam a dependência e a desigualdade social. A Psicologia Comunitária, ao lutar e defender os processos de emancipação e autonomia dos indivíduos, pode ser um importante instrumento na construção de um conhecimento crítico para os trabalhadores informais, impulsionando o desenvolvimento de uma práxis libertadora, utilizando o poder criativo e a capacidade de trabalho como instrumento de transformação social.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

O cuidador do idoso dependente: um desafio para as políticas públicas

Ana Claudia Wanderbroocke, Universidade Tuiuti do Paraná, Rosane Antunes de Sá, Universidade Tuiuti do Paraná

O volume de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo rapidamente em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2005), entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223 por cento, algo em torno de 694 milhões, no número de pessoas mais velhas. Esse envelhecimento da população na contemporaneidade é uma das maiores conquistas, mas também um dos maiores desafios da humanidade. É um fenômeno social que repercute nas diversas esferas da estrutura social, econômica, política e cultural das sociedades do século XXI. Nas grandes metrópoles brasileiras, se concentra a maioria dos indivíduos que envelhecem saudavelmente, mas também se concentra um grande número de idosos com dependência. Se por um lado, o aumento da longevidade reflete as mudanças culturais e os avanços relacionados às condições de vida e à saúde, por outro lado, a despeito do processo de envelhecimento não estar necessariamente relacionado com doenças e incapacidades, as doenças crônicas e degenerativas são frequentemente encontradas nas pessoas idosas e, este fato, está diretamente relacionado com maior incapacidade funcional, determinando consequências ao nível do indivíduo, família e comunidade (Karsch, 2003). O estudo teve como objetivo fazer uma reflexão centrada na questão da assistência ao idoso dependente chamando a atenção para o papel do cuidador em casa, o seu impacto na família e como as políticas públicas podem minimizar as dificuldades enfrentadas pelas famílias e cuidadores. A metodologia utilizada foi a busca de literatura relacionada aos cuidadores familiares de idosos com dependência e as políticas públicas brasileiras que subsidiaram uma reflexão crítica acerca desta questão. A discussão foi pautada no construcionismo social, entendendo o envelhecimento como uma construção social, na qual os indivíduos vivem, se desenvolvem e se constroem, numa determinada sociedade. No Brasil, a Constituição Federal (1988), a Política Nacional do Idoso (1994), o Estatuto do Idoso (2003) e o Pacto da Saúde (Portaria 399, de 2006) são os principais marcos reguladores e expressam a concepção de envelhecimento e valores associados ao mesmo, bem como atribuem responsabilidades na assistência prestada aos idosos e seus cuidadores. O suporte aos cuidadores familiares representa um novo desafio para o sistema de saúde e para as políticas públicas. O entendimento do contexto por parte da família pode ajudar a sedimentação de políticas sociais mais focadas na realidade dos envolvidos. Procurando entender e analisar as consequências do processo de envelhecimento nos novos arranjos familiares, com o objetivo de avançar também no conhecimento científico e contribuir para o planejamento e avaliação das políticas públicas voltadas para o envelhecimento.

O Currículo Oculto e a Geografia de Gênero: Localizações da Heteronormatividade na Escola

Fernando Altair Pochay, Universidade de Fortaleza, Juliana Fernandes, UNIFOR, Marília Maia Lincoln Barreira, Universidade de Fortaleza

É no processo de sociabilização dos sujeitos que se apreende as informações necessárias para a vivência em coletividade. Contudo, é no contexto da comunidade escolar, que a produção das verdades se reproduzem e as práticas

disciplinares elaboram estatutos da verdade sobre modos de expressão de subjetividade. O presente trabalho problematiza a violência de gênero como efeito da heteronormatividade, através das práticas disciplinares presentes no contexto escolar que discriminam modos de ser, comportamentos, moralidades e geografias de gênero. A partir das concepções pós-modernas, temos que as relações sociais de gênero não são pensadas como algo definido a partir do sexo biológico, mas, sim, como algo plural, que é de ordem pessoal, mas, também, de ordem social, cultural e política. Nesta pesquisa objetivamos discutir a violência, mais especificamente, com relação à(s) identidade(s) de gênero e sua etiologia, percebendo modos possíveis de sua manifestação na educação escolar através da implantação do currículo oculto e nas vivências do cotidiano educacional. Fundamentadas na revisão de literatura em estudos da área, estruturamos leituras que circundavam as produções acerca da violência de gênero e heteronormatividade no ambiente escolar e consideramos pertinente ressaltar a carência de novos olhares acerca das epistemologias e práticas educacionais, que pedagogizam verdades inalcançáveis e que ferem os direitos sociais e humanos dos sujeitos. A partir dos estudos culturais, dos estudos pós-críticos em Educação e nos pensamentos foucaultianos, problematizamos espaço de discussão sobre as origens e os efeitos da violência e da heteronormatividade no ambiente escolar, pensando que a prevenção desta violência propicia um ambiente comunitário mais saudável para quem está inserido naquele meio. Assim, ponderamos que a intolerância diante da diferença e da/do diferente passa a ser normatizada nos discursos da linguagem e as escolas se distanciam de temas que emergem em meio às inúmeras tentativas de silenciá-los. Neste sentido, consideramos a necessidade de novas tecnologias e políticas públicas a serem pensadas e efetivas, de forma a enfrentar a proliferação da violência de gênero na escola e que percebe a complexidade da materialização do ensino-aprendizagem, em que as práticas disciplinares do sistema social instigam a não aceitação de comportamentos que fogem a regra.

O envelhecimento, a experiência narrativa e a História Oral – um encontro e algumas experiências

Adriana Rodrigues Domingues, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Claudia Valença Fontenele, Universidade de São Paulo

Neste trabalho apresentamos uma reflexão sobre as políticas públicas direcionadas aos idosos, analisando o lugar da velhice no contexto atual e denunciando as práticas e discursos ideológicos que prometem um envelhecimento bem sucedido e que justificam certa gestão desta fase da vida. Na maioria das vezes, uma imagem pré-estabelecida e esperada dos idosos é o que embasa essas políticas, privilegiando a atenção médica e a saúde física ou palestras educativas que ensinam como envelhecer melhor. Consumir saúde e juventude, exercitar-se para alcançar uma boa qualidade de vida, aprender a ter um envelhecimento bem sucedido apresentam-se como práticas e discursos que visam a satisfação das necessidades produzidas pela lógica capitalista – da ocupação do tempo livre à constituição de certo estilo de vida. Um modo de viver a velhice se impõe como produtividade constante, conduzida e garantida pela ciência e pelas técnicas concebidas como saberes absolutos. Como proposição, consideramos a velhice como lugar privilegiado para a narrativa oral de histórias de vida provocadas

pelo método da História Oral. Justificamos, neste sentido, o lugar do idoso como narrador privilegiado em uma comunidade repleta de memórias, palavras e práticas que podem ser socializadas e compartilhadas por todos. A retomada da experiência de temporalidade e de continuidade da palavra transmitida de geração a geração acarreta uma verdadeira formação, válida para todos os indivíduos de uma mesma coletividade. Problematicamos, também, o uso deste método como pesquisa e intervenção e apresentamos algumas experiências realizadas ou supervisionadas pela autora. Consideramos, neste sentido, a História Oral como um método biográfico que reposiciona o lugar político do idoso em relação à realidade social que ele ocupa, ao evitar a busca de verdades históricas e priorizar a captura e a compreensão de versões sobre o passado que a memória possa elaborar. O método pode ser utilizado em contextos e situações diversas, mas sempre a partir do lugar de quem se coloca lado a lado do idoso, com os ouvidos atentos para as histórias que podem vir à lembrança despertadas por uma pergunta, um objeto ou uma curiosidade. O encontro entre o envelhecimento, a experiência narrativa e a História Oral representa uma forma de preservar as testemunhas e os testemunhos, do passado e do presente, que afirmam a identidade e os modos de subjetivação. Ao entrar em contato com histórias narradas pelos idosos, há sempre a possibilidade de que novos sentidos sobre o mundo à nossa volta e as transformações que ele sofreu emergem de maneira potente. O reencontro com fatos, acontecimentos e pessoas que revelam nosso jeito de ser e de viver, permite reconstruir vivências e experiências do passado com os óculos do presente. E isto não significa aprisionar-se no passado, mas conduzir-se de forma mais segura e potente para o futuro.

O grupo em foco: Uma avaliação das atividades grupais desenvolvidas pelos psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Arapiraca - AL.

Pierra Beatriz Cavalcante Oliveira, Fits, Saulo Luders Fernandes, Universidade de São Paulo

O presente trabalho consistiu em uma pesquisa que teve como objetivo compreender o dispositivo grupo em práticas desenvolvidas pelos psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Partindo da discussão de grupo e seu percurso histórico os quais engendrou compreensões bifurcantes, hora se voltando para o indivíduo que o compõe, hora se voltando para a coletividade, na tentativa de superação desta compreensão dualista entendemos o grupo como dispositivo de intervenção que tem a capacidade de favorecer, por sua dimensão processual, a emergência de novos modos de existência com via da criação-experimentação-diferenciação, na configuração de um campo coletivo político. Tomando como referência esta definição, buscamos identificar os modos de produção dos grupos por psicólogos nos CRAS do município de Arapiraca. Utilizamos a Cartografia enquanto método de pesquisa-intervenção, por se propor a, romper a concepção dicotômica entre sujeito e objeto imposta pelos métodos tradicionais e abre espaços para a compreensão de uma dimensão processual da subjetividade, pensada como um sistema complexo que não é constituído apenas pelos sujeitos, mas pelas diversas lógicas institucionais que o atravessam e as relações de forças estabelecidas com a exterioridade. Convidamos quatro psicólogos para participar da pesquisa – utilizando como

critério de escolha o tempo de implantação das instituições CRAS, os quais foram os dois primeiros existentes no município - e observamos durante três meses o dia a dia de trabalho dessas profissionais enfatizando seis grupos elaborados e a aplicação de quatro entrevistas individuais semi-estruturadas. Foram construídas algumas categorias de análise, tais como: as práticas psicológicas enquanto produtoras de biopolíticas, por provocar nos grupos planos de normas e enrijecimento subjetivo, a elaboração dos grupos baseada em modelos representacionistas dos fenômenos, a burocratização dos serviços ofertados pela instituição, o olhar incapacitado dos profissionais para com o fenômeno grupo e a emergência do grupo compreendido enquanto dispositivo. Neste sentido a atuação dos psicólogos comunitários em sua maioria respondia de forma limitada às demandas institucionais, o que impossibilitava a identificação de certos dispositivos de intervenção que permitissem potencializar os usuários em seu caráter heterogêneo e múltiplo, fazendo-o transgredir os significantes sociais dominantes e as regras de assujeitamento impostas. Assim a análise nos oportunizou identificar diversos limites existentes na atuação destes profissionais evidenciando a necessidade de superar está lógica grupalista existente nos grupos elaborados nos CRAS, e apontar para novas pesquisas que possibilitem pensar o grupo em seu potencial, como mecanismos de intervenção capaz de agenciar o enfrentamento dos usuários, constituintes dos territórios abrangidos nas comunidades atendidas pelo CRAS.

O indígena na Universidade: acesso às políticas públicas e impactos psicossociais.

Carla Bigão Machado Gonçalves, PUC MINAS, Keyla Francis de Jesus da Conceição, Puc Minas, Martha Beatriz de Andrade Viana, PUC MG

Neste trabalho temos a intenção de apresentar uma das ações comunitárias que compõem o projeto de extensão MeDH& Ação Comunitária: Mediação Direitos Humanos e Ação Comunitária e, também o estágio intermediário de Psicologia Social Comunitária vinculados ao curso de Psicologia da PUC Minas no bairro São Gabriel. A proposta se dirige a um grupo formado por estudantes indígenas, graduandos na UFMG, provenientes dos estados de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Amazonas, dentre outros. O ingresso aos cursos se dá por meio do convênio entre a FUNAI, o MEC e a UFMG. O convênio tem duração de quatro anos e deve ser renovado após esse prazo, porém, não há garantia de renovação. Os estudantes ingressaram na Universidade a partir de um programa de ação afirmativa, por meio de vagas complementares, o que acrescenta o número de duas vagas, destinadas aos indígenas, nas turmas de seis cursos: Medicina, Enfermagem, Odontologia, Ciências sociais, Ciências Biológicas e Agronomia. O objetivo da intervenção é caminhar, parcialmente, junto ao coletivo de usuários da política pública facilitando sua integração e fortalecimento em vistas do seu bem estar e garantia dos seus direitos humanos - o que contempla o acesso também a outros serviços públicos. Assim os indígenas vivem uma experiência instável, pois enfrentam constantemente o risco quanto a sua permanência nas cidades e nas Universidades. Propõe-se também discutir questões relativas à formação humana do coletivo grupo em suas semelhanças e diferenças. São exemplos: a(s) identidade(s) do(s) indígena(s) universitário(s) e as representações sociais do índio na sociedade. A atividade tende a promover diálogos e reflexões

nos participantes de maneira a se reconhecerem como atores de um momento sócio-histórico ainda em formação. Pode também proporcionar aos sujeitos assistidos pelas políticas públicas de ação afirmativa a visualização sobre que implicações e impactos esta proposta de formação universitária traz para suas trajetórias pessoais, suas comunidades e também sobre seus meios acadêmicos, que passam gradativamente a fazer parte cotidiana das suas vidas. O método de intervenção escolhido para nortear o trabalho foi a Roda de Conversa. Elas podem proporcionar um tempo/espço de troca de experiências e também de construção de práticas e saberes que contribuem para o reconhecimento de sujeitos políticos. Portanto, este trabalho visa contribuir para o desenvolvimento da psicologia social comunitária na medida em que contempla a dimensão dialógica, e a construção coletiva de saberes e práticas, possibilitando assim novas visões dos indígenas, usuários das políticas públicas de ação afirmativa, quanto ao processo de formação acadêmica em âmbito nacional e aos seus direitos estabelecidos na Constituição Federal.

O Lugar Social Dos Idosos Institucionalizados Na Casa Do Idoso Em Juazeiro Do Norte – Ce

Sammyra de Alencar Santana, Faculdade Leão Sampaio

O aumento da expectativa de vida visibilizou as (pre)ocupações com a longevidade, mormente no intuito de que esta aconteça com qualidade. Entretanto, o que se percebe nas instituições de longa permanência e casas-abrigo para idosos e idosas é que ainda há uma desvalorização e um desempoderamento destas pessoas que ali se encontram, onde se torna perceptível a sensação de desamparo e de perda do seu lugar social. Esta pesquisa, cujo escopo busca compreender o lugar social dos residentes na Casa do Idoso, em Juazeiro do Norte – Ceará, se deu através de estágio supervisionado no referido local – no período de agosto a dezembro de 2013 –, que conta atualmente com 67 idosos e idosas e um total de 15 funcionários efetivos e serviços voluntários de Psicologia, Fisioterapia e Psicopedagogia. Apesar de contar com todo este aparato logístico, tal instituição ainda denota características de uma Instituição Total. Utilizou-se a roda de terapia comunitária como trajetória metodológica proporcionadora ao surgimento de demandas e questionamentos psicossociais. A coleta de dados, através de observação participante ocorreram através de vinte rodas de conversa, respeitando-se os aspectos éticos. Dentre os assuntos abordados e escolhidos pelos membros do grupo, pode-se elencar a saudade da juventude e do período em que não estavam institucionalizados, a sexualidade, os desejos (dentre os quais a ânsia pela desinstitucionalização), o não-reconhecimento como ser pertencente à Casa do Idoso, a angústia por não mais trabalharem, a falta sentida dos familiares, as concepções de velhice e do processo de envelhecer, a autoidentificação e o medo da morte. A partir da fala dos idosos e idosas residentes nesta casa-abrigo, pode-se concluir que houve e ainda há uma desambientação, não-empoderamento e perda de seus lugares sociais, visto não haver o sentimento de pertença àquele lugar e, ao mesmo tempo, a desesperança no que respeita ao retorno ao antigo lar. Percebe-se ainda a necessidade de uma conscientização por parte dos moradores e funcionários da casa para que estes indivíduos não se sintam violados em sua individualidade, sem autonomia para gerir sua vida, sem direito à administração de seus pertences e com relação difícil ou inexistente com o mundo exterior.

O Marco Civil da Internet e as políticas públicas de fomento à cultura digital

Luciana de Oliveira Leal Halbritter, Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Maria Inacia D'Ávila Neto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marie Louise
Trindade Conilh de Beyssac, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Está em fase de aprovação o projeto de lei que estabelece o marco civil da internet no Brasil. Ao longo de todo o projeto se vê a preocupação com a garantia e ao mesmo tempo a regulação da oferta e do uso dos meios digitais para o exercício da cidadania. O esforço na compatibilização de princípios constitucionais e direitos fundamentais com a regulação do livre acesso à informação e à participação na vida cultural e no espaço público é sentido ao longo de todo o projeto, que fundamenta a internet no Brasil em três pilares: liberdade, neutralidade e privacidade. O objetivo do presente estudo é examinar os três princípios que informam a regulamentação proposta da internet, assim como as práticas atuais do governo eletrônico em cotejo com o projeto, e com os direitos que a lei do Marco Civil da Internet assegura aos seus usuários, identificar os pontos de conflito entre a prática e a regulamentação proposta, bem como as dificuldades que suscita, tanto no âmbito das atividades de mercado quanto no âmbito das atividades públicas.

Para tanto, serão analisadas tanto as teorias pertinentes a cibercultura quanto as normas constitucionais, seus princípios e interpretação jurisprudencial. Por um lado, será exposto o quadro atual do tratamento jurídico da questão, e de outro as adaptações necessárias à nova regulamentação proposta. Serão colhidos exemplos práticos dos pontos de conflito entre as práticas atuais na internet e os princípios propostos pela nova regulamentação, diretamente dos principais sites, assim considerados conforme a média de acessos, bem como nas redes sociais. Será ainda analisado o papel do poder público no fomento do uso da internet para a participação popular na condução dos assuntos públicos em cotejo com as normas constitucionais que regulam a participação popular nas decisões políticas, de modo a identificar as incompatibilidades existentes e propor vias de compatibilização. A adequação do tema ao eixo temático Políticas Públicas e ao tema da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária se dá pela pertinência da pesquisa acerca das repercussões do incremento da participação do indivíduo nas decisões da esfera pública a partir da regulação da internet como meio de fomento dessa participação. O psicólogo comunitário atuará neste novo contexto social, suscetível a uma intervenção muito maior do indivíduo sobre o coletivo, o que repercutirá nas relações interpessoais e coletivas.

O matriciamento em saúde mental na atenção primária como prática comunitária.

Edimilson Duarte de Lima, Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A discussão apresentada no trabalho é parte da pesquisa de doutoramento em curso no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGPS/UERJ. O objetivo do texto é apresentar o resultado parcial da investigação feita. A Reforma Psiquiátrica e a implantação do SUS apresentam princípios que orientam a reorganização dos serviços em saúde mental prestados à população. Dá-se ênfase à prática comunitária, objetivando a (re)inserção e o protagonismo social da pessoa com transtorno

mental. Assim, a prática comunitária passou a ter uma importância fundamental para os profissionais de saúde pública na produção de cuidado, enquanto Políticas Públicas. Considerando os pressupostos da reforma e do SUS, a prática comunitária faz parte das ações de produção de cuidado do matriciamento. Matriciamento é uma metodologia de prática de cuidado em saúde, constituído por uma equipe de profissionais especialistas, que possui o objetivo de oferecer apoio e retaguarda aos profissionais da Estratégia Saúde da Família. São ações educativas e conscientizadoras no ato de cuidar que levam o sujeito a ocupar um novo lugar no cenário do cuidado em saúde. O matriciamento tem a função de desenvolver ações de cuidado, com enfoque comunitário, a fim de promover formas de organização do sujeito com transtorno mental, incluindo a sua família, estimulando a sua potencialidade, a participação e emancipação social no território. A hipótese do estudo é que a prática de matriciamento em saúde mental na atenção primária é um dispositivo de prática comunitária que favorece a construção de autonomia e emancipação social da pessoa com transtorno mental. Trata-se de uma pesquisa de abordagem psicossocial, de referencial teórico na Psicologia Social Comunitária em diálogo com a sociologia e a antropologia, discutindo os conceitos de autonomia e emancipação social. O estudo tem como base metodológica a sociologia para a análise documental da Lei 10.216/2001 – Reforma Psiquiátrica brasileira - e da Portaria 154/2008 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, enquanto Políticas Públicas. Em seguida, apoiada pela antropologia, a pesquisa utiliza o método etnográfico para a realização de entrevista com quatro profissionais matriciadores, tendo a análise do discurso como caminho para problematizar os dados coletados. Observa-se que o matriciamento em saúde mental favorece a aquisição de novas formas de convívio e apropriação no espaço comunitário. Isso se dá através de intervenções psicossociais, integradas às equipes da ESF, considerando o sujeito no grupo social em suas diversas formas de organização e produção cognitiva. Conclui-se que o matriciamento é um dispositivo de prática comunitária e de produção de cuidado em saúde mental que pode favorecer a construção de autonomia e emancipação social, sendo de fundamental importância para as Políticas Públicas. Nesse sentido, o presente estudo possui afinidades com o tema do evento e com o eixo temático por ampliar as ferramentas teóricas e metodológicas na melhor compreensão dos limites e desafios da Psicologia Comunitária no mundo atual.

O olhar do idoso abrigado sobre a importância da Psicologia e suas implicações: Estudo em um abrigo para idosos na cidade de Rio Branco-AC

Adyson da Silva Diógenes, Universidade Federal do Acre, Andressa Regina Medeiros Nogueira, Universidade Federal do Acre, Danyelle Monte Fernandes da Costa, Universidade Federal do Acre

A população idosa brasileira tem tido papel de destaque em todos os cenários da vida, uma vez que as pesquisas apontam que esse contingente populacional tem crescido significativamente. Em consequência deste crescimento populacional, multiplica-se o número de instituições que abrigam idosos espalhadas por todo país. Neste trabalho a instituição de abrigamento estudada é a única existente na cidade do Rio Branco- AC, o Lar dos Vicentinos existe desde 1955, é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos que abriga idosos que perderam o

vínculo com suas famílias ou que se asilaram por vontade própria. Atualmente o lar funciona em sua capacidade máxima, abrigando um total de cinquenta e seis idosos. Na instituição existe um projeto por parte dos psicólogos em manter atividades para os idosos vinculadas com a sociedade, com isso, busca-se comemorar datas como natal, carnaval e festas juninas, para que haja uma troca entre as vivências da comunidade local com os idosos em situação de abrigo. Objetivos: Verificar as Representações sociais dos idosos asilados sobre a atuação da psicologia na instituição; Conhecer a atuação do Serviço de Psicologia da Instituição. Metodologia: A amostra utilizada para este trabalho foi dividida em Amostra A, composta por dez idosos, do sexo masculino, que vivem no Lar dos Vicentinos e Amostra B, o Psicólogo, da instituição. Os instrumentos utilizados para esta pesquisa foram Questionário de múltipla escolha e Entrevista semi estruturada para ambas amostras A) ; e local de coleta foi a própria instituição. Resultados: Quanto ao perfil dos participantes idosos observou-se que a maioria possui algum tipo de referência familiar, porém foram abandonados, outros entretanto, buscaram a instituição na tentativa de fugir de uma vida solitária, escolhendo viver, voluntariamente, naquela instituição. Verificou-se que todos os participantes não tinham recebido atendimento psicológico antes do abrigo; Verificou-se que idosos não conseguiram ainda diferenciar o papel do Psicólogo e outros profissionais da saúde. Quando há procura pelo atendimento são as idosas mulheres, corroborando com outros estudos. Na entrevista com o Psicólogo que trabalha como voluntário, verificou-se que são inúmeras as dificuldades para realizar um bom trabalho, situações que vão desde os comprometimentos cognitivos dos idosos, passando pelo fator tempo até a falta de recursos. Conclusão: A presente instituição apresenta um papel social relevante, porém, são muitos os ajustes que devem ser realizados para atender a demanda de forma ideal, tanto no que diz respeito a quantidade de profissionais que no momento é insuficiente, como nas estruturas físicas e materiais. Com relação ao cotidiano dos idosos na maior parte do tempo ficam ociosos e poucas são atividades desenvolvidas por eles, por mais que o profissional de psicologia se empenhe para realização de atividades de socialização, os próprios idosos não apresentam um bom relacionamento interpessoal, fato esse que atrasa a recuperação física e psicológica deles. São promovidos alguns eventos de interação com a sociedade nas datas comemorativas, porém percebeu-se que não estão atendendo de forma eficaz na relação entre abrigados e comunidade, sendo assim, os resultados não são tão positivos e pouco inovadores.

O PAC2 na Comunidade do Borel: um acorde fora do tom.

Alberto Carneiro Barbosa de Souza, IBMR, Monique Sidney Moreira, IBMR, Monique Sidney Moreira, IBMR

O presente trabalho tem como objetivo discutir as demandas trazidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento em sua segunda fase (PAC2) e as necessidades dos moradores na Comunidade do Borel no Rio de Janeiro. Diante da demanda do Governo, as empresas que estavam concorrendo à licitação do projeto já haviam realizado, em 2010, um diagnóstico para identificar as necessidades da comunidade. Após a licitação, foram feitas reuniões fechadas, somente com alguns poucos moradores e projetos que haviam na comunidade. As reuniões que não eram de conhecimento de todos, tinham como objetivo

divulgar o que seria modificado com as obras do PAC2, incluindo remoções de casas e apresentar os chamados benefícios que a comunidade iria receber tais como, espaços de lazer, biblioteca, parque, conjuntos habitacionais, espaço esportivo e até mesmo um monotrilha. Foi realizada uma pesquisa com 75 moradores com o objetivo de fazer um levantamento de quantas pessoas o PAC2 havia entrevistado, quantas pessoas participaram das reuniões feitas pelo PAC2, quantos moradores estavam cientes das obras que iriam acontecer, como ficaram sabendo das obras do PAC2 e fazer um breve levantamento das necessidades e do que os moradores entendem como prioridade na comunidade. De uma amostra de 75 moradores entrevistados apenas um foi entrevistado pela referida empresa do consórcio, três estiveram presentes em alguma reunião realizada sobre o PAC2 e somente dez possuem algum tipo de conhecimento sobre as mudanças que irão ocorrer com as obras. Dentre os moradores que possuem um certo conhecimento da obra, souberam principalmente através de vizinhos e parentes.

Como base teórica utilizamos de autores como Marc Augé e seu conceito de "lugar antropológico" e o "não-lugar"; Junia de Vilhena para discutir o território como formador de subjetividade; Gregorio Baremblytt o movimento instituinte e a auto-análise. Além de meios de comunicação que informavam sobre o PAC e suas regulamentações.

Percebe-se uma distorção entre os chamados "benefícios" pelas obras do PAC2 e as reais demandas da comunidade, em momento algum apareceu na fala dos moradores prioridades como conjuntos habitacionais, bibliotecas ou monotrilha que foi alvo de grande discussão na reunião. Apesar de haver a demanda por acessibilidade o monotrilha apenas ligaria uma parte mínima da comunidade, as pessoas diziam ser desnecessário e gastar muito dinheiro tal obra. Vale ressaltar que a Comunidade do Borel fica próximo ao parque nacional mais visitado do Brasil, O Parque Nacional da Tijuca, uma área de grande investimento em turismo que preserva a Mata Atlântica. Atualmente algumas empresas já realizam o turismo em comunidades do Rio de Janeiro e existe essa busca no Borel. O Conceito de auto-análise de Baremblytt consiste em que as próprias comunidades, sendo protagonistas de seus problemas, necessidades, interesses, desejos e demandas, possam expor, compreender, adquirir ou readquirir um pensamento e um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida. Somente assim a comunidade conseguirá o que realmente precisa.

O palhaço como agente em políticas de humanização

Tiago Cassoli, Universidade Federal de Goiás

O presente trabalho, fruto da pesquisa de doutorado em Psicologia realizado na Universidade Estadual Paulista, visa problematizar a presença do palhaço em hospitais a partir da Política Nacional de Humanização, razão pela qual foi escolhido o eixo temático Políticas Públicas, para propor sua apresentação. Tomei como objeto de análise as racionalidades políticas produzidas por práticas discursivas como a psicologia e a medicina, assim como as intervenções realizadas por palhaços em hospitais, para relacioná-las entre si. Atentei principalmente para suas justificativas em relação às necessidades desta intervenção, enfim, a produção de um sujeito que ri e que se adapta ao tratamento. Sabemos que estas intervenções, em sua maioria, estão inseridas na sociedade a partir da

chamada filantropia empresarial, comumente integrada ao Estado que, ao fomentá-las e patrociná-las, busca implementar e promover políticas públicas voltadas aos indivíduos e populações. A Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (Humaniza SUS), desenvolvida pelo Ministério da Saúde, pretende estimular a sociedade e os gestores a buscar alternativas que amenizem a passagem do paciente por um hospital. Para tanto, submeti essa racionalidade a questionamentos a respeito da expertise do palhaço, ou seja, o riso. O que este novo agente busca atingir e resolver em seus procedimentos/intervenções? Quais são os efeitos esperados do riso nos processos de subjetivação? Tenho como hipótese principal que tais racionalidades a respeito do riso e do palhaço na Saúde emergem como elemento tático que oferece conteúdos para a produção de modos de subjetivação voltados para o desenvolvimento de capital humano, entendido pela instituição Saúde como certo modo de se relacionar com a vida e que torna o tratamento mais eficiente. Para tanto propus uma genealogia com três eixos de análises: primeiro, trata-se das práticas da Política Nacional de Humanização e a criação de novas táticas de governo das condutas humanas com o palhaço. O segundo, um eixo econômico, referente à produção de um tipo de discurso que se fabrica no interior de práticas neoliberais incitadas nas ações das ONGs. O terceiro, um campo de confluência entre os dois primeiros refere-se aos modos de produção do sujeito, no qual o riso surge como um gesto bom e esperado. Concluí que o palhaço no hospital surge a partir de uma aliança entre a Psicologia, a Medicina com intervenções que buscam amenizar determinados procedimentos, como por exemplo, a internação em hospitais, sendo assim o palhaço surge como uma tática que responde a uma estratégia de gestão dos riscos no governo das condutas do indivíduo e das populações. Segundo, que o riso emerge nessa tática como um gesto legitimador de um sujeito que se oferece afirmativamente ao vínculo terapêutico e a tudo o que a ele diz respeito. E terceiro, o riso aparece, pelos saberes, como um gesto de saúde nas curvas de normalidade, geridas pelos processos de normalização social, a partir dos saberes da psicologia: ele demarca uma qualidade, um atributo do sujeito, a consciência de ser feliz, um incremento de desenvolvimento de capital humano.

O tensionamento das Políticas públicas e a Rede Social Significativa de mulheres em situação de violência familiar acolhidas em casa-abrigo

Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, Universidade Federal de Santa Catarina, Cibele Cunha Lima da Motta, Universidade Federal de Santa Catarina, Scheila Krenkel, Universidade Federal de Santa Catarina

A violência contra a mulher é um dos principais problemas de violação dos direitos humanos, tratando-se de um fenômeno complexo e multideterminado por diferentes fatores que afetam a saúde e desenvolvimento da mulher. Diante disso, considera-se a rede social significativa como aquela que se configura a partir do grau de compromisso relacional afetivo das mulheres em situação de violência, a qual constitui as bases para o enfrentamento do problema. Fazem parte desta rede as pessoas da família, amigos, colegas de trabalho e estudos, e comunidade, incluindo vizinhos, pessoas do credo religioso e profissionais dos serviços de saúde e assistenciais. Nesse contexto, o objetivo do presente estudo foi compreender a dinâmica relacional das redes sociais significativas

de mulheres acolhidas em casa-abrigo. É um estudo de natureza qualitativa, do qual participaram 12 mulheres que sofreram violência e foram acolhidas em uma casa-abrigo da Região Sul do Brasil. Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada e o Mapa de Redes. A análise dos dados esteve baseada na Grounded Theory com o auxílio do software de análises qualitativo Atlas.ti. O posicionamento epistemológico deste estudo esteve sustentado no Pensamento Complexo, o qual permitiu olhar o fenômeno nas inter-relações entre seus elementos e em contexto. Os resultados evidenciaram que a família e os amigos eram as redes mais numerosas e com pouca dispersão antes da entrada na casa-abrigo. Por sua vez, durante a permanência no local verificou-se a presença privilegiada dos profissionais da Casa-abrigo e mulheres abrigadas. Após a saída do local, ocorreu um aumento do número de pessoas das redes, sobretudo de familiares, além de um maior grau de proximidade entre as mulheres e as pessoas das suas redes. Igualmente, a análise dos dados trouxe à tona o desempenho de uma multiplicidade de funções e a ajuda recebida pelas mulheres nos diferentes momentos do processo da violência, com destaque para o apoio emocional, a ajuda material e de serviços, e a função de guia cognitivo e de conselhos que contribuíram para o aumento bem-estar e enfrentamento do problema. Com base nestes resultados, a presente pesquisa evidenciou o tensionamento entre as propostas das políticas públicas que visam os direitos humanos relacionados à saúde, à segurança e à proteção das mulheres em situação de violência, e a proposta das possibilidades de intervenção ou de atuação das redes sociais junto a mulheres que sofreram violência. Em termos de intervenção, este estudo auxilia os/as profissionais que trabalham com essa temática, de modo que possam ter uma visão sistêmica do fenômeno, compreendendo como as redes interferem e/ou auxiliam na situação de violência. Uma vez que isso ocorre, torna-se possível, para os/as profissionais, sustentarem a instrumentalização da intervenção profissional, permitindo encontrar co-responsáveis pelo cuidado das mulheres que vivenciam essa situação. Assim, diante dos resultados desse estudo, sugere-se uma reflexão em torno das práticas comunitárias e das políticas públicas relacionadas à temática, tendo em vista que as redes sociais significativas favoreceram a busca por ajuda, sendo capazes de acolher as necessidades emocionais e materiais das mulheres.

O Uso de Drogas e Seus Discursos

Carla Lima Simões, DeVry Brasil Fanor, Erika Vale de Maracaba, DeVry Brasil FANOR, Etelanio Agno Leite de Lima, FANOR, José Maria Nogueira Neto, DeVry Brasil FANOR, Maristela de Melo Moraes, Faculdade Fanor

As constantes crises das políticas de bem-estar social no plano mundial, a expansão da lógica privatista e das comunidades terapêuticas como dispositivos de atenção em saúde mental, a reprodução do modelo manicomial operado por algumas Unidades de Acolhimento para pessoas com problemas relacionados aos usos de drogas em todo o país, bem como as “parcerias de gestão” nas quais o Estado custeia e terceiriza a atenção em saúde “pública”, compõem o cenário por onde se opera, no Brasil, com a Atenção Psicossocial voltada aos usuários de drogas. Diante desse panorama, as tentativas de transformação das políticas de produção de cuidados no Brasil e os discursos interditos sobre as drogas e pessoas que as consomem, nesse momento histórico no qual vivemos, tem contribuído para o

fortalecimentos de modelos de atenção em saúde mental no campo de álcool e outras drogas que contrariam avanços importantes da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. O presente estudo busca analisar discursos produzidos em torno do uso de drogas, compartilhado em diferentes contextos sociais e de produção de sentidos, com vistas a produzir ferramentas críticas de análise sobre os atuais desafios impostos pelas mudanças nas políticas públicas de atenção em saúde mental no Brasil. Realizamos uma pesquisa bibliográfica orientados pela busca de explicitação da relação estabelecida entre seres humanos e o uso de substâncias psicoativas, buscando construir um apanhado histórico sobre como as sociedades encaram e combatem o uso de substâncias psicoativas, bem como os principais grupos de produção discursiva veiculados nos materiais pesquisados. Identificamos produções discursivas que associavam o consumo de drogas às mais diversas dimensões da vida. Os grupos de produções discursivas sobre a relação entre pessoas e drogas transitavam entre os “discursos de vitória” e de superação do uso ao alcançar a abstinência, os “discursos de derrotada” por não conseguir deixar de usar drogas, os “discursos do interdito” relacionado ao medo, demonização ou repúdio ao se falar sobre drogas e pessoas que às consomem os “discursos da experiência” de consumo de drogas que incluem a dimensão do prazer, negado em outros grupos de discursos. A perspectiva da redução de danos aparece como alternativa ao paradigma exclusivo de abstinência e como método de promoção da saúde pública, alavancando a discussão dos impasses que a mesma encontra para sua efetivação, enquanto as drogas são vistas por um paradigma criminalizante. Para construção e implementação de políticas públicas em saúde mental adequadas para lidar com a complexidade das relações entre pessoas e drogas, precisamos construir coletivamente um olhar crítico sobre esse campo, reconhecendo a importância de pensar o uso de substância levando em consideração a relação existente entre o sujeito, a substância e o contexto na qual o sujeito está inserido. Esse estudo não tem pretensões de ser conclusivo mas apontar reflexões necessárias em relação ao uso de substâncias, ajudando a tornar possível a utilização de outras estratégias e outros discursos nesse campo de múltiplos sentidos.

Oficinas Estéticas no Cras

Debora Caroline dos Santos Guimaraes, Universidade Federal de Santa Catarina, Fernanda Goulart Ferreira, Universidade Federal de Santa Catarina, Vicky Chula Martins, Universidade Federal de Santa Catarina

O presente trabalho foi desenvolvido em um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) da cidade de Florianópolis, no qual se identificou a demanda de jovens do território em se inserir no mercado de trabalho, através do Programa Jovem Aprendiz. Na lei de aprendizagem 10.097/2000 aprendiz é o jovem que trabalha e estuda, e recebe formação durante o período em que trabalha. Assim, como uma política pública que relaciona a possibilidade de geração de renda com uma articulação trabalho educação, utilizando-a se tem o intuito de minimizar e reduzir os impactos sobre a procura de trabalho na juventude. Ao mesmo tempo, no entanto, essa entrada no mercado de trabalho quando antecipada, pode causar prejuízo na continuidade adequada da vida escolar, ter condições precarizadas, e também se depararem com um mercado de trabalho em que não há espaço para todos. Procuramos, através deste trabalho problematizar as políticas públicas de

inserção no mercado de trabalho para a juventude, a naturalização do trabalho e o sentido que é percebido pelos participantes das oficinas. A partir da psicologia sócio-histórica, entendendo-os como sujeitos de potência, elaborou-se com os jovens o sentido do trabalho, visando ampliar as perspectivas de inserção ao primeiro emprego destes jovens, não os limitando a política do Programa. Foram feitas oficinas com fotografia, dramatização e com materiais gráficos para que, por meio destes mecanismos estéticos, os jovens pudessem objetivar o que seria para eles o sentido atribuído ao trabalho. As oficinas foram divididas em três eixos: levantamento de demandas referentes ao trabalho, sentido do trabalho e apresentação e discussão sobre políticas públicas. As oficinas foram realizadas em duas escolas, com jovens de ensino médio, em encontros semanais durante dois meses. Através deste trabalho foi possível ouvir os jovens e problematizar os atravessamentos sócio-culturais referentes ao trabalho e como isso foi construído ao longo de suas histórias, bem como discutir as Políticas Públicas relacionadas ao tema. As oficinas tiveram um caráter informativo e crítico, buscando-se com isso colocar os estudantes num papel ativo de questionamento da sua situação e de ressignificação do seu projeto de vida. Destacando-se, enfim, a importância do trabalho do psicólogo no CRAS, mediador do diálogo entre as objetividades da vida cotidiana e as subjetividades em que esses sujeitos são constituídos.

Organização e coesão em famílias de diferentes status socioeconômicos e com filhos institucionalizados

Bruna Wendt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Débora Dalbosco Dell'Aglio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jana Gonçalves Zappe, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A família é o principal contexto de proteção e promoção do desenvolvimento infanto-juvenil, porém, quando não cumpre esse papel, a institucionalização de crianças e adolescentes pode ocorrer como uma medida excepcional e transitória. Estudos demonstram que as imagens sociais de famílias com filhos institucionalizados são mais negativas do que de outras famílias, o que tende a dificultar ou até impedir o retorno ao convívio familiar e comunitário. Imagens sociais relacionam-se com a percepção, socialmente compartilhada, de um grupo de indivíduos com determinadas características. Buscou-se investigar as imagens sociais associadas a famílias com filhos institucionalizados, comparando-as com as imagens de famílias de status socioeconômico médio e baixo. Participaram do estudo 202 sujeitos residentes em Porto Alegre, Rio Grande e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, selecionados por conveniência. Os participantes tinham idades entre 16 e 69 anos ($M=32,76$, $D.P=11,67$), a maioria era do sexo feminino (79,2%), solteiro (51%) e com ensino médio (48%) ou curso superior (37,6%). Entre os participantes, 55% conhecia alguma criança ou jovem acolhido institucionalmente e 42,1% trabalhava na área de crianças e adolescentes em risco. Através de um questionário aberto, os participantes escreveram cinco características que associavam com os três tipos de famílias investigados. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia/UFRGS. Para análise dos dados, as características descritas pelos participantes foram agrupadas em 14 categorias temáticas, sendo que a categoria mais utilizada envolve características que indicam o nível de organização, estruturação e coesão das famílias. Subdivide-se em: Organizada (por exemplo estruturada, organizada,

unida, integrada) e Desorganizada (por exemplo confusa, desorganizada, desestruturada, desunida). A análise das frequências permitiu identificar que 39,3% dos participantes atribuí características que denotam organização e coesão a famílias de status socioeconômico médio, enquanto apenas 14,9% atribuem tais características a famílias de status socioeconômico baixo e 0,5% a famílias com filhos institucionalizados. Apenas 3,6% dos participantes atribuíram características relacionadas com a desorganização a famílias de status socioeconômico médio, enquanto 35,6% atribuíram estas características a famílias de status socioeconômico baixo e 55,8% a famílias com filhos institucionalizados. Observa-se que às famílias que se distanciam daquela considerada desejável - geralmente, de classe média, composta de pai, mãe e filhos - são atribuídas características mais negativas, como é o caso das famílias de status socioeconômico baixo e com filhos institucionalizados. Acredita-se que estas imagens são socialmente construídas e fazem parte da história de institucionalização de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade no Brasil. De fato, no século XIX e XX, muitas crianças eram institucionalizadas pelo simples fato de pertencerem a famílias pobres. Esse processo de "etiquetagem" social acaba impedindo, muitas vezes, um investimento social e educacional nos filhos e nas famílias de classes sociais desfavorecidas, e também na reinserção familiar das crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Saliencia-se a necessidade de trabalhos de intervenção que visem uma conscientização acerca dessas imagens sociais, de forma que possa haver a promoção do convívio familiar e comunitário, evitando a institucionalização ou buscando a reinserção familiar de forma mais breve possível.

Orientação Profissional em Centros de Juventude: uma experiência de atuação no campo da psicologia comunitária.

Bernardo Parodi Svartman, Universidade de São Paulo

A inserção dos psicólogos nas políticas públicas de assistência social configura-se atualmente em importante tema de pesquisa e reflexão. A revisão bibliográfica sobre o assunto indica que muitos problemas se apresentam neste campo, como por exemplo a dificuldade de definição do papel do psicólogo, a influência da precarização e terceirização dos serviços sobre seu trabalho e também a relação contraditória do papel destas políticas públicas no enfrentamento de problemas estruturais da sociedade. Frente a este quadro, o papel do psicólogo é discutido a partir da análise de experiências concretas de atuação. Pretende-se neste trabalho apresentar uma reflexão sobre o papel do psicólogo nesse contexto analisando uma experiência de atuação em Centros de Juventude realizada no estágio da disciplina de psicologia comunitária do Instituto de Psicologia da USP. Utilizando ferramentas da orientação profissional de orientação sócio-histórica (Bock, 2006), propusemos a criação de um grupo semanal de reflexão com os jovens sobre seus projetos de vida. Foram programados, durante um semestre, encontros de pesquisa e socialização de informações sobre o ingresso no ensino superior ou ensino técnico. Simultaneamente, atividades que promoviam auto-conhecimento e o trabalho em equipe foram planejadas para apoiar este trabalho de pesquisa. Uma visita à universidade também foi realizada com o intuito de apresentar aos jovens os cursos, atividades de extensão, serviços e infra-estrutura. O objetivo foi criar um grupo operativo com os jovens para a reflexão sobre o ensino no seu território e ampliar as possibilidades de construção coletiva de projetos

de futuro. Neste sentido, notamos como resultado um aumento significativo de interesse pelo ingresso em instituições de ensino superior e o surgimento de interesse por participar de iniciativas coletivas para viabilizar estes projetos (cursinhos populares ou grupos de estudo). Notamos igualmente a dificuldade dos gestores e educadores em abordar assuntos trazidos espontaneamente pelos jovens, como sexualidade e uso de drogas, o que revela uma abordagem ainda moralizante frente a problemas fundamentais desse período de vida. Isso revela que existem possibilidades de atuação dos psicólogos comunitários na formação e capacitação dos educadores e gestores dos equipamentos ligados à rede de proteção básica, buscando incentivar outras formas de abordar estes problemas, por exemplo a partir da perspectiva de redução de danos ou oficinas de prevenção de DST/Aids.

Os diferentes contextos de vínculo na experiência em um CAPS-ad

Danielle Machado Visentini, Centro Universitário Franciscano, Marcos Adegas de Azambuja, Centro Universitário Franciscano - Unifra

O presente trabalho refere-se uma experiência de estágio em Psicologia Comunitária e da Saúde para discutir os processos de vinculação dos usuários de álcool e outras drogas em diversos contextos que permeiam suas vidas. O estágio ocorreu em um CAPS-ad localizado em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, no ano de 2013, tendo como principais atividades, acolhimento, participação e coordenação de grupos, atendimentos individuais. Por meio dos diários de campos, foram identificados e analisados os processos de vinculação no atendimento individual ao usuário, com relação ao serviço e os profissionais, com as drogas, assim como, com a comunidade. Sobre o atendimento individual, muito se menciona em Psicologia o processo transferencial que ocorre no setting analítico. O surgimento da transferência neste tipo de atendimento no CAPS ocorre desde o primeiro encontros com o usuário e se intensifica com a sequência de atendimentos. Quando a transferência já está completamente instaurada é possível perceber que o sujeito consegue expressar mais detalhadamente seus conflitos. Em relação ao vínculo institucional, nota-se que o comportamento dos usuários segue a rotina estabelecida pelo CAPS. O que os aproxima do serviço, muitas vezes, é a possibilidade do almoço, do encontro com profissionais que lhes oferecem atenção ou do encontro com outros usuários pelos quais podem se identificar no sofrimento e nas estratégias para lidar com as drogas. Identificou-se também, através da fala dos usuários do CAPS-ad que o consumo de drogas serve para minimizar algum sofrimento e evitar o enfrentamento de problemas no seu cotidiano. Levando isso em consideração é pertinente analisar o lugar que a droga ocupa na vida do sujeito. Nossa sociedade reforça uma cultura que está pautada no 'ter' para 'ser', o uso de drogas contribui para a construção da identidade e acaba sendo um refúgio para as fragilidades que se apresentam. Nessa busca por um lugar perante a sociedade o usuário atribui na dependência essa ocupação. Visando desenvolver os vínculos sociais o CAPS-ad tem oferecido atividades que acontecem fora do espaço físico do serviço. Isso estimula o movimento do usuário a outros locais e assim fortalece o processo de autonomia e vinculação sobre outras referências que não apenas o CAPS-ad. Por meio da vivência em um CAPS-ad pode-se perceber a importância da compreensão dos

vínculos estabelecidos pelos usuários a fim de usar dessa ferramenta para ampliá-la em diversos contextos da vida do sujeito. É notório a importância que a droga tem para a vida do sujeito pela dificuldade que eles encontram para manterem-se afastados do vício (levando em consideração o seu desejo em parar o consumo). Os usuários tinham a sensação de desamparo como se algo importante estivesse faltando. Os sintomas da abstinência corroboram com esse desconforto. Percebe-se, ainda, que poucos usuários participam ativamente da sua comunidade e com o campo social.

Os diversos campos de discurso e as relações de gênero: adolescência, relações matrimoniais, violência e protagonismo político

Luisa Bertrami D'Angelo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
Natália Cristina Salles Ferracin, PUC Minas, Tatiana Benevides Magalhães Braga,
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

As desigualdades nas relações de gênero constituem uma importante dimensão das políticas públicas, na medida em que reproduzem condições díspares de acesso à cidadania, requerendo estratégias governamentais específicas, tais como as empreendidas no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS). A atuação do psicólogo nas políticas públicas voltadas às situações de vulnerabilidade social depara-se, nesse contexto, com a necessidade de compreender as relações de gênero e sua influência na criação de estratégias de promoção da cidadania. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é investigar campos diversos em que operam discursos sobre as relações de gênero, buscando compreender os fatores facilitadores e esvaziadores do protagonismo político da mulher. Como metodologia, utilizou-se a análise qualitativa de relatos de experiência de adolescentes e adultas atendidas em atividades interventivas realizadas por psicólogas em formação em um CRAS e em um CREAS, respectivamente. A coleta de dados foi realizada por meio de atendimentos individuais e em grupo de mulheres e adolescentes nas referidas instituições. A análise dos relatos e de algumas situações no atendimento destacou momentos e experiências em que as relações de gênero apresentam um papel preponderante na história de vida das participantes, buscando identificar os elementos facilitadores e criadores de obstáculos para a construção de discursos dissonantes e de uma voz própria para as mulheres. Tal análise teve como norteador teórico-filosófico a pesquisa fenomenológica e, portanto, embasou-se na aproximação dos fenômenos desveladores das relações de gênero estabelecidas, de modo a compreender o sentido das atitudes e falas expressas pelas participantes e explicitar o modo como tais discursos se apresentam na vida destas mulheres e adolescentes. Os resultados apresentaram como principal elemento esvaziador da ação política a preponderância de uma representação social do feminino restrita ao espaço privado e à passividade, pouco ligada à esfera pública, à participação política e à iniciativa própria. Entre as mulheres vítimas de violência, tal representação social frequentemente é acompanhada do discurso religioso, pelo qual advogam a necessidade de sustentação do casamento mesmo em condições de violência. O principal elemento favorecedor encontrado foi a valorização do trabalho

como via de independência econômica, apontado como estratégia para evitar a violação de direitos, principalmente a violência doméstica. Tais aspectos foram encontrados tanto em mulheres vítimas de violência quanto em adolescentes ainda sem vínculo matrimonial, o que pode denotar indícios da presença ampla da violência doméstica no cotidiano das participantes. Outro importante aspecto encontrado foi a reprodução de expressões do discurso dominante sem clareza de seu significado, como o fato de muitas adolescentes relatarem que a mulher deveria ser submissa ao homem, mas não conhecerem o significado da palavra "submissa". Conclui-se, assim, pela necessidade da criação de espaços para a elaboração da própria experiência como via de reconhecimento das necessidades e direitos femininos e de construção de um diálogo mais participativo.

Para além do binarismo fragilidade-força: ampliando as possibilidades de compreensão sobre o consumo de drogas entre homens

Maristela de Melo Moraes, Faculdade Fanor

Para além do binarismo fragilidade-força: ampliando as possibilidades de compreensão sobre o consumo de drogas entre homens. Introdução. O consumo de drogas entre homens é apontado como parte dos processos de socialização masculina (Nascimento, 1999; Acioli, 2001; Franch, 2004; Moraes, 2008). Por outro lado, os homens são apontados como maioria nos serviços de atenção às pessoas com problemas relacionados ao consumo de álcool e outras drogas. Este jogo de poder não é simples e está diretamente relacionado com a identificação/auto-identificação das vulnerabilidades e fragilidades masculinas, que ameaçam a posição superior dos homens na hierarquia de gênero. Objetivos. Discutir o binarismo fragilidade-força em um grupo maior de sentidos produzidos sobre os homens e as masculinidades nas políticas públicas de saúde do Brasil, dirigidas às pessoas que consomem álcool e outras drogas. Metodologia. O desenho do estudo compreendeu a identificação e análise de 11 documentos de políticas públicas de saúde; a realização e análise de 07 entrevistas com gestores de políticas públicas de saúde em nível nacional e local, realizadas nas 05 regiões geopolíticas do Brasil e de 03 grupos de discussão com profissionais e gestores/as de políticas públicas de saúde, em dois estados do Nordeste do Brasil. Resultados. A discussão que focalizamos nesse trabalho científico é parte de uma investigação maior. Discutimos que uma das cadeias de sentidos relacionada ao binarismo fragilidade-força coloca, por exemplo, os homens como potencialmente perigosos e violentos por um lado, e por outro como frágeis por terem problemas com o consumo de drogas; são percebidos como fortes por estabelecerem perigosas e arriscadas relações com o narcotráfico, ao mesmo tempo como frágeis por serem potenciais alvos de violência relacionada ao mercado ilícito, por exemplo. Conclusões. Compreender que os homens precisam ser pensados como sujeitos de algumas políticas públicas é algo complexo porque não supõe individualmente um processo de emancipação, mas sim um reconhecimento de fragilidades, que do ponto de vista das hierarquias de gênero, implica em reconhecimento de não pertencimento a um lugar de poder que é atribuído ao homens. Neste sentido, defendemos um modo de compreender e intervir que vá além da polaridade de posições de poder e admita o trânsito, a porosidade, a flexibilidade e os modos variados de vida.

Para além dos muros: o processo de desinstitucionalização de usuários dos serviços de saúde mental

Adriana Rodrigues Domingues, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Claudia Valença Fontenele, Universidade de São Paulo

Após longos anos de luta a favor de uma Reforma Psiquiátrica, o movimento antimanicomial ganhou espaço e voz para que a discussão acerca do atendimento aos doentes mentais e, conseqüentemente, do processo de desospitalização e desinstitucionalização pudesse ser promovida na sociedade. A reforma psiquiátrica buscou consolidar um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, ou seja, um modelo que garantisse a livre circulação das pessoas com transtornos mentais dentro das comunidades/sociedade. Segundo o Ministério da Saúde do Brasil (2005), o objetivo da política atual é qualificar, expandir e fortalecer a rede extra-hospitalar, formada pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), Unidades Psiquiátricas em Hospitais Gerais (UPHG) e Programa Saúde da Família (PSF), além de implantar programas que auxiliem o retorno do doente à vida cotidiana, como por exemplo, o programa "De Volta Para Casa". Um dos princípios mais centrais é a promoção do processo de desinstitucionalização psiquiátrica, consolidada pela oferta de um modelo de atendimento social e humanizado aos pacientes, sendo este processo, um tema atual e discutido em diversos âmbitos da sociedade, em especial, o acadêmico. É nesse contexto que a presente pesquisa se situou, buscando, como objetivo geral, compreender os processos de desinstitucionalização desenvolvidos em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O método adotado para a realização da pesquisa foi qualitativo, pois teve como finalidade compreender, de maneira aprofundada, a relação entre os usuários dos serviços estudados e as atividades desenvolvidas que pudessem favorecer o processo de desinstitucionalização. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o psicólogo e o psiquiatra de dois CAPS localizados no município de São Paulo. Os resultados foram analisados nas seguintes categorias: convivência social, respeito à singularidade, atenção psicossocial e promoção da cidadania. A pesquisa permitiu compreender os desafios do processo de desinstitucionalização, assim como a própria complexidade do termo. Questões sociais, como a desarticulação e falta de assistência da rede de saúde mental, o preconceito e a rejeição da sociedade em relação aos usuários, além da dependência destes em relação aos serviços, profissionais e benefícios que encontram nos CAPS, são os grandes obstáculos desse processo. O CAPS é considerado um local prazeroso para seus frequentadores, pois encontram vários aspectos que necessitam para se sentirem acolhidos (medicamentos, alimentação, lazer, amizades). Esta situação fortalece o desejo de não se desligar do serviço, assim como o receio da falta destes elementos em outros espaços sociais. Dentro do CAPS, os usuários interagem entre si, trabalham em oficinas de geração de renda, participam de grupos educativos e terapêuticos, se alimentam, passam por consultas médicas e recebem todo apoio da equipe quando tem uma crise. Em síntese, os usuários formam sua própria comunidade e fortalecem os laços que os fazem sentir-se pertencentes e reconhecidos por ela. Desta forma, percebe-se a importância da família e da comunidade neste processo de desinstitucionalização, para que os usuários consigam se reintegrar sem sofrer preconceitos ou discriminações, para além dos muros do CAPS.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Participação política, Direitos Humanos e População em Situação de Rua: a vida pode mais.

Daise Fernandes Dantas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Hellen Tattyanne de Almeida, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Maria Clara Lira Bezerril, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Levando em consideração as condições de vida de um contingente expressivo da população nas grandes cidades, o aumento do desemprego e da pobreza, associado à fragilidade das instituições e políticas públicas no país, podemos dizer que esses aspectos têm impactado o contexto social urbano nas últimas décadas e intensificado a vulnerabilidade social. Diante deste cenário, encontramos alguns reflexos do intenso processo de exclusão social ou “inclusão perversa”, dentro da lógica capitalista, como é o caso da População em Situação de Rua, população esta que tem representado, cada vez mais, uma parcela expressiva do contingente de indivíduos e grupos socialmente vulneráveis, presente nas cidades brasileiras. O presente trabalho pretende relatar a experiência do projeto de pesquisa e extensão: “Direitos Humanos e População em Situação de Rua: a vida pode mais?” que tem como objetivo principal, buscar conhecer, em várias dimensões, as particularidades e especificidades deste segmento em Natal-RN; visando contribuir para a qualificação da atenção prestada a essa população nas políticas sociais, sua organização política e o fortalecimento do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Com base na perspectiva teórico-metodológica da pesquisa-intervenção, foram realizadas oficinas semanais com a população, desde agosto de 2013 até o presente, que têm como principais temas a discussão de Direitos Humanos e Políticas Públicas. Nesse sentido, utilizamos de rodas de conversas, narrativas e trajetórias de vida, como forma de fomentar a troca de experiências e fortalecimento da coletividade, de acordo com experiências similares no campo da psicologia social comunitária. A partir da realização das oficinas, ficaram evidentes o gradual fortalecimento e a visibilidade política das problemáticas relativas à população em situação de rua em Natal/RN, tanto para os próprios sujeitos nessa condição, como para gestores, profissionais do campo e a sociedade civil em geral. Como exemplo desse fortalecimento, podemos citar a formação do Fórum Potiguar de População em Situação de Rua de Natal/RN, composto por várias instituições como MNPR, OAB, Conselho Regional de Psicologia, Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, Assistência Social, Habitação e mandatos de vereadores. Além disso, houve a realização do Primeiro Seminário Potiguar de População em Situação de Rua (novembro de 2013), o qual se constituiu um marco histórico para a população de rua de Natal e que teve como culminância, propostas e diretrizes para a criação da política municipal desse segmento em Natal; além da realização de audiência pública para a implementação de tal política no município. Diante do exposto, acreditamos que as ações desenvolvidas possam continuar contribuindo para o fortalecimento e visibilidade política das problemáticas relativas à população em situação de rua, incentivando a organização política, a participação social e o enfrentamento das violações em jogo por esse segmento vulnerável da sociedade, para uma real e concreta garantia de seus direitos fundamentais. Nesse sentido, avaliamos que a construção de espaços de coletivos para esse segmento se torna necessária, tendo em vista que parecem ser caminhos adequados no processo de construção de políticas públicas e na formulação conjunta (governo/sociedade civil).

Participação social juvenil na promoção da saúde no território

Ana Karina de Sousa Gadelha, Universidade Federal do Ceará

Este artigo tem como objetivo geral investigar o impacto da participação social dos jovens moradores do bairro da Santa Casa, em Sobral-CE, na promoção da saúde no território. Os objetivos específicos foram: a) investigar a percepção dos jovens a respeito da sua experiência pessoal de participação social dentro do território; b) investigar de que forma a participação social juvenil é promotora de saúde no território; c) apontar eventuais ganhos pessoais destacados pelos jovens com a experiência; d) descrever potencialidades e limitações na experiência de participação social juvenil no território. O projeto surge a partir da experiência vivenciada no desenvolvimento de atividades de educação em saúde voltadas para coletivos juvenis no território de abrangência do Centro de Saúde da Estação, bairro da Santa Casa. Essas atividades provocaram além da formação de vínculos entre jovens e equipe de saúde uma implicação com a saúde da comunidade por parte da juventude. A metodologia proposta neste estudo é a pesquisa exploratória com enfoque principal na observação-participante, onde há imersão do pesquisador no campo de estudo. O Estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica e documental, bem como, com a realização de dois grupos focais, sendo o primeiro com jovens moradores do bairro e o segundo com moradores e trabalhadores de saúde, com perguntas orientadas pelos objetivos específicos. Foram utilizados Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Termo de Assentimento e Termo de Consentimento para pais ou responsáveis (para menores de 18 anos) e Termo de Fiel Depositário para solicitar consentimento da utilização dos dados coletados na pesquisa. Para a discussão dos resultados foi utilizada análise temática sobre os dados coletados. Conforme os resultados obtidos é possível perceber a experiência de participação social juvenil como importante ferramenta promotora de saúde, seja no âmbito individual ou coletivo no território, com destaque ainda para alguns desafios e potencialidades que repercutem diretamente na saúde e qualidade de vida dos jovens e da sua comunidade. Mesmo com algum caráter assistencialista os poucos espaços de participação identificados no território revelam grande importância no fortalecimento de vínculos e na promoção da saúde, porém necessitam de práticas mais voltadas para a conscientização e valorização das pessoas e da comunidade. Reconhecer o jovem como protagonista do desenvolvimento comunitário pode ser uma importante estratégia de transformação da realidade para a emergência de formas mais saudáveis, belas e justas de vida.

Perfil da violência que acometem os idosos atendidos pelo CREAS de Poços de Caldas

Flavia Traldi de Lima, PUC Minas - Poços de Caldas, Leticia Rodrigues da Silva, PUC-Minas, Mariana Ricci Betti, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

O envelhecimento da população é atualmente um fenômeno universal, cada vez mais característico de países desenvolvidos e crescente nos países em desenvolvimento. Em decorrência do aumento da expectativa de vida da população, os países se deparam com inúmeros desafios e problemas sociais, demandando à criação de programas socioassistenciais, incluindo órgãos de proteção à violação de direitos aos idosos. O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Deficiência, Idosas e suas Famílias, que em Poços de Caldas está alocado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), oferta atendimento especializado a idosos e suas famílias que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos. O presente trabalho investigou os tipos de violência que mais acometem idosos e, dentre eles, qual a maior incidência de violência que ocorre em cada gênero em Poços de Caldas. Foi realizado um levantamento de dados estatísticos referentes aos idosos atendidos através dos relatórios mensais, do período de Janeiro de 2012 a Junho de 2013, totalizando 199 casos. Os relatórios apresentam duas classificações quanto à violação de direitos: negligência/abandono e violência intrafamiliar. O levantamento dos dados apontou que 123 casos são do gênero feminino, sendo que 52% possuem seus direitos violados em decorrência de violência intrafamiliar e 48% negligência/abandono. Dos 76 casos do gênero masculino, 67% são vítimas de negligência/abandono, e 33% de violência intrafamiliar. Apesar de ser um evento presente na sociedade, a violência contra os idosos é enfoque recente da comunidade científica e chama atenção por ser um problema social. A análise de dados evidenciou que o maior índice de violência contra idosos do sexo masculino foi em decorrência de negligência/abandono, que possui relação com a negação de cuidados; podendo ainda ser entendida como restrições, falha nos cuidados básicos, higiene deficiente, falta de qualificação dos cuidadores, acarretando ou não o afastamento do grupo familiar, gerando desamparo e exposição de vulneráveis a várias formas de perigo. Paralelo a esta realidade, pôde-se comprovar que os idosos do gênero feminino são, em sua maioria, vítimas de violência intrafamiliar. Esta se refere a ações ou omissões que prejudicam o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Tal definição abrange uma gama de violações de direitos quando identificados nos idosos situações que envolvam violência física, psicológica, sexual, financeira, dentre outras. Nesse sentido a presente pesquisa buscou levantar dados da violência de Poços de Caldas em desfavor dos idosos, e com isso contribuir com os serviços socioassistenciais para que possam atuar de maneira mais efetiva, promovendo bem-estar dos idosos, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e garantindo-lhes o direito à vida na medida em que interrompe o ciclo de violência.

Perfil do Usuário de Crack: generalização e estigma.

Regina Cláudia Barroso Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

A pesquisa sobre o Perfil do Usuário de Crack, de natureza quali-quantitativa, objetivou acessar as principais cenas de uso de crack e obter uma amostra representativa de usuários de crack em todo o Brasil, sendo este trabalho relativo aos trabalhos de campo desenvolvidos em Fortaleza, capital do estado do Ceará. Foram utilizados diferentes aportes técnicos para cumprir variadas atribuições como contatar pessoas e instituições para articular equipamentos no acolhimento às atividades da pesquisa, levantamento etnográfico inicial para mapeamento de cenas públicas de uso de crack, aplicação de questionários epidemiológicos, realização de testes para detecção dos vírus da AIDS, da hepatite C e do bacilo da tuberculose, aconselhamento e encaminhamentos para rede de saúde local. A pesquisa foi executada em duas etapas distintas, a princípio foi realizado um mapeamento das cenas de uso públicas de crack numa amostra de municípios

selecionada para o estudo, aplicando a metodologia de Rapid Assessment and Response - RAR, que lança mão de diferentes métodos qualitativos, dentre eles a observação e entrevista com informantes-chave. Após o mapeamento das cenas foi selecionada em Fortaleza uma amostra aleatória de 120 conglomerados de acordo com técnica Time Location Sampling -TLS para aplicação local dos inquéritos epidemiológicos e demais atividades complementares. Participaram do estudo 388 usuários na cidade de Fortaleza, tendo a metodologia TLS apresentado como desafio adicional o conhecimento e acesso aos usuários de crack em seu próprio local de uso da substância e a possibilidade de aproximação deste público com as redes formais e informais de apoio no território. Um aspecto que ganhou relevância crítica foi a constatação de que o uso de crack se dá mais intensamente em locais privados ou reservados que nos espaços públicos, principalmente pela questão da repressão policial e pela vergonha de se assumir publicamente como usuário de crack. Na percepção da equipe de pesquisadores de campo é necessário considerar os indivíduos em sua singularidade, pois o usuário de crack pode ser qualquer um, são pais e mães, que trabalham ou não, de variadas idades, com ou sem família. Contrariando os estereótipos, encontrou-se da criança ao idoso cego, em sua maioria pessoas com uma vida comum e produtiva. Diante da amplitude de características pessoais e socioculturais encontradas em campo, não seria fidedigno traçar um perfil único dos usuários de crack, sendo importante destacar que esta multiplicidade de realidades conflui a um determinante comum: o uso de crack e sua estigmatização social. Todo o trabalho da pesquisa constituiu um grande desafio para cada um que esteve diretamente ou indiretamente envolvido, sendo importante registrar que apesar da monstruosidade e da violência atrelada pela mídia a esta população, não podemos restringir a compreensão do fenômeno ao processo corrente de "estigmatização" e "marginalização" desta significativa parcela da população, sendo prioritário considerar a multiplicidade de aspectos sociais e políticos envolvidos na implantação e implementação de políticas em prol da redução de danos e de uma melhor qualidade de vida dos usuários de crack.

Pesquisa-Intervenção com Pessoas com Deficiência Física moradoras de uma instituição social do interior de Rondônia

Cleber Lizardo de Assis, Universidad del Salvador, Danieli Zuanazzi Vieira, Unesc - Faculdades Integradas de Rondônia, Eliane Nascimento de Souza, Faculdade Integrada de Cacoal - UNESC, Nádia Valéria Moreira Santos, Faculdades Integradas de Rondonia, Uíara Diane Costa Lima, Faculdades Integradas de Rondônia - UNESC/RO

O contexto de vida de pessoas com deficiência física em contexto de institucionalização deve ser conhecido e alvo de contribuições da Psicologia, visando sua reinserção social. Nesse sentido, o Brasil vem adotando medidas positivas que visam a superação, por parte dos deficientes e a inclusão e ou aceitação por parte da população sem "limitação física" dos mesmos, especialmente a partir de um compromisso internacional com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) ao ratificar a Convenção 159, no sentido de adotar medidas positivas que visam à superação, por parte dos deficientes, de suas dificuldades naturais. A Pesquisa-Intervenção é um saber-fazer importante em Psicologia Comunitária por trazer os sujeitos para um papel ativo e participativo, para que os mesmos tivessem voz e vez no processo interventivo, ou seja, a interação entre os agentes

de intervenção e o grupo-alvo, a valorização do grupo alvo como sujeito e razão de ser da intervenção. Objetivo: Conhecer esse público, especialmente suas dificuldades e demandas para intervenção psicossocial, de forma a contribuir para sua reinserção social. Metodologia: Como etapa inicial foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, planejamento que envolveu criação de categorias para observação e entrevistas; na sequência foram realizados 04 (quatro) visitas, sendo 02 (dois) encontros interventivos com 05 (cinco) sujeitos de uma instituição de acolhimento. Resultados: quanto ao perfil de deficiências físicas, destacam-se a paraplegia, amputações e atrofia; Alguns nasceram com a deficiência, outros adquiriram ao longo da vida e outros, ainda, foram vítimas de acidentes; perceberemos verbalizações sobre falta de familiares e o desejo de voltar para casa e quanto à própria deficiência, o assunto foi negado na maioria das vezes, além de um desconhecimento de direitos e políticas públicas; Conclusão: A Pesquisa-Intervenção em Psicologia Comunitária se constitui num dispositivo metodológico importante e útil ao favorecer, além de método de conhecimento e formação acadêmicos, de contribuição aos sujeitos com deficiência física e inseridos em instituições fechadas a desenvolverem uma nova percepção de sua condição e, nesse sentido, defende-se o acompanhamento psicológico individual e grupal, facilitando a construção de novos vínculos entre o grupo e familiar, além de favorecer processos psicológicos de enfrentamento à condição de deficiência e abandono.

Pesquisa-intervenção em psicologia social/comunitária com usuários do CAPS II

Cleber Lizardo de Assis, Universidad del Salvador, Luciana Roa, Unesc- Cacoal, Lucineide da Costa Santana, Faculdades Integradas de Rondônia - UNESC/RO, Priscila de Assis Silva, Faculdades Integradas de Cacoal, Rosângela Custodio ribeiro Aniceto, UNESC

A Lei 10.216/2001 06 de abril de 2001 assegura a proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, representa um grande passo para um novo olhar sobre o sofrimento psíquico no que diz respeito a subjetivação do sujeito, resgate da cidadania e inclusão social. No entanto, a normatização desta lei contrasta com o apontamento de algumas conquistas relevantes do Movimento pela Reforma Psiquiátrica, que apontam para esse risco de "manicomialização" dos novos equipamentos. Para superar os modelos arcaicos e ineficazes que intensificam esse risco, existem práticas que se apresentam não como um modelo padronizado de ação, mas como caminhos que tornam possível esta prática e que em conjunto com outras classes, o psicólogo comunitário desempenha um papel fundamental e, nesse sentido, a proposta de intervenção com usuários do Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) é um caminho para a inovação e uma ação necessária ao prosseguimento da Luta Antimanicomial e para a Reforma Psiquiátrica que defendem um novo paradigma de ações junto ao portador de sofrimento mental. Objetivo: Analisar um processo de Pesquisa-Intervenção realizado junto a um grupo de sujeitos do CAPS II, pessoas com sofrimento mental, de um município do interior de Rondônia; Método: A partir de uma pesquisa-intervenção em psicologia social/comunitária foi realizada com 05 (cinco) usuárias do CAPS II da cidade de Cacoal/RO, sob estudo teórico-bibliográfico e oficinas de trabalhos artesanais. Resultado e Discussão: a partir dos momentos reflexivos e de processamento finais das intervenções junto ao

público, verificou-se a possibilidade de ações interventivas através de oficinas com artesanato com baixo custo e fácil aprendizagem, de forma que ocorra socialização, lazer, reinserção social através do trabalho e aquisição de renda financeira, além de proporcionar acolhimento, resgate da autoestima, liberdade de expressão e criatividade, elementos que podem ser constitutivos de uma maior adesão ao tratamento e à qualidade de vida desses sujeitos; Para os discentes em formação, a experiência de conviver, mesmo que por pouco tempo com uma comunidade denominada "pessoas com sofrimento mental", se constituiu em importante eixo de formação do futuro profissional; Conclusão: Destacamos a importância de ações e projetos de pesquisa-intervenção no curso de Psicologia como dispositivo para desenvolver ações terapêuticas junto a esse público; A metodologia de pesquisa-intervenção psicossocial através de oficinas podem ser estimuladas e aperfeiçoadas no tratamento de temas relevantes para o usuário do CAPS, em especial, devido ao seu caráter lúdico, dinâmico e participativo, de forma a se construir novas relações entre usuários, família e comunidade.

Políticas de segurança para os eventos de futebol no Brasil e seus efeitos de dominação

Felipe Tavares Paes Lopes, Universidade Estadual de Campinas, Heloísa Helena Baldy dos Reis, Universidade Estadual de Campinas

Nos últimos anos, as políticas de segurança para os eventos de futebol no Brasil têm despertado a atenção de pesquisadores(as) das áreas de Ciências Humanas e Sociais. A maior parte deles(as) tem avaliado se os objetivos dessas políticas têm sido alcançados, esquecendo-se, todavia, de questionar os próprios objetivos e a serviço de quem eles estão. Tal discussão parece-nos fundamental na medida em que uma política pública pode mostrar-se abusiva contra as próprias pessoas em nome das quais desfralda sua bandeira. Diante disto, neste trabalho, buscamos analisar em que medida e como as leis e documentos que embasam as políticas de segurança para eventos de futebol no Brasil estabelecem e sustentam relações de dominação. Para tanto, apoiamos-nos nas reflexões do psicólogo social Tomás Ibañez e do sociólogo John B. Thompson sobre dominação, definida por este último como relações de poder que são sistematicamente assimétricas. A fim de responder o objetivo da pesquisa, empreendemos uma análise discursiva da Lei nº 10.671/03, mais conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor, da Lei nº 12.299/2010, que modificou esse estatuto, do relatório, de 2005/2006, da chamada "Comissão Paz no Esporte", dos ministérios do Esporte e da Justiça, e da carta encaminhada por dirigentes de torcidas organizadas para o ministro Aldo Rebelo no 1o Seminário Sul-Sudeste de Torcidas Organizadas. Também analisamos os dados produzidos durante nossa participação no processo de construção dessas leis e documentos. Desde 1999, temos debatido o tema com operadores do Direito, políticos, autoridades policiais e lideranças de torcidas organizadas. Debate que tem sido realizado em diversos espaços e instituições, como o Ministério do Esporte. Entre outras coisas, os resultados da pesquisa indicam que as políticas de segurança em questão apoiam-se, principalmente, na chamada teoria da "vidraça quebrada" e no chamado "modelo britânico" de segurança para eventos de futebol. Conseqüentemente, elas legitimam e autorizam um modelo panóptico de estádio, ampliando a dominação do Estado sobre o(a) torcedor(a) em geral. Também sugerem que essas políticas não apresentam medidas concretas que

possam que reduzir a violência policial e nem o processo de elitização do futebol brasileiro, reforçando, assim, a dominação de classe. Além disso, indicam que elas estigmatizam os(as) torcedores(as) organizados(as), criando mecanismos legais de controle e penalização específicos para eles(as). Em parte, isto se deve a falta de voz desses torcedores no debate público sobre segurança nos eventos de futebol. Eles não são vistos nem como fonte de informação nem de reflexão legítima. Diante disto, concluímos apontando para a necessidade de democratizar o referido debate, criando mecanismos que permitam uma maior participação dos grupos dominados nesse processo. Consideramos que esta discussão é coerente com o eixo “Políticas Públicas” desta Conferência e que ela contribui para a área uma vez que oferece subsídios para desenvolver novas políticas de segurança e projetos de prevenção da violência, que sejam mais justos e democráticos, reconhecendo as demandas e reivindicações da população envolvida.

População em situação de rua e a política de assistência social: efeitos e práticas cotidianas em Maceió/AL

Luciano Bairros da Silva, Centro Universitário CESMAC, Marília Soares de Melo, Centro Universitário CESMAC, Renata Guerda de Araújo Santos, Centro Universitário CESMAC, Sammara Santos Novais, Centro Universitário CESMAC, Vanessa Rarília Rufino dos Santos, Centro Universitário CESMAC

O objetivo deste trabalho é compartilhar impressões produzidas ao longo do processo da pesquisa intitulada “Aspectos psicossociais da mendicância em Maceió/AL”. Adotamos como ponto de partida a atual política de assistência social para a população em situação de rua e seus efeitos no cotidiano da cidade. Entendemos que o fenômeno da mendicância foi forjado historicamente nos diversos contextos sociais e culturais, sendo de difícil consenso as atribuições dos seus aspectos ao longo dos anos. O conceito de mendicância ampliou-se para o que atualmente chamamos de população em situação de rua. Estes sujeitos vivem numa espacialidade de alta complexidade em extrema situação de vulnerabilidade, e são vítimas da desigualdade social produzidas pelo sistema capitalista. Estes processos os tornam sujeitos cada vez mais desvinculados dos seus direitos, invisíveis à sociedade. Considerando que a pessoa em situação de rua é um ser de direito, a pesquisa teve como objetivo visibilizar as políticas públicas no campo da assistência social que estão sendo desenvolvidas para essa população no município de Maceió/AL, compreender como estas estão sendo operadas no cotidiano da cidade e problematizar os efeitos produzidos na vida dos usuários dos serviços, através das Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano, buscando a partir da relação campo-tema explorar a polifonia de sentidos em torno do campo da assistência social. Participaram da pesquisa formando nossa rede de interlocutores, no primeiro momento, profissionais e gestores que operam com as políticas públicas da assistência social do município voltadas ao atendimento da população em situação de rua e militantes de Movimentos Sociais. No segundo momento, a própria população em situação de rua, dialogando de forma a compreender o sentido da rede de serviços e das políticas para cada usuário. Finalizando a pesquisa, realizaremos uma Roda de Conversa com profissionais, gestores e usuários, a qual será gravada e transcrita. Para análise destas conversas, trabalharemos com os Mapas Dialógicos, estratégia para visibilizar os repertórios linguísticos utilizados. Partimos do pressuposto de que a visibilização das ações que as pessoas narram do mundo e de si mesmas,

centralizam-se no efeito da linguagem como produção de conhecimento a partir dos diversos posicionamentos socialmente construídos. Nos resultados parciais, entendemos que a pesquisa já está afetando os modos de produção e organização do trabalho das equipes da Abordagem Social de Rua a partir da composição da rede junto à pesquisa para discutir e avaliar os casos, bem como na realização de momentos formativos para equipe. Isto nos impulsiona para uma reflexão crítica sobre as práticas da Psicologia e a Assistência Social, sobretudo, a necessidade de reconhecer os limites e desafios para atender aos grupos que procuram por assistência. Sendo assim, as contribuições da Psicologia Comunitária apresentam-se como linha guia neste processo, nos ajudando a compreender que esta população específica deve ocupar o cotidiano da cidade e seus micro-lugares, e a política pública deve considerar os modos de produção singulares do morador de rua, garantindo, desta forma, acesso universal e equânime aos serviços públicos, sejam eles no campo da assistência, saúde, educação, moradia e demais direitos.

Práticas Comunitárias em Saúde por Homens em Contextos de Grandes Obras

Benedito Medrado Dantas, UFPE, Jorge Lyra, UFPE

Este projeto está sendo desenvolvido em dois municípios diretamente afetados pelo crescimento econômico e reconfiguração demográfica, a partir da chegada de cerca de 50 mil homens para o trabalho em grandes empreendimentos relativos à implantação da Refinaria Abreu e Lima, na região de Suape, Pernambuco, Brasil. Nosso objeto de estudo são as práticas comunitárias de saúde dos homens que atuam neste contexto, compreendidas a partir de uma leitura feminista de gênero, no campo da psicologia social. O objetivo geral do projeto é produzir, analisar e divulgar informações sobre a situação de saúde da população masculina residente na microrregião de SUAPE, de modo a instrumentalizar as equipes de saúde para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde e prevenção de agravos junto a este público. Nossa proposta metodológica se fundamenta na triangulação metodológica. Trata-se de uma estratégia que tem por objetivo maior integrar metodologias quantitativas e qualitativas, de maneira complementar, nos processos de produção, sistematização e análise das informações produzidas. Os procedimentos envolvem entrevistas e análises de documentos e de informações epidemiológicas que permitem 1) o mapeamento de indicadores de saúde da população masculina residente na região; 2) a identificação da rede local de serviços de saúde voltados para a população masculina; 3) a identificação de iniciativas comunitárias e ações voltadas à promoção da saúde da população masculina; 4) identificação de demandas, necessidades, práticas, atitudes e comportamentos dos homens trabalhadores e residentes na microrregião de Suape em relação aos cuidados à própria saúde. Os resultados preliminares evidenciam uma invisibilidade das práticas comunitárias de cuidado em saúde produzidas por homens, em seu cotidiano. As poucas estratégias governamentais voltadas a esta população fundamentam-se sobretudo na política nacional de atenção integral à saúde dos homens, que se configura especialmente a partir de recorte em saúde sexual e reprodutiva, especialmente, no que se refere à prevenção de câncer de próstata e outras doenças associadas. Lições aprendidas. A triangulação metodológica tem sido uma estratégia metodológica eficaz no conjunto de possibilidades de pesquisa, apesar das difícil articulação, no

momento de análise, entre as informações produzidas. Em linhas gerais, no contexto estudado, observa-se a necessidade de maior investimento em ações voltadas para atenção básica e uma leitura mais ampla acerca da noção de saúde, para além de sua oposição à doença e das estratégias de prevenção, e mais propriamente próxima da promoção em saúde, a partir de leituras de gênero.

PRÁTICAS DE CUIDADO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA PROSTITUIÇÃO: As entrelinhas da articulação e desenvolvimento de atenção à prostitutas em condições de pobreza

Jon Anderson Machado Cavalcante, Universidade Federal do Ceará, Lorena Brito da Silva, Universidade Federal do Ceará

Este trabalho emerge de atuações em territórios que trazem em comum os desafios da aproximação e construção de práticas de cuidado com mulheres no baixo meretrício – locais marcados pela prostituição em condições de pobreza. Dos labirintos e ladeiras simbólicas do centro histórico de Salvador/BA, entre 2011 e 2012, aos emaranhados e sinuosos caminhos da Barra do Ceará e Centro de Fortaleza/CE, entre 2012 e 2014, emergiu a necessidade de articulação intersetorial da Estratégia de Saúde da Família, com ações de Redução de Danos, serviços de Saúde Mental e projetos locais com o intuito de organização de uma rede de atenção e práticas de cuidado nos territórios prostitucionais. Nos distintos lugares mencionados, percebeu-se a insuficiência de ações isoladas, governamentais ou não, e a potencialidade do fazer interdisciplinar, multiprofissional e territorialmente situado, em parceria com os atores locais. Assim, fez-se imperativa uma postura dialógica, ampliadora da percepção dos significados e afetos constituintes da vivência na prostituição. Este trabalho encaixa nos eixo das políticas públicas por fomentar uma problematização da atuação em psicologia comunitária neste cenário, diante dos desafios de acolher as singularidades em meio à pluralidade das políticas. Como temos criado esses caminhos? Como reconhecer os desafios a nossa postura? Quais ferramentas teórico-metodológicas embasa nossa atuação? A partir da atuação em Psicologia Comunitária (GÓIS, 1993, XIMENES & GÓIS, 2012), o processo investigativo foi compreendido enquanto encontro, aproximação e problematização de questões cotidianas, sendo qualitativamente pautado pela historicidade (VYGOTSKY, 1984); pela participação colaborativa (MONTERO, 2007); pela processualidade (FLICK, 2009) e pelo potencial criador e inovador (SCARPARO, 2008). Desse modo, compreendo o potencial dessa perspectiva para uma postura psicológica que buscar romper com teorizações elitizadas e utilitaristas e a criar arranjos teórico-metodológicos comprometidos ético-politicamente. Destacam-se a utilização de metodologias participativas estruturados em momentos formativos, terapêuticos e interventivos; a sensibilização dos profissionais de saúde às especificidades dessa população, a vinculação entre as equipes e a ampliação do atendimento às mulheres; a construção de estratégias de enfrentamento a violência e acesso aos direitos a partir do relato e vivência das mulheres; a mobilização das zonas de prostituição para questões naturalizadas. Tem surgido como um desafio compreender os itinerário psicossocial que essas mulheres tem construído no território, sendo esse itinerário uma ferramenta metodológica e central na construção dos projetos terapêuticos e nos modos de acompanhamento no território. Conclui-se como

fundamental o desenvolvimento de trabalhos longitudinais e comunitários, que fomentem a articulação em rede e potencializem a vinculação e espaços de diálogo junto a públicos estigmatizados e marginalizados.

Processos de Fortalecimento na construção de novos espaços para a loucura

Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho, Instituto Federal da Paraíba, Verônica Morais Ximenes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Neste trabalho damos visibilidade aos sentidos de fortalecimento das pessoas com experiência de adoecimento que transitaram do papel de doente mental para cuidador, inaugurando um novo espaço social para a loucura. O conceito de fortalecimento que guia este estudo ressoa fortemente no campo da psicologia comunitária (Góis 1993, 2008; Montero, 2003; Martin-Baró, 1998), trazendo aportes para se pensar possibilidades de produção coletiva da saúde mental por reconhecer a capacidade dos indivíduos se implicarem e modificarem seus contextos, em uma política de saúde mental integrada à comunidade, capaz de produzir impactos reais na cultura e na qualidade da atenção à saúde mental. Objetivo: Compreender os sentidos de fortalecimento das pessoas com experiência de adoecimento, com diagnóstico de transtorno mental. Metodologia: Utilizamos a perspectiva crítica da hermenêutica (Bosi & Mercado, 2007), em um estudo de caso do Movimento de Saúde Mental Comunitário do Bom Jardim (Fortaleza/Ceará/Brasil). Foram realizadas entrevistas mediadas pela autofotografia e grupo focal. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, protocolo COMPE No. 103/10. Resultados: Os sentidos de fortalecimento das pessoas que passaram pela experiência de adoecimento são apresentados em cinco categorias: Valor e Poder pessoal; Capacidade de refletir e agir sobre a realidade; Sentimento de comunidade; Negociação do uso da medicação e Experiência ecológica. A participação nas atividades do Movimento favorece o resgate do valor pessoal e poder pessoal com mudança das crenças sobre si mesmo e sobre o mundo. Na capacidade de refletir a agir sobre a realidade experimentam a coragem de fazer diferente, superando atitudes fatalistas que promovem a passividade, acomodação e desqualificação. Esta participação ocorre por meio de serviços voluntários que respondem às necessidades subjetivas dos sujeitos e da própria comunidade. Ao apresentar um sentimento de comunidade a pessoa percebe-se mais segura, desenvolvendo a capacidade de assumir compromisso com a superação da miséria e da alienação do outro. Outro sentido de fortalecimento apontado foi a negociação do uso da medicação, onde a pessoa que sofre é vista como sujeito do tratamento, em sua capacidade de compreender seu diagnóstico e negociar as formas de tratamento. Por último, a dimensão da experiência ecológica referida como aspecto do fortalecimento por redimensionar as crenças religiosas, ampliando o olhar para o transcendente em uma nova compreensão do adoecimento, dos medos e incertezas da vida. Conclusões: Reconhecemos o conceito de fortalecimento, surgido na práxis da psicologia comunitária, como fundamental no enriquecimento do campo da saúde mental. Onde os processos de fortalecimento não se engessam em teorias ou em atividades de cuidado, mas reivindicam o respeito ao território existencial como suporte à expressão da dor, da possibilidade de ser e desejar coisas diferentes, de rompimento com uma ideologia de submissão e de resignação.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Produção de subjetividade: saúde e memória comum

Lúcia Maria Ozório Barroso, Universidade Paris 13

Inspiramo-nos nas nossas pesquisas com periferias do Rio de Janeiro, desde 1990 (Ozório, L. ANRT, 2004). Temos interesse pela produção da memória como produção de subjetividade do comum num contexto de resistências a processos de assujeitamentos (Negri, A. Editions Stock 2006). Nesta problemática, exercemos a interdisciplinaridade, entre contribuições da psicologia comunitária, história oral e educação popular e saúde. Queremos ter acesso à história das lutas quotidianas do povo brasileiro. A psicologia tem produzido muitos “guardiães da ordem” (Coimbra C., Oficina do Autor, 1995). Apostamos numa psicologia comprometida com as mudanças. Daí buscarmos alianças com a educação popular e saúde (www.edpopsaude.net), movimento que a partir de 1970 faz a saúde “cair na boca do povo”, quando uma saúde mutante se constrói, trama e drama nos diversos modos do viver. Com este movimento, o Sistema Único de Saúde (SUS) se revitaliza nos princípios de democratização, participação e controle social, valorizando ensinamentos, necessidades, demandas e lutas da população, contribuindo para gestão social de políticas públicas. A saúde se faz com experiências de vida. Ter acesso a estas é potencializar uma saúde – luta, investindo na produção de subjetividades como resistências a processos de assujeitamento. Sabendo que no contexto pós-moderno falar de subjetividade é considerar seu duplo significado: como submissão e resistência à produção capitalista. Nestes “tempos fracos” de experiência, urgem dispositivos para a ela ter acesso. O nosso são as histórias orais de vida em comum. Aliando-se assim à história oral, seguimos trilha de Portelli (Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/FGV, 2000) indagando-se sobre importância da história oral, como metodologia do uso das fontes orais, como alternativa crítica para o século XXI. A história oral de vida em comum dá acesso a uma memória, comum, sensível à especificidade das experiências sociais e suas relações íntimas entre modos de viver e cultura popular. A experiência, narrada em comum, trabalha a memória como produção de subjetividade que se faz comumente no momento da narração. Nesta comunidade de comunicação há a afirmação da dimensão subjetiva da experiência como da sua dimensão comum, hibridizada pelo comum que se faz neste momento da narração. Abrimos entendimentos da memória, enriquecida por um comum que se faz, como ficção do presente (Certeau, Forense Universitária, 2002), um tempo da memória saturado de agoras. Muitas enunciações aí se convocam.

Temos autoria plural da história, da saúde, com a implicação do pesquisador e narradores. O Papo de Roda, dispositivo de trabalho, é inventado por Mangueira num momento difícil desta comunidade, em que seus moradores enfrentavam conjuntura político-social, em 2003, complexa, violenta. Este desejo de contar suas histórias de vida comumente, de fazer conhecê-las, foi modo de Mangueira continuar a resistir às violências do Estado, à discriminação e criminalização que sofrem (Ozório, L. Revista História Oral, p. 191-211, 2008). O Papo de Roda porta o caráter local da crítica, espécie de produção comum que alia autonomias, vidas que insistem-resistem sem preocupação com sistemas constituídos. Quer coisa melhor para a vida-saúde que forjar espaços-tempos para a produção de subjetividades insurgentes? Não é promissor potencializações do SUS?

Profissionalização da Psicologia Social Comunitária através do Sistema Único de Assistência Social: aspectos críticos.

Igor Costa Palo Mello, Unesp/Assis

Há décadas a Psicologia Social Comunitária brasileira pauta-se pela atuação comprometida com a transformação social e a emancipação humana. Tendo sido influenciada pela Educação Popular de inspiração freireana e pelo movimento antimanicomial italiano, entre outras, esses psicólogos pioneiros desenvolveram pesquisas e práticas coletivas não remuneradas e isentas de vínculo empregatício, questionadoras do tradicional modelo clínico, disciplinador, privatista, individual e elitista, que sintonizava apenas a classe média urbana de uma sociedade produzida por uma dinâmica autoritária de governo, mormente no período entre 1964 e 1985. Como produto do processo de democratização dessa sociedade, surge como possibilidade de atuação profissional remunerada a inserção em serviços de Assistência Social em que se preconiza como referência a Psicologia Social Comunitária para atender demanda tanto de promoção da cidadania como de proteção à violação de direitos. Esse texto tem como objetivo problematizar aspectos da condição de trabalho nestes serviços. Utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica (compreendida como consulta e análise de textos produzidos como relato de experiência, análise de documentação, revisão de literatura e reflexão crítica de experiências profissionais) e a observação participante (compreendida como aproximação a um determinado campo de pesquisa capaz de produzir transformações nas práticas à medida em que a observação se faz) proveniente do contato com profissionais e estagiários de psicologia vinculados aos serviços em diversas regiões do estado de São Paulo. Os resultados apontam como aspectos críticos ao psicólogo a parca remuneração, as incertezas com relação ao contrato de trabalho, a referência teórico-metodológica restrita, proveniente de vícios de formação, e o vínculo ambíguo emergente da proximidade com populações em situação de vulnerabilidade e risco social e da subordinação ao poder público. A título de conclusão, interpelamos a capacidade limitada de promoção de transformação social e emancipação humana no sentido mais amplo destes termos do profissional inserido em um serviço que cumpre função de governo e, que, portanto, tem sua capacidade de escuta e intercessão condicionada por isso e postulamos a necessidade de buscarmos alternativas de atuação mais autônomas e "amadoras", não no sentido da necessária ausência de remuneração, mas no sentido do resgate da motivação histórica inicial da Psicologia Social Comunitária brasileira.

Pronto! Falei! Relatos sobre ser criança na cidade de Parazinho-RN

André Felipe Jales Coutinho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Arielli Targino do Nascimento, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Juliana de Moraes Peres, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Este trabalho foi realizado no município de Parazinho, no interior do estado do Rio Grande do Norte, através de um diagnóstico participativo demandado pela secretaria municipal de cultura para um grupo de pesquisadores da UFRN. A perplexidade da equipe foi constatar a presença de um número expressivo de crianças e desejo delas de também tomar parte do processo. Objetivo: Tendo em vista a problematização acerca das políticas públicas voltadas para crianças e

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

jovens, discute-se como a psicologia comunitária poderia contribuir na expressão de demandas desses sujeitos, bem como do processo de mediação junto aos formuladores das políticas locais. Metodologia: O diagnóstico participativo aconteceu em março de 2014, em uma escola pública da cidade de Parazinho-RN, tendo a participação de crianças e jovens oriundos tanto da zona urbana quanto rural. Formaram-se salas temáticas agrupadas por faixa etária. As crianças ficaram em uma sala específica na qual foram usados recursos lúdicos (roda de conversar, pintura e desenho) e exploração não-diretiva. A intervenção pautou-se no referencial teórico da Psicossociologia Clínica francesa. Resultados: Foram organizadas categorias temáticas a partir das expressões e falas das crianças: a) representações sobre a cidade; b) concepções sobre o mundo e o ser criança nele; c) sonhos e perspectivas do futuro; e) concepções sobre poder; f) arte/cultura/lazer. Resultados: Há um paradoxo apontado pelas crianças sobre a liberdade para a expressão lúdica e o brincar em contraste com os espaços precarizados e vulnerabilizadores em que eles se dão. Existe, também, uma preocupação concreta com a segurança física em face do aumento perceptível da violência e consumo de drogas. Ressaltam a necessidade dos adultos pensarem a cidade como local de convivência e sociabilidade em Parazinho. Conclusões: Por meio dos resultados obtidos, pode-se pensar o papel da psicologia social comunitária em um contexto rural, como sendo potencializadora de ação-reflexão, fomentadora de diálogo e da expressão das crianças enquanto sujeitos de direitos que ultrapassam simplesmente os aspectos de saúde, educação formal e moradia. As crianças ao serem provocadas disseram sobre si e é desse modo que compreendemos como o psicólogo comunitário pode servir de ponte numa perspectiva intersetorial que se reflete na formulação local da política pública, no Estado e na sociedade como um todo.

Proposta de redução da maioria penal: nova faceta da criminalização da juventude brasileira

Fernanda Teixeira de Barros Neta, Universidade Federal do Pará

Sabendo-se que se vive em uma sociedade, a qual está caminhando em um processo de subjetivação pela racionalidade securitária demandando medidas repressoras e punitivas a fim de conter a violência, e que um dos atores principais propagados como causadores dessa violência são os jovens, sobretudo, os pobres e negros, recaindo sobre estas medidas de recrudescimento penal, este trabalho trata-se de uma pesquisa documental, o qual buscou analisar, a partir do método genealógico de Michel Foucault, as justificativas presentes nas Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) à Constituição Federal as quais propõem a redução da maioria penal. Bem como, analisar os efeitos de saber-poder-subjetivação dessa discussão mais ampla no fazer cotidiano micropolítico do psicólogo nas políticas públicas e sociais. Nesta pesquisa foram analisadas seis propostas que tramitavam no Senado Federal (PEC 26/2002; PEC 20/2003; PEC 09/2004; PEC 26/2007; PEC 478/2007; PEC 33/2012). Os aspectos mais salientes e recorrentes que justificam a redução da maioria penal referem-se ao fato de que tais documentos tomam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como uma legislação que não pune exemplarmente; de que os adolescentes já teriam completado o desenvolvimento maturacional, por isso, saberiam discernir o certo do errado; de que os mesmos têm amplo acesso às informações, portanto, a

infração seria uma escolha individual; e de que as medidas sócio educativas são ineficazes. No tocante a esta temática duas considerações se fazem necessárias, a primeira, remete ao fato de que o olhar de criminalização lançado ao jovem pobre permanece e tem continuidade através dos tempos. Somos constantemente subjetivados pela figura do “jovem-violento-criminoso” e invisibilizamos o “jovem-criminalizado-violentado”. A segunda consideração a que somos convidados a estranhar é se implicar em relação à frequência com que propostas deste tipo ganham notoriedade e alcance da sociedade, tendo em vista que, como se sabe, esta mesma proposta é inconstitucional, pois esta alteração no artigo 228 propõe a abolição dos direitos e garantias individuais dos adolescentes assegurados pela própria constituição, além do ECA e de outras normativas internacionais, das quais o Brasil é signatário. Um dos efeitos da redução da maioria penal será a ampliação da pena de prisão, tão falada por sua ineficácia e atestada como falida. É interessante notar que nos momentos de crise do sistema carcerário, da prisão propõe-se como alternativa a esta situação ela mesma. A ‘solução’ não é criminalizar a juventude pobre, encarcerar mais cedo ou aplicar mais medidas sócio educativas de internação, visto que devemos colocar em análise também a pretensa ‘ressocialização’ destinada a pessoas que estão em um processo de marginalização crônico dentro de um estado neoliberal. Utilizando jogo de palavras ao invés de pensarmos em penas alternativas temos as alternativas às penas.

Psicologia Comunitária e o trabalho em rede – reflexões de uma prática

Betânia Diniz Gonçalves, PUC Minas, Marcia Mansur Saadallah, PUC Minas

As reflexões aqui propostas têm o objetivo de contribuir com as discussões teóricas e metodológicas a respeito da atuação da Psicologia Social Comunitária nas Políticas Públicas Sociais. As questões a serem discutidas vêm sendo construídas nas práticas do projeto de extensão “Articulando Redes, Fortalecendo Comunidades”, ambos desenvolvidos na PUC Minas, sendo o segundo em parceria com a FAPEMIG. Estas práticas nos fazem perceber a importância de sistematizarmos os saberes e metodologias construídos pela Psicologia, que levem em conta a complexidade social, econômica, política e cultural da realidade, articulados com os aspectos subjetivos e psicossociais do sujeito. Esse trabalho em rede se faz na perspectiva interdisciplinar e intersetorial, como uma metodologia de intervenção psicossocial fundamental na construção das políticas públicas, acesso e garantia dos direitos sociais aos cidadãos. Scherer-Warren (2006) define as redes sociais como conjunto dos vínculos sociais entre indivíduos e organizações. Esta noção aporta-se em um referencial teórico que enfatiza sua natureza democrática, emancipatória e aberta. Sua concepção coaduna com os princípios e perspectivas teóricas e políticas presentes na Psicologia Social Comunitária, que tem nos processos psicossociais de conscientização e participação, assim como em conceitos como exclusão e inclusão enfocados, suas bases de intervenção. Trabalhamos com a articulação e fortalecimento das redes sociais de comunidades em situação de vulnerabilidade social em Belo Horizonte. Fazem parte da rede os diversos atores sociais atuantes nestas comunidades: equipamentos públicos governamentais, organizações comunitárias e lideranças comunitárias locais, atuantes em áreas diversas. Estes atores dialogam entre si, se conhecem, trocam experiências, e constroem juntos

um atendimento integral às famílias daquele território. Redes sociais são formas de organização inovadora e orgânica, aptas a enfrentar a complexidade dos problemas sociais, pois pressupõem ações voltadas para mudanças sociais, a partir de um projeto construído coletivamente por diferentes atores que têm em comum a causa escolhida; são estruturas democráticas e horizontais e convidam a uma vivência com vistas à construção da autonomia e criatividade. A estratégia de trabalho em rede implica em descentralização e compartilhamento do poder nas distintas dimensões da vida social. Desta forma, a rede potencializa e possibilita o acesso das famílias aos direitos sociais, favorecendo assim a busca pelo empoderamento dos sujeitos, forma de enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Segundo Bronzo (2009), empowerment envolve poder, implica alteração das relações de poder em favor daqueles que contavam com pouco poder para manejar suas vidas, no sentido de ter maior controle sobre elas. A autora nos afirma que empoderamento relaciona-se tanto a um maior controle externo sobre recursos materiais, físicos, intelectuais, financeiros, como às mudanças que se operam no âmbito das crenças, valores e atitudes, nas possibilidades de auto-expressão e auto-afirmação, processos sustentados por mudanças subjetivas. "Os resultados das ações de empoderamento sempre levam ao aumento da autonomia, do senso de dignidade, do acréscimo de capacidades". (Bronzo, 2009, p. 177). O trabalho comunitário em rede possibilita a diminuição das vulnerabilidades sociais, através da oferta de possibilidades objetivas, e de possibilidades de acesso a mudanças subjetivas vividas pelos sujeitos.

Psicologia Comunitária em ação: um relato de experiência das redes de apoio e vizinhança em uma Comunidade.

Andréia Garcia dos Santos, Centro Universitário Franciscano, Luana Da Silva Gonçalves, Centro Universitário Franciscano, Monise Gomes Serpa, UFRGS

Nesse trabalho pretende-se apresentar um relato de experiência de atividades teórico-prática, realizado em uma Estratégia de Saúde da Família-ESF, as quais compõe o estágio curricular, na perspectiva da Psicologia Comunitária. Os mesmos são denominados Básico III e Específico I, vinculados ao 6º e 7º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano - Unifra, Santa Maria – RS. O conceito que norteou o estudo refere-se à noção de comunidade, que apresenta características como território, história e valores compartilhados e um modo de vida social, além de um mesmo sistema de representação social, um sentimento de pertença e uma identidade social. Nesse espaço, a referência é a moradia, a vizinhança e a circunvizinhança, dimensões territoriais, interativas e psicológicas formadoras de convivência social próxima e de uma identidade de lugar (GÓIS, 2005, p.60). O objetivo foi fazer uma leitura da realidade do local onde a ESF está inserida, dentro do conceito de comunidade para a Psicologia Comunitária, assim como compreender as relações de vizinhança e o sentimento de pertença dos moradores. Para a realização do mesmo utilizou-se de estratégias de inserção, visitas domiciliares e entrevistas semi-estruturadas com 4 moradoras do sexo feminino com a média de idade de 59 anos, as quais residem na comunidade em torno de 20 à 60 anos. Segundo Góis (2005), a comunidade, mais além de uma dimensão física, de lugar, que a identifica geograficamente, possui dimensão sócio-psicológica que implica a existência, nesse espaço físico, pois interagem e identificam-se com a vizinhança, compartilhando da mesma vida e da mesma

história coletiva. A partir do relato das entrevistadas pode-se confirmar, não apenas a divisão do espaço físico, mas também do espaço social de permanência estável e duradoura da relação face-a-face. No momento de relatarem como era morar no bairro, as moradoras narraram os momentos compartilhados com os vizinhos, como passeios que realizam juntas, as visitas na casa uma da outra, a ajuda nos momentos difíceis, como doença. Assim sendo, essa experiência tem um efeito de fortalecimento de redes de apoio e proporciona ao sujeito um sentimento de pertença, como também um laço histórico comum. Compreende-se que o trabalho realizado é um exercício significativo para compreensão das práticas da Psicologia Comunitária, que envolve a presença ativa dos moradores em todas as fases do processo de inserção, construção de conhecimento e transformação da realidade. Portanto, com base nas práticas realizadas, entende-se que a visita domiciliar foi um importante recurso para realizar a inserção na comunidade e a construção do vínculo por vias que nos levam a viabilizar a saúde em detrimento da doença e pensar no/a morador/a na sua realidade cotidiana.

Psicologia Comunitária na formação e atuação de psicólogos na Atenção Primária à Saúde do SUS: alcances, limites e proposições.

Eliezer Magno Diógenes Araújo, FIOCRUZ

A Atenção Primária a Saúde tem sido priorizada como estratégia estruturante de muitos países, ganhando contornos específicos no caso brasileiro, em que a descentralização, como uma diretriz do SUS, constrói em cada município, espaços singulares de intervenção. A abertura deste espaço para a prática da Psicologia foi se constituindo a partir da implementação do Sistema Único de Saúde. Nas últimas décadas a Psicologia tem se inserido fortemente nesse território de atuação, transformando práticas de trabalho e ressignificando sua proposta de atuação, caracterizando a APS como pauta emergente e atual na formação em Psicologia. O psicólogo é o profissional que atua no campo da subjetividade cuidando dos processos de construção da identidade, na relação da pessoa com o mundo e consigo mesma. Seu foco de ação extrapola as questões puramente psíquicas, atuando nas dimensões: ética, política e cultural. Desta forma, dentro das características da atuação da psicologia na APS, a contextualização comunitária aparece com uma dimensão central para a construção de um modelo de cuidado integrativo, dialógico e orgânico. Compreendendo que a Psicologia Comunitária vem se constituindo como uma abordagem de referência para as práticas de psicólogos na APS, este trabalho tem como objetivos: 1) analisar alcances, limites e proposições de práticas construídas pelo referencial da psicologia comunitária na APS, 2) compreender o papel do psicólogo na equipe interdisciplinar, incluindo, mas também, ultrapassando a dimensão do cuidado em saúde mental e 3) explorar as implicações para a formação profissional em Psicologia, tomando como base uma experiência local de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, entendida como importante instrumento para o aperfeiçoamento do modelo de atenção à saúde do SUS. Como metodologia faz-se a análise dos relatos de experiência dos autores na atenção primária, especialmente na formação e supervisão de psicólogos no campo da Estratégia Saúde da Família, em atividades diversas como trabalho em grupos educativos e terapêuticos, momentos de educação popular em saúde, momentos de facilitação e educação permanente

das equipes de saúde da família, gestão de conflitos, inserção e intervenção a nível comunitário, acompanhamento clínico individual, organização da demanda para psicologia e saúde mental, visitas domiciliares conjuntas, construção de projetos terapêuticos singulares, entre outras. O debate deve incluir a exposição de resultados de pesquisas de mestrado e doutorado (estes últimos parciais), que se desenvolvem no contexto da saúde coletiva e dos cuidados primários.

Psicologia e Assistência Social: construindo uma prática comprometida

Mariana Prioli Cordeiro, Universidade de São Paulo

Desde a promulgação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), serviços socioassistenciais se tornaram um importante campo de empregabilidade para a psicólogos(as) comunitários(as). Grande parte dos textos acadêmicos e documentos de domínio público que abordam essa “nova” área de atuação enfatiza que os(as) profissionais que nela atuam devem ser comprometidos socialmente, no entanto, não explicitam o que e como fazê-lo. Diante disso, neste trabalho, busquei falar de experiências criativas e inventivas que transformam a (abstrata) noção de compromisso social da Psicologia em práticas concretas de intervenção socioassistencial – objetivo este plenamente coerente com o eixo “Políticas Públicas” desta conferência. Para atingi-lo, durante cerca de três meses, realizei visitas semanais ao escritório de um serviço de acolhimento, chamado “República Jovem”, conversei com os(as) profissionais do serviço sobre seu cotidiano de trabalho e registrei essa experiência em um diário de campo. É importante ressaltar que a definição do método foi realizada juntamente com a equipe do serviço (formada por duas psicólogas e um assistente social). Ela participou, também, da construção da versão final do relatório da pesquisa, uma vez que, levei uma versão preliminar do texto e as(os) profissionais sugeriram alterações, ajudaram a complementar as informações que estavam faltando e trouxeram elementos que lhe permitiram complexificar algumas reflexões. As visitas que realizei me permitiram perceber que, naquele serviço, o cotidiano de trabalho das psicólogas envolve uma grande variedade de atividades, sendo muitas delas diferentes daquelas que geralmente atribuímos a essa categoria profissional. Além disso, muitas de suas atividades estão comprometidas com o desenvolvimento da autonomia das(os) usuárias(os). Ou seja, elas buscam criar condições para que as(os) jovens possam ser protagonistas de suas próprias vidas, sustentando suas casas, trabalhando, conhecendo seus direitos, sabendo como acessar a rede de proteção social etc. Nesse sentido, para essas profissionais, ser autônoma(o) não significa ser autossuficiente. Afinal, consideram que somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas mais coisas pudermos ser, uma vez que isso amplia as possibilidades de estabelecer novos ordenamentos para a vida. Consideram, portanto que, para desenvolver autonomia, é preciso criar relações com diferentes pessoas, grupos e instituições. E a equipe faz isso de várias maneiras: retoma contato com familiares; fortalece relações institucionais; cria espaços de confraternização; se afeta e se implica com as histórias daquelas(es) que passam pelo serviço. Um dos desafios relatados pelas psicólogas foi estabelecer limites para o afeto que surge em sua prática profissional – afeto este que, ao mesmo tempo em que é um importante “instrumento de trabalho”, pode ter sérias implicações para a saúde mental dessas trabalhadoras. A experiência

nesse serviço socioassistencial me permitiu concluir que o compromisso social de uma profissão não é está dado de antemão, não é uma norma a ser seguida, nem um mero recurso retórico que serve para legitimar certas práticas profissionais. Mas é algo cotidianamente pensado, repensado, discutido, performado.

Psicologia Social Comunitária e a Política Nacional de Saúde Mental: pensando a atuação do psicólogo a partir de um estágio num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III)

Iara Cristine Rodrigues Leal Lima, UFPE, Lucélia de Almeida Andrade, Centro de Referência de Assistência Social, Thelma Maria Grisi Velôso, Universidade Estadual da Paraíba

O Movimento de Reforma Psiquiátrica, ao se constituir como uma política pública, materializada através da Política Nacional de Saúde Mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assume um compromisso com a melhoria das condições de vida das pessoas em sofrimento psíquico, buscando garantir seus direitos de cidadania. Reivindicam-se novas formas de tratamento para que essas pessoas assumam a condição de sujeitos de direitos e possam viver e circular livremente em sociedade. Serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico foram criados para atingir esses objetivos e oferecer um tratamento mais digno aos usuários. Entre eles, estão os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviço que realiza acompanhamento clínico e psicossocial, objetivando reinserir os usuários no contexto social, visando fortalecer os laços familiares e os comunitários. Nesse cenário, o arcabouço teórico-metodológico da Psicologia Social Comunitária, ao propor estratégias que visam ao desenvolvimento de uma reflexão crítica e ao protagonismo social dos grupos com os quais trabalha, tem contribuído com o resgate da cidadania das pessoas em sofrimento psíquico e com o processo de desinstitucionalização da loucura. Objetivo: Refletir sobre a Psicologia Social Comunitária, no âmbito da Política Nacional de Saúde Mental, através do relato de duas experiências de estágio realizadas entre 2011 e 2013, no CAPS III "Reviver" (Campina Grande/PB/Brasil). Essa reflexão contribuirá para a articulação entre o tema do Congresso e o eixo temático "Políticas Públicas", porquanto se propõe fomentar um diálogo entre a Psicologia Comunitária e o fazer do psicólogo nas políticas públicas e sociais. Metodologia: Para realizar as experiências de estágio supracitadas, recorreu-se aos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia Social Comunitária, em diálogo com a Educação Popular, e aos princípios que orientam a proposta de Reforma Psiquiátrica. Entre as atividades de estágio, destaca-se a participação como facilitadoras de oficinas num grupo de usuários do CAPS III. Os encontros tiveram como objetivo principal estimular a autonomia, a participação e o senso crítico desses usuários, fomentando espaços de escuta e de problematização da realidade. Os recursos metodológicos adotados foram o Teatro do Oprimido (TO) e diversas linguagens artísticas, incluindo o audiovisual. Resultados: Alguns objetivos a que a Psicologia Social Comunitária se propõe foram atingidos, entre eles, destacam-se: estimular o protagonismo social dos usuários e favorecer espaços de discussão e de reflexão crítica sobre a realidade. Quanto ao audiovisual, buscou-se estabelecer um diálogo com essa linguagem, que resultou na produção, juntamente com a participação dos usuários em todo o processo, de dois vídeos, um documentário e um vídeo produzido através da técnica de Stop Motion. Conclusões: Essa experiência além de possibilitar

refletir sobre os fazeres, os limites e os desafios de uma atuação embasada na Psicologia Social Comunitária, em um dispositivo criado com a implementação da Reforma Psiquiátrica, possibilitou o questionamento de práticas manicomialis ainda existentes nos serviços substitutivos e a invenção de novos fazeres.

Psicologia Sócio Comunitária: A especificidade do Território enquanto produtor de subjetividade

Bianca Garbelini Jabour, FAMINAS-Campus Muriaé, Lara Brum de Calais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Maira Ribeiro de Souza, FAMINAS-Campus Muriaé

Pode-se compreender que a constituição da Psicologia enquanto Psicologia Social Comunitária ocorreu inicialmente por motivações revolucionárias, indo ao encontro dos momentos políticos, econômicos e culturais, especialmente no caso do Brasil. Isso, portanto justifica a reflexão sobre a práxis da profissão atrelada a história do seu surgimento, bem como a importância de salientar a necessidade de reconhecer a real demanda da comunidade em que o profissional se insere, considerando, assim, que é preciso identificar, respeitar e trabalhar dentro das singularidades que estabelecem cada território, tendo em vista que quando se trata deste conceito, aborda-se a peculiar constituição de cada comunidade, a cultura, os princípios, a própria organização e, conseqüentemente, a produção de subjetividade. Neste sentido, objetiva-se com este trabalho, compreender como o entendimento e a experiência do/no território cultural produz subjetividade sendo ela individual, e/ou, coletiva. Para tanto, o trabalho se propõe a pensar tal temática a partir da realidade de jovens de um Condomínio planejado e ocupado por residências financiadas pelo programa "Minha Casa Minha Vida", do governo federal, denominado Nova Muriaé, na cidade de Muriaé (MG). Tal comunidade assume características importantes para o trabalho baseado na perspectiva social-comunitária, tendo em vista que reúne em sua constituição, vulnerabilidades sociais, associadas a um discurso discriminatório e preconceituoso (justificado pelos índices de violência e uso de drogas) reproduzido pelo município. Tomando como delineamento metodológico a pesquisa intervenção e tendo como ferramenta os grupos focais, possibilitou-se a emergência de uma condição de escuta e intervenção crítica das questões apresentadas. Os grupos contaram com a participação de 5 jovens, sendo estes provocados a refletir acerca de questões e significados próprios da realidade destes jovens, procurando discutir e identificar em meio aos discursos, a maneira como o entendimento do território em que estão inseridos os constituem e, como consequência, produz subjetividade. Nesse ponto é importante salientar, que os jovens em sua maioria negros, possuem referências condizentes com a realidade que vivem, e, portanto, são constituídos pelas instituições em que estão inseridos, sendo elas, família, escola, amigos entre outras. Contudo, pode-se entender que os jovens residentes do Condomínio Nova Muriaé, que se localiza em um região afastada da cidade são delimitados pela realidade ociosa e marginalizada atual, como também pelo histórico que os fizeram ocupar este local. A Psicologia Socio comunitária entra em cheque quando se propõe discutir a realidade, intervindo com pensamento crítico e compreendendo a relevância do que é demonstrado, sem invadir a constituição dos sujeitos e da comunidade pesquisada.

Qualidade de Vida na Comunidade do Irurama

Leonise Costa Oliveira, Instituto Esperança de Ensino Superior, Maria de Nazaré Almeida dos Santos, Instituto Esperança de Ensino Superior, Vera Lucia Rodrigues Branco, Instituto Esperança de Ensino Superior

Este estudo, pautado na metodologia da pesquisa intervencionista, foi iniciado em abril de 2013, com uma pesquisa de campo com enfoque qualitativo, onde se buscou conhecer as necessidades e interesses dos moradores da comunidade do Irurama, utilizando como instrumento de coleta de dados, reuniões e um questionário com 2 questões fechadas e 11 abertas, tendo como informantes 67 das 118 famílias da comunidade. A comunidade de Irurama, em Santarém, no Pará, em um ramal do Eixo Forte, no Km 13, é conhecida por manter sua tradição principalmente por fabricar artesanalmente a farinha da mandioca e apresentar festividades, como a festa do padroeiro Santo Antonio e o Festival da Farinha, onde são apresentados aos visitantes, como atrativos, a venda de artesanatos, comidas e danças típicas da região. É uma comunidade fechada, na qual a terra passa de um membro a outro das famílias, sem transação financeira, apenas com o compromisso de morar na comunidade e trabalhar por ela. Foram identificadas necessidades de recursos de infra-estrutura, tais como ausência de pavimentação, iluminação nos ramais ou vicinais; creches e posto de saúde e programas de atenção às crianças, jovens e idosos, dificultando o bem estar dos moradores. Posteriormente, foram realizadas várias reuniões para validar os dados da pesquisa, discutir as prioridades das necessidades levantadas, bem como, propostas de soluções adequadas para os problemas. Entre estas, foram apontadas como mais urgentes: Posto de Saúde, cursos de capacitação para atividades geradoras de renda para mulheres, palestras relacionadas à qualidade de vida do idoso e educação ambiental para crianças. Foi, como marco inicial dos trabalhos, realizadas ações com grupo de mulheres (oficina de artesanato) e crianças (educação ambiental). As ações foram realizadas com a participação da comunidade e, como resultado da reunião com os representantes do Poder Público Municipal, aconteceu uma ação integrada voltada para atenção à saúde básica, identificação do cidadão e participação em programas de capacitação. Verificou-se que a comunidade possui um saber próprio, o qual não pode ser ignorado. O psicólogo auxilia a comunidade a identificar seus problemas e solucioná-los, mas isso implica em uma parceria, pois, se a comunidade não fizer parte do processo de intervenção, os resultados serão escassos. Apesar dos desafios enfrentados no trabalho na comunidade, a experiência, contudo, permitiu aprendizado e reflexão sobre a prática do psicólogo inserido no meio social.

Racismo como mecanismo de controle de subjetividade no CREAS-POP

Giulia Ribeiro Limongi, Universidade Federal da Bahia

Este constitui um relato de experiência na disciplina Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) ocorrida durante o segundo período letivo de 2013, este componente caracteriza-se por atividades de ensino-extensão, que buscam promover a interação entre Universidade, comunidade e sociedade, através de um intercâmbio vivencial. O espaço da vivência foi o CREAS-POP: Criança e Adolescente – Centro de Referência especializado da Assistência Social para crianças e adolescentes em situação de rua – em Vitória da Conquista. Este

tem como política pública a retirada de crianças e adolescente em situação de rua, usando estratégias que, posteriormente, possibilitem a reintegração familiar, social e política destes jovens. Assim, o "ACCS" objetiva contribuir nesta estratégia de reintegração e de fomentar discussões para que, tanto os graduandos quanto os jovens, possam problematizar e ressignificar seus papéis e potências enquanto sujeitos e cidadãos. Para tanto, foi utilizado como recurso pedagógico a biblioterapia – Livro e audiovisual, e estratégias de acolhimento, como perguntas, reflexões, comentários sobre o que foi exposto. Dos encontros emergiram aspectos no discurso dos jovens que denunciaram a naturalização das estruturas sociais de miséria e desigualdade, sustentando a ideia de que a condição deles hoje, e sempre, se deve a sua cor, e não às condições as quais o sujeito negro foi submetido por séculos – exclusão, exploração etc. O grupo era composto por meninos e meninas com a cor de pele negra, com faixa etária entre 10 a 21 anos. Expressões como "quanto mais negro pior" e discussões para saber quem era o mais ou o menos negro foram recorrentes nos encontros, e apesar das reflexões sobre a opção/escolha de comportamentos não estarem diretamente ligadas à questão racial – o que foi confirmado por eles em relação ao uso de drogas, prostituição etc., para eles, o fato de ser negro e ser menino de rua não vos possibilitaria a reintegração social, evidenciando um problema na intervenção e no trabalho da instituição. Tendo em vista que a política pública do CREAS-POP é o acolhimento e reintegração, e que, de maneira geral, as crianças que estão em situação de rua vem de famílias desestruturadas, muitas vezes em condição de vulnerabilidade, a instituição não se mostrou eficaz no que condiz ao trabalho de conscientização e mobilização destes jovens. Pois novas perspectivas não tem se tomado atraentes e que estes não a vêm como uma possibilidade tangível. Neste sentido há de se repensar práticas e problematizar a capacitação da equipe responsável pelo acolhimento e conscientização, considerando que esta, em conjunto com a sociedade, reforçam a ideia de que há uma fronteira entre eles e a escolha, a autonomia, solidificando subjetividades que invadem a todo o momento a busca e/ou o processo de singularização destes sujeitos, afetando sua relação com si mesmo, com outros e o meio que o cerca, fazendo-os reféns da instituição e do conformismo.

Racismo no contexto do futebol: O que a Psicologia Comunitária tem a ver com isso?

Analise Lopes Rodrigues, UFRGS, Jorge Castellá Sarriera, UFRGS

O racismo no contexto do futebol tem sido pauta constante na mídia, em âmbito nacional e internacional. Entretanto, tratar sobre a temática racismo no Brasil tem sido, invariavelmente, uma tarefa complexa, pois tratar-se de um tema que foi e ainda é cercado por controvérsias e contradições em nosso país. O racismo e o preconceito racial podem ser considerados aspectos subjacentes à configuração sócio-histórico-cultural dos brasileiros, manifestando-se, ao longo dos anos, nas mais diversas formas de discriminação e exclusão. Sabe-se que não se trata de um problema exclusivo do futebol, mas é no futebol – dentro das quatro linhas e nas arquibancadas que tal problema tem se manifestado com ampla força, veemência e recorrência nos últimos tempos. A despeito da importância e atualidade do tema, o problema do racismo tem sido pouco abordado sob a perspectiva da psicologia. Considerando-se o dever da Psicologia Comunitária em contribuir para

a superação desse grave problema sócio-histórico-cultural, busca-se com esse trabalho promover uma reflexão crítica e fornecer subsídios para a formulação de políticas de prevenção ao racismo neste contexto. O trabalho constitui-se num recorte de recente pesquisa de doutorado que buscou analisar, a partir de uma perspectiva psicossocial e do Paradigma Ecológico Contextual em Psicologia, o fenômeno da violência entre jovens torcedores de futebol. Para tanto, serão apresentados dados acerca da prevalência de manifestações de racismo numa amostra de 1130 torcedores de futebol, de ambos os sexos, com idade entre 15 e 25 anos, residentes no Estado do Rio Grande do Sul. Os torcedores responderam a um questionário online sobre a autoria e vitimização de ofensas raciais, investigando-se os diferentes contextos nos quais ocorreram tais manifestações. A partir de análises descritivas e inferenciais, verificou-se que as ofensas raciais foram mais frequentemente percebidas na perspectiva daqueles que foram vítimas do que de seus autores, concluindo-se assim que o racismo só parece existir na perspectiva daqueles que sofrem seus efeitos e não daqueles que o praticam. Por fim, reitera-se a necessidade de um maior compromisso da psicologia para o enfrentamento do problema do racismo existente no Brasil, ressaltando-se que o preconceito racial não é inerente ao ser humano, mas sim uma produção social, algo que é ensinado e transmitido através de gerações. Compreende-se que não mais basta o consenso de que o racismo e a discriminação são condutas intoleráveis em nossa sociedade, mas torna-se urgente e necessário refletir sobre os por quês de tais condutas persistem no Brasil de hoje, seja nas formas brandas e veladas ou nas mais explícitas.

Reabilitação Psicossocial nos Centros de Convivência: uma possibilidade para o laço social?

Eliane Rodrigues da Silva, Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Stella Brandão Goulart, Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho apresenta a pesquisa intitulada "Reabilitação Psicossocial nos Centros de Convivência: uma possibilidade para o laço social?", um recorte da pesquisa internacional "Modelos de reabilitação psicossocial: Brasil e Itália" (2012). A pesquisa objetivou demonstrar as práticas reabilitativas desenvolvidas nos Centros de Convivência de Belo Horizonte, equipamentos da rede de saúde mental, e indaga sobre o conceito de laço social nesse espaço de atividades de arte e cultura. A metodologia utilizada foi pesquisa participante e história de vida. Como resultados foi possível perceber que o Centro de Convivência Barreiro apresentou-se como um espaço que trabalha estratégias de reabilitação psicossocial por meio das atividades artísticas e culturais, além do esporte e da Educação de Jovens e Adultos para alfabetização e educação formal. Funciona como um lugar de convívio, facilita as trocas sociais e a inserção das pessoas com sofrimento mental na comunidade. É um espaço formador de cidadania no processo de reabilitação psicossocial. As conversas e discussões com os usuários, trabalhadores e gerente do Centro de Convivência possibilitaram à pesquisadora reconhecer o papel reabilitativo do serviço, bem como sua função de inserção social e construção da cidadania das pessoas em sofrimento mental. A observação participante e a História de Vida demonstraram as diferentes estratégias de reabilitação do Centro de Convivência investigado, que amplia a realização das oficinas no cotidiano do serviço para atividades de inserção do usuário

no território e na cidade, possibilitando aos mesmos o exercício da cidadania e a experiência da convivência. Destaca-se ainda o contato contínuo com as expressões artísticas e com o universo cultural. As atividades transversais, como os passeios, torneios esportivos, a Mostra de Arte Insensata, o Festival da Canção, dentre outras, são outras estratégias que viabilizam o enlace social das pessoas com sofrimento mental, uma vez que promovem a convivência e a ocupação da cidade com suas intervenções. Também foi possível compreender as contradições desse espaço: ao mesmo tempo em que assume uma ética inclusiva, em alguns momentos confunde-se com um modelo reabilitativo de cunho educativo, paradoxalmente privando o usuário do exercício de sua autonomia. Esse trabalho possibilita à psicologia comunitária interrogar a atuação dos psicólogos na política pública de saúde mental, no contexto da reforma psiquiátrica brasileira, considerando a participação ativa da pesquisadora no universo estudado e contribui para a reflexão do papel da psicologia comunitária no desenvolvimento de investigações e atuações profissionais que promovam o protagonismo das pessoas em sofrimento mental, por meio de dispositivos que fomentam a criação artística e participação política daqueles que são acompanhados por uma nova rede entendida aqui como espaço polissêmico e contraditório, mas que se pauta e defende os direitos humanos.

Reabilitação psicossocial: análise comparativa Brasil/Itália

Bruna Zani, University of Bologna, Maria Stella Brandão Goulart, Universidade Federal de Minas Gerais

Na perspectiva de desenvolver estudos que cotejem o do processo de reforma da política de saúde mental brasileiro e italiano, a pesquisa que ora apresentamos pretende discutir, elencar e confrontar os recursos de reabilitação psicossocial destinados a usuários dos serviços de saúde mental atualmente. Trata-se de uma pesquisa de cooperação internacional estabelecida com a Università degli Studi di Bologna, que conta com colaboração, anuente, dos serviços de saúde mental das cidades de Bologna e Belo Horizonte. O objetivo principal da pesquisa é explorar os atuais modelos, conceitos e as características da reabilitação psicossocial, realizada na prática, envolvendo usuários, familiares, trabalhadores da saúde mental e voluntários. A meta final é a construção conjunta de indicadores qualitativos para a avaliação das políticas reabilitativas. Como perspectiva metodológica, apoiamos-nos na interface da atitude investigativa da Psicologia Comunitária e da Análise Institucional francesa, construindo dispositivos coletivos, reflexivos e críticos, de documentação e avaliação. Mais particularmente, em relação à atualidade das práticas de reabilitação psicossocial, trabalhamos na perspectiva da pesquisa participante e da história de vida. Serão compartilhadas, no Simpósio, informações sobre a estrutura e dinâmica institucionais das duas cidades enfocadas, com apoio nos resultados de pesquisa relativos ao período de 2012 a 2014, ano que contemplará o encerramento da pesquisa. Tais informações ilustram diferentes formatos reabilitativos que colocam em relevo os temas da inserção comunitária, da aderência à rede de atenção e da contratualidade desejável e possível em ambos cenários, que tem já uma prática amadurecida e consolidada: Belo Horizonte e Bologna. Destacam-se aqui as especificidades na composição das equipes de trabalho, a singularidade de sua prática e objetivos a serem alcançados pelo usuários. Em Belo Horizonte, estão sendo estudados os 9

Centros de Convivência que compõem a rede de serviços de saúde mental, que se desdobram em eventos como o da celebração do Dia de Luta Antimanicomial e da organização de Mostras de Arte Insensata, entre outros. Nestes locais, interessa explorar as perspectivas de reabilitação através da arte, cultura e participação. Em Bolonha, a pesquisa já concluída enfocou as frentes de arte, cultura, trabalho e moradia que compõem a rede assistencial de saúde mental, onde de destacam os Centri Diurni. A pesquisa na Itália foi viabilizada com o apoio e financiamento do Programa Ciência Sem fronteiras (CNPq), da Diretoria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Alma Mater Studiorum Università di Bologna (UNIBO). A pesquisa conquistou, atualmente, o financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Este trabalho integra o eixo "Políticas públicas", contribuindo para a discussão acerca das Reformas Psiquiátricas - brasileira e italiana -, contribuindo para temática da inclusão social e reinserção comunitária.

Rede Escola Cidadã: Uma Experiência de Aproximação da Escola com a Comunidade.

Bianca Rendeiro Cejas Montenegro, UNAMA - Universidade da Amazônia, Carolina Messeder Zahluth, UNAMA, Maria Lidia Ferreira Lima, Universidade da Amazônia

Este trabalho teve origem no projeto Rede Escola Cidadã, financiado pelo Instituto C&A, sob responsabilidade da FIDESA (Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia) e da Universidade da Amazônia (UNAMA). O projeto, que teve seu início em 2009, possui como objetivo geral fortalecer vínculos familiares e comunitários em 05 escolas públicas de Belém do Pará, por meio de ações em rede tendo em vista prevenir e minimizar violências no espaço escolar a partir da multiplicação de cultura de paz e qualidade de vida. No início de 2013, foram realizados 20 grupos focais, com objetivo de colher dados sobre como estudantes, professores, equipe técnica e funcionários das escolas percebiam, entre outras coisas, a relação da escola com a comunidade. Desses 20 grupos, 15 eram compostos exclusivamente por alunos e 05 exclusivamente com profissionais da escola. Ao todo, participaram 199 membros da comunidade escolar, sendo 159 alunos e 40 de profissionais. Obteve-se mais falas que expressavam insatisfação com essa relação do que falas de satisfação a respeito da relação da escola com a comunidade, alegando que essa relação era escassa e pouco frequente, principalmente pela falta de parceiros, observando-se assim a necessidade de realizar atividades para aproximar a comunidade da escola. A partir dos resultados do grupo focal, foram realizados 02 encontros com a comunidade escolar, visando a aproximação e a interação entre a comunidade e a escola. No total, participaram dos encontros 100 pessoas, dentre elas professores, direção, equipe técnica, o Lar Fabiano de Cristo, representantes de postos de saúde, representantes da SEMEC, alunos, pais e responsáveis; e 01 mutirão de saúde e meio ambiente, chamado "Escola Limpa, Escola Linda", uma iniciativa da própria escola que, novamente, possuía como meta aproximar a comunidade escolar do seu entorno, estimulando o trabalho de forma conjunta em várias ações que se propõem tornar a escola um espaço mais atrativo, bem como oportunizar espaço de convivência familiar e comunitária. Deste momento, vários parceiros da Rede se unirão para oportunizar o evento: SEMEC, UNAMA, SuperGásBras,

Uniodonto, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Saúde. A Rede Escola Cidadã é um exemplo de como o trabalho em rede pode ser transformador da realidade escolar. Por meio da rede, as escolas passaram a ter contato a instituições governamentais como a SEMEC e outras Secretarias Municipais; assim como organizações da sociedade civil, como o Lar Fabiano de Cristo. A relação deste trabalho com o tema do encontro se baseia nos fazeres do psicólogo dentro da comunidade, apresentando-se como uma possibilidade de intervenção e um meio de modificador da cultura escolar, em que a escola se encontrava isolada da comunidade ao seu redor. Relaciona-se com o eixo Políticas Públicas no sentido de promover o direito à convivência familiar e comunitária, atuando assim na garantia dos direitos humanos e da criança e do adolescente no âmbito da educação; além disso, relaciona-se pela característica multidisciplinar do trabalho em rede.

Redes de apoio social e trabalho em uma feira de roupas na cidade de Fortaleza-CE

Karen Bomfim Hyppólito, FGF E FATE, Renata Guimarães de Carvalho, Universidade de Fortaleza, Tereza Glauca Rocha Matos, Universidade de Fortaleza

Os vínculos solidários que compõem a rede de apoio são considerados suportes imprescindíveis para a superação de desafios e enfrentamento dos riscos inerentes à vida social, especialmente em grupos mais vulneráveis. Sendo assim, este estudo tem por objetivo refletir sobre a formação de redes de apoio entre trabalhadores informais de uma feira de roupas no centro da cidade de Fortaleza. Para tanto, especificamente buscou : investigar a formação de uma rede de apoio social no contexto do trabalho informal da feira; e identificar os personagens/agentes que compõem esta rede e as funções de sociabilidade que desempenham. A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, do tipo exploratória, tendo feito uso de um roteiro para a entrevista semi-estruturada e de cartões geradores para mapeamento da rede social. Foram entrevistadas dez pessoas, partindo de um participante e percorrendo a rede em sua extensão. Fica clara a importância da relação familiar na formação da rede, que se organiza não só em função do trabalho na feira, mas também como suporte social para os seus membros. Apesar de a família ser à base do grupo, a rede se amplia e integra novos membros. A entrada de novos atores e os vínculos surgem a partir de contatos de trabalho, familiares e de amizade, que ocorrem a partir de indicações, baseadas em relações de confiança, que podem ser denominadas de capital social. Confiança, solidariedade, reciprocidade são elementos imprescindíveis na mediação das relações entre os sujeitos que possuem o capital social. Estes laços de sociabilidade geram um modo de organização social que favorece a realização dos indivíduos e o fortalecimento do grupo. A rede estudada tem como característica, além da centralidade em três pessoas da família (pai, mãe e filha), uma grande capacidade de mutabilidade. Vários estabelecimentos de diversos seguimentos de negócios surgiram e se mantêm em função desta atividade, o que indica o entrelaçamento entre a função de suporte social e de produção de bens na rede formada. O estudo aponta a necessidade dos responsáveis pelas políticas públicas planejarem, com cuidado e apreço, uma forma de organizar melhor o espaço do trabalho informal, mas também a capacidade dos sujeitos de

se estruturarem de forma produtiva e solidária gerando benefícios como renda e segurança social para os envolvidos.

Relato de experiência da atuação do profissional de psicologia no CREAS-medidas socioeducativas

Cinthya Rebecca Santos Melo, Universidade Federal da Paraíba, Gabriela Fernandes Rocha Patriota, Universidade Federal da Paraíba, Hana de Castro Dourado Almeida, Universidade Federal da Paraíba, Jéssica Martins Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba, Manuella Castelo Branco Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, Soraya Sousa Gomes Teles da Silva, Universidade Federal da Paraíba

Este trabalho objetiva apresentar reflexões sobre a prática de uma psicóloga do Centro de Referência Especializado em Assistência Social com foco nas medidas socioeducativas (CREAS-medidas). O estudo é um relato de experiência, uma atividade de campo, realizado por graduandas em psicologia. O CREAS-medidas é um serviço realizado pelo Estado destinado às crianças e adolescentes, efetivando uma ação protetiva e garantia de direitos. Este serviço atende crianças e jovens que cometeram ato infracional, e estão em processo de cumprimento de Medidas Sócioeducativas (MSE) em meio aberto, garantindo seu caráter social e educativo. Nesse contexto, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lança a Cartilha de Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Sócioeducativas em Meio Aberto. Esta determina que o papel da psicologia detem-se sobre o ato infracional considerando a história do indivíduo, buscando formas de operacionalizar medidas que tragam socioeducação e reflexão do adolescente. Deve construir um Plano Individual de Atendimento (PIA) através da escuta ao adolescente, promovendo sua autonomia e a singularidade, possibilitando que o mesmo extraia algo de positivo desse processo e construa para si um novo projeto de vida. Foi realizado uma entrevista semiestruturada com uma psicóloga que atua no CREAS-medidas na cidade de João Pessoa. A entrevista apresentava questões sobre atividades e desafios da prática, as normas utilizadas e a articulação da sua atividade com outros órgãos ou profissionais. A psicóloga relatou que atua orientada pelos documentos normativos para a garantia de direitos (ECA, SINASE e normativos internacionais) sugeridos pelo CFP. Sua atuação corroborou com o que preconiza o CFP, como por exemplo, a elaboração e acompanhamento do PIA, escuta do jovem e sua família, adaptação da linguagem à do jovem criando um clima acolhedor. Sobre as dificuldades de sua prática, foram relatados problemas na articulação da rede de proteção social, que dificulta a efetivação dos direitos do jovem no cumprimento da MSE, como a inserção em programas de formação profissional. O preconceito também foi apontado como um entrave, contribuindo para a marginalização do jovem frente à sociedade. Diante disso a psicóloga relatou fazer um trabalho de sensibilização junto à comunidade e aos profissionais que lidam diretamente com o jovem no cumprimento de sua medida. Essa experiência apresentou a importância das políticas públicas para favorecer a efetivação de direitos. Possibilitou entender como se dá a articulação das MSE em Meio Aberto com outros atores da Rede e a necessidade de articulação integrada para a promoção do adolescente e de todas as suas necessidades. Nesse sentido, a psicologia comunitária encontra um campo de atuação que se volta para a relação dos jovens em conflito com a lei e a sociedade, promovendo suas potencialidades e oportunidades, por meio da efetivação de seus direitos, sem deixar de considerar suas carências e contexto.

Relato de Experiência em Psicologia Social Comunitária: A Atuação da Psicologia frente ao Programa Família Acolhedora

Amanda Ribeiro Silva Oliveira, Faculdade Integral Diferencial - FACID/DeVry, Camila Siqueira Cronemberger Freitas, Uespi, Carlos Antonio Santos, FACID-DEVRY, Leticia Lopes Reis, FACID DEVRY, Thamyras Tabosa de Sousa, Facid/Devry

O trabalho realizado no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) consiste numa prática contínua referente à proteção social básica e à assistência social da comunidade em situação de vulnerabilidade. Portanto, compete aos técnicos do CRAS investigar situações recorrentes que levam a tais circunstâncias vulneráveis. Assim, garante a Lei nº 8. 742, art. 22, que dispõe sobre benefícios eventuais e garante autonomia aos Estados/Municípios para desenvolverem programas que promovam assistência suplementar e provisórias àquelas famílias que encontram-se em situação de morte, nascimento, vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Nesta perspectiva a Prefeitura Municipal de Teresina instituiu através do Decreto nº 13.111, de 26 de Setembro de 2013, o programa Cidade Solidária, que possui como uma das ações a modalidade Família Acolhedora, desenvolvida pelo CRAS. O decreto assegura a acolhida da família em situação emergencial de desabrigo, decorrente de desastres naturais ou infortúnios, ou vulnerabilidade temporária. Logo, ficam estabelecidos direitos e deveres do CRAS e das respectivas famílias. Objetivos – Colher demandas da família, quer sejam de cunho assistencial ou psicológicas. Atualizar prontuários. Entregar e constatar os benefícios. Identificar e acompanhar a situação atual da família após a efetivação do programa, além de incentivar a autonomia desta. Metodologia – Após inscrição do usuário no Sistema Cadastro Único, realiza-se visita domiciliar para verificação da situação de vulnerabilidade, assim como a solicitação do benefício, sucedido pelo encaminhamento à residência da família acolhedora. No ato da entrega dos benefícios, que são compostos de kit de limpeza e acolhimento, cestas básicas e, ajuda de custo no valor de cento e oitenta reais (em prazo máximo de seis meses), é conduzida uma entrevista semiestruturada para acompanhamento da situação familiar e atualização do prontuário. Ocorrem visitas regulares para o monitoramento das famílias, onde o psicólogo poderá acolhê-las, e dispor de mecanismos que favoreçam a autonomia familiar visando à superação da situação em que se encontram. Resultados – A efetivação do projeto deu-se de forma intensa principalmente no período compreendido entre dezembro/2013 e janeiro/2014. Muitas das famílias conseguiram reestabelecer residência e começar uma nova vida. A vivência do estágio no CRAS proporcionou conhecimento de realidades distintas e aprendizagem do exercício da Psicologia frente à assistência comunitária. Fez-se uma experiência indispensável tendo em vista o engrandecimento do currículo oculto através da instauração da práxis acadêmica. Conclusão – O recorrido nos remete ao trabalho atual da Psicologia Comunitária frente aos afazeres da assistência à comunidade, que se constitui como uma das realidades possíveis ao psicólogo no desafio da profissão. Além disso, este trabalho evidencia a relação entre políticas públicas em Teresina (em destaque ao Decreto nº 13.111) e atuação do psicólogo comunitário, referenciando à atuação na assistência social. É perceptível, pois, o impacto dessas políticas, e da atuação do psicólogo na realidade dessas comunidades, o que alia o trabalho deste profissional às ditas comunidades urbanas. Portanto o trabalho vigente abraça

as relações da profissão em seus limites, fazeres e desafios, bem como vincula-se ao eixo de políticas públicas. REFERÊNCIA: TERESINA, DECRETO Nº 13.623, out de 2013. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/pi/t/teresina/decreto/2013/1362/13623/decreto-n-13623-2013-regulamenta-o-servico-familia-acolhedora-para-criancas-de-0-a-12-anos-atendidas-no-servico-de-acolhimento-institucional-e-familiar-reencontro-no-ambito-do-municipio-de-teresina-na-forma-que-especifica.html>.

Representações Sociais do Adolescente em Conflito com a Lei: análise do programa de semiliberdade e privação de liberdade através de fanzines

Camila Fernanda Soares Leal, Universidade Estadual do Piauí, Halanna Talyta Marques Campelo, Universidade Estadual do Piauí, Marco Antonio Araújo da Costa, Universidade Estadual do Piauí, Patricia Rocha Lustosa, Universidade Estadual do Piauí

A literatura aponta que a natureza de todo adolescente resvala para uma inclinação à transgressão, entretanto deve-se pensar em outras análises para os comportamentos transgressores em jovens. Dentre o espectro de saberes que recobrem a questão da subjetividade juvenil, optamos trabalhar sob o crivo da teoria das Representações Sociais de Moscovici e como foco as práticas infracionais. De acordo com a perspectiva sócio-histórica brasileira, a categoria menor foi e ainda é alvo de discussões situadas nos campos da psicologia, da pedagogia, das ciências sociais e do direito. Em vista do conflito com a lei entre jovens alcançar números preocupantes, congregando debates dentro das políticas públicas para infância e juventude, atribui-se como relevância ao estudo amplo das ciências humanas (especialmente os campos jurídico, assistencial, pedagógico e psicológico) que produzem saberes sobre o adolescente em conflito com a lei. Ainda, soa o alerta para a excessiva marginalização de um coorte populacional quase previsível a adentrar na trama das políticas socioeducativas. Analisaram-se as Representações Sociais conectadas com o envolvimento deste jovem em práticas ilegais, assim como as possíveis contingências que o mantém agindo de tal forma, além de verificar diante de uma perspectiva psicológica quais os efeitos das medidas aplicadas aos adolescentes que cometem ato infracional. Segundo Moscovici (2007), representações sociais são categorias estabelecidas socialmente que têm como principal objetivo facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas. O objetivo do estudo foi elencar as representações sociais do adolescente em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa, tanto em regime semi-aberto quanto em regime fechado, e a partir daí constatarem-se produções semelhantes e singularidades dos dispositivos de privação de liberdade e de semiliberdade. A amostra foi composta por 10 adolescentes voluntários, onde 5 estavam cumprindo medida de semiliberdade e 5 estavam em medida de internação no Centro Educacional Masculino (CEM) ambas as medidas vinculadas à Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) em Teresina, Piauí. A ferramenta utilizada para coleta de dados foi a produção de fanzines. Esta técnica trata-se de um recurso de mídia e comunicação em que a proposta visa estimular o jovem na sua expressão singular sobre os temas que o instiga. Utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011) por meio da categorização e exposição iconográfica dos fanzines produzidos pelos jovens. A realização da pesquisa converge com

os propósitos de pensarmos novas metodologias para a apreensão dos sentidos que os jovens trazem a respeito da medida socioeducativa que lhe fora imposta e experimentar recursos pouco convencionais no contexto da pesquisa e formação do profissional de psicologia social-comunitária.

Resíduos Populacionais: Uma Análise da Ocupação Nelson Mandela

Amanda Teixeira da Silva, Universidade Federal de Minas Gerais, André Luiz Freitas Dias, Programa Polos de Cidadania, Lucas Furiati de oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais, Mariana Gomes Ferreira De Souza, Universidade Federal de Minas Gerais, Michele de Souza Tavares, Universidade Federal de Minas Gerais, Walter Bruno Azevedo Gomes, Centro Universitário UNA

A ocupação Nelson Mandela e sua relação com as políticas públicas de habitação na cidade de Belo Horizonte são os objetos de análise do presente trabalho. A ocupação, considerada ilegal pelo Poder Público municipal por estar situada em uma área de preservação ambiental e de risco geológico, situa-se no Aglomerado da Serra, na cidade de Belo Horizonte. As famílias que ali residem estão à margem da política habitacional e vislumbram na ocupação deste espaço uma possibilidade de constituir e conquistar uma moradia própria. Entretanto, o Poder Público municipal se esforça para remover a ocupação e se nega a dar alternativas dignas de reassentamento. Devido a essa postura, entendemos que o Estado pode estar contribuindo para manutenção, recrudescimento e reprodução do quadro de segregação sócio-espacial. O Programa Polos de Cidadania, executor da pesquisa, é um programa interdisciplinar e interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão voltado para efetivação dos direitos humanos, que atua no Aglomerado da Serra há dezesseis anos. O trabalho consiste em uma pesquisa-ação, realizada na Ocupação Nelson Mandela, motivada por uma decisão judicial que prevê a remoção completa das famílias. Frente à negativa da Prefeitura de Belo Horizonte em prestar qualquer auxílio aos moradores da ocupação, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, preocupado com as possíveis violações de direitos por parte do Poder Público, determinou que o Programa Polos de Cidadania fizesse a identificação e a qualificação destas pessoas. Por meio das metodologias de pesquisa-ação e mediação de conflitos, foi produzido um questionário que abordou temas como: condição socioeconômica das famílias, mapeamento dos acessos a serviços públicos por elas utilizados, análise dos laços sociais e comunitários. Devido ao fato do Poder Público se negar a registrar os moradores antes de removê-los, a iniciativa de identificar as famílias e a condição social das mesmas, poderia funcionar como instrumento de negociação entre os moradores da ocupação e o Poder Público. Desse modo, observamos que essa ocupação é parte de um complexo problema urbano presente na cidade, que não é capaz de implementar políticas habitacionais que promovam acesso à moradia digna para a população de baixa renda. Assim, o trabalho produzido contribui para pensar alternativas de inserção das famílias em políticas públicas habitacionais que garantam a efetivação dos Direitos Humanos e Sociais. Pode também abrir precedentes capazes de instrumentalizar futuros casos análogos que se encontram fora do escopo previsto pelas diretrizes gerais de políticas públicas de habitação da cidade de Belo Horizonte.

Resistência e Cultura: Etnografia em um Ponto de Cultura de Porto Alegre

Adolfo Pizzinato, PUCRS, Joao Pedro Cé, PUCRS, Yasmine Mazzoni Jalmusny, PUCRS

A implicação da psicologia nas Políticas Públicas gerou uma discussão de destaque nas pesquisas acadêmicas. Os sujeitos que produzem-se nestes contextos são importantes elementos de discussão sobre os projetos de sociedade que diferentes governos instauram gerando diretrizes para os trabalhos direcionados a uma grande parcela da população. Nas últimas décadas as políticas públicas de cultura tiveram mudanças no caráter do financiamento e do exercício de agentes culturais no Brasil. Neste caminho, foram criados os Pontos de Cultura mediante o programa cultura viva ainda na gestão de Gilberto Gil como titular da pasta do Ministério da Cultura que financiou diretamente projetos de base popular na fruição de bens e serviços culturais. Estes locais são considerados como importantes enquanto articuladores da comunidade onde são inseridos por oportunizar maior fruição de bens culturais. O presente trabalho é uma exposição de uma etnografia em um Ponto de Cultura na cidade de Porto Alegre e tem como objetivo apresentar a vivência dos trabalhadores deste local e as trajetórias pelas quais produzem cultura na comunidade onde trabalham. Para o levantamento de dados, foram utilizadas entrevistas abertas, registros de diários de campo e fotografias. Além disso materiais gerados no cotidiano dos agentes culturais também entraram na análise, ou seja, sua produção artística e cultural também foram consideradas para a teorização sobre o campo estudado. Durante a pesquisa, questões referentes à articulação de público para os eventos do ponto de cultura foram levantadas, assim como a inserção comunitária deste espaço, sua sustentabilidade e a maneira como organiza seu trabalho, pautadas em ideologias específicas que direcionam o trabalho de modos peculiares. Levantase a discussão sobre os contextos onde são articuladas as políticas públicas a fim de problematizar a execução de projetos culturais e sua implicação nas comunidades. Percebeu-se que a política pública necessita ser melhor apropriada pelas comunidades as quais direcionam-se, que há uma exigência técnica incomum na área cultural, gerada pela institucionalização das práticas de cultura através de editais. Além disso, é importante destacar que há uma necessidade de pensar a afetividade nas etnografias, revelando os modos como os indivíduos estabelecem suas relações com a comunidade e o local onde trabalham.

Reuniões de Acolhimento como via de acesso à informação: Um relato de experiência

Amanda Ribeiro Silva Oliveira, Faculdade Integral Diferencial - FACID/DeVry, Camila Siqueira Cronemberger Freitas, UESPI, Carlos Antonio Santos, FACID-DEVRY, Carlos Antonio Santos, FACID-DEVRY, Leticia Lopes Reis, FACID DEVRY, Thamyris Tabosa de Sousa, FACID/DEVRY

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, tem como competência orientar e possibilitar o acesso da comunidade ao serviço de proteção social básica de acordo com o limite de sua abrangência (BRASIL, 2009). Dessa forma, o CRAS constitui-se como um meio de ingresso do usuário no SUAS bem como à todas as políticas públicas envolvidas, tais como: programas, benefícios e rendas para a inserção social e profissional (CREPOP, 2008). Uma das formas

admissão do usuário a essas informações é através das Reuniões de Acolhimento onde possui como objetivo principal manter a população a par de critérios e condicionalidades para a inserção e permanência nos programas (BRASIL, 2009). Estas Reuniões de Acolhimento, ainda possibilitam um ambiente facilitador e mobilizador através de um diálogo integrativo, no qual o técnico de referência, a exemplo do psicólogo, dispõe de conhecimentos que se ajustam aos dos usuários, possibilitando um despertar de consciência crítica e transformadora da realidade familiar e comunitária deste (CREPOP, 2008). Na perspectiva de que o CRAS proporciona um ambiente fomentador de conhecimento, o técnico, muitas vezes com o auxílio de estagiários coordena conversações sobre temas de utilidade pública e interesse dos usuários (por exemplo, a qualidade de vida e ações em caso de enchentes), levando em conta a realidade em que se inserem.

Objetivos – Reflexão sobre os serviços prestados pelo CRAS, como instituição pública de referência; criação e fortalecimento do vínculo, na tríade CRAS-família-comunidade; oportunizar a troca de saberes e vivências.

Metodologia – Elaboração de panfletos informativos, com temáticas atuais e associadas à realidade da comunidade; Organização do espaço físico e recepção dos usuários; Discussão da temática apresentada, de forma objetiva, clara e acessível, visando a troca e a soma de saberes; Esclarecimento dos serviços ofertados pelo CRAS e apresentação da equipe, atuando de forma humanizada e prestando informações e orientações sobre os benefícios, projetos e programas.

Resultados – Ampliação dos saberes da população; Desmistificação de crenças errôneas; Esclarecimento de dúvidas; Orientação e informação acerca dos deveres e direitos sociais

Conclusão – A participação nos programas e políticas sociais dos CRAS remete a um maior desenvolvimento social das comunidades e populações em risco. O acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo técnico de referência, neste caso, o psicólogo inserido em equipe interdisciplinar, proporcionou aos estagiários, maiores reflexões e desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os problemas sociais contemporâneos. Neste sentido, a psicologia comunitária vem proporcionar as bases teóricas de atuação do psicólogo que, tendo como referencial as políticas públicas desenvolvidas pelo CRAS, atua no fortalecimento de vínculos, fomentando o conhecimento, a reflexão e a consciência dos beneficiários dos programas institucionais disponíveis pelas instituições que compõem as redes de apoio social.

Serviços Residenciais Terapêuticos, reflexões de um primeiro contato

Arley Kleyton da Silva, Faculdade Santo Agostinho

O presente trabalho aborda a experiência de atuação de um estudante de psicologia como cuidador em um serviço residencial terapêutico mostrando as implicações e impactos das políticas públicas voltadas a pessoas com transtornos mentais bem como um panorama histórico da superação do modelo manicomial, desmitificando algumas crenças com relação a pessoas com transtornos mentais.

Objetivo: Identificar os principais desafios de um serviço residencial terapêutico como política pública a partir do olhar da psicologia comunitária, analisar as influencias históricas da evolução da política de saúde mental no Brasil, descrevendo as disparidades entre teoria e pratica.

Metodologia: Este estudo trata-se de um relato de experiência elaborado de forma descritiva buscando

mostrar as vivencias de um estudante de psicologia em um serviço residencial descrevendo o serviço, e fazendo uma análise critica da politica de saúde mental na pratica do cotidiano dos serviços substitutivos. Resultados e Conclusões: Os Serviços Residenciais Terapêuticos vem concretizando as diretrizes de superação do modelo de atenção centrado no hospital psiquiátrico, em conjunto com os demais programas existentes na área de saúde mental. A abordagem mais teórica de funcionamento de tais serviços não leva em conta os diversos fatores psicossociais e socioculturais envolvidos no processo , tais como o preparo dos cuidadores e adaptação dos moradores a um novo contexto social, Diante dessa necessidade de que o cuidador seja um socioeducador, neste processo de integração do morador ao convívio social, observa-se um fato interessante, quando um individuo aceita tal empreitada sem o conhecimento prévio do funcionamento de uma residência terapêutica na pratica ou seja a partir de visitas a tais instituições e de uma vivencia com pessoas que já atuam neste processo, a primeira impressão que se tem quando se observa as atribuições de um cuidador e que o cuidador é um profissional de nível médio que atua com um auxiliar de serviços gerais, que apenas recebeu o nome diferente, a desconstrução desta ideia ocorre na vivencia ou seja na visita e no contato com profissionais que já atuam na área de saúde mental e nas visitas a residências que já funcionam a algum tempo, pois neste locais se observa o nível de autonomia que os moradores, de tal modo que ao entrar em uma residência existe a dificuldade em identificar quem era cuidador e quem era morador, apenas após algum tempo de conversa pode-se perceber quem é morador ou cuidador, ficando nítido o papel do cuidador no sentido de agir como um facilitador e motivador no processo de aquisição de autonomia dos moradores, de fato inicialmente realiza tarefas mas deve incentivar para que o morador se insira nas atividades, até que possa realizá-las com total autonomia. É necessário uma desconstrução gradual do modelo de vivencia institucional, para aquisição de novos repertórios comportamentais e o desenvolvimento de habilidades sociais, processo no qual é fundamental a escuta na qual se demonstra interesse pelo que o individuo deseja expressar e assim se estabelece um processo de confiança entre cuidador e cuidado.

Suporte psicossocial para familiares de dependentes químicos: dialogando entre serviços de saúde mental e assistência social

Burnier Sales de Sousa, Universidade Potiguar, Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró, Universidade Potiguar

Acredita-se que o uso abusivo de drogas deve ser compreendido como uma questão de cunho social mais amplo, e não exclusiva do âmbito da saúde (com uma noção restrita). Para pensar essa questão, nesse estudo a família foi escolhida como locus privilegiado tendo em vista seu lugar central ocupado nas políticas sociais brasileiras. Nesse sentido, propõe-se investigar o suporte psicossocial oferecido às famílias de dependentes químicos residentes na cidade do Natal, RN. De modo geral, ainda é possível observar uma dificuldade de articulação entre a Política de Saúde Mental e a Política de Assistência Social. Tal fato deixa a família do usuário de drogas em situação de desamparo, pois problemas gerados pelo uso abusivo de drogas como, violência doméstica, desemprego, ruptura e fragilidade de vínculos familiares e comunitários, envolvimento com o crime, dentre outros, são foco das políticas de Assistência Social tanto na prevenção,

quanto na intervenção direta sobre esses problemas. Portanto, percebe-se que ao investigar o suporte psicossocial oferecido às famílias que sofrem com a dependência química, é possível alcançar um nó central na garantia de direitos à população brasileira: a intersetorialidade. Desse modo essa pesquisa tem como objetivo investigar como se configura o suporte psicossocial ofertado pelos serviços de saúde e assistência social da cidade de Natal às famílias afetadas pelo uso abusivo de drogas. Mais especificamente, Identificar quais ações são desenvolvidas visando oferecer suporte à família do usuário, articuladas entre os serviços de saúde mental e os serviços de assistência social do município. Para tanto foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores e técnicos de serviços de saúde e assistência social da cidade do Natal, RN, dentre eles um Centro de Referência à Assistência Social, um Centro de Atenção Psicossocial especializado em Álcool e Drogas e um Hospital Psiquiátrico. Os resultados apontaram que não há uma articulação eficiente entre os serviços de saúde mental e os serviços de assistência social no que diz respeito à atenção ao familiar do usuário de drogas. Além disso, ações voltadas para o suporte dos familiares dos usuários de drogas ainda são ausentes na maioria desses serviços. Diante disso, é possível considerar que ainda existe uma grande lacuna no que diz respeito à atenção psicossocial aos familiares de dependentes químicos na cidade do Natal, RN. Os resultados desse estudo indicam que é preciso caminhar no sentido da proposição de estratégias, ou mesmo da invenção de práticas que possam ajudar às famílias no enfrentamento aos problemas causados pela dependência química, pois o processo investigativo em contextos comunitários além de proporcionar o conhecimento sobre a realidade estudada, deve também provocar mudanças transformadoras na realidade dos sujeitos participantes.

Testemunhos de mulheres em situação de deslocamento na Colômbia

Catalina Revollo Pardo, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este artigo pretende analisar a problemática do deslocamento interno na Colômbia desde uma perspectiva crítica, ligando os resultados da pesquisa *Historias de Migração Forçada: Trajetórias e Testemunhos* (dissertação de mestrado do Programa em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social-UFRJ), aos conceitos da crítica pós-colonial de Boaventura Santos Sousa (2008), Arturo Escobar (2004) e os estudos culturais desde a perspectiva de Stuart Hall (2003, 2006). O conflito armado colombiano esta caracterizados pelo contínuo abuso aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional Humanitário, sendo a população civil a principal vítima. Esta situação vem gerando uma das maiores crises de migração forçada no mundo e a maior no continente americano. Para compreender a problemática do deslocamento forçado na Colômbia é importante analisar conceitos trabalhados pela crítica pós-colonial, que permitem entender as nuances dos problemas locais das pessoas em situação de deslocamento. A globalização é entendida desde a perspectiva de McGrew (1992) e Hall (2006), argumentando que os complexos processos que atuam na escala global atravessam as fronteiras dos Estados-nação integrando e ligando as comunidades e organizando novas comunidades em novos contextos de tempo e espaço, gerando a experiência de um mundo mais conectado. O conceito de Globalização de Hall (2006), deve ser complementado com a perspectiva de Boaventura de

Souza Santos (2008), que define a existência de globalizações: a hegemônica e a contra hegemônica. Assim a globalização hegemônica abre a fissura para a emergência da globalização contra hegemônica, construindo espaços e locais informais e híbridos. A lógica da pessoa em situação de deslocamento e híbrida, simultaneamente local e global, urbana e rural. A mistura cultural que acontece em Bogotá, resultado das migrações (voluntárias ou forçadas), gera uma sociedade híbrida pela troca cultural entre migrantes. A perspectiva pós-colonial desafia o entendimento do conflito armado colombiano, já que o deslocamento é uma resposta complexa que representa uma nova ordem social num complexo contexto global e híbrido. A interdependência global, agora trabalha em dupla via, há movimentos para fora (de bens, imagens, estilos de identidades ocidentais) e um gigantesco fluxo de pessoas da periferia indo para o centro. Num dos períodos mais longos mantidos de migração não planejada promovidos pela pobreza, miséria, fome, desemprego, guerras civis, conflitos regionais, arbitrarias mudanças de regímenes políticos e a dívida externa dos estados com os bancos ocidentais. (Escobar. 2004). Este trabalho se desenvolve no marco da Psicossociologia de comunidades, analisando a situação de Direitos Humanos no contexto de um mundo globalizado com dinâmicos fluxos migratórios que vem questionando e alterando a ordem do controle hegemônico dos Estados-nação sobre seus cidadãos.

Trabalho infantil e processo escolar: cadê as políticas públicas?

Cintha Rebecca Santos Melo, Universidade Federal da Paraíba, Gabriela Fernandes Rocha Patriota, Universidade Federal da Paraíba, Hana de Castro Dourado Almeida, Universidade Federal da Paraíba, Jéssica Martins Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba, Manuella Castelo Branco Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, Soraya Sousa Gomes Teles da Silva, Universidade Federal da Paraíba

O trabalho infantil é uma realidade no nosso país. Ainda existem mais de 4 milhões de crianças e adolescentes trabalhando. O objetivo geral da presente pesquisa foi investigar como o trabalho precoce intervém no processo escolar das crianças e adolescentes trabalhadores domésticos de duas escolas municipais da cidade de João Pessoa. Os objetivos específicos foram: caracterizar as atividades de trabalho doméstico realizadas e as condições de trabalho enfrentadas pelas crianças e adolescentes; identificar as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes trabalhadores domésticos nas relações sociais estabelecidas no contexto escolar, no processo de aquisição dos conteúdos escolares e na avaliação escolar. Adota-se como embasamento teórico a categoria "Trabalho Precoce Doméstico", as Leis que versam sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes e a Abordagem Histórico-Cultural de Vygotsky. Nesse sentido, contempla-se a dimensão sócio-histórica, em que se dá a transformação do objetivo em subjetivo a partir do social; e a dimensão escolar, enfatizando-se a importância do processo escolar para o desenvolvimento intelectual. Como instrumentos metodológicos, optou-se por: questionário (para sondar se havia situações de trabalho doméstico); entrevista individual semi-estruturada (para investigar a relação trabalho e escola) e questionário de domínio de conteúdos (conhecimentos básicos de língua portuguesa e matemática) para sondar a situação escolar. A amostra constituiu-se de dezesseis crianças e adolescentes de 6 a 18 anos e de ambos os sexos, estudantes e trabalhadores precoces domésticos. Há uma prevalência de participantes do

sexo feminino de raça afrodescendente em atividades de trabalho doméstico. As implicações decorrentes da condição de trabalhar e estudar são notáveis no que diz respeito às dificuldades enfrentadas no processo escolar. Esses trabalhadores apresentam defasagens em relação à leitura interpretativa, à escrita das palavras, aos cálculos aritméticos básicos (como subtração e divisão) e resolução de problemas matemáticos simples. O trabalho precoce implica danos e violação de direitos à escolaridade e à direitos sociais determinados em nível da legislação internacional e nacional. Políticas Públicas de enfrentamento ao trabalho infantil existem, porém, nem sempre são efetivadas, principalmente quando se trata de trabalho doméstico, que de certa forma é "camuflado" pela privacidade dos lares. As crianças e adolescentes trabalhadores precoces são privados de condições essenciais ao seu pleno desenvolvimento, como aquelas relacionadas à formação intelectual e aos momentos de lazer e descanso. Além disso, essa pesquisa traz uma reflexão acerca da inserção profissional desses trabalhadores precoces; porque a maioria afirma que a escola lhes dá a possibilidade de um bom emprego no futuro, porém, a grande maioria dos jovens que trabalham e estudam, deixa os estudos antes de concluí-lo para ter um emprego remunerado e ajudar no sustento da família, abandonando a escola e o sonho de um emprego melhor no futuro. Essa temática tem tudo haver com a psicologia comunitária, uma vez que o trabalho infantil é uma problemática social e comunitária e necessita-se de políticas públicas mais efetivas para seu enfrentamento.

Um castelo distante: percepções sobre o que é ser criança em um assentamento urbano.

Ana Gabriela Lima Pereira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Jarina Gabrielle Aquino Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Juliana de Moraes Peres, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Marlos Alves Bezerra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O presente resumo consiste na apresentação das primeiras de um conjunto de intervenções realizadas por alunas do 5º período do curso de psicologia, da UFRN, em parceria com o Laboratório de Estudos em Tanatologia e Humanização das Práticas de Saúde (LETHS). A intervenção fora realizada com trinta crianças do assentamento chamado Anatália Alves, localizado no bairro do Guarapes, na Zona Oeste de Natal- RN. O bairro é localizado na periferia da cidade e é considerado um dos lugares de maior risco social e de índice de violência. Tendo em vista a situação, especificamente, do assentamento, procuramos entender, através de atividades lúdicas, o que significa ser criança para aquelas presentes na intervenção. A intervenção aconteceu em março de 2014, sendo as crianças divididas em três grupos, na faixa etária de 7 a 10 anos, coordenados pelas alunas de graduação. O contato com as crianças foi intermediado por recursos lúdicos (roda de conversar, desenho e pintura, contação de histórias, uso de brinquedos como bonecos e blocos de montar). Pautou-se no referencial teórico da Psicossociologia Clínica, a qual considera os sujeitos da intervenção co-construtores do trabalho realizado. Algumas temáticas se destacaram, dentre elas a da moradia e da segurança, trazidas pelos subgrupos de trabalho. Através do recurso de blocos de montar, a disposição e exploração das construções grandes e isoladas entre si guiaram a dinâmica com a metáfora do castelo - um lugar distante, atacado e também protegido pelo personagem do dragão. A família apareceu principalmente representada pelas figuras da realeza, tendo os homens

posições mais ativas. A inconstância e a mudança apareceram nas reconstruções do que era nomeado por elas como abrigos. Nos desenhos, mais uma vez a tragédia foi a temática central: ainda com a metáfora do castelo, as crianças narravam a destruição do que havia sido desenhado. Surge, porém, um elemento mágico na esperança, de um dos meninos, de que um gênio fizesse sua família nunca morrer. Notam-se forte apego à família e ao assentamento, mesmo frente às adversidades. Verificam-se vários contextos de vulnerabilização e a escassez de profissionais interessados nesses trabalhos. Há uma operacionalização precária das políticas públicas voltadas para as demandas de moradia e segurança, justamente as mais problematizadas na intervenção. Portanto, como um dos objetivos da psicologia comunitária é o desenvolvimento do sujeito, através da conscientização e reflexão, tendo o psicólogo como facilitador desse processo, é visto que a intervenção realizada ocorreu, não só com o intuito de atuar na comunidade, mas também de fazer dela palco de seus moradores.

Um Mar De Sentidos: Histórias De Uma Associação De Mulheres Pescadoras

Debora Cristina Mira, Faculdade Guilherme Guimbala

Esta apresentação compartilha a experiência de assessoria psicossocial realizada pelos estudantes do curso de Psicologia (com orientação do professor que subscreve este trabalho) da Associação Catarinense de Ensino - ACE à uma Associação de Mulheres Pescadoras do município de São Francisco do Sul - SC. A realização deste projeto de assessoria foi possível mediante solicitação de uma organização que há três anos fomentava o empreendimento associativo das mulheres pescadoras. O objetivo deste projeto foi a promoção de encontros de assessoria psicossocial na perspectiva da Economia Solidária, uma forma de economia que no Brasil vem se consolidando como uma política pública de geração de trabalho e renda. Sabe-se que a Economia Solidária é ao mesmo tempo uma teoria de geração de trabalho e renda e ainda um movimento social que considera ser possível a existência de "outra economia" em oposição ao modelo capitalista de produção. No desenvolvimento do projeto o olhar dos estudantes foi sendo dirigido para a forma como estas trabalhadoras estabeleciam sentido por meio de suas atividades de trabalho e, também por isto, as atividades de assessoria e intervenção não deixaram de pensar na contribuição com a dimensão psicossocial destas mulheres nas relações de grupo e na convivência na associação. Permitiu-se, assim, desenvolver uma aproximação com as integrantes da associação através da recuperação de suas trajetórias no empreendimento, bem como da própria história da associação. Para os encontros foram organizadas atividades que contavam com vivências, recursos audiovisuais, atividades com fotografias, recorte e colagem, entre outras estratégias que permitiam a mobilização/participação das mulheres. O aporte teórico e metodológico que subsidiou o trabalho de assessoria foi a Psicologia Sócio-Histórica. Nesta perspectiva elegeu-se a dimensão afetiva constitutiva destas relações de trabalho e convivência, justamente porque, no campo da Economia Solidária não se pode atuar com os conceitos que regem as políticas da afetividade das organizações corporativas, pois elas segmentam as relações e tendem a individualizar as emoções e sentimentos.

Nesta escolha de assessorar desde o lugar de trabalho destas mulheres e com os

“recursos” (sentidos, afetos, memória, relações de trabalho) por elas fornecidos, foi sendo possível identificar que suas atividades de trabalho eram significativas não somente pela possibilidade da renda, mas também pela potencialidade do encontro, da criação, do afeto (também pelos conflitos) e pela própria possibilidade de ser sujeito de uma história/empreendimento. Contar suas histórias possibilitou a estas mulheres reconhecer a riqueza de suas trajetórias pessoais e a forma como a associação permitiu novidades em suas vidas. Utilizando-se de um saber transmitido culturalmente, a pesca artesanal, estas mulheres encontraram no trabalho cooperativado a possibilidade de novas experiências, novas relações, novos desafios. O trabalho cooperado vai desvelando, à medida que se debruça em sua compreensão, um sentido implícito, que se dá no seio de seus desdobramentos. Sem que se anule sua capacidade de gerar emancipação e autonomia frente às condições econômicas de dada realidade, ele acontece na “alma” do sujeito, no ‘fazer-se’ e ‘refazer-se do empreendimento. Trabalha-se distante da alienação, mobiliza-se uma causa que lhe é própria e que permite sentidos.

Uma Partida Mista de Futebol: Gêneros e Sexualidade em Disputa

Fernando Altair Pocahy, Universidade de Fortaleza, Marília Maia Lincoln Barreira, Universidade de Fortaleza

Os cotidianos escolares articulam distintas pedagogias culturais. Dentre estas, as pedagogias de gênero e de sexualidade (Louro, 2001). Compreendemos, deste modo, as pedagogias não somente como um conjunto de técnicas e condutas que ajudem um/a aluno/a a construir certo conhecimento. Mas como modos de aprender-ensinar epistemologias de mundo produzidas a partir da intersecção com marcadores sociais de identidade e diferença (Silva, 2007). Gênero e sexualidade se constituem como elementos de grande evidência nesses jogos saber-poder que assumem formas muitas vezes arbitrárias. A escola se constitui neste sentido enquanto uma arena onde certa agonística social do humano se estabelece, fomentando a (re)produção de normas, como a heteronormatividade, - um dos dispositivos sociais mais articulados na propagação dos conceitos normativos de gênero. Silva (2013) reflete que estas aprendizagens se constituem de forma “extra-curriculares” e se materializam no cotidiano escolar; além disso, podem ser expressas através de um currículo não oficializado em documentos de referência que regem a organização do ensino das escolas, mas que os permeiam intensamente. Com base nestas evidências, o trabalho aqui apresentado trabalho versa acerca de uma pequena incursão etnográfica em uma aula de Educação Física com alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental I na capital cearense. A ida a campo teve como objetivo mapear cenas do cotidiano escolar problematizando-as a partir das provocações epistemológicas feministas e queer. Este trabalho é resultado de uma ação da disciplina Construção de Gênero, componente curricular no PPG em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Com estes objetivos, buscamos através da análise de discurso, baseadas nas formulações foucaultianas, compreender como os campos de disputa e as representações de gêneros se materializam nos corpos e condutas dos praticantes de um cotidiano escolar. Objetivamos compreender como certas noções de masculinidade e feminilidade são articuladas no espaço escolar e como as políticas em educação fomentam

estes discursos e os legitimam. Consideramos que a incursão na aula de Educação Física propiciou um alargamento das possibilidades de compreensão nas leituras acerca dos conceitos em gênero em articulação com a sexualidade, através da (re)produção das (hétero)normas. Ponderamos necessário entender como as práticas educativas podem intervir de forma mais insistente na desmistificação da ideia de quais são as condutas aceitáveis para homens e para mulheres e como as noções de gênero podem ser trabalhadas na escola através de distintos componentes curriculares e disciplinas.

Violência e escola: uma análise à luz do conceito “Situação-limite”

Ana Paula Gomes Moreira, Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Jacqueline Meireles, PUC-Campinas, Raquel Souza Lobo Guzzo, PUC-Campinas

A compreensão do desenvolvimento infantil como um processo histórico e social, reconhece a escola como fonte e produto da dinâmica que o constitui. No âmbito de uma perspectiva relacional e crítica, a escola pública destaca-se ao revelar o impacto de questões estruturais, econômicas e políticas. Estas questões caracterizam um cenário de desigualdade, violência e opressão que, por sua vez, circunstanciam, também, os processos de desenvolvimento que acontecem dentro e fora da escola. Isto significa que os processos educativos perpassam a dinâmica da comunidade, constituindo uma importante interface para o desenvolvimento. O presente trabalho reflete sobre o hiato existente entre a inserção e a atuação do psicólogo no contexto da Educação básica. Para isso, reflete sobre a ausência de políticas que legitimam a sua presença como profissional no sistema educativo, por meio da problematização de situações de violência vividas por crianças, no cenário de uma Escola Municipal de Educação Fundamental na cidade de Campinas. Como fontes de informação, utilizamos diários de campo e entrevistas decorrentes da inserção do Grupo de Pesquisa no cenário da escola, além da leitura do Projeto Político Pedagógico construído pela Instituição. Fundamentados na lógica dialética, conduzimos a leitura confrontada dessas fontes, buscando identificar as expressões de violência relacionadas ao cotidiano escolar/comunitário. De acordo com a metodologia de ação-participação, realizamos uma análise construtivo-interpretativa do conteúdo expresso nos diários de campo, identificando as unidades de sentido: trechos cujo conteúdo revelava quais expressões significavam fenômenos de violência no cotidiano escolar. Estas expressões foram, posteriormente, sistematizadas nas seguintes categorias: relações de poder do crime na comunidade, dinâmicas de violência na família da criança, expressões de violência na relação professor-aluno, expressões de violência na relação aluno-funcionário, expressões de violência na relação aluno-aluno, uso de drogas na escola, sentimentos e compreensões dos professores e equipe administrativo-pedagógica e sentimentos de insegurança dos atores da escola. Sistematizadas as categorias a partir do conteúdo dos diários e entrevistas, nós as confrontamos com o conteúdo explicitado no Projeto Político Pedagógico, buscando desvelar a prática vivida na sua relação com a prática planejada no documento. Por meio deste contraponto, evidenciamos que o Projeto Pedagógico se distancia da vida cotidiana da escola, que as questões sobre desenvolvimentos são apartadas da discussão sobre o fenômeno da violência e que a presença do psicólogo na escola pode mediar estas relações de modo à

restabelecer suas conexões tanto no espaço da escola como no da comunidade onde está inserida. Deste modo, esta reflexão favoreceu a compreensão da necessidade da construção da interface entre a Psicologia Escolar/Educacional e a Comunidade, bem como fomentou um olhar crítico sobre as políticas da escola no contexto da violência.

Violência e jovens em vulnerabilidade social: Problematizando a constituição do núcleo de vida e o papel das políticas públicas.

Erika Silva Rocha, Universidade Estadual do Ceará, Francisco Anderson Carvalho de Lima, Universidade Estadual do Ceará, Isabeau Cristina de Sousa Bezerra, Universidade Estadual do Ceará, Mariana Pompílio Gomes Cabral, Universidade Estadual do Ceará

A exposição à violência tem se tornado uma temática que é comumente contemplada em conversas pessoais e frequentemente veiculada na grande mídia. Segundo o Centro Brasileiro de Estudos Latinos Americanos – CEBELA (2013), a violência se constitui como um problema de saúde pública. Percebe-se que a discussão em senso comum, sobretudo a midiática, sobre o tema se pauta quase que exclusivamente na ótica das vítimas de classe média. Contudo, dados mostram que os adolescentes do sexo masculino, negros e moradores das periferias dos centros urbanos são as principais de vítimas de homicídios na atualidade. Segundo o Mapa da Violência (2013), em quatro anos, a taxa de homicídios proporcional em homens negros, comparada a de homens brancos, passou de 51% para 119%, fazendo da juventude negra, majoritariamente, um grupo vítima de opressão e violência. Segundo Marcia Frezza (2009), apesar das tentativas de definir a juventude como problemática ou revolucionária, não se deve atribuir a esta como possuidora de uma essência, mas problematizar as práticas desenvolvidas por estas, correlacionando-as com o contexto sócio-histórico. Partindo dessa premissa, neste escrito busca-se problematizar como se dá a constituição do núcleo de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social e o desenvolvimento de políticas públicas que sejam pautadas em ótica libertadora, evidenciando-se a relação com o eixo de políticas públicas deste evento. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico com os descritores “juventude”, “núcleo de vida” e “políticas públicas”, onde foram encontrados dez resultados, os quais foram relacionados aos pressupostos da psicologia comunitária que lançam luz sobre a prática psicológica com sujeitos em contextos de opressão, exploração, fatalismo, marginalização e violação de direitos humanos. A violência contra uma classe oprimida é causadora de desorganização psicológica, colocando ao oprimido como solução de sobrevivência manter-se cristalizado em condutas com intuito de protegê-lo, e que, por conseguinte, o enquadram em uma existência desumana com negação da vida (GÓIS, 2005). Diante disso é necessário irromper de espaços de discussão e reflexão sobre qual o papel da sociedade na constituição do núcleo de vida desses jovens, deixando de vê-los apenas como alvos da violência, mas como mais participante de um sistema que é produtor e reproduzidor de injustiças (FREIRE, 2005). Como conclusão, trazemos a importância da elaboração de políticas públicas não hierarquizadas e pautadas no protagonismo juvenil, que não atuem de formas estigmatizantes e reprodutoras dos valores das classes dominantes e opressoras na sociedade, mas que promovam o diálogo como jovens, colocando para esses a expressão cultural como meio de transcender a realidade.

“E agora tudo é do lixo”: o trabalho de catadores de materiais recicláveis na perspectiva da Psicologia Comunitária.

Natalia Lopes Braga, Unifor

Esta pesquisa retratou a luta diária de trabalhadores que, frente ao desemprego, encontraram na catação de materiais recicláveis sua sobrevivência. Pelas ruas de Fortaleza, é possível notar o crescente número desses trabalhadores que dia e noite trafegam pela cidade. O objetivo deste estudo foi analisar o dia-a-dia e o trabalho de catadores de materiais recicláveis sob o aporte teórico da Psicologia Comunitária. Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram dois catadores de materiais recicláveis que trabalham nas ruas de Fortaleza, escolhidos sem distinção de idade ou sexo, sendo os participantes um homem de 49 anos, seu João, e uma mulher de 57 anos, dona Luiza. A pesquisa de campo realizou-se no local de trabalho dos catadores, sendo este a rua. Para a coleta de dados, foi utilizado o método chamado histórias de vida, que permitiu a compreensão dinâmica das relações estabelecidas no passado e no presente, trazendo uma reflexão acerca das experiências pessoais. Para a análise dos dados foi usado o método de “análise de discursos”, que centra-se na linguagem e permite apreender estruturas e conteúdos psicológicos que normalmente passam despercebidos em outros métodos. Os resultados desta pesquisa apontaram que a catação de materiais recicláveis é uma atividade bastante exaustiva, que exige intenso esforço físico e disposição. Como agravante há o sol forte e a fome, que acompanham os catadores durante muitas jornadas. Percebeu-se o não reconhecimento da atividade de catador como profissão pelos entrevistados, mas sim como uma atividade geradora de renda; notou-se um grande pesar pela falta de reconhecimento e de direitos trabalhistas da atividade, além da angústia frente a constante insegurança apresentada pela catação, sobretudo em caso de enfermidade; percebeu-se uma relação ambígua com a catação, ora representando uma atividade honesta que traz orgulho, outrora representando uma atividade permeada por preconceitos. Através desta pesquisa, pode-se concluir que o lixo para os catadores tem significados diversos, ao mesmo tempo que representa aquilo que é desprezado pela sociedade, foi também o lixo que propiciou aos catadores resgatarem suas fontes de renda quando se depararam com o desemprego prolongado. Nota-se assim a existência de uma relação ambígua de satisfação e sofrimento com a catação. Esta pesquisa buscou dar voz aos brados de angústia dos catadores, chamando atenção para sua luta diária pela vida. Aponta-se a necessidade de propiciar a estes sujeitos melhores condições de trabalho, maior acesso a bens, garantia e exercício de seus direitos. Além disso, é papel da ciência lutar pelo fim da ignorância e da miséria humana. Esse sim é o agir ético do cientista: trabalhar unindo teoria, prática e compromisso. Acredita-se que a Psicologia Comunitária, através de seu entendimento da necessidade de se fazer uma psicologia que não é neutra, mas sim comprometida com a construção e transformação do social, pode buscar e facilitar o processo de libertação da opressão e da submissão de catadores de materiais recicláveis, além de impulsionar a realização de políticas públicas eficazes que proporcionem desenvolvimento e qualidade de vida.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

“Estudar para quê?": Juventudes Rurais e a questão da educação em uma cidade do interior do RN.

Daniela da Silva Cruz, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ingrid de Carvalho Lavor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ingrid Raissa Dos Anjos Rocha, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

As juventudes que compõem o cenário brasileiro se constroem e (re) constroem na diversidade, nas múltiplas facetas do ser jovem. A categoria juventude é hoje, sabidamente, perpassada por contextos históricos, sociais e culturais que revelam diferentes juventudes nas mais diversas realidades brasileiras. Nesse sentido, ao se lançar um olhar para a juventude da cidade de Parazinho, zona rural do estado do Rio Grande do Norte, desvela-se uma série de fatores que delineiam esse contexto específico, de desenvolvimento e formação de identidades juvenis. Esse trabalho possui o objetivo de apresentar uma experiência de diagnóstico participativo com jovens moradores da cidade de Parazinho/RN, pensando-a, a partir das configurações das políticas públicas e sociais e os possíveis diálogos com a psicologia comunitária. O diagnóstico participativo aconteceu no dia 08 de Março de 2014, em uma escola pública da cidade de Parazinho, contando com a participação de crianças e jovens oriundos predominantemente da zona rural, mas também da zona urbana. Esses jovens foram agrupados em salas, onde se deu o trabalho diagnóstico, pautado no referencial teórico da Sociologia Clínica, através da utilização de oficinas e dinâmicas que envolviam elementos como desenho e produções teatrais, os quais eram não diretivos. A sala em questão que norteará as discussões explicitadas nesse trabalho, contou com a participação predominante de jovens. A partir das oficinas e dinâmicas emergiram algumas temáticas entre os jovens as quais diziam respeito a sua realidade local, como eles a percebiam, e como se percebiam nela. A mais marcante refere-se à ausência de perspectivas futuras, sobretudo em razão das ínfimas oportunidades de trabalho/renda para a população local e do fragilizado/limitado sistema educacional. Além dessas carências os jovens referiram-se a precarização da cultura local, bem como dos espaços de lazer; elementos, tais, que junto à educação foram tidos como pontos fundamentais para a formação juvenil e, no entanto encontravam-se defasados. Nesse contexto, os jovens avaliam a necessidade do envolvimento do poder público, enfatizando que as ações sejam planejadas numa perspectiva em que eles sejam ouvidos na sua produção. Por meio dos resultados obtidos pode-se pensar o papel da psicologia social comunitária em um contexto rural, como sendo potencializadora de ação-reflexão, fomentadora de diálogo e participação social dessa juventude, subsidiando assim, transformação da realidade social, pessoal e coletiva, através do trabalho na perspectiva intersetorial que se reflete na Política, no Estado e na sociedade como um todo.

“Não é só número” – O teste rápido e aconselhamento em HIV/AIDS a partir da percepção de integrantes de comunidades LGBT

Adolfo Pizzinato, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,
Gustavo Affonso Gomes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,
Joao Pedro Cé, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,
Kátia Bones Rocha, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Nalu
Silvana Both, Secretaria de Estado da Saúde

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção de militantes de grupos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) acerca da implementação do teste rápido para HIV/AIDS enquanto estratégia de abordagem e ferramenta de cuidado na cidade de Porto Alegre. Para coleta de dados foram entrevistados 4 representantes de diferentes movimentos coletivos identificados com os diferentes grupos já citados. O contato com esses informantes chave deu-se através dos próprios gestores da referida política, devido a sua presença no controle social da mesma. Foram realizadas de entrevistas de caráter semiestruturado, orientadas especificamente à temática do teste rápido e suas implicações. Essas entrevistas foram analisadas a partir da Análise Crítica do Discurso. A análise de dados gerou 4 eixos de discussão, estabelecidos à posteriori, de acordo com as falas dos participantes: Testes rápidos associados a campanhas de testagem em eventos LGBT; Testes rápidos e cuidados necessários em processos de diagnóstico; Aconselhamento; e Reflexões sobre os desdobramentos do processo de implementação do teste rápido. Os participantes questionaram a estratégia de utilizar eventos organizados pelo público LGBT como catalisador da implantação da política do teste rápido, sendo analisada como recurso que pode auxiliar no estigma de “grupo de risco”. Além disso, verifica-se que em alguns contextos existe uma primazia do diagnóstico e uma menor preocupação com o aconselhamento, considerado pelos participantes como uma importante tecnologia de cuidado. A partir das entrevistas se observa a necessidade de ampliar e fortalecer os espaços de diálogo entre os movimentos sociais e o sistema de saúde, reforçando o papel do controle social não apenas na discussão, mas na implantação de políticas de saúde e cuidado. Além disso os resultados apontam para a necessidade de discutir aspectos de identidade coletiva e de planos individualizados de acolhimento para os diferentes usuários dos serviços de testagem. A invisibilidade de alguns grupos também marcou o discurso de alguns participantes, que apontam que a ideia de grupos também pode ser interpretada como estigmatizante, mesmo que pensada como forma de cuidado diferenciado. Finalmente, o trabalho aponta para aspectos micropolíticos de implantação dessa estratégia diagnóstica, especialmente no campo contextual e de recursos humanos e financeiros implicados nessa decisão.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Infancia, satisfacción con la comunidad educativa y bienestar global

Bibiana Ramos dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dolors Navarro Pou, Universidad de Girona, Ferran Casas, Universidad de Girona, Jorge Castellá Sarriera, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Monica Gonzales Carrasco, Universidade de Girona

La escuela es una de las primeras comunidades de las que forman parte niños y niñas. En ella, desarrollan aprendizajes y relaciones con sus iguales y con adultos que son importantes para su bienestar. El bienestar subjetivo es la valoración que hacen las personas sobre su vida, tanto de forma global, como en diferentes ámbitos (escuela, familia, amigos...), considerando la presencia de afectos positivos y la ausencia de negativos. El objetivo del presente trabajo es conocer la percepción que tienen los niños, niñas y adolescentes sobre como incide su experiencia escolar en su bienestar. Los resultados que se presentan son los recogidos en la fase cualitativa perteneciente a una investigación (mixta) más amplia. La muestra está formada por 100 niños y niñas de entre 10 y 14 años ($M=12,02$; $Sd=1,50$), siendo el 59% niñas. Los estudiantes proceden de escuelas públicas y privadas de la provincia de Girona (noreste de España). Se recogieron datos en dos momentos temporales, en dos años consecutivos. Cada año se realizaron un total de diez grupos focales con los mismos niños, niñas y adolescentes desde 5º de primaria hasta 3º de la ESO. Para cada curso se realizaron dos grupos focales, cuyos participantes se seleccionaron teniendo en cuenta las puntuaciones obtenidas, altas y bajas, en escalas de bienestar subjetivo. Los grupos focales fueron hechos con niños, niñas y adolescentes con puntuaciones altas en separado de los que sacaran puntuaciones altas en el bienestar. El análisis de contenido muestra que los niños, niñas y adolescentes perciben la escuela como un ambiente de gran influencia en su bienestar. En los grupos con bajo bienestar surge la idea de que ir bien en las cuestiones académicas y tener buenas notas son elementos que forman parte de la definición de bienestar, así como tener buenas relaciones con los amigos y con la familia. Desde su perspectiva, no ser respetado, sacar malas notas y ser presionado por los compañeros de clases disminuyen su bienestar. En los grupos con alto bienestar los participantes apuntan que no tener deberes y exámenes ayuda a aumentarlo, y discutir con los compañeros de clase lo disminuye. No conocer a todos los compañeros de clase cuando van al instituto, el horario demasiado amplio de clases, los deberes, concentrar los exámenes en una misma semana y las malas notas, son aspectos que les disminuye el bienestar y que surgen en casi todos los grupos, sea con alto o bajo nivel de bienestar. El entorno escolar es un contexto privilegiado de actuación para la promoción de relaciones interpersonales saludables y positivas de los niños, niñas y adolescentes, tanto entre sus iguales, como con los adultos. Estudiar el bienestar y tener en cuenta las percepciones de niños, niñas y adolescentes permite planear las actividades y políticas públicas en el ámbito educativo. Ayudando que se puedan desarrollar intervenciones promotoras del bienestar en toda la comunidad educativa.

La Investigación-Acción-Participativa como modelo de gestión institucional: estrategias y experiencias

Barbara Scandroglio, Facultad de Psicología, David Barroso López, Universidad Autónoma de Madrid, Iván Cano, Universidad Autónoma de Madrid, Jorge S. López Martínez, Facultad de Psicología, Universidad Autónoma de Madrid, Maira Seguí Buenaventura, Universidad Autónoma de Madrid, Rocío Moreno García, Universidad Autónoma de Madrid

El modelo de Investigación-Acción-Participativa ha sido desde sus orígenes una estrategia reiteradamente aplicada en comunidades y organizaciones no formales en el trabajo de los/as psicólogos comunitarios. En el marco de nuestras sociedades actuales, en las que una parte de la ciudadanía reclama una nueva forma de representación política y de gestión institucional basada en la participación horizontal, la transparencia y el servicio a los objetivos de la ciudadanía, la investigación-acción-participativa aparece como una herramienta de excepcional valor que, en cualquier caso, debe adaptarse y aprovecharse de las nuevas formas de comunicación y organización social. El modelo renovado de investigación-acción debe contemplar su aplicación a poblaciones e instituciones que no necesariamente constituyen una categoría identitaria o una red de relaciones establecidas y, a su vez, articular mecanismos que permitan la secuenciación del trabajo en distintas fases. Objetivos: Mostrar experiencias de investigación-acción-participativa aplicadas a la gestión de instituciones públicas, ilustrando sobre herramientas y estrategias renovadas ante las nuevas demandas y recursos de nuestras sociedades. Metodología: Análisis de caso de la aplicación de estrategias de investigación-acción para el diseño de programas electorales y el desarrollo de la gestión institucional. El núcleo de estos procesos partió de la constitución de un grupo motor que estructuró y planificó un sistema de trabajo basado, en primer lugar, en la recogida de demandas y propuestas iniciales articulada mediante el trabajo presencial y el uso de distintas herramientas virtuales de organización y comunicación en red y, en segundo lugar, en la aplicación de sistemas de consenso para la generación de planes de acción. El desarrollo de las sesiones se llevó a cabo generando un sistema de comunicación virtual que permitía el acceso abierto en tiempo real a los resultados de las diferentes sesiones y que permitía en todo momento la realización de aportaciones. Resultados: Los sistemas de trabajo desarrollados generaron como resultado un amplio conjunto de propuestas consensuadas que tuvieron gran impacto como programa de acción institucional; el diseño participado de dichos programas generó igualmente un clima de cohesión e implicación institucional que favoreció la posterior implantación de los programas de acción. Conclusiones: La aplicación renovada y revisada en el contexto de los recursos y las demandas actuales del modelo de investigación-acción participativa en las instituciones públicas y el ámbito político es una herramienta de excepcional valor y potencial.

Un estudio con adultos mayores sobre prevención y desastres en la comunidad de San Agustín-Chincha, Perú

Márcia Maria Lima de Andrade, Pontificia Universidad Católica del Perú, Miryam Rivera Holguín, Pontificia Universidad Católica del Perú

El riesgo y la probabilidad de que se produzcan desastres asociados a los peligros de la naturaleza dependen de los niveles de vulnerabilidad y de las medidas

de prevención que se adopten. Los y las adultas mayores forman parte del grupo de personas en una situación de especial vulnerabilidad que crece más rápidamente en la población, por lo tanto es importante identificar alternativas de acción en relación a los y las adultas mayores. La investigación tuvo como objetivo específico describir aspectos básicos considerados para que las personas mayores de la Comunidad de San Agustín se sientan preparadas frente a un terremoto e identificar los recursos desplegados que permitan integrar diversas perspectivas. La metodología utilizada fue cualitativa, pues esta permite conocer de manera más profunda a los y las participantes e interpretar de manera tangible sus respuestas. Para la construcción del trasfondo teórico se revisó los aportes de la Psicología Comunitaria en situación de desastre. Se realizaron entrevistas grupales participativas con la población de adultos mayores (mujeres y varones), y se complementó la información con entrevistas individuales con líderes comunitarios. Los resultados y conclusiones obtenidos con respecto a la información encontrada fue que de acuerdo con los hallazgos que posee la comunidad de San Agustín, se puede afirmar que el éxito de esta comunidad está vinculado con la construcción de la identidad colectiva, la cual permite que los miembros de la comunidad se movilizan en búsqueda de soluciones para los problemas. La prevención de desastres y todo el proceso de planificación se fundamentan en las políticas públicas, en los planes, programas y los proyectos, que son inversiones públicas y que deben ser compartidas para toda la sociedad. Esta investigación aporta directamente a las políticas públicas por a) La importancia de incorporar la gestión del riesgo de desastres en los proyectos de inversión pública y disminuir el riesgo para la población mediante la implementación de medidas preventivas; b) Para reducir la vulnerabilidad de las personas mayores se hace necesario políticas públicas que elaboren y coordinen planes de mitigación y prevención a mediano y largo plazo a nivel local; c) Incluir programas de informaciones educativas que expliquen a la comunidad como se preparar para un desastre y campañas de concientización comunitaria. Esta investigación propone que los estudios que se enfoquen en el tema de prevención en desastres sirvan de referencia clave para quienes intervienen en emergencias y desastres y contribuyan a la organización y desarrollo de planes de emergencia tomando en cuenta la importancia de la participación con igualdad de derechos humanos y no discriminación, con atención prioritaria y con participación activa de las y los adultos mayores en tareas que permitan enfrentar adecuadamente las situaciones de desastres y reducir las consecuencias adversas.

Abandono social de mujeres adultas mayores, en la ciudad de México

María Guadalupe Rosete Mohedano, Facultad Estudios Superiores Zaragoza UNAM

Ante el proceso de transición demográfica y epidemiológica que vive México, se ha incrementado el número de adultos mayores, existiendo más de 10 millones de ellos, de los cuales el 43% se encuentran en situaciones de pobreza multidimensional. Situación que ha generado necesidades y problemas de todo orden, escasa o nula participación en la producción, falta de pensiones de retiro, dependencia social y familiar, problemas de asistencia médica y psicológica, escasos servicios sanitarios y segregación ante los cambios de estructura y

dinámica familiar, que ha llevado al abandono social. Las mujeres, forman parte de grupos vulnerables, en especial las adultas mayores que presentan diferentes niveles de funcionalidad o capacidad. El ser mujer, indígena, pobre y actualmente anciana, es motivo de marginación, opresión, y discriminación. Si bien existen Políticas Públicas, que protegen a la población adulta mayor, principalmente en la Ciudad de México, están muy lejos de cubrir las necesidades, es el caso de las adultas mayores en condición de calle. Objetivo. Analizar las condiciones de vida de mujeres adultas mayores en un Centro de Integración y Asistencia Social del Distrito Federal, las causas que suscitan el abandono, por ellas mismas, por la sociedad y la asimilación del abandono. Metodología: investigación cualitativa, en un grupo de mujeres adultas mayores en situación de abandono social y de los prestadores de servicios, a través de observación participante y entrevistas a profundidad. Resultados. Los antecedentes de las mujeres entrevistadas demostraron relaciones familiares efímeras y disfuncionales, algunas de ellas abandonadas desde pequeñas y víctimas de violencia, otras más cuentan con familia que no quisieron hacerse cargo de ellas. En las entrevistas se encontró que viven sin lazos afectivos, tristeza, aislamiento, soledad, siguen viviendo con violencia de diferentes tipos. Por otro lado, se observó una marcada escisión entre el personal de la institución y las usuarias, no existe una atención integral, en algunos casos, la labor de los servidores se limita a realizar parcialmente sus actividades y en otros casos explotan a las usuarias para realizar su trabajo, con lo cual se cosifica a las mujeres transgrediendo sus derechos. Conclusión. Si bien existen Políticas Públicas para atender a adultos mayores éstas no se aplican en su totalidad y no cubren a toda la población. Es mediante una atención integral que implique independencia económica, atención médica integral y preventiva, desarrollo o mantenimiento de sus capacidades, como se puede potenciar al individuo adulto mayor y a la sociedad en su conjunto, hacia una verdadera calidad de vida.

Aprendizaje colaborativo mediado por TIC: análisis del diseño y la implementación de un proyecto socio-comunitario.

Mónica Elena Da Silva Ramos, Universitat Oberta de Catalunya

La integración masiva de computadoras en Uruguay, forma parte de una estrategia general de transformar y modernizar la educación y la sociedad. Desde el año 2007 se inicia el Proyecto de Conectividad Educativa de Informática Básica para el Aprendizaje en Línea (Plan Ceibal)¹, logrando la distribución masiva de computadoras a todos los niños y niñas del país. Este Plan ha garantizado el acceso y uso de TIC e internet a la población más vulnerable del país, reduciendo la brecha digital. Por otro lado, existen diferentes estudios que indican que el impacto comunitario es casi nulo en organizaciones sociales y barriales, dado que no se revela usos y aprovechamiento de las computadoras en estos escenarios (Rivoir y Pittaluga, 2010). En esta ponencia presentaremos una investigación que buscó aportar conocimiento científico para revertir estas situaciones en los contextos comunitario. Para ello, generó información y evidencia de formas de interacción y de construcción del conocimiento basada en el aprendizaje colaborativo mediado por TIC. El estudio se sustenta desde el marco de la teoría social del aprendizaje, donde la participación social es un proceso fundamental para aprender y conocer (Wenger, 2001). El objetivo de la presente ponencia es describir el proceso de

trabajo colaborativo desarrollado en el diseño y la implementación de una propuesta con TIC en una organización social en el Uruguay. El método de estudio se enmarcó dentro de las metodologías cualitativas y participativas e incluyó dos fases diferenciadas y complementarias. La primera fase fué exploratoria e integró un análisis contextual, donde se recabó información sobre expectativas, valoraciones y creencias que tenían educadores, agentes sociales y familiares de niños/niñas, sobre el aprendizaje colaborativo mediado por TIC. La segunda fase, se realizó teniendo en cuenta los insumos precedentes e incluyó el trabajo directo con niños/niñas, maestros, estudiantes, agentes sociales y padres. Se desarrolló dentro de la investigación-acción, construyendo de forma participativa la propuesta de trabajo. El método de investigación e intervención que se utilizó aportó a la integración de los participantes sustentado un modelo colaborativo con apoyo de mediadores digitales. Las actitudes y creencias de padres, agentes sociales y educadores se modificaron al encontrar que las TIC pueden tener un uso significativo para sus vidas y trabajo. Se validó un modelo de trabajo, basado en la investigación-acción-colaboración aportando conocimiento específico sobre interacción y futuras formas de construir proyecto comunitarios.

Construcción colaborativa en la escuela especial uruguaya

Anyhelina Suarez, Facultad de Psicología Udelar, Mónica Elena Da Silva Ramos, Universitat Oberta de Catalunya

Uruguay es considerado un país pionero en la integración educativa, siendo su reto actual la inclusión, donde se pretende que la educación tome una orientación dentro del paradigma de la atención a la diversidad. Desde esta perspectiva se valora la necesidad de generar nuevos espacios institucionales y modelos de atención educativa que permitan superar la problemática fundamental en torno a la falta de una relación positiva entre rendimiento escolar y uso eficaz del conocimiento, y que posibiliten estudiar nuevas formas de organización social en la escuela que favorezcan el aprendizaje y la formación integral del sujeto basada en la diversidad en contextos sociales específicos. En este sentido, y apuntando a fomentar la inclusión, es que en el año 2013 un equipo de Facultad de Psicología comienza a ejecutar el proyecto: "Implementación del Modelo Quinta Dimensión en la Escuela Especial Uruguay" con el financiamiento de la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Universidad de la República. El objetivo es contribuir a la construcción de modelos de intervención educativa basada en el uso de las TIC en el campo de la Educación Especial. El proyecto toma como referencia conceptual al modelo social de la discapacidad posicionando a los niños como sujetos de derecho. De este modo, promueve su participación activa en los procesos de creación de conocimiento, generando procesos de aprendizaje significativo y situado. La estrategia metodológica utilizada fué cualitativa, más precisamente la investigación-acción ya que lo que se buscó mediante la intervención fué lograr cambios donde los diferentes actores participantes sean protagonistas de las transformaciones. La población que participó en la investigación son los niños y maestras de dos Escuelas Especiales públicas seleccionadas, las cuales trabajan con discapacidad motriz e intelectual. Además el proyecto involucra a estudiantes universitarios de diferentes carreras que participaron en distintas etapas del proyecto. La actividad se desarrolló con una frecuencia semanal por un período de cuatro meses. En ese período cada niño funcionó en dupla con un

estudiante para resolver los desafíos planteados en la propuesta. Se observó un alto involucramiento de los niños en el desarrollo de las actividades, este nivel de involucramiento estuvo muy ligado a la construcción de un lazo afectivo entre niños y estudiantes universitarios; el papel de los estudiantes en el proceso fue altamente relevante. Se estima que este tipo de proyecto colabora en re significar el rol de los niños con discapacidad en su trayecto educativo, potenciando sus habilidades e intereses a futuro.

Despolitización de la política social: Invisibilización de los mecanismos de apropiación capitalísticos en las prácticas de los aparatos de gobierno

Krisna Katerine Tolentino Toro, Universidad Autònoma de Barcelona

En Chile, los mecanismo de apropiación capitalísticos (formas de subjetivación) que estuvieron en la base de la represión política durante la dictadura, siguen tan vigentes como en la década de los 80, cuando una fuerte recesión económica (ahora una llamada crisis en Europa) sirvió de excusa para instalar un sistema neoliberalizante, capaz de actuar como mentalidad de gobierno (hasta en la intimad de los sujetos consigo mismos) y de transformar el incipiente rol benefactor del Estado a uno de carácter subsidiario. El Estado subsidiario, en su papel "intermediario" en las problemáticas sociales, pareciera liberarse de la responsabilidad que tiene en la producción de los fenómenos sociales. Esto hace que dispositivos como la política social, puedan reeditar las condiciones que reproducen los fenómenos sociales que se pretenden transformar, al vehicular discursos, como las mentalidades de gobierno neoliberalizantes, a-criticamente. Por otra parte que tales mecanismos se mantengan vigentes, es resultado de procesos discursivos des-politizantes, que producen un efecto de neutralidad en la política social como dispositivo de intervención. Estos procesos discursivos invisibilizan la capacidad reproductora de mentalidades de gobierno que tiene la política y dificultan el análisis del papel y participación de las instituciones públicas en la producción de estos mecanismos de subjetivación. Ante ello se hace cada vez más necesario que en la organización de la política, participen perspectivas críticas desde la Psicología que consigan instalar la reflexividad como forma de resistir los efectos de los mecanismo de apropiación capitalísticos. Como un modo de contribuir al desafío de seguir fortaleciendo la Psicología Comunitaria en el camino de proveer herramientas para la transformación social, y animar las resistencias a los procesos de exclusión, es que este trabaj pretende dar cuenta de este proceso de despolitización a partir un caso particular de la política pública chilena: La política de protección a la infancia vulnerada por maltrato infantil. Para ello se analizan extractos de discursos oficiales sostenidos por las políticas públicas en infancia y se problematizan sus efectos discursivos. Se aborda el proceso de despolitización desde la individualización, la georeferencialización y la moralización de fenómeno de la violencia. Y se debate entorno a las implicancias de este proceso en la exclusión de los mecanismos de reproducción, el papel de las instituciones y el lugar de las resistencias. Se discute en torno a la des-politización como estrategia discursiva que contribuye a las nuevas formas que adquieren los mecanismos de apropiación capitalísticos: formas nimias e ingenuas que actúan silenciosamente en determinadas prácticas. Finalmente se reflexiona entorno a la ingenuidad política, al reduccionismo operativo, y el papel de las y los psicóloga/

os en la construcción y evaluación de la política social. Hacer reflexividad de las prácticas discursivas de la política social implica interrogar las relaciones que se concertan, a quiénes convoca, sus características y las implicancias de las concepciones.

Efectos transversales de programas sociales de intervención en pobreza: Aspectos claves de tener en cuenta para el diseño de políticas públicas y sociales

Andrea Jaramillo Torrén, Pontificia Universidad Católica de Chile, Marianne Daher Gray, Pontificia Universidad Católica de Chile

Hoy en día gran parte de la labor de la Psicología Comunitaria pasa por el diseño e implementación de políticas públicas y de programas sociales que se hagan cargo de temas urgentes, como es la superación de la pobreza y la vulnerabilidad social. Diversas estrategias se han generado para hacer frente a este tipo de problemáticas, diseñando programas que se dirigen a distintos tipos de personas o grupos. En el marco del trabajo de tesis doctoral, se tuvo la oportunidad de acceder a la experiencia de participantes de seis programas sociales, a través de los cuales se fueron identificando elementos relevantes específicos para cada programa, pero también saltaron a la vista aspectos transversales que resultan muy interesantes. El objetivo de esta ponencia es presentar los elementos transversales identificados, para luego reflexionar sobre su relevancia. Se tuvo contacto con 213 personas, realizándose entrevistas individuales y grupos focales que fueron analizados cualitativamente siguiendo los planteamientos de la Grounded Theory. Los programas involucrados correspondían a iniciativas chilenas de apoyo psicosocial dirigidos a familias en extrema pobreza y a personas en situación de calle, así como programas de microemprendimiento dirigidos a personas vulnerables y comunidades mapuches. Se incluyó además un programa de microfinanzas dirigido a mujeres peruanas de zona rural y dos programas en India, uno de microfinanzas también dirigido a personas de zonas rurales y otro de apoyo psicosocial a personas con lepra y sus familias. El gran aspecto transversal que aparece, y que se vincula muy estrechamente con la experiencia de participación exitosa en los programas, es "tener un sueño" en relación al futuro y a los proyectos que quieren llevar a cabo, lo que incluye elementos tanto materiales (sacar adelante un pequeño negocio) como de realización personal (desenvolverse de manera autónoma). Un segundo elemento que destaca es el papel crucial que tienen los agentes de intervención (monitores, facilitadores, promotores), al decirles "tu puedes" y darles un "empujón" para que los/as participantes crean y puedan hacer realidad sus sueños. En tercer lugar aparece la temática de género, que lógicamente establece ciertas diferencias entre las experiencias de hombres y mujeres, pero desde aquí también se identifican elementos comunes en la vivencia de las mujeres de los distintos programas, con elementos transversales vinculados a que "se suelen postergar" y se encuentran reclusas al interior del hogar, a partir de lo cual los efectos positivos de los programas las hacen "salir", ser más independientes, extender su red de apoyo y sentirse más competentes a nivel personal y ocupacional. Se finaliza con una reflexión sobre la pertinencia de diseñar políticas y programas para grupos específicos, pero los elementos transversales identificados relevan la importancia de considerar y apoyar los sueños personales y tomar conciencia sobre el rol clave que le cabe a los agentes

de intervención en tanto facilitadores de procesos de empoderamiento personal y colectivo, particularmente en relación con las mujeres.

El Ahorro como Estrategia de Superación de la Pobreza: Reflexiones y Recomendaciones desde la experiencia de personas vulnerables de Chile y Perú

Andrea Jaramillo Torrén, Pontificia Universidad Católica de Chile, Marianne Daher Gray, Pontificia Universidad Católica de Chile

La pobreza sigue siendo una problemática que afecta a un porcentaje significativo de la población mundial y la Psicología Comunitaria tiene una misión que cumplir buscando estrategias concretas que permitan a las personas y comunidades mejorar sus vidas. El objetivo de esta ponencia es reflexionar en torno al ahorro como estrategia de superación de la pobreza. Vivir en pobreza y ahorrar parecen ser cosas incompatibles, no obstante se presentan los resultados de dos estudios cualitativos que muestran que a pesar de la lucha cotidiana por subsistir, el ahorro aparece como posible y vinculado a una serie de efectos positivos. Se analizan las experiencias en torno al ahorro de 70 personas chilenas en situación de pobreza de zonas urbanas y rurales, quienes a través de 6 grupos focales identificaron estrategias de ahorro (juntar dinero y evitar gastos) y discutieron sobre sus facilitadores y obstaculizadores, resultando además muy interesante el efecto de aprendizaje entre participantes al compartir sus experiencias. Se presentan también las experiencias de participación en programas de incentivo al ahorro de 83 mujeres de zonas rurales de Perú. Se realizaron entrevistas individuales, grupos focales (de 10 a 15 participantes) y un grupo focal extendido (con 30 mujeres que llegaron altamente motivadas por la convocatoria). Los principales resultados muestran cambios en distintos ámbitos de las vidas de las mujeres (económicos, personales y en sus relaciones), con especial énfasis en que el ahorro permite instalar un sueño sobre las posibilidades de futuro y que se constituye en un mecanismo para ampliar la red de apoyo social. Estos resultados permiten realizar una descripción de la mujer ahorrista y de las condiciones para el ahorro, emergiendo el vínculo entre ahorro y micro-emprendimiento (iniciativas productivas a pequeña escala). Ambos estudios estuvieron vinculados al Instituto de Estudios Peruanos a través del Proyecto Capital que cuenta con el apoyo de la Fundación Ford y el International Development Research Centre de Canadá (IDRC). Se concluye que sí es posible ahorrar en situación de pobreza y se reflexiona sobre la importancia de incluirlo en las iniciativas públicas y privadas que apuestan por la educación financiera como una herramienta para la superación de la pobreza, señalando recomendaciones para el diseño y evaluación de programas de apoyo al ahorro. Se sostiene que el ahorro involucra un conjunto de habilidades de planificación y proyección que van más allá de lo económico, activando características potenciadoras del sí mismo y de conexión con los recursos del entorno. Por lo tanto, se plantea el ahorro desde una ética orientada hacia al bienestar y el empoderamiento, haciendo una crítica a políticas de microfinanzas que solo se focalizan en el crédito y políticas públicas orientadas solo a la entrega de subsidios. Desde la perspectiva comunitaria se discute una política social de ahorro que, al entregar conocimientos y herramientas, apueste por que las personas se manejen mejor dentro del sistema neoliberal imperante, desarrollando una perspectiva crítica.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

El trabajo multidisciplinario en la salud sexual y reproductiva de estudiantes de primer semestre de la Carrera de Psicología y Enfermería de la FES Iztacala UNAM. Un estudio de género

Alba Luz Robles Mendoza, Universidad Nacional Autónoma de México, Guillermina Arenas Montaña, Universidad Nacional de Trujillo Perú, Luisa Bravo Sánchez, Universidad Nacional de Trujillo Perú, María Guadalupe Rosete Mohedano, Facultad Estudios Superiores Zaragoza UNAM

Son la multidisciplinaria y las competencias profesionales los conceptos que en las últimas décadas han tenido un gran auge en el trabajo comunitario del quehacer profesional en Psicología; lo que lo coloca no sólo en el campo de las ciencias sociales sino también dentro de las áreas de salud pública. Trabajar el concepto dicotómico de salud/enfermedad desde la multidisciplinaria permite la comprensión de la pluralidad del concepto, que desde las ciencias de la salud, tiende a entenderse desde un plano integral físico/mental y holístico del ser humano. La multidisciplinaria será entendida como la acción que reúne paralela pero convergentemente a disciplinas diferenciadas sobre un mismo objeto compartido al nivel de acción por cada una de ellas. Objetivo: Describir el trabajo multidisciplinario de servidores sociales de la carrera de Psicología y Enfermería en la FES Iztacala de la Universidad Nacional Autónoma de México, dentro de la aplicación de estudios sobre las prácticas de salud sexual y reproductiva de estudiantes de primer semestre de dicha Facultad. Metodología: Se aplicó un cuestionario que miden los conocimientos y las prácticas sexuales del alumnado de primer semestre de la carrera de Enfermería (295) y Psicología (643) siendo un total de 938 participantes, haciéndose un estudio comparativo entre dichas disciplinas así como un análisis de resultados desde la perspectiva de género, con el objetivo de realizar un programa multidisciplinario de prevención de infecciones de transmisión sexual, y fomento y promoción de la salud sexual y reproductiva de tipo longitudinal. Resultados: En un 45% se muestra la falta del uso del condón como medio para prevenir las ITS siendo reportada la importancia de su uso sólo como método anticonceptivo. También existe en un 89% que las mujeres no se realizan su papanicolau como parte de su salud sexual y en un 45% que no conocen las características y consecuencias que trae el VIH Sida. También existe una diferencia de sexo en el uso del condón donde los varones lo utilizan con mayor frecuencia que las mujeres, así como la importancia de usarlo en relaciones de pareja ocasionales más que en relaciones permanentes. En este tipo de resultados la muestra de psicología se encuentra menos informada del uso del condón como medio de prevención de las ITS que la de Enfermería aunque en la información sobre el VIH Sida es en sentido inverso. Conclusiones: Si bien la psicología social comunitaria se entiende como un ámbito de investigación y acción donde la psicología se desarrolla en ámbitos colectivos y comunitarios para realizar acciones orientadas al mejoramiento de las condiciones de vida de las personas que la integran, el manejo de la multidisciplinaria como metodología de acción en las áreas de la salud sexual y reproductiva, permite en este estudio analizar la importancia de la vinculación entre la carrera de Psicología y Enfermería como ciencias de la salud de forma multidisciplinaria para el mejoramiento de la salud comunitaria en la FES Iztacala.

Empoderamiento de la mujer: Formas desarrollo económico y personal

Catherine Roxana Vera Novoa, Municipalidad de Jesús María

El presente artículo de investigación busca resaltar la importancia que debe otorgársela al tema del empoderamiento de la mujer, como parte fundamental en el desarrollo familiar y de su comunidad. Objetivos: Posicionamiento dentro de la comunidad, así como también lograr la igualdad de oportunidades. Metodología: Dentro de la etapa de formación del rol de la mujer es importante decidir un tipo de programa como fuente de mejora en sus diferentes aspectos de la vida, (económico – socio cultural), denominado “Viviendas Productivas”. Para ello se viene trabajando desde la Municipalidad Distrital de Jesús María, lo que permitirá que la mujer consiga un mejor posicionamiento dentro de la comunidad, así como también lograr la igualdad de oportunidades. Es interesante resaltar como la mujer a través del tiempo ha ido adquiriendo un rol importante como miembro de la sociedad actual, logrando un cambio social, capacidad de liderazgo y fortaleciendo la toma de decisiones. A partir de la implementación de este programa, es que la mujer adoptará los medios necesarios para una auto gestión lo que la llevará a un crecimiento económico y un mejor control y poder en su vida personal. Este proceso consiste en brindarles desde su hogar una oportunidad laboral, a aquellas mujeres de bajos recursos económicos, solteras, o con hijos discapacitados, asegurándose un ingreso que les permitirá desenvolverse en los diferentes rubros de comercialización, ya sea cocina, pastelería, tejido, entre otros, cuyas ventas serán directas desde su hogar a puerta cerrada sin pago alguno. Para el funcionamiento de este programa la Municipalidad le otorga la licencia sin costo alguno por un año con la finalidad de que pasado este período puedan crecer como empresa y ser así un ente importante dentro del distrito, logrando ser protagonistas de su éxito y gestión. A partir de éste cambio en ellas, es fundamental empoderar a las mujeres para que participen plenamente en la vida económica y puedan tomar decisiones informadas. Este programa se viene ejecutando en el Distrito de Jesús María hace 3 años y cuenta con su normativa registrada. Finalmente a pesar de ser considerada una comunidad de nivel medio, se está buscando actuar en los diferentes sectores que permitirán una mejora en la percepción de la mujer en la comunidad de la comercialización. Conclusiones: Empoderar a las mujeres para que participen plenamente en la vida económica; La mujer adoptará los medios necesarios para una auto gestión; Brindarles desde su hogar una oportunidad laboral.

ENTRE UN LADO Y EL OTRO. Desafíos en la integralidad de las políticas sociales

Adriana Rovira, Facultad de Psicología. Universidad de la República, Uruguay,
Karina Celene Parga Perez, Universidad de la República, Lucía Pierri Aguerre,
Universidad de la República, María Verónica Blanco Latierra, Facultad de
Psicología. Universidad de la República, Uruguay

El reciente ingreso de las políticas públicas sociales (PPSS) a la agenda académica de enseñanza, investigación, y extensión provoca estas líneas de reflexión. Hace pocos años hemos conformado una línea de investigación en Políticas Públicas y Psicología Comunitaria desde donde estamos comenzando a pensar nuestras prácticas. En este espacio estamos elaborando algunas conceptualizaciones

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

sobre el diseño, la coordinación y la implementación de políticas públicas sociales a partir de las cuales definimos espacios de tensión que involucran las diversas lógicas presentes en los escenarios, las racionalidades en disputa en el diseño y los sentidos que portan los diversos dispositivos. El trabajo tiene como objetivo dar visibilidad y generar líneas de análisis, relativas a áreas de tensión y/o contradicción operantes en el campo de las políticas públicas sociales, desde la perspectiva de la psicología universitaria y la psicología social comunitaria. Nos proponemos plantear una discusión teórica, basada en tres investigaciones que venimos desarrollando, sobre las tensiones que surgen en los espacios de Diseño, Implementación y Coordinación de las PPSS. Abordaremos las nociones de Lógicas, Racionalidades y Dispositivos como puntos de partida en el análisis de las tensiones presentes en el escenario político. Para ello discriminamos tres espacios claves: el del Diseño, la Coordinación y la Implementación, desde donde analizar la presencia de estas nociones en estos espacios y reflexionar sobre posibles puntos de integración - comunicación entre éstos. La identificación de dichos campos de tensión y el interés de indagar en torno a cómo y con qué herramientas son procesados los mismos por los psicólogos surge del intercambio conocimientos producidos en tres investigaciones ligadas a las PPSS. Estas investigaciones están vinculadas específicamente al diseño de un sistema de cuidados, a la implementación de un dispositivo residencial de cuidados, y a los condicionantes políticos, organizacionales y psicosociales para la construcción de políticas integrales. Estas tres investigaciones son la fuente de la producción de reflexiones que dieron lugar a la discusión teórica a presentar. Al ponerse en funcionamiento una PPSS se establece un plano de acción que pone en la marcha construcciones de sentido en relación a los modos sociales y las subjetividades en juego. Hay un proceso de construcción de discurso y administración de saber y poder que define modos sociales de sujeción. Si bien es reconocida la necesidad de generar respuestas integrales, muchas veces la segmentarización propia de los territorios en los que operamos, limita la posibilidad de acción, coartando las posibilidades de procesos transformadores. Como consecuencia, se generan respuestas restrictivas, fragmentadas y reduccionistas. En la problematización de las lógicas, las racionalidades operantes y los sentidos que portan los dispositivos definimos algunos espacios inter, como aquellos que surgen de la inter sectorialidad, la inter institucionalidad y el trabajo interdisciplinario. Hallamos en estos espacios, transversales al diseño y a la implementación de políticas públicas, aportes sustanciales a nuestras prácticas y un desafío para realizar procesos transformadores.

Estudio comparativo de la trata de personas con fines de explotación sexual en la realidad ecuatoriana y argentina.

Lorena Pérez, Universidad de Chile, Sebastián A. Leal, Facultad de Psicología UBA

La trata de personas es una problemática compleja que merece, pero quizá no ha tenido, un importante lugar en la preocupación de la psicología comunitaria. El siguiente estudio pretende desde una mirada socioconstruccionista desarrollar un análisis comparativo del problema entre la realidad ecuatoriana y argentina, que se extienda de lo macro a lo local, permitiendo cuestionar la intervención psicosocial y comunitaria en cuanto a la prevención, atención y resignificación

del delito, en este sentido y tomando en cuenta el caso concreto de la trata con fines de explotación sexual es imperante la transversalidad de género, derechos humanos, y por el contexto la interculturalidad. En consecuencia con el objetivo se presentarán a modo de introducción cómo y desde dónde se construyen las normativas y cómo aterrizan en el terreno de las políticas públicas y sociales. Luego para un abordaje institucional en cuanto a la práctica de esa política pública se hará una reflexión acerca la atención especializada que brinda el Ecuador a partir del cuestionamiento de la intervención realizada durante el 2012 en el Programa Anti-trata (PAT), modalidad ambulatoria, de la Fundación Nuestros Jóvenes de Quito. Mientras que desde la reacción del mundo de la vida nos referiremos al activismo de la organización colectiva, que ha constituido parte del reconocimiento social del problema en cuanto obliga a reformar o a construir políticas emergentes, para lo cual hablaremos específicamente del movimiento argentino. El análisis de contenido de lo local comprende casos o situaciones, relatos de víctimas, asociaciones de mujeres “trabajadoras sexuales”, y mujeres no agrupadas o sin un colectivo organizado y politizado. Plantear la divergencia de los discursos tanto políticos, como institucionales y contextuales facilitan que la discusión tenga varias aristas, enriquecido a su vez por la comparación de dos realidades. A modo de discusión la propuesta es que la psicología comunitaria se incluya en el tratamiento humanitario, visibilizando y haciéndose cargo de esos discursos, desde investigaciones e intervenciones y así contemplar la atención global de la problemática, lo cual necesariamente implica pensar en ejercer trabajo colaborativo con otras áreas y disciplinas. Atento además a que uno de los puntos de investigación y debate lo constituye la hipótesis de que el estatus socioeconómico y entorno socioambiental tienen relación directa a que existan contextos más propensos a la operación del delito (secuestro, captación o coacción). De acuerdo con parte de la fundamentación de la 5ta Conferencia Internacional de Psicología Comunitaria esta rama atraviesa nuevos desafíos que implican tener presente el fenómeno de la globalización económica, política, cultural y sus efectos sobre diversas comunidades y actores, entonces el desarrollo de nuestro estudio en esta línea plantea trabajar cómo está presente y se hace cargo la psicología comunitaria es estos amplios sectores desde la problemática concreta de trata de personas con fines de explotación sexual.

Estudio del Campo Técnico del Psicólogo de la Intervención Social en el Marco de los Servicios Sociales Comunitarios Españoles

Jaime Alfaro Inzunza, Universidad del Desarrollo

En el contexto de la relevancia de la discusión sobre los límites, posibilidades, tensiones y desafíos que enfrenta la implementación de programas de acción social orientados desde la psicología comunitaria en contextos institucionales de políticas públicas y sociales se define como problema de estudio la necesidad de describir y comprender los procesos de inserción y participación de los psicólogos de la intervención social en las políticas sociales, buscando establecer las dinámicas situaciones, institucionales y de relaciones entre actores que afectan las alternativas y posibilidades técnicas que tienen estos para implementar acciones de nivel comunitario en el marco de los Servicios Sociales Comunitarios que forman parte del Sistema de Servicios Sociales españoles.

Como marco metodológico se utilizó la propuesta de Strauss y Corbin (2002), conocida como Grounded Theory. Específicamente se estudiaron cinco casos de Servicios Sociales Generales, mediante entrevistas a veinticuatro profesionales, miembros de equipos locales (psicólogo/as, trabajador/as, educadora/es sociales) encargado/as de los equipos de esos servicios locales, directivos de nivel de ayuntamiento y comunidad autónoma, y agentes externos, representantes de colegios profesionales y académicos locales relacionados con la temática. Como resultado, se observó que el proceso de inserción de los psicólogos de la intervención social y los componentes de campo técnico utilizado en intervenciones de nivel comunitario se establece en el contexto de tres conjuntos de condiciones principales: en primer lugar, las condiciones que surgen de los cuerpos normativo-legales que inciden sobre el marco técnico y de gestión y administración de cada servicio social. En segundo término, los procesos de interacción de actores en torno a dinámicas de reflexión, formación y definición de perspectivas y enfoques de intervención, desarrolladas en negociaciones y alianzas entre técnicos, políticos, dirigentes gremiales y académicos. Y, por último, las condiciones intervinientes según la cantidad, tipo de problemáticas, multidimensionalidad y complejidad que presentan los problemas sociales sobre los cuales se demanda atención, que repercuten en las exigencias técnicas de respuesta. Se discuten estos resultados respecto de las lecciones que entregan para el desarrollo de un programa de reflexión, crítica e investigación desde la psicología comunitaria respecto los riesgos y desafíos que supone la participación en políticas públicas y sociales.

Exigibilidad de derechos de personas en situación de prostitución y dispositivos comunitarios en CABA

Graciela Zaldúa, Universidad de Buenos Aires, María Belén Sopransi, Facultad de Psicología UBA, María Malena Lenta, Universidad de Buenos Aires, Roxana Gabriela Longo, Universidad de Buenos Aires

La trata de personas para la explotación sexual y la prostitución constituyen fenómenos profundamente imbricados que visibilizan las formas más atroces del patriarcado y la mercantilización de los cuerpos y sexualidades. Afectan principalmente a sectores vulnerables como mujeres, niños, niñas y personas trans; mientras que los principales consumidores son varones. Desde el enfoque de la Psicología Social Comunitaria y Crítica que insta a la visibilización y transformación de las situaciones de opresión social, este trabajo se tiene el objetivo de elucidar discursos, prácticas y dispositivos alternativos para la exigibilidad de derechos en personas en situación de prostitución en las comunas 3 y 4 de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina. Con un posicionamiento de investigación cualitativa que busca integrar conocimiento para la reflexión y acción, se implementó una IAP (Investigación Acción Participativa) para favorecer que los/as actores/as sociales conozcan, analicen y comprendan mejor la realidad en la cual se encuentran inmersos, sus problemas, necesidades, recursos, capacidades, potencialidades y limitaciones. El conocimiento de esa realidad les permite, además de reflexionar, planificar y ejecutar acciones tendientes a las mejoras y transformaciones significativas de aquellos aspectos que requieren cambios. Para la problematización y evaluación de narrativas de la resistencia se realizó un muestreo intencional por criterios donde se seleccionaron 16 participantes de cuatro colectivos sociales: Campaña Ni Una Víctima Más, Asociación de Mujeres

por los Derechos Humanos (AMMAR – Capital), Asociación de Lucha por la Identidad Transgénero y Transexual (ALITT) y Bachillerato Popular Trans Mocha Cellis. El abordaje de las narrativas se llevó adelante mediante: 1) Entrevistas en profundidad a informantes clave; 2) Entrevista Colectiva; 3) Relato de vida; y, 4) Observación simple y participante. Entre los resultados se visibilizó como las lógicas del poder capitalista y patriarcal configuran alteridades legitimando las violencias de género sobre los cuerpos de las mujeres, las personas trans y las niñas y niños en situación de prostitución. Asimismo, las construcciones identitarias subalternas junto con la mercantilización del cuerpo y la salud, producen afectaciones de mayor estigmatización y exclusión social, especialmente entre las personas trans. Frente a ello, la emergencia de dispositivos comunitarios-autogestivos, favorecen buenas prácticas de exigibilidad de derechos que promueven otras trayectorias y proyectos de vida al acceder a nuevas oportunidades de trabajo, salud y educación, habilitando procesos de subjetivación alternativos.

Fortalecimiento de las relaciones de pareja: desde las Políticas Públicas, la Investigación y la Comunidad.

Carmen Gloria Hidalgo, Pontificia Universidad Católica de Chile, Diana Rivera Ottenberger, Pontificia Universidad Católica de Chile

En esta ponencia se expondrán las escasas políticas públicas chilenas, comparadas con otros países desarrollados donde la promoción de relaciones saludables de las parejas lleva varias décadas de propuestas específicas y políticas públicas que las sustentan. Se presentará una línea de investigación dirigida a fortalecer las relaciones de pareja en novios y matrimonios jóvenes y se compartirá una experiencia investigativa en curso, comparando un programa psicoeducativo de fortalecimiento de relaciones de pareja saludables, (Prevention and Relationship Enhancement Program -PREP- de H. Markman, S. Stanley y col, 2004), con programas de preparación matrimonial realizado por monitores de la Iglesia Católica para aquellos novios que se casan por la Iglesia, y un grupo control sin preparación de ningún tipo, en un total de 60 parejas distribuidas en estos 3 grupos. El programa Prevention and Relationship Enhancement Program (PREP), desarrollado en la Universidad de Denver, USA, tiene por objetivo enseñar habilidades que la investigación y la teoría han establecido como determinantes del buen funcionamiento matrimonial, abordando temas de comunicación y escucha efectivos, manejo de expectativas sobre las relaciones de pareja, resolución de conflictos, sensualidad y sexualidad y uso el tiempo libre y diversión. Este programa ha sido adaptado a la realidad chilena, se han capacitado psicólogos directamente con sus creadores para su adecuada y certificada implementación y se han puesto en marcha talleres para novios desde el 2012. Para la difusión y aplicación del programa se estableció un convenio con el Servicio de Registro Civil Metropolitano (SRC) de modo de dar cumplimiento a una indicación de la ley de matrimonio chileno N° 19947 que ofrece una posible preparación al matrimonio, de carácter voluntario, dando cuenta de una política pública establecida desde el 2004 en nuestra legislación, que en la práctica no se cumple. Por otra parte se han revisado las características de la preparación al matrimonio que realizan distintos grupos dentro de la Iglesia Católica y se han establecido alianzas para evaluar el impacto obtenido. Se comentarán los resultados preliminares del estudio piloto y se pondrá énfasis en las barreras para lograr que esta política pública de promoción de acciones psicoeducativas preventivas lleguen a la comunidad.

Inclusão Produtiva e modos de apropriação: uma análise das políticas assistenciais brasileiras a partir de uma experiência de intervenção

James Ferreira Moura Jr, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Natalia Isis Leite Soares, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Este trabalho surge a partir da experiência de pesquisa ação participante em Psicologia Comunitária em uma cidade do Nordeste do Brasil. Realizou-se um grupo de corte e de costura com os moradores de uma comunidade. Identificamos, igualmente, que o Governo Federal do Brasil tem desenvolvido várias ações com foco na inclusão produtiva em que se tem como público-alvo moradores de comunidades pobres. A partir desse processo dessa inclusão produtiva, utiliza-se o conceito de apropriação como modo de participação social na realidade. É feita, então, uma analogia e convergência entre os diferentes modos de apropriação e os tipos de consciência de Paulo Freire. A pesquisa foi realizada sob uma perspectiva qualitativa, coletando dados através de grupos focais e diários de campo nesse grupo de corte e costura. Os grupos focais foram realizados com 4 participantes do grupo de trabalho e renda. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo temática. Foram caracterizados modos de apropriação, percebendo constantemente a presença de modos de apropriação distantes sobre a realidade, no entanto, percebeu-se que em diversas situações o modo de apropriação comprometido foi construído. A participação no grupo de costura facilitou a construção de modos de apropriação comprometidos, viabilizou a criação de laços de amizade e vínculos entre os participantes. O grupo de costura se mostrou como um espaço que trouxe mudanças significativas na vida dos integrantes, e que tem o potencial de possibilitar o surgimento de vínculos, o movimento da consciência e o fortalecimento dos sujeitos. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as políticas de assistência a partir dos diferentes modos de apropriação em trabalho e renda desenvolvidos nessa intervenção no Nordeste. O grupo apresentou o potencial de propiciar um espaço de participação comprometido com a transformação social de sua comunidade. Assim, essa intervenção pode ter desenvolvido modos de apropriação mais comprometidos relacionados com o surgimento de uma consciência mais crítica pelos participantes, apesar disso ainda apresentam formas de participação mais acomodadas e passivas. Analisando as políticas de assistência a partir desses resultados, entende-se que as políticas governamentais tem a perspectiva do aumento de renda dos participantes. No entanto, não há foco nos aspectos relacionados ao fomento de criticidade e de participação social dos seus membros, podendo não desenvolver modos de apropriação comprometidos. É necessário, então, propor políticas públicas de assistência no Brasil que possa ter a Psicologia Comunitária como disciplina orientadora das atuações. Foi percebido com essa pesquisa que os modos de apropriação comprometido poderiam funcionar como estratégias de fortalecimento, de criticidade e superação da pobreza caso estejam alinhados com políticas de inclusão produtiva.

Innovación Psicosocial en Justicia Juvenil: El aporte de la Universidad en los Procesos de Formación Especializada Multinivel

Marina Cristina Alarcón Espinoza, Universidad de La Frontera

El abordaje de la infracción de ley durante la adolescencia ha sido en los últimos años un tema de interés creciente, observándose la necesidad de replantear las modalidades de intervención y los abordajes de instituciones y equipos técnico – profesionales a cargo.

En el marco del proyecto de un Proyecto de Investigación y Desarrollo financiado por el Consejo de Ciencia y Tecnología de Chile, cuyo objetivo fue validar una estrategia de intervención territorial y diferenciada para reducir la reincidencia delictual en adolescentes mejorando sus oportunidades de integración social, se realizan procesos de formación de equipos profesionales, asociados al proyecto. Objetivo: Validar un Modelo de Formación para profesionales que intervienen con adolescentes infractores de ley. Metodología: Se realiza un proceso de Investigación Acción Participativa, que comienza con el diagnóstico de necesidades de interventores, de estas discusiones se desprende la necesidad de contar con formación especializada, identificando necesidades referidas al manejo de aspectos teóricos específicos, un proceso de evaluación estructurado que permita tomar decisiones más “objetivas” y orientaciones que guíen la intervención con los adolescentes. Entre los años 2010 y 2013, se formulan y ejecutan 4 programas de Diplomado centrados en la Observación del comportamiento adolescente (1), la Evaluación (2) e Intervención diferenciada (3) y la Gestión de Intervenciones (4), que son sistematizados. Sobre esta aproximación se van construyendo propuestas, se explicitan nuevas necesidades de formación y delimitan las estrategias metodológicas acordes a las características de los grupos participantes. Más adelante se plantearon contenidos específicos especializados de evaluación e intervención, que van recogiendo las sugerencias y propuestas de los mismos participantes, dando así lugar a la Generación de un Modelo de Formación. Resultados: Se genera un Modelo de Formación, que contiene 5 fases de formación: Sensibilización, Formación Genérica, Supervisión en Terreno, Formación Específica y Seguimiento. En ellas se abordan aspectos del saber, saber hacer y saber ser, con una metodología activo participativa que combina clases teórico prácticas con instancias de supervisión en aula en grupos pequeños. Dicho modelo junto con buscar la formación de los equipos profesionales y directivos participantes, ha de facilitar la implementación del enfoque de Modelo Multidimensional de Intervención con Adolescentes (MIIDA). Conclusiones: Se plantean lineamientos para procesos de formación diferenciados por roles profesionales, como una buena práctica al diseñar, planificar y evaluar programas de intervención para adolescentes infractores de ley. En lo anterior se enfatiza, la conformación de macro equipos constituidos por equipos de investigadores, académicos, profesionales e interventores; que reflexionan respecto de sus saberes y prácticas, mejorando los sistemas de intervención y propiciando procesos de autocuidado tanto de las personas como de los equipos participantes. Se plantea un proceso innovador y transformador de mutuas ganancias, que busca de forma integral influir en las modalidades de intervención hacia niños y adolescentes.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

La erupción del volcán Chaitén, el desplazamiento forzado y el retorno al territorio. Reflexiones sobre el impacto de las políticas públicas en la salud mental de la comunidad de retornados a Chaitén

Adriana Espinoza, Universidad de Chile

La erupción del volcán Chaitén en mayo 2008 en el sur de Chile y el posterior desborde del Río Blanco que divide a la ciudad en dos, produjo estragos no sólo a nivel del ecosistema y de la infraestructura de esta ciudad, sino también a nivel psicosocial de los Chaiteninos residentes. El impacto de la erupción del volcán en la población Chaitenina se puede entender como un proceso de varias etapas: la primera la constituye la Emergencia que se caracteriza por el desplazamiento forzado de sus habitantes. La segunda corresponde al Desplazamiento Transitorio de la población, y se caracteriza por un apoyo inmediato y concreto a las personas desplazadas a través de la asignación de recursos del Estado. La tercera etapa, el Retorno, comienza a principio de 2011 cuando el ahora ex presidente de la república Sr. Sebastián Piñera anuncia el repoblamiento de Chaitén, en el sector norte de la ciudad. La inmediata evacuación de la población residente al momento de la erupción volcánica marca el inicio de un proceso migratorio que se extiende a través del tiempo y que lleva a sus residentes a instalarse temporalmente en diversas ciudades y poblados de Chile e incluso Argentina. El objetivo de esta investigación fue conocer los efectos de la gestión del riesgo y las políticas públicas implementadas en la población de retornados a Chaitén. La metodología fue de tipo cualitativa basada en investigación acción participativa donde se utilizaron diagnósticos participativos y entrevistas individuales y grupales. Se trabajó principalmente con la comunidad educativa de la Escuela Juan José Latorre, primera institución en retornar a Chaitén. La información analizada demuestra que los primeros efectos en la salud mental de las personas comienzan con la gestión del riesgo de la autoridades de la época, en especial durante el proceso de evacuación de la población. Lo anterior está estrechamente vinculado a la falta de información sobre el proceso, el clima de caos producido y la incapacidad de los funcionarios a cargo de la operación de contener emocionalmente y de forma efectiva a la población. Posteriormente, las políticas públicas implementadas para afrontar este desplazamiento masivo y las políticas del retorno, han sido también identificadas como elementos que han afectado seriamente la vida y salud mental de muchas personas. Esta experiencia nos obliga como psicólogos/as comunitarios/as a reflexionar sobre el impacto que puedan tener las políticas pública en la vida y salud mental de poblaciones afectadas por desastres socio naturales, y por tanto, instala la necesidad no sólo de cuestionar los modelos de gestión de la emergencia y las políticas públicas implementadas en estos contextos, sino que también identifica la escasez de modelos de gestión de la emergencia que contemplen aspectos psicosociales y comunitarios en su concepción y ejecución. El desafío para la psicología comunitaria identificado por esta investigación, dice relación con ampliar nuestra mirada sobre el rol y poder que nuestra disciplina pueda ejercer al interior de los sistemas e instituciones que diseñan e implementan políticas públicas.

La política pública de Convivencia Familiar de Cali. Una experiencia psicosocial comunitaria.

Carlos Alberto Arango Cálad, Universidad del Valle

En esta ponencia se describe de una manera detallada la forma en que desde la Psicología Comunitaria de la Convivencia (Arango 2006) se ha venido acompañando la experiencia de trabajo profesional, interdisciplinario, interinstitucional e intersectorial de la Red del Buen Trato de Cali, que ha estado orientada a la promoción de la convivencia familiar y la prevención de la violencia familiar y el maltrato infantil a lo largo de más de diez años. A lo largo de este período se han desarrollado numerosas experiencias de trabajo comunitario y varias investigaciones básicas en psicología comunitaria que dieron lugar al desarrollo del enfoque de Psicología Comunitaria de la Convivencia. Se describe la manera como está organizada la Red de Promoción del Buen Trato y de Prevención de la violencia familiar de la ciudad de Cali, se presentan las intervenciones realizadas desde las comunidades locales y al interior de las redes locales, los planes de trabajo a nivel de ciudad en las redes centrales, así como los desarrollos académicos e investigativos que han emergido en este proceso de acompañamiento. A lo largo de este proceso se produjo la experiencia de construcción participativa de la Política Pública de Convivencia Familiar de la ciudad de Cali (Colombia), a partir de la cual se crearon condiciones institucionales para la implementación de la misma. Posteriormente se realizó una experiencia de Investigación – Acción Participativa que reconstruye y evalúa participativamente la experiencia mostrando sus ventajas y dificultades. A partir de esta última investigación es posible comparar las estrategias participativas que se realizan a partir de las iniciativas que emergen de las bases, con aquellas otras estrategias que emergen como producto de decisiones gubernamentales e institucionales propias de las políticas públicas. Finalmente se presenta una interpretación psicosocial de la experiencia de construcción de políticas públicas en el campo de la convivencia familiar, donde se explicitan los saberes en juego a lo largo del proceso y las interacciones que han sido determinantes en la toma de decisiones sobre las formas de proceder que han sido determinantes en los resultados de la aplicación de esta política. La Psicología Comunitaria muestra en estas experiencias el papel potenciador y dinamizador de las diversas experiencias.

La praxis artesanal como estrategia de cambio

Rodrigo Gustavo Utrilla López, Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo

La praxis artesanal como estrategia de cambio, es una propuesta alternativa de praxis psicosocial para el trabajo comunitario y político. Y se da como resultado a partir de mi experiencia en la investigación comunitaria con los artesanos teltales de la cooperativa CASA TIERRA IXIM en el Estado de Chiapas y con los artesanos purépechas de la Unión Estatal de Artesanos de Michoacán, Sección Uruapan. Con la intención de construir una praxis teórica hacia la liberación para el quehacer de nuestra psicología latinoamericana que brinde la necesidad de responder a las mayorías populares y oprimidas desde las políticas públicas para la acción comunitaria coherente con la realidad de nuestros contextos situados y concretos para su transformación.

Las artesanías es un sector privilegiado y monopólico por su alto valor agregado

que adquiere la materia prima a ser transformado como producto, que es atribuido por la dinámica del mercado/comercio y el turismo internacional. Las artesanías indígenas de los artesanos populares y auténticos es un sector bastante desvalorado y desvaluado por consumidores, comerciantes y el Estado. Este es un sector que se encuentra bastante afectado por el mercado global capitalista en alta producción en serie, por la etiqueta de calidad y por las normas aplicables de seguridad respecto al producto para su comercialización nacional e internacional; asimismo se encuentran con obstáculos de apoyos para financiamientos económicos, asesorías para mejorar su producción y comercialización; por lo que se encuentran vulnerables a los cambios estructurales que se producen en la actualidad. Esta propuesta de praxis en psicología se pretende construir y reinventarse para darle elementos epistémicos desde el pensamiento marxista, liberador, militante de Adolfo Sánchez Vidal, de Paulo Freire, de Ignacio Martín Baró, de Orlando Fals Borda, y desde los propios artesanos populares y auténticos en donde estamos inmersos en un contexto particular y en concreto con nuestra praxis en psicología. Señalo que esta propuesta de praxis nace en el sur de México al noroeste del Estado de Chiapas, se fortalece rumbo al norte en el Estado de Michoacán. Y se construye desde abajo como movimiento alternativo, como propuesta liberadora, como identidad restauradora, como emancipadora, como exigencia ética-política, como contrahegemónico, como horizonte crítico a la transformación psicosocial; donde ha adquirido carácter autónomo y fuerza propia por esta vivencia popular de forma dialéctica y participativa con los artesanos tseltales de la cooperativa artesanal CASA TIERRA IXIM de Chiapas. La praxis artesanal como estrategia de cambio, es un proceso psicosocial de reflexión/ acción a la liberación y transformación para una democratización con el mundo desigual, diverso, cambiante; entorno a lo histórico, lo político, lo económico, lo familiar, lo cultural y la cosmovisión de los/para los artesanos. Considero que la artesanía es una actividad de producción de identidades culturales y comunitarias de manifestación, de resistencia, de creación, de comunicación, de expresión, de pensamientos y sentimientos que representa el devenir histórico-cultural de los artesanos auténticos, libres y pensantes como seres sociohistóricos en el mundo.

La Psicología Comunitaria hoy: dos casos chilenos del contexto gubernamental y no gubernamental.

Barbara Olivares Espinoza, Universidad Diego Portales, Héctor Berroeta, Universidad de Valparaíso, María Inés Winkler, Universidad de Santiago de Chile, María Isabel Reyes Espejo, Universidad Santo Tomás

La Psicología Comunitaria (PC) chilena experimenta transformaciones que impactan el desarrollo de las intervenciones que se llevan a cabo en la actualidad. En el ámbito público, se ha constatado que los programas sociales se diseñan e implementan luego de sucesivos procesos de presión y negociaciones, en los que las posiciones de los actores involucrados dependerán tanto de las lógicas que dan cuerpo a una política como del lugar y visibilidad técnica que esta alcance. Las dinámicas que participan en la generación de una política social integran una compleja trama, que involucra ideologías dominantes, valores consensuados, conflictos de intereses, arreglos institucionales y conocimientos y técnicas propios de cada sector, entre otros. A su vez, en el ámbito no gubernamental, existen trayectorias organizativas, que consolidan acciones comunitarias de larga

data en nuestro país y que proponen perspectivas de cambio cercanas a los fundamentos que la PC esgrimió en sus orígenes. Los programas que surgen al margen de la política pública, también se exponen a un intrincado proceso de negociación entre distintos agentes que pueden obturar o facilitar el surgimiento de intervenciones comunitarias. Es así como representantes del gobierno, actores técnicos y políticos, agentes semipúblicos y agentes de la sociedad civil, se encuentran y desencuentran en espacios de interlocución donde se identifican problemas sociales, y se acuerdan posibles soluciones que se expresan y cristalizan en programas comunitarios. El propósito de este estudio fue analizar, el proceso de diseño e implementación de dos programas que se identifican como comunitarios, describiendo fundamentalmente, las dimensiones ontológicas, epistemológicas, metodológicas, éticas y políticas existentes a la base. Se optó por el estudio de caso, pues es una estrategia de investigación cualitativa dirigida a comprender las dinámicas presentes en contextos singulares, combinando distintos métodos con el fin de describir o generar teoría. Los casos, en esta investigación, lo constituirán dos programas, uno gubernamental (Programa de Prevención Comunitaria) y otro no gubernamental (Rayen Mahuida), siendo las fuentes de información, elementos de distinta naturaleza: documentos técnicos, leyes y discursos (entrevistas-a diseñadores y ejecutores- y grupos focales -a usuarios/as-). Para el análisis y elaboración de los datos se consideraron los principios de la Grounded Theory. La dimensión ontológica contiene una tensión central, que subyace a las formas en que se comprende la relación con la realidad, la relación con el Otro, la concepción y manejo del poder, lo que condiciona, las formas de intervención o metodologías. A su vez, derivadas de esta tensión básica, se manifiestan otras tensiones: a nivel epistemológico, existe una valoración de distintas formas de saber. Se reconoce el valor y la relevancia del saber popular, a la vez que se validan decisiones tomadas desde el saber experto. En la dimensión ética se confrontan formas de acción que se fundan en un legítimo respeto por el Otro, a la vez que en otros niveles de los mismos programas, hay prácticas discriminatorias y que desvalorizan al Otro, restándole legitimidad a su discurso y obturando el despliegue de su subjetividad.

La Salud Sexual y Reproductiva en los Servicios de Nivel I de los Municipios de Cerro Azul y Dos Arroyos, provincia de Misiones. Acciones, obstáculos y estrategias comunitarias.

Eliana Patricia D'Amore, Universidad del Salvador. USAL.

La salud sexual y reproductiva forma parte de la agenda pública sanitaria de la Argentina, motivo por el cual se crea el Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable en el año 2.003 a través de la sanción de la Ley N° 25.673, adhiriéndose la provincia de Misiones en Octubre del 2.009 a través de la Ley provincial N° 4.494. El presente trabajo indaga sobre la implantación del Programa de Salud Sexual y Procreación Responsable (PSSyPR) en el Primer Nivel de Atención, específicamente en los Centros de Atención Primaria de los municipios de Cerro Azul y Dos Arroyos. En el mismo se desarrollan cuatro ejes temáticos en relación al PSSyPR, y al trabajo de los técnicos y profesionales de la salud. En un primer momento se indaga acerca del conocimiento que poseen los mismos sobre los lineamientos propuestos por el Programa, y luego se describen las acciones realizadas y las prestaciones brindadas en materia de salud sexual y

reproductiva. En tercer lugar se plantean las dificultades/obstáculos que enfrentan los profesionales al momento de poner en práctica las acciones propuestas y, finalmente, se analizan las estrategias técnico/profesionales realizadas para sortear los obstáculos presentes y alcanzar, de esta manera, mejores resultados. Para tal fin se realizaron un total de once entrevistas semiestructuradas, 3 a promotoras de salud, 4 a auxiliares de enfermería y 3 a médicos de diferentes especialidades; que posteriormente fueron analizadas con el soporte del software Atlas-Ti. Los resultados obtenidos demuestran que los técnicos y profesionales conocen los lineamientos del programa, aunque en algunos casos los profesionales actúan en contra de la normativa, por ejemplo al exigir que una menor de 16 años concorra acompañada de un adulto a la consulta ginecológica. Por otra parte, las creencias religiosas constituyen un obstáculo al momento de trabajar sobre la planificación familiar, ya que gran parte de la población pertenece a la religión evangélica, así como también las condiciones de género obstaculizan que las mujeres accedan voluntariamente a realizarse estudios ginecológicos (PAP), debido a que en la mayoría de los CAPS trabajados el médico que realiza los controles ginecológicos es hombre. Finalmente, se plantean diversas estrategias realizadas por los técnicos y profesionales para sortear estos obstáculos. Es en este punto en donde el presente trabajo pretende aportar material útil para pensar posibles modos de intervención desde la Psicología Comunitaria que permitan, a través de una metodología participativa, generar acciones conjuntas con la población en relación a la salud sexual y reproductiva, acorde a las situaciones de vida y a la especificidad de cada comunidad.

**La universidad antes los desastres sacionaturales:
sistematización de experiencia de extensión universitaria con
la comunidad educativa de Chaitén.**

María Paz Lillo Guzmán, Universidad de Chile

El presente trabajo se propone como un aporte a la discusión teórico práctica en el ámbito de las intervenciones psicosociales post desastres a partir de la sistematización de una experiencia de extensión universitaria entre una comunidad educativa y un equipo interdisciplinario de estudiantes y docentes de la Universidad de Chile. Dicha experiencia se desarrolla en el escenario de retorno de la población chaitenina que fuera desplazada forzosamente como consecuencia de la erupción volcánica el año 2008, que obligó a la totalidad de los habitantes a abandonar la ciudad por a lo menos dos años. Las necesidades y demandas abordadas por el proyecto se levantaron a través de un "diagnóstico participativo" con los miembros de la comunidad educativa. Se trabajó, desde técnicas de terapias de arte, con cada uno de los actores escolares (estudiantes, docentes, apoderados y funcionarios) en torno a una pregunta central: ¿cómo estoy hoy en chaitén?. El diagnóstico reflejó que la escuela estaba atravesada por un proceso de cambio evidente en donde confluían cambios estructurales (fusión de las escuelas, aumento de la vulnerabilidad escolar, readecuación de la planta de profesores) con las experiencias personales, familiares y sociales de desplazamiento. Desde este proceso de diagnóstico se desarrollaron las líneas de trabajo específicas para cada actor. Con docentes se realizaron intervenciones desde el autocuidado al desarrollo de habilidades pedagógicas para el trabajo ante el retorno; con funcionarios se priorizó el autocuidado; con estudiantes se

genera un trabajo participativo a través de radio juvenil y talleres de proyecto de vida; además, con los más pequeños se desarrolló un apoyo pedagógico a través de mediación en aula para trabajar la convivencia escolar. En cuanto a los apoderados, se planificó un trabajo de apoyo familiar y de fomento de la participación en la relación escuela-comunidad. A través del trabajo con cada uno de los estamentos de la comunidad educativa el principal resultado de esta experiencia fue la mitigación de la problemática de desintegración social derivada del desplazamiento forzado de la comunidad escolar, destacándose el desarrollo de herramientas que le permitieran consolidarse como una comunidad más resistente física, psicológica y socialmente a las amenazas sicionaturales. En cuanto a los resultados intraestamentales se destaca que los espacios de encuentro entre los docentes les permitió compartir diferentes experiencias, fomentó el desarrollo de la empatía y reflexión sobre su rol que desempeñan en estos contextos. Asistentes de la educación, en tanto, potenciaron la comunicación y sus relaciones interpersonales abriendo paso a la formación de lazos de confianza y trabajo en equipo. Las y los estudiantes, a través de la radio juvenil, lograron generar espacios de apoyo entre pares y consolidación de lazos que permitieron la sustentabilidad de un proyecto con alta pertinencia sociocultural de las temáticas desarrolladas, visibilizando a los jóvenes de Chaitén. Finalmente, con los padres, madres y apoderados de la ciudad se identificó la necesidad de realizar actividades para fortalecer la relación comunidad-escuela y se establecieron cursos de acción para lograrlo.

Mundo afectivo y Transformación Social: hacia el ejercicio ciudadano desde la infancia.

Benji Pérez Salinas, Pontificia Universidad Católica del Perú

Tradicionalmente el inicio del ejercicio ciudadano está asociado a la adultez; sin embargo éste requiere de una preparación desde la infancia que, lamentablemente, desde diversos actores sociales (familia, escuela, medios de comunicación, etc.) no se promueve y/o se inhibe su expresión. Así, en la relación con los adultos, los/as niños/as experimentan situaciones violentas en las que no se escucha su voz o ésta es desvalorizada, se les percibe y trata como incapaces de aportar y se les imponen reglas de conducta construidas unilateralmente. Ello genera que dicha relación pueda estar teñida por la desconfianza y el miedo. En este marco, a partir de la experiencia con niños/as de una comunidad rural de la costa sur peruana afectada por el terremoto del año 2007, esta ponencia busca resaltar la importancia del mundo afectivo en la niñez para la construcción de una ciudadanía que permita alcanzar los fines de la psicología comunitaria: la participación orientada a la transformación social y la búsqueda del bien común. Esta experiencia tuvo dos frentes de trabajo: a) con la niñez se buscó curar o revertir el daño afectivo que inhibe el ejercicio de la ciudadanía infantil, a partir de una metodología basada en el juego, las artes, la valorización de la palabra, la improvisación creativa y, en general, en una interacción horizontal, receptiva y afectuosa; b) con los adultos se buscó promover un cambio actitudinal hacia el mundo de la niñez a través de mostrar la práctica de una relación horizontal, receptiva y afectuosa entre el equipo ejecutor y la niñez; la asesoría psicológica especializada, la promoción de la participación de los/as niños/as en "espacios de adultos" y la visibilización de su co-laboración en la organización de actividades de

la comunidad. El trabajo en ambos frentes ha tenido como resultado importantes transformaciones en el comportamiento y las actitudes de los/as niños/as como la reconstrucción de la confianza en sí mismos, la pérdida del miedo a la expresión de las propias opiniones y deseos, el reconocimiento de las propias capacidades creativas, la toma de decisiones de manera conjunta y el respeto a las mismas, el compartir con los demás, el respeto a las ideas y bienes ajenos, el diálogo como medio para la resolución de conflictos, etc. En el caso de los adultos se han logrado resultados como el reconocimiento y la necesidad de una forma de interacción distinta con sus hijos/as, la valoración del juego como medio para el aprendizaje y el respeto a la inclusión de los/as niños/as como agentes activos en la realización de actividades para el bien de la comunidad. En conclusión, la experiencia reportada puede ser vista como una acción piloto que aporta a lograr la transformación social anhelada por la psicología comunitaria. Así mismo, esta experiencia puede aportar al diseño de políticas sociales de atención a la infancia (a través de acciones específicas), posicionando el trabajo con el mundo afectivo de la niñez como un aspecto sustancial para el ejercicio de la ciudadanía.

Pensando el Estado de Derecho desde las territorialidades ancestrales en AbyaYala: mirada comparada Argentina-Colombia

Joice Barbosa Becerra, Universidad Nacional de La Plata

El filósofo Enrique Dussel (2006) citando a Hermann Cohen (2019), dirá: "el método consiste en saber situarse en el lugar de los pobres y desde allí efectuarse un diagnóstico de la patología del Estado" (p.140). Si lleváramos a cabo la aplicación de este método y nos localizáramos en el lugar de los Pueblos Indígenas, que no son considerados aquí como pobres según los estándares internacionales de pobreza, sino como pobres por el despojo de su dignidad, de la ausencia de reconocimiento como "Otro" posible, se encontrarán las razones por las cuales no ha sido posible la realización de un "Estado democrático de derecho" en países como Colombia y Argentina. Lo que se tiene ahora es un cúmulo de derechos desconectado de las realidades de los Pueblos, un país mutilado y expoliado, un país sacrificado en su bienestar por políticas económicas al servicio de los "colosos del norte". De los anteriores planteamientos se deduce que, la promulgación de renovaciones constitucionales y su fructífero marco internacional, no basta para la garantía de derechos, ni para la supervivencia de las múltiples culturas. Hasta que no exista un marco ético que posibilite condiciones equitativas de participación entre dichas culturales, seguirá la dominación de la cultura mayoritaria y hegemónica sobre las otras. Dicho de otra manera, hasta que no se entiendan los derechos "a partir de una comprensión que parte del principio de igualdad sustancial y no meramente formal" la violación de los mismos continuará permanentemente en riesgo.

Ha sido entonces tarea de estos pobres, subalternos en resistencia, la lucha por la soberanía inalienable del pueblo, como herencia anterior al Estado. Pensar el Estado de derecho desde las territorialidades ancestrales es plantear a estas últimas como su opuesto en el binomio materialidad / espiritualidad; explotación / existencia; capitalismo / comunitarismo, encontramos la particularidad de la contradicción que existe entre el Estado capitalista, instaurado y desarrollado como monocultural, y el Estado de derecho pluricultural como aspiración. A pesar del conveniente olvido de los poderosos, de superponer el principio de

vida y de dignidad de los pueblos por encima de los intereses particulares, los pueblos responden articulándose en movimientos sociales cada vez más amplios en su cobertura geográfica, aglutinando singulares y creativas propuestas que representan soluciones democráticas. El objetivo de esta ponencia será mostrar una mirada comparada de las políticas de participación indígena instituidas en los estados colombiano y argentino. A partir de un análisis desde abajo, es decir, se analizarán documentos y entrevistas realizadas a referentes indígenas, donde se ponen en cuestión las políticas de estado, en lo que respecta a la participación de los mismos como sujetos colectivos de derecho. Desde la psicología comunitaria se espera aportar en la comprensión de las intersecciones, en la interfaz política, entre Estado y Pueblos Indígenas, con el fin de devolver contenido objetivo a la organización y movilización indígena en el ámbito de la participación y co-construcción del estado desde las autonomías territoriales.

Políticas De Inclusión Educativa Para Niños Que Trabajan En La Zona Rural

Maria Alejandra Silva, CONICET

Esta ponencia se enmarca en un proyecto más amplio dedicado a estudiar las políticas de inclusión educativa en dos provincias del norte de Argentina: Corrientes y Salta. En este caso, el objetivo del estudio es analizar cómo se plasman las políticas de inclusión educativa para niños y adolescentes menores de 16 años que se ven obligados a trabajar en la zona rural y si consideran la subjetividad específica de los niños de la zona rural. Se ha visto el fracaso escolar sufrido por niñas y niños víctimas de explotación laboral, mientras el cuidado y la alimentación de los hermanos menores u otros familiares, suele estimular el ausentismo de las niñas. Esta desigualdad social se agrava más en la zona rural del norte argentino donde la primer causa de inasistencia es el factor climático, el segundo factor es la necesidad "de ir a trabajar en el campo" (Red de comunidades rurales, 2009). Cabe indicar que estas dos provincias muestran un llamativo déficit educativo. Por un lado en Salta, mientras la sobreedad asciende al 53,90% en el nivel primario, los datos del país alcanzan al 26,64 %. La misma brecha se observa en el nivel secundario, pues mientras en el país la sobreedad alcanza al 39,10% de los que tienen 9 años de estudio, en Salta la sobreedad alcanza al 44,29% del mismo grupo etario (DINIECE, 2009). Por otro lado, en Corrientes también hay datos preocupantes porque mientras la repitencia en la primaria es del 13,4, en la secundaria es del 9,8. Asimismo, mientras la sobreedad alcanza al 46,2 en la primaria, alcanza a 41,4 de los de la secundaria. (DEYC, 2010) De modo que según las mismas cifras oficiales, las más vulnerables son las niñas y los niños. Con motivo de conocer si existen otras razones del abandono escolar en la zona rural se busca identificar los planes y programas, determinar con que infraestructura (docentes, escuelas, luz, caminos), así como acerca del perfil de los docentes. Además, se analiza si existen estudios del campo de la psicología destinados a vincular la relación entre trabajo infantil y educación, tendientes a revertir esta situación de exclusión educativa. Se acude a fuente de datos primaria (Red integrar, ONG Conciencia y SEPA) y entrevistas a funcionarios del ministerio de educación de la nación y de la provincia de Corrientes y Salta, y fuentes secundarias (INDEC- UNICEF- Ministerio de Educación, Red de Comunidades rurales, SITEAL- IIFE - UNESCO / OEI). Se concluye que ambas provincias, pertenecientes a diferentes

grupos políticos, carecen de políticas de inclusión educativa de los niños que trabajan en la zona rural, que se suma a la falta de un diagnóstico que cuente con datos estadísticos rigurosos y actualizados. Infelizmente se agrega la nula o escasa presencia de la Psicología en el diseño de las Políticas Públicas para la inclusión de niños que trabajan en el campo, que parta de la comprensión de la subjetividad específica del mismo

Prevalencia de depresión y consumo de alcohol en estudiantes de enfermería en la Ciudad de México.

Alba Luz Robles Mendoza, Universidad Nacional Autónoma de México,
Guillermina Arenas Montaña, Universidad Nacional de Trujillo Perú, Luisa
Bravo Sánchez, Universidad Nacional de Trujillo Perú, María Guadalupe Rosete
Mohedano, Facultad Estudios Superiores Zaragoza UNAM

La depresión afecta a más de 350 millones de personas en el mundo. Reconocida por la OMS, como una de las alteraciones más importantes de la salud mental en los seres humanos, no respeta: raza, edad, sexo, condición socioeconómica. En las siguientes décadas, se presentará como la causa mayor de discapacidad. La OMS calcula que en 2020 ocupará el segundo sitio, sólo detrás de las enfermedades isquémicas cardíacas. El alcoholismo en México es un problema de salud pública, económico y social, en la última Encuesta Nacional de Adicciones 2011 (ENA) se encontró que en la población de 18 a 65 años el 75.5 %, han ingerido alcohol alguna vez en su vida, de ellos, 88.1 % son hombres y 67.0%. Se calcula que el 9% de la población total, sufre dependencia, bajo patrones que ponen en riesgo su salud y la de terceros. Objetivo: Identificar la presencia de estados depresivos e ingesta de alcohol de riesgo, en una población estudiantil de la Carrera Enfermería de la Ciudad de México. Metodología: Estudio observacional, prolectivo, transversal y descriptivo, la población estuvo conformada por 1183 estudiantes, que cursaban la Licenciatura en Enfermería. Se administró la Escala CES-D para depresión y la escala ASSIST de ingesta de alcohol, bajo conocimiento informado. Resultados: Del total de la población el 70.2% (831) fueron mujeres y 28.8% (352) hombres, con una media de edad de 20.8 años. La presencia de sintomatología depresiva de leve a severa fue de 39.6%, correspondiendo el 39.2% a hombres y el 40.0% a mujeres, se observaron diferencias significativas mayor en mujeres, sin ser una proporción de dos a uno. Los resultados de ingesta de alcohol de moderado a severo fue superior en los hombres 24.4% (86) que en las mujeres 11.7% (98). Conclusiones: La depresión e ingesta de alcohol como problema de Salud Pública se observó en la población estudiada, no obstante los resultados no arrojaron datos que puedan sugerir una asociación entre depresión y consumo de alcohol. Se observa también que con más frecuencia depresión en los hombres, y el aumento en la ingesta de alcohol en las mujeres.

Principios ético-políticos de la psicología comunitaria y programas sociales en Chile: ¿convergencias o divergencias?

Barbara Olivares Espinoza, Universidad Diego Portales, Héctor Berroeta,
Universidad de Valparaíso, María Inés Winkler, Universidad de Santiago de Chile,
María Isabel Reyes Espejo, Universidad Santo Tomás

La incorporación de la Psicología Comunitaria (PC) en el diseño de programas públicos ha sido una realidad concreta que ha permitido experiencias auspiciosas que definen un trayecto deseable para la disciplina en su permanente diálogo

con las preocupaciones y aspiraciones ciudadanas. En Chile, la vinculación entre la PC y la política pública tiene una larga data, pues desde los años sesenta los/as psicólogos/as, junto a otros/as profesionales, han sido parte de la ejecución de programas sociales. Sin embargo, a partir de la década de los ochenta estas prácticas establecen una relación explícita y directa con la PC, siendo los noventa un momento clave, cuando la PC avanza en su consolidación como disciplina a partir de la implementación de políticas públicas que, en su mayoría, buscaban superar la pobreza que afectaba al país. Actualmente, la ausencia de reportes sistemáticos de la formas en que tal asociación está ocurriendo en la práctica en Chile, nos ha llevado a la formulación del presente trabajo que se propone identificar y revisar en qué medida y cómo se incluye una perspectiva comunitaria en programas derivados de las políticas públicas. Desde un enfoque mixto de investigación, nos aproximamos a la oferta de programas públicos vigentes en el contexto gubernamental chileno. Revisamos las páginas web de los 23 ministerios del Gobierno de Chile, en una primera etapa, y confeccionamos un catastro que registra descriptivamente la información de 10 ministerios que por su naturaleza y pertinencia de objetivos cumplían con el criterio de albergar programas, proyectos y fondos concursables que contenían elementos básicos del encuadre propuesto por la PC. En una segunda fase de investigación profundizamos el estudio de los 9 casos emergentes de la etapa previa (101 programas catastrados en el 2013), fichados a través de la observación de sus objetivos, focalización, diseño, equipos de ejecución, entre otras categorías fundamentales. Finalmente, en una tercera fase recurrimos a la metodología del estudio de caso para aproximarnos a tres programas en ejecución tanto en la quinta como en región metropolitana, entrevistando a diseñadores/as, ejecutores/as y usuarios/as, para profundizar en las características y el proceso de construcción de la política social en el país. Los resultados muestran una escasa convergencia entre los principios ético-políticos de la PC y los valores programáticos de los programas en general, mientras que a nivel metodológico existe mayor cercanía con modelos y estrategias propias de la disciplina. Se concluye que la incidencia de la PC chilena en las políticas sociales se limita al plano técnico-metodológico, excluyendo sus principios orientadores. El contraste entre los resultados cuantitativos -ausencia de perspectiva comunitaria- y los resultados cualitativos -riqueza de aportes éticos y políticos de la PC- da cuenta de un campo de posibilidades que no se está aprovechando. Constituye un desafío pendiente, entonces, encontrar las formas en que la PC puede efectivamente tener una presencia significativa y nutrir desde su saber y quehacer a los programas sociales y las políticas públicas en nuestro país.

Procesos de Exclusión Social y Programas Sociales, Comprensiones desde la Psicología Comunitaria

María Verónica Monreal Álvarez, Universidad de Chile

Las conceptualizaciones acerca de la exclusión social han adoptado una mirada relacional haciendo énfasis en su carácter procesual, multidimensional, no circunscribirle a lo cuantificable, tanto reversible como acumulativo (Bachiller, 20010; Jehoel-Gijsbers & Vrooman, 2007, Silver, 2007). A partir de aquí surge la pregunta de cómo los programas sociales especialmente dirigidos a los grupos denominados excluidos se relacionan con los mismos. Las propuestas teóricas desarrolladas por la Psicología Comunitaria aportan a enriquecer la comprensión

de estos procesos si se consideran conceptos tales como: sentido de comunidad, apoyo social, participación y bienestar psicosocial. El caso de exclusión social que se ha elegido para estudiar es la "situación de calle", también denominada "sinhogarismo". Esta elección está estimulada por la creciente preocupación que ha mostrado la agenda pública chilena en articular una política dirigida a las personas que viven esta situación y que, ha puesto como objetivo fundamental de la acción la superación de la situación de calle más allá que la mera asistencia (Ministerio de Desarrollo Social, 2012). Objetivo: Comprender la relación que se da entre los procesos de exclusión y las intervenciones sociales que se diseñan y ejecutan para dar atención a las personas que se definen, por estas intervenciones, afectadas por estos procesos. Metodología: Para dar cumplimiento al objetivo formulado, se ha realizado un estudio cualitativo, analítico y descriptivo, basado en: observación etnográfica, entrevistas individuales en profundidad y entrevistas grupales. Los dispositivos de Intervención Social elegidos para el estudio son: Rutas de Calle, Centros Diurnos, Hospederías, Albergues de Invierno y Casas Compartidas. Y los actores considerados en el estudio son: Usuarios, Equipo de Trato Directo, Equipo Gestorador y Planificador, Jefes de Programas, Director/a de Fundación, Organismo, División y Subsecretaría Ministerial. Resultados: Los principales resultados hasta ahora recogidos en la investigación tienden a ser consistentes con otros estudios realizados en esta población (Bachiller, 2010; Piña, 2010; Márquez, 2012) y orientan a indicar que: (i) las personas en situación de calle tienden a estar invisibilizadas al momento de evaluar y reformular temas como el funcionamiento de los recursos sociales; (ii) la atención social para esta población se da según procesos de terciarización con importante presencia del voluntariado; (iii) lo anterior tiene incidencia en la calidad técnica de la intervención, al verse disminuida la cantidad de profesionales calificados; (iv) aun cuando se observan prácticas grupales permanentes entre estas personas, los programas tienden a dirigirse hacia personas aisladas. Conclusiones: Lo encontrado en la investigación (Abril, 2014), impulsa a buscar en la Psicología Comunitaria comprensiones teóricas a procesos de exclusión/inclusión social, por una parte, y aportes al diseño de la política pública, por otra. Por ejemplo: los procesos de afiliación observados se enriquecen bajo la mirada del sentido de comunidad, la necesidad de tomar en cuenta la visión del propio usuario del programa lleva a incorporar la participación como concepto y práctica, la intervención social más allá de la asistencia obliga a revisar y profundizar el apoyo social, destacando al bienestar psicosocial como propósito.

Promoviendo la evaluación integral de programas de intervención en pobreza y vulnerabilidad social. Reflexiones desde la experiencia de evaluación de un programa de apoyo a la formación de microempren

Andrea Jaramillo Torrén, Pontificia Universidad Católica de Chile, Marianne Daher Gray, Pontificia Universidad Católica de Chile

Intervenir en pobreza y vulnerabilidad social es un asunto urgente. Desde hace un par de décadas se ha observado un auge de programas sociales a nivel internacional, siendo Chile un país en el que se ha intentado cubrir distintas problemáticas, tanto desde el mundo público como el privado. Sin embargo, suele haber escasa información acerca de dichos programas, lo que conlleva

serios problemas para el perfeccionamiento del quehacer en el ámbito social. Una estrategia para tener conocimiento sobre los programas, tanto de sus efectos como de su funcionamiento, es a través de la evaluación. Aquí la Psicología Comunitaria tiene mucho que aportar desde su perspectiva de trabajo multidisciplinario e intersectorial, por la integración que promueve entre evaluación e intervención y al abogar por el uso de múltiples estrategias que complementen visiones y acciones. Considerando lo anterior, esta ponencia tiene como objetivo presentar un modelo de evaluación integral, que toma en cuenta la complejidad y multidimensionalidad propia de la pobreza y vulnerabilidad social, para así captar los efectos asociados a los programas, complementando métodos cualitativos y cuantitativos, integrando la evaluación a la intervención, y aunando las voces de los distintos actores involucrados. Personas que trabajan en el ámbito social podrían argumentar que este tipo de iniciativas son teóricamente pertinentes, pero difíciles de implementar, por lo que en esta ponencia se muestra la aplicación concreta del modelo propuesto. Se realizó una evaluación a un programa de apoyo a la formación de microemprendedores que se encuentran en vulnerabilidad social y económica. Se aplicaron encuestas a 468 personas y se realizaron 16 conversaciones evaluativas grupales a 99 personas que participaban en este programa de las ciudades chilenas de Antofagasta, Valparaíso, Santiago, Concepción y Coronel. Se presentan los principales resultados, enfatizando la factibilidad y los beneficios de realizar este tipo de evaluación integral. Un gran aprendizaje es que al realizar la evaluación desde una perspectiva integral esta se constituye en una herramienta de acción transformativa, tanto para los participantes del programa como para la institución a cargo. A través de modelo de evaluación integral es posible aportar reflexiones útiles y recomendaciones concretas para el mejoramiento de los programas, siendo además una oportunidad para el perfeccionamiento y la optimización de las políticas sociales.

Psicología comunitaria , políticas públicas y posdesarrollo

Cristian Zamora, universidad nacional andres bello

Durante los años 90 la noción de ruralidad comienza a adquirir nuevos matices en cuanto su caracterización conceptual y operativa (Kay, 2007; Llambi, 2011, Schejtman y Berdegué, 2004) producto de profundas transformaciones en las sociedades latinoamericanas, en cuanto a dimensiones socioeconómicas (ordenamiento neoliberal), socioculturales (revalorización de formas de vida rural) ; y sociopolíticas (enfoque de derechos, movimientos sociales campesinos/ indígenas). Paralelamente se producen fenómenos como el aumento de la interactividad y continuidad entre espacios rurales y urbanos. Dentro de los conceptos que se elaboran en este nuevo contexto se encuentra la denominada "nueva ruralidad" (Gómez, 2008), que postula que hoy no es posible hablar de lo rural como sinónimo de agrícola. Esta presentación expone una discusión teórica que tiene como propósito contribuir al debate en torno a la emergencia de una Psicología del desarrollo rural latinoamericana. A diferencia de lo que ocurre en disciplinas como la antropología y la sociología, en la Psicología en Latinoamérica se encuentra pendiente la discusión y debate sistemático sobre su contribución al estudio de la ruralidad y del desarrollo social en contextos rurales. Objetivo: Problematicar la contribución de la Psicología comunitaria a las prácticas de desarrollo rural promovidas por las políticas públicas en

Latinoamérica. Metodología: Se emplea una metodología de análisis documental basada en la revisión de bibliografía especializada en estudios rurales y programas de desarrollo rural, información que ha sido sometida a un análisis de discurso de modo de situar los datos bajo el contexto social y político del momento

Resultados y conclusiones. En primer lugar, destaca la necesidad de reconfiguración del concepto de comunidad vigente en la Psicología comunitaria heredero del enfoque dicotómico de la modernización, debido a que las transformaciones estructurales que han afectado a las sociedades rurales, territorios y comunidades han sido diferencialmente apropiadas por éstas desde su particularidad histórico-cultural. Resulta pertinente entonces comenzar a distinguir la alta heterogeneidad de las comunidades y territorios rurales. En segundo lugar, se observa la relevancia que adquiere el territorio concebido como trasfondo histórico y sociocultural de las prácticas desarrollo rural, articulación de actores sociales, expresión de identidades comunitarias, movimientos sociales, en suma como lugar y "campo de juego" del desarrollo rural no reducible u homologable con desarrollo económico. Se concluye, por una parte, que la re conceptualización de la noción de comunidad enfatizando complejización permite abordar el trabajo comunitario desde la epistemología de la relación señalada por Montero (2004) y, por otra, que la inclusión del enfoque territorial del desarrollo rural hace posible el despliegue de lógicas de acción colectiva basadas en la articulación de actores como las redes sociales cuya fuerza permite visibilizar experiencias de asociatividad territorial incluso más allá de las políticas públicas- ancladas en una noción de desarrollo propia del enfoque dicotómico de la modernización- y que pueden llegar a constituirse como prácticas contra hegemónicas, basadas en valores no capitalistas, como las aglutinadas hoy en torno a las "alternativas al desarrollo" (Souza, 2012) y el posdesarrollo (Escobar, 2011).

Psicología Comunitaria y Corresponsabilidad en la implementación de Políticas Públicas, Una Experiencia en la Universidad Católica de Colombia

Gustavo Adolfo Bejarano Aguado, Universidad Católica de Colombia, Luis Carlos Duque Naranjo, Universidad Católica de Colombia, María Constanza Del Portillo Obando, Universidad de Chile

El aporte que la Psicología Comunitaria desde la alternativa de trabajo de grado Servicio Social Comunitario, de la Universidad Católica de Colombia, ha logrado como corresponsable en la implementación de las Políticas Públicas de Juventud y de Adultez,

trasciende el ámbito académico y se incorpora en territorios, comunidades y barrios en Bogotá D.C.- Colombia. La universidad ha establecido un vínculo estrecho con la Secretaría Distrital de Integración Social, ente rector de políticas en el Distrito Capital, que ha favorecido un crecimiento en el desarrollo social, político y comunitario de estudiantes y simultáneamente de las comunidades, en procesos de empoderamiento comunitario. Los trabajos desarrollados muestran trascendencia en diversos ámbitos de las políticas y de la disciplina, tales como autonomía, participación, organización, fortalecimiento, redes, inclusión, temas que consideramos constitutivos de la democracia participativa. Se ha privilegiado el uso de la metodología cualitativa, fundamentalmente etnografía y elementos de Investigación Acción Participativa, alternativas más connaturales tanto de la

disciplina como del trabajo con las comunidades.

En general se ha logrado constatar el desarrollo del sentido de comunidad, en poblaciones históricamente excluidas, así como la participación activa en espacios políticos, culturales, educativos y ciudadanos, por medio de ejercicios de formación, educación e investigación. Entre los años 2001 y 2014, se han elaborado 62 Trabajos de Grado, 30 vinculados a la política de adultez con población en situación de calle, y 32 con política de juventud, incidiendo en territorios que aglutinan el 50% de la población de Bogotá D.C., que cuenta con aproximadamente 7 millones de habitantes.

Uno de los logros más significativos ha sido la apropiación de formas democráticas de participación con ciudadanas y ciudadanos habitantes de calle, en el desarrollo de una relación más directa con el estado para restitución de derechos. Con jóvenes los procesos de construcción sociopolítica, identidad cultural y empoderamiento comunitario a través del arte, el diálogo multicultural, pedagogías ancestrales, el deporte, han resignificado su papel activo en la sociedad y su relación con el estado. En la Universidad Católica de Colombia y su Proyecto Educativo centrado en la persona, se desataca en su misión el desarrollo de la inteligencia y la libertad del Ser humano, desde una mirada de responsabilidad social, que favorece una nueva interpretación de relaciones con la sociedad y el sector público. De otra parte tanto para la Psicología Comunitaria, como para el Servicio Social Comunitario es significativo la connotación de procesos, y una perspectiva de largo alcance, que genera confianza en la calidad de los vínculos y certeza en la visión de transformación.

Subjetividad, pobreza y política social

Diana Carolina Cortazar Valencia, Universidad del Valle

El presente documento expone los adelantos de la investigación llevada a cabo en el marco de la maestría en intervención social en la Universidad del Valle, Colombia. Su interés inicial surge en las implicaciones subjetivas que se generan en la implementación de un programa para la superación de la pobreza extrema en el seno de la política social del gobierno colombiano. En el contexto, podemos ver como esta aplicabilidad en lo local, es una extensión o reproducción de dinámicas globales que se despliegan el modelo económico liberal y la apertura mundial que dieron como resultado, cambios en la sociedad y en las políticas del Estado que generó acciones gubernamentales para atender algunas de las consecuencias del modelo capitalista: la desigualdad y la pobreza. Fue entonces como en diferentes países de Centro y Suramérica, se empezaron a poner en marcha programas de transferencias monetarias condicionadas que buscaban ser contingentes de las diferentes crisis sociales que afectarían los sectores que no estaban cercanos a los grandes monopolios de poder económico. Buscando así, la oferta gubernamental para el acceso a la educación y salud de los niños, niñas y adolescentes de las familias en situaciones de pobreza extrema. La presente investigación de tipo cualitativa, se pregunta por las implicaciones que tiene en la subjetividad de cinco mujeres líderes del programa Familias en Acción en un municipio del país, la implementación de la política social del gobierno para la pobreza. Se retomaron planteamientos de Pierre Bourdieu para analizar el postulado de los capitales, los psicólogos Ignacio Martín Baro desde la perspectiva de la alienación, la pobreza y el rol del psicólogo social, así como Fernando Gonzalez Rey para

comprender el concepto de subjetividad. Objetivo: Analizar las implicaciones de la implementación de un programa de superación de pobreza en la construcción de subjetividad en cinco madres líderes de familias en Acción en el Municipio de Yumbo- Colombia. Método: Enfoque cualitativo. Los instrumentos: la entrevista en profundidad, grupos focales y el diario de campo. Se crearon tres categorías de análisis: subjetividad, pobreza, relación beneficiarios- Estado, implementación política social. Resultados: Una política pública que se fundamenta en la carencia y no en las capacidades; Las mujeres identifican transformaciones en su interacción consigo mismas, logran obtener un mayor nivel de autonomía en sus relaciones de pareja y en sus familias, sin embargo, en su relación con el Estado, continúan manteniendo una relación de subordinación que posterga viejas prácticas clientelares, burocratizadas características de prácticas politiqueras jerárquicas; En el marco de un sistema capitalista, los programas sociales promueven el capital social, pero no están comprometidos en disminuir la pobreza, no generan capital económico en sus beneficiarios. Conclusiones: Desde el hacer profesional, es importante poder proponer intervenciones en conjunto con la población que le de vitalidad a los rostros, a las voces de quienes callan y replican políticas sociales que no van en dirección de un verdadero cambio social.

¿Es posible una psicología intercultural? Una aproximación a los discursos y prácticas sobre bienestar y malestar de un grupo de mujeres del sur del Perú.

Diana Lucia Bracco Bruce, Pontificia Universidad Católica del Perú

En la ponencia se presenta los resultados de la investigación "Discursos y prácticas sobre bienestar de un grupo de mujeres al sur del Perú" la cual tuvo como objetivo identificar la conceptualización sobre bienestar y las acciones que realizan las mujeres para poder construirlo y/o fortalecerlo. La ponencia parte de la premisa que el Perú está marcado por procesos de discriminación, exclusión y violencia en diferentes ámbitos. Las relaciones de poder producidas y re-producidas a lo largo de su historia colonial marcan la inequidad económica, política y social que sufren las diversas poblaciones en el Perú. Ello no solo ha determinado el acceso a recursos económicos o a la participación política sino que también establece la construcción subjetiva de los sujetos y marca la valorización de los discursos y concepciones. En ese marco, el ámbito psicológico no ha sido la excepción. Si bien el Perú es sumamente diverso cultural y socialmente, lo cual también establece diversas formas de comprender y vivir el bienestar, la teoría psicológica parece haber constituido una concepción hegemónica de entender la salud mental. A partir de ello, se ha dejado de lado saberes y prácticas definidas como "otras", especialmente aquellos asociados a las mujeres. Frente a esta problemática, la investigación parte de la importancia de reconocer positivamente la diversidad cultural en el Perú, buscando construir conocimiento que pueda colaborar en procesos de transformación social. De esta manera, el estudio tiene la finalidad de ampliar la mirada de la psicología y aportar a la construcción de políticas públicas sobre salud mental más apropiadas para el contexto peruano. En esta investigación se busca analizar, a partir del enfoque de género e interculturalidad, la concepción sobre "bienestar/ malestar" de un grupo de mujeres de un centro poblado al sur del Perú, afectado por el terremoto del 2007. De esta manera, se espera visibilizar y validar discursos distintos a las categorías occidentales sobre salud mental, las

cuales desconocen “otras” formas culturales y, por tanto, se establecen procesos de discriminación y exclusión de saberes tradicionales, especialmente en el caso de las mujeres. De esta manera, se plantea como conclusión la finalidad de ampliar la mirada de la psicología y aportar a la construcción de políticas públicas más apropiadas para el contexto peruano, en las cuales estén de manera transversal el enfoque de género e interculturalidad.

Recent cuts to refugee health coverage in Canada: The anatomy of a social policy failure

Paul Sheridan, Wilfrid Laurier University

The Canadian federal government, led by Stephen Harper’s Conservative majority, legislated cuts to the Interim Federal Health Program, which provides temporary health coverage to refugees and asylum claimants, in June 2012. The changes were presented as necessary in order to address perceived issues of over-generosity and of abuse of the refugee system, and to achieve fairness for taxpayers. The cuts have been criticized extensively by a variety of stakeholders, including human rights advocates, provincial government leaders, and public health professionals and officials. Critics have argued that the decision-making process that led to the cuts failed to properly consider the potential negative outcomes on the wellbeing of both refugees and Canadian citizens. More recently, evidence has begun to emerge that real health and social harms have resulted. This analysis considers how governance structures and processes at the federal level in Canada could be strengthened in order to make the social policy development process resistant to the imposition of solutions that may be harmful to vulnerable populations and the general public. In doing so, the study highlights an interesting intersection between the public policy arena and the role of the community psychologist. There is a body of literature in the fields of community psychology and political science that traces social policy failures back to the problem definition process which guides the development of policy solutions. Using that conceptual framework, this explanatory case study systematically analyzes the problem definition process as reflected in archival data relating to (a) the publicly-stated purposes of the cuts; (b) the public framing of the underlying problems by government and non-governmental stakeholders speaking in Parliament; (c) reports by Citizenship and Immigration Canada; and (d) internal governmental correspondence collected under the Access to Information Act. Using a three-stage qualitative coding method, results were interpreted based on the social policy problem definition conceptual framework. Key findings include evidence of a significant power imbalance between the majority Conservative government and other stakeholders that existing mechanisms, such as Canada’s Federal Regulatory Process, failed to correct. This enabled systematic limitation, by the majority Conservative government, of stakeholders’ ability to participate in the problem definition process and shape policy outcomes. Also uncovered were concrete examples of a lack of an evidentiary basis for major claims by proponents of the cuts. This study provides a rare window into the process used by the current Canadian federal government to define social problems and design policy solutions to address them; it offers a recommendation on how to improve future policy processes by addressing some of the identified issues; and it illustrates the potential for community psychologists to engage with public policy analysis in support of social justice for marginalized populations.

A Preliminary Report On The Adaptation and The Content Validation for a Walkability Questionnaire For North America: The NEWS-North

Elizabeth Kristjansson, University of Ottawa, Sean Pearce, University of Ottawa, Trista Anne Takacs, University of Ottawa

Walkability refers to the pedestrian friendliness and ease that walkers can walk in their neighbourhood. Walkability is also an important component for understanding how psychology and health can influence public policies (e.g., neighbourhood infrastructure and cohesion). The relationship between psychology and health can bring about substantial and significant changes to communities (e.g., walkable neighbourhoods). A number of walkability measures have been developed, but they are for use in warmer climates in the United States of America and do not consider winter weather (particularly snow and ice) in Canada and other northern climates. Therefore, we have adapted a well-known and validated American survey of walkability: the "Neighborhood Environment Walkability Scale" (NEWS) for northern climates. We report on the content validation of the adapted questionnaire, the NEWS-North. Content validation is an important element in questionnaire development as it ensures that all factors related to the construct being measured is represented. The purpose of our study is to adapt the NEWS to include comprehensive and user-friendly items for use with various Canadian audiences. Our aim is to promote healthy lifestyles in neighbourhoods to resolve the issue of obesity that persist in the world today by making neighbourhoods more walkable to residents. The NEWS-North was adapted in two phases. First, three focus groups were conducted that consulted various Ottawa policy makers, academics, and concerned citizens. Participants were asked to independently identify and address problematic items or missing questions/categories. The results from the three focus groups were analyzed qualitatively to produce an initial draft of the NEWS-North. Second, 11 walkability experts from across North America and Europe were recruited to refine the initial NEWS-North draft and completed a content validity checklist. The results from the expert checklists and feedback were used to create an updated NEWS-North. Two independent raters then analyzed the newly updated NEWS-North by categorizing the qualitative aspects from the content validation and overall feedback. A third rater reviewed their work. All three raters agreed on a summary of the most common comments. This included comments on the removal of items, missing items, and feedback on problematic items. In particular, the walkability experts commented on the importance of including a winter walkability section and a finalized NEWS-North was created. Next, the NEWS-North was pretested on 22 adults to ensure that the modifications adequately reflected the feedback received from the experts. The expert summary and finalized NEWS-North was sent to the expert panel for their approval. The content validation of the NEWS-North verified the factors that relate to Canadian walkability. The NEWS-North is thus an important tool to assess walkability in neighbourhoods with fluctuating climates in North America. This finalized NEWS-North will be pilot tested in Ottawa, Canada (N = 600). The weather in Canada often fluctuates throughout the year, and there is no current Canadian walkability measure. In this session, the NEWS-North content validity, plus the potential to influence future public policies in Canada's neighbourhoods to promote community livability will be discussed.

An integrated approach to promote a daily physical activity and the empowerment evaluation

Luana Valletta, University of Bologna

In the Emilia-Romagna Region (northern Italy, 4,500,000 inhabitants) the 63% of the population doesn't meet the WHO recommendations for Physical Activity. The Regional Plan for Prevention 2010-2013 includes, among other interventions to promote physical activity, a specific regional campaign aimed at the entire population to promote the use of stairs. The campaign, titled "The stairs. Music for your Health", was started in January 2013 and takes place in hospital, in a different local health service buildings, municipalities, etc. The campaign aims to improve the knowledge of the importance of regular physical activity and to facilitate different people to adopt easy healthy behaviours in everyday life, in particular regarding the use of stairs. Specific posters, brochures and totems were located in the decision points within the buildings concerned.

The Regional Health Head Office (RHHO) is responsible for the organization of the campaign and has benefited from the fundamental collaboration of ANCI(National Association of Italian Municipalities),UPI (Union of Italian provinces),local health services and other local organizations. The campaign evaluation plan was prepared by the RHHO through the active participation of all healthcare workers and the partners involved in the campaign. This participation was important to build, share and reflect on the questionnaire to be addressed for all the population. Through open-ended and close-ended questions the questionnaire want understand the perceptions, opinions and the efficacy of the tools of the campaign and how much these can influence or not the behaviours of the population. The questionnaire was started in the March 2014 and will collect data for three month. Specific events and actions will be organized for communicate the results to the entire population and with all the workers involved in this campaign. In the firsts two week was collected 1578 answer (this was possible thanks to strong collaboration with all the partners). This evaluation phase was useful not only for evaluated the campaign but also for reinforce the network, the evaluation skills of all participant and to reinforce the message of the original campaign in all population.

Early results can be considered: a) the campaign took place in all the buildings of the most part of the municipalities and in all the buildings of the local Health Service; b) the strong networks of central and local level between components of the regional health service and local authorities that have been developed; c) to improve empowerment evaluation in the health services. The actions of the promotion of health need to be more integrated in the daily life of the people through easy actions in all the contexts where the people live. More important is not only evaluate the efficacy of these projects but also try to do this through the active participation with all the the people that are involved in these project. All of this can promote important empowerment processes and to create more spaces for share knowledges, skills and experience.

Experiencias de innovación en la gestión pública de municipios interculturales chilenos: Tirúa y Galvarino

Jordi Bonet Martí, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

La gestión pública intercultural constituye un giro en los objetivos, valores y procedimientos empleados por la administración pública tradicional para responder a las necesidades de entornos que presentan una elevada diversidad cultural. No se trata de gestionar la diversidad cultural desde las políticas y programas tradicionales, sino de incorporarla transversalmente al accionar público. Su origen en Latinoamérica se produce en consonancia con el proceso de etnogénesis indígena que atraviesa el continente desde la década de los 80' y puede rastrearse en las políticas del Vivir Bien (Bolivia) y del Buen Vivir (Ecuador) que han adquirido rango constitucional de política de estado, así como las prácticas formalizadas en distintos niveles de administración (regional o local) que se han desarrollado en otros países del continente como Perú, Colombia, Nicaragua o Panamá. Si bien en Chile, desde la llegada de la democracia se han realizado progresos significativos en la dirección al reconocimiento de los pueblos originarios (aprobación de la Ley Indígena, ratificación del Convenio 169 de la OIT, comisión Nuevo Trato) y existen líneas de actuación dirigidas al fortalecimiento de la interculturalidad (Educación Intercultural Bilingüe, Programas de Salud Intercultural,...), consideramos que no se ha desarrollado ninguna política específica para el desarrollo de una gestión pública intercultural más allá de los programas focalizados. Sin embargo, a pesar de la inexistencia de una directriz gubernamental específica, los gestores públicos en comunas con una elevada presencia de población indígena se han visto en la necesidad de adecuar su modelo y prácticas de gestión a las necesidades y requerimientos de las comunidades. Así mismo, podemos suponer que aquellas municipalidades dirigidas por alcaldes de origen mapuche con la participación activa de comunidades y coordinadoras indígenas habrán reflexionado y desarrollado estrategias y procedimientos en el ámbito administrativo orientados a fortalecer el carácter intercultural del municipio. La finalidad de esta comunicación es exponer los resultados de una investigación centrada en el análisis de en qué medida los municipios gobernados por alcaldes de origen mapuche en Chile han incorporado la interculturalidad como variable significativa en el desarrollo de la gestión pública local. Para ello partimos de un diseño cualitativo a partir de técnicas de análisis documental, entrevistas y grupos de discusión realizada en las municipalidades de Tirúa (Alto Biobío) y Galvarino (La Araucanía) durante el primer semestre de 2014.

Good NEWS for Canada: Adapting a walkability questionnaire for northern climates

Elizabeth Kristjansson, University of Ottawa, Sean Pearce, University of Ottawa, Trista Anne Takacs, University of Ottawa

Despite the well-documented health-related consequences of obesity, the prevalence of obesity in most developed countries has steadily increased over the past 10 years. Physical activity is important in maintaining a healthy lifestyle. The most common source of physical activity reported by adults is walking. A great deal of research has shown that the neighbourhood environment often influences residents' walking behaviour. Walkability refers to the pedestrian friendliness of a neighbourhood environment (e.g., presence of sidewalks, aesthetics). There

are several walkability questionnaires in existence, but they were developed for warmer climates. Importantly, the climate variations in Canada and other northern countries have been shown to affect adults' walking behaviours. There is currently no Canadian walkability self-report questionnaire in existence. A well-known and valid American walkability questionnaire, the "Neighborhood Environment Walkability Scale" (NEWS), was adapted for use in northern climates. The purpose of our study is to (a) adapt the NEWS for a diverse Canadian audience; and (b) to contribute to the Community Psychology literature by strengthening our understanding on the relationship between the neighbourhood environment and walking behaviours of Canadian adults. The adapted questionnaire, the NEWS-North, was developed in two phases. In the first phase, three focus groups were conducted, following the adaptation procedure provided by the original authors of the NEWS. Participants were recruited from various policy-making agencies (e.g., Ottawa City Hall), academics, and concerned Ottawa citizens/community members. A total of 15 adults participated in one of the three focus groups. Participants were asked to independently to identify and address problematic items or missing questions/categories on the NEWS prior to attending their focus group session. The results from each of the three focus groups' audio recordings were transcribed in order to conduct qualitative analyses. The qualitative data was classified into themes in each of the eight questionnaire sections. Next, two raters independently analyzed each of the three transcriptions and created a focus group summary for each of the three focus groups. A third rater reviewed the summaries for consistency. Any disagreements between all three raters were discussed and resolved. To ensure that each focus group summary was accurate, participants received a copy of the summary of the focus group that they attended. Once approval was obtained from all 15 participants, the initial three focus group summaries were merged to create an overall summary and an initial draft of the NEWS-North was created. The most common recommendations included shortening the questionnaire, beginning the questionnaire with more interesting sections (e.g., safety), and the addition of more items that were suited to northern climates (e.g., winter walkability). In this session, we will report on the development of the initial NEWS-North draft based on the focus group feedback. The role of community psychology in research that can potentially improve future public policies on health producing environments will also be discussed.

Health Disparities in Stroke Care

Adrian Fisher, Victoria University, Michelle Fox

Stroke is an event that can lead to significant physical, psychological and emotional adjustments for the individual -- and significant impacts on family members and other members of the social support networks. Combined with living in a rural area of Australia, adjustments after stroke are challenging for the individual especially when they are faced with significant limitations in rural health care services. While Australia has a very extensive and modern health system, the availability of facilities and specialists is often lacking, or non-existent, in rural and remote areas. This adds to the burden of care as many hours of travel and associated accommodation, loss of work income and other expenses are often required for the person, and their carers, to gain access to the necessary specialist services and medical practitioners who are required to provide positive rehabilitation.

Despite the expanding knowledge base in recent years highlighting deficiencies in rural health service at the acute level, few studies exist presenting data of the lack of services at a rehabilitation or community level. In this study, involving semi-structured interviews and qualitative analyses, respondents were 17 stroke survivors living in rural Victoria, Australia. The results provided valuable insights concerning the rural stroke survivors' experiences of recovery and highlighted the existence of disparities in rural health care, including the lack of available specialists, long distances to travel to access health services, limited or no access allied health staff, and lack of transport. From the results of the study we can establish that inequities of stroke care continues to exist within rural populations. Rurality has been identified in the social epidemiological and social capital literatures as having negative impacts on the health and well being of those who are suffering significant acute and chronic conditions -- such as stroke and stroke rehabilitation. As such, the interviews with rural stroke survivors has highlighted this disparity and some of the negative impacts. However, interview data have also provided a more positive side to the experience, which also matches important elements of health disparity research. In some of the rural areas, there stronger social support and family networks have been identified as being in place, thus providing an ameliorating factor. This research highlights the health disparities in care for stroke survivors, but also provides a positive light in their experiences.

HIV Stigma and discrimination: outsider perspective and subjective experience

Bruna Zani, University of Bologna

HIV stigma is an important barrier to HIV prevention and treatment efforts and negatively affects the quality of life of persons living with HIV/AIDS. In addition, HIV stigma may have a negative impact on HIV uninfected people's health and social relationships. Specifically, among HIV uninfected people, HIV stigma is associated with lower HIV testing and higher risk behaviors and may disrupt their social ties with friends and family members who are HIV infected. Although the concept of stigma is complex, it can be defined as "mark" or attribute that is socially devalued. To gain a more comprehensive understanding of the complex nature of stigma, the different perspectives of people who do possess the devalued attribute (subjective experience) and who do not possess the devalued attribute (outsider perspective) should be taken into account. There are evidences that suggest that coming out, and personal knowledge of someone with HIV/AIDS may influence HIV stigma. We investigated the relationship between HIV stigma, coming out, and personal knowledge of someone with HIV/AIDS in a sample of HIV-positive and HIV-negative adults. Data were collected from 4,550 Italian adults, of whom 329 were HIV infected. Participants were recruited through e-mail lists and web-based communities. We conducted a web-based survey during a 2-month period between February/March 2014. This strategy was used because traditional probability sampling methods are not feasible with HIV-positive people. Participants were asked to reveal their serological status and, based on that, to fill out a survey instrument examining either the perspective of HIV infected people (i.e. enacted stigma and internalized stigma) or the outsider perspective of HIV uninfected people (i.e. personal stigma). Moreover, participants were asked to report the personal knowledge of someone who is infected with HIV/AIDS. Finally, HIV-

positive participants indicated the degree to which they disclosed their serological status. Among HIV positive participants, HIV disclosure and personal knowledge of someone with HIV/AIDS was associated with lower internalized stigma (i.e. the endorsement of negative stereotypes and prejudice associated with HIV/AIDS about themselves by people living with HIV). Moreover, the relationship between HIV disclosure and enacted stigma (i.e. experience of discriminative interpersonal interaction) was not significant. Among HIV negative participants, HIV stigma (i.e., personal views of stigma) was lower in those participants knowing someone with HIV/AIDS. These findings suggest that HIV disclosure and personal knowledge of someone with HIV/AIDS prevent the internalization of HIV stigma. Moreover, from a public and social policy perspective, increasing the numbers of people who are 'out' may be a mean to reduce HIV stigma. In addition, given that knowing someone with HIV/AIDS was associated with lower personal stigma among HIV-negative participants, public disclosure may be a component of successful HIV stigma campaign. The Community Psychology can provide adequate emotional and optimal organizational support to help HIV disclosure, including peer support, counselling and appropriate training. The research was conducted in collaboration with members of LILA (Italian League to fight HIV/AIDS)

Investigating Links between Service Provider Attitudes and Practices: How Colorblind Racial Ideology relates to Implementation of Trauma-Informed Care

Miatta Chinwe Echetebe, University of Illinois at Urbana-Champaign

The proposed presentation will describe findings from an analysis of the relationship between service provider endorsement of colorblind racial attitudes and self-reported implementation of trauma-informed care principles in the services they provide. Based on principles outlined by Fallot and Harris, the trauma-informed care model is an orientation toward service delivery that emphasizes the understanding of the role of trauma in each consumer's life. Accordingly, trauma-informed services identify and minimize trauma "triggers" while promoting collaboration, safety, and consumer voice in services; tenets often associated with recovery and increased wellbeing in clients. Trauma-informed care principles recognize the importance of cultural competence and acknowledgment of diverse types of traumatic experiences. Specifically, historical trauma for people of color in the United States and the traumatic effects of experiences of racial discrimination are acknowledged as forms of trauma which may influence racial disparity in human services. In the United States, African American youth are overrepresented in multiple systems, particularly mental health, juvenile justice, and child welfare, and disproportionately experience negative outcomes in various systems, including education. Policies and practices within United States institutions that differentially target and label African American youth or fail to meet their needs may negatively influence outcomes for this population. We speculate that service providers understanding and acknowledgement of race-based trauma may be associated with their engagement in provision of trauma-informed care within systems in which racial disparities have been identified. In contrast, colorblind racial ideology is a philosophy in which individuals deliberately aim to "not see color," focusing on individual-level causes and outcomes rather than systematic racialized experiences. The present study investigates the link

between recognition of racialized experiences and trauma-informed care practice through examining how racial colorblind ideology influences staff members' perception of the frequency with which they engage in the trauma informed care practices toward clients and their families. This analysis was conducted with frontline providers, supervisors, and administrators from 16 organizations across multiple human service sectors. Participants completed surveys that focused on the use of trauma-informed care practices and policies and additionally completed the Color Blind Racial Attitudes (COBRA) Scale to assess colorblind ideology. This study is part of a broader effort to define and create a social justice-informed system of care. The ACCESS Initiative, a system of care in Champaign County Illinois, focuses on addressing community/historical trauma and unmet mental health needs within the African American community and reducing racial disparity through coordination of community-based care and quality services for African American youth with serious emotional disturbances and their families. The proposed presentation falls within the area of public policy and will thus focus on the use of our study findings for informing policy and practice in human services in Champaign County. Our work contributes to the development of the field of community psychology through furthering our understanding of how service systems can better meet the needs of ethnic minority populations and more specifically our understanding of the relationship between racial attitudes and practices with those being served in formal helping systems.

Migration-related detention policies and their impacts: the case of the center of Ponte Galeria, Rome, Italy.

Caterina Arcidiacono, University Federico II, Francesca Esposito, ISPA-IU, José Henrique Pinheiro Ornelas, ISPA - Instituto Universitário

In last decades, migration-related detention has increasingly become a mechanism of border governance regimes used by countries of the Northern hemisphere to manage and control individuals and mobile populations. In Italy, the opening of migration-related detention centers was laid down by the Immigration Act (decree 286/1998). Initially called Centers of Temporary Stay (C.T.S.), they were considered an "acceptable measure" for the "safeguard of public order and security". Since 1998, in line with the restrictive character of the European framework, the possibilities of entrance into, and residence within, the Italian territory have been dramatically reduced, and the system of detention and deportation of migrants has been tightened. At the same time, many NGOs and human rights organizations reported the deterioration of living conditions within detention centers, and the dangerous lowering of the threshold level of human rights guarantees. Basing on these alarming considerations, the present contribution aims to illustrate how migration-related detention policies have been developed over the past years, their impact on the everyday life within migration-related detention centers, and their human costs. The study focuses on the Italian context. In particular, the case of the Identification and Expulsion Center (C.I.E.) of Ponte Galeria, Rome, will be analyzed. Operative in 2000, the C.I.E. of Ponte Galeria is the main Italian migration-related detention centre, it is managed by the local Prefecture and can detain up to 366 adults, ideally for 18 months. The method selected for this study is two-fold. First of all, an analysis of the Italian regulatory framework is provided. Furthermore, observational data

concerning the C.I.E. of Ponte Galeria, Rome, are presented. These data have been collected through a three-months intensive ethnographic observation, carried out at the above mentioned CIE. Considering the strict constraints characterizing the context, the periods and modalities of the ethnographic observation have been negotiated, step by step, with the entities responsible for the management and security of the CIE. Field notes and photographs have been collected and are presented. The data will be discussed within an ecological framework of analysis. In particular, the ecological analogy developed within community psychology by James Kelly and colleagues (Kelly, 1966, 1968, 1970, 1971, 1986, 2000, 2006; Trickett, 1984, 1996, 1997, 2005; Trickett, Kelly, & Vincent, 1985; Vincent & Trickett, 1983) will be used as a meaningful framework to highlight peculiar aspects of the daily life within these noxious systems, as well as the effects on the people subject to them. This contribution attempts to encourage scholars who wish to deal with migration-related detention to develop multilevel ecological analysis conceptualized in interdependent systems terms. The basic belief is that these analysis can enhance the understanding of community phenomena, providing the basis to develop system actions aimed at promoting the health and human rights of all people, especially more vulnerable ones. Through our commitment in extending the ecological paradigm to a new area of research, we hope to contribute to the joint effort to foster the spirit of community psychology and ecological inquiry.

Participatory Children's Mental Health Policy Planning

Mark S. Aber, University of Illinois at Urbana Champaign

The World Health Organization (WHO) has called national governments to develop mental health policy for children and adolescents (WHO, 2013). It estimates that approximately 20 percent of children and adolescents worldwide (WHO, 2003) have a disabling mental, emotional, or behavioral disorder. These disorders exact enormous personal, family, community and societal costs. Beyond the profound suffering and social exclusion these disorders entail, they are also the most costly of chronic illnesses in children living in the U.S. (Roemer, 2011), costing over \$247 billion dollars annually (National Research Council and Institutes of Medicine, 2009). Still, the vast majority of youth who need mental health services receive none – approximately 75-80 percent in the U.S. (Kataoka, Zhang, & Wells, 2002), even greater globally (WHO, 2003). Moreover, relatively few countries have mental health policy for children and youth (Shatkin & Belfer, 2004). The purpose of the proposed presentation is to describe and critically analyze, the strengths and limitations of a collaborative mental health policy planning process in the state of Illinois (U.S.). The planning process was multi-professional, multidisciplinary and inter-sectorial. It aimed to produce a strategic plan to transform child-serving systems (i.e., mental health, juvenile justice, child welfare and education) into "systems of care" (SOC), or networks of community-based services for children with serious emotional disturbances and their families. Our critical analysis will illuminate the potential value and limitations of the process for informing children's mental health policy in the United States and beyond. Some aspects of the planning process that were found to be valuable in the U.S. context may be of little value, or even damaging in differing cultural, political and economic contexts. For two years, the authors conducted participatory action research (PAR)

connected to statewide collaborative efforts to develop and expand SOCs. Multiple methods (e.g., participant observation, focus groups, interviews, surveys) were used to gather data from policy makers, members of the planning collaboration, service providers, parents and youth (total N approximately 150) to inform the planning process. Our presentation will use these data and our ethnographic field notes to describe and analyze key features of the policy planning process. We discuss numerous factors that played important roles in the planning process. Some were strengths, others limitations, and others functioned as both strengths and limitations: use of data gathered by authors as “participant evaluators”; multi-professional, multidisciplinary and inter-sectorial participation including children and parents; broad regional participation of stakeholders; participation from urban and rural areas within each region; effort to align with other state plans including health care reform; history of state SOC work; federal funding; workforce development; building on local SOC experiences; and, accommodating local variability. We will conclude by reflecting on the potential roles of community psychology and community psychologists in shaping children’s mental health policy. Our case study illustrates identified some aspects of the Illinois policy planning process that might have value in other contexts while raising important cautions regarding the dangers of over generalizing.

Psychological outcomes of a training in Cultural Competence for health professionals

Elena Redolfi, Public Health and University Hospital of Florence, Marah Dolfi, Public Health and University Hospital of Florence, Patrizia Meringolo, University of Florence, Department of Education and Psychology

This paper is coming from a collaboration among Department of Psychology and Education, Department of Information Engineering and Public Health and University Hospital. Cultural relationships have been in-depth analyzed in schools, even though the first places met by migrants in host communities are probably health services. While many projects and trainings have been addressed to educational communities, the same cannot be said for social and health services. In our Region, even if there are sensitiveness toward migrants’ difficulties, there was only one training for nurses in last years. Our contribution is founded on studies about Cultural Competence (Balcazar, Suarez-Balcazar, & Taylor-Ritzler, 2009; Suarez-Balcazar, Rodakowski, Balcazar, Taylor-Ritzler, Portillo, Barwoski, & Willis, 2009; Suarez-Balcazar, Balcazar, Taylor-Ritzler, Portillo, Rodakowski, & Martinez, 2011). Aims: The research was carried out in 2013/2014, thanks to a collaboration with Professional Unit for

Treatments Innovation and Clinical Management, in three times: 1) without training, 2) before and 3) after a vocational training “Transcultural Aid”, organized by Public Health and University Hospital in our town. The aim of the study was to analyze level of nurses’ cultural competence in Tuscany, and particularly to verify if there were significant differences among the three times. Methods, Participants: No training 175, pre-training 81, post training 76. Instruments: CCAI (Suarez-Balcazar et al., 2008) (translated and adapted), Organization (Suarez-Balcazar et al., 2008) (translated and adapted), Organizational Empowerment Scale (Spreitzer, 1995; Pietrantonio e Prati, 2008), Perceived Emotions in Multicultural Relationships (ad hoc). Some results: In our participants, unlike original study, we obtained two

subscales for CCAI (that are Awareness & Competence and Lack of Organizational Support), and three subscales for Organization features (Positive Aspects, Negative Aspects, Perceived Self-Efficacy).

Awareness & Competence positively correlates with Organizational Empowerment (.324**) and with Positive Emotions (.599**), while negatively with Negative Emotions (-.186*). Organizational Positive Aspects positively correlate with Organizational Empowerment (.430**). Perceived Self-Efficacy is positively correlated both with Organizational Empowerment (.591**) and Positive Emotions (.239**), while negatively with Negative Emotions (-.180*). Despite quite low participants' number in pre and post-training, we may appreciate a significant ($p = .002$) increase in the CCAI subscale Awareness & Competence in the three conditions, and a decrease in Organizational support. We may suggest that after a training knowledge, skills and awareness raise, and that the perception of lack of organizational support grows.

We may observe, as well, that awareness seems increased in participants since their decision to attend the training. Conclusion: Studies about cultural competence in our country are a field that have to be deepened and improved, and we think that interventions in health services are a priority among the needs of our local communities.

Relationships between Research and Policy in Sexual Orientation and Gender Identity Human Rights Work

Bianca D. M. Wilson, University of California, Los Angeles, School of Law

Discussions about how to integrate rights associated with peoples' sexual orientations and gender identities (SOGI) have increased globally in the past decade. We now see a focus on this within international organizations like the United Nations and the World Bank. However, efforts to integrate SOGI rights are highly contested in many nations and the increase in discussions are both at the root of and consequence of national efforts to oppress sexual and gender minorities. Further, social scientists have a role to play in the discourse on SOGI rights, but the nature of that role has varied internationally. The current paper is focused on the East African context as a site of contested policies on sexual orientation and gender identity. Using an analysis of Uganda's sweeping legislation to prohibit same-sex relationships and support of LGBTQ people, we will first discuss the role that science appeared to play in those deliberations. Specific attention will be paid to the potential tensions that arise from relying heavily on psychological and epidemiological data collected in the U.S. as evidence of the normative nature of same-sex relationships universally. In particular, this paper concerns itself with the asserted narrative of sexual and gender minority behaviors and identities as "innately Western" - a narrative created by both political leaders in East Africa and by U.S.-based evangelicals who are pushing anti-gay agendas abroad - and the use of this claim as a call to diminish African people's rights. Then, using tensions and growing safety considerations in the region as a backdrop, we will describe two studies we conducted in a neighboring nation, Kenya, and discuss the strengths and challenges of collecting SOGI data and the implications for their use. One study is an emergent, multiple-method and staged qualitative study ($N = 16$) focused on developing a baseline understanding of the health needs of lesbian, bisexual, intersex and transgender women living in

Western Kenya. Questions focused on participants' perspectives, their meanings, and their multiple subjective views. Interpretative framing was influenced by reflective, interpretative, holistic & contextually-bound analysis. The second project was a quantitative study (N=329) of the service needs of sexual minority men, women, intersex, and transgender persons. Together, both studies indicate the community-driven ways that sexuality and gender identity are conceptualized, as well as the influence of non-African cultures in creating identity language, and also the potential possibilities and barrier to engaging in SOGI-related community research and advocacy.

Sense of Community Responsibility (SOC-R): Expanding the Discourse on the Experience of Community and its Relationship to Leadership and Engagement

Branda Nowell, North Carolina State University

The psychological experience of community has long been looked to as a key factor in understanding an individual's willingness to take action to enhance the well-being of a collective. In past work (Nowell & Boyd, 2011; 2012; under review; Boyd and Nowell, 2012), we have described the experience of community as having the potential to manifest as both a sense of community as a resource as well as a responsibility. Resource-based conceptualizations have dominated existing studies of sense of community. There exists a comparative dearth of research and theoretical development on responsibility aspects of sense of community. In this paper, we continue to address this gap by reviewing three studies of sense of community responsibility (SOC-R) and its relationship to leadership and engagement. Specifically, we address the question: To what extent does SOC-R help to explain engagement and leadership across diverse contexts? The role of SOC-R is investigated in three studies. In the first study, SOC-R is investigated within members of a community collaborative as a predictor of leadership emergence as both a thought leader and champion of the partnership. In the second study, SOC-R is investigated among employees of a large nonprofit health organization in relationship to organizational citizenship behavior as well as health and well-being. In the third study, SOC-R is investigated among local community leaders who have formal responsibilities to respond during disasters. These initial studies provide support for the theory that resource and responsibility aspects to the experience of community operate on different theoretical mechanisms and that sense of community responsibility may have a stronger association to higher order engagement and leadership emergence.

Contribution of the Study for Conference Theme and the Development of Community Psychology. The theme for this year is Community Psychology in the Context of Crisis and Social Exclusion. One of the core contributions that community psychologists make to scholarship, practice, and policy is an empirically-based understanding of the psychological and behavioral consequences of human connection. SOC-R builds upon past work on sense of community to expand our understanding of psychological experience of community. Implications of study findings for the further development of a theory of community as both resource and responsibility will be discussed.

The challenges of attaining distributive justice in the quest to promote excellence in education: A case example from South Africa

Matshepo Matoane, University of South Africa

Education in Post-Apartheid South Africa is expected to “ensure that South Africans have the knowledge, values, skills, creativity and critical thinking required to build democracy, development, equity, cultural pride and social justice” (Ministry of Education, 2000, p9). At the dawn of celebrating 20 years of the country’s democracy, Institutions of Higher Learning in South Africa continue to grapple with the effects of the legacy of separate education systems and unequal opportunities on the quality of learners entering their systems. Such challenges call for complete transformation of the entire education system. Pendlebury and Enslin (2004) observed that the first phase of transforming the education system in South Africa was managed appropriately through dismantling structures that maintained and policed “ privileged inclusions” and “mass exclusions”. This presentation is aimed at assessing the role played by the social environment on the academic performance of learners from underprivileged communities in South Africa. The presentation attempts to illustrate that the impact of transformed societal structures, as a means to attaining retributive justice, is influenced by the nature and extend of past imbalances and inequalities. A case example of work done by a non-profit organization from South Africa is presented to illustrate some of the challenges experienced in promoting “centres of excellence” in under-resourced schools. This organization makes available an empowerment programme that is aimed at developing the capacity of learners to attain academic excellence. An analysis of learners’ profiles who participated in the programme since 2009 to 2013 revealed that 70% of the learners came from disrupted families with either a single mother, a grandmother, grandparents, substitute and/or step parents. It was also not uncommon to have a few orphans amongst the learners. Each year there would be a learner presenting with behaviour problems that either disrupt their schooling or affect their academic performance. Additionally, the criteria used by the organisation to permit learners into their programme had to be adjusted drastically - from a benchmark of 70% to 40% in the first year to 45% in the second year and 50% in the subsequent years. The adjustment was due to learners’ inability to come close to even meeting the benchmark. While there are other issues that are emerging as this programme is being implemented, this presentation will limit its focus to the above mentioned issues. From the issues mentioned above, it is clear that while the South African democratic government introduced educational policies and legislation to heighten distributive justice and establish structures and guidelines for procedural justice, the country continues to face major challenges in managing the effects of apartheid and the impact of the past practices of unequal distribution of resources. This continues to be a major issue as South Africa is still regarded as one of the most unequal societies in the world (Harbor & Mncube, 2011).

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

What deaf people tell about their health services access: need of improvement, sign language and policies.

Cantero Odile, University of Lausanne, Marie Santiago-Delefosse, University of Lausanne

The symbol of the Deaf Culture, the French sign language (LSF), is not represented among the Swiss medical world: physicians do not know how to sign and there is no professional interpreters (French-LSF) in the hospitals of the French-speaking part of Switzerland. According to many authors, the communication between a deaf patient and a physician is complicated and leads to a lot of misunderstandings, medical errors, and misdiagnoses. Patient's basic rights seem not to be complied with in many situations involving deaf patients. Autonomy and access to information for deaf patients are threatened and bridging physicians and deaf culture is necessary. Purpose: Community health psychology and committed researchers contributed to the improvement of medical situation for many deaf communities across the world advising professional interpreters, the use of sign language among the nursing staff, and deaf intermediary or communication technology. Along with some concrete advances in this field, certain policies have been put in place thanks to community professionals' work. It is time to study relationships between deaf community and physicians in the French-speaking part of Switzerland. Methodology: A qualitative methodology situated in a critical approach is necessary to highlight the boundaries between deaf community and physicians and also to propose long-term solutions. Three focus groups in sign language (with interpreters) within the deaf community and 10 semi-structured interviews with caregivers have been conducted. Community researchers may be interested in the adjustments of the focus groups' methodology we have made. Results: First results indicate that the deaf participants described their health services access as insufficient, they feel uncomfortable during medical encounters and report that their rights are not respected in many situations. They demand various improvements in terms of communication, autonomy, access to information and respect of medical ethics and confidentiality. Caregivers describe encounters with communication issues as very complicated. They feel frustrated and helpless in front of those patients. Furthermore, they do not know who is responsible for calling an interpreter and how to do such a request. The two sides, deaf people and caregivers are actually coping with risks of poor communication by putting into practice their own strategies. Conclusions: Deaf patients highlight disrespect of hospitals' regulations and national medical laws. Deaf patients and caregivers cope with unclear legal frameworks. Political decisions contributed to improve health services access for deaf communities in other countries. Better policies, Community Research and Awareness seem to be the combination required to reach the proposed improvements.

When “Help” Arrives: The Role of Network Leadership in Brokering Between Local Communities and External Disaster Response Efforts

Branda Nowell, North Carolina State University

Large scale disasters quickly overwhelm local capacity to respond, necessitating the involvement of a myriad of external actors and resources that are brought in from outside the area to “help”. While these outside resources are critical to aiding communities, their introduction to the local community system can also create challenges. Problematic interactions between and among local and external responders can lead to miscommunications, operational failures and culture clashes that can ultimately undermine both the immediate response efforts as well as the future capacity of the local system. Community psychology has long emphasized the role of leadership in helping to create more coordinated and coherent systems for responding to complex problems in communities. However, to date, our knowledge is limited about structures and practices that facilitate effective coordination and integration of external responders to existing local community systems during large scale disasters. The purpose of this paper is to investigate the role of local network leadership during large scale disasters. Network leaders are individuals who seek to structure and facilitate interactions between a complex, interdependent – yet often disconnected – group of actors. Specifically, this study examines the role of local network leadership for promoting more effective interactions between local and external responders during wildfire disasters. The role of network leadership during disasters was examined in the context of large scale wildfires in the Western United States that occur in the wildland urban interface (WUI). The WUI encompasses the areas where communities are located in or adjacent to wildland forested areas, leaving them vulnerable to threats from wildfire. Findings are based on field observations, interviews, and survey data on 22 large scale wildfires in the WUI. Findings illuminate how certain actors within local networks can serve to broker the relationship between local and external responders, leading to more effective incident response outcomes. Contribution of the Study for Conference Theme and the Development of Community Psychology. The theme for this year is Community Psychology in the Context of Crisis and Social Exclusion. We propose this paper for inclusion in the Public Policy Axis which is organized around social and public policies on social issues that confront the world. We position our work within the broader discussion related to these two themes. Specifically, we argue that vulnerability to disasters for local communities is not isolated to the physical threat of the event. Arguably, an equal threat exists to the social, cultural, institutional, and political systems that are impacted by not just the event – but also the intervening forces that reshape the community during the response and recovery phases. As such, it is imperative that we gain a greater understanding of the capacities that allow local communities to be architects of their recovery rather than simply the object of it.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

"I thought it would be easier when I decided to come...": social and professional integration experience of skilled migrant women in Switzerland

Juliana Nunes Moreira, University of Lausanne, Marie Santiago-Delefosse, University of Lausanne

Recent studies on professional migrant women indicate a tendency for career damage. In Switzerland, there are more skilled migrant women (27,3%) than skilled Swiss women (15,5%). Still, migrant women have the highest unemployment rates and earn less than locals. In fact, many researchers claim that gender and origin are considered as a double handicap in the labor market. In addition, there are several contradictions on migration policy in Switzerland, which impact directly on migration and integration conditions for this population. However, even though many researchers have investigated the « deskilling power » of migration, there are very few studies investigating the subjective experiences of this population. Purpose: From a psychological perspective, the experience of skilled migrants in this context involves multiple transitions, such as foreign language learning, job seeking and changing social status. These women's experiences should be studied taking into consideration the interdependency between subjectivity, intersubjectivity and context (cultural, economical and political). This qualitative study aims to investigate the meaning of the immigration experience from participants' own frames of reference in order to identify their integration strategies and the subsequent impact on self-image and social relationships. In our neoliberal society, the ability to work and be productive are core values. The notion of deskilling in this context is not innocuous and may influence one's identity and self-worth. Methodology: We conducted 30 semi-structured interviews with two groups of migrant women living in the French speaking part of Switzerland: skilled women who migrated through the invitation of an international company and skilled women who migrated and had to find a job by themselves. Data is being analyzed by thematic analysis (Nvivo and Iramuteq). Results: First results indicate that the participants do not recognize themselves in social discourse. They claim that they are supposed to accept under qualified jobs to prove their expertise. This experience might have an impact on their self-esteem and motivation to integrate into the local community. Nevertheless, national policies are mainly focused on assimilation strategies for integration instead of recognizing these population's needs and an efficient way to value their specific skills. There is a gap between participant's resources and immigration policy measures. Conclusion: We believe that a clearer understanding of these women's motivation and self-protection strategies might help in the elaboration of better policies and in the empowerment of migrants. Results of this research are expected to contribute to the development of more precise integration strategies and to improve migrants' and local community's well being.

“Do outro lado”: os processos de inclusão/exclusão dos (ex)-moradores de rua na cidade de Florianópolis”.

Alessandra Ferreira da Silva, Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis - CESUSC, Marcela de Andrade Gomes, Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis (CESUSC)

No espaço contemporâneo, temos nos deparado com diferentes grupos sociais que se encontram incluídos de forma perversa na sociedade, os quais se encontram em situação de uma multiplicidade de riscos, vulnerabilidades e violências que acarretam em um sofrimento psicossocial. Diante deste cenário, a atuação do psicólogo, seja no âmbito da pesquisa ou na intervenção, nas políticas públicas e sociais, tem se revelado como um importante protagonista em prol de ações que venham prevenir e minimizar a pluralidade de formas de dominação e opressão. A partir do interesse de conhecer e ampliar a compreensão sobre os aspectos psicossociais que constituem sujeitos que estão ou estiveram em situação de rua, este trabalho buscou investigar os processos de significação elaborados por estes sujeitos frente a si mesmos, ao outro e ao contexto onde estão inseridos. A partir do olhar da Psicologia Sociohistórica, buscamos conhecer quais os sentidos que estes sujeitos atribuem às suas vivências antes, durante e após morarem na rua. Recorremos ao uso da entrevista aberta e semi-estruturada com três sujeitos que, no momento da entrevista, estavam abrigados em uma casa de apoio da cidade de Florianópolis. Em linhas gerais, podemos perceber que estes sujeitos sofrem, cotidianamente, uma pluralidade de formas de violência, sendo alvo de preconceitos e discriminação. Além disso, foi possível perceber uma relação intrínseca da rua com a dependência química, algo já presente na história familiar do sujeito antes de ingressar na situação de rua, onde a droga e a rua se revelaram como instrumentos e espaços de fuga e acolhimento para conflitos anteriores (desemprego, violência doméstica, conflitos familiares, alcoolismo, dependência química...). Em termos subjetivos, notamos um forte sentimento de desamparo e solidão por, fundamentalmente, terem rompido seus vínculos afetivos (familiares e amigos). A casa de apoio foi significada de forma extremamente positiva, pois, neste espaço, sentiam-se respeitados e acolhidos, revelando-se como um espaço potencializador de transformações e buscas de novos caminhos para suas existências. Por fim, destacamos que estudos como este nos fornece dados empíricos para ampliarmos nosso olhar sob os grupos sociais que, atualmente, são alvos das políticas públicas e sociais, e, com isso, nos auxilia a qualificar a gestão e execução das ações do Estado. Em síntese, entendemos que este estudo vem contribuir de maneira significativa para aprofundarmos o debate sobre as políticas da assistência social, em especial às destinadas aos moradores de rua, bem como as políticas públicas no campo da saúde que vem elaborando estratégias de prevenção e tratamento para a dependência química.

A construção da identidade dos moradores de zonas rurais diante do fenômeno da seca

Doriane Prado Mouta Bezerra, Faculdade Luciano Feijão, Luciany Sousa Nascimento, Faculdade Luciano Feijão

O trabalho que se descortina a seguir é resultado de uma pesquisa qualitativa realizada na disciplina de Projeto de Pesquisa I do curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Luciano Feijão. O intuito da investigação é analisar, à

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

luz da Psicologia Social Comunitária, as condições de vida de pessoas que estão vivenciando situação de seca, seu modo de ser e de enfrentamento, além do sentimento de pertença ao lugar onde construíram relações afetivas e se constituem como parte do ambiente. Acredita-se que os eventos e desastres ambientais afetam significativamente o comportamento humano, assim, há consideráveis influências sociais no sujeito, que se constitui a partir da trajetória construída por ele e seus antepassados ao longo dos anos. Para tanto, tomamos como referencial teórico Milton Santos (1998), Silvia Lane (1995), Favero (2006), Góis (2003, 2005) e Montero (2004) apoiando-nos na compreensão da construção da identidade do sujeito. Foram consideradas questões como: o clima, situação socioeconômica, resiliência, sentimento de pertença, relações sociais e afetivas, o trabalho, a família, a terra, a migração, dentre outros como aspectos relevantes da vida em situação de seca. Contudo, o foco da pesquisa se dá a partir da identidade e da concepção que esses indivíduos têm deles mesmos. Têm-se como pressupostos da pesquisa que os habitantes das regiões secas não são meros sujeitos passivos de uma realidade posta, são sobreviventes diários de uma vida regrada, simples e privada de condições básicas para viver. Acredita-se que a compreensão das implicações da seca permitem o mapeamento de possibilidades de intervenção no sentido de promover melhores condições de vida. Desse modo, as políticas públicas poderão vir a contribuir em situações de emergência, bem como a superação dos problemas socioeconômicos e ambientais. Os resultados desta pesquisa apontam os fatores geradores das problemáticas, que se apresentam de diversas formas, englobando questões que vão desde aspectos relacionados à economia, política, religião, cultura, estereótipos e até mesmo autoimagem. Há indicadores de que o sentimento de pertença e a identificação com o solo favorecem para que os indivíduos que vivem a realidade da seca adquiram maior resiliência e sejam capazes de enfrentar as problemáticas que são expostos. Como afirma Favero (2012), essas pessoas, mesmo em sofrimento, aceitam o desastre com maior facilidade do que quando é ocasionado por erros humanos. Desse modo, considera-se a importância de se conhecer a figura do sertanejo, sua cultura, seu conhecimento e identificação com a terra como uma forma de romper o círculo vicioso da pobreza e promover o crescimento humano e desenvolvimento local.

As Implicações dos Estilos Parentais no Desenvolvimento Infantil

Eliane Ribeiro Magalhães de Sousa Fortes de Melo, Ceuma, Lívia Maria Guedes de Lima Andrade, Ceuma

O desenvolvimento da personalidade na infância, possui uma estreita conexão com o estilo educativo dos pais, projetando uma realidade psicológica de acordo com o ambiente familiar, ou seja, a relação que os pais estabelecem com seus filhos desde os primeiros anos de vida e isso tem sido verificado como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento infantil, influenciando de forma positiva ou negativa nas questões emocionais e sociais da infância, refletindo-as na vida adulta.

A psicologia e as demais áreas de conhecimento científico, tendo o homem como seu objeto de estudo, vêm trabalhando para compreender os determinantes do surgimento do comportamento pró-social e antissocial na infância e adolescência, mas focando no período que vai até os 12 anos,

comprovando a afetividade assertiva nessa idade cronológica. Cada vez mais se confirma a importância da estrutura familiar (em uma dimensão de afeto e responsabilidade) na formação do repertório comportamental que o sujeito carrega por toda a vida. Em várias abordagens, percebe-se o encontro dessas teorias como um conjunto de práticas saudáveis para as habilidades das crianças perante ao mundo. Objetivo: Relacionar os estilos parentais (democráticos, autoritários, permissivos e negligentes), já pesquisados por diversos autores, com as habilidades sociais e afetivas das crianças, correlacionando as práticas de desenvolvimento educacional com as possibilidades de capacidade interpessoal infantil. Como extensão, tem-se como objetivo discutir esse tema em círculos de pais interessados em sua relação com a educação familiar em escolas de várias comunidades, consonando com os educadores um diálogo coeso e democrático. Metodologia: A pesquisa fundamenta-se na teoria de diversos autores dentro de um mesmo desenho da prática parental e na elaboração de questionários, cartilhas e rodas de conversas em escolas públicas, ampliando o conhecimento da importância desse convívio familiar, mostrando a relevância da qualidade da relação pais-filhos no desenvolvimento das crianças que influenciará na assertividade psicossocial e emocional de seus filhos. Resultados: Os estudos mostram que as crianças educadas por diferentes estilos de comportamento dos pais diferem no grau de competência social. Maior assertividade e maturidade, autonomia e responsabilidade social, todos esses aspectos investigados nas crianças foram associados com o estilo parental. Tais estudos sugerem a flexibilidade dos pais para ajustar suas formas de se relacionar com seus filhos, que lhes proporcionem apoio afetivo, comunicação, favorecimento da autonomia e informação, permitindo-lhes desenvolver atitudes úteis em situações de risco. Então, julga-se de fundamental relevância o envolvimento positivo dos pais para o desenvolvimento socioemocional de suas crianças. As práticas parentais inadequadas (conflitos, violência, coerção, falta de diálogo) constituem fatores de risco para o desenvolvimento infantil, intensificando a baixa autoestima e a vulnerabilidade a eventos ameaçadores externos ao ambiente familiar, criando distorções na personalidade infantil. É de extrema importância a aplicação desse tema em palestras e bate-papos na comunidade de forma mais ampla, mas, principalmente, na escola, já que ela absorve a tarefa de promover um ambiente crítico e social, com troca de valores assertivos entre alunos, educadores, família e comunidade.

As Perdas de um idoso institucionalizado e suas consequências

Jaqueline Cristina da Silva, UNIMEP

A população de idosos tem crescido consideravelmente nos últimos anos, podendo quadruplicar até 2060, representando $\frac{1}{4}$ da população de brasileiros. Sendo assim, considera-se vital abranger o olhar para a questão de saúde pública. Uma das bases para estruturar um diálogo é a psicologia comunitária, que desenvolve intervenções em paralelo com as comunidades, objetivando melhorar as condições psicológicas dos indivíduos que nelas convivem, inclusive a dos idosos. Com a idade avançada o ritmo de vida do sujeito se transforma, presenciando a fragilidade física e conseqüentemente emocional, evidenciando as perdas relacionadas à idade avançada. Posto isso, é nítida a necessidade de cuidados específicos advindos de uma equipe de saúde, proporcionando maior

qualidade de vida nessa fase. Para tanto, a instituição de idosos torna-se um dos destinos de muitos deles, por ser capaz de oferecer os cuidados específicos exigidos. Porém, toda instituição possui caráter fechado, levando o sujeito a vivenciar um processo de mortificação do eu, podendo intensificar ainda mais o sofrimento do indivíduo idoso. Objetiva-se, por meio de um estudo de caso, identificar as possíveis perdas de um idoso institucionalizado, e as consequências. Tratou-se de um estudo qualitativo descritivo com enfoque psicanalítico, baseando-se na escuta, na observação e na intervenção junto a uma idosa de 91 anos. O estudo ocorreu em uma instituição de idosos, localizada no interior de São Paulo, no período de junho de 2010 a julho de 2011. Das ferramentas: associação livre, holding, interpretação e música. Foi possível presenciar situações de perdas em que a idosa se encontrava, sendo essas: perda do cônjuge, perdas sensoriais - síndrome de minière e catarata - e perda do convívio familiar. Das consequências: isolamento social, vivência intensa da solidão, chegando a somatização, e perda da identidade. Com o desenvolvimento do trabalho a idosa pôde sair da pulsão de morte e experimentar aspectos da pulsão de vida, saindo do quarto onde sempre se encontrava, fazendo caminhadas, buscando interagir com as outras idosas ao participar das refeições fora do leito, além de conseguir restaurar sua identidade por meio de atividades no acompanhamento psicológico semanal. A idosa passou a lidar melhor com as situações de perda em que se deparava. Além disso, foi possível perceber as dificuldades dos cuidadores em estabelecer contato direto com o idoso nas circunstâncias descritas. Assim, percebe-se que as perdas que um idoso sofre em sua vida são reais, o que torna essencial a presença de uma equipe que cuide, não apenas acolhendo como também fazendo uso da potencialidade desse idoso, mesmo que limitado. Porém, a falta de conhecimento gerontogeriátrico pode intensificar as angústias presentes nesses sujeitos. Portanto, nota-se a necessidade de capacitar os cuidadores de idosos sobre as perdas e consequências possíveis relativas a essa idade, por meio de projetos educacionais, de incentivo governamental, voltados ao sujeito cuidador.

Avaliação da disponibilidade de médicos na Estratégia Saúde da Família cearense

Cynthia de Freitas Melo Lins, UNIFOR, Mara Aguiar Ferreira, UNIFOR, Mateus Estevam Medeiros Costa, Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel, Universidade de Fortaleza

A Estratégia Saúde da Família (ESF) configura-se como a porta principal de acesso à Atenção Básica do Sistema Único de Saúde. É, portanto, o eixo estruturante das políticas públicas de saúde, inspirado em modelos internacionalmente bem sucedidos. Reconhece-se, todavia, na sua realidade operacional diversos entraves que perduram nos seus 20 anos de atuação, a destacar a ausência de médicos nas Equipes de Saúde da Família (EqSF). Como consequência, são constantes as denúncias de mídia e comunidade acadêmica sobre a quantidade insuficiente de médicos para a demanda preconizada: 1 médico/3 mil usuários. Na tentativa de mudança, foram criados o "Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica" - PROVAB (em 2011) e o "Programa mais médicos" (em 2013), com o objetivo de atrair médicos para atuarem na ESF e minimizarem essas lacunas nas EqSF. Programas que geram conflitos de interesses e opiniões divergentes, mas ainda carentes de avaliações sobre seus reais resultados. Como consequência, observa-

se a necessidade do diálogo entre a Psicologia Comunitária e as políticas públicas e sociais, numa atuação multidisciplinar na efetivação de pesquisas de avaliação dos serviços e programas que sirvam como instrumentos de feedback no seu aprimoramento. Defende-se, pois que os psicólogos teriam muito a acrescentar em tal tarefa, pois são conhecedores de conteúdos sobre relações intergrupais, crenças coletivas, atitudes, comportamentos individuais e grupais, relações de trabalho. Objetivo: Respaldo nessa assertiva, a presente pesquisa objetivou avaliar a disponibilidade de médicos nas EqSF em todas as cidades do estado do Ceará. Metodologia: Através de uma pesquisa descritiva e exploratória foi realizado um levantamento nas bases de dados do CNES por estabelecimento e por equipe das 184 cidades do estado. Resultados: Os resultados foram tabulados em dois bancos de dados (por cidade e por profissional) e foram analisados por meio de estatística descritiva, com auxílio do pacote estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) for Windows versão 20.5. Entre os resultados, observou-se que existem no Ceará 1.786 Unidades de Saúde da Família (USFs) com 2.126 equipes, onde atuam 2.405 médicos. Contempla-se que desse total de médicos, 1.311 médicos (54,5%) possuem contratos convencionais, 628 (26,10%) são bolsistas do PROVAB, 461 (19,20%) são bolsistas do "Programa Mais Médicos" e 5 (0,20%) são médicos residentes. Ou seja, 45,30% (1.089) dos médicos são procedentes dos programas. Identificou-se ainda que, em média, cada médico é responsável por 2.865,13 usuários (DP=886,20); em valores que variam entre 1.136,88 e 7.051,00. Identificando-se, portanto, que 63 cidades (34,24%) apresentam quantidade insuficiente de médicos. Conclusão: Pode-se concluir o investimento maciço do governo nos dois programas e a quantidade ideal de médico na maioria das cidades (65,76%). Reforça-se ainda a necessidade de atrair mais médicos para a ESF, na busca da oferta de profissionais em quantidade suficiente para atendimento universal da comunidade.

Capacitación multimedial en orientación alimentaria para comunidades rurales y suburbanas de México

Maritza Alejandra Amaya Castellanos, Instituto Nacional de Salud Pública

México atraviesa por una transición nutricional caracterizada por la modificación de patrones de alimentación y disminución de la actividad física. Se sabe que menos del 30% de la población mexicana ingiere la cantidad adecuada de verduras y frutas y que aproximadamente el 20% del consumo de energía proviene de la ingesta de bebidas azucaradas. Esta situación exige incentivar la adopción de hábitos de alimentación que tiendan al consumo adecuado, posible mediante la educación nutricional, a través de mensajes simples y claros sobre alimentación correcta. Objetivo. Diseñar un modelo de capacitación en orientación alimentaria dirigido a miembros de la comunidad de áreas rurales y suburbanas, compuesta por Consejos Comunitarios, y a responsables de capacitación estatal y supervisores operativos del Programa de Abasto Rural de Diconsa (abastece productos básicos y complementarios y mantiene un plan permanente de capacitación en localidades de alta marginación) que contribuya a mejorar el consumo de alimentos. Metodología. La capacitación se fundamentó en la Pedagogía Masiva Multimedial y el Modelo de Comunicación para el Desarrollo. Se creó un Paquete Pedagógico compuesto por 3 videos, relación interpersonal, material impreso y prácticas, para facilitar el aprendizaje y apoyar la tarea del facilitador. Se trató

de un proceso colectivo de aprendizaje que permitió el intercambio de saberes y la realización de prácticas en conjunto. En su elaboración los participantes apoyaron en la determinación de los contenidos de los videos y materiales impresos, definiendo como ejes temáticos: Alimentación correcta para una vida saludable, Alimentación materno infantil y Elecciones saludables y gasto familiar. La réplica del modelo de capacitación se realizó en cascada, con un componente de multiplicación horizontal como estrategia de participación grupal, evaluado y supervisado. En total participaron 399 personas entre responsables de capacitación estatal, supervisores operativos y participantes de la comunidad de los estados de Sonora, Hidalgo, Oaxaca y Chiapas en México. Resultados. Se observó un cambio positivo en los conocimientos sobre alimentación y nutrición en todos los niveles de capacitación, principalmente en la red social. Los responsables de capacitación estatal demostraron tener conocimientos previos sobre el tema y buen desempeño como facilitadores, mientras que los supervisores operativos, quienes impartieron la capacitación a la red social, mostraron compromiso en la replicación del modelo, que reveló ser viable y novedoso para la población beneficiaria. Conclusiones. La capacitación multimedial y la educación nutricional promueven procesos de cambio y desarrollo comunitario a través de la toma de conciencia y la puesta en práctica de acciones que producen cambios positivos en la salud. Con ésta pueden superarse las dificultades de dispersión, analfabetismo y multilingüismo característicos de las poblaciones de alta marginación. Este tipo de iniciativas requieren no solo de la organización y la participación comunitaria, sino del trabajo sólido entre equipos multidisciplinarios e intersectoriales para sobreponerse a la pobreza alimentaria y contribuir a mejorar el estado de salud de las comunidades. Es vital sensibilizar a gobiernos, comunidad científica y grupos sociales acerca de la urgencia del intercambio social y comunitario para alcanzar la transformación de la realidad, lo cual implica compromiso y solidaridad.

Diversidade escolar: A Amizade Fortalecendo os Vínculos Afetivos

Lélia Viviane Dantas Fernandes de Pontes, Universidade Potiguar, Vânia Aparecida Calado, Universidade Potiguar

O presente trabalho justifica-se pela importância da integração da comunidade local, unindo e fortalecendo os laços de amizade, contribuindo para o desenvolvimento do trabalho pedagógico que considere a diferença entre os sujeitos e busque a melhora da qualidade da educação. Enfatiza-se que o mundo atual e as relações cotidianas propiciam ao distanciamento das relações pessoais, estando, desta forma, relacionada a temática da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária. Este trabalho relata a experiência de estágio através da disciplina Estágio Básico em Psicologia e Processos Educativos, realizado numa Escola Estadual, localizada em Natal, Rio Grande do Norte, durante o segundo semestre de 2013. A queixa escolar referiu-se a um conflito envolvendo os alunos do terceiro ano do ensino fundamental, os pais e a equipe dos professores, tendo como principal causa um aluno com suposto diagnóstico de transtorno global de desenvolvimento. O objetivo do estágio foi promover uma intervenção para proporcionar o fortalecimento de vínculo através dos laços afetivos entre alunos, profissionais e pais, favorecendo a diminuição de conflitos existentes na instituição por meio de estratégias democráticas. A metodologia consistiu na

observação participante, que envolve a observação da dinâmica escolar, a coleta de informações através de entrevistas, dinâmica de grupos e rodas de conversas desenvolvidas durante sete visitas à instituição. Primeiro, foi realizada reunião com os pais dos alunos, além de reuniões individuais com os pais da referida criança; outro encontro foi agendado ao final das visitas de estágio para a devolutiva. Na intervenção com as crianças foram trabalhadas as diferenças e a relação de amizade, diálogo, respeito à diferença, por meio de atividades lúdicas como brincadeiras, exibição de vídeo infantil, pintura e desenho na folha de papel e posterior roda de conversa. A intervenção com os profissionais aconteceu a partir de reuniões para promover reflexões, com o propósito de pensar coletivamente em estratégias mais democráticas. Ainda com a equipe, foi realizada a devolutiva na última visita, quando foram abordadas as atividades desenvolvidas na escola e exposta a percepção observada durante as visitas, com especial destaque às estratégias democráticas utilizadas pela coordenação pedagógica e pelo professor do terceiro ano na resolução dos problemas, pois tiveram como resultado a diminuição dos conflitos em sala de aula e entre os pais, além da melhora do processo de ensino e aprendizagem, com maior participação dos alunos. Esse método proporcionou momentos de escuta, acolhimento, reflexão e problematização da demanda apontada com os participantes. Por fim, ressalta-se que a intervenção teve como foco deslocar a queixa inicial que culpabilizava e individualizava um aluno e sua família, para a comunidade escolar que enfrentava dificuldades de trabalhar com as diferenças por meio do diálogo, do acolhimento e de estratégias democráticas. O resultado foi uma melhora significativa das relações pessoais, dos laços afetivos dos alunos, pais e profissionais, além de propiciar o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem.

Inserção de jovens no mercado de trabalho: A Lei da aprendizagem e suas repercussões

Deyze da Silva Ferreira, UFRN

A centralidade do trabalho no mundo atual abrange importantes aspectos econômicos, culturais, psicológicos e políticos. Tais aspectos demandam constantes reflexões acerca do significado e das repercussões que o trabalho assume na sociedade e na vida das pessoas, quer estejam sendo introduzidas no mundo do trabalho, quer estejam em processo de afastamento ou aposentadoria. Pensando sobre a primeira experiência profissional é possível elencar diversos eixos essenciais que constituem esse cenário. Adolescentes e jovens, considerados pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, são introduzidos no mercado de trabalho sob a égide da Lei nº. 10.097/2000 – também conhecida como Lei da Aprendizagem, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Com o objetivo de entender melhor as prerrogativas da legislação atual e problematizar as iniciativas de formação profissional oriundas desse contexto, esse trabalho propõe uma discussão teórica sobre a inserção do jovem “aprendiz” no mercado profissional formal, a partir de uma retrospectiva das Políticas Públicas de Trabalho e Renda pensadas para essa população. A discussão foi pautada em questionamentos acerca da compatibilidade do trabalho com as especificidades dessa fase de desenvolvimento, do processo de aprendizagem prática e o contexto laboral, do trabalho enquanto agente de controle social a partir da reprodução de sua imagem enquanto disciplinador, bem como, do significado que ele assume na

vida desses jovens a partir de perspectivas de empoderamento ou de alienação. Através de revisão da literatura foi possível congregiar informações relativas à centralidade do trabalho e a sua importância enquanto elemento decisivo na construção da identidade humana, às particularidades da fase de desenvolvimento que compreende a adolescência e as juventudes, assim como à mudança da legislação e às principais características dos programas de formação profissional. Como resultado desse estudo foi possível observar que para o jovem “aprendiz” o trabalho pode ter inúmeras implicações positivas quando propicia aprendizagem e desenvolvimento, sendo assim, revestido de significado; ou pode trazer impactos negativos caso seja executado em condições desfavoráveis, sejam elas ambientais, físicas ou psicológicas. Outros aspectos relevantes para a discussão foram: o processo de disciplinamento pelo qual o jovem passa para se adequar ao perfil profissional requerido pelo mercado (multifacetado, flexível, resiliente); o retorno financeiro que permite um maior poder de consumo a esse jovem; a aprendizagem advinda da primeira experiência profissional; e a possibilidade de efetivação na empresa em que desenvolveu seu contrato de aprendizagem. A partir desse levantamento conclui-se que a legislação vigente apresenta um avanço na garantia de direitos aos jovens “aprendizes”, pois explicita obrigações do empregador quanto ao processo de aprendizagem dentro e fora da empresa. Porém, não há grandes mudanças no que concerne à essência da política que permanece prioritariamente assistencialista, já que não busca promover a construção de raciocínio crítico desses jovens. Eles moldam-se às exigências de mercado, submetendo-se por vezes à realização de atividades laborais distintas daquelas ensinadas na teoria.

Interação de pais, alunos e professores na Escola Sérgio Luis Henn: compromisso com a aprendizagem

Camila Carvalho Cavalcante, IESPES, Taynara de Aguiar Sousa, IESPES

O PI é um Projeto Interdisciplinar que faz parte do projeto pedagógico do Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), no qual, os acadêmicos desenvolvem atividades em um dos bairros da cidade de Santarém – Pará durante todo o período acadêmico. Estas ações estão atreladas ao eixo temático de cada semestre, portanto, além de envolver o acadêmico em ações de responsabilidade social, proporciona aprendizado, posto que, este, com o apoio e orientação dos professores, colocam em prática os conteúdos ministrados em sala de aula. O bairro em que se desenvolveu o trabalho foi o da Matinha, na escola pública Sérgio Luis Henn, em que a presença da psicologia e o fazer do psicólogo foram essenciais. Teve o objetivo de integrar pais, professores e alunos no processo de aprendizagem. Sendo assim, foram realizadas três intervenções. A primeira foi elaborada em dois momentos: primeiro, um teatro foi produzido pelos acadêmicos para os alunos, demonstrando o cotidiano em sala de aula, com cenas corriqueiras fazendo uma correlação com o futuro e suas consequências ressaltando a inclusão escolar, já que a escola apresenta um aluno portador de Síndrome de Down e outro com deficiências na fala e salivação; e o segundo, reunião com os pais e uma psicóloga, no entanto, apenas três mães compareceram. Para convidar mais participantes houve divulgação com a utilização de folder, anúncios na rádio do bairro e avisos orais, no qual os acadêmicos se caracterizaram com perucas coloridas para atrair a atenção das crianças. Ocorreram sorteios de brindes, como

bolsas escolares e modem. Na segunda intervenção realizou-se a casinha de leitura com os alunos, incentivando a leitura, em que cada aluno escolheu um livro para ler e em seguida apresentá-lo. Posteriormente, teve mesa redonda entre os professores, em que puderam expor as dificuldades que enfrentam com relação aos alunos, assim como, a metodologia que utilizam em sala de aula. Para isso, tiveram o auxílio de uma dinâmica incentivando o trabalho em equipe. Na intervenção seguinte resolveu-se abordar a temática da Violência Infantil, com uma roda de conversa liderada pelos acadêmicos sobre as Reflexões acerca da Violência, desenvolvendo uma dinâmica de integração “Paz, Amor, Educação” e a encenação com fantoches juntamente com o áudio do vídeo “Brasil, Contra a Violência Infantil”. Os resultados obtidos demonstraram que uma das principais dificuldades é a ausência dos pais nas palestras e intervenções, pois se esperava aproximadamente 50 pais e compareceram somente 3; e a resistência por parte dos professores e direção da escola em participar das intervenções. Os alunos participaram com entusiasmo das atividades e expressaram o desejo de mais intervenções, demonstraram sua afetividade através de abraços e distribuição de desenhos para os acadêmicos.

Interfaces entre Psicologia Comunitária e prevenção do suicídio: vivências em um Hospital Geral.

Marisa de Medeiros Ferreira, Universidade de Brasília, Raíra Cavalcanti Guimaraes, Universidade de Brasília, Victor Costa Wichrowski, Universidade de Brasília

A partir da experiência de um ano de estágio supervisionado em psicologia na área de intervenção em crise, sobretudo em tentativas de suicídio, no pronto-socorro de um hospital geral do Distrito Federal, perceberemos a carência e, logo, a necessidade de reflexões acerca da prevenção do suicídio, políticas públicas e comunidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), suicidam-se diariamente em todo o mundo cerca de 3000 pessoas – uma a cada 40 segundos – e, por cada pessoa que se suicida, 20 ou mais cometem tentativas de suicídio. Contudo, estudos mostram que o suicídio pode ser prevenido. O objetivo deste trabalho é abordar a relação entre prevenção de suicídio e a psicologia comunitária. Para sua realização foram feitas revisões bibliográfica e documental relacionadas com a vivência do estágio. Fatores preponderantes de risco para tentativas de suicídio são afetos intoleráveis, os quais envolvem isolamento e situações de violência, além de histórico de suicídio na família ou comunidade, somado a depressão ou outras psicopatologias. Esses fatores podem ser agravados diante de negligências oriundas de mitos e tabus sobre suicídio. Tais elementos, bem como outras vulnerabilidades, foram percebidos pela equipe durante o estágio e, com isso, passamos a crer na possibilidade de prevenir tentativas, inclusive na comunidade, como defendido pelas Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio (2006), uma vez que este fenômeno é um problema de saúde pública que deve ser cuidado integralmente em todas as esferas de atenção, garantindo acesso a diferentes modalidades terapêuticas. A psicologia comunitária pode trabalhar no empoderamento social, facilitar na mediação de relações locais e problematizar temas que afetam a comunidade. Acreditamos, então, que a abertura de diálogo em rodas de conversa para elucidar mitos e preconceitos sobre suicídio poderia ser de significativo avanço na prevenção de

rótulos e exclusão de sujeitos que vivenciam uma crise suicida, acrescido do fato de que a existência de um canal de comunicação sobre o tema permite que pessoa possa procurar auxílio. Outras ações, como o fortalecimento das relações intercomunitárias e proximidade com os agentes locais, tanto da comunidade como de programas de atenção básica da saúde, podem ser de notável valia a fim de reduzir riscos e facilitar a identificação de casos de intervenção precoce. Compreendendo que o contexto de inserção social pode ser um ambiente de vulnerabilidade ou proteção e a rede de apoio social um fator de prevenção, tem-se a relevância da consideração comunitária na prevenção do suicídio.

O Saber- Fazer na intervenção psicossocial em CRAS/SUAS: Resignificando subjetividades no contexto das coletividades?

Aurely Rodrigues de Lima Macedo, ESUDA

A Psicologia como ciência e profissão evoca implicações e inquietações sobre seus modelos de práticas. Em 1968, as universidades no contexto de uma Psicologia acessível à população desfavorecida fazem uma reflexão crítica sobre o papel do psicólogo como contribuição a sociedade, e diante da crise da Psicologia no Brasil passam a questionar sua prática. Uma das questões apontadas que levaram a esta crise foi o movimento da antipsiquiatria "cujos conceitos deslocavam o problema de doença mental, para uma possível ação preventiva junto à maioria da população – pobre oprimida e desatendida pelo Estado" (Campos, 2007, p.18). Sob tal perspectiva enfatiza-se sobre a necessidade de diálogo sobre esta inserção e a práxis atual do psicólogo dentro das políticas públicas assistenciais brasileiras. Para isso busca-se um olhar sobre a relação dialógica do saber-fazer. Articulado entre o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, se propõe através da Proteção Social Básica uma intervenção voltada para uma maior e melhor acessibilidade dos indivíduos à Psicologia. Nos tempos atuais a palavra 'intervenção' vem sendo utilizada de forma frequente e ao mesmo tempo ausente de reflexões quanto à prática; logo se percebe um descompasso entre, uma fomentação para a atuação de psicólogos nos campos da intervenção psicossocial x ausência de reflexão a respeito dos aspectos teóricos, metodológicos e éticos em suas circunstâncias afins. Metodologia: Foram revisitadas as bibliografias e publicações da PNAS/2004 NOB/SUAS e do CREPOP, literatura acadêmica, nas áreas da Filosofia, Pedagogia, Psicologia Comunitária, para construção das possibilidades do Saber-Fazer. Objetivo: Contemplar a necessidade de convocação para reflexão da prática do psicólogo inserido no âmbito da Proteção Básica, do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, nas Políticas Públicas Assistenciais no Brasil. Resultados: A construção subjetiva do psicólogo é imprescindível nesta aquisição e reflexão do saber, isto gera novas práxis, e novas reflexões. Neste processo de novas práticas, vale salientar a articulação e envolvimento do saber acadêmico para a formação de profissionais comprometidos com a realidade social e aptos para desfazer as fronteiras que separam os saberes, buscando o diálogo. É importante ressaltar que todos os modelos de intervenção explanados neste artigo, apontam para crises antecedentes, ao olhar por esse viés, percebe-se que foram tais necessidades que proporcionaram uma interdisciplinaridade, gerando produção de conhecimento científico derivando novas produções de sentido junto à população. Conclusões: Questões sobre a identidade do psicólogo, perpassam à prática, trata-se de sua

angústia em não se enxergar fazendo psicologia no (SUAS) e o reducionismo na função de técnico social, fruto de uma anulação do seu saber psicológico. Esta temática nos leva a muitas reflexões e discussões, porém identifica-se nesta questão, parafraseando Nasciutti a construção de um fazer que vá produzir um novo saber.

O Sistema Único de Assistência Social e o Desenvolvimento das Comunidades

Anna Vanessa Ferreira Costa, Universidade de Fortaleza

No Brasil, antes da década de 30, as práticas assistenciais eram realizadas pela filantropia e pela caridade da Igreja, não havendo uma obrigação do Estado para com a população. A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a ser um benefício garantido por Lei. Em 2004, foi criado o Sistema Único de Assistência Social que, dentre outros objetivos, coloca como responsabilidade do Estado o acesso universal aos direitos da assistência social. Para atingir seus objetivos, o SUAS viabiliza várias ações a fim de reduzir e prevenir situações de vulnerabilidades social, surgidos em decorrência do ciclo de vida, da fragilização dos vínculos afetivos familiares e comunitários. Podemos perceber o quanto essas mudanças, na área de Assistência Social, modificaram a vida dos milhões de brasileiros que não tinham acesso a esse direito, promovendo o empoderamento e a autonomia dessas famílias, fazendo com que assim os objetivos da Psicologia Comunitária possam ser alcançados. Objetivo: Realizar uma pesquisa bibliográfica através de trabalhos publicados sobre o Sistema Único de Assistência Social e como ele auxilia no desenvolvimento das comunidades. Metodologia: O procedimento metodológico utilizado para a investigação empírica do objeto de estudo constituiu-se de um levantamento através da pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e exploratório. Quanto às fontes de informação utilizamos o método da pesquisa bibliográfica. Os resultados foram obtidos através da análise de pesquisas de avaliação dos programas realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resultados e Discussão: O Brasil apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, só sendo superado por poucos países, mas essa realidade vem mudando com o impacto do Sistema Único de Assistência Social na realidade brasileira. O Programa Brasil Sem Miséria mudou a realidade da população da extrema pobreza. Ao transferir renda a essas crianças e jovens, o governo contribui para que possam se alimentar melhor, permanecer na escola, escapar do Trabalho Infantil e desenvolver sua capacidade de aprendizado, mas o impacto definitivo e estrutural desses programas vão além da renda. Diz respeito a uma geração inteira que, por conta das condicionalidades dos programas assistenciais, quebram o círculo de ferro da miséria pela via da educação. Além de melhorar na qualidade de vida da população, os programas assistenciais mexem com a economia local, fazendo com que ela possa se desenvolver, e fazendo com que os valores distribuídos com os programas possam voltar para o governo na forma de arrecadação de tributos.

Processo de constituição e fortalecimento da identidade de mulheres negras rurais

Andressa Santos de Goes, Universidade Federal de Alagoas, Flávia Regina Guedes Ribeiro, UFAL

Este trabalho aborda uma experiência de projeto de extensão que propôs a partir da perspectiva Construcionista, realizar grupos educativos no formato de Oficinas Vivenciais com mulheres negras de uma comunidade rural, no sertão alagoano. Teve como objetivo facilitar o processo de ressemantização da identidade negra rural buscando conhecer os modos pelos quais a subjetividade expressa elementos identitários de resistência ao racismo e à discriminação. Foram conduzidos grupos de encontro, que através das práticas discursivas do cotidiano, foi possível abordar principais temas: a) Conhecendo as histórias de vida: objetivou conhecer as histórias de vida das participantes e resgatar a memória narrativa sobre a comunidade e, ao mesmo tempo, favorecer a criação de vínculos e a interação. b) Cantigas de trabalho como expressões identitárias: nos encontros onde foram abordados aspectos relacionados ao trabalho com a terra surgiram narrativas de memórias de cantigas de trabalho e canções populares. Nesses momentos, as participantes cantaram e rememoraram as canções e danças realizadas durante as atividades rurais e no cotidiano de um modo geral. Nesse sentido, foi possível esclarecer o “que é o fazer psicológico” numa comunidade rural, ainda estranho para as participantes do grupo, e compartilhar as histórias de vida de cada uma delas. Foram expressas as diferentes versões sobre a origem e ancestralidade do território criando possibilidades de ressignificados e de novos posicionamentos. As narrativas traduziram a ideia de que o trabalho rural é um elemento importante na constituição identitária dessas mulheres, especialmente as mais velhas: “Comecei a trabalhar com dez anos até cinquenta e cinco, me criei na enxada e criei meus filhos na enxada” (sic). Além disso, foi possível trabalhar o fortalecimento identitário do grupo e recordar aspectos culturais da comunidade por meio do registro das cantigas. Após os registros das canções em uma cartilha manual, elaborada pelas participantes com a ajuda das facilitadoras, foi proposta uma reflexão a respeito das letras das cantigas, de modo que todas lessem e comentassem sobre a forma como cada uma interpretava e produzia sentidos sobre as canções. Vale destacar, em especial, as polissemias relacionadas aos sentidos de negritude expressa em algumas canções que exaltavam a “cor morena”: “A cor da gente, não sei hoje minha fia, mas antigamente a cor morena era desprezada, não andava mais com nós” (sic). “Eu tenho orgulho da minha cor, eu acho bonito todas as cor, mas Deus me perdoe, mas eu não acho a cor branca bonita não”(sic). Nas canções, há a expressão dos repertórios “morena” e “cor morena” para falar da raça/etnia negra, podemos interpretar o uso desses repertórios como efeito do processo cultural de embranquecimento das culturas negras vivenciado pelas participantes como reconhecimento da discriminação/preconceito e como valorização da beleza negra, ainda que associada ao erotismo ou sexualidade: “eita, que pedaço de morena!”. Esta experiência lidou com o desafio da Psicologia adentrar a área rural e abordar modos de vida comunitário tradicionais, criando possibilidades para o delineamento das práticas psicológicas junto à formulação e implementação de políticas públicas cultural e etnicamente orientadas.

Psicologia Comunitária e o trabalho com grupo de idosas: qualidade de vida e autonomia social.

Flávia Regina Guedes Ribeiro, UFAL, Miriam Emanuela Lopes Silva, UFAL, Rodolfo Alisson da Silva, UFAL, Tamires Barbosa Da Silva, UFAL

Foi desenvolvido um projeto de intervenção como parte prática da disciplina Psicologia Social Comunitária. Neste projeto foram realizadas intervenções em um grupo de mulheres idosas, usuárias de uma Unidade Básica de Saúde do município de Arapiraca-AL. Objetivo: A partir da noção de cuidado em atenção básica de saúde, fazer refletir sobre alguns aspectos que influenciam na qualidade de vida e os fatores que proporcionam uma saúde com qualidade, bem como discutir sobre a autonomia social na terceira idade. Metodologia: O grupo se constitui com cerca de 20 idosos, a grande maioria assíduos às reuniões, os encontros aconteceram em uma sede na própria comunidade, onde foram realizados quatro encontros, nos quais foram desenvolvidos: rodas de conversa, que se destinavam a discussão das experiências de vida tanto pessoal quanto da participação no grupo, leitura e discussão de texto, além de oficinas artesanais como métodos interativos e para avaliação dos encontros. Para fundamentar nossa intervenção utilizamos os seguintes autores: Monteiro (2010), Campos (1996), Cardoso (2013), Agich (2013), entre outros. Resultados e Conclusões: O desenvolvimento das intervenções possibilitou uma maior reflexão sobre a importância dos vínculos na comunidade como forma de fortalecimento pessoal e coletivo. Além de compreender melhor os benefícios que esses vínculos trazem para a vida de cada sujeito, trazendo qualidade de vida e autonomia junto a seus grupos sociais. Isso foi evidente nos relatos feitos pelos participantes, quando descreviam suas vidas sem um objetivo, sem perspectiva de futuro, vivendo em função do marido e filhos, sem alguma atividade que as motivasse. Um dos depoimentos foi marcante e de certa forma foi um desabafo que todas compartilharam: "antes de ser viúva não era feliz, pois meu marido não deixava nem ir a igreja". Outra participante comenta quanto a inserção no grupo mudou sua vida "hoje me sinto útil, ao ouvir histórias aqui no grupo sinto que posso fazer muitas coisas" "hoje sou muito mais vaidosa". E na ação coletiva, compreendendo os diferentes modos de construção da autonomia e para a promoção da qualidade de vida, fato que contribui para uma atuação potencializada nas relações estabelecidas em comunidade. Essas intervenções proporcionaram reflexões acerca das histórias de vidas de cada um, tornando-os conscientes e livres para expressarem e contribuírem de forma ativa nas relações e construções em sua comunidade. Apesar das dificuldades encontradas na UBS, por conhecerem somente uma Psicologia tradicional clínica, buscamos demonstrar que a Psicologia também atua nas comunidades em grupos e com diferentes perspectivas e práticas. Foi com a prática que encontramos limites e desafios ainda a serem alcançados, alguns conquistados através da informação transmitida nas discussões na Universidade, outros foram trabalhados e compreendidos na prática e a partir de uma práxis contextualizada deram base para uma atuação comprometida, ética e responsável com os usuários das diversas unidades básicas onde necessitam da atuação da Psicologia Comunitária.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Reflexão sobre a atuação no Centro de Referência em Direitos Humanos – CRDH/Teresina, PI

Aline Gomes de Sousa Melo, Faculdade Integral Diferencial-FACID DEVRV,
Carlos Antonio Santos, FACID-DEVRV, Nayana Lopes Vasconcelos, Centro de
Formação e Aperfeiçoamento Profissional do Piauí

O Centro de Referência em Direitos Humanos – CRDH de Teresina-Piauí foi implantado pela crescente necessidade de uma política pública especializada em Teresina que desse atendimento imediato às pessoas com os direitos violados ou que vivessem em situação de risco e vulnerabilidade social. O CRDH atua, inicialmente, acolhendo-as em seu sofrimento através da escuta qualificada, orientação psicológica, jurídica e assistência social, articulando e encaminhando a outras políticas de competência e monitorando regularmente o andamento de cada situação, inserindo-se, assim, no paradigma da intersectorialidade que caracteriza os serviços de atenção básica. Objetivo: Refletir sobre as práticas da psicologia comunitária embasadas em políticas públicas de direitos humanos na realidade de Teresina-PI./ Sensibilizar a sociedade local para a necessidade de um olhar cuidadoso em suas relações com as pessoas em situação de vulnerabilidade social./Produzir conhecimento e gerar inquietações, permitindo trocas de experiências em direção a ações socialmente produtivas./Auxiliar na construção de uma comunidade comprometida com os direitos humanos./Avaliar os efeitos das práticas da psicologia comunitária junto às pessoas em situação de risco e políticas articuladas. Metodologia: A experiência foi vivenciada no Centro de Referência em Direitos Humanos-CRDH de Teresina, no seu espaço físico, onde é feita a escuta qualificada daqueles que procuram o serviço, dialogada com outros profissionais do CRDH para se chegar a melhor forma que atenda aos direitos de pessoas em situações de vulnerabilidade social e alivie o seu sofrimento com base nos Serviços Especializados para Pessoas que tenham seus direitos violados. Houve articulação com outras políticas públicas mantidas por instituições como os CRAS, CREAS, órgãos filantrópicos municipais que têm como objetivo o cuidado com o ser humano em sofrimento ou reabilitação, divulgação do CRDH através de folders, palestras, rodas de conversa, comemoração de datas importantes e monitoramento dos casos registrados e atendidos. Resultados: Desde a criação do CRDH-Teresina, em 2012, percebe-se um maior empoderamento das classes mais populares, dos seus direitos na busca de soluções e auxílio na resolução de conflitos, para que estas se libertem subjetivamente do sofrimento impetrado pela violência em suas múltiplas facetas. Conclusão: No mundo atual, permeado de mudanças, descobertas e transformações a psicologia comunitária se coloca como um conjunto de práticas capazes de auxiliar na estruturação de uma interface necessária às mudanças que possam contribuir para uma sociedade mais igualitária, caminhando lado a lado com o ser humano em suas necessidades de cuidado e atenção. Assim, a psicologia comunitária poderá descortinar novas formas de atuação com base em políticas sociais emergentes, como o CRDH e outras que vão se apresentando em função da evolução dos programas de proteção social. Dessa forma, concluímos que o CRDH assume a feição de diferencial relacionado à pesquisa e a ação, encarando novos desafios e criando novas perspectivas para a psicologia comunitária em suas práticas, e, assim, moldando-se às necessidades culturais e regionais de cada local onde foi implantado.

Reflexões sobre a prática psicológica no Sistema Único de Assistência Social

Letícia de Assis Araújo, Centro Universitário São Camilo

A Política Nacional de Assistência Social oficializa a presença de profissionais psicólogas/os na Assistência Social, com atuação, em âmbito nacional, nos Centros de Referência de Assistência Social e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social. Embora haja diretrizes para a atuação de profissionais de psicologia no Sistema Único de Assistência Social, é preciso questionar como estas são traduzidas em práticas. A atuação profissional em Psicologia nas Políticas Públicas de Assistência Social apresenta questões relacionadas tanto à recente inserção nesta política, quanto à ampliação do número de profissionais psicólogas/os no campo da Assistência Social (em serviços estatais ou conveniados) no que se refere a uma análise crítica da realidade social e política. Este trabalho tem o objetivo de compartilhar os resultados parciais de pesquisa de iniciação científica pautada nestes questionamentos. A motivação para esta pesquisa decorre da experiência de estágio na área de Psicologia Comunitária em que a pesquisadora acompanhou as atividades de um equipamento da Coordenadoria de Proteção Social Especial. O serviço não contava com profissionais de Psicologia e as estagiárias encontraram dificuldades de inserção na equipe, o que aumentou a curiosidade da pesquisadora acerca do papel de psicólogas/os na Assistência Social. Neste sentido, a pesquisadora se propôs a investigar as orientações teóricas e práticas de profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Assistência Social, a fim de entender se estas atuações cumprem o objetivo de ampliar a autonomia e garantir a convivência familiar e comunitária das/os usuárias/os dos serviços. A pesquisa é baseada no levantamento e análise das principais publicações e autores que se debruçam sobre a prática psicológica no âmbito das Políticas de Assistência Social e das publicações técnicas das Políticas Públicas de Assistência Social. Por tratar-se de pesquisa em andamento, serão apresentados os resultados parciais relacionados ao mapeamento das práticas atuais de profissionais de psicologia no âmbito das Políticas Públicas de Assistência Social. É possível apontar para um aumento recente na preocupação com este tema na literatura científica da Psicologia, porém ainda muito incipiente. Observa-se que, apesar de serem empenhados esforços para a compreensão da especificidade da atividade psicológica na Assistência Social, permanecem dúvidas em relação aos reais limites e potencialidades do papel desempenhado pela Psicologia no Sistema Único de Assistência Social. A pesquisadora entende que a Psicologia Comunitária pode contribuir para a prática na Assistência Social por tratar-se de uma Psicologia comprometida ético-politicamente, visando o protagonismo dos usuários dos serviços e a transformação da realidade. Por fim, tendo em vista a especificidade deste encontro, em especial em relação ao eixo temático, espera-se que este relato de pesquisa contribua para a reflexão e discussão sobre a atuação profissional nas Políticas Públicas de Assistência Social pautada na Psicologia Comunitária.

4.1

Eixo Políticas Públicas/
Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

Saúde do homem e o desafio da implantação de políticas públicas de gênero.

Regina Coeli Japiá Mota, Secretaria Municipal de Saúde/Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

Estudos comparativos referem que os homens são mais vulneráveis principalmente às enfermidades graves e crônicas, morrendo mais precocemente em relação às mulheres. Além disso, estes apresentam elevadas taxas de morbimortalidade, por não procurarem o sistema de saúde, em especial a atenção primária, o que conseqüentemente agrava a morbidade pelo atraso na atenção e maior custo para o sistema de saúde. A baixa procura pelos serviços de saúde públicos por parte dos homens aponta para uma relação com preconceitos, além da própria cultura patriarcal da sociedade, em que a mulher é vista como o sexo frágil e o homem o provedor, não podendo o mesmo adoecer. Estimulados pelas novas diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH, a Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas em parceria com as Unidades de Saúde da Família e movimentos sociais na comunidade do Prado mobilizou a criação do Grupo de Saúde do Homem na Unidade de Saúde da Família Durval Cortez, localizada em Maceió, com o objetivo de sensibilizar a população masculina para o autocuidado, a prevenção e promoção da própria saúde. A partir de reuniões semanais do grupo, em um espaço disponível na UBS que permitisse manter aos seus participantes acolhidos (ao ar livre embaixo de uma frondosa árvore), amenizando o ambiente de “lugar de doença” ao qual está ligado o estigma das Unidades de Saúde no imaginário popular. Neste período foram trabalhados temas de interesse dos homens, tais como câncer de próstata e pênis, alimentação saudável, atividade física, saúde bucal, prevenção às DST/AIDS, violência urbana e doméstica, cultura de paz e redução de danos, por exemplo, através de metodologias problematizadoras e ativas, tais como rodas de conversa e oficinas. Estipulou-se como meta inicial de implantação, um acréscimo de ao menos 6% na procura da população masculina pelos serviços de saúde, no entanto, houve uma superação da média de comparecimento e participação nos debates por parte dos homens da comunidade às reuniões, bem como o aumento da procura dos homens às consultas na UBS em 20%. Familiares também foram convidados por eles às reuniões apontando para um fortalecimento de vínculos familiares e para a motivação para o compartilhamento das discussões realizadas nas reuniões.

Sonhos e Expectativas: Refletindo sobre o futuro com catadores de materiais recicláveis sob a ótica da Psicologia Comunitária e da Educação Libertadora

Deyseane Maria Araújo Lima, Universidade Federal do Ceará, Natalia Lopes Braga, Unifor

A Psicologia Comunitária tem a concepção de ser humano como produto histórico-cultural, por isso com potencial para construir e transformar sua realidade, lutar por seus sonhos e seguir sua vocação de ser mais. Esta perspectiva assemelha-se aos estudos da Educação Libertadora de Paulo Freire, que entende o sonho como necessidade do ser humano em sua luta por uma vida melhor. Deste modo, esta pesquisa buscou conhecer sonhos e expectativas para o futuro de catadores de materiais recicláveis na percepção da Psicologia Comunitária e

da Educação Libertadora. Foi realizada uma pesquisa de campo qualitativa nas ruas de Fortaleza. Utilizou-se a metodologia “histórias de vida”, que permitiu aos participantes contar a sua história, refletir e avaliar seu percurso, compreendendo o seu sentido e podendo reaprender com ele. Contou-se com a participação de dois catadores, escolhidos sem distinção de idade ou sexo, sendo os participantes um homem, seu João, de 49 anos e uma mulher, dona Luiza, de 57 anos. Para análise dos dados, foi usado o método de “análise de discursos”, que pode ser descrito como uma análise da fala dentro de um contexto, que ajuda a compreender como as pessoas pensam e agem no mundo concreto. Os resultados desta pesquisa mostraram que falar de sonhos, desejos e planos para o futuro parece delicado para aqueles com quem a realidade foi sempre muito dura, cuja a vida já frustrou muitos projetos. Quando indagados sobre sonhos e expectativas para o futuro, os dois participantes ficaram em silêncio. Seu João teve dificuldades de pensar em algo que queria para o futuro. Já dona Luiza respondeu: “não sei, só Deus sabe! Sei nem se amanhã tô viva...”. Seu João, afinal, afirmou que gostaria de pedir uma ajuda a algum político para ajudá-lo a colocar uma venda. Já dona Luiza afirmou que sonhava que Gugu fosse à sua casa fazer uma grande reforma, pois assim sua vida se transformaria. Além disso, os dois catadores demonstraram o desejo de, no futuro, sair da catação e conseguir a aposentadoria. Conclui-se que a consciência mágica sugerida por Paulo Freire aparece aqui com bastante nitidez, demonstrando a dificuldade de formular planos concretos para atingir metas, como a casa e a venda, buscando a solução de alguns problemas em alternativas mágicas, que rapidamente resolveriam seus problemas. Os dois participantes apontaram para o futuro a possibilidade de sair do trabalho de catador, mas enquanto isso não acontece, os dois catadores vão resistindo com uma renda mínima, sem ajuda de políticas públicas. Esta pesquisa buscou reforçar o papel da Psicologia Comunitária como instrumento facilitador da construção de políticas públicas que valorizem os sujeitos e suas subjetividades. Além disso, reforça seu papel como meio de informação, sensibilização e instrumento de mudança por melhorias sociais. Ao trabalhar com sonhos, a Psicologia Comunitária tem uma valiosa força para impulsionar o crescimento humano, pois estes são fundamentais no processo de mudança e transformação social.

Visão Etnográfica de medidas socioeducativas no CECAL (Centro Educacional Dom Aluísio Lorscheider)

Dayse de Carvalho Forte, Universidade de Fortaleza

Este artigo teve como objetivo conhecer e analisar a instituição, os jovens, os profissionais do CECAL(Centro Educacional Dom Aluísio Lorscheider) um centro educacional de medidas socioeducativas acerca de adolescentes em conflitos com a lei. Trata-se de uma instituição estadual que atende adolescentes com idade entre 18 a 21 anos que cometeram atos infracionais de natureza grave. Composta pôr em média 150 adolescentes, do sexo masculino. A instituição tem como propósito maior inserir esses jovens novamente na sociedade, para que após o término do período de reclusão não venham a reincidir em novos atos infracionais. Nesta instituição eles são privados de liberdade até que seja cumprido seu período de internação, sendo assim cumpridas medidas socioeducativas. Participaram da pesquisa, diversos profissionais dentre eles enfermeiros, psicólogos, advogados, educadores e outros. Percebeu-se uma

atuação interdisciplinar entre os profissionais envolvidos no trabalho de apoio aos jovens do centro. Foi realizada, uma pesquisa qualitativa e utilizado o método etnográfico, e entrevista semiaberta. Abordaram-se questões referentes a quem são esses jovens, onde eles estão, como a psicologia comunitária pode ajudar esses jovens, o que os leva a tornar-se um socioeducando e quais os pontos de vista dos profissionais referente a ressocialização desses jovens. Os dados obtidos entre os profissionais entrevistados possibilitaram o entendimento de medidas de ressocialização que se assemelham às teorias encontradas e à realidade. Percebe-se a partir das concepções das entrevistas e observações, quem são esses jovens, qual trabalho é feito para que eles sejam reinseridos no seu meio social. Vimos que os profissionais da instituição trabalham em conjunto, e percebe-se os seus anseios e expectativas de sempre haver melhorias à instituição. Os dados coletados nas entrevistas, nos levaram a perceber que o adolescente deve ser tratado com respeito e dignidade. Durante nossa implicação dentro do CECAL, podemos verificar que a recorrência nas conversas, com os profissionais que o que leva o adolescente a cometer tais infrações é a vida desestruturada, sem autoridade, sem limite e principalmente com a inserção das drogas no âmbito familiar. Conclui-se haver necessidade de uma intervenção, nos lares e na comunidade em que esses jovens estão inseridos, visto que o desequilíbrio sócio-cultural destes são apontados por profissionais da área como principal causa do início do ato infracional.

"Quem trabalha nesta área tem que saber abraçar": um estudo sobre a afetividade da Psicologia Social Comunitária

Deyseane Maria Araújo Lima, Universidade Federal do Ceará, Paulo Marcelo Silva Rodrigues, Faculdade de Tecnologia Intensiva - FATECI, Vinícius Schueda Ramos, Universidade Tuiuti do Parana

A afetividade é um dos pilares das relações sociais. O estudo das relações sócio-afetivas do indivíduo com sua família e o sentimento de comunidade são conceitos fundamentais para a Psicologia Comunitária no processo de conscientização e transformação desse indivíduo. Este trabalho volta-se para as políticas públicas, pois conhecer o indivíduo como ser social auxilia na atuação e ampliação dessas políticas. O objetivo é relacionar a afetividade na perspectiva da Psicologia Comunitária à atuação da psicóloga no CAPS da Regional III, verificando a sua práxis. A metodologia do referido trabalho baseia-se na abordagem qualitativa com base na etnografia, em que se realizou observação participante no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Regional III, bairro Rodolfo Teófilo. Foi realizado entrevista semi estruturada com a psicóloga da instituição com enfoque na afetividade da Psicologia Comunitária, buscando observar o problema da reinserção dos usuários do CAPS na comunidade a partir de suas relações sócio-afetivas. Nos resultados, verificou-se que as relações afetivas dos usuários do CAPS com a comunidade possibilitam transformações no grupo. A atuação da psicóloga junto à comunidade possui caráter educativo e terapêutico, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas dos usuários. No discurso da psicóloga entrevistada, o seu 'cuidado' terapêutico mostrou que histórias e experiências de vida, as emoções sentidas e as relações sociais como causas que geram transtornos mentais nos usuários do CAPS. A psicóloga também comenta que sem a família, o seu trabalho terapêutico

se torna mais difícil. Não é toda família que é receptiva ao tratamento e, em certos casos, a visita da profissional à família do usuário, em seu domicílio, se faz necessário. É no trabalho terapêutico que se descobre se os transtornos psíquicos pelo qual sofre o usuário advêm das suas relações afetivas com a família. Em relação à comunidade, a psicóloga conseguiu chegar até ela, através de um trabalho multidisciplinar com as demais áreas do CAPS, auxiliando os usuários da instituição na elaboração e criação da Coopcaps, a primeira cooperativa desse tipo no Brasil. Além disso, no Carnaval, os usuários do CAPS participam de um bloco carnavalesco criado por eles, o 'Doido é Tu', que é bastante incentivada e elogiada pela psicóloga, pois ocorre o momento de confraternização entre usuários, famílias e comunidade. Essas atividades, realizadas pelos usuários do CAPS, transformam a sua realidade e a forma de ver o seu transtorno mental, que antes sofria de preconceito, passa a ser incluídos pela comunidade, e isso, graças a uma contribuição significativa no 'cuidado' terapêutico desenvolvido pela psicóloga do CAPS, que enxergou nas relações de afetividade dos seus usuários, uma porta para ir mais além do tratamento psicológico. Concluímos o trabalho afirmando que, a partir do discurso da psicóloga do CAPS, a afetividade da Psicologia Comunitária é relevante para a atuação profissional em Psicologia, pois facilita o processo de transformação social e de empoderamento dos sujeitos em relação à saúde mental, promovendo melhorias das condições de vida dos usuários, de suas famílias e da reinserção deste usuário na comunidade.

Efecto del desempleo sobre la salud mental mediado por el apoyo social

Luis Gómez Jacinto, Universidad de Málaga, María de las Olas Palma García, Universidad de Málaga, M^a Isabel Hombrados Mendieta, Universidad de Málaga, Rafael Arredondo Quijada, Universidad de Málaga

Este trabajo aborda un tema de gran relevancia social en la actualidad como es el desempleo y sus efectos sobre la salud y la percepción de apoyo de las personas que se encuentran en esta situación de vulnerabilidad. El objetivo es analizar los efectos del desempleo sobre el apoyo social y la salud mental. El desempleo deteriora el apoyo social recibido por el individuo, lo que reduce su capacidad como amortiguador de un evento vital tan estresante como la situación de paro; ello desemboca en un aumento de los problemas relacionados con la salud mental de esas personas. El objetivo es poner a prueba un modelo que sea capaz de analizar estos efectos. Los participantes de este trabajo son las personas que respondieron a la Encuesta Nacional de Salud 2011-2012, realizada conjuntamente entre el Ministerio de Sanidad y el Instituto Nacional de Estadística de España. Los datos que se recogen corresponden a 26.502 entrevistas. Para este trabajo se seleccionaron exclusivamente las personas que estaban trabajando y las que estaban desempleadas. La muestra final fue de 8.184 personas que trabajaban y 2.338 desempleadas. De la encuesta, se eligen las 11 cuestiones referidas al apoyo social y las 12 que valoran la salud mental de los entrevistados. Se realiza un análisis de ecuaciones estructurales en el que se pone a prueba el modelo, con unos buenos ajustes estadísticos. Se comprueba que el desempleo tiene efectos negativos directos sobre el apoyo social recibido y sobre la salud mental. Así mismo, se observa que el apoyo social media la influencia del paro sobre la salud mental y hace que los que menos apoyo social reciben

tengan una peor salud mental. Los resultados obtenidos verifican el modelo propuesto, en el que el apoyo social recibido media los efectos del desempleo sobre la salud mental. Se plantean las implicaciones teóricas y de intervención desde la psicología comunitaria y el papel del psicólogo comunitario en el área de la salud de poblaciones vulnerables como los desempleados. Más concretamente, los resultados ponen de relieve la importancia de reestructurar las redes de apoyo social de los desempleados como mecanismo de afrontamiento para reducir sus problemas mentales. Estos resultados tienen importantes implicaciones prácticas para el desarrollo de políticas públicas que tengan en cuenta la actuación de la psicología comunitaria para reducir los efectos negativos que produce un problema de gran relevancia social en la actualidad como es el desempleo. El contexto que rodea a las personas desempleadas es clave para la provisión de apoyo y los profesionales deben desarrollar herramientas de intervención que tengan en su base la optimización de las redes sociales y del contexto social como fuente de apoyo.

Influencia de la cultura del honor, sobre las conductas posesivas, celosas y agresivas en el contexto de las relaciones de parejas adolescentes

Luis Gómez Jacinto, Universidad de Málaga, María de las Olas Palma García, Universidad de Málaga, M^a Isabel Hombrados Mendieta, Universidad de Málaga, Rafael Arredondo Quijada, Universidad de Málaga

Este trabajo aborda un tema de gran relevancia social en la actualidad como es el problema de la violencia de pareja en la adolescencia y su relación con la cultura del honor. El término cultura del honor se aplica al conjunto de pautas culturales que regulan cómo ha de comportarse el varón para defender el honor de su familia y el suyo propio, principalmente en lo relativo a la mujer. En una sociedad o en grupos sociales concretos bajo una cultura del honor, comportamientos libres de la mujer sirven de injustificable excusa para agresiones de violencia de género. La investigación se ha propuesto estudiar el problema de la violencia que se da en las relaciones amorosas durante la adolescencia y la primera juventud, en su relación con la cultura de honor. Las agresiones durante el noviazgo han sido menos estudiadas que la violencia marital, pero su incidencia es alta y suele persistir durante toda la relación. La violencia que comienza antes de la convivencia tiende no sólo a continuar, sino a agravarse posteriormente. La hipótesis que guía el trabajo es que un patrón acusado de cultura del honor incide en las conductas celosas y posesivas de los jóvenes, y en sus conductas agresivas en pareja. En el estudio han participado 451 jóvenes (230 chicas y 221 chicos) de seis Institutos de Educación Secundaria de la provincia de Málaga, con una edad media de 16,6 años. Los protocolos de las escalas aplicadas se cumplimentaron y se recogieron en las correspondientes aulas. Los cuestionarios al efecto registraban nueve cuestiones sobre conductas celosas y posesivas; tres cuestiones de conductas agresivas en pareja; y doce de Cultura del Honor. Se realiza un análisis de ecuaciones estructurales en el que se observa que la cultura del honor aumenta el número de conductas celosas y posesivas y éstas aumentan también el número de incidentes agresivos en la pareja. Estos resultados se dan con similar intensidad entre los chicos y las chicas. La cultura del honor es un buen predictor de las situaciones conflictivas en el seno de las parejas de adolescentes,

encontrándose un papel mediador de los celos y la posesión en la aparición de conductas agresivas. Se plantean las implicaciones teóricas y de intervención desde la psicología comunitaria y el papel del psicólogo comunitario en el área de la educación y su intervención con la población adolescente. Estos datos tienen además importantes implicaciones prácticas para el desarrollo de políticas públicas que tengan en cuenta la actuación de la psicología comunitaria para reducir los efectos negativos que produce un problema de gran relevancia social en la actualidad como es el de la violencia de pareja y sugieren la necesidad de desarrollar políticas sociales orientadas al desarrollo de programas de prevención comunitaria en el contexto escolar, detectando los factores que pueden contribuir a la violencia de género para poder actuar sobre ellos y evitar que de las actitudes de cultura del honor se pase a los actos de violencia de género.

Protección de menores y política de vivienda. La situación actual de los desahucios en España

María de las Olas Palma García, Universidad de Málaga, Rafael Arredondo Quijada, Universidad de Málaga

En los últimos años, España ha comenzado a presentar cada vez más situaciones de familias afectadas por el impago de las hipotecas de sus viviendas, lo que supone un nuevo escenario emergente para la intervención psicosocial dados los procesos de vulnerabilidad y desprotección que en sus miembros se viven. De forma especial, los menores presentes en estas familias, sufren una pérdida clara en la protección de sus derechos, no sólo en el relacionado con la vivienda, sino en todo lo que se desestabiliza alrededor de la misma. En este sentido, el informe de la visita que realizó a España el Comisario para los Derechos Humanos del Consejo de Europa en junio de 2013 denuncia las negativas repercusiones que en la salud y educación de los niños y niñas tiene el que su familias sean desahuciadas de sus casas, en particular si están presentes en el momento de su ejecución por parte de los agentes judiciales. Esta situación de riesgo para los menores que viven desalojos, parece que ha cogido al conjunto de la sociedad y, sobre todo a los sistemas de protección, desconcertados y sin capacidad para encontrar soluciones que den respuestas concretas e inmediatas a una emergencia como tal. Se realiza una aproximación general a la situación de las familias en procesos de desahucios con el objetivo de identificar y analizar los factores de riesgo que influyen en la protección de sus miembros menores. Investigación de corte transversal llevada a cabo sobre una muestra representativa de familias afectadas por las hipotecas. Participan 110 sujetos, identificados de forma aleatoria a partir de las familias que acuden a los diferentes recursos de atención a la realidad de los desahucios en la ciudad de Málaga –España-, principalmente a través de la Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH). A los participantes se les aplica un cuestionario específico diseñado para esta investigación que explora el perfil de las familias afectadas por los desahucios y las circunstancias que presentan ante el impago de sus hipotecas. Los resultados principales confirman que la mayoría de las familias que se encuentran actualmente en procesos de desahucios tienen menores a su cargo, y que junto a la pérdida de la vivienda, en la realidad familiar se presentan otros indicadores de riesgo social que están influyendo en la adecuada protección de dichos menores, tales como absentismo escolar, desempleo en los adultos, deterioro en las relaciones familiares, problemas de salud y falta de

recursos institucionales. A partir de los resultados, se realizan propuestas para la intervención con dichas familias y para la protección hacia los menores inmersos en esta realidad, de forma que se garanticen las adecuadas condiciones de desarrollo y bienestar que el ordenamiento jurídico español recoge respecto a la atención a la infancia.

Vivencia de múltiples roles entre mujeres indígenas mexicanas orientadas a labores comunitarias en salud

Claudia Isabel Amaya Castellanos, Universidad Industrial de Santander

La incursión de las mujeres en el ámbito laboral ha venido en incremento, incluyendo a las mujeres indígenas latinoamericanas quienes por las situaciones precarias que viven, también han tenido que incorporarse a diversas actividades del sector económico. Muchas de ellas en labores comunitarias orientadas al mejoramiento de las condiciones de sus comunidades, como el caso de las mujeres de esta investigación. Aunque existen estudios en diferentes poblaciones sobre cómo las mujeres enfrentan la multiplicidad de roles (ser esposas, madres, trabajadoras del hogar y extra hogar), existen pocos que sirvan como paralelo para conocer específicamente, la experiencia de mujeres indígenas frente a la forma en que experimentan este fenómeno. **Objetivo.** Identificar, a través del discurso de mujeres prestadoras de servicio de las Casas de Salud de las Mujeres Indígenas de México en Ometepec, Guerrero y Matías Romero, Oaxaca, el papel de género en el desempeño de su rol como trabajadoras. **Metodología.** Estudio cualitativo a partir de entrevistas realizadas a 8 mujeres trabajadoras de Ometepec, Guerrero, y 6 mujeres de Matías Romero, Oaxaca, México. Se entrevistaron trabajadoras con función de coordinadoras o asesoras de las casas, y con función operativa: promotoras, parteras, abogada y enfermera. Para el análisis de la información se identificaron nueve categorías y se uso el programa Atlas-ti (v.5.0). El estudio se apoyó en las hipótesis de "Roles Tensionantes" y "Acumulación de Roles", que señalan cómo el desarrollo simultaneo de roles desempeñados por las mujeres tiene efectos nocivos sobre su salud; cada rol por sí mismo genera tensión y conflicto. Sin embargo estos efectos negativos pueden ser llevaderos gracias a los efectos positivos que igualmente se producen (privilegios del rol, seguridad y recursos para realzar el estatus, enriquecimiento personal y gratificación).

Resultados. Se identificó un importante valor al trabajo y compromiso hacia la comunidad. La culpa aparece como producto de la tensión entre el trabajo fuera del hogar y las responsabilidades como madres y esposas. Sin embargo la posibilidad de ayudar a otras mujeres es fuente de gratificación que disipa estos conflictos; el prestigio y el reconocimiento se suman a las ganancias de su rol. Estos efectos positivos asociados con la realización personal están desvinculados de la ganancia económica, ya que en muchos casos es poco significativa o no se recibe. **Conclusiones.** La importancia que las mujeres de este estudio le confieren a su trabajo y el compromiso hacia su comunidad, hacen posible el manejo de la tensión, la culpa y el conflicto que les genera la multiplicidad de roles. Su labor en las casas de salud, evidencia la importancia de la participación conjunta de la población indígena, organizaciones de la sociedad civil e instituciones de salud, poniendo de manifiesto el trabajo intersectorial como elemento fundamental en la praxis de la psicología comunitaria. Además se promueve la reflexión y evaluación de políticas públicas frente a fenómenos sociales: relación entre el papel de género y la incursión femenina al mercado laboral, en particular, de

mujeres con un alto grado de vulnerabilidad, como las mujeres indígenas de nuestro continente.

Community discourse around baby feeding and HIV/AIDS

Mapula Mojapelo-Batka, University of South Africa

South Africa is one of only 12 countries in the world where infant mortality is rising. It also has one of the world's lowest levels of exclusive breastfeeding. In December 2009, the UN World Health Organization (WHO) issued guidelines recommending that infants born to HIV-positive women be exclusively breastfed for the first six months, but South Africa has despite this continued to provide free formula to HIV-positive mothers. The high infant mortality rates have however forced the government to rethink its policy on infant feeding and to discontinue the free provision of formula milk at clinics and hospitals. But the biggest issue when deciding on a method of baby-feeding has been the confusion regarding infant feeding and HIV transmission risk, and also social stigma and the assumption that if you use formula feeding you must be HIV-positive. It has been shown that exclusive breast-feeding is safer for babies born to HIV-positive mothers in developing countries; compared to mixed feeding. There are however various other barriers to baby feeding in South Africa such as forced early return to employment and a lack of antenatal support and information. For mothers who choose to bottle feed, constraints such as ready access to clean water and social stigma may be present. This study aims to qualitatively explore challenges and barriers experienced by new mothers in a South African hospital, with special attention on how their choice of baby-feeding is influenced by society. Interviews will be conducted within a day of giving birth and it will focus on mothers who gave birth by means of a caesarean section. The rationale behind interviewing mothers who gave birth through C-section is that after natural birth mothers are often discharged within a couple of hours of giving birth due to overcrowding in hospitals. This study will not exclusively focus on breast-feeding mothers, but also on bottle feeding and mixed feeding. Community beliefs and discourse around this issue will be explored. Data will be analysed from a social constructionist perspective. The results are expected to be available by July 2014, and will be part of the poster presentation.

Positive Youth Development Through Youth-Adult Partnerships

José Henrique Pinheiro Ornelas, ISPA - Instituto Universitário, Micaela Lucchesi, ISPA-Instituto Universitário

This Portuguese project aims to study the civic and community involvement of young people in community-based organizations that provide good levels of youth participation in decision-making processes. Previous studies on Youth-Adult Partnerships (Y-AP) demonstrated that when young people can participate in the decision-making processes of the organization and of the community where they are involved, in a collaborative non-hierarchical process with the adults, they could improve their level of confidence, empowerment, agency, critical consciousness, and community connections. Purpose: The study seeks to understand the quality of relationships between adults and young people in these organizations, and how these affect both groups. In addition, we analyzed the impact of participation and Youth-Adult Partnerships (Y-AP) on youth empowerment, levels of social trust and social support. Previous studies

have proved the efficacy of this partnership but no study so far investigated this issue in Portugal. The project is divided into two stages: in the first, the method is qualitative with a participative dimension. That is to say, we conducted focus groups with young people aged 14/24 years old, and we interviewed adults who work with them in the same organizations. In the second phase, we used quantitative and qualitative methods: the quantitative study is the focus of this presentation and is the analysis of a questionnaire which was filled by 278 youth; the qualitative consisted in interviews with key informants to better understand the socio-political vision about youth and about their civic participation. Results: Y-AP contributed to Empowerment more than just the Context. The component that gave the greater contribution in predicting Empowerment is the involvement of young people in the program of the organization. Furthermore, the involvement in the program is an important factor in facilitating the Psychological Agency when given a voice to young people in decision-making. Finally, the component that gave the largest contribution in predicting the connections with the society and the community, is the involvement of young people in decision-making processes. We tested the internal validity of the instrument, and we explored the contribution of the program quality; in particular we observed the importance of Y -APs in associations and community-based organizations, and on the Positive Youth Development (PYD).

Supporting a relationship of partnership between parents of young children and educators in childcare

Cantin Gilles, Université du Québec à Montréal, Hayotte Paul, Université du Québec à Montréal

Since 1997, in the province of Quebec (Canada), the provincial government funds a network of facilities for the care and education of young children. This network of institutions including the CPE (Early Childhood Centre) is unique across Canada. Quebec is the only province having policies allowing affordable access to such care (\$CA 7 per day). One goal of these CPE is to support parents in the education of their children. Trained teachers in early childhood work in these centers to best fulfill their objectives. Despite the political will of the government that the CPE has to support parents, it turns out that this aspect of their mission is often set aside for various reasons. In particular, the training of teachers is considered insufficient in regards to intervening with parents. thus educators working in the CPE are not fully equipped to collaborate fully with them. The Project La relation éducatrice–parent des outils pour soutenir l’enseignement et l’évaluation d’une compétence complexe is a joint development project between the Université du Québec at Montréal (UQAM) and the Collège Montmorency. Its aim is to support teachers who work with future early childhood educators. More specifically, it aims to support the teaching of professional competence; Establish a partnership with parents and resource persons. Indeed, teachers deplore the lack of resources to train future educators in this competence. A recent survey related to the project (Cantin, Morache , Hayotte & Lehrer, 2014) has shown that students have fears to create a relationship with parents. This poster will provide an opportunity to present various types of equipment made to support teachers. Thus, the project has created a bank of case history on the relationship between parents and educators in foster care, education and teaching notes . One of the needs

identified by teachers was the difficulty for future educators to meet the parents, to share a space to familiarise themselves with their concerns. In this sense, audiovisual teaching material has been developed. This equipment allows to hear the views of parents in individual interviews, group interviews or in a real situations in several CPE. The poster will also present the research project about the competence of future teachers, a 2-year study being launched with 19 post -secondary institutions across the province of Quebec.

4.1

Eixo Políticas Públicas/ Eje Políticas Públicas/Axis Public Policy

EIXO ACADÊMICO-FORMAÇÃO
Eje Académico-Formación
Axis Academic

4.2

Reflexões ético-políticas sobre a formação em Psicologia Comunitária

Jader Ferreira Leite, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A presente discussão, ancorada tanto em problematizações/reflexões quanto em pesquisa empíricas sobre a formação em psicologia comunitária, reúne três linhas de argumentação que, de modo complementar, traçam um panorama dos desafios, dilemas e proposições acerca da indissociabilidade entre a atuação em contextos comunitários e sua dimensão ético-política. Inicialmente, Maria Ines Winkler apresenta e discute algumas orientações éticas em torno da formação em psicologia comunitária, resgatando questões tradicionalmente postas para o campo da psicologia e que avançam para contextos comunitários, a exemplo do respeito à diversidade de seus integrantes, da valorização de atividades práticas no âmbito da formação e da supervisão de tais práticas, bem como das escolhas políticas em torno dessas atividades. Ademais, destaca-se a necessidade de uma relação aberta com a comunidade no sentido de evitar expectativas que não possam ser efetivadas, bem como atenta para os impasses entre o tempo e as demandas próprias da comunidade e o tempo e os limites da instituição acadêmica formadora. Em seguida, Bader Sawaia, parte para uma argumentação que considere a psicologia comunitária enquanto uma práxis que, aliando crítica teórica e prática revolucionária, busca uma fuga da instrumentalidade da disciplina. Junto a isso, o reconhecimento da historicidade da dimensão ético-política da atuação profissional que se alterará em função dos novos modos de comunidade que emergem em determinados contextos sociais, a exemplo das transformações contemporâneas no âmbito do capitalismo neoliberal. Para tanto, propõe-se uma perspectiva de comunidade baseada na filosofia espinosana que a situa enquanto inteligência coletiva e uma singularidade de resistência. Por fim, José Omelas debate as contribuições pedagógicas da psicologia comunitária para a atividade cívica, bem como as competências profissionais e sociais de estudantes de graduação e pós-graduação junto a domínios específicos em que se desenvolvem as atividades comunitárias. Conjuntamente, reflete-se sobre a pesquisa em ambientes comunitários que tem se beneficiado de parcerias transnacionais, com o compartilhamento de instrumentos, de publicações conjuntas e estudos multicontextos. Conclui-se que em ambas as linhas de atuação há um benefício na aproximação com realidades socialmente diversificadas. Este Simpósio traz como reflexão a importância das questões ético-políticas como uma estratégia fundamental e necessária na formação em Psicologia Comunitária na atualidade.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

1 • Orientaciones éticas en la formación en psicología comunitaria: resultados desde la empiria.

María Inés Winkler, Universidad de Santiago de Chile

La formación en psicología comunitaria conlleva desafíos éticos particulares, que han sido abordados por distintos autores que han enfatizado en tema de la confidencialidad, el respeto por el Otro y la aceptación de la diversidad. Tales opciones han estado estrechamente relacionadas con la tradición de la psicología clínica y sus normas éticas, las que no logran resolver los desafíos propios de la subdisciplina comunitaria. De hecho, comparado con la producción en psicología clínica, menor ha sido la discusión y análisis de las formas en que los temas éticos aplican en el campo de la psicología

comunitaria, en la práctica comunitaria, la formación y la investigación. Un proyecto de investigación FONDECYT (nº 1080528) documentó la ausencia de una deontología que sirve como orientación a quienes ejercen en el campo de la psicología comunitaria. A partir de un análisis documental de la principal literatura científica disponible, entrevistas a profesionales y usuarios de programas comunitarios y análisis de tesis de pre y postgrado de tesis en psicología comunitaria se elaboró un conjunto de orientaciones éticas para la formación en psicología comunitaria. Las orientaciones elaboradas refieren a la importancia de las actividades prácticas en la formación, a los requerimientos de supervisión de tales actividades prácticas y la explicitación de las dimensiones ético-políticas e las intervenciones, entre otros aspectos. Algunos de los temas constituyen una manifestación de respeto por el Otro, informar a las personas de la comunidad el tiempo y las posibilidades y limitaciones de las actividades a realizar; en particular cuando éstas están siendo aplicadas por estudiantes, ya que es importante evitar la creación de falsas expectativas. Uno de los principales problemas para la formación en psicología comunitaria corresponde a la dificultad de coordinar los tiempos de la comunidad con los tiempos académicos, como ha sido documentado previamente por Montero y Giuliani en Venezuela. Presentaré algunos ejemplos de las formas que adquieren algunos de los desafíos éticos en la formación en psicología comunitaria en nuestra experiencia, los que se relacionan con exigencias de los/as académicos y una feble comprensión de los derechos de los integrantes de la comunidad y de la propia comunidad.

2 • **Psicologia Comunitária como práxis e a comunidade como premissa ético-política no capitalismo neoliberal: a formação situada historicamente**

Bader Burihan Sawaia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Reflete sobre a formação ético-política em psicologia comunitária a partir dos seguintes pressupostos: 1) Psicologia Comunitária é um modo ético-político de fazer psicologia; 2) ética não se confunde com moral (dever ser e vigilância) e não se separa da política. Seu cerne é a intransigência com todas as formas de dominação política, de exploração econômica e de servidão (inter)subjetiva; 4) a ênfase no ético-político demonstra a preocupação em não instrumentalizar a Psicologia Comunitária, mas fazer dela uma práxis → unidade entre crítica teórica e atividade revolucionário; 5) a formação ético-política equivale ao desenvolvimento da capacidade de agir como um "intelectual orgânico" (Gramsci), refletindo criticamente o alcance político de suas ações: elas tocam em aspectos centrais da questão social, na direção da adaptação ou da transformação? 6) a dimensão ético-política é histórica, portanto tem que ser analisado a luz das mudanças sociais. A ideia de psicologia comunitária começou a ser elaborada nos anos 60 do século passado, teve grande desenvolvimento nos anos 70 e 80, quando começa a aparecer como disciplina acadêmica. Desde então, ocorreram no Brasil reformas no capitalismo e na organização do Estado e novas configurações comunitárias apareceram como as ligadas a igrejas, ao MST, a movimentos estéticos (hip hop), a redes de tráfico e as gangues de periferia, e comunidades virtuais. Com relação à psicologia, ela, de modo geral, adotou os pressupostos epistemológico da psicologia comunitária, superando a

neutralidade da ciência e discutindo seu papel de adaptação social. Começa a participar das políticas públicas de saúde e até de assistência social, uma conquista da militância. Porém, não consegue superar a lógica manicomial, higienista (antigo e arrogante hábito de explicar a desigualdade por uma inferioridade inata gerada pela pobreza), assistencialista e instrumental, ideologias sustentadas pelas sociedade capitalista neoliberal, negadoras da potência ativa do sujeito. Perplexos, voltamos a Psicologia Comunitária, buscando orientação, o que pode se constituir em um outro risco. A comunidade está suja com todas as dores de seu momento histórico e pelo atravessamento ideológico, mistificando-se como comunitarismo, um antidoto ao individualismo e à criminalidade, na estetização da comunidade, na concepção saudosista de paraíso perdido ou de utopia social, como se fosse a boa sociedade, esquecendo-se do perigo “fascistizante” da ideia de “comunidade do povo” (Gagnebin). Finaliza, realizando uma breve reflexão sobre formação ético-política centrada na ideia de comunidade, com o auxílio da filosofia espinosana, que apresenta como categoria ético-política o comum e a multidão – potência política de vida, que é ao mesmo tempo uma inteligência coletiva e uma singularidade de resistência.

3 • Formação em Psicologia Comunitária e os seus contributos pedagógicos para a Participação Cívica

José Henrique Pinheiro Ornelas, Instituto Superior de Psicologia Aplicada

A apresentação centra-se em duas dimensões principais, uma associada à reflexão em torno do papel da formação académica avançada para o aprofundamento e consolidação da formação cívica dos estudantes e para gerar novos polos de liderança e/ou mudança social em contextos sociais diversificados por parte dos profissionais graduados. A outra dimensão está centrada na pesquisa empírica realizada com alunos(as) e graduados(as) com Mestrado ou Doutoramento em Psicologia Comunitária sobre as competências profissionais e sociais, bem como os domínios específicos em que desenvolvem a sua actividade. Propósito: Enquadrar o percurso do ensino da Psicologia Comunitária como formação especializada no âmbito da Psicologia e como curriculum formativo autónomo no contexto português e como este se insere no panorama formativo europeu. Assumem-se numa abordagem geral as matrizes de influência teórica e teórico-prática recorrendo, por exemplo, a formatos lectivos conjugados com docentes de outras Universidades Portuguesas, Europeias e Transcontinentais, incluindo o Brasil. Enfatizam-se experiências na construção de parcerias transnacionais de investigação, implicando a tradução, adaptação cultural de instrumentos de investigação, o desenvolvimento de estudos multi-contexto e a publicação conjunta, bem como a reflexão acerca de como estes processos colaborativos podem contribuir para a consolidação deste domínio científico-pedagógico. Método: Apresentam-se os resultados de um questionário online sobre competências sociais e profissionais em Psicologia Comunitária (Dalton e Wolfe, 2012), desenvolvido em torno de quatro domínios-chave: 1) Princípios Fundamentais; 2) Desenvolvimento de Programas Comunitários; 3) Mudança Social e Comunitária e 4) Investigação Comunitária, com um total de 18 competências identificadas e as reflexões dos estudantes de Mestrado e Doutoramento no âmbito de uma análise SWOT sobre avaliação

da formação proporcionada. Conclusão: Os resultados permitem concluir que os diplomados em Psicologia Comunitária escolheram causas cívicas diversificadas nos seus percursos profissionais e que utilizam as competências formativas adquiridas no seu percurso académico e que as transpuseram para a sua prática profissional. Na dimensão qualitativa (Análise SWOT), realça-se a relevância atribuída à liberdade de escolha durante o percurso formativo e as oportunidades de contacto com realidades sociais diversificadas. A participação em contextos comunitários permitiu compreender melhor a complexidade da aplicação prática dos princípios, bem como do papel que pode desempenhar a investigação com base em pressupostos de relevância e utilidade para o desenvolvimento dos indivíduos, grupos e/ou comunidades.

Ensino, Formação e Práxis em Psicologia (Social) Comunitária: desafios e reflexões

Maria de Fatima Quintal de Freitas, Universidade Federal do Paraná

Este simpósio é composto por três trabalhos que objetivam analisar criticamente as condições epistemológicas e ético-políticas do processo de formação em psicologia (social) comunitária, tendo como referência a história de construção do campo da psicologia (Social) Comunitária, no continente latinoamericano, e também, a preocupação em refletir sobre as (in) coerências entre esse processo de formação e a preservação/manutenção dos princípios ontológicos que têm norteado os trabalhos comunitários na defesa e compromisso social com os setores populares oprimidos e excluídos. Uma das apresentações discorrerá sobre as novas formas comunitárias e os novos atores sociais, produzindo novos desafios à práxis nesse campo. Defende a necessidade de ser feita uma revisão e análise crítica a respeito do conceito e sentido de comunidade, assim como de serem desenvolvidas maneiras para serem captadas novas formas de ação comunitária no mundo contemporâneo. São apontados os problemas a serem enfrentados, como também destacados alguns benefícios de se ampliar esta análise, como a identificação de novas parcerias e coalizões para a realização dos trabalhos, seja entre Estado, comunidade e profissionais envolvidos. É também enfatizado o cuidado epistemológico quando da apreensão e análise das condições reais, em termos de não fazer desaparecer a ação comunitária se confrontada com a participação de grandes setores populares.. O segundo trabalho enfocará a temática relativa ao ensino para a formação em psicologia comunitária em escolas de psicologia mexicanas. Serão apresentados resultados de análise realizada sobre os planos de ensino em psicologia comunitária, assim como a análise de entrevistas com estudantes de tais disciplinas, revelando haver um certo distanciamento entre o ensino desses conteúdos e o conhecimento das realidades comunitárias. O terceiro trabalho propõe-se a fazer uma análise das condições que tem se mostrado importantes e desafiadoras para a formação dirigida à pesquisa e dirigida à práxis em psicologia (social) comunitária. São tecidas reflexões em torno das exigências e dificuldades relativas a quatro aspectos na formação para atuar nesse campo: conceitos e metodologias para inserção e familiarização em comunidade; processos interacionais comunidade-profissional; captação e registro etnográfico das tensões e negociações entre distintos atores sociais (lideranças e representantes); construção de indicadores quali-quantitativos do trabalho desenvolvido. Busca-se, ao final, subsidiar o debate sobre os fundamentos ético-político-epistemológicos necessários para a formação em psicologia (social)comunitária.

1 • Retos Actuales en la Enseñanza y la Praxis de la Psicología Comunitaria

Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela

En esta presentación se señalan críticamente aspectos relacionados con las influencias culturales y políticos, así como nuevos actores sociales que han desarrollado nuevas formas comunitarias, así como su influencia en la acción y en la enseñanza de la acción comunitaria. Tales transformaciones suponen la necesidad de analizar y modificar las formas tradicionales y aun algunas recientes, de la práctica psicológico-comunitaria, generando

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

nuevos retos para esa línea de trabajo psicológico. Esos retos empiezan por la necesidad de revisar y analizar la definición de comunidad, si bien mucho de lo desarrollado en los últimos treinta años está todavía en vigencia, nuevas formas de generación de comunidades están exigiendo otras formas de acción, manteniendo las bases de la investigación-acción-participativa impulsada por Fals Borda (Pe.: Las comunidades híbridas, las comunidades que surgen debido a la necesidad inmediata de asegurar unión para subsistir). Entre los problemas que serán examinados y analizados están los siguientes: 1. El desdibujo de las comunidades tanto en el ámbito rural como en el urbano, una de cuyas causas son las migraciones. 2. La generación de nuevas comunidades a partir de esas mismas migraciones. 3. La difícil y a la vez necesaria relación entre trabajo comunitario y políticas públicas dirigidas a las comunidades. 4. La presencia y transformación de nuevos actores sociales en el ámbito comunitario: "malandros", migrantes, agentes estatales, entre otros. Entre los aspectos beneficiosos destacan los siguientes: 1. La creación de coaliciones entre varias comunidades, que de esa manera se fortalecen y pueden atender mejor a sus necesidades. 2. La capacidad para incluir ayuda estatal e influir en la creación de políticas públicas beneficiosas para comunidades según sus necesidades. Punto este que contrasta con uno de los problemas, mostrando que el trabajo comunitario no ocurre en un único sentido. 3. Un problema-reto es la confusión que se puede observar en muchos trabajos publicados en revistas de alto reconocimiento e impacto, en las cuales el objeto de la acción psicológica consiste en muestras de miles de personas elegidas al azar, e incluso muestras genéricas de todo un país. De esa manera, la noción y la acción de la comunidad desaparece. Finalmente, se busca en esta presentación, hacer una llamada de atención a las transformaciones y retos, a fin de producir respuestas en las cuales se refleje la praxis comunitaria, a la vez que se produzcan respuestas útiles para las comunidades.

2 • Práctica docente y formación en psicología comunitaria

Jorge Mario Flores Osorio, Instituto de Pedagogía Crítica, México

En la ponencia reconstruyo la práctica de formación comunitaria en el contexto de las escuelas de psicología mexicanas a partir de los principios éticos que refieren a la producción, reproducción y desarrollo de la vida en comunidades críticas, analizo además la asignación docente a partir de criterios del interés político y la necesidad de controlar los programas educativos, más que por la necesidad de formar en el campo comunitario, lo que implica, que en buena parte de los casos se nombra personal, que además de no tener la formación psicológica, ni siquiera tiene la dinámica de especialización y práctica concreta; además de observar que la mayor parte del trabajo en comunidades se realiza en tiempos no coherentes con los tiempos comunitarios y en lugar de definirse en razón de las necesidades de la comunidad, se lo hace con base a las necesidades institucionales en el mejor de los casos y en lo general a las necesidades del profesor que tiene bajo su tutela la supervisión de las prácticas en comunidad. Objetivo: Mostrar que la impartición de docencia en el campo de la psicología comunitaria, en las Instituciones de Educación Superior (IES) mexicanas, en donde se incluye la materia o seminario de Psicología Comunitaria al no

constituíse en parte importante de la formación de psicólogos, no importa que el profesor asignado tenga formación en el campo y menos aún práctica en el ámbito comunitario. Metodología: Análisis de planes y programas de estudio vinculados al campo de la psicología y la comunidad, entrevistas a estudiantes que cursan materias o seminarios vinculados al campo de la psicología comunitaria y revisión de los programas de estudio. Conclusiones: En razón de las observaciones, las entrevistas, el análisis y la ejecución de planes de estudio observo que la impartición de docencia en el campo de la psicología comunitaria no reclama de quien lo hace, ni formación, ni práctica en el campo disciplinar. Puedese decir que el analisis permite observar que hay alguno distanciamiento establecido entre la enseñanza de los aportes del campo de la psicología comunitaria y sus contenidos, además de haber alguna lejanía con el conocimiento específico respecto a las realidades comunitarias, lo que es muy preocupante.

3 • Práxis em Psicologia Social Comunitária: desafios ético-políticos e exigências à formação

Maria de Fatima Quintal de Freitas, Universidade Federal do Paraná

A atual ampliação dos trabalhos e práticas comunitárias, dirigidos a diversos problemas e setores da população, reedita preocupações, neste campo, sobre o processo de formação e compromisso social implícito. As questões 'que fundamentos teóricos e epistemológicos são necessários para a formação em psicologia (social) comunitária?' é 'o que diferencia esta prática das demais?' surgem de diferentes maneiras e estão presentes em debates desde a graduação até pós-graduação. Agregam-se, também, aqui, reflexões e dilemas relativos ao compromisso ético-político da/na implementação de ações comunitárias e nas relações/parcerias entre profissionais e comunidade. E, entremeado a isto tudo, surgem desafios sobre como captar, 'cientificamente', a dinâmica e a realidade comunitárias (muitas vezes consideradas 'invisíveis' e pouco significativas aos parâmetros dos estudos mais formais) e como compreendê-las à luz das necessidades sentidas e vividas pela própria comunidade, sem produzir distorções quer sejam epistemológicas e/ou de planos assistencialistas e, principalmente, buscando ser coerente aos princípios de fortalecimento das redes de solidariedade e justiça no cotidiano comunitário. Depreendem-se indagações sobre que práticas, fundamentos e conhecimentos são necessários, na formação dos futuros profissionais em psicologia (social) comunitária, para viabilizar uma práxis comunitária comprometida com a realidade da população e produção de conhecimento socialmente relevante. Essas perguntas referem-se a reflexões epistemológico-conceituais sobre: a) formação para pesquisa/investigação em comunidade e b) formação para prática/ação comunitária. Serão, aqui, desenvolvidas em torno de quatro aspectos/planos em que se destacam conhecimentos e instrumentais importantes para o fazer psicossocial em comunidade, quais sejam: a) plano interno à profissão e formação específica (psicologia social, política e social comunitária), analisando-se categorias conceituais presentes nos processos de inserção e familiarização comunitárias; b) plano das ações/relações entre profissional e comunidade, revelando desafios na compreensão das dinâmicas psicossociais e relações de poder; c) plano do registro etnográfico

das trocas/negociações e tensões decorrentes dos trabalhos conjuntos (outros profissionais, lideranças comunitárias urbanas e rurais, stakeholders, instâncias filantrópicas e/ou representação institucional) que influenciam as propostas de ação comunitária e geram aproximações/distanciamentos com as políticas públicas afirmativas e compensatórias; d) plano da avaliação do próprio trabalho desenvolvido, envolvendo a diversidade de participantes, e gerando a necessidade de construção de indicadores (quali-quantitativos) que sejam representativos e sensíveis à história do trabalho comunitário e coletivo realizado. A construção e utilização de instrumentais analítico-conceituais, que captem a dinâmica comunitária, preservando sua dialética histórico-social, tem sido um dos grandes desafios à formação e prática em psicologia (social) comunitária, que seja comprometida com o fortalecimento da cidadania e participação comunitária, eliminando a desigualdade social e contribuindo para vida comunitária mais digna e justa em sua cotidianidade.

Red de Ética en la formación de Psicología Comunitaria en Latinoamérica

Jorge Castellá Sarriera, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A América Latina pode ser considerada uma das regiões onde haveria mais difusão da Psicologia Comunitária nos cursos de formação em Psicologia. No entanto, deve-se entender a Psicologia Comunitária como fortemente vinculada ao desenvolvimento de interações e ações nas comunidades dos países latino americano. Igualmente, a compreensão da centralidade da ética nessas formações e intervenções deveriam ser basais. Assim, a criação da Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria seria esse espaço para agregar professores, pesquisados, estudantes e profissionais de vários países latino americanos com esse compromisso de refletir e apontar diretrizes para a formação em Psicologia Comunitária. Assim, se constitui igualmente a criação da pesquisa internacional com a participação de Peru, Chile, Venezuela, Colômbia, Equador e Brasil sobre Ética na Formação em Psicologia Comunitária na América Latina. Essa pesquisa de cooperação entre vários países tem o objetivo de istematizar, descrever e analisar como se manifesta a dimensão ética na formação em Psicologia Comunitária nas Instituições de Ensino Superior na América Latina. Assim, esse simposio tem como objetivo apresentar a Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria e os principais resultados da pesquisa sobre ética no Brasil e no Uruguay. Dessa maneira, uma professora do Peru irá explanar sobre a proposta de criação da Red Latina e suas principais atividades, demonstrando seu impacto na formação em Psicologia Comunitária dos países envolvidos. Em seguida, outra professora do Uruguay irá evidenciar resultados da pesquisa sobre ética em seu país, tratando especificamente sobre a trajetória de ensino da disciplina de Psicologia Comunitária e como os estudantes percebem a importância da dimensão ética. Também, nesse trabalho, haverá a discussão sobre o papel da ética na universidade atualmente. Por fim, um professor do Brasil concluirá com os resultados dessa pesquisa em território brasileiro, apontando diferenças regionais no ensino da ética e a dificuldade dessa temática estar presente nas disciplinas de Psicologia Comunitária encontradas. Assim, compreende-se que esse simpósio seria um importante espaço de contribuição para o eixo acadêmico da Conferência e para a própria temática central do evento, porque estaria relacionado com um

tema relevante e imprescindível para a Psicologia Comunitária como ciência e para as intervenções desenvolvidas nas comunidades. A questão ética é basal para o desenvolvimento de intervenções que sejam promotoras de libertação, prevenindo a construção de práticas que sejam mantenedoras de estratégias de opressão veladas.

1 • Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria: desarrollo e investigación.

Tesania Velázquez, Pontificia Universidad Católica del Perú

La Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria es un espacio de intercambio académico entre diferentes países de la región que tiene como objetivo promover la cooperación entre las instituciones con el fin de realizar, conjuntamente, actividades de índole académica centradas en la formación de la Psicología Comunitaria en Latinoamérica. El proyecto de investigación Ética en la Formación de Psicología Comunitaria en Latinoamérica responde a la necesidad de reflexionar sobre el desarrollo de la psicología y de la formación con pertinencia social. La pertinencia de este proyecto, está dada en primer lugar, por la necesidad que tiene la Psicología Comunitaria de Latinoamérica, de conocer como se está desarrollando el componente ético o dimensión ética en los procesos de formación de profesionales y en la praxis. En segundo lugar, por el sentido que la Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria, ha dado a la ética como aspecto estructural en la formación y ejercicio profesional, lo cual ha sido un interés de diferentes países de Centro América y Latinoamérica miembros de la Red. Esta investigación se lleva a cabo en diferentes países de la región como Brasil, Colombia, Ecuador, México, Perú, Uruguay y Venezuela de manera conjunta bajo la coordinación de la Dra. María Inés Winkler (Chile). El objetivo de la investigación es generar puntos de encuentro para la región, pero respetando las especificidades de cada país. En esta primera etapa de la investigación se realizará la revisión de mallas curriculares (Planes de Estudio) y sílabos de Psicología Comunitaria o de algunos cursos afines de las universidades que enseñan Psicología en los diferentes países. La dimensión de la investigación será local o nacional dependiendo de las posibilidades de cada país. La investigación busca trazar una primera mirada a este tema en Latinoamérica, para luego sugerir y aportar en la incorporación de un énfasis mayor en la enseñanza y en la formación de los y las psicólogos comunitarios de la ética en el trabajo con las comunidades a fin de que cada día el trabajo con las poblaciones sea más respetuoso. Esta ponencia presenta el desarrollo de la Red y de la investigación de ética, evidenciando las posibilidades que genera el trabajo en red así como los desafíos.

2 • Psicología Comunitaria en Uruguay. Ética y formación.

Patricia de la Cuesta, Universidad de la República - Uruguay, Alicia Rodríguez, Sonia Mosquera, Gabby Recto, Universidad del Uruguay

Presentamos los resultados de la primer etapa del estudio sobre la presencia de la dimensión ética en Psicología Comunitaria en la formación de los psicólogos en la Universidad de la República, Uruguay. El mismo es parte de la investigación "Ética en la formación en Psicología Comunitaria en Latinoamérica", que se lleva adelante entre distintos países que forman

parte de la Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria. La perspectiva conceptual del estudio realizado en Uruguay, se nutre fundamentalmente de los aportes del filósofo José Luis Rebellato (1995), quien analiza la ética en la encrucijada en la que nos ha colocado el modelo neoliberal al producir crecientes niveles de exclusión y desigualdad social, en el marco de una cultura de la desesperanza. El problema de investigación surge a partir de la necesidad de analizar el modo en que la ética se integra en la formación y en el trabajo con las comunidades, entendiendo que no siempre se ve reflejada en las intervenciones, a pesar de la jerarquía que tiene esta dimensión en el paradigma que sustenta a la Psicología Comunitaria (Montero, 2004). Consideramos prioritario revisar el modo en que la ética es incluida en la formación profesional y académica de grado y posgrado, a fin de contribuir en la mejora de dicha formación y en el trabajo con las comunidades. Es una investigación de tipo exploratorio-descriptivo realizada con las siguientes técnicas: revisión y análisis de planes de cursos curriculares de grado y grupos de discusión con docentes y estudiantes vinculados al desarrollo de prácticas formativas en Psicología Comunitaria. Realizamos la revisión de los planes de asignaturas específicas y afines del Plan de Estudios implementado entre los años 1988 y 2012, identificando la dimensión ética en sus contenidos, bibliografías y en metodológicas de enseñanza. De los resultados obtenidos surge que la presencia de la Psicología Comunitaria en la formación es dispersa. Si bien la dimensión ética, como eje de la formación, tiene una fuerte presencia en los discursos de los diferentes actores, eso no se corrobora explícitamente en los planes. Es escaso el peso que tienen los componentes normativos (código de ética profesional y ética en la investigación) en dichos planes. En los grupos de discusión se debatió en relación a qué modalidad curricular debería primar, sea como curso específico, transversal o ambas, y sobre si es posible distinguir una ética en Psicología Comunitaria y una ética de la psicología en general. La reflexión grupal sobre la práctica se presenta como elemento esencial para la formación en el trabajo comunitario, sin quedar claro el papel de la especificidad de la reflexión ética en el mismo. Finalmente se analiza la dimensión ética en la universidad pública hoy. A partir de la discusión de estos resultados proponemos un debate con los y las investigadores/as de la Red acerca del carácter de las propuestas pedagógicas que atiendan la inclusión explícita y sistemática de la dimensión ética en la formación de grado en Psicología Comunitaria

3 • Ética na formação em Psicologia Comunitária no Brasil

Jorge Castellá Sarriera, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Alana Alencar Braga, Universidade Federal do Ceará, James Ferreira
Moura Jr, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Anelise Rodrigues,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A postura ética em Psicologia deve ser central na formação dos futuros profissionais. Assim, os trabalhos e intervenções desenvolvidos nas comunidades tem que estar respaldados por posturas de respeito, de valorização e de cuidado com os moradores. As disciplinas e os estágios em Psicologia Comunitária deveriam ser espaços formativos em que a ética deveria ter lugar prioritário. Assim, como forma de compreender o panorama

de ensino da ética em Psicologia Comunitária, esta investigação tem como objetivos: sistematizar, descrever e analisar como se manifesta a dimensão ética na formação em Psicologia Comunitária nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Esta investigação faz parte de um projeto de cooperação internacional organizado pela Red Latino americana de Formación em Psicología Comunitária e conta com diversos países da América do Sul. Primeiramente, este trabalho teve como metodologia o mapeamento das universidades com cursos de graduação em Psicologia no Brasil. Em seguida, essas universidades foram contactadas por email ou telefone para identificação da existência de disciplinas de Psicologia Comunitária e afins. Além disso, era solicitado o envio dos programas das disciplinas para serem analisados. Essa análise se referiu a uma análise de conteúdo sobre os seguintes temas por meio do software Atlas.ti: concepção de ética e de que modo e como se ensina ética. Como resultados mais gerais, foram contatados 488 cursos de Psicologia no Brasil. 106 cursos não tinham informações suficientes sobre Psicologia Comunitária. 126 não ofertavam Psicologia Comunitária ou disciplinas correlacionadas em sua matriz curricular. Assim, foram encontradas 256 disciplinas de Psicologia Comunitária ou relacionadas, sendo que 185 são obrigatória, 17 optativas, 11 eletivas e 43 sem informação. Dentre elas, 62 possuem ementa para ser analisada. Dos resultados das ementas, identificou-se que somente 4 ementas traziam a concepção de ética de forma literal. Outras 4 ementas focavam suas considerações nos direitos humanos e na promoção da igualdade que foram compreendidos como relacionados a ética. No entanto, somente duas ementas no universo de 62 apresentavam um método de ensino relacionado a ética. Apresentavam, então, ações relacionadas a observação da comunidade e a elaboração de um projeto de intervenção. É importante salientar que este trabalho situa-se no eixo acadêmico, porque visa discutir como as formações em Psicologia Comunitária pautam o lugar da ética nesse campo de atuação. Igualmente, visa responder um limite contemporâneo da Psicologia Comunitária quando apresenta um panorama sobre a realidade de formação. Assim, aponta igualmente saídas para o desenvolvimento de atitudes mais engajadas e éticas no desenvolvimento da formação e intervenções em Psicologia Comunitária.

Desafíos Teóricos de la Psicología Comunitaria Actual

Mariane Krause, Escuela de Psicología - Pontificia Universidad Católica de Chile

El objetivo del presente simposio es analizar críticamente los desafíos teóricos que las transformaciones del mundo actual han implicado para conceptos centrales de la Psicología Comunitaria tales como: Comunidad, Participación, Empoderamiento-Fortalecimiento Comunitario, Redes, y Cambio Social. El simposio, de carácter internacional, integra tres presentaciones. El primer autor presentará un trabajo sobre "Diversidad en nociones básicas de la Psicología Comunitaria actual y la acción comunitaria". En su ponencia discutirá que ha habido insuficiente reflexión sobre el grado en que esta diversidad supera la constitución dual que asumimos al distinguir una Psicología Comunitaria -que diferenciamos habitualmente como Clásica-, de una Psicología Social Comunitaria Latinoamericana, y que tampoco hemos debatido sobre el carácter paradigmático de esta diversidad y lo que ella implica en las nociones básicas del acumulado, tanto conceptual como técnico,

de las estrategias de trabajo comunitario. La segunda autora presentará el trabajo "¿Qué pasó con la comunidad? En busca de la comunidad perdida, generando nuevas comunidades", sosteniendo que hoy las comunidades han avanzado más allá de la territorialidad, ampliándose la definición de comunidad de lo territorial hacia lo relacional. La Dra. Montero cuestiona el uso desvirtuado que se da al término comunidad en algunos estudios y sostiene que lo fundamental de las comunidades es la condición que genera relaciones entre seres humanos ligados por una historia, larga o corta, y sus acciones que llevan a la construcción de redes invisibles que constituyen la unión en comunidad de intereses, sentimientos y creencias. La tercera autora presentará el trabajo titulado "Un concepto de comunidad para el mundo actual". Comenzará por analizar distintas definiciones de comunidad, discutiendo sus elementos esenciales, para luego reflexionar críticamente sobre su adecuación en relación con las transformaciones sociales. Su intención es formular un concepto de comunidad que pueda ser útil hoy -y ojalá en el futuro- tanto para la teoría como para la investigación e intervención. Su propuesta considera siete dimensiones centrales: psicológica-emocional, relacional, de acción, tiempo y espacio, motivacional, cultural y de identidad social. A partir de estas dimensiones distingue los componentes esenciales de la noción de comunidad, diferenciándola de otros grupos o asociaciones (familia, redes sociales, instituciones).

1 • Diversidad en nociones básicas de la Psicología Comunitaria actual y la acción comunitaria

Jaime Alfaro Inzunza, Universidad del Desarrollo

La trayectoria de desarrollo de la Psicología Comunitaria se ha estructurado tradicionalmente y de manera consensuada, en función de la condición de "vidas paralelas". Sin embargo, no hemos reflexionado suficientemente sobre el grado en que esta diversidad, por una parte, supera la constitución dual que asumimos al distinguir una Psicología Comunitaria, -que diferenciamos habitualmente como Clásica-, de una Psicología Social Comunitaria Latinoamericana. Por otra parte, tampoco hemos debatido sobre el carácter paradigmático de esta diversidad y lo que ella implica en las nociones básicas del acumulado, tanto conceptual como técnico, de las estrategias de trabajo comunitario. Con frecuencia, los psicólogos comunitarios consideramos nociones que asientan la Psicología Comunitaria tales como Comunidad, Empoderamiento, Participación, Apoyo Social, entre otras, sin ser conscientes de lo epistemológico y teórico que está a la base de las decisiones al escoger un determinado modelo u orientación analítica. Ello repercute en que estas nociones se definan de manera ambigua, se reduzca su complejidad o bien cada investigador adopte una definición propia. Ello se explica en parte por el hecho que muchos estudios muestran una notable ceguera cuando se llega a la comprensión de sus premisas epistemológicas y metodológicas, lo que resulta en una amplia variedad de teorías y marcos. Tal diversidad teórica a menudo fomenta la compartimentación de perspectivas que no logran enriquecerse mutuamente, lo que se traduce en la producción resultados de la investigación aislados, incompatibles y poco acumulativos, con un uso muchas veces metafórico de conceptos clave de la Psicología Comunitaria. No obstante, nociones como la de Comunidad, Participación, Empoderamiento-Fortalecimiento Comunitario, Redes, Cambio Social, entre

otras, se han definido, avanzado en la estructuración de modelos de acción – intervención comunitaria, desde orientaciones paradigmáticas diversas, que integran aproximaciones objetivistas, constructivistas y socio críticas.

Abordar esta condición de diversidad y tensión de la disciplina, nos permite distinguir y visualizar, así como promover, diálogos e influencias que la Psicología Comunitaria y los modelos de trabajo comunitario mantienen con las Ciencias Sociales. Como también contribuye a avanzar en la comprensión de nuestro estado presente, y de los procesos de cambio que se estructuran gradualmente en nuestras nociones de referencia y en los fundamentos de nuestras acciones, así como visualizar tendencias y posibilidades de desarrollo. En función de ello se analizan las tradiciones de pensamiento que concurren a la definición plural de las categorías que delimitan y definen su campo de trabajo comunitario (objeto de acción - intervención), el carácter problemático y /o desviado de los fenómenos en que se actúa (noción de problema), y finalmente, la estrategia o vía por medio de la que se busca generar cambios (estrategia de acción - intervención).

Distinguiendo las nociones que definen estos planos derivadas desde la Perspectiva Ecológica, la Psicología Social Comunitaria Latinoamericana, y la Perspectiva Sistémica Constructivista. Finalmente, se ejemplifica este análisis discutiendo respecto de la diversidad que es posible distinguir en nociones básicas del trabajo comunitario, tales como Participación, y Cambio Social, según se derivan desde las perspectivas de acción comunitaria revisadas.

2 • ¿Qué pasó con la comunidad? En busca de la comunidad perdida, generando nuevas comunidades

Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela

Hace treinta años una comunidad era algo de carácter territorial. Consistía en un grupo humano, que compartía una historia, habitaba un mismo territorio, relativamente pequeño, a veces con límites fácilmente distinguibles a veces, para los agentes. Podían estar dentro de una ciudad o en el campo y tenían características más o menos propias, tales como signos, avisos, carteles, colores, señales orales o escritas. Sus miembros podía ir de algunas decenas de personas hasta unas 10.000 personas (sobre todo en grandes ciudades). Para mediados de los 90 ya esos grupos se desdibujaban en los grandes territorios marginales de las grandes ciudades: favelas, villas "miseria", "ranchos" y muchas más denominaciones dentro de las cuales podrían estar miles de comunidades, siempre borrosas en sus límites, pero territoriales. Hoy encontramos que la comunidad ha avanzado más allá de la territorialidad. En esa misma década la PC amplió la definición diciendo, que la comunidad era, más que territorial, era relacional. Una buena observación. Con el nuevo siglo y hacia el fin de su primera década comenzamos a encontrar investigaciones realizadas con 7.000, 15.000, y aun 100.000 y 200.000 personas, incluidas en muestras representativas de un país o de una región completa de algún país, definidas como miembros de comunidades (evidentemente si, todos somos miembros de comunidades, Pero ¿dónde está la comunidad en algo elegido al azar?. En esta presentación cuestionamos ese uso del término comunidad. ¿Qué es lo común en tales investigaciones? El problema o tema elegido por la investigadora. ¿Por qué se habla en esos casos de comunidad? ¿Dónde

está ahí la comunidad? ¿Cuál es su papel? ¿Qué qué parecido tienen estas investigaciones, cuya posible utilidad para quien investiga, no discuto, con una comunidad? Como mi formación psicológica estuvo marcada por los estudios estadísticos, las matemáticas y la psicometría, no veo ninguna diferencia con estas investigaciones y las que hacíamos a fines de los años '70 e inicios de los '80. Y a las cuales quisimos poner coto generando una psicología social comunitaria, que luego entendimos que era una psicología comunitaria participativa. Hoy día incluimos las formas híbridas, las comunidades con historias mixtas, creadas por migrantes, pero lo fundamental es la condición que genera relaciones entre seres humanos ligados por una historia, larga o corta, sus acciones que llevan a la construcción de redes invisibles que constituyen la unión en comunidad de intereses, sentimientos y creencias.

3 • Un concepto de comunidad para el mundo actual

Mariane Krause, Escuela de Psicología - Pontificia Universidad Católica de Chile

Se presenta una propuesta de concepto de comunidad acorde a los cambios sociales del mundo actual. Aunque el concepto de comunidad es la esencia misma de la psicología comunitaria, su objeto de estudio, teorización e intervención, y por lo tanto la razón de ser de la disciplina, su definición es compleja y a veces confusa. Además, dado que las comunidades han experimentado cambios a lo largo de la historia de la humanidad, el concepto también deberá evolucionar. El objetivo del presente trabajo es, entonces, actualizar la definición conceptual de comunidad. Metodológicamente, primero se analizará distintas definiciones, discutiendo sus elementos esenciales, para luego reflexionar críticamente sobre su adecuación en relación con las transformaciones que en la actualidad manifiestan las comunidades. Luego se proponen siete dimensiones que son transversales a las diferentes definiciones revisadas y se ejemplifican a partir de experiencias concretas de acción comunitaria. Como resultado de este análisis se presenta una propuesta conceptual que organiza la definición de comunidad en función de siete dimensiones centrales: psicológica-emocional, relacional, de acción, tiempo y espacio, motivacional, cultural y de identidad social.

1. Dimensión psicológica-emocional: Considera el sentido de comunidad en su definición más estricta, incluyendo: membresía, conexión emocional y sentido de pertenencia (sensación de tener un lugar en el grupo, de ser aceptado y de disfrutar de seguridad emocional). **2.** Dimensión relacional: Se compone de elementos centrales de las relaciones sociales habituales como: comunicación, mutua influencia y poder entre miembros, compromiso mutuo. Desde la psicología social se puede entender como cohesión grupal. **3.** Dimensión de acción: Los miembros de la comunidad comparten acciones, en particular, dirigidas a objetivos comunes, implicando: acción colectiva y participación social. **4.** Dimensión espacial y temporal: Aun teniendo en cuenta que en los tiempos modernos los límites del tiempo y el espacio de las comunidades son más fluidos que en las comunidades tradicionales que tienen fuertes raíces territoriales, cada comunidad implica una definición espacial y temporal que, junto con la definición de sus miembros, caracteriza sus fronteras. **5.** Dimensión motivacional: Las conceptualizaciones actuales incluyen objetivos y necesidades compartidos entre los elementos centrales

de la definición de comunidad. **6.** Dimensión cultural: Incluye elementos relacionados con la construcción de significados compartidos, tales como: símbolos comunes, memoria colectiva, representaciones sociales, rituales y ceremonias, desarrollo de una historia común. **7.** Dimensión de identidad social: Los miembros de una comunidad se reconocen como tales y distinguen su comunidad como tal. La identidad social está relacionada con la membresía, en el sentido de que algunas personas son consideradas pertenecientes a la comunidad, mientras que otras no. Conclusiones: A partir de estas dimensiones se distinguen los componentes esenciales de la noción de comunidad, siendo posible diferenciarla de otros grupos o asociaciones (familia, redes sociales, instituciones). Se discute -a la luz de ejemplos provenientes de la práctica- cómo estas siete dimensiones son de utilidad no solamente para la definición de comunidad, sino como orientación de la acción comunitaria. Finalmente, se propone una nueva definición de comunidad, adecuada para los desafíos del mundo actual.

Ética en la formación de Psicología Comunitaria en Latinoamérica.

Esther Wiesenfeld, Universidad Central de Venezuela

La Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria es una iniciativa surgida en 2010 que tiene como finalidad impulsar la capacitación y desempeño en el trabajo comunitario desde las universidades de la región. Esta Red, coordinada por Tesania Velázquez (Perú), inició un proyecto de investigación sobre la ética en Psicología Comunitaria, coordinado por la Doctora María Inés Winkler (Chile). Al proyecto se incorporaron en el 2011 Colombia, México, Perú, Puerto Rico, Uruguay y Venezuela; y en el 2013 se agregaron Brasil y Ecuador. Esta investigación está organizada en diversos módulos que incluyen como participantes a estudiantes, docentes, profesionales y usuarios de proyectos y programas comunitarios. El presente simposio, abordará el primer módulo, referido principalmente a la identificación y análisis de las asignaturas que de manera total o parcial abordan el tema psicocomunitario. A tales efectos, se analizan los contenidos programáticos de dichas asignaturas y la presencia y forma de enseñanza de la dimensión ética en los mismos. En el congreso de Brasilia de 2013 se presentaron los avances hasta la fecha alcanzados por los países inicialmente incorporados al proyecto. En esta oportunidad, contamos con los desarrollos de México, Perú y Venezuela. La elección de la ética como tema acordado por la Red se fundamenta en el hecho de que se trata de una dimensión básica para el ejercicio profesional en este campo de la psicología y que, no obstante su relevancia, poco se ha hecho para acordar ciertas pautas y principios que deben regir las relaciones entre sectores profesionales y otros actores vinculados al tema comunitario, principalmente las comunidades, protagonistas, objetivo y foco de la Psicología Comunitaria. Esperamos que los avances presentados por los países que integran este simposio arrojen luces para estimular e impulsar un código de ética que optimice el ejercicio profesional psicocomunitario, y a la vez redunde en vínculos y acciones respetuosas y democráticas en otros ámbitos pertinentes a la capacitación para el trabajo comunitario, como es la relación docentes – estudiantes en el campo académico u otras esferas, tales como las gubernamentales, ONG y otras, relacionadas de uno y otro modo con las comunidades vulnerables de nuestros países.

1 • La ética en Psicología Comunitaria: la visión de los profesionales

Esther Wiesenfeld, Universidad Central de Venezuela, Maribel Goncalves-Freitas, Universidad Metropolitana

El presente trabajo, enmarcado en un proyecto macro de investigación de la Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria, muestra la visión de la ética en el ejercicio de la psicología comunitaria en Venezuela y los aspectos involucrados en la formación de nuevos profesionales en el área desde la visión de diferentes actores involucrados en la disciplina. Para ello, en el proyecto realizamos inicialmente un primer estudio piloto con estudiantes de psicología, que sirvió de base para ampliar en esta fase la consulta a profesionales con trayectoria en la disciplina, encargados de la formación en psicología comunitaria y a jóvenes egresados tanto de estudios de pregrado como de postgrado que incluyen la psicología comunitaria como eje central de la formación. La información ha sido recabada a través de cuestionarios en línea, así como de entrevistas y grupos de discusión con estos profesionales. Dicha información fue procesada empleando el análisis de contenido cualitativo. Entre algunos de los resultados más resaltantes de la exploración se encuentra el que los profesionales señalan que en la psicología comunitaria se pueden evidenciar aspectos explícitos de la ética como lo son el manejo del poder, la relación de horizontalidad entre profesionales y comunidad, la justicia y la honestidad. En ese sentido, expresan que la ética es inherente a la disciplina y se evidencia tanto en el ámbito académico como en el campo profesional ya sea en el trabajo directo con las comunidades, las instituciones de carácter privado, público y no gubernamentales o en el desarrollo de políticas públicas. Por otra parte, el dilema ético aparece como una constante en el ejercicio profesional de los psicólogos comunitarios, lo cual la toma de decisiones en un momento dado. En este sentido, los asuntos vinculados al tema de la violencia se convierten en uno de mayores desafíos dilemáticos de la disciplina. Finalmente, en Venezuela aún tenemos el reto de difundir y ampliar la disciplina en el contexto académico ya que no todas las carreras de psicología brindan formación en esta área y el número de profesionales dedicados a esta área sigue siendo reducido, razón por la cual es importante estimular el interés de los estudiantes y profesionales para que incursionen y se comprometan con este campo de actuación disciplinar.

2 • Alcances y limitaciones sobre el componente ético en la formación de Psicología Comunitaria en el Perú

Miryam Rivera Holguín, Pontificia Universidad Católica del Perú, Tesania Velázquez, Universidad de Salamanca

Se presentan los avances de los resultados de la investigación sobre la formación en ética en psicología comunitaria en el Perú, como parte del estudio que se desarrolla en el marco de la Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria en conjunto con otros países de la región. El objetivo de esta investigación es sistematizar, comparar y analizar diversos aspectos éticos en la formación de psicólogos comunitarios del Perú. Para ello se identificaron, seleccionaron y analizaron los sílabos de los cursos de psicología comunitaria y afines de las universidades nacionales y privadas de Lima y regiones que cuentan con programas de Psicología y

que además nos dieron la autorización para el estudio. Se han analizado un conjunto de sílabos (45) de los diferentes cursos de psicología Comunitaria y Cursos afines así como las mallas curriculares de los diferentes programas. Los resultados preliminares muestran que la mayoría de los cursos presentan iniciativas en el trabajo práctico para incorporar la perspectiva comunitaria. Las iniciativas implican proponer procesos de acompañamiento a la comunidad, identificación de necesidades comunitarias, que en la práctica superan el número de horas asignadas al trabajo práctico de los cursos. No obstante, también se identifican algunas limitaciones que tienen que ver con las demandas implícitas que el trabajo comunitario tiene en un país como el Perú, con características culturales, económicas y sociales tan diversas. Respecto a las limitaciones se observa poca claridad en la definición y presentación de los componentes éticos así como falta de coherencia entre los enunciados y los contenidos y la ausencia de una bibliografía pertinente evidencian también la falta de coherencia. Además los resultados evidencian alcances y limitaciones que permiten señalar que el trabajo comunitario no es un enfoque que se puede transversalizar a partir de las buenas intenciones, sino que el trabajo comunitario es una práctica que implica una disciplina metodológica desde la concepción de la propuesta, el diseño de las acciones, la implementación de las mismas y la evaluación. En ese sentido, desde la experiencia peruana podemos señalar que se ha iniciado el proceso de toma de conciencia de la necesidad del trabajo comunitario y la importancia de enseñarlo en el nivel de pregrado y posgrado, sin embargo, aún se necesita integrar una enseñanza que recoja el método de lo comunitario.

3 • Ética en la formación de Psicología Comunitaria en el México

Teresita Castillo, Universidad Autónoma de Yucatán, Jorge Mario Flores Osorio, Rocío Guzmán Benavente, Rebelín Echeverría Echeverría y Nancy Marine Evia Alamilla/Universidad Autónoma de Yucatán

México es un país con gran riqueza y diversidad cultural, pero también presenta grandes contrastes y situaciones que requieren ser trabajadas a profundidad como la inseguridad, los índices de pobreza, el debilitamiento del tejido social, entre otros. De ahí que el trabajo de distintas profesiones como la psicología se vuelve fundamental particularmente, en nuestro caso, en lo que se refiere al Psicólogo Comunitario. De ahí que tener especial esmero en su formación es una pieza clave para que en su ejercicio profesional pueda cumplir de manera cabal y socialmente responsable. En este sentido, la ética es un aspecto medular para lograr profesionales ciudadanos y comprometidos con la resolución de los principales problemas y necesidades del país. Dentro de este contexto, este trabajo expone los primeros resultados sobre presencia de la dimensión ética en los planes de estudio de Psicología a nivel licenciatura en México, como parte de un proceso de investigación conjunta de la Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria. Para ello se realizó la sistematización y análisis de 78 planes de estudio de la licenciatura en Psicología que estuvieran acreditados por un organismo a nivel nacional. Estos planes de estudio pertenecen a instituciones públicas y privadas. Los planes de estudios fueron clasificadas de acuerdo a siete regiones. Se han revisado sus mallas curriculares y se procedió a contactar a las personas

responsables de las facultades correspondientes vía correo electrónico para obtener los programas in extenso de las asignaturas directamente relacionadas con la psicología comunitaria. Uno de los principales problemas encontrados es obtener respuesta de las instituciones a quienes se les solicitó su colaboración y es un proceso en el que todavía se continúa trabajando. Al momento, de los más de veinte planes de estudio revisados, destaca la ausencia de la dimensión ética de manera explícita en los programas por asignatura. Solo una universidad incluye textos al respecto. Otro punto a destacar es el poco trabajo de intervención realizado y cuando está presente se limita, en la mayoría de los casos, a la realización de diagnósticos. Se concibe a la comunidad como un actor social pasivo y poco dinámico con quien se guarda una posición jerárquica donde el profesional tiene una posición de experto asumida tanto por el docente como por los propios estudiantes. El trabajo realizado es EN la comunidad más que CON o PARA la comunidad. Así también no presentan una dimensión política en búsqueda de la transformación social. Los resultados se discuten en cuanto a una comparación entre las características de los planes de estudio de las universidades públicas y privadas así como entre aquellos que son elaborados por competencias respecto de los centrados en el aprendizaje.

Políticas universitarias, Competencia cultural, y Poblaciones Vulnerables

M^aJesús Albar Marín, Universidad de Sevilla

La movilidad global ha transformado nuestras vidas y modos de convivencia en los últimos quince años. Personas de diferentes culturas se ven abocadas a vivir juntas sin tiempo para fortalecer vínculos de cohesión. A su vez, esta movilidad está despojando de los mejores recursos humanos a áreas empobrecidas del planeta, aumentando los riesgos de una mayor pobreza y marginación. Esto es especialmente complejo cuando esta movilidad es la consecuencia de condiciones de opresión en los países de origen, e.g. pobreza, guerras, cambio climático, tráfico humano. Los desafíos que enfrentan la salud pública y los sistemas de atención sanitarios son un claro ejemplo de estas circunstancias. Cada día aumentan los riesgos de salud pública para los que no tenemos respuesta mientras los sistemas de protección se muestran insostenibles, poblaciones remotas quedan desamparadas y los profesionales de la salud se encuentran desbordados por las circunstancias. La competencia cultural ha sido el marco teórico de referencia que ha ayudado a la comunidad científica y a los planificadores sanitarios a buscar respuestas a estos problemas. La evidencia constata que aunque se han logrado importantes avances en formar profesionales culturalmente competentes, faltan planes sólidos académicos que hagan de este asunto un eje estratégico en sus políticas. En la actualidad muchos profesionales socio-sanitarios jóvenes están empleados en puestos de trabajo que no existían cuando ellos comenzaron sus estudios. La psicología comunitaria puede ayudar al desarrollo de modelos que vean a los profesores universitarios como consejeros, mentores e instigadores capaces de formar a sus estudiantes para responder a nuevos problemas de salud y situaciones de vulnerabilidad aún desconocidas, que requieren roles profesionales que aún no se han diseñado. La formación en competencia cultural requiere formar a los estudiantes en pensamiento crítico, habilidades de comunicación, capacidad de colaboración y creatividad, todas

ellas competencias esenciales para enfrentar los desafíos y oportunidades que el ejercicio de su profesión les va a exigir. Este panel presenta tres experiencias que pretenden abordar estos desafíos desde diferentes ángulos y pretende ofrecer claves para debatir y profundizar en la necesidad de desarrollar planes y políticas universitarias culturalmente competentes. Todos los participantes presentarán iniciativas que han logrado avances en esta dirección haciendo de la cooperación internacional y de las ciencias de la comunidad las claves del éxito.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

1 • Una aproximación internacional a competencia cultural

Yolanda Suárez Balcazar, University of Illinois at Chicago

El constructo de competencia cultural ha sido estudiado extensivamente en psicología comunitaria como en otras disciplinas incluyendo salud pública, medicina, consejería, ciencias de la salud aplicada, rehabilitación, y enfermería. Dado los cambios en la composición étnico y racial que están experimentando muchos países en el mundo, competencia cultural ha tomado una dimensión internacional a pesar de la hegemonía que caracteriza algunos países. La literatura actual indica que no hay una definición universal de este constructo y cada disciplina ha lanzado sus propias definiciones y modelos. Un grupo de profesionales que confronta cambios grandes en la población que atienden son los profesionales de la salud en la comunidad. La psicología comunitaria permite discutir el concepto de competencia cultural desde una perspectiva ecológica que incluye un abordaje multinivel y anclado en una perspectiva de justicia social. Esta visión implica el desarrollo de instrumentos de evaluación, estrategias de formación y de influencia en las políticas locales, nacionales e internacionales

Esta presentación discutirá como el concepto de competencia cultural está tomando un plano internacional y aplicaciones e implementaciones de este concepto en países como Estados Unidos, Suecia y Perú. Mientras que en Estados Unidos el constructo de competencia cultural se ha aplicado ampliamente e incluye varias dimensiones de diversidad como grupo étnico, grupo racial, presencia de discapacidad, preferencia sexual, edad, ser emigrante, y otros factores de diversidad; el concept de competencia cultural coge otra dimensión en sociedades que son mas homogéneas que los Estados Unidos y que están experimentando grandes cambios en su población con incremento de grupos raciales y étnicos que no conocen y que se diferencian de la mayoría. En esta presentación se discutirá las estrategias para entrenar profesionales de la salud en competencia cultural y diferencias culturales entre países. Se comparara la percepción de la mayoría hacia grupos de emigrantes, grupos de diferentes estratos sociales y económicos, y diferentes religiones. Se discutirán las diferencias en la concepción y definiciones del constructo de competencia cultural y estrategias para entrenar profesionales de la salud e investigadores en la comunidad. Las diferencias en las adaptaciones al constructor de competencia cultural tienen que incluir aspectos contextuales relevantes al grupo social, económico y político. También se discutirá el rol del psicólogo comunitario quien colabora con profesionales de la salud y quien realiza consulta, práctica o investigación en contextos internacionales.

2 • Formando profesores universitarios y promoviendo políticas académicas sensibles a la diversidad cultural

M^aJesús Albar Marín, Universidad de Sevilla, Manuel García-Ramírez, Universidad de Sevilla

Se presenta una propuesta Europea para formar profesores e influir en las políticas universitarias que garanticen la formación de los profesionales de la salud para atender las necesidades de las minorías culturales vulnerables. En Europa, estas poblaciones las constituyen minorías nacionales tales como Roma y Gitanos como personas procedentes de África y Sudamérica. Para responder a sus requerimientos de salud, los programas de entrenamiento se han dirigido tradicionalmente a los profesionales de los servicios de salud. La comunidad científica europea ha llamado la atención sobre la necesidad de reforzar la formación de los profesionales desde los inicios de sus estudios, para lo cual es necesario que el profesorado esté capacitado para dotar de sensibilidad cultural al alumnado de ciencias de la salud. El profesorado se encuentra insuficientemente preparado para enseñar a los estudiantes habilidades que les permitan desenvolverse en contextos interculturales, como consecuencia su respuesta ha sido ignorar estas cuestiones y desarrollar programas débiles que tienden a aumentar los estereotipos. También, se ha observado que falta una estrategia política para incorporar el contenido de la competencia cultural a nivel institucional, pues a menudo no existen planes operativos que garanticen su implementación ni líderes educativos que la conceptualicen y enmarquen. De acuerdo con la situación descrita anteriormente, la Universidad de Sevilla está llevando a cabo una estrategia sostenida para consolidar la formación de profesionales culturalmente competentes en los grados y postgrado que imparte. En esta presentación describiremos estos esfuerzos y presentaremos el proyecto Cultural Competence to Medical Studies (C2ME) coordinado por el AMC (Academic Medical Center) y financiado por Lifelong Learning Programme de la European Commission. En este programa participan 12 universidades de otros tantos países europeos y trata afrontar los siguientes desafíos: a) Implicar a los miembros gestores de la Universidad para impulsar estudios de salud culturalmente sensibles; b) superar la resistencia de los profesores mediante un cambio en las políticas universitarias, c), diseñar e implementar módulos formativos para docentes de acuerdo con las necesidades identificadas; d) elegir un marco conceptual apropiado que prevenga estereotipos culturales y, e) desarrollar currículos que fortalezcan la conciencia cultural de los propios estudiantes. En esta presentación se discutirá el rol que los psicólogos comunitarios tienen en la promoción de políticas universitarias sensibles a la diversidad cultural, en la formación de docentes culturalmente competentes que aseguren la formación de proveedores capaces de afrontar los desafíos de ejercer su profesión en comunidades culturalmente diversas.

3 • Competencia cultural, comunidades indígenas y universidad

Gladys León Montoya, Universidad Nacional Toribio de Mendoza, Fátima León Larios, Universidad Nacional Toribio de Mendoza

Esta contribución aborda cómo las universidades del Perú están formando profesionales culturalmente competentes para mejorar el acceso a la salud

de las comunidades indígenas que viven en zonas remotas. Algunos de los desafíos que deben superar están relacionados con la formación de profesionales originarios de las regiones del Perú más pobres y evitar que una vez formados abandonen la región en busca de mejores condiciones profesionales. La Facultad de Enfermería de la Universidad Nacional Toribio Rodríguez de Mendoza de Amazonas, se creó con la finalidad de dar respuesta a problemas relacionados con la salud de las comunidades nativas de esta región. Por eso adoptó, en su misión, dotar a los futuros profesionales de competencia cultural y sensibilidad a la diversidad étnica, capaces de dar una respuesta efectiva a sus problemas de salud. Dentro del plan de formación se incluye un internado comunitario, en el cual los estudiantes trabajan en diferentes establecimientos de salud de la Región durante 6 meses, implementando y adaptando los conocimientos adquiridos en las aulas universitarias. Se recupera el espacio comunitario como escenario de aprendizaje y adquiere valor la participación comunitaria como agente formador y promotor de la salud. Se asegura, además, la sostenibilidad del esfuerzo mediante la formación de miembros de las propias comunidades, garantizando su sentido de pertenencia a las mismas. Por otra parte, el contacto con las distintas comunidades les permite conocer en profundidad a la población, superar posibles sesgos culturales y aprender a respetar la diversidad. En la implementación de este internado, la Facultad ha establecido fuertes lazos con todos los agentes claves de las comunidades indígenas, incluyendo sus responsables políticos, planificadores de los servicios de salud, organizaciones no gubernamentales y líderes de la comunidad. En la actualidad, algunos actores claves son Médicos del Mundo, Organización Panamericana de la Salud y Unicef. Así mismo, está promoviendo lazos con otros centros internacionales de investigación y docencia universitaria como la Universidad de Sevilla (España). Esta relación de colaboración se concreta en proyectos de cooperación para el desarrollo, cuyo objetivo es mejorar las intervenciones sobre los problemas de salud más prevalentes en estas comunidades. En el ámbito científico, el órgano gubernamental de esta región ha aprobado recientemente la creación de un Instituto de Investigación sobre Interculturalidad, Educación y Salud en esta Facultad. A partir de esta experiencia se definirán lecciones aprendidas para mejorar la sensibilidad cultural de las políticas universitarias en relación a la formación de profesionales de la salud.

Bridging Families, Schools, and Communities to Support Youth: Implications for Research, Practice, and Policy

Emilie Smith, The Pennsylvania State University

Community Theory recognizes that empirically-informed social change considers the interaction of individual and environmental factors (Lewin, 1946; Bronfenbrenner, 1982; Ogbu, 1981). Further, it is important to examine these contexts in ways that acknowledge that they are not independent but that these contexts have multiple, reciprocal influences upon each other, affecting and being affected by the participants involved. The integrative model (Garcia-Coll et al., 1996) proposes that these various contexts can be promotive or prohibiting; thus, this panel examines the ways in which family, school, community, and the broader contexts in which they are nested, can be supportive or hinder child and

family development. Praxis in community psychology is focused upon integrating theory into practice and practice into theory in ways that are reflective, informative, synergistic, innovative, and action-oriented in terms of furthering issues of social justice among disenfranchised populations (Prilleltensky, 2001). This symposium will further the conference theme: "Community Psychology in the current world: challenges, limits, and practices" by examining the ways in which family, school, and community contexts can hamper development (challenges and limits) and will offer examples of positive approaches in some of these settings (practice). A multidisciplinary, international group of scholars encompassing perspectives from Child Welfare, Education, Human Development, and Psychology will engage in this symposium using asset-based approaches to explore youth and family development. The first presentation will examine the family context, particularly for homeless youth, examining the processes by which negative social images are accorded to families of institutionalized children. The authors purport that these images may potentially make positive intervention with these families more difficult. Scholars from the Universidade Federal do Rio Grande do Sul will be presenting this work. The second presentation will emphasize consideration of the school context. The scholars from the United States will highlight the disparities in educational attainment that also negatively impacts the transition to work for diverse racial-ethnic students. Increasing college educational aspirations requires a deep understanding of the ways in which family, school, and community intersect in terms of their positive and negative impact upon youth and their educational aspirations. This presentation is unique in that it explores an innovative model of university, school and community partnerships that work together to increase academic achievement outcomes and educational aspirations among urban minority youth. The third and last presentation will examine the community context using both structural and perceptual approaches. Much of the work in sociology and development has explored the roles of disadvantage using poverty, unemployment, and the proportion of poor minority residents. This presentation will combine structural measures with perceptions, unraveling potential ways in which diverse neighborhoods might foster a sense of connectedness and agency, that is collective efficacy, among youth.

Substantial attention will be given to the findings of this symposium and the meaning of this work for future research, practice, and policy.

1 • Social images of families with sheltered children in the south of Brazil

Jana Gonçalves Zappe, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Débora Dalbosco Dell'Aglio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Maria Angela Mattar Yunes, Centro Universitário La Salle

Sheltered care is a temporary measure adopted in Brasil in cases of suspected or confirmed abuse against rights of children/adolescents. Such measure should be avoided or briefed in order to guarantee children's access to community and family life. Some studies have shown that social professionals associate negative beliefs and perceptions to poor families' life styles. Such fact can make positive interventions more difficult where services aim to protect, strengthen and preserve family ties. The aim of this study was to investigate social images associated to the families of institutionalized children comparing

these perceptions with images of families of low and middle socioeconomic status. The study included 202 people who live in three cities in the state of Rio Grande do Sul, Brazil and were chosen randomly in different contexts. Participants were aged between 16 and 69 years ($M=32.76$, $SD=11.67$), mostly female (79.2%), single (51%), with high school education (48%) or graduation (37.6%). Among the participants, 55% have known a child or adolescent in a situation of shelter and 42.1% said to work in a field related to child/adolescent at risk, such as school teacher in poor neighborhood or social agent in public service. Through an open questionnaire, participants were asked to provide a list of five characteristics that would be associated with the three types of families investigated. Through content analysis, the characteristics were grouped into 28 thematic categories. The analysis of the frequencies of the main categories identified by participants showed the words: "organized and cohesive" ($n=57$), "safe and protective" ($n=55$) and "responsible" ($n=51$) to characterize a family of middle socioeconomic status. Family of low socioeconomic status were mostly categorized as "needy" ($n=44$), "disorganized and disunited" ($n=38$) and "poor" ($n=37$). Finally, to characterize a family with institutionalized child the most often used categories were "disorganized and disunited" ($n=144$), "needy" ($n=111$) and "with negative affection or no affection" ($n=99$). There was no statistically significant difference in the attribution of those characteristics to different types of families considering whether participants knew or not institutionalized children/adolescents or were working or not in the field of children/adolescents at risk. Therefore, this indicates little variability in the social images independent of the variable of socioeconomic status and the condition of shelter that was analyzed. The overall results point that more positive traits were associated with families of middle socioeconomic status and negative characteristics were most associated with low socioeconomic status and families with sheltered children which shows the presence of beliefs and perceptions that links poverty to poor care and poor parenting of families which might lead to institutionalization of children/ adolescents. Despite the Brazilian legal innovations and positive social technologies this research emphasizes the need to invest in some community strategies to increase awareness and sensibility to the real causes of the condition of poverty in our population. Changes in the social images of families who live social disadvantage is a crucial point to start any intervention that intend to protect family and community life.

2 • Increasing Educational Attainment among Urban Minority Youth: A Model of University, School and Community Partnerships

Nadia L. Ward, Yale University School of Medicine, Michael Strambler, Yale University School of Medicine, Division of Prevention & Community Research The Consultation Center

Substantial research suggests that educational attainment beyond high school is associated with higher median earnings for young adults (US Department of Commerce, 2008), sustained employment (U.S. Department of Commerce, 2009), increased civic engagement (Finlay & Flanagan, 2009), decreased involvement in delinquent behavior (Lochner & Moretti,

2004), and better health outcomes (Cutler & Lleras-Muney, 2006). Despite this evidence student enrollment rates among low-income and minority youth into institutions of higher learning continue to lag behind their non-minority peers. The National Center for Education Statistics (2007), reports that 50 percent of low-income students enroll in college immediately after high school, compared with 80 percent of students from high income backgrounds. These educational disparities affect other outcomes in emerging adulthood. Low levels of achievement experienced by Black students negatively impact graduation rates, college enrollment rates and successful transition into the workforce. Efforts to recruit, retain and graduate Black youth from institutions of higher learning must begin early in order to exhibit sufficient levels of success. Increasing educational aspirations among urban youth requires deep understanding of culture and complex ecologies (e.g., personal, peer, family, school, community) that intersect their lives and influence their attitudes and behaviors about the feasibility of going to college. Increasing college enrollment rates also requires a comprehensive service system that involves multiple stakeholders who understand the barriers for students in interacting effectively with university faculty, staff, other students, and in navigating approaches to balancing family demands, economics, and academics. However, well-educated youth of color benefit their communities and in turn, build capacity for a diverse, dynamic and competitive workforce. Some research shows benefits of an employed minority populace to reduced community crime and delinquency, and family formation. Forging of university-school and community partnerships is one approach that can address the persistent low level of academic performance urban school districts face in educating low-income and minority youth (Ward, Strambler, & Linke, 2013). This presentation will highlight a model of university, school and community partnership currently implemented in a mid-sized urban district in New England. Findings are presented on indicators of student achievement, educational aspirations, and behavioral engagement. Implications for research, policy and practice in the educational arena are discussed.

3 • Youth's Collective Efficacy: Building Empowerment and Positive Youth Development in an Afterschool Setting using a Cooperative Game, PaxGBG

Dawn Paula Witherspoon, The Pennsylvania State University, Emilie Smith, Human Development and Family Studies The Pennsylvania State University

There has been a growing interest in understanding how neighborhoods impact youths' behavioral outcomes and psychological adjustment. Relatively, little is known about how social dynamics of place may influence youth's substance use outcomes and also, positive aspects of their development. One important social aspect is collective efficacy (CE), the degree to which individuals feel connected to a group and are willing to act on behalf of others in their group (Sampson et al. 1997) to reduce problem behavior. For youth, this sense of individual and group agency is empowering and is associated with positive youth development (Larsen, 2000; Smith et al., 2013; Ozer et al., 2013; Zimmerman, 1995). Demographic and contextual differences have been

found in youth's collective efficacy (Smith et al., 2013; Witherspoon & Hughes, 2014). Further, collective efficacy might be enhanced by The Paxis Institute's version of the Good Behavior Game, PAX/GBG, is a cooperative game that uses group praise and rewards to enhance self-control and individual monitoring of group behavior (Embry et al., 2002; Kellam, et al., 1998). This developing area of research lends itself for a greater understanding of how out-of-school settings may impact youth's social processes and behavior. The current study will address the following aims – (1) determine the level of collective efficacy among diverse youth from afterschool programs, (2) establish whether neighborhood characteristics are associated with youth's collective efficacy, (3) explore the degree to which PAX/GBG may increase collective efficacy, and (4) investigate whether afterschool collective efficacy is associated with youth's outcomes.

Data for this project were drawn from the LEGACY Together project, which examines the effectiveness of an afterschool intervention to reduce elementary school-aged children's deviant behavior among 760 ethnically diverse children (47% female) in 2nd- 5th grade (Mage = 8.28, sd = 1.13) who resided in the northeastern US and attended 75 afterschool programs. Youth identified as African American (23%), White (49%), Hispanic (8%), and Other-race (20%) and completed questionnaires describing their neighborhood perceptions, collective efficacy, and behaviors. Objective data from the US census was linked to youth's perceptions and programs.

Preliminary analyses showed that school-aged children were able to reliably report on collective efficacy – willingness to intervene ($\alpha = 0.92$) and connectedness ($\alpha = 0.83$) (Smith et al., 2013). Youth reported moderate levels of collective efficacy. Girls reported higher levels of CE than boys ($t(717) = -3.15$) and 2nd graders reported higher levels of CE than their 4th and 5th grade counterparts ($F(3,715) = 4.87, p < .01$). Perceived positive neighborhood characteristics were positively associated with youth's CE ($r = 0.30, p < .001$); no other neighborhood characteristics were related to CE. Further, CE was significantly associated with conduct problems ($\beta = -0.10, p < .01$), substance use ($\beta = -0.07, p < .001$), and pro-social behavior, in expected directions, after adjusting for demographic and neighborhood characteristics. Additional analyses will explore how CE changes over time, after the implementation of PAX GBG. These findings highlight the promise of how collective efficacy can empower youth to experience positive developmental trajectories.

Doing Liberation Psychology in Anglo-American Contexts

Mark Burton, University of Birmingham, Mary Watkins, Pacifica Graduate Institute

Liberation Psychology developed in Latin America, both within the framework of community social psychology and decolonising social psychology. However, in the English speaking countries there have been related developments in praxis which have also been nourished by work from Latin America. The contributors to this symposium are from the USA, Jamaica and the UK. They all see Liberation Psychology as a paradigm that both questions the assumptions of dominant psychology and works practically for a society characterised by economic, social and ecological justice. Purpose: The contributions focus on problems

of communicating the principles of the liberation paradigm, its orientation to learning outcomes, the role of art in promoting social solidarity for liberation, and the role of university education in promoting an alternative vision for society. Presenters will describe their work in context, reflecting on the challenges they have met and overcome, and those that remain. Methodology: The symposium will consist of four, 15 minute presentations followed by facilitated discussion with the audience of the issues raised. Each presenter will then respond to the discussion with five minute reflection. As for the methodology of the individual contributions, this will largely be reflection on the presenter's practice and experience, with a degree of systematisation. Themes: The symposium is relevant to the Academic conference theme (2) since the papers all deal with questions of how to communicate liberation orientated community psychology in university and professional contexts. It is also relevant to the Ethics theme (5) due to the emphasis on liberation-community psychology in relation to the challenges facing societies in the context of neoliberal and colonial ideology-action-structure complexes.

1 • Explaining liberation psychology in English

Mark Burton, Manchester Metropolitan University

Although Liberation Psychology emerged in Latin America the issues that it addresses are found throughout the world. And although there are liberatory psychologies that address oppression outside Latin America, the specific concepts that emerged in Martín-Baró's work, and have since been applied and developed by others, are particularly relevant to debates on critical approaches to psychology in Europe and North America. The inaccessibility of the Spanish and Portuguese literature to most English-speaking psychologists has been a barrier to the fruitful sharing of praxis among people doing similar work in different continents. I will reflect on efforts to make Liberation Psychology more accessible to those who use English, through writing and speaking, and through the establishment of the English Language Liberation Psychology Network, and on the barriers to the development of greater solidarity in thinking and working among psychologists from different language communities. Although Liberation Psychology emerged in Latin America the issues that it addresses are found throughout the world. And although there are liberatory psychologies that address oppression outside Latin America, the specific concepts that emerged in Martín-Baró's work, and have since been applied and developed by others, are particularly relevant to debates on critical approaches to psychology in Europe and North America. The inaccessibility of the Spanish and Portuguese literature to most English-speaking psychologists has been a barrier to the fruitful sharing of praxis among people doing similar work in different continents. I will reflect on efforts to make Liberation Psychology more accessible to those who use English, through writing and speaking, and through the establishment of the English Language Liberation Psychology Network, and on the barriers to the development of greater solidarity in thinking and working among psychologists from different language communities. Although Liberation Psychology emerged in Latin America the issues that it addresses are found throughout the world. And although there are liberatory psychologies that address oppression outside Latin America,

the specific concepts that emerged in Martín-Baró's work, and have since been applied and developed by others, are particularly relevant to debates on critical approaches to psychology in Europe and North America. The inaccessibility of the Spanish and Portuguese literature to most English-speaking psychologists has been a barrier to the fruitful sharing of praxis among people doing similar work in different continents. I will reflect on efforts to make Liberation Psychology more accessible to those who use English, through writing and speaking, and through the establishment of the English Language Liberation Psychology Network, and on the barriers to the development of greater solidarity in thinking and working among psychologists from different language communities.

2 • Towards Liberation and Away from Competencies

Carolyn Kagan, Manchester Metropolitan University, Rebecca Lawthom, Manchester Metropolitan University

It is a mistake to consider liberation psychology is something that happens to others away from our own social realities. We will draw on our experiences of teaching and learning about critical community psychology in the UK for 15 years to students who arrive with varied life experiences and mostly from challenging social backgrounds. We will argue that instead of the competencies that are much heralded, a capability approach is more fruitful. Problematisation and conscientisation, ideology critique and a socio-political understanding are key teaching techniques as well as learning goals. Liberation Psychology offers a useful lens through which to understand the processes of development and change that teaching critical community psychology engenders and that liberate students within the discipline, facing a lifetime of challenging their own competencies.

3 • Waking Up (or Down) to the Reality of the Downpressor

Deanne Bell, Antioch College Country

Pathologies of coloniality, including racism, classism, state violence and traumatization, persist in the global north and south and are the source of collective suffering. Analyses of human rights abuses often overlook the psychological roots of oppression and, also, the role of the bystander in others' suffering. In this presentation I analyze the psychology of the middle class Jamaican bystander (downpressor) to human rights atrocities. Jamaica has one of the highest per capita murder rates and one of the highest lethal police shooting rates in the world but there is little public outrage. I propose that recognition and understanding of the social reality of the downpressor is a form of psychic/social movement that could lead to middle class resistance against state violence, extreme poverty and traumatization. Possibilities for social transformation are seen as outcomes of a psychological process of acting back against downpressing. Acting back initially arises in downpressors in the presence of socially conscious art when their memory and interpretation of the meaning of artistic images are sought. Socially conscious artistic images along with critical reflection combine to challenge downpressor understanding, catalyzing new consciousness. Euro-American psychologies have multiple and conflicting roots in capitalism and socialism. As North-South dialogues have evolved, psychologies of liberation and

indigenous psychologies, rooted in socialist visions, have inspired efforts for psychology to more directly commit itself to the health of the majorities. To do so, U.S. clinical psychology needs to redress the individualism in its theories and practices, and ground itself in interdependent understandings. Its practitioners must clarify how its present practices sustain capitalism, and begin en force to imagine and embody healing pathways that acknowledge and address the dire social and environmental contexts and challenges of our time. This talk will focus on how education in psychology in the U.S. can reposition itself to contribute to what Joanna Macy calls "The Great Turning," the necessary transformation from industrial growth societies to life-sustaining societies. I will draw on my experience creating a graduate program in liberation psychology, critical community psychology, and eopsychology at Pacifica Graduate Institute.

A relevância social da Investigação em Psicologia Comunitária

José Henrique Pinheiro Ornelas, ISPA - Instituto Universitário

Introdução: Neste curso de curta-duração pretende-se abordar os paradigmas científicos aplicados à Psicologia Comunitária que implicam privilegiar abordagens contextualistas. A análise de base contextualista implica procurar compreender com abrangência e rigor os fenómenos sociais e a capacidade da ciência em sistematizar, aprofundar e promover mudança social e desenvolvimento comunitário. Esta perspetiva, implica a identificação de diferentes níveis de análise dos fenómenos em estudo e as suas repercussões a nível individual, de grupo, nas comunidades ou nos sistemas sociais, bem como o reconhecimento da validade dos contributos e o empoderamento dos participantes.

Propósito: A partir de três exemplos de investigação em áreas como a saúde mental comunitária, a liderança comunitária e o Programa "Housing First-Portugal" de apoio pessoas em situação de sem-abrigo, pretende-se aprofundar os contributos e as implicações da investigação para a influência nas políticas públicas, nos programas e práticas de intervenção. **Método:** Estes projectos de investigação foram estruturados a partir de três paradigmas amplamente utilizados na comunidade científica da Psicologia Comunitária e que são: 1) a investigação colaborativa; 2) a investigação participada e 3) a investigação-acção e todos os métodos com componentes quantitativos e qualitativos. A apresentação dos exemplos compreende momentos expositivos e interactivos, privilegiando-se o espaço de debate com os(as) participantes para que se tenha a oportunidade de aprofundar as especificidades da Psicologia Comunitária e as suas potencialidades para influenciar as políticas públicas e a mudança social concreta. **Conclusão:** A partir dos exemplos analisados podemos realçar três mudanças fundamentais, proporcionadas a partir dos contributos efectivos da investigação produzida: a) na consolidação da teoria e de práticas consistentes e coerentes em saúde mental comunitária e especificamente na análise da capacidade das organizações da comunidade em apoiar as pessoas com experiência pessoal de doença mental; b) corroborar a tese de que havendo melhores líderes, haverá melhores comunidades e de que a formação de novos líderes deve ser ajustada às necessidades das comunidades e orientada para o futuro; c) o acesso directo a habitação individual e integrada na comunidade como uma estratégia eficaz e eficiente de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo de longo prazo, tendo este programa uma grande potencial de internacionalização e sendo focalizado na resolução de um problema social complexo. Assim, podemos inferir dos propósitos de utilidade e relevância social da investigação e da consolidação das parcerias entre as Universidades e as Comunidades para promover o desenvolvimento social.

4.2

Eixo Académico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

Las metáforas de la vida. Modos narrativos de trabajar con comunidades.

Ana Raluca Dumitrascu, University of Melbourne and Dulwich Centre, Carlos Alexis Chimpén López, Universidad de Extremadura

Queremos presentar un método de trabajo comunitario novedoso cuya flexibilidad de aplicación lo ha convertido en una técnica fácilmente adaptable a cualquier tipo de colectivo, cualquier problemática y cualquier nivel de intervención. Objetivos:

Presentar las prácticas narrativas colectivas y sus posibilidades de aplicación como técnicas basadas en el proceso más que en la problemática o en una población específica. Por eso consideramos que son de gran utilidad para trabajar en cualquiera de los tres ámbitos en psicología comunitaria: promoción, prevención e intervención.

Los principios de la práctica narrativa comunitaria son: Encontrar una manera "enriquecida" de reconocer los verdaderos efectos de la dificultad/abuso. Prestar atención a la doble escucha: se describe no sólo el trauma que la persona sufrió sino también las formas que utilizó de responder al trauma, cómo intentó protegerse a sí misma; Unir vidas y experiencias a algún tipo de colectivo. Contenido Programático: 1. Introducción a las prácticas narrativas colectivas: Conceptos clave: prácticas narrativas colectivas, unidad en la diversidad (Paulo Freire), "comunitas" (Victor Turner); Base filosófica y antropológica de las practicas narrativas colectivas: M. Foucault, J. Derrida, J. Werstch, S. Welch; Campos de aplicación: del trauma a las problemáticas sociales. 2. Metáforas de esperanza como métodos de intervención: El Árbol de la Vida; El Equipo de la Vida; El cometa de la Vida; Las recetas de la vida; Mapa de la historia y línea del tiempo; Documentos colectivos como respuesta al trauma; Listas de resistencia psicológica y social; Recursos de resistencia: canciones, poemas, textos, citas; Reflexiones finales: Individualismo versus colectivismo; Movimientos sociales. 4. Creando comunidad: recursos en la res, comunidades de apoyo, plataformas virtuales para compartir ideas y desarrollar proyectos. Metodología: Se utilizará el formato de curso taller porque permite la participación activa de las personas implicadas y la posibilidad de crear debates y momentos de reflexión crítica en cualquier momento del curso. Se combinará una breve introducción teórica con la ejemplificación en clase de la aplicación de dos de las técnicas expuestas: la línea del tiempo y el mapa del mundo y el árbol de la vida. RECURSOS: 1 SALA DE CLASE, 1 RETROPROYECTOR, para POWER POINT, 1 PIZARRA. Entrega de Dossier que contiene: copia del Power Point, esquema con el índice y las referencias bibliográficas, artículos necesarios para las reflexiones. EVALUACIÓN: El propósito general del curso es generar entornos que promuevan la participación constante de los alumnos y una actitud activa orientada tanto hacia la reflexión individual como hacia el trabajo en equipo. 1- Introducción y presentaciones con ejercicio a modo de prácticas mapa de la historia y línea del tiempo; 2- Ejercicio práctico para ejemplificar el trabajo en comunidad con las prácticas narrativas colectivas: el árbol de la vida colectivo; 3- Se proporcionarán ejemplos prácticos de documentos colectivos; 4- Al finalizar el curso se realizará una breve reflexión sobre los conceptos y las prácticas aprendidas.

Orientaciones éticas para la psicología comunitaria: casos y análisis crítico.

Barbara Olivares Espinoza, Universidad Diego Portales, María Inés Winkler, Universidad de Santiago de Chile

En psicología comunitaria, tanto en intervención, como respecto de la formación y la investigación científica se presentan situaciones de implicancia ética, de alta complejidad y que requieren de una reflexión crítica y específica al contexto comunitario. Por ejemplo, el tema de la confidencialidad en el manejo de la información, implica cuestiones propias del trabajo con la comunidad; asimismo, el proceso de consentimiento informado conlleva desafíos particulares que requieren reflexión, análisis y acciones especiales. Ahora bien, en psicología comunitaria, aun cuándo las dimensiones ético-valóricas han sido explicitadas y desarrolladas desde sus inicios, disciplinariamente se trata de un escenario con escasa deontología y orientaciones éticas específicas para el quehacer comunitario. Ello tiene como consecuencia que los y las profesionales se encuentran enfrentadas, en la práctica, a situaciones complejas que debe resolver de acuerdo a su propia experiencia y reflexión, muchas veces "en solitario", aunque se trate de trabajo en equipo. Ello implica una responsabilidad adicional para el o la profesional en el quehacer comunitario, que lo pone en un rol especialmente complejo y de alta carga emocional. Es posible que ello se relacione con la alta rotación que se ha documentado en este campo laboral. En este cursillo se trabajará situaciones aplicadas y casos concretos en que se ponen en juego los principios y las normas éticas generales para psicólogos y psicólogas. Algunos casos serán expuestos por las relatoras del cursillo y se solicitará a los y las asistentes que expongan casos y situaciones de su propia experiencia y de acuerdo a los contextos locales. Los ejemplos serán respecto de la formación la práctica y la investigación en psicología comunitaria. Posteriormente, se analizará críticamente la aplicabilidad, pertinencia y vigencia de la Declaración de Monterrey (2001); de la Declaración Universal de Principios Éticos Universales para Psicólogas y Psicólogos (IUPsyS, 2008; IAAP, 2008) y las Orientaciones Éticas para la Psicología Comunitaria (Winkler, Alvear, Olivares y Pasmanik, 2011). Este último documento contiene 18 orientaciones éticas, derivadas de la empiria, y aplicables a la intervención, la formación y la investigación en psicología comunitaria. Fue elaborado a partir de análisis documental y entrevistas a actores involucrados en el quehacer comunitario, incluyendo los propios usuarios/as de programas de intervención comunitaria. Se trata de fomentar un análisis crítico de situaciones concretas que ponen en cuestión las formas en que se aplican los principios éticos que han inspirado el quehacer de la psicología comunitaria desde sus inicios y entregar orientaciones de formas en que se puede enfrentar distintos tipos de situaciones de implicancias éticas.

Urbanización Y Pérdida de Cultura Comunitaria.

Sara Maria de la Concepción Sánchez Quintanar, Colegio de Posgraduados en Ciencias Agrícolas

El crecimiento de los grandes conglomerados urbanos ha dado lugar a serios problemas sociales y ambientales en sus periferias. La densidad poblacional que se ha reunido es tan diversa y complicada, que por lo general los servicios que proveen el estado u otros organismos, como los de salud, educación e

infraestrutura (caminos, transporte, agua, luz, drenaje y mantenimiento) no satisfaz debidamente a demanda, o bien se suma a la problemática general de las zonas metropolitanas. El problema básico para atender adecuadamente a esa población, es la complejidad de interacciones entre diferentes tipos de grupos sociales (sector rural y urbano, inmigrantes, pueblos o colonias reubicadas y crecimientos poblacionales naturales). Por ello el conglomerado poblacional es una gran interrogante cuando se trata de actuar en su promoción o beneficio, porque significa grandes cantidades de personas en procesos de cambios en sus formas de vida. Problema de investigación ¿qué requiere conocer el psicólogo comunitario de la población que integra las zonas metropolitanas o de en los conglomerados periféricos de las grandes ciudades? Justificación la formación en ciencias sociales es importante para el psicólogo comunitario porque en las zms en américa latina, la estructura comunitaria de origen rural se está diluyendo, con tendencia a desaparecer, y con ello la fuerza de la familia extensa, lazos de parentesco y comunitarios que toman su expresión en el cuidado de la familia, la resolución de problemas comunitarios, conservación de sus recursos naturales y el abastecimiento de una organización estructural de aprendizajes para la preservación de su cultura. Objetivo general: proporcionar información teórica básica, elemental y metodológica para: identificar las diferentes entidades demográficas de las zms; y promover instrumentos para detección de diversas formas de vida y problemas en las zonas con urbanas y suburbanas. Objetivos de aprendizajes: facilitar intercambios de experiencias con relación al tema, sumarlas a las exposiciones del curso y elaborar una guía de observación que facilite diferenciar en poblaciones complejas, orígenes, estratos, comunidades y comportamientos característicos de las entidades demográficas elegidas. Temario y método: 1. Elementos sociológicos para identificar lo urbano y lo rural: dicotomía rural – urbano; ruralismo vs urbanismo; continuo rural – urbano; urbanos; y continuo urbano – rural. - power point y material impreso del autor tiempo 0:30minutos; 2. Definiciones conceptuales y operativas de las identidades demográficas: zona urbana, con urbana, sub urbana, metropolitana y peri urbana. --- exposición con power point, resumen con participantes tiempo 0:30 minutos; 3. Cambios de comportamientos en la unidad familia-vivienda en zonas de alta demografía y rápida urbanización. ---(video 28 minutos) analisis de los participantes 0:30minutos; 4. Taller identificar estilos de vida en dos demarcaciones (con urbana y sub urbana) elaboración de una guía de observación---- apoyo de conceptos anteriores 1:00 hora; trabajo en grupos pequeños y plenaria 1:00 hora; evaluación por la guía de observación: claridad en indicadores de 2 zonas demográficas; identificación de tipos de grupo que las conforman, y errores por falta de claridad en conceptos básicos.

A psicologia social de Martín-Baró: o papel do psicólogo e o método em psicologia política

Tiago Lopes de Oliveira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Introdução: Ignacio Martín-Baró nasceu em Valladolid na Espanha em 1942 e foi assassinado, junto com outros professores, em 1989 por soldados do governo de El Salvador. A sua psicologia social propõe um alto grau de envolvimento político por parte do psicólogo e também assevera a necessidade da crítica do sistema capitalista de produção e da sua consequente relação entre exploradores

e explorados. Para Martín-Baró, a psicologia tem que se estabelecer como uma ciência engajada e que determine como horizonte para sua prática a conscientização dos povos pobres, ou seja, a desideologização e desmistificação dos mecanismos sociais que os mantêm oprimidos e em situação de exclusão. Objetivo: o objetivo deste minicurso é apresentar e discutir as propostas de Ignacio Martín-Baró no que diz respeito ao papel que o psicólogo deve assumir frente à população a quem atende, bem como ao método que deve adotar em suas pesquisas e investigações sobre a sociedade em que atua. Método: Serão apresentados os principais conceitos e as principais discussões propostas por Baró, com ênfase em dois textos do autor: "O papel do psicólogo" (1996) e "O método em Psicologia Política" (1989). Com isso, pretende-se propiciar um espaço de reflexão sobre a importância da contribuição de Martín-Baró para a construção de uma psicologia social latino-americana consciente de suas condições sociais e histórica, e voltada para a crítica do status quo estabelecido. A proposição deste minicurso faz parte das atividades do "Arquivo Martín-Baró" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Puc-SP. Desde 2005, sob a coordenação da Profa. Maria do Carmo Guedes, no NEHPSI - Núcleo de Estudos em História da Psicologia, está em andamento o projeto "Arquivo Martín-Baró". O objetivo de tal arquivo é reunir, catalogar e disponibilizar para pesquisadores interessados, as obras de Ignacio Martín-Baró. Não foi somente a relevância acadêmica e social dos escritos de Baró que motivaram a criação do arquivo, mas também sua interlocução com a Profa. Silvia Lane, uma das fundadoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Puc-SP, e importante referência para aqueles que firmam contrato com uma Psicologia compromissada politicamente e voltada para atender às necessidades da realidade Latino-Americana.

A vivência e a arte no método, nas metodologias e na práxis do psicólogo comunitário

Alana Braga Alencar, Universidade Federal do Ceará, Francisco Wesley Oliveira Mendonça, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Janaína Miranda Cruz, Universidade Federal do Ceará, Marília Studart Barbosa, UFC

É sabido que problemas de ordem psicossocial emergem quando as condições necessárias para o bom desenvolvimento de uma comunidade não estão garantidas (CRP-6, 2010). Neste contexto, a prática do psicólogo não deve ser desvinculada do compromisso social e da permanente reflexão sobre seu quefazer (MARTÍN-BARÓ, 2009), sob o risco da simples reprodução de métodos, metodologias e técnicas que pouco ou nada tenham a colaborar para a superação das reais necessidades do lugar e de seus moradores. Dessa forma, a Psicologia Comunitária, por meio do Método dialógico-vivencial – MDV (GÓIS, 2005; REBOUÇAS JR, 2007), mostra-se como uma vertente propícia para superar tais condições, por preocupar-se com o desenvolvimento do sujeito comunitário partindo de seu contexto social e cultural, possibilitando o trabalho com os moradores mediante processo constante de análise e de vivência da atividade comunitária (GÓIS, 2005). O MDV fundamenta-se nos conceitos de Diálogo (FREIRE, 1982) e Vivência (TORO, 2005). O diálogo traz à tona a problematização a partir da visão de mundo do sujeito, contribuindo para um processo de conscientização e emancipação (FREIRE, 1987). A Vivência, por sua vez, possibilita o contato com os aspectos sensíveis e emocionais do lugar e da

relação com as pessoas em seu cotidiano de luta e esperança (GÓIS, 2008). O MDV contribui, portanto, com a formação do compromisso ético-político e social do profissional à medida que ocorre o processo de conscientização, facilitando a compreensão do sujeito comunitário e de sua realidade. Neste minicurso, assim, objetivamos apresentar metodologias de facilitação de grupos comunitários desenvolvidas por meio do MDV em Psicologia Comunitária, com ênfase em seus aspectos vivenciais e artísticos. Objetivamos, também, apresentar a relevância desses aspectos para a formação e práxis do psicólogo comunitário, através da realização de um encontro dialógico-vivencial com os participantes. Inicialmente, facilitaremos encontros temáticos (CAVALCANTE, 2008) para a apresentação e familiarização dos participantes com o tema. Os encontros temáticos visam uma aprendizagem dialógica desde os primeiros momentos. Em seguida, em um círculo de cultura (FREIRE, 1967), apresentaremos palavras-geradoras que deflagrem no grupo o sentido do MDV. Durante este momento, também compartilharemos algumas experiências utilizadas nos contextos de nossa práxis, com ênfase em metodologias vivenciais e artísticas, tais como a biodança, a arte-identidade, a arte-terapia, a caminhada comunitária, entre outras. Como ferramentas, utilizaremos a apresentação de conteúdos poéticos com vídeos, fotos e textos que retratem algumas das metodologias utilizadas. Posteriormente, seguiremos com o processo de facilitação de vivências em grupo. A avaliação do minicurso ocorrerá ao final do encontro, contando com a colaboração dos participantes, através de metodologia coerente com a proposta.

English-Language Journal Publication For Authors Of Non-Native English-Speaking Backgrounds: A Community Psychology Perspective

Chris Fradkin, Blum Center, University of California

Over the past decade, there has been an ongoing scholarly debate as to the utility of English as the common language for research publication and dissemination. The purpose of this mini-course is to explore the benefits and drawbacks of publishing in English, for non-native English-speaking authors, as specific to South America. It also looks to explore charges of a rising "English-language hegemony" in the academic world. Although most non-native English-speaking scholars acknowledge the advantages of English-language journal publication (larger readership, higher impact factor, swifter career advancement), others voice concerns such as: Do English-language-only publications further science or constrain its very progress? Does the dominance of English-language-only publications unfairly favor native English-language scholars? Is there an inherent bias in English-only journals? Can a universal publication language be truly universal? Can the university play a larger role in non-native English-language publication? This mini-course will address this timely and controversial issue from the tri-language (Portuguese, Spanish, English) perspective of South American community psychologists, a group first and foremost committed to serving disadvantaged populations on the regional and national levels. The course will review recent literature on the trend toward English-medium publishing, and then address the benefits and drawbacks of publishing in English, for non-native English-speaking scholars. In addition to a literature review on the subject, the course looks to facilitate a dialogue on this controversial topic, including pro- and con-

perspectives, from native Portuguese-, Spanish-, and English-language sources. Issues to be covered include: the need for an international language of research communication; investment in English-language skills; the case of language bias: is it more than growing pains?; can there be tenure advancement without English-language publication?; an ecological evaluation of native language publication; a linguistic evaluation of native language publication; motivations and attitudes towards English-language publication; the future of non-native English-language journals; running the hurdles of English-language publication; institutional support, in terms of specialized translators; leveling the playing field for non-native English-speaking authors; the agency of impact factors; journal prestige: its relationship to language; language bias: is it universal?; the relationship between impact factor and publication language; and citation counts and their relationship with tenure; among others.

4.2

A possibilidade de fazer mediações sócio-psicológicas e étnicas em Psicologia Comunitária na perspectiva da América Profunda

Cezar Wagner de Lima Góis, Universidade Biocêntrica

Pensar a Psicologia Comunitária na realidade social de hoje é reconhecer a pluralidade e considerar a diversidade epistemológica. Não há possibilidade de seguirmos por caminhos de colonialidade. Esta, proveniente do colonialismo, se refere a um aspecto grave do padrão mundial do poder capitalista imposto ao mundo, caracterizado por classificações raciais/étnicas como base para esse padrão de poder operar no mundo por meio de dimensões materiais, sociais e subjetivas, inclusive epistêmicas. Em Psicologia Comunitária implica assumir outra atitude epistemológica, aberta às cosmovisões locais e baseada nas epistemologias do Sul e da libertação social. Diante disso, o objetivo deste trabalho é problematizar a aproximação da Psicologia Comunitária com a ideia de América Profunda, considerando-a capaz de contribuir por meio de mediações e traduções na construção de conhecimentos e na recriação da vida social, étnica e humana como diversidade local. Para isso, buscamos clarificar a questão desde o olhar da libertação e das epistemologias do sul, e apresentar experiências que afirmem esse modo de fazer Psicologia Comunitária. Aqui tratamos da colonialidade relacionando-a com o que fazer em Psicologia Comunitária e enfatizamos a importância da mediação sócio-psicológica/étnica, das traduções de olhares, e os aspectos que constituem essa mediação: o dialógico, o vivencial e o participante. Essas reflexões ganham concretude a através de algumas experiências de facilitação e de pesquisa realizadas por nós no Ceará, especialmente na capital, Fortaleza, e no município de Sobral, são elas: Laboratório de Estudos sobre a Longevidade, promovendo espaços diálogos reflexivos sobre a Longevidade no contexto do desenvolvimento humano na atualidade; O processo de facilitação de processos humanos e comunitários junto da infância e juventude de periferia; e, por fim, a relação entre violência, juventude e participação comunitária. O que buscamos em meio a essas questões de fundo é fazer uma Psicologia Comunitária cada vez mais ciência do sujeito comunitário e da mediação sócio-psicológica e étnica, um meio para se construir e se reconstruir conhecimentos em meio à pluralidade de saberes e de práticas, bem como favorecer a expressão e fortalecimento de identidades pessoais, sociais e culturais. Isso torna-se fundamental para se pensar a atuação no contexto de políticas públicas, a medida que entendemos que a Psicologia Comunitária é capaz de fazer mediações nos espaços das comunidades, tanto no sentido da construção de conhecimentos (acadêmicos, profissionais e populares), como no sentido da facilitação de processos sócio-psicológicos e étnicos que contribuam para a recriação do indivíduo em sujeito de sua vida e da comunidade. Compreender a Psicologia Comunitária na América atual é revirá-la para aprumá-la no rumo das epistemologias da libertação, das epistemologias do sul, da potencialidade e potência inerentes à própria localidade social e étnica, comunitária.

1 • Laboratório de Estudos sobre a Longevidade (Laelon): dialogando sobre a longevidade em Sobral

Luciane Alves de Oliveira, Universidade Federal do Ceará

A expectativa de vida aumentada em diversos povos advém de diferentes fenômenos, que mesmo permeados de diversas contradições, sem dúvida é um ganho civilizatório impar na espécie humana. Mesmo considerando as diferentes formas de envelhecer numa realidade de desigualdade como a nossa, onde tal processo vivido por pessoas de condições de vida mais abastadas é diametralmente distinto do vivido por pessoas de vida sofrida, empobrecida e reduzida de possibilidade. Urge pensar o envelhecimento em sua condição coletiva, inserido num contexto social, cultural, econômico e étnico. Tais concepções sobre a longevidade estão presentes no Laboratório de Estudos sobre a Longevidade – LAELON, curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Uma experiência nossa a partir dessas preocupações foi a do I Fórum “Dialogando sobre a Longevidade”, ação do projeto de extensão “Vida longa e feliz para todos” em Sobral, município de 197.613 habitantes, sendo 13.944 idosos. O interesse do fórum era suscitar a temática da longevidade a partir da seguinte constatação: Estamos vivendo mais, envelhecendo, e o que estamos fazendo ou planejando para que nossa cidade seja favorável para que a vida seja longa e feliz para todos? Necessitávamos iniciar uma problematização sobre o direito de continuar vivendo com qualidade mesmo vivendo muito? É possível vencer o preconceito e o desconhecimento sobre o processo de envelhecer, enfrentar os desafios nos diversos âmbitos e setores da sociedade, tais como saúde, educação, assistência, cultura, lazer, transporte, urbanização, valores, convívio intergeracional e ética? O objetivo era facilitar reflexões sobre novas sobre esse novo tempo de viver muito, de modo a garantir e valorizar a participação de todos. A metodologia dialógica-reflexiva-vivencial, foi utilizada por meio de círculos de cultura vivências biocêntricas e arte-identidade. Contamos com a presença de pessoas de diversas origens sociais, culturais, econômicas, intelectuais, étnicas, etárias, moradores, profissionais e políticos. Além disso, havia estudantes universitários, professores, profissionais liberais, profissionais das políticas públicas de assistência, educação, saúde, lazer, desporto, urbanização, trabalho e renda, previdência, comunidades da agricultura familiar e permacultores, quilombolas, povo originário Tremembé, organizações não-governamentais, líderes espontâneos de grupos de idosos, de moradores, representantes religiosos, pessoas referências de saúde na comunidade, que geralmente são idosos, tais como: raizeiras, benzedeiras, parteiras; também vereadores, representantes do executivo municipal, dos conselhos de saúde, do idoso, da educação e tutelar, gerontólogos e geriatras. Participaram em torno de 150 pessoas em atividades que duraram um dia inteiro. A criação desses espaços propiciou a mediação e a tradução entre saberes e práticas diversas e favoreceu uma maior aproximação social e étnica, consciência plural, abertura à convivência e o aumento das vontades de intercâmbio entre os diversos setores, o que impactou na gestão das políticas públicas local destinadas aos idosos. Com isso vemos a importância de se trazer a temática do envelhecimento e da longevidade, para além da Universidade, na direção de articular uma práxis da Psicologia, com outros profissionais, com o povo, em toda sua diversidade, e outros setores sociais e públicos, se configurando como um exercício das possibilidades de práticas da Psicologia comunitária no contexto atual.

2 • Dialogando com educadores sociais sobre crianças e jovens da periferia

Alexsandra Maria Sousa Silva, Universidade Estadual do Ceará

Pensar sobre a infância e a juventude da América Latina é se contrapor a concepção da igualdade pela igualdade, que homogeneiza o ser humano e se sobrepõe ao reconhecimento da diversidade de condições em que vivem as crianças e jovens na América Latina. Isso se configura como um desafio para nossa atuação, em que precisamos estar atentos a uma formação cultural e ética, com foco na promoção da cidadania. Diante desse cenário que está posto, é preciso problematizar a realidade psicossocial de privação e opressão em que as crianças e jovens vivem, em que a diferença social é naturalizada, reproduzida e sustentada. Quais as implicações a situação trabalho infanto-juvenil para o desenvolvimento dessas crianças? Que tipos de estratégias podemos pensar, como profissionais da Psicologia, para atuar de modo comprometido com a realidade social de opressão em que vivem essas crianças e esses adolescentes? Nesse sentido o objetivo proposto é descrever estratégias de facilitação comunitária, na realidade de jovens de periferia. A metodologia foi dialógica, reflexiva e vivencial em que foi problematizado e trabalhado a perspectiva da facilitação de grupos com jovens da periferia. Para isso dividimos em 6 subgrupos com uma média de 7 pessoas cada, através de colagem com revistas, iriam expressar o sentido e o significado que atribuem ao trabalho com o jovem de periferia. No momento de construção, era perceptível o envolvimento, o desejo de expressão que tornava nítido como o processo ia emergindo coletivamente. Dentre as palavras que ia compondo essa tessitura, era muito frequente a ideia da importância do fazer em grupo e do dinamismo. Essas ideias iam significando a possibilidade de aprendizagem diante do inesperado, do que não se era dado a priori. Manifestava-se assim o diferencial em se trabalhar com grupos de adolescentes. À medida que iam emergindo as palavras-geradoras, era sendo feita uma ligação com as seguintes características de um facilitador de grupo: Inserção (comunitária/grupal); Potência Pessoal; Capacidade de vínculo; Conhecimento científico e técnico; Manejo democrático do grupo; Capacidade de apoiar de dar limites; Fluidez verbal; Didática. Desse modo, se por um lado vemos uma juventude marginalizada, e oprimida, vemos também uma(s) juventude(s) com suas potencialidades, assumidas ao longo de toda sua história. Precisamos, portanto, reconhecer que se mudam as épocas, os modos de ser jovens, no entanto, em cada tempo histórico é preciso defender e nutrir o direito de vivenciar essa infância e essa juventude com toda efusão, sejam sociais, étnicas, culturais, psicológicas, afetivas, cada um trazendo consigo seus sonhos e crenças em uma sociedade mais justa e democrática. Essa resignificação de compreensão é fundamental para questionar os limites e ampliar a práxis da Psicologia comunitária no contexto atual, marcada pelas intervenções junto de crianças e adolescentes pobres.

3 • Juventude, participação comunitária e violência: a percepção, a vitimização e o exercício.

Sara Cavalcante Gois, Universidade Biocêntrica

American Psychological Association - APA - fez uma declaração importante para que os psicólogos atendessem aos efeitos da pobreza, sendo a violência um dos mais graves problemas da ordem social associada à mesma. No Brasil, esta realidade é expressa nos indicadores epidemiológicos e de criminalidade, que mostram a magnitude e a intensidade sem precedentes, já que são mais elevados do que em países em situação de guerra. A especificidade desse problema é a associação entre juventude e criminalidade, onde os jovens figuram tanto como vítima ou como autor da violência, criando um estigma em relação aos jovens que vivem em comunidades pobres. A violência também afeta de forma desigual à população, dependendo da classe social, gênero, idade e raça. O número de homicídios é mais elevado nos bairros pobres do que nas áreas mais favorecidas da cidade, o que revela a forte influência da variável renda. Mais que a pobreza, a causa disso é a pobreza dentro da riqueza. São os contrastes entre os dois que tem maior poder para determinar os níveis de homicídios em um país, sendo os jovens os mais afetados pelos diferentes efeitos e manifestações da desigual distribuição de renda. Com o objetivo de avaliar, em jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social, as relações entre a participação comunitária e a percepção, a vitimização e o exercício da violência, bem como a importância de tal participação no enfrentamento da violência, foi realizado uma pesquisa de campo com 110 jovens, entre 15 e 29 anos, que responderam diferentes questionários. Na amostra estudada, em geral, a participação comunitária, principalmente a frequência nas atividades que são oferecidas à comunidade, está diretamente relacionada com uma menor prática da violência e com uma melhor percepção ou valoração desta e indiretamente com uma menor vitimização. Isto poderia estar indicando que os jovens estudados que participam em atividades comunitárias, têm uma percepção melhor do que é a violência, de sua vitimização e a exerce menos. Ou o que é o mesmo, os jovens que participam em atividades comunitárias mostram uma maior capacidade para o afrontamento da violência. Com os resultados encontrados, talvez se possa inferir que a participação da comunitária pode incentivar jovens a desenvolver comportamentos construtivos e solidários, reduzindo comportamentos autodestrutivos e comportamentos destrutivos projetados sobre os outros (o outro e a comunidade). Esses achados podem indicar a influência positiva de tal participação comunitária no enfrentamento da violência e promover o desenvolvimento de estratégias para a promoção do conhecimento, a revalorização e o fortalecimento da identidade dos jovens, a construção da cidadania e o desenvolvimento do lugar onde vivem.

A Psicologia Comunitária e seus marcos teóricos e metodológicos: um diálogo complexo pautado pela ética da libertação

Alana Braga Alencar, Universidade Federal do Ceará

A presente proposta objetiva trazer à tona a história de constituição da Psicologia Comunitária enquanto um saber resignificado pela sua práxis. Um saber-fazer

que emerge do diálogo com a população e que tem um nascedouro pautado na concretude cotidiana das relações comunitárias e, por isso, se desloca do âmbito puramente acadêmico e se embebe da realidade que não cabe no modelo cartesiano de separação eu-tu, mente-corpo, razão-emoção, saber científico-saber popular. Por este motivo, a práxis da Psicologia Comunitária surge do bojo da raiz complexa da ciência e é também perpassada pelo sentido do compromisso ético-político com a maioria da população. Apresentaremos nessa mesa duas pesquisas realizadas pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará que ocorreram entre os anos de 2006 e 2010. Ambas as pesquisas foram bibliográficas e tiveram participação de estudantes de graduação e pós-graduação. A primeira foi uma pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ) denominada "Percorrendo caminhos epistemológicos da Psicologia Comunitária", desenvolvida no período de 2006 à 2008, objetivava a denominar os marcos teóricos e metodológicos da Psicologia Comunitária, chegando a estes cinco: Psicologia Histórico cultural (Vygotsky, Leontiev e Luria); Psicologia da Libertação (Martin-Baró); Educação Libertadora (Paulo Freire); Teoria Rogeriana (Carl Rogers) e Biodança (Rolando Toro). E a segunda, de 2008 a 2010, também de iniciação científica (PIBIC/CNPQ) decorreu do problema levantado da pesquisa anterior: Qual a sustentação paradigmática desse saber tão diverso que une marcos de uma raiz epistemológica pautada no materialismo histórico e dialético e também de raízes humanistas, fenomenológicas ou sistêmicas? Para isso, investigamos os conceitos, as categorias, a transdisciplinaridade, as visões de homem e de mundo da Psicologia Comunitária que estão presentes nos seus marcos teórico-metodológicos sob o referencial do paradigma da Complexidade e da Ética da Libertação. A complexidade, segundo Morin, diz respeito ao trabalhar com (junto, em parceria) o plexo (rede, interligações). Ou seja, o fenômeno complexo é o que se caracteriza por uma rede de fatores, elucidando princípios epistemológicos presentes na construção da Psicologia comunitária, como o princípio dialógico, o princípio sistêmico, os macroconceitos e a transdisciplinaridade. A ética da libertação vem destacar a história e a cultura do povo latino americano que têm possibilitado a construção de uma forma de pensar o homem, o mundo, as relações e a vida na América Latina, o que implica na afirmação do conhecimento produzido em outras épocas, culturas ou lugares e remete à importância da ciência contextualizada, situada e compromissada com a realidade em que atua. Essa mesa vem, ainda, problematizar a Psicologia Comunitária na atualidade, com seus desafios, limites e fazeres, pois se propõem a discutir as bases desse fazer e seus principais conceitos, contribuindo, assim, para o aprofundamento teórico e metodológico da formação em Psicologia Comunitária.

1 • A Psicologia Histórico- Cultural e Psicologia Comunitária: Interfaces teóricas para compreensão do psiquismo

Francisco Gilmaríio Rebouças Júnior, Universidade Federal do Ceará -
Campus Sobral

Esta pesquisa investiga como a Psicologia Histórico-Cultural contribui para a construção teórica da Psicologia Comunitária. O interesse por essa temática deu-se a partir da trajetória acadêmica traçada pelo autor, focalizando seus interesses na Psicologia Comunitária, como integrante do Núcleo de

Psicologia Comunitária – NUJCOM, bem como a experiência como bolsista da pesquisa PIBIC/CNPq intitulada “Percorrendo os Caminhos Epistemológicos da Psicologia Comunitária”. Este estudo buscou analisar a interface teórica entre a Psicologia Comunitária no Ceará, e a Psicologia Histórico-Cultural; compreender, inicialmente através de um resgate histórico, como ocorre o encontro dessas duas teorias; quais os impactos teórico-metodológicos acontecem na Psicologia Comunitária com a contextualização de alguns conceitos da Teoria Histórico-Cultural em seu arcabouço teórico; quais as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o método da Psicologia Comunitária, o Método Dialógico-Vivencial. A pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa teórica, através da consulta de bibliografia de autores relacionados às teorias abordadas nesse estudo. A partir de categorias centrais da Teoria Histórico Cultural como Atividade Humana, Consciência, Linguagem, Pensamento, Significados, Sentidos, Sentimentos, Aprendizagem e Desenvolvimento observamos de que maneira está teoria compreende o constituição do sujeito em uma relação com o mundo. Após esta análise chegou-se a conclusão de que a Psicologia Histórico-Cultural, em interface com a Psicologia Comunitária permitiu a esta uma compreensão mais concreta de como se constitui o psiquismo humano dentro de uma realidade mais específica, a comunidade, bem como o salto qualitativo ocorrido na Psicologia Comunitária nos aspectos teórico-metodológicos de um modo geral. Nesse estudo destacamos a construção do Método em Psicologia Comunitária o qual trabalha a partir da análise e vivência do modo de vida comunitário. Esse método proporciona o encontro entre a dimensão cognitiva da análise dos fatos observados na realidade, bem como a vivência com o caráter epistemológico, nos trazendo outra perspectiva de compreender a realidade comunitária a partir da experiência vivida no lugar. Destacamos alguns métodos e técnicas onde podemos pro em prática esse método como o Círculo de Cultura, Mutirão, a Observação-Participante, a Ação-Participante dentre outros. A base materialista dessa teoria nos leva a pensar sempre a possibilidade de transformação da realidade. A não neutralidade do cientista abordada pela Psicologia Histórico-Cultural traz a possibilidade do diálogo com a postura do psicólogo e seu papel na transformação social, como traz Ignácio Martín-Baró. Um movimento onde não só as pessoas da comunidade, e esta se transformam, mas o psicólogo também, pois ele se encontra dentro desse processo.

2 • O pensamento rogeriano e biocêntrico: diálogos possíveis em Psicologia Comunitária

Cândida Maria Farias Câmara, Faculdade Católica Rainha do Sertão, Geísa Sombra de Castro Furlani

Este trabalho que objetiva delimitar a influência do pensamento de Carl Rogers e de Rolando Toro na práxis da Psicologia Comunitárias inicia com uma volta no tempo. Na década de 80, no trabalho de extensão comunitária no bairro Nossa Senhora das Graças do Pirambu (Fortaleza), ocorreu o encontro entre autores diversos na forma de conceber uma nova Psicologia Comunitária. Em seu artigo “O paciente pobre”, Góis (1985) afirma que foi adotada como proposta teórica as reflexões de Paulo Freire, Rolando Toro e Carl Rogers. Concomitante a este trabalho, foi criada a primeira

Escola de Biodança no Ceará que contou também com a presença da educadora Ruth Cavalcante e outros participantes. Assim, sucedeu algo: a integração e colaboração teórico-metodológica entre esses pressupostos. Como podemos, então, demarcar a influência do pensamento de Rogers e de Toro na Psicologia Comunitária? Verificamos influências na dimensão teórica e metodológica. Com a preocupação de superar a visão dualista da Psicologia tradicional e com o compromisso de inserção na comunidade, em seu cotidiano e nas políticas públicas que transformem as condições de desigualdade social, a Psicologia Comunitária apropria-se do princípio biocêntrico proposto por Rolando Toro. Neste, considera-se que tudo o que existe se organiza em função da vida, o universo e cada uma de suas pequenas partes, o centro de nossas ações está na vida em primeiro lugar, a espécie humana não é o centro do universo e o ser humano deve ser entendido corporeidade vivida e amorosa inerente a toda vida. Essa visão provoca o repensar sobre o lugar da vivência na atuação comunitária, repercute na formulação de uma metodologia dialógica e vivencial, no qual diálogo e vivência se complementam. Assim, é preciso inserir-se vivencial na atividade comunitária para captar suas nuances, criar vínculos, compartilhar momentos, estabelecer um identidade cada vez mais plena e integrada entre pensar, sentir e agir. A vivência é um princípio de totalidade da vida psíquica, expressão original do ser no mundo, a percepção intensa de estar vivo aqui e agora. O resgate da vivência como método de facilitação implica na construção de uma nova compreensão de mundo, de uma cultura voltada para a vida. Os grupos regulares de biodança também se apresentam como uma forma de contribuir com as transformações dos sujeitos fortalecendo seus potenciais vitais, amorosos e criativos. De forma semelhante, afirma Carl Rogers que o organismo vivo tende a mover-se numa direção construtiva de realização e de fortalecimento de suas potencialidades, denominando esse conceito de tendência atualizante. Esta ocorrerá se forem garantidas três condições facilitadoras do desenvolvimento: consideração positiva incondicional, empatia e genuinidade; a serem consideradas na facilitação comunitária. Aqui Góis, insere também a estrutura do Círculo de Encontro e o conceito de valor pessoal, ambos derivados do pensamento de Rogers sobre grupos de encontro e poder pessoal, respectivamente. Ambos os autores concebem o valor a pessoa ou sujeito comunitário como pleno de possibilidades de ser mais: autêntico, autônomo, crítico e afetivo. Com o poder de transformar sua própria história e de sua coletividade.

3 • Psicologia Comunitária e os paradigmas da complexidade e da libertação

Nara Albuquerque Goes, Escola Saúde Pública do Ceará

Esse trabalho é fruto da pesquisa do Núcleo de Psicologia Comunitária "A Psicologia Comunitária e os Paradigmas da Complexidade e da Libertação". A Libertação, enquanto ciência, práxis e opção ética é o tema central desse estudo. Essa palavra tem origem hebraica, no entanto ganha sentido a partir de uma situação concreta de opressão construída historicamente na América Latina, caracterizada por uma relação de exploração e dependência fomentada pelos "países de centro", que correspondem à Europa colonizadora e aos Estados Unidos. Essas relações centro-periferia

entre as nações refletem-se, também, nas relações entre os sujeitos sob a dialética dominação-opressão. O latino-americano é, então, negado como sujeito dono de sua história e dito incapaz de ler o mundo, falar e agir sobre ele. Assim, configura-se uma ciência, um falar e fazer sobre o mundo a partir de uma ótica ocidental européia, que reforça e legitima historicamente a situação de opressão da América Latina. O conceito libertação vem, então, atender às expectativas, desejos, ânsias de coisas novas, de mudanças profundas e duradouras. Assim, dessa Libertação se constituem ciências que vêm resgatar a identidade latino-americana e propor uma mudança estrutural nas relações entre os sujeitos e destes com sua realidade, que constituem uma Escola da Libertação, e dentre elas encontra-se a Psicologia Comunitária. Como objetivo este estudo buscou analisar como emerge a Psicologia comunitária enquanto práxis libertadora a partir de diferentes marcos teóricos e das ciências libertadoras. Para aprofundar essas questões foi realizado, inicialmente, um estudo acerca das bases teóricas da Psicologia Comunitária a fim de entender como esse pressupostos teóricos se articulam sob o Paradigma da Complexidade e da Libertação para constituição de uma Psicologia Comunitária enquanto Práxis Libertadora. Para tal, além de aprofundar o estudo sobre as bases das teóricas da Psicologia Comunitária, foi realizada revisão bibliográfica de ciências da Escola de Libertação a partir de suas matrizes da Filosofia, Teologia, Educação e Psicologia. Resultado e Conclusões: Constatou-se inicialmente que os marcos teóricos supracitados dialogavam a partir da O Paradigma da Complexidade, que supera a forma de construção de conhecimento a partir de ciências compartimentalizadas e parte de uma visão integral e multidimensional sobre o fenômeno que é investigado sob a luz de um trabalho transdisciplinar. Assim, a Teoria da Complexidade permite o encontro e entrelaçamento de marcos teóricos, bem como das ciências libertadoras. Esse encontro entre esses campos teóricos que constituem a Práxis Libertadora da Psicologia Comunitária se dá na dimensão ética, no o compromisso com o marginalizado e sua libertação. Trata-se então de uma ética da Libertação, que pauta os aspectos relacionais do existir enquanto ser latino-americano e enquanto explorado e visa resgatar a "condição de ser" do latino-americano. Após esta análise chegou-se a conclusão de que o encontro de bases teóricas e outras ciências de cunho libertador, que se relacionam de forma transdisciplinar, constituem um novo campo que se configura enquanto uma Práxis, como uma forma de falar e agir sobre o mundo: a Psicologia Comunitária.

A "interiorização" da formação e atuação profissional do psicólogo brasileiro: desafios e possibilidades para a psicologia comunitária

João Paulo Macedo, Universidade Federal do Piauí

Percebe-se que nas últimas duas décadas os psicólogos no Brasil vêm sofrendo significativas e aceleradas mudanças quanto aos espaços territoriais em que se realizam sua formação e exercício profissional. Dos 510 cursos de psicologia distribuídos em todo o país/habilitações, 63,5% dos cursos estão localizados nas cidades do interior, enquanto 36,5% estão nas capitais. Especificamente sobre os cursos localizados no interior, pelo menos 105 funcionam em municípios de médio porte (100 a 300 mil hab.), 59 em municípios de médio-pequeno porte (50 a

100 mil hab.) e 35 em municípios de pequeno porte (menos de 50 mil hab.). Sobre o perfil dos municípios que tem recebido os cursos de psicologia, a maioria são municípios pequenos com forte característica rural, frágil infraestrutura urbana, que contam apenas com serviços ligados as políticas públicas e programas de assistência técnica e extensão rural, sendo que são localidades em que há uma relação direta com a população do campo. Por outro lado, destacam-se alguns municípios que apresentam determinada vocação econômica e produtiva, e por isso, tornam-se alvo de investimentos no meio urbano e rural, redefinindo a imagem dessas cidades como capazes de capitanear mais recursos, investimentos em infraestrutura, criação de empregos, atrair turistas, oferecer serviços, inclusive, no setor educacional, gerar renda, transformando assim o cenário rural do país, resultando naquilo que os autores têm chamado de a “nova ruralidade no Brasil”. No exercício profissional não é diferente. O fato de que a proporção de psicólogos no interior (48%) superou a das capitais (32%), em função da ampliação do número de psicólogos que atuam no campo do bem-estar social, através de inúmeros programas, projetos e serviços na área da saúde, saúde mental e assistência social, implantados com a municipalização das políticas públicas, bem como em relação às demandas tradicionais da profissão em cidades de menor porte, isso tudo tem reposicionado o psicólogo brasileiro, não mais como um profissional hegemonicamente urbano, como tradicionalmente era conhecido. Assim, objetivamos nesta comunicação explorar três recortes desta complexa transformação que passa a profissão e a formação do psicólogo brasileiro na atualidade. A primeira proposição tratará sobre a formação do psicólogo e os contextos rurais, a segunda sobre as cidades pequenas como território de ação desse profissional e a terceira sobre a psicologia comunitária no contexto da reforma agrária brasileira. As três propostas partem de resultados de trabalhos de pesquisa de base qualitativa, com imersão nas realidades investigadas. Como resultados, refletem sobre os novos cenários, os desafios e as possibilidades que a psicologia comunitária apresenta para repensar nosso exercício profissional e as novas territorialidades para a atuação e formação do psicólogo no Brasil.

1 • A formação do psicólogo e os contextos rurais no Brasil: panorama e desafios para a psicologia comunitária

João Paulo Macedo, Universidade Federal do Piauí

A formação do psicólogo brasileiro tem enfrentado muitas transformações nas últimas décadas. Dentre as principais, cita-se: a) as transformações em torno dos currículos com a aprovação em 2004 das DCNs para os Cursos de Graduação em Psicologia, com base na LDB de 1996, para responder aos desafios da nossa ciência e profissão, cenários de práticas, demandas diversas da população e o contexto das políticas públicas; e b) as políticas de expansão do ensino superior no Brasil, acompanhado do forte movimento de interiorização para municípios de menor porte, com a retomada do crescimento do setor público a partir do Programa Reuni e Pronatec (com articulação com IES), e com parte do financiamento deslocado para o setor privado com a ampliação do FIES (financiamento estudantil) para os cursos de graduação e pós-graduação, e criação do Prouni, que trata da concessão de bolsas de estudo, além dos investimentos em polos de educação superior à distância (EAD). Como resultado, ao mesmo tempo em que é expressiva a

expansão do número de cursos de Psicologia nos grandes centros urbanos e capitais brasileira, também o é nos municípios de médio e pequeno porte. Objetiva-se, portanto, com esse trabalho, refletir sobre o panorama e os desafios desse processo para a formação do psicólogo brasileiro. Metodologicamente parte-se de dois eixos de discussão: apresentaremos dados sobre a expansão das graduações em psicologia; e análises iniciais sobre a organização dos currículos de 12 IES localizadas em municípios de pequeno. Como resultados, somente 183 cursos estão localizados nas capitais, enquanto 325 estão no interior. Destes, 86 estão em regiões metropolitanas e 120 estão situados em cidades polos regionais de desenvolvimento. Quanto ao porte do município, 105 em municípios de médio porte, 59 em municípios de médio pequeno e 35 em municípios de pequeno porte. Portanto, porte, 41 em cidades de médio grande porte, e 27 em cidades de grande porte. Assim, constata-se a presença significativa de cursos em municípios menores, com fortes características rurais, totalizando 199 cursos. São graduações inseridas numa realidade distinta daquela tradicionalmente percebida nos grandes centros, com diferenças em relação às condições de vida, relações sociais, simbólicas e culturais, logo, em relação aos processos de subjetivação, relações de identidade e demandas individuais e coletivas que não são as mesmas do mundo urbano. Porém, a análise de 12 projetos pedagógicos de IES localizadas em municípios de pequeno porte indica que a formação de psicólogos leva muito pouco em conta as novas territorialidades das localidades em que estão instaladas, permeadas pelos contextos rurais, reproduzindo um perfil profissional que permanece atrelado à lógica tradicional da profissão, voltada para a realidade dos grandes centros, para o homem urbano, com demandas individualizantes e atuação no âmbito privado. Para finalizar, recorreremos à psicologia comunitária, não como disciplina isolada, mas em seu potencial de transversalizar importantes discussões nos currículos de psicologia, com práticas que dialogam com outros saberes, para avançarmos na proposição de uma psicologia mais próxima e comprometida ético-politicamente com a realidade e as necessidades em que vive a população nos contextos rurais.

2 • As cidades pequenas como território de ação do psicólogo: desafios e contribuições da Psicologia Comunitária

Candida Maria Bezerra Dantas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

As capitais e os grandes centros urbanos, prevalentes como locais de trabalho do psicólogo nos estudos da década de 1980, cedem lugar para novos cenários profissionais nos anos 2000. Como uma espécie de êxodo ao contrário, os profissionais saem da capital em direção a um vasto território, até então pouco explorado pela Psicologia, em busca de oportunidade de trabalho nas cidades de pequeno e médio porte. Esta transformação no perfil da profissão é resultado tanto do fenômeno de expansão do sistema de ensino superior brasileiro, por meio do aumento no número de vagas e da abertura de cursos em cidades polos no interior dos estados brasileiros, quanto das mudanças introduzidas no campo das políticas sociais, a partir da implantação de uma rede hierarquizada de programas e serviços em todo o território nacional. Locais que antes contavam apenas com programas pontuais e isolados passam a dispor de serviços contínuos, ofertando

atividades que seguem parâmetros nacionais, regidos por princípios e diretrizes estabelecidos, principalmente, pelas políticas nacionais de saúde e assistência social, com destaque para a abordagem territorial. Tais cenários impõem enormes desafios para a Psicologia que historicamente tem voltado seu olhar quase que exclusivamente para a população urbana, alvo privilegiado de intervenção e estudos psicológicos. Assim, objetiva-se com este trabalho discutir a realidade dessas cidades e suas particularidades históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais, de modo a fornecer subsídios para a discussão dos desafios teóricos e metodológicos postos ao psicólogo nesse contexto. Para tanto, elegeu-se como principais elementos de reflexão as particularidades e singularidades das cidades pequenas, marcadas pela complexa relação rural e urbano na sociedade contemporânea, além do fenômeno da pobreza e desigualdade que subjaz o campo das políticas sociais, ainda palco de velhas práticas assistencialistas e clientelistas, mantenedoras de históricas relações de poder e dependência presentes, especialmente, no Nordeste brasileiro. Neste contexto, são inegáveis as contribuições da Psicologia Comunitária, mormente pela sua opção pelos povos pobres e oprimidos, além da centralidade de uma prática comunitária, da qual se podem extrair elementos interessantes para pensar as ações no território das pequenas cidades, inclusive com o auxílio das experiências desenvolvidas no contexto rural. Tal conhecimento, aliado aos saberes oriundos de outras disciplinas, como da Geografia, Antropologia, Sociologia, que se debruçam especificamente sobre a realidade desses territórios, podem resultar na construção de práticas que respondam as singularidades desses contextos, e que propiciem o fortalecimento dos vínculos entre os profissionais e o território, na busca pela garantia dos direitos e tendo como horizonte a mudança efetiva nas condições de vida da população.

3 • Psicologia Comunitária no contexto da reforma agrária brasileira: refletindo algumas possibilidades de atuação profissional

Jader Ferreira Leite, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A Psicologia se consolidou como ciência e profissão voltadas para a realidade urbana, produzindo um vazio de reflexões e aproximações com os diversos contextos relativos à questão da terra, das ruralidades e dos coletivos ligados a essa realidade. Desse modo, considera-se fundamental que um conjunto de reflexões, pesquisas e práticas possam ser mobilizados para poder contribuir com os sujeitos, grupos e comunidades que vivem no meio rural, fazendo da psicologia uma ferramenta que possa contribuir com a transformação da vida dessas populações que, no caso brasileiro, tem sido alvo de processos de exclusão profunda, invisibilidade e marginalização social, mas também da potência de articulação de lutas sociais importantes. Desse modo, o presente trabalho objetiva refletir algumas possibilidades de atuação da Psicologia Comunitária em espaços de luta pela terra e em assentamentos de reforma agrária, buscando fortalecer tanto as lutas sociais e de resistência dos atores envolvidos, bem como o processo de reconstrução de suas vidas nos assentamentos rurais. Metodologicamente, parte-se de dois eixos de atuação: no processo de luta pela terra e no contexto de organização social das famílias assentadas. No primeiro caso,

propõe-se que o profissional de psicologia comunitária contribua com a organização social e fortalecimento das estratégias de resistência criadas no processo de luta. Para tanto, pode-se fazer uso de um trabalho de observação participante, rodas de conversa, comissões de trabalho. No segundo caso, pode-se realizar um acompanhamento das famílias assentadas, por meio de visitas domiciliares, desenvolvimento de atividades com grupos através de oficinas, grupos de interesse e participação nas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, fundamentalmente de modo participativo e dialógico. Tais ações pautam-se na perspectiva de construir com as famílias o protagonismo de suas ações, por meio de um trabalho de reflexão sobre as suas condições de existência e das decisões a serem tomadas com o intuito de promover o desenvolvimento pessoal, comunitário e produtivo dos assentamentos. A atuação da psicologia comunitária, tanto na luta pela terra, quanto nos espaços da terra conquistada pode ser um projeto facilitador de experimentação das práticas de criação de uma vida pautada na dimensão coletiva, de fortalecimento das estratégias de resistência e na valorização das potencialidades para a criação de alternativas de organização social em face de modelos hegemônicos individualizantes e opressores. Mediado por essa possibilidade de atuação, espera-se que o psicólogo comunitário possa participar das agendas de lutas dos movimentos sociais, na medida em que passa a dialogar e atuar com os agentes envolvidos nesses processos de luta política, bem como na proposição e implantação de políticas públicas voltadas para esse contexto.

Arranjos metodológicos em pesquisa: relatos de “experiências” em contextos comunitários

Pedro Renan Santos de Oliveira, Universidade Estadual do Ceará, Pedro Renan Santos de Oliveira, Universidade Estadual do Ceará

Esta mesa cumpre com o oportuno pretexto de pensar acerca do conhecimento na medida em que se relata e se problematiza os arranjos metodológicos das pesquisas em contextos comunitários. Nesse sentido, parte do que Larrosa descreve como saberes de experiência, os quais proporcionam mais que relatos de uma sucessão de acontecimentos e de usos de técnicas de pesquisa, mas os dizeres do que acontece, toca e se passa com os sujeitos da pesquisa - aqui incluídos os/as pesquisadores/as. No primeiro trabalho, tem-se a rua como campo de pesquisa e visa-se apresentar a problematização da construção do campo de estudo em contextos de prostituição de rua, analisando o processo de inserção social-comunitária e de investigação com grupos sociais estigmatizados e segregados territorialmente, o que convida a Psicologia a romper com teorizações elitizadas e utilitaristas e a criar arranjos teórico-metodológicos comprometidos ético-politicamente. Dentre os principais acúmulos desse trabalho inicia está a compreensão de que não foi a simples presença no território que possibilitou a transformação do espaço em campo de pesquisa, mas as relações e as pactuações simbólicas construídas e a abertura das mulheres para a vinculação. O segundo trabalho busca debater o contexto de pesquisa com pessoas que usam crack e suas interfaces com as proposições teóricas e práticas da psicologia comunitária. Dentre as contribuições da e para a Psicologia Comunitária, destaca-se a inserção no contexto dos serviços e das pessoas que usam crack, imprescindível para a observação e pactuação das entrevistas. Este momento retrata a influência

do processo de inserção comunitária, que traz contribuições da etnografia e busca a interação e conhecimento do modo de vida da comunidade. Além da compreensão das pessoas que usam crack no processo de se construírem como sujeitos comunitários. Por fim, esse estudo representa o avanço do campo da pesquisa qualitativa nos serviços de saúde, dominado pelas pesquisa de cunho epidemiológico e quantitativo. O terceiro trabalho versa sobre a construção de um mosaico metodológico como produto do processo de pesquisa acerca da espiritualidade de jovens e de idosos pertencentes ao povo Tremembé, etnia localizada no litoral do Ceará. Em específico, tal mosaico se tece nas linhas representantes dos percursos territoriais vivenciados no decorrer dos dois primeiros anos de estudo. Afirma, assim, o caráter de artesanaria da metodologia em contextos comunitários e a necessidade de uso de diferentes dispositivos para a apreensão, mesmo que provisória ou parcial, das relações intergeracionais. Com tais relatos de 'experiencia', almeja-se contribuir na formação de pesquisadores e profissionais atuantes em diversos contextos comunitários

1 • Pesquisa com pessoas que usam crack no contexto dos serviços de saúde: interlocuções com a psicologia comunitária

Mayrá Lobato Pequeno, Universidade Federal do Ceará, Pedro Renan Santos de Oliveira, Universidade Estadual do Ceará

A questão do uso e abuso de substâncias psicoativas é um tema constante nos meios de comunicação e o aumento do consumo e problemas relacionados às drogas lícitas e ilícitas é constatado como problema de saúde pública. Dentro desta problemática este trabalho busca debater o contexto de pesquisa com pessoas que usam crack e suas interfaces com as proposições teóricas e práticas da psicologia comunitária. Estas reflexões nascem de estudo realizado nos serviços da rede de atenção psicossocial do município de Fortaleza, a citar: CAPS AD, hospital psiquiátrico, unidade de acolhimento, unidade básica de saúde e leitos de desintoxicação em hospital geral. Foram realizadas observações do cotidiano dos serviços e entrevistas abertas com profissionais e usuários de crack. Observou-se diversas contribuições da psicologia comunitária no decorrer do processo de pesquisa. Dentre elas, destaca-se a inserção no contexto dos serviços e das pessoas que usam crack, imprescindível para a observação e pactuação das entrevistas. Este momento trouxe influência do processo de inserção comunitária, que traz contribuições da etnografia e busca a interação e conhecimento do modo de vida da comunidade. Ressalta-se ainda, o componente de compreensão da articulação dos diversos dispositivos da rede de saúde, onde buscou-se além da interação dos serviços em si, a relação destes com os processos comunitários e com a rede social dos usuários de crack. Cita-se também a compreensão das pessoas que usam crack no processo de se construírem como sujeitos comunitários. Além dos processos dos sujeitos, interlocuções com a psicologia comunitária deram-se nos planos do olhar sobre os processos grupais e coletivos, dos profissionais dos serviços, da relação profissionais e usuários e das relações entre usuários. Consideramos de extrema importância a aproximação teórica e prática da psicologia comunitária com o contexto dos serviços de saúde, no enfrentamento ao estigma em relação às pessoas que usam crack e no contexto da pesquisa

qualitativa nas políticas públicas. Dessa forma, este estudo relaciona-se com o tema do encontro na medida em que traz reflexões de interfaces atuais em que a psicologia comunitária se depara: o fenômeno do uso e abuso de substâncias psicoativas e o avanço no campo da pesquisa qualitativa nos serviços de saúde, dominado pela pesquisa de cunho epidemiológico e quantitativo.

2 • Processos de investigação em contextos de prostituição de rua: Contribuições metodológicas da Psicologia Comunitária.

Lorena Brito da Silva, Universidade Federal do Ceará

A rua esconde e revela histórias e significados, sendo lugar do anonimato, do marginal, dos encontros e lócus de construção da vida coletiva e individual, potencializando pertencimentos e enfrentamentos. Ter a rua como campo de pesquisa e investigar grupos sociais estigmatizados e segregados territorialmente, convida a Psicologia à romper com teorizações elitizadas e utilitaristas e a criar arranjos teórico-metodológicos comprometidos ético-politicamente. Esta comunicação relaciona-se com a dissertação “Implicações Psicossociais da Violência nos Modos de vida de prostitutas da Barra do Ceará”, desenvolvida na Pós-graduação em Psicologia da UFC, que teve como perspectiva metodológica a etnografia e a observação participante. Especificamente este trabalho objetiva problematizar a construção do campo de pesquisa em contextos de prostituição de rua, analisando o processo de inserção social-comunitária. A construção do campo foi se fortalecendo ao longo do período de inserção (ANGROSINO, 2009), respeitando critérios acadêmicos, pragmáticos, afetivos e simbólicos, tendo a Barra do Ceará congregado características potentes e desafiadoras: historicamente possui diferentes e complexos pontos de prostituição, está inscrita em um bolsão de pobreza da cidade e é marcada por conflitos entre grupos urbanos rivais, cenário que explicita uma série de vulnerabilidades e aponta cotidianamente a construção de modos de enfrentamento por parte dos seus moradores. Inspirada nas atuações em Psicologia Comunitária (GÓIS, 1993, XIMENES & GÓIS, 2012), o processo investigativo foi compreendido enquanto encontro, aproximação e problematização de questões cotidianas, sendo qualitativamente pautado pela historicidade (VYGOTSKY, 1984); pela participação colaborativa (MONTERO, 2007); pela processualidade (FLICK, 2009) e pelo potencial criador e inovador (SCARPARO, 2008). Considerando a centralidade do diálogo e da práxis foram utilizados como recursos metodológicos a inserção comunitária (GÓIS, 2005; 2008), onde a partir das caminhadas comunitárias, das visitas domiciliares e institucionais, da presença nos pontos, bares e cabarés da região, foi possível realizar um mapeamento psicossocial prostitucional, reconhecendo os códigos culturais, a relação das mulheres com o lugar, os sentidos que envolvem a prostituição, as relações de poder e os limites para a própria inserção. Dentre os principais acúmulos reflexivos está a compreensão de que não foi a simples presença no território que possibilitou a transformação do espaço em campo de pesquisa, mas as relações e as pactuações simbólicas construídas e a abertura das mulheres para a vinculação. A inserção possibilitou também conhecer as condições psicossociais do modo de vida do lugar que impedem e que potencializam as

mulheres se tornarem sujeitos de suas histórias, entendendo a materialidade da vivência em condição de pobreza e de rua em seus psiquismo e modos de socialização. Ficou explícito a necessidade de ter referenciais locais mediando a entrada e participação diante da configuração local e da resistência com “estrangeiros”. O fato de ser mulher explicitava a importância desses referenciais, diante das questões de gênero que marcavam o meu corpo enquanto pesquisadora naquele território. Por fim, evidencia-se as contribuições da Psicologia Comunitária, em seus aspectos formativos/acadêmicos, enquanto lente de análise e postura de atuação em contextos psicossociais, por possibilitar um reconhecimento aprofundado da realidade estudada, fortalecendo ferramentas teórico-metodológicas criativas, descolonizadoras e participativas.

3 • Mosaico Metodológico: artesanaria da prática de pesquisa nas relações intergeracionais dos Tremembé -Ce.

Jon Anderson Machado Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Esse trabalho aborda os aprendizados em torno dos arranjos metodológicos construídos a partir da realização de parte da pesquisa de doutorado na Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esse estudo, em andamento, tem como questão central: Como os saberes sobre a espiritualidade, inscrevem-se nas relações intergeracionais, nos entrelugares, de jovens e de idosos pertencentes ao povo Tremembé, Ceará, e em seus modos de reconhecimento étnico. Tal “objeto” de estudo foi formulado mediante o período de inserção comunitária realizado durante o ano de 2013, quando foi realizada a observação participante de eventos e atividades cotidianas da escola e das comunidades de Almofala, da Tapera e da Varjota. Além disso, ocorreram visitas domiciliares, nas quais foram feitas entrevistas abertas conforme a perspectiva da História Oral. Esse primeiro momento de “entrada no território” segue a lógica do Círculo de Cultura de Paulo Freire, que se inicia com o levantamento do vocabulário existencial dos sujeitos e de suas situações-limites. Desse modo, pode-se perceber os tensionamentos oriundos do contato desse povo indígena com as mutações de sua sociedade circundante e dos novos desafios às relações intergeracionais resultantes dessas novas demandas – a formação de novas lideranças e a participação de jovens nas mobilizações por reconhecimento de sua especificidade étnica. Soma-se a isso, a compreensão da espiritualidade enquanto tema-gerador para muitos jovens, mas para nem todos os idosos, que trazem outros sentidos para suas experiências espirituais. Ainda quanto a essa questão, é notória a relação entre o campo da espiritualidade e as práticas de saúde e ambientais do povo Tremembé, o que compõe os sentidos de reconhecimento étnico coletivamente. Enquanto conflitos existentes percebe-se as mutações nas práticas de produção de saberes, devido à força da escola nas comunidades, e o contato, nem sempre amistoso com religiões pentecostais inseridas no povoado. Nesse contexto, o cenário escolar-comunitário surgiu como locus privilegiado desse período de inserção, pois nele foi possível acessar tanto o campo de significações do cotidiano, quanto a trama institucional peculiar da escola, que almeja sua diferenciação frente às demais escolas. Tais apreensões tornaram-se possíveis devido ao que Mignolo aponta como

‘opção descolonial’, um horizonte epistêmico voltado para a invenção de outros modos de apreensão da realidade em contraponto aos binarismos e ao racionalismo da modernidade. Sinaliza-se para o porvir a construção de encontros intergeracionais entre jovens e idosos mediados pela polissemia do tema-gerador ‘espiritualidade’. Para tal momento, de criação de saberes, terá como referência a proposta da Sociopoética que aponta o ato de pesquisa enquanto ‘poiésis’ coletiva na qual saberes do corpo emergem em múltiplas expressões. Dessa maneira, forjou-se um mosaico metodológico, reflexo não só de uma multireferencialidade mas de uma interreferencialidade orientada pelo objeto de estudo. Esse mosaico é composto pelo Círculo Dialógico de Figueiredo, inspirado em Freire, a História Oral de Bosi e a Sociopoética de Gauthier, Santos e Petit. E representa um artesanato metodológico inserido no compromisso descolonializante dos procesos de pesquisa, o que potencializa os arranjos metodológicos presentes nas atuações em Psicologia Comunitária.

Comunidade na Psicologia Comunitária: Desafios e Possibilidades na Práxis Emancipatória do Psicólogo.

Deyseane Maria Araújo Lima, Universidade Federal do Ceará

O conceito de comunidade é essencial para compreender a práxis da psicologia comunitária e na formação de psicólogos sociais. É um lugar mediado pela sociedade, a afetividade, os laços familiares, o município, a sociedade e as relações interpessoais. Desta maneira, a mesa tem como objetivo trabalhar um conceito fundamental na Psicologia Comunitária: a comunidade, em distinção a concepção de favela, articulando ao processo grupal e percebendo as possibilidades e os desafios da atuação do psicólogo social e comunitário neste âmbito comunitário. O trabalho inicial se foca na problematização do conceito de comunidade na perspectiva da Psicologia Comunitária do Ceará, distinguindo-o da terminologia favela, apontando assim as diferenças existentes na práxis do psicólogo. Após isto, temos o intuito de explicitar como as categorias sartreanas podem colaborar o entendimento do processo de movimento grupal e, neste sentido, facilitar à inserção comunitária do psicólogo. Para finalizar, faremos a apresentação das potencialidades revolucionárias da comunidade na sociedade capitalista, as tentativas de cooptação do conceito de comunidade no capitalismo avançado e seus usos ideológicos para a dominação e os novos desafios para a Psicologia Comunitária na contemporaneidade. As propostas apresentadas nesta mesa têm uma vertente metodológica pautada na abordagem qualitativa com uma ênfase no estudo bibliográfico, que visa fundamentar teoricamente o objeto de estudo, aprofundando os temas pesquisados e formulando novas hipóteses. Neste estudo, traçamos articulações com os seguintes teóricos: Lane, Sawaia, Góis, Bauman e Reboredo. A constituição deste sentimento de comunidade para um determinado grupo pode promover a mobilização, a participação nas atividades (comunitárias ou não), o apoio e a confiança entre os seus moradores. O desenvolvimento comunitário preconiza a valorização da cooperação, da solidariedade, da vinculação afetiva com as pessoas e com o lugar, o sentimento de pertença e entre outras necessidades. Além disto, o desenvolvimento comunitário pode integrar-se ao desenvolvimento local e municipal, que envolve a participação e a mobilização social. É fundamental na práxis emancipatória e transformadora do

Psicólogo Comunitário a inserção comunitária, o desvelamento da realidade e uma atuação libertadora com a comunidade, na busca da construção da cidadania e de amenizar as situações de exclusão social partilhando os problemas existentes e buscando superá-los de maneira dialógica, compartilhada e compromissada.

1 • Favela ou Comunidade? Um estudo sobre o campo de atuação da Psicologia Comunitária do Ceará.

Deyseane Maria Araújo Lima, Universidade Federal do Ceará

As favelas surgiram no período da Guerra de Canudos, pois a cidade de Canudos foi construída próxima ao Morro da Favela, que faz referência a uma planta típica da caatinga, resistente a seca e popularmente conhecida como: favela. Depois da guerra, os soldados retornaram ao Rio de Janeiro e instalaram-se em morros com outros desabrigados. Assim, estes morros ficaram conhecidos inicialmente como favelas. Hoje em dia, este espaço representa um agrupamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e situação de risco, havendo um teor pejorativo sendo substituído pelo termo comunidade. Isso se tornou preocupante quando denominamos que qualquer aglomerado de pessoas é uma comunidade para a mídia, para a sociedade e para o Estado. Este conceito foi estudado na Psicologia Social Brasileira nos anos 70, com o desenvolvimento da Psicologia Comunitária, pois demonstrou um olhar crítico sobre a realidade e a transformação social. A Psicologia Comunitária do Ceará tem como enfoque a pesquisa e a facilitação com as comunidades. Neste sentido, constrói-se uma concepção própria da comunidade, com uma definição e características que devem ser observadas na práxis do psicólogo e na vivência dos seus moradores, que é diferente de outras investigações como a sociologia, a biologia e mesmo os saberes provenientes do senso comum. A comunidade é um lugar delimitado territorialmente que faz relação entre os preceitos da sociedade e os valores da família. É uma representação micro de um tecido social maior. Neste âmbito, há a convivência entre os seus moradores estabelecendo a vinculação afetiva entre os sujeitos e com o ambiente comunitário, havendo uma apropriação do espaço e o sentimento de comunidade. O objetivo deste trabalho é investigar a concepção de comunidade para a Psicologia Comunitária Cearense, diferenciando-a da terminologia favela, problematizando assim as diferenças existentes na práxis do psicólogo. A metodologia tem como enfoque na abordagem qualitativa com um enfoque no estudo bibliográfico, que visa uma forma de fundamentar teoricamente o objeto de estudo, formulando hipóteses e aprofundando os assuntos investigados. Os resultados foram que as diferenças entre favela e comunidade para a Psicologia Comunitária é que a primeira apresenta um espaço de desassistência do Estado em relação aos direitos fundamentais do ser humano, que pode apresentar como sinônimo ofensivo a degradação e precariedade, apresentando uma representação social negativa pela sociedade das pessoas que moram neste lugar: o favelado; enquanto, que a segunda implica a identificação entre os moradores e destes com lugar, o sentimento de pertencimento e o empoderamento dos sujeitos comunitários, que são co-responsáveis pela realidade social e tem a capacidade de mudar o seu contexto, amenizando assim o estigma da favela. Concluímos sobre a importância de trabalhar na práxis do psicólogo no fortalecimento e no

desenvolvimento da comunidade e na transformação da favela em um espaço comunitário com os moradores de maneira problematizadora e compartilhada. Este espaço pode ser rico em trocas de experiências e fonte de engajamento social para a comunidade.

2 • As Categorias Sartreanas para Compreensão do Movimento Grupal e Inserção com a Comunidade.

Vinicius Furlan, Universidade Federal do Ceará

Esta apresentação tem como objetivo demonstrar como as categorias sartreanas podem colaborar para compreender o processo de movimento grupal e, neste sentido, colaborar com o psicólogo na inserção à comunidade. Para tanto nos debruçaremos sobre o trabalho desenvolvido por Lucília Augusta Reboredo, no qual recorre às categorias elaboradas por Sartre para analisar os grupos e, a partir destas considerações acerca dos grupos, desenvolve um trabalho junto às favelas do município de Piracicaba, a qual resulta em sua tese de doutorado, e está publicado em seu livro “De Eu e Tu a Nós”. No livro Reboredo apresenta as categorias do movimento grupal elaboradas por Sartre que revelam os momentos pelos quais os grupos vão passando em seu processo de constituição grupal, que são: a Serialidade, a Fusão, o Juramento, a Organização, a Fraternidade-Terror e a Institucionalização. E assim compreender como as pessoas tomam consciência dos processos de alienação e isolamento criando o germe para a formação do grupo. Outro conceito ainda trabalhado por Reboredo é o de terceiro mediador, que são os facilitadores para o agrupamento transformar-se em grupo, tirando seus membros da condição de alienação, mantida pela relação de “Eu-Tu”, elevando-os à condição do “Nós” que passa a ser sujeito da ação grupal, e, no caso estudado por Reboredo, a ação grupal, o Nós, é quem permitiria os sujeitos que viviam nas favelas fazerem resistência às políticas de expulsão dos moradores e lutarem por seus direitos. Com base no trabalho desenvolvido por Reboredo junto a estas comunidades do município de Piracicaba, podemos considerar de grande valia, para os estudos e práticas em Psicologia Comunitária, as categorias elaboradas por Sartre para análise do movimento dos grupos, e neste sentido, entender o Psicólogo Comunitário como um terceiro mediador o qual visará levar as pessoas inseridas na comunidade a se reconhecerem como sujeitos de direitos, como tendo um objetivo em comum, como sendo um dependente do outro, e assim colaborar para que tanto o grupo como seus membros dos grupos exerçam o papel de terceiros mediadores e facilitando com que estabeleçam relações recíprocas de solidariedade na comunidade, e, num movimento de ação grupal, buscar garantir seus direitos e sua condição de cidadãos.

3 • Ainda é possível falar de “comunidade”?: Considerações sobre os desafios contemporâneos da Psicologia Comunitária.

Alúcio Ferreira de Lima, Universidade Federal do Ceará

As experiências realizadas em diversos países da América Latina nos últimos anos ensinaram que o saber profissional e técnico sempre foram extremamente precários, limitados e incapazes de promover a emancipação

por desconsiderar o saber popular. Desde meados da década de 60, psicólogos, em geral professores universitários, procuram desenvolver uma Psicologia Comunitária que considere e esteja a serviço da população em situação de vulnerabilidade social. Assim, a busca por novos caminhos para um conhecimento concreto da realidade social e de uma ação transformadora por meio da participação consciente de diferentes sujeitos, visando a constituição de uma “comunidade” têm sido o objetivo central da Psicologia Comunitária. Isso porque a constituição, fortalecimento e o sentimento de comunidade aparece, desde as primeiras preocupações da Psicologia Comunitária, como uma das formas de luta contra o modo de vida individualista no capitalismo. E de fato a literatura nos mostra que o empoderamento de comunidades foi extremamente importante para a organização popular, movimentos sociais e levantes revolucionários. Nesse sentido, não seria incorreto dizer ainda “comunidade” tornou-se um dos conceitos chave para a Psicologia Comunitária e, portanto, uma das questões centrais para a luta pela emancipação. Entretanto, as mudanças ocorridas nos últimos anos, devido aos avanços e mutações do capitalismo, tem cooptado e esvaziado o conceito de “comunidade”, que se tornou palavra da moda e aplicável em qualquer contexto (fala-se em comunidades virtuais, comunidades de compra, etc.), a ponto de autores como Zygmunt Bauman, no livro “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, afirmarem que comunidade “é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido” (2003, p. 9). Por acreditar que o conceito de comunidade é extremamente importante para a Psicologia Comunitária e que o seu uso ainda continua válido nos dias atuais, pretendo discutir nessa mesa 1) o conceito de comunidade, 2) a potencialidade revolucionária da comunidade na sociedade capitalista, 3) a apropriação do conceito de comunidade pela Psicologia Comunitária para a práxis emancipatória, 4) as tentativas de cooptação do conceito de comunidade no capitalismo avançado e seus usos ideológicos para a dominação e 5) os novos desafios para a Psicologia Comunitária na contemporaneidade.

Desafios para a formação em Psicologia Comunitária: aprendizagem significativa, reflexividade e crítica.

Elívia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará

A mesa redonda aqui apresentada tem por objetivo discutir perspectivas possíveis de formação de profissionais e estudantes em Psicologia Comunitária, a partir da apresentação de três experiências desenvolvidas em três Estados brasileiros: Ceará, Paraná e Piauí. Neste sentido, a mesa situa-se no eixo Acadêmico/Formação, uma vez que se propõe a discutir os desafios da formação em Psicologia Comunitária no mundo atual. A Psicologia como ciência e profissão historicamente contribuiu para a manutenção do status quo, servindo aos ideais burgueses de adaptação e normatização do sujeito, através de um alinhamento a um modelo de ciência positivista, ancorado nos pressupostos da neutralidade científica e distanciamento da realidade. Tal fato contribuiu para um distanciamento da Psicologia da realidade da maioria da população brasileira e das problemáticas sociais e humanas por que passa. Ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos e éticos da Libertação, surge a Psicologia Comunitária, no seio da Psicologia Social crítica, com o intuito de aproximar a Psicologia de contextos de pobreza, sendo para tanto necessário

repensar marcos teórico-metodológicos, assim como o processo formativo de profissionais e estudantes de psicologia. Compreende-se que este deve ser perpassado por um constate exercício de interlocução entre universidade e seu entorno social, aproximando o corpo docente e discente das comunidades brasileiras, dos movimentos sociais de luta e reivindicação política e dos saberes e cultura popular. Assim, o primeiro trabalho apresenta fundamentos teóricos, éticos e metodológicos para a formação em Psicologia Comunitária, a partir de experiências docentes desenvolvidas na área no Estado do Ceará. Considera-se que a formação em Psicologia Comunitária deve ser concebida como um desafio de articulação interdisciplinar, buscando referencias teórico-metodológicos que prezem por uma formação de sujeitos críticos e implicados na mudança social, para tanto deve-se compreender que aspectos cognitivo-afetivos e políticos não podem ser pensados de maneira desarticulada. O trabalho dá destaque também à necessidade de extrapolar os espaços de sala de aula como espaço formativo. No segundo trabalho são apresentadas duas estratégias distintas de formação desenvolvidas no Estado do Paraná, em um contexto de distanciamento das produções da Psicologia Comunitária, uma vez que a disciplina de Psicologia Comunitária não é instituída na matriz curricular de nenhuma instituição de ensino superior existente na região. A busca crescente pela apropriação dos aportes de tal área do saber-fazer deve-se a crescente atuação de psicólogos nas políticas públicas. A primeira prática trata-se de uma capacitação a Psicólogos já atuantes em contextos comunitários sobre temáticas pertinentes à atuação comunitária; e outra desenvolvida na docência durante a graduação em Psicologia, através de atividades de estágio e de projetos de pesquisa. E o terceiro trabalho, apresenta a experiência do Projeto Extensão Cirandas da saberes desenvolvida no estado do Piauí, em uma comunidade rural existente há dezoito anos, a partir da luta dos Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Trabalha-se a formação no campo da Psicologia Comunitária em contextos rurais, aprofundando o diálogo entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão através do encontro entre teoria e prática e dos saberes científico e popular.

1 • Fundamentos teóricos, éticos e metodológicos para a formação em Psicologia Comunitária.

Elvía Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Bárbara Barbosa Nepomuceno, Faculdade Luciano Feijão, James Ferreira Moura Júnior, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Psicologia Comunitária, ao inscrever a ênfase nas potencialidades humanas e sociais, a opção preferencial por trabalhar com sujeitos advindos de situações de pobreza coletiva e a busca pela transformação positiva da realidade, solicita caminhos formativos diferenciados para estudantes e profissionais de psicologia. Para que estes caminhos de intervenção sejam alcançados, contudo, é importante assegurar uma formação crítica e reflexiva, sensível às especificidades dos modos de vida das comunidades e às alternativas sociopsicológicas encontradas pelos moradores para realizar seus potenciais de desenvolvimento social e pessoal. Nesse sentido, este trabalho, coerente com o eixo Formação, objetiva apresentar fundamentos teóricos, éticos e metodológicos para a formação em Psicologia Comunitária a partir de experiências docentes já desenvolvidas na área. Teoricamente,

a formação em Psicologia Comunitária deve ser concebida como um desafio de articulação interdisciplinar. Para tanto, fundamenta-se na perspectiva crítica de atuação expressa na Psicologia da Libertação (Martín Baró, 1996, 1998, 2009); na Educação Libertadora (Freire, 1980) com vistas à conscientização e ao desenvolvimento de novas leituras sobre o mundo; na concepção dialética e mediada de constituição do psiquismo expressa na Psicologia Histórico-Cultural (Vygotsky, 2007, 2010); na compreensão do sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem e na ênfase atribuída às condições facilitadoras da Teoria Rogeriana (Rogers, 1973, 1994); na busca da integralidade da identidade por meio de vivências através dos expostos pela Biodança (Góis, 2002). Estes referenciais se articulam ao inscrever a existência de um sujeito ativo, consciente e capaz de constituir seu processo de aprendizagem de modo reflexivo e criativo. No que concerne ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas, este pressuposto implica na adoção da positividade como fundamento elementar. Quer dizer, trata-se do desenvolvimento de estratégias que visam o crescimento pessoal do aluno como requisito para sua formação enquanto ator social. Conceitos como aceitação positiva incondicional, empatia, congruência e diálogo problematizador da realidade caminham com vistas à aprendizagem significativa de informações, habilidades, valores. Sob o aspecto ético, há a ênfase na libertação como horizonte que reivindica uma atuação implicada do sujeito na realidade, a fim de permitir a superação de relações de submissão, opressão e alienação. Nesse sentido, a formação em psicologia, para ser eticamente coerente, requer a adoção de metodologias ativas em sala de aula, bem como de procedimentos e técnicas dialógicas, que permitam a troca de experiências e a análise da realidade vigente a partir de uma reflexão histórica-crítica sobre seus fatores constituintes, assim como a elaboração de estratégias de intervenções possíveis aos psicólogos. Requer, ainda, que as atividades formativas transponham os muros das universidades, através de visitas às instituições sociais, rodas de conversa com profissionais que atuam em uma perspectiva comunitária, exibição de documentários e filmes, incentivo à intercâmbios acadêmicos e a realização de ações de extensão universitária, pesquisas e estágios. Ao final, acredita-se que a formação em Psicologia Comunitária inscreve inúmeros desafios condizentes com a proposta apresentada de superar os conteúdos superficiais e adentrar as causas históricas dos fenômenos, para assim desnaturalizar os fatores sociais causadores do sofrimento psíquico inscrito como sendo o grande objeto de atuação da psicologia.

2 • **É preciso dialogar sobre a comunidade!: caminhos alternativos e construção de parcerias no pensar sobre a atuação de psicólogos no noroeste do Paraná.**

Clarice Regina Catelan Ferreira, Universidade Paranaense

Neste trabalho apresentaremos duas estratégias distintas postas em prática para a formação profissional: uma voltada à capacitação a Psicólogos já atuantes em contextos comunitários, e outra utilizada na docência durante a graduação em Psicologia. No estado do Paraná, temos três universidades públicas que oferecem o curso de Psicologia. E em nenhuma delas temos a disciplina de Psicologia Comunitária instituída na matriz curricular. Este

cenário de formação nos aponta para a ausência/escassez de Psicólogos que atuem embasados em referencial teórico-metodológico da Psicologia Comunitária. Disciplinas como Psicologia Social ou Psicologia e Sociedade – e outras – formam o profissional ao desenvolvimento de reflexões críticas acerca da atuação profissional. Mas especificamente no que se refere às metodologias de trabalho e análise de realidade, podemos falar em uma lacuna na formação. Tratando especificamente da Universidade Paranaense – UNIPAR, que é a universidade que aqui apresento, também não temos em nossa matriz curricular a previsão de tal disciplina. Em contrapartida à ausência de formação mais específica em Psicologia Comunitária, temos a demanda por atuação profissional junto a comunidades, que vem crescendo na atualidade, principalmente para atuação junto às políticas públicas. E é diante dessa realidade – de demanda por atuação profissional e de fragilidades na formação – que se insere a problematização ora apresentada. Para amparar a formação profissional de Psicólogos que atuam junto a Políticas Públicas, recorreremos a parcerias para a formação através de capacitações montadas em e desenvolvidos em consórcio entre municípios de pequeno porte da região Noroeste do estado do Paraná – localizados nas regionais de Umuarama e Cianorte. Dentre as capacitações desenvolvidas destacamos: (1) Construção de Metodologias de trabalho com famílias – 2011; (2) Metodologias de intervenção com famílias em contextos comunitários – 2011/2012; e (3) Intervenções em contextos comunitários: aspectos teóricos, metodológicos e práticos – 2012. No desenvolvimento desta última proposta, contamos com a parceria de Psicólogos formados pela UFC que passaram pelo NUCOM durante sua formação, e representa a aproximação mais sólida com os referenciais da Psicologia Comunitária tal como apresentados por autores como Cezar Góis, Martin-Baró, Maritza Montero, Veronica Ximenes, Raquel Guzo, Jorge Sarriera. Foram contempladas temáticas como: Aspectos históricos e conceituais da Psicologia Comunitária; Intervenção comunitária: momentos, estratégias e técnicas; e Psicologia Comunitária no campo das políticas sociais. Quanto à inserção de conteúdos da Psicologia Comunitária na graduação, acontece (1) por meio de proposta de Estágio Específico desenvolvido em contexto comunitário e subsidiado pelos pressupostos da Psicologia Comunitária tal como discutido pelos autores supracitados e (2) através de proposta de Projetos de Pesquisas inseridos neste contexto teórico-metodológico. Em ambos os casos os alunos envolvidos estudam os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Comunitária em contextos específicos. As estratégias apresentadas aqui promovem a aproximação entre Psicólogos e Acadêmicos com a Psicologia Comunitária, entretanto devemos considerar que representam propostas ainda tímidas para a formação profissional, e são estratégias que atendem isoladamente grupos específicos de profissionais e acadêmicos, se considerado diante da demanda por atuação profissional neste contexto.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação / Eje Académico-Formación / Axis Academic

3 • Projeto de Extensão Cirandas de Saberes: as trilhas da psicologia comunitária e o MST

Barbara Barbosa Nepomuceno, Faculdade Luciano Feijão, Ana Ester Maria Melo Moreira, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Parnaíba.

O presente trabalho objetiva apresentar a experiência do Projeto Extensão Cirandas da saberes desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Campus Parnaíba. A comunidade surgiu há dezoito anos, mediante um processo de luta pela terra travada pelos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O objetivo deste trabalho consiste em apresentar um diálogo da formação no campo da Psicologia Comunitária em contextos rurais. A metodologia de trabalho foi a observação participante que consiste em um desenho que inserir sujeito, atores e contextos sociais como atores de produção de conhecimento e compreende a inserção do pesquisa como sujeito implicado no processo de desenvolvimento de pesquisa. A vivência deste processo consiste em um encontro entre a disciplina de estágio básico III que busca aproximar estudantes dos campos de atuação desenvolvimento no núcleo comum do projeto político pedagógico, a vivência de extensão do NESP na respectiva atividade e a proposta de pesquisa ação sobre o campo de atuação da Psicologia Comunitária em contextos rurais. O projeto desenvolve a formação estruturada em três dimensões: resgate da história de luta e resistência da comunidade, direito à saúde e formação política e busca uma articulação entre saberes teóricos e práticos. Utilizou-se o referencial da observação-participante com um enfoque em métodos participativos que propiciem a interação entre pesquisador e pesquisados, sendo um elemento crítico e libertador dos setores oprimidos da sociedade. O referencial da observação permitiu captar a dimensão objetiva e subjetiva da realidade concreta. O conhecimento das necessidades sociais ocorre a partir da compreensão dos sujeitos diretamente envolvidos com este processo. A observação participante deste processo permitiu compreender as potencialidades e os desafios da formação em Psicologia Comunitária em contexto rural no município de Parnaíba. Compreendemos que a formação em Psicologia possui vários desafios, pois está estruturado em um saber técnico a margem da vida social. Historicamente a formação está estruturada na matriz positivista e a produção do referencial epistemológico do materialismo histórico dialético consiste em um processo secundário a hegemonia da formação. Sendo assim, a Psicologia Comunitária consiste em um campo contra hegemônico na formação. Este processo apresenta uma profunda contradição em relação ao contexto de inserção profissional, pois possuímos um importante no campo de atuação a área das políticas sociais provocando a construção de conhecimento, habilidades e atitudes no campo da Psicologia Comunitária. Outro desafio que a formação apresentar consiste de vivências dos estudantes no cotidiano de vida das classes populares e no MST, o financiamento da extensão no contexto da IES e outros desafios técnico operacionais. Compreendemos como potencialidade a integração entre ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas a partir da aprendizagem pelo trabalho a partir da aprendizagem significativa o que tem potencializado a formação em Psicologia na UFPI conectada em a vida social. Como considerações finais compreendemos que a experiência

de extensão consiste no principal tripé da formação que se conecta de forma profunda com o as necessidades sociais fortalecendo a construção de conhecimento implicado com a transformação social.

Discutindo fazeres e construindo saberes: práxis psicossocial comunitária para a construção de cidadania

José Fernando Andrade Costa, Universidade de São Paulo

As contradições do desenvolvimento econômico no Brasil historicamente têm produzido a pauperização de grandes contingentes populacionais situados nas periferias dos grandes centros urbanos. Esse processo gerou déficits de cidadania e diversas formas de vulnerabilidade, tais como: violência, ausência de equipamentos públicos e institucionalização da infância e juventude. Neste cenário, a complexidade da questão social exige respostas capazes de efetivamente contribuir para o pleno exercício da cidadania. Tal questão, portanto, só poderá ser enfrentada por meio da implementação de Políticas Públicas e de ações comunitárias para defesa de direitos. A práxis da Psicologia Comunitária urge nesse cenário buscando contribuir para o fortalecimento comunitário necessário à mobilização de sujeitos coletivos que atuem para a transformação das condições negativas que lhes assolam. Esta mesa redonda tem por objetivo apresentar três processos de pesquisa e intervenção desenvolvidos desde a perspectiva psicossocial comunitária junto a populações marginalizadas e/ou em vulnerabilidade.

O primeiro trabalho aborda, em um primeiro momento, a relação entre feminismo e trajetórias de vida de mulheres negras vítimas de violência e, em um segundo momento, a perspectiva de futuro de adolescentes negras de uma comunidade da periferia de São Paulo. O autor e a autora abordam o combate ao racismo e à violência contra mulheres desde uma perspectiva de luta por reconhecimento e construção de sentido.

O segundo trabalho versa sobre a formação em psicologia comunitária enfocando os principais resultados de um processo de intervenção-investigação desenvolvido entre os anos de 2010-2013 que teve por base a luta de uma comunidade pelo direito à Saúde. Este caso permite analisar a proposta de fortalecimento comunitário e seu alcance na conscientização de populações acerca de seus direitos civis e formas de participação política. Por fim, o terceiro trabalho apresenta intersecções entre a Psicologia Comunitária e as Políticas Públicas na construção de vias de participação social fortalecedoras na defesa dos direitos das Crianças e Adolescentes abrigados em instituições de acolhimento. As exposições permitem iniciar um debate de alta qualidade sobre a formação, pesquisa e intervenção no campo da Psicologia Comunitária, a partir das experiências dos autores, problematizando aspectos relevantes para a área, tais como: o combate ao racismo, o fortalecimento comunitário e a participação social de diferentes atores nas Políticas Públicas.

1 • Representações de futuro e vivências de mulheres negras no cotidiano de duas periferias de São Paulo

Carlos Eduardo Mendes, Universidade de São Paulo USP, Ana Paula de Santana Correia, Universidade Federal de São Paulo

A paisagem das comunidades periféricas no Brasil acumula ao longo da história certas marcas de penúria promovidas por um processo de déficits políticos e sociais, que depõem contra os direitos essenciais à vida da pessoa humana. Não se pode negar que passar fome, se acomodar entre goteiras, dormir ao relento, passar por tortura, sucumbir pela violência, ser ultimo na escala social por conta do preto da pele que piora se for mulher, ou simplesmente não ter dinheiro para a condução são situações que ferem a dignidade humana. As condições de opressão vêm produzindo tanto na região do Capão Redondo e Jardim Ângela, como na Região da Cidade Tiradentes (Zona Sul e Zona Leste do Município de São Paulo) o extermínio da juventude, o desemprego das mulheres, mesmo com mais preparo que os homens, a baixa escolaridade em uma geografia incerta que expõe sua população aos riscos decorrentes da localização de suas residências, à vulnerabilidade da distribuição assimétrica dos espaços, das ambições de políticos, assim como, dos significados distintos articulados por atores que disputam poder e legitimidade na apropriação do território por meio da coerção violenta. Contudo, apesar destas tensões muitas mulheres, parte delas ainda muito jovens continuam depositando seus esforços na vida. Para melhor compreender esta disposição da mulher periférica para luta por uma equidade difícil, mas possível, esta apresentação tem o objetivo de suscitar alguns dos resultados parciais das investigações para o título de mestres de dois pesquisadores negros residentes nas comunidades periferias citadas. Num primeiro momento, nosso intuito se ancora na dinâmica de gênero e sua intersecção com raça e classe que marcam de forma diferenciada a vivência de mulheres negras e como os marcadores sociais: gênero, raça e classe operam nas trajetórias sociais das mulheres negras, além de entender como varias mulheres refletem suas experiências da violência sofrida e como as profissionais de dois Centros de Defesa e Convivência da Mulher, Casa Viviane dos Santos e Casa Anastácia, na região da Zona Leste, percebem o feminismo de nossa época. No segundo momento nossa reflexão recai sobre a visão de futuro de jovens negras da região do Capão Redondo e Jardim Ângela na Zona Sul. Ambos os pesquisadores buscaram ouvir suas colaboradoras por meio de um estudo com bases no enfoque qualitativo, ao considerar que o método proposto focaliza as experiências das entrevistadas ao longo das suas trajetórias de vida, profissão, gênero, bem como suas projeções com relação aos planos para um tempo vindouro.

2 • A Práxis Psicossocial Comunitária: relato de intervenção em uma comunidade da periferia de São Paulo

José Fernando Andrade Costa, Universidade de São Paulo, José Fernando Andrade Costa/Universidade de São Paulo

A formação acadêmica no campo da Psicologia Comunitária apresenta questões relacionadas tanto à complexidade e especificidade desta disciplina, quanto em relação às idiossincrasias da(s) comunidade(s) com quem (e para quem) se trabalha. Alguns aspectos são de fundamental importância para a

formação de psicólogos(as) que atuam em comunidades, como por exemplo o compromisso ético-político, tanto para com as comunidades quanto para com a disciplina. O desenvolvimento de um processo de intervenção comunitária depende da construção de uma relação dialógica e de confiança entre agentes internos (comunidade) e agentes externos (interventores).

Este trabalho tem o objetivo de compartilhar a trajetória de formação do pesquisador no campo da Psicologia através do relato de sua experiência de pesquisa e intervenção desenvolvidas junto com membros da comunidade Jardim Brasília, situada na região periférica da cidade de São Paulo, entre os anos de 2010 e 2013. Tal percurso compreende as atividades de iniciação científica, estágio e monografia de conclusão de curso do autor. Os principais referenciais teórico-metodológicos que orientaram o trabalho desenvolvido com a comunidade foram: a Pesquisa-Ação Participante e a análise e hierarquização de necessidades e recursos da comunidade. Partindo da constatação de que a principal necessidade da comunidade é a falta de acesso a serviços de atenção básica à saúde, foram realizadas discussões e ações práticas conjuntamente entre pesquisador e membros da comunidade, para intervir no sentido da mudança da situação de desassistência à saúde. O resultado mais expressivo foi a substancial modificação no nível de consciência do grupo comunitário acerca de seu potencial político-reivindicatório, o que culminou em uma sólida organização comunitária em torno da reivindicação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para o bairro, que contou com: 1) a inserção inédita de vários moradores nos espaços institucionais de representação popular (Conselhos Gestores de Saúde, Conferência Municipal de Saúde etc.); 2) mobilizações diretas (atos públicos) em defesa do direito à saúde e pela construção da UBS e; 3) permanência do grupo organizado em defesa de outros interesses da comunidade. Para os fins deste trabalho, além dos resultados das ações desenvolvidas com e para a comunidade, pode-se acrescentar que o percurso transcorrido até aqui é relevante também para fomentar as discussões a respeito da formação no âmbito da Psicologia Comunitária. Neste sentido, o aprendizado se deu no compartilhamento das decisões práticas com a comunidade, durante cada etapa do processo, de modo democrático e ético, favorecendo o planejamento das ações de acordo com os recursos locais e tendo em vista as necessidades principais da própria comunidade. Destaca-se que a organização comunitária em torno da luta pela ampliação do acesso à saúde pública, neste caso, revelou-se com um enorme potencial em direção ao fortalecimento comunitário (empowerment) dos agentes internos individual e coletivamente. Por fim, tendo em vista a especificidade deste encontro, em especial em relação ao eixo acadêmico/formação, espera-se que este relato de experiência contribua para a reflexão e discussão sobre a formação e intervenção tanto de profissionais já atuantes quanto de futuros(as) psicólogos(as) que pretendam enveredar pelos instigantes caminhos da Psicologia Comunitária.

3 • Acolhimento Institucional, Políticas Públicas e Participação Social

Vinicius Furlan, Universidade Federal do Ceará

O presente trabalho resulta do desenvolvimento de duas pesquisas realizadas na cidade de Piracicaba, em que se visava compreender a realidade do abrigamento de crianças e adolescentes, confrontando-a com as políticas públicas e ainda compreender os sentidos que os profissionais da instituição dão às suas ações e ao abrigo. Tal pesquisa desdobrou-se numa segunda que visou conhecer a realidade dos familiares e quais as políticas municipais dirigidas a essas famílias. Para realizar tais pesquisas, no primeiro momento foram realizadas entrevistas com os profissionais e observação participante em reuniões de equipe, e no segundo momento foram realizadas entrevistas com profissionais do abrigo que trabalhavam com as famílias, técnicos do CREAS, técnicos da Vara de Infância e Juventude, e entrevistas com os próprios familiares. A participação social também sempre esteve presente na pesquisa de modo concomitante durante todo desenvolvimento. Neste sentido, atuávamos em espaços públicos em que se discutia e construía políticas dirigidas às crianças e adolescentes. Estes espaços foram: Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), Reuniões do Fluxo do Grupo de Trabalho Convivência Familiar e Comunitária, e Fórum Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Destaco que o principal espaço em que atuávamos era o Fórum, que era constituído por sujeitos da sociedade civil, os quais convidavam para dialogar os atores do poder público. Neste sentido, os dados levantados na pesquisa e as discussões realizadas a partir destes dados permitiram a atuação do pesquisador nestes espaços e, conseqüentemente, problematizar as políticas públicas ou a ausências delas. As discussões da pesquisa eram pautadas pelo Fórum e levadas para dentro do CMDCA e ainda encaminhadas para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) e serviços ligados a Secretaria. Dentre várias problemáticas, duas foram pautadas como mais urgentes de resolução: a construção de uma medida alternativa de acolhimento (acolhimento familiar) e a construção de um Fluxo de Atendimento às Crianças e Adolescentes e seus Familiares. Estas problemáticas foram discutidas pelo Fórum e levadas para o CMDCA e ainda discutidas com a SEMDES. O CMDCA por sua vez organizou a construção de tal Fluxo e convidou/convocou todos os atores da Rede para juntos construir o Fluxo (do qual participamos como Fórum). É importante destacar que tal Fluxo nunca existiu e nunca foi possível reunir todos estes atores como ocorreu. E outra pauta, depois de tempo sendo discutida, a SEMDES criou um Programa de Acolhimento Familiar, o qual fomos convidados, enquanto curso de Psicologia, a desenvolver um trabalho de extensão. Em que pese muitas outras problemáticas precisassem ser reiteradas na construção destas políticas públicas, o fato desta participação e contribuição junto ao Fórum ter possibilitado a construção do Fluxo e do Programa, já pode ser visto como um processo na busca da garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Neste sentido, podemos pensar que a participação social pode ser um elemento da pesquisa que permite a Psicologia Comunitária se aproximar da comunidade e das políticas públicas a fim de colaborar para a construção do bem comum e dos direitos humanos.

Formação em Psicologia – Reflexões sobre práticas profissionais na comunidade

Rita de Cássia Maciazeki Gomes, Universidade do Porto.

A universidade como um dos espaços de formação acadêmica e profissional frequentemente se depara com novos desafios. Na Psicologia esse movimento é constante, ainda mais, com a ampliação e diversificação dos espaços de atuação dos psicólogos na contemporaneidade. Pensar em uma formação em Psicologia para além da priorização da atuação em consultório mostra-se em sintonia com as demandas e questões sociais emergentes. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado em Psicologia preconizam uma formação generalista e ampla, oferecendo ao estudante oportunidades de realizar estágios e práticas que possibilitem experiências voltadas não somente a um espaço já preconcebido na Psicologia, mas também, para muitos outros, em que se possam repensar, descobrir e “inventar” modos e fazeres psi. O desafio está em acompanhar os sujeitos coletivamente considerando o lugar em que vivem, as pessoas com quem se relacionam e os modos de subjetivação que são produzidos no contexto. Partindo dessas premissas, a proposta desta mesa redonda reúne discussões de três trabalhos voltados à formação profissional e acadêmica, a partir de diferentes pressupostos teóricos e metodológicos, mas que subjacente, a ambos, está a implicação ética voltada para intervenções junto ao contexto comunitário. Para tanto, se propõem a uma reflexão das propostas de estágio específico de um curso de Psicologia de uma faculdade comunitária, localizada no interior do Rio Grande do Sul – Brasil. Busca-se pensar a partir das características sociais, culturais e econômicas dos contextos comunitários em que se desenvolveram as intervenções nos diferentes espaços: escola, programa social e sindicato rural. O primeiro trabalho, sob o viés da perspectiva sócio-histórica, apresenta uma experiência de estágio curricular em Psicologia realizado numa escola pública junto a jovens no momento da escolha profissional. O segundo trabalho, sob um enfoque interdisciplinar, associado ao paradigma crítico do construcionismo social, aborda a experiência de estágio em Psicologia junto a um sindicato rural. Apresenta reflexões sobre os desafios na produção de intervenções que levem em conta o espaço-lugar e a propositura de uma superação da dicotomia urbano-rural. O terceiro trabalho, sob o embasamento teórico da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, contempla discussões sobre a promoção do protagonismo juvenil junto a adolescentes de uma escola da periferia da cidade e de um programa social. Nesse sentido, os três trabalhos ancoram suas discussões nos desafios para a construção de uma formação em Psicologia em que o tripé do ensino, da pesquisa e da extensão esteja atrelado às práticas junto às comunidades e suas demandas de modo comprometido e ético.

1 • Orientação Profissional com Jovens de uma Comunidade de um Pequeno Município do RS

Lilian Ester Winter, SBDG/Faculdade Monteiro Lobato.

O tema que envolve a escolha profissional é relevante quando abarca o universo de adolescentes e jovens. Porém é um tema complexo que envolve muitos fatores que interferem nesse processo. Historicamente compreende-se que a escolha profissional começou a existir a partir da sociedade de produção capitalista, responsabilizando o sujeito a vender a sua força de

trabalho (Bock, Furtado e Teixeira, 2008). Estudos mostram que existem vários fatores que interferem nessa escolha como: as características da profissão e do mercado de trabalho, a importância social e a remuneração, bem como as habilidades para o desempenho da profissão. O objetivo desse trabalho é a socialização de uma prática de estágio específico em Psicologia, desenvolvido em pequeno município da região noroeste do RS, que tem uma população de três mil habitantes. O público alvo foram estudantes cursando o terceiro ano do ensino médio, e que estavam decidindo sobre as suas futuras profissões. A intervenção proposta pelas estagiárias de psicologia oportunizou momentos de trocas, informações e reflexões acerca da futura escolha profissional desses jovens. Todo o projeto foi norteado pela abordagem sócio-histórica que no entendimento de Bock, Furtado e Teixeira (2009), concebem o ser humano e seu mundo psíquico como construções históricas e sociais da humanidade. Esta prática de estágio foi baseada no projeto de orientação vocacional na abordagem sócio-histórica de Silvio Bock e Ana Bock. O estudo foi desenvolvido a partir de encontros coletivos com 17 jovens, tendo como tema a construção social das profissões, a visão crítica e desconstrução de alguns conceitos. Nos encontros foram trabalhados os seguintes temas: o significado da escolha profissional, autoconhecimento; influência familiar; informação profissional e no final a escolha das profissões. Essa prática de estágio revelou que os jovens apresentam várias concepções e dificuldades no momento da escolha profissional, como o desconhecimento em relação à profissão que desejam seguir, à influência da mídia em valorizar certas profissões que socialmente estão vinculadas ao sucesso, dinheiro e status, bem como, a influência dos pais. Por fazerem parte de uma comunidade afastada de um grande centro, e ter como característica uma economia voltada para agricultura, os jovens acabavam se vinculando a essas atividades visualizando-as como seu projeto de vida futuro. Esta realidade mostra o quanto a subjetividade do sujeito está conectada com o significado do coletivo, ou seja, é no modo de vida da comunidade, na realidade vivenciada desses jovens que seu futuro se projeta. O psicólogo inserido no contexto comunitário poderá auxiliar na conscientização e reflexão desses jovens, a pensarem sobre o espaço em que vivem, buscando o protagonismo dos mesmos e a busca de qualidade de vida através de escolhas profissionais conscientes e que possam agregar positivamente para o seu bem estar e da comunidade que convivem. Portanto, a formação em Psicologia deve possibilitar espaços de prática ao estudante na comunidade para que este possa experienciar um fazer psi voltado à coletividade fortalecendo e potencializando os sujeitos e agregando positivamente essas vivências em sua trajetória profissional.

2 • Psicologia e contextos rurais: desafios para a formação

Rita de Cássia Maciazeki Gomes, Universidade do Porto

Ao longo do tempo, acompanhamos a priorização dos estudos e produções em Psicologia voltadas para o meio urbano em detrimento do meio rural. Para além de uma dicotomia rural-urbano propõem-se a compreensão e atuação a partir de uma Psicologia do lugar. Pautada na escuta e no acompanhamento dos processos que se produzem junto às especificidades demarcadas pelo contexto sócio-histórico, econômico, político, cultural

e espacial. Situado na perspectiva crítica do construcionismo social, este trabalho visa contribuir com as discussões e produções em Psicologia Social e Comunitária voltadas à ruralidade e à formação profissional. Apresenta reflexões teórico-práticas, a partir de intervenções desenvolvidas junto a espaços rurais de uma cidade de pequeno porte do estado do Rio Grande do Sul – Brasil. As atividades foram desenvolvidas a partir do estágio específico em Psicologia junto um Sindicato de Trabalhadores Rurais. E, contemplaram: (1) o acompanhamento de famílias junto ao Programa de Nacional de Habitação Rural, (2) encontros com grupos de agricultores familiares organizadores de uma feira de produtos coloniais, (3) o acompanhamento com idosos que residem sozinhos no campo; (4) atividades em parceria entre trabalhadores da agronomia, pedagogia e serviço social. A partir do mapeamento da produção dos dados é possível afirmar que a mudança do campo para área urbana, em grande medida, está associada à busca por melhores condições de vida. As famílias participantes do Programa Nacional de Habitação Rural afirmam que políticas públicas voltadas para o subsídio da moradia no campo viabilizam a escolha da permanência das famílias no campo. Os participantes da feira de produtos coloniais afirmam que o espaço constitui-se como elo de ligação entre urbano-rural. Constitui-se assim, como espaço de encontro e geração de renda entre os moradores do município e da região. Os idosos, por sua vez, afirmam uma gama de dificuldade em residir no campo com o avançar da idade, uma vez que, os recursos associados à assistência em saúde estão localizados na cidade. Por outro lado, denotam que o residir no campo está associado a um maior contato com a natureza e a afirmação de relações mais próximas com amigos e vizinhos. Já, o trabalho em parceria, com a agronomia e o serviço social constituíram-se em espaços de ensaio da elaboração compreensão sobre a vida no campo. Esforço coletivo de oferecer acolhida e orientação a cada uma das famílias acompanhadas. A partir do avanço da Psicologia em diferentes áreas de atuação, a Psicologia Social Comunitária demanda uma postura de abertura e diálogo com a diferença. Entende as intervenções pautadas na escuta e no acompanhamento no lugar como ferramentas de uma prática psi voltada para o social e as suas questões contemporâneas.

3 • Promoção do protagonismo juvenil como prática profissional do psicólogo

Jeane Lessinger Borges, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões teóricas sobre a promoção do protagonismo juvenil e descrever oficinas realizadas abordando este tema com adolescentes de nível socioeconômico baixo, inseridos em dois contextos: numa escola pública e num programa social de uma cidade da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. A abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano foi utilizada, bem como os conceitos de protagonismo juvenil e direitos humanos. Os pressupostos teóricos da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano oportunizaram reflexões sobre as relações entre a pessoa em desenvolvimento (o adolescente) e seu contexto de desenvolvimento e discutir a concepção de adolescência (macrossistema). As intervenções realizadas se caracterizaram como propostas de Estágio Específico em Psicologia, de um curso de Psicologia

voltado para formação em promoção de saúde e clínica ampliada. Os adolescentes foram convidados a participarem de oficinas que abordavam os temas da adolescência, direitos humanos, cidadania e protagonismo juvenil e, ao final das atividades, estes redigiram uma carta reivindicando melhorias para o seu bairro e sua cidade, a qual fora encaminhada para o Poder Público. Duas estagiárias de Psicologia ficaram responsáveis pela realização dos encontros, sob supervisão de uma professora. Uma primeira oficina fora realizada numa escola pública de tempo integral na periferia da cidade, com adolescentes da oitava série. Uma segunda oficina foi realizada com meninos de 12 a 14 anos inseridos num programa social da Brigada Militar (Pelotão Mirim). Os resultados das duas oficinas realizadas foram avaliados como positivo pelos adolescentes, pois estes tiveram maior clareza de seus direitos e do exercício da cidadania. Na oficina realizada na escola pública foi possível dar visibilidade aos adolescentes da periferia junto ao Poder Público, uma vez que estes apenas socialmente eram vistos como perigosos e problemáticos. Já a oficina realizada junto ao Pelotão Mirim oportunizou uma quebra na visão disciplinar que atravessa a instituição Brigada Militar para uma visão de sujeitos de direitos e protagonistas de suas vidas, com exercício ativo de sua cidadania por parte dos adolescentes. Além disso, busca-se discutir uma proposta de formação em Psicologia voltada para a promoção de saúde, bem como que contemple as características contextuais do desenvolvimento, da etapa da adolescência e que visem o fortalecimento do protagonismo juvenil. Portanto, tais experiências de estágio específico encontram-se voltadas para uma proposta de Psicologia Comunitária, pois buscam fortalecer o protagonismo juvenil por parte dos adolescentes de uma região rural. O psicólogo é visto como um profissional facilitador do exercício da cidadania e que busca propor intervenções de promoção dos direitos fundamentais, crítico frente às questões sociais e históricas produtoras do desenvolvimento de adolescentes.

Formação, pesquisa e comunidade no contexto da saúde

Emerson Fernando Rasera, Universidade Federal de Uberlândia

Essa mesa apresenta o encontro de três investigações que vêm se ocupando da problemática da psicologia da saúde na comunidade e do fazer-se psicólogo neste contexto. Considerando criticamente que a psicologia tem na sua história práticas que referendam perspectivas individualizantes e normalizadoras, nos propomos a pensar novos modos de fazer pesquisa e intervenção comunitária que potencializem sujeitos e coletivos na busca de uma saúde que se pauta no cuidado integral. Preocupada com as implicações éticas e políticas do fazer psicológico, essa mesa busca discutir algumas possibilidades e desafios no desenvolvimento de intervenções comunitárias a partir da realidade brasileira. Assim, ela abrange diferentes contextos, quais sejam, um programa institucional de formação profissional na área de saúde, uma modalidade de atendimento psicológico no contexto da saúde pública, e o trabalho em saúde com uma comunidade de identidade marcadamente brasileira que vivencia muitas situações de exploração e violência e é pouco atendida pelos psicólogos. Essa tentativa de produzir respostas aos problemas brasileiros está também associada ao compromisso da universidade com a comunidade, sendo que cada uma das apresentações da mesa explora a relação entre extensão universitária e

formação profissional. Nesse sentido, há reflexões sobre os impasses do trabalho multidisciplinar, os desafios da construção de relações mais horizontais com os usuários dos serviços de saúde, e as implicações políticas das intervenções propostas. Tais reflexões abordam a tensão entre ensinar e reproduzir práticas e a necessidade de inventar e/ou transformar as modalidades de intervenção psicossocial. Finalizando, os trabalhos da mesa defendem a integração entre extensão, formação e pesquisa e compartilham de uma forma de entender a pesquisa em psicologia como produção de conhecimentos voltados à mudança social. Pautadas em diferentes teorias e procedimentos metodológicos, as investigações realizadas enfatizam o caráter relacional, criativo e responsivo dos conhecimentos e a importância de se reconhecer e se produzir diferentes tipos de saberes na relação com a comunidade. Valorizam, desse modo, os saberes produzidos na prática profissional, na interação imediata entre a equipe e dos profissionais e usuários. Esperamos que as análises e experiências abordadas pela mesa possam ampliar o diálogo e contribuir no enfrentamento dos desafios vividos cotidianamente pelos profissionais atuantes nos contextos de saúde na comunidade.

1 • Ensino, Pesquisa e Serviço: fragmentos de uma experiência no PET Saúde

Luiz Carlos Avelino da Silva, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Nesse trabalho relata-se a experiência do autor como membro e tutor de um grupo de PET-Saúde, no qual trabalhando com estudantes inseridos em diferentes cursos de formações e preceptores de formações profissionais distintas, como médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, em atuação multidisciplinar, deparou-se com problemas que extrapolavam os recursos técnicos de cada uma das profissões, ainda que intimamente relacionados a todas. Nesse contexto, a necessidade de pesquisa se impôs e é esse o foco desse trabalho: sua inserção em uma situação de ensino e trabalho, em um contexto de saúde pública. A partir da consideração do lugar do sujeito e da subjetividade do pesquisador em toda investigação, esse trabalho tem o objetivo de discutir o papel da pesquisa na formação dos psicólogos e na sua atuação profissional. No percurso compara as metodologias quantitativas com as qualitativas, e as pesquisas como um procedimento que deve fundamentar a formação e atuação dos psicólogos, a partir do levantamento de questões/problemas, proposição de métodos e avaliação dos resultados, além dos projetos de iniciação científica. E a partir da consideração do seu lugar, se contrapõe a investigação aos procedimentos operacionais padrões, de difícil estabelecimento em Psicologia, frutos de uma formação tecnicista e fundamentada em teorias estranhas ao nosso meio, particularmente nos estabelecimentos e programas de saúde pública. Nesse processo, contata-se que os trabalhos em comunidades requerem do profissional ou estudante em formação uma constante atitude de investigação, fundamentada em procedimentos metodológicos rigorosos, cujo objetivo geral passa sempre pela resolução de um problema do serviço/comunidade. Permeia a discussão a experiência do autor como tutor de um grupo do PET Saúde, no qual se contatou problemas como não adesão ao tratamento de doenças crônicas, abandono, boicote e falta de tempo para o atendimento, recusa das normas de funcionamento do serviço, incapacidade econômica/educacional

de fazer tratamento e a incapacidade de acompanhar as prescrições dos profissionais relativas a alimentação, além de outros relacionados ao uso indevido de drogas, sexualidade dos adolescentes, problemas na escola e demandas aparentemente desconectadas da atuação dos, profissionais de saúde, como as apresentadas por grupos de adolescentes que pretendiam saber como abordar uma menina/menino para fins de namoro. Dentro dos limites disponíveis, exemplifica-se com algumas investigações que tratam das percepções da equipe sobre o profissional psicólogo, representações sobre drogas, abandono do tabagismo e outras.

2 • Pesquisa-Intervenção e formação de psicólogo: transformando a sala de espera.

Eliane Regina Pereira - Universidade Federal de Uberlândia/Brasil

Este trabalho se propõe a apresentar uma experiência de roda de conversa semanal, na sala de espera de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), como uma das atividades de intervenção e pesquisa, com o intuito de construir um cuidado humanizado que efetive a aproximação entre a comunidade e os serviços de saúde, constituindo um espaço de trocas e cuidados, e assim, compreender de que forma as intervenções propostas na sala de espera potencializam a promoção de saúde e, ampliam as discussões sobre a formação em psicologia. O trabalho visa repensar a sala de espera, de um lugar instituído para o silêncio e a passividade para um espaço de possibilidades e potencialidades. Assim, fazendo uso do diálogo, todos os participantes podem produzir outras compreensões de saúde e novas narrativas de suas vivências, buscando repertórios existenciais pautados na responsabilidade relacional. Esta intervenção exige uma postura sensível cujas práticas profissionais devem ser politicamente éticas, estéticas e afetivas. Assim, nossa proposta abandona o antigo modelo verticalizado de prática das equipes de saúde e constrói saberes a partir dos encontros entre estagiários de psicologia e usuários do serviço. Nossa prática é permeada por intervenções interessadas em instigar os sujeitos a refletirem seu modo de estar no mundo e ampliarem suas possibilidades em busca da responsabilidade relacional para lidar com suas questões cotidianas. Um trabalho, portanto, cujo deleite é tecer novos territórios de saúde, descobrindo e inventando possibilidades de acolhimento grupal para os usuários da rede em questão. A sala de espera é uma ferramenta importante para a formação em psicologia, uma vez que seu caráter inusitado proporciona a cada nova roda de conversa uma intrigante sensação de novidade aos olhos dos usuários da UBS e aos próprios estagiários de psicologia. Soa como um incômodo, mas também uma possibilidade de abrir-se, escutar e trocar. As histórias são sempre emocionantes, envolventes e muitas vezes carregam um sofrimento imenso que nos impacta e até dificulta a interlocução, mas, promover saúde em uma sala de espera nos permite exercitar um fazer em psicologia que é criativo e dinâmico, uma vez que as falas precisam ser acolhidas, pontuadas e significadas no ato, para evitar que as pessoas saiam e suas falas fiquem soltas e perdidas. Estar na sala de espera é lidar com barulho de entradas e saídas, além das interrupções de ordens diversas. É escutar temas difíceis, muitas vezes carregados de preconceitos e moralismos, que precisam ser por nós revisitados, problematizados e, quem sabe, ressignificados. Portanto,

buscamos ofertar a todos novas possibilidades de pensar o tema em questão, porém, mantendo uma delicadeza na fala, de modo que ninguém se sinta constrangido ou desprestigiado em nossa fala. Nossa experiência objetiva possibilitar que os sujeitos (re) pensem o seu cotidiano, as suas relações consigo mesmos e com o mundo, ao mesmo tempo em que, construir um “novo” olhar para as práticas e possibilidades do psicólogo na saúde pública fundamentalmente na UBS.

3 • Construindo conhecimentos com a comunidade travesti

Emerson Fernando Rasesa, Universidade Federal de Uberlândia/ Brasil

No Brasil, a comunidade travesti, aos poucos, tem recebido atenção dos profissionais e pesquisadores em Psicologia. Contudo, predominam na literatura estudos que buscam conhecer a cultura travesti, e são poucos os relatos de intervenção psicossocial junto a essa população, sendo essa um desafio aos psicólogos. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar a possibilidade de construção de saberes compartilhados entre a Psicologia e a comunidade travesti a partir de um projeto de extensão universitária. Teoricamente, nos orientamos a partir de uma leitura da construção social da sexualidade e do entendimento do conhecimento como prática social. Metodologicamente, realizamos a observação participante das ações do referido projeto durante 2012 e 2014. Ele tinha por objetivo promover a organização das travestis enquanto grupo para a busca de uma melhor qualidade de vida e o respeito aos seus direitos. Foi desenvolvido por professor e alunos de Psicologia de uma universidade pública e envolveu aproximadamente 120 travestis. O projeto realizava ações como oficinas, jogos esportivos, circulação pela cidade, e mobilização social. Por meio da análise da produção dos conhecimentos gerados na relação entre travestis e profissionais/pesquisadores durante o projeto, destacaram-se três dimensões do conhecimento: a) o conhecimento como ação, b) os conhecimentos para os atores envolvidos, c) a ética dos saberes. A dimensão “conhecimento como ação” compreendeu: o ‘conhecimento a partir da ação’ presente no processo de aproximação entre equipe e comunidade e na reflexão sobre os impasses vividos durante a execução do projeto, revelador do sentido instável de comunidade, e das tensões nos modos de negociação internos ao grupo; e o ‘conhecimento para a ação’ se referiu às maneiras criadas conjuntamente no enfrentamento daqueles impasses e nos saberes que promoveram novas ações no processo de trabalho da equipe com a comunidade, bem como, das travestis com a sociedade. A dimensão “conhecimentos para os atores envolvidos” consistiu nas diferentes formas e relevâncias dos conhecimentos produzidos: para a equipe, o projeto contribuiu para a formação profissional de alunos, o desenvolvimento de metodologias de trabalho comunitário e o questionamento do papel da Psicologia no campo da sexualidade e da mobilização social; para as travestis, os conhecimentos se referiam à renovação de um discurso sobre o movimento social e à criação de novos lugares sociais, seja na relação com outras travestis, bem como com a sociedade. A dimensão “ética dos saberes” permitiu explicitar o caráter relacional e processual do processo de produção de conhecimento, e implicou na análise das diferenças sociais e culturais entre todos os envolvidos. Dessa forma, concluímos que o projeto de extensão possibilitou a criação de

diferentes formas de conhecimento, reconhecendo e legitimando os saberes envolvidos, e enfatizando a dimensão ética e política dessas formas de co-construir conhecimento. Ele consistiu ainda num exemplo da importância e da viabilidade no trabalho com a comunidade travesti, sendo uma resposta da Psicologia frente a um grupo marcado por situações de exploração e violência.

Metodologias participativas de pesquisa com crianças e jovens e a formação para a atuação na comunidade

Idilva Maria Pires Germano, Universidade Federal do Ceará

As metodologias participativas ou colaborativas em pesquisa vêm sendo frequentemente utilizadas em diferentes campos das ciências humanas e sociais, em práticas que promovem um modelo interventivo e comprometido em que o pesquisador está implicado com os participantes da investigação. Neste sentido, problematizam os parâmetros de neutralidade, objetividade e controle que regem a concepção tradicional de ciência e priorizam um olhar circunstanciado e particularizado sobre as experiências e significações co-construídas na interação entre os atores sociais. Nos estudos com crianças, adolescentes e jovens, esse direcionamento metodológico comprometido tem especial relevância pelas possibilidades de acesso à expressão de suas vivências e de seu engajamento e contribuição efetiva na construção do conhecimento. Isto porque os princípios gerais das metodologias participativas dão primazia ao saber prático e cotidiano e tendem a encorajar ações coletivas transformadoras. Além disso, esse tipo de estudo procura reduzir a assimetria nas relações entre os envolvidos na pesquisa; no caso particular, assimetrias entre adulto pesquisador e a criança, o adolescente ou jovem “pesquisado”, além daquelas oriundas dos estratos sociais e contextos culturais heterogêneos que habitam as partes envolvidas. A proposta desta mesa redonda é apresentar práticas de pesquisas participativas e colaborativas desenvolvidas com crianças e jovens em condições de vulnerabilidade social e promover a discussão acerca da formação do pesquisador e profissional em Psicologia que atua em contextos sociais e comunitários de diferentes configurações, institucionais ou não. O primeiro trabalho aborda a metodologia de oficinas temáticas, também chamadas por Casto (2006) de grupos de discussão, demonstrando a potencialidade e os limites dessa perspectiva para os estudos com adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativa de Privação de Liberdade. O segundo trabalho se refere a oficinas de histórias, filiadas às tradições construcionistas, narrativas e dialógicas, que exploram a produção e a recepção de histórias entre crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Nele discute-se a metodologia “Fazendo Minha História” com crianças em instituições de acolhimento. E o terceiro trabalho traz como metodologia o uso do vídeo em pesquisa com jovens de escolas públicas, em que esse dispositivo midiático serve não apenas para documentação e restituição da pesquisa, mas se coloca como “objeto de estudo” e “enunciador de si”. As três propostas metodológicas têm em comum, entre outros fatores, a compreensão do participante da pesquisa como produtor de conhecimento na interação com o pesquisador e com o objeto de estudo, além da concepção do papel da pesquisa como transformadora da realidade cotidiana. Além disso, os trabalhos pretendem contribuir para a questão do que significa pesquisar com crianças e jovens e refletir sobre a formação do psicólogo em sua atuação em comunidades.

1 • Oficinas Temáticas na Pesquisa com Adolescentes em situação de Privação de Liberdade: possibilidade e limites

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Universidade Federal do Ceará,
Isadora Dias Gomes Silva, Universidade Federal do Ceará

Neste trabalho será tratada a metodologia de oficinas temáticas como alternativa para o estudo com adolescentes envolvidos com atos infracionais. As peculiaridades que caracterizam a vivência desses adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade favorecem sentimentos de insegurança, medo e resistência nas interações que estabelecem, não apenas com os profissionais e internos dos centros educacionais, mas se estende às relações com pessoas de fora do sistema, cuja via de acesso a eles é a instituição em que se encontram. Portanto, o trabalho de pesquisa nesse campo requer uma compreensão do modo como essas condições interativas afetam as relações pesquisador e pesquisado, permeadas pela desconfiança e distanciamento. Um caminho possível é o uso de metodologias que minimizem a assimetria entre essas posições e possam oportunizar espaço de escuta às demandas desses adolescentes e aos sentidos atribuídos por eles à sua realidade. A proposta deste trabalho é discutir uma das alternativas metodológicas no campo da pesquisa-intervenção, denominada oficina temática ou grupo de discussões. De acordo com Castro (2008), essa metodologia contribui para flexibilizar a condição de “desigualdade estruturante” definidora da interação pesquisador e pesquisado nos casos da pesquisa com esse público, condição esta percebida de forma acentuada no contexto institucional de privação de liberdade, face ao poder de interferência que pode ser atribuído pelo adolescente ao pesquisador em relação à própria medida socioeducativa. A autora afirma que os grupos de discussão “[...] como instrumento de pesquisa e intervenção, se inserem dentro de uma visão que valoriza a capacidade de reflexão dos sujeitos, sejam eles participantes ou pesquisadores [...]” (Castro, 2001, p. 18). A investigação que ilustrará o uso da oficina temática foi desenvolvida em um Centro Educacional destinado à execução da medida socioeducativa de internação, dela participando sete adolescentes do sexo masculino e idades de 15 e 16 anos, com comprovada inserção em atos infracionais. Foram realizados cinco encontros que compuseram a oficina temática, além de entrevistas individuais com eles e contatos informais com a equipe técnica da instituição em um processo de inserção gradativo da pesquisadora no ambiente da pesquisa. A efetividade da metodologia foi observada pela abertura e expressão dos adolescentes acerca de suas experiências, bem assim sobre os significados e sentidos de futuro por eles explicitados, objetivo principal do estudo. Por outro lado, algumas limitações são percebidas no que se refere à abrangência e extensão das análises para outros grupos sociais e também a necessidade de um período prolongado com o grupo de participantes. Como apontamentos conclusivos, o seu alcance e a adequação para estudos com jovens decorre do comprometimento do pesquisador com o campo e da maior horizontalidade na relação com os participantes da pesquisa. Considerando a formação de estudantes de psicologia para atuação social e comunitária, o aprofundamento e ampliação deste recurso metodológico vem contribuir com reflexões sobre as implicações da pesquisa no cotidiano e que realce a participação dos envolvidos, em um propósito de pesquisar com e não sobre eles.

2 • Oficinas de histórias com crianças e jovens: pressupostos, aplicação e alcance em contextos de vulnerabilidade

Idilva Maria Pires Germano, Universidade Federal do Ceará, Bárbara Castelo Branco Monte, Universidade Federal do Ceará

Como ler e ouvir histórias podem ajudar o desenvolvimento de crianças e jovens em contexto de vulnerabilidade? A compreensão de que a experiência humana é historizada fundamenta um vasto conjunto de metodologias de pesquisa e intervenção centradas na produção e recepção de narrativas. De fato, como lembra Theodore Sarbin, autor do hoje clássico *Narrative Psychology* (1986), os seres humanos estão mergulhados num oceano de histórias, de modo que as narrativas têm um estatuto ontológico: não são apenas formas de ver o mundo, mas de construir ativamente o mundo, de viver por meio das histórias que contamos e que ouvimos. Neste sentido, estudiosos que levam a sério a centralidade da narrativa – sua função na organização da experiência humana, sua natureza socialmente produzida, seu funcionamento e seus efeitos nos processos de produção de sentido e orientação da ação – tendem a propor formas de pesquisa e atuação que explorem a produção e recepção de narrativas produzidas por indivíduos, grupos e comunidades em diferentes contextos. Este trabalho apresenta e discute os fundamentos, a aplicação e o alcance de oficinas de histórias com crianças em instituições de acolhimento, explorando especialmente a metodologia “Fazendo minha história” (FMH), desenvolvida pelo Instituto Fazendo História (www.fazendohistoria.org.br). O FMH propõe fornecer meios de expressão para que cada criança ou adolescente em abrigos possa conhecer e se apropriar de sua história passada e presente, em direção a um projeto de vida futuro. A proposta não nasceu como metodologia de investigação, mas como instrumento de intervenção, decorrente da percepção de que o contexto de acolhimento resultava, muitas vezes, no esquecimento da criança e do adolescente sobre seu passado e sua história. A metodologia espera que, através da mediação da leitura e de atividades lúdicas, os acolhidos desenvolvam o prazer pela leitura e pelo universo das histórias e daí, sejam habilitados a construir sua própria narrativa sobre si e sobre o seu mundo. À luz da teorização contemporânea sobre a narrativa, apresenta-se a oficina FMH e discute-se o que está implicado no objetivo da oficina: que os acolhidos se tornem “os autores de suas histórias”. A partir de análise de um material obtido numa oficina FMH, este trabalho, entre outros tópicos, trata do papel da escuta e narração de histórias na memória e identidade pessoal e coletiva, os efeitos de poder e controle de narrativas dominantes no espaço institucional, a emergência de contra-narrativas, os aspectos terapêuticos e de empoderamento da escuta e narração de histórias e a atitude colaborativa ou de “não-saber” que deve orientar o psicólogo nesse tipo de oficina. Justifica-se que o reconhecimento da narrativa como “metáfora fundamental” (Sarbin, 1986) para a Psicologia tem desdobramentos para a formação geral do psicólogo (que se volta para uma perspectiva histórica, social, cultural e discursivamente orientada dos fenômenos que estuda), bem como para a Psicologia Comunitária em particular, que pode investigar, sob perspectiva narrativa e com uma atitude dialógica e participativa, os temas e problemas de que habitualmente se ocupa: identidade, ação, opressão, sofrimento, empoderamento, mudança, desenvolvimento, saúde.

3 • Pesquisar com jovens, pesquisar com vídeo: O uso do vídeo como dispositivo de pesquisa com jovens estudantes de escola pública de Fortaleza/CE

Luciana Lobo Miranda - Universidade Federal do Ceará, Mauro Michel El Khouri, Universidade Federal do Ceará

No contexto contemporâneo, jovens são constantemente interpelados pelas imagens midiáticas. O desenvolvimento da tecnologia digital tem diminuído a cada dia a distância entre o consumo e a produção da mídia. Nesse sentido, os jovens, além de consumidores, algumas vezes se posicionam como produtores de mídia. O presente trabalho pretende discutir uma dessas tecnologias midiáticas, o vídeo, como dispositivo na pesquisa-intervenção com jovens, estudantes de escolas públicas de Fortaleza. O uso do vídeo em pesquisa contribui para a reflexão sobre a participação do sujeito na criação da cultura, ressaltando as mediações tecnológicas que promovem certo modo de existência e que, de tão evidentes, muitas vezes insistem em não aparecer. Como dispositivo, o uso do vídeo é ancorado no conceito de Foucault, em que na trama discursiva e não discursiva que circunscreve o dispositivo encontram-se presentes tanto máquinas de fazer falar e fazer ver, como também possíveis resistências. Este trabalho faz parte da pesquisa: "Juventudes e Mídia: Um estudo sobre o consumo, apropriação e produção de mídia por jovens estudantes de Escola Pública de Fortaleza", que baseada na pesquisa-intervenção relacionada à Análise Institucional francesa, discute a restituição e a análise de implicação como conceitos-ferramenta que integram a pesquisa. A restituição consiste em criar dispositivos de análise coletiva da situação que envolve o grupo e a instituição em questão, promovendo a problematização das práticas instituídas considerando os sujeitos implicados no contexto da pesquisa. A análise de implicação é uma ferramenta da socioanálise que considera as condições de pesquisa as quais os pesquisadores estão submetidos, incluindo a posição que assume o pesquisador no campo, as relações que ele estabelece com os sujeitos da pesquisa e os efeitos dessas relações. Ambos os conceitos atravessam o uso do vídeo como ferramenta de pesquisa. Na presente pesquisa, realizada em três escolas públicas de Fortaleza, o vídeo tem sido utilizado como: 1- Documento do cotidiano da pesquisa, onde jovens e pesquisadores filmam grupo de discussão. 2- Disparador de debate: vídeos veiculados na TV e na internet, trazidos seja pelos pesquisadores, seja pelos jovens alunos são vistos e analisados conjuntamente. 3- Restituição da pesquisa: Cenas do grupo de discussão após editadas pelos pesquisadores são vistas e discutidas com os jovens. 4- Objeto de estudo: Questões técnicas, éticas e estéticas do uso do vídeo são debatidas na oficina de vídeo. 5- Enunciador de si: Produção de vídeos com os próprios jovens, onde se analisa com os jovens envolvidos o que o uso do vídeo os faz ver, os faz falar. Conclui-se que a presença do vídeo no cotidiano da pesquisa tem provocado um lugar significativo para a questão do que significa pesquisar com jovens.

Perspectivas narrativas e dialógicas na comunidade: possibilidades de pesquisa, atuação e formação do psicólogo

Idílva Maria Pires Germano, Universidade Federal do Ceará

A reflexão que une os trabalhos dessa mesa-redonda é orientada por uma intenção de discutir as possibilidades de pesquisa, intervenção e formação do psicólogo que atua em comunidades e que adota referenciais teórico-metodológicos narrativo-dialógicos. O campo dos estudos que consideram a centralidade da narrativa- e de modo geral, do discurso – no entendimento da vida pessoal e coletiva ganhou significativo impulso a partir da década de 1980, fragmentando-se em diferentes vertentes teórico-metodológicas, disciplinas, áreas de atuação e objetos de estudo. Longe de formar um campo homogêneo, a Psicologia Narrativa lançou novas perspectivas para os problemas pensados pela psicologia do desenvolvimento, da personalidade, clínica, da saúde, das organizações, entre outras. O foco volta-se mais para a forma como pessoas e coletividades produzem sentido sobre si e sobre seus mundos mediante narrativas que constroem em interação social e contextos históricos e culturais particulares. O interesse incide sobre o modo como se constroem, comunicam e se consomem histórias, seus contextos discursivos e práticos, seus constrangimentos e seus efeitos, trazendo à tona a dimensão contingente, situada, não-essencial – enfim, dialogada - das realidades psicossociais. O próprio fazer psicológico altera-se com a reflexividade que tal perspectiva promove, matizando as verdades produzidas no espaço científico e desenvolvendo metodologias de pesquisa e de intervenção participativas e colaborativas que evitem “dar a última palavra” sobre a realidade sob investigação. Uma concepção que tende a ser partilhada por estudos de orientação narrativo-dialógica é a da narrativa como espaço multívoco, polissêmico e, portanto contraditório, que envolve submissão e resistência a estruturas de poder vigentes. De fato, essa concepção sublinha as narrativas grupais, da comunidade e da sociedade: aquelas que certos coletivos contam sobre si mesmos, isto é, os enredos que tecem suas identidades, sofrimentos, lembranças, aspirações e trajetórias. Esses enredos são atravessados por tensões entre dominação e resistência, opressão e liberdade. O pesquisador e psicólogo, nessa perspectiva, não somente está atento ao jogo de tensões e às diferentes vozes que habitam essas histórias pessoais e coletivas, mas também busca colaborar para que narrativas poderosas e opressoras deem lugar a contranarrativas transformadoras e emancipatórias. O primeiro trabalho apresenta e discute as contribuições das perspectivas narrativas e dialógicas ao trabalho do psicólogo no contexto da comunidade escolar, baseando-se na teorização da narrativa e nos conceitos de dialogismo e polifonia em Bakhtin. O segundo trabalho explora a proposta de Terapia Narrativa, de White e Epston, discutindo seus pressupostos e metodologia e também suas possibilidades de aplicação em contextos comunitários no sentido de fortalecer pessoas, grupos e comunidades. O terceiro trabalho discute a interface entre histórias, dominação e resistência, ilustrando formas de análise de histórias a partir de entrevistas autobiográficas com jovens autores de infração em cumprimento de medida socioeducativa, mulheres usuárias do Capes e homens e mulheres em contexto de violência doméstica.

1 • Contribuições das perspectivas narrativas e dialógicas ao trabalho do psicólogo no contexto da comunidade escolar

Leticia Leite Bessa, Universidade de Fortaleza

Diante do contexto desafiante da educação brasileira, marcada por processos de patologização, medicalização, alienação e exclusão, o psicólogo comprometido socialmente precisa mergulhar no seu papel de educador e promotor de saúde e ancorar sua práxis nas dimensões ética e política. Isso implica solidarizar-se com os sujeitos que aprendem e se desenvolvem no espaço escolar ou em outros espaços formais e não formais de educação, empenhando-se numa ação transformadora. O presente trabalho resulta das problematizações advindas dessa tarefa, bem como da experiência de coordenar um trabalho de extensão universitária em uma escola filantrópica de educação infantil e de ensino fundamental. É instigado também por uma pesquisa anterior sobre risco e proteção social, realizada com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, por meio de narrativas autobiográficas. Trata-se, assim, de uma discussão sobre as possibilidades de contribuição ao trabalho do psicólogo escolar educacional, no contexto da comunidade escolar, sob um referencial teórico metodológico narrativista-dialógico. O embasamento teórico abrange formulações da Psicologia Narrativa (Bruner, Sarbin, Gergen, Brockmeier e Harré), a teoria dialógica de Bakhtin, a perspectiva crítica da psicologia escolar (Proença, Contini, Bremberger, Marinho-Araújo, Oliveira e Patto) e, por fim, a Psicologia Comunitária (Góis, Guareschi, Sawaia). O olhar do psicólogo escolar educacional (PEE) emoldurado por uma perspectiva narrativista-dialógica interessa-se pela narrativa dos sujeitos, entendendo esta como uma ação social que organiza as experiências de vida e produz sentidos sobre o mundo e sobre si mesmos. Esse processo ocorre de modo contínuo e dinâmico, evidenciando a pluralidade, a contingência e a descontinuidade da realidade. Deste modo, posiciona o psicólogo escolar como um interlocutor atento, que rompe com cristalizações, estereótipos e naturalizações, contribuindo para a emergência do sujeito intencional, consciente e crítico. Ademais, este referencial leva o psicólogo a ouvir o contexto das narrativas. Toda palavra, toda história e toda narrativa é polifônica, ou seja, é uma construção dialógica, diversa, aberta e plural. Destarte, não é fruto de uma construção isolada do sujeito, ao contrário, resultado de negociações de múltiplas vozes com diferentes pontos de vista. Os fenômenos educacionais, nestes termos, passam a ser percebidos como uma construção dialógica e coletiva. Essa perspectiva problematiza os jogos de culpabilização que, mediante discursos individualizantes e naturalizados, posicionam o sujeito que não se adequa ao sistema escolar como o responsável por seu "fracasso". Ao se escutar as diversas vozes que constroem os sujeitos da educação, traz-se à cena o seu contexto sócio-histórico e fortalece-se a ideia de que as dimensões institucional, pedagógica e relacional são corresponsáveis pelo processo de escolarização. Quando a Psicologia Escolar Educacional, na década de 1980, iniciou seu movimento de autocritica, evidenciou-se a necessidade de romper epistemologicamente com concepções adaptativas de Psicologia. Percorrendo este intuito, a vertente teórica narrativista-dialógica potencializa a atuação crítica do PEE, no seu papel de acolher, escutar e ampliar os modos de viver dos sujeitos da educação. Desenvolvimento da autonomia, da criticidade, da liberdade, da criatividade são algumas das possibilidades deste trabalho, que fortalece os sujeitos e sua comunidade.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação / Eje Académico-Formación / Axis Academic

2 • A Terapia Narrativa como proposta metodológica para atuação emancipadora na comunidade

Rafaella Medeiros de Mattos Brito, Universidade Federal do Ceará

A Terapia Narrativa teve sua origem nos anos 1980, em um trabalho de colaboração entre Michael White (Austrália) e David Epston (Nova Zelândia) no campo da terapia familiar. A proposta teórico-metodológica dos autores teve grande repercussão e vem se desenvolvendo noutros países e contextos socioculturais, ampliando seu escopo de atuação para o atendimento a comunidades. Com base numa abordagem que centraliza a produção e a negociação de narrativas e se aproxima do ativismo político, seus criadores oferecem uma proposta psicoterápica anti-patologizante e não essencialista que focaliza o modo como produzimos sentido sobre o mundo e nós mesmos nas interações sociais. Muitos dos nossos “problemas” são histórias dominantes que repetimos e que operam para nos manter oprimidos e sem alternativas. A terapia narrativa objetiva permitir que “histórias alternativas” tomem o lugar de narrativas culturais dominantes que tendem a subjugar o “eu” - pessoal e coletivo- e restringir as possibilidades existenciais. Ao adaptarem os enredos socialmente aceitos para dar sentido a suas vidas, indivíduos e coletivos podem fechar seus horizontes de compreensão e ação em narrativas que os dominam e causam sofrimento (por exemplo, histórias referentes ao gênero, classe social, etnia). Por terem internalizado a história dominante, os indivíduos e comunidades podem achar que são a fonte do problema e não conseguem produzir outros enredos possíveis para suas vidas. Nesse contexto, a Terapia Narrativa propõe diferentes estilos de conversação, com o objetivo de desnaturalizar as narrativas dominantes ou narrativas mestras. As conversações externalizadoras, por exemplo, consistem em ajudar a distinguir as pessoas dos seus problemas. Distinguir o “problema” como algo diferente da pessoa/família/comunidade cujo bem estar é afetado pelo problema ajudaria os envolvidos a enfrentá-lo melhor. A externalização do problema é, portanto, um mecanismo que os permite identificar os discursos de verdade a que estão submetidos, para então, libertar-se dos mesmos. O processo convida a uma atitude reflexiva e ao questionamento das “verdades” que experimentam como definidoras de si mesmos. Esta abordagem, nova e ainda pouco divulgada no Brasil, pode ser de grande utilidade em trabalhos comunitários especialmente na capacitação do psicólogo para atuar em comunidades numa perspectiva dialógica e colaborativa que favoreça narrativas e práticas de resistência e emancipação.

3 • Histórias, dominação e resistência: Contribuições para a produção de contra-narrativas transformadoras

Idilva Maria Pires Germano, Universidade Federal do Ceará

Como afirma Ricoeur, o ser humano aprende a se tornar o narrador da própria história, sem completamente se tornar o autor da própria vida. Se, de um lado, podemos contar nossa história de vida, de outro, as próprias estruturas e “conteúdos” que usamos para contar nossa história nos são fornecidas socialmente, de tal modo que podemos dizer que esses recursos “historiados” disponíveis em nossa cultura nos “contam”. Do mesmo modo que narrativas pessoais são envolvidas na construção de identidades pessoais, as narrativas

de grupos e comunidades definem a história de um coletivo, sua identidade e memória, distinguindo-o de outros coletivos. Narrativas pessoais e sociais, portanto, se enlaçam e superpõem, tornando complexa a tarefa do pesquisador e psicólogo que atua em comunidades, especialmente aquelas que se apresentam mais vulneráveis. Uma forma de pesquisa dentro da tradição de estudos narrativos tende a ver as narrativas como dialogicamente construídas (Bakhtin), investigando principalmente os padrões sociais e o funcionamento de histórias, sejam elas “breves” (sequências curtas de conversação) ou “longas” (histórias mais extensas que podem ilustrar narrativas culturais mais amplas ou meta-narrativas). A análise das narrativas de pessoas, grupos e comunidades que se encontram em contexto de vulnerabilidade e ajuda profissional envolve, portanto, identificar as formas como as histórias contadas posicionam os narradores e, no fim das contas, orientam suas ações. Essa análise em geral identifica vozes hegemônicas ou dominantes que, na arena discursiva, podem ter o efeito de subjugar os narradores. Sendo as identidades pessoais e sociais fundamentalmente negociadas, portanto instáveis, mutantes e “inacabadas”, trabalha-se para que narrativas alternativas forneçam outros modos de inteligibilidade e de ação que potencializem os sujeitos a resistir padrões e verdades sociais opressoras. Este trabalho pretende apresentar os fundamentos desse tipo de pesquisa de narrativas e ilustrar formas de análise de histórias a partir de entrevistas autobiográficas de jovens autores de infração em cumprimento de medida socioeducativa, mulheres usuárias do Capes e homens e mulheres em contexto de violência doméstica. As histórias analisadas mostram como um conjunto de narrativas mestras podem posicionar os sujeitos de modo desfavorável e estereotipado, incitando à aceitação de “verdades” hegemônicas que são naturalizadas e incorporadas à vida das pessoas e comunidades. A abordagem narrativo-dialógica e suas metodologias podem contribuir no campo da Psicologia Comunitária como ferramenta auxiliar em projetos que visam enfrentar as assimetrias, desigualdades e injustiças que acometem populações socialmente vulneráveis.

Práticas institucionais de articulação entre Psicologia e Comunidades no Ensino Superior: reflexões e relatos de experiências no Nordeste do Brasil

Lorena Brito da Silva, Universidade Federal do Ceará

Esta mesa se propõe a discutir práticas institucionais no ensino superior que articulam Psicologia, Comunidade e questões psicossociais referentes às políticas públicas e sociais em saúde, a partir do relato de três experiências em três instituições de ensino superior do Nordeste do Brasil (UFPI - Campus Parnaíba-PI; UNILAB, campus Redenção-CE; UFC- Campus Sobral-CE). Dessa forma, tal exposição visa contribuir com o aprimoramento de reflexões e experiências que tocam desafios, limites e fazeres em Psicologia Comunitária, particularmente em torno do eixo acadêmico/formação, pois traz subsídios para a atuação profissional originados de práticas institucionais de diferentes naturezas. No primeiro trabalho, são tecidas articulações entre Psicologia e Comunidades por meio da problematização teórica sobre como acessar e produzir um plano comum entre os envolvidos em intervenções comunitárias e por meio de relato de experiências institucionais de intervenção em comunidades ligadas ao

programa de estágio profissionalizante em Saúde Coletiva do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UPFI), na cidade de Parnaíba-PI. O segundo trabalho apresenta uma experiência institucional de atuação em Psicologia Comunitária, no âmbito da promoção de saúde junto a estrangeiros oriundos de países africanos, desenvolvida na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Essa atuação busca qualificar o acolhimento institucional a estudantes estrangeiros recém-chegados, fomentar o atendimento a esse público pelos serviços de saúde da cidade de Redenção, no Estado do Ceará, e facilitar a apropriação psicossocial e a produção de laços comunitários por parte desses estudantes nesse local. O terceiro trabalho enfoca os desafios e potencialidades de uma ação de pesquisa –participante acerca da relação entre práticas de cuidado e espiritualidade, com a participação de estudantes, profissionais de saúde da Atenção Básica e Rezadeiras, realizada por bolsistas de Iniciação Acadêmica do Laboratório de Identidade, Cultura e Subjetividade (LAICUS) do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) – na cidade de Sobral - Ceará. Com essas experiências observa-se as contradições inerentes às intervenções que visam uma integração com os diversos contextos psicossociais das comunidades, o que exige o contínuo esforço de uma reflexão acerca dos lugares ocupados pelos distintos sujeitos e suas implicações diante dos espaços e tempos institucionais e comunitários constitutivos da formação e atuação em Psicologia, e de modo específico, em Psicologia Comunitária.

1 • Psicologia, práticas Comunitárias e a produção de um plano comum: contribuições cartográficas

João Paulo Pereira Barros, Universidade Federal do Ceará

A questão do “plano comum” constitui tema importante para a prática em Psicologia Comunitária, especialmente em face das configurações dos processos de subjetivação contemporâneos. Por isso, neste trabalho, visamos tecer devires entre Psicologia e Comunidades por meio da problematização teórica sobre como acessar e produzir um plano comum entre os envolvidos em intervenções comunitárias e por meio de relato de experiências de intervenção em comunidades organizadas e supervisionadas pelo autor, as quais estiveram ligadas ao programa de estágio profissionalizante em Saúde Coletiva do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UPFI), na cidade de Parnaíba-PI. Num primeiro momento de nosso trabalho, experimentamos intercessões com autores que discutem os processos de subjetivação e o método da cartografia, bem como com autores que vêm discutindo o tema do comum implicado na pesquisa-intervenção, especialmente nos pontos em que tais discussões podem contribuir com o aprofundamento das reflexões sobre desafios e limites dos fazeres em Psicologia Comunitária. Numa perspectiva cartográfica, a finalidade de um trabalho de psicologia comunitária seria buscar fazer emergir o coletivo como experiência do comum, que assim se faz porque inclui uma multiplicidade de linhas que compõem um rizoma. Enfim, uma questão que nos interessa é a seguinte: como o psicólogo em suas intervenções em territórios populares pode ajudar a produzir o comum? Corroboramos com o pensamento de que a transversalidade pode ser um princípio interessante para produzir conexões entre heterogêneos. A partir do princípio da transversalidade, o comum que o psicólogo deve acessar e ajudar a produzir é uma virtualidade e uma

vitalidade social pré-individual e não-totalizável que abriga composições e recomposições de singularidades, de modo que que produzir o comum requer atentar mais para o plano das forças do que para o das formas. Assim, o plano comum é pensado na diferença, sendo um desafio a ser encarado permanentemente, haja vista não ser um “já dado”, tampouco um espaço estabelecido definitivamente, mas sim um efeito de pertencimento e partilha nas práticas concretas. Inspirando-nos em Deleuze e Guattari (1995) e seguindo as indicações de Rocha e Kastrup (2010), consideramos ainda profícuo pensar as comunidades populares onde as práticas de psicologia comunitárias frequentemente têm ocorrido como territórios marcados por forças micropolíticas em efervescência, o que implica problematizar o alcance atual da concepção sociológico-disciplinar de comunidade. Num segundo momento de nosso trabalho, tentando operar com as ferramentas da cartografia, visamos compartilhar uma experiência de intervenção comunitária na cidade de Parnaíba, co-organizada e supervisionada pelo autor, na condição de docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), experiência que, uma vez ligada ao programa de Estágio profissionalizante da Ênfase Psicologia e Saúde Coletiva, direcionava-se a contribuir com uma maior articulação entre Universidade, serviços de saúde e comunidade. Desta feita, consideramos que tais reflexões trazem implicações potentes a uma Psicologia Comunitária que se proponha a cartografar as pluralidades, as diferenças, as virtualidades e as linhas de fuga que podem ser encontradas num território, a partir do qual novas formas de sociabilidades e novas maneiras de partilhar o comum possam ser experimentadas.

2 • Articulações entre Psicologia Comunitária e Saúde num contexto de atuação com jovens estrangeiros em formação superior no Brasil.

Luana Régo Colares de Paula, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

O presente trabalho apresenta uma experiência institucional de atuação, no âmbito da promoção de saúde, junto a estrangeiros oriundos de países africanos, desenvolvida na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Criada em 2010, a Unilab nasceu com a missão institucional de formar pessoas para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, além de fomentar o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. A experiência de que trata este trabalho foi desenvolvida no âmbito da Coordenação de Saúde e Bem-Estar (Cosbem) dessa Universidade, a qual desenvolve um conjunto de ações de atenção à saúde de estudantes e servidores, com foco na prevenção de doenças e na promoção de saúde. Por um lado, trata-se de uma atuação que busca qualificar o acolhimento institucional a estudantes estrangeiros recém-chegados e fomentar o atendimento a esse público pelos serviços de saúde da cidade de Redenção, no Estado do Ceará. Por outro, a atuação visa facilitar a apropriação psicossocial e a produção de laços comunitários por parte desses estudantes. Parte-se do pressuposto de que as ações de

saúde devem ser ações de cidadania, configurando uma intervenção que contribua também para a garantia de direitos de estrangeiros residentes no Brasil. Logo, com o intuito de fortalecer a percepção dos estudantes estrangeiros quanto ao seu direito de ser atendido pelo sistema de saúde brasileiro, desenvolveram-se atividades com alguns desses estudantes para a apresentação do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Rede Local de Saúde de Redenção/CE. Essas atividades envolveram a realização de grupos de discussão sobre saúde e de visita guiada a equipamentos locais de saúde. A orientação teórica que fundamenta esse trabalho circunscreve-se na articulação entre a Psicologia Comunitária (Góis, 2008) e o campo da Saúde Coletiva (NUNES, 2009; CAMPOS, 2010), com destaque para a perspectiva da Promoção da Saúde (BUSS, 2009), os quais ressaltam a necessidade de que as ações de saúde priorizem espaços coletivos que fomentem a participação e autonomia dos sujeitos no cuidado com a sua saúde. Como resultados dessa experiência, considera-se que sua concretização foi importante na medida em que criou um espaço de trocas entre os participantes sobre elementos das diferentes culturas ali representadas, tais como concepções de saúde e diferenças entre os sistemas públicos de saúde dos países de origem dos estudantes. Tais espaços de discussão contribuíram também para fomentar o vínculo entre estudantes e profissionais de saúde da Universidade, elemento fundamental para o cuidado em saúde. Por fim, as ações junto aos estudantes se mostraram fecundas ao favorecerem o trânsito dos estudantes pelo sistema de saúde local e pela própria cidade. É válido ressaltar, contudo, que o desenvolvimento dessas atividades também evidenciou uma série de limitações no atendimento das demandas de saúde dos estudantes por parte do sistema local de saúde, configurando-se como agravantes das dificuldades inerentes aos processos de adaptação de imigrantes e colocando-se como um desafio para a Universidade no processo de acompanhamento desse público.

3 • O Cuidado Epistêmico nas práticas institucionais em Saúde Comunitária

Jon Anderson Machado Cavalcante, Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral.

Este trabalho gira em torno de uma prática institucional de Iniciação Acadêmica a estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral, por intermédio da realização de uma pesquisa participante acerca do tema: "Práticas de Cuidado: a história de vida de rezadeiras dos Bairros Tamarindo e Dom Expedito de Sobral – Ceará." Tal estudo faz parte das ações do Laboratório de Identidade, Cultura e Subjetividade – LAICUS, que pretende propiciar pelo tripé universitário ensino, pesquisa e extensão a articulação entre formação profissional e transformação da realidade por meio do diálogo entre academia e população acerca de temas de fronteira, ou seja, temáticas aglutinadoras de tensões ético-políticas e de significados sociais distintos. Nesse intuito, essa ação deu-se início em fevereiro de 2014, e no decorrer do referido ano pretende-se fomentar relações dialógicas entre os saberes acadêmicos e de rezadeiras mediadas pelos referenciais teórico-metodológicos da Saúde Comunitária que compreende o drama pessoal na recursividade com as

tramas territoriais. Essa prática institucional inaugurou-se com uma inserção comunitária que oportunizou a familiaridade dos estudantes de psicologia com os profissionais dos CSF's, o que resultou na negociação quanto à realização de uma pesquisa com caráter interventivo. Inicialmente, além do levantamento dos saberes existentes entre os profissionais acerca da relação entre práticas de cuidado e espiritualidade, iniciaram-se entrevistas com rezadeiras reconhecidas pela população e profissionais da Estratégia de Saúde da Família desses territórios o que evidencia os itinerários psicossociais nos quais se forjaram a arte e ofício de cura dessas mulheres. Enquanto uma pesquisa de caráter participativo, pretende-se fortalecer a interlocução entre rezadeiras, comunidade, profissionais e universidade de modo que o diálogo entre esses sujeitos, permeado de conflitos e contradições, suscitem novos saberes e experiências acerca das práticas de cuidado e saúde. Assim, a participação de estudantes bolsistas propicia uma experiência plena de iniciação acadêmica através de sua participação em atividades que desafiam seus modos de apreender a realidade e que integram formação profissional e transformação social. Trata-se, portanto, de uma prática em Psicologia Comunitária que busca por meio da problematização da relação entre "Espiritualidade e Práticas de Cuidado em Saúde", o exercício de uma postura de 'cuidado' epistêmico promotor de interações desnaturalizadoras dos espaços e tempos acadêmicos e comunitários. Soma-se a isso, o aprendizado decorrente da aproximação entre estudantes com bairros vizinhos ao campus da UFC Sobral, o que propicia um maior reconhecimento das experiências vividas nessas comunidades e as implicações éticas e políticas da universidade com a sociedade.

Saúde, Educação, Empoderamento e formação do psicólogo: questões em Psicologia Comunitária

Patricia Rocha Lustosa, Universidade Estadual do Piauí

A proposta que apresentamos reflete o questionamento sobre como manter o fluxo de ideias atuais e críticas no que concerne a formação em seus três níveis, convergido pelos trabalhos que abordam: na graduação em Psicologia, o desenvolvimento da autonomia e o empoderamento do graduando a partir do uso de metodologias ativas que envolvam a educação permanente e a educação popular. Isso acontecendo especialmente durante os estágios curriculares, os estágios básicos da formação e em trabalhos de extensão como o PET-Saúde; em nível de Pós-Graduação, consideramos tanto a análise de categorias teóricas que nos levam a uma nova postura ante as intervenções nos territórios de atuação da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade. Particularmente, na RMSFC-UESPI, propomos uma análise deleuziana sobre alicerces fundamentais da formação do residente (des) territorialização, singularidade, e micropolíticas. Nas sociedades "capitalísticas", neologismo criado por Guattari, em que se incluem as sociedades capitalistas puras de primeiro mundo, como também os capitalismo periféricos, ou seja, os capitalismo de terceiro mundo e o que se apresenta também no socialismo (capitalismo burocrático). Nessas sociedades é preciso ter o controle das pessoas para poder se sustentar, sendo tal controle feito através da produção de subjetividade. A cultura de massa é o principal meio para se produzir subjetividade. Essas produções orbitam tanto do lado do profissional-pesquisador, como no universo que englobam as Equipes da Estratégia Saúde

da Família (ESFs) e os Núcleos de Apoio às Equipes Saúde da Família (NASFs). O objetivo é tecer uma leitura rizomática das práticas no território comunitário, micropolítico, bem como os possíveis redirecionamentos na formação do profissional de saúde coletiva. Finalmente, traremos ao debate o aspecto da formação em regime estrito, contemplando uma pesquisa que possui conexão internacional. A pesquisa de Doutorado em curso chama a atenção para a educação das crianças e suas identidades etnorraciais, a partir da valorização da ancestralidade africana na escola, lançando uma questão sobre o que o psicólogo comunitário pode aprender apropriando-se deste debate. Assim, a construção de olhar que faça diálogo com questões contemporâneas na educação e na saúde têm impacto na formação do psicólogo, trazendo outros campos de análise que complementem e permitam ao profissional-pesquisador pensar novos conceitos e paradigmas inovadores para a práxis, convocando-nos e nossos ouvintes a mergulhar na potência do pensamento.

1 • Psicologia Comunitária, Participação Social e Empoderamento: propostas para uma formação crítica e participativa.

Leonardo Sales Lima, Universidade Estadual do Piauí –UESPI

A formação do psicólogo vem proporcionando mudanças nos últimos 10 anos. A implantação das diretrizes curriculares possibilitou a universidade pensar um psicólogo mais crítico, reflexivo e comprometido com a realidade social. O desenvolvimento da psicologia comunitária, nos últimos 30 anos, vem caminhando apontando caminhos sobre esse novo profissional que está se inserindo no espaço territorial de diversas políticas públicas, dentre elas: a saúde e a assistência social. Neste sentido, e guiado por movimentos incentivados pelo Sistema Conselho de Psicologia e pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, urge uma necessidade de pensar um psicólogo integrado e comprometido com as reais necessidades do povo brasileiro. Assim, a inserção nos Núcleos de Apoio a Saúde da Família e na Proteção Social Básica, através dos Centros de Referência da Assistência Social, vem convidando um olhar mais politizado e com aspectos que possibilitam a participação mais ativa desse profissional na vida das pessoas. O objetivo deste trabalho é apresentar as experiências da Formação de Psicólogos na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), considerando o âmbito da Psicologia Comunitária e das Políticas Públicas Sociais brasileiras. Neste sentido, a formação de psicólogos da UESPI vem se adaptando aos processos que vem sendo disparados desde então a nível nacional. Através de uma aproximação com metodologias ativas que focalizam a formação buscando uma aprendizagem significativa. O uso da Educação Permanente e de conceitos da Educação Popular vem contribuindo com os movimentos de ensino-aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de um psicólogo capaz de realizar uma leitura mais aproximada com o contexto de sua inserção, diminuindo a distância do mesmo com o indivíduo, ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos entre o profissional e a população. Na experiência desenvolvida na UESPI, o estágio básico em educação em saúde, em conjunto com o Estágio Supervisionado em Psicologia Comunitária, o PET-SAUDE Controle Social e a Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, vem conseguindo integrar conceitos, vivências e práxis

que empoderam os envolvidos na construção de um olhar mais ampliado da prática. A utilização de ferramentas que envolvem os movimentos da cartografia de cada sujeito envolvido, o conjunto de afecções despendidas durante os encontros semanais, além dos portfólios reflexivos individuais desenvolvem sujeitos mais autônomos e capazes de serem mais ativos diante dos problemas do território social experimentado. As experiências atuais caminham para o fortalecimento de uma Psicologia Comunitária dinâmica que se constroem com as nuances de cada experiência e espaços vivenciados. Observa-se que o comprometimento dos psicólogos formados dentro desse processo percorre além da linha tênue da prática pela prática. Estes auxiliam no desenvolvimento do Controle Social, fortalecem as redes comunitárias e a intersetorialidade no âmbito das políticas públicas. Assim, a formação profissional proposta contribui para o fortalecimento de uma Psicologia Comunitária crítica e focada no desenvolvimento social do sujeito.

2 • Entre micropolíticas e fluxos: para além do território na formação do residente multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, em Teresina – Piauí

Patricia Rocha Lustosa, Universidade Estadual do Piauí-UESPI.

Propomos uma análise dos elementos teóricos acerca das noções de território, singularidades, segmentaridades, linhas de fuga e micropolíticas para disparar o debate sobre a formação do profissional na Residência em Saúde da Família e Comunidade (RMSFC/UESPI). Um dos importantes alicerces da formação proposta pela RMSFC exalta a territorialização como o primeiro passo, de uma série de atividades que serão pensadas e desempenhadas ao longo de dois anos do programa. Com esse mote, propomos uma reflexão sobre o conceito de territorialização, alinhado ao seu duplo, aparentemente opositor, denominado desterritorialização. Contudo, trata-se de fato de uma perspectiva paradoxal de complementariedade, em que é possível traçar nessa paisagem os efeitos da introdução de alguns referenciais cruciais providos nas leituras de Félix Guattari e Gilles Deleuze. As sociedades capitalísticas (um neologismo criado por Guattari) incluem as sociedades capitalistas puras de primeiro mundo e os capitalismo periféricos (ditos de terceiro mundo e o capitalismo burocrático presente no socialismo). Nestas sociedades capitalísticas ocorre a formação de indivíduos, o que implica uma serialização e uma homogeneização, ou seja, os indivíduos são pessoas modelizadas. Na atividade inversa a esta derivam os modos de subjetivação singulares. Já as segmentaridades sublinham o atravessamento por diversas linhas constituindo nossa subjetividade. Esta é cartografada como um mapa, e é nesse mapa que podemos encontrar as linhas. Passam por nós segmentaridades binárias (oposições duais), circulares (círculos cada vez mais amplos) e lineares (cada segmento, aqui, envolve um processo). Faz-se necessário, ademais, diferenciar uma segmentaridade flexível e outra, dura. A segmentaridade dura centraliza a política e impõe ideais. Já uma segmentaridade flexível não há pré-determinação, eles foram construídos e variados dentro da comunidade. Vale uma ressalva nesse momento: nós não podemos pensar nesses segmentos em sua forma pura. Quando Deleuze e Guattari trabalham a noção de linha, eles estão efetivamente falando de três linhas: uma linha relativamente flexível (perspectiva das sociedades

com segmentaridade dita primitiva); uma linha dura (perspectiva do aparelho de Estado) e linhas de fuga. Linhas, inclusive as de fuga, produzem subjetividades que são sempre coletivas e os modos particulares como ela se apresenta são os indivíduos. O indivíduo consome subjetividade, ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc. A subjetividade é essencialmente social, mas é assumida e vivida pelos indivíduos em suas existências particulares (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p.33). Os processos de singularização muitas vezes esbarram nos processos de individuação e acabam sendo sobrecodificados, passando a fazer parte da subjetividade capitalística, já reterritorializados. O território para Deleuze e Guattari é um conceito que engloba tanto o espaço vivido, quanto um sistema com o qual o sujeito está familiarizado. É no território que a subjetividade é apropriada. Quando o território se desterritorializa, a subjetividade engaja-se em linhas de fuga. A tentativa de recompor um território desterritorializado consiste na reterritorialização. Nesse mutante processo, podemos concluir que uma dinamização das práticas no território comunitário acabam se aproximando da necessidade real de discutirmos, micropoliticamente, possíveis redirecionamentos na formação do profissional de saúde coletiva, participe do processo de formação em saúde coletiva.

3 • O que o Psicólogo Comunitário pode aprender com os desafios das culturas da Infância para a escola brasileira no tocante à educação intercultural e ao combate ao racismo?

Nara Maria Forte Diogo Rocha, Universidade Federal do Ceará, Maria de Fátima Vasconcelos da Costa, Universidade Federal do Ceará

A relação com a educação é forte presença em psicologia comunitária, sendo a escola arena de importantes embates identitários dos quais o psicólogo comunitário não pode passar ao largo. Observa-se, ainda uma forte institucionalização da vida infantil, sendo a escola um lugar preferencial deste processo. Esta discussão pretende dar maior enfoque às crianças no contexto escolar, chamando a atenção para sua participação, identidades e pertencimentos no fazer do psicólogo comunitário. Tem como pretexto a apresentação de análises preliminares de um doutoramento em curso que objetiva compreender como as crianças interpretam saberes sobre a Ancestralidade Africana, mediados pela escola. A apropriação de um debate deste tipo complexifica a atuação do psicólogo comunitário ampliando sua visão sobre crianças e escola. O solo teórico que valoriza as contribuições das crianças e também a ancestralidade africana provém da Sociologia da Infância e das Epistemologias do Sul, permitindo considera-las como o Outro do adulto, ou o lado de lá da margem, expresso no Sul como metáfora. As crianças teriam em comum com a situação dos negros no Brasil a invisibilidade seletiva. No caso de serem tratadas de crianças negras, seria então um duplo véu, apenas levantado em condições específicas que raramente dizem respeito aos interesses da criança. São apresentadas análises preliminares de pesquisa de campo, a respeito da participação de 15 crianças da educação infantil em projeto referente às tradições, que culminou com um desfile de Maracatu (dança folclórica afro-brasileira), em escola privada de uma capital nordestina no Brasil, reconhecida por realizar trabalho na direção diversidade e inclusão. Dentre demandas relacionadas ao como e ao que a criança deve

aprender, observa-se a luta pelo reconhecimento e valorização da negritude no Brasil. As manifestações das crianças são compreendidas a partir de seus diferentes modos de engajamento e sensibilidade às questões étnico-raciais, demonstrando posicionamentos que passam pela anulação, reconhecimento e identificação com os diferentes tipos culturais a partir dos convites feitos a elas pela escola. Tais convites se constroem na escola reproduzindo um contexto social mais amplo, do embate entre a valorização da negritude e o preconceito /negação com relação aos negros, bem como da invisibilização do privilégio da branquitude. A “anulação do negro” reproduziria o racismo subjacente à sociedade brasileira. E o “reconhecimento” pode indicar uma aproximação do considerado diferente. A identificação entendida a partir do que as crianças expressaram, teria sido a ultrapassagem dos marcadores étnicos então reconhecidos por elas, na expressão de um sentimento de identidade. Conclui-se que as crianças, pelo lugar privilegiado que ocupam como alvo preferencial da exclusão social, quando reproduzem interpretativamente, expõem as contraditórias lógicas subjacentes ao pensamento hegemônico, bem como as tensionam, ampliando o campo do que é traduzível na interculturalidade.

Sentidos da prática em psicologia comunitária e práticas sentidas: um diálogo.

Antonio Euzébios Filho, Universidade Estadual de São Paulo (Bauru)

Esta mesa se propõe a discutir a formação e atuação do Psicólogo Social Comunitário a partir do Materialismo histórico e dialético, enfocando como atividade fim deste fazer o processo de transformação social. O objetivo dessa proposta é refletir sobre a importância desse conceito para o enfrentamento dos desafios que o momento histórico atual nos impõe. Considerando que a Psicologia Social Comunitária nasce com uma proposta de contribuir para a superação das contradições sociais engendradas pelo sistema capitalista, reiteramos a importância desta discussão para a formação do profissional, o que demonstra que este trabalho se articula ao tema da conferência e ao eixo proposto a saber: Acadêmico/ Formação. A primeira fala refere-se ao trabalho do Prof. Dr. Luiz Roberto Paiva de Faria, que enfocará a partir da história da Psicologia que podemos pensa-la a partir de três vias: a primeira é a que pensa a prática destacando o indivíduo como objeto e razão de sua existência; um segundo modelo, influência da psicologia sócia histórica surgida no interior das lutas de resistência à ditadura nos anos 80, seria uma psicologia comunitária interessada na interface do ser humano com o contexto social e uma terceira maneira de pensar a teoria/prática da psicologia comunitária, é a que a eleva a um status epistêmico; seu produto é uma intervenção intencionada à ruptura do modo de produção capitalista. O segundo trabalho a ser apresentado refere-se à proposta de Prof. Dr. Antonio Euzébios Filho, que tem como objetivo discutir a natureza do processo de transformação social e a tomada de consciência que este processo pressupõe. O primeiro elemento que constitui esta reflexão, como pode ser facilmente observado, remete ao conceito de transformação social. Reiteramos que o marxismo traz contribuições importantes para uma análise crítica sobre esta questão. Entendendo este fenômeno como superação do capitalismo. Esta superação pressupõe um processo de tomada de consciência – que para Marx configura-se no âmbito da consciência de classe para si. Este

fenômeno, que remete à segunda temática de nossa proposta, não pode ser caracterizado, contudo, como uma simples passagem de níveis de consciência, tampouco, caracteriza-se como uma mera transferência de conhecimento, nos moldes da Educação Bancária denunciada por Paulo Freire. Finalmente a terceira participação, da Prof^ª. Dr.^ª. Nilma Renildes da Silva enfoca a relação formação/atuação em Psicologia Social Comunitária, discutindo com base na articulação das atividades docente de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária para garantir uma formação crítica que possibilite o desenvolvimento de habilidades e competências do Psicólogo para atuar compreendendo o homem em seu caráter fundamentalmente ativo em face ao seu dever histórico social. A atividade do PSC, a partir da orientação marxista, tem uma orientação teleológica que é a emancipação do homem e esta atividade não pode ser outra a não ser atuar com a população que está excluída da apropriação das objetivações genérico-humanas, alertando que uma parcela desta população está excluída da reprodução da vida e de manter-se como gênero humano.

1 • O sentido e o consentido da prática em comunidades: reflexões teóricas e metodológicas.

Luiz Luiz Roberto de Paiva Faria, Pontífica Universidade Católica de Campinas

No contexto geral da mesa redonda Sentidos da prática em psicologia comunitária e praticas sentidas: um diálogo, propomos discutir o fazer psicológico dentro de qualquer comunidade. Questões como utilidade da intervenção, legitimidade, efetividade, e outras questões frequentemente levantadas em sala de aula nos cursos de graduação precisam entrar no debate. A intenção é provocar a audiência quanto ao cenário social, político e histórico que, deste modo, molda um fazer psicológico cujas práticas sociais estão atreladas ao modelo neoliberal vigente. De modo algum, espera-se convencer a audiência de que esta ou aquela prática é a melhor a ser implementada, mas levantar uma discussão sobre os seus fundamentos. Como essa é a intenção, minha discussão começa então colocando os meus fundamentos que, no caso, são marxianos. Este é um elemento fundamental para a compreensão das práticas. É preciso, ao discutir, levantar uma ontologia implícita dentro das diversas práticas, consubstanciadas por cenários sociais, históricos e políticos específicos. Essa ontologia nos conduz então à teoria que orienta a prática do psicólogo dentro da comunidade. São concepções de humanidades diferentes que se põe com práticas e interesses diferentes. Discutida tal ontologia, pensemos então nas práticas. Parece-nos oportuno que, diante da crise global do capital, do recrudescimento das forças conservadoras dentro do Brasil de modo silencioso e das crescentes políticas de transferência de renda num país com desigualdade social recorde, que pensemos o sentido teórico e prático da ação dos psicólogos dentro da comunidade. Podemos pensar a psicologia a partir de três concepções teórico-práticas: uma primeira via é a que pensa a prática destacando o indivíduo como objeto e razão de sua existência. Mediada pela psicologia social clássica, cujas raízes epistêmicas são positivistas, o seu produto é uma psicologia social comunitária cujas metas são objetiváveis e o resultado colecionável. Estas práticas são facilmente adaptadas às necessidades das gestões governamentais, particularmente as da esfera federal e são, por isso,

a prática dominante no campo da psicologia comunitária. Um segundo modelo, influência da psicologia sócio histórica surgida no interior das lutas de resistência à ditadura nos anos 80, seria uma psicologia comunitária interessada na interface do ser humano com o contexto social. Reconhece neste vínculo os contingentes históricos e o que acontece com este sujeito no aqui-agora. Seu produto é, portanto, uma prática interessada em um sujeito ativo ao processo social. Contudo a materialidade da psicologia comunitária se define pelo lugar em que esta se encontra. Vale dizer que psicologia comunitária é a psicologia dentro da comunidade, que é, por sua vez, a parte mais desprivilegiada economicamente da população, público excelente e escolhido como objeto de sua prática. Por fim, uma terceira maneira de pensar a teoria/prática da psicologia comunitária é a que eleva a psicologia comunitária a um status epistêmico; seu produto é uma intervenção intencionada à ruptura do modo de produção capitalista; pode estar em qualquer lugar; é mediada por qualquer instrumento teórico que se faça eficaz a esta intenção; e pode ser traduzida por uma psicologia militante.

2 • O sentido da prática comunitária: contribuições do marxismo

Antonio Euzébios Filho, Universidade Estadual de São Paulo (Bauru)

Dentro da proposta geral da mesa, cujo objetivo é refletir sobre o sentido da prática da Psicologia Social Comunitária, propomos um debate sobre a atuação do psicólogo na comunidade à luz do materialismo histórico e dialético, procurando analisar teoricamente três questões que consideramos fundamentais para pensar os desafios, limites e fazeres do psicólogo social comunitário, são eles: (1) o processo de transformação social; (2) a tomada de consciência que este processo pressupõe; (3) o papel do psicólogo e da comunidade neste processo. Acreditamos que estas questões, que aparecem constantemente na literatura especializada, são importantes de serem discutidas, pois estão presentes na formação dos profissionais da área – o que aproxima este trabalho, portanto, ao eixo da “Formação”. O primeiro elemento que constitui esta reflexão, como pode ser facilmente observado, remete ao conceito de transformação social – tão discutido quanto difundido no campo da Psicologia Social Comunitária. Não seria impreciso dizer que a Psicologia Social Comunitária é uma Psicologia orientada para a transformação social. Porém, a literatura mostra que não existe um consenso sobre o significado desta palavra. O esvaziamento deste conceito vem ocorrendo apesar da importância que ele tem para a formação e para o desenvolvimento da própria prática comunitária. Acreditamos que o marxismo traz contribuições importantes para uma análise crítica sobre esta questão. Com isto queremos promover, num primeiro momento, um debate acerca da Psicologia Social Comunitária que queremos, a partir de uma reflexão orientada para a superação do modo de produção capitalista. Esta superação pressupõe um processo de tomada de consciência – que para Marx configura-se no âmbito da consciência de classe para si. Este fenômeno, que remete à segunda temática de nossa proposta, não pode ser caracterizado, contudo, como uma simples passagem de níveis de consciência, tampouco, caracteriza-se como uma mera transferência de conhecimento, nos moldes da Educação Bancária denunciada por Paulo Freire. Isto significa que o

psicólogo social comunitário tenha de assumir uma postura democrática e deste modo, construir seu trabalho com a comunidade e não para ela, porém, esta perspectiva não deve ser caracterizada pela neutralidade deste profissional - entramos, então, na última questão proposta para análise. O que queremos chamar a atenção neste momento é que, baseado na concepção marxista, o desenvolvimento de uma prática democrática não corresponde à uma postura passiva do psicólogo, afinal, ele carrega consigo valores e orientações políticas. Defendemos que a comunidade é quem deve decidir seu destino, por outro lado, o psicólogo deve tornar explícita sua postura ético-política na relação com a população – e isto não é o mesmo que impor valores ou verdades para ela. Concluimos, por fim, que a formação deste profissional deve conter uma reflexão aprofundada sobre a ação teleológica do psicólogo, orientada para a transformação social, e ao mesmo tempo um debate intenso sobre os fundamentos de uma prática democrática, construída com a comunidade.

3 • A atividade fim da Psicologia Social Comunitária na ontologia marxiana

Nilma Renildes da Silva, Universidade Estadual de São Paulo (Bauru)

O eixo desta fala parte da tese marxista de que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. E acrescento: também interpretado, por exemplo, por diversas teorias psicológicas. Afirmamos que a formação do Psicólogo Social Comunitário (PSC) deva partir de princípios teóricos – metodológicos que os instrumentaliza para desenvolver sua atividade intencionalmente comprometida com a transformação da realidade social rumo à emancipação humana. Se tirássemos uma fotografia deste momento da reestruturação produtiva do capital e as migalhas que distribuem, em forma de políticas públicas redistributivas, à maioria da população, aparentemente é possível associar a um culto da consagração [do capital]. No entanto, o concreto é que os capitalistas vêm se desonerando de satisfazer as reais necessidades da população, da ampliação da cidadania dos trabalhadores e a negação dessa para os sujeitos invisíveis, impossibilitando a diminuição da distância entre a produção humana e os indivíduos singulares. Objetivo discutir a formação do PSC com base na articulação das atividades docente de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária para garantir uma formação crítica que possibilite o desenvolvimento de habilidades e competências do Psicólogo para atuar compreendendo o homem em seu caráter fundamentalmente ativo em face ao seu devir histórico social. Partimos dos fundamentos da ontologia marxiana: o trabalho é um traço ineliminável do homem, esse para viver tem que produzir seus meios de existência [no capitalismo a alienação produz um abismo entre os indivíduos singulares e a produção genérica humana]; o homem é um ser ativo e consciente, liberto de suas determinações biológicas e o homem é um ser social, sua “essência” é o conjunto das relações sociais e ele não se adapta à natureza, mas sim a transforma de acordo com sua necessidade e intencionalidade fazendo de si próprio sujeito de sua ação. Como procedimentos para discutir, analisar, pesquisar e atuar nos fenômenos psicossociais, que são sínteses de múltiplas determinações, tais fundamentos são direções metodológicas. Resultante desta atividade docente articulada onto-teórica-metodologicamente

proporciona na formação do PSC a compreensão de que os fenômenos psicossociais têm como fundamento o processo sócio histórico e consequentemente a forma como a sociedade se organiza. Concluindo, esta atuação pedagógica auxilia o futuro profissional a ter postura crítica em relação a própria formação e reflexão sobre as perversas políticas de estado e governos, aqui especificamente discutindo a inserção predominantemente nas diversas políticas públicas mediadas pelas ONG's. A atividade do PSC tem uma orientação teleológica que é a emancipação do homem e esta atividade não pode ser outra a não ser atuar com a população que está excluída da apropriação das objetivações genérico-humanas, alertando que uma parcela desta população está excluída da reprodução da vida e de manter-se como gênero humano. Este trabalho se relaciona com o tema da conferência e com o eixo proposto, visto que discute a formação do PSC a partir de metodologia que os instrumentaliza para pensar os fenômenos psicossociais: na sua processualidade, não os naturalizando, posicionando-se em relação a uma sociedade de classes.

Tekoá Guarani e o encontro com a descolonização na Educação ameríndia e na Psicologia Comunitária

Ana Luisa Teixeira de Menezes, Universidade de Santa Cruz do Sul

O trabalho expressa pesquisas com as comunidades Guarani no RS, através das quais, a comunidade (tekoá) enquanto prática e conceito têm provocado uma discussão científica e acadêmica do processo de descolonização, como um encontro com a educação ameríndia e o pensamento do Sul. Nossas pesquisas buscam promover um campo intercultural de estudos na temática da infância e da formação acadêmica, compreendendo a importância dos conhecimentos dos povos indígenas, para pensarmos a educação e a psicologia comunitária, que sistematizou conceito de comunidade para o campo da Psicologia. A proposta metodológica é baseada na etnografia, que prevê muito convívio, uma descrição densa dos acontecimentos e do contexto, e na pesquisa participante que trabalha com a ação e a reflexão de forma comprometida com os indígenas enquanto sujeitos da pesquisa. Os Guarani são considerados, nesta proposta, ativos agentes no processo de pesquisar suas concepções e narrativas no campo da Infância e da Educação. As narrativas são trazidas a partir de desenhos, de fotos, de histórias e de dramatizações. Os resultados de nossos trabalhos revelam uma contribuição epistemológica para pensarmos a constituição de novas pedagogias da infância e novos/antigos modos de vida comunitário e latino-americano, que contemplam os tempos lentos, o corpo no mundo, a materialidade da natureza, o poder inventivo das linguagens e narrativas mitológicas, valorizando os diversos modos de ser ameríndio. Os estudos Guarani que versam nas temáticas da infância, educação comunitária e escolar, assim como o uso e a resistência das novas tecnologias têm provocado mudanças nos conteúdos de disciplinas do Mestrado em Educação e de Psicologia Comunitária I e II no curso de Psicologia da UNISC, nas quais as aldeias indígenas são espaços de aprendizagem e de troca intercultural, bem como lugares férteis de profundas revisões epistemológicas acerca do conhecimento teórico e prático. Para o campo da Educação e da Psicologia Comunitária, pesquisar e discutir com os alunos em sala de aula, como nas aldeias têm representado um marco teórico que revisita e reanima os conceitos de comunidade, tão bem sistematizados na década de 70 pelos

psicólogos comunitários, reconhecendo e valorizando os povos indígenas como pessoas de sabedoria que integram saúde e educação, promovendo tanto na universidade como em suas aldeias a percepção de uma educação baseada no inter-conhecimento e no diálogo que surge do Sul em direção ao Norte e vice-versa.

1 • Comunidades Guarani: a construção da pessoa no pensamento ameríndio e as contribuições para o campo da Educação e da Psicologia Comunitária

Ana Luisa Teixeira de Menezes, Universidade de Santa Cruz do Sul

A partir das pesquisas realizadas com os Guarani estabelecemos relações entre o pensamento ameríndio, sentido de comunidade e educação da pessoa, buscando investigar o valor dos mitos e histórias culturais indígenas e ancestrais na deflagração dos processos de cura, de encontro com o que parece perdido em nossa história pessoal e coletiva, bem como a contribuição dos indígenas para a Educação e Psicologia. A metodologia das pesquisas é etnográfica, num contexto de convívio intenso e de descrição densa das experiências. Ao viver a experiência de morar em algumas aldeias, gostaríamos de relatar um modo de vida Guarani e suas repercussões na formação da pessoa e da comunidade. Descreveremos a partir das experiências vividas e observadas na educação das crianças e nas histórias contadas pelos Guarani. Ressaltamos a posição de sujeito e suposição de saber, a questão da conexão com a coletividade e o universal e efeitos psíquicos de concentração, tranquilidade, aprendizagens, lugar do onírico, da limpeza e do sutil, respeito, palavra e memória. Daremos atenção especial ao mito dos gêmeos para a compreensão dos modos de vida psíquico que orientam as buscas pessoais e coletivas nas comunidades. Enquanto psicólogas e educadoras, descobrimos a importância de entrarmos nos universos simbólicos indígenas que passam também pela ancestralidade do ser brasileiro, através dos quais, os conhecimentos e mitos indígenas, enquanto qualidade arquetípica, possui um lugar em nossa história. A partir de pesquisas realizadas com os Guarani, novos espaços de formação estão sendo construídos, tanto na prática quanto na conceituação epistemológica na educação e na psicologia comunitária, considerando a nossa constituição latino americana e ameríndia. Na perspectiva da psicologia comunitária, fica evidente um modo de ser latino americano que foi se constituindo ao longo das décadas. Um modo de ser pessoa que revela um potencial de transformação e resistência. A noção de comunidade, de educação e de desenvolvimento da pessoa são aspectos, que destacamos como conhecimentos próprios dos indígenas, no caso, os Guarani, que fazem parte de nossa história e que revelam um modo original e ancestral de viver, com um valor pedagógico e psicológico pouco reconhecido ou percebido, ao longo de nosso processo civilizatório.

2 • Os Guarani e as redes sociais

Fátima Rosane Silveira Souza, Universidade de Santa Cruz do Sul, Fátima Rosane Silveira Souza, UNISC, Ana Luisa Teixeira de Menezes, Universidade de Santa Cruz do Sul

O presente trabalho versa sobre investigação voltada à utilização das redes sociais pelos Guarani de aldeias ameríndias da região central do Rio Grande do Sul. O objetivo é compreender se o uso das redes sociais significa uma forma de fagocitação dos conhecimentos, segundo o pensamento de Kusch (1986), e uma maneira de ultrapassar a linha do pensamento abissal, promovendo a ecologia dos saberes. Esta investigação adota a metodologia etnográfica e pesquisa participante. Os sujeitos da pesquisa são percebidos como copesquisadores numa prática investigativa de convivência e muita reflexão. As redes sociais são utilizadas pelos indígenas há muito tempo, para romper o isolamento entre comunidades, vencer barreiras vivenciadas ou pela falta de espaço nas mídias tradicionais. O Facebook, exemplificando, é usado por jovens e adultos. Assim, investigamos os conhecimentos construídos pelos Guarani nas redes sociais e a potencialidade de essas mídias influenciar o NhandeReko - modo de ser Guarani. Em que medida o sentido de comunidade é modificado, a partir das novas tecnologias, e se as mudanças reforçam o pertencimento étnico e os saberes ameríndios dentro da ótica do pensamento abissal. Na cultura Guarani, mesmo espacialmente separados de famílias de parentes, há o contato regular por meio de visitas, indispensáveis à continuidade cultural e às relações internas na tekoá - contatos que os auxiliam na sobrevivência e manutenção do NhandeReko. No Facebook, eles se comunicam em Guarani ou em Português. Falam de festas, postam fotografias, criticam ao governo, compartilham mensagens, contam piadas, fazem declarações de toda ordem. Em algumas ocasiões, eles utilizam o Facebook como um brinquedo. Os Guarani comunicam-se com parentes de outros estados ou de outros países, obtêm notícias sobre festas, saúde, dificuldades, nascimentos. Com o Messenger-Facebook nós, juruás, nos comunicamos facilmente com eles, fazendo e recebendo pedidos e diferentes combinações. Utilizando o Facebook, os Guarani estariam submetidos a um processo de fagocitação, no sentido do branco pelo indígena, sendo assimilados/engolidos pelas tecnologias e redes sociais, ou do indígena pelo branco, dominando tecnologias e redes sociais para fortalecer a cosmologia e modo de ser? Nossa observação está indicando que os Guarani dominam as tecnologias numa pulsação que fortalece o sentido de comunidade e de expressão singular. Acreditamos num percurso esperançoso de diálogo com as comunidades Guarani no campo da Educação e da Psicologia Comunitária, de construção na diversidade epistemológica, no reconhecimento da validade da pluralidade de conhecimentos, dando forma à interculturalidade, a ecologia de saberes, libertando-se da hegemonia do pensamento científico.

3 • Educação Guarani, a resolução de conflitos e a Mediação Transformativa como vivência

Raquel Maria de Oliveira Viçosa, Universidade de Santa Cruz do Sul, Ana Luisa Teixeira de Menezes, Universidade de Santa Cruz do Sul

A pesquisa aproxima os saberes da terra com a técnica; a educação, a cultura Guarani e o direito, numa proposta de aprofundar e integrar os conhecimentos nessas áreas. Objetivamos investigar como os Guarani resolvem seus conflitos em sua educação, compreendendo o diálogo como Mediação Transformativa e esta como Vivência, enquanto espaço formativo e identitário. Mediação transformativa é uma forma alternativa de resolução de conflitos que traz (em si) como linguagem o empoderamento, a escuta sensível, o diálogo e preocupa-se com a construção de posturas assertivas nas relações. Observamos como os Guarani estão construindo suas escolas nas aldeias de Estrela Velha e Salto do Jacuí, considerando os saberes culturais e comunitários, como a dança Guarani. A Opy é percebida como universidade contrapondo à educação escolar hegemônica e ocidental amparada pela cosmovisão Guarani. A mediação transformativa é desenvolvida como um caminho, uma linguagem que faz a interlocução entre o conhecimento originário ameríndio e o conhecimento colonizador do professor. Esta linguagem considera as relações, o estar entre, a convivência. O caminho metodológico está sendo o da etnografia, com sua descrição densa, profunda dentro do contexto da aldeia Guarani, cuja experiência já nos mostra, a riqueza da educação intercultural e os modos de apropriação indígena na escola diferenciada, com seus processos próprios de aprendizagem dentro de um mundo vivido na comunidade. Observando a dança guarani percebemos o como as crianças se relacionam. Os conflitos existem, porque fazem parte da interação, e ele é resolvido, diluído no espírito de cooperação entre os índios, não importa a idade nem o gênero. Não há inferiorização pelo fato da criança não conseguir desviar-se do golpe na dança. Ao contrário, há o acolhimento e o incentivo pelos risos e afagos. Não se percebe a disputa adversarial, a exclusão, percebe-se que mesmo no momento da "briga" por brinquedos essa é tida como uma interação, alteridade, os mais velhos compartilhando e cuidando do mais novo. Existe um senso comum tácito na cosmovisão indígena de responsabilização e cuidado um pelos outros, um viver em comunidade, que é intrínseco ao momento vivido, não se separa tal modo de ser o viver. A Educação no modelo ocidental insiste em ensinar e na aldeia a educação não está focada na escola, ela tem na interação, na dança, na expressão do corpo e da emoção, nas rodas de conversa com os mais velhos, na experiência de trabalho com os pais os fundamentos filosóficos para a formação do homem.

Aportes de la Psicología Comunitaria para la Inclusión Social en la Educación.

Tesania Velázquez, Pontificia Universidad Católica Del Perú

La educación es uno de los campos centrales para el ejercicio de la ciudadanía y el desarrollo de bienestar psicosocial en las personas, no obstante, es también un espacio de tensión y en algunos casos de violencia. En este simposio, se presentan tres experiencias de intervención educativa generadas en Uruguay,

Perú y Brasil, que desde la perspectiva de la Psicología Comunitaria, se intenta analizar y comprender para la definición de acciones que pueden contribuir al desarrollo de bienestar e inclusión social. En primer lugar, se expone la experiencia de Uruguay, que a partir del enfoque ecológico sistémico, se propone analizar la realidad educativa de adolescentes en situación de vulnerabilidad social y afectiva que viven en la ciudad de Montevideo. El objetivo general del trabajo es describir la percepción de los Profesores Referentes, respecto a su rol, que trabajan en el Programa de Aulas Comunitarias de la ciudad de Montevideo. En segundo lugar, se incluye la ponencia sobre el trabajo desarrollado en Perú, sobre algunos elementos de la Psicología Comunitaria que aportan a las políticas públicas para el trabajo en las escuelas con temáticas vinculadas a la violencia. En tal sentido, en alianza con el Ministerio de Educación del Perú (MINEDU) y la cooperación internacional, la Maestría en Psicología Comunitaria se encuentra colaborando con el proyecto Escuela Amiga, en el marco de la política pública de una cultura de paz para las escuelas urbanas de alto riesgo social. Y finalmente, se presenta la propuesta de intervención desarrollada en Brasil, para hacer frente a las diferentes formas de violencia suscitadas en cinco instituciones públicas de educación básica y educación de adultos ubicadas en una región específica de la ciudad. La propuesta tiene como objetivo comprometer a los profesionales para discutir, evaluar y planificar las acciones que contribuyen a la evolución de esta situación, de manera participativa y colaborativa. En estas tres ponencias se muestra la importancia de la investigación – acción con grupos poblacionales que viven en diversas situaciones de riesgo social. Conceptos como participación, fortalecimiento y desarrollo de capacidades son referidos en las diferentes experiencias, siendo la investigación- acción el método elegido por ofrecer la oportunidad de generar el involucramiento del público destinatario de las distintas intervenciones. La adopción de la Psicología Comunitaria, como enfoque teórico para el análisis de políticas públicas destinadas a la educación e inclusión social en la región, implica diferentes desafíos que serán discutidos en las presentaciones.

1 • Ponencia Uruguay: Procesos de aprendizaje en adolescentes en situación de vulnerabilidad social y afectiva en Motevideo

Maria Martina Silva Laguardia, Universidad Católica del Uruguay

La Psicología Comunitaria como disciplina de abordaje, pretende desarrollar intervenciones tendientes a optimizar los aprendizajes, considerando simultáneamente a la persona y su contexto sociocultural. A partir de su enfoque ecológico sistémico, se propone analizar la realidad educativa de adolescentes en situación de vulnerabilidad social y afectiva que viven en la ciudad de Montevideo. Desde esta perspectiva, es importante conceptualizar al sujeto como un ser de posibilidades, capaz de desarrollar su potencial, en donde el futuro depende de las acciones que realiza, contra las profecías asociadas al contexto y las estadísticas. En tal sentido, el presente estudio se enmarca dentro del Programa de Aulas Comunitarias, cuya propuesta intenta remediar la deserción temprana en el Ciclo Básico de educación media en el Uruguay. El objetivo general del trabajo fue describir la percepción de los Profesores Referentes, respecto a su rol, que trabajan en Aulas de la ciudad de Montevideo. El estudio se realizó desde un enfoque cualitativo por ser

considerado el más adecuado para abordar este tema, ya que el objetivo del mismo fue describir una realidad concreta y tal como se presenta, a partir de la percepción de quienes se encontraban al momento del estudio desempeñando el rol. Asimismo, se clasifica también como un estudio de corte transversal. La muestra fue intencionada e incluyó a 8 Profesores Referentes. De acuerdo al análisis de contenido de las entrevistas realizadas, se pone en evidencia una nueva manera de ejercer el rol docente con la finalidad de acompañar los procesos de aprendizajes de adolescentes en situación de vulnerabilidad social y afectiva. Se concluye que, para lograr la continuidad educativa de los mismos, es necesario profundizar en el trabajo en red, fortalecer los espacios de participación para la generación de compromiso de los distintos agentes educativos implicados, como ser la familia y los educadores, así como también de los propios protagonistas de su proceso educativo. Asimismo, se considera que en la medida que se consiga operativizar una perspectiva que logre integrar una mirada positiva de las posibilidades de educabilidad de ellos, se podrá construir un plan de intervención educativa que permita optimizar los aprendizajes, y con ello, combatir los procesos de exclusión educativa que amenazan la vigencia de un modelo de ciudadanía democrático.

2 • Ponencia Perú: Psicología comunitaria y política pública en el ámbito educativo. El proyecto Escuela Amiga, Perú

Tesania Velázquez, Pontificia Universidad Católica Del Peru, Miryam Rivera, Departamento de Psicología, Pontificia Universidad Católica del Perú, Elba Custodio - Departamento de Psicología, Pontificia Universidad Católica del Perú

La Maestría en Psicología Comunitaria de la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP) se ha propuesto una participación activa en la investigación y acción ante la problemática de la educación y su relación con la salud mental en nuestro país. Ello implica la colaboración en el diseño así como en la formación de profesionales que puedan responder de manera más eficiente en el trabajo con la comunidad educativa (docentes, estudiantes, padres de familia, personal administrativo, comunidad educativa en general). El objetivo de esta ponencia es presentar algunos elementos de la psicología comunitaria que aportan a las políticas públicas para el trabajo en las escuelas con temáticas vinculadas a la violencia. En alianza con el Ministerio de Educación del Perú (MINEDU) y la cooperación internacional, la Maestría viene colaborando con el proyecto Escuela Amiga, en el marco de la política pública de una cultura de paz para las escuelas urbanas de alto riesgo social. El proyecto Escuela Amiga es un componente de la Estrategia Nacional contra la Violencia Escolar, cuyo objetivo es mejorar la convivencia escolar y generar mejores logros de aprendizaje en 1000 escuelas de Lima. Se trabajó a través del fortalecimiento de capacidades con el equipo del MINEDU, docentes de educación básica regular y equipos interdisciplinarios a fin que puedan manejarse o enfrentarse a un problema multidimensional como lo es la violencia en el ámbito educativo. Para ello se viene implementando un Diplomado en Habilidades Socioemocionales para la Convivencia Escolar a cargo de la Maestría. Los elementos de la psicología comunitaria como la participación, el trabajo en redes y el cuidado de los equipos fueron centrales

en el diseño de la propuesta; así como en la metodología de enseñanza-aprendizaje que se viene implementando. El Diplomado propone una noción diferente de educación y de aprendizaje con un modelo de relación profesor-alumno basado en el reconocimiento, el cuidado y la valoración de la experiencia personal y los propios saberes. A partir de los resultados de esta experiencia, se han incorporado dichos elementos como aspectos nodales de la política pública. Se presentará el diseño y los resultados de la propuesta de fortalecimiento de capacidades y el aporte de la Psicología Comunitaria, reconociendo logros y limitaciones.

3 • Ponencia Brasil: Violencia, praxis y procesos de participación en la escuela pública de Brasil

Raquel Souza Lobo Guzzo, Pontificia Universidade Católica de Campinas, Ana Paula Moreira, Pontificia Universidade Católica de Campinas, Maria Aurea Pereira Silva, Pontificia Universidade Católica de Campinas, Cristina Pinho, PUC-Campinas, Jacqueline Meireles, Pontificia Universidade Católica de Campinas

Considerando las condiciones de desenvolvimiento de crianzas y jóvenes en la escuela pública se propone con este estudio hacer frente a las diferentes formas de violencia en las escuelas mediante la supervisión de las 5 instituciones públicas de educación básica y educación de adultos que se encuentran en una región específica de la ciudad – una región marcada por ocupaciones de tierra, pobreza y tráfico. La propuesta fue estructurada con el objetivo comprometer a los profesionales para discutir, evaluar y planificar las acciones que contribuyen a la evolución y superación de esta situación, de manera participativa y colaborativa. Se trata de un estudio en una área particular de la práctica social: la práctica psicosocial centrada en el desarrollo de acciones preventivas noción de la relación entre la teoría y la práctica vigentes - praxis y proposiciones críticos modelo profesional que se está aplicando y qué no ha funcionado en una realidad cambiante. Se basa en la psicología crítica del enfoque de la teoría de Klaus Holzkamp, en el que la práctica (acción) social, se construye desde el punto de vista de las personas implicadas; la comprensión psicosocial de la violencia de Ignacio Martín-Baró y los procesos de emancipación y participación de Paulo Freire. El diseño tenía el formato de la Investigación Acción Participante (participante en la investigación acción - PAR) en las reuniones semanales de dos horas de diálogo con cada segmento de los participantes, la síntesis y la integración con todos los involucrados. Las reuniones tienen como objetivo a las discusiones sobre la violencia en la escuela con el contenido específico a los objetivos propuestos. Cada reunión se basó en un guión de discusión siempre centrado en los episodios de violencia, acciones derivadas, consecuencias y posibilidades. Se realizaron registros de cada reunión para el proceso de consideración y la integración con los distintos segmentos – maestros, la equipe de gestión de la escuela, padres y madres, funcionario, técnicos y estudiantes. Desde dos grupos debería generar una línea de acción colectiva en este contexto y todas las consideraciones como parte de un proyecto político pedagógico de carácter emancipador.

Qué y cómo estamos formando? Análisis crítico de la formación en Psicología Comunitaria.

Paula Antonia Riveros Ahumada, Universidad Santo Tomás

La Psicología Comunitaria se ha desarrollado y evolucionado a partir de las necesidades y requerimientos que se presentan en los contextos de las comunidades, organizaciones, laborales, académicos e investigativos, entre otros. Dada la importancia de responder adecuadamente a ellos, de manera pertinente y eficaz, es que aparece como relevante el propósito de discutir, cuestionar y analizar críticamente cómo y en qué se está formando en psicología comunitaria en nuestras realidades. Reflexionar sobre las prácticas profesionales se convierte en un imperativo en la construcción de conocimientos y la generación de acciones comunitarias emancipadoras, acciones que deben partir de las experiencias que los profesionales van adquiriendo en esa relación con las comunidades y que se desarrollan por la participación e involucramiento de las mismas en los procesos de investigación y acción. Los aprendizajes que surgen en esa interrelación entre profesionales y comunidad se convierten en fuente del desarrollo científico de una disciplina y en constructos para la revisión de la formación en el campo de la psicología comunitaria. En la actualidad, el contexto en el que se desarrolla el trabajo comunitario se ha visto cuestionado desde las prácticas que más bien ayudan a la adaptación a modelos determinados y no a la transformación social, principio rector de la psicología comunitaria. Un ejemplo de ello es la llamada institucionalización de la PC en Chile, donde ha experimentado una evolución que la ha puesto como referente en las prácticas institucionales de intervención psicosocial (Castillo y Winkler, 2010); esto tiene como consecuencia el abandono de algunos preceptos que fundaron la disciplina y por consiguiente, la casi nula participación de los actores involucrados en los programas orientados hacia la resolución de sus problemas, es decir, no tienen voz en temas de política social. Este panorama plantea entonces una preocupación a la hora de definir qué temas son los que se están dando en la formación, por lo que se requiere una revisión de los mismos desde los actores sociales que intervienen en estos procesos, es decir, incluir a las personas que son parte de las comunidades con las que se trabaja, a estudiantes, docentes, profesionales del área, representantes del Estado, etc.

Esta discusión pretende hacer una revisión de las actuales condiciones, temas y orientaciones de la formación en Psicología Comunitaria, además de invitar al cuestionamiento constante sobre nuestras prácticas docentes y la responsabilidad que hay en ello.

1 • Formación Profesional De Pregrado En Psicología Comunitaria En Santiago De Chile En La Actualidad: Análisis Descriptivo De Los Contenidos De Enseñanza, Metodologías Y Perfil Profesional Del Psicólogo/a Comunitario

Paula Antonia Riveros Ahumada, Universidad Santo Tomás

Siguiendo el planteamiento de Montero y Giuliani (1997) según el cual es necesario desarrollar y seguir una línea de trabajo fundamentada en “un quehacer sostenido en el contexto de las comunidades y en el campo de la docencia”, es que resulta relevante preguntarse por la formación de los/as psicólogos/as comunitarios/as hoy en nuestro país. Los autores definen

ambos como espacios que deben ir unidos y complementándose en la formación de futuros psicólogos/as comunitarios, sumándole a ello la clara postura de que el ejercicio profesional y docente debe estar en función y en pro de la comunidad. Es así como la brecha entre lo que se enseña y lo que realmente se necesita “saber” ha motivado a la constitución de nuevas formas, métodos, estrategias y sistemas de formación que sean capaces de enseñar lo que demanda la realidad laboral; en este caso las exigencias que la misma comunidad y el contexto socio-histórico exijan (Yáñez-Galecio, 2005). Metodología: Se realizaron 9 entrevistas en profundidad, a docentes y egresados en psicología comunitaria de universidades públicas y privadas de Santiago de Chile. Procedimiento: Análisis de contenido, según Piñuel (2002), al hablar de análisis de contenido se refiere al conjunto de procedimientos interpretativos de mensajes, textos o discursos que provienen de procesos determinados de comunicación previamente registrados. La denominación de análisis de contenido, supone que hay un “contenido” guardado u oculto dentro de algo y que analizado por dentro se podría develar este contenido, con su significado, su sentido, lo que daría forma a una interpretación distinta a través del análisis. Esto permitiría un diagnóstico, a decir, un nuevo conocimiento (Piñuel, 2002). Resultados Principales: El producto final ha sido organizado con relación a los objetivos de la investigación, abordando cuatro temas en específico: contenidos, metodologías, perfil y acciones de la práctica y su correspondencia con la formación profesional. Los resultados responden al proceso de revisión y organización de las categorías emergentes del proceso de análisis de información en relación a la Formación Chilena en PC. Conclusiones:

El desafío de abordar un área emergente de investigación en el país se constituyó en el punto de partida para situar un diseño teórico-metodológico que permitiera abordar de manera exploratoria la situación actual de la formación profesional en el campo la PC chilena, aunque por ahora y en este caso, solamente referida al escenario y experiencia de docentes y profesionales de universidades tradicionales y privadas ubicadas en Santiago de Chile. Durante el desarrollo de este proceso, fue posible observar una diversidad de opiniones, posturas e ideas con respecto al campo de estudio. Así, y en el marco de un rico cuerpo de contenidos fue posible constatar, en términos generales, una tendencia hacia la homogeneidad cuando se trata de describir (e incluso se podría decir diagnosticar) la situación general de la formación de pregrado en el campo de la psicología comunitaria actual en nuestro país.

2 • La Sistematización De Experiencias En La Formación En Psicología Social Comunitaria

Ángela María Martínez Chaparro, Universidad Pontificia Bolivariana, Nayib Carrasco Tapias, Universidad Cooperativa de Colombia

El grupo de investigación Educación y Desarrollo ha realizado investigaciones orientadas a la revisión de las experiencias en el campo comunitario, específicamente en lo relacionado con el acompañamiento a víctimas de la violencia sociopolítica como insumo para generar reflexión sobre las implicaciones del psicológico en este escenario y sobre su formación. En este proceso la sistematización de experiencias es asumida como “aquella

4.2

Eixo Acadêmico-Formação / Eje Académico-Formación / Axis Academic

interpretación crítica de una o varias experiencias que, a partir de un ordenamiento y reconstrucción, descubre o explicita la lógica del proceso vivido, los factores que han intervenido en dicho proceso, cómo se han relacionado entre sí, y por qué lo han hecho de ese modo". La sistematización de experiencias tiene como propósito que el sujeto participe de un proceso práctico en donde recupere su relación con la acción, organizando lo que sabe de su práctica para darla a conocer a otros. Por otra parte este proceso permite reorientar la práctica por lo tanto dar herramientas para la formación en psicología comunitaria desde los aprendizajes emergentes en las experiencias, tomando como base lo aprendido en la experiencia particular para diseñar, re direccionar o construir propuestas cada vez más ligadas a una perspectiva situada (en términos de Marisela Montenegro) de acompañamiento psicosocial a víctimas de la violencia. (Santa Cruz y Gaona, 2002). Método: En el actual proyecto de investigación se retoma el enfoque socio crítico de la metodología cualitativa como paradigma orientador del proceso, desde una concepción social sobre la cual los seres humanos son cocreadores de su propia realidad y asume la investigación desde su carácter emancipatorio y transformado, mediante un proceso en el que la reflexión crítica sobre el comportamiento de esa realidad determina su re direccionamiento. (Gonzales, 2003). Se utilizaron técnicas documentales y técnicas interactivas asumidas como dispositivos que activan la expresión de las personas, facilitando el hacer ver, hacer hablar, hacer recuperar, hacer recrear (García & otros, 2002). Resultados Principales: En ese proceso de sistematización de experiencias se parte de asumir que La Intervención psicosocial desde la Psicología social comunitaria: Prilleltensky (Montero, 2004), mantiene la concepción de que los procesos psicológicos individuales y colectivos son configurados o construidos por una permanente interdependencia entre la mente y los marcos históricos, sociales y culturales específicos en los cuales la persona concreta se encuentra anclada. Por tanto, hablar de procesos psicológicos como la identidad, el recuerdo, el olvido, los afectos, las percepciones, la agresión, la salud mental, la inteligencia, entre otros, significa para la psicología social comunitaria teórica y aplicada la necesidad de leer e interpretar en situación social a los actores sociales sujetos de dichos procesos. En consonancia con el anterior presupuesto, hacer un análisis situado de la subjetividad humana implica reconocer que en la vida cotidiana ninguna experiencia individual existe por fuera de un orden histórico-social concreto (orden social antioqueño, colombiano, latinoamericano, occidental), el cual se convierte en el escenario objetivo donde las personas construyen sus identidades.

3 • La colonialidad de la psicología: aspectos fundamentales en la formación de psicólogos comunitarios

Zicri Orellana Rojas, Universidad de Santiago de Chile

La construcción de conocimientos en la formación de psicólogos/as sigue obedeciendo epistémicamente a teorías imperialistas y eurocéntricas, a excepción de la psicología latinoamericana -que con su trabajo especialmente en la línea comunitaria- ha alcanzado a formar algunas generaciones de psicólogos con una mirada más situada en Abya Yala. Sin embargo, sabemos que esta formación no ha sido ampliamente adoptada por las escuelas de

psicología de Chile, por lo tanto, sus propuestas no han tenido las implicancias que vayan en el camino de las transformaciones subversivas. Esto, entre otras razones, porque su canalización ha sido institucionalizada, por lo tanto, controlada y ordenada por el Estado y la Academia. ¿Dónde y cómo se hace psicología comunitaria? ¿Para quiénes trabajamos los/as psicólogos comunitarios? ¿Desde qué lugares epistemológicos, éticos y políticos? Metodología: El texto fue elaborado a partir de un análisis bibliográfico y la revisión de planes de estudios de carreras de psicología de Chile. Resultados y conclusiones: La Colonialidad de la psicología, especialmente de la psicología social-comunitaria podemos verla en relación con el capitalismo, el patriarcado y el racismo, en tanto tres elementos coloniales nucleares que homogenizan la disciplina, tan evidente en sus clasificaciones psicológicas y sociales-comunitarias. A la psicología le gusta la diferencia ordenada y controlada, es decir, la no diferencia.

La apuesta india de Silvia Rivera, nos deja más claro aún lo colonial de la homogeneización, toda vez que la noción de ciudadanía desde la visión india no busca la homogeneidad sino la diferencia. Esto es lo que la psicología no ha comprendido del todo, y por eso es capaz de trabajar e implementar estrategias que parecieran conllevar a cambios, pero estos siguen siendo cambios adaptativos y no cambios radicales o subversivos. Se trata de cambios para que nada cambie. Rivera señala que la retórica de la igualdad y la ciudadanía se convierte en una caricatura que encubre privilegios políticos y culturales tácitos, nociones de sentido común que hacen tolerable la incongruencia y permiten reproducir las estructuras coloniales de opresión. Y gran parte de la psicología comunitaria ha caído en manos de este sistema colonial imperialista que se interesa por resultados puestos en bases de datos o en estadísticas. La psicología se ha ido convirtiendo en un instrumento colonial que se hace cargo de los residuos de la colonialidad-modernidad. En cuanto a problemas psicosociales, la situación es cada vez más aguda, agobiante y difícil de abordar. Las problemáticas del siglo XXI presentan una marginalidad más al borde, con problemas complejos que no pueden ser atendidos aplicando un set de teorías o técnicas. La psicología que se está enseñando en la academia, no constituye un aporte real para transformar estas realidades. Necesita la psicología descolonizarse y primero tiene que reconocer su colonialidad, lo que obliga a empezar a desobedecer epistémicamente y crear otras formas de hacer psicología que promuevan cambios subversivos y que nos liberen de lo que tengamos que liberarnos. Esto demanda liberar a la disciplina de su herencia eurocéntrica, estadounidense, capitalista, patriarcal y racista.

Multilevel Modeling, context, and community research: Multilevel approaches to examining ecological data.

Lindsay Bynum, University of Illinois at Chicago

Community psychologists often research the complex processes and reciprocal relationships between people and their environments. This undertaking necessitates methods that allow researchers to meaningfully incorporate context into their analyses. Multilevel Modeling (MLM) is one such method that allows for a nuanced analysis of context-centered research. With MLM, one can explore the multiple ecological levels in which individuals are nested and the

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

separate influence of those settings, groups, or structures. One can also explore longitudinal questions, using repeated measures, wherein each unit of time is nested within each individual. In this roundtable, we will present three projects that used Hierarchical Linear Modeling (a type of MLM), and discuss its strengths as a method. The first author will discuss how and why she used HLM to explore family membership and patterns of volunteering and charitable giving. She explored whether philanthropic behavior is partially explained by the family one belongs to, above and beyond the impact of individual characteristics. Results suggest that being nested within families influences where one gives and what they contribute (i.e., time or money). These results have practical implications for how agencies in need of volunteers or donations can recruit help, and were only possible using HLM. The second author will provide an example of how a multi-level approach can be used in educational settings to identify contextual factors within a school environment that affect student outcomes. Specifically, she investigated various school climate factors and their influence on individual students' delinquent behaviors over time. She will discuss HLM's merits in identifying potential areas of intervention on delinquency as well as larger implications for school policy and programming. She will also discuss how HLM can be used to address measurement issues within the school climate literature. With this approach, not only can we come to a better understanding of how student and teacher reports on school climate differ and converge with one another, but we can also assess the predictive utility of those reports. Finally, the third author will describe a project in which he used multilevel models to inform the development of a sexuality- and gender-related harassment measure for use in multiple school contexts. Together, those models resulted in a multi-level Rasch-type analysis that facilitated exploration of both the dimensionality of school harassment as well as the functioning of specific measure items. In addition, these analyses generated estimates for the effects of specific contextual factors and student demographics on harassment experiences. In sum, use of MLM allowed each presenter to explore nuance in their data that they would have otherwise missed. Multilevel modeling is a highly useful tool for community psychologists, and should be a staple among ecologically-minded researchers. This method's ability to answer questions central to community psychology values, and to address the nested nature of people within contexts, promises to move the field forward. This roundtable will conclude with an interactive, group discussion of MLM as a method, its potential uses, merits, and limitations, as well as a review of its increasing impact on our field.

1 • The Effect of Family Membership on Philanthropic Behavior: A Multilevel Approach

Lindsay Bynum, University of Illinois at Chicago

Society runs on philanthropy. Over one third of nonprofit labor comes from volunteers (Connors, 1995), and 66% of Americans donate an average of \$1,872 to nonprofits annually (Giving USA 2004, 2005). A large number of people engage in philanthropic behavior, however how and where people choose to engage varies. Many studies on philanthropic behavior take a cross-sectional look at one location/type of cause, and draw conclusions about volunteers or donors. This does not leave room for the idea that what spurs

someone to donate to a hospital may differ from makes one volunteer at school; or that what influences someone to volunteer at a senior center may differ from what makes them volunteer there. This project addresses whether where you're nested (i.e. your extended family membership) influences how one gives (i.e. time or money) and where one gives (i.e. type of philanthropic cause). I used the Center on Philanthropy Panel Study to explore the level of extended family clustering across types of philanthropic behavior (i.e. volunteering and charitable giving) and causes (i.e. secular, religious, health based, need based). This nationally representative longitudinal study began in 1968, and has a 96% response rate. Each new family unit spurred from an original family member interviewed in 1968, resulting in 8,002 unique family units spread across 2,347 extended families by the 2005 wave of data collection. I used a 2-level random intercept regression model (a hierarchical linear model with family units nested within extended families) to investigate my research question, and found that extended family membership accounts for philanthropic behavior differently depending on where one gives, and whether they are giving time or money. The data showed that when family clustering for volunteering exists it is robust, but it happens less often than clustering for charitable giving. Results suggest that one's extended family has different effects on what people do with their money and their time. The practical implications of understanding these influences of environmental factors can have large societal consequences. Understanding more about what influences philanthropic behavior could positively impact a nonprofit agency's ability to recruit and retain both volunteers and donors. Hierarchical linear modeling is an ecological method that lends itself well to this sort of questioning, and has larger implications for understanding philanthropy and pro-social behaviors in context.

2 • Effects of Shared Perceptions of School Climate on Delinquent Behavior: Multi-level Modeling in School Research

Lindsay Bynum, University of Illinois at Chicago, Brittany Myers, University of Illinois at Chicago

The current trends in delinquency and the deleterious effects of delinquency on later educational and occupational outcomes makes it all the more important to identify early predictors of delinquent behaviors for the purposes of early intervention. Most of the research in this area identifies individual-level predictors of delinquency (for example: individual aggression). However, there is much research indicating that delinquent activity is often clustered --by classroom, by school or by neighborhood -- which draws attention to contextual factors that are not being accounted for in most delinquency research (Henry, Guerra, Huesmann, Tolan, VanAcker, & Eron, 2000). This presentation will discuss how a multi-level approach can be used to identify which, if any, school climate factors predict individual student delinquency over time. Furthermore this study sought to address an important methodological question within school climate research surrounding reporting and triangulation. Using HLM allowed this study to compare students' and teachers' reports of school climate within each school, as well as the predictive power of students' and teachers' reports

longitudinally. This study specifically examined the effect of students' and teachers' ratings of Student-Student Relationships within the school, ratings of Student-Teacher Relationships within the school and ratings of Norms and Awareness Towards Reporting Violence in the school. Survey data were collected using the Vessels School Climate Scales and the Problem Behavior Frequency Scale. Data were previously collected from 37 different schools with 8-12 schools participating in each of four different sites as a part of the national Multisite Violence Prevention Project. Data were collected at six different time points from 5,521 students starting in sixth grade and from 263 teachers were surveyed from both urban and rural K-8 schools, small middle schools and large consolidated middle schools. Results indicated that both students' reports of school norms and awareness toward reporting violence and teachers' reports of those norms at their school, relative to other schools were predictive of individual students' delinquency over time. With regard to this particular outcome variable, student-student relationships and student-teacher relationships within the school did not predict individual students' participation in delinquent behavior over time. These results indicate that both students and teachers' perceptions of the school norms towards reporting violence in schools may represent important areas of school-level delinquency interventions in the future. Here, very clearly, the HLM approach opens doors to more research on contextual predictors of individual student outcomes, and has implications for larger-scale school policy and programming.

3 • **Measuring Multiple Forms of Peer Harassment across School Contexts through Multi-level Modeling**

Lindsay Bynum, University of Illinois at Chicago, Timothy Tasker,
University of Illinois at Chicago

All students need to feel safe, supported, and secure at school to fully benefit from their time there. Sadly, harassment and bullying related to sexual orientation and gender identity is widespread in US schools (Bochenek & Brown, 2001; Nairn & Smith, 2003). Several negative outcomes associated with such victimization (e.g., suicide, drug use, poor academic performance) have been well documented in the literature (Juvonen, Nishina, & Graham, 2000; Schwartz, Gorman, Nakamoto, & Toblin, 2005). Still, little is known about these kinds of bias-based harassment experiences from a developmental perspective or how they compare to other, more prototypic forms of sexual harassment young people encounter at school (Horn, 2008). Given that most studies of bullying focus narrowly on either one type of peer victimization or on a few harassment behaviors, it is important to reexamine this problem using the full range of what young people might experience. These gaps could be addressed by developing of more comprehensive and reliable measures of harassment experiences in schools. Through this roundtable discussion, I will describe the development of such a measure for middle and high school students that included 14 different behavior items. These behaviors were identified based on review of the harassment literature and in consultation with a local community advisory board made up of relevant stakeholders. Our team was interested in determining how well these 14 specific behaviors functioned as an assessment of peer harassment victimization as well as of the peer harassment climate within the school. Therefore, we considered

how students' experiences as victims of harassment might compare to their experiences as bystanders who witness such victimization. In addition, the functioning of these specific items was considered as both a uni-dimensional and a two factor scale by specifying a series of mixed effects multilevel regression models following the "ecometric" approach outlined by Raudenbush and Samson (1999). Data was collected from 768 middle and high school students from two schools within a single, suburban school district in the midwestern United States. Results revealed that the 14 items functioned better as a uni-dimensional measure of harassment and can more reliably differentiate between students' experiences of witnessing harassment than being victimized by it. Overall, a majority of the 14 items asked about were more "difficult" in relation to the typical student, meaning that they were relatively infrequently observed and experienced. In addition, fixed effects coefficients for the demographics revealed significant differences in the odds of experiencing or witnessing victimization as a function of four variables: gender, sexual orientation, ethnicity, and grade. Future research using this "ecometric" model could incorporate additional levels by nesting students within their classrooms and schools in order to estimate differences between those various ecological settings. Discussion of this project will focus on the value added by using this type of multilevel model – the ability to simultaneously model and assess the measure as well as detecting differences in harassment experiences as a function of demographics and other covariates. Implications for conducting ecological assessments and multilevel measurement development will be explored.

The Problems and Solutions through the Lens of Community Psychology in Korea

Ansuk Jeong, Yonsei University

1. Introduction: While there have been various efforts in South Korea that represent the core principles and values of Community Psychology, it was not attempted integrate those efforts through the lens of Community Psychology, because it is a new field in South Korea. One year of Community Psychology courses, both at undergraduate and at graduate levels, brought about certain change in the way we approach the phenomena of interest in the contemporary South Korea. Three presentations of the roundtable will show such aspects of social problems in South Korea as exclusion of the homeless, collapse of local communities, and excessive prerequisite learning. The presenters will also suggest solutions to the problems through the lens of Community Psychology, including community building and humanities education. 2. Purpose: The roundtable is organized to provide participants with the insights into (1) diverse social problems in the contemporary South Korea; and (2) how the principles and values of Community Psychology lead to the suggested solutions to the problems. Each presenter focuses on one specific social problem that she thinks is one of the most serious social problems in Korea. 3. Methodology: Each presenter employs different methods in dealing with her own topic: one conducted an in-depth interview (Study I is already carried out); one will review the relevant literature and will conduct a case study (Study II will be complete by the end of June 2014); and the other will carry out a pilot program with the community members (Study III will be complete by the mid of August 2014). 4. Results: The degree of each presented result varies.

One presents an analysis of a community organization that holds Humanities education programs for the homeless; one presents the results of literature review on the bedroom towns of the city of Seoul and proposes a way to revive the sense of community in those towns based on a case study; and the other presents the findings from a pilot program that was proposed as an alternative to the mainstream education, which emphasizes the holistic approach to children's development. 5. Conclusions: With each presentation focusing on different social problem that is conspicuous to the respective presenter, who is from different educational, social, and cultural background, the roundtable attempts to reach at the conclusion of the diversity of contexts and the context of diversity (Trickett, 1996).

1 • Humanities can Change the Homeless

Ansuk Jeong, Yonsei University, Yeseul Nam, Yonsei University

1. Introduction: Earl Shorris, an American social critic, started Clemente Course that taught humanities to marginalized people. An Anglican father in South Korea, Yeongin Im, thought the courses would be helpful to teach the principles and methods of self-rehabilitation. And he started Saint Francis College by modeling after the Clemente Course. Its aim is to help the homeless know about themselves, to inspire them to have a newly motivated purpose of life, and to help them to have a new perspective toward their own lives and the world. It also provides chances to interact with other people so that they could develop new healthy relationships. While many community or governmental programs focus on the physical health and safety needs of the homeless, the Saint Francis College in Korea intends to deal with the psychological fundamentals of the homeless. 2. Purpose: The study was conducted to understand the working mechanisms of the Clemente Course in Korea, including its success factors and failure factors. 3. Methodology: As there have not been any studies done on this agency, St. Francis College, an in-depth interview with the director of the College and informal interviews with the students were conducted to get to know what they do, how they carry out their programs, and what they see as the outcomes. 4. Results and Conclusions: The interviews informed that the Humanities education helped the homeless to pay attention to their psychological needs, including self-esteem and self-actualization needs. The education participation refreshed them to seek for the purpose of life. The agency, St. Francis College, also was practicing many of the core Community Psychology principles. It tried to promote individual wellness and to respect human diversity. Through the programs, the St. Francis College was also contributing to a community development. It helped to increase the sense of community and eventually social justice. However, the limited funding was the biggest barrier to its success. This constraint resulted in the frequent turnover in staffs, which also contributes to a high workload on the remaining staffs. The study concludes with some suggestions for the agency's improvement in terms of its efficacy and effectiveness, considering both its effects on the participants and the limited funding in reality.

2 • Reviving the Sense of Community through Community Media

Ansuk Jeong, Yonsei University, Eunjean E. Jung, B.A., Graduate School of Communication and Arts, Yonsei University, South Korea

1. Introduction: Mass commuting across municipal borders in the Metropolitan Seoul, between the central part of the city of Seoul and the peripheral middle-class towns, happens on a daily basis. Called as "bedroom towns," these towns attract residents with relatively affordable housings. With long hours spent on daily commuting, however, the residents have limited time to spend in their own neighborhoods. Also this bifurcation of life spaces – one for their living and the other for their working –lowers their commitment to the neighborhood. The commuters are likely to develop divided loyalties or identities in terms of their locality. On individual level, commuting results in less involvement in informal neighborhood group or interpersonal communication of local issues. As a result of spillover effect on aggregate level, high percentage of commuters depresses local social trust and civic participation. Only a few of the municipalities in the province run their own businesses, entertainment venues, and education resources. Most towns scarcely have informal networks among residents or local organizations. Here, small-sized local media (a.k.a. community media) can curtail the contextual limitation of local engagement. Media can enhance archiving the issues and voices within the local community. Wealth of storytelling about what is going on in the neighborhood not only increases civic participation but also encourages shared identity among residents, which in turn heightens the share sense of community among the community members. Therefore, the case study will focus on the sense of community and the role of small media in the selected bedroom town. 2. Purpose: (1) This study tries to answer how certain commuter settlements succeed in incubating higher sense of community while others do not. By identifying the success factors of those towns, (2) this study tries to present the methods to overcome the challenges that the Metropolitan Seoul is reported to be experiencing. 3. Methodology: An exhaustive literature review will be conducted on the relations of the residents' commuting and their rate of civic engagement. Drawing upon the literature, a case study will be conducted on one of the bedroom communities of the city of Seoul that has a reputation of civic engagement. 4. Results and conclusions: The findings from the literature review and the case study will be presented accordingly. The suggestions for reviving bedroom towns will also be presented from a Community Psychology perspective.

3 • Learning from Community Development Efforts of the Parents who Respect Children's Diversity

Ansuk Jeong, Yonsei University, Yookyung Eoh, M.A., Department of Psychology, Yonsei University, South Korea

1. Introduction: Korean education system and Korean parents of school students frequently get positive comments from international societies, including the U.S. president. Then, why so many families choose to educate their children in the U.S., even at the cost of family separation (while the bread earner of the family remains in Korea to be able to send money to

the family members, the children who go to school in the U.S. and their caretaker)? The parents in the contemporary South Korea complain all the time about the excessive focus on education of the whole society, even though each of them contributes to the climate. One of the phenomena that show Koreans' excessive emphasis on academic achievement is prerequisite learning through private education channels, a.k.a. cram schools. Taking trips to several different cram schools, even primary school children come back home at 10pm on weekdays. This is defined as a serious social problem in the contemporary South Korea: because (1) from the outcomes perspective, Korean students usually regard parents' expectation on their academic achievement as the most stressful pressure, which is a salient cause of children's emotional distress; because (2) from the principles perspective, the obsession of prerequisite learning tramples not only the human diversity from an early stage of development, but also the sense of community while making children consider their peers as competitors; and because (3) the regular curricula in public school system have been developed according to the human cognitive development, which will benefit the children when taken in the suggested time. 2. Purpose: This study aims to analyze the success and failure factors of a pilot program that will involve community members who have children who go to primary schools. 3. Methodology: With 4-5 parents, we will form a group of alternative after-school programs. The programs will be composed of the activities that the involved children enjoy, not necessarily academic-oriented, and will be run by the parents, not private school teachers. By running the programs together for 2-3 months during the semester, the effects of the pilot programs will be evaluated for the purpose of this presentation, while the programs can continue if successful. 4. Results and conclusions: The evaluation indices will be presented as the results of the pilot programs. Also the lessons from the processes of this small community development will be shared. The insights from this effort will provide suggestions for successful future community development among parents who can share the same values.

Taking Stock, Creating New Visions: A Future Agenda for Community Psychology

Irma Serrano García, Universidad de Puerto Rico

The overall goal of this session is to engage participants in a dialogue about the future priorities for the development of community theory, research and action. To achieve this goal, in this proposed round table, the speakers will share observations about current synergies and dilemmas facing the field of community psychology garnered from the process of editing a new Handbook of Community Psychology (to be published by the American Psychological Association). The two-volume Handbook will include 63 chapters written by authors from varied disciplines and many countries across multiple continents. These chapters reflect the state-of-the art in community psychology theory, research and action. The first volume is dedicated to chapters on theoretical foundations, core concepts and emerging challenges. The second volume includes chapters on the methods of community psychology, both research methods and interventions aimed at community and social change. We will present an overview of the Handbook and describe the process by which the topics and authors were selected. The

Handbook includes sections on the theoretical foundations of the field, core concepts that inform community psychology, understanding context, research methods, approaches to urgent social issues, methods for community change, strategies for working with diverse groups, issues in education, and emerging opportunities and challenges for the field. Each chapter author was asked to: 1) integrate theory, research, and practice issues related to the topic, 2) articulate what is distinctive about a “community psychology approach” to the selected topic (e.g., what community psychology values, frameworks, paradigms is the work grounded in and related to), 3) pay attention to the context of the work, i.e., how investigations, theories and applications apply and/or vary across contexts/settings (organizational, cultural, regional, national), and 4) address ways in which community psychology draws upon and/or could draw upon interdisciplinary resources (including from both other disciplines and other sub-disciplines within psychology). During the roundtable session, the three primary editors of the Handbook will distill themes that cut across the handbook entries with respect to 1) values and goals, 2) theoretical models and methods, and 3) contexts for diversity. We will also engage participants in small group discussions around these three topics.

1 • Values and Goals of Community Psychology

Irma Serrano García, Universidad de Puerto Rico

Community psychology was born several decades ago. Its origins in the '60's were during a time of worldwide change, economic expansion and challenges to many values. Since its origins, much has changed in the world. Many countries are now in economic straights, while there is an increased use of technology and a move towards globalization. However, community psychology's basic values and goals in the western hemisphere have remained virtually the same. These include a commitment to social justice, equality, fostering participation, and a focus on prevention and strengths versus deficits. The depth of these values is evident in many, if not all, of the chapters of the soon to be published Handbook of Community Psychology. The values continue to be evident in the work that is being done with diverse groups such as Latinos, LGBT communities, people with disabilities, women, and indigenous populations to foster the accessibility of services, their empowerment and equal opportunities in society, the elimination of stigma, and the development of new public policies. The values are also present in the examination of core community psychology concepts and frameworks: the concept of community, empowerment, prevention, and ethics. The discipline's values guide work to ameliorate social problems such as violence, mental illness, drug use and abuse, the impact of disasters, the ravages of poverty and epidemics such as HIV/AIDS. Finally, they are present in our take on old and new methodologies which are more system oriented, focus more on interactions between people and their contexts, and motivate participation of those involved – both researchers and researched – in all phases of the research process. Questions we will examine in this round table include: 1) Are the manifestations of these values and goals similar to those of the earlier years? 2) If they are different have they strengthened or weakened our commitment? 3) Should these values be maintained? 4a) If so, how can they be made manifest in the future given the current progress of

the field? 4b) If not, what other values and goals should be added or should take their place? A reflection on these questions should contribute to the future development of the field.

2 • Theoretical Models and Methods of Community Psychology

Christopher Keys, DePaul University

In working on the Handbook of Community Psychology, we have seen that community psychology has contributed much to understanding community topics via relevant theory, research methods, and intervention methods. In developing as a field of study, community psychology has championed the development of important constructs, several of which have informed a much wider audience than community psychology. These include but are not limited to the ecology of psychological phenomena, the prevention of mental illness, the promotion of mental health, social support, the empowerment of those who receive less than their equitable portion of society's resources and respect, and the psychological sense of community. Community psychology has played a distinctive role in psychology in fostering interest in more macro, extra-individual perspectives at a time when much of psychology has turned in a more micro-direction, focusing on the brain and its relation to behavior. Similarly, in terms of methods, community psychologists realized that laboratory research approaches were too focused on internal validity and have pursued more complex statistical, qualitative and participatory approaches for data collected in communities which has strong external, constituent and psychopolitical validity. In planning and conducting interventions, community psychologists have contributed on many levels to creating more comprehensive and complex intervention methods. For example, the resulting interventions have sought to prevent emotional and social problems and promote well-being of urban children and youth, to prevent HIV and promote sexual health, and to empower people with disabilities among others. In reflecting on the contributions of community psychology to date and going forward, participants will consider: 1) What have been and will likely be the major contributions of community psychology in construct and theory development? 2) What have been and will likely be the contributions of community psychology to research and evaluation approaches and methods? 3) What have been and will likely be the contributions of community psychology to intervention methods and their effective use? 4) What are the major dilemmas and opportunities for synergy in the development of theory and methods in community psychology in the next 25 years? 5) How are our values manifested in community psychology theory and research? 6) How does our commitment to diversity shape community theory and research?

3 • Contexts of Diversity

Meg A. Bond, University of Massachusetts Lowell

From the field's inception, a core value of community psychology has been a deep appreciation for diversity among humankind. This value has shaped our investment in addressing the needs of groups that are diverse in terms on such dimensions as race/ethnicity, national origin, gender, sex,

sexual orientation and experiences of disabilities. As the field has grown and matured, approaches to diversity have become more nuanced. Work within our field strives to be more attuned to both the ways in which the expression and responses to diversity shape the contexts of our lives and the ways in which context affects whether members of diverse groups can thrive (Trickett, 1996). In the new Handbook, two separate sections are devoted to diversity-related themes -- one is focused on "Expanding understanding of context" and the other on "Working with diverse groups in the community." While chapters in both sections emphasize the importance of addressing diversity in community work, those in the first section address the ways in which dimensions of diversity shape context and are shaped by context. Chapters in the later section discuss particular challenges experienced by members of diverse populations and summarize interventions of particular relevance and promise for those groups. For example, the chapter on "Gender as a Contextual Variable" looks at how beliefs and attitudes about gender affect opportunities, limitations, and expectations for all people in the community. The chapter on "Disability/ability Across Contexts and Cultures" explores how definitions of and narratives about disability vary across cultures and how those varying narratives might shape opportunities and challenges. The chapter on "Development across the Life Span" pushes community psychologists to incorporate an understanding of qualities of contexts - from the local economic and social context to the national/cultural context - as we address challenges at varied developmental life stages. In contrast, the chapters on challenges faced by diverse groups explore community interventions focused on women, people with disabilities, elders, ethnic minorities, and members of other disenfranchised groups. In this presentation, we will share observations about the themes that run across chapters in both sections of the new volumes and summarize future directions for our field's models for and approaches to diversity.

4.2

“Como é que Faço?": Diálogos entre comunidade, estagiário e supervisor

Onair Zorzal Correia Junior, Universidade Federal de Minas Gerais

Com o crescimento das políticas sociais assistenciais nas últimas décadas, e o aprofundamento das manifestações da questão social na realidade latino-americana, cada vez mais profissionais em psicologia têm sido convocados para atuar junto a grupos, comunidades e instituições a elas pertencentes, coletivos marcados pela exclusão, alienação e desigualdades sociais, em seus territórios de vida e trabalho. Simultaneamente, a psicologia, como ciência e profissão, tem sido questionada, e também tem se questionado, sobre suas práticas descontextualizadas e individualizantes, assim como as funções que o saber-fazer psicológico tem exercido em nossa sociedade.

Por essa razão, foi proposto o Estágio Práticas em Instituições Comunitárias no curso de Psicologia na Faculdade Pitágoras de Ipatinga/MG visando contemplar uma formação crítica em psicologia, que permita aos alunos o contato com situações concretas da realidade social, política, cultural e subjetiva de grupos, comunidades e instituições comunitárias presentes na região do Vale do Aço. O objetivo desse trabalho é o de analisar o aluno no campo de pesquisa e intervenção em Psicologia Social Comunitária através do desenvolvimento de práticas psicossociais em instituições comunitárias e redes sociais, dando ênfase as práticas coletivas e formação de grupos. Toma-se como objeto de análise os relatórios finais produzidos pelos alunos entre os anos de 2012 e 2013, onde se percebe a múltipla condição de atuação dos estagiários que realizaram intervenções nesses dois anos em organizações governamentais e não governamentais, associações, instituições educacionais (escolas de todos os níveis de ensino, creches, cursos profissionalizantes), instituições que integram a Política de Assistência Social (instituições de longa permanência para idosos, Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, entidades de atendimento para acolhimento institucional¹, demais entidades de atendimento), projetos sociais e as comunidades atendidas pelas mesmas. Nos relatórios analisados percebe-se a utilização por parte dos autores de referencial teórico-metodológico de abordagens psicossociais que propõem a produção de conhecimento na interseção entre profissional, comunidades e território. Ao longo do processo percebe-se a conexão dos alunos com agentes externos e internos da realidade abordada que trabalharam juntos aos alunos, privilegiando na construção do trabalho a dialogicidade em todo o processo de busca de saídas para as demandas apresentadas, desde o planejamento à execução dos projetos. Problematisa-se também o papel da supervisão, sendo essa questionada enquanto momento de relação de poder, onde a pergunta “Como é que faço?” é respondida frente a um franco “Não sei, o que você faria?”. Dessa forma, observa-se por parte dos alunos e professores o rompimento com os entraves da dissociação entre teoria, prática e compromisso social da psicologia, desenvolvendo ações na lógica espiral de reflexão-ação.

Psicologia Comunitária na Universidade: a Atuação em Rede como possibilidade de estratégia de intervenção.

Bianca Rendeiro Cejas Montenegro, UNAMA - Universidade da Amazônia,
Carolina Messeder Zahluth, UNAMA, Maria Lidia Ferreira Lima, Universidade da
Amazônia

Este artigo teve como objetivo analisar a atuação do psicólogo em rede com uma equipe multiprofissional composta por profissionais, bolsistas de extensão e estagiários de serviço social, psicologia e comunicação social, através das experiências de estágio em psicologia social comunitária das discentes do 5º e 9º semestre do curso de Bacharelado em Psicologia da UNAMA (Universidade da Amazônia), realizado no projeto Rede Escola Cidadã. Estudou-se a importância do estágio para a formação do profissional de Psicologia que atuará em rede e em comunidade; visando reafirmar a relevância de uma graduação que dê sustentação ao aluno do curso e o possibilite um olhar crítico e ético sobre sua atuação, promovendo o desenvolvimento da psicologia comunitária. O projeto é financiado pelo Instituto C&A e apoiado pela FIDESA (Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia) e UNAMA, e tem como parceiros órgãos do governo como a Secretaria Municipal e Estadual de Educação. Foi desenvolvido em 2009 e tem como objetivo geral, a partir do trabalho em rede, realizar ações que visam promover a cultura de paz em cinco escolas públicas de Belém do Pará, buscando fortalecer vínculos familiares e comunitários, prevenindo e minimizando conflitos e violências, objetivando assim a união das escolas com a comunidade, para que sua consciência crítica seja potencializada, e esta seja protagonista de sua história, possibilitando assim, conhecer seus direitos e exercer seus deveres. Este projeto, além de trabalhar com a comunidade, mostra que apesar da formação em Psicologia ainda possuir seu foco na clínica, já existem oportunidades em outras áreas de atuação para o discente, criando um espaço aberto para bolsas de estudo e estágios na universidade, gerando conhecimento e fomentando discussões em cima da práxis desses profissionais. Foram aplicados questionários em cinco alunos do sexto semestre, que já tem o estudo teórico da Psicologia social, e cinco alunos do oitavo semestre de Psicologia, que já passaram por uma prática curricular nesta área, com o intuito de conhecer as expectativas, noções e opiniões sobre Psicologia social comunitária; assim como foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com dois bolsistas de extensão, duas estagiárias e três técnicos, sendo um de Psicologia, um de Serviço Social e um de Comunicação Social, todos atuantes da Rede Escola Cidadã, com o objetivo de conhecer qual a visão da Psicologia e do papel desta na atuação em rede para estes diversos profissionais. Concluiu-se que para os alunos de formação curricular, ainda há certa deficiência na percepção desta área e em como o psicólogo atua na mesma, porém, para os estagiários, bolsistas e técnicos que atuam no projeto, já existe uma visão mais profunda desta prática em rede e do papel do psicólogo na mesma. A relação deste trabalho com a conferência dá-se a partir do eixo acadêmico/formação, no sentido que buscou fomentar discussões sobre a grade curricular na formação do profissional que trabalhará em Psicologia, com o objetivo de aprimorá-la, visando a desmistificação da Psicologia clínica e elitizada e possibilitando a construção de uma visão de Psicologia transformadora com compromisso social.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

A construção de vínculo e o desafio da inserção da Psicologia em uma ESF: um relato de experiência

Julie França Izolan, UNIFRA, Larissa Moraes Moro, Centro Universitário Franciscano

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é o modelo de atenção básica na qual focaliza as atenções de saúde na família e na comunidade, compreendida dentro do contexto sócio-político, econômico e cultural (Brasil, s/d). As práticas devem ser democráticas e participativas, portanto, cabe à equipe multiprofissional desenvolver trabalhos na própria unidade, nos domicílios e em locais comunitários, nas populações adscritas da unidade.

Nesse sentido, a psicologia comunitária é uma área que vem contribuindo para o fortalecimento do trabalho do psicólogo na AB, ao ter como foco de estudo a vida comunitária e o modo como ela é refletida na subjetividade de seus moradores. Conforme é preconizado pelos SUS, o vínculo do profissional com a comunidade passa a ser fundamental para que o mesmo possa reconhecer as necessidades da população e prestar uma assistência mais qualificada (BRASIL, 2006). Dessa forma, o trabalho do psicólogo comunitário vem ao encontro dessa proposta ao ter como uma de suas ações a inserção na comunidade para o reconhecimento de suas necessidades, a partir de uma relação dialógica e vivencial com os moradores (GÓIS, 2008). OBJETIVOS:

O presente trabalho tem como objetivo problematizar a inserção da Psicologia no contexto comunitário e a construção de vínculo como ferramenta de trabalho do Psicólogo, a partir de uma experiência de estágio em uma ESF. METODOLOGIA:

A vivência de estágio ocorreu em uma Estratégia de Saúde da Família, em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Como método, utilizou-se a documentação das atividades desenvolvidas em diários de campo como ferramenta de relato das experiências. Quanto às atividades desenvolvidas, foram realizadas visitas domiciliares com profissionais da equipe; acolhimento aos usuários da ESF; sempre buscando alianças da ESF com outros espaços de convivência da comunidade. RESULTADOS:

Nessa experiência de estágio, percebemos os desafios da inserção da psicologia, tanto com os profissionais, quanto com os moradores da comunidade. Uma das razões para isso é o fato de o psicólogo não compor a equipe mínima da ESF, dessa forma, também não havia um profissional psicólogo que pudesse supervisionar os estagiários, o que, a princípio, causou estranhamento na equipe. O desafio foi mostrar que a nossa dinâmica é diferente, mas que o objetivo vem a ser o mesmo: produzir saúde. Como instrumento de trabalho, esforçamo-nos em ativar um corpo-vibrátil: um corpo sensível aos efeitos dos encontros e às misturas de afetos (ROLNIK, 2011). A partir dessa atitude de abertura à experiência e a vontade de conhecer o serviço, fomos construindo um vínculo com a equipe da ESF. Nessa experiência, acolhimento e vínculo andaram juntos, influenciando-se mutuamente. Na medida em que o vínculo se construiu com a equipe, mais nos sentimos parte dela e, por conseguinte, mais autorizados estávamos para acolher e construir práticas psicológicas no serviço.

A extensão e o estágio em Psicologia social comunitária como espaço de formação

Beatriz de Freitas Advincula Reis, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Marcia Mansur Saadallah, PUC Minas, Paulo Henrique Ribeiro Santos, PUC-Minas

Este trabalho surge a partir do estágio obrigatório denominado "O Psicólogo na Comunidade", ofertado pela PUC - Minas, e tem como proposta a realização de intervenções psicossociais, por meio da parceria entre a Faculdade de Psicologia e instituições sociais, que atuam em comunidades com alto índice de vulnerabilidade social em Belo Horizonte - MG.

Dentre as comunidades, destacaremos a Vila Cemig, situada na regional Barreiro. Uma característica importante desta região é fato de um grande número de famílias extensas, que se sustentam na maioria das vezes com o salário de algum dos membros. Existem algumas famílias abaixo da linha da pobreza e em grande vulnerabilidade social.

A intervenção se iniciou com a realização de um diagnóstico das famílias. A partir deste, foram identificados problemas, tais como doença, desemprego, dependência de drogas e gravidez na adolescência. Um fato que nos chamou a atenção foi que apenas 7% das famílias acessam o CRAS. Além disso, na pesquisa realizada investigou-se o interesse dos moradores em participar de ações grupais e comunitárias promovidas pelo curso de Psicologia, e 49% das famílias ouvidas demonstraram interesse neste trabalho.

Frente a estes desafios, a partir das intervenções e articulações com a comunidade, observa-se uma crescente articulação dos moradores, fomentando uma rede de solidariedade e a integração da comunidade.

Pretendemos por meio deste, sistematizar a experiência advinda desta prática, e refletir sobre as contribuições para a formação do aluno do curso de psicologia. Devido ao caráter extensionista das intervenções, objetiva-se ainda, a articulação e o fortalecimento das redes sociais formadas no território.

Observamos que a atuação permite que a produção de conhecimento dos alunos e professores supervisores, dos cursos oferecidos pela universidade, possa chegar à comunidade/grupo/instituição/famílias, visando à promoção da saúde, acesso a direitos e cuidados desta comunidade.

Esta proposta faz com que se rompa uma tradição teórica voltada para a clínica tradicional, se apresentando como desafio, o rompimento com a lógica do setting terapêutico advindo de uma psicologia tradicional, marcando assim novas práticas em conformidade com a psicologia social comunitária. Logo, esta vivência se revela enriquecedora para os envolvidos direta e indiretamente neste trabalho.

Esse projeto contribui ainda com as investigações no campo social quanto ao avanço do conhecimento científico e metodológico, à capacitação permanente de agentes de comunidades em situação de vulnerabilidade social, ao estabelecer uma metodologia de intervenção que se caracteriza pela articulação de diferentes experiências comunitárias com práticas extensionistas, investigativas e de ensino.

A equipe de trabalho da PUC é constituída por profissionais de diferentes formações, tanto no que diz respeito à profissão, quanto ao percurso na formação pessoal e de experiências sócio-políticas. Assim, a proposta deste projeto permite

que intervenções dos diversos profissionais envolvidos na prática extensionista sejam mais articuladas, integradas, uma vez que podem ser orientadas por um saber coletivo, a partir, não do saber teórico prévio, que precede o encontro com a prática e a realidade das comunidades envolvidas, e sim da construção que surge deste encontro.

A formação do psicólogo e a arte da cidade

Marcello da Silva Santos, Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora (FSMA)

A emergência da Psicologia Comunitária nas matrizes curriculares tem produzido uma ação-reflexão sobre o papel político do psicólogo na vida cotidiana. A simples presença dessa cadeira no curso proporciona práticas instigantes, que configuram novos caminhos na profissão. Em Macaé, a Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora (FSMA) tem nessa prática um dos meios de sua expressão de intervenção na vida do dia-a-dia da cidade. Em associação ao grupo Amor e Fraternidade, coordenado pela Dona Tereza Santana, o curso de Psicologia tem desenvolvido um trabalho junto a moradores de comunidades do entorno do espaço, com rodas terapêuticas de conversa e atividades expressivas, como música, dança e teatro. Objetivos: fazer, a partir de atividades expressivas e roda de conversa, emergir conteúdos relativos ao resgate da autoestima e a questões cotidianas, como a violência, a perda da autoestima e falta de perspectivas. Metodologia:

Nossa metodologia tem um viés marcadamente humanista, primeiramente em função da orientação salesiana de nossa instituição e depois pelo caráter de nosso trabalho ser centrado no sujeito, como autor de seu destino e não como um objeto de intervenção psicológica. Para tanto, apoiamo-nos em alguns pilares da Terapia Comunitária, principalmente no que tange aos passos das rodas, como o acolhimento, o mote, trazendo metodologias de técnicas expressivas como a musicoterapia, fazendo emergir falas e posturas importantes na nossa busca por produção de saúde, numa concepção dinâmica da mesma, sem questões estereotipadas: saúde como acesso aos serviços, lazer, boa vida em família, entre outros aspectos mais contemporâneos, onde cultura e ciência retomam o caminho dentro desse grande território da Atualidade. Resultados: Ao mesmo tempo, a experiência afeta o estagiário, que vivencia a horizontalização das relações e das soluções de conflito, produzindo no dia-a-dia certo despimento do verniz acadêmico, o inscrevendo no cotidiano, tornando sua prática mais humanizada, seja pela escuta, seja pela postura de facilitação. Podemos entender como uma quebra de paradigma, onde faculdade e comunidade se aproximam no sentido de reverem juntos a saúde e seus deslocamentos contemporâneos: Idas a shows, festas, bazares, canto coral. Tudo tecido junto, no dia-a-dia, nos dramas pessoais e nas risadas. Um coletivo produtor de saúde.

Conclusões: Entendemos que o resgate dos potenciais e a perspectiva de um lugar no mundo possam ser indicadores significativos de saúde. Como citamos a ideia de uma dinâmica, precisamos esclarecer que não é um trabalho concluído, já que nada nesse mundo é permanente, tudo é um eterno devir.

A formação do psicólogo em comunidade: Uma experiência no CREAS POP Criança e Adolescente em Vitória da Conquista, Bahia.

Marianne Oliveira Gonçalves, Universidade Federal da Bahia

Atualmente a psicologia presencia um movimento novo quanto à formação do psicólogo, antes centrada prioritariamente na clínica individual e hoje orientada para uma formação ampla, voltada também para demandas sociais e da saúde. Nesta perspectiva, este trabalho busca pensar qual lugar a psicologia comunitária tem ocupado na formação dos futuros psicólogos, considerando que esta exige não apenas aquisições técnicas e teóricas, mas o desenvolvimento de competências e habilidades ampliadas que deem conta das complexidades sócio-culturais-geográficas presentes nas comunidades. A Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), componente curricular ligado a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia, surge nesta problemática como elemento potencializador da formação em psicologia, tendo como principais objetivos a compreensão do conhecimento enquanto ferramenta de transformação social da realidade, a articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão na graduação e a promoção da multidisciplinaridade. A ACCS intitulada "Cinema e Literatura como Estratégias de Adesão e Saúde no Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS POP) de Vitória da Conquista, Bahia" teve como proposta a utilização dos círculos de leituras e análises fílmicas enquanto instrumentos de discussão e estímulo no processo de reintegração familiar, mudança de atitude e ampliação da esfera existencial e cultural das crianças e jovens atendidas pelo CREAS POP. Hoje, o CREAS POP atende também a um público de crianças e adolescentes em situação de rua, que vivem em condições de precariedade material, afetiva, social e existencial e que cotidianamente estão a mercê da violência urbana e do estigma social. Neste contexto, a ACCS oportunizou aos alunos do curso de psicologia uma maior aproximação com as políticas públicas de assistência social, locus importante de inserção do psicólogo hoje, além de proporcionar o contato com esta população que faz da rua sua morada, estimulando discussões que envolvem direitos humanos, empoderamento, saúde e cidadania. Esta experiência mostrou não apenas novas estratégias de atenção às pessoas em situação de rua, como também nos alertou para a necessidade de um maior contato com as políticas públicas sociais e com a diversidade de contextos comunitários onde a psicologia pode e deve se inserir, de modo a compor um compromisso social, ideológico e político.

A formação do psicólogo para o SUS: elementos para discussão

Delane Felinto Pitombeira, Universidade Estadual Do Ceará, Victor Mateus Macario Porto, Universidade Estadual Do Ceará

A figura do psicólogo no âmbito da saúde, mais especificamente no SUS, tem se apresentado como importante na construção da rede nos seus mais diversos níveis de atenção. Nesse sentido, a formação para a saúde coloca-se como fundamental para se avançar na efetivação e consolidação do SUS. Esse trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão teórica acerca da formação para a área da saúde, especialmente no que diz respeito à Psicologia, mediante levantamento bibliográfico das temáticas em questão. Ele se refere às atividades de estudo desenvolvidas na pesquisa denominada "Avaliação da formação de profissionais

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

de saúde de nível superior pelas universidades públicas em Fortaleza-CE”, proposta pela Universidade Estadual do Ceará em parceria com a Universidade Federal do Ceará e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde de Fortaleza e aprovada pelo edital PPSUS (03/2012), envolvendo cursos da área da saúde de ambas as universidades. A vivência tem propiciado discussões e debates dentro do grupo de pesquisa acerca da complexidade da formação, mediante o aprofundamento de temáticas desse campo de atuação. Vale ressaltar que a composição do grupo tem se constituído uma experiência ímpar na perspectiva interdisciplinar. A formação para a saúde apresenta-se de forma ampliada para além do ensino, englobando outras dimensões como a atenção, a gestão e o controle social (Ceccim e Feuerwerker, 2004). Os estudos das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN’s) apontam a importância de se conhecer as orientações curriculares dos cursos, fazendo uma interlocução com seus projetos político pedagógicos e a realidade vivenciada no cotidiano da comunidade acadêmica. Outro referencial tomado como base para a pesquisa contempla o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), o qual busca subsidiar os processos formativos, aproximando a concepção mais ampla de saúde desde a formação inicial dos estudantes. Diante desse contexto, considera-se o campo da saúde como sendo bastante complexo em todos os seus aspectos, especialmente no que tange à formação, principalmente quando se pensa nos diferentes níveis de atenção. A importância de se focalizar nesses estudos reflete a urgência de preparar o futuro profissional, e aqui se inclui o(a) psicólogo(a), para o trabalho dentro da realidade das políticas públicas de saúde, a partir dos pressupostos dos SUS.

A FORMAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DO PSICÓLOGO: dos conteúdos disciplinares às práticas comunitárias

Júlia Graziela dos Santos Bezerra, Faculdades Integradas de Patos - FIP, Larissa de Araújo Batista Suárez, Faculdades Integradas de Patos - FIP, Suenny Fonsêca de Oliveira, Faculdades Integradas de Patos - FIP

A elaboração de currículos para o Curso de Psicologia envolve a reflexão sobre diversos aspectos da formação em Psicologia, tais como conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, definição das habilidades e competências, perfil do profissional que queremos formar. Para além das questões burocráticas que estão presentes na elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Psicologia, tem sido constante o debate sobre a necessidade de se construir currículos contextualizados à realidade em que os acadêmicos se inserem preparando os futuros profissionais para enfrentarem as problemáticas loco-regionais, atuando em equipes multiprofissionais em comunidades com demandas complexas e que exigirão soluções intersetoriais. O currículo não deve perder de vista o compromisso social do psicólogo em atender as demandas majoritárias da população brasileira, buscando formas de atuação comprometidas com a questão social. Assim, a construção de matrizes curriculares para os cursos de Psicologia se distancia cada vez mais de uma atividade tecnicista. As decisões sobre que conteúdos curriculares priorizar, quais ênfases curriculares eleger para campo de estágio e as formas de estruturação das disciplinas teórico-práticas, dentre outros elementos, deverão ser responsavelmente planejadas, pois possuem implicações políticas, ideológicas e teórico-metodológicas para

a formação desse profissional. A reflexão sobre as atuais demandas sociais do psicólogo e sua inserção nas ações governamentais engendradas pelo Estado através das Políticas Públicas levaram ao questionamento sobre a formação em Psicologia. Esse trabalho objetiva comparar as matrizes curriculares dos Cursos de Psicologia das Instituições de Ensino Superior (IES) da Paraíba com o intuito de analisar a formação dos acadêmicos através da verificação de disciplinas que abordassem Políticas Públicas e Psicologia Comunitária. A pesquisa possui caráter descritivo e foi efetivada a partir de análise documental. Após o levantamento de todos os cursos de Psicologia em funcionamento na Paraíba (N=8), foram analisadas suas matrizes curriculares identificando-se 7 matrizes diferentes. Posteriormente foram estabelecidos critérios de comparação que nortearam a análise, são eles: caráter da instituição (público ou privado), regime do curso (anual ou semestral), ano de implantação da matriz curricular vigente, número total de disciplinas, número de disciplinas para formação ético-política e comunitária, nomenclatura da disciplina e período em que estão inseridas. Observou-se que 62,5% dos Cursos de Psicologia da Paraíba são provenientes de IES particulares (N=5) que possuem regimes semestrais (87,5%) e matrizes curriculares atualizadas entre 2011 e 2012. Observou-se variabilidade de 41 a 65 disciplinas na estrutura curricular dos cursos, totalizando 463 disciplinas obrigatórias. Destas, apenas 14 disciplinas possuem caráter de formação ético-político; o que implica em 3,02% da formação destinadas aos componentes curriculares que abordam Políticas Públicas e Psicologia Comunitária. Ressalta-se ainda a existência de 4 estágios em Psicologia Comunitária em 3 IES. Foram elencadas 9 disciplinas de Psicologia Comunitária e 5 de Políticas Públicas oferecidas predominantemente entre o 3º e o 5º períodos dos cursos. A atualização das matrizes e inclusão de disciplinas com teor curricular de formação ético-política e base comunitária apontam para a necessidade da construção de práticas profissionais emergentes no âmbito da Psicologia que surgem do embate com os novos espaços em que o psicólogo paraibano está inserido.

A fotointervenção como instrumento de elaboração da experiência de violência de gênero em condição de imigrante

Adriano Beiras, Universidade Federal de Santa Catarina, Leonor M. Cantera Espinosa, Universidad Autónoma de Barcelona, María Angélica Benavides Andrade, Universidad de Concepción, Roberta de Alencar Rodrigues, Faculdade Meridional- IMED

Esta exposição apresenta uma metodologia de trabalho e de pesquisa que é a fotointervenção. Nesse sentido, apresenta-se a aplicação desta técnica com duas mulheres imigrantes que sofreram violência de gênero em uma relação heterossexual. A primeira de origem magrebi e a segunda de origem colombiana, sendo que ambas sofreram violência de gênero no casal em Barcelona, Espanha. O objetivo da experiência foi fazer com que as participantes refletissem sobre a sua vivência migratória e a situação de violência de gênero no relacionamento através do uso da técnica de fotointervenção. Trata-se de uma metodologia baseada nos pressupostos da Psicologia Social Comunitária que utiliza a fotografia para identificar, tomar consciência sobre os problemas sociais e questioná-los, de forma a promover uma reflexão e transformação social. Além de refletir sobre a realidade social, esta técnica promove que a pessoa que fotografa busque soluções e desenvolva planos de ações para intervir nos problemas sociais

identificados. Assim, tanto o objeto que é fotografado quanto a pessoa que fotografa assumem protagonismo. A aplicação desta técnica permitiu que as participantes atribuissem sentidos a sua história como mulheres imigrantes que sobreviveram a uma relação de maltrato em condição de imigrante. Além disso, a técnica favoreceu que elas pensassem sobre estratégias de enfrentamento para lidar com os efeitos da violência em suas vidas. O uso deste instrumento propiciou que elas resgatassem a sua história e imprimissem novos sentidos às experiências vividas em condições de adversidade. Isso permitiu que elas se percebessem como resistentes às situações de opressões. A fotointervenção é uma metodologia que favorece uma atuação profissional comprometida com a transformação e emancipação humana, uma vez que favorece a reflexão e instiga que os sujeitos busquem estratégias para mudar a sua realidade. Em função disso, recomenda-se o uso deste instrumento em ações realizadas em processos comunitários, podendo ser usada em diferentes temáticas, para que as pessoas problematizem sobre o contexto social no qual estão inseridas e busquem maneiras de transformá-lo. A participação conjunta das pessoas na construção das soluções para os problemas da sua comunidade é uma forma de emancipação e exercício da cidadania, coerentes com os pressupostos teórico-críticos da psicologia social comunitária.

A importância da extensão em Psicologia Comunitária para uma formação comprometida com a transformação social

Ana Paula Cordeiro Marques, Universidade Federal do Ceará, Anahisa Pedrosa Vitalino, Universidade Federal do Ceará, Bruna Laise Abreu Bezerra, Universidade Federal do Ceará, Lívia Lima Gurgel, Universidade Federal do Ceará, Marcela Sales Santos, Universidade Federal do Ceará, Quintino Mateus Moerira Barreto Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Este trabalho tem como objetivo apresentar as experiências e reflexões de alunos de graduação em uma atividade de extensão desenvolvida pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará, em parceria com o Movimento de Saúde Mental Comunitária (MSMC) tendo por foco a importância desta atuação para a formação dos graduandos. Essa ação de extensão é fundamentada na Psicologia Comunitária (Góis, 1993), que possui um compromisso ético-político com a atuação em comunidades em situação de pobreza, a partir de uma práxis libertadora. A atividade de extensão realizada no ano de 2013 teve espaço na Secretaria Executiva Regional V de Fortaleza, no Bairro Siqueira. Essa regional tem o maior índice de moradores em extrema pobreza do município. Após o mapeamento psicossocial, demos início às atividades de facilitação de um grupo de crianças e adolescentes. A aproximação com o grupo foi feita a partir da parceria com o projeto "Sim à vida!" do MSMC, que trabalha com crianças em situação de vulnerabilidade social e tem como objetivo a prevenção ao uso de drogas e à violência, assim como, a promoção do bem estar e da cidadania. As atividades foram realizadas por cinco estudantes de graduação, supervisionados pela coordenadora do NUCOM e por uma aluna do mestrado em Psicologia da UFC. A facilitação do grupo tinha como objetivo o fortalecimento da identidade, promovendo um espaço de acolhimento e de facilitação da autonomia e da criticidade dos participantes. A metodologia utilizada nesta atuação baseia-se no Método Dialógico Vivencial (MDV) proposto por Góis (Rebouças Jr, 2007) que prevê a inserção dos estudantes no modo de vida da comunidade, trazendo

o diálogo como instrumento para a problematização da realidade psicossocial, visando o aprofundamento da consciência (Freire, 1980), assim como da vivência, que busca o trabalho dos sentimentos, emoções, afetos e relações com os outros por meio, principalmente, da arte e da ludicidade. Durante os encontros, os extensionistas tiveram contato com diversas temáticas presentes nos contextos de pobreza, tais como: violência, uso de drogas, evasão escolar, entre outros. A partir deste contato, os graduandos puderam ampliar as suas concepções acerca da realidade em que está inserida a maioria da população brasileira e começar a desenvolver meios para transformá-la. Dessa forma, destacamos que esta atividade de extensão proporciona para os estudantes uma formação muito mais ampla que a formação predominantemente teórica que prevalece na Graduação em Psicologia, na medida em que os estudantes conhecem outros contextos, dialogam com outros saberes e adquirem um olhar mais crítico sobre os fenômenos da realidade em que estão inseridos. Concluimos que a proposta da Psicologia Comunitária de inserir os universitários no diálogo com a população historicamente negligenciada pelo olhar da Psicologia, e problematizar o lugar deste na relação com a realidade de pobreza é fundamental para que se tenha uma formação crítica e que possibilite a formação de profissionais comprometidos com a transformação social e com aportes teórico-metodológicos para realizá-la.

A importância da psicologia da libertação para a práxis da psicologia comunitária: repensando a formação

Bárbara Xavier de Andrade, Universidade Estadual do Ceará, Bruna Ianara da Frota Lobato, UECE, Caio Gustavo David Ribeiro, Universidade Estadual do Ceará, Francisco Anderson Carvalho de Lima, Universidade Estadual do Ceará, Isabeau Cristina de Sousa Bezerra, Universidade Estadual do Ceará

Dentro dos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia Comunitária encontram-se determinadas postulações que em âmbito prático são revertidas ao serviço direto às populações em situações de marginalização e opressão. Um deles é a psicologia da libertação, surgida da crise da psicologia social tradicional e fomentada pelas ideias e contexto sociopolítico em que vive a América Latina, tendo Martín-Baró, como precursor. Essa psicologia preza pela libertação dos povos latino americanos, tão marcados ainda pela bruta submissão a estruturas sociais opressoras. Para tanto são propostos três elementos considerados por Martín-Baró (1986) como essenciais: um novo horizonte, ou seja, uma psicologia comprometida com a ruptura de padrões de opressão social e pessoal; uma nova epistemologia, necessitando uma revisão crítica de diversos conceitos psicológicos, sob a perspectiva das maiorias populares, bem como a necessidade da criação de novos conceitos e formas de conhecimento que promovam a conscientização e liberdade humana; e uma nova práxis, mediante o apoio às causas populares, sendo imprescindível um comprometimento ético-político por parte do psicólogo. Para compreender a realidade latino-americana, Martín-Baró analisou com profundidade o conceito de fatalismo, considerado o responsável pela resignação e desmobilização das maiorias populares. Segundo Martín-Baró (1998), o fatalismo, como percebido nas maiorias populares da América Latina é, na realidade, um sistema de ideologias internalizado a partir das experiências cotidianas com o mundo social. A partir de revisão bibliográfica objetivou-se explanar sobre as categorias pobreza e fatalismo sob a perspectiva da psicologia da libertação, refletindo sobre os a atuação do psicólogo como facilitador de

processos de transformações sociais, considerando as possibilidades de um quefazer psicológico compromissado com as camadas marginalizadas, bem como suas limitações práticas. Foram realizadas pesquisas dos indexadores fatalismo, pobreza e psicologia da libertação em periódicos, bem como a consulta de bibliografia consagrada sobre as temáticas. Neste sentido, busca-se repensar as práticas e teorias na psicologia comunitária, a partir da psicologia da libertação, destacando o seu papel enquanto fazer psicológico comprometido com a valorização do potencial do homem e emancipação humana, buscando trazer à tona seu lugar enquanto sujeito ativo na sua história. Desde a sua origem configura-se como aliada aos processos de transformação social e destacamos no presente trabalho suas contribuições acerca da categoria pobreza e a importância de tais elucubrações para a ressignificação e posição ética e política das práticas e teorias psicológicas que lidam diretamente com esses seguimentos populacionais através da psicologia comunitária e, portanto, relacionando-se ao eixo acadêmico/formação do presente evento. A partir da pesquisa, concluímos que a realidade social reforça a ideologia fatalista e que, por conseguinte, em uma sociedade marcada pela exploração e opressão o fatalismo é um valioso instrumento ideológico e sociopolítico que favorece as classes dominantes e opressoras. Isso faz com que o sujeito em situação de pobreza permaneça imerso em uma realidade imposta e que desvaloriza seu potencial enquanto humano. A psicologia comunitária se mostra valorosa no trabalho de ressignificação desses processos através do fortalecimento do sujeito comunitário e a psicologia da libertação ocupa papel central nos aspectos teóricos e metodológicos de tal prática.

A importância de vivências para além do ensino na formação acadêmica em Psicologia.

Bryan Silva Andrade, Faculdade Leão Sampaio, Josuelson dos Santos Ribeiro, Faculdade de Ciências Aplicadas Dr. Leão Sampaio

A história da Psicologia brasileira é marcada, a princípio, por grande influência estrangeira, importações de métodos psicológicos que buscavam seu espaço no saber dito como científico, normatizando sujeitos, contribuindo para uma "higienização" no país. Com o passar dos anos, a saturação de psicólogos na área clínica foi percebida, assim como a ineficácia de métodos estrangeiros não condizentes com a realidade brasileira. A partir de diversos fatores, construindo-se novos saberes, investigando afundo as demandas reais da população brasileira, nasce um saber psicológico comunitário preocupado com a aproximação do profissional à camada popular. Mesmo com tais conquistas, é perceptível o quanto a formação acadêmica na área não vem priorizando um saber mais próximo da realidade brasileira, e sim um modelo cristalizado no fazer elitista, se mantendo por muitas vezes distante da população que necessita de acolhimento diferencial, muitas vezes geradas por desigualdades sociais vividas no país. O presente texto tem como objetivo analisar a formação acadêmica do profissional de Psicologia no Cariri, problematizando sobre o modelo de formação universitária vigente no país, principalmente na faculdade de ensino privado. É de muita importância um fazer mais contextualizado sobre as atuações do Psicólogo na comunidade pois é nesse campo, para além dos muros da faculdade, que o profissional terá que lidar com as dificuldades sociais, elencados nos princípios éticos da profissão.

Atualmente é no campo das políticas públicas que o Psicólogo no Nordeste possui mais oportunidades de emprego, em contrapartida temos profissionais com formações incongruentes às práticas que serão ali realizadas. Muitos fatores podem influenciar a não aproximação dos estudantes para com a comunidade, uma delas é a reformulação universitária, que teve início com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB em 1996 no governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, possuindo como uma das diretrizes a não obrigatoriedade do tripé universitário, logo uma formação acadêmica baseada apenas no ensino. Com isso o estudante pode ficar limitado a abstração de teorias fechadas em salas de aulas, sem o contato vivencial fora dos muros da faculdade. É com o contato empírico que não só o ensino teórico, que tem-se a possibilidade construtiva de uma práxis da profissão, comprometida com o equidade social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através da observação participante do programa VER-SUS/BRASIL, que tem como um dos princípios o olhar mais aprofundado sobre o Sistema Único de Saúde, o pensar e agir de forma inter, multi e transdisciplinar, e o olhar contextualizado sobre a saúde local. A partir da análise dos diários de campos e de reflexões críticas produzidos nos período de 15 dias, foi percebido a carência de vivências que aproximassem mais o estudante de Psicologia à realidade Caririense. Deve-se pensar sobre qual os atuais objetivos do ensino superior brasileiro, pautado no incentivo à ensinosa cada vez mais tecnicistas e mercadológicos em mão à responsabilidade social cada vez mais carente no país.

A influência da psicologia comunitária nas práticas de saúde em um grupo de futebol.

Savanya Shell de Oliveira Sousa, Escola de Formação Visconde de Sabóia

O presente trabalho tem como objetivo expressar como a Psicologia Comunitária está inserida no contexto de práticas de saúde voltadas para crianças em situação de vulnerabilidade social. Crianças, essas, que possuem a oportunidade de estarem agrupando a prática esportiva do futebol com temas voltados para a saúde que vão além do corpo físico, indo de encontro com a saúde mental. Entendendo que o processo de inserção, contato e familiarização formam a principal ferramenta de elementos para caracterização e levantamento de informações acerca do cotidiano da comunidade, bem como conhecimento de suas necessidades de saúde (Freitas, 1998, citado por Amaral, Gonçalves e Serpa, 2012), o processo de territorialização acontecia no decorrer do trabalho indo de acordo com as demandas trazidas pelos Agentes Comunitários de Saúde, Enfermeiros e Médicos do Centro de Saúde de um bairro da cidade de Sobral - Ceará, sendo possível perceber que se tratava de uma população carente de recursos físicos, sociais e econômicos. As atividades com o São Cristóvão Futebol Clube acontecem semanalmente, às quartas-feiras, com duração de tempo que varia de uma hora e meia a duas horas. A quantidade de crianças altera de 10 (dez) a 12 (doze) meninos entre 7 (sete) a 12 (doze) anos de idade. Com a maior parte dos encontros conduzidos pela Terapeuta Ocupacional e Psicóloga, apoiados pelos profissionais da Educação Física, Nutrição e Agente Comunitário de Saúde, o trabalho se inicia com uma breve conversa sobre "Como foi o fim de semana? Como foi na escola? Aconteceu algo diferente no bairro?" é realizada alguma atividade englobando aspectos sociais, de saúde, ambiental e familiar, logo após é feito um aquecimento e, por fim, a prática do futebol. Levando em

consideração que o público masculino é uma parte da sociedade que para a saúde é de difícil alcance esse grupo se torna, então, um grupo requerendo o cuidado de planejamento de ações, bem como do espaço e pessoas ali inseridas. Os desafios para continuidade do grupo são enormes, no entanto, não engessa a prática de ações que cada vez mais contribui para a formação do Psicólogo que se encontra em Residências Multiprofissionais.

A inserção do psicólogo no contexto sociojurídico

André Luiz Freitas Dias, Programa Polos de Cidadania, Fabiana Lúcia Campos Baptista, Programa Polos de Cidadania, Lucas Furiati de oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais, Maryana Pereira Jácome, Universidade Federal de Minas Gerais, Moara Teles Menacker Salgueiro, Universidade Federal de Minas Gerais

Os programas de fortalecimento de vínculos, que promovem a consolidação dos direitos humanos, vêm crescendo e ganhando espaço na sociedade. No entanto, para que resultados ocorram é necessária a atuação efetiva da comunidade, agindo criticamente e não apenas como agente passivo. Só assim é possível que processos emancipatórios de fato ocorram, produzindo efeitos de transformação social. Dentro desse contexto, há 16 anos, nasceu o Programa Polos de Cidadania, oriundo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Dentre os objetivos do programa, temos a realização da mediação comunitária que busca solucionar conflitos de maneira extrajudicial, contando com a participação direta das pessoas envolvidas na questão. O Pólos atua em localidades com histórico de exclusão e trajetória de risco e é composto por uma equipe interdisciplinar. Contudo, abordar os conflitos dessa população em específico, envolve implicações e preocupações de cunho social, político e econômico que interferem na condição psicológica dos indivíduos. Neste sentido, agrega-se ao campo dos direitos humanos o trabalho do psicólogo. Levando em consideração o contexto dessa população e os fatores coletivos e estruturais envolvidos, a atuação comunitária na medição de conflitos propõe retirar o foco do sujeito para uma ação de forma coletiva. O objetivo deste estudo é, então, analisar a inserção do psicólogo no contexto da mediação de conflitos a partir da psicologia comunitária, considerando as suas contribuições e ações. Será analisado também, o campo da psicologia comunitária, relacionado à formação do profissional em psicologia, abordando o que ela aponta, acrescenta e modifica na atuação deste profissional. O estudo será feito por meio da análise da atuação dos psicólogos nos casos recebidos pelo Programa Polos de Cidadania no aglomerado Santa Lúcia, localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais – onde atua há mais de 10 anos, com vínculo estabelecido através do trabalho de mediação na própria favela, de ações comunitárias e de laços com instituições que ali atuam. Situado entre seis bairros de classe média à alta, o aglomerado engloba cinco vilas diferentes com suas particularidades. O aglomerado Santa Lúcia tem um histórico marcado por ocupação de terras rurais desapropriadas pela prefeitura de Belo Horizonte. A atuação do psicólogo no contexto da medição de conflitos permite reflexões sobre o processo de formação do profissional, já que essa metodologia requer uma análise profunda da sociedade e do contexto de atuação, considerando seus desejos, direitos, subjetividades e vulnerabilidades. A partir disso, pode-se então construir junto ao sujeito e a comunidade uma sociedade comprometida com a emancipação e com as possibilidades de transformação social, fundados em um processo de formação do profissional de maneira mais coletiva e ativa.

A Integração Acadêmica e Multidisciplinaridade no PET-Saúde: relato de experiência

Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel, Universidade de Fortaleza, Silvia Fernandes do Vale, Universidade de Fortaleza, Sônia Wan Der Maas Rodrigues, Universidade de Fortaleza

O Projeto PET Saúde busca fortalecer uma prática acadêmica que objetiva interligar a universidade em suas atividades de ensino, pesquisa, serviço e extensão, a fim de atender as demandas da sociedade. Nesse sentido, a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) vem implementando seus cursos de graduação com práticas interdisciplinares e adoção de metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem. Para isso, participa de parcerias em especial com o Ministério da Saúde com o objetivo de fomentar pesquisas, promover a iniciação ao trabalho, formação dos seus discentes, etc. O Projeto PET Saúde é dividido em subprojetos, no qual o analisado neste relato refere-se a "Cuidados à Pessoa com Deficiência". Trata-se de um relato de experiência desenvolvido pelas doutorandas (bolsistas) que acompanham os integrantes do Projeto PET- Saúde/ Cuidados à Pessoa com Deficiência da Universidade de Fortaleza – CE, com o objetivo de descrever a experiência dessa equipe sobre a convivência entre alunos, profissionais de várias áreas da saúde e usuários que resulta num aprendizado multidisciplinar. Na primeira ação foi realizada o diagnóstico situacional, para o conhecimento dos principais problemas de saúde, adaptação do ambiente as necessidades especiais, etc., dos usuários (composto por 23 usuários) do SUS com necessidades especiais vinculados ao Centro de Saúde da Família Maria de Lourdes Ribeiro. A equipe é composta por uma tutora, uma preceptora, três acadêmicos (bolsistas PET) dos cursos de medicina, terapia ocupacional e odontologia, e duas doutorandas (bolsistas/PRODAD-PROSUP) dos cursos de psicologia. Com a ajuda do Agente Comunitário de Saúde (ACS) foram desenvolvidas três visitas as residências dos usuários com necessidades especiais dessa unidade de saúde, identificando seus membros, as atividades desenvolvidas por cada um, suas relações intrafamiliares, seus hábitos alimentares, de lazer, a existência de alguma condição patológica, necessidade de orientação quanto ao uso da medicação e de consultas, visita de nutricionista, dentre outras informações importantes. Outro ponto ressaltado foi o acolhimento e a satisfação das famílias ao receber a equipe, além do prazer dos envolvidos em contribuir de alguma forma, através da escuta dos usuários, sugerindo alguma estratégia de Reabilitação Baseada na Comunidade - RBC (de intervenção), como a confecção da caixa compartimentada de medicação para a cega. A participação nessa atividade proporcionou um aprendizado amplo para a equipe envolvida, pois está mais próximo à realidade da vida cotidiana desses usuários mostrou um leque de informações e vivências que antes não tiveram como ser elencados, proporcionando um maior apoio destes pelos serviços que no momento necessitavam enriquecendo o trabalho dos profissionais envolvidos. Além da oportunidade para a formação em saúde voltada às necessidades locais, a realidade do sistema único de saúde, sua dinâmica de trabalho, bem como um desafio no trabalho com uma equipe multidisciplinar.

A monitoria acadêmica na disciplina de Psicologia Comunitária: êxitos e desafios na iniciação à docência.

Bryan Silva Andrade, Faculdade Leão Sampaio, Cícera Mônica da Silva Sousa Martins, Faculdade Leão Sampaio

A monitoria acadêmica é uma prática difundida nas Instituições de Ensino Superior que visa inserir o aluno em práticas relacionadas à docência de nível superior e observar as contribuições desse processo para a melhoria do ensino, sendo ofertada em todos os cursos de graduação. As atividades básicas de um monitor consistem em assistência ao professor nas atividades de classe e apoio extraclasse aos alunos. A introdução da disciplina de Psicologia Comunitária é recente nas grades curriculares dos cursos de Psicologia e ainda está perpassando por um processo de reformulação, buscando embasar a explanação de temas como a construção histórica da área, os conceitos básicos para se entender a dinâmica da comunidade e os princípios norteadores da prática do psicólogo comunitário. É importante pensar como a monitoria pode agir como um instrumento de disseminação de saberes entre os estudantes e como apoio para estruturação teórica da disciplina. O objetivo deste trabalho é ilustrar qual impacto dessa técnica no processo de assimilação dos conteúdos trabalhados na disciplina de Psicologia Comunitária. A pesquisa foi realizada sob a perspectiva da observação participante nos anos de 2012 a 2014 em turmas do quarto semestre do curso de Psicologia da Faculdade Leão Sampaio. Neste período foi observado que no início da condução da matéria, os discentes se mostraram desinteressados, pois ainda é presente a personificação da figura do psicólogo como um profissional essencialmente voltado para prática clínica. Ao caminhar do processo, os estudantes se mostram menos resistentes aos conteúdos apresentados e começam a visualizar a aplicabilidade da Psicologia Comunitária, principalmente relacionando com o espaço onde estão desenvolvendo suas práticas de estágio. Por meio de recursos audiovisuais, como a exposição de documentários sobre os temas trabalhados em sala de aula, os educandos se sentem mais instigados à pesquisa e trazem diversas reflexões durante a aula. Um padrão que foi observado durante estes anos foi que os estudantes se sentem mais à vontade com o monitor nas atividades de tira-dúvidas, pois o monitor também convive na mesma cultura acadêmica destes e desta forma a troca de saberes consegue fluir melhor. Outra pontuação importante é a baixa frequência semanal dos alunos no tira-dúvidas, pois a maioria deles só procura o serviço na época das avaliações. Ao fim da disciplina, grande parte dos discentes consegue obter uma visão crítica sobre a ação do psicólogo comunitário e seus desafios na atualidade, desenvolvendo interesse em se aprofundar nos estudos da área. É importante ressaltar que a supervisão do professor é primordial para o aperfeiçoamento das atividades do monitor, onde os dados observados por este contribuíram para a construção de estratégias pedagógicas concernentes à dinâmica da turma. Conclui-se que, mediante o acompanhamento da monitoria e o posicionamento do professor da disciplina, uma parte considerável de alunos consegue quebrar as resistências iniciais e conjugar o conteúdo trabalhado na sala de aula e as noções trabalhadas no tira-dúvidas com as práticas que estão realizando nos estágios, reconhecendo a importância do embasamento teórico nas atividades realizadas nas comunidades.

A prática em Saúde Comunitária e a formação: refletindo sobre os desafios do pensar-fazer psicologia para “além dos muros”

Monise Gomes Serpa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Roberta Fin Motta, Pontifícia Universidade Católica RS

O objetivo desse trabalho é refletir sobre os desafios da formação na inserção de atividades teóricas-práticas da Psicologia em contextos comunitários e da saúde em um curso de Psicologia do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Serão analisadas experiências de aula teórico-prática nas disciplinas de Psicologia e Saúde Coletiva, Psicologia Social II, Atenção em Saúde Mental e Psicologia nos Contextos Comunitários, realizadas em comunidades em situação de vulnerabilidade social, ONGs e visitas aos serviços de saúde mental. Nos últimos anos, a Psicologia tem sido convocada a repensar o seu saber-fazer em virtude das demandas surgidas a partir da década de 60 pelos efeitos do modelo socioeconômico como: o êxodo rural, aumento da pobreza nas grandes cidades, insatisfação popular e mobilizações dos movimentos sociais. Nesse mesmo período ocorrem importantes movimentos de luta pelos direitos humanos na sua interface com a saúde que culminam no movimento de Reforma Sanitária e de Reforma Psiquiátrica, onde a Psicologia vai ser convocada a (re)pensar seus lugares e inventar novas práticas de trabalho. As atividades realizadas foram entrevista com moradores, lideranças da comunidade e profissionais de referências que atuam nas ONGs e na saúde que atuam nas Estratégias de Saúde da Família (ESF), assim como usuários e profissionais de um Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e de um Hospital Psiquiátrico. Para as entrevistas com os moradores, lideranças e profissionais das ONGs, da ESF foi utilizado um roteiro semi-estruturado com perguntas abordando questões como: aspectos históricos da comunidade, redes de apoio, relações estabelecidas com as instituições inseridas na comunidade, condições de saúde, entre outras. Foi realizada visita em um Hospital Psiquiátrico e um CAPS Ad (CAPSIII) com a finalidade de conhecer e problematizar o trabalho da Psicologia nesses cenários. Após a visita foi construído um diário de campo a fim de produzir um diálogo entre teoria e prática. Percebeu-se que os/as alunos/as apresentaram dificuldades em se inserir no contexto de pobreza, como medo de assalto, desconforto com a distância do local e por não ter um espaço físico específico para a psicologia nas ESF, por exemplo. Tais fatos apontam que apesar da Psicologia, nos últimos anos, ter ampliado o seu campo de atuação, ainda é um desafio propor atividades focadas em estratégias de ação em contexto de pobreza e de vulnerabilidade social que rompam com os modelos tradicionais hegemônicos. Percebeu-se também uma dificuldade dos/as discentes em circular por espaços onde moram e habitam sujeitos em sofrimento psíquico grave. Muitos deles demonstravam reações de medo ou de penalização sobre esses sujeitos. Em vista disso, este trabalho teve o intuito de contribuir para este campo de trabalho, em (re) inventar a atuação do/a psicólogo/a nesse contexto, com a intenção de fortalecer e ampliar o campo de atuação.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

A Psicologia Comunitária nas universidades brasileiras: contribuições para a problematização da formação em Psicologia no Brasil.

Larissa Soares Baima, PUC Campinas

Este trabalho visa apresentar um panorama da psicologia comunitária no Brasil e sua inserção na formação em psicologia nas instituições do país. Faz parte de um trabalho de pesquisa que vem problematizando a psicologia comunitária como alternativa à psicologia hegemônica no Brasil e como possibilidade de contribuição para a mudança da sociedade. Parte-se da compreensão de que esta é uma das correntes que compõem o movimento de crítica da psicologia na América Latina e no Brasil e que ela ofereceu importantes contribuições na crítica à psicologia hegemônica. A grande questão que se coloca como mote desta problematização é: a psicologia comunitária tem se colocado como alternativa que supera a psicologia hegemônica nos elementos por ela criticados? Para respondê-la, um trabalho de investigação constituído de dois momentos essenciais vem sendo desenvolvido. Esses dois momentos são, basicamente: (1) um primeiro de caracterização da psicologia comunitária no Brasil, a partir da construção de um quadro geral de seu âmbito universitário e (2) avaliação da psicologia comunitária no Brasil em seus limites, avanços e retrocessos na contribuição para a mudança social, que será feita a partir da análise de produções brasileiras selecionadas dentro deste campo. O presente trabalho visa apresentar os resultados desta primeira etapa, bem como realizar uma reflexão a partir dos elementos colocados por este quadro geral. Tal caracterização já nos fornece subsídios para traçarmos análises iniciais acerca da formação do psicólogo brasileiro. A presença ou a ausência da psicologia comunitária nos currículos de psicologia do país revelam possibilidades de contribuição da psicologia crítica brasileira com processos de mudança social? A partir dessa avaliação, é possível se estabelecer uma reflexão inicial sobre o papel que a psicologia, no Brasil, vem cumprindo diante da realidade social do país? Para isso, o presente trabalho será estruturado em duas partes. A primeira visa apresentar esse panorama da psicologia comunitária no Brasil, através da construção do seu quadro geral no país a partir dos elementos já citados. A construção desse quadro é resultado de um trabalho de busca minuciosa pela presença da psicologia comunitária nos mais de seiscentos currículos de psicologia no Brasil, seja como disciplina curricular obrigatória, optativa, como linhas de pesquisa, estágio ou projeto de extensão. A segunda visa estabelecer uma mínima caracterização da psicologia comunitária identificada nesses cursos. Essa caracterização buscará identificar principais modelos teóricos e perspectivas políticas implícitas na psicologia comunitária presente nos currículos brasileiros. A psicologia comunitária tem estado pouco presente na formação do psicólogo brasileiro, seja pelo reduzido número de currículos de graduação em que ela se faz presente como disciplina, pelo também reduzido número de grupos de estudos e pesquisa voltados para este campo, como pela ausência de programas de pós-graduação em psicologia comunitária. Esse quadro nos permite pensar que a psicologia no Brasil, em sua formação, talvez não tenha efetuado significativos rompimentos com a psicologia hegemônica no seu compromisso com a manutenção da realidade social, pouco apresentando alternativas críticas realmente conseqüentes na contribuição para a mudança social.

A Psicologia no Sertão: uma experiência de intervenção comunitária em União (Ceará)

Ercilia Maria Soares Souza, FANOR/DEVRY, Stella Sarmento, Faculdade Ruy Barbosa/DEVRY

Este trabalho descreve a experiência de um Projeto de Extensão desenvolvido entre agosto de 2009 e junho de 2013 por professores e estudantes do curso de Psicologia de duas faculdades particulares com sedes em Fortaleza e Salvador na localidade de União, distrito de Madalena (CE), distante cerca de 180 km da capital, onde moram aproximadamente 960 pessoas. A primeira edição deste Projeto foi motivada pela identificação de um grupo de pessoas afetadas por síndrome neurológica a esclarecer (provavelmente ataxia cerebelar) nesta comunidade, em torno das quais algumas superstições haviam sido criadas. A partir daí foram estruturadas propostas de aproximação, construção de vínculos e parceria com a comunidade local. Para tanto nas primeiras edições foram realizadas atividades como levantamento das especificidades da cultura local, das histórias orais, das relações familiares, identificação dos líderes, mapeamento das instituições, serviços e equipamentos comunitários, a fim de delinear as futuras linhas de ação. Nas edições subsequentes, a partir do diálogo com a comunidade e da identificação de outras demandas, o curso de Arquitetura passou a integrar o Projeto, realizando o levantamento planialtimétrico do distrito e o georreferenciamento de todos os domicílios e sítios relevantes, incluindo identificação de casas e espaços públicos utilizados pelos portadores da referida síndrome, estudando possíveis melhorias. Ao mesmo tempo, professores e estudantes de Psicologia realizaram avaliação psicológica de crianças com dificuldades escolares, bem como dos afetados pela síndrome neurológica e seus familiares próximos, além de diversas oficinas com as crianças da escola, uma apresentação teatral para a comunidade representado sua história, conforme contada pelos anciãos. Nas edições posteriores, a equipe de trabalho seguiu com ações voltadas à inclusão social e reabilitação dos portadores da síndrome (oficinas de estimulação cognitiva através de atividades lúdicas e uso de recursos informatizados, bem como encaminhamento a hospital de referência no Estado), valorização da cultura e redes de cooperação comunitária, bem como ações voltadas aos professores e crianças com idade escolar, capacitação de professores, resgate da história da comunidade, identificação das rezadeiras e suas funções na comunidade, resgate das brincadeiras infantis e a construção do mapa das famílias. A tarefa de formação dos estudantes do ensino superior foi mantida de modo importante ao longo de todas as edições, em especial porque as ações eram tecidas a partir de uma refinada orquestração dos atores envolvidos. Na prática isto se traduziu em preciosos momentos de instrução antes com atividades de estudos, pesquisa, seminários, elaboração de papers e artigos nas faculdades, planejamento das ações; durante, pois no período de estadia na comunidade, o primeiro momento do dia era uma aula ministrada por um dos preceptores sobre um dos temas correlacionados às ações previamente esquematizadas, reuniões de planejamento e avaliação das intervenções do dia, e depois com a elaboração dos relatórios e vasta produção acadêmica. Por fim, este trabalho se vincula ao eixo de formação de maneira consistente quando alia a prática à teoria de forma cuidadosa, atenta, respeitosa, crítica e, sobretudo, ética, pois o vínculo com a comunidade de União beneficiou tanto aos moradores quanto ao grupo de trabalho.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

A Rede Parceira como Protagonista na Execução de Alternativas Penais: Experiências e Articulações.

Onair Zorzal Correia Junior, Universidade Federal de Minas Gerais

As Penas e Medidas Alternativas tem na comunidade e na rede os pilares para sua execução, sendo comum o discurso do “protagonismo da rede” nos estudos que tratam da temática. Diante disso, percebe-se que a instituição enquanto parceira em rede, atua através de suporte afetivo/emocional e social para que os sujeitos que cumprem uma sanção penal elaborem e (re) elaborem elementos fundamentais para o enfrentamento de desafios cotidianos. A partir de 1984, no Código Penal Brasileiro e na Lei de Execução Penal, encontramos a inserção das penas restritivas de direito, podendo-se ler o caráter da Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) dentro de uma entidade ou programa comunitário ou estatal. Da mesma forma, as Regras de Tóquio ressaltam a participação da comunidade na execução da pena, em busca da responsabilização perante a sociedade. Por fim, podemos citar ainda a redação do documento elaborado pela Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas - CONAPA que aponta a participação comunitária na administração do sistema de justiça criminal em prol dos sujeitos em medidas não privativas de liberdade e sociedade. O presente trabalho produzido pela equipe da Central de Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) do município de Ipatinga no ano de 2013, para a revista de comemoração do programa no estado de Minas Gerais objetiva discutir as relações entre as redes sociais e o acompanhamento do cumprimento de penas alternativas. Para isso, utilizou-se como análise a experiência da CEAPA, para exemplificar os avanços conseguidos através da aproximação constante entre o programa e as demais instituições parceiras na comarca de Ipatinga. A partir da apreensão das demandas locais, a CEAPA realiza trabalhos em articulação de rede, com propostas integradoras junto a diversas organizações e instituições da comunidade. Argumenta-se que o programa realiza quatro ações que se mostraram de extrema legitimidade para a construção do programa e de sua política: o monitoramento e acompanhamento dos casos; o projeto Dialogando na Rede, que discute as dificuldades e facilidades de convívio entre os sujeitos cumpridores de PSC e instituições; o Encontro de Rede Parceira, que se tornou um espaço de encontro das instituições parceiras no município; e o projeto Ciranda, que realiza ações nas instituições a fim de dialogar sobre os estigmas e preconceitos que permeiam o mundo das alternativas penais. Conclui-se que a evolução das ações, assim como seus diversos aprimoramentos foram sempre provenientes da aproximação com a rede e com a comunidade, e do diálogo franco e aberto. A valorização da rede, mais que necessidade, é uma atitude de humildade. Dessa forma, entende-se que a lógica da inclusão social dentro da política de alternativas penais sempre deve estar pautada por um trabalho conjunto entre CEAPA, sujeito cumpridor e Rede Parceira.

A Representação Social do Álcool em situação de Violência Conjugal: a realidade de uma Comunidade Rural do interior de Minas Gerais.

Aline Gomes Martins, Universidade Federal de São João Del Rei

Nos últimos anos, a sociedade brasileira passou a fazer parte do grupo das sociedades mais violentas do mundo. O aumento e as diversas manifestações do fenômeno da violência vêm estimulando a reflexão sobre a temática nas mais diversas áreas disciplinares, levando-se em consideração os diferentes públicos que a violência pode atingir. Da mesma forma, o consumo de drogas lícitas e ilícitas vem aumentando. Segundo dados epidemiológicos, entre as substâncias psicoativas existentes, o álcool é a mais consumida em todo o mundo e a substância mais presente em casos de violência. Para uma maior compreensão sobre o tema, a pesquisa em questão desenvolveu um estudo bibliométrico de 11 anos. Teve como finalidade, analisar as produções bibliográficas que abordam “álcool” e “violência doméstica” como temas centrais e destacar pontos de concordância, discordância, temas mais estudados, questões pouco exploradas, dentre outros aspectos importantes que justifiquem a construção de uma nova investigação científica. Os artigos estudados abordam em sua maioria a violência doméstica como sinônimo de violência conjugal, sendo na maioria das vezes a mulher a vítima e o homem o agressor, não podendo deixar de explicitar que a agressão, na maioria das vezes, se estende aos filhos. Os casais abordados nos estudos são heterossexuais residentes na zona urbana. Foram apontados fatores associados à violência doméstica, sendo o álcool o principal deles. Neste caso, a associação álcool e violência é explicada a partir de alguns modelos concordantes entre os estudos, contudo os efeitos neuroquímicos do álcool aparecem como fator preponderante na relação de violência doméstica. Em decorrência dos resultados encontrados estamos investigando a Representação Social (RS) do Álcool para casais de uma comunidade rural do interior de Minas Gerais. Existem poucos estudos que abordam a realidade da zona rural, há uma subnotificação de casos de violência doméstica, o que pode ser causado pelas dificuldades de locomoção, pela falta de informação e a inexistência de ações organizadas do Estado com recursos e execução de programas que atendam à zona rural e suas especificidades. Para efetivação da pesquisa em questão, após observações na comunidade e a compreensão da dinâmica da mesma serão entrevistados casais que vivenciam situações de violência em que o álcool está presente. Após as entrevistas será realizada análise de conteúdo das mesmas a fim de responder os objetivos da pesquisa. Averiguar as RS do álcool para este público, suas propriedades, suas origens e impactos levando-se em consideração a peculiaridade dos sujeitos em questão permitirá a construção de novos saberes sobre a temática da violência conjugal associada ao uso de álcool e poderá contribuir para a elaboração, implantação e implementação de ações de enfrentamento desse problema, de forma humanizada, não preconceituosa, respeitando as diferenças. A pesquisa em questão, ainda em andamento, se enquadra no eixo temático “Acadêmico/Formação”. Esse eixo foi escolhido porque a pesquisa tem como finalidade para além do objetivo proposto, construir conhecimento, conhecer uma nova realidade e contribuir para o desenvolvimento da psicologia social comunitária enquanto ciência e prática emancipatória.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

A Saúde Coletiva: Construção de novas práticas do fazer psicologia

Edna de Brito Amaral, Centro de Referência em Assistência Social

O presente estudo foi realizado no intuito de possibilitar um maior acesso da população aos serviços de saúde e os diversos mecanismos sócio assistenciais, para a melhoria da qualidade de vida destes sujeitos. Objetivou-se levantar as necessidades de saúde da população adscrita a micro 4, da área 3, módulo 6, do município de Parnaíba (PI); quais demandas estariam direcionadas para a área da psicologia e como se inserir nesta comunidade no desempenho de atividades relacionadas à saúde coletiva. Foram realizadas visitas domiciliares junto com a Agente Comunitária de Saúde da micro 4, observados os dados levantados pela ficha A (MS) e pela ficha de busca ativa da saúde mental, além do mapeamento da rede sócio-assistencial do território. A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e junho de 2011, sendo desempenhadas por estagiárias do curso de psicologia da UFPI. Procurou-se formar o vínculo necessário para posteriores intervenções/ações no estágio profissionalizante II. No território (micro 4) habitam em média 518 pessoas, sendo 300 indivíduos do sexo feminino e 218 do sexo masculino. A micro 4 é composta em média por 140 famílias, destas 15 famílias apresentam casos de diabetes, a média de idade destas pessoas é de 61 anos, 15 pessoas recebem medicamento no posto de saúde, 3 compram-no e as outras 3 não fazem tratamento. Aproximadamente 10% da população visitada é hipertensa (36 mulheres e 15 homens). A média de idade é de 59 anos. Destes 51 hipertensos, 37 pessoas recebem medicamento no posto, 10 compram-no e 4 estão sem tratamento. Com relação à saúde mental percebeu-se que 11 famílias (membros) fazem uso de medicamentos controlados, porém somente 5 casos são diagnosticados, e apenas 4 fazem tratamento, sendo este exclusivamente farmacológico. Além de problemas relativos ao acesso aos bens sociais, não há transporte público, há casos consideráveis de tráfico e uso de drogas, entre outros agravos. Pode-se reconhecer a necessidade de se trabalhar com a interdisciplinaridade e intersetorialidade das redes de apoio formadoras do SUS. A intervenção pode se constituir em articular a rede presente no território, trabalhar na perspectiva da reabilitação psicossocial no caso de sofrimento psíquico e averiguar que hábitos, comportamentos e aspectos culturais estariam condicionando os casos de diabetes e hipertensão para podermos trabalhar no sentido da promoção e prevenção de saúde. Além de contribuir para efetivação das políticas de saúde e de proteção social básica.

A Terapia Comunitária Integrativa como acolhimento aos estudantes ingressantes da UFMT

Giulia Karina Galvão, UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, Jamille Silva de Oliveira, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Janyne Lourenço Moura, Universidade Federal de Mato Grosso

O trabalho propõe refletir sobre a aplicação da Terapia Comunitária Integrativa (TCI) para o acolhimento de estudantes ingressantes na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá. A TCI tem sido realizada na UFMT desde o ano de 2009, com a participação de discentes de vários cursos, pelo projeto de extensão vinculado ao grupo PET Conexões de Saberes "Universidade, Saúde e Cidadania". A TCI é uma técnica de cuidado focada no grupo, que consiste

em uma roda de conversa realizada em um espaço confortável onde as pessoas compartilham experiências, contam suas histórias, dividem seus problemas e sofrimentos, fazendo isso como forma de enfrentamento aos desafios vividos. Com a chegada de novos estudantes à universidade, especialmente dos ingressantes por ações afirmativas e pela reserva de vagas implementadas a partir do ano de 2012 (cotas) temos refletido sobre o potencial da TCI para o acolhimento dos mesmos e integração na universidade. A experiência acumulada nos cinco anos de realização da TCI na UFMT tem demonstrado que a mesma tem promovido a saúde e a construção de redes solidárias entre os estudantes. Foi demonstrado em estudos realizados na UFMT que a TCI tem sido um forte apoio para o enfrentamento de problemas de cunho emocional e também social dos alunos, como saudades da família, solidão, medo, angústia, questões relativas à vivência da sexualidade, uso de álcool e outras drogas, dificuldades de relacionamento com colegas e professores do curso, dificuldades financeiras, preocupação com a profissão escolhida, sobrecarga de tarefas, dentre outros. Além desses problemas, atualmente temos observado outras dificuldades vivenciadas pelos estudantes ingressantes pelas ações afirmativas que sofrem preconceitos por conta da cor ou classe social, o que prejudica seu rendimento e permanência na universidade. É possível notar, também, que, apesar de alguns estudantes permanecerem em silêncio durante as falas dos demais, quando se trata de apoiar o próximo, muitos se manifestavam, facilitando assim atingir um dos objetivos da TCI que é a de fortalecer os laços de amizade, bem como de apoio e superação dos problemas. A metodologia utilizada consiste em seguir os passos descritos pelo psiquiatra e antropólogo Adalberto Barreto, criador da Terapia Comunitária que descreve que as rodas devem ser conduzidas por duas pessoas, um terapeuta e um co-terapeuta, e acontecem em cinco momentos: acolhimento, escolha do tema, contextualização, problematização e encerramento. As rodas de TCI tem sido realizadas em uma sala de aula, uma vez por semana, com tempo de duração de uma hora. Após as rodas, terapeuta e co-terapeuta se reúnem para avaliar e registrar a TCI, sendo possível futuras análises. Conclui-se que a TCI se tornou uma intervenção eficaz em relação à prevenção e promoção da saúde dos universitários, por se constituir como um espaço em que os estudantes podem expor suas dificuldades, vivências, bem como encontrar formas de superação dos desafios encontrados durante a vida acadêmica. Acreditamos que a TCI pode, assim, evocar mudanças e superação dessas crises emocionais de modo a facilitar a permanência de todos os acadêmicos na universidade.

Análise das práticas desenvolvidas nos estágios obrigatórios da formação em psicologia sustentada pelos pressupostos da psicologia social comunitária

Regina Célia do Prado Fiedler, Universidade Cruzeiro do Sul

Neste trabalho apresento uma pesquisa de iniciação científica financiada pelo CNPQ que objetivou caracterizar e compreender como estão sendo construídas as práticas psicológicas nos espaços dos estágios obrigatórios específicos denominados Prática Supervisionada em Projeto Social e Prática Supervisionada em Comunidades, pertencentes ao currículo da graduação em Psicologia numa universidade privada no município de São Paulo. Para tanto, utiliza como referencial teórico e metodológico a Psicologia Social Comunitária (Montero, Paidós Ibérica,

2004) e as metodologias participativas (Brandão, Brasiliense, 1988) como forma de discutir se estas práticas tem favorecido a formação crítica e transformadora do alunado, da ciência e da profissão (Fiedler, doutorado PUCSP, 2007). Utilizou como método a análise documental de 32 Relatórios Finais de Estágio dos estágios supracitados, confeccionados no ano de 2011. As primeiras leituras deste universo permitiram-nos sistematizar alguns dados de maneira quantitativa. São eles: 1) tipo de instituição pela origem do financiamento; 2) tipo de instituição pelo segmento de atuação; 3) público atendido; 4) orientação metodológica que fundamentou a prática exercida; 5) forma de levantamento de demanda e 6) tipo de intervenção realizada. Nossos dados ainda nos revelaram o tempo da duração destas intervenções e as limitações que apresentavam neste sentido. Já a análise do conteúdo destes relatórios nos encaminhou para a análise dos espaços de participação (ou não) da comunidade nas intervenções dos alunos em formação. Detectamos que esta participação ocorreria em três momentos da prática: no levantamento da demanda de trabalho com a comunidade, na própria intervenção e na análise e avaliação que os próprios estagiários faziam da prática desenvolvida. Desse modo, identificamos categorias dos discursos que nos possibilitaram refletir sobre como as demandas das instituições concedentes de campo de estágio dirigem seu pedido à um profissional estereotipado clínico, associando a este ainda uma prática individualizada e pouco transformadora da realidade social. Dados consistentes apontam para uma prática de estágio na área social ainda marcada por um caráter utilitarista e conservador, muito embora alguns discursos tenham caminhado justamente no sentido oposto a este. A análise das práticas em estágio obrigatório nos remete à atenção que devemos, todos nós profissionais, dar ao papel da formação em psicologia na produção de saberes transformadores da realidade brasileira.

Aprendendo Psicologia Comunitária: análise do estágio profissional de educandos de Psicologia

Bryan Silva Andrade, Faculdade Leão Sampaio

Apesar das mudanças ocorridas na formação do Psicólogo no Brasil no decorrer de seus 52 anos de reconhecimento como profissão, o mesmo ainda enfrenta dificuldades para trabalhar em dimensões sociais e públicas. Sua formação é marcada pela dicotomização entre teoria e prática, dificultando a possibilidade de construção de uma Psicologia compromissada com a realidade da população, bem como idealizando seu papel como de um profissional meramente compreensivo ou analítico limitado aos ambientes controladores das instituições. Essa formação se reflete na supervalorização da área clínica e de qualquer atividade onde prevaleça a dimensão privada, interessando-se pelo indivíduo descontextualizado e teorizado, em detrimento de uma práxis psicossocial. Diante de tal contexto a presente pesquisa tem como objetivo apresentar uma reflexão crítica sobre a formação de estudantes de Psicologia em supervisão de estágio profissional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa elaborada através da observação participante de dez educandos de Psicologia, estagiários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), durante o período de agosto de 2013 a abril de 2014. Os registros foram feitos por meio de relatos de supervisão semanais, relatórios de visitas ao campo de estágio e entrevistas abertas com Psicólogos do CRAS. Entre os profissionais, identificamos dificuldades em compreender a realidade em

perspectivas psicossociais, práticas clínicas como refúgio para a desorientação do papel do psicólogo naquele contexto de trabalho e dificuldades em desenvolver um trabalho fora do território institucional. Nos CRAS visitados identificamos trabalhos recreativos com crianças e jovens restritos aos espaços institucionais, conhecimento superficial e fragmentado sobre a realidade dos moradores do local, ausência de articulação com a rede sócio assistencial e fragilidade dos vínculos trabalhistas. Em relação aos estagiários de Psicologia identificamos inicialmente dificuldades na articulação entre teoria e prática, desorientação sobre o papel do Psicólogo no cotidiano das relações comunitárias e a execução de atividades meramente técnicas. Em conclusão afirmamos que a construção de uma práxis transformadora da realidade está associada à superação dos limites da Psicologia como uma prática institucionalizada e institucionalizante. É necessária a construção de uma formação em Psicologia capaz de atuar com maior complexidade no cotidiano social abrindo mão da tentativa de controlar e normatizar a vida.

Arte como mediação: o Teatro para adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

**Andreia Anna Amaral Porto, Associação Amigos Pé no Palco - Palco Escola,
Maria Sara de Lima Dias, Universidade Tecnológica Federal do Parana**

Artigo fruto do estágio em Psicologia Comunitária que teve como objetivo oferecer ao formando vivência nesta área. O projeto "Crescer com Arte" envolve orientação profissional com intuito de proporcionar socialização dos adolescentes de 13 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social a partir do contato com o teatro, assim como contribuir para as escolhas profissionais destes. O trabalho envolveu observação/ intervenção com a equipe multiprofissional responsável pelo projeto, 51 adolescentes e seus familiares ao longo de 2013 a fim de realizar avaliação projeto para instituição. Os objetivos do estágio foram relacionar e discutir, em supervisão, as categoriais da Psicologia Social Comunitária que, considerando o ponto de vista dos envolvidos, influenciam na construção de identidade, alteridade, autoconceito e emoções. A proposta do projeto encontra-se inserida, dentro de uma perspectiva da promoção da orientação profissional, com o intuito de proporcionar a socialização de jovens ao mundo do trabalho, contribuindo para que sejam capazes de novas aprendizagens e, assim, consigam fazer escolhas profissionais mais satisfatórias. A instrumentalização do Projeto se dá através de aulas regulares de teatro oferecidas no contra turno escolar. Os múltiplos benefícios considerados pelos jovens como positivos e observados nas atividades permitem o desenvolvimento da construção de identidade. O contato com a arte pode ser promotor de uma transformação social na vida destes jovens, por envolverem aspectos como: inteiração social, auto percepção, internalização de signos e significados sociais. Além disso, possibilita o enfrentamento de situações importantes na vida destes adolescentes como, por exemplo, posicionar-se diante de suas escolhas, maior clareza em comunicar-se e acreditar em si mesmo, entre outros. No que tange a avaliação do projeto, foi possível perceber que este cumpre com os objetivos propostos e oferece uma prática próxima da proposta inicial promovendo acesso a atividades artísticas através de aulas de teatro. Os resultados das análises das percepções apontam as seguintes categorias: a construção da identidade, a alteridade e os processos de ressignificação, a tendência grupal.

Como resultado disto, foram percebidas mudanças em relação, principalmente, a autoestima e expressão das emoções. Concomitante, vivenciam o sentimento de vergonha, medo, insegurança, inquietude, timidez e colocam como objetivo superar o nervosismo que é comum no início desse processo, tendo em vista a construção da identidade. Assim, podem ser observadas mudanças apontando que o teatro assume um papel como mediador para a transformação social dos indivíduos. O teatro, portanto, oferece ao adolescente a possibilidade de viver papéis sociais diferentes e experimentar outras formas de agir a partir da dramatização e da construção de um personagem, ou seja, ressignificar aspectos importantes sobre a autoimagem nesse período de desenvolvimento. O fato dos alunos apresentarem mudanças significativas frente às categorias de análise propostas nesse estudo nos leva à confirmação de que o teatro pode exercer um papel transformador na realidade desses jovens. Este trabalho tem relação direta com este encontro e eixo temático considerando que apresenta uma experiência rica, fruto da união entre prática e teoria em Psicologia Comunitária, para a formação profissional de uma acadêmica de último ano nesta área.

As dinâmicas da reciprocidade no desenvolvimento de indivíduos, famílias, comunidades e programas

Maria Minas, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

Esta apresentação tem como objectivo partilhar e recolher críticas e opiniões sobre o processo e resultados emergentes de uma investigação de doutoramento que pretendeu conhecer e identificar estratégias bem-sucedidas na intervenção e colaboração com famílias em desvantagem socio-económica, com vista a conceber, a partir das experiências comunitárias no terreno, um modelo teórico que articulasse factores de sucesso, informando a prática e políticas públicas. Esta investigação radicou no desejo de procurar responder a inquietações que me ocupavam enquanto pessoa/profissional/cidadã interessada em contribuir efectivamente para o bem-estar colectivo: Que acções podem ser tomadas ou já estão a ser tomadas para superar a pobreza? O que é que leva as pessoas a abraçarem e mobilizarem-se, tomando como suas, causas de bem-comum? Assim, foram visitados 13 programas sociais e/ou educativos na América do Norte, América do Sul e Portugal. Através de observação participante, focus-group com profissionais e entrevistas semi-estruturadas a profissionais e participantes procedeu-se à recolha de dados, os quais foram paralelamente analisados recorrendo à metodologia Grounded Theory. O desenvolvimento do modelo foi feito em colaboração com participantes e profissionais dos programas, que acompanharam as diferentes etapas do processo, sendo os principais informadores, críticos e comentadores do trabalho desenvolvido. A imersão no contexto em estudo foi também um diferencial nesta investigação-acção, permitindo que a mesma fosse alimentada por constantes interações, estímulos formais e informais tornando este processo de aprendizagem mais rico e enraizado. Decorrente do processo de recolha e análise foi emergindo e sendo configurado um modelo que integra as dinâmicas da reciprocidade no desenvolvimento de indivíduos, famílias, comunidades e programas. Estas dinâmicas ilustram as trajectórias, desafios e metas percorridos por diferentes actores sociais e a interacção entre eles na busca de bem-estar individual e colectivo. Assim, tendo a construção de reciprocidade como elemento central, o modelo faz conexões

e articula o desenvolvimento de processos psicossociais como a luta pela sobrevivência, o desenvolvimento do sentido de agência e pertença, do desejo de contribuir e sentido utilidade e de vida, dinâmicas relacionais, os pólos imediato/ longo-prazo, necessidades/objectivos, individual/colectivo e diferentes tipos de programas que articuladamente concorrem para ir além de dinâmicas verticais reforçadoras do status quo para explorar novas dinâmicas, assentes em lógicas de horizontalidade e fluidez de poder e influência. O modelo, enquadrado no eixo académico/formação, proporá “desafios, limites e fazeres” para a investigação e prática da psicologia comunitária, aspirando contribuir para o desenvolvimento desta disciplina, no sentido de ligar experiências e aprendizagens, de maneira a convertê-las numa compreensão mais integrada, que permitirá questionar, aproximar e alinhar acções para os desafios comunitários e sociais de hoje.

Aspectos Comunitários em uma Pesquisa-ação Participante sobre Superação do Abuso Sexual Contra Adolescentes

Kelley Soares Santos, PUC MINAS, Martha Beatriz de Andrade Viana, PUC MG

Este trabalho visa refletir sobre aspectos comunitários presentes em uma pesquisa de iniciação científica cujo tema foi: “A importância da fala nos processos de superação em casos de abuso sexual contra adolescentes”. O trabalho de campo, de cunho qualitativo, organizado por uma estratégia com afinidade com a Psicologia Comunitária, utilizou Rodas de Conversa como método de pesquisa-ação participativa, amparada pelas contribuições teórico-metodológicas das oficinas psicossociais e grupo focal. Participaram das Rodas de Conversa 12 mulheres, entre 12 e 35 anos, vítimas de violência sexual na adolescência, usuárias do NAVCV – Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos em Belo Horizonte. O NAVCV, articulado à rede de atenção à violência, integra o sistema de proteção aos direitos humanos de Minas Gerais e possui como objetivo desenvolver estudos, intervenções e diagnóstico da violência em regiões do Estado. É campo de estágio e extensão da PUC Minas, vinculada ao Estágio Intermediário - Psicologia Social Comunitária, do curso de Psicologia da PUC no bairro São Gabriel. Foi realizado estudo bibliográfico sobre as temáticas do abuso sexual em perspectivas das ciências sociais, da psicologia e do direito; funções terapêuticas da fala sob a ótica de várias correntes psicológicas; superação do abuso sexual; e adolescência sob um olhar biopsicossocial. As Rodas de Conversa foram gravadas, transcritas e tiveram seu conteúdo analisado, valendo-se das lentes de autores como Martin Buber e Viktor Frankl. A proposta deste projeto expressa compromisso social, propondo-se a contribuir com um conhecimento que, somado ao material já produzido, seja útil para que instituições e educadores formais ou informais se apropriem do conteúdo produzido e alcancem as pessoas que viveram a experiência do abuso sexual, contribuindo com alternativas para se pensar e efetivamente favorecer processos de superação de possíveis danos causados pela violência sexual. O trabalho proposto apresenta-se como uma estratégia de pesquisa que articula sistematização de conhecimentos com educação e ação para a mudança, considerando que a realidade pode ser reinventada. Dessa forma, tende a contribuir para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária e para uma formação que integre em sua prática investigativa aproximação entre sujeito/objeto de pesquisa e incorpore perspectivas por vezes ausentes de outras práticas fundadas numa rígida separação entre sujeito e objeto de estudo.

Atuação do psicólogo visando à melhoria da qualidade de funcionamento de creches comunitárias

Carmen Cristina Rodrigues Schffer, Universidade Fumec, Daniel Spotorno Moreira Machado, Universidade Fumec, Juliana Telles Simões, Universidade Fumec, Marina Junqueira Nolasco, Universidade Fumec

No ano de 2013, iniciou-se projeto de extensão universitária em duas creches comunitárias, localizadas em região de grande vulnerabilidade social, na cidade de Belo Horizonte. Preliminarmente, foi feita uma visita ao local, em que se observou a rotina da creche, e foi realizada uma entrevista com o corpo funcional. Verificou-se despreparo teórico e prático das professoras e dos coordenadores administrativo e pedagógico, crianças passando grande parte do tempo realizando atividades dentro das salas e pais pouco sensíveis à vida escolar dos filhos. Diante desse quadro, foi proposto o projeto, com o objetivo de desenvolver oficinas de grupo operativo, dinâmica de grupo e orientações aos pais e ao corpo funcional da creche, a fim de promover o desenvolvimento saudável, a construção da cidadania, bem como a melhoria nas relações e na qualidade de vida de todos os agentes envolvidos. A metodologia utilizada nas atuações foi pesquisa-ação. Elaborou-se diagnóstico das creches para levantar as demandas e necessidades de todos os agentes. Após análise dos dados, foram realizadas oficinas de grupo operativo com a participação de coordenadores, professoras, funcionários da creche e pais, com o propósito de orientá-los, capacitá-los e, em conjunto, buscar resolver as dificuldades diagnosticadas. Com as crianças, foram desenvolvidas oficinas de dinâmica de grupo, a fim de promover desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e sexual. Os resultados obtidos com as crianças foram: internalização de valores e normas sociais, redução do nível de agressividade, ampliação do limiar de frustração, redução dos conflitos, melhoria na noção de esquema corporal, na preocupação e no cuidado com o colega, redução de condutas sexualizadas inadequadas à idade, desenvolvimento de motivação para as atividades realizadas, demonstração de afetividade de forma mais organizada e melhoria na verbalização. Em relação às professoras, foram verificadas: melhoria na relação com as crianças, ampliação da compreensão sobre os desenvolvimentos cognitivo, psicossocial, afetivo e social das crianças, redução do nível de estresse e maior tranquilidade para enfrentar os desafios da sala de aula. No ano de 2014, as atividades com as crianças e professores continuam sendo desenvolvidas e iniciou-se a implementação de reuniões periódicas com toda a equipe da creche e com a família das crianças. Considera-se que toda a atuação desenvolvida no projeto enquadra-se no eixo “acadêmico/formação” por possibilitar aos alunos do Curso de Psicologia colocar em prática os conhecimentos científicos aprendidos na Universidade, confrontá-los com a realidade e articulá-los ao saber popular para promover a emancipação dos coletivos vulneráveis.

Atuando em uma estratégia de saúde da família

Andréia Sorensen Weber, Centro Universitário Franciscano, Joyce Both, Centro Universitário Franciscano, Roberta Fin Motta, PUCRS

O presente trabalho irá apresentar o relato de experiência de estágio curricular realizado em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) vinculado ao curso de psicologia do Centro Universitário Franciscano na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. O mesmo insere-se na perspectiva da Psicologia Social

Comunitária e da Saúde Coletiva e pretende reconhecer e caracterizar as especificidades dos processos que envolvem as práticas de cuidado. São assistidos usuários da ESF e as intervenções são realizadas de acordo com a necessidade e a demanda das famílias. As intervenções envolvem acolhimentos realizados na ESF e na comunidade, visitas domiciliares, atendimentos domiciliares e de grupos, dentre eles, de mulheres, com os adolescentes, de puericultura, na sala de espera, grupos com os agentes comunitários de saúde, grupos de caminhada e com hipertensos e diabéticos que trabalham para além do diagnóstico, tendo em vista as potencialidades do usuário. Tais ações são vinculadas a instituições pertencentes à comunidade, como salões comunitários, escolas e dependências de instituições religiosas. Também são realizadas reuniões em equipe para discussão de casos, encontros com a rede socioassistencial, dentre outras atividades. A experiência de estágio tem propiciado pensar em questões que envolvem o atendimento da demanda, as necessidades dos usuários, bem como questões que envolvem cidadania, autonomia dos sujeitos, valorização dos saberes individuais e coletivos, estabelecimento de vínculos, respeito às diferenças, enfoque nas potencialidades, promoção e prevenção da saúde, e valorização do contexto social, histórico, cultural, familiar e psicológico (SOARES, 2003). O estágio evidencia que tal trabalho junto à comunidade é essencial e precisa ser contínuo, considerando a atuação junto aos usuários a partir de sua realidade para que seja possível olhar o sujeito de forma integrada e em sua totalidade, contribuindo para a construção de uma nova realidade social. É importante ressaltar que um dos maiores desafios da prática neste campo de trabalho é o desconhecimento tanto no que se referem às informações dos usuários e as possibilidades de acesso aos serviços de saúde e às práticas de cuidado. Este fator dificulta o acesso aos benefícios da comunidade, cabendo aqui apontar a necessidade de se realizar um trabalho interdisciplinar entre profissionais do serviço de saúde que vise auxiliar na busca dos direitos estatais dos cidadãos. Muitas vezes depara-se com famílias que não utilizam o serviço de saúde por não saberem do que se trata ou daquilo que está disponível para a comunidade, assim sendo o serviço fica impossibilitado de assistir aquela família e a comunidade pode ficar desassistida, caso necessite do mesmo. Há necessidade de ampliar a visão dos sujeitos e da comunidade em relação a suas potencialidades, bem como promover a informação e a conscientização sobre sua realidade, direitos e deveres, com o fim de contribuir com uma vida mais saudável. O presente trabalho evidencia a prática da psicologia no contexto comunitário, estando diretamente relacionado com a formação acadêmica atual devido ao fato de ser elaborado a partir de um estágio curricular. Ademais, o presente trabalho colabora para a reflexão acerca da inserção do psicólogo na comunidade.

Caindo na Real: A Psicoeducação no Tratamento da Dependência Química

Luiza Santos Ferreira, FURG, Simone dos Santos Paludo, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Verônica Felipe de Lima Foes, Universidade Federal do Rio Grande

O projeto *Caindo na Real* foi desenvolvido para ser realizado durante a disciplina de Estágio Obrigatório, com ênfase em Psicologia Institucional e Comunitária, do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande. Transcorreu no

período compreendido entre abril e novembro de 2010 no dispositivo de saúde mental Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPSad), que objetiva o atendimento e atenção psicossocial a usuários de álcool e outras drogas e seus familiares através do Sistema Único de Saúde. Para que o desenvolvimento de uma atividade em Psicologia Comunitária seja mais significativa e congruente com a realidade e com as necessidades daquela comunidade atendida, um diagnóstico que contemple o estudo das dinâmicas e teias interrelacionais do dispositivo foi priorizado e apontou uma série de desafios para o tratamento na dependência química, reportando um quadro preocupante com altas taxas de abandono de pacientes (50% no primeiro mês) e uma adesão em torno de 30%. Portanto, o projeto *Caindo na Real* foi organizado, a fim de prover entendimento sobre a natureza, o tratamento e os aspectos relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas. Para atender tanto a usuários como aos seus familiares, a elaboração estrutural do curso foi organizada em oficinas de psicoeducação, compreendendo 13 módulos com 3h de duração cada com periodicidade semanal e dividido em duas etapas subsequentes, de forma que contemplasse as distintas especificidades desses grupos, sendo executada a Etapa I com os usuários, abarcando nove módulos e a Etapa II com os familiares, quatro módulos. Como resultados gerais, foram executados 128 atendimentos, sendo 112 aos usuários e 16 aos familiares ($M= 9,8$ atendimentos/encontro), dos quais 75% ($n=96$) que avaliaram qualitativamente o curso, 98% ($n=94$) categorizaram positivamente e 2% ($n=2$) negativamente. Dos usuários participantes da Etapa I ($n=38$), obteve-se uma adesão bastante satisfatória, uma vez que 34% ($n=13$) destes frequentaram mais que 32% da totalidade do curso e 26% ($n=10$) atingiram uma adesão maior do que 55%. Através desta atividade, pretendeu-se oportunizar um curso informativo ao usuário e seus familiares, a fim de proporcionar a possibilidade de compreenderem e lidarem melhor com a doença, que, além de melhorar a adesão ao tratamento, favorece ao paciente/familiar tornar-se um colaborador ativo no procedimento terapêutico, diminuindo as chances de recaída. A práxis favorecida por meio do estágio em Psicologia Comunitária estimulou a criticidade e problematização da realidade presentes no contexto socio-ambiental contemporâneo. Sob a perspectiva teórica desta abordagem, considerando seus aspectos metodológicos em pesquisa quantitativa, qualitativa e de ensino, bem como suas características dos processos de intervenção e de práticas, favoreceu um aprendizado contributivo à finalidade social, contemplando a relação fundamental entre sociedade e instituição de ensino.

Cenário psicossocial das famílias e seus modos de vida: experiência de estágio em Psicologia Comunitária.

Denilson Gomes Silva, FACULDADES INTA

O estágio em Psicologia Comunitária constituiu um processo de transição profissional, que proporcionou a oportunidade de demonstrar conhecimentos e habilidades adquiridas sob a supervisão de um profissional da área, visando promover uma melhor qualidade de vida às famílias da comunidade. A experiência teve como objetivo participar de trabalhos de intervenção comunitária, realizados através de visitas domiciliares e mapeamento das famílias com crianças que frequentam a Creche Comunitária de Morros em Teresina-PI. Por conseguinte, ocorreram encontros de planejamento e execução das ações, promoção de

saúde psicossocial e avaliação da aprendizagem dos modos de vida dessas famílias. Os métodos utilizados foram às observações participantes, entrevistas semi-estruturadas, dinâmicas interpessoais e rodas de conversas com a participação de 30 famílias. Realizou-se 10 encontros com as famílias na creche, em que as mesmas informaram não apresentarem renda fixa e são mantidas por aposentadorias, bolsa escola, bolsa família e serviços domésticos, na qual as mulheres, em grande parte são as provedoras. Nos discursos de algumas pessoas, pode-se observar que há a ocorrência de violência (assaltos, estupros, roubos, etc.) durante a noite e dificuldades de marcação de consulta e atendimento qualificado nos postos de saúde, escolas, mercados e transportes públicos próximos da comunidade. Em relação à estrutura física, as necessidades mais citadas foram: pavimentação e saneamento básico. Algumas famílias relataram ter um bom relacionamento com os vizinhos, enquanto outras alegaram ter pouco contato, como forma de evitar conflitos. Os principais meios de lazer mencionados foram: assistir televisão, ouvir música, visitar parentes, ir ao culto ou missa e festas em datas comemorativas na escola e/ou creche. Com relação aos projetos de vida, notou-se que os moradores apresentam-se desmotivados diante do contexto social, econômico e político precário que despotencializa suas atitudes de mudanças. Este trabalho possibilitou uma vivência junto à comunidade, em que pode-se refletir e pensar criticamente sobre a realidade social e o papel de responsabilidade do psicólogo comunitário nas camadas populares e compreender outras possibilidades de trabalho, tais como a de agente facilitador de ações coletivas, trabalhando com problemáticas que assolam o cotidiano da nossa população gerando processos nem sempre saudáveis. Verificou-se ser de fundamental para o psicólogo comunitário, entender as tendências e ideologias que se materializam no dia-a-dia das pessoas, que as faz sentirem-se com mais ou menos possibilidades de mudarem suas vidas. Ressaltou-se que a partir das reuniões com as mães e monitoras, houve uma mudança quanto ao sentimento de pertença relacionado à creche, em que algumas mães passaram a freqüentar o local, de modo a conhecer as atividades desenvolvidas, valorizando o trabalho das monitoras e se colocando mais próximas de seus filhos, enquanto alguns pais se dispuseram voluntariamente a zelar pela limpeza da área externa da creche. Concluiu-se, através de feedback das famílias, a necessidade de escuta qualificada dos moradores, funcionando como redescobrimto da confiança em si mesmo diante da capacidade de evoluir e se desenvolver como pessoa. As rodas de conversas oportunizaram compartilhamento de demandas similares, sendo via de informação e orientação, repercutindo positivamente na vida das famílias.

Centro de Testagem e Aconselhamento para HIV: a experiência de estagiários de psicologia

Guacyra Almeida Leal, SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

O Aconselhamento e a Educação para Saúde é uma das estratégias adotadas na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. No Brasil, os Centros de Testagem e Aconselhamento para HIV (CTA) visam novas práticas de co-participação do sujeito, visto que a vulnerabilidade à infecção é determinada por fatores subjetivos individuais e coletivos. Dessa forma, a conscientização da população sobre a importância de fazer o teste anti-HIV envolve aspectos

simbólicos que devem ser abordados pelos profissionais de saúde no momento do aconselhamento pré-teste e pós-teste, entretanto ainda prevalece a abordagem biomédica sobre os fatores de risco associados à grupos populacionais específicos. A psicologia comunitária é um campo teórico e prático que pode contribuir na construção de ações preventivas ao articular os sentidos atribuídos à vulnerabilidade individual e social ao HIV na construção das práticas psicossociais. O estágio básico em psicologia no CTA do município de Feira de Santana-BA, proporcionou no início de suas atividades um primeiro contato dos estudantes com a comunidade, vivenciando junto a esta os desafios e limitações no campo da sexualidade e Aids. Objetivo: dar visibilidade aos sentidos construídos sobre o aconselhamento e testagem sorológica do HIV em um grupo de estudantes de psicologia. Metodologia: o presente estudo foi de natureza qualitativa que utilizou o método fenomenológico para coleta e análise de dados, através da observação participante e construção de diário de campo sobre as visitas no CTA. Resultados: o medo e a ansiedade com relação ao desconhecido, além da vergonha e constrangimento diante do olhar e julgamento do outro na sala de espera do serviço foram os sentimentos manifestados pelos estudantes. A maioria considerou que a experiência possibilitou uma aproximação com a realidade de quem convive com o HIV, bem como a importância de sentir-se acolhido pelo profissional de saúde no momento em que são abordadas questões sobre o comportamento sexual e na entrega do resultado. Conclusões: as experiências dos estudantes retrataram que ainda é marcante o sentido negativo associada ao exame anti-HIV, indicando que este grupo expressa as metáforas sociais relacionadas com a morte e a promiscuidade, que na prática do aconselhamento devem ser analisadas em parceria com o profissional desmistificando preconceitos. O estudo aponta a necessidade de construção de práticas de saúde e educação que problematizem os sentidos cristalizados sobre a Aids, evitando ações preventivas tradicionais, controladoras de atitudes. Por fim, a Psicologia Comunitária pode contribuir de forma significativa na elaboração de Políticas Públicas em HIV/Aids, fortalecendo os espaços de troca entre os profissionais de saúde e a comunidade.

Clube de Cinema: a Psicologia Comunitária em uma experiência de estágio

Luiza Santos Ferreira, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Simone dos Santos Paludo, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Verônica Felipe de Lima Foes, Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Introdução: O projeto Clube de Cinema foi realizado durante a disciplina de Estágio Obrigatório de Intervenção com ênfase em Psicologia Institucional e Comunitária, do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande, durante abril e novembro de 2010 no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPSad), dispositivo de saúde mental que objetiva o atendimento e atenção psicossocial a usuários de álcool e outras drogas e seus familiares através do Sistema Único de Saúde. Ao analisar o dispositivo e foi identificada a ausência de intervenções positivas não focalizadas no uso de drogas. Objetivo: Diante desse contexto, foi construído o Clube de Cinema, um grupo de psicoeducação desenvolvido com a finalidade de proporcionar ao usuário a oportunidade de entrar em contato com diversas situações de superação experienciadas por personagens de filmes e ressignificar a importância da construção de estratégias

positivas em sua própria vida e em suas relações cotidianas. Metodologia: Realizaram-se encontros semanais dentro da própria instituição onde era exibido o filme previamente selecionado e realizada uma conversa com os presentes. Buscou-se filmes congruentes e significativos em relação à realidade dos participantes, proporcionando uma mudança no posicionamento do espectador de ficcionante a um posicionamento em termos de pessoa real, facilitando a sua projeção no personagem em questão. Resultados: A partir da execução do projeto, percebeu-se que ao “analisar” o personagem representado no filme e não a si mesmo bons resultados foram alcançados, especialmente pelo fato da alexitimia característica do dependente químico ser mais facilmente trabalhada. Além disso, por essa população apresentar, frequentemente, uma forma de pensamento concreta e imediatista, o que é trabalhado em grupo que tem como foco apenas a conversa (terapêutica ou não) pode não ser assimilado plenamente por todos. Por meio da atenção despendida à obra de ficção, e pelo relaxamento afetivo do espectador diante da tela, o entendimento da mensagem transmitida é favorecido. Como previsto na literatura, encontrou-se um aspecto subjetivo na forma como o filme foi interpretado por cada um dos presentes, tornando o debate sobre o tema ainda mais enriquecedor e oportunizando uma elaboração mais profunda e integrada dos fatos. Conclusões: Por meio do Clube de Cinema, buscamos o desenvolvimento da identidade individual e social crítica, da autonomia dos usuários e da capacidade dos indivíduos para lidar com os problemas que surgem na comunidade. E, desta forma, visamos à melhor compreensão do campo de atuação do profissional de psicologia, atuando como agentes facilitadores e potencializadores de diversas formas de protagonismo social, o que favorece a possibilidade da elaboração e execução de um trabalho mais significativo.

Comportamento Pró-Social: Porque as Pessoas Ajudam

Rita de Cássia Fernandes de Sousa, Faculdades Integradas de Patos – FIP,
Rosângela Galdino da Silva Dantas, Faculdades Integradas de Patos, Suenny
Fonséca de Oliveira, Faculdades Integradas de Patos – FIP

Introdução: O comportamento pró-social é entendido como sendo atitudes praticadas com o objetivo de beneficiar outras pessoas e que possui vários determinantes para sua motivação, dentre eles, o altruísmo que por sua vez, é uma ampla categoria de ações voluntárias em favor de outros, sem que haja o interesse de ser recompensado ou favorecido mesmo que lhes resultem algum tipo de ônus. Atualmente, tem sido realizados estudos na Psicologia com o interesse em compreender as nuances do comportamento pró-social, buscando caracterizar sua relação com a sociedade. Assim, busca-se problematizar uma perspectiva de atos dos sujeitos sociais cujo foco é o compromisso social de práticas e saberes vinculados à transformação social. Objetivo: Objetivou-se neste trabalho compreender as razões subjacentes que motivam o altruísmo nas relações sociais. Metodologia: Este trabalho é procedente de um estágio da disciplina Prática Assista II-Processos Sociais, em que lançamos mão do arcabouço teórico-metodológico da Psicologia Social Comunitária para nortear esta vivência, com o intuito de abarcar os fenômenos sociais coletivos e possibilitar uma ponte entre a teoria e a prática da psicologia social comunitária. Para tal foram conduzidas seis observações participantes com duração de uma hora em dias consecutivos nas dependências de uma Organização Não Governamental-

ONG, de apoio à criança e ao adolescente, situada na cidade de Patos/Paraíba. O grupo observado foi composto por quatro professoras, vinte e seis crianças, dez pré-adolescentes, um oficial do corpo de bombeiros, quatro voluntários, uma coordenadora, e três auxiliares de serviços gerais. Utilizou-se diário de campo, canetas esferográficas coloridas, câmera fotográfica e gravador de voz para relato das observações participantes. Resultados: As situações registradas a partir das observações participantes levaram a identificação de comportamentos pró-sociais como principal expoente presente nas relações que ali se estabeleciam. Os comportamentos observados, tais como os voluntariados em oficinas de arte, música, esportes, apoio no processo de alfabetização, bem como a expressão de vínculos afetivos, abertura e disponibilidade para o diálogo e o cuidado com as crianças em estado de vulnerabilidade social, apontam ainda a teoria da troca social, como motivadores do altruísmo contrapondo-se aos valores preconizados em uma sociedade em que a violência, o desrespeito e a desigualdade social são vigentes. Conclusões: Conclui-se que o comportamento pró-social e o altruísmo, são de vital importância para a promoção da vida em sociedade, em especial no contexto dos profissionais e voluntários que atuam em ONG's.

Consensos, dissensos e vazios na história da psicologia comunitária no Brasil

Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha, Universidade Federal do Rio de Janeiro

No panorama de pesquisas/estudos em história da psicologia comunitária no Brasil, temos trabalhos que contam a história do ponto de vista nacional e do ponto de vista regional – no Ceará, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Bauru – SP, para exemplificar. Nosso objetivo foi fazer uma revisão comparativa da literatura sobre a história da psicologia no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, buscando consensos, dissensos e vazios nessa história. Para alcançar este propósito, procuramos identificar práticas de psicologia comunitária (ensino, pesquisa e extensão) desenvolvidas no Brasil a partir da década de 1960 em universidades públicas e particulares, até a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em 1980: focaremos os trabalhos que contaram a história do ponto de vista nacional e regional sobre o período do nosso recorte, comparando-os entre si, e relacionando com nossos achados que deram vez a nossa tese de doutorado em que empreendemos uma pesquisa de história oral híbrida, isto é, realizando o cruzamento de história oral com documentos. A revisão da literatura sobre a história da psicologia comunitária no Brasil nas décadas de 1960-1970 revelou que existem alguns consensos, dissensos e vazios que procuramos elucidar em nossa pesquisa do doutorado. Um quase consenso na literatura sobre a história da psicologia comunitária no Brasil diz respeito aos autores considerarem a psicologia comunitária brasileira como uma psicologia social comunitária, ideia corroborada em nossa pesquisa. Apesar disso, é importante apontar que a psicologia comunitária não teve lugar nas principais obras e manuais brasileiros de psicologia social, sendo objeto de capítulos temáticos em poucas obras de referência da área. Como dissenso na literatura sobre a história da psicologia comunitária no Brasil, destacamos o desencontro nos textos quanto ao período em que a psicologia comunitária começou no Brasil, ora indicando a década de 1960, ora a década de 1970. Nossa pesquisa revelou que já havia uma prática de psicologia comunitária sendo realizada no

final da década de 1960 pelo 'Setor' de Psicologia Social da UFMG. Como um vazio na literatura sobre a história da psicologia comunitária no Brasil, registramos a ausência ou menção precária de alguns nomes, instituições e práticas que constituíram a psicologia comunitária nas décadas de 1960-1970, como, por exemplo, a menção precária sobre o Mestrado em Psicologia na UFPB que tinha uma área de concentração de psicologia comunitária que começou em 1976 e que a disciplina de psicologia comunitária que teve duas orientações: uma de psicologia comunitária norte-americana capitaneada por Maria Alice D'Amorim e outra de psicologia comunitária latino-americana capitaneada por Dirceu Malheiro. Acreditamos que nossa pesquisa conseguiu reconhecer o que foi produzido sobre a história da psicologia comunitária no Brasil e avançou nesse empreendimento a partir da realização de uma pesquisa de história oral híbrida contando outras histórias. Este trabalho se relaciona com o tema do encontro, tendo em vista a necessidade de elucidar o passado da psicologia comunitária para poder clarificar o desenvolvimento e a atualidade dela, cooperando para a formação em psicologia comunitária. CNPQ

Considerações acerca dos desafios na pesquisa com adolescentes em situação de rua

Márcia Moraes Lima Coutinho, Universidade de Fortaleza - Unifor, Normanda Araujo de Moraes, Universidade de Fortaleza, Rebeca Fernandes Ferreira Lima, Universidade de Fortaleza

A rua se configura como um ambiente no qual estão disponíveis recursos e riscos ao desenvolvimento saudável das pessoas. Adolescentes em situação de rua utilizam esse espaço como alternativa de subsistência frente a uma situação anterior de precariedade material, violência intrafamiliar, fragilização de laços familiares e comunitários, entre outros eventos adversos. Na busca de melhores condições de vida, os adolescentes inseridos nesse contexto tendem a demonstrar dinamicidade em seus percursos. Esta e demais especificidades dessa população tornaria inviável a pesquisa nos moldes tradicionais de pesquisas realizadas em laboratórios. O presente estudo buscou identificar desafios e estratégias de superação na pesquisa com adolescentes em situação de rua a partir da percepção dos pesquisadores. Utilizou-se a perspectiva Ecológica-Contextual para subsidiar a familiarização entre o pesquisador, o participante, seu contexto e sistemas de interação. A equipe de pesquisa se inseriu nos contextos naturais dos participantes durante 6 meses, anterior ao início da aplicação dos instrumentos. Nesse período foi possível identificar alguns desafios metodológicos: 1. Dificuldades para localizar os participantes na rua; 2. Dinamicidade, em que ora eles estavam na casa da mãe, ora estavam na rua, iam pra casa da tia, retornavam para a rua e diferentes instituições; 3. Adversidades, como evasão das instituições, conflitos entre os adolescentes e as regras das instituições resultando em afastamento destes, privação de liberdade, morte do adolescente, dentre outras; 4. Dificuldades na aplicação de instrumentos que envolviam escalas psicométricas e conteúdos que remetiam à violência física, sexual e emocional. A partir do levantamento dessas problemáticas podem-se delinear métodos para realização e validade da pesquisa. As estratégias escolhidas para superação dos desafios foram: 1. Mapeamento das instituições destinadas aos adolescentes em vulnerabilidade social, tornando-se possível: a) localizar acolhimentos institucionais entre outros

serviços específicos para a situação de rua, b) estabelecer vínculos com educadores sociais que trabalham nas ruas e possuíam contato com os adolescentes e, c) estreitar laços entre academia e equipamentos da assistência social visando contribuições de ambos para teoria/intervenção da situação de rua; 2. Inserção dos pesquisadores no ambiente natural dos participantes, o que possibilitou: a) familiarização dos pesquisadores com o contexto dos participantes, seus valores, normas e singularidades culturais, b) a partir dessa aproximação foi estabelecido vínculo entre pesquisador e participante o que favoreceu a continuidade da pesquisa, pois se conheceu a rede social do participante, sendo possível contatá-lo independente de sua localização; 3. Vinculação pesquisador-participante e aplicação dos instrumentos em entrevistas individuais facilitaram o entendimento das escalas e conteúdos abordados. Verifica-se que a pesquisa com adolescentes em situação de rua exige criatividade dos pesquisadores, tanto no que se refere à aplicação de instrumentos quanto à adequação das metodologias aos diferentes contextos, redefinindo e reajustando métodos ao visar, em primazia, o bem estar dos participantes. Ressalta-se a pesquisa enquanto intervenção, visto seu cunho transformador nas interações academia-serviços sociais e pesquisador-participante. Estes encontros potencializam as práticas de proteção destinadas aos adolescentes em situação de rua.

Constituir-se como Psicóloga Social Comunitária: Relato de Experiência

**Lauren Cristina Costa da Conceição, Universidade Federal de Mato Grosso,
Mírian Toshiko Sewo, Universidade Federal de Mato Grosso**

Este resumo apresenta o relato de experiência sobre a minha trajetória de formação como uma estudante de psicologia que se identifica com a Psicologia Social Comunitária e as contribuições do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes da Universidade Federal de Mato (UFMT) na minha formação política e profissional. No mesmo ano do meu ingresso na UFMT, em 2010, comecei a participar do programa, que tem como proposta estabelecer uma ponte entre as comunidade populares e a academia, por meio de projetos de extensão desenvolvidos e pela formação política fomentada dentro do programa através, principalmente, dos grupos de estudos. Estes são realizados semanalmente, tendo como teóricos principais Marx, Gramsci e outros autores da perspectiva crítica. As discussões são muito ricas, e para mim, que no início da graduação, não sabia ao menos o que significava ser um ser político, os conhecimentos obtidos ali, produziam pequenas revoluções em minha mente. Os grupos de estudos abordam diversos temas, mas todos na perspectiva do materialismo histórico, como o feminismo, a educação ambiental, as questões raciais e a constituição da infância. Nesse ambiente as discussões são construídas respeitando a história de vida de cada um, entendendo que a conscientização crítica é um processo contínuo. O Teatro Comunitário foi o projeto de extensão que eu desenvolvia conjuntamente com outros estudantes do PET e tinha como base o Teatro do Oprimido de Augusto Boal, que assume o teatro como uma poderosa ferramenta de poder popular e de luta. A princípio o público alvo era os adolescentes de uma escola pública vizinha à UFMT, porém, por falta de habilidade em manejar o grupo, ele acabou se desfazendo. Em seguida, o grupo se voltou para produções de intervenções dentro da academia, todas elas elaboradas de maneira provocativa,

para suscitar reflexões sobre o racismo, sobre a permanência estudantil e sobre a violência contra a mulher. Essas intervenções também serviram para divulgar o programa e despertar interesse em participar do mesmo, isso foi possível verificar no processo seletivo para novos estudantes, em que dois candidatos disseram que souberam sobre o PET Conexões de Saberes por meio das intervenções. Como contribuição para minha formação profissional, pude evoluir consideravelmente no trabalho com os adolescentes e com a construção coletiva das intervenções no grupo do teatro. Porém, o que mais me inspirou em construir a minha carreira acadêmica voltada para a Psicologia Social Comunitária, foi ser acompanhada por uma Professora de Psicologia Social Comunitária que trabalha com a construção coletiva, discutida em conjunto e executada por todos, o que para mim se mostrou como uma forma de construção dos trabalhos diferenciada. Estar próxima a esta profissional fez com que novas formas de pensar em Psicologia, que não se discutia na minha graduação, pudessem ser feitas por mim, pois ela conseguia promover a criticidade e o protagonismo político nos alunos, e isto influenciou a minha escolha profissional e a construção do meu caminho dentro da Psicologia Social Comunitária.

Contribuições da Psicologia da Libertação para a Psicologia Comunitária

Elívia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará, Marlla Rúbya Ferreira Paiva, Faculdade Luciano Feijão, Poliana Silveira Fonteles, Faculdade Luciano Feijão, Vicente Abdias Fernandes, Faculdade Luciano Feijão

Os países da América Latina foram palco de inúmeras lutas e resistências na busca de uma independência econômica, política, ideológica e teórica. A Teologia da Libertação inscreveu a opção pelos pobres e a busca pelo estabelecimento de uma ação transformadora do mundo como horizonte de pensamento que marcou a ideia de uma práxis de libertação latino-americana. A Psicologia da Libertação sofreu influência direta da Teologia da Libertação, compartilhando com esta o mesmo sujeito epistêmico, que são as maiorias populares como protagonistas de uma miséria coletiva. Por conseguinte, a Psicologia Comunitária emerge na realidade latino-americana como conhecimento teórico e metodológico que, fundamentada na perspectiva da libertação, propõe a constituição de um saber psicológico coerente com a realidade comunitária. Este trabalho tem como objetivo descrever as interfaces existentes entre Psicologia Comunitária e Psicologia da Libertação. A proposta do trabalho está condizente com eixo Acadêmico/Formação, pois alia reflexões sobre os fundamentos teóricos em Psicologia Comunitária e suas contribuições para o desenvolvimento de intervenções que atribuem ênfase à libertação dos povos. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de leituras e discussões de teóricos pertinentes ao tema, dentre os quais destaca-se Martín-Baró, Cezar Góis, Maritza Montero, Paulo Freire e Guzzo. A Psicologia Comunitária, assim como a psicologia de Martín-Baró, surge como prática transformadora com a finalidade de deselitizar a profissão e favorecer o descentramento deste campo de saber de si mesmo, o que permitiria a ampliação do olhar sobre as questões vivenciadas pela população latino-americana. Psicologia Comunitária e Psicologia da libertação, influenciadas pela práxis de libertação, privilegiam o trabalho com grupos populares e visam a transposição do sistema social estabelecido com o capitalismo, que perpetua

a rigidez estrutural, a culpabilização dos indivíduos, a opressão e a desigualdade social. Dessa forma, estes campos de saber se ancoram na opção ideológica por trabalhar com sujeitos advindos de situações de pobreza coletiva. Há a busca pela conscientização dos sujeitos para que assim possam assumir gradualmente o papel de autores de sua própria história, conscientes dos fatores que interferem no desenvolvimento histórico dos fenômenos. Martín-Baró propõe que, para haver o processo de conscientização e a superação do fatalismo, é preciso potencializar as virtudes imanentes de cada sujeito, desideologizar o senso comum, resgatar a memória histórica e organizar socialmente os grupos populares para que possam superar o individualismo. Com isso, os sujeitos conseguirão resgatar o sentimento de pertença à comunidade e aliar aprofundamento da consciência e ação transformadora da realidade local, o que contribuirá para o alcance do objetivo fundamental em Psicologia Comunitária, que é o desenvolvimento da comunidade mediante o desenvolvimento do sujeito comunitário. Entendemos, portanto, que a Psicologia da Libertação traz influências significativas para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária, sobretudo no que se refere a busca pela formação crítica do ser humano e de sua disposição a alcançar um saber crítico sobre si próprio e sobre sua realidade, ajudando na construção de um mundo mais justo. Agradecimentos à Coordenadoria de Pesquisa da Faculdade Luciano Feijão (Sobral-CE).

Contribuições Freirianas aos Estudos de Martín-Baró: um ensaio de compreensão sobre o quefazer psicológico

Bárbara Xavier de Andrade, Universidade Estadual do Ceará, Betania Moreira de Moraes, Universidade Estadual do Ceará, Bruna Ianara da Frota Lobato, Universidade Estadual do Ceará, Caio Gustavo David Ribeiro, Universidade Estadual do Ceará, Ruth Maria de Paula Gonçalves, Universidade Estadual do Ceará, Victor Mateus Macario Portto, Universidade Estadual do Ceará

A pesquisa trata das contribuições freirianas aos estudos de Martín-Baró no que toca ao quefazer psicológico. Nesse sentido, buscamos realizar um ensaio de compreensão do complexo categorial dos dois autores, destacando elementos que atendem adequadamente o cerne de nossa questão central, a exemplo das categorias, consciência, conscientização, ideologia e praxis. Com efeito, os lineamentos teóricos freirianos presentes nas obras *Pedagogia do Oprimido* e *Educação como prática da Liberdade*, somados à leitura das obras *Acción y Ideología: Psicología Social desde CentroAmerica* e *Psicología de la Liberación*, de Martín-Baró; além de escritos que tratam diretamente do tema em foco, nos dão o aporte teórico pretendido, a exemplo do artigo *O papel do psicólogo*. O estudo compreende as dimensões bibliográfica e documental, as quais, integradas dão os contornos do objeto, consolidado a partir das atividades do Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho – NUSOL, vinculado ao Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, através do grupo de estudos em Psicologia Comunitária. A exploração do homem pelo homem nos países da América Latina enceta os lineamentos teórico - práticos dos estudos de Freire e Martín-Baró, sendo este um laço primordial que os aproxima. Com efeito, Góis ao trazer dados históricos sobre a Psicologia Comunitária na América Latina, reconhece que seu surgimento se dá a partir da problematização social decorrente de concepções divergentes em relação à questão social. Por um lado uma corrente oriunda de modelos clássicos desta área, marcada pela descontextualização e descompromisso com

os problemas da classe explorada, por outro lado, contrapondo-se a esta corrente, surgia uma concepção crítica de Psicologia Social cujos contornos históricos buscavam dar conta dos entraves à formação humana, engendrados pelas relações sociais de dominação nas sociedades latino-americanas. Martin - Baró chama a atenção para a processualidade que permeia as bases históricas da atividade e do pensamento humano, no que se refere a práxis do psicólogo. O autor reconhece que por sermos social e historicamente mediados, é imperativo o que já foi feito, o que poderíamos ter feito e o que ainda pode ser feito na psicologia como ciência e profissão no que tange a sua função social. Iluminados pela ontologia marxiano-lukacsiana e nos apoiando em Montero, Lane, Góis e outros intérpretes deste referencial, assinalamos que é importante evidenciarmos o contexto ideopolítico no qual está situada a Psicologia Social Comunitária na América Latina, no sentido de identificar limites e possibilidades da práxis vislumbrada pelo estudioso salvadorenho. Concluímos, apoiados em Martín-Baró, asseverando que, trabalhar não é apenas aplicar um conjunto de conhecimentos e habilidades em função de nossas necessidades, mas buscar fazer-se a si mesmo, tomando por base a transformação da realidade, na perspectiva do encontro ou da alienação nesse quefazer, consubstanciado a partir das relações interpessoais e intergrupais.

Desafios da educação permanente em saúde: supervisão do CAPS ad de Maracanaú-CE.

Regina Cláudia Barroso Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Maracanaú localiza-se na Região Metropolitana de Fortaleza, constitui o terceiro município em termos de contingente populacional e possui a segunda maior arrecadação de ICMS do estado do Ceará, sendo sua economia centralizada fundamentalmente no setor industrial, o que levou a cidade a um rápido aumento populacional e conseqüentemente ao acréscimo de problemas ligados à saúde mental. A Rede de Atenção à Saúde Mental de Maracanaú compreende um CAPS geral, um CAPS ad e um CAPS i, implantados respectivamente nos anos de 2005, 2008 e 2012. Por meio de apoio matricial em saúde mental iniciado em 2010 foi fortalecida a integração dos equipamentos de saúde mental com outros serviços e setores da Rede Assistencial como as equipes NASF, CRAS, CREAS, CADEE, do Núcleo de Educação Especial Inclusiva e PET Saúde, este trabalho em rede vem se fortalecendo pela realização encontros periódicos para discussão de temáticas relevantes e planejamento de ações e intervenções conjuntas. Em março de 2012 foi iniciada a supervisão clínica institucional do CAPS ad e foi pactuada com a equipe a discussão de temáticas prioritárias como Políticas sobre drogas e financiamento das Comunidades Terapêuticas com recursos públicos; aperfeiçoamento de métodos de trabalhos com familiares, incluindo noções de psicoterapia familiar; entrevista motivacional e sua aplicabilidade na dinâmica de trabalho do CAPS ad; prevenção de recaída; Reforma psiquiátrica, política e fluxos. A continuidade do processo de supervisão está previsto por meio da aprovação de projeto do Ministério da Saúde de capacitação de RAPS e deve constituir um poderoso recurso no processo de qualificação desta rede, visto que a pactuação do município no "Plano crack é possível vencer" contempla a ampliação do CAPS ad II para CAPS ad III, a implantação de Casas de Acolhimento Transitório Adulto e Infante-Juvenil para usuários da saúde mental álcool e outras drogas, a implantação de 11 leitos hospitalares e de um Consultório na Rua. De

acordo com a demanda dos profissionais será necessário dar continuidade aos encontros, eventos formativos e processo de educação permanente em saúde para fortalecimento das ações e intervenções de saúde mental na atenção básica. Outra necessidade premente é a ampliação de parcerias intersetoriais, principalmente referente a entidades que desenvolvem ações de capacitação profissional, a fim de potencializar ações de reintegração produtiva de usuários dos CAPS, fortalecendo sua participação social e minimizando recaídas.

Diálogos entre as Políticas de Saúde ao Atendimento as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual

Fabiana de Lima e Silva, Universidade Federal do Pará

As pesquisas indicam que a maioria das agressões físicas ocorridas no âmbito doméstico são sofridas por pessoas do sexo feminino, estando mulheres e meninas mais expostas. A violência de gênero é pandêmica por assim dizer, pois está presente no mundo todo, é um problema mundial que atinge mulheres independentemente de idade, cor, etnia, condição social ou religião. Está presente em todos os espaços sociais, mas é no privado, nas relações conjugais, que ela expressa sua face mais destruidora. Portanto, a violência doméstica é violência de Gênero. O ato violento destrói a segurança de um indivíduo e é capaz de abolir os aportes de uma identidade, aniquila desejos, autonomia e liberdade. A agressão física é o tipo de violência mais denunciado, o que não quer dizer que é a mais cometida. Outros tipos de violência mais velada, nem por isso menos destruidoras, ocorrem diariamente entre quatro paredes e não são percebidas como violência pelas mulheres. É o caso das ameaças, calúnias, difamações que constituem violência de cunho psicológico bastante eficaz na domesticação/ adestramento das mulheres frente à dominação masculina. A pesquisa se concentrou na região metropolitana de Belém, com o levantamento dos dados e contou com a metodologia qualitativa e o viés dessa proposta e tendo como instrumentos a realização de grupos com adolescentes, familiares e mulheres atendidas. Em decorrência deste fato, vê-se a relevância de se desenvolver ações interdisciplinares por parte da UFFPA de Atendimento às crianças, mulheres e adolescentes vitimizadas pois estas dentro de um programa de atenção integral à VDS necessitam de atendimento psicológico que lhes garantam a reintegração Social com o restabelecimento da auto-estima, de seu relacionamento interpessoal, para que assim ser sujeitos de direito e cidadania. A clientela atendida se constituirá por crianças, mulheres e adolescentes vítimas de violência doméstica e/ou sexual, com idades a partir dos 12 anos, residentes na região metropolitana de Belém, encaminhadas por organizações governamentais ou não governamentais Na perspectiva de uma Universidade democrática e que mantém diálogo com a sociedade podemos colaborar a nível teórico e prático para minorar o nosso "incômodo" de cidadãos e cidadãs com a crueza da situação das mulheres e adolescentes de Belém, vítimas da violência Doméstica e Sexual (VDS) e possibilitar contribuir na garantia de cidadania e Direitos humanos.

Direitos Humanos e Diversidade como pilares das atividades de ensino, pesquisa e extensão no Curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão.

Márcia Skibick Araújo, Faculdade Luciano Feijão

Este trabalho é o resultado de um estudo sobre “Direitos Humanos e Diversidade” como pilares das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O estudo aponta caminhos que nortearão a implementação de projetos que envolvam as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, no sentido de proporcionar investigações transversais e integrativas no curso de Psicologia. Para concretizar o estudo foi realizado uma pesquisa de campo junto a possíveis áreas, setores e parceiros que se identificaram com a temática, a onde apresentaram ações concretas a serem assumidas pela instituição e pelos mesmos. A proposta desse trabalho é a estruturação de Atividades Complementares (AC). Atividades que hoje se fazem de extrema necessidade devido à urgência do aluno experimentar a teoria fora de sala de aula. São atividades que levam o indivíduo a crescer e a constituir-se como fazedores do seu dia-a-dia, estabelecendo uma relação permanente e duradoura entre a ciência e a consciência, entre o saber acadêmico e o saber popular. Na relação entre universidade e sociedade e de complementariedade a onde os atores interagem sem precisar trocar de papéis ou perder suas identidades. No entanto essa cumplicidade deve gerar mudanças, transcender: realizar uma troca de saberes. Neste sentido, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras elaborou o Plano Nacional de Extensão Universitária, e projetaram uma universidade fundada em três funções primordiais e estratégicas. São elas: 1) Função Acadêmica- fundamentada em bases teórico-metodológicas; 2) Função Social- de promover a organização social e a construção da cidadania; e a 3) Função Articuladora – do saber e do fazer e da universidade com a sociedade. Na observância das funções acadêmica, social e articuladora na extensão universitária, a presente proposta pretende estruturar as AC adotando estas mesmas perspectivas. De natureza acadêmica a AC deve se estender a um propósito social, no sentido de aproximação com a realidade e necessidades da sociedade contemporânea, como também ser articuladora desse processo fazendo com que o aluno entre em contato com outros profissionais, outras áreas e outros locais de práticas e conhecimento. É com a perspectiva de constituir um trabalho de produção, inovação e transferência de conhecimentos que este estudo almeja possibilitar que o ensino superior chegue a contribuir na realização de pesquisas e estudos bem como na elaboração políticas públicas em defesa dos Direitos Humanos e da Diversidade. Que o universo do saber também coopere na realização de planos de convivência baseado no respeito, na tolerância e na solidariedade, através dos docentes e discentes junto à sociedade. Tal pretensão somente será possível a partir do desenvolvimento de um trabalho que implique relações multi e interdisciplinares entre o científico e o popular, popularizando o científico e cientificando o popular. Concluímos então que esse processo passa pela a estruturação de uma educação comprometida com a sociedade e pela formação de profissionais conscientes, solidários e que consigam garantir o respeito a todos os seres humanos independente de suas singularidades e diferenças.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação / Eje Académico-Formación / Axis Academic

Discutindo a sexualidade na escola.

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, Universidade Católica de Pernambuco, Virginia Cavalcanti Pinto, Universidade Católica de Pernambuco

Para Foucault a sexualidade é um “dispositivo histórico”, ou seja, se constitui no movimento da história, sendo uma invenção social de um determinado tempo. Sua constituição se dá a partir das construções no campo discursivo sobre o sexo que abarca os saberes sobre ele, bem como sua normatização e regulação social através das produções de verdade. Este trabalho busca compreender como a temática sexualidade circula na escola. Para isto, tomou para participantes pais, professores e adolescentes de uma escola pública da rede estadual de ensino de nível médio da cidade do Recife. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que utiliza como instrumentos a observação participante e a entrevista de grupo focal. Os grupos foram formados por professores, mães e alunos da referida escola. Os participantes receberam um estímulo visual de imagens, de pessoas e símbolos, com variadas possibilidades de interpretação sobre o tema sexualidade e em seguida ouviram uma pergunta disparadora: como as questões sobre sexualidade circulam na escola? As discussões foram filmadas apenas para fins de análise, resguardando-se o sigilo total sobre a identidade dos participantes. A riqueza da discussão desse grupo heterogêneo possibilitou a aproximação do assunto com a realidade vivenciada pelos participantes. A construção dos dados indicou, entre outras questões, que os discursos de saber sobre a temática que perpassam os participantes no ambiente escolar priorizam uma sexualidade atravessada pelo discurso médico biologizante, especialmente no que diz respeito aos aspectos preventivos. Além disto, o sexo é tratado como algo que traz consequências predominantemente nocivas ao jovem e não como algo saudável que faz parte da vida, sobretudo no período de descobertas da adolescência. Os participantes referem que os discursos que circulam na escola sobre a temática são contraditórios: ora são incentivadores de uma prática da sexualidade, pois entendem que falar sobre o assunto é estimular a prática sexual. Ora visam apenas à prevenção. Apesar da sexualidade ser considerada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como um tema transversal, quando questionados a respeito de quem deveria tratar o tema nas escolas, os professores tendem a delegar esta tarefa a um profissional exterior ao ambiente escolar, sobretudo o psicólogo. Na escola estas discussões acontecem, predominantemente, nas aulas de biologia e os alunos reforçam a importância deste espaço para tirar dúvidas, pois afirmam não conseguir dialogar abertamente sobre o assunto em casa. Não é comum a frequência dos pais/responsáveis nesta escola, fato que dificultou inicialmente a composição dos grupos. Porém, em sua formação, contamos apenas com a participação de mães, apesar do convite ter sido feito, também, aos pais. A discussão sobre a sexualidade e seus desdobramentos na escola visa contribuir para novas perspectivas de trato sobre o tema, além de aproximar o diálogo entre pais, professores e alunos de modo que seus discursos não se apresentem como verdades isoladas de cada grupo, mas que possam interagir abrindo o debate para o campo de possibilidades que contribuam positivamente para a vivência da sexualidade dos adolescentes.

Docência superior valorizativa da psicologia em cursos diversos, com o uso da metodologia psicodramática

Eloisa Vilas Boas Rosas Greggio, PRADO & ROSAS Auditoria e Consultoria

Atuando na docência superior há vários anos, tive a oportunidade de lecionar Psicologia para alunos de graduação em Administração e Sistemas de Informação; especialização e pós-graduação em Psicopedagogia; Gestão de Pessoas; Psicodrama Sócio Educacional. As disciplinas variavam entre tópicos especiais em Psicologia; Gestão de Pessoas; Psicologia e Comportamento Organizacional; Recursos Humanos I e II; Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; Liderança Organizacional. A formação acadêmica dos discentes era diversificada, nos cursos de pós-graduação e especialização (assistência social, direito, pedagogia, psicologia, comunicação, ciência da computação e outros). Na graduação, em cursos de Administração e Sistemas de Informação, por seis anos consecutivos, deparei-me com jovens neófitos, na maioria trabalhadores em campos distintos, como também empresários, e/ou profissionais já formados em outras áreas de atuação, em sua segunda graduação. O objetivo desta comunicação oral é compartilhar tal experiência docente, possuidora da "bandeira" da valorização, inclusão, versatilidade e utilização adequada da Psicologia nas diversas instituições e segmentos econômicos. Como esforço metodológico, além das explicações orais, discussões dialógicas, estudos de caso, utilizava o psicodrama visando a fixação e aplicação dos conteúdos teóricos. A docente assume o papel de diretor favorecendo a montagem de cenas e dramatizações e os participantes são egos auxiliares. As etapas psicodramáticas utilizadas: a) aquecimento; b) dramatização (cenas com o foco escolhido pelos participantes; aplicação de algumas técnicas de inversão de papéis; interpolação de resistência, entrevista no papel e duplo) e, em seguida, a terceira e última etapa: c) compartilhamento. Os resultados mostraram-se auspiciosos, uma vez que os participantes traziam e reproduziam as experiências vivenciadas no mundo do trabalho, através de simulações e dramatizações, muitas vezes eivadas de dúvidas e incertezas, mas linkadas à realidade teórica recém aprendida. Após serem orientados pela docente quanto a adequação de suas ações, ajustados os procedimentos do conteúdo apresentado, enxergavam com clareza no que precisavam investir para se aprimorarem. São declarados os resultados positivos obtidos com a utilização dessa metodologia. O envolvimento, ganho e satisfação são registrados pelos participantes ao final de cada aula, com base nas vivências e percepções imediatas em face da mudança em seus comportamentos. Na fase avaliativa retornos positivos são dados por força da indiscutível riqueza e transparência que a metodologia psicodramática propicia. Fica notória a necessidade do envolvimento em suas equipes de trabalho de profissionais psicólogos, de forma permanente, ou no seu impedimento, em frequência eventual em atividades pontuais de recrutamento, seleção, treinamento, acompanhamento e desenvolvimento de pessoas. Este trabalho relaciona-se com a 5ª. CIPC, no que tange a divulgação da psicologia, inserida nas diversas comunidades e instituições econômicas; com o eixo temático Acadêmico/Formação, favorecendo a crítica, a prática e a problematização da realidade do aluno no âmbito universitário, no ensino, na graduação e na pós-graduação.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

Drogas e prevenção: uma experiência de intervenção com jovens no contexto escolar

Bianca Garbelini Jabour, FAMINAS-Campus Muriaé, Lara Brum de Calais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Maira Ribeiro de Souza, FAMINAS-Campus Muriaé

O presente trabalho aborda a temática das drogas, considerando-a como um fenômeno social, e que, portanto, tem desdobramentos biopsicossociais. O recorte enfatizado parte da perspectiva de que as primeiras experiências envolvendo o uso de álcool e outras drogas ocorrem, frequentemente, na juventude, devido a uma maior vulnerabilidade individual e social que podem atravessar este período. Neste sentido, a escola, por ser um espaço ocupado predominantemente pelos jovens e por constituir-se como uma instituição formadora de cidadãos na medida em que se apresenta como um território de negociações e agenciamentos coletivos, representa um espaço importante para o desenvolvimento de ações preventivas concernentes a questões de relevância social, tais como álcool e outras drogas. Dentro dessa perspectiva, é fundamental que sejam fomentadas ações que estejam articuladas à realidade social dos estudantes, priorizando a criação de espaços de troca que proporcionem aos jovens a construção de novos significados e a possibilidade de se tornarem protagonistas de suas histórias. Inserido neste contexto, realizou-se em uma escola pública da cidade de Muriaé-MG um Projeto de Extensão, direcionado a jovens com idade entre 13 e 15 anos, estudantes de uma turma do 9º ano do ensino fundamental, cujo objetivo foi trabalhar a prevenção primária do uso de drogas enfatizando a redução dos fatores de vulnerabilidade e ampliação dos fatores de proteção, o que se relaciona com a temática sugerida pelo eixo temático 2: Acadêmico/Formação que discute, entre outros pontos, as características dos processos de intervenção comunitária. O projeto ressalta a importância de uma perspectiva social comunitária da psicologia no desenvolvimento de intervenções que trabalhem práticas educativas em saúde, que promovam a participação dos jovens como agentes políticos, co-responsáveis pela transformação de suas realidades e que considere os atravessamentos políticos, sociais e culturais presentes na comunidade. Buscou-se criar um espaço de discussão que não segue os moldes tradicionais de "sala de aula", viabilizando a expressão de opiniões sem juízo valorativo e moralista, proporcionando aos jovens, participação ativa e dinâmica nos encontros. O projeto seguiu o delineamento da Pesquisa-Intervenção e teve como a estratégia a redução de danos, considerando que torna-se necessário minimizar as consequências prejudiciais do uso de drogas e problematizar ações de prevenção. Foram realizadas atividades no formato de oficinas, priorizando a construção coletiva do conhecimento e empoderamento dos participantes. No total foram realizados 15 encontros, nos quais foram trabalhados temas como: sexualidade; o uso de drogas e as suas consequências no organismo e na vida social; o papel da mídia na construção de informações preventivas; o respeito às diversidades, entre outras temáticas. Através do projeto, observou-se que o álcool e outras drogas fazem parte do cenário social em que os jovens estão inseridos, o que mostra a relevância da abordagem dessa temática no contexto escolar. Verificou-se no desenvolvimento da proposta, um processo verdadeiro de construção coletiva que proporcionou aos jovens mais informações e possibilidades para atuarem como agentes sociais e multiplicadores na escola e na comunidade em que estão inseridos.

En.Tornar-Se Sertão: Descarr-Ilhar e Fazer T(R)Emer o Destino dos Homens

André Feitosa de Sousa, UNIFOR, Carla Lima Simões, DeVry Brasil Fanor, Erika Vale de Maracaba, DeVry Brasil FANOR, Etelanio Agno Leite de Lima, FANOR, José Maria Nogueira Neto, DeVry Brasil FANOR

O presente estudo promove reflexões sobre a construção da identidade do homem sertanejo, seus saberes, tradição, cultura e o lugar do homem do sertão, sua evolução, significados e conceitos para a Psicologia Social Comunitária. Aqui se propõe discutir traços peculiares a um imaginário coletivo que povoa e habita um espaço territorial rural onde as relações de afeto se constroem pela relação estabelecida com a terra onde se vive. A intenção maior é que, a partir dessas discussões, seja possível destacar aportes para pensar o processo de formação em Psicologia que leve em consideração as ruralidades, as particularidades dos modos de vida e suas subjetividades. A discussão apresentada foi realizada a partir de um estudo exploratório, na condição de observação participante, em um lugar fincado em meio ao Sertão cearense, onde os moradores compartilhavam suas memórias e narravam o passado por meio de uma realidade mítica onde a presença das almas penadas e dos finados de outrora se misturavam com elementos religiosos e ao realismo fantástico das narrações. O objetivo geral desta pesquisa é investigar como é construída a identidade do sertanejo pelos vínculos narrativos entre o homem e a terra. Foram definidos como objetivos específicos a identificação, por meio da escuta de narrativas, de características marcantes da identidade socialmente e historicamente construída, a partir de recortes dos aspectos mais peculiares ao Sertão e aos sertanejos; e, a percepção do reflexo dessas características na construção das práticas discursivas onde se permita o reconhecimento da qualidade de existência dos vínculos afetivos com o lugar onde vivem. Os resgates narrativos foram enlaçados a recortes de pesquisas e leituras científicas e estéticas (literatura, cinema, música e teatro) a fim de conhecer, compreender esse "Ser-tanejo" e seu espaço. A análise dos resultados permitiu a produção de um conto que busca, por meio de recursos estéticos e literários, sinalizar que a identidade sertaneja é construída em articulação com as memórias e os vínculos que os sujeitos estabelecem com a terra. A interlocução teórica dessa produção corrobora com os estudos no âmbito da Psicologia Social Comunitária e suas questões formativas ao pensamento contemporâneo, com destaque para a sua interlocução com esferas científicas que envolvem os estudos dos grupos sociais para o desenvolvimento de práticas em Psicologia. Assim, por meio desta, é proposto, especificamente, uma argumentação sobre qual o lugar das práticas em psicologia rural comunitária nesses diálogos e os seus desdobramentos em termos de compromisso social e político.

Enchentes na Amazônia: E a psicologia com isto?

Aline Portigo Xavier, Universidade Federal de Rondônia, Valéria de Oliveira, Universidade Federal de Rondônia

Aqui se relata as estratégias de intervenção junto a famílias desabrigadas, vítimas das cheias do Rio Madeira em Porto Velho, capital do estado de Rondônia. Em 2014 o rio Madeira ultrapassou o nível recorde de 19 metros sendo considerada a maior cheia registrada neste rio. As consequências desta enchente obrigaram centenas de famílias ribeirinhas a saírem de suas casas e se alojarem em abrigos

improvisados. Até abril de 2014, mais de 2.300 famílias, estão abrigadas em escolas e instituições religiosas espalhadas pela cidade. No dia 17 de Março de 2014 foi publicada a portaria nº 80 no Diário Oficial da União decretando estado de calamidade pública em Porto Velho devido à proporção alarmante da enchente e suas consequências. Este trabalho visa apontar a importância do compromisso social da psicologia através da intervenção, nas situações de desastres naturais, a partir do enfoque da psicologia comunitária. Tendo como premissa básica de que a psicologia deve ter um profundo compromisso e envolvimento com as demandas da sociedade, a Universidade Federal de Rondônia, através do Departamento de Psicologia ofereceu aos acadêmicos de psicologia, um curso de extensão intitulado "Intervenção psicológica em catástrofes e tragédias", afim de prepará-los para uma intervenção em campo, que seria realizada durante a disciplina de Psicologia Comunitária ministrada no primeiro semestre de 2014, tendo por base o tripé que fundamenta a formação acadêmica: pesquisa, ensino e extensão e como público alvo da intervenção famílias que estavam instaladas em 4 dos abrigos. O primeiro passo da intervenção foi a realização de um levantamento das características físicas e socioambientais dos abrigos. Os dados coletados apontaram diferenças no que tange à realidade de cada abrigo, resultantes das condições físicas do local bem como de onde advém a população ali presente. Os principais problemas identificados foram: a falta de ocupação dos desabrigados, a necessidade de terem um espaço para falar sobre suas angústias, medos e incertezas em relação ao futuro, assim como as relações conflitantes entre desabrigados-voluntários e desabrigados-desabrigados. Os dados coletados fundamentaram propostas de intervenção em conformidade com a necessidade de cada um dos abrigos. Ações para a intervenção foram discutidas e planejadas conjuntamente com as pessoas envolvidas. Dentre essas propostas objetivaram-se o empoderamento, ou seja, a busca pela autonomia do grupo, assim como a busca conjunta de soluções dos problemas que enfrentavam, dos conflitos interpessoais inerentes ao fato de terem que estar vivendo em condições adversas, sem privacidade, obedecendo à normas e regras impostas pela coordenação dos diferentes abrigos. Assim como ações que visavam propiciar o suporte psicológico e bem como a oferecer ferramentas para a elaboração de estratégias de crescimento e fortalecimento pessoal visando desenvolver a capacidade de resiliência das pessoas afetadas pelas cheias de 2014, que perderam suas casas, bens materiais e imateriais, e se viam sem perspectivas de futuro. Conclui-se que aliar teoria e prática é o melhor método de ensino em psicologia comunitária, e que é impossível ser psicólogo e fechar os olhos à realidade e às necessidades da sociedade.

Encontro de mulheres: Uma experiência de facilitação de grupo de mulheres em uma comunidade rural do Ceará

Gabriela Oliveira Ribeiro, ufc, Jéssica Silva Rodrigues, Universidade Federal do Ceará, Larissa Eufrásio Peixoto Mota, Universidade Federal do Ceará, Liliith Feitosa Acioly, Universidade Federal do Ceará, Lorena Brito da Silva, Universidade Federal do Ceará, Nirvana Frances Soares Cardoso, Universidade Federal do Ceará

O presente trabalho objetiva compartilhar as experiências de articulação e facilitação de um grupo de mulheres a partir de um projeto de extensão desenvolvido do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC) na comunidade rural de Canafístula/CE. Os projetos de

extensão no campo ocorrem desde 2005, apresentando diferentes configurações ao longo desses anos, tendo o desenvolvimento local e a saúde comunitária como perspectiva. As atividades de extensão são orientadas a partir do referencial teórico-metodológico da Psicologia Comunitária (GÓIS, 2003; XIMENES & GÓIS, 2012), objetivando o aprofundamento da consciência com relação ao modo de vida pessoal e da comunidade, sendo nossa atuação pautada no diálogo (FREIRE, 1994), na participação (MONTERO, 2004) e na libertação (MARTIN-BARÓ, 1998). Atualmente, dentre as ações na Canafístula, acompanhamos um grupo de mulheres, que surgiu como desdobramento de uma pesquisa realizada pelo NUCOM, e que objetiva a construção e fortalecimento de vínculos entre as moradoras como uma forma de apoio social. A metodologia é embasada no método dialógico vivencial (GOIS, 2005), tendo como centro o diálogo e a utilização de recursos lúdicos facilitadores da vivência. A inserção comunitária foi fundamental para a mobilização, que, segundo Góis (2003), é um caminho para a ampliação da percepção sobre as dinâmicas comunitárias e para a identificação das referências históricas/ políticas e dos equipamentos institucionais e comunitários. Nesse período, realizamos visitas domiciliares e caminhadas comunitárias, participamos de reuniões e festejos locais, possibilitando o conhecimento das histórias, angústias, cultura e significados da vida comunitária e das mulheres. Os encontros do grupo têm ocorrido quinzenalmente, na escola da comunidade, com duração de uma hora e meia cada um, e temos utilizado como recurso técnico as rodas de contação de história, os círculos de cultura, os cine-debate, as dramatizações. Dentre os principais temas, trabalhamos a história de vida e do lugar, a vivência comunitária, o contexto rural, os modos de cuidado, a experiência de ser mulher. A partir dessa prática, vamos problematizando e construindo a Psicologia Comunitária, em uma praxe que proporciona a reinvenção da própria teoria, diante dos desafios da dinâmica comunitária, da facilitação dos grupos e do diálogo com o contexto rural e com o feminismo. Acreditamos que as experiências vivenciadas têm se mostrado bastante enriquecedoras para a nossa formação enquanto estudantes, mulheres e enquanto futuros psicólogos comunitários, uma vez que possibilita uma formação integral de cunhos teóricos, práticos, políticos e éticos. Percebemos uma contribuição também com o desenvolvimento da comunidade de Canafístula, através das trocas e articulações de saberes populares e acadêmicos, e das mulheres da comunidade uma vez que o espaço do grupo se tornou de grande importância para o fortalecimento de vínculos (entre elas e também com a equipe) e potencializou a autonomia e produção coletiva. Partimos do pressuposto de que se deve trabalhar a fim de perceber e facilitar o desenvolvimento do potencial de organização da própria comunidade, dando espaço para que os moradores atuem de maneira ativa no processo de transformação da realidade.

Epistemologia do Corpo: o Teatro do Oprimido como ferramenta mediadora de enunciados corporificados em um grupo de estudantes pesquisadores(as) de pós-graduação.

Eliana Nunes Ribeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Compreender a formação do profissional como parte integrante de um processo de transformação individual e social e como um processo de descolonização, implica na busca de metodologias e ferramentas questionadoras da epistemologia

universalista eurocêntrica. Parte do trabalho de descolonização epistemológica é situar o conhecimento geopoliticamente e corpopoliticamente, como proposto por Mignolo (2003, 2011), ou seja, cada qual pensar a partir de um espaço de relações de poder e desde o corpo.

O Teatro pode ser uma ferramenta para investigar enunciados corporificados dos sujeitos pesquisados e, concomitantemente, para que pesquisadores problematizem sua própria corporeidade, situando-se a partir própria experiência, tomado mais fecundo os encontros aos quais chamamos de ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, a prática do Teatro do Oprimido, pode criar um espaço de conhecimento a partir do sensível.

Esta comunicação tem por objetivos assinalar a importância da corporeidade nos processos de ensino/ pesquisa; ressaltar a utilização da prática teatral como ferramenta auxiliar no tripé Ensino- Pesquisa- Extensão; relatar a experiência da oficina O Teatro do Oprimido como ferramenta de pesquisa, promovida pelo grupo de pesquisa Laboratório de Imagens – Gênero, Espaço, Corpo, Participação e Desenvolvimento, ligado ao programa de Pós graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro_ EICOS.

A oficina, optativa, foi oferecida aos mestrandos e doutorandos do Programa EICOS, ligados ao Laboratório de Imagens e aos mestrandos do Programa MITRA_ Médiation interculturelle, identités, mobilités, conflits. Constatou-se 8 encontros de duas horas cada, realizada uma vez por semana. Considerando os conceitos _ utilizados no tripé do Ensino, da Pesquisa e da Extensão tanto na graduação quanto na pós-graduação_ enquanto práxis, portadores das dimensões reflexão e ação, buscou-se qualificar os sentidos como fonte de conhecimento.

Como resultado qualitativo, foi verificada a abertura de espaço para problematizar, coletivamente, a partir da experiência de cada participante, algumas representações relativas aos conceitos trabalhados. A oficina proporcionou reflexões a respeito das relações com os sujeitos pesquisados e das relações com as instituições de trabalho , foi, também multiplicada em trabalhos de campo.

Estágio em Psicologia Comunitária: articulações entre formação e transformação social

Marcela Gouvêa Guedes, Universidade Federal de Juiz de Fora

A ideia deste trabalho surge a partir da experiência da primeira autora em um estágio realizado em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde no município de Juiz de Fora. Este tem como objetivos propiciar ao aluno o exercício de práticas que coadunem com o conceito amplo de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde, bem como com uma concepção de psicologia mais crítica, contextualizada e menos psicologizante; e desenvolver ações de promoção de saúde e prevenção de doenças junto à comunidade, a partir de uma investigação sistemática do campo, de forma a levantar as demandas. Neste sentido, tal estágio mostra-se relevante para a formação do/a psicólogo/a, visto que a Psicologia Social Comunitária está atrelada à experiência de alunos de psicologia, na tentativa de oferecer uma formação mais crítica e contextualizada para estes futuros psicólogos. A questão que se coloca aqui é até que ponto é possível, por meio de estágios em comunidade, colaborar de fato para a transformação social,

visto que o aluno permanece, geralmente, durante um ano atuando na mesma. Além disso, é possível problematizar se tal experiência, que “deveria” construir um saber científico, dá conta disso, visto que se entende que para a construção de um saber COM a comunidade, levando-se em consideração o que esta traz de conhecimento, é necessária uma aproximação do estudante com esta. Mas, como fazê-lo com tempo delimitado? Tendo em vista que o campo é imperativo, torna-se complicado determinar o tempo de inserção na comunidade, de criação de vínculo e de desenvolvimento de propostas de intervenções que promovam, de fato, a transformação social. Além do mais, existem questões institucionais que atravessam a prática, dificultando o andamento das ações; bem como a visão dos demais atores no âmbito da saúde acerca do psicólogo, que ainda é visto como um profissional clínico. Assim, que lugar, então, dessas experiências para a construção da transformação social? Vê-se aqui, muito mais, a experiência enquanto instrumento para a formação dos alunos do que como forma de se trabalhar para a mudança das comunidades onde a extensão é realizada. Neste sentido, é preciso repensar os estágios em Psicologia Comunitária para que estes não se tornem apenas espaço de formação, mas também possibilitem a transformação social das comunidades onde acontecem.

Estudo da dinâmica psíquica da dependência de substâncias psicoativas e de suas comorbidades

Calvino Camargo, Universidade Federal de Roraima

A dependência química é um dos mais prevalentes problemas de saúde mental, estimando-se que 10% da população adulta sejam dependentes de álcool e mais 2% seja dependente de outras drogas, e se forem incluídos nas classificações atuais os tabagistas, se chega então ao número colossal de praticamente um dependente químico para cada dois habitantes. Para compreender este fenômeno é necessário buscar a gênese da dependência na história de vida do indivíduo, tendo como ponto de partida que a constituição da dependência química pode ser entendida pela combinação de três fatores: as características da substância utilizada e sua relação com fenômenos biológicos, o estado psicológico do consumidor, e o universo sociocultural que o mesmo possui. Buscou-se identificar, descrever e analisar as características da psicodinâmica da dependência de substâncias psicoativas e de outros tipos de dependência, e correlacionar e discutir as relações entre as características psicodinâmicas do dependente de substâncias psicoativas com outros tipos de dependências. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica com característica descritiva utilizando como marco teórico a teoria psicanalítica por a mesma contribuir para uma melhor compreensão sobre a vulnerabilidade psíquica para o ulterior desenvolvimento da dependência química, sobretudo na adolescência, sendo que esta utiliza dois métodos de investigação, o modelo retrospectivo, onde se formulam teorias a partir da investigação do passado dos envolvidos, e o modelo prospectivo, que consiste na investigação da dependência química concretizada a partir de crianças que são acompanhadas durante décadas a fim de identificar características que influenciaram a consolidação da dependência. Estabeleceu-se ainda um comparativo quanto à vulnerabilidade do indivíduo em desenvolver a polidependência, sendo esta a dependência de mais de uma classe de drogas, e as comorbidades psiquiátricas que consiste na relação entre a dependência de uma substância e um comportamento compulsivo, tal

como jogos patológicos e transtornos alimentares. Observou-se que há uma grande prevalência da polidependência e das comorbidades psiquiátricas no cerne da dependência química, demonstrando o passageiro sentimento de completude que as drogas proporcionam, obrigando os envolvidos ou a consumirem em quantidade cada vez maior certa substância, ou associarem o consumo a outras substâncias tanto da mesma classe de drogas quanto em outras categorias, ou desenvolver comportamentos compulsivos, tudo como forma de compensação. Ao se compreender a dinâmica psíquica do usuário, suas motivações conscientes e inconscientes, pode-se elaborar e propor formas de intervenção mais eficazes e mais próximas à realidade dos envolvidos. Entendendo a psicologia comunitária como o estudo da atividade do psiquismo decorrente do modo de vida de um lugar/comunidade, compreendendo as representações da mesma, pode-se relacionar a problemática da dependência química tanto cientificamente, ao compreender o contexto sociocultural do usuário e sua relação com a substância, e tecnicamente ao se propor discussões sobre diferentes modos de intervenção e o modelo de atenção adotado para o cuidado à pessoas em situação de dependência em diferentes contextos ou aperfeiçoar forma de intervenção, como as proferidas pelo CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas).

Experiência de estágio no exterior: a Clínica comunitária de Pointe Saint-Charles, Montreal, Canadá

Beatriz Rios Zanetti, Universidade de Brasília

O programa Ciência sem Fronteiras busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio de intercâmbio e mobilidade internacional. De janeiro de 2013 a abril de 2014 ao ser bolsista do referido programa me dediquei a três modalidades de atividades diferentes: curso de francês como língua estrangeira, estágio em psicologia e por fim dois períodos letivos na Universidade do Québec em Montreal (UQÀM). O presente trabalho tem por objetivo compartilhar a experiência formativa do estágio realizado, os conhecimentos adquiridos e os desafios enfrentados, assim como fomentar intercâmbios voltados para a prática profissional em psicologia comunitária. A Clínica Comunitária de Pointe Saint-Charles, localizada na cidade de Montreal no Canadá foi cenário do estágio. Enquanto organismo comunitário controlado pelos cidadãos do bairro de Pointe Saint-Charles esta tem por objetivo organizar serviços de saúde preventivos e de atendimento. Além disso, busca também agrupar os habitantes unindo-os para discussões referentes à saúde pública visando assim melhorias nas condições desta a curto e a longo prazo. A gestão cidadã reflete a visão e os valores promovidos e defendidos pela população, que tem em seu cerne a convicção fundamental de que a saúde é um direito essencial e coletivo não negociável. Apesar de seu status de organismo privado convencional, a clínica possui mandato de organização de saúde ligada ao governo do Québec. Durante o estágio, trabalhando junto à equipe de saúde mental – adultos, as atividades executadas estavam intimamente ligadas ao trabalho da psicóloga da equipe e envolviam principalmente a observação e discussão de atendimentos clínicos e o desenvolvimento de um projeto artístico realizado junto à comunidade e aos organismos comunitários do bairro. Além disso, compreendeu também a participação em atividades da organização de maneira geral, para compreensão de suas práticas internas de

gestão. A experiência de estagiar neste contexto permitiu um entendimento mais aprofundado das características, benefícios e desafios de uma gestão realizada por cidadãos. Ademais, participar do desenvolvimento do projeto artístico que visava à valorização da comunidade em questão e a interlocução entre moradores, organismos e sociedade no geral, propiciou uma vivência em uma conjuntura na qual a visão humanizada dos usuários é fundamental. Em suma, a oportunidade de realizar este estágio no Canadá entrando em contato com uma realidade diferente daquela do Brasil em relação aos âmbitos social, político, econômico e cultural, compreendendo o papel do psicólogo, as várias facetas da psicologia comunitária e as estratégias utilizadas para superar os desafios, muitas vezes semelhantes aos vividos no Brasil, foi sem dúvida uma das experiências mais ricas de minha formação.

Experiências do PRÓ-PET-Saúde no processo formativo para a saúde

Delane Felinto Pitombeira, Universidade Estadual do Ceará, Glaucia Posso Lima, Universidade Estadual do Ceará, Raimunda Eliana Cordeiro Barroso, Universidade Estadual do Ceará

A formação no campo da saúde pública enfrenta uma série de desafios na atualidade. Embora tenha se passado mais de vinte anos da formulação do SUS, pode-se afirmar que este é ainda um sistema em construção, tanto no que se refere à consolidação da política, como em relação aos processos formativos. Nesse sentido, o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - PRÓ-Saúde e o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde, frutos da parceria entre o Ministério da Educação e da Saúde apontam para as Instituições de Ensino Superior – IES uma nova proposição para a formação em saúde, pautada a partir da integração ensino-serviço-comunidade e da educação pelo trabalho. Mediante a formação de grupos de aprendizagem tutorial, os programas visam fomentar a qualificação dos profissionais em serviço, bem como a formação dos estudantes de graduação, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS. Dentro desse contexto, o trabalho visa refletir sobre avanços e desafios vivenciados por tutoras do PET-Saúde/Rede de Atenção à Saúde, desenvolvido pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) em parceria com a Secretaria Estadual e Municipal de Saúde de Fortaleza. A experiência do PET-Saúde na UECE tem acontecido desde 2009, constituindo fonte de profundas reflexões para professores, preceptores e estudantes envolvidos. Dessa experiência destaca-se a imersão dos estudantes nos serviços, conhecendo a realidade da rede de atenção à saúde e das práticas de suas equipes multiprofissionais, aprofundando o contato com as políticas de saúde nos diversos níveis de atenção. A integração ensino-serviço, fundamental ao processo formativo, é possibilitada, tendo em vista que as próprias unidades de saúde se constituem como cenário das práticas. Há que se destacar também o fortalecimento do papel da preceptoria na perspectiva da educação permanente através da realização, em parceria com os alunos monitores, de atividades de extensão e pesquisa. Avalia-se que tais ações conseguem potencializar a reflexão teórica, metodológica e crítica em direção ao fortalecimento do SUS. Considera-se que a dimensão da interdisciplinaridade constitui tanto um aspecto positivo, quanto um desafio dentro do projeto, na medida em que ao passo que se oportuniza o contato de

estudantes de diferentes áreas da saúde, através da troca de saberes e práticas, também se experienciam dificuldades na compatibilidade de seus horários no território, uma vez que cada curso tem a sua estrutura curricular específica. Faz-se ainda necessário avançar na integração das ações do PET-Saúde dentro dos cursos de graduação, ampliando as discussões realizadas, até então, apenas no âmbito do programa, para o coletivo de estudantes. As ações em rede podem ser consideradas desafiadoras, na medida em que esta é uma realidade ainda em construção dentro das políticas de saúde. Assim, percebem-se os programas PRÓ-Saúde e PET-Saúde como importantes disparadores na formação para a saúde em consonância com as exigências do SUS, evidenciando os desafios que ainda se apresentam na tessitura do processo formativo.

Extensão e Inclusão: o papel da universidade na reabilitação psicossocial dos cidadãos com sofrimento mental

Julio César Alves dos Santos Gonçalves, Universidade Federal de Minas Gerais

O desenvolvimento deste trabalho se vincula à proposta de criação de espaço para reflexão em torno das contribuições que os projetos de extensão universitária podem oferecer à inclusão social dos cidadãos em situação de sofrimento mental. Logo, a análise das experiências obtidas através das atividades do PASME (Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental da Universidade Federal de Minas Gerais), pode colaborar com o avanço dessa iniciativa. Formado por membros da ASUSSAM (Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais) e por professores e alunos de graduação dos cursos de Psicologia, Medicina, Terapia Ocupacional e Enfermagem, o PASME atua de forma comprometida junto à comunidade, dentro e fora dos muros da universidade, subsidiando o fortalecimento de uma política de formação concentrada em teorias e práticas relacionadas às temáticas da Inclusão, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Desde sua fundação este programa promoveu diversas ações que tinham o objetivo de construir um cenário de trocas, discussões e encontros que fomentassem a autonomia e o protagonismo dos cidadãos em sofrimento mental, incentivando sua participação política e sua reabilitação psicossocial, além de dar maior visibilidade às questões e desafios enfrentados por esta parcela da população. Entre essas ações estão algumas atividades transdisciplinares que envolveram estudantes, professores, profissionais e usuários dos serviços de saúde mental locais, além de familiares e militantes da luta antimanicomial. Essas atividades consistiram na criação de uma disciplina integrada e da Semana de Saúde Mental e Inclusão Social na Universidade, além da organização em parceria com os Centros de Convivência de Belo Horizonte, dispositivos que integram a rede de saúde mental do município, do Festival da Canção e de algumas atividades presentes na programação do Festival de Verão da UFMG. A metodologia utilizada para construção do trabalho foi a vivência. Além de possibilitar um maior contato entre o autor e as pessoas inseridas em seu campo de experiência e investigação, essa escolha contribuiu para certo rompimento com a rigidez das posições de sujeito e objeto de pesquisa, permitindo assim, que o pesquisador conhecesse a realidade estudada a partir de um ponto de vista posicionado criticamente e consciente de suas limitações. Isso também possibilitou a emergência de uma reflexão mais profunda sobre as alterações provocadas pelas práticas de extensão ligadas ao PASME com os usuários da rede de serviços de saúde mental que

participaram de sua construção, ou que foram contemplados por suas ações, e na comunidade. Esse trabalho se relaciona ao desenvolvimento da psicologia comunitária ao apontar a importância das práticas de extensão para a formação do psicólogo no âmbito universitário destacando assim seu caráter transformador junto à comunidade, mas ao mesmo tempo, levantar e localizar perguntas, problemas e desafio encontrados do decorrer da implementação dessas iniciativas através da experiência de luta contra a marginalização e exclusão social das pessoas com sofrimento mental, que assim como outros grupos estão localizadas em setores vulneráveis da sociedade.

Extensão em Saúde Coletiva: Relações Multidisciplinares em Foco

Anderson Gomes Camêlo Pereira, FANOR, Carlos Eduardo Esmeraldo Filho, FANOR

O Programa de Extensão em Saúde Coletiva "Bons Vizinhos" é desenvolvido pela FANOR, Faculdades Nordeste, localizada na cidade de Fortaleza-CE. Ele apresenta uma proposta pedagógica e assistencial de elevado significado social e de formação acadêmica, resultado do empenho de uma equipe multiprofissional, formada em sua maioria por estudantes de psicologia e enfermagem. Suas atividades são realizadas na comunidade do Gengibre, que fica nas proximidades da FANOR, cujos moradores, em sua maioria, trabalham em atividades informais, tais como os catadores de materiais recicláveis, e boa parte deles vive em situação de risco ambiental e social. O objetivo desse trabalho é discutir sobre as possibilidades e os limites da multidisciplinaridade e do trabalho interdisciplinar a partir da experiência no Programa Bons Vizinhos. O programa busca realizar o trabalho de atenção primária, que prioriza a prevenção e a promoção da saúde. Assim era necessária a criação de um vínculo interno entre a equipe e os usuários do "Bons Vizinhos", que inicialmente foi bem complicado. A própria equipe, no início do programa, em 2012, por ser constituída por estudantes com concepções diferentes de homem e de enfrentamento das necessidades da comunidade, demorou cerca de quatro encontros para estar totalmente ciente de como deveria ser feita a atuação. Como antigo participante do programa pude perceber falhas na comunicação e construção do trabalho multidisciplinar, tanto na filosofia quanto na aplicação das propostas nas quais o projeto está pautado. Comumente, aspectos grupais tendem a gerar espaços para emoções, positivas ou negativas, que afetam o desempenho dos grupos multiprofissionais. Foi o que aconteceu na experiência com a Extensão em Saúde Coletiva, visto que a falta da comunicação, pouco envolvimento de alguns integrantes, diferenças no grau de motivação para o trabalho em equipe e as falhas geradas por isso trazem prejuízos tanto ao Programa de Extensão quanto para a comunidade onde ele exerce suas atividades. Vivenciar o modo de vida comunitário já é um fator de choque para muitos estudantes. Querendo ou não, grande parte dos cursos de saúde (psicologia, enfermagem, nutrição, fisioterapia, etc.) são considerados elitistas, cuja maioria dos estudantes entra na graduação pensando apenas no interesse individual, como o atendimento clínico privado. Logo, constatamos ser necessária uma (des)construção da visão de curso e uma (re)construção e (re)adaptação dos processos que envolvem o saber multiprofissional e a necessidade dele para o acompanhamento da comunidade. Pensando assim, dentre as possibilidades

de ações para fazer funcionar bem a equipe interprofissional, sublinhamos a realização de grupos de discussão e círculos de cultura como metodologia de problematização da práxis intermultidisciplinar, auxiliando na manutenção das relações grupais e no fortalecimento do grupo.

Facilitando grupos para autonomia, cooperação e fortalecimento da rede comunitária.

Marília Studart Barbosa, Universidade Federal do Ceará, Talita Feitosa de Moisés Queiroz, Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento e Combate a Fome

Este minicurso tem como objetivo apresentar a metodologia das Células de Aprendizagem Cooperativa como um instrumento que favorece o desenvolvimento de autonomia, cooperação e articulação de redes comunitárias e dialogar com a possibilidade do uso dessa metodologia na atuação da Psicologia Comunitária. Conforme Góis (2005, p.51) a Psicologia Comunitária "tem por objetivo a construção do sujeito da comunidade (...) através de um esforço interdisciplinar voltado para a organização e desenvolvimento dos grupos e da própria comunidade". Sendo assim, um dos maiores desafios do psicólogo comunitário ao inserir-se em uma comunidade, não é de iniciar ou desenvolver uma ação, mas que contribuições efetivas ele deixará ao sair da comunidade, ou seja, se seu trabalho foi de fato promotor do desenvolvimento dos sujeitos comunitários e fortalecimento de uma rede articulada entre a comunidade. Montero (2004, 2006) esclarece o papel do psicólogo como agente externo à comunidade, estabelecendo co-parcerias com os diversos agentes internos em prol da construção das redes comunitárias. Góis (2008) apresenta que em um processo de formação de um grupo inicialmente a figura do facilitador é central e é através dele que o grupo se vincula. À medida que há um amadurecimento dos membros desse grupo, a figura do facilitador sai do centro e os grupos se organizam em redes e tecidos sociais autogeridos. De maneira semelhante ocorre com o papel do psicólogo comunitário, seu objetivo é não ser mais necessário à comunidade, pois esta desenvolverá seus próprios meios de organização. E aqui surge o grande desafio do psicólogo que é de criar essas condições favoráveis ao desenvolvimento (ROGERS, 1977) dos sujeitos comunitários e formação dessa rede. De fato, não há fórmulas exatas, mas sem dúvida há estratégias que geram uma ambiência favorável aos processos de autonomia e articulação. Uma dessas estratégias que temos conhecido de perto é a metodologia das Células de Aprendizagem Cooperativa que se originou a partir de uma iniciativa popular de comunidades rurais, contribuindo para desenvolvimento comunitário e fortalecimento das identidades dos sujeitos (AVENDAÑO, 2008). Para compreender essa proposta, o minicurso disporá de textos, apresentações em slides, vídeos, bem como outros materiais didáticos que se apresentem como necessários. O minicurso ficará organizado em três momentos: inicialmente faremos uma explanação das fundamentações teórica da Aprendizagem Cooperativa (JOHNSON; JONHSON, 1993, 1999, 2005) e de suas referências conceituais sobre Protagonismo Cooperativo e Solidário; Interdependência social em grupos; interação promotora; responsabilidade individual; História de Vida; Habilidades Sociais e Processamento de grupo. Em seguida, será a parte vivencial, onde os participantes terão a oportunidade de trabalharem em Células, experimentando a metodologia. Por fim, haverá um

momento de problematização e diálogo do emprego das Células Cooperativas como instrumento da Psicologia Comunitária, gerando um espaço de mútua aprendizagem e aprofundamento de consciência. Finalizaremos esse momento com uma avaliação individual e coletiva a respeito da aprendizagem adquirida no minicurso e uma avaliação da proposta geral.

Formação em Psicologia e experimentação estética: um relato de experiência nas disciplinas de Fundamentos Metodológicos das Ciências Humanas e Teorias e Práticas em Psicologia Social I

Deborah Christina Antunes, Universidade Federal do Ceará, Francisca Alana Araújo Aragão, Universidade Federal do Ceará, Francisco Valberdan Pinheiro Montenegro, Universidade Federal do Ceará, Heloísa Oliveira do Nascimento, Universidade Federal do Ceará, Jon Anderson Machado Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Este trabalho descreve e propicia uma reflexão crítica acerca das dimensões ético-políticas de experiências de ensino-aprendizagem na formação em psicologia. Aponta a experimentação de recursos estéticos como proposta de ferramenta metodológica para a promoção do pensamento crítico e imaginativo na desnaturalização dos discursos científicos e das práticas sociais hegemônicas. Esta proposta baseia-se em uma experiência vivenciada na realização de uma experimentação estética apresentada no curso de Psicologia – UFC/Sobral como avaliação parcial nas disciplinas de “Fundamentos Metodológicos das Ciências Humanas” e “Teorias e Práticas em Psicologia Social I”. A experimentação estética, ocorrida no segundo semestre de 2013, teve como proposta fundamental articular categorias da Psicologia Social (ideologia, alienação, consciência, linguagem, identidade e pensamento – também de extrema importância para a atuação do psicólogo comunitário) com a crítica ao discurso de ciência presente em “O Alienista” de Machado de Assis. Essa associação objetivou trazer à discussão a dimensão ético-política da formação e do fazer psi. A arte funcionou nessa atividade como instrumento que possibilitou o exercício da sensibilidade na formação em psicologia social e comunitária, e, como aponta Ramos (2008), foi proposta como uma “atitude de descentralização de poder e principalmente um passo para a construção de sujeitos criativos” e autônomos nesse movimento de questionar a realidade e pensar em novas formas de expressão e compreensão dela. Os objetivos foram: desnaturalizar e problematizar os discursos de ciência tradicionalmente norteadores da práxis em psicologia; debater sobre os limites, fazeres e desafios da formação em psicologia social e comunitária; discutir a importância da existência de espaços que possibilitem a expressão, emancipação e autonomia do sujeito, extrapolando os limites do academicismo em busca de uma educação desvestida da roupagem alienada e alienante (Paulo Freire – 1980, Conscientização: teoria e prática da libertação). Pretende-se aqui sistematizar, relatar e analisar esta experiência que se propôs singular, e dialogar sobre a presença da problematização da realidade em outros contextos na contemporaneidade a fim de perceber seus possíveis desdobramentos, além do seu potencial de gerar questionamentos acerca da problemática ético-política que permeava os conteúdos contemplados nas disciplinas. Primeiramente pretende-se descrever a experiência que serve de mote para o presente trabalho, para em seguida, realizar uma análise dessa experiência, investigando seu caráter mobilizador. Como

resultado dessa análise e discussão, pode-se perceber que intervenções dessa natureza possuem grande potencial de provocar estranhamentos e reflexões sobre construções sociais e visões de humano e de ciência naturalizadas, possibilitando a emergência de outros modos de pensar/sentir a realidade. Essa experiência de aprendizagem que inclui o aspecto estético e imaginativo contribui para a emancipação e autonomia do sujeito que identifica os meios de manutenção e reprodução da lógica opressora, mas se coloca também como ser que compreende os determinantes desta lógica, e, ao fazê-lo de modo ativo, é capaz de superá-la. A apresentação dessa experiência se relaciona com o objetivo de construção de uma produção de conhecimento e de uma atuação profissional comprometida com a problematização da dimensão ético-política pensada na formação em Psicologia Social e em Psicologia Comunitária.

Fórum ambiental como ferramenta comunitária

Carmen Sílvia de Lemos Menezes Machado, Universidade de Brasília, Luisa Maria Rocha, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro criou em 2008 o Museu do Meio Ambiente. Dentre as diversas atividades do Museu, o Fórum Ambiental, privilegia a participação da sociedade e abre espaço à perspectiva de inclusão do indivíduo nas discussões de problemas ambientais reais que afetam a nossa qualidade de vida. Desta forma, o Museu do Meio Ambiente coloca em discussão a problemática ambiental, baseando-se em fatos reais, disseminados pela mídia e provocando a plateia através de interface gráfica, suportada por uma plataforma de informática apresentando telas sequenciais informativas da questão a ser discutida, utilizando-se de linguagens de animação, gráficos, imagens, textos ou vídeos. Esta apresentação é subdividida em blocos organizados em graus crescentes de complexidade do problema, sendo que, ao término de cada bloco, uma pergunta formulada gera uma votação com respostas de múltipla escolha. Em média a cada três telas sugerem-se alternativas para discussão seguida de votação. O seu resultado é apresentado em quadros gráficos em barras. Um mediador estimula a participação dos presentes sobre o seu voto ou o resultado da votação, através de considerações, perguntas ou afirmações que conduzem os participantes ao debate (ROCHA, L. et al, 2010). Ao justificar sua posição, o participante interage com os outros contrapondo sua visão do tema buscando a prevalência do melhor argumento. Com esta iniciativa o Museu e o Jardim Botânico do Rio pretendem estimular à participação de nosso público, demonstrando a importância do debate, a dificuldade da tomada de decisão, o peso e influência de nossas ações nas questões ambientais. As questões debatidas evidenciam três pontos para análise: 1) uma visão de cunho desenvolvimentista, expressa por "construir o Arco Metropolitano e assim promover o desenvolvimento de uma região e otimizar o escoamento produtivo da cidade do Rio de Janeiro, independente das questões ambientais envolvidas"; 2) uma visão de cunho ecológico e utilitarista, expressa por "parar a obra e estudar o potencial intrínseco da espécie de perereca, além de seu provável uso medicinal, independente do desenvolvimento econômico e social de uma área"; ou 3) uma visão de cunho consensual participativo, expressa por "conciliar o desenvolvimento da área em estudo sem deixar de considerar o potencial ambiental descoberto em função do empreendimento". O objetivo do Fórum é levar informação e formação para uma opinião pública distinta e qualificada.

Implicações éticas durante o campo de pesquisa: negociação de demandas em escola do campo em assentamento em Itapipoca

Denise Zakabi, Universidade de São Paulo

O processo de negociações de expectativas entre o pesquisador e o pesquisado é caracterizado por relações que podem ser tensas e ao mesmo tempo compor a análise de pesquisa. Neste trabalho, estabelece-se o compromisso ético e político de considerar os participantes da pesquisa como “interlocutores”, participantes da pesquisa desde sua concepção, através de “comunidades interpretativas”, nas quais o conhecimento entre o saber popular e o universitário circularam. Objetivo: Analisar a entrada de pesquisadores em uma escola do campo em assentamento em Itapipoca. Espera que esse trabalho contribua para reflexão sobre as possibilidades e limites éticos da entrada do pesquisador no campo e a negociação de demandas dos interlocutores. Metodologia: A entrada no campo de pesquisa aqui analisada se relaciona com o doutorado de uma das autoras deste trabalho. Este doutorado está sendo realizado na Escola Maria Nazaré Flor, de Ensino Médio e do Campo, no Assentamento Maceió, em Itapipoca, interior do Ceará. Esta escola foi conquistada através de movimentos de luta e resistência pela terra dos moradores, com recursos governamentais, apoiada pelo projeto político-pedagógico do MST. Esta comunidade recebe ONGs e grupos religiosos para contribuir no movimento de luta pela terra, atualmente, contra a implantação de eólicas e grandes empreendedores do turismo. Por esse motivo, vários pesquisadores se interessam em pesquisar esta comunidade. Este doutorado surgiu a partir da demanda de casos da comunidade de gravidez não-planejada de jovens de operários que trabalhavam nas eólicas, denominados “filhos do vento”, e também de uso de drogas, principalmente de álcool e cocaína entre os jovens. O objetivo deste doutorado é pesquisar a sexualidade, o uso de drogas e o projeto de vida de jovens. Para início do campo, foram feitos acordos com a direção da escola e de um grupo de teatro com jovens, “Sementes da Arte”. Resultados:

Embora a pesquisa a ser realizada na escola atendesse a demandas da direção e dos professores, à medida que o campo se aprofundava, surgiam outras demandas, como “atendimento psicológico de educandos e educadores”, “animação na escola”, por um educador popular, um dos autores deste trabalho. Uma das demandas atendidas foi a mediação de diálogo entre educadores e pais e responsáveis, através de dinâmica psicodramática na qual os educadores falaram suas demandas para uma “cadeira vazia” para os pais e responsáveis participarem na escola. Em seguida, houve uma troca de papéis para que os professores sentassem na cadeira e conseguissem se colocar no lugar de pais e responsáveis para dialogar melhor. Os autores deste trabalho precisaram deixar claros os limites e os objetivos da pesquisa. Além disso, realizaram mapeamento da rede de serviços que atendem a região e procuraram parceria com profissionais de saúde que atuam no PSE – Programa Saúde nas Escolas. Conclusões: A entrada no campo de pesquisa implica em relações éticas que vão além de protocolos formais, aprovações em comitês de ética e compromisso com “devolutiva” dos resultados da pesquisa. As demandas precisam ser negociadas a todo momento da pesquisa de forma que concilie expectativas de pesquisadores e interlocutores.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

Importância das Práticas Interdisciplinares na Formação Docente do Ensino Superior.

Silvia Fernandes do Vale, UNIFOR, Sônia Wan Der Maas Rodrigues, UNIFOR

Nos Projetos Pedagógicos das Universidades estão contemplados os três eixos: ensino, pesquisa e extensão. Resolução determinada desde a Constituição Brasileira (1988, art 207), onde, segundo tal documento, não há prevalência de um sobre outro, ao contrário, são indissociáveis. O que se apresenta na verdade, são dois polos de igual importância e que se retroalimentam entre si, de um lado a transmissão do conhecimento e de outro, a produção do conhecimento. O primeiro se daria a partir da leitura daquilo que já se encontra escrito nos artigos, livros, teses e dissertações, etc. O segundo é fruto de uma relação de diálogo entre estudantes e professores, quando ambos se utilizam daquilo que foi escrito para produzirem um novo saber. Nesse sentido, a palavra de ordem é a interdisciplinaridade, onde a partir da teoria e da prática de disciplinas distintas, porém, voltadas para um único objetivo, busca-se uma nova forma de construir o conhecimento, uma vez que o que se nota é um movimento presente nas disciplinas e entre elas, e que, de certa forma, almeja um ponto de aproximação e de comunicação. O objetivo deste estudo é apresentar a interdisciplinaridade vivenciada no PET (Programa Educacional pelo Trabalho)- Cuidados à pessoa com deficiência- enquanto integrantes como bolsistas de doutorado em psicologia em um grupo interdisciplinar como parte de um processo que se julga importante: a formação docente para o ensino superior. A metodologia utilizada é o relato de experiência vivenciada no decorrer de 8 meses de acompanhamento de seis grupos que oferecem cuidados à pessoa com deficiência em diferentes instituições de saúde da cidade de Fortaleza, vinculadas ao PET. Apresenta-se a importância do trabalho feito em equipe interdisciplinar, o planejamento, execução e avaliação das atividades e os desdobramentos daí advindos. Assegura-se que para exercer tal atividade é necessário que se tenha senso de abertura e de descoberta, bem como, vontade de aprender com outras áreas, reflexão crítica sobre seus conhecimentos e práticas ditas pedagógicas, domínio teórico e prático de sua disciplina, alargamento da visão de mundo, etc. A partir desta experiência, considera-se a importância de se trabalhar em práticas interdisciplinares, uma vez que não se pode ter mais uma visão linear da realidade, dos fenômenos, das questões e objetos de pesquisas, pois, nenhuma disciplina é suficiente em si mesma; também por serem inúmeras as possibilidades de atuação interdisciplinar. Portanto, essa experiência permite apontar para a urgente resignificação da prática pedagógica e do processo de ensino-aprendizagem.

Índice de Senso de Comunidade para crianças brasileiras

Anelise Lopes Rodrigues, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jorge Castellá Sarriera, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Livia Maria Bedin Tomasi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Miriam Raquel Wachholz Strelhow, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tiago Zanatta Calza, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A importância das relações, do entorno e dos espaços de convivência é cada vez mais enfatizada para a qualidade de vida e a promoção de cidadania. Dentro dessa ótica, o senso de comunidade é um importante construto utilizado para avaliar a relação do indivíduo com o seu contexto comunitário. Estudos nessa

área têm sido geralmente realizados com adultos e, especialmente no Brasil, existe uma lacuna na avaliação desse aspecto em crianças. Considerando também que a investigação do senso de comunidade é um dos aspectos psicossociais importantes na avaliação do bem-estar e na participação social na infância, faz-se necessário disponibilizar instrumentos para avaliar este aspecto nessa população. Assim, este estudo tem como objetivo adaptar o Índice de Senso de Comunidade (ISC) para crianças brasileiras e verificar suas propriedades psicométricas nesta amostra. Participaram 1.736 crianças entre 8 e 13 anos (53,3% meninas), alunos de escolas públicas (68,2%) e privadas (31,8%) do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 37,4% da capital Porto Alegre, 17,7% da região metropolitana e 44,9% de cidades do interior do Estado (Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Rio Grande e Santa Maria). Os participantes responderam a 11 itens, nove do instrumento original e dois novos itens sobre a satisfação com o bairro, em uma escala likert de cinco pontos. As análises indicaram a necessidade da retirada de dois itens originais, resultando em uma versão final do instrumento adaptado com nove itens. A análise fatorial exploratória indicou uma solução de dois fatores (Vínculo positivo com a comunidade e Relações comunitárias entre vizinhos), com 47,9% da variância explicada. A confiabilidade da escala foi adequada (α de Cronbach = 0,78) e a análise fatorial confirmatória apresentou bons índices de ajuste (CFA > 0,95 e RMSEA < 0,05). Análises multigrupos indicaram que os itens têm o mesmo significado para meninos e meninas, e que as médias dos fatores latentes são comparáveis em relação ao sexo. Conclui-se que o modelo proposto para o instrumento é adequado e pode ser usado em futuros estudos com crianças brasileiras. Entende-se que é importante a criação e adaptação de instrumentos para a pesquisa quantitativa com crianças sobre questões relacionadas à comunidade e ao bairro onde vivem, visto que essa área de pesquisa ainda precisa ser desenvolvida. Assim, a disponibilidade de uma escala adaptada sobre Senso de Comunidade pode ajudar a expandir a pesquisa com as crianças brasileiras, a fim de poder compreender melhor a influência desse construto e poder desenvolver intervenções que visem melhorar o bem-estar dessa população.

Intervenções Psicológicas com Idosos Institucionalizados – Estágio em Psicologia Comunitária

Denise Maria Maciel Leão, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução: O fenômeno do acelerado processo de envelhecimento da população brasileira implica a necessidade de adequações nas políticas sociais, particularmente naquelas voltadas a atender as crescentes demandas nas áreas da saúde, previdência e assistência social. O envelhecimento traz consigo limitações na capacidade funcional e cognitiva do indivíduo, podendo levar a família ou o próprio idoso a buscar atendimento em instituições de longa permanência. O Conselho Federal de Psicologia e a Ordem dos Advogados do Brasil publicaram um relatório, resultado de uma inspeção a 24 instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) em 11 estados e no Distrito Federal. Os dados sistematizados apontaram para uma situação de abandono e sugerem que talvez “não exista lugar mais urgente para se iniciar estas transformações do que nas instituições de longa permanência para idosos” (CFP, 2008). Objetivo: Este trabalho consiste no relato das experiências do Estágio de Psicologia Institucional e Comunitária do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em uma

ILPI que é parceira nos projetos do Núcleo Universitário da Terceira Idade (NUTI/ FURG). Metodologia: O Programa NUTI é um conjunto articulado de projetos extensionistas interdisciplinares, integrados a atividades de pesquisa e de ensino sobre o desenvolvimento humano com foco no processo de envelhecimento. De abril de 2013 a janeiro de 2014, cinco estagiários inseriram-se nos projetos que o NUTI desenvolveu em uma ILPI de de Rio Grande. Os estagiários cumpriram carga horária semanal na instituição, e participaram de outras atividades acadêmicas relacionadas com o NUTI. Desenvolveram diversas atividades interventivas: atividades lúdicas, rodas de conversa e teatro, mas foi a escuta ativa a intervenção mais demandada pelos idosos. As reuniões de supervisão realizaram-se semanalmente na própria instituição. Resultados: Em grupo e individualmente os idosos demonstraram a necessidade de verbalizar sobre sua ida para a ILPI, a saudade da família, da casa e da comunidade a qual pertenciam. Destaca-se a abertura da direção da instituição, e, paradoxalmente, são fulgentes as dificuldades na realização dos projetos com os idosos. A supervisão dos estágios necessita continuamente atuar diretamente na instituição e rever periodicamente as atividades com vistas a garantir as intervenções mais adequadas aos idosos, assim como as orientações aos estagiários ali sujeitos em processo de aprendizagem. Conclusões: É a primeira vez que o Curso de Psicologia da FURG disponibiliza estagiários (de carga horária anual) para uma ILPI. Há um longo caminho a trilhar junto com a comunidade dos idosos, cuidadores e gestores para elaborar propostas interventivas que promovam os direitos multidimensionais da pessoa idosa. Conclui-se que a inserção do estudante de Psicologia em ILPIs, por meio dos estágios é um caminho que a Psicologia Comunitária pode trilhar na formação acadêmica do estudante para a criação de intervenções direcionadas aos mais alijados dentre os velhos: os idosos residentes em ILPIs.

Mulheres em movimento: ruralidade, gênero e produção e produção de subjetividade

Conceicao Nogueira, Faculdade de Psicologia e Ciências da educação da Universidade do porto, Rita de Cássia Maciazeki Gomes, Universidade do Porto

O movimento de mulheres no campo, no sul do Brasil, apresenta uma trajetória de lutas, embates e reivindicações históricas na área de gênero. Ao reconhecer a importância dessa temática, contata-se, a partir da revisão da literatura que as produções e os estudos que envolvem contextos rurais e produção de subjetivação, uma vez, contemplados nas ciências sociais configura-se, ainda, como uma temática pouco estudada na área da Psicologia. Este estudo situa-se na perspectiva crítica do construcionismo social e tem o intuito de contribuir com as discussões e produções em Psicologia Social voltadas à ruralidade, gênero e movimento social. Ao voltar-se para os contextos rurais tem por objetivo compreender como se dá o processo de subjetivação de mulheres trabalhadoras rurais participantes de movimento social na região sul do Brasil. Trata-se de um estudo qualitativo de cunho exploratório, no qual foram entrevistadas quinze trabalhadoras rurais participantes de movimento social do campo de uma pequena cidade da região sul do Brasil. As entrevistas partiram de questões semi-estruturadas que procuravam conhecer a história de vida das participantes, seu contexto familiar e de trabalho, bem como, sua relação com o movimento social. As entrevistas realizaram-se em local escolhido pelas participantes, foram gravadas

e transcritas na integralidade. Os dados produzidos foram discutidos a partir da análise temática. Os resultados apontam para questões referentes aos seguintes eixos temáticos: família, trabalho, saúde, religião e participação política. A partir da análise, preliminar dos dados produzidos, pode-se afirmar que as mulheres que vivem na área rural e participam de movimento social possuem consciência e se organizam para reivindicar seus direitos, ao mesmo tempo em que, possuem uma rotina intensa de atividades diárias pautadas pela centralidade do trabalho. Fato esse que, em muitos momentos, gera dificuldades para um maior envolvimento e participação mais ativa no movimento social. A família, em muitos momentos, apoia e incentiva a participação da mulher no movimento o que contribui para o engajamento em postos de liderança junto ao movimento. Aponta-se como ferramentas potentes no estudo da compreensão dos processos de subjetivação a produção em Psicologia voltada para as questões do espaço e do lugar, bem como as associadas às demarcações do contexto sócio-histórico e político.

O brincar no Sertão: desafios de uma experiência em Psicologia Comunitária

Carla Lima Simões, DeVry Brasil Fanor, Ercilia Maria Soares Souza, FANOR/DEVRY, Erika Vale de Maracaba, DeVry Brasil FANOR, Etelanio Agno Leite de Lima, FANOR, José Maria Nogueira Neto, DeVry Brasil FANOR

A experiência que relataremos integra um dos eixos de um Projeto de Extensão Interdisciplinar direcionado a estudantes de Graduação em Psicologia, que proporcionou articulação entre teoria e prática, usando como estratégias metodológicas a observação participante e a “experiência-ação”, em um movimento criativo e gradual de apropriação de práticas em Psicologia Comunitária e Saúde. O trabalho visa compartilhar uma experiência de formação acadêmica que se refere a complexidade da infância especificamente focada no brincar. Essa experiência possibilitou a ampliação do processo de formação acadêmica, uma vez que foi construída no encontro dos estudantes e professores do Projeto com os habitantes de uma pequena comunidade no sertão cearense. Chegou-se a esta cidade por meio de um agente comunitário de saúde que relatava as dificuldades de acesso dos moradores aos serviços públicos de saúde, especialmente, em função da existência de alto índice de pessoas afetadas por uma síndrome cerebelar a ser esclarecida. Por meio de rodas de conversas e levantamento antropológico foram realizadas atividades junto aos moradores para que delimitassem quais objetivos específicos deveriam ser prioritários no Projeto. Chegou-se a: mapeamento do lugar, pesquisa genealógica, oficinas com profissionais de saúde e com professores. Nesta apresentação, buscaremos compartilhar a experiência de convivência do grupo de trabalho com as crianças daquela localidade, o entendimento de seus códigos e papéis, bem como, a avaliação de indicadores do desenvolvimento infantil que poderiam estar relacionados com a síndrome cerebelar a esclarecer. Foram investigados, com maior detalhamento, em função da solicitação da comunidade, os indicativos de déficits no desenvolvimento motor de crianças, já que a síndrome cerebelar, afeta seriamente o desempenho motor e já havia acometido muitos adultos do lugar, levando a comunidade a ser estigmatizada por comunidades vizinhas (são “filhos do demônio”). De acordo com as descrições técnicas desta síndrome, a ataxia cerebelar, quando identificada na primeira infância tem prognóstico mais

favorável. As estratégias foram escolhidas de forma tal que não se configurassem como intrusivas e, de algum modo, fizessem parte do cotidiano do lugar. Verificou-se que, no processo de execução de atividades lúdicas, as crianças não conheciam brincadeiras ou jogos que pusessem ocorrer de modo coletivo e na rua. Tal constatação alterou a dinâmica das intervenções e fez com que as atividades do Projeto ligadas a este eixo, tivessem que ser reconfiguradas. O grupo de trabalho fez um levantamento das brincadeiras que eram peculiares àquelas crianças, ao mesmo tempo em que, também, propuseram outras. O trabalho com as crianças proporcionou aos integrantes da equipe um primeiro contato com a prática em Psicologia Comunitária e a constatação radical de que a infância entendida por teorias psicológicas como uma etapa importante da vida só pode ser avaliada e observada, se estiver entrelaçada com as formas de viver singulares a um contexto histórico, social, cultural e afetivo.

O compromisso social e as novas demandas para a formação e atuação profissional

Larissa de Brito Feitosa, UNIFOR

A Psicologia Comunitária é um campo de estudos, práticas e reflexões, em consolidação, que data da década de 70 em meio aos questionamentos sobre a relevância e compromisso da Psicologia diante das sérias questões sociais vivenciadas em nosso País. Seus trabalhos e pesquisas tem-se intensificado e fortalecido, especialmente, a partir da década de 80, refletindo, inclusive, no âmbito das Políticas Públicas ao expandir reflexões e possibilidades de campos de atuação profissional. Diante desse contexto, visamos problematizar a formação acadêmica de nossos estudantes voltada para as discussões nesse campo e sua influência diante das escolhas profissionais, apontando, desafios e avanços nessa trajetória. Os dados analisados foram obtidos por meio da vivência na docência em disciplinas de Psicologia social e comunitária em universidade particular em Fortaleza, por meio de conversas informais, grupo de estudo, instrumento de avaliação das disciplinas, questionário elaborado e respondido por alunos que já cursaram a disciplina de psicologia social via on-line, assim como análise curricular, que possibilitaram uma percepção mais aprofundada da realidade acadêmica e profissional. Um primeiro aspecto a ser levantado é referente ao currículo do curso, o qual permite contato inicial, em uma perspectiva mais sócio-histórica, somente a partir do 3º semestre, fortalecendo uma identidade de Psicologia mais tradicional voltada para os estudos de abordagens clínicas, assim como uma representação social de senso-comum que atribui um papel mais clínico para a profissão. Fato que gera, também, certa resistência em contato inicial com as discussões teórico-práticas da Psicologia Social. Em relação à disciplina de Comunitária, houve um avanço diante da mudança do último currículo que a inclui como disciplina obrigatória, antes opcional. Porém, alguns alunos apontam a relevância em antecipá-la, tendo em vista ser lecionada em estágio avançado do curso, quando o aluno já tem direcionado suas escolhas em ênfases/campos específicos como organizacional, clínico e educacional. O afastamento histórico da psicologia de classe menos favorecidas e das discussões em âmbito público, ficando restrita aos espaços privados e ao trabalho liberal elitista, também contribui para certo desinteresse pelo campo social. Outro fator bastante apontado pelos profissionais em formação é a remuneração profissional, tendo em vista uma

expectativa pautada em valores mais capitalistas que valorizam antes aspectos individuais, materiais e de “status” em detrimento do papel social da psicologia, ainda em construção. Silvia Lane, assim como outros teóricos e intelectuais, foi atuante na ampliação das discussões diante do compromisso social da Psicologia e devem ser fortalecidas cada vez mais por meio do ensino, pesquisa e extensão a fim de propiciar espaços de reflexão crítica e conseqüente apropriação do espaço e questões públicas como instrumento importante capaz de minimizar as profundas desigualdades sociais e favorecer a autonomia e desenvolvimento humanos em uma perspectiva mais psicossocial. A dimensão pública, ao assumir outro sentido pelo profissional, ainda em formação, pode contribuir para a construção de uma identidade profissional mais pautada no compromisso ético-político e em práticas que de fato atendam as novas demandas sociais e de cidadania, assim como para mobilizar mudanças no contexto concreto do exercício da profissão.

O cuidado da saúde de quem cuida

Andréia Sorensen Weber, Centro Universitário Franciscano, Roberta Fin Motta, PUCRS

Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de estágio curricular desenvolvida em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF), na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Na ESF, além da equipe mínima, há a presença de uma equipe de profissionais vinculados a Residência Multiprofissional em Saúde, além de estagiários de psicologia, de enfermagem, medicina, terapia ocupacional, serviço social e nutrição. No estágio desenvolvem-se atividades como participações e intervenções em grupos operativos de reflexão e ensino-aprendizagem, a realização de Visitas Domiciliares (VDs), atendimentos domiciliares e acolhimentos, a participação em reuniões de equipe e da rede socioassistencial da comunidade, dentre outros. Nesse interim, pretende-se discutir, mais especificadamente, as atividades desenvolvidas no grupo realizado com os agentes comunitários de saúde (ACS), com vista à saúde do trabalhador. O mesmo surgiu por intermédio dos próprios trabalhadores, em virtude do reconhecimento das implicações que o trabalho pode proporcionar a saúde mental dos mesmos. As atividades desenvolvidas no grupo se dão de forma lúdica, tendo em vista o conceito ampliado de saúde. São realizadas dinâmicas e rodas de conversa, que promovem discussões de temas relevantes acerca da realidade e do cotidiano do exercício profissional dos ACSs, além da troca de experiências. Um grande desafio enfrentado diariamente pelos Agentes Comunitários de Saúde é a questão do reconhecimento profissional, tanto por parte da equipe como pela comunidade onde desenvolvem duas atividades, nesse sentido, é necessário repensar o quadro da equipe de uma ESF e a valorização do trabalho dos agentes começando pela inserção dos mesmos na equipe mínima. Outro desafio encontrado no trabalho é o número insuficiente de profissionais para dar suporte às necessidades da comunidade, muitas vezes, se sentem incapazes por não conseguir ajudar a comunidade onde realizam seu trabalho e isso se deve, principalmente, a falta de profissionais para o atendimento. Pretende-se com esta prática de estágio levantar questões que sejam vinculadas à saúde do trabalhador, ao exercício profissional enquanto ACS e influências do trabalho na vida pessoal. Também analisar as condições de trabalho, as relações e estratégias

utilizadas na resolução de problemas. Durante a experiência foi possível constatar a importância e necessidade do trabalho da Psicologia neste local, junto aos ACSs e a Equipe da ESF dentro da perspectiva de cuidar da saúde de quem cuida, buscando a melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade através de intervenções que visem à promoção de saúde mental; como também, em virtude da demanda das pessoas que procuram o serviço de saúde.

O desejado encontro da teoria com a prática: experiência de uma estagiária de Psicologia Comunitária no CRAS.

Giliane Cordeiro Gomes, Universidade de Pernambuco, Maria do Socorro Lima, Universidade de Pernambuco

Introdução: A presente pesquisa narra a experiência de estágio de uma estudante em psicologia, que deseja trabalhar na abordagem da Psicologia Comunitária, e que buscou em seu estágio no CRAS a vivência da prática de atuação do profissional psicólogo junto a prática da política pública da assistência social. O CFP (2005) entende que o princípio fundamental do exercício da profissão de psicólogo no âmbito do CRAS está relacionado com a promoção da qualidade de vida das pessoas e das coletividades. **Objetivo:** Relacionar a teoria e a prática da Psicologia Comunitária a partir da experiência de estágio obrigatório curricular. **Metodologia:** Inicialmente a revisão teórica em livros e artigos e a observação participante ancorada pela experiência de estágio obrigatório curricular. **Resultado:** Durante de um processo de reflexão e aprendizagem entre os conteúdos teóricos e a prática de estágio supervisionado no CRAS, situado no Bairro Magano, município de Garanhuns – PE, localizado em uma área afastada do centro da cidade e instalado próximo das áreas onde se encontram bairros e favelas em situações sociais de maior carência. Observa-se que o CRAS Magano realiza a Busca Ativa como ferramenta principal no busca pelo diagnóstico da realidade, mapeamento e desenvolvendo a identificação da cobertura da rede prestadora de serviços, preconizados também pelo Plano Municipal de Assistência Social (MDS, 2009). **Conclusão:** Torna-se, portanto necessário para que esta práxis seja bem elucidada esteja complementada pela aproximação e inserção dos psicólogos ainda em formação ao contexto do SUAS/CRAS para que assim se desconstrua a ideia da psicologia como uma prática elitista e para que se formem profissionais psicólogos cientes e sensíveis diante da realidade das comunidades brasileiras. Durante a experiência de estágio foi possível compreender que a articulação setorial não está sob a governabilidade da política da assistência social, para que aconteça é necessário um papel ativo do Poder Executivo municipal. Essas articulações devem envolver escolas, postos de saúde, unidades de formações profissionais, representantes da área de infraestrutura, habitação, esporte, lazer e cultura, dentre outros. Favorecendo a troca de experiência e a busca de apoio e soluções para problemas comuns, de maneira a constituir a rede de proteção social (MDS, 2009). Tem-se investigado que muitas instituições promovem atividades sem ter noção do público para quem as ações se destinam, nesses casos pode-se verificar como consequência a falta de reconhecimento do território e o não cumprimento da Busca Ativa. Quando essas ações não são compartilhadas entre a equipe de referência e a comunidade verifica-se que ocorrem de forma incipiente. Com tudo, quando os CRAS se encontram com uma gestão nova e com equipes em constante renovação, torna-se impossível desenvolver a territorialização dado

o curto espaço de tempo, inviabilizando a coparticipação da comunidade e a formação de vínculos entre o CRAS e a comunidade, realidade observada em grande número de CRAS por conta da não realização de concurso público por meio das prefeituras, caso observado no CRAS Magano.

O Método Fenomenológico como estratégia de pesquisa em Psicologia Comunitária.

Francisco Wesley Oliveira Mendonça, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

A facilitação de processos em Psicologia Comunitária, por necessidade da própria práxis, exige por parte do profissional a atitude permanente de pesquisa. Deste modo, as discussões sobre o método nesta disciplina passa pela inevitável interseção entre o facilitar-pesquisando e o pesquisar-facilitando, fundamentada na análise e na vivência da atividade comunitária (GOIS, 2008; REBOUÇAS JR, 2007). Dentre suas consequências, está a possibilidade do psicólogo fazer de sua própria práxis o objeto de investigação científica, destinando seus esforços de pesquisa para o desenvolvimento de aspectos tanto teóricos, quanto práticos de seu quefazer (MARTÍN-BARÓ, 1985), sua ação, suas metodologias de facilitação. Em 2009, na ocasião de nossa pesquisa monográfica, deparamo-nos com o problema da viabilidade de investigarmos com rigor as características de uma atuação em psicologia comunitária na situação em que, simultaneamente, fomos agentes de investigação (lócus do pesquisador), e atuamos na prática profissional investigada (objeto da pesquisa). Utilizando-nos de contribuições ontológicas da fenomenologia, entendemos o Ser a partir de uma concepção selvagem ou mundana, ou seja, a partir da solubilidade absoluta entre o homem e as coisas, entre o expectador e a obra de arte, entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, entre o investigador e a realidade investigada. (MERLEAU-PONTY, 1989). O trabalho objetiva debater sobre as potencialidades do método fenomenológico como estratégia de pesquisa em psicologia comunitária, associado a práxis de pesquisar-facilitando/ facilitar-pesquisando. Objetiva também apresentar a experiência da trajetória metodológica de nossa monografia, quando assumimos os papéis de sujeito e objeto de nossa investigação científica. Através das contribuições de Maurice Merleau-Ponty, discutimos a respeito da inevitável ação do pesquisador como produto/ produtor de pesquisa, interferido/interventor na realidade, criatura/ criador dos caminhos da investigação. (FORGUIERI, 1997; MOREIRA, 2004; MERLEAU-PONTY, 1984, 1989). Do mesmo modo, discutimos sobre a natureza inevitavelmente consciente e a necessária implicação social da práxis e da investigação científica realizada pelo psicólogo comunitário (MENDONÇA, 2009; GOIS, 2005; IBAÑEZ, 2005). Discorremos sobre a impossibilidade da redução fenomenológica completa, ou seja, da suspensão absoluta de pressupostos e preconceitos (FORGUIERI, 1997) e, desta forma, a partir dos autores, propomos a utilização da redução fenomenológica implicada, capaz de assumir, ao longo da investigação, nossas opções por uma postura ético-política de transformação e libertação (FREIRE, 1980; DUSSEL, 1986). Vimos, deste modo, que a referida discussão abre a possibilidade para novos estudos de caráter epistemológico em psicologia comunitária e que o método de pesquisa fenomenológico baseado na obra de Merleau-Ponty pode ser utilizado como uma importante ferramenta de reflexão e investigação sobre o quefazer do psicólogo comunitário no decorrer do

processo de realização da sua atividade profissional, no cotidiano de sua inserção na comunidade. O método mostra-se, desta forma, como uma relevante estratégia de avaliação deste profissional sobre sua própria práxis e, simultaneamente, como meio de aprimoramento de sua ação-reflexão, possibilitando-o atuar constantemente na perspectiva de desenvolvê-la, aprimorá-la e contextualizá-la à realidade da comunidade, a partir da compreensão vivencial profunda sobre as necessidades do lugar e de seus moradores.

O papel do professor de psicologia na manutenção do status quo: a introdução do conceito de autopoieses

Luiz Roberto Paiva de Faria, PUCcamp

A presente comunicação oral tem como objetivo apresentar o conceito de capitalismo autopoietico como expressão da estrutura ideológica burguesa, como parte relevante de uma pesquisa de pos doutoramento que procura identificar o lugar ideológico da psicologia no contexto das desigualdades sociais. Neste sentido, aponta para uma psicologia que existe em função das condições materiais postas e, ao mesmo tempo, produtora de tais condições. O entendimento de um capitalismo autorregulador é útil para entender o papel ativo dos profissionais de diversas áreas e em particular da psicologia para que a estrutura de desigualdade social se reproduza ao nível das subjetividades. Este, no entanto, não é um conceito que possa ser levado a termo com o fim de preconizar a ideia de que o estado capitalista é um estado eterno, invencível e indestrutível; Pelo contrário. É revelando o quanto que cada uma de nós tem de compromisso com uma nova forma de sociabilidade ou com a manutenção da atual que poderemos definir estratégias sociais e políticas para o enfrentamento das dificuldades de que se demanda pessoal e coletivamente. Para entender como isso se processa, prospectamos uma pesquisa que investigasse a opinião de professores universitários de diversas áreas da psicologia sobre a sua contribuição para a transformação social. No interior da investigação, procuramos levantar aspectos relevantes da relação entre a teoria psicológica e o cotidiano do cidadão comum, a proposição destes formadores em relação a superação de desigualdades sociais e a conexão entre psicologia e participação política. A intenção sempre foi a de convidar primeiramente professores do sistema privado de ensino, dado que é da iniciativa privada que saem a maior parte dos profissionais em atuação no mercado. Os pressupostos teóricos relevantes desta pesquisa são apoiados no conceito de fatalismo, conforme salienta o psicólogo espanhol, de coração salvadorenho, Ignácio Martín Baró, e no conceito de atitude, postulado por vários autores da psicologia social "clássica", cujas dimensões cognitiva, afetiva e comportamental são relevantes para o entendimento de como esses professores se posicionam em relação ao tema. Espera-se com esta pesquisa, apoiar uma discussão sobre a ontologia da psicologia dentro do cenário capitalista e embasar propostas politicamente coerentes com o cenário de uma ciência emancipadora, preocupado com os problemas tão urgente que esta sociedade demanda.

O PARADIGMA DA CONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO CRÍTICA: Interfaces entre a Psicologia da Libertação e Psicologia Sócio-Histórica.

Adriana Sousa Chaves, Universidade Federal do Maranhão, Nelsivania Pinheiro de Galiza, Universidade Federal do Maranhão

Crítica é uma palavra que já não soa estranha aos nossos ouvidos, mas seu conceito pode assumir múltiplos sentidos em função das orientações teóricas adotadas. Quando falamos então de crítica do conhecimento, o que buscamos definir são as perspectivas construídas acerca de homem e de mundo e os compromissos sociais e históricos assumidos. Nesse sentido, o pensamento crítico constitui-se em importante instrumento para o processo de transformação social, já que pode desvelar a realidade e orientar práticas. Na psicologia, a perspectiva crítica faz referência ao modo como os teóricos e, portanto sujeitos concretos, a partir de sua relação com as condições materiais de determinada época histórica, produziram suas ideias e como os conhecimentos aí produzidos foram se construindo enquanto instrumento questionador da base ideológica, até então, predominante na psicologia. Mas nem sempre o pensamento crítico esteve presente na Psicologia latino-americana. Até meados do século XX, a noção de subjetividade, importada do modelo norte-americano, encontrava-se desvinculada da noção de historicidade. Só com a reunião de autores preocupados em realizar não apenas a renovação teórica, mas em efetivar um compromisso social orientado para uma práxis que o caminho para a construção do pensamento crítico na Psicologia foi aberto. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a construção da Psicologia Social no contexto latino-americano e brasileiro tendo como referência o Paradigma da Construção e Transformação Crítica proposto por Montero (2004) que se fundamenta na crítica do conhecimento e na utilização desse conhecimento como instrumento no processo de transformação social. Para tanto, foi realizado o estudo bibliográfico de duas vertentes críticas da Psicologia que se preocupam com o desvelamento dos seus comprometimentos ideológicos e com a superação da naturalização dos fenômenos psicológicos e sociais. Por reconhecer a necessidade de uma ordem epistemológica, conceitual e prática na construção de um conhecimento voltado para a realidade sócio-histórica do contexto latino, partimos do paradigma proposto por Montero (2004) que encerra as dimensões ontológica, epistemológica, metodológica, ética e política, buscando pontuar, em cada uma delas, as contribuições da Psicologia da Libertação de Martin-Baró em sua interface com a Psicologia Sócio-Histórica construída no Brasil a partir do pensamento de Vigotski. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, deve se comprometer com a humanização dos sujeitos, e problematizar as práticas sociais de nossa profissão e os conhecimentos que produzimos é uma oportunidade para analisarmos como estamos contribuindo com a transformação de nossa realidade.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

Os desafios no ensino da Psicologia Social Comunitária em um curso de graduação em Psicologia na cidade de Vitória/ES

Isabele Santos Eleotério, Faculdades Integradas São Pedro

Antes da década de 70, a psicologia era reconhecida como elitizada, onde seus profissionais possuíam uma relação distante da população, construindo saberes e técnicas voltadas para os interesses da elite brasileira. As graduações em psicologia direcionavam seu ensino fundamentalmente para a prática clínica, onde a predominância estava nos testes psicológicos e linguagem sofisticada, que não era compreendida pela grande maioria da população. Após os anos 70, as instituições universitárias modificaram a sua metodologia de ensino, propagando um maior pensamento crítico. Nesse momento a psicologia comunitária ganhou novos contornos e os trabalhadores psicólogos passaram a organizar-se de forma similar a uma comunidade que compartilha uma mesma identidade social por incorporarem objetivos em comum, fortalecendo o seu compromisso social e desenvolvendo novas alternativas de prática e intervenção mais adequadas e próximas às demandas da sociedade brasileira do final do século XX. Assim, após passar por esse processo de construção identitária, a psicologia atualmente possui uma grande diversidade de ações, definidas por resoluções e leis que caracterizam a profissão e descrevem as atribuições deste profissional, tais como: o Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), que identifica as ocupações no mercado de trabalho para sua classificação nos registros administrativos; a Resolução 003/2007 do Conselho Federal de Psicologia, que caracteriza e informa sobre os métodos e as técnicas psicológicas que devem ser utilizadas apenas por psicólogos; bem como o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que tem como missão de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social da categoria. Posto isso, o presente trabalho objetiva analisar os conteúdos propostos na área de Psicologia Social comunitária em um curso de graduação em Psicologia na cidade de Vitória/ES. Para este intento utilizou-se como percurso metodológico a observação documental relativa a construção nova estrutura curricular do referido curso ocorrida nos anos de 2010 a 2013. Os resultados levaram a produção de três disciplinas obrigatórias que totalizam 280 horas/aulas. Os conteúdos abrangem: definição, histórico e campo da psicologia social comunitária; a visão do homem para a psicologia social; a formação do ser social; as Instituições Sociais; o Processo de socialização e as condições de existência: na família, na escola, na religião, no bairro, no trabalho, na mídia (rádio, televisão, impressos e novas tecnologias); as categorias de análise do psiquismo humano: linguagem, atividade, consciência, identidade e representações sociais; a teoria do cotidiano; a Ecologia do Desenvolvimento Humano; a inserção do psicólogo em projetos comunitários e rede de assistência social; processo de intervenção comunitária; métodos, estratégias e práticas de intervenção em comunidade, movimentos sociais, instituições e situações de emergência; Resiliência e Empoderamento nas práticas psicossociais comunitárias. Além das disciplinas teóricas, os estudantes de Psicologia realizam dois estágios supervisionados em processos psicossociais que totalizam 240 horas/aula. Consideram-se os conteúdos abordados vão de encontro aos desafios, limites na área de Psicologia Comunitária no mundo atual uma vez que instrumentalizada os novos profissionais aos fazeres que advirão neste século XXI.

Parceiros de Fibra: ensinar e aprender – saberes da vida e saberes da escola

Clarisa Terezinha Gurra, Universidade Federal Do Mato Grosso, Cristina Lopes da Conceição, Universidade Federal Do Mato Grosso, Helena Rodrigues Barbosa, Universidade Federal Do Mato Grosso

O projeto de extensão universitária Parceiros de Fibra é voltado ao aproveitamento do pseudocaule da bananeira para produção de artesanato, com uma proposta que respeita os princípios da sustentabilidade. Iniciou em 2008, na UFMT envolvendo professores e discentes de Psicologia, mas ampliou suas ações articulando pesquisa, extensão e ensino em diversos contextos urbanos e rurais, atendendo demandas locais com a participação de outras áreas diferentes atores e áreas de conhecimento. Assim, em 2013 o projeto foi desenvolvido também em uma escola municipal de ensino fundamental de Rondonópolis MT, em função do interesse dos professores e alunos do 5º ano, bem como pela importância do contato com diversos contextos para a formação e intervenção dos profissionais da Psicologia. A implementação do projeto em uma escola pública atende aos principais fins do mesmo, que consiste em valorizar o trabalho artesanal, incentivando a capacidade criativa com responsabilidade e respeito ao meio ambiente, para vivenciar a contribuição da cooperação e dos saberes de práticas culturais, para a constituição de conhecimentos necessários para melhorar a qualidade de vida no planeta. Para tanto, as ações ocorreram a partir de encontros semanais, com a participação de acadêmicos, professores e estudantes do 5º ano, tendo a supervisão da professora coordenadora. Na oportunidade são realizadas oficinas centradas na tarefa de aprender a extração das fibras do pseudocaule para a confecção de peças de artesanato, de acordo com as competências, desejos e necessidades de cada um. Contudo, os encontros constituem-se em oportunidade de observações, interações, debates e discussões, que são registrados através de notas de campo e registros fotográficos, e posteriormente são discutidos e analisados para direcionar as ações futuras. O reconhecimento das capacidades de cada participante possibilita experimentar a importância de aprender e ensinar, de criar e produzir, em busca de vida com melhor qualidade. Evidencia-se, então, o valor do projeto para proporcionar o desenvolvimento do processo criativo e autônomo, da cooperação baseada no conceito da alteridade. Para acadêmicos e docentes é fonte de conhecimento, de experiência e de confronto das teorias com a prática, o que enriquece o processo de formação acadêmica e abre novos âmbitos de intervenção junto à comunidade.

Plantão Comunitário: formação crítica e ação transformadora através do encontro

João Eduardo Coin de Carvalho, Universidade Paulista

Objetivo: o objetivo deste mini-curso é apresentar uma introdução aos fundamentos, as práticas e cuidados, assim como uma amostra das experiências (exitosas ou não) do Plantão Comunitário, dispositivo grupal utilizado para a formação profissional e para a instalação de coletivos, e realizado desde 2007 por professores e estagiários de Psicologia Comunitária de uma universidade privada em São Paulo (Brasil), uma prática grupal conduzida tanto em espaço aberto (ruas, praças, parques) quanto em instituições, especialmente no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (Centros de Acolhida - Albergues).

Conteúdo programático: Plantão Psicológico, Terapia Comunitária e Plantão Comunitário. O encontro como meio para estranhar o sujeito e reconhecer o coletivo. O trabalho com grupos abertos e de participação espontânea. Formato do Plantão Comunitário: participantes, profissionais, recursos, espaço físico. A parceria - negociando a implantação e a continuidade com vizinhanças, moradores, profissionais, participantes e instituições. Exemplos de trabalhos em espaço aberto – praças, calçadas, parques públicos. Exemplos de trabalhos em espaços institucionais – albergues. Potencialidades e limites. Novas perspectivas. Metodologia: o curso acontecerá a partir de metodologias participativas com a apresentação e discussão de informações (aula dialogada) e estudos de caso. Recursos e Avaliação: além da presença, ao final do curso será solicitada uma avaliação crítica da proposta do Plantão Comunitário, apresentada por escrito, como instrumentos para avaliação. Justificativa: As práticas de Psicologia Social Comunitária, na tradição latino-americana, têm contribuído para consolidar o pensamento crítico assim como são espaços de formação de profissionais e cidadãos preocupados com a transformação da sociedade brasileira. Nestes cenários, a condição de ativista se sobrepõe, muitas vezes, à de profissional, com o engajamento na discussão dos determinantes sociais da vida dos grupos sociais em situação de sofrimento e no desafio de criar possibilidades para ações transformadoras destas realidades. Esta condição se ajusta à preocupação com o encontro (entre moradores; entre profissionais, acadêmicos e moradores) como condição para a associação e a produção de discursos e soluções coletivas – críticas e desconstrutoras do status quo. O Plantão Comunitário, como prática que se realiza em projetos coletivos de médio e longo prazo, permitiu ao longo dos anos o vislumbre de uma ação transformadora junto aos grupos onde se realizou. Mas, principalmente, mostrou-se capaz de dar suporte para a formação de profissionais sensíveis a práticas consequentes e comprometidas com a crítica aos processos de exclusão social, o que exige uma preparação que põe em jogo aspectos científicos, metodológicos e também ético-políticos. Nesta experiência compartilhada, assim como neste mini-curso, todos (profissionais, estudantes, professores/supervisores) são convidados a entrar em contato direto com demandas estranhas ao isolamento das questões sociais, todos são desafiados a descobrir as potencialidades profissionais e sociais ligadas a ações de investigação e transformação social no debate sobre os desafios, limites e fazeres da Psicologia Social Comunitária.

Possibilidades e limites de atuação em Psicologia Comunitária: um relato de experiência no Lagamar

Pamella Beserra de Melo, Universidade Federal do Ceará

Este trabalho foi desenvolvido durante a disciplina de Psicologia Comunitária do curso de Psicologia da UECE, onde se pretendeu verificar a atuação da Psicologia na comunidade do Lagamar da cidade de Fortaleza/CE, a partir do referencial da Psicologia histórico-cultural e da Educação Libertadora de Paulo Freire, afim de problematizar a atuação do psicólogo nesse campo e suas possibilidades/limites de atuação. Assim nos inserimos na comunidade, em grupos facilitados por psicólogos que visavam problematizar saberes e práticas, bem como estimular o debate, a participação, a conscientização entre os moradores acerca de problemáticas vivenciadas por eles, buscando constituir e fortalecer práticas

voltadas para uma luta coletiva acerca da Zona Especial de Interesse Social (Zeis). Dentro desse contexto, desenvolveram-se atividades dirigidas à conscientização e à formação de lideranças, compreendemos aqui conscientização no sentido freiriano (1984), onde o homem toma posse de sua realidade concreta ao mesmo tempo em que a olha sob um viés crítico. Assim, a práxis do psicólogo comunitário insere-se no contexto de libertação e mobilização da autonomia popular, de crítica ao “status quo” e mudança dessa realidade permeada de significados pessoais e coletivos em um contexto concreto. Por meio do qual rompe-se com a lógica do papel do psicólogo voltado para a filantropia e a caridade, visando a adaptação da comunidade as exigências sociais, contrariamente destacamos o papel dos psicólogos comunitários enquanto facilitadores da conscientização, como um mediador entre os membros da comunidade, com sua atividade voltada para o compromisso social, estabelecendo um vínculo que possibilite a definição de objetivos comuns, a construção de instrumentos para mudança da realidade em questão, comprometido com a mudança social e construção do conhecimento a partir da realidade, ultrapassando a lógica da mera reprodução de técnicas pré-estabelecidas as quais o grupo e a comunidade deveriam se enquadrar. Nesse sentido destacamos que a Psicologia Comunitária utiliza-se da metodologia dos círculos de cultura, vivências, rodas de conversa, recursos estes que pudemos vivenciar em nossa imersão no campo de estudo, cujo objetivo é estudar o indivíduo no conjunto de suas relações sociais, as quais são determinadas pelas relações de produção desenvolvidas historicamente e mediadas por representações ideológicas que visam a manutenção das relações sociais e, conseqüentemente, das relações de produção. Na práxis dos psicólogos percebemos o estabelecimento de relações horizontais, o respeito à alteridade, bem como o incentivo ao resgate desta e da espontaneidade dialógica, visando promover uma consciência crítica, ultrapassando a consciência transitiva ingênua. Assim, pudemos percebemos a importância durante a graduação em psicologia em se apropriar dos instrumentais, recursos e conhecimentos utilizados pelo psicólogo nesse contexto de “libertação”, mediação e facilitação da responsabilização, conscientização e autonomia dos moradores da comunidade, a fim de possibilitar uma visão crítica em todos os campos da psicologia, despertando-nos para nosso papel de sujeitos de transformação e não apenas de reprodutores das técnicas e teorias aprendidas a priori na graduação.

Práticas psicossociais e o desafio da inserção de estagiários de Psicologia em Políticas Públicas

Kueyla de Andrade Bitencourt, Universidade Federal da Bahia – IMS

É crescente a inserção da psicologia na execução das políticas públicas, sobretudo nas áreas de assistência social e saúde mental, com ênfase em dispositivos como CRAS, CREAS e CAPS que fazem parte do processo de descentralização das políticas pelo Estado que, através da transferência fundo a fundo, possibilita a criação desses serviços em municípios de pequeno porte. Atualmente esses equipamentos crescem vertiginosamente no interior dos estados e muitos profissionais que durante a formação não cogitavam a possibilidade de trabalho em áreas pouco tradicionais da psicologia, passam a conceber esses campos como possíveis e em alguns casos como única oportunidade, uma vez que o modelo clínico-tradicional não tem sido mais atraente, sobretudo em função da

grande quantidade de egressos do ensino superior.

Assim, foi proposto um estágio profissionalizante em uma faculdade privada no interior da Bahia, para oferecer aos estudantes, futuros profissionais, a possibilidade de deslindar o modo de funcionamento dos serviços que representam uma das etapas de implantação das políticas públicas, partindo da premissa de que a graduação deve atender demandas da sociedade em que está inscrita, atentando-se para as questões sociais que são desafiadas a pensar. Esse trabalho visa ressaltar a importância de estagiários de psicologia em políticas públicas da assistência social, diante da utilização de referenciais teóricos e metodológicos da psicologia comunitária, a fim de difundir outras possibilidades de ação da psicologia para além da prática clínica tradicional, bem como destacar os desafios encontrados no campo de atuação em políticas sociais.

Esta pesquisa qualitativa foi realizada com oitos estagiários que cursavam, em 2013, estágio específico-profissionalizante em Psicologia e Políticas Públicas de Assistência Social vinculado a uma faculdade privada em serviços de proteção social especializada – CREAS – atuando com pessoas em situação de rua, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e crianças e adolescentes que sofreram violência sexual.

Tem-se em destaque a postura de profissionais de áreas distintas, incluindo os de psicologia, que apresentaram resistência à proposta psicossocial do estágio, já que ainda estavam impregnados pela noção de que a psicologia se circunscreve a prática clínica, individualizante. No campo, o descrédito quanto ao trabalho comunitário da psicologia apresentou-se a partir do impedimento da realização de algumas atividades pelos estagiários, vistas na supervisão como possibilidades de inserção do psicólogo nestes equipamentos, a exemplo da participação em reuniões com familiares, realização de visitas domiciliares e institucionais e representação em instâncias de controle social.

É possível notar a persistência de posturas negligentes dos próprios psicólogos, preceptores dos estagiários, quanto a formação, uma vez que reforçam o estigma individualizante e não concebem práticas psicossociais ou comunitárias no trabalho institucional em políticas públicas. Inúmeras críticas têm sido direcionadas ao modo com as políticas tem sido implantadas, sobretudo quanto aos recursos esparsos que dispõem para executar planejamentos intrépidos e a psicologia deve apropriar-se dessa discussão a fim de problematizar de forma mais contundente a possibilidade de inserção desse campo disciplinar na complexidade dos contextos sociais, impossíveis de serem reduzidos aos serviços prestados através das políticas públicas.

Problematizando a formação: uma experiência de estágio em clínica ampliada baseada na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Comunitária

Lara Brum de Calais, Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente trabalho se propõe a apresentar e, ao mesmo tempo, problematizar a implementação e execução de práticas pautadas na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Comunitária em contextos educacionais. Neste sentido, apresenta a experiência de desenvolvimento de um estágio supervisionado em clínica ampliada que possibilitou a inserção dos/as estudantes de Psicologia

no contexto comunitário em três diferentes realidades, sendo estas: o trabalho na atenção primária à saúde, no CRAS e no Plano Juventude Viva, do governo federal. Como metodologia de trabalho, foram seguidas as seguintes etapas: levantamento dos locais de inserção; inserção orientada no campo e observação participante; conversas com atores sociais de referência; visitas domiciliares (quando necessário); mapeamento/levantamento de demandas (realização de mapeamento situacional e territorial, visando uma compreensão mais ampla do contexto); elaboração de estratégias de ação; implementação e execução das ações. Nos diferentes contextos os/as estudantes iniciaram a inserção tendo como norte a observação participante e priorizando as ações de levantamento de demandas, o que exigiu um posicionamento ético-político no intuito de desconstruir um lugar pré-determinado para a Psicologia pautado no modelo clínico/psicoterapêutico. Após o levantamento, foram elaboradas estratégias e ações que visaram atender às questões mais proeminentes, considerando as especificidades de cada território. No âmbito da Atenção Primária, foram desenvolvidos grupos de discussão sobre o cotidiano do serviço, tanto com usuários, quanto com as agentes comunitárias, juntamente com ações pontuais de promoção da qualidade de vida entre as mulheres da comunidade. Junto ao CRAS, realizou-se um trabalho de fortalecimento da rede de atenção, transitando entre os diferentes equipamentos que demandam este serviço. Já no Plano Juventude Viva foram desenvolvidas ações junto aos jovens de uma comunidade com alto índice de violência e uso de álcool e outras drogas, promovendo estratégias de enfrentamento e os direitos da juventude. Neste sentido, as atividades realizadas junto à comunidade tiveram como sustentação a participação social, a promoção da autonomia e da consciência crítica dos/as participantes das atividades. A presente proposta se torna relevante, portanto, tendo em vista a necessidade de interlocução entre a teoria e a prática (com interface em pesquisa) na formação em Psicologia, assim como de fomentar iniciativas no âmbito privado de ensino que extrapolem a sala de aula e possibilitem, como apontado no Eixo 2 (Acadêmico/Formação), a problematização da realidade social e a utilização da perspectiva comunitária como ferramenta de transformação social.

Programa de Extensão em Saúde Coletiva “Bons Vizinhos”: Um Relato de Experiência Comunitária Interdisciplinar no Município De Fortaleza-CE

Carlos Eduardo Esmeraldo Filho, FANOR

Esse trabalho traz o relato da experiência proporcionada pela inserção, enquanto preceptor, no Programa de Extensão em Saúde Coletiva Bons Vizinhos, vinculado à FANOR (Faculdades Nordeste), no município de Fortaleza-CE. O objetivo está adequado ao Eixo Formação, bem como à proposta temática da conferência, na medida em que se propõe: discutir sobre a experiência e seus efeitos na formação do profissional de saúde com atuação na comunidade, mais especificamente do psicólogo comunitário. O Programa surgiu no curso de enfermagem e, em 2012, assumiu uma configuração interdisciplinar. Desde então, fazem parte do Programa alunos e professores dos cursos de psicologia, enfermagem, fisioterapia e nutrição. Utilizamos visitas domiciliares, oficinas socioeducativas, círculos de cultura, contação de histórias, participação das reuniões da Associação Comunitária, grupos vivenciais, recursos artísticos etc.

Dentre as ações já desenvolvidas, destacamos projetos de saúde ambiental, grupos de crianças (para construção de fantoches) e grupos de adolescentes (teatro). Trabalhamos sob a perspectiva da coparticipação, de maneira que os alunos são convidados a entrarem na comunidade para iniciar um processo contínuo de familiarização, conhecerem suas características, necessidades, potenciais e recursos; em seguida, os próprios estudantes planejam e desenvolvem projetos e ações com o objetivo de atender às demandas e necessidades percebidas na comunidade. Antes do início da execução, os projetos são discutidos com os moradores da comunidade. Pretendemos, dessa forma, estimular a autonomia do estudante no seu processo de formação dentro do programa, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e conhecimentos sobre saúde, comunidade, interdisciplinaridade, cidadania, participação popular, dentre outras temáticas, sempre pautadas sob uma concepção ampliada do processo saúde-doença-cuidado. Propomos também superar ações paternalistas e assistencialistas, buscando, para isso, implicar a comunidade e seus moradores e tê-los como atores sociais ativos e coparticipantes das intervenções. Assim, estamos o tempo inteiro identificando moradores da comunidade com potencial de liderança e de agregação, para integrá-los como nossos parceiros nas ações. Além da coparticipação, o programa tem como princípios o foco nas potencialidades (tanto dos estudantes como também da comunidade e seus moradores), a construção de vínculos (do Programa com a comunidade, bem como entre os estudantes de diferentes cursos. Dessa forma, os estudantes são afetados pela experiência) e o compromisso (de maneira que cada estudante e preceptor assume um compromisso com o Programa, com a comunidade e com os colegas, tendo em vista a responsabilidade de manter uma relação de confiança e de continuidade junto à comunidade). Percebemos uma maior aproximação entre a comunidade e o grupo de estudantes e professores, a motivação dos estudantes em problematizar os saberes acadêmicos a partir da práxis comunitária e o fortalecimento do pensamento crítico acerca da atuação da psicologia junto à comunidade. O processo contínuo de entrada e atuação na comunidade tem permitido que os estudantes conheçam moradores com potenciais para assumirem um papel ativo na organização da comunidade, com a possibilidade de realizarem ações que possam proporcionar mudanças.

Psicologia Ambiental e Saúde, ampliando o olhar sobre o território

Amanda Setúbal Lino, Universidade Federal do Ceará, Antonio Fábio Coelho Paz, Universidade Federal do Ceará, Caroline de Assis Freitas, Universidade Federal do Ceará, Maria Zelfa de Souza Feitosa, Universidade Federal do Ceará, Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Universidade Federal do Ceará

A partir do projeto de extensão "Seminários em Psicologia Ambiental", vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental da Universidade Federal do Ceará (Locus-UFC), foi proposto o desenvolvimento de um grupo de estudos, cujos conteúdos relacionam-se às interfaces entre a Psicologia Ambiental e a Saúde Coletiva, centralizado nos conceitos de Território, na Saúde, e ambiente, em Psicologia Ambiental. Nosso principal objetivo é discutir-vivenciar o potencial da integração no ambiente sócio-físico na atuação comunitária no campo da saúde. Os participantes são estudantes da graduação e do mestrado em Psicologia da UFC e profissionais que atuam em políticas públicas de saúde.

Propomos metodologias teórico-vivenciais, através de discussões dialogadas, oficinas temáticas, trilhas urbanas, palestras com convidados que desenvolvem ou pesquisas na práticas na área, práticas de intervenções urbanas e construção coletiva de mapas cartográficos. Intentamos aprofundar alguns conteúdos que nos ajudem a compreender o conceito de território na Saúde Coletiva, suas principais ênfases e como vêm sendo desenvolvidas práticas, a partir desse conceito, em políticas públicas de saúde. Dialogando com essa discussão, apresentamos a concepção de ambiente em Psicologia Ambiental, integrando diversos aspectos concernentes à relação pessoa-ambiente em outras categorias centrais para a Psicologia Ambiental, a partir de investigações e intervenções desenvolvidas pelo Locus-UFC, que aproxima construções teóricas de Espinosa e Vygotsky nessas discussões. A Saúde Coletiva emerge como um campo de diálogo entre a Psicologia Ambiental e a Comunitária na práxis do psicólogo inserido no contexto das políticas públicas, construindo possíveis trilhas no sentido da superação de limitações para a atuação nos territórios, como ainda encontradas, por exemplo, na Atenção Básica. Nesse sentido, território/ambiente passa a ser compreendido mais como potencial e menos como limitação, abrindo caminhos para a expressão da criatividade para subsidiar metodologias de ação. Como resultados parciais, uma vez que o grupo ainda está em processo de desenvolvimento, identificamos os primeiros contatos de alguns membros com a Psicologia Ambiental, dentro de uma perspectiva em diálogo com a dimensão psicossocial; o processo está sendo importante para se vislumbrar e construir o que pode ser uma interface entre a Psicologia Ambiental e as Políticas Públicas. Compreendemos que, em diversas práticas inseridas nas políticas públicas (aqui destacadas as do setor saúde), o Território apresenta potencial integrador de aspectos objetivos e subjetivos, individuais e sociais, aproximando os profissionais e os serviços públicos das comunidades onde estão inseridos, em vista do desenvolvimento local.

Psicologia Comunitária e Atenção Primária à Saúde: fazeres, desafios e perspectivas no processo de formação profissional.

Ivana Cristina de Holanda Cunha Barreto, Universidade Federal do Ceará,
Kelen Gomes Ribeiro, Universidade Federal do Ceará, Luiz Odorico Monteiro de Andrade, FIOCRUZ

O presente trabalho aborda o Programa de Extensão Laboratório de Educação e Colaboração Interprofissional para Promoção da Saúde Materno-Infantil – LECIS da Universidade Federal do Ceará (UFC), que visa desenvolver ações comunitárias, de modo a favorecer a promoção da saúde em dois bairros de elevada mortalidade infantil no município de Sobral - CE. As comunidades onde o trabalho é realizado estão próximas a dois Centros de Saúde da Família (CSF), os quais fazem parte da Atenção Primária à Saúde no Brasil e representam importantes lócus de apoio para o desenvolvimento das atividades. O grupo é composto por professores, preceptor e estudantes dos cursos de Psicologia, Medicina, Odontologia e Engenharia da Computação da UFC. O programa é desenvolvido tendo a Saúde Coletiva e a Psicologia Comunitária como referenciais teóricos, numa perspectiva de que a formação e os fazeres dessas áreas, na atualidade, devem privilegiar a colaboração interprofissional. Tem como objetivo construir espaços dialógicos e de compreensão da vida comunitária dos moradores, facilitando a implicação do morador como co-responsável pela realidade social e por seus processos

saúde-doença, ativando a potencialidade de transformação. A metodologia é dialógica e vivencial, com encontros que incluem grupos de estudos; diagnóstico de saúde das comunidades, cursos de capacitação para trabalhadores; grupos educativos com mulheres, visitas domiciliares a gestantes e crianças em situação de risco. Destaca-se o processo de formação realizado através de cursos, com carga horária teórica e em serviço, ministrados por integrantes do LECIS aos agentes comunitários de saúde, mãe sociais e técnicos em enfermagem, visando contribuir com o crescimento profissional dos mesmos, com a promoção da saúde na comunidade e a melhoria da atenção no Sistema Único de Saúde (SUS) local. Colabora-se com o processo de formação e de proposição de práticas, visando melhorias no nível de informação, facilitando ações como o incentivo ao adequado controle pré-natal; ao aleitamento materno; ao seguimento do calendário vacinal; à educação no que concerne à saúde bucal; ao favorecimento do vínculo e acompanhamento família-bebê; além de encaminhamentos para os serviços de saúde. Apona-se como um dos desafios desse programa de extensão a interação, em grupo, de membros de quatro cursos de graduação diferentes. São dificuldades desde os horários para os encontros até as formas de pensar a atuação, com as especificidades de cada área. Ao mesmo tempo em que é desafiante, também se mostra como uma grande vivência de aprendizado para os atores envolvidos. Com esse programa de extensão, contribui-se para o desenvolvimento da Saúde Coletiva e da Psicologia Comunitária através da realização de ações eficazes para promoção da saúde materno-infantil, facilitando processos na formação de profissionais comprometidos com a saúde da população e capazes de trabalhar colaborativamente em equipes multiprofissionais. A inserção dos estudantes no contexto da atenção primária à saúde potencializa a formação diferenciada do profissional, trazendo implicação com as pessoas, com a organização social local e com os grupos populares a partir de suas situações-limites e das necessidades sociais em saúde.

Psicologia Comunitária E(m) Contextos Rurais: Os Caminhos Formativos Da Extensão Universitária No NUCOM/UFC.

Gabriela Oliveira Ribeiro, ufc, Jéssica Silva Rodrigues, Universidade Federal do Ceará, Larissa Eufrásio Peixoto Mota, Universidade Federal do Ceará, Lilieth Feitosa Acioly, Universidade Federal do Ceará, Marília Studart Barbosa, Universidade Federal do Ceará

O Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM-UFC) desenvolve desde 1992 a triangulação entre ensino, extensão e pesquisa em comunidades rurais e urbanas, promovendo a formação do estudante de graduação e de pós-graduação, e o aprofundamento e sistematização da Psicologia Comunitária, pautados no diálogo (FREIRE, 1994), na participação (MONTERO, 2004) e na libertação (MARTIN-BARÓ, 1998). Desde 2008 desenvolvemos um projeto de extensão na comunidade rural de Canafístula (Apuiarés/CE), onde temos aprendido a conviver e compreender as ruralidades e seus modos de vida, e temos desenvolvidos um modo de inserção, vinculação e atuação inventivo e singular. O presente trabalho tem como objetivo problematizar as potencialidades e desafios de trabalhar com Psicologia Comunitária no contexto rural, refletindo como essa atividade contribui para a formação dos estudantes extensionistas do NUCOM e para a continua re-construção de saberes teóricos e metodológicos de uma Psicologia Comunitária contextualizada, fundamentada e plural. Nesse

campo hoje temos três eixos de atuação: Facilitação de um Grupo de Mulheres, acompanhamento da União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC) e a realização de um mapeamento psicossocial da comunidade. A dinâmica do campo foi se modificando a partir da inserção local, ocorrendo por meio de imersões quinzenais, nos fins de semana, realizamos caminhadas comunitárias, visitas domiciliares e institucionais, participamos de festejos locais, facilitamos grupos e reuniões, objetivando vivenciar o lugar de atuação, através de uma inserção participativa na vida comunitária, fundamentado em uma práxis de libertação (XIMENES; GÓIS, 2010). Nos fins de semana as pessoas passam mais tempo em casa e é o período que podemos conciliar com as aulas da graduação. A metodologia é embasada no método dialógico vivencial (GOIS, 2005) da Psicologia Comunitária, tendo como centro o diálogo e a utilização de recursos lúdicos facilitadores do processo de extensão/cooperação. Dentre os principais desafios encontramos a locomoção para a comunidade, as condições materiais e financeiras para realização do trabalho e sobretudo, as distâncias espaciais e simbólicas das vivências dos extensionistas e moradores, sobretudo no que diz respeito as implicações psicossociais da seca. Potencialmente, perceberemos processualmente o fortalecimento de vínculos afetivos, a inserção dos signos culturais locais, o desenvolvimento dos sujeitos e de sua autonomia, a emergência de lideranças democráticas, e a construção de uma visão crítica da realidade por parte dos moradores e dos extensionistas. Como estudantes de Psicologia e extensionistas do NUCOM, percebemos que o ambiente acadêmico não é suficiente para a nossa formação, pois é na interação, no diálogo e na participação nas atividades comunitárias que vamos refinando um olhar atento, sensível, questionador e crítico. A extensão surge como um espaço potente de formação integral de cunhos teóricos, prático, político e ético, que nos faz repensar nossa formação diante da necessidade de uma atuação mais comprometida ética e politicamente com a realidade cotidiana do povo brasileiro.

Psicologia Comunitária: Uma experiência de invisibilidade no trabalho

Walfrido Nunes de Menezes, Faculdade Estácio do Recife

O presente trabalho foi realizado por um grupo de alunos da disciplina de psicologia comunitária- 2013.2, com um grupo de trabalhadores/as que desenvolvia atividades laborais consideradas socialmente desprestigiadas no contexto social e cultural a exemplo: faxineiras/os, lavadeiras/lavadores, babás, copeiros/as, varredores/as etc. O objetivo foi pesquisar o nível de invisibilidade/vulnerabilidade social desses/as profissionais em seu cotidiano, somados as implicações no comportamento social e a percepção de si a partir do olhar do outro e seu. A proposta teve como referência estudar tais leituras a partir do viés dos aspectos psicossociais da exclusão social. Por exclusão social, entendemos a desagregação de um grupo de pessoas que estão em geral à margem da sociedade, pelo nível de trabalho e pela pobreza real, mediante o trabalho desenvolvido. Tal atividade foi realizado através de uma entrevista semiestruturada, que permitiu a pontuação de algumas ideias além, da temática foco da questão proposta. Os resultados apontados pelos alunos trazidos das entrevistas direcionam para uma visão de sofrimento; apesar do reconhecimento por parte dos pesquisados/as de dignidade pelo fato de estarem trabalhando, mesmo que não sejam visíveis

pelos outros, já que gera certa apreensão pela não valorização de algo que eles e elas sabiam serem essenciais para a população. O sentimento presente delas/deles foram o de desvalorização de suas ações, mesmos que elas/eles tenham se sentido produtivo em suas vidas. O processo de desagregação simbólica gerou e gera quadros de depressões e sentimento de pouco valor, pois mesmo atuando, trabalhando e inseridas no mercado de trabalho as mulheres e os homens ainda não percebem uma vinculação de cidadania com sua participação na sociedade. O que ocorre, é a ausência de uma valorização e reconhecimento voltado para a consciência real no sentido de alcançar a dignidade enquanto pessoa. Há, portanto, uma distância entre a representação da cidadania dessas mulheres e as expectativas que elas têm em relação a si mesmas. Contudo, ao destacar os estereótipos e discriminações sofridas, mesmo admitindo que não gostem de tal situação, terminam por justificá-la como uma questão de cultura, baixo conhecimento e qualificação escolar, sem vislumbrar sugestões de mudanças. Nessa visão, fez-se e faz-se necessária a implantação de uma proposta social na área da cidadania e da psicologia comunitária, para facilitar e ampliar as ideias propostas e conhecimentos, colocando as mulheres e os homens diante do terceiro milênio, como protagonistas. Romper com tais princípios a partir de novas leituras implica em mudanças concretas, objetivas e também subjetivas.

Psicologia e Práticas de Mediação: Relato de Experiência Sobre a Atuação no Contexto de “Balcão de Justiça e Cidadania”.

Diego Solci Toloy, Faculdade Nobre de Feira de Santana, Mayara Amaral Gomes, FAN (Faculdade Nobre), Renatta Rodriguez e Carneiro, Faculdade Nobre

Tendo em face os diversos campos de atuação do psicólogo comunitário, o presente trabalho visa abarcar a Psicologia e o Direito em contexto de Balcão de Justiça e Cidadania, projeto que presta serviço gratuito à comunidade, objetivando a integralidade, o protagonismo e a dignidade das partes envolvidas através da mediação. É importante sinalizar a relevância do setor de Psicologia neste contexto, uma vez que o foco das práticas dos Balcões de Justiça consiste na mediação dos conflitos na área familiar (pensão alimentícia, divórcio, dissolução de união estável, reconhecimento espontâneo de paternidade) e cível (cobrança de dívida, conflitos de vizinhança e relações de consumo, que caracterizam questões de menor complexidade), conforme recomendado pelo Tribunal de Justiça da Bahia em cartilha de orientação para o serviço. De acordo com Osorio e Valle (2002), a mediação não visa impulsionar e instigar o posto de vencedor ou perdedor, ou seja, ao contrário disto traz uma proposta de colaboração de modo que as partes envolvidas venham a refletir suas reais condições e limitações dentro das possíveis propostas de negociação e, assim, entrar em um consenso para uma tomada de decisão. Esta prática põe os atuantes do setor de Psicologia frente a desafios dentre os quais se podem destacar a dificuldade em se firmar diálogos com os demais setores (Direito e Serviço Social), o que torna a interdisciplinaridade distante dos dados da realidade em questão. A solicitação ou encaminhamento para o serviço de Psicologia pode ser feito por qualquer um dos setores ou até mesmo pela recepção, caso necessário. Demandas familiares são as mais emergentes, uma vez que a família, tida como base para a formação da identidade do sujeito, foi-se modificando com o passar dos anos e com as mudanças decorrentes surgiram novas configurações familiares, ou seja, a família

não se extinguiu, apenas diversificou-se em suas formas. Segundo Ramos (2005, apud Manzke e Zanoni, 2009), o surgimento de novas configurações familiares, tal como o aumento do número de divórcios e a diminuição do número de casamentos alterou a realidade, de modo que, se antes os filhos eram criados e educados dentro do padrão pais e filhos, agora o são com pais separados, famílias extensas, etc. Todas essas transformações geradas a partir dos tempos modernos propiciaram uma série de conflitos que demandaram a atuação do psicólogo. No decorrer das práticas vivenciadas no projeto de extensão no qual nos inserimos, pudemos observar que conflitos familiares e comunitários de ordem psicológica aparecem travestidos de demandas jurídicas, portanto, conclui-se que a relevância do acompanhamento psicológico, tal como a presença do estudante de Psicologia nos atos de mediação faz-se pertinente, uma vez que contribui para a compreensão dos aspectos subjetivos que subjazem os processos de ruptura da organização familiar ajudando as partes envolvidas a retomarem o curso de suas vidas.

Psicologia social comunitária, favela, ensino: Formação em psicologia e alteridade

Cristal Oliveira Moniz de Aragão, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os produtos e processos envolvidos no desenvolvimento de um estágio em Psicologia comunitária. O trabalho foi coordenado por mim, e realizado com alunos estudantes do curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira – campus Niterói. O projeto de estágio tinha o formato de intervenção psicossocial realizada na favela de Nova Holanda, que compõe o complexo da Maré, Rio de Janeiro. Estava sediado numa ONG que atende jovens de 11 a 18 anos em dois turnos, de segunda a sábado. O estágio contava com uma preparação que discutia teoricamente sobre as representações e discursos sobre as favelas e seus moradores, bem como análise de implicação dos alunos com a questão. As oficinas eram planejadas pelos alunos em conjunto com a coordenadora; os alunos participantes do trabalho se renovavam a cada 6 meses, com o fim do semestre letivo, o que dava uma conformação própria ao andamento e a continuidade das oficinas. As questões éticas envolvidas na produção de si como psicólogos e no atendimento de expectativas e questões demandadas pelos atendidos foram muito trabalhadas e serão especialmente discutidas nesse trabalho. A partir dos referenciais da psicologia social brasileira que tocam autores interessados em trabalhar as questões do país, como Lane, Sawaia e Guzzo, bem como as propostas de cartografia como escritas por Rolnik e Kastrup, Tedesco e Passos, além de outros autores, nos servirão para dar visibilidade aos processos de singularização em curso durante as atividades, nos muitos arranjos possíveis no campo. A capacidade de articulação dos alunos com agenciamentos de enunciação que assumam responsabilidades no plano micropolítico se relaciona com a pergunta pelo engajamento ético do psicólogo com relação a seu trabalho. A reflexão se dará ainda sobre a extinção do estágio. Ao final de dois anos e meio de trabalho, e à repetição de temas no levantamento de demandas realizado a cada nova turma, ainda que assumindo diferentes formatos, os estagiários decidiram, em conjunto com a coordenadora, pela necessidade de encerramento do projeto, dado seu esgotamento e sentido mais voltado à formação dos alunos do que a uma intervenção potencializadora na

vida dos atendidos, apontando os limites do projeto e de uma atuação ética em psicologia comunitária. Assim, ganha corpo a discussão sobre a importância da formação e do contato com a diferença para o trabalho de psicólogos que não se relaciona comente à atividade comunitária, mas a uma formação global deste profissional.

Psicologia social comunitária: uma revisão sistemática de literatura com foco nos relatos de intervenção e pesquisa-intervenção

Marcela Gouvêa Guedes, Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente estudo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso da primeira autora, constituindo-se enquanto um trabalho exploratório com a finalidade de identificar o que tem sido chamado de Psicologia Comunitária nos relatos científicos de intervenção e pesquisa-intervenção no Brasil. O campo da Psicologia Social e, conseqüentemente, da Psicologia Social Comunitária, pela sua própria especificidade, pode enunciar diferentes práticas com diferentes pressupostos teóricos e filosóficos que, nem por isso, deixam de se situar neste campo ou pertencer a outros. Assim, para fins deste trabalho, realizou-se uma revisão sistemática com os descritores 'psicologia comunitária', 'intervenções comunitárias', 'práticas comunitárias' e 'psicologia' and 'comunidade' nas bases BVS-PSI, LILACS e SCIELO entre os anos de 1993 a 2013. Ao final, 17 artigos satisfizeram os critérios de inclusão estabelecidos e foram analisados segundo a Análise do Discurso Foucauldiana. Após uma análise exploratória e descritiva, foi possível ver que os relatos de experiência constituem um importante meio de divulgação dos serviços e intervenções prestadas na área de psicologia social comunitária ainda que com limitações. No que tange às teorias, dos 17 artigos analisados, seis enunciam claramente o uso da Psicologia Social Comunitária como referencial teórico; cinco não a enunciam de forma explícita, porém trazem algumas ideias que coadunam com tal perspectiva; outros cinco enunciam teorias distintas da Psicologia Social Comunitária; quatro não enunciam qual teoria será utilizada como referencial teórico; e finalmente, três artigos utilizam, além da Psicologia Comunitária, outros referenciais para embasar a intervenção. Com relação aos métodos empregados, todos os artigos contemplaram em suas práticas, estratégias que se aproximam da perspectiva apresentada acima; uns mais que outros, buscaram desenvolver intervenções junto com a comunidade. Desse modo, o foco deste trabalho se voltou mais para a identificação do que coaduna ou não com a Psicologia Comunitária, no entanto, é complicado afirmar objetiva e claramente o que constitui tal campo do saber, visto se tratar de um área complexa que reúne diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Porém, é preciso cuidar para que nem tudo que seja feito na comunidade seja chamado de Psicologia Comunitária, o que desmereceria o trabalho daqueles autores defensores desta enquanto um campo de saber e fazer, que busca a transformação social.

Psicólogos em formação cuidando dos cuidadores

Josiny Machado Mendonça, Universidade Católica de Pernambuco

O presente trabalho versa sobre um projeto piloto de grupo operativo, ocorrido entre março e junho de 2011, com familiares de crianças que usufruíam dos serviços da clínica de fisioterapia da Faculdade Estácio do Recife-Pernambuco. O grupo objetivou ser um espaço de troca de experiências e facilitação da aprendizagem, tanto dos cuidadores, quanto dos estudantes em formação. Lastreado na Teoria de Grupo Operativo, estes grupos aconteceram semanalmente, sendo composto cada grupo com familiares e os psicólogos em formação. O grupo desenvolveu-se tomando como referência a temática do cuidado, a partir da perspectiva do cuidado com o cuidador. Nesse sentido, foram realizadas dinâmicas e técnicas de relaxamento, a fim de favorecer a reflexão e sensibilização quanto à importância do auto cuidado. Este grupo foi se consolidando e tornou-se um espaço de aprendizagem coletiva, onde as pessoas puderam trocar experiências e aprender umas com as outras. Conforme relatos dos participantes o grupo se constituiu em um espaço onde pensava-se no que se estava fazendo, atingindo o grupo operativo seu objetivo de promover a aprendizagem e fomentar a leitura da realidade de forma crítica. Pôde-se observar também que os participantes experimentaram novas formas de se comunicar e relacionar, conforme suas falas, que demonstraram que houve um rompimento com maneiras de funcionamento cristalizado e de se inter-relacionar. Tal experiência foi extremamente relevante para os psicólogos em formação envolvidos neste trabalho, uma vez que os resultados explicitados através da fala dos participantes expõem que aprender a pensar em grupo é possível, sendo a maiêutica grupal favorecida pelos coordenadores do grupo, estes devem criar, manter e fomentar a comunicação, sendo tal prática exercitada no decorrer dos encontros. Outro aspecto a ser ressaltado é que na coordenação dos grupos os psicólogos em formação exercitaram uma das propostas da ciência psicológica que é favorecer aos sujeitos a reflexão quanto as suas possibilidades de ser no mundo, de viver em comunidade. Percebe-se que essa experiência de grupo operativo desempenhou um papel extremamente relevante enquanto dispositivo de sensibilização quanto ao cuidado consigo e com o outro, pois houve esclarecimentos acerca de fatores que influenciam estas práticas. Entende-se que o espaço grupal fomentou a ampliação da sensibilidade dos cuidadores participantes, instigando-lhes a experienciar novas formas de inscreverem-se diante da existência e da comunidade, a partir de uma aprendizagem vivenciada. Colaborando a psicologia com a sociedade através uma intervenção promotora de saúde e qualidade de vida.

Quando o dependente químico é o protagonista: Sociodrama como modelo teórico-metodológico de ação comunitária na saúde

Susana Kramer de Mesquita Oliveira, Universidade Federal do Ceará

O trabalho discute, a partir da Socionomia de Moreno, parâmetros de concepção de homem e de intervenção em equipamentos comunitários de serviço de saúde (um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas, em Fortaleza-CE), a partir de dados de pesquisa realizada em um grupo de dependentes químicos em tratamento acompanhados de familiares. O objetivo da pesquisa foi evidenciar os processos de reorganização afetiva de famílias com membros usuários de

substâncias psicóticas, evidenciados em momentos críticos do desenvolvimento socioafetivo dos protagonistas, em face à realidade relacional vivenciada pelos mesmos. O método utilizado foi o psico-sociodrama multifamiliar temático, que envolveu três usuários de substâncias psicoativas em tratamento, os quais assumiram a posição de protagonistas no grupo (sociodramático) de pesquisa, acompanhados de um familiar. Foram realizadas quatro sessões psico-sociodramáticas, em que a coordenadora do projeto assumiu a posição de diretora de cenas, e os acompanhantes, juntamente com os alunos, assumiram a posição de ego auxiliares (ou seja, coadjuvantes dos protagonistas), desempenhando papéis psicodramáticos que representavam as pessoas com papel complementar fundamental ao longo da história de vida dos protagonistas. Especificamente, constituíram os sujeitos da pesquisa: um protagonista de 51 anos e sua namorada; um protagonista de 36 anos e sua irmã mais velha; um protagonista de 28 anos e a sua avó. Foram evidenciados alguns conceitos relacionais críticos, como: concorrência de papéis complementares, rigidez e repetição de padrões relacionais, relacionamentos pautados na dimensão cuidador-cuidado, fixação na família de origem com processo ambivalente de expansividade afetiva direcionado ao mundo extra familiar, carência de relações de confiança, relações indiretas e vivência triangular. A socionomia aponta como parâmetro de saúde as relações interpessoais, evidenciando os conceitos de espontaneidade e criatividade na construção vincular. Tal abordagem subsidiou tanto a intervenção através da metodologia sociodramática, como a compreensão de homem, através das categorias relacionais que a abordagem define e discute. Para o autor, a questão fundamental na constituição do sujeito, bem como na busca da saúde mental, repousam na premissa de que "o homem adocece e se cura na relação" (Moreno, 1997, apud Bustos, 1999, p. 202). Chama-se a atenção para a importância de um modelo na Psicologia Comunitária que lide com o humano a partir de sua condição fundamental de ser relacional, apropriando-se de uma abordagem que reúna tanto categorias conceituais como metodologias de intervenção coerentes com a condição relacional dos atores implicados. Neste sentido, o presente trabalho apresenta as categorias e praxis advindas da pesquisa como modelo teórico e de intervenção de importante interlocução para a Psicologia Comunitária na busca de uma praxis libertadora e que situe o homem longitudinalmente, desde sua condição nuclear fundamental, até as complexas "redes sociométricas" onde ele possa se inserir.

Reflexões sobre prática do estágio e as contribuições da psicologia: um relato de experiência

Cinthya Rebecca Santos Melo, Universidade Federal da Paraíba, Gabriela Fernandes Rocha Patriota, Universidade Federal da Paraíba, Hana de Castro Dourado Almeida, Universidade Federal da Paraíba, Jéssica Martins Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba, Manuella Castelo Branco Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, Soraya Sousa Gomes Teles da Silva, Universidade Federal da Paraíba

Este estudo consiste no relato de experiência de graduandas em psicologia a partir de um trabalho realizado com jovens estagiários. Seu objetivo é refletir sobre a prática do psicólogo na atuação com jovens no contexto do estágio. É preciso pensar a prática do psicólogo numa perspectiva de efetivação de direitos, que entende o sujeito em sua integralidade, indissociável do contexto no qual

está inserido. Dentre as ferramentas de garantia de direitos juvenis, temos o estágio, determinado na lei nº 11.788/08. Diante do estágio, o jovem entende a importância de planejar suas ações, fortalecer seus saberes e de apropriar-se dos instrumentos intelectuais. A prática do estágio auxilia o jovem na passagem do cotidiano estudantil para uma nova rotina no mercado de trabalho, harmonizando o impacto dessas transformações. Entretanto, o sucesso do aluno durante seu período de estágio depende da boa integração das instituições de ensino (escola/universidade), empresa e o agente de integração. Participaram do estudo cinco jovens, sendo quatro destes do sexo feminino. Quatro jovens estavam no ensino superior e um deles no Ensino Médio, com idades entre 18 e 23 anos. Foi utilizada uma entrevista semi-estruturada composta por oito questões relacionadas à juventude, estágio e direitos. Tal experiência chamou atenção para a ausência da atuação do psicólogo e a escassez de artigos que apresentem ou elucidem a atuação do mesmo neste cenário. Partindo destas reflexões, apontamos que o psicólogo pode atuar neste contexto como um mediador da tríade universidade-empresa-agente integrador, fornecendo suporte ao estudante e potencializando as ações de orientadores e supervisores no exercício de seu papel pedagógico, o que possibilitaria o desenvolvimento das habilidades e competências dos mesmos. Bem como na promoção de fóruns com estagiários, comissões de supervisores e outros atores envolvidos neste processo, proporcionando um espaço de articulação entre teoria e prática, incentivando o exercício do senso crítico. O psicólogo pode atuar assegurando que os jovens conheçam o estágio enquanto direito e a rede de atores responsável pela sua execução, o que propiciaria uma atuação protagonista por parte dos mesmos e que pode contribuir para a transformação de suas realidades e do seu contexto. Outro contexto de atuação seria na promoção da saúde e qualidade de vida dos estagiários, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. A psicologia tem muito a contribuir para que o estagiário desenvolva seu trabalho com liberdade, dignidade, igualdade e integridade, produzindo uma atuação social crítica com implicações diretas na sua subjetividade, projeto de vida e protagonismo. Acreditamos que o psicólogo é um profissional capacitado para promover discussões sobre a lei do estágio e suas implicações no futuro profissional e pessoal do jovem. A partir destas reflexões entendemos que a psicologia comunitária - enquanto uma psicologia que volta o seu olhar para pequenos grupos da sociedade - pode contribuir para promover a prática de psicólogos de forma mais eficaz no desenvolvimento satisfatório de jovens em ambiente de estágio.

Relato de experiência

Vania Paula Sala Lorençato, Universidade Cruzeiro do Sul, Yaracy Ferrer Cruz, Universidade Cruzeiro do Sul

Nos meses de agosto e outubro de 2013 foi realizado um projeto de intervenção a partir do dispositivo grupal como estágio obrigatório de TTPG (Teorias e Técnicas de Processos Grupais) entre moradores em estado de rua atendidos num Albergue na cidade de São Paulo. O local faz parte das políticas públicas para atendimento de homens adultos de variadas nacionalidades e em vulnerabilidade social oferecendo refeição, banho, lugar para dormirem e orientação para acesso aos serviços do SUAS e SUS. Trata-se de uma população culturalmente heterogênea, composta

de homens de diversos níveis de escolaridade, vindos de várias regiões do país e de fora do país. Com laços sociais (emprego e família) vulneráveis ou rompidos, encontrando-se, portanto, desempregados ou em subemprego e desamparados por famílias e/ou amigos. Não é incomum serem usuários de álcool e drogas e comumente evitam criar vínculos entre si, identificando-se por apelidos entre eles. Tal estágio objetiva possibilitar aos graduandos um espaço de reflexão e formação em práticas sociais. Foram realizados grupos reflexivos abertos, com a gestalterapia como aporte teórico, usando como estímulo de debate diferenciadas formas de arte (telas, grafites, músicas, vídeos) com variados temas escolhidos pelos participantes a cada encontro. Emergiram para discussão as questões do desemprego, separação da família, solidão em meio a tanta gente, sentimento de estar preso devido à necessidade de se submeter às regras da instituição, a relação com o álcool, a qualificação profissional, a dificuldade de estabelecer relações entre si no local, o preconceito que o morador de rua sofre, a necessidade de se distrair dos problemas e ocupar o tempo ocioso entre a saída pela manhã e a volta à noite. A reflexão proporcionou aos participantes uma expansão da compreensão da estrutura sócio-econômica produtora de diferenças sociais em que estão inseridos, tendo efeitos práticos sobre alguns, e aos estagiários proporcionou uma expansão da percepção da ação do psicólogo para além do indivíduo e seu meio e da necessidade de uma intervenção emancipadora. O trabalho teve um impacto significativo no processo de formação das estagiárias no processo de articular a teoria com a prática vivenciada nos encontros, pois não apenas lidaram com as questões técnicas da formação de grupo como foram expostas aos desafios das condições sociais de uma população vulnerável.

Supervisão em Psicodrama Sócio-educacional x Psicologia Comunitária

Eloisa Vilas Boas Rosas Greggio, PRADO & ROSAS Auditoria e Consultoria

Como supervisora na área sócio-educacional da Matriz Criativa (Fortaleza, CE), de alunos em formação em psicodrama, tive a oportunidade de desenvolver um estudo de caso, com temática sócio-comunitária. O conteúdo trazido pela aluna, que atuava junto a uma comunidade da periferia de Fortaleza, focava-se em uma liderança comunitária feminina, exercida de forma marcante perante a comunidade a qual estava inserida. Tratava-se de mulheres que desejavam construir uma independência econômica, através de trabalhos manuais e artesanato. A líder disponibilizava sua energia para organizar o grupo de interessadas, captar material e equipamento para desenvolver os produtos (bordados, tecelagem e outros), assim como propiciar a troca de habilidades e o aprendizado entre as participantes. Desde o espaço que ocupavam, administração de horários, atividades, passando pelo material e maquinaria, era concentrado nessa líder. A dificuldade apresentada pelo caso, dizia respeito ao relacionamento entre a liderança e lideradas. A exacerbação de autoridade, definições e estratégias não consensadas com o grupo e sim autocraticamente estipuladas gerava desmotivações e desistências o que atingia diretamente a líder, que se sentia "injustiçada" por empenhar-se tanto e receber "ingratidões". O objetivo desse trabalho é mostrar a validade da metodologia psicodramática na condução de focos sociais, comunitários, principalmente por facilitar a atuação em coletividade. O uso dos instrumentos psicodramáticos, adicionados às etapas e técnicas favorecem o entendimento

através da dramatização, evidenciando os focos do estudo. Na condução da supervisão, a docente assume o papel de diretor favorecendo a montagem de cenas e dramatizações e os participantes (alunos) são egos auxiliares. As etapas psicodramáticas utilizadas: a) aquecimento; b) dramatização (cenas com o foco escolhido pelos participantes; aplicação de técnicas como inversão de papéis; interpolação de resistência, entrevista no papel e duplo e, em seguida, a terceira e última etapa: c) compartilhamento. Os resultados mostraram-se esclarecedores e norteadores, uma vez que os participantes enriquecem os conteúdos trazidos, reproduzindo os diálogos, embates e possíveis soluções aos problemas vivenciados pelo grupo de artezãs. Os participantes formulam declarações sobre os resultados positivos obtidos com a utilização dessa metodologia. O envolvimento, ganho e satisfação são registrados pelos participantes ao final da supervisão, com base nas vivências e percepções imediatas. Há a "munição" da psicodramatista em formação, que atua junto à comunidade, na maneira de desenvolver, clarificar e levar o grupo a criar soluções dos impasses vivenciados. Este trabalho relaciona-se com a 5ª. CIPC, no que tange a divulgação da psicologia, inserida nas diversas comunidades; com o eixo temático Acadêmico/Formação, favorecendo a crítica, a prática e a problematização da realidade do aluno e futuro profissional desenvolvendo a psicologia comunitária de forma realizadora e profícua, com o auxílio do psicodrama.

Um relato de experiência a partir da proposta de acolhimento na Atenção Básica.

Julie França Izolan, Centro Universitário Franciscano, Larissa Moraes Moro, Centro Universitário Franciscano, Natacha Ferrão da Rosa, Centro Universitário Franciscano

INTRODUÇÃO: O acolhimento se constitui numa das principais diretrizes operacionais para o Sistema Único de Saúde na Atenção Básica, pois propõe mudanças no atendimento por filas, fichas e também inovações nas práticas tradicionais de triagem e encaminhamento (AGOSTINI E PAIXÃO, 2007). Acolher possibilita a criação de alianças éticas com a produção de saúde, em suma, produzir outros modos de relações em saúde (BRASIL, 2004). **OBJETIVO:** Este trabalho propõe-se a fazer interlocuções entre a Política Nacional de Humanização (PNH) na questão do Acolhimento e a vivência de estágio em psicologia comunitária em uma Estratégia de Saúde da Família, em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. **METODOLOGIA:** Utilizou-se a documentação em Diários de Campo escritos semanalmente em constante diálogo com autores, teorias e bibliografias da área da saúde; supervisão semanal com o orientador de estágio; acompanhamento dos serviços prestados pela equipe da ESF durante 6 horas semanais no período de 6 meses. **RESULTADOS E CONCLUSÕES:** Na experiência de estágio pode-se sentir a tensão que permeia a saúde: se por um lado ganhamos em humanização por outro precisamos abrir mão de nossa posição de saber e poder enquanto profissionais e usuários. Além disso, não se efetiva o acolhimento sozinho, pois envolve relações de força, que sustentam e são sustentadas por tipos de saber (FOUCAULT, 1998). Assim, destacam-se algumas práticas da ESF que podem ter dificultado o acolhimento, preconizado pela PNH, nesse contexto da atenção básica:

- Estratégia de saúde da família (ESF) sobrecarregada de demandas curativas

fugindo de suas atribuições de promoção e prevenção. Segundo Agostini e Paixão (2007) o caráter diminuto dos espaços físicos serve para marcar a proposta da ESF: acolhimento, interação humana, troca de experiência e convivência;

- Componentes que distanciam a comunidade dos serviços de saúde, por exemplo: sala de espera pouco acolhedora, o que dificulta a expressão por parte da população; placas de "silêncio", em um ambiente em que deveria propiciar a fala e não o constrangimento; atendimento por fichas, entre outros. Dessa forma, a prática de acolhimento se mostrou frágil e ineficaz, pois sua lógica é a do compartilhamento dos saberes, atentando inclusive para os saberes dos usuários que moram na comunidade e também as estratégias de saúde criadas pelos mesmos. Como possibilidade de desenvolvimento do dispositivo acolhimento, acredita-se que deva haver maior integração com as demais propostas da PNH, trabalhos com a equipe de saúde podem ser muito interessantes a partir dessas questões esboçadas nessa vivência de estágio em psicologia comunitária.

Uma Análise Institucional no contexto de formação em Psicologia

Manoela Maria Valerio, Universidade Federal Fluminense, Tiago Cassoli, Universidade Federal de Goiás

O presente texto trata-se da apresentação de uma experiência de estágio curricular em Psicologia Social e Institucional, das Faculdades Integradas de Ourinhos/SP, campo de atuação dos autores que, neste contexto, exerciam a atividade de supervisão e coordenação da clínica escola. Objetivou realizar uma Pesquisa-Intervenção no CAPS –Centro de Atenção Psicossocial, a partir da perspectiva teórica e metodológica da Análise Institucional e foi possível graças ao convite realizado pela coordenadora e funcionários do CAPS. A problemática de nossas análises era avaliar a autonomia do usuário do CAPS em relação ao seu tratamento e, para tanto, foi proposta uma atividade nomeada de "Oficina do Pensamento", que servira como disparadora de debates, nas assembleias. Os temas abordados eram elencados pelos usuários, e foram aprofundados com a utilização de textos científicos e filosóficos, músicas, poesias, documentários e filmes. Dentre os temas trabalhados destacamos: a medicalização; o para que de cada remédio, o discurso sobre o delírio como doença, as oficinas como projetos individuais do proponente e as assembleias direcionadas pelos funcionários. Desses encontros constituiu-se um clube terapêutico, que iniciou com a produção de um encontro festivo com gincana, dança, música ao vivo e churrasco. Para levantar os recursos foi necessário produzir e vender bolachinhas de nata, rifas e bingo. Como resultado tivemos a eleição, a partir de uma análise de demanda, dos seguintes analisadores: 1) as práticas medicamentosas e o discurso da psiquiatria sobre a loucura são incompreendidos pelos usuários, no caso do medicamento, eles não entendem a relação doença mental e medicação, contestam o seu valor e sua eficiência. Quanto ao diagnóstico, também não entendem como ele é feito, em relação "a doença mental" não entendem o que é, sua causa e como se adquirir. Existe uma mistura de explicações de cunho religioso e científico, que são sacadas dependendo do contexto do grupo. 2) O delírio é entendido como doença e não como uma forma de comunicação, quando alguém diz: "Eu sou Jesus Cristo" é totalmente ignorado e desqualificado. 3) Os interesses individuais dos profissionais na organização das oficinas que não condizem muitas vezes

com os interesses dos usuários. 4) A inexistência de um trabalho com a demanda singular dos usuários. 5) As assembleias se restringem à transmissão de recados e na organização das tarefas semanais sem discussão prévia. 6) Um assujeitamento do usuário à técnica e ao discurso psiquiátrico. O usuário aceita ser tutelado pela facilidade de não enfrentamento com a Psiquiatria, e do outro lado os funcionários alimentam esta tutela também pelo mesmo motivo. Concluímos que a instituição Psiquiátrica reflete diretamente na produção de processos de subjetivação da população, já que ela se apropriou da loucura como seu domínio de saber e cabe somente a ela proclamar sua verdade. Enfim, grande parte dos usuários não entendem mas aceitam a medicalização, mesmo quando observam que é excessiva e possuem efeitos ruins como apatia, sonolência e retardo do pensamento, nesse sentido pode-se dizer que há uma naturalização da medicalização que reforça as relações de tutela, em prejuízo à promoção da autonomia.

Vidas Curtas: Juventudes, Cinemas e Violência Urbanas

Milena Regina da Silva, Faculdade Guilherme Guimbala – FGG

As juventudes são caracterizadas como experiência de transição para a vida adulta, demarcada pela entrada no “mercado de trabalho”. Tratando-se de jovens de baixa renda, como afirma Zanella e cols. (2013, p. 328), estes aparecem no discurso social “como população de risco, vulneráveis ao recrutamento para o narcotráfico e mortes violentas”. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar as relações “juventudes” e “violências” em um curta-metragem brasileiro *Neguinho e Kika* (Nós do Morro, 2005) e observar as contribuições do filme para a formação do psicólogo, sobretudo na forma como sensivelmente trata da temática. Neste sentido, o método desta pesquisa ocorreu em quatro etapas, mesmo sendo pensadas separadamente. Na primeira etapa foi realizado o trabalho de “garimpo” destes audiovisuais. Depois, ocorreu a “pesquisa-expectação”, pois o que perceberam, sentiram e pensaram os pesquisadores foi considerado no processo de análise da obra. Em terceiro lugar, foi estabelecido um diálogo do audiovisual com os textos e as referências que tratam do tema desta pesquisa; e por último, fez-se uma análise de cenas que potencialmente apresentavam novidades ao discurso que socialmente (inclusive na academia) reverbera sobre as relações “juventudes” e “violências”. O filme apresenta *Neguinho*, um jovem trabalhador do tráfico que experimenta na pele os riscos de seu lugar. Primeiro, ao silenciar perante a polícia que lhe agride fortemente para entregar os chefes do morro; depois, pela mãe que, desacreditada do filho, o expulsa de casa quando ele busca socorro para sair do tráfico; *Neguinho* ainda sofre com a deslealdade de um dos membros do grupo no tráfico e entra em uma corrida contra o tempo para continuar vivo. A beleza do filme está no amor que *Neguinho* sente por *Kika*, uma menina que reside na sua comunidade e insiste para que ele tenha outra vida. Neste sentido, o filme é centralmente um romance juvenil, com todos os riscos, desejos e afetos que fazem com que uma trama mereça ser exibida. O filme tem status de realidade em nível mais elevado do que um documentário (GOMES, 2011), mas também é de uma incrível sensibilidade, fazendo seu espectador pensar sobre muitas vidas curtas, vidas jovens que vivem esta infeliz condição e que ainda assim, são tidas como totalmente culpadas pela situação de exclusão em que estão submetidas. Diante disso, uma das importâncias do

filme é exibir uma percepção mais singularizada de uma história de “delinquência juvenil”, apresentando aspectos psicossociais relevantes na compreensão desta experiência em contextos de violências (no caso do filme, o tráfico de drogas). Ao psicólogo em formação, assistir compreensivamente o audiovisual exige a negação de leituras que não problematizam e nem descolam do discurso culpabilizador das juventudes, especialmente, daquelas em contextos de exclusão.

Vinculações teórico-metodológicas da Psicologia Social Comunitária no Brasil

Mariana Alves Gonçalves, UFRJ

Este trabalho tem como objetivo analisar as vinculações teórico-metodológicas da Psicologia Social Comunitária (PSC) a partir do mapeamento de suas produções textuais no Brasil entre os anos de 1990 e 2010. Nosso material de análise foi o conjunto de suas publicações neste período no formato de artigos, livros, teses e dissertações. Contextualizamos essa discussão a partir de dois pontos principais: a trajetória da Psicologia Social e os caminhos da profissão de psicólogo no Brasil. No contato com o material, selecionamos como principais pontos de discussão, como por exemplo: a consolidação da PSC como um campo disciplinar; as vinculações teórico-epistemológicas da PSC; o conceito de comunidade; a caracterização do trabalho do psicólogo comunitário e a defesa de sua especificidade; e os objetivos de suas intervenções. Ao realizar esse mapeamento, foi possível historiar os argumentos produzidos por autores da PSC em busca de uma identidade para a área e problematizar o recurso estratégico de uma afirmação identitária principalmente a partir da análise da multiplicidade de vinculações teórico-epistemológicas encontradas no material pesquisado. Dentre elas, podemos citar: Psicologia Clínica, psicoterapia; Psicoterapia Breve e Orientação Psicodramática; Psicologia Social Crítica, Psicologia Política; Psicologia Histórico-Cultural; Movimento Institucionalista; Promoção da Saúde; Psicologia Sócio-Histórica; Psicossociologia; Sociologia Clínica; Perspectiva Sistêmica; Psicologia da Libertação; Educação Libertadora; Biodança; Socionomia; Teoria Histórico-Cultural; Intervenção Psicossocial; Psicanálise; Paradigma Ecológico. Isso indica que muitas coisas cabem dentro da PSC e que essa forma-disciplina está longe de ter limites bem definidos. Portanto, não se pode concordar que a PSC é um campo apaziguado. Não é a intenção, no entanto, defender qualquer tipo de unidade ao apontar esse traço plural na constituição da PSC. O que nos interessa é atentar para a precariedade dos contornos dessa forma e desconfiar daqueles que se esforçam para mantê-la e reafirmá-la a todo custo. Além disso, é possível observar, a partir desta análise, que as referências teórico-epistemológicas da PSC revelam ancoramentos muito distintos, que por sua vez revelam que os objetivos e os direcionamentos políticos da PSC estão longe de apontar para uma única direção. O esforço em oferecer identidade ao campo busca consolidar os referenciais teóricos, epistemológicos e metodológicos que sustentam os pressupostos da PSC. Portanto, criticam-se as intervenções que não explicitam as teorias que lhes servem de apoio. Não é mais possível que a Psicologia Comunitária se aventure no campo de atuação de forma intuitiva, prática comum em alguns dos trabalhos pioneiros da disciplina, quando não se sabia muito bem o que fazer ao encontrar a comunidade. O desconforto de não saber o que fazer nos parece ser ainda uma sensação comum dos que se

aventuram nas intervenções comunitárias. Talvez por isso a constante defesa por uma orientação bem definida quanto a uma teoria explicativa dos fenômenos e uma maneira de enxergar a realidade. No entanto, alertamos que ao se munir de uma lente teórica que apreende a seu modo a multiplicidade característica dos contextos comunitários, com todas as suas questões econômicas, sociais, políticas e culturais, a psicologia sente-se mais tranquila em intervir.

Violência e Gênero – Uma proposta de formação para atuação do Psicólogo Social Comunitário

Nilma Renildes da Silva, MS

O conceito de gênero foi desenvolvido na luta para contestar a naturalização da diferença sexual. Foi apropriado pela teoria e prática feminista buscando explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e compreendidos em uma relação hierárquica e antagonica. Mais recentemente “gênero tem sido utilizado como sinônimo de mulheres, tendo uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres”. Na tradição marxista é fundamental, ao se discutir um fenômeno social, discuti-lo no conjunto das relações sociais, neste sentido, não compreendemos as relações permeadas pelo uso da violência fora das possibilidades engendradas pelo gênero humano, tampouco as relações entre os gêneros um fenômeno social apartado daquelas. Engels teorizou a relação econômica de propriedade como a base da opressão das mulheres no casamento, tornou-se escrava do prazer do homem e simples instrumento de reprodução. O fato de a mulher estar em uma posição de dependência do homem na família e na sociedade acirrou as desigualdades e aumentou o uso da violência para a manutenção destas relações. OBJETIVOS: Possibilitar a compreensão de que a luta pela emancipação da mulher trás como necessária a luta pela emancipação humana; Oferecer subsídios teóricos metodológicos para a atuação nas situações permeadas pelo uso da violência; Possibilitar que os (as) participantes do minicurso se apropriem de dinâmicas e técnicas didáticas para desenvolvimento de processos grupais com mulheres que tiveram seus direitos violados. METODOLOGIA: Partimos dos fundamentos da ontologia marxiana: o trabalho é um traço ineliminável do homem, este para viver tem que produzir seus meios de existência [no capitalismo a alienação produz um abismo entre os indivíduos singulares e a produção genérica humana]; o homem é um ser ativo e consciente, liberto de suas determinações biológicas e o homem é um ser social, sua “essência” é o conjunto das relações sociais e estes não se adaptam a natureza eles a transformam de acordo com sua necessidade e intencionalidade fazendo de si próprio sujeito de sua ação. Como procedimentos para discutir, analisar, pesquisar e atuar nos fenômenos psicossociais, que são sínteses de múltiplas determinações, tais fundamentos são direções metodológicas. RESULTADOS E CONCLUSÕES: Espera-se como resultado que os e as participantes do minicurso discutam questões ligadas às mulheres vítimas de violência doméstica e as implicações de sua ocorrência na sociedade capitalista. Se apropriem do processo grupal (LANE, 1984; MARTIN-BARÓ, 1997) como método de atuação para o enfrentamento e discussão das questões ligadas à violência doméstica contra a mulher. Conclui-se que é fundamental tal minicurso, visto que não se altera questões de cunho social apenas com legislações. O minicurso relaciona-se com o tema da conferência e

do eixo proposto visto que se propõe a discutir, refletir e propor formação para Psicólogos Sociais Comunitários em formação ou graduados sobre a garantia de direitos às mulheres vítimas de violência doméstica.

Visita domiciliar: um dispositivo para a compreensão da realidade do sujeito

Larissa Moraes Moro, Centro Universitário Franciscano, Natacha Ferrão da Rosa, Centro Universitário Franciscano

Resumo: O atual cenário social e profissional necessita uma atuação do psicólogo em contextos mais amplos, efetuando práticas diferentes das utilizadas na clínica privada, havendo a necessidade do desligamento de padrões tecnicistas e a compreensão de que a Psicologia também pode estar aliada ao compromisso social. Através disto, há uma introdução cada vez maior dos profissionais da psicologia nestes locais de trabalho. Esta inserção demandou a construção de novas ferramentas e elementos profissionais que dessem conta das necessidades destes territórios, e uma dessas ferramentas são as visitas domiciliares. Considerando a importância deste tema, o presente trabalho tem por objetivo discutir a visita domiciliar em contextos comunitários, realizada pelos profissionais da psicologia. Para alcançarmos tal objetivo utilizou-se como metodologia a discussão e revisão de bibliografias não sistematizada. As reflexões apreendidas neste trabalho partem de autores como Sakataet al. (2007), Mioto (2001), Lopes et al. (2008), Chiaverini et al (2011). Para Sakataet al (2007), a visita domiciliar é referida como “sair para a comunidade”. Esta nos possibilita um maior conhecimento das condições do indivíduo, bem como suas condições de moradia, suas relações, nos proporcionando um maior entendimento do seu cotidiano, pois visitamos seu ambiente familiar ou comunitário (Mioto, 2001). Entretanto, a prática das visitas domiciliares pode ser feita por muitos profissionais, possuindo o objetivo de atender o sujeito de forma integral. A partir disto há a necessidade de se ter um trabalho interdisciplinar das profissões que atuam no local, para assim entender também melhor o paciente (Lopes et al, 2008). Segundo Chiaverini et al (2011) a discussão de um caso que se realiza a visita domiciliar, que tende a ser mais complexo, deve abarcar o maior número de profissionais que atendem o indivíduo, nos possibilitando o compartilhamento de diversas idéias e visões que se tem sobre o caso. Contudo, a partir das literaturas estudadas entende-se que a visita domiciliar pode a aproximação com o indivíduo em suas diferentes facetas dentro da comunidade em que está inserido. Mas para melhores resultados é necessário que haja uma maior integração da equipe, um espaço para trocas de idéias sobre os casos atendidos, para assim entender o indivíduo de forma mais totalitária, e integral.

Vivência no estágio em docência: uma práxis na construção do conhecimento e formação docente

Noália Magna de Araújo, Universidade de Fortaleza, Tereza Glauca Rocha Matos, Universidade de Fortaleza

A experiência profissional inicia-se na formação acadêmica e o estágio em docência é uma ferramenta de grande importância na formação do docente e a sua importância vai além do aspecto pessoal e ganho intelectual para quem se dispõe a vivenciar essa experiência durante o percurso acadêmico. A experiência

se deu no segundo semestre do ano de 2013, na disciplina de Orientação Profissional e Projeto de Vida. A disciplina de orientação profissional no Brasil foi regulamentada no curso de Psicologia em 1962, posteriormente passou a fazer parte como habilitação no curso de Pedagogia Surge como foco da orientação vocacional/profissional até os dias atuais. Esta disciplina faz parte da grade curricular da graduação em Psicologia, ofertada no último semestre do curso aos alunos que optaram pela ênfase: Processos Educativos e Sociais. O referido estágio teve como objetivo central contribuir para a formação profissional docente por meio de atividade prática, sob a supervisão do professor orientador. Os recursos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desse trabalho foram: participação ativa em sala de aula, leituras, filmes, atividades práticas em sala, trabalhos de campo e aplicação de dinâmicas, o que implicou em desenvolver estratégias no percurso da construção do conhecimento, necessitando de interação constante para que os objetivos fossem alcançados. A experiência em sala de aula possibilitou participar diretamente nas discussões dos conteúdos teóricos planejados, especificamente, sobre os fatores que influenciam no processo de escolha profissional e na construção do Projeto de Vida. Além disso, permitiu acompanhar a produção textual e orientar os discentes nos trabalhos de campo e esclarecer dúvidas relacionadas à formação, carreira e projeto de vida, bem como a ética e o compromisso social da profissão. Considera-se que o estágio possibilitou assumir uma posição ativa na prática docente, organizada a partir da vivência e experiência profissional como psicóloga clínica e orientadora profissional. Portanto, foi possível perceber que a sala de aula se apresenta como um espaço onde é possível ensinar e aprender, considerando que a produção de conhecimento se faz inquestionavelmente com agentes que a realizem, ou seja, uma produção que requer sujeitos comprometidos com um trabalho, para um futuro profissional no campo da docência em psicologia.

Vivências de ser pobre: Apoio Social e Sentimentos de Vergonha e Humilhação

Márcia Skibick Araújo, Faculdade Luciano Feijão, Maria Aparecida Estanislau, ufc, Maria Zelfa de Souza Feitosa, Universidade Federal do Ceará, Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Universidade Federal do Ceará

A pobreza, analisada a partir de uma compreensão multidimensional, que não se restringe à questão monetária, amplia a discussão para outros aspectos da vida do pobre, os quais são, muitas vezes, invisibilizados pela discussão acerca de seu poder de consumo. Propomos, assim, a análise da vergonha e da humilhação decorrentes da condição de pobreza como dimensões que impactam diretamente no psiquismo e nos modos de vida, ao mesmo tempo em que elencamos o apoio social como forma de lidar com estas dificuldades. Objetivamos, portanto, analisar a relação entre o sentimento de vergonha e humilhação e as fontes de apoio social, como modo de enfrentamento a estas situações. Compondo a pesquisa "Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial das comunidades do Bom Jardim (Fortaleza) e Canafistula (Apuiarés/Ceará)", o presente trabalho caracteriza-se por uma metodologia quantitativa e qualitativa, efetivada pela aplicação de 417 questionários, nas comunidades urbana e rural supracitadas, posteriormente analisados por meio do software IBM SPSS Statistics 20; e a realização de 5 grupos focais – sendo 2

no Bom Jardim e 3 em Canafístula –, que foram analisados por meio de análise de conteúdo, com o auxílio do software Atlas ti 5.0. Foram utilizadas as escalas de Zavaleta e outra de identificação das fontes de apoio social, constituída de seis itens. Encontramos como resultados parciais que o sentimento de humilhação e vergonha, não é declarado com facilidade, por ser um tema que gera sofrimento. Os sentimentos de humilhação foram vivenciados mais nos serviços de saúde, na família e locais públicos, motivados principalmente pelo preconceito com a renda com o lugar de moradia. Quanto ao apoio social, os dados revelaram que este aparece como um dos principais modos de enfrentamento da condição de pobreza e das situações de vergonha e humilhação, tendo como as principais fontes – na ordem de maior para menor apoio – a família, os amigos, os vizinhos, os espaços de religiosidade, os serviços públicos e os projetos sociais. Conforme a análise fatorial, estes itens agruparam-se em dois fatores: o apoio informal, composto pelas quatro primeiras fontes citadas, e apoio formal, constituído pelas outras duas. Com base nisto, concluímos que o apoio social aparece como potente modo de enfrentamento à vergonha e humilhação, engendrado pelos sujeitos comunitários em seu cotidiano; as implicações da vergonha e humilhação precisam ser melhor exploradas; os mesmos espaços onde o sujeito é humilhado ou se sente envergonhado são também os que lhe proporcionam apoio para lidar com situações adversas; o apoio institucional necessita de maior expressividade na comunidade; e algumas políticas públicas não têm sido significadas pelos sujeitos como espaços de apoio. O aprofundamento dessas implicações psicossociais da pobreza poderá, desta forma, contribuir para uma práxis da psicologia clínico-comunitária, como proposto por Góis (2012) por meio da superação do sofrimento, da busca pela capacidade de autonomia, e do aprendizado de formas de lidar como uma ideologia dominante de submissão, com a criação de novos sentidos de vida, novos sentimentos e novas condutas mais comunitárias.

Vozes da Pobreza: o lugar do Bem Estar e dos sentimentos de Vergonha e Humilhação

Antonio Alan Vieira Cardoso, Universidade Federal do Ceará, Maria Aparecida Estanislau, ufc, Verônica Morais Ximenes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa quantitativa e qualitativa sobre as implicações psicossociais da pobreza (CIDADE, MOURA JR, XIMENES, 2012), envolvendo 417 sujeitos adultos, moradores de duas comunidades, uma urbana e outra rural, do Estado do Ceará. Trataremos especificamente dos aspectos relativos ao Bem Estar Pessoal e dos sentimentos de vergonha e humilhação vivenciados pelos pesquisados. Para a construção dos dados utilizamos um questionário sociodemográfico e as escalas de Bem Estar Pessoal (Personal Wellbeing Index- PWI) e do instrumento de Vergonha e Humilhação de Zavaleta. Como aporte qualitativo foi utilizado o material discursivo de 5 grupos focais realizados durante a pesquisa. Quanto aos principais resultados temos que o índice geral de Bem Estar Pessoal da amostra foi alto, sendo que os sujeitos da comunidade rural apresentaram uma média de Bem Estar mais elevada que os da comunidade urbana. Além disso, a variação de renda dos sujeitos, seja a renda familiar ou individual, não implicou em médias de Bem Estar significativamente

diferentes. Na medida em que a renda não influencia significativamente no nível de Bem Estar das pessoas analisadas, esse resultado confirma que não necessariamente a privação financeira é o fator determinante de um baixo índice de satisfação com a vida. Tratando-se de vergonha e humilhação foi constatado que esses sentimentos vivenciados no cotidiano, em vários espaços da existência social e ao longo da vida, não é declarado com facilidade, porquanto é um tema que gera sofrimento às pessoas entrevistadas. Para os sujeitos que relataram ter passado por experiências de vergonha e humilhação, os principais locais nos quais essas situações ocorreram foram os serviços de saúde, a família, o trabalho, a escola e outros espaços públicos como bancos e shoppings. Na percepção dos entrevistados, os motivos mais frequentes para a humilhação foram renda, local de moradia, escolaridade, religião e gênero. A pesquisa também investigou a percepção dos entrevistados em relação ao tratamento diferenciado ou discriminatório em função da falta de dinheiro, tendo encontrado que 79,8% dos entrevistados acreditam que a falta de dinheiro prejudica ser atendido nos serviços públicos, enquanto 69% acredita que prejudica conseguir emprego. Numa perspectiva multidimensional da pobreza (SEN, 2000), os resultados apresentados contemplam aspectos que ultrapassam o aspecto monetário, agregando fatores psicossociais nas discussões sobre pobreza, contribuindo, nesse sentido, para a práxis da Psicologia Comunitária.

'Todos juntos somos fortes': uma experiência de libertação

Camila Santos Dias, Fundação Herminio Ometto - Uniararas, Cristina Coutinho Marques de Pinho, Centro Universitário Herminio Ometto

O presente trabalho refere-se a um relato de experiência de um projeto de extensão desenvolvido por uma Instituição de Ensino Superior do interior de São Paulo, realizado em uma escola pública estadual de ensino fundamental, no período inverso às atividades escolares. O espaço diferenciado oferecido às crianças e adolescentes visou à oportunidade de refletir e reconstruir sua história, indignando-se e mobilizando-se para transformar a sociedade injusta em que estão inseridos. Foram desenvolvidas atividades lúdicas e criativas para atingir o objetivo principal: oferecer um espaço de reflexão e exercício de sua cidadania, a partir da discussão e reconstrução de sua história de vida. Destacaremos, em especial, uma experiência de um grupo de teatro, com a participação de adolescentes, com encontros semanais para o ensaio, discussão, reflexão e confecção do cenário e fantasias. Por se tratar de um Projeto de Extensão, estagiárias de diferentes períodos do curso participaram das atividades, em conjunto com as profissionais de Psicologia responsáveis pelo trabalho. O espaço que foi oferecido para o psicólogo em formação permitiu que se pensasse e vivenciasse a prática da Psicologia com uma compreensão do papel social do psicólogo. A peça escolhida foi *Os Saltimbancos*, que revela de maneira lúdica a organização social ainda vigente de opressão e exploração, apesar de uma adaptação ao cenário brasileiro ter sido feita em meio à ditadura militar. Dentre os objetivos do desenvolvimento desta peça estavam a possibilidade de discutir a realidade dos jovens envolvidos e a história do país, a partir de relatos de seus pais e avós sobre o período do regime militar. Discutir, desenvolver e promover espaços de reflexão dos valores, dos direitos e deveres e da educação são aspectos fundamentais na construção de uma consciência crítica. Essas ações se fazem necessárias em uma realidade

histórico-político-social que não incentiva tal consciência. Por se tratar de um projeto que objetiva uma transformação real e concreta de um modo de viver a e na sociedade, não podemos afirmar que tivemos resultados efetivos. Entretanto, identificamos algumas mudanças nos comportamentos dos envolvidos nas atividades, tais como: respeito e compreensão das diferenças, relacionamento interpessoal, reconhecimento da importância de pertencer a uma coletividade, crescimento pessoal, aumento da autonomia e da crítica.

Agentes comunitarios exitosos en intervención de outreach con familias de consumidores de drogas

Andrea Jaramillo Torrén, Pontificia Universidad Católica de Chile, Carmen Gloria Hidalgo, P Universidad Católica de Chile

La ponencia discute aspectos involucrados en el desempeño de agentes comunitarios que participaron en dos intervenciones clínico-comunitarias con jóvenes consumidores de drogas denominadas Intervención de outreach familiar sistémico (IOFS) e Intervención de outreach básico (IOBE) implementadas en seis comunas de Santiago de Chile, señaladas como las de mas alto consumo de acuerdo a los estudios de la Comisión Nacional de Consumo de Estupefacientes (CONACE, 2006) Se presentan las intervenciones de outreach realizadas en una investigación cuasi-experimental de mediciones repetidas, profundizando en las labores que desarrollaron los agentes comunitarios. Esta intervención reclutó a 137 familias con un joven consumidor de marihuana, pasta base y/o clorhidrato de cocaína, sin tratamiento de rehabilitación en el ultimo año. Todas las familias fueron reclutadas por agentes comunitarios. Divididos en dos grupos, uno tratado con IOFS, intervención familiar breve, durante 15 sesiones en promedio, con un enfoque sistémico estratégico, llevado a cabo por un psicólogo experto en familia, en los domicilios de las familias. El grupo IOBE fue tratado solo por los agentes comunitarios quienes los evaluaron, les dieron una breve retroalimentación y utilizaron entrevista motivacional para que tomaran conciencia de su consumo y derivarlo a redes locales. Todos los agentes fueron seleccionados a partir de una entrevista, recibieron capacitación y tuvieron supervisión permanente por un experto en psicología comunitaria. Resultados: Se estableció la gran capacidad de reclutamiento y retención de casos durante un año 18 meses y se evaluó la alianza de trabajo que establecieron con los jóvenes a través del cuestionario de Horvath, comparando ambos tipos de intervención por medio de ANOVA Mixto de Mediciones Repetidas. Los resultados indicaron que mientras en IOFS la alianza fue sostenida en el tiempo, en IOBE fue decreciendo, pero que es posible desarrollar un trabajo de outreach de calidad con agentes comunitarios. El perfil exitoso de agentes son adultos jóvenes, con cercanía sociocultural y territorial con la población objetivo, con motivación social-comunitaria y habilidades de vinculación con jóvenes. Se releva la importancia de monitorear y supervisión permanente de estos agentes comunitarios, de manera de potenciar su trabajo con un alto nivel de profesionalización y de relativo bajo costo, generando una buena ecuación costo-beneficio.

Aportes de la Psicología Comunitaria al fortalecimiento del vínculo entre universidad y sociedad

Adriana Fernández Godenzi, Pontificia Universidad Católica del Perú

El reto de la universidad latinoamericana es generar un vínculo de mutuo beneficio con la sociedad de la cual es parte, así como de formar profesionales que respondan a las demandas de su realidad. Para responder a esto, es imprescindible construir modelos teóricos y metodológicos desde nuestros propios discursos. Esto implica una nueva manera de mirar la universidad, la formación profesional que imparte y su vínculo con la sociedad. Desde la segunda mitad del siglo XX, la Psicología Comunitaria latinoamericana, apuesta por la construcción de un marco conceptual que pueda abordar los problemas psicosociales propios de los contextos latinoamericanos desde una opción ético-política comprometida con la transformación social. Se entiende entonces, que la propuesta de la Psicología Comunitaria es la formación de profesionales dispuestos a transformar la sociedad, desde un compromiso histórico, ético y político. Esta apuesta formadora puede aplicarse tanto a futuros psicólogos, cuanto a estudiantes de otras disciplinas ya que el trabajo comunitario en América Latina, ha sido eminentemente multidisciplinario. Este aporte de la Psicología Comunitaria a la formación profesional contiene un vínculo muy estrecho con el enfoque de Responsabilidad Social Universitaria que han adoptado la mayoría de universidades latinoamericanas, como resultado de los debates de la Conferencia Mundial de Educación Superior organizada por la UNESCO en el 2009. Una recomendación de esa conferencia, fue que las universidades a través de la responsabilidad social deberían promover en la formación la interdisciplinariedad, el pensamiento crítico y la ciudadanía activa de los estudiantes.

A tal efecto las universidades han ido generando y/o fortaleciendo modalidades de vinculación con la sociedad con la doble finalidad de brindar a los estudiantes una formación integral y responder a las demandas de la realidad social de la que son parte.

En este contexto, la Pontificia Universidad Católica del Perú se define como un centro de enseñanza superior, que quiere enfatizar su compromiso con el país y la región. Por esta razón, cuenta en su estructura orgánica con una Dirección Académica de Responsabilidad Social (DARS), que tiene como objetivo la promoción de una relación de mutuo beneficio entre la universidad y la sociedad, a través de actividades de formación que contribuyan al desarrollo humano sostenible. Tomando en cuenta esto es que, desde la gestión de la DARS, se fortaleció el trabajo con estudiantes como una línea de acción innovadora con el objetivo de crear estrategias concretas que permitan incentivar y fortalecer la formación socialmente responsable. Es en este contexto que se crea la estrategia Fondo Concursable Estudiantes, tanto como una apuesta pedagógica que promueve la interdisciplinariedad, el pensamiento crítico, el compromiso social y la ciudadanía activa de los y las estudiantes; cuanto como una apuesta ética y política que permite sostener un vínculo de colaboración y mutuo enriquecimiento entre universidad y sociedad a través de la realización de proyectos de RSU. El presente trabajo pretende sistematizar esta experiencia, dando a conocer los aportes de la Psicología Comunitaria a la formación integral de futuros profesionales y al sostenimiento de un vínculo bidireccional de mutuo beneficio entre universidad-sociedad.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

Apoyo social a través del arte: Una experiencia práctica en habitantes de calle, de vida.

Andrea Stefania Sierra Bonilla, Corporación Universitaria Minuto de Dios

El presente ejercicio corresponde al desarrollo de la práctica profesional ejercida entre consultorio Social Minuto de Dios y fundación Mi hogar asuncionista, dirigida a población habitante de calle. El objetivo general de la intervención fue brindar mediante el arte un espacio de apoyo social en población habitante de calle de la ciudad de Bogotá que visita la fundación Mi Hogar Asuncionista. La metodología se desarrolló a través de la IAP y la educación popular. Los resultados encontrados fueron, en primer lugar, la participación activa de 22 habitantes de calle, un cambio en el apoyo social percibido antes y después de las intervenciones, 7 procesos de rehabilitación, la apertura de escenarios artísticos fuera de la fundación, donde desde el canto, baile, escritura y teatro los habitantes de calle dejaron de gritar en silencio. Como conclusiones, fue posible evidenciar la participación de la comunidad habitante de calle en escenarios extraídos del habitar la calle cotidianamente, se resaltó la importancia del arte como vehículo educacional y se exaltó el involucrar a los transeúntes, estudiantes, docentes, ciudadanos, quienes con su participación y disposición lograron escuchar, observar, presenciar y sentir lo que podría significar habitar la calle.

Un proyecto de intervención desde psicología comunitaria en la medida en que buscaba darle un rol activo a la comunidad, a través de brindarle un espacio en el que su voz fuese escuchada en diversos escenarios, desde el legal hasta el académico, movilizandolos procesos de cambio por y para la comunidad. La presente ponencia se suscribe al eje temático denominado: Eje académico/Formación, ya que pretende enriquecer aspectos de la intervención en psicología comunitaria – su praxis- aún desde la academia, la formación del psicólogo a través del contacto directo con la realidad y la puesta en escena de la teoría, la metamorfosis más clarificada entre la intervención y la investigación; así como la formativa relación con comunidades rurales y urbanas. Contribuye al desarrollo de la psicología comunitaria en la medida en que materializa y acciona procesos de intervención, evidenciando nuevamente el objeto de la disciplina que pone como protagónico a la comunidad. Ser participe en la transformación de la realidad de 22 habitantes de calle, o como ellos agregan: habitantes de vida, es perpetuar el grito para que diversas comunidades lo puedan escuchar, los puedan escuchar; desde allí también se consolida la formación académica y el desarrollo de la psicología comunitaria.

Arte y transformación social: aportes de la terapia de artes expresivas y el teatro del oprimido a la psicología comunitaria

Luciana Córdova Huaytán, Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP)

¿Qué hacer en una comunidad donde las mujeres señalan como problema la desconfianza mutua por un lado y, por otro lado, su miedo a hablar, tanto en la esfera pública como en la esfera doméstica? Si reconocemos que los cambios sociales requieren de la participación y la acción colectiva, la situación de estas mujeres nos coloca en un impasse: para participar hay que hablar - para hablar hay que perder el miedo y confiar. Ante esta situación, las terapias basadas en la palabra exclusivamente (la conversación, el diálogo) no son las más adecuadas. Es necesario por ello proponer formas de interacción comunicativas alternativas

como paso previo a que “las mujeres tengan voz”. En ese sentido, a partir del análisis de un caso realizado con mujeres de una zona rural en situación de pobreza de la costa sur peruana y afectada por el terremoto del año 2007, el objetivo de este trabajo es proponer las ventajas de apelar a los aportes de la terapia de artes expresivas (TAE) y el teatro del oprimido (TO) a la psicología comunitaria. En cuanto a la metodología, en esta experiencia se puede identificar dos grandes etapas: la primera se basó en el juego y el uso intermodal de las artes expresivas, con énfasis en los temas de “perder el miedo-confiar”, a partir de encuentros lúdicos y creativos; la segunda giró en torno a la aproximación del teatro del oprimido que posibilitó la creación colectiva y representación de una obra de teatro y, con ello, el uso de la palabra desde una posición imaginaria, que permitió el distanciamiento de la propia circunstancia personal a través de “personajes”. La repetida puesta en escena de la obra en la esfera pública se constituyó en un acto de participación y acción colectiva dirigida a promover cambios sociales (el tema de la obra giró en torno a la denuncia de la violencia doméstica). Este ejercicio lúdico-artístico-performativo creó condiciones para cambios individuales en la propia vida de las actrices y movilizó a su audiencia, lo cual permitió llegar al objetivo esencial de la psicología comunitaria: la participación y la acción colectiva para producir la transformación social. En conclusión, vista como piloto, esta experiencia podría tener dos potenciales contribuciones. La primera tiene que ver con la formación profesional en psicología comunitaria, que debe incluir enfoques y herramientas basadas en la creación artística y la ampliación del rango de juego que permitan elaborar colectivamente problemas afectivos (desconfianza-miedo, por lo demás, anclados en una larga historia de dominación), como paso previo a la deliberación y a la acción. En segundo lugar, en términos de políticas públicas, esta experiencia sugiere que las “intervenciones” sociales que en general requieren participación colectiva, deben incluir un componente de elaboración del mundo afectivo como condición necesaria para el logro de los objetivos que se planteen, en particular, para promover la equidad de género en la esfera pública.

Articulación Extensión, Docencia y Formación: presentación de caso.

Nora Beatriz Vitale, Facultad de Psicología- Universidad de Bs. As.

El marco epistémico que guía la presente ponencia es el de la Psicología Social Comunitaria en tanto el tipo de problemas que aborda se destacan por su relevancia y por el interés público que despiertan en los distintos ámbitos, ya sean individuales, grupales o institucionales. Considerando entonces el ámbito institucional, se presenta en esta oportunidad el diagnóstico institucional realizado en un Servicio de un Hospital Público de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires a través de un Programa de Extensión Universitaria –Facultad de Psicología, UBA-. Considerando que resulta central la experiencia propia dentro del marco áulico, el Programa ha resultado la vía regia de articulación entre lo académico y la formación profesional en tanto han participado del mismo docentes de la Cátedra II de Psicología Institucional. El objetivo de dicho Programa ha sido el de instalar condiciones de bienestar psíquico en cada espacio de trabajo, sobre la base de una actividad de reflexión de la práctica que haga visible los diferentes puntos de vista de los trabajadores. En este recorrido, y por entender al hombre principalmente como sujeto social, se ha preponderado llevar a la práctica una

escucha que contemple la trama de relaciones en la que los trabajadores fundan su quehacer. La metodología de análisis se ha basado en dos etapas centrales de la labor del Psicólogo Institucional. La primera fase es de esclarecimiento de la demanda. La segunda etapa es la de diagnóstico y devolución institucional en la que, luego de la implementación de diversas técnicas (entrevistas individuales y grupales, observación y registro, talleres de reflexión, diferentes dinámicas grupales), se elabora un informe final de devolución diagnóstica. Una institución no debe ser considerada sana por la ausencia de conflictos, siempre inevitables, sino por la medida en que puede realizar un trabajo de explicitación, percatación y abordaje de aquellos. En este punto, se destacan los aportes de la Psicología Comunitaria en tanto disciplina que enfrenta el desafío de optimizar los recursos psicológicos de una institución de modo que estén a disposición de todas las personas que forman parte de ella. Montero, citando a Scribner, escribe que en Estados Unidos se reconocen cuatro tipos de psicólogos comunitarios: 1) Los que se ocupan de grupos políticamente activos, 2) Los preocupados por los movimientos sociales y que de alguna manera ponen su conocimiento al servicio de una causa de este tipo, 3) Un nuevo tipo de psicólogo clínico, que sale al campo de la acción, trascendiendo el ámbito institucional, y 4) Aquellos que diagnostican los problemas de un sistema y los efectos del mismo sobre las personas; actúa para lograr una óptima relación entre unos y otras.

Sobre éste último tipo es que se asienta el trabajo que aquí se expone, en una suerte de articulación entre lo comunitario, lo institucional, lo académico y la Extensión Universitaria.

Dispositivo de reflexión colectiva para la formación en intervención comunitaria en la Facultad de Psicología

Ana Carina Rodríguez, Universidad de la República

En Facultad de Psicología desde 1990 se desarrollan prácticas curriculares pre-profesionales en diversos escenarios comunitarios, articulando enseñanza, extensión e investigación. En 2012 en el marco de construcción del Programa Psicología Social Comunitaria, se implementó un espacio de reflexión de prácticas docentes en comunidad, que surgió de la necesidad de actualizar aspectos teórico-metodológicos y didáctico-pedagógicos de un nuevo equipo docente conformado con la creación del Instituto de Psicología Social en 2011. Nos propusimos profundizar esta línea de trabajo, y en 2013 presentamos un proyecto de innovaciones educativas para la mejora de la enseñanza de grado, el cual fue aprobado y financiado por la Comisión Sectorial de Enseñanza. Esta ponencia pretende presentar las ideas centrales del proyecto y compartir reflexiones sobre el proceso y sus resultados. Objetivos: El proyecto planteó como objetivo general: construir un dispositivo pedagógico en abordajes comunitarios que habilite la formación de todos los actores participantes acorde a los principios de la Psicología Social Comunitaria. Como objetivos específicos: a) integrar las dimensiones subjetivas- históricas- sociales en la construcción de itinerarios formativos de los universitarios que optan por la Psicología Social Comunitaria; b) propiciar la producción de conocimientos a través de procesos colectivos entre los distintos actores implicados; c) problematizar los dispositivos formativos existentes en Facultad de Psicología y conceptualizar sobre nuevos dispositivos pedagógicos. Metodología: Partiendo de las procedencias heterogéneas de las prácticas

comunitarias y de las diversas modalidades de hacer docencia en comunidad, se implementó un dispositivo pedagógico de reflexión colectiva de estudiantes y docentes de prácticas comunitarias. Comprendió los componentes: a) trabajo semanal de docentes y estudiantes sostenidos en el intercambio sobre la praxis; b) trabajo en territorio; c) instancias mensuales de plenarios transversales; d) espacio de reflexión sobre la praxis docente; e) espacios quincenales de planificación y evaluación de los plenarios entre docentes y estudiantes.

Dos ideas centrales nos guiaron: los plenarios transversales fueron complemento y potenciadores de los espacios grupales y territoriales, por lo cual para dar coherencia metodológica, fueron planificados por docentes y estudiantes. La segunda idea fue la construcción colectiva y reflexiva de los diferentes componentes del dispositivo, creando condiciones reales de participación, impulsando la autogestión en los procesos formativos. Resultados y conclusiones: El proceso reafirmó la necesidad de transformar los espacios de formación que emplean metodologías que no responden a un proceso crítico y reflexivo, modalidades que a nuestro entender, no contemplan la complejidad del entramado social en donde se desarrolla la práctica ni de los procesos de enseñanza y aprendizaje en comunidad. Desde el reconocimiento del compromiso social y político como universitarios, entendemos que plantear propuestas innovadoras constituye una responsabilidad que nos compete. La enseñanza de la Psicología Comunitaria coherente con sus principios y direccionada hacia una formación/transformación integral, implica un posicionamiento ético, una concepción pedagógica, una intencionalidad política, y no solo una nueva modalidad de hacer docencia.

Dispositivos de investigación-intervención en Psicología Comunitaria: la posibilidad de encuentros de subjetividades

Jimena Escalante Meza, Universidad de Costa Rica

Esta ponencia pretende reflexionar sobre las aproximaciones metodológicas que se establecen con grupos, colectivos y comunidades desde la psicología comunitaria. Dichas reflexiones son parte del proceso de investigación realizado en la Maestría de Psicología Social de Grupos e Instituciones de la Universidad Autónoma Metropolitana de México, Unidad Xochimilco (UAM-X). De esta manera interesa rescatar la necesidad de abordar las investigaciones-intervenciones comunitarias desde perspectivas menos rígidas, enfocadas en la posibilidad del encuentro con el otro y la narración de la colectividad sin la directriz de quien investiga-interviene. Ante esto se plantea crear dispositivos como "maquinaria inventada" que permite mirar y acercarse a lo social, en donde el sujeto se piense como colectividad. Con esto intentamos facilitar una reflexión sobre su experiencia, atravesada por otros discursos que le permitiera elaborarlos y plantearse nuevas posibilidades de acción. La finalidad de este dispositivo propuesto ha sido comprender que el conocimiento se produce en el encuentro y diálogo de saberes entre quien investiga y la colectividad, acerca de los procesos de significación de los eventos que son parte de la subjetividad. Así comprendemos que en la investigación se realiza también una "intervención", la cual tiene una intencionalidad específica. Entonces entendemos que la entrada de un sujeto que investiga dentro de una colectividad no puede pasar desapercibida para ninguno de los sujetos participantes (investigadora y actores de la colectividad), sino que quedan huellas importantes por lo menos en la acción reflexiva que se inicia con la investigación-

intervención. Por ello, hay intervención en ambos sentidos. Por lo tanto se vuelve fundamental que en todo proceso comunitario se analice la implicación de los sujetos participantes. Rescatamos así la importancia del encuentro con el otro y cómo se constituye esto en material de análisis, puesto que lo que puede considerarse como “distorsión” en la investigación, hace referencia al tema de la alteridad, la transferencia (Devereux, 2008) y demandas que hace quien investiga-interviene y hace también la comunidad en este encuentro de producción de saber, la ansiedad que esto precisamente genera y el cuestionamiento de cómo manejarlo de la mejor manera de forma ética para los sujetos y para el proceso de investigación-intervención. Estas reflexiones se consideran esenciales para el panorama actual de la Psicología Comunitaria, oportunas y desafiantes en procesos comunitarios y en procesos educativos dentro de las Universidad que permita comprender procesos de formación en niveles e investigación e intervención, de allí que se plantea esta ponencia en el Eje 2 Académico/Formación.

El acompañamiento para fortalecer los vínculos comunitarios: experiencia de monitoreo de acciones comunitarias

Elba Custodio Espinoza, Pontificia Universidad Católica del Perú, Miryam Rivera Holguín, Pontificia Universidad Católica del Perú, Tesania Velázquez, Pontificia Universidad Católica del Perú

La historia del Perú se ve marcada por las secuelas del conflicto armado interno, con altos costos psicosociales, económicos y políticos a nivel nacional. Esta situación llevó a experimentar hechos traumáticos a los pobladores de diferentes zonas del país, historias que son difíciles de asimilar porque sobrepasan cualquier capacidad de respuesta a nivel individual y colectivo, llevando a una fragmentación del tejido social de las comunidades. Una de las zonas más afectadas en todas las esferas fue la región de Apurímac, en especial el distrito de Cotabambas; por ello, se realizaron seis planes de acción en Salud Mental Comunitaria por el lapso de diez meses, en los cuales se desarrollaron actividades para el fortalecimiento de la comunidad.

A partir de la implementación por un año del programa de formación y fortalecimiento de capacidades realizado desde la Maestría de la Psicología Comunitaria de la Pontificia Universidad Católica del Perú en Cusco, se formó un equipo interdisciplinario que llevó a cabo acciones comunitarias en esta zona. Nuestra propuesta pedagógica se prolongó a través del acompañamiento docente durante la ejecución de los planes de acción.

Como resultados de esta propuesta logramos que el acompañamiento estableciera un espacio para reflexionar sobre el quehacer diario, asimismo permitió analizar las motivaciones para participar en las acciones comunitarias que se planteaban. Además se pudo pensar en las dificultades y alternativas de solución del diseño de las propuestas y del rol del equipo en estas actividades; promoviendo así los recursos y las agencias para la mejora del bienestar personal de cada miembro del grupo y el fortalecimiento como equipo que comparte esta experiencia de interaprendizaje.

Otro alcance fue el aprendizaje vivencial que permitió a las y los participantes tomar conciencia de la necesidad asumir un compromiso con su propia salud mental viendo cómo su cuidado tiene un efecto directo en la eficiencia de su trabajo. También se reflexionó acerca de las dificultades que tiene la aplicación

práctica de la teoría, y la dificultad para ser coherentes entre lo que se promueve y lo que se hace en la práctica. Asimismo se analizaron las resistencias a mirar las propias dificultades y limitaciones; pero sobre todo, se reflexionó acerca de la propia experiencia con la violencia llegando a comprender la cercana relación entre cuidarse y poder cuidar de otros, entre su historia y la de los "otros". Esta experiencia nos llevó a reflexionar acerca de la importancia del acompañamiento para el equipo, el cual estableció un vínculo horizontal con la docente permitiendo la elaboración de emociones y experiencias propias del trabajo de campo. Fue el establecimiento de este nuevo vínculo el que se replicó en el trabajo comunitario. La comunidad afianzó esta relación de forma positiva, permitiendo que el equipo participara en sus actividades diarias y que comparta el espacio familiar y comunal, acompañándoles en el camino de la reconstrucción de su tejido social.

El rol del Practicante de Psicología en el Primer Nivel de Atención en Salud ... Una forma de construir Psicología Comunitaria.

Karin Michelin-Salomon Rommel, Universidad de la República-Facultad de Psicología, Sofía Minchilli Patrón, Universidad de la República-Facultad de Psicología, Sofía Orsi Vaccaro, Universidad de la República-Facultad de Psicología

Introducción: La experiencia que compartiremos surge de las prácticas que nos encontramos realizando en el marco del Programa de Practicantes y Residentes, a través del convenio celebrado en el año 2010 entre: La Administración de Servicios de Salud del Estado (ASSE) y Facultad de Psicología de la UdelaR, en Uruguay.

En Uruguay se vienen gestando una serie de cambios a nivel político, económico y social. En este contexto en el año 2007 se crea la Ley 18.211 del Sistema Nacional Integrado de Salud (SNIS), que reglamenta la protección de la salud como derecho de todos los ciudadanos. Son principios rectores de la misma: promoción de salud, prevención de enfermedades, participación de los usuarios, atención integral, interdisciplinariedad, equidad y accesibilidad, entre otros. Este programa establece que 36 estudiantes avanzados se integren en establecimientos de ASSE (organizados en tres Niveles de Atención) por 12 meses. Objetivo: Propender a la formación de psicólogos que partiendo de una praxis reflexiva, generen acciones promotoras de salud en y con la comunidad, en los servicios de salud que ofrece el Estado. Metodología: Ésta experiencia se desarrolla en dos escenarios: el primero implica formación académica en plenarios y supervisión con equipos docentes; el segundo se desarrolla en policlínicas de Primer Nivel, en barrios de vulnerabilidad socio-económica de Montevideo. Las funciones que se desarrollan son: atención psicológica individual y familiar; trabajo en red, interinstitucional e interdisciplinario, desarrollando acciones orientadas hacia la promoción de salud y prevención de enfermedades. La modalidad de trabajo es variada, según las demandas existentes, y se pretende construir un vínculo próximo con la comunidad, habilitando y fomentando la participación y el fortalecimiento de la misma. Se entiende ésta modalidad de trabajo, como una forma de construir Psicología Comunitaria. En nuestra experiencia la desarrollamos mediante la elaboración y ejecución de diferentes proyectos dentro y fuera de las policlínicas como ser: coordinación de grupos de adultos mayores; participación de redes barriales; actividades en escuelas, liceos y espacio adolescente; talleres lúdico-

expresivos para niños; cursos de promotores de salud, entre otros. Resultados: El Practicantado constituye una herramienta fundamental en la formación académica, ética y profesional de los psicólogos. Genera un nuevo perfil comunitario que habilita la posibilidad de intervenir de manera eficiente sobre las demandas de la población. Conclusiones: El SNIS propone un cambio en el modelo de atención, facilitando la integración del psicólogo al primer nivel de atención en salud. Esto genera un cambio en ciertas concepciones que se encuentran arraigadas y naturalizadas sobre el proceso de salud-enfermedad, produciendo tensiones y nuevos diálogos entre los distintos técnicos y actores de la comunidad. Éste cambio de posicionamiento implica una nueva posibilidad de reconstruir el rol del psicólogo en el sistema de salud. En este proceso la psicología comienza a ocupar un rol protagónico, posibilitando la inserción de practicantes, a través de una práctica remunerada. Destacamos la importancia del análisis de la implicación y de la creación de espacios de reflexión colectiva para deconstruir ideas instituidas, elucidar nuevas alternativas de trabajo y problematizar sobre nuestras prácticas.

Estudio de caso: potenciación comunitaria en un grupo de personas que conforman un proyecto económico solidario del sector norte del municipio de guadajara de buga 2012-2013

Lina Lucía Rodríguez Monedero, Corposemillas, Paula Andrea Narvaez, Comisaria de Familia, Ximena Betancourth Lopez, Universidad del Valle

El presente resumen contiene los aspectos generales del desarrollo de un trabajo de investigación de pregrado en psicología, que tuvo como objetivo la comprensión de los procesos de potenciación comunitaria en un grupo de personas que conforman un proyecto económico solidario, los cuales han contado con el acompañamiento de dos profesionales que pertenecen al grupo de investigación Ambiente y Desarrollo Humano de la Universidad del Valle; así desde la 5ta Conferencia Internacional de Psicología Comunitaria interesa hacer un análisis de la potenciación organizacional y comunitaria alcanzada por el grupo a la luz del acompañamiento recibido, aportando de esta manera a responder a la pregunta que se hace en su eje movimientos sociales: ¿Cómo se puede configurar la práctica del psicólogo junto a los movimientos sociales?, centrándola en la forma en que estos procesos sociales construyen la participación y fortalecimiento del sujeto comunitario. Metodología: La metodología empleada fue de enfoque cualitativo, tomando como estrategia metodológica el Estudio de Caso y como estrategia de análisis el Análisis narrativo de contenido; los participantes fueron diez personas que conforman un grupo e integran el proyecto económico solidario "Compremos Juntos"; como técnicas de recolección de información se utilizaron la observación participante, la entrevista individual, el grupo de discusión, la investigación documental y la encuesta. Algunas conclusiones: Transformar prácticas individualistas por prácticas solidarias: éste es un reto del acompañamiento que se está desarrollando, en la medida en que los participantes están obteniendo un ahorro familiar/individual, pero a su vez se está introduciendo el tema colectivo con el ahorro grupal como la base del beneficio individual que se recibe, llegando a una reflexión de la importancia del trabajo cooperativo, lo cual es un elemento de las prácticas asociativas solidarias. Ø La autonomía grupal en relación con el acompañamiento de los profesionales: en la

experiencia del proyecto Compremos Juntos ha habido prelación de la primera sobre el segundo, en la medida en que el grupo ha podido tener el poder suficiente sobre su propio proceso para hacer cambios que se acomoden a sus realidades e intereses, en este sentido se podría hablar de una complementariedad entre participantes y acompañantes. Ø El acompañamiento profesional: se ha dado de acuerdo a los ritmos y tiempos de la comunidad, cualidad que ha sido posible por la implicación personal y profesional de los acompañantes en el proceso de potenciación comunitaria: las características del acompañamiento en sí mismo son un factor que ha permitido que el proyecto organizativo se inicie, se consolide y sea apropiado por los participantes, sin embargo es de interés analizar el nivel de dependencia que un acompañamiento tan comprometido puede implicar. Ø Sobre las evaluaciones del proceso de acompañamiento comunitario: los participantes han construido orientaciones emocionales positivas con respecto a la dinámica grupal, los aprendizajes, las relaciones establecidas con los demás, los beneficios obtenidos y los acompañantes del proyecto; en este sentido las actitudes positivas construidas son resultado y a su vez factores propulsores del proceso de potenciación comunitaria del proyecto Compremos Juntos.

Experiencias en la formación académica en psicología comunitaria de la Universidad de San Martín de Porres de Lima - Perú

Luis Ronald Luyo Pachas, Universidad de San Martín de Porres

La Universidad de San Martín de Porres viene formando psicólogos(as) comunitarios(as) un poco más de 10 años. Tiempo en la que se ha logrado consolidar las experiencias en la interrelación teórica-práctica. Así mismo, se han ejecutado numerosas e importantes investigaciones que consolidan los procesos metodológicos en el desarrollo de esta rama de la psicología aplicada. El presente tema busca compartir y enriquecer las experiencias, limitaciones y avances de la formación académica en Psicología Comunitaria de la Universidad San Martín de Porres, contribuyendo a resaltar la importancia de la formación profesional y consolidando los constructos teóricos y prácticos de la Psicología Comunitaria que se vienen generando en América Latina.

El camino de la construcción de la docencia, respetando los aspectos valorativos, estrategias y técnicas como estructura funcional de la intervención comunitaria, nos ha mostrado que se deben afrontar momentos críticos como el respeto a los tiempos de la comunidad y las limitaciones académicas como parte del proceso de aprendizaje. Por lo tanto se ha establecido que dentro de la carrera de psicología, se desglosa coherentemente los saberes de la psicología comunitaria teniendo la siguiente maya curricular: 1. Psicología Social Comunitaria, para alumnos de V ciclo académico.

2. Programas de Intervención Comunitaria, para alumnos de VI ciclo académico.
3. Prácticas Pre-profesionales Psicología Comunitaria I, para alumnos de IX ciclo académico.
4. Prácticas Pre-profesionales Psicología Comunitaria II, para alumnos de X ciclo académico. Logrando contrarrestar los momentos críticos referidos a la población beneficiaria y propiciar el fortalecimiento del aprendizaje teórico y práctico.

El primer curso se orienta a brindar los conocimientos teóricos, antecedentes,

orígenes, fundamentos, principios, objeto de estudio, objetivos, entre otros temas. El siguiente curso brinda la oportunidad de llevar operativizar la teoría, por medio de la Intervención comunitaria, este curso teórico práctico se focaliza en el proceso de intervención, prevención y promoción, campos de acción, características y metodologías. Así mismo, permite al futuro psicólogo tener el primer contacto con una comunidad donde se desarrollan programas de intervención comunitaria. Ya en Prácticas Pre profesionales, los estudiantes realizan estudios de investigación acción participante. Diagnósticos rurales participativos, implementación y evaluación de programas sociales, entre otras acciones de promoción de la salud mental comunitaria. En el proceso post graduado, se viene realizando acciones de intervención bajo sistemas de redes comunitarias, en las que se realizan diversas investigaciones científicas, que serán compartidas en la presentación. Finalmente, compartir testimonios de estudiantes, graduados y docentes que permitan la reflexión, sobre el camino enriquecedor del quehacer comunitario, como fuente de desarrollo comunitario, brindando las oportunidades de las comunidades de ejercer el control y poder que le permita la liberación y gozar de salud mental comunitaria. Con lo expresado, nos unimos a contribuir y entrelazar experiencias que consoliden la teoría y práctica de la psicología comunitaria en América Latina y el mundo.

Extensión universitaria. Historia y memoria. DDHH y Archivos virtuales

Lucia Arminda Rossi, Universidad de Buenos Aires Facultad de Psicología

En el ámbito de formación universitaria académica de grado del psicólogo, la extensión como actividad de transferencia es una práctica articulada a los programas de investigación y a la transferencia educativa del grado. Su valiosa dimensión crítica y problematizadora aplicada en la construcción colectiva e interactiva en contextos institucionales produce experiencias de recuperación de la memoria institucional.

1. En Derechos Humanos: conformación de la Comisión de la Recuperación de la Memoria de la UBA con actividades conmemorativas, realización de trabajos conjuntos: reconstrucción de lista de estudiantes desaparecidos en la última dictadura, historias de vidas, fotos, legajos, documentación. Actos conmemorativos producción de textos y aportes de profesores, personal de la casa, alumnos y organizaciones.
2. Construcción colectiva del Archivo Histórico Virtual de la Facultad de Psicología. www.psi.uba.ar de free y open access a página web. Sus diversos rincones en permanente renovación, articulan diversas áreas institucionales como Historia del edificio Independencia, El Museo de Psicología Experimental; Taller de Construcción de réplicas; Nuestra Historia en Documentos, Nuestros maestros y sus historias de vida; Anticuario en Biblioteca; Historias mínimas; Nuestra historia en catálogos; La psicología en la época del Virreynato, Independencia y Organización nacional. El acceso a la historia institucional permite la integración inclusión y recreación crítica permanente, pensar renovada y actualizadamente la institución e incluir la actividad conmemorativa institucional. Los actores de la institución contribuyen construyendo y apropiándose de los escenarios cotidianos al conferirles nueva significación. El aporte e interacción conjunta: biblioteca, museo, cátedras, profesores y alumnos lo inserta en la actividad

académica e investigativa. 3. Esta experiencia se replicó en otras instituciones: el acto conmemorativo del 40 aniversario del Centro de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental del CONICET (CIIPME) con un convenio y programa de extensión conjunta toda la institución participa construyendo, relevando documentación: fotos, tesis, artículos, el archivo virtual fue significativo para sus habitantes institucionales y como presentación hacia la sociedad. El Archivo se aloja en ambas páginas institucionales: Historia de la Psicometría. Historias clínicas del Hospital Borda: equipo de alumnos y docentes de Historia de la Psicología, como aplicación del proyecto de Investigación UBACyT relevaron historias clínicas antiguas asegurando su preservación digitalización y acceso de toda la comunidad académica y hospitalaria al material que sistematizo 300 historias clínicas, desde 1900; se contextualizó la institución, su evolución en el tiempo. Artículos científicos y acceso a experiencias similares como el relevamiento del Hospital Oliva de Córdoba. Presentación en congresos de Salud mental de Santa Catalina Brasil y fue soporte de las investigaciones de los alumnos de grado. Actualmente están en construcción 2 archivos Institucionales como proyectos de extensión con convenio entre UBA Facultad de Psicología. La Historia del Museo Social Argentino creada en 1911- con la misma metodología de participación interdisciplinaria e interinstitucional en su construcción conjunta. Y por último un Archivo temático virtual bilingüe entre la Facultad de Psicología de la Sapienza Roma y Psicología Uba: De Sanctis y su influencia en Argentina: G. Ciampi y el primer Servicio de Psicopatología infanto-Juvenil en el Hospicio de Rosario, 1923.

Intervención comunitaria en el Consultorio Jurídico Barrial José "Pepe" D'Elía, Cerro, Montevideo

Ana Rondán, Facultad de Psicología UDELAR, Daniela Bazzi, Libre, Fabiana Medina, Facultad de Psicología Universidad de la República, Ignacio Rodríguez Perrachione, Libre

Introducción: La motivación por compartir nuestra experiencia de trabajo con la comunidad en este encuentro surge a partir de la intervención, realizada en el año 2012, en el marco de la pasantía del Servicio de Salud Familiar y Comunitaria de la Facultad de Psicología de la Universidad de la República (Uruguay), enmarcado en el programa APEX. Este programa tiene como objetivo promover la inserción de la Universidad en el ámbito comunitario aportando a la mejora de la calidad de vida de la población a través de las funciones de investigación, aprendizaje y extensión. Las actividades se desarrollaron en la Villa del Cerro de Montevideo, en el Consultorio Jurídico del Centro de Estudiantes de Derecho, en la Federación de Obreros de la Industria de la Carne y Afines. El marco teórico que sustentó dicha intervención es el de la Psicología Comunitaria y la Salud Familiar. Consideramos a la Psicología Comunitaria como facilitadora de la transformación social, propiciando procesos psicológicos que permitan la liberación de las condiciones de privación y exclusión social. Las consultas se abordan desde un enfoque familiar, considerando a la familia como un sistema, estando sus partes en relación e interacción mutua, la misma es entendida como la piedra angular de la producción de salud y enfermedad. Por consiguiente consideramos que nuestra experiencia se ajusta a tanto al marco de la conferencia como al eje seleccionado. Objetivos: •Continuar el trabajo interdisciplinario entre las disciplinas Derecho

Psicología aportando a una comprensión más integral de cada problemática familiar.

•Comprender la situación general de las familias abordando los aspectos psicosociales más allá de la consulta jurídica. Metodología: La intervención comprendió: la co consulta junto a los estudiantes de Derecho en las mesas de recepción, generando espacios de orientación, contención y/o derivación a diferentes redes locales, con el fin de promover la salud familiar. Se utilizó el dispositivo de seguimiento familiar en aquellos casos donde la complejidad de la situación requería un abordaje más profundo. Conclusiones:

En general los consultantes se encuentran en situación de vulnerabilidad y procesos de exclusión social. Llegan en su mayoría mujeres jefas de hogar, situaciones de abuso, violencia doméstica, consumo problemático de sustancias. Estas situaciones presentan factores de riesgo, que requieren de nuestra intervención como agentes promotores de salud. Fue fundamental construir la demanda en conjunto, teniendo presente la obligación ética de respeto hacia el otro y la valoración de su saber. A partir de la intervención, se presenta un proyecto de investigación que surge de la interrogante, de cuál es el perfil de las familias que concurren al consultorio, contribuyendo a la producción de conocimientos. Trabajar con personas en contextos vulnerables y en procesos de exclusión social es donde debemos aunar esfuerzos, aportando desde las distintas disciplinas a una visión más integral, con un fuerte compromiso social. Encontramos este campo de trabajo, abordado desde el paradigma de la Psicología Comunitaria y la Salud Familiar, en extremo enriquecedor, más allá de la frustración, la indignación y la incertidumbre con la que debemos lidiar a diario

La organización social como estrategia de intervención socio-comunitaria: Una experiencia colectiva de organización juvenil

Laura Andrea Niño, Universidad de Buenos Aires

Los procesos de organización social y participación territorial interpelan y preguntan a la psicología Comunitaria sobre sus estrategias y características de intervención en el abordaje de las problemáticas de nuestra época; así como también cuestiona, su compromiso ético y político. El presente trabajo es una propuesta de reflexión y aprendizaje sobre una practica interventiva en la ciudad de Bogotá-Colombia, con jóvenes pertenecientes a diferentes Barras de Fútbol, quienes en colectivo construyeron un escenario de articulación llamado el "COMITÉ LOCAL DE BARRAS FUTBOLERAS Z-11" (COBAFU) para el abordaje de las violencias y exclusión social de y sobre dicha población. Esta ponencia está fundamentada en una Sistematización Participativa de Experiencias, enmarcado en el trabajo adelantado por COBAFU durante dos años de accion territorial. dicha sistematización, permitió el análisis de las prácticas colectivas de intervención socio-comunitaria en dicho espacio, así como la profundización analítica sobre el fenómeno de la violencia y la exclusión relacionada al fútbol. La Sistematización contó con técnicas como la foto-historia, los grupos de discusión, el análisis de documentos y entrevistas a actores-instituciones. Fue una sistematización participativa y reflexiva; participativa en tanto fue un recorrido investigativo colectivo, en el que COBAFU reconstruyó su propia historia; y reflexiva en tanto la discusión y el uso de la conversación reconfiguró la historia del proceso enfocando el análisis en la intervención con estos grupos juveniles.

Como una de las principales reflexiones de la sistematización, se encuentra el límite social y cultural: la construcción social del "barra brava", instalada en las diferentes capas sociales incluyendo el sentido común. Además, el choque ante la naturalización de la violencia como lo dado, el constante instalado en la identidad del barra. La riña, la competencia, la jerarquía, el estatus: construcciones de sentido que nos ponen una cerca para el movimiento. En ese sentido, ¿cómo corremos de lo dado? ¿Cómo correr el límite hacia nuevos lugares de despliegue que nos permitan construir alternativas?

Para ello, encontramos algunas características para la intervención socio-comunitaria:

COBAFU nos enseña que la intervención tiene que ver con el nivel de implicancia y cercanía que se genere con el grupo social; la importancia de entablar relaciones cercanas y afectivas en las que se intercambian experiencias, saberes y donde las conversaciones cobran importancia para construir nuevas comprensiones sobre el otro, de tal manera que se asumiera la responsabilidad de hacer parte de la historia y se detuvieran los hechos violentos. Por otro lado, en el ejercicio de la organización social, se abren capas de análisis de la realidad social que en individual no son visibles, entendiendo así, que las problemáticas de las barras futboleras constituyen una lucha social, una lucha por la igualdad, por la dignidad y por la legitimidad de un grupo popular, activo y perteneciente de la ciudad. Por último, a intervención socio-comunitaria debe ser pensada desde el territorio (como unidad de intervención, el barrio), desde el trabajo organizado y en colectivo y en fuerte crítica sobre el rol del interventor.

La perspectiva crítica en la formación del Psicólogo Comunitario

Jaime Andrés Quiroz Lesmes, Universidad Católica de Colombia, Luis Carlos Duque Naranjo, Universidad Católica de Colombia, Luis Eduardo Rodríguez Rincón, Universidad Católica de Colombia

El Servicio Social Comunitario (SSC) tiene una larga tradición en la Universidad Católica de Colombia; por múltiples factores ha tenido un largo trasegar dentro de la facultad de psicología, iniciando en la unidad de investigación, pasando por el área de docencia, posteriormente por extensión universitaria para finalmente regresar a la unidad investigativa. Lo anterior, lejos de debilitar el proceso permitió su crecimiento y reconocimiento a nivel institucional, destacándose como un espacio científico, riguroso y comprometido con la transformación de la realidad, que permite la formación teórica, metodológica, práctica y personal de los estudiantes que encuentran en este una modalidad de trabajo de grado para obtener el título de psicólogo (a), por medio de la realización de una investigación comunitaria. Teniendo en cuenta lo anterior el objetivo del presente trabajo es socializar los aportes realizados desde el SSC a la formación de psicólogos y psicólogas con conciencia crítica y vocación liberadora. Dentro de la formación de una postura crítica y de sujetos políticos es necesario reconocer que estos no recaen solamente en la universidad, sino que es el resultado de un proceso más complejo y distante en el tiempo. La génesis de una postura de esta índole es personal, inherente a la historia de vida de cada individuo, de sus experiencias con la realidad y a la configuración psicológica que hace de la misma, sin embargo, esta configuración tiende a organizarse, a nutrirse a profundidad en contenido,

significado, sustento teórico y metodológico en el ámbito académico, que posteriormente se traduce en una práctica consistente, perseverante, rigurosa, comprometida y liberadora, como la que se expondrá a continuación. Una de las investigaciones destacadas y que permite puntualizar el trabajo que se realiza dentro del SSC fue la que se desarrolló en una vereda del municipio de Suacha (Cundinamarca, Colombia) denominada Una experiencia de Investigación Acción Participativa con la comunidad de la Vereda El Charquito. Esta investigación contó con la metodología de Investigación Acción Participativa (IAP) que tuvo dos fases; una fase de diagnóstico, con el objetivo de conocer las necesidades, problemáticas y potencialidades de la comunidad a partir del contacto y el trabajo conjunto con sus miembros, y la segunda fase, en la cual se llevó a cabo una intervención conjunta entre agentes externos e internos donde se evidenció la vocación liberadora de los primeros propiciando la problematización y la movilización de conciencia de la comunidad que abandonó su letargo y se encausó en un proceso de transformación. Entre los resultados de este proyecto se resalta la importancia del SSC, ya que, por medio de este se impactó positivamente a la comunidad, y además, se propició el desarrollo de habilidades investigativas en los estudiantes que adelantaron el proceso. Basta revisar los resultados y las conclusiones de la praxis en cuanto al diagnóstico psicosocial, la intervención psicosocial y los elementos teóricos del proyecto, para comprender el aporte hecho a la formación de psicólogos comunitarios comprometidos con el cambio y el progreso de la sociedad.

Las prácticas artísticas callejeras como espacios alternativos para la participación comunitaria y la construcción de conocimiento y conciencia social

Ana Maria Gallo, Universidad de Chile

El arte callejero le ha permitido al hombre expresar visiones de mundo y plasmar historia. Este tipo de creación artística presenta la posibilidad de crear lazos de comunicación con los demás, de construir tejido social y de mostrarle a la sociedad lo que es inexpresable por medio de los circuitos oficiales de comunicación, demandando un lugar protagónico en la construcción de la ciudad. En la actualidad, el arte de la calle se ve inmerso en una dualidad política, ya que a la vez que es promovido por las instituciones públicas y privadas, es considerado como transgresión a la ciudad y al espacio público. A pesar de esto, estas prácticas han crecido, recuperando las raíces de una tradición que resurge con fuerza en la cultura urbanística y constituyéndose en un sistema de relaciones que nace del seno de la vida contemporánea, del hilo dinámico del presente siglo. El arte urbano no tiene como única misión decorar la ciudad, sino generar modos alternativos de pensarla y de construir saberes, conocimiento y conciencia sociopolítica, aprovechándose de los espacios públicos para la participación colectiva y democrática. Objetivo: Conocer como las prácticas artísticas callejeras propician espacios alternativos a los espacios institucionales, de participación comunitaria y construcción de conocimiento y conciencia social. Metodología: El presente ejercicio investigativo se realizó bajo un diseño de tipo cualitativo, a partir de un método de investigación acción participante (IAP), el cual permitió construir el conocimiento desde la interacción y la comunicación con los sujetos participantes de la investigación: los líderes ejecutores de las prácticas artísticas

(quienes promovían los espacios de encuentro y reflexión en espacios públicos de diferentes localidades, convocando de diversas formas a los habitantes de éstas) y los miembros que asistían voluntariamente a éstos espacios por su propio interés social y personal. Resultados y Conclusiones: Los espacios públicos en las diferentes localidades son aprovechados para los encuentros comunitarios en los que se construye ciudad y conciencia política a partir del diálogo, la reflexión y la realización de diferentes prácticas artísticas como elemento articulador de vínculos comunitarios y de construcción de espacios alternativos a los académicos e institucionales para construir saberes y conocimientos. Estos espacios procuran conservar la memoria de las comunidades y grupos, la cual se va perdiendo progresivamente gracias a los mensajes publicitarios, que se apropian de la ciudad y pueden llegar a ser elementos de enajenación y pérdida de los rastros de identidad colectiva. "El artista participativo sella un pacto con la democracia, el de la consolidación social. Funda su obra sobre la intuición de un déficit de comunicación, sobre el sentimiento de un desigual reparto de lo sensible. EL artista participativo actúa porque le parece que el arte puede poner aceite en el mecanismo de la vida colectiva y al hacerlo, convertirse en un multiplicador de la democracia" (Ardenne, 2006, p. 124)

Metodología de intervención comunitaria. Dos estrategias, una posición necesaria y una condición de posibilidad.

Claudia Mónica Salazar Villava, Universidad Autónoma Metropolitana

Introducción. La intervención comunitaria desarrolla estrategias mediante las que se inserta en el agonismo social. No obstante, se trata de estrategias de inclusión y diferenciación, de incesante creación de sentido, de destitución y constitución de identidades, y no de estrategias gobernadas por la ilusión de arribar finalmente a un momento en el que cesen las confrontaciones puesto que el adversario ha desaparecido. Las estrategias fundamentales de la intervención comunitaria así comprendida son la interrogación y la narración. Una le abre paso a la otra y viceversa, así incesantemente para instigar la aparición de formas de la acción colectiva. Síntesis. Lo anterior significa que el carácter de la intervención comunitaria orientada por la construcción de autonomía es esencialmente interrogativo y por tanto, se halla impregnado por negatividad y ausencia de certezas. Frente a toda afirmación, hace advenir la pregunta, el cuestionamiento, la puesta en duda de lo que ha sido afirmado, es decir, opera negativamente mediante la potencia imaginaria que hace posible rechazar que lo dado se presente como si fuese inamovible. Por la otra parte, la intervención apela a la emergencia de una narrativa singular cuya construcción es necesariamente colectiva, pues aquello que se narra no ha sido nunca vivido o pensado en aislamiento, sino siempre con otros. Si es que interrogar y narrar son las estrategias de la intervención, ellas reclaman a su vez una actitud o posición necesaria que es la escucha recíproca, la posición de apertura hacia el otro en el deseo de ser afectado y la urgencia de ser constituido por éste. La escucha suspende las certezas para dar lugar a la palabra del otro y se abre al incesante fluir de sentidos que desprende su relato, constituyendo el sentido común como régimen de inteligibilidad. La escucha a su vez, involucra entonces como condición el trabajo de interpretación, territorio sombrío e incierto en el que se procura la inteligibilidad, pero en el que al mismo tiempo se niega la transparencia y univocidad del lenguaje y del sentido, y en el

que permanecen siempre los restos de lo incomprendido, pese a la reducción propia de la conformación de equivalencias. Tenemos entonces, en síntesis, que la intervención como acción política, se vale de dos estrategias –interrogación y narración–, una posición necesaria –de escucha– y una condición de posibilidad –la interpretación–.

Objetivo. Reflexionar sobre la metodología de intervención comunitaria orientada hacia la construcción de autonomía.

Mujeres del movimiento en contra de la supervía: sus redes sociales de apoyo

Carlos César Contreras Ibáñez, Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, María del Carmen Gutiérrez Hernández, Cuenta propia

El presente trabajo es parte del resultado de una investigación acción participante en el campamento 26 de julio del Frente Amplio contra la supervía Poniente en la Ciudad de México. Se realiza dentro de un contexto urbano-comunitario, donde las tradiciones ancestrales y la relación con el medio ambiente aún están presentes, por lo que la psicología comunitaria es una de las disciplinas que potencian la organización y el empoderamiento de la región. Se relaciona con el eje de movimientos sociales al ser un grupo de personas organizadas que en diferentes momentos históricos se han opuesto a la construcción de proyectos carreteros que modifican su entorno en beneficio de constructoras particulares, en perjuicio de los habitantes del lugar y la zona conurbada. Dicho trabajo contribuye a observar los límites y retos que como psicólogos comunitarios se tienen, ya que forma la necesidad de expresar una postura ante una serie de eventos o políticas establecidas por los gobiernos dentro de la sociedad, sin embargo el que hacer del psicólogo comunitario está atravesado por una serie de situaciones que fortalecen o disminuyen, dependiendo del tipo de acciones que deciden entablar como respuesta. Este trabajo expondrá solo el eje de las redes sociales de apoyo, al considerarse vital como sostén del Campamento 26 de julio. Objetivo: Describir y entender desde una visión psicosocial el establecimiento o modificación de los vínculos que las mujeres del campamento 26 de julio tienen con sus redes sociales de apoyo. Metodología: La metodología utilizada fue cualitativa, utilizando entrevistas a profundidad, y entrevistas cruzadas aplicándose también un instrumento basado en el ASSIS, a partir de correlacionar a las entrevistadas con una serie de preguntas para ver cómo estaba conformada la red y a partir de que circunstancias. La población entrevistada fue de 36 mujeres, entre los 8 y los 76 años de edad. Las entrevistas se realizaron en el campamento después de las asambleas informativas de los domingos, y durante las marchas. Resultados: Los resultados obtenidos fueron: En general las mujeres no son conscientes de la forma en que llegan al movimiento, observando que las redes sociales de apoyo se daban antes del movimiento en la estructura familiar, la red en la comunidad data de un año. Mostrando una red social de apoyo endeble al interior del movimiento, ya que la red se muestra por familias definidas. Conclusiones: Las redes sociales femeninas están basadas en el hacer cotidiano, por lo que llegan a ser muy endebles cuando se someten dichas redes a la incertidumbre de una inestabilidad patrimonial, como ocurrió en el campamento 26 de julio. Por lo que la forma de la reproducción social es fundamental para poder modificar las relaciones personales, no solo al interior del movimiento, sino en la vida cotidiana.

Mujeres Trabajando...Forjando caminos hacia la sustentabilidad comunitaria en una zona de pobreza extrema en México

Angélica Ojeda García, Universidad Iberoamericana, Cd. de México

Este proyecto nace de uno que hospicia The White House en los Estados Unidos desde 2009, titulado Project Fatherhood y el cual busca fortalecer a las familias desde la participación activa de rol de padre. En México, es la madre la que lleva un rol mucho más activo y participativo, por eso es que el presente proyecto, desde dicho rol es que busca incidir e impactar regionalmente y generar bienestar subjetivo, individual, familiar, comunitario y social. Existen estudios que refieren que desde el rol de madre tiene toda la energía necesaria para movilizar a todos los miembros de la familia hacia conductas proactivas. Su cercanía es un factor determinante en lo sucesivo, para la vida social y de logros de sus miembros y de ellas mismas. Son particularmente, las transmisoras de los valores y normas sociales a sus descendientes; así como de promover éstos en la comunidad, hacia facilitar la adaptación social del grupo de referencia. Por lo que el presente proyecto buscó trabajar por la dignidad de las familias en condiciones de vulnerabilidad y promover una sustentabilidad comunitaria desde la participación de las mujeres en su rol de madres, en cuatro líneas de trabajo: a) La implementación de una metodología estratégica e innovadora conocida como Matriz-Síntesis de evaluación y delimitada para la misma comunidad y complementada con otras técnicas: arte terapia en grupos vulnerables, visión a futuro. b) La implementación de un proyecto psico-educativo dónde aprendan técnicas de arte para el fortalecimiento de su yo interno y externo y, al mismo tiempo vivan lo que ellas pueden generar si se integran como equipo colaborativo. c) La identificación y el trabajo de parámetros comunitarios con enfoque de género que permiten delimitar una línea de trabajo desde las participantes para definir acciones afirmativas a favor de las participantes y hacia la sustentabilidad comunitaria y d) La autoevaluación de la implementación del proyecto y su metodología, con la finalidad de hacer un pronóstico a futuro de tales proyectos comunitarios psico-educativos. Desde estas 4 líneas de trabajo que se trabajó en el desarrollo y acompañamiento de diferentes proyectos comunitarios generados de las necesidades de sus habitantes (en este caso madres). Este acompañamiento abarcó desde la sensibilización, detección de necesidades, planeación, ejecución como evaluación de dichos proyectos, con la finalidad de fortalecer a un grupo de mujeres (actores sociales) a través de otras mujeres (académicas) y desde sus áreas de expertise. Usando técnicas cualitativas, de sensibilización, de intervención con arte, de estructura, organización comunitaria y una matriz-síntesis de evaluación que se pudo integrar una metodología hasta cierto punto innovadora y de gran impacto al servicio de la comunidad. Los resultados permiten exponer 4 de los proyectos que se están implementando (pues siguen en esa etapa de consolidación). Se discute su pronóstico como herramienta de trabajo comunitario desde su sustentabilidad y visión a futuro. Esta propuesta refleja la integración de diferentes puntos de vista y abordaje hacia un bien común, lo que dio como resultado una metodología innovadora hacia la sustentabilidad comunitaria.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação / Eje Académico-Formación / Axis Academic

Paysandú: La formación en Psicología Comunitaria en un Programa universitario de Salud.

Flavia Vique, Universidad de la Republica, Patricia de la Cuesta, Universidad de la República, Uruguay

Se presenta la experiencia de construcción de un perfil en Psicología Social Comunitaria para la formación de grado en Psicología en la zona litoral del Uruguay. Se analiza y reflexiona sobre el proceso de organización de los cursos, la metodología de enseñanza, la articulación con otras disciplinas de la salud y con un Programa de desarrollo de Salud Comunitaria. En nuestro país, la Psicología Social Comunitaria es una subdisciplina científica que ha configurado objeto, desarrollado instrumentos y principios generales, interpretaciones y explicaciones, conformando un conjunto sistémico de premisas y conocimientos, en una práctica y en un proceso de constitución de teoría. Se ha caracterizado por intervenir en forma privilegiada en sistemas sociales, en niveles promocionales y preventivos y por medio de una relación participativa con los destinatarios. La propuesta de consolidación de la Licenciatura de Psicología en la región, aporta a la construcción del paradigma de salud comunitaria, tomando así las necesidades del contexto regional y formando profesionales con este fin. La salud comunitaria fue priorizada a la hora de diseñar los planes estratégicos de desarrollo para la región, considerando no solo los antecedentes de la Facultad de Psicología allí, sino también las problemáticas emergentes en ese territorio y la historia de los procesos universitarios que promovieron estos desarrollos. La incorporación del paradigma de salud comunitaria implica poner la protección y promoción de la salud en el primer escalón jerárquico del quehacer profesional, por encima del quehacer terapéutico y formar fundamentalmente en teoría de la salud combatiendo el mercado de la enfermedad. El componente principal de la salud comunitaria es la gestión de salud positiva siendo de la comunidad el poder de decisión último y el equipo profesional se inserta en una posición participativa (Saforcada, 2012). Desde este posicionamiento y atendiendo a los principios de la Psicología Comunitaria, se reconstruye la experiencia a partir de documentos elaborados, una línea de tiempo y el relato de los distintos actores involucrados, la reflexión y el diálogo con los mismos: estudiantes, comunidad, instituciones locales, efectores de políticas públicas, psicólogos, docentes de medicina, tecnología médica, nutrición, obstetricia y educación física. Se problematiza sobre los ejes de sistematización de la experiencia y las praxis en las comunidades donde se realizan las prácticas curriculares. La región (Departamentos de Salto y Paysandú) cuenta con psicólogos que con un perfil de formación centrado en la clínica tradicional, así como egresados que desarrollan sus actividades en el marco de las políticas públicas del país. Se trata de conocer y analizar el impacto de estas propuestas en el colectivo de psicólogos de la región y en la comunidad en su conjunto. Se analizan las repercusiones para la región y el escenario de la psicología local, en cuanto a: el modelo de atención y de formación, el campo laboral y profesional, la vinculación con políticas de desarrollo local. Se reflexiona sobre las formas de intercambio y diálogo con las comunidades con las que trabajamos y con las que construimos los espacios pedagógicos.

Procesos residenciales y construcción de las diferencias. Desafíos para la investigación y la intervención interdisciplinarias desde una perspectiva comunitaria.

Alicia Raquel Rodríguez Ferreyra, Universidad de Buenos Aires, Cecilia Castelli Sassarini, Facultad de Psicología, Universidad de la República., Sandra López, Psicología Social

La Universidad de la República (Uruguay) está transitando por una reforma que involucra todas sus funciones. Se ha propuesto profundizar la integración entre enseñanza, investigación y extensión en espacios interdisciplinarios y en una relación dialógica con los actores sociales. En este contexto se enmarca la investigación "Transformaciones territoriales e integración barrial: las posibilidades de construir un nosotros" que se desarrolla desde 2013. Su objetivo es producir conocimientos acerca de los procesos de integración barrial en los contextos actuales. Es llevada adelante por un equipo interdisciplinario integrado por docentes y estudiantes de Psicología, Trabajo Social, Educación Física, Arquitectura, Geografía y Extensión Universitaria. Se seleccionaron dos zonas de Montevideo en las que se venían desarrollando actividades de enseñanza y extensión. Dichas zonas se caracterizan por su heterogeneidad producto de los procesos de urbanización de las últimas décadas. La diversidad en las trayectorias residenciales, las formas de llegar a los territorios, las modalidades de construcción del hábitat, etc., adquiere un carácter conflictivo. La diferencia es difícilmente aceptada y entre distintos grupos residenciales se genera una mutua discriminación y estigmatización, incrementando la insatisfacción residencial y la desconfianza en el "otro". Estas respuestas muestran tendencias instaladas socialmente, donde lo diferente se experimenta como amenaza más que como oportunidad en términos de construcción colectiva. La metodología es la de la investigación-acción. A los procesos de intervención que se desarrollan en ambos territorios, se incorporaron objetivos específicos para la producción de conocimientos. Se realizaron observaciones sistemáticas de las zonas delimitadas, entrevistas en profundidad a informantes calificados, revisión de fuentes secundarias y un análisis de contenido de los registros de las acciones universitarias desarrolladas en conjunto con los actores sociales.

La ponencia comparte algunas reflexiones a partir de los resultados alcanzados hasta el momento: -La necesidad de revisar el problema de investigación e intervención a partir del análisis de nuestro posicionamiento como agentes externos/as ante las tensiones encontradas en el intento de promover integración en contextos en los que las dinámicas instaladas resisten a la misma. Se produce un corrimiento desde la pregunta por la construcción de lo común, a la de la configuración de la diferencia. -La importancia de focalizar en las dinámicas de conformación del equipo interdisciplinario, y el carácter de la construcción del nosotros y de lo diverso en ese ámbito, en interdependencia con el abordaje del problema de investigación e intervención. -Los desafíos en el desarrollo de una estrategia metodológica que exige articular las lógicas de los procesos de intervención con las de producción de conocimientos en un marco institucional, el universitario, en el que ambas están dissociadas. -La exigencia de implementar dispositivos formativos coherentes, lo que exige flexibilizar los programas curriculares de cada disciplina para instalar procesos de enseñanza-aprendizaje interdisciplinarios en el desarrollo de acciones de investigación e intervención

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

desde una perspectiva comunitaria. La experiencia contribuye en varios sentidos a la Psicología Comunitaria: en el abordaje de los problemas del hábitat y el territorio, en las estrategias metodológicas y en la formación interdisciplinaria para el trabajo comunitario.

Proyecto Universidad Barrio, estrategia para el fortalecimiento de redes sociales

Ana Lucía Sánchez Villafañe, Universidad del Valle

La Universidad Cooperativa de Colombia (UCC) respondiendo a la visión de consolidarse como una entidad "comprometida con la construcción de espacios de desarrollo personal y profesional" y desde propósitos fundamentales como la búsqueda del "mejoramiento de la calidad de vida de las comunidades" hace pertinente el desarrollo de propuestas de investigación y de intervención social que posibiliten la ejecución de acciones que viabilicen tanto la discusión académica frente a problemáticas sociales actuales como el diálogo con las comunidades receptoras, para la construcción de alternativas de desarrollo cultural sostenible, especialmente en las comunas 18 y 54, zona en la que se encuentra ubicada la Universidad. Por esta razón, el proyecto Universidad Barrio desde la reflexión académica tiene como propósito fortalecer el trabajo en red de las organizaciones comunitarias para la protección de niños y niñas de 0 a 8 años de las comunas 18 y 54 de la ciudad de Cali, desde el desarrollo de estrategias que permitan la implementación de intervenciones sistemáticas e integrales en educación y salud; así como de estimulación emocional y social (Desarrollo Infantil Temprano). Este enfoque hace referencia al desarrollo de proyectos y propuestas que vinculan a toda una comunidad en el mejoramiento de las oportunidades de desarrollo, y de esta manera, elevar la calidad de vida de todos sus miembros, en especial de los más jóvenes. En este sentido, el desarrollo de la Redes comunitarias constituye una valiosa oportunidad para que la comunidad fortalezca un lugar proactivo respecto a sus dificultades, vinculando al ciudadano común a que se comprometa en la solución de los problemas. Este proyecto constituye la oportunidad de fortalecer los lazos entre la comunidad y las instituciones que atienden a los niños (escuela), como aquellas que abordan la violencia familiar (sector salud y judicial) que permita un accionar conjunto más efectivo y favorezca el desarrollo del tejido social en las comunidades participantes. Es precisamente desde esta estrategia que es posible abrir espacios vitales generadores de autonomía, participación crítica y creatividad en todos los miembros de la comunidad y desarrollar sus potencialidades físicas, sociales e intelectuales; mediante la creación de condiciones adecuadas para la recreación, convivencia, seguridad y construcción de conocimiento, a fin de favorecer la adopción de estilos de vida saludables y conductas protectoras del medio ambiente. La metodología propuesta parte de considerar que las relaciones sociales tienen una historia que puede ser resignificada, y que esta resignificación tiene como efecto la transformación en las dinámicas relacionales. Por lo tanto, la metodología se construye a partir del llamado diálogo de saberes, el cual se rige por una serie de principios filosóficos y axiológicos como los de la Autonomía, la Participación, la Identidad, la Prioridad, la Producción de Saber, la Integralidad, la Solidaridad, la Justicia, la Autogestión, la Práctica y la Tolerancia.

Proyectos gerontológicos orientados a resultados

Dante Gazzolo Durand, Universidad Ricardo Palma

Se desea presentar un trabajo de corte comunitario que realiza la Universidad Ricardo Palma con el colectivo de personas adultas mayores como una actividad de intervención social vinculada al quehacer académico. A partir de un enfoque de proyecto social orientado a resultados de acuerdo a estructura de trabajo fomentado por el BID se desea mejorar la calidad de vida de personas mayores del distrito de Villa El Salvador en Lima – Perú, tratando de fortalecer el trabajo comunitario hacia este colectivo de personas poco visible para los gestores de políticas pública del país. Se desea relacionar esta escasa visibilidad de estas personas con la promoción de la salud mental y social como una exigencia de sus derechos como ciudadanos de este país. Los componentes del programa articulan aspectos psicosociales que desean ser una respuesta básica pero efectiva a los escasos servicios que reciben así como también fortalecer el capital social de estos adultos mayores. Además la propuesta apunta a formar valores en los universitarios con actividades intergeneracionales en las que además de poner en práctica sus conocimientos adquiridos van comprendiendo la noción de ciudadanía de manera mutua y recíproca con esta población de personas mayores.

A través de un marco de resultados en los que se identifican productos, efectos e impactos que se desean alcanzar con esta iniciativa de desarrollo social estamos promoviendo el intercambio de esta experiencia académica con el gobierno local y con organizaciones sociales de base. De igual modo presentaremos un esquema de monitoreo del proyecto social a través de indicadores construidos para resultados, efectos o impactos. Esperamos discutir la importancia de este tipo de trabajo psicológico comunitario tratando de articular en los alumnos de la Facultad de Psicología la necesidad de responder a las necesidades sociales del país a partir de la internalización de proyectos sociales con fuerte compromiso social hacia grupos socialmente vulnerables en el país como son las personas adultas mayores pero desde esta perspectiva de rendición de cuentas de tal forma de estimular desde la psicología la importancia de promover políticas públicas con la consecución de avances sociales que diferencien una enseñanza de la psicología comunitaria de acuerdo a los parámetros de desarrollo social en este siglo XXI que esté ligada a la eficacia en el desarrollo para demostrar que nuestras intervenciones sociales logran y demuestran resultados verificables asociados con mejoras sostenibles en las condiciones de vida de grupos sociales y los psicólogos comunitarios aprendemos a utilizar lecciones aprendidas para mejorar nuestra praxis profesional.

Psicología comunitaria y prácticas socio-comunitarias en la formación universitaria.

Enrique Teófilo Saforcada, Universidad de Buenos Aires, María Paula Juárez, CONICET- Universidad Nacional de Río Cuarto

Introducción: La Universidad Nacional de Río Cuarto (Argentina) inició en el año 2009 un proceso de curricularización de las prácticas socio-comunitarias, entendidas estas como experiencias de aprendizaje realizadas entre estudiantes, docentes y sectores de la comunidad, algunos de ellos en situación de pobreza, dirigidas a contribuir a la comprensión, abordaje y resolución de problemáticas

sociales críticas. En este trabajo se reflexiona acerca de las contribuciones que la psicología comunitaria efectúa en cuanto a lograr el desarrollo de conciencia social y responsabilidad ciudadana por parte del alumnado universitario. Objetivo: Se parte de la pretensión de analizar los paradigmas de formación imperantes en la universidad y el aporte que la psicología comunitaria puede realizar para dinamizar aprendizajes que promuevan praxis, criticidad y problematización de la realidad desde un paradigma social-expansivo que toma en cuenta la integralidad implicada en los procesos de trabajo comunitario, la interdisciplina, una actitud del profesional o futuro profesional ante las demandas sociales basadas en el respeto a la diversidad y el relativismo cultural en el marco de un proceso ecosistémico que considera que el eje radica en la participación, empoderamiento y autogestión de las propias comunidades; entre otras características que lo diferencian profundamente del habitual paradigma individual-restrictivo que impera en las universidades argentinas. Metodología: Se utiliza una metodología cualitativa basada en el análisis y reflexión de fuentes y artículos, entre ellos, la producción propia de los autores en torno al tema, al tiempo que se analizan casos concretos de experiencias de prácticas socio-comunitarias que se desarrollan en la universidad. Estos casos se estudian desde categorías analíticas tales como: a) tipos de aprendizajes que promueven; b) tipos de vínculos con la comunidad que se construyen; c) contribuciones a la problematización y transformación de la realidad; d) paradigmas puestos en juego. Se espera que estas instancias promuevan la discusión teórica en torno al tema, la reflexión crítica con respecto a la propia formación y la proyección de nuevas acciones institucionales desde perspectivas superadoras vinculadas con la verdadera responsabilidad social de la Universidad Pública. Conclusiones: Más allá de la formación específica en psicología comunitaria, el empleo de esta especialidad de la psicología es fértil a la hora de ofrecer herramientas para contribuir a la formación de estudiantes universitarios pertenecientes a otras áreas disciplinares desde las cuales realizan procesos de prácticas de intervención socio-comunitarias. Este trabajo busca mostrar los modos en que la psicología comunitaria puede contribuir a que las prácticas socio-comunitarias de los estudiantes promuevan: a) el incremento de las capacidades instaladas y de autogestión de la comunidad; b) la articulación de saberes académicos con los saberes populares y las necesidades sociales; c) la construcción de conciencia crítica y alfabetización política y ciudadana en los estudiantes universitarios; d) la capacidad de reflexión, por parte de ellos, con respecto a la coherencia o incoherencia entre las propias convicciones ideológico-políticas y las propuestas profesionales dirigidas a las comunidades en situación de pobreza.

Resiliencia Comunitaria: Abordaje teórico y vinculación a la formación y ejercicio de la Psicología Comunitaria en el contexto Latinoamericano actual

Loreto Leiva Bahamondes, Universidad de Chile

Las primeras nociones de resiliencia se han destacado por considerarla una característica innata que reside dentro de los individuos. Sin embargo, desde el contexto latinoamericano, en las últimas décadas se ha procurado extender su abordaje al ámbito comunitario. La resiliencia se ha destacado como un enfoque positivo de la intervención social, que conlleva una movilización de las

fortalezas y oportunidades que pueden facilitar el progreso de personas, familias y comunidades hacia una vida más digna y saludable, luego de enfrentar un impacto o situación de crisis. El énfasis que este enfoque realiza se basa en los recursos y en las soluciones, más que en las carencias o los problemas, constituyendo en un cambio de paradigma al posibilitar que los recursos internos, tanto individuales como comunitarios, no sólo sean considerados frente a las situaciones adversas o de crisis, sino que además se activen ante ellas. La información proveniente de la teoría y de la investigación sobre resiliencia es tan amplia que puede ser conceptualizada como un enfoque teórico para la práctica social, enfoque que algunos autores denominan de conducta humana basada en resiliencia. Tradicionalmente la resiliencia ha sido abordada como un constructo individual; no obstante, además de esta aproximación existe un acercamiento al concepto desde lo comunitario. El sello particular de la resiliencia comunitaria, radica en la transformación de la adversidad en crecimiento personal, relacional y colectivo a través del fortalecimiento del compromiso social existente y el desarrollo de nuevas relaciones, con acciones colectivas. No obstante, los escenarios de aplicación de la resiliencia comunitaria en el continente han variado atendiendo a la diversidad de características de las comunidades y también a las particularidades del contexto en que la adversidad se ha presentado. Sin embargo, los estudios e investigaciones sobre el tema han enfatizado en los desastres de tipo natural, por sobre las situaciones de crisis en el plano social. Lo que esta presentación propone es que a través del ejercicio teórico de revisión de la literatura y a partir de una mirada académica y de formación de la Psicología Comunitaria en la actualidad; indagar en la definición, caracterización y aplicación de la resiliencia comunitaria. Esto, con la finalidad de relevar un tema que se ha incorporado en la formación y en las prácticas comunitarias a pesar de su escaso desarrollo teórico en el marco de la disciplina. Abordando aspectos relacionados con su aproximación conceptual, su relación con la comunidad, sus limitaciones y desafíos.

Talleres UBANEX CreArte: Encuentros de Expresión y Creatividad

Lucia Arminda Rossi, Universidad de Buenos Aires

Se trata de un programa de extensión universitaria de grado de la carrera de Psicología, en el marco del programa UBANEX de la Universidad de Buenos Aires, con evaluación externa. Posee un doble carácter: de docencia, en tanto incluye alumnos de la carrera y de aplicación a un ámbito institucional externo, la Escuela de Capacitación dependiente de la Unión del Personal Auxiliar de Casas Particulares, que fue creada en 2006 y que imparte cursos y talleres para primaria y secundaria. Es dable destacar que no se trata de talleres asistenciales ni educativos sino de prevención de la salud, que funcionan en un ámbito social comunitario. Estos talleres semanales tienen como objetivo priorizar la simbolización y la socialización en la interacción que suponen las actividades de expresión creativas, de allí el origen del nombre del Proyecto: CreArte. En el permanente contacto de la institución con las alumnas se detectó un nivel de pensamiento concreto y una lecto-escritura básica diagnosticados como problemas de simbolización relacionados con los sectores humildes de procedencia; es a raíz de esto que la institución formula un pedido de ayuda para facilitar la resolución de los problemas concretos de aprendizaje. La demanda se sostiene en la intención de que las

alumnas posean, a través de los talleres, un lugar de encuentro donde expresarse, hablar de sí mismas y de los conflictos y temores. Esta experiencia, que ya lleva tres años, finalmente se transforma en tres talleres: CreArte: funcionando como un espacio de integración colectivo de generación del lazo social por medio del arte y la producción donde, mediante una amplia variedad de elementos de plástica, se llevan a cabo diversas expresiones artísticas presentadas como actos lúdicos; tras una consigna de cierre, se realiza una puesta en común de los temas que los materiales despertaron en los participantes, fomentando que se puedan tramitar simbólicamente las diversas problemáticas de vida. Hablemos: a través de temas como historias de vida, lugar de origen, fotos, publicidades, noticias, construcción de posters y collages, se funda en permanente dialéctica entre los intereses y características de los participantes priorizando su participación a través de producciones escritas, cuentos y juegos. Te Ayudamos con la Tarea: con la finalidad de abordar los diferentes problemas que el aprendizaje presenta, se busca que los participantes adopten una posición activa frente al material y al docente para facilitar el paso del dominio concreto a la abstracción que la escuela requiere.

Supervisión: se trata de una actividad de la que participan todos los docentes y alumnos del proyecto con la finalidad de que estos últimos se interroguen sobre la práctica realizada en una articulación con la teoría, abordada desde una perspectiva multidisciplinaria. Este proyecto llevó a cabo una encuesta autoadministrada para comprobar el impacto de la escuela en la construcción de la subjetividad y confirmó que la escuela se convirtió en un espacio de pertenencia y convivencia con fuerte impacto en el mejoramiento de la autoestima y la socialización.

Un concepto de comunidad para el mundo actual

Mariane Krause, Escuela de Psicología, Pontificia Universidad Católica de Chile

Se presenta una propuesta de concepto de comunidad acorde a los cambios sociales del mundo actual. Aunque el concepto de comunidad es la esencia misma de la psicología comunitaria, su objeto de estudio, teorización e intervención, y por lo tanto la razón de ser de la disciplina, su definición es compleja y a veces confusa. Además, dado que las comunidades han experimentado cambios a lo largo de la historia de la humanidad, el concepto también deberá evolucionar. Objetivo: El objetivo del presente trabajo es, entonces, actualizar la definición conceptual de comunidad. Metodología:

Metodológicamente, primero se analizará distintas definiciones, discutiendo sus elementos esenciales, para luego reflexionar críticamente sobre su adecuación en relación con las transformaciones que en la actualidad manifiestan las comunidades. Luego se proponen siete dimensiones que son transversales a las diferentes definiciones revisadas y se ejemplifican a partir de experiencias concretas de acción comunitaria.

Resultado: Como resultado de este análisis se presenta una propuesta conceptual que organiza la definición de comunidad en función de siete dimensiones centrales: psicológico-emocional, relacional, de acción, tiempo y espacio, motivacional, cultural y de identidad social. 1. Dimensión psicológica-emocional: Considera el sentido de comunidad en su definición más estricta, incluyendo: -membresía; -conexión emocional

-sentido de pertenencia (sensación de tener un lugar en el grupo, de ser aceptado y de disfrutar de seguridad emocional); 2. Dimensión relacional: Se compone de elementos centrales de las relaciones sociales habituales como: -comunicación; -mutua influencia y poder entre miembros; -compromiso mutuo. Desde la psicología social se puede entender como cohesión grupal. 3. Dimensión de acción: Los miembros de la comunidad comparten acciones, en particular, dirigidas a objetivos comunes, implicando: -acción colectiva; -participación social. 4. Dimensión espacial y temporal: Aún teniendo en cuenta que en los tiempos modernos los límites del tiempo y el espacio de las comunidades son más fluidos que en las comunidades tradicionales que tienen fuertes raíces territoriales, cada comunidad implica una definición espacial y temporal que, junto con la definición de sus miembros, caracteriza sus fronteras. 5. Dimensión motivacional: -Las conceptualizaciones actuales incluyen objetivos y necesidades compartidos entre los elementos centrales de la definición de comunidad. 6. Dimensión cultural: Incluye elementos relacionados con la construcción de significados compartidos, tales como: -símbolos comunes; -memoria colectiva; -representaciones sociales; -rituales y ceremonias; -desarrollo de una historia común. 7. Dimensión de identidad social: -Los miembros de una comunidad se reconocen como tales y distinguen su comunidad como tal. -La identidad social está relacionada con la membresía, en el sentido de que algunas personas son consideradas pertenecientes a la comunidad, mientras que otras no. A partir de estas dimensiones se distinguen los componentes esenciales de la noción de comunidad, siendo posible diferenciarla de otros grupos o asociaciones (familia, redes sociales, instituciones). Conclusiones: Se discute --a la luz de ejemplos provenientes de la práctica-- cómo estas siete dimensiones son de utilidad no solamente para la definición de comunidad, sino como orientación de la acción comunitaria. Finalmente, se propone una nueva definición de comunidad, adecuada para los desafíos del mundo actual.

Vinculación comunitaria en escenarios Mayas: reflexiones en torno a la formación profesional intercultural en salud de jóvenes universitarios

Deira Patricia Jiménez Balam, Universidad Intercultural Maya de Quintana Roo,
Maria Cristina Montejo Briceño, Universidad Intercultural Maya de Quintana Roo

Actualmente la educación superior juega un papel importante en el desarrollo de los individuos, las comunidades y las naciones. La enseñanza se orienta hacia la formación integral de profesionales que puedan analizar los problemas en su entorno y proponer, implementar y evaluar soluciones a los mismos, de acuerdo con las necesidades que demande la sociedad. Esta formación debe incluir la consideración de la cultura y el análisis crítico de elementos estructurales, tales como las políticas públicas y la perspectiva histórica. La vinculación comunitaria, particularmente con las comunidades rurales y/o indígenas, constituye un elemento fundamental que contribuye a la formación integral de jóvenes universitarios, particularmente en los valores y el compromiso con el desarrollo local. Los aportes de la psicología comunitaria en la formación de jóvenes orientados a prácticas e intervenciones comunitarias es de suma importancia para comprender mecanismos individuales y colectivos del estilo de vida y las

formas de lograr intervenciones que puedan impactar positivamente en las comunidades. Esta ponencia tiene como objetivo describir las experiencias, docentes y estudiantiles, adquiridas durante el proceso de formación profesional de jóvenes de la carrera de salud comunitaria de una universidad intercultural, quienes desarrollan proyectos de vinculación en comunidades con población indígena Maya. Desde una metodología participativa se realizaron talleres y entrevistas a 30 estudiantes de licenciatura. Se presenta una síntesis de la situación actual de la vinculación comunitaria en la institución, se expresa, particularmente, la voz de los estudiantes respecto a su participación en estos espacios académicos y comunitarios en cuanto a cómo esas experiencias contribuyen a su formación integral y el impacto social que tienen las diferentes actividades académico-profesionales que ahí se realizan. Exponemos un análisis sobre las oportunidades y obstáculos que ofrece el programa de vinculación comunitaria institucional para la formación de los estudiantes, así como áreas de oportunidad para su mejoramiento. Como docentes hemos tenido la oportunidad de consolidar los conocimientos y habilidades construidos en las aulas escolares a través de la práctica en escenarios reales, creando sincretismos entre la psicología comunitaria, la educación popular y la interculturalidad. Como profesionales en psicología nuestra contribución ha sido considerar el desarrollo de habilidades sociales y de autocuidado en la formación de los estudiantes, que les permitan interactuar con mayor facilidad con las personas de la comunidad, a la par de brindar herramientas metodológicas para el análisis de la realidad, a niveles macro y micro, para realizar un diagnóstico integral y consensar con la comunidad estrategias de intervención efectivas. A partir de éstas experiencias, discutimos como las contribuciones de la psicología comunitaria impactan en el trabajo que se realiza en las comunidades Mayas desde una postura crítica y comprometida de los estudiantes, su apertura y sus posturas favorables ante la sustentabilidad, la inclusión y la valoración de su identidad y cultura. En conclusión, la formación en vinculación e intervención comunitaria de los jóvenes universitarios articula conocimientos técnicos, herramientas metodológicas, habilidades sociales, sentido crítico y ético, para lograr un contacto más humano y transformador, anclándose fuertemente en su cultura y lengua Maya.

¿Es posible anclar territorialmente el sentimiento de comunidad?

Loreto Leiva Bahamondes, Universidad de Chile, Paula Vignale, Universidad de Buenos Aires

Se partió de la conceptualización original del sentimiento psicológico de comunidad de Sarason (1974) y los aportes de Sánchez Vidal quien define como un, "sentimiento de que uno es parte de una red de relaciones de apoyo mutuo, en las que se puede confiar, el sentimiento de pertenecer a una colectividad mayor. Incluye la percepción de similitud de uno mismo en relación a otros integrantes, la interdependencia de ellos, la voluntad de mantener esa interdependencia (sobre la base de la reciprocidad) y el - sentimiento de formar parte de una estructura social mayor estable y fiable- (sentido de pertenencia o integración social)". (1996:45). A partir del predominio de las comunidades virtuales y de intereses, el territorio se despegó de la comunidad, cuando en realidad existen elementos físicos relevantes para reforzar y mantener el sentimiento de comunidad. Estos

referentes espaciales cambian a lo largo del tiempo, pero la relevancia y el sentido que representan, perduran para los miembros de la comunidad (Vignale, 2013).

Objetivo: El objetivo del trabajo fue aportar algunos referentes espaciales que permiten vincular el sentimiento de comunidad con un territorio urbano entendido como barrio.

Metodología: Este estudio utilizó una metodología cualitativa, se realizaron entrevistas semidirigidas a vecinos adultos del barrio Villa del Parque de la ciudad de Buenos Aires, Argentina. La información fue analizada y categorizada a partir de la Teoría Fundamentada (Glaser & Strauss, 1967). Resultados: El sentimiento de comunidad como concepto multidimensional y situacional, se relacionó con elementos físicos tales como: comercios, espacios verdes, calles, monumentos, escuelas, etc. Estos permitieron identificar los lugares e instituciones que tienen una carga valorativa para los vecinos y que materializan, la historia del lugar, los elementos de identificación, los espacios de socialización, los puntos de conflicto, las áreas de participación, etc. Conclusiones:

Los miembros de una comunidad muchas veces representan una fuente importante de apoyo social para otras personas que comparten el mismo espacio de residencia o trabajo. Por lo tanto, la existencia de lugares de sociabilidad cara a cara es un recurso que debe contar una comunidad residencial para fortalecer los lazos, la identidad al lugar, las tradiciones, la historia, entre otros. Este trabajo no cuestiona la existencia de nuevos tipos de comunidades que prescindan de la territorialidad. Sino que aporta una visión integral al incorporar la dimensión física a los aspectos psicosociales que dan cuenta del sentimiento de comunidad.

Arte y transformación social: aportes de la terapia de artes expresivas y el teatro del oprimido a la psicología comunitaria

Luciana Córdova Huaytán, Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP)

¿Qué hacer en una comunidad donde las mujeres señalan como problema la desconfianza mutua por un lado y, por otro lado, su miedo a hablar, tanto en la esfera pública como en la esfera doméstica? Si reconocemos que los cambios sociales requieren de la participación y la acción colectiva, la situación de estas mujeres nos coloca en un impasse: para participar hay que hablar - para hablar hay que perder el miedo y confiar. Ante esta situación, las terapias basadas en la palabra exclusivamente (la conversación, el diálogo) no son las más adecuadas. Es necesario por ello proponer formas de interacción comunicativas alternativas como paso previo a que "las mujeres tengan voz". En ese sentido, a partir del análisis de un caso realizado con mujeres de una zona rural en situación de pobreza de la costa sur peruana y afectada por el terremoto del año 2007, el objetivo de este trabajo es proponer las ventajas de apelar a los aportes de la terapia de artes expresivas (TAE) y el teatro del oprimido (TO) a la psicología comunitaria. En cuanto a la metodología, en esta experiencia se puede identificar dos grandes etapas: la primera se basó en el juego y el uso intermodal de las artes expresivas, con énfasis en los temas de "perder el miedo-confiar", a partir de encuentros lúdicos y creativos; la segunda giró en torno a la aproximación del teatro del oprimido que posibilitó la creación colectiva y representación de una obra de teatro y, con ello, el uso de la palabra desde una posición imaginaria, que permitió el distanciamiento de la propia circunstancia personal a través de "personajes". La repetida puesta en escena de la obra en la esfera pública se constituyó en un acto

de participação y acción colectiva dirigida a promover cambios sociales (el tema de la obra giró en torno a la denuncia de la violencia doméstica). Este ejercicio lúdico-artístico-performativo creó condiciones para cambios individuales en la propia vida de las actrices y movilizó a su audiencia, lo cual permitió llegar al objetivo esencial de la psicología comunitaria: la participación y la acción colectiva para producir la transformación social.

En conclusión, vista como piloto, esta experiencia podría tener dos potenciales contribuciones. La primera tiene que ver con la formación profesional en psicología comunitaria, que debe incluir enfoques y herramientas basadas en la creación artística y la ampliación del rango de juego que permitan elaborar colectivamente problemas afectivos (desconfianza-miedo, por lo demás, anclados en una larga historia de dominación), como paso previo a la deliberación y a la acción. En segundo lugar, en términos de políticas públicas, esta experiencia sugiere que las "intervenciones" sociales que en general requieren participación colectiva, deben incluir un componente de elaboración del mundo afectivo como condición necesaria para el logro de los objetivos que se planteen, en particular, para promover la equidad de género en la esfera pública.

A Mutlilevel Analysis of Philanthropic Behavior in Families: Is Giving about Who You Are or Who You Know?

Lindsay Bynum, University of Illinois at Chicago, Lindsay Bynum, University of Illinois at Chicago

A number of demographic factors have been associated with charitable giving and volunteerism. Demographic predictors of philanthropic behavior include marital status (Bekkers & Wiepking, 2011), income (Regnerus et al. 1998; Wiepking 2007), and education (Clary, Synder & Stukas, 1996; Cnaan & Cascio, 1999, Borgonovi 2008). These variables have been show to have a positive relationship with giving time and money. Individual characteristics like income, education, and marriage are highly correlated within families, however we know little about the impact that family has on philanthropic behavior. Studies on philanthropic behavior tend to look cross-sectionally at one location/type of cause, and draw conclusions about volunteers or donors. The purpose of this project is to addressees whether where you're nested (i.e. your extended family membership) influences how one gives (i.e. time or money) and where one gives (i.e. type of philanthropic cause). I also analyze whether who you are (i.e. demographics like income, marital status, and education) or who you know (i.e. your extended family membership) explains more variance in philanthropic behavior. I used the Center on Philanthropy Panel Study to explore the level of extended family clustering across types of philanthropic behavior (i.e. volunteering and charitable giving) and causes (i.e. secular, religious, health based, need based). This nationally representative longitudinal study began in 1968, and has a 96% response rate, and includes 8,002 unique family units spread across 2,347 extended families. I used a 2 level random intercept regression model (a hierarchical linear model with family units nested within extended families; hierarchical linear modeling is an ecological method that lends itself well to this sort of questioning, and has larger implications for understanding philanthropy and pro-social behaviors in context.) to investigate my research questions, and found that extended family membership accounts for philanthropic behavior differently depending on where one gives, and whether

they are giving time or money. The data showed that when family clustering for volunteering exists it is robust, but it happens less often than clustering for charitable giving. Results suggest that extended family has different effects on what people do with their money and their time. The relationship between income and philanthropy is well known, and the results support the literature. However, the increase in philanthropic behavior attributed to income is minimal, and is not consistent across different types of causes. The practical implications of understanding the influences of demographic and environmental factors on different settings can have large societal consequences. 50% of human services in urban areas are provided by nonprofit organizations (Denhardt & Grubbs, 1999), over one third of nonprofit labor comes from volunteers (Connors, 1995), and 66% of Americans donate an average of \$1,872 to nonprofits annually (Giving USA 2004, 2005). Understanding more about what influences philanthropic behavior could positively impact a nonprofit agency's ability to recruit and retain both volunteers and donors. With such a need for volunteers and so many Americans giving, even a modest edge in recruitment and retention could have large effects on the sustainability and reach of nonprofit organizations.

A tale of a group of men in the community challenging the perceptions of learning difficulties and health promotion

Michael Richards , Manchester Metropolitan University

In the UK, people labelled with learning difficulties is increasing, yet it is an under researched area. In the UK, people labelled with 'learning difficulties' die earlier from preventable illnesses than the general population. They are more likely to be obese, be diagnosed with a psychotic disorder and there is a strong link between socio-economic status and poorer health, meaning people labelled with disabilities are more likely to be poor and unhealthy. The aim of this research was to explore the experiences of a group of men labelled with learning difficulties in participating in a health promotion project. The project involved 45 workshops engaging the men in creative and visual activities, which took place in a museum in the North West of England from January 2011 – February 2012. The research originated from a partnership between a local museum and a learning difficulties charity, which lasted for the same period of time. The project ended with a six month exhibition at the museum, which showcased the work of the men. In this paper, I will explain some of the methods that I used to challenge the health problems of men labelled with 'learning difficulties'. I used visual methods such as filming scenes on issues related to their lives, photography, art and craft relating to happy memories, poetry on sexuality, story writing and drama on important moments in their lives. I found that by using visual methods, the men felt comfortable and relaxed to express their views and debate the issues central to understanding men's health and actively found strategies to tackle these issues. In conclusion, community psychology is an important approach in challenging the problems and causes of the label of learning difficulties and men's health. This potentially can be improved by using strategies of change that empower the men to see for themselves their particular health issues and finding ways to prevent or change these issues. This project helped to challenge the stereotypes that surround the label of disability and instead focused on the men sharing their knowledge of the world and experiences in life in a critical consciousness way.

Aligning community needs and the university's agenda in a community project in a peri-urban township in South Africa

Anthony Naidoo, Stellenbosch University

Community engagement (also called community interaction) has been formally adopted as a higher education policy directive in the South African higher education setting specifically to foster the social transformation objectives of the new democratic dispensation. The intended goal is to have universities give specific attention to aligning the academic curriculum and research with pertinent social and developmental issues of concern in a society recovering from the legacy of apartheid. Universities are increasingly under pressure to link teaching and research with community service initiatives to meet this objective. In the process, many of these initiatives tend to entrench extant power dynamics that better serve the university's agenda rather than community needs. This presentation will describe the process engaged in negotiating and establishing a community partnership model in a small peri-urban township in South Africa. Kayamandi is an informal settlement of 40,000 people located near the affluent town of Stellenbosch. Similar to other townships, the community is struggling under the yoke of poverty. In addition to other social concerns such as teenage pregnancy and substance use, there is a high school attrition (dropout) rate among the youth and a high rate of unemployment. The lack of adequate career guidance at the two high schools in the community has been identified as a particular concern. Informed by a community psychology approach that emphasizes an ecological understanding of the context, prevention, empowerment, promoting a sense of community and social justice as important core values in engaging with communities, I describe a community partnership that is evolving to guide specific goals identified by the community stakeholders and the university role players. An integration of teaching, research and service rendering will be described which has responded to the challenge of adapting psychological interventions (and training) relevant to meeting the needs of this community. I will also reflect on some of the challenges encountered by students, lessons learnt and adaptations made in the process of this evolving university-community partnership. The conscious operationalization of community psychological principles and community based participatory processes - can play an important part in establishing more equitable partnership building and broaden the mutual focus.

Associations Between Diet And Physical Activity And Obesity Among Early Adolescents in the United States

Chris Fradkin, Blum Center, University of California

Introduction: Over the past thirty years, the prevalence of obesity among children in the U.S. has tripled. In response to this epidemic, which affects African American and Hispanic children twice as much as White children, weight management programs have focused on first-order change, through programs aimed at upgrading children's nutritional intake and increasing their physical activity. While obesity increase among children seems to have plateaued over the last few years, the challenge of reducing obesity remains. Purpose: The goal of this dissertation was to examine the association between dietary and physical activity behaviors and obesity risk among a racially/ethnically diverse sample of early adolescents. Focus was on this developmental period (ages 10-13) because children frequently

adopt weight-related behaviors in this period that sustain into adulthood. Of interest were the potential differential relationships dietary and physical activity behaviors may have with obesity risk, within and between different racial/ethnic, gender subgroups. Of secondary interest were potential differences in dietary and activity prevalences that may exist across racial/ethnic, gender subgroups. Methodology: Data were from the Healthy Passages™ study, which enrolled 4,824 African American, Hispanic, and White 5th graders in a population-based, longitudinal study, and assessed them again 2 years later. Weight status was classified using standard criteria from measured BMI into Non-Obese and Obese (27%, in 5th grade). The dietary behaviors of fruit, vegetable, fast food, and sugar-sweetened beverage consumption and the physical activity behaviors of moderate/vigorous activity and TV viewing were measured based on self-report from child. Results: Within-racial/ethnic-gender groups analyses revealed associations between dietary and physical activity behaviors and obesity risk in fewer than half the racial/ethnic-gender groups examined. No association was found between any of the behaviors and obesity risk among African American youth. There was also unexpected directionality in the associations between fruit, fast food, and sugar-sweetened beverage intake and obesity risk. Physical activity was the only behavior examined that displayed the expected (inverse) association with obesity risk. Conclusions: Overall, the findings suggest that the proximal determinants of children's weight class, namely diet and physical activity, not only have a differential association with obesity risk among the different racial/ethnic, gender groups examined, but also have an unexpected and largely absent (> 50% of subgroups examined) association with obesity risk. With regard to physical activity, the findings indicate an inverse relationship between physical activity and obesity risk, but in less than half the racial/ethnic, gender subgroups that were examined. In lieu of these sparse and unexpected findings, community psychologists should identify moderating influences on adolescent weight status beyond the presumed "proximal" dietary and activity influences. And in the area of intervention, weight management programs should incorporate elements of second-order change (e.g., sugar-sweetened beverage tax, subsidized fresh produce for marginalized populations) in addition to their behavioral elements.

Community characteristics and adolescent homicide victimisation: A study in the City of Johannesburg, South Africa

Lu-Anne Swart, University of South Africa

Introduction: Homicide is the leading cause of non-natural death among adolescents in South Africa. The socioeconomic structural conditions of communities in which young people live and grow-up may be an important explanatory factors for the high levels of violence evident in South Africa, and may provide important targets for sustainable violence control and prevention programmes in the country. However, little research exists on the influence of local area structural characteristics on levels of violence and homicide in South Africa. Purpose: Following primarily along the lines of social disorganisation theory, this study examined the distribution of adolescent (15 to 19 years) male and female homicide rates across the neighbourhoods in the city of Johannesburg, and investigated whether community structural characteristics are related to neighbourhood levels of adolescent homicide in the city. Methodology: Data on

adolescent homicides were drawn from the National Injury Mortality Surveillance System (NIMSS) for the period from 2001 to 2009. Using data from the 2001 census, fourteen variables were constructed to reflect neighbourhood-level variations in economic and resource deprivation, racial composition, residential stability, family disruption, and population density for 508 residential areas of the city of Johannesburg. An exploratory factor analysis of these community variables yielded four factors, namely economic disadvantage, lack of parental support, residential instability, and female-headed households. The relationship between community factors and homicide levels was examined using negative binomial regression models, which adjusted for spatial autocorrelation. Results: The results showed that homicide are unequally distributed across the neighbourhoods of Johannesburg. Specifically, neighbourhood poverty and deprivation were associated with higher rates of adolescent male and female adolescent homicide, while the level of female-headed households in neighbourhoods was associated with lower rates of adolescent male and female. Furthermore, adolescent female homicide levels were higher in communities characterised by a lack of parental support. Conclusions: The results point to specific high risk communities and highlight the community conditions that should be targeted for the reduction of adolescent homicide. The results are discussed with regards to the implications for community psychology and the development of evidence-based multi-sectoral community based interventions for the prevention of violence among young people.

Community psychology in South African higher education: 20 years after democracy

Ronelle Carolissen, University of Stellenbosch

It is 20 years since democracy in South Africa and about 30 years since Community Psychology was formally incorporated into South African psychology. During the 1980s, Community psychology was envisaged as a liberatory force that could challenge the assumptions of mainstream Psychology. This paper poses the question: "If one of the purposes of a critical community psychology is to contribute to reshaping the discipline of Psychology, how has Community Psychology fared over the last 20 years in South Africa? Many of the efforts to reshape Psychology were directed towards enhancing the demographic representation in Psychology which was previously almost entirely white and female to including more Black psychologists. Changes therefore focused on including more black students into training programmes, focusing on curriculum development to challenge the dominance of western scholarship through developing multiple texts that represented local experiences and challenged traditional asocial and ahistorical thinking in psychology. In spite of significant text development and authorship that has shifted in terms of race and gender, psychology training and the profession continue to represent a skewed class and racial demographic. Therefore, motivated by the continued demographic underrepresentation of black professionals, this study explores curriculum practices and content in psychology. The nature of curriculum in relation to exclusions and inclusions has remained relatively unexplored in the first 20 years of democracy. While extensive research has been conducted on academic development, there has been a paucity of studies of curriculum and disciplinary traditions as practices

and discourses and their impact on the demographic profile of the professions that constitute the focus of this study. The importance of this study is linked to researching the mechanics of power-relations embedded in curriculum and occupationalization as options of leverage in the interest of transformation. Disciplines, curriculum, curriculum and occupationalization may well emerge as central, though uncultivated elements of transformation, institutionally and nationally. This study views disciplines and curriculum as discourses, each with a characteristic structure and an articulatory practise (Howarth, 2000: 102). Out of these structures and practices, professionals or professional identities are meant to emerge. By including some and excluding others along discriminatory lines, social antagonisms may arise since some social agents may experience a blockage of identity (ibid: 105). In this sense, disciplines and curriculum can be seen as blocking devices for some potential professionals and studying curriculum as a facilitator and a barrier may indicate ways in which social cohesion through equity can be advanced. This paper reviews current literature on psychology in higher education and interviews 10 established academics in Psychology, with a particular focus on the issue of the curriculum, to interrogate the extent to which the profession reproduces existing patterns of privilege and inclusion/exclusion. Individual interviews will be conducted, audio-recorded and transcribed. Critical discourse analysis will be used to analyse power relations in disciplinary traditions. Results will be discussed in terms of the challenges and opportunities for the role of community psychology.

Community Psychology in the current world: Raising social support and well-being of young people living with HIV in South Africa through technology

Cindy Ann Crusto, Yale university, Maretha Visser, University of Pretoria

Introduction: Young people living with HIV in South Africa face unique challenges additional to the normal developmental challenges of this age group. They have to deal with issues such as disclosure of HIV status, adherence to treatment, disease management, community stigma, peer pressures, and lack of support. These challenges affect their developing identities, social interaction, future perspective, and disease management. HIV infected adolescents require tailored services to support adherence. Thus, we sought to develop a sustainable intervention to prevent and treat HIV/AIDS in adolescents, which can be integrated into public health systems in South Africa. The intervention has been successfully implemented with adults living with HIV/AIDS in Mexico and South Africa. Purpose: The study was done to evaluate the feasibility and value of a short message service (SMS) support group for young people living with HIV in a resource-limited area to increase social support, psychological well-being, and treatment adherence. Methods: This intervention was developed and implemented via an international partnership. A pilot study was done using group text messaging technology as a means for establishing ongoing social networking and support among young people living with HIV. The rationale of the intervention was that technology can assist young people to get support and to deal with various difficult issues in a cost-effective way. Using group SMS-based technology participants could freely and interactively dialogue about concerns and questions about HIV without revealing their identities and interrupting their daily schedule. Three groups with

30 young people aged 13-18 years communicated for three months via SMS with the aim of supporting one another. A trained and supervised facilitator moderated the discussion using the Information-Motivation-Behaviour-model (IMB-model) framework. The intervention was offered to young people in addition to standard medical care provided at the participating hospital pediatric HIV clinic. The value of the SMS support group was assessed using a before-after comparison to assess changes in treatment adherence, knowledge of HIV, level of disclosure, social support, internalized stigma, self-efficacy, coping, psychological well-being, and sexual risk behaviour. Results: Findings related to key aspects of the model, successes and challenges of the project implementation and international collaboration will be discussed.

Community, identities and legitimacies: Psychologists' experiences of community in South African psychology

Ronelle Carolissen, University of Stellenbosch

Few South African studies have explicitly examined how constructions of community and identity merge with psychologists' experiences of their work. Much work in South African psychology and community psychology suggests the existence and enactment of multiple dualisms in psychology. There are dualisms between psychological work and community work, psychology and social work, black and white psychologists, research and clinical work and theory and practice. Central to the construction of dualism is the idea of two polar opposites, where one pole is always less than or inferior to the other and the other the desirable norm with no possibility of continuity between these two sides. This paper focuses on how senior psychologists talk about their everyday experiences of community, their identities and legitimacies and its inherent dualism, as psychologists in South Africa. The research was qualitative and interpretive with 3 focus groups conducted with 17 psychologists in the Cape Town area who had an average of 12 years' experience. The groups were heterogenous in terms of race, gender, language and places of employment (academic, private practice, public health, NGOs and combination of above). Interviews were audio-recorded and transcribed. Critical discourse analysis was done with transcribed text, and skills, legitimacy and difference discourses were identified in psychologists' talk. The results suggest that dualisms exist between the role and training of psychologists in terms of community psychology skills and psychotherapeutic work. Dualisms further exist between legitimate psychological work and non-legitimate psychological work. Legitimacy is attached to white psychologists and institutions, whereas a minimisation is attached to the work of black psychologists and institutions. The results suggest that boundaries of difference in term of race, gender, training institutions and types of professional activities contribute significantly to how psychologists are given professional legitimacy. The dualisms inherent in these distinctions and maintaining superiority are implicit and entrenched. The implications of these implicit knowledges about professional identities for community psychology and psychology in South Africa are discussed. Crossing dualisms as they feature in practice and experience are significant and it is important to incorporate stereotypical knowledges into pedagogical practices when we consider curriculum design in (community) psychology.

Critical reflections on community building in the South African context

Anthony Naidoo, Stellenbosch University, Sandy Lazarus, University of the Western Cape and SAPPRU (MRC/UNISA)

This presentation constitutes a reflection on the operationalization of key principles of community building in the South African context. This reflection is conducted through the lens of a critical community psychology perspective. After conducting an international literature review on community building, and identifying key values and principles that guide community building practice in various contexts, three clusters of principles for community building were identified as central drivers. Drawing on Austin's (2005) work, these principles could be categorized into the following three clusters: (1) cross-system collaboration which is integrated, comprehensive and holistic; (2) a community-based strengths orientation which focuses on assets, capacity building and mobilizing community resources; and (3) brokering and building local power through strong institutional partnerships. These three clusters of principles constitute the focus for the reflections in this paper. The authors draw on South African examples to highlight challenges encountered in supporting community building work. In addition to drawing attention to challenges, the paper offers some suggestions for how these challenges have been, and could be addressed. The critical lens used to guide these reflections includes: adoption of a human rights perspective; focusing on actively transforming society, with social justice being a central goal; utilizing a historical and contextual approach to understand 'persons-in-context'; focusing on various issues of power and oppression, with a particular emphasis on racial, class and gender dynamics, and inclusion of analyses of colonialism; and engaging with and mainstreaming marginalized voices, including indigenous and community-embedded knowledges. We make an argument for a critical community psychology perspective that encourages and emphasizes reflexivity, particularly regarding the shaping influences of power, class and gender in community building work. Given that community building can wittingly or unwittingly be used as a tool for social engineering, which could result in the oppression of communities and countries, the use of a critical perspective is considered crucial to avoiding unplanned damage to any community. This perspective also offers strategies for promoting social justice. A central challenge to community psychologists engaging in community building practice is to commit to and pursue strategies for promoting ongoing reflexivity focused on uncovering and engaging with our own location within power dynamics within any community building initiative.

Culture Brokering and Family Dynamics: Exploring the Diversity in Conceptualization, Measurement and Methods

Sandra Villanueva, University of Illinois at Chicago

During acculturation, immigrant parents may ask their children for help in adjusting to a new country, often in complicated or age-inappropriate situations (McQuillan & Tse, 1995). This process, primarily known as language brokering or culture brokering, refers to linguistic translation and interpretation, and how children help parents navigate the host country, respectively. Because children learn the language and acculturate to the host country much more quickly than their parents,

they broker to aid in their parents' acculturation (Martinez, 2006). Culture brokers (CB) often take on this role from a very young age, usually when they are able to read and write. Additionally, the broker is typically the eldest child or the daughter, particularly among cultural groups who value traditional gender roles. Children broker in multiple contexts, including at home, school, doctors' offices, stores, government agencies and legal institutions (McQuillan & Tse, 1995). Brokering activities consist of translating and interpreting conversations, documents and other interactions with third parties. Children also serve as mediators and help parents navigate various systems such as public transportation, banking, schools, medical and government agencies (Orellana, Dorner, & Pulido, 2003).

Culture brokering occurs for most immigrant groups to varying degrees and researchers in education, sociology, anthropology, and psychology have studied the phenomenon since the 1970s. The brokering phenomenon has been conceptualized, labeled, and measured differently across these studies. Additionally, researchers have applied multiple methodologies to understand various aspects of the CB phenomenon, such as its effects on family functioning, among various cultural groups, and across geographic locations (e.g., Dorner, Orellana, & Jimenez, 2008; Jones & Trickett, 2005). However, these studies often yield divergent findings, thus making it difficult to integrate knowledge about the phenomenon. In terms of family dynamics, currently, there are two predominant and opposing perspectives in the brokering literature. One of these perspectives argues that parents' reliance on their children to broker leads to a reversal of roles (Martinez, McClure, & Eddy, 2009), parentification (Titzmann, 2011) or adultification (Puig, 2002) of the brokers. The other perspective adheres to an "interdependence script" where researchers argue that parent-child roles remain intact and parents are actively engaged in the process because when culture brokers make decisions on behalf of their family, they do so in collaboration with their parents (Orellana et al., 2003). How researchers conceptualize and label family dynamics has implications for our understanding of culture brokering. Whereas the first perspective pathologizes the brokering role as having negative effects by disrupting family dynamics, the second perspective normalizes the role as promoting healthy relationships between parents and children and maintaining family dynamics. However, it is unclear why there are these divergent perspectives in the culture brokering literature. Therefore, the current study explored how researchers have examined the empirical relationship between language/culture brokering and family dynamics. Specifically, the purpose was to explore how the diversity of perspectives and approaches to the culture brokering and family dynamics phenomena informs our understanding about the relationship between these constructs.

Culture, context, and critical theory in the community psychology classroom

Dawn X. Henderson, Winston-Salem State University

Community psychology has a long tradition of applying research and practice across a variety of international contexts. Consequently, a learning environment that integrates the principles and values of community psychology, in theory, is one that reflects the use of applied methodologies and multi-cultural theories and perspectives. Over the past five years an emergent body of literature has

examined competencies in community psychology; however, a paucity of literature specifically examines pedagogy and curriculum design. Unfortunately, the majority of practices and strategies used in a community psychology course have been regulated to a limited number of articles or a list of classroom activities accessible through websites such as Teaching of Psychology and Society for Community Research and Action (SCRA). This has resulted in a limited body of knowledge available on how a community psychology course integrates internalization and promotes an increase in global and applied perspectives among students. PURPOSE: This oral communication aims to address the "Academic Axis" theme at the International Conference in Community Psychology by sharing pedagogical strategies and curriculum materials that improved student attitudes towards social suggests and global perspectives. The presenter seeks to engage attendees in knowledge and resource-sharing regarding pedagogical practices used in community psychology courses. METHODOLOGY: To support the aims, findings will be shared from a study that collected quantitative data from a pre and post measure (Social Justice Attitudes Scale; Tores-Felding et al., 2011) from undergraduate students at a majority minority serving institution across two semesters; qualitative data were collected from student course reflections using concepts of reflexivity. RESULTS: Findings from the study indicate that student attitudes towards social justice increased; however, student beliefs in their ability to address social justice issues decreased. Qualitative findings indicated that youth improved awareness of international perspectives and critical analysis of social issues (i.e., immigration, mental illness, and poverty). CONCLUSION: The oral presentation will discuss how study findings support the importance of using the community psychology classroom as a context to engage students in dialogue that leads to tensions between their belief systems and ability to think critically about global issues. Specific strategies will be shared with attendees to begin to support needed and strategies that inform pedagogical practices in the community psychology classroom.

Curriculum Action to Promote Cultural Inclusivity in Australian Undergraduate Psychology students: Approach, Strategies and Outcomes

Linda Chiodo, Victoria University, Romana Morda, Victoria University

The student cohort in Psychology in Australia is diverse and its understanding of Australian race relations and Indigenous issues is at differing levels of development. The relative absence of Indigenous and cultural perspectives in the core undergraduate psychology curriculum in Australia has hampered the preparation of students for engaging with culturally diverse communities. An intercultural unit that includes perspectives on Australia's history of race relations, Indigenous issues, and migration, as the basis from which to research and practice intercultural psychology was introduced into the psychology undergraduate syllabus at Victoria University.

Purpose: The aim of this presentation is to describe and reflect upon an unit which was designed to introduce students to cultural, social and psychological diversity and promote the development of a critical awareness and appreciation of such diversity, some of the core principles of community psychology. More specifically, the unit focused on identity and wellbeing of Indigenous Australians,

the impacts of colonisation, whiteness and privilege, refugees and immigration as well as community responses to racism. Methodology: A specific formative evaluation of the unit was conducted to aid in further curriculum development, as well as, to determine the effectiveness of the unit in meeting the predetermined learning objectives, including increasing students' awareness and knowledge of intercultural issues in psychology. Students were advised that their participation in the evaluation was voluntary and that their responses were anonymous. One hundred and thirteen students completed the unit evaluation survey. The students involved in this intercultural psychology unit were primarily enrolled in psychology degrees. However, there were students from other disciplines including education and health sciences. Results and conclusions: Content analysis of survey data showed that students appeared to develop greater critical awareness of psychological perspectives on cultural and social diversity. Although many students reported positive learning and an increased awareness of cultural matters, there were also student responses that suggested dissatisfaction or disengagement from what was being taught. These responses are consistent with the dynamics of learning about self and other, and of dominance and subjugation. It is argued that promoting an understanding of psychological phenomena as socially, culturally and historically embedded is important in the undergraduate psychology curriculum as it lays the foundation in preparing students to work in a globalised context.

Do children make a difference?: The Role of Family Composition and Discrimination on Latino Adults' Physical and Mental Health

Ana Genkova, University of Illinois at Chicago

Ecological models of health emphasize the important interactions between an individual's social and family context for understanding health. Latino culture emphasizes the importance of the traditional family for the healthy development of individuals and communities. Yet prior work with Latinos finds that having children in the household may serve both as a source of strength and as an added stressor for Latino adults. Surprisingly, little research examines the role of discrimination on mental and physical health outcomes in the context of different family household structures, particularly among Latinos in the U.S. Purpose: To fill this gap in the literature, we use an eco-social approach to investigate whether everyday discrimination increases risk of mental and physical health outcomes differentially for those with and without children in the household. Methodology: We employ cross-sectional, nationally representative data of Latino adults (N = 2,554) from the National Latino and Asian American Study. Our study focuses on past-year DSM-IV generalized anxiety and major depressive disorders, as well as self-reported chronic health conditions. We assessed participants' responses to the Everyday Discrimination Scale and to a single question about the number of children 17 years of age or younger currently living in the household, which we used to assess household family composition. Results: We will conduct weighted logistic regressions for binary mental health outcomes and binomial negative regressions for our count variable of chronic health conditions. We will test for moderation by including cross-product terms for discrimination x household family composition for each mental and physical health outcome. We

expect that having children (compared to not having children) in the household will be associated with better mental health and less chronic health conditions. However, we expect that in the context of experiencing discrimination, having children in the household (compared to not having children) will exacerbate the adverse effects of discrimination on mental/physical health outcomes, even after accounting for socio-demographic factors. Conclusions: Our findings will add to our understanding of the particular health needs of Latinos with varying family compositions in the context of discrimination, leading to greater appreciation for the diverse experiences of this ethnic minority group in the United States. Results will have implications for developing culturally tailored interventions sensitive to the social experiences of Latino adults and their families.

Effects of violence-related school climate variables on academic outcomes

Shannon Knoblauch, University of Illinois at Chicago

Introduction. There is mounting pressure on schools to improve student academic performance with the majority of research focusing on individual level variables targeted by individual level programs without any acknowledgment of macro and exo-level influences. Some research has addressed the impact of classroom level variables directly linked to learning climate (i.e. classroom organization, emotional, and instructional support), but few studies have investigated the impact of school climate factors that are not directly linked to learning (i.e. school safety problems and norms concerning violence). Furthermore, research has sparsely investigated the unique impacts of climate variables above and beyond individual level perceptions. **Purpose.** Guided by a developmental-ecological model this study sought to understand the impact of climate variables on academic outcomes using quantitative models that account for influences beyond the individual. **Methodology.** Participants were 5106 middle school students at 37 schools across four sites that participated in the Multisite Violence Prevention Project. Predictors were school-level norms opposing aggression and favoring nonviolence, interpersonal climate (student-teacher and peer relationships), and school responsiveness to violence (awareness and reporting of violence and school safety problems) with teacher reported individual-level study skills and self-reported grades as outcome variables. Analyses were completed using cross sectional mixed-effects regression models including predictors at both the individual and the school level. **Results.** Findings indicate that four of the five school-level predictors had some effect on one or both outcomes at some point during middle school. Specifically, higher levels of positive student-teacher relationships were associated with better study skills in 6th grade, and higher levels of awareness and reporting of violence were associated with better study skills and academic achievement in 6th grade. Additionally, lower severity of school safety problems was associated with higher study skills and academic achievement for 8th grade students. There were no significant effects of school level student-student relationships on either outcome of academic achievement. **Conclusions.** These findings suggest that school climate variables need to be considered when evaluating student academic outcomes. Furthermore, they suggest that factors indirectly linked to the learning climate account for a significant amount of variance in individual level academic functioning. Therefore,

we conclude that in order to better understand the current world, future research needs to be cognizant of evaluating outcomes using multi-level modeling as well as investigating indirect influences on behavior.

Enactment of Youth Engagement: A Reflexive Account of Participatory Representation and Emancipatory Labour

Mildred Dreyer, University of South Africa, Mohamed Seedat, University of South Africa

Critical community psychologies argue that the promotion of individual and community well-being is predicated on the transformation of deleterious social conditions, and is an emancipatory endeavour that is value-laden, underpinned by an explicit social justice agenda, and oriented towards citizen participation. Critical community psychologies also observe the subjective and intersubjective domains as central to social change, and thereby foreground the personal and interactional contexts within which these psychologies are performed. From this perspective, reflexivity is considered to be integral to illuminating, understanding and traversing the intrapersonal and interpersonal context within which participatory research is performed. Reflexivity promotes the idea that individuals are located in a dynamic system of social relations, and represents a frame to critically examine the research enterprise, individuals' positions within research processes, what knowledge is produced, and how knowledge is created, thereby emphasising the notions of critical consciousness and transformative praxis. Drawing from this formulation, we will offer a reflexive account of our participation in a pinnacle moment of a multi-country community-based participatory research project in which we are positioned as members of the lead project team and research organisation. Using Photovoice methodology, and as a participatory asset-based approach directed at enhancing youth engagement, the project creates opportunities for youth to have voice, engage in critical dialogue with adults, and lead on social justice campaigns, thereby positioning young people as producers of knowledge and agents of change. Our reflexive examination is referenced against the singular opportunity within the project that allowed for young people from all the participating countries to assemble, representing an enactment of collective youth voice and agency. In reflexively examining the subjective and intersubjective elements pertinent to this project milestone, we will consider our respective roles and positions within the project, and use select illustrations to highlight issues of participation, and the intellectual and emotional labour that distinguished this occasion as a notable signifier of the guiding principles and values of the project. It is envisaged that our account, though it is partial and situated, will contribute to scholarship and practice that recognizes reflexivity as critical to the transformative concerns of critical community psychologies.

Exploring students' conceptualisations community engagement at Stellenbosch University

Grant Demas & Anthony Naidoo, Stellenbosch University, South Africa

This presentation examines a doctoral proposal that explores student motives for developing student initiated community projects. In the post-apartheid educational framework, community engagement has been mandated as an important objective of tertiary level education. Purpose: The presentation explores

how student leaders at a South African university conceptualise and operationalize Community Engagement (CE). How students conceptualise CE will invariably impact the objectives, design and implementation of their CE projects. Given the apartheid history of South Africa and its impact on Higher Education Institutions, issues of power, privilege, and oppression must be examined, and the hidden bias and assumptions of race, class and gender questioned, in order to enable transformative CE and change. Through CE various “isms” and “othering” can be challenged and the effects of the “political unconsciousness” of CE can also be addressed. Methodology: In order to respond meaningfully to the questions of this study, a qualitative research design will be adopted. Using purposive sampling, student leaders will be asked to participate in a five-phase research process. A Community Based Participatory Research approach will be utilised and Focus Group interviews will be used to gather and process the data. The principles of Constructivist Grounded Theory, will be used guide the researcher in identifying the themes and patterns that emerge during the research process. The data generated will be further processed using the meta-theoretical framework of Urie Bronfenbrenner’s bio-ecological systems theory. Results and conclusions: The envisaged results and conclusions of the study will provide psychological insight into and understanding of students’ conceptualisations and praxis of CE. These insights and understanding will inform curriculum design, research gaps, teaching and implementation. Contribution to the meeting theme: The presentation will provide valuable insight regarding the potential and challenges of CE within the context of community psychology. Contribution to Community Psychology: The presentation is about an important component of Community Psychology at a South African university. It provides a valuable opportunity to explore and gain psychological insight into the issues that need to be researched in the quest to enable on-going social transformation and change in South Africa.

Family and socio-economic determinants of problematic gambling in adolescence: A multilevel cross-national comparison.

Alessio Vieno, University of Padova, Luca Scacchi, University of Valle d’Aosta, Mariagrazia Monaci, University of Valle d’Aosta, Natale Canale, University of Padova, Santinello Massimo, University of Padova

Introduction: The health of adolescents is strongly affected by social factors at personal, family, community and national levels. Parental socialization factors (i.e. modeling and parenting) influence adolescent gambling. Besides proximal contexts such as the family environment, various macro-level factors may shape addictive behaviors, as well as gambling behaviors. Among the country-level characteristics influencing adolescent health behaviors, we considered social determinants of health with a key feature of the ecological context: socio-economic indicators of welfare. To date, no study has examined the association between socioeconomic indicators of welfare state (expenditure on public health, family/children benefits) and adolescent gambling.

Purpose: This study explored the role of family and socio-economic indicators of welfare state in predicting problem gambling during adolescence in a representative sample of students living in 9 European countries. The study used hierarchical linear modeling to examine adolescent problem gambling

as a function of individual and contextual characteristics. Methodology: At the individual level, data on problem gambling, parenting (regulation, monitoring and caring) as well as socio-demographic characteristics were taken from the 2011 European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs. For further country-level variables (GDP, expenditure on public health, family/children benefits) secondary data sources were used. Data were analyzed using a two-level model based on 31236 high school students whose 16th birthday fell in the year of data collection nested in 9 European countries. Results: Students who perceive more parental caring and monitoring reported less involvement in problem gambling. Moreover, students who perceive a stronger parental regulation were more likely to be problematic gamblers. At the country level, expenditure on public health was negatively associated with problem gambling, whereas GDP per capita and the benefits in kind for families/children showed no association with problem gambling. Conclusions: The present study suggests that family characteristics and welfare state benefits may have a key role in predicting youths' problem gambling. Our findings underlined that while country wealth is not protecting from gambling, gambling is influenced by the way countries decide to allocate public resources. According to our findings, prevention efforts should target parent's awareness of the impact on their children of their parenting practices, while future social welfare policies should introduce or maintain stronger health insurance funds, thus decreasing adolescent gambling and other risk behaviors.

Marginalized Voices in Academic Spaces: Creative Disruption and Re(Positioning) of Knowledge Within an African Community-Engaged Research Project

Mohamed Seedat, University of South Africa, Shahnaaz Suffla, University of South Africa, Umesh Bawa, University of the Western Cape

Critical intellectual and practice traditions within community psychology place the accent on participatory forms of knowledge construction and consciousness-raising directed at transformation. This epistemological and ideological position encourages interrogation of the assumptions, values, discourses and practices that we deploy to portray reality and represent knowledge, and simultaneously makes visible the power asymmetries embedded therein. Accordingly, critical community psychologies have contributed to the demystification and situating of knowledge and knowledge production processes, and also raised essential questions about the legitimacy, basis and authority of knowledge claims. In keeping with these imperatives, the participants of a multi-country African Photovoice project on youth representations of safety were invited to participate in a weeklong research and innovation event, which is hosted annually by the University of South Africa and provides a platform for the dissemination of knowledge, cross-disciplinary engagements by researchers, and the showcasing of flagship research programmes. The project derives from a community-based participatory research approach that seeks to expand the representational modes and compass of voices that act to portray and improve people's social realities, and thereby represents an innovative and potentially transforming medium through which to partner with young people as producers of knowledge and as agents of social change. Youth from disadvantaged communities in South Africa, Mozambique, Uganda, Zambia and Egypt participated in several academic fora at

this event to share their knowledge and learnings, demonstrate their contribution to safety promotion action in their communities, and invite dialogue with scholars. These included a youth-led conference, the launch of a book based on the participants' knowledge products, and a multi-country photo exhibition that displayed a collection of photographs taken by the young people participating in the project. This presentation will consider the enactment of youth engagement in academic spaces, as a representation and consequence of creative disruption that seeks to privilege 'illegitimate' voices in legitimated settings, and illustrate the transformative and inventive modalities through which youth voice and knowledge were re(positioned) within these settings. We will highlight both the cooperative and resistant influences to this counter-narrative in the academy, reflect on the dominant discourses that emerged herefrom, and offer observations towards the strengthening of liberatory praxis in community psychology.

Motivational Couching Program for Disadvantage Students

Sefa Bulut, Abant Izzet Baysal University

Introduction: In every part of the world, there are always some affluent and poor people. Therefore, there is also huge number of children and students at risk for many problems. Especially, financial difficulties set the stage for so many adversaries.

Purpose: The purpose of this study is to examine the effectiveness of "motivational couching" program on academic achievement, loneliness and self esteem of the middle school children prepared for the high school placement exams. This program consists of educational guidance, training, individual and family counseling programs for the students with poor background and low social economical classes. Those students are mostly immigrant children came with internal migration and live in socially disadvantaged neighborhoods. **Methodology:** The sample of the study is eighty 8th grade middle school students. The students were given two times Cooper Smith Self Esteem Inventory, UCLA Loneliness Scale, and Multidimensional Perceived Social Supper Scale pre-and post test at the beginning and end of the program. We will investigate the standardized achievement scores, absences, behavioral problems and social and personal development of the students. Those students are preparing a highly competitive national high school placement exam. The fundamental assumption of the study is that providing enriched school environment with motivational couching that is protective factor to the socially, financially and culturally disadvantaged students. The motivational couching program is a social service project that emphasizes university and public school collaboration working as a team providing educational guidance and counseling services. Fifty senior counseling psychology students have been appointed to middle school students with meeting one and half hours after school to provide counseling and educational help for the students in academic year. **Results:** The study has been started in September 2013 and will be end June 2014. The support program, motivational couching will continue 2 semesters, a whole academic year. Therefore, we have now only pretest results. By the time of conference, we will be able to complete the whole data and analyze the results. **Conclusions:** Even though we are still in the middle of the project, we have observed many benefits of the ongoing program. For example, students are highly motivated for study, achievement scores are rising, behavioral problems are lessened, the family involvements to schooling are highly increasing and students are more interested in class and school activities.

Participative art as an ethical intervention: from individual to collective gain

Carolyn Kagan, Manchester Metropolitan University

Participative art as an ethical intervention: from individual to collective gain

Introduction: We will draw on a number of different pieces of evaluation research to outline the different levels transformations that take place from participation in visual and performance art, creative writing and singing. We will draw from evaluation of six projects that include: different arts processes with people at risk of mental health strain (including sculpture, painting, performance, creative writing, interactive media with children, young people, homeless people and adults under stress; six projects exploring different arts on health, including older people and social inclusion, health setting cultures and mental health ; narrative and creative storytelling as a means of conflict resolution between Somali fathers and sons; and singing in the workplace).

Purpose: The projects were all designed to build an evidence base for the impact of arts on peoples wellbeing and collective identity and contribute to social change.

Methodology: Methodology: all of the projects shared an action research methodological approach and collected both qualitative and questionnaire data for participants, artists and researchers. Questionnaire included those relevant to mental wellbeing and psychological health. Methods included observation, participant accounts, nature and content of creative outputs. Levels of participation in designing the studies were varied, with some being highly participative and others not. Results: Different kinds of data revealed both different level change and the barriers to social action. We will discuss some of this data and will present a model that help understand the shift from individual to collective gain and the foundation thereafter for social action. The mechanisms whereby participation in arts fosters an ethical sense of the other in a sustainable world will be discussed. Conclusion: Participation in the arts can have a profound individual impact, leading to insights into both self and the other. This provides a solid foundation for an ethical understanding of social dimensions of sustainable living. There are also downsides of participation in art, which are seldom reported. Individual and social gain can but does not necessarily, lead to social action. In the arts field, fully participative methods of research design may not generate the data required by commissioners.

Psychology FM: Men labelled with learning difficulties using community radio to explore different psychologies

Michael Richards , Manchester Metropolitan University

The major problem with psychology is that it traditionally individualises, pathologises, categorises, labels, marginalises and oppresses minority groups. This is particularly true for people labelled with learning difficulties. In the UK, people labelled with learning difficulties is increasing, yet it is an under researched area. People labelled with 'learning difficulties' die earlier from preventable illnesses than the general population. They are more likely to be obese, be diagnosed with a psychotic disorder and there is a strong link between socio-economic status and poorer health, meaning people labelled with disabilities are more likely to be

poor and unhealthy. Therefore, new/old approaches are needed to include people labelled with learning difficulties in decision making about their own identity and health and spaces are needed for them to share their knowledge and experiences. Using a public engagement grant, awarded by the British Psychological Society in the UK, a new project was set up in Manchester, UK, among some of the poorest areas. Here we created a series of radio shows with a local community radio station, which covered the main psychologies, to discuss, debate and critically examine what these psychologies mean i.e. forensic, community, counselling, clinical and neuropsychology. Each week, the group prepared by exploring the good and bad points of the psychologies and critically analysed how useful they were. They shared their own experiences, often bad experiences, of working with psychologists and similar professionals. Talking on the radio was a great opportunity for them to get people to listen to them for once and to challenge the status quo. The group of men, labelled with learning difficulties, produced, directed and interviewed academics for the shows and would lead discussions and response on their thoughts on the psychology being discussed, accompanied by their favourite music. This project demonstrated that although this group of men could not read or write and had no formal education, they were able to create dialogues that were interesting, entertaining and academic for thousands of radio listeners. Therefore, the men challenged the perceptions of the label of learning difficulty and were able to learn more about psychology and share their knowledge with many people.

Psychosocial Action Research with Indigenous children in East Greenland

Mia Glendø, University of Copenhagen, Denmark

To help overcome multifactorial educational challenges in East Greenland a community psychology research has been implemented through four inquiry approaches: 1) a statistic analysis of demographic, social and educational structure and crime rate numbers for the area compared to the rest of Greenland and other places in the world; 2) a field study with qualitative interviews with citizens in the main town in East Greenland; 3) brief systematic review about empirical research in Inuit areas of Greenland, Nunavut, Alaska and Siberia and specific the empirical and historical literature of East Greenland; 4) a social actions research study with the school in the town. The aim of the social action research was to reveal ways in which the schoolchildren develop and mobilize resilience. The analysis results were used in a cooperative reflection with the teachers on how to support the children's resilience-building processes in the educational work in the school. A follow up study was made in the school supporting theories about psychosocial work, which stresses the importance of inquiring the local context, the local circumstances and the local needs before and during an intervention. The indigenous people have to often experience well-meaning intervention that didn't relate to the local requirement. Trying to inquire the local needs and perspectives of the children in the school I used a flexible research design with different qualitative inquiry approached using as an inquiry method among others structural drawings from the students about focused areas of their lives. The development of using structural drawings as an inquiry method in classroom studies became very informative. The structural drawings enriched the research

both in the inquiry process and the analysis. In the inquiry process; the drawings expanded the communicative accesses to the children, which was useful because the children spoke another language than the researcher (in this case: a Danish researcher and Greenlandic Children); the drawings became a communication starter or a relational starting point; they provided a transparent inquiry structure; they gave access to the perspectives from the children and additionally the process of doing structural drawings in the classroom study gave the children more spaces for reflection and cooperation and the researcher an opportunity to detect a collective relational dimension in the children's way of acting in the classroom. The data material from the structural drawings inspired to analyzing methods and became a platform (plateau) for further inquiry in the interview setting. The analyzed drawings and the elaborated narratives around the drawn images was the center of the action reflection process with the teachers in the school. The teachers came up with several ideas on how to incorporate the voices of the children (from the study) in their school work. The hope was that a school related incorporation of the children's perspectives would help the children build up more resilience; make them more motivated for the school work and support mobilising processes in the community.

Social inequality and Social Assets: African youth representations of peace and safety

Mohamed Seedat, University of South Africa, Shahnaaz Suffla, University of South Africa, Umesh Bawa, University of the Western Cape

Africa is often portrayed as a continent of conflict, war, famine, disease, corruption and many other human made disasters. It does not often have the reputation as being a producer of knowledge, a font of agentic change, a contributor to social, psychological and philosophical renewal in the world. Critical community psychologies have emphasised the contribution that 'hidden, vulnerable and marginalised voices' make to peacebuilding research and to the efforts to position these as central within a social justice framework. The youth in Africa are often seen as malleable tools at the mercy of warmongers, and as child soldiers bringing much pain and social ill. This vilification has resulted in their continued marginalisation from processes of development, and as contributors to collective movements of change, peace and safety. Many theoretical lenses and methodological tools have been invoked, to examine and support youth participation in peace related engagement. Photovoice, with its liberation psychology and participatory methodological roots, has emerged as an instrumental method and orientation to youth activism directed at influencing change towards socially just ends. A study in vulnerable and resource constrained communities in five African countries explored youth representations of peace and safety. Young people were trained in photography, and asked to photograph their lived experience, safe spaces and sources of support and peace in their communities. This presentation reports on the youth's vision and experience of social assets that offer succour and refuge in their lives, and the the social inequality that constrains their development. Furthermore, the use of photovoice for engendering critical consciousness; promoting peace and safety among youth; and stimulating social action within a critical community psychology framework will be discussed. Findings reflected that the material and discursive conditions that represent peace and safety

for youth facing forms of marginality are multi-dimensional. By privileging the knowledge, voice and social lens of participants, varied forms of peace and safety activism seems to have occurred. By locating conceptual tools, analytic skills and hardware, in the form of cameras, within participants' locus of power, they were able to catalyse community participation, ownership and accountability among adults and policymakers in their communities, as well as insert previously excluded and under-represented youth in processes of social transformation. The study offers some conceptual innovation for community psychology in that it expands understandings of the interplay between knowledge creation, meaning-making, social agency and community engagement. It emphasises the notion that youth in situations of high social inequity and despair, can still coalesce to find their 'voice' and contribute to a nuanced recognition and understanding of the many social assets that mediate against insecurity and a lack of peace. This project creates opportunities for African youth to have voice, engage in critical dialogue with adults, and lead on social justice campaigns, thereby positioning young people as producers of knowledge and agents of change. This is not only critical for Africa, but for other societies with a long history of social inequity, structural violence and oppression.

Social Media: new forms or surrogates of community? Potential and pitfalls of social media for young adults. An empirical study

Stefano Tartaglia, University of Turin

INTRODUCTION. In the last twenty years internet has changed human life in several aspects, social interaction is one of these. Different internet tools (email, forum, blog ...) allowed new forms of social interaction and communication. The social media grouped together different internet tools in one easy to use interface and became a huge social phenomenon now involving millions of users across the entire world. New technologies and social media are particularly used by young people. Social interactions and social identity are two aspects of the social life affected by the use of the social media. Concerning social interactions there are two different positions among social scientists. One considers the virtual relations as a surrogate for face-to-face interactions deteriorating relationship quality. Weak mediated ties substitute strong direct ties. The other opinion is that the social media could be useful tools to maintain and enlarge direct social networks. The use of the social media affects also social identity processes. In the virtual world manipulating and changing one's own identity is easier than in the real life. This possibility may result in an excessive instability of identity, especially in adolescence and young adulthood. Both social relations and social identity are fundamental components of the sense of community. In general there are contrasting opinions on the positivity of the social media. Someone stresses the new opportunities they offer, others consider them as just another aspect of the so called liquid modernity.

PURPOSE. The social media are useful tools for sharing information and communicating inside groups and community so they are more and more used also in social intervention and community development. Nevertheless, on the ground of previous considerations, community practitioners should be aware of the social and psychological correlates that this kind of technological artefacts could imply. The present research was planned to investigate the relations among

the use of the most used social medium (facebook), the actual social relations and other psychological variables among young adults. **METHODOLOGY.** The data were collected in a sample of young adults by means of a questionnaire investigating: a) the use of facebook; b) the attitude about facebook; c) self-esteem; d) dimension of virtual and face-to-face social network; e) socio-demographic features. **RESULTS.** The results showed that participants used facebook in different ways linked to different attitudes toward the social medium. The majority of the sample uses it for managing their face-to-face social network and expressing opinions but people with poor relations and low self esteem use it distorting their identity with the expectation to enlarge their circle of acquaintances. **CONCLUSIONS.** Results will be discussed to highlight potential and pitfalls of the social media when planning interventions promoting social inclusion and participations among young adults.

Teaching and applying focus group movie script methodology in three different types of communities

Maura Benedetti, Sapienza University of Rome, Minou Ella Mebane, Universita Unitelma Sapienza

Introduction: Community psychology aims to give voice to minority narratives and promote the production of new metaphors or new narratives that help "imagine" new scripts and roles for individuals and social groups. The development of CP Practice Competencies is a crucial issue for the professional identity and practices of community psychologists (Wolfe, Chien & Jimenez, 2010). The focus groups movie script technique has been used in Community Psychology to obtain a group narrative (Francescato 2007). Participants are invited to develop a movie script about their community. They are instructed to pick a genre of movie (e.g. historical, science fiction, comedy or detective etc.) and come up with a title, a plot, and main characters. Positive and negative aspects of community emerging from the movie scripts are then discussed to examine the level of community empowerment felt by the group members. **Purpose of this study:** The aim of this research was to teach university students to apply the movie script technique to their communities and analyze the relevance of territorial aspects on the wellbeing of residents of three different areas. **Methodology:** • About 142 focus groups movie scripts were facilitated by 50 Master level graduate students, who were trained in community profiling intervention methodologies, in the practicum lab connected to advanced community psychology courses in the academic years 2011-2013. About 2500 people living in three different locations (districts in the city centre of Rome, in its suburbs and in neighbouring small towns, participated in this action research.

Results: During the course the 50 university students successfully learned and applied the community script technique. Data from the movie scripts showed that the profile that emerges more often, in all territories, is the psychological one, but the territorial profile was the second. Communities of the centre were found to be those with the worst vision of their territory. Moreover, people that live in small towns tend to mention more positive aspects related to beauty of surroundings and are more satisfied with their community and more empowered than citizens living in suburban and central areas of Rome. **Conclusions:** In general results from movie scripts differ from studies that argue that locality plays no significant part in

people's well being (Mittleman 2000); but they are broadly consistent with earlier studies (McMillan, 1996) that maintain that physical territory still has in impact on people's well being even in this globalized media world.

Why are we part of cne? Psychological sense of community in scouting, a research in corpo nacional de escutas (cne)

José Henrique Pinheiro Ornelas, ISPA - Instituto Universitário, Olga Oliveira Cunha, ISPA - IU /CNE

Psychological Sense of Community (PSOC) have a solid 25 years of investigation, regarding several kinds of communities some of them regarding relational communities, for instance in work environments (Brodsky & Marx, 2001; Catano, Pretty, Southwell & Cole, 1993; Mahan, 2000; Pretty & McCarthy, 1991; Pretty, McCarthy & Catano, 1992), in religious communities (Miers & Fisher, 2002), immigrants communities (Fisher & Sonn, 1999; Sonn, 2002), student communities (Pretty, 1990), Internet communities (Obst, Zinkiewicz & Smith, 2002a), mutual help groups (Maya Jariego, 1996), among others. The World Organization of the Scout Movement and its National Scout Associations play a very important role by contributing to the education of young people in order to help them have a constructive role in society. The Portuguese Catholic Scout Association (CNE) counts more than 71.000 members in c.1100 local groups, including 13 760 adults, which makes CNE the largest youth association in the country.

In this research the aim of the current study (PhD thesis) was to provide evidence that allow us to contribute to the theoretical development of the construct psychological sense of community, understand which boundaries define the belonging to this relational community, know the symbols system that united the members, realize the emotional safety that comes from the belonging and of the shared values, comprehend the identification with the community, understand the relevance of this community, realize the resources they feel they have access for being a member and the share of the association history. We used a multimethod approach in which we applied the SCI 2 developed by Lee & Chavis (2008) to 811 participants and we have conducted twelve interviews with the national and district responsible of the association. As a community, an association such as the CNE, who turned 90 years in 2013, implemented throughout the national territory and the number of members it has, can get with this research, a self-awareness, enabling it to adapt and adopt measures leading to an understanding of their identity, values and influence on not only the communities with whom they interact, but also internally with each one of its members. We also hope to contribute to the promotion of levels of well-being, a sense of belonging and participation in the various participants and as a consequence, the intervention of others in their communities, since, according to Maya Jariego (2004), individuals belonging to various communities, may experience a sense of belonging to two or more communities (sometimes with conflicting values), indicating that the characteristics of a pluralist societies is the existence of cross contexts (Sartori, 2001).

A representação social da psicologia comunitária por estudantes de Instituições de Educação Superior do Distrito Federal.

Fernanda Campos Marinho, IESB, Renata Barbosa de Azevedo, IESB, Ronielisson Loiola de Jesus Tavares, IESB, Samy Patrocínia Machado, IESB

A formação profissional do psicólogo vem sendo criticada à medida que se observa uma discrepância entre a necessidade de atuação no âmbito das políticas sociais e o despreparo destes profissionais. A formação tradicional, voltada a uma prática elitista e individualista se contrapõe à perspectiva da Psicologia Social Comunitária, crítica e de propósitos emancipatórios, demandando, assim, nova relação entre teoria e prática. Considerando tais desafios, questionamos como se dá a formação dos estudantes de psicologia no Distrito Federal. O objetivo da presente pesquisa foi identificar e analisar as representações sociais destes estudantes acerca da Psicologia Comunitária e da atuação do psicólogo comunitário, buscando apreender o paradigma, a direção e qualidades de sua formação frente às demandas sociais contemporâneas. Trata-se de um estudo piloto realizado com vinte estudantes de psicologia, doze provenientes de uma IES privada e oito de uma universidade pública. Tomando por base a Teoria das Representações Sociais, foi utilizado como instrumentos um questionário sociodemográfico e entrevista com roteiro semiestruturado contendo as seguintes questões: 1- Em sua opinião, o que é Psicologia Comunitária?, 2- O que faz um psicólogo comunitário?, 3- Em quais locais o psicólogo comunitário pode atuar? Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo e de análise comparativa entre estudantes das duas instituições. Os resultados apontam para a representação da psicologia comunitária como uma ciência genérica. A maioria dos participantes a representa como uma área da psicologia que atua em comunidades, com pobres ou com saúde coletiva. A prática do psicólogo comunitário foi representada como: diagnóstico e intervenção social, promoção de saúde e mediação de conflitos. Observamos as dificuldades dos respondentes em representar a prática deste profissional, assim, tendiam a responder em termos do local de atuação, que teve grande variância. A maior parte dos estudantes de instituição particular citou como locais de atuação os órgãos da política de assistência social, CRAS, CREAS, sistemas prisional e socioeducativo, terceiro setor e comunidades de forma ampla, já os da instituição pública focalizaram instituições de saúde. Observamos que a representação da psicologia comunitária foi bastante genérica, e que os estudantes têm dificuldades de apontar as especificidades da ação do psicólogo comunitário. Ainda, que não foi representada como uma disciplina crítica e houve apenas uma referência à questão das desigualdades sociais e emancipação dos sujeitos. As diferenças nas representações entre instituições podem ser explicadas pela obrigatoriedade da disciplina na instituição particular de ensino e a inexistência de sua oferta, enquanto disciplina, na universidade pública. Conclui-se que a representação da psicologia comunitária ainda é bastante genérica e estereotipada, corroborando outros estudos na área, e que a inclusão da disciplina no currículo parece auxiliar na formação profissional e instrumentalização dos educandos. A partir deste estudo piloto pudemos constatar a viabilidade da pesquisa e adequação dos instrumentos de coleta de dados.

Análise Crítica das Relações Sociais em um Lar de Idosos Institucionalizados

Ícaro da Silva Gomes, Faculdades Integradas de Patos, Janaina Aires da Costa Felix, Faculdades Integradas de Patos, Suenny Fonsêca de Oliveira, Faculdades Integradas de Patos - FIP, Talita Cumi Alves Nóbrega, Faculdades Integradas de Patos, Vicderlannia Feitoza Alves de Andrade, Faculdades Integradas de Patos

Os grupos sociais se caracterizam a partir do estabelecimento de relações entre indivíduos compartilhando um mesmo objetivo em comum, e dentre as instituições de idosos institucionalizados, onde há convivência diariamente, muitos almejam estabelecer relações interpessoais para suprir a carência afetiva causada pelo abandono familiar. O presente trabalho, desenvolvido na disciplina de Práticas Assistida II – Processos Sociais do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Patos, visa identificar um fenômeno social predominante e realizar uma análise crítica do ambiente de idosos institucionalizados da cidade de Patos, na Paraíba/Brasil. O estudo foi realizado a partir de 10 (dez) observações participantes com 26 (vinte e seis) idosos acima de 50 (cinquenta) anos, em que os pesquisadores foram inseridos no grupo observado, tendo um melhor entendimento das relações no referido local. Com isso, foi possível identificar um fenômeno dominante na convivência dos indivíduos da instituição, sendo ele, a agressão verbal entre idosos e funcionários do espaço. Dentro do contexto social observado, as observações demonstraram que o nível de relações entre idosos institucionalizados variam de diversas maneiras, como os modos de tratamento em relação aos outros, utilizando formas de agredir e violência verbal, a fim de atingir alguém ou simplesmente tentar aliviar um pouco de estresse que eles vivenciam. De acordo com a hipótese frustração-agressão, a agressão é motivada por fatores ambientais externos. No caso dos idosos observados, o motivo que os leva a agredir verbalmente pode estar relacionado a problemas externos como conflitos e desentendimentos sócio afetivos. Variam os motivos que podem levar um idoso a usar este tipo de violência, podendo ser doenças, traumas psicológicos, fatores externos e até mesmo hábitos diários. Dentro da instituição o cuidador pode sofrer violência física ou psicológica por parte do próprio idoso, sendo importante ressaltar, que o idoso não agride intencionalmente, podendo este comportamento estar relacionado a doenças mentais. Esta pesquisa apresenta grande relevância para o espaço acadêmico, assim como o social, evidenciando a existência de conflitos em espaços de idosos institucionalizados para a sociedade, demonstrando a importância de estudos nesse campo a fim de melhorias e a promoção da saúde do idoso na sociedade, no qual o bem-estar emocional, afetivo e social desses indivíduos deve ser preservado. Diante da perspectiva da Psicologia Comunitária, foi possível dar ênfase ao estudo de grupos na comunidade, no qual pôde-se compreender e refletir os fenômenos psicossociais nas relações estabelecidas entre os integrantes do grupo dos idosos.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

As contribuições do Grupo de Estudos em Psicologia Social do NUSOL para a Formação Acadêmica de seus integrantes

Bárbara Xavier de Andrade, Universidade Estadual do Ceará, Bruna Ianara da Frota Lobato, Universidade Estadual do Ceará, Caio Gustavo David Ribeiro, Universidade Estadual do Ceará, Iago Bezerra Dantas, Universidade Estadual do Ceará, Isabeau Cristina de Sousa Bezerra, Universidade Estadual do Ceará, Ruth Maria de Paula Gonçalves, Universidade Estadual do Ceará

O Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho - NUSOL da Universidade Estadual do Ceará (UECE) foi criado em maio de 2010 e se constitui como um Núcleo de ensino, pesquisa e extensão. Este trabalho objetiva descrever as atividades do Grupo de Estudos em Psicologia Social vinculado ao NUSOL, além de intentar explicar sobre suas contribuições para a formação dos acadêmicos de psicologia que constituem o mesmo. A princípio, o Grupo de Estudos foi idealizado em 2011, tendo como intuito contemplar aspectos teóricos e práticos inerentes à atuação do psicólogo junto às questões sociais. Ao longo do semestre 2013.1, os encontros ocorreram semanalmente, integrando 12 estudantes de psicologia de semestres distintos e uma professora. Foram discutidos conteúdos relativos à Psicologia Social Comunitária e à Psicologia da Libertação. Estas temáticas contribuem para o entendimento do papel do psicólogo como agente transformador e político, que pauta sua atuação no compromisso com o "bem comum" e no estabelecimento de relações interpessoais com vistas ao aprofundamento da consciência e à potencialização das virtudes populares. As metodologias utilizadas para a discussão dos textos prezavam pela co-facilitação dos encontros, ficando duplas responsáveis pelas discussões do momento seguinte. Eram privilegiados aspectos vivenciais ao integrar às temáticas discutidas poesias, trechos de vídeos, palavras geradoras, letras de músicas, de forma que foram utilizados como elementos mediadores e potencializadores das discussões. Percebe-se que a realização do Grupo de Estudos contribuiu para uma maior aproximação dos estudantes em torno dos assuntos discutidos e de qual é o fazer psicológico na área da Psicologia Social e Comunitária, trazendo uma visão crítica ao sujeito para se estimular a aprendizagem, culminando na formação de estruturas orgânicas de mobilização social. A adoção de uma perspectiva de autogestão, segundo a qual todos os participantes são responsáveis pelo andamento das ações e pelas decisões do grupo, favoreceu ainda uma maior mobilização e união, bem como um maior envolvimento em torno de atividades relacionadas à psicologia comunitária, além de propiciar em um momento de formação possibilidades de discussões e vivências ímpares para cada um dos participantes. Dessa forma, o espaço se apresenta como uma maneira de criar alternativas onde seja possível potencializar condições de desenvolvimento de liberdade inerentes ontologicamente aos seres humanos, possibilitando processos de mobilização e emancipação humana.

Através de contos e encantos: ser criança no assentamento urbano Anatália Alves em Natal/RN.

Ana Flávia França Bezerra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Maria Helena de Medeiros Régio, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Marlos Alves Bezerra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução: O presente trabalho é fruto de uma intervenção realizada como atividade de uma disciplina ministrada no 5º período do curso de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, denominada Estágio Básico III, oferecida no primeiro semestre de 2014, em conjunto com um projeto de extensão do Laboratório de Estudos em Tanatologia e Práticas de Humanização em Saúde (LETHS), contando com o envolvimento de professores e alunos da Universidade. Essa atividade foi desenvolvida com crianças do assentamento urbano Anatália Alves no bairro do Guarapes, um bairro de periferia, localizado na zona oeste da cidade de Natal, cuja representação no imaginário local é atrelada ao tráfico de drogas, violência e marginalidade. **Objetivo:** O trabalho teve como objetivo identificar o que é ser criança nesse local e conhecer elementos desse contexto através do que elas traziam em seus discursos. Atrelado a esse objetivo, outro havia de integrar conteúdos acadêmicos a experiências de intervenção em espaços comunitários vinculando a extensão ao universo da formação do aluno em psicologia. **Metodologia:** Essa intervenção ocorreu no assentamento em barracos dos próprios moradores, com cerca de 30 crianças residentes no assentamento, organizados em grupos mistos de meninos e meninas, com idades entre 07 e 10 anos. A atividade foi desenvolvida em quatro encontros que aconteceram no turno vespertino com duração aproximada de uma hora e trinta minutos, tendo o grupo de 30 crianças dividido em três subgrupos com dois ou três estudantes conduzindo as atividades. Nesses subgrupos foram realizadas diferentes propostas de trabalhos permitindo a obtenção de diversos olhares sobre distintos aspectos do bairro. Usando do referencial da psicossociologia clínica francesa (Takeuti e Bezerra 2012) entende-se que produção de conhecimento e intervenção social são indissociáveis. A estratégia de intervenção foi pautada em práticas lúdicas para auxiliar no envolvimento das crianças nesse processo. Desse modo, foram utilizados os recursos de contação de histórias, desenhos, bonecos e pequenos tijolinhos de madeira para que eles pudessem construir e reconstruir suas próprias histórias. Tais recursos tem o objetivo de acarretar uma apropriação e maior expressão das crianças sobre o seu discurso e sobre os contextos que vivem. **Resultados:** Diante disso, há muitos elementos apontando a condição de exposição das crianças a uma variedade de situações de vulnerabilidade e as drogas, bem como a posição de exclusão do assentamento com relação aos demais moradores do bairro. Também percebemos através dos discursos das crianças, elementos de resiliência, sendo esses caracterizados por uma relação de apego ao local em que vivem e a família. **Conclusão:** Além disso, a intervenção proporcionou uma importante experiência de aprendizagem aos discentes participantes. Nesse contexto, tal atividade nos remete à reflexão sobre o papel realizado pelos psicólogos em comunidades, rompendo as paredes dos espaços tradicionais e se confrontando com imprevisibilidades na atuação, como o enfrentamento de dificuldades de espaços, convocando assim, psicólogos a atuarem em áreas de vulnerabilidade, valorizando aspectos resilientes nos indivíduos das comunidades.

Autoestima e Saúde Mental na Adolescência: Relação com Variáveis Individuais e Familiares

Débora Dalbosco Dell'Aglio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Raquel Fortini Paixão, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A autoestima e a saúde mental na adolescência são importantes variáveis, que têm sido relacionadas a vivências saudáveis ou de risco nesse importante período do desenvolvimento. A autoestima tem sido compreendida como um conjunto de sentimentos e pensamentos do indivíduo em relação ao seu próprio valor, competência, confiança, adequação e capacidade para enfrentar desafios, que repercute em uma atitude positiva ou negativa em relação a si mesmo (Rosenberg, 1965). Ela é considerada determinante na forma de a pessoa perceber, sentir e responder ao mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2010), saúde mental é um completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doenças. Ela está relacionada com a promoção do bem-estar, a prevenção dos transtornos mentais, tratamento e reabilitação de pessoas afetadas por transtornos mentais. Com o objetivo de investigar as relações entre saúde mental e autoestima de adolescentes que viviam com suas famílias, observando variáveis como sexo, idade e tipo de configuração familiar (intacta, reconstituída e monoparental), realizou-se um estudo descritivo e quantitativo. O projeto maior (Adolescência em Diferentes Contextos: Família e Institucionalização), do qual se deriva esse estudo, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Participaram 358 adolescentes, de 12 a 18 anos ($M=14,72$; $DP=1,39$), estudantes de escolas públicas de Porto Alegre, selecionados de forma aleatória por conglomerados. Foram utilizados a Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR) e um questionário para avaliar saúde mental (SRQ-20). Os dados coletados indicaram que os meninos apresentam melhor saúde mental do que as meninas, mas não há diferenças por sexo, idade ou configuração familiar quanto à autoestima. Observou-se, também, uma correlação significativa entre saúde mental e autoestima, no entanto, não se pode concluir a respeito da direção desta relação. Dessa forma, estudos longitudinais poderiam contribuir de forma relevante, na medida em que possibilitariam o acompanhamento das mudanças e estabilidade da autoestima e saúde mental, além de investigar mais profundamente as variáveis individuais e familiares, ao longo do período da adolescência. Além disso, os resultados mostram que diferentes composições familiares não estão relacionadas à saúde mental e autoestima de adolescentes, sugerindo que o tipo de relação entre os membros e a qualidade dos vínculos estabelecidos na família podem ser mais importantes.

Como meter a colher? O desafio da prevenção à violência contra a mulher

Regina Coeli Japiá Mota, Secretaria Municipal de Saúde/Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

Introdução: O setor saúde apresenta-se enquanto um lócus estratégico de intervenção às vítimas de violência de gênero, sobretudo no espaço intrafamiliar, pois ao apresentarem características bastante comuns tais como o isolamento, o medo e a vergonha, muitas vezes têm no atendimento à saúde uma única forma de interação social mais próxima e livre de julgamentos. Em 1991 foi lançada a Campanha dos 16 dias de ativismo com o objetivo de promover o debate

e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo. As participantes escolheram um período de significativas datas históricas, marcos de luta das mulheres para levantar um debate sobre a violação dos direitos humanos das mulheres. Objetivos: Utilizar um período de significativas datas históricas, marcos de luta das mulheres para levantar um debate sobre a violação dos direitos humanos das mulheres em uma comunidade no município de Maceió. A ação de extensão "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher" foi realizada pela Residência Multiprofissional em Saúde da Família. Metodologia: A mobilização foi realizada do dia 20 de novembro a 10 de dezembro de 2012, em referência às datas 20 de novembro - Dia Nacional da consciência negra, 25 de novembro - Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres, 1º de dezembro - Dia Mundial de Combate à AIDS, 6 de dezembro - Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo fim da violência e 10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos. Foram desenvolvidas ações de prevenção centradas na família e no fortalecimento dos fatores de proteção (individual, familiar e social). Neste período foram desenvolvidos oficinas, rodas de conversa e salas de espera nos grupos de mulheres, grupo de homens, de idosos, adolescentes, de gestantes e o grupo de geração de renda sobre a contribuição do setor saúde no enfrentamento à violência de gênero. Participaram em torno de 120 pessoas ao longo dos 20 dias de mobilização. "O empoderamento, a conscientização dos direitos humanos, a resolução de conflitos, a aquisição de autonomia sobre a própria vida e a formação de identidade masculina e feminina cidadã são alguns dos fatores protetores estratégicos importantes na vida adulta". Resultados e conclusão: Esta ação mostrou-se positiva por promover uma sensibilização e aprimoramento acadêmico e profissional para a escuta e acolhimento qualificados, ao fortalecimento de vínculo, a interdisciplinaridade e integralidade do cuidado às vítimas e autores de violência, a identificação de sinais de alerta de violência e a classificação de risco, a notificação dos casos e o conhecimento da rede especializada de proteção às pessoas vitimizadas; condutas estas que passam a ser imprescindíveis de um atendimento ético e adequado de todo profissionais de saúde, que não pode e deve ser conivente com a invisibilidade e o "muro do silêncio".

Conflitos nas relações interpessoais em um grupo de agentes públicos: um olhar da psicologia comunitária

Daniel Devisom Da Silva Rozado, Faculdades Integradas de Patos, Renata Raiane Figueirêdo Pitras, Faculdades Integradas de Patos, Tamires Leite Cassimiro Nunes, Faculdades Integradas de Patos

Na sociedade o agente público desempenha um papel essencial, pois ele é o mediador entre o Governo e a população, responsabilizando-se pela efetivação dos anseios da sociedade com relação aos direitos de cada cidadão. Cada departamento público tem seus servidores executando suas respectivas funções; assim, à medida que esses departamentos tornam-se mais numerosos em termo de quantidade de agentes públicos, alguns fatores tornam-se fundamentais para a realização de tarefas no ambiente de trabalho: as relações interpessoais saudáveis, o espaço físico adequado, saber como as pessoas se sentem com relação às suas tarefas, enfim, uma visão mais global do trabalhador. Dessa maneira, o foco de atenção aos fatores psicológicos e sociais deve ser observado, não apenas

de forma individual, mas principalmente de forma grupal e, é nesse contexto que a pesquisa se desenvolve. A partir da técnica de observação participante foi estudado os fenômenos sociais emergentes de um grupo do departamento de digitação composto por cinco agentes públicos em uma secretaria municipal de saúde no sertão paraibano. Utilizou-se de uma abordagem qualitativa descritiva e delineamento do tipo de estudo exploratório, registrando, analisando e correlacionando e fenômenos sociais e quando pertinente, foram citadas informações obtidas a partir das reflexões contínuas sobre os dados, em um processo construtivo da pesquisa. Resulta-se deste estudo que os conflitos no ambiente de trabalho podem ser percebidos como prejudiciais, pois podem criar um ambiente organizacional desequilibrado, fruto da criação de situações hostis e sentimentos de desconfiança por parte das pessoas. Os conflitos aparecem facilmente, principalmente quando os integrantes das equipes não compreendem suas funções e responsabilidades individuais e coletivas. Outro problema observado nas relações interpessoais no ambiente laboral foi a dificuldade de entender e aceitar o outro, pois foi recorrente a apresentação de julgamentos contra o outro a partir dos seus próprios valores, esquecendo-se de respeitar as diferenças individuais e coletivas. Conclui-se que os conhecimentos acerca dos fenômenos dos indivíduos inseridos em um grupo social, especificamente no ambiente laboral público, contribuem para amplas informações acerca dos fenômenos psicossociais, correlacionados à prática da observação participante e aos conflitos nas relações interpessoais, convergente com a teoria da Psicologia Social Comunitária.

Cuidado em saúde e a experiência do VER-SUS: um relato de experiências

Edna de Brito Amaral, Centro de Referência em Assistência Social

O cuidado em saúde é um fator básico no acolhimento nas Estratégias de Saúde da Família, fazendo parte das suas diretrizes operacionais e possuindo ainda, um direcionamento para maior responsabilização e compromisso no ato do vínculo com os usuários que chegam a procura de serviços. Deste modo, faz-se necessário inferir que o presente trabalho é um relato de experiências a partir do Estágio de Vivência na Realidade do SUS (VER-SUS) realizado em Teresina-PI, mais especificamente no Centro de Saúde Deputada Francisca Trindade, zona norte da cidade, e que tem como principal objetivo analisar a relação da atenção em saúde e a melhoria dos serviços prestados. Inserimo-nos no Centro de Saúde dentre os dias 24 de fevereiro a 7 de março de 2012, onde realizamos conversas informais com os usuários, através de visitas domiciliares acompanhadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS's), com os profissionais de saúde durante as reuniões, assim como com os gestores responsáveis pela administração do local. Observou-se que a atenção em saúde dada no Centro de Saúde visitada é voltada para consultas, sem haver acolhimento aos usuários. Segundo os mesmos, não existem grupos facilitados pela UBS, onde o atendimento é referido por eles, em sua maioria, como bom, porém ocorrem maus tratos por parte de alguns profissionais. Nos discursos de alguns ACS's, o atendimento foi classificado também como bom, pois todos são atendidos, porém foi referido que não são realizados grupos de promoção de saúde. Segundo uma das médicas da equipe, eles não são formados por causa da distância das 7 micro-áreas atendas pelo

Centro, fato que até mesmo limita as visitas. Frente aos pontos expostos, percebeu-se a necessidade de uma maior integração da equipe, para que se fomente um trabalho visando a promoção de saúde da população adscrita da UBS (Unidade Básica de Saúde). Outro ponto que merece atenção é a educação em saúde para a população e a capacitação para os profissionais mais antigos com relação à humanização, pois não percebemos a existência de atividades que priorizem esse objetivo. Deste modo, percebemos que existem problemas, mas que se houver uma maior integração e comprometimento por parte da equipe é possível que o Centro de Saúde venha a cumprir os objetivos da política com acolhimento aos usuários e conseqüentemente melhoria do cuidado a saúde dos usuários da UBS.

Educação Especial: Reflexões a partir das relações interpessoais em um grupo de alunos

Daniel Devisom Da Silva Rozado, Faculdades Integradas de Patos, Tamires Leite Cassimiro Nunes, Faculdades Integradas de Patos

A educação especial é uma modalidade de ensino, que visa promover o desenvolvimento global de alunos portadores de deficiências, que necessitam de atendimento especializado, respeitando as diferenças individuais, de modo a lhes assegurar o pleno exercício dos direitos básicos de cidadão e efetiva integração social. A questão dos relacionamentos interpessoais, e de sua inerente dimensão emocional, é crucial para a vida em comunidade, pois são esses processos interativos que formam o conjunto de sistemas que organizam a vida em coletividade. As condições em que ocorrem tais relacionamentos definem a forma de convivência entre os seres humanos, que são seres de relação, e destes com o seu meio social, fazem a diferença entre sofrimento e bem-estar e definem como a vida social é construída em seu cotidiano. Neste estudo objetivou-se identificar os aspectos existentes entre as crianças portadoras de necessidades especiais e a sua relação com o âmbito escolar; e quais os fenômenos sociais emergentes no grupo observado e, quando enquadrada na relação professor/aluno. Para tanto, utilizou-se como estratégia de investigação, a técnica de observação naturalística participante fundamentada em teorias da Psicologia Social Comunitária. A pesquisa foi do tipo descritivo, exploratória de cunho qualitativo cuja amostra do estudo foi composta por vinte adolescentes especiais sendo nove do sexo masculino e onze do sexo feminino, em uma sala de recurso multifuncional em uma cidade do sertão da Paraíba. O estudo realizado teve como resultado a constatação de fenômenos no que se refere à relação interpessoal; entre professor/aluno, na qual foram perceptíveis ações afetivas entre os mesmos, tomando como referência os dados do estudo; o contexto, cultura, a localização e da literatura, percebe-se a maneira como o grupo se sente (positivamente ou negativamente) a respeito de seus relacionamentos que depende da maneira como interpreta os benefícios que recebe e os custos em que incorre, bem como da percepção do tipo de relacionamento que merece e da probabilidade de que possa ter um relacionamento melhor com outras pessoas. Todavia, a importância dada aos relacionamentos parte do pressuposto de que as necessidades e interesses dos indivíduos se dão de forma coletiva. Conclui-se que o conhecimento de teorias na área de Psicologia Social Comunitária permite avaliar as necessidades que se originam na análise das comunidades e que, necessariamente, passam pela emocionalidade das relações sociais e suas trocas intersubjetivas.

Ensino de Psicologia Social Comunitária: análise de necessidades e práticas de intervenção em saúde

Flávia Regina Guedes Ribeiro, Universidade Federal de Alagoas

Introdução: Foi desenvolvida uma proposta de imersão de um grupo de alunos da disciplina Psicologia Social Comunitária em comunidades assistidas pelas Políticas Públicas de Saúde. Tal proposta baseia-se na perspectiva de que a Psicologia Comunitária está centrada em dois grandes modelos: o do desenvolvimento humano e o da mudança social. Nesses modelos está presente o reconhecimento da capacidade do indivíduo e da própria comunidade de serem responsáveis e competentes na construção de suas vidas, bastando para isso a existência de certos processos de facilitação social baseados na ação local e na conscientização. **Objetivo:** Tal proposta teve como objetivo geral o desenvolvimento acadêmico dos discentes a partir do planejamento e implementação de projetos de intervenção que objetivaram a promoção e prevenção da saúde dos/as usuários/as de Unidades Básicas de Saúde localizados em territórios de vulnerabilidade social nos municípios de Palmeira dos Índios e Arapiraca-AL. Os objetivos específicos constituíram-se em: habilitar os discentes a intervirem em processos coletivos de promoção e prevenção da saúde; fortalecer laços de solidariedade entre as comunidades assistidas pelo projeto e a Universidade; Desenvolver espaços de trocas de experiências e aprendizagens entre os moradores das comunidades e a Universidade; Propiciar o desenvolvimento de estratégias de intervenção para a emancipação política de comunidades populares. **Metodologia:** O desenvolvimento do projeto se deu em quatro etapas: escolha e mapeamento das demandas das Unidades Básicas de Saúde, utilizando questionário padronizado, onde constaram aspectos sociais, históricos, culturais e estruturais do município, bairros e Unidades de Saúde onde as atividades foram desenvolvidas; elaboração de um plano de intervenção, obedecendo as demandas que foram diagnosticadas durante o mapeamento; desenvolvimento do Plano de Intervenção nas Unidades Básicas de Saúde; avaliação das atividades desenvolvidas e elaboração de relatório final. **Resultados e Conclusões:** O mapeamento das comunidades e identificação das suas necessidades, feito com o objetivo de reconhecer demandas a serem trabalhadas em educação para saúde, sinalizou para as seguintes necessidades: visitas domiciliares às mulheres em estado puerperal, aconselhamento sobre os cuidados pós-parto e relação mãe-bebê; grupos com gestante em sala de espera; grupos com hipertensos e diabéticos; grupo com adolescentes; e grupos com usuários de saúde mental, grupo de mulheres, visitas domiciliares como estratégia de acolhimento e vínculo para inserção dos usuários nas atividades propostas pelas UBSs. A realização das intervenções seguiu as demandas apresentadas e foi efetivada observando o caráter preventivo da promoção à saúde. Assim, constatamos que a adesão às atividades propostas, apesar de algumas vezes serem frustradas pela falta de estrutura das UBSs, ocasionou a possibilidade de reflexão dos usuários como partícipes das políticas públicas de saúde e gestores do seu próprio processo de saúde-doença, gerando autonomia e inserção cidadã na avaliação e desenvolvimento dos serviços de saúde. Esta experiência de imersão na comunidade como parte da disciplina proporcionou ao discente a possibilidade de lidar com os limites colocados pela temporalidade e territorialidade diversa entre universidade e comunidade, ao tempo em que o confrontou com a realidade das práticas em políticas de saúde como campo de atuação do psicólogo.

Entre avanços e desafios : a Psicologia Comunitária e a formação do psicólogo no Brasil.

Augusto Cesar de Araujo, Universidade Estadual de Feira de Santana

Construída a partir de influencias teóricas advindas da Sociologia , Antropologia , Educação Popular , Filosofia , Teologia da Libertação, Ecologia , Psicologia Sócio-histórica dentre outras, a Psicologia Comunitária ao longo da sua trajetória vem dando grandes contribuições para o debate sobre a formação do psicólogo no Brasil e para a (re)invenção de uma Psicologia comprometida com práticas de intervenções sociais que levem em consideração os contextos históricos – culturais , os sujeitos e as demandas comunitárias , as relações dialógicas , o compromisso ético – politico e a práxis de libertação. Por sua vez, em 2004 foi publicado as Diretrizes Curriculares Nacionais para os curso de graduação em Psicologia . Esse documento mesmo sendo produzido no contexto das politicas neoliberais traz no seu texto alguns pontos discutidos sobre a atuação e formação do psicólogo nas décadas de 80 e 90 , principalmente no que refere-se ao compromisso social e aos diferentes contextos de inserção do psicólogo. Entretanto , buscamos analisar a literatura sobre a Psicologia Comunitária e a formação do Psicólogo no cenário de debates e reestruturação dos curso de Psicologia no Brasil. Nesse sentido, nos concentramos na seguinte questão : o que se tem discutido sobre a formação do Psicólogo Comunitário ? Utilizamos como procedimento a pesquisa bibliográfica . Centramos a nossa investigação em periódicos , livros e anais de eventos acadêmicos disponibilizados no site da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. Buscamos analisar as produções publicadas entre 2004 e 2013 e que articulassem Psicologia Comunitária e formação do psicólogo. Foram encontrados poucos trabalhos que discutam essa temática . A literatura analisada trazem relatos de experiências de formação a partir de estágios curriculares e projetos de extensão desenvolvidos em comunidades. Ressaltam as implicações sociais e politicas das ações , a importância da interdisciplinaridade e da articulação entre ensino , pesquisa , extensão e compromisso social . Podemos perceber os avanços que historicamente vem ocorrendo na Psicologia Comunitária e na formação do psicólogo. Entretanto há uma carência de pesquisas que tratem do lugar ocupado pela Psicologia Comunitária nos currículos dos cursos de Psicologia assim como as concepções teóricas e práticas de Psicologia Comunitária presentes nos processos de reestruturação curricular. Nesse sentido acreditamos que a comunicação do nosso trabalho no eixo temático acadêmico-formação , possibilitará a reflexão sobre os desafios que historicamente vem sendo colocados para Psicologia comunitária e a formação do psicólogo na medida que busca articular construção da Psicologia Comunitária (em diferentes contextos históricos) e formação do psicólogo no Brasil em um cenário marcado por grandes demandas sociais.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação / Eje Académico-Formación / Axis Academic

Estudo da dinâmica psíquica da dependência de substâncias psicoativas e de suas comorbidades

Calvino Camargo, Universidade Federal de Roraima, Elis Moura Marques, Universidade Federal de Roraima

A dependência química é um dos mais prevalentes problemas de saúde mental, estimando-se que 10% da população adulta sejam dependentes de álcool e mais 2% seja dependente de outras drogas, e se forem incluídos nas classificações atuais os tabagistas, se chega então ao número colossal de praticamente um dependente químico para cada dois habitantes. Para compreender este fenômeno é necessário buscar a gênese da dependência na história de vida do indivíduo, tendo como ponto de partida que a constituição da dependência química pode ser entendida pela combinação de três fatores: as características da substância utilizada e sua relação com fenômenos biológicos, o estado psicológico do consumidor, e o universo sociocultural que o mesmo possui. Buscou-se identificar, descrever e analisar as características da psicodinâmica da dependência de substâncias psicoativas e de outros tipos de dependência, e correlacionar e discutir as relações entre as características psicodinâmicas do dependente de substâncias psicoativas com outros tipos de dependências. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica com característica descritiva utilizando como marco teórico a teoria psicanalítica por a mesma contribuir para uma melhor compreensão sobre a vulnerabilidade psíquica para o ulterior desenvolvimento da dependência química, sobretudo na adolescência, sendo que esta utiliza dois métodos de investigação, o modelo retrospectivo, onde se formulam teorias a partir da investigação do passado dos envolvidos, e o modelo prospectivo, que consiste na investigação da dependência química concretizada a partir de crianças que são acompanhadas durante décadas a fim de identificar características que influenciaram a consolidação da dependência. Estabeleceu-se ainda um comparativo quanto à vulnerabilidade do indivíduo em desenvolver a polidependência, sendo esta a dependência de mais de uma classe de drogas, e as comorbidades psiquiátricas que consiste na relação entre a dependência de uma substância e um comportamento compulsivo, tal como jogos patológicos e transtornos alimentares. Observou-se que há uma grande prevalência da polidependência e das comorbidades psiquiátricas no cerne da dependência química, demonstrando o passageiro sentimento de completude que as drogas proporcionam, obrigando os envolvidos ou a consumirem em quantidade cada vez maior certa substância, ou associarem o consumo a outras substâncias tanto da mesma classe de drogas quanto em outras categorias, ou desenvolver comportamentos compulsivos, tudo como forma de compensação. Ao se compreender a dinâmica psíquica do usuário, suas motivações conscientes e inconscientes, pode-se elaborar e propor formas de intervenção mais eficazes e mais próximas à realidade dos envolvidos. Entendendo a psicologia comunitária como o estudo da atividade do psiquismo decorrente do modo de vida de um lugar/comunidade, compreendendo as representações da mesma, pode-se relacionar a problemática da dependência química tanto cientificamente, ao compreender o contexto sociocultural do usuário e sua relação com a substância, e tecnicamente ao se propor discussões sobre diferentes modos de intervenção e o modelo de atenção adotado para o cuidado à pessoas em situação de dependência em diferentes contextos ou aperfeiçoar forma de intervenção, como as proferidas pelo CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas).

Experiência de estágio curricular e suas contribuições na formação em psicologia comunitária

Maria Fernanda Aguiar Lara, Universidade Federal de Mato Grosso, Thaísa Soares Silva, Universidade Federal de Mato Grosso

A psicologia social comunitária ascende no Brasil e na América Latina na década de 70, período em que o contexto político e social foi fundamental para o questionamento dos modelos da psicologia social internacional, que não condiziam com a realidade local, bem como da formação, atuação e papel do psicólogo na conscientização e organização popular (FREITAS, 1996; LANE, 1996). Elege como prioridade o compromisso com a realidade e sua transformação, a conscientização e formação da identidade social e individual do sujeito, a luta contra todo e qualquer tipo de exclusão e pela autonomia (SAWAIA, 1996; FREITAS, 1996). Como disciplina a Psicologia Social Comunitária vem se consolidando nos currículos dos cursos de Psicologia, passando por um processo de reconfiguração de seus alicerces teóricos e de sua prática. Tal consolidação curricular propicia a formação de novos psicólogos comunitários e a continuidade desse fazer/saber na psicologia. Guareschi e Scarparo (2007) apontam que é necessário que se crie um movimento contínuo de se repensar as bases epistemológicas desse campo de saber, assim como da própria prática comunitária. O presente trabalho resulta de pesquisa realizada na graduação em Psicologia, durante a disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social Comunitária e, a partir dos valores críticos desse campo de saber, discuti suas contribuições para nossa formação. Para análise utilizamos os pressupostos epistemológicos sugeridos por Freitas (1998), com raízes na psicologia social crítica e na Psicologia Política, compreendendo o sujeito em sua totalidade histórica, sendo protagonista de sua história particular e coletiva, e suas relações nas redes comunitárias. Neste percalço, utilizou-se de observação participante e análise documental. Percebemos o estágio básico como parte do processo de ensino-aprendizagem em Psicologia, caracterizado como reflexivo, a fim de possibilitar uma leitura contextualizada da realidade observada e identificar as demandas e possibilidades de ação de cunho transformador. No decorrer da disciplina tivemos autonomia para propor a área de atuação, o grupo comunitário (objeto de estudo) e possíveis intervenções nos implicando na construção desse campo de pesquisa desde os contatos iniciais. Desenvolveu-se com um grupo da terceira idade que frequenta um restaurante popular na cidade de Cuiabá em que observamos e discutimos a autonomia entre idosos que ocupam este espaço, não apenas por conta da alimentação oferecida a baixo custo, mas também pela possibilidade de estabelecer relações com seus pares ao chegar ao restaurante com bastante antecedência. A experiência de inserção no campo nos propiciou o pensar crítico sobre os dados obtidos, problematizando a prática do psicólogo na comunidade, a própria configuração de comunidade, as demandas do grupo, como e de que forma se deve intervir, o que Freitas (1998) compreende enquanto prática comunitária. Os elementos aqui analisados nos revelam uma íntima relação entre a práxis da psicologia social comunitária – que fundamentada nestes pressupostos, objetiva a formação de consciência crítica, a construção de uma identidade social e individual e a busca pela autonomia e autogestão das próprias comunidades – a formação de profissionais comprometidos com uma atuação transformadora e a consolidação do campo da psicologia comunitária em uma perspectiva crítica.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

Extra muros: construção e inserção de um Serviço-Escola de Psicologia no contexto do SUS

Barbara Barth, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Luciana Suárez Grzybowski, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Luiza Maria de Oliveira Braga Silveira, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Mariana Calesso Moreira, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Mayte Raya Amazarray, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Sheila Gonçalves Câmara, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

A iniciativa de construir o Serviço-Escola de Psicologia da UFCSPA surgiu da preocupação em adequar o curso às exigências institucionais do Ministério da Educação, entendendo a formação como o desenvolvimento de competências e habilidades, em detrimento daquela voltada à assimilação de conteúdos. Buscando uma alternativa para o modelo clínico tradicional, o Serviço-Escola inseriu-se em uma Unidade Básica de Saúde, no contexto do Distrito Docente Assistencial da universidade. Tal iniciativa teve por objetivo integrar o ensino e as práticas de atuação do psicólogo no SUS, com uma visão ampliada do conceito de saúde no contexto da comunidade, numa trajetória inovadora de vinculação com o território. Neste modelo, o serviço da Universidade está alocado dentro da comunidade, invertendo a lógica do protagonismo da universidade e descentralizando as ações. Trata-se, portanto, de uma tarefa que exige proatividade e familiarização dos docentes e universitários para com o território adstrito à universidade. Nesse sentido, objetiva-se relatar os esforços iniciais de implementação deste serviço desde o ano de 2012, a partir do relato das atividades desenvolvidas, com suas dificuldades e potencialidades. Foram desenvolvidas atividades de mapeamento do território, atendimento direto a usuários, grupos de acolhimento e de saúde mental, além de atividades de capacitação de profissionais da área da assistência para a atenção à saúde dos usuários e o cuidado com sua própria saúde, enquanto cuidador. Avalia-se que as práticas realizadas foram importantes para o conhecimento do território de atuação do serviço-escola, adequação das expectativas e noção sobre as diretrizes da atuação dentro da rede. Dificuldades foram encontradas com alguns profissionais da rede, resistentes ainda à ideia de implementação do serviço-escola dentro do SUS, existindo uma tensão permanente entre transformação e manutenção de práticas de saúde. Na dicotomia ensino-serviço, considera-se que a aprendizagem dos alunos está consistentemente vinculada ao contexto social. Em termos da prestação de serviços, a Psicologia consegue ampliar a atenção aos usuários e expandir sua atuação para a comunidade em geral, de acordo com os valores e necessidades locais. O Serviço-Escola de Psicologia mostra-se um espaço valioso de atuação para os alunos de psicologia e um laboratório para se pensar o fazer do psicólogo no contexto da saúde pública.

Família: Origem da Inclusão

Maria de Nazaré Almeida dos Santos, Instituto Esperança de Ensino Superior

A Psicologia Comunitária é uma aplicação para resolução dos problemas na comunidade que se caracteriza por trabalhar com sujeitos sociais, estudando as condições internas e externas ao homem que o impedem de ser sujeito, e as condições que o fazem sujeito numa comunidade, ao mesmo tempo em que

no ato de compreender, trabalhar com esse homem a partir dessas condições na construção de sua personalidade, de sua individualidade crítica da consciência de si e de uma nova realidade social. O paradigma da inclusão educacional orienta o processo de mudanças consolidando uma proposta de educação especial integrada, capaz de contrapor as diferentes formas de exclusão e garantir as condições de acesso, participação e aprendizagem. Para que a inclusão seja considerada uma questão social, supõe que requer o compromisso e implicação da comunidade em sua totalidade. Isto quer dizer que não só corresponde às escolas garantir uma educação inclusiva, mas também a família e a sociedade deve fazê-lo. O objetivo do trabalho foi proporcionar a interação entre pais e filhos, evidenciado que a inclusão é uma responsabilidade compartilhada, onde as famílias e os agentes da comunidade educativa podem colaborar em distintos processos. O trabalho foi desenvolvido um encontro com pais e alunos do Atendimento Educacional Especializado-AEE no município de Santarém-Pará. Os participantes (pais de alunos do AEE e seus respectivos filhos) foram divididos em três grupos e cada grupo integrou uma das seguintes atividades lúdicas: criação de histórias a partir da apresentação de objetos; oficina de dança e pintura em camisas. Cumprido o tempo estabelecido para as atividades de (30 min.) os grupos foram conduzidos para outra atividade, de modo que em forma de circuito todos participaram das atividades lúdicas planejadas. Percebe-se a necessidade de maior intercâmbio de informações, comunicação para a família no processo de inclusão, no sentido de possibilitar real inserção da criança inclusa. A participação da família pode ser significativa no inter-relacionamento social da criança com necessidades especiais. Os resultados observados demonstram que a responsabilidade nas práticas inclusivas depende do esforço conjunto da interação com a família. O projeto colaborou na promoção de práticas educacionais favorecendo a participação e aprendizado de crianças especiais. A inserção do psicólogo na comunidade possibilita uma intervenção mais precisa vez que o psicólogo atua como facilitador deste processo para que os indivíduos possam refletir sobre interesses e necessidades inerentes a comunidade.

Fazer Psicologia: Experiência em grupos vivenciais de idosas na perspectiva gestáltica

Ilana Arêa Leão de Almeida, Faculdade Santo Agostinho, Tatyana Amélia Costa Macedo, Faculdade Santo Agostinho

Os grupos propiciam um lugar onde o valor do indivíduo e a capacidade de cada pessoa para a autodireção são norteadores do processo. De acordo com Fonseca (1983), grupos tem finalidade de treinamento, aprendizagem, intercâmbio, lazer, criatividade, trabalho corporal e uma série de outras possibilidades, visam o desenvolvimento da consciência coletiva e individual e à ação decorrente desta, propicia um processo de grupo criativo a partir da construção da cultura do grupo. A abordagem gestáltica utiliza o método fenomenológico para a compreensão dos fenômenos que investiga, adotando a descrição dos fenômenos grupais – no caso do estudo dos grupos vivenciais – como seu recurso principal. De acordo com Rogers (1970) essa modalidade auxilia os interessados a crescerem como pessoa, desenvolvendo e aperfeiçoando a capacidade de relacionar-se e comunicar-se, oferecendo oportunidade de trocas afetivas e aprofundamento autêntico de sua singularidade, o que Rogers caracteriza como “fome social”. A atividade com o

grupo de idosas na Paróquia do Saci em Teresina-PI foi iniciada em 2012, sob a supervisão da psicóloga e professora Ilana Arêa Leão, como uma proposta clínica inserida no contexto comunitário. Representando a expansão da clínica e um encontro com a comunidade, uma oportunidade de realizar um trabalho de grupo através de temáticas vivenciais e de cooperação. O principal objetivo do estágio com as idosas do Saci é de proporcionar uma melhora na autoestima de uma forma coletiva, criando vínculos e reduzindo a apatia, de forma agradável e interativa passar aprendizagem e receber ensinamentos, gerando uma troca de sentimentos e afetos significativos. De forma que os estagiários atuem junto as idosas e não apenas a assistam em suas habilidades. Focando a estimulação cognitiva através de atividades artísticas e recreativas. Através dessa experiência está sendo possível proporcionar um melhor bem estar geral, que se reflete na melhora de disposição física, do estado de humor, contribuindo para o aumento do número dos contatos interativos entre as idosas, melhorando também sua socialização geral, incluindo o relacionamento com os familiares das próprias idosas, tendo várias finalidades: terapêuticas, lúdicas e recreativas. O que requer, da parte dos facilitadores, o desenvolvimento de suas próprias consciências e ações pessoais, de momento a momento. Para tanto, estes facilitadores renunciam ao controle institucionalizado sobre as coisas, processos e seres e se dispõem a vivenciar a incerteza da mudança e os impasses do crescimento e da vida.

Imagens Sociais do Idoso: Uma Autopercepção

Henrique de Oliveira, UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso, Leticia Dias Branquinho, UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

A pesquisa apresenta análises coletadas em comunidade de programas direcionados a idosos (Programa Longevidade Saudável - UFMT), integradas à luz de pressupostos teóricos e instrumentos de pesquisa. O objetivo desse trabalho é verificar a concepção e a resignificação do papel e da visão dos idosos em nossa sociedade a partir dos conceitos dos entrevistados. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi a de entrevistas semi-estruturadas, a fim de detectar as opiniões e vivências dos indivíduos. A pesquisa foi realizada no dia 04 de abril do ano de 2014, com 20 participantes do Programa Longevidade Saudável, integrantes da aula de hidroginástica. As questões que serviram de guia para as entrevistas, buscavam questões como: o que é o processo de envelhecimento para a pessoa e como ele se dá; quais, em sua opinião, são os aspectos negativos que os idosos sofrem por parte da sociedade atualmente, e se possuem relatos de situações em que foi possível detectá-las; se a pessoa enxerga aspectos positivos por parte da sociedade sobre o idoso e o envelhecer, assim como concepções pessoais sobre; se e como considera que o idoso pode ser visto por essa mesma sociedade como gerador político, assim como útil ao mercado de trabalho; como se dá, em suas opiniões, o processo de envelhecimento "ideal". Tais questões buscavam identificações, concepções e vivência pessoais por parte dos entrevistados, a fim de procurar um padrão de respostas, para identificar o discurso recorrente em relação à chamada terceira idade. Com os resultados coletados foi possível observar uma ambivalência sobre a visão do envelhecimento, no qual existe uma prevalência do discurso positivo sobre a visão do idoso e seu papel na sociedade atualmente, com relatos de mudança da posição dessa classe e até mesmo sobre o processo do envelhecimento na atualidade. Entretanto, o discurso de que a

velhice traz consigo invariavelmente a questão da doença e das dificuldades ainda se mostra presente, até mesmo por parte dos próprios idosos. Devido ao aumento gradativo da população de idosos como resultado do fenômeno mundial do envelhecimento populacional, no qual a expectativa de vida está aumentando e a taxa de natalidade diminuindo, a participação das pessoas dessa classe diretamente nas sociedades em que estão inseridas está crescendo em proporção direta. Questões acerca de idosos como atores sociais, agentes políticos e a exclusão dessas pessoas do mercado de trabalho se tornam recorrentes e importantes, ligadas diretamente à psicologia social crítica contemporânea. Com essa participação cada vez mais ativa, juntamente com o discurso que emerge sobre o papel e a constituição do idoso da atualidade, comunidades específicas para a terceira idade eclodem, nos quais são estabelecidas relações sociais, sendo a troca de experiências um caminho para a libertação da exclusão, sob a ótica da velhice, e a busca de elaboração de políticas públicas que possam mudar o panorama excludente em que se encontram, um tema novo e importante no qual a psicologia comunitária desdobra interesse em estudar.

Limites e possibilidades da Psicologia no terceiro setor: experiência de estágio

Arthemis Nuamma Nunes de Almeida, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Sarah Ruth Ferreira Fernandes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O presente trabalho busca compartilhar uma experiência de estágio de alunos do 4º de Psicologia em uma comunidade da periferia de Natal/RN, refletindo sobre os limites da atuação da Psicologia Comunitária, mas propondo um fazer capaz de despertar práticas inovadoras nos profissionais de uma instituição não-governamental da comunidade. O psicólogo acha campo nesse setor envolvendo ações assistenciais, de promoção de saúde e direitos humanos, educativas, etc. Não obstante a participação das ONGs ocorra no cenário de esvaziamento do papel do Estado em relação às ações sociais, concordamos que a atuação delas, contraditoriamente, pode indicar melhorias nas ações do Estado. A operacionalização do estágio se deu primeiramente com a explicação à instituição que o objetivo para o primeiro semestre era realizar um diagnóstico institucional a fim de construir uma proposta de intervenção. O diagnóstico nos permitiu enxergar que, embora a instituição se proponha à promoção do caráter participativo, os educadores planejavam suas atividades individualmente (ou, no máximo, em dupla). A participação efetiva no planejamento da instituição era embargada devido a problemas na comunicação da equipe (professores e coordenação pedagógica), que impedia uma gestão democrática sólida e acarretava problemas de relacionamento. Assim, o principal eixo de intervenção proposto foi o Planejamento Participativo, com foco no trabalho de desenvolvimento dos educadores. O objetivo da atuação foi proporcionar um espaço diferenciado, no qual os educadores pudessem expor dificuldades na atuação; refletir acerca da importância do planejamento pedagógico; se conscientizar sobre seu papel e a importância de comunicação e trabalho em equipe para a instituição, permitindo a capacitação desse grupo frente ao trabalho com a comunidade. Foi formado um grupo com os educadores cuja faixa etária era entre 18 a 42 anos e a escolaridade corresponde ao ensino superior completo (ou em andamento). O

projeto ocorreu em 6 encontros durante três meses com duração de duas horas e foram operacionalizados a partir dos eixos temáticos: Planejamento Participativo; Comunicação e Interação entre Pares; Liderança; e Identidade da ONG. Na avaliação da prática, percebemos certa expectativa por parte dos educadores de que a Psicologia estivesse ali para dar respostas aos problemas de trabalho deles. No lugar disso, questionamentos e reflexões conjuntas a respeito de como intervir para ajudar na realidade do bairro. O resultado foi uma maior identificação entre o grupo de educadores e consequente reflexão acerca do papel deles enquanto instituição na e para a comunidade. Sabe-se que psicólogos ainda são vistos como proprietários de um saber a ser despejado nos outros, a desconstrução dessa hierarquia abre espaço para um saber compartilhado, fazendo nascer oportunidade para que, em enxergando-se como co-participantes na construção de um novo saber, os sujeitos se impliquem mais em suas atividades e hajam com autonomia. A construção coletiva de saberes é característica central para a intervenção comunitária, pois o senso de coletividade é processo a ser desenvolvido nesse tipo de atuação. A experiência de estágio que garante ao aluno essa vivência volta-se para o desenvolvimento de psicólogos mais críticos e compromissados com um projeto ético-político de profissão.

O Psicodrama em uma comunidade: uma vivência com jogos psicodramáticos no contexto grupal

Evandir Bueno Barasuol, SETREM, Fabiani de Souza Kaciava, Sociedade Educacional Três de Maio- SETREM, Pâmela Vione Morin, SETREM

O presente trabalho foi realizado através de jogos psicodramáticos, uma técnica do Psicodrama, um viés que articula a reinvenção e a reinscrição de novos formatos de ser e agir no mundo, a qual se apresenta como campo fundamental na terapia grupal, como todas as mulheres deste grupo vive a depressão, torna-se essencial para o rompimento de pensamentos negativos e atitudes autodestrutivas advindas da depressão trabalhar aspectos positivos que existem em suas vidas. Sabemos que a pessoa depressiva tende a pensar apenas em aspectos negativos, autodestrutivos e sem perspectivas de futuro. Assim utilizou-se a abordagem Sociopsicodramática como ancoragem teórica prática, a qual nasceu exatamente da necessidade de uma forma especial de Psicodrama, uma intervenção que projetasse seu foco sobre os fatores coletivos e sociais. Desta forma, o processo terapêutico passa a ser sociopolítico, deslocando-se do âmbito individual para o grupal. O grupo passa a ser o sujeito e as questões não são únicas, mas compartilhadas entre cada integrante. Assim, cada participante do grupo é considerado agente terapêutico um do outro e aspectos sócio histórico atravessam o espaço grupal e, por sua vez, ao serem transformadas as relações nesse âmbito e o modo como as pessoas lidam com determinadas noções, também estas transformações são ramificadas para o contexto social. Este trabalho tem como objetivo principal mobilizar o grupo de Saúde da Mulher, diagnosticadas como depressivas, a fim de resgatar e trazer aspectos positivos de suas vidas. O fio condutor para a realização deste encontro sociodramático parte de uma experiência acadêmica com grupo de Saúde da Mulher criado em uma unidade básica de saúde de uma comunidade localizada na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Foi desenvolvido um encontro com o grupo composto por 26 mulheres. A utilização de jogos psicodramáticos neste espaço

buscou possibilitar a essas mulheres refletir sobre aspectos positivos do ano de 2013 que aconteceram em suas vidas. Como também mostrar que a vida não é feita apenas de momentos de tristeza, negatismo, mas também que existem momentos de alegria, conquistas, sucessos. Como resultado deste trabalho foi possível instigar que as mulheres conseguissem visualizar os aspectos positivos que aconteceram em suas vidas no último ano, bem como proporcionar, através dos jogos psicodramáticos, uma projeção para o ano de 2014 de acontecimentos positivos.

Observação participante: Entre a dimensão prática e teórico

Francyelly da Silva Felix, *faculdade leão sampaio*, Natasha Tays Leite Teles Feitosa, *Faculdade Leão Sampaio*

INTRODUÇÃO: A psicologia comunitária, enquanto desenvolvimento da psicologia social, está comprometida com os interesses populares e com a resolução dos problemas sociais nas comunidades (VASCONCELOS, 1987) pressupõe uma formação humanística pelos psicólogos que estarão lidando, em grande medida, com os dilemas, conflitos e processos psicossociais de grupos em condição de vulnerabilidade social (SARRIERA, 2000). **OBJETIVO:** O objetivo da pesquisa consiste em analisar se o bairro Triângulo; enquanto espaço oficialmente reconhecido, nos discursos legais oficiais e políticas públicas municipais; é uma comunidade, a partir da observação da atividade comunitária, do sujeito comunitário e seu desenvolvimento comunitário.

METODOLOGIA: Foi realizada uma pesquisa de campo, no bairro Triângulo, em Juazeiro do Norte-CE, no período de setembro e outubro de 2012. A referida pesquisa iniciou-se com a observação de fatos e eventos no bairro em questão, seguida da coleta de dados, através de entrevistas semiestruturadas, realizadas com pessoas que moram no bairro, escolhidas de forma aleatória e convidadas a participar da pesquisa. Foram realizadas dez entrevistas, com perguntas que procuravam identificar se e como os moradores reconheciam o bairro (nome do bairro e dos locais, serviços disponíveis e necessários, eventuais problemas do bairro etc.) e, também, se essas mesmas pessoas se reconheciam no bairro (o que ele representa, há quanto tempo reside, potencialidades do bairro etc.). Foram feita a interpretação dos referidos dados, com base em obras relacionadas à psicologia e outras obras que contribuem para a compreensão do conceito de comunidade. **RESULTADOS E CONCLUSÕES:** A comunidade não é caracterizada apenas por uma delimitação geográfica, deve-se levar em consideração uma identidade coletiva, uma subjetividade social própria, juntamente com uma cultura compartilhada por todos os indivíduos que nela estão inseridos. Um ponto fundamental para constituir uma comunidade é a atividade comunitária. Deverá existir um sujeito comunitário que atuará como agente responsável e trará benefícios para si e para sua comunidade e deve haver um desenvolvimento comunitário que é visto como uma prática coletiva baseada no potencial da comunidade, necessita haver um processo de conscientização que requer um conhecimento da realidade vivenciada juntamente a uma transformação da mesma.

A aplicação desses conceitos e na análise dos dados obtidos permitiu a percepção de que a atividade comunitária não é encontrada no bairro, apesar de possuir instrumentos com finalidade comunitária, como o mercado e outros, não se

percebe a cooperação entre os moradores, expressão de sentimentos e diálogo, sendo necessário para se ter uma dimensão comunicativa. Durante a observação detectamos que o bairro não possuía um sujeito comunitário, os moradores demonstram ter consciência do que acontece no mesmo, porém, não se sentem na responsabilidade de mudar aquela realidade e quando realizam mudanças é para atingir um objetivo próprio e não visando um bem da comunidade. O desenvolvimento comunitário não foi encontrado naquele bairro, apesar de ter se desenvolvido comercialmente e territorialmente não houve a conscientização dos moradores.

Os caminhos de formação política em Psicologia a partir de uma realidade de movimento estudantil.

Elívia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará, Jardan Chandley dos Santos Leal, Faculdade Luciano Feijão

A sociedade atual apresenta uma realidade social que exige do psicólogo uma visão que proporcione uma nova identidade profissional, socialmente comprometida e consciente do papel ético e político. O movimento estudantil proporciona essa nova visão, ajudando na formação de estudantes críticos, reflexivos e condizentes com intenções de atuação condizentes com as questões das maiorias populares. Fundindo militância e psicologia, o movimento estudantil historicamente trás consigo essa formação política. A psicologia comunitária, demanda psicólogos que tenham todas essas características proporcionadas por um movimento estudantil, tornando explícito a importância de tal movimento para a área. Este trabalho tem como objetivo descrever a importância do movimento estudantil na formação crítica e social do estudante, e como a realidade desse movimento pode vir a contribuir no futuro na atuação como psicólogo em diversos campos, sobretudo no social comunitário, tendo em vista, a necessidade de psicólogos que compreendam a realidade da comunidade e suas frequentes lutas. Este trabalho trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa, descritivo, vivenciado por um acadêmico membro do Centro Acadêmico Silvia Lane (CAPSIL) do curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão (Sobral-Ce). Fazendo parte do movimento estudantil como o Centro Acadêmico, aprendi junto com os demais membros como é importante a presença de um movimento que defenda os ideais dos estudantes, sendo um mediador essencial para diversas decisões, fazendo-se importante para a formação, a clareza de que o movimento estudantil luta por causas coletivas, trazendo a compreensão de que a psicologia também é um campo de lutas, em que nós como psicólogos em formação, procuramos fundir militância e psicologia. Mortada destaca que “[...] a Psicologia é um campo de lutas. A hegemonia para a qual tende a ideologia nunca se realiza em sua plenitude. Há, hoje, um conjunto considerável de teorias e técnicas que possibilitam a crítica a esse viés.” (MORTADA, 2005). A realidade de um movimento estudantil é basicamente formada pela unificação dos estudantes e a mobilização dos mesmos. Portanto, o movimento estudantil não se restringe apenas a militância, mas trás consigo um caráter de formação do indivíduo. Indivíduo esse que em fase de formação aprende a lutar por causas mais justas e igualitárias, lutas que se assemelham com as lutas da comunidade, que se ver em um ambiente de exclusão, desigualdade social e que necessita de profissionais que contribuam com essa realidade social. A psicologia comunitária mais que um campo de atuação é um compromisso social.

Pensar, Sentir, Atuar: Caminhos de elaboração do pensamento crítico em um grupo de pesquisa em Psicologia Da Libertação

Elívia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará, Francisco Gildo da Silva Duarte, Faculdade Luciano Feijão, Marlla Rúbya Ferreira Paiva, Faculdade Luciano Feijão, Paloma Carvalho Alves, Faculdade Luciano Feijão, Poliana Silveira Fonteles, Faculdade Luciano Feijão

A ampliação da oferta de cursos de graduação em psicologia, associada às exigências impostas pelo mercado de trabalho, tem solicitado a elaboração de caminhos formativos que contemplem a aquisição de conteúdos não apenas teóricos e técnicos. Afirma-se, com isso, a relevância de que no contexto universitário sejam adotadas estratégias de ensino e aprendizagem que transpõem a sala de aula, facilitando o contato dos acadêmicos com as incertezas e inquietações comuns a atuação profissional em psicologia. A Psicologia Comunitária, enquanto área da Psicologia Social da Libertação, insere-se como campo de conhecimento que solicita do acadêmico em psicologia necessária ênfase a ser dada ao tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, concebido como o caminho viável para o desenvolvimento da formação discente com vistas ao pensamento crítico, questionador e reflexivo. Este trabalho, elaborado a partir da vivência de acadêmicos de psicologia inseridos em um grupo de pesquisa, tem como objetivo descrever como esta participação tem contribuído para a formação discente. As reuniões de pesquisa ocorrem semanalmente com a presença de cinco acadêmicos de psicologia e uma professora. Este trabalho aproxima-se com o eixo nomeado como Acadêmico/Formação, no sentido que abordamos a experiência acadêmica para espaços extra sala de aula, compreendendo o grupo de pesquisa como veículo de formação crítica. Utilizando-se da criticidade, da práxis e a problematização da realidade para repensar o fazer do psicólogo. O grupo de pesquisa estuda o que a psicologia nomeada por Martín-Baró de Psicologia da Libertação tem a contribuir para a formação dos psicólogos em geral e, principalmente, para aqueles que intentam atuar na área social comunitária. A relevância desse pensamento, advindo de uma lógica de libertação dos povos oprimidos, é de grande valia para a intervenção do psicólogo na atualidade, visto que a formação em psicologia ainda pautasse em teorias de caráter fundamentalmente burguês. É preciso que se atente para as problemáticas das maiorias populares, para as esperanças e sonhos desses vastos setores da população latino-americana que continuam se debatendo com as exigências cotidianas de satisfação de suas necessidades materiais mais básicas. É preciso, como propõe Martín-Baró, a elaboração de uma nova teoria, uma nova ética e uma nova práxis, capazes de superar o mimetismo cientificista, a ausência de uma epistemologia adequada e a busca equivocada pelo status científico concebidos como as causas da miséria histórica da psicologia. O desenvolvimento do pensamento crítico através da participação como pesquisador contribui para a formação do discente enquanto sujeito ativo, questionador, capaz de interagir com colegas de distintos períodos de formação. A dimensão do atuar refere-se a incessante inquietação em relação aos fatos cotidianos que tanto interpelam os acadêmicos. Pensar, sentir e atuar são movimentos intrínsecos a adoção do pensamento crítico uma vez que se visualiza a realidade preocupando-se com a práxis profissional em psicologia. Com isso, o grupo de pesquisa em psicologia da libertação se afirma como espaço onde a análise crítica da realidade e a

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

problematização desta estão presentes em todos os momentos, o que só tem a contribuir para a formação, investimento e experiências para o futuro.

Processo de Socialização como Agente de Mudanças nas Relações Interpessoais dos Idosos

**Emannuely Medeiros de Almeida Costa, Faculdades Integradas de Patos – FIP,
Priscila Rayane Dos Santos Rego, Faculdades Integradas de Patos – FIP, Thaís
Nayane de Oliveira Duarte, Faculdades Integradas de Patos – FIP**

O envelhecimento tende a ser delicado e doloroso para muitos idosos. Com frequência, eles se veem frente ao isolamento, à falta de apoio social, à dificuldade em lidar com o próprio processo de envelhecimento, com a morte do cônjuge, o abandono familiar, as dificuldades para se manter financeiramente, a ociosidade, o que também pode desencadear doenças físicas e psíquicas. As casas de apoio ou instituições, como o CRAS, por exemplo, ajudam de maneira significativa na inclusão dessas pessoas na sociedade, por mais que seja uma pequena sociedade, como o grupo inserido, porque muitas vezes tira o idoso de um contexto de solidão e o traz para um meio onde encontrará apoio, fortalecendo suas relações interpessoais e aumentando a motivação dos mesmos. A partir da técnica de observação participante foram observados os fenômenos sociais emergentes em um grupo de aproximadamente 30 idosos de um CRAS no sertão paraibano. Utilizou-se de uma abordagem qualitativa descritiva, para delineamento do tipo de estudo exploratório. Qualitativa, por possibilitar uma maior integração dos observadores com o grupo a ser observado e descritiva no contexto de descrever o comportamento dos participantes do grupo. Sendo assim realizado o registro das relações interpessoais dos idosos, no processo construtivo da pesquisa, possibilitando a obtenção de informações acerca dos dados coletados. Resulta-se deste estudo que há motivação por parte dos idosos com os trabalhos realizados na instituição, mediante a isto, a observação participante foi relacionada com a motivação que eles têm de estarem presentes naquele local, dedicando-se e participando ativamente dos trabalhos realizados, estando inserido dentro de um grupo que possui características comuns, cooperando e relacionando-se uns com os outros. Concluiu-se então que, através de atividades inclusivas propostas pelos agentes sociais, entre os quais se destacam a presença do psicólogo social comunitário, os idosos, inseridos em um grupo social, tem sua autoestima elevada, além de apresentar uma qualidade de vida mais satisfatória. Estes conhecimentos acerca das relações interpessoais e sociais do grupo de idosos mostram-se convergentes com os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Social Comunitária que se caracteriza por trabalhar com sujeitos sociais em condições específicas, estando atento a sua subjetividade dentro da comunidade que está inserido.

Promoção da resiliência em um grupo de dependentes químicos

Rubenilda Maria Rosinha Barbosa, Universidade Federal de Pernambuco,
Vanessa Ribeiro Barboza, Universidade Federal de Pernambuco

Pesquisa-ação que objetivou desenvolver comportamentos resilientes em um grupo de dependentes químicos internados em uma comunidade terapêutica. Esta atua na perspectiva do internamento de longa duração e de uma abordagem psicossocial cujo objetivo é manter a abstinência, sendo o convívio grupal a principal forma de tratamento. Caracteriza-se pela partilha de bens, tarefas e experiências; relações horizontais; cobra-se honestidade por parte dos residentes e o exercício da espiritualidade. Entende-se por dependência química um padrão mal adaptativo de uso de qualquer substância psicoativa que traga prejuízos orgânicos, psicológicos e sociais para o sujeito, causando-lhe sofrimento. A Resiliência, por sua vez, é a capacidade do ser humano de enfrentar as adversidades da vida, superá-las e ser transformado positivamente por elas. Na operacionalização foram realizados encontros semanais com os dependentes químicos, com duas horas de duração, que ocorriam dentro da própria comunidade terapêutica. Utilizou-se diversas técnicas para o desenvolvimento de grupos, baseadas em temáticas referentes à dependência química, contexto do internamento, reinserção social, redes sociais de apoio, relações interpessoais e habilidades intrapsíquicas. Conforme o marco teórico utilizado, a ênfase nesses temas era necessária para o enfrentamento e superação das adversidades. Observou-se que os encontros possibilitaram: a) a reflexão e o autoconhecimento, favorecendo aos sujeitos se implicarem nas situações, adotando um centro de controle interno; essa atitude parecia evitar o sentimento de vitimização e a consequente atribuição de culpa aos demais pelo que acontecia em sua vida; b) ao grupo se tornar mais consciente, na medida em que permitia refletir sobre diversos temas, a oportunidade de ter novas experiências e entrar em contato com questões pessoais; c) o empoderamento, a participação e a autonomia, tendo em vista que a relação estabelecida entre a facilitadora e o grupo era baseada na confiança, horizontalidade, atenção e respeito; d) aprendizagens com a experiência do outro, ajuda mútua, identificações e diferentes percepções de uma mesma situação. Todos os elementos acima citados pareceram favorecer a esses sujeitos mais recursos para lidar com as adversidades, o que implicava no desenvolvimento de comportamentos resilientes. Nesse trabalho foi possível ratificar a compreensão da dependência química como um fenômeno complexo que envolve a interação entre muitos fatores e romper com o olhar preconceituoso acerca do usuário de droga, sendo essas posturas fundamentais para uma prática de cuidado. Ocorreu também uma integração do tripé ensino, pesquisa e extensão, na medida em que foi desenvolvido na comunidade por uma estudante de psicologia que elaborava, juntamente com a orientadora, uma proposta de intervenção; as reflexões e análises dos efeitos dessa prática, por sua vez, subsidiavam os próximos encontros, refazendo e elaborando novas possibilidades de atuação. Pelo referido acima ficou evidente, dentre outros aspectos, as características dos processos metodológicos de intervenção comunitária, a importância de favorecer a autonomia do grupo e o relevante papel da Psicologia Comunitária no âmbito acadêmico da formação do (a) aluno (a).

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

Promovendo a resiliência comunitária em populações que residem em áreas de vulnerabilidade sócio ambiental

Bruna Gabriela Monte de Oliveira Ramos, Universidade Federal de Pernambuco,
Camila Leonel Nascimento, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE,
Rubenilda Maria Rosinha Barbosa, Universidade Federal de Pernambuco,
Vanessa Ribeiro Barboza, Universidade Federal de Pernambuco

Trabalho de pesquisa e extensão em andamento que, apoiando um projeto maior das engenharias da UFPE, objetiva desenvolver e avaliar estratégias para promoção da resiliência individual e comunitária em populações residentes em áreas suscetíveis a deslizamentos e inundações classificadas como de risco alto e muito alto localizadas no grande Recife/ Pernambuco. Esta ancorada no referencial teórico metodológico da Psicologia Comunitária, da Vulnerabilidade Socioambiental e da Resiliência. A equipe de execução é multiprofissional, multidisciplinar e intersetorial, tendo como participantes profissionais, professores e estudantes das áreas das ciências exatas, humanas, sociais e da saúde. O público alvo são 1. Os grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social por residirem em áreas susceptíveis de deslizamento ou alagamento/inundação; 2. As lideranças, associações e organizações comunitárias locais que estão implicadas com a resolução dessas questões; 3. As prefeituras desses municípios e suas respectivas defesas civis. As atividades realizadas até o momento foram (a) reuniões de supervisão/orientação e interdisciplinares, (b) estudos e discussões acerca da temática, (c) visitas aos locais de atuação, (d) construção e aplicação dos questionários para avaliar o potencial de resiliência das comunidades alvo de atuação, (e) planejamento e realização de oficinas de sensibilização junto às prefeituras, suas defesas civis e lideranças comunitárias locais para ressaltar a importância do desenvolvimento da resiliência comunitária. Até o momento se ressalta como resultante dessa vivência: 1. A integração dos conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas do curso de psicologia, assim como dos demais cursos envolvidos nessa proposta; 2. O trabalhar a resiliência comunitária e a vulnerabilidade socioambiental com uma equipe interdisciplinar, com o aporte teórico/prático dessas disciplinas, possibilitou compreender como os vários saberes podem auxiliar aos sujeitos nas situações de emergência; 3. A importância da apreensão, pela população, das informações técnicas de prevenção que foram repassadas pela equipe, aliada ao engajamento e participação da comunidade no desenvolvimento das ações antes, durante e após a ocorrência dos desastres; 4. Percebeu-se a interface da Psicologia Comunitária com as políticas e os poderes públicos; 5. Evidenciou-se também o papel das redes de apoio solidárias na população para construção da resiliência comunitária; 6. A experiência de atuar com e na comunidade permitiu aos estudantes problematizar a realidade, ter uma postura crítica, podendo suscitar o seu compromisso moral e ético, como cidadão(ã), na medida que percebem a importância da atuação de uma psicologia comprometida com a transformação social. Como no Brasil, os deslizamentos e as inundações são os desastres naturais de maior frequência, espera-se que os resultados dessa experiência possam subsidiar a criação de políticas públicas de prevenção dessas ocorrências e a redução dos seus impactos nas populações atingidas. Além disso, as mitigações de deslizamentos e inundações no país trarão benefícios a todos os cidadãos que convivem direta ou indiretamente com essas tragédias que trazem sérios danos físicos, materiais, sociais, psicológicos,

financeiros, dentre outros. De igual modo também a algumas das instituições que compõem os governos municipal, estadual e federal, que lidam com essas ocorrências, resultando na melhoria da qualidade de vida para todos.

Psicologia Comunitária: uma articulação teórica-prática na atenção básica à saúde

Ana Caroline Guimarães Oliveira, Faculdade Santo Agostinho, Ana Maria Alves de Carvalho Santos, Faculdade Santo Agostinho, Isabel Mariana dos Santos Alcalá, Faculdade Santo Agostinho, Jessyca Maria Lima e Silva, Faculdade Santo Agostinho, Katyelle Kristyne Silva Lobão, Faculdade Santo Agostinho

Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de extensão em Psicologia Comunitária. A extensão teve o intuito de por em prática os saberes teóricos vistos na disciplina de Psicologia Comunitária, do curso de Psicologia da Faculdade Santo Agostinho, que fica situada na cidade de Teresina no Estado do Piauí e teve como carga horária 36 horas, teve como objetivo mostrar a realidade a partir do contato com a atenção básica em saúde. Assim, este visou contribuir para uma formação mais abrangente do profissional em psicologia. A referida extensão ocorreu na Estratégia Saúde da Família- ESF, de um município do interior do Maranhão entre outubro e novembro de 2013. Inicialmente ocorreu o conhecimento do local de execução da extensão, bem como a realidade socioeconômica e cultural da região através do processo de familiarização (MARITZA, 2006). A partir desse levantamento foram executadas atividades, como: acompanhamento da rotina do posto de saúde, visitas domiciliares, roda de conversa, levantamento de demandas e promoção de informativos.

A metodologia utilizada para efetivar as atividades de promoção de informativos foi, primeiramente a coleta de informações com os profissionais da unidade básica sobre as demandas mais recorrentes no posto de saúde, assim foi realizada uma investigação com os usuários sobre suas dúvidas e questões acerca das demandas que possuíam isso foi contemplado através de conversas realizadas quando estes estavam à espera de atendimento, com base nessas informações foram planejadas e agendadas as atividades informativas, tais como: palestra, exposição de audiovisuais, roda de conversa, café da manhã, distribuição de brindes com informações sobre promoção, prevenção, cuidados referentes às demandas levantadas e também a ornamentação de uma sala de espera lúdica, onde através do levantamento das demandas o grupo de extensão com a ajuda dos profissionais da Estratégia Saúde da Família – ESF perceberam a necessidade da ornamentação de uma sala de espera lúdica, pois, as mães que se dirigiam ao posto de saúde ficavam à mercê quando se tratava de por quem seus filhos poderiam ser cuidados nos dias de consulta e, a partir de então, a criação da sala foi de suma importância tanto para o andamento dos trabalhos realizados no posto, quanto para o desenvolvimento da criança. A experiência em campo evidenciou a importância da inserção dos estudantes na prática ainda durante a formação, pois, há o contato com a realidade prática, o desenvolvimento de criticidade para com as teorias e o conhecimento da dinâmica cultural e também de dificuldades enfrentadas pelos usuários da Estratégia Saúde da Família – ESF.

Psicologia social e a prática da hidroginástica na terceira idade.

Suenny Fonsêca de Oliveira, Faculdades Integradas de Patos - FIP, Wellington
Gomes dos Santos, Faculdades Integradas de Patos - FIP

O processo de envelhecimento no indivíduo saudável está relacionado com inúmeras alterações psicológicas e físicas que interferem na área motora, concorrendo para a inatividade e contribuindo para o aparecimento e agravamento de determinadas doenças, além de influenciar negativamente a realização das atividades de vida diária. Portanto, a prática de atividade física é fundamental para o idoso, não só na prevenção de doenças como na reabilitação de suas habilidades motoras, promovendo um estilo de vida saudável que é fator preponderante para a melhoria da qualidade de vida. Na intenção de melhor compreender os processos que norteiam os fenômenos sociais na terceira idade no contexto relacionado à prática de exercícios físicos na vida do idoso e desenvolver a observação participante, o estudo foi realizado com um grupo constituído de 30 idosos que praticam ativamente hidroginástica em uma instituição privada localizada em uma cidade do sertão da Paraíba, porém, oferecerem o serviço gratuitamente. A pesquisa é tipo exploratório com abordagem qualitativa com duração das observações por no mínimo 30 à 50 minutos cada observação. A população observada era composta por sete homens e vinte e três mulheres, entre eles na faixa etária de 55 a 82 anos. Os instrumentos usados durante as observações foram: um diário de campo, canetas azul, preta, vermelha, cronômetros e protocolo de observação. A relevância da pesquisa realizada está relacionada à compreensão dos acadêmicos no sentido de observar os fenômenos sociais dentro do grupo de idosos. Além do que foi estabelecido e realizado, podemos dizer que, há uma grande importância com relação à atividade física desenvolvida, pouco divulgada e praticada pelos acadêmicos, sendo assim, de fundamental importância reflexões metodológicas à prática destas atividades físicas aqui citadas e expostas dentro da terceira idade. Contudo, foi possível analisar as relações interpessoais e de liderança aparentes no grupo de estudo e presente no contexto da psicologia social comunitária. Ainda se faz necessário compartilhar o conhecimento científico a respeito da influência da prática de exercícios físicos que possa promover a transformação e o estilo de vida do idoso, à saúde mental e a inclusão social da comunidade em instituições públicas ou privadas, contribuindo para a educação, prevenção e interação social.

Psicomotricidade Relacional: uma aliada no trabalho comunitário para o desenvolvimento biopsicossocial de crianças.

Maria Angela Mattar Yunes, Centro Universitario La Salle, Unilasalle

A Psicomotricidade Relacional é um dos cinco Projetos que integram o Programa Centro de Referência em Apoio a Família- CRAF, uma ação de extensão da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. A participação de crianças em sessões de Psicomotricidade Relacional visa o desenvolvimento humano, as atividades lúdicas e os jogos simbólicos, assim podem significar fator de proteção e favorecer aprendizagens significativas e melhores condições de desenvolvimento biopsicossocial. Isto condiz com os estudos de uma Psicologia Comunitária construída e alicerçada dialogicamente frente aos problemas socioambientais

da comunidade. Com o objetivo de oportunizar sessões de Psicomotricidade Relacional às crianças de uma comunidade carente do município de Rio Grande/RS foram propostas sessões lúdicas, cooperativas e simbólicas. Para tanto, foram realizadas sessões quinzenais de Psicomotricidade Relacional que oportunizaram aos integrantes uma atitude ativa diante de possíveis conflitos em um ambiente seguro e prazeroso. A Psicomotricidade Relacional pode: a) exercitar o pensamento por intermédio do planejamento, elaboração e desenvolvimento de atividades concretas; b) promover a atenção, verbalização e a escuta de si e dos demais colegas; c) oportunizar vivências corporais concretas diversas e plurais; d) exercitar o comportamento cooperativo e agregador entre os participantes; e) exercitar a criatividade, desenvolvimento das idéias e planejamento de temas teatrais e da dança. A psicomotricidade relacional caracteriza-se por: associar a escuta e diálogo entre o corpo e os aspectos psíquicos dos seres humanos, focalizando na compreensão e na atividade dos núcleos psicoafetivos e seus decorrentes problemas relacionais interpessoais. Ainda oferece um espaço de jogo espontâneo, incentivando e facilitando para que sejam manifestas as dificuldades relacionais, suas necessidades e seus desejos, potencializando a socialização. Cada sessão de Psicomotricidade Relacional teve preparação com dedicação e responsabilidade para garantir a qualidade e segurança dos envolvidos. Foi previsto espaço considerando a faixa etária e o número dos participantes. Almejamos com este estudo oferecer às crianças e adolescentes que se encontram em uma situação de vulnerabilidade social momentos e vivências diversas, tornando-os ativos frente aos diferentes ambientes que transitam e constroem conhecimentos. Salientamos a importância da Psicomotricidade Relacional como fonte indispensável entre a interação e a aprendizagem, brincadeiras que possibilitaram que as crianças improvisassem, experimentassem e desafiassem o mundo via as sessões lúdicas, de maneira prazerosa. As atividades lúdicas e os jogos simbólicos podem significar um fator de proteção e favorecer aprendizagens significativas e melhores condições de desenvolvimento biopsicossocial, pois, estimulam o imaginário e dão asas a imaginação, onde a tampa de um pote vira direção, o cabo de uma vassoura se transforma num cavalo e o que mais a imaginação (re) criar. Desta forma, a magia da fantasia deixou de lado os objetos e conceitos estereotipados e foi permitida a desconstrução de rótulos que por vezes emergem nas relações entre as próprias crianças.

Relato de Experiência: Monitoria em Introdução a Saúde Pública pela Faculdade Pernambucana de Saúde.

Luciana Cristina Amaral Ferreira, Faculdade Pernambucana de Saude

Este trabalho apresenta uma análise da experiência vivenciada como monitora de Oficina de Trabalho em Psicologia I: Introdução a Saúde Pública, na Instituição de Ensino Superior, Faculdade Pernambucana de Saúde, no ano letivo 2012.2 na cidade do Recife. Objetivo: Criticar a experiência vivenciada como monitora de uma Instituição de Ensino Superior da cidade do Recife-PE. Método: Foi utilizado o Relatório de Experiência de Monitoria, o Edital de Monitoria Faculdade Pernambucana de Saúde e bibliografias que retratam o tema da prática da Psicologia em comunidade e atuação Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Resultado/Discussão: As graduações oferecidas pela Faculdade Pernambucana de Saúde têm como processo de ensino pedagógico inovador - o método ABP

(Aprendizagem Baseada em Problemas). É uma abordagem construtivista que coloca o estudante ativo de sua aprendizagem. O estudante do primeiro período de Psicologia tem em sua matriz curricular Prática Comunitária no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e Oficina de Trabalho em Psicologia I: Introdução a Saúde Pública que tem como objetivo favorecer ao aluno, pensamento reflexivo e crítico sobre a atuação do psicólogo na saúde pública do Brasil, a criação do SUS, a criação da Estratégia da Saúde da Família, e também, das diretrizes do NASF. Em contato com os alunos iniciantes percebi que o conhecimento da política de saúde era basicamente desconhecido entre eles, sendo assim, notava-se inquietações pelo papel do psicólogo nesse campo de atuação. No decorrer das aulas houve muita resistência em realizar leituras sobre o tema, frequentar aulas extras, participar de seminários e discussão. Foi percebido que os estudantes iniciantes tiveram uma difícil percepção do exercício da prática da Psicologia Comunitária. Conclusão: Diante de todas as dificuldades foi um desafio levar a monitoria até o fim como superação de um problema posto. Preocupada com a formação para o exercício profissional, gerou-se o estímulo pela busca pessoal do conhecimento e expansão acadêmica. Concluo que é uma experiência válida e que deverá ser mantida como método de ensino para expansão do conhecimento da Psicologia Comunitária. Ela atinge em todos nós uma mudança subjetiva pessoal e objetivamente acadêmica, como ainda, entender toda a dinâmica proposta pelo SUS para um amplo atendimento comunitário no acesso à saúde pública.

Representação Social da Loucura/Louco para os Estudantes do Curso de Psicologia

Dina Mara Formiga da Silva, UNIFOR, Geórgia Coelho Mosca de Carvalho Araújo, Centro Universitário Estácio- FIC, Rachel Teixeira Bessa Maia, Centro Universitário Estácio de Ceará, Raffaella Giovanna do Santos Cavalcante, Centro Universitário Estácio de Ceará, Selene Regina Mazza, Centro Universitário Estácio de Ceará

Em seus estudos, Moscovici sugere como a nova realidade social, gerada a partir do pensamento se tornam realidades concretas que exercem pressão, forçam ou orientam as atitudes das pessoas. Essas representações sociais apresentam-se como elementos significativos para explicar as condutas dos indivíduos, na medida em que servem para categorizar e explicar a realidade, trazendo elementos do Universo Reificado para o Universo Consensual (Guareschi, 2001). Tal representação da realidade é influenciada por vários fatores, dentre os quais, o conjunto de conhecimento e noções que são compartilhados por um determinado grupo, ou seja, a cultura. Desta forma, para que ocorresse o rompimento do paradigma de confinamento e exclusão do louco surgiu o movimento chamado de Reforma Psiquiátrica. A partir desse processo de desinstitucionalização os sujeitos que antes estavam submetidos à exclusão e estigmas passam a ser vistos como cidadãos que tem voz e direitos. No entanto, para a desconstrução desses modelos sociais da loucura construídos ao longo da história, é preciso desenvolver uma visão crítica junto à sociedade que conteste qualquer forma de manutenção do modelo manicomial. A reforma psiquiátrica, portanto, permitiu que a sociedade construísse um novo olhar em relação à doença mental. Diante desse contexto, o objetivo desse estudo é conhecer quais representações sociais fazem parte do imaginário dos estudantes de psicologia de uma IES privada. A

partir da verificação desse imaginário tornar-se-á possível criar estratégias de intervenção sociocultural, em relação à loucura, em comunidades periféricas de Fortaleza no intuito de capacitar agentes formadores para estas intervenções. Para o desenvolvimento deste trabalho adotou-se a pesquisa qualitativa, como método de abordagem do problema estudado. Dentre as técnicas disponíveis, escolheu-se a entrevista estruturada para o desenvolvimento da investigação proposta. As entrevistas foram realizadas em março de 2014, na própria instituição de ensino superior. A partir das respostas trazidas pelas pessoas entrevistadas, observamos que os alunos partilham ideias semelhantes em relação à loucura e, apesar de serem estudantes de Psicologia, ainda consideram a loucura como algo desconhecido e imprevisível. No entanto, percebe-se que o movimento da Reforma Psiquiátrica está influenciando o imaginário e a construção de uma nova forma de ver e atuar com sofrimento psíquico.

Representações Sociais de Estudantes de Psicologia Sobre a Relação entre Religião e Ciência

Bruno Luiz Avelino Cardoso, Faculdade Pitágoras Slz, Juliana Guterres Aranha de Aguiar, Faculdade Pitágoras São Luís - MA, Samily Natania Alves Meireles Aquino, Faculdade Pitágoras, Sílvia Regina Moreira Vale, Centro Universitário do Maranhão

Introdução: A discussão sobre a relação religião e ciência é presente na formação do psicólogo, o que torna importante os estudos acerca das representações sociais (RS) desses sujeitos, psicólogos em formação, sobre a referida relação e sua futura prática, que perpassa espaços de mobilização social e processos de intervenção comunitária. Os primeiros sistemas de representações que o homem produziu do mundo e de si mesmo são de origem religiosa (Durkheim, 1989 apud ALVES, 1996). No âmbito comunitário, com seus desafios, limites e fazeres, este profissional lidará diretamente com concepções subjetivas tanto em nível individual quanto grupal, do outro, objeto da psicologia social.

Objetivos: Identificar as Representações Sociais de estudantes de Psicologia sobre a relação entre religião e ciência, considerando esta última como norteadora da futura atuação profissional. **Metodologia:** O estudo foi realizado com 100 estudantes de Psicologia da Faculdade Pitágoras Slz, por meio de questionário, com o comparativo de resultados entre os primeiros e os últimos períodos do curso. **Resultados:** Os resultados apresentam predominância (85%) de adeptos a alguma religião. Do total de participantes 86,67% e 66,67%, são católicos e protestantes, respectivamente, e dos períodos finais, 94,74% e 90%, que afirmam que suas concepções religiosas não influenciarão em sua futura atuação profissional. Com relação aos primeiros períodos 16,67% dos protestantes e 76% dos adeptos a outras religiões considera importante mencionar sobre sua crença religiosa durante sua atuação profissional. O que também é identificado nos períodos finais (74%). Verifica-se contraste de resultados dos períodos iniciais e finais tanto com relação ao quesito utilização de objetos religiosos no setting terapêutico (14% e 4%), quanto às respostas emitidas sobre mencionar sua crença religiosa, o que acontece também quanto ao conhecimento do Código de Ética Profissional (CEP), que 70% (períodos iniciais) e destes 80% católicos e 100% (períodos finais) afirmam conhecer. É possível afirmar a existência de RS paradoxais sobre a futura atuação profissional e preceitos religiosos. **Conclusão:** As RS de estudantes de

Psicologia acerca da relação entre religião e ciência e sua futura prática profissional traduzem a maneira como o grupo pensa nas suas relações com os objetos que o afetam e como os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com sua natureza (Durkheim, 1978 apud ALVES, 1996). Assim, a modificação das RS ocorre no decorrer da evolução acadêmica mediante as contingências de ensino que os alunos estão submetidos, entre as quais se destaca o ensino do CEP, as práticas supervisionadas e as análises de casos apresentadas, trazendo a problematização da realidade como significativa contribuição para uma formação consistente. As RS são dinâmicas e modificadas através da exposição do individuo a novos contextos (Oliveira & Werba, 2008).

Sense of Community: advances on measurement with SCI 2

José Henrique Pinheiro Ornelas, ISPA - Instituto Universitário, Olga Oliveira Cunha, ISPA - IU /CNE

Sense of Community: advances on measurement with SCI 2

Psychological Sense of Community (PSOC) is considered one of the most important constructs for Community Psychology. With its definition by Sarason, in 1974, and the model defined by McMillan & Chavis (1986), it becomes important to measuring it in the several communities, relational and geographical. In this research, which is part of a PhD program, the aim of the current study was to provide evidence that allow us to contribute to the theoretical development of the construct psychological sense of community, mainly in its measurement where we can find numerous investigations about this issue, namely Sense of Community Index (SCI) (McMillan & Chavis), Brief Sense of Community Scale (BSCS), developed by Peterson, Speer & McMillan (2007), the Multidimensional Territorial Sense os Community Scale (MTSOCS), the Sense of Community Scale italiana ISCS), the Community Organization Sense of Community Scale (COSOC), the Psychological Sense of Community at Work Scale (PSCW) and the a Escala de Sentimiento de Comunidad (SC) developed by Sanchez Vidal (2009).

Although exists many empirical research about the measurement of PSOC, there is also many questions that has been raised for the last 25 years. In 2008, Lee & Chavis presented in Lisbon a new proposal, the SCI 2. We used the SCI 2 developed by Lee & Chavis (2008) and internal consistency and discriminant validity of the scale were investigated: 900 adults from Corpo Nacional de Escutas completed the SCI II (translated for Portuguese language). The empirical support shows that the SCI 2 have four dimensions stated by McMillan & Chavis (1986) but in a different model for this relational community (CNE). The Corpo Nacional de Escutas (CNE) is the largest youth association in Portugal and it holds 13760 adults who work in a week basis with children and young people (from 6 22 years), in all national territory through 1100 local groups.

We will present in the poster, the findings of this research, regarding the scouting context and propose a model that was found to analyze the data.

We will also propose some questions to further investigation.

Key words: Sense of Community, SCI 2, scouting

Sergei Eisenstein e Vigotski: a consolidação do cinema como meio de expressão artística e elemento de mediação do desenvolvimento ontogenético

Antonio Dário Lopes Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Caio Gustavo David Ribeiro, Universidade Estadual do Ceará, Deborah Leite de Abreu Souza, Universidade Estadual do Ceará, Iago Bezerra Dantas, Universidade Estadual do Ceará, Ruth Maria de Paula Gonçalves, Universidade Estadual do Ceará, Victor Mateus Macario Portto, Universidade Estadual do Ceará

A pesquisa tem como objetivo examinar as aproximações teórico-práticas das elaborações de Eisenstein e Vigotski, no que se refere a relação entre Psicologia e Arte, tendo como eixo central o cinema. Para tanto perscrutamos aspectos da vida e da obra do cineasta Serguei Mikhailovitch Eisenstein, evidenciando a importância de sua produção para o cinema como expressão artística, uma vez que destaca a magnitude que o cinema tem, como arte, no desenvolvimento ontogenético do sujeito devido ao aperfeiçoamento das funções psicológicas superiores. O desenvolvimento do estudo foi contemplado a partir dos lineamentos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, especificamente dos estudos sobre arte formulados por Vigotski. A metodologia adotada foi a de análise de revisões bibliográficas e documentais, fruto dos debates gestados na disciplina de Teorias Psicogenéticas, do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do projeto de extensão Cine-Nusol, realizado no Núcleo de Psicologia Social e do Trabalho (NUSOL). Como conclusão, tem-se a consolidação do cinema como arte que narra e ilustra o percurso humano, contribuindo para os processos de desenvolvimento do homem, como a conscientização e emancipação enfatizadas na obra de Sergei Eisenstein, categorias presentes nas bases da Psicologia Comunitária, a qual traz uma psicologia contextualizada emancipatória que põe o psicólogo no papel de sujeito conscientizador, assim como Eisenstein, que se utilizou do cinema como elemento de mediação, como destaca Vigotski. A Psicologia Comunitária e a Psicologia Histórico Cultural, constituem aportes relevantes para a compreensão da mediação estabelecida através do cinema, sendo propulsora da produção de significados e sentidos, assim como, sentidos pessoais e coletivos da vida da comunidade, como assinala Góis. Nesse sentido, a ocupação de um espaço físico comum à comunidade ou a simples sala de cinema, ou teatro, mediado pela arte (cinema) e a sua recorrente problematização, através de diálogos reflexivos expostos nas entrelinhas ou de forma objetiva na arte, é uma possibilidade de se aumentar as dimensões comunitárias que auxiliam no processo de transformação da comunidade em si e dos indivíduos, como partes constituintes de um todo. O cinema de Eisentein, então, fortalece o laço comunitário com o individual, no sentido de ser um instrumento que tende a incrementar a potência de vida dos sujeitos.

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

Tenda do Conto: Compartilhando vivências, arte e cultura na produção de saúde com idosas participes do Projeto Rosas do Entardecer em Teresina-PI

Danilo Camuri Teixeira Lopes, Faculdade Santo Agostinho, Tatyana Amélia Costa Macedo, Faculdade Santo Agostinho, Tonny Kerley de Alencar Rodrigues, Coppead/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Yana Queiroz Leal, Psicologia

A extensão universitária tem uma grande participação social por beneficiar a comunidade que necessitam dos serviços oferecidos e aos universitários por colocarem em prática seus conhecimentos. Essas ações exercidas em meio social sensibilizam os olhares das universidades que veem a necessidade da sociedade aliada aos anseios que ajudam na formação dos profissionais.

A responsabilidade social contempla a consciência social e o dever cívico, refletindo a ação de empresas em prol da cidadania. Essas ações proporcionam o desenvolvimento do cidadão promovendo a cidadania individual e coletiva, buscando cooperar para que a comunidade possua autonomia, podendo assim ter condições para lidar e resolver suas diferenças e conflitos.

Visto a importância de ações, este trabalho traz o relato de uma atividade terapêutica baseada na metodologia de Adalberto Barreto, onde a terapia comunitária se apresenta em um espaço de acolhimento e tratamento do sofrimento cotidiano antes que vire doença. A chamada Tenda do Conto, tem como objetivo ser um espaço democrático para que todas as idades possam produzir subjetividade, através da fala de suas experiências e divisão de momentos pessoais com outras pessoas.

As cadeiras são colocadas em roda, e uma delas, ao centro, seduz mais intensamente as participes: uma cadeira de balanço cuidadosamente coberta por uma manta que aquecerá os contadores de histórias; aqueles que são narradores e autores de sua própria história. Os universitários surgem neste momento apenas como facilitadores, estimulando a partilha de experiências e ressignificando o saber produzido pela vivência de cada um.

Idealizando essa atividade de compartilhar vivências, arte e cultura na produção de saúde com as idosas participes do Projeto Rosas do Entardecer em Teresina-PI desenvolveu-se o presente trabalho no dia 21 de Setembro de 2013, através de uma iniciativa da FSA JUNIOR e de alunos do curso de Psicologia.

A finalidade das extensões universitárias é ter a capacidade de colocar em prática um conjunto de princípios e valores. A Tenda do Conto é a ferramenta ideal para aproximar-se desse objetivo, permitindo nos conectar tanto no plano social quanto pessoal, apontando para o início de algumas transformações referentes à adoção de práticas voltadas para a inclusão, a autonomia e o protagonismo dos sujeitos.

The Capabilities Questionnaire for the Community Mental Health context (CQ-CMH): The analysis of the Content Validity

Beatrice Sacchetto, ISPA-Instituto Universitário, José Henrique Pinheiro Ornelas, ISPA - Instituto Universitário

Introduction: To achieve a transformative change in the mental health system, the capabilities approach is considered an inspiring principle with concrete criteria to promote recovery (Davidson et al., 2008; Hopper, 2007; Ware et al., 2008). The capabilities framework emerges as an alternative indicator in the welfare economics (Sen 1980) and has been adopted in public policies and quality of life studies of vulnerable populations (Nussbaum, 2000). Capabilities are essentially opportunities of choice and freedom to do and to be (Nussbaum, Sen, 1993). The philosopher Martha Nussbaum indicates ten central domains of capabilities to assess the quality of life (Nussbaum, 2000). This capabilities list can be adapted to each specific context and culture (Nussbaum, 2011). A specific list and measure of capabilities for the community mental health context would be useful in order to understand if community services are providing opportunities to its users (Shinn, In Press). **Objective:** The aim of the poster is to present the Capabilities Questionnaire for the Community Mental Health context (CQ-CMH) and the content validity analysis. The questionnaire aims to measure users' capabilities, achieved through the support of community mental health services.

Method: In order to design the questionnaire, a qualitative and collaborative work between users of community mental health services and academic researchers has been implemented (Ornelas et al., 2012; Sullivan, Kelly, 2001). The collaboration consisted in: a) data collection about consumers' testimonies through focus group sessions (N=50); b) data analyses based on the referred capabilities framework by a Steering Committee of 3 users, and 2 researchers (Nelson et al., 2005). The resulting instrument was composed by 104 items ordered in 10 capabilities. Through the content validity assessment we checked if the selected items of the questionnaire measured adequately the 10 capabilities. Once again, a collaborative process was designed, constituting a panel of judges of 3 users, 3 professional staff and 3 academic researchers. Participants were informed about the capabilities framework, the construction and objective of the capability measure, and were asked to judge each item in terms of relevance with a 5-point Likert scale. Items with a mean above 2,5 has been kept and below has been dropped. However, the mean was calculated first independently for each source of the triangulation, in order to verify the case of strong disagreement between users and staff or researchers. A meeting was organized in order to discuss the different perspectives until consensus was achieved. **Results:** The final version of the questionnaire (CQ-CMH) will be presented. **Conclusions:** Further test of validity will be performed in order to check the psychometric qualities. The measure will contribute to the evaluation of community mental health services outcomes, which provide community support programs of people with mental health problems. Through a user-constructed measure, and the collaborative research process, we are promoting empowerment, valorizing the role and perspective of a historically segregated population, providing them the opportunity to contribute to the evaluation of community programs (Lord & Dufort, 1996; Nelson et al., 2001).

4.2

Eixo Acadêmico-Formação /
Eje Académico-Formación / Axis Academic

Título: Ser criança por trás das lentes: videobiografias em um assentamento urbano.

Ana Flávia França Bezerra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Maria Helena de Medeiros Rêgo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Marlos Alves Bezerra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução: O presente trabalho é resultado de um conjunto de intervenções realizadas para uma atividade integrada das disciplinas de Intervenção Psicossocial e Estágio Básico III ministrada no 5º período do curso de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, oferecida no primeiro semestre de 2014, tendo como escopo incentivar os alunos a buscarem situações emblemáticas para aplicação de conhecimentos e reflexão na psicologia. As atividades foram desenvolvidas por discentes da disciplina, com crianças do assentamento urbano Anátalia Alves localizado no bairro do Guarapes, zona oeste da cidade de Natal. **Objetivos:** Aplicar a situações concretas o modelo de pesquisa autobiográfica usando estratégias de fotos e filmes, bem como refletir sobre outros modelos de desenvolvimento humano em contextos de vulnerabilidade, partindo da percepção das crianças em relação ao local em que vivem. **Metodologia:** A intervenção foi realizada através de seis encontros que tiveram a filmagem como elemento mediador, sendo realizado com algumas crianças entre 8 e 12 anos, as quais se dividiram em duplas ou trios para a confecção de vídeos. Os vídeos foram distribuídos contendo informações organizadas em quatro eixos: o assentamento, a escola, o brincar e a família. As crianças apresentaram os espaços comumente frequentados no assentamento e a sua estrutura física como um todo, como também as instalações das escolas que frequentam, seus afazeres cotidianos, as situações que vivenciam, as brincadeiras e o que aprendem nesses locais. **Resultados:** Foi possível conhecer a perspectiva do assentamento através do olhar da criança, de como ela se organiza nesse espaço e também suas relações. Outro aspecto relevante é a produção de recursos de resiliência, de enfrentamento coletivo das situações adversas vivenciadas nessa dimensão. **Conclusão:** Nesse sentido, ao mesmo tempo em que identifica-se expressões de vulnerabilização e sofrimento subjetivo ladeado pelas possibilidades que elas estruturam coletivamente de lidar com os embaraços concretos de suas vidas, é uma possibilidade de resignificação das suas vivências por meio do processo de confecção dos vídeos. Finalmente, os alunos apontaram os ganhos da atuação em comunidades e o modo como prática e teoria se articularam vivenciando situações de extrema vulnerabilidade e repletas de limitações para esse fazer psicológico, levando a repensar as práticas tradicionais, dando destaque os aspectos de resiliência e enfrentamento desenvolvidos por essas populações.

Uma Personalidade chamada Comunidade

Paula Jéssica Pereira Limaverde Tenório Leandro, Faculdade de Ciências Aplicadas Leão Sampaio

Introdução: A Psicologia Comunitária, abordando uma nova perspectiva da comunidade ao viés de uma psicologia da personalidade. A comunidade como uma personalidade, aplicação da teoria da personalidade de Allport na perspectiva da Comunidade de Góis. **Objetivo:** Correlacionar a teoria da personalidade de Allport com o conceito de Comunidade de Góis. **Metodologia:** Comparação bibliográfica das obras de Allport sobre Personalidade e do livro Saúde Comunitária

de Góis através de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Resultados: O funcionamento de uma comunidade segundo Góis ocorre tal qual o funcionamento de uma personalidade segundo Allport. Segundo Allport a personalidade é algo único e individual, não podem existir duas pessoas com a mesma personalidade, mesmo irmãos gêmeos criados em um mesmo ambiente possuem formas de reagir e absorver informações diferentes. Podem-se comparar as informações e características gerais básicas como atenção, certas habilidades, certos traços podem ser comparados, mas a personalidade vai além disso, é um conjunto das articulações dos traços, são parcelas gerais que interagem de formas diferentes, a minha atenção pode ser comparada com a sua, mas a minha atenção se articula com a minha afetividade de um modo único e esta articulação não pode ser comparada. Os traços e disposições são interdependentes, estão entrelaçados para a formação da personalidade do indivíduo. Góis caracteriza a comunidade como uma instância da sociedade que possui uma dinâmica própria, um arranjo particular do cotidiano da sociedade. Ela contém contradições, conflitos, ao mesmo tempo em que possui unicidade e solidariedade. Uma comunidade não é igual à outra, cada comunidade é única, possui um arranjo e funcionamento próprio e complexo, o modo como ocorre a correlação entre a organização de suas atividades e a interação entre seus sujeitos comunitários não se repetirá em outra. A comunidade é uma parte de um todo que contém suas particularidades, que a tornam singular. A comunidade e a personalidade são um conjunto de relações gerais que se articulam de uma forma única em cada uma, tornando-as assim incomparáveis pelo seu conjunto, comparáveis apenas em seus aspectos gerais, mas não em seu funcionamento complexo. Neste âmbito as intervenções comunitárias, os métodos de estratégia e facilitação em Saúde Comunitária podem ser percebidas como forças descritas por Allport como Genótipos e Fenótipos que influenciam a formação e o desenvolvimento humano e da comunidade, promovendo a mudança social. Conclusão: Cada comunidade é única e possui a sua personalidade, seu funcionamento complexo não pode ser comparado com os de outras comunidades apenas os seus aspectos gerais, seus traços podem ser comparados de forma separada, mas a interdependência e correlação entre eles não há como comparar. Ambas sofrem certa influência de forças genótipas e fenótipas, exteriores e interiores, que promovem o seu desenvolvimento. O presente trabalho se encaixa no eixo Acadêmico/Formação, mostrando uma nova visão sobre a psicologia comunitária, um desafio de renovar os nossos olhares sobre a mesma.

Vivências e significações acerca da relação saúde/ doença no tratamento oncológico em um contexto comunitário

**Alisson Maurício Monteiro, Universidade Comunitária da Região de Chapecó,
Scheila Girelli, Universidade Comunitária da Região de Chapecó**

Introdução: O presente trabalho decorre de uma pesquisa/intervenção realizada por meio do componente curricular Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária, desenvolvida junto à pacientes do setor oncológico de uma Clínica Escola de Fisioterapia. O trabalho realizado contempla o eixo teórico e prático da formação profissional, possibilitando o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades no campo da Psicologia Social Comunitária. As atividades tiveram como objetivo criar um espaço para o compartilhamento de vivências

e significações entre os pacientes acerca da relação saúde/doença, visando construir novas estratégias voltadas ao bem estar. Metodologia: A metodologia de trabalho baseou-se nos referenciais teórico/metodológicos da Psicologia Social Comunitária, sendo desenvolvidas oficinas em dinâmica de grupo na perspectiva de Afonso (2010). Os encontros foram semanais (sete ao todo), com a duração aproximada de uma hora, envolvendo um grupo formado por seis pacientes. As oficinas englobaram o uso de técnicas que auxiliaram no aquecimento, sensibilização, diálogo e interação no processo grupal, abrangendo as relações humanas no contexto comunitário. Resultados: Considerando as demandas levantadas pelo grupo, as oficinas abordaram as seguintes temáticas: relações sócio-profissionais; enfrentamento do processo oncológico; rede de apoio; saúde e autocuidado. As relações sócio-profissionais são vistas pelos pacientes como um fator relevante na qualidade de vida, sendo que manter-se em atividade, trabalhar em coisas que dão prazer, ocupar o tempo, constituem-se como estratégias para não focalizar na doença e para se sentir realmente capaz de vencer a luta contra o câncer. Dentre as estratégias de enfrentamento ao processo oncológico, além da realização de atividades laborais, destacou-se a valorização da rede de apoio, exemplos de pessoas conhecidas com câncer que se recuperaram, a fé e o desejo pela vida como estratégias de enfrentar as dificuldades oriundas do processo de oncogênese e também do tratamento. No que se refere à rede de apoio, os amigos e a família foram considerados como seus principais componentes, seguidos da religiosidade e do vínculo com os profissionais de saúde, especialmente os da Clínica Escola de Fisioterapia, local onde foram desenvolvidas as oficinas. A partir das atividades realizadas nas oficinas, foram elaboradas estratégias com o grupo visando o bem estar, a fim de possibilitar aos participantes uma maior autonomia na manutenção da sua saúde. Nesse sentido, a ampliação e fortalecimento da rede de apoio (com o acesso a novos vínculos) e a sensibilização para o auto cuidado (como forma de promoção de saúde), foram estratégias potencializadas pelo processo grupal. Conclusões: Conclui-se que o grupo, pelo compartilhar das vivências e experiências, pode fortalecer vínculos, e atuar como nova rede de apoio ao tratamento oncológico. Além disso, Psicologia Social Comunitária, a partir de seu arcabouço teórico/metodológico, apresenta grandes contribuições para a integração de saberes (popular/comunitário e científico/acadêmico), aspecto de grande relevância ao atendimento integral à saúde do sujeito.

EIXO PROFISSÃO
Eje Profesión
Axis Occupation

4.3

Psicologia Comunitária e Profissão: práticas, enfoques e perspectivas.

Sheila Gonçalves Câmara, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

A consolidação e evolução da Psicologia Comunitária têm ocorrido de forma diferenciada nos diversos países dos cinco continentes de forma distinta. A constituição histórica, nesse sentido, cobra especial importância. Como aponta Saforcada, há uma necessidade de compromisso político da Psicologia Comunitária no que diz respeito à potenciação econômica e social de equidade, direitos humanos e bem-estar nos países que, na atualidade, passam a buscar romper com a lógica liberalista historicamente consolidada. Tal compromisso é assumido pela Psicologia Comunitária mediante seu aporte à compreensão do fator humano, isto é, atuando em nível local através da conscientização das pessoas acerca de suas condições de vida e seu papel social no contexto em que vive, com vistas a uma permanente mudança social que dê conta das necessidades dos próprios interessados. Nesse mesmo sentido, abre-se um campo fundamental para as práticas em Psicologia Comunitária, o qual vai ao encontro das propostas de Promoção da Saúde no que tange à criação de ambientes saudáveis. Essa é a proposta do projeto GLAMURS, que nos apresenta García-Mira. Com vistas à compreensão teórica e prática acerca das barreiras e possibilidades envolvidas no processo de desenvolvimento de estilos de vida sustentáveis, o projeto visa desenvolver estratégias eficientes para o apoio e aceleração dessa mudança. Ao promover estilos de vida compatíveis com o desenvolvimento de ambientes saudáveis, a proposta ancora-se no conceito positivo de saúde, que é a melhoria da qualidade de vida e aponta a necessidade de que a sustentabilidade se estabeleça como um valor essencial. Tanto como valor, como prática, considera-se que a incorporação desse aporte às práticas do psicólogo comunitário representa uma estratégia de abordagem que consegue compreender e atuar junto ao fator humano no estabelecimento de estilos de vida sustentáveis. Nesse sentido, o psicólogo estará capacitado para proporcionar os meios necessários para que as pessoas possam realizar seu potencial de saúde e fazer escolhas mais saudáveis de vida, em âmbito geral. Tais práticas, enfoques e perspectivas em Psicologia Comunitária precisam ser consideradas a partir de um eixo transversal, que é a formação do psicólogo comunitário. Nesse sentido, Guzzo apresenta uma análise crítica da consolidação da Psicologia ao redor do mundo, refletindo sobre seu potencial tanto para a mudança social quanto para a manutenção do status quo. A recuperação do processo histórico e contextual no estabelecimento da disciplina enquanto ciência e profissão, representa um aspecto fundamental para a discussão dos projetos políticos de formação profissional, enfatizando a dimensão ético-política da Psicologia em seu compromisso com a emancipação humana. As três contribuições trazem a essência de uma prática em Psicologia Comunitária que, ancorada solidamente na reflexão crítica, na consideração de aspectos políticos e econômicos e na incorporação de valores sociais mais amplos. Trata-se de configurar uma prática voltada para a potenciação de cada pessoa em seu contexto social e comunitário, o que inclui o próprio psicólogo, de investir naqueles, que realmente são os protagonistas das mudanças sociais e pessoais para suas vidas e seu entorno, e de potenciar o próprio processo da vida para que seja pleno.

1 • Psicología comunitaria crítica: ¿por qué y para qué?

Enrique Teófilo Saforcada, Universidad de Buenos Aires

El por qué y el para qué de una disciplina en regiones integradas por países subordinados al poder neoimperial del núcleo duro de la OTAN, como es el caso de los países de la CELAC y del sur de Europa, deben determinarse por: a) los requerimientos del desarrollo nacional integral con inclusión social; b) el respeto irrestricto a los derechos humanos integrales; c) el logro gradual de su autodeterminación. Ambas cuestiones –por qué y para qué– hacen necesario que las disciplinas académicas aporten, desde las instancias de los pregrados universitarios, a la instauración o la consolidación de gobiernos democráticos participativos que logren alcanzar la mayor presencia posible de los poderes del Estado en la regulación de la dinámica social en materia económica, laboral, educativa, científico-técnica, cultural, comunicacional y sanitaria de modo tal que sea gradualmente posible contrarrestar los intentos de avance del neoimperialismo.

En tal sentido, las ciencias sociales tienen un compromiso superlativo dado que sus conocimientos y tecnologías son las que permiten aportar a la comprensión de los procesos que llevan a las sociedades a las condiciones de vida pasada y presente a la vez que, también, dan posibilidad a visualizaciones prospectivas. Dentro de ellas hay dos que adquieren un relieve particular: la antropología y la psicología. Ambas son las únicas que, desde la perspectiva de la ciencia, dan cuenta del factor humano, los procesos de su desarrollo y concienciación con respecto a las causas de sus condiciones de vida y sus potencialidades. Ateniéndonos a la psicología comunitaria crítica cabe entonces preguntarse el por qué y el para qué de esta especialidad. Su surgimiento implicó una dura reprobación a las propuestas del liberalismo que imperó, y aún domina en gran parte, el soporte cultural de las naciones de las regiones mencionadas al comienzo. En tanto se comprenda que el ser humano es una entidad relacional, como señalaba Fichte, y que hasta el desarrollo normal de su cerebro exige que la criatura humana nazca y se desarrolle en un medio social humano, se hace evidente que los problemas de la vida humana requieren ser afrontados con las comunidades en las que estos problemas se manifiestan. Los países de Indoafroiberoamérica están, mayoritariamente, en procesos políticos de liberación razón por la cual en muchos de ellos han sido elegidos gobiernos orientados a asumir la defensa de los intereses nacionales y populares, propios y de la región, buscando incrementar la equidad y el bienestar de sus sociedades. En ellos la psicología comunitaria debe ser crítica y aportar a los procesos que empoderan al pueblo de modo que sus gobiernos, respondiendo a las exigencias de su sociedades, estrechen significativamente la brecha entre pobres y ricos, optimicen la educación y la salud públicas, mejoren las condiciones de trabajo y de vivienda y, gradualmente, alcancen un desarrollo nacional integral y autónomo con altos niveles de bienestar y de respeto por la totalidad de los derechos humanos.

2 • Capacitando al psicólogo comunitario para la intervención participativa hacia estilos de vida sostenibles: Perspectivas desde la psicología ambiental

Ricardo Garcia Mira, Universidad de A Coruña

Uno de los aspectos clave para la capacitación profesional del psicólogo comunitario es su habilidad para promover espacios de participación innovativa que permitan el desarrollo comunitario desde una perspectiva de innovación social. La investigación actual en psicología ambiental sobre estilos de vida sostenibles y promoción de un mundo menos dependiente del carbono muestra algunas estrategias metodológicas que permiten profundizar en las habilidades y funciones que pueden desempeñarse en el ámbito comunitario profesional. El diseño de técnicas de back-casting, para propiciar escenarios futuros contruidos desde y para la comunidad, y la identificación de barreras y factores que facilitan transiciones hacia estilos de vida más respetuosos con el uso, producción y consumo de los recursos naturales nos revelan algunas técnicas innovadoras y útiles para la intervención socioambiental. Se presentarán los objetivos y marco general del proyecto GLAMURS (García-Mira y Dumitru, 2014), que se enmarca dentro de un programa de investigación más amplio de la Comisión Europea, que tiene como objetivo identificar las mejores estrategias para apoyar los cambios hacia estilos de vida sostenibles, desvinculando el crecimiento del uso intensivo de los recursos. Este programa forma parte de la Estrategia Europea de Desarrollo Sostenible, que plantea la reducción de un 40% de las emisiones de gases de efecto invernadero para 2030, en comparación con los niveles de 1990, y la transición del sistema energético de al menos el 27 % del consumo total de energía procedente de fuentes renovables. El objetivo de GLAMURS es desarrollar un entendimiento, bien fundamentado teórica y empíricamente, de los principales obstáculos y perspectivas de las transiciones hacia una vida comunitaria sostenible, así como de los medios más eficaces para su apoyo y aceleración. Los resultados se traducirán en recomendaciones de políticas que el psicólogo comunitario debe integrar en su trabajo con las comunidades, tratando de avanzar en la definición de una tercera vía que va más allá de las dicotomías tradicionales entre el interés privado y público, entre los objetivos personales y los de la comunidad, o entre el egoísmo y el altruismo humano como orientaciones de valores esenciales. Se evaluará el contexto que permite este proyecto para comprender cómo los investigadores, pero también los ciudadanos, organizaciones comunitarias y representantes políticos, llegan a saber qué es lo que hay que hacer para conducir el cambio hacia un modelo comunitario social, ambiental y económicamente sostenible.

3 • A Psicologia como profissão a serviço de quem? Apontamentos para repensar a importância da Psicologia Comunitária

Raquel Souza Lobo Guzzo, Pontifícia Universidade Católica Campinas

Uma análise crítica da história da Psicologia como ciência e profissão, desde sua origem, evidencia a importância que a mesma teve, e ainda continua tendo, como ferramenta ideológica para a manutenção das relações sociais

presentes na sociedade capitalista. A Psicologia surge na Alemanha, Inglaterra e se consolida tanto na Europa quanto nos Estados Unidos como uma profissão que busca entender o ser humano e ajuda-lo a conviver no novo modo de sociedade. A história do continente americano, considerando as distintas posições econômicas e políticas de norte a sul, as tensões, os conflitos e as consequências presentes até os dias atuais, forjaram a Psicologia e deixaram suas marcas, sobretudo nas práticas profissionais, até os dias atuais. A discussão do campo científico envolvendo a Psicologia, pode incorrer em riscos de não serem consideradas questões historiográficas como elementos importantes para a perspectiva crítica, tais como o papel desempenhado pelos grandes nomes e pelo espírito de época ou ainda, a discussão sobre privilégio a ser atribuído à adoção de uma abordagem conceitual ou cronológica. Nesse caso, torna-se relevante apontar que a discussão sobre questões históricas relativas a um campo de conhecimento ou seu derivado, como é o caso da Psicologia Comunitária no Brasil, pressupõe um recorte do conhecimento prévio daquilo que se pretende historiar. Por esta razão, a reflexão aqui apresentada visa focar alguns aspectos do desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão e suas distintas direções e compromissos com as quais se envolveu durante os últimos anos aqui no país. Além de considerar o que pode ser o aparecimento da psicologia comunitária entre nós, gerada no continente das Américas e desenvolvida por diferentes possibilidades no movimento crítico da psicologia, a presente proposta pretende enfatizar a importância da formação e das práticas críticas e comunitárias no horizonte ético- político da Psicologia no movimento da construção da profissão no país e apontar o impacto desse compromisso com a emancipação humana. Questionamentos sobre a prática profissional, avaliação dos projetos políticos de formação profissional (hoje majoritariamente nas mãos de IES privadas) são dimensões de um processo de construção teórica e prática que nos movimenta com determinação na direção dos movimentos sociais para a conquistas e afirmações de direitos da classe trabalhadora, das pessoas sem moradia, sem emprego, sem escolas – uma psicologia que se estrutura para e com a população, de um modo a voltar-se para as pessoas e, por meio delas,, definir suas necessidades e como poderiam resolve-las.

4.3

Eixo Profissão / Eje Profesión/Axis Occupation

Community Arts-Based empowerment processes: Visions, relations and critical reflections from UK, Australia and Barcelona context.

Moises Carmona Monferre, Universidad de Barcelona, Ruben David Fernández Carrasco, Universidad de Barcelona

This proposal of symposium is organized in two parts. The first one aims to share visions, relations and critical reflexions about community arts, empowerment experiences and community engagement among different sociocultural contexts. The second one aims to open a debate on issues like theoretical and conceptual insights; methodological insights; and to draw attention to contributions from community psychology. This proposal of symposium is organized in two parts. The first one aims to share visions, relations and critical reflexions about community arts, empowerment experiences and community engagement among different sociocultural contexts. The second one aims to open a debate on issues like theoretical and conceptual insights; methodological insights; and to draw attention to contributions from community psychology. This proposal of symposium is organized in two parts. The first one aims to share visions, relations and critical reflexions about community arts, empowerment experiences and community engagement among different sociocultural contexts. The second one aims to open a debate on issues like theoretical and conceptual insights; methodological insights; and to draw attention to contributions from community psychology. This proposal of symposium is organized in two parts. The first one aims to share visions, relations and critical reflexions about community arts, empowerment experiences and community engagement among different sociocultural contexts. The second one aims to open a debate on issues like theoretical and conceptual insights; methodological insights; and to draw attention to contributions from community psychology. This proposal of symposium is organized in two parts. The first one aims to share visions, relations and critical reflexions about community arts, empowerment experiences and community engagement among different sociocultural contexts. The second one aims to open a debate on issues like theoretical and conceptual insights; methodological insights; and to draw attention to contributions from community psychology. This proposal of symposium is organized in two parts. The first one aims to share visions, relations and critical reflexions about community arts, empowerment experiences and community engagement among different sociocultural contexts. The second one aims to open a debate on issues like theoretical and conceptual insights; methodological insights; and to draw attention to contributions from community psychology. This proposal of symposium is organized in two parts. The first one aims to share visions, relations and critical reflexions about community arts, empowerment experiences and community engagement among different sociocultural contexts. The second one aims to open a debate on issues like theoretical and conceptual insights; methodological insights; and to draw attention to contributions from community psychology. This proposal of symposium is organized in two parts. The first one aims to share visions, relations and critical reflexions about community arts, empowerment experiences and community engagement among different sociocultural contexts. The second one aims to open a debate on issues like theoretical and conceptual insights; methodological insights; and to draw attention to contributions from community psychology.

1 • Community Arts-Based empowerment processes, praxis in Barcelona context.

Moises Carmona Monferre, Universidad de Barcelona, Ruben David Fernández Carrasco, Universidad de Barcelona

En el contexto de Cataluña vienen desarrollándose procesos creativos en contextos comunitarios en los que el arte ha jugado un papel catalizador de experiencias de empoderamiento y comportamiento comunitario muy relevantes. Con la presente comunicación queremos compartir algunas de estas experiencias así como los debates, fricciones y aprendizajes que las atraviesan. Queremos poner foco en la relación de las prácticas artísticas con las experiencias de empoderamiento y el comportamiento comunitario (Rueda, 1998). El contenido de la presentación deriva de la investigación - acción en marcha y subvencionada por la comunidad europea, bajo el programa Leonardo da Vinci (transfer of innovation). Se compartirán las primeras conclusiones del proceso obtenidas a partir de la realización de entrevistas y grupos de discusión con informantes clave, en su mayoría, promotores y participantes de experiencias de arte comunitario en el contexto de Cataluña. En el contexto de Cataluña vienen desarrollándose procesos creativos en contextos comunitarios en los que el arte ha jugado un papel catalizador de experiencias de empoderamiento y comportamiento comunitario muy relevantes. Con la presente comunicación queremos compartir algunas de estas experiencias así como los debates, fricciones y aprendizajes que las atraviesan. Queremos poner foco en la relación de las prácticas artísticas con las experiencias de empoderamiento y el comportamiento comunitario (Rueda, 1998). El contenido de la presentación deriva de la investigación - acción en marcha y subvencionada por la comunidad europea, bajo el programa Leonardo da Vinci (transfer of innovation). Se compartirán las primeras conclusiones del proceso obtenidas a partir de la realización de entrevistas y grupos de discusión con informantes clave, en su mayoría, promotores y participantes de experiencias de arte comunitario en el contexto de Cataluña. En el contexto de Cataluña vienen desarrollándose procesos creativos en contextos comunitarios en los que el arte ha jugado un papel catalizador de experiencias de empoderamiento y comportamiento comunitario muy relevantes. Con la presente comunicación queremos compartir algunas de estas experiencias así como los debates, fricciones y aprendizajes que las atraviesan. Queremos poner foco en la relación de las prácticas artísticas con las experiencias de empoderamiento y el comportamiento comunitario (Rueda, 1998). El contenido de la presentación deriva de la investigación - acción en marcha y subvencionada por la comunidad europea, bajo el programa Leonardo da Vinci (transfer of innovation). Se compartirán las primeras conclusiones del proceso obtenidas a partir de la realización de entrevistas y grupos de discusión con informantes clave, en su mayoría, promotores y participantes de experiencias de arte comunitario en el contexto de Cataluña.

2 • Community Arts, Pedagogy and Empowerment: Exploring Synergies

Alison Baker, Victoria University, Christopher Sonn, Victoria University

In Australia we have been collaborating with agencies that use arts practice to address various forms of social exclusion and marginalization. Some refer to the broader methodology as community arts and cultural development (CACD), which is a collaborative process between artists and /or art workers and different stakeholders, where diverse modalities of arts are used as a platform for communities to work together, express identity, and for social change purposes (Kasat, 2013). In CACD work, "community artists, singly or in teams, use their artistic and organizing skills to facilitate emancipation processes and development of a community" (Adams & Goldbard, 2003, p.8). The artistic media used within CACD processes are diverse, and encompass a wide range of creative expressions including visual, verbal, written and performed (Mills & Brown, 2004). In this presentation we discuss CACD and its relevance to liberation-oriented psychologies. Specifically, we highlight how CACD, informed by a critical psychosocial understanding of the person in context, can be conceived as a form of 'community pedagogy'. Such pedagogy uses arts media to challenge dynamics of power and privilege and foster the development of social and symbolic resources necessary for the construction of alternative futures. We employ a broader understanding of pedagogy, which extends beyond traditional educational settings to include informal and everyday settings, as well as the settings constructed through CACD, as the method for community change. In doing this we aim to revive synergies between everyday action (doing) and responding to exclusionary social processes, focusing specifically on how such a pedagogy can enable (re)construction of identities and alternative modes of knowledge production. Such pedagogy draws on different approaches (e.g., feminist, critical race theory, post colonial), which have highlighted the links between power / knowledge, social location, and histories of colonialism. By framing CACD as community pedagogy the resonance with decolonizing methodologies and PAR is clear. These approaches value cultural, creative, and everyday knowledge, and practices as tools for dismantling and exercising power and affirming identities. Within this broader framework we will share examples of projects to explore some of the conceptual and methodological insights and challenges. This will include considerations about: roles and relationships with agencies, communities, and researchers; arts processes and arts products; and what is valued and by whom. While there is renewed interest in community arts-based approaches, there is a risk that this becomes a panacea. We will critically reflect on some of the work with reference to power and, symbolic and structural change, and implications for liberation oriented community psychology.

3 • Participation in community arts: lessons from the inner city Introduction:

Carolyn Kagan, Manchester Metropolitan University, Ornette Clennon,
Manchester Metropolitan University

This presentation will report on our experience of working with participative community arts with young people and with intergenerational groups in inner city Manchester, UK. We will give examples of recent projects, present the methodologies used and use ideas from liberation psychology to discuss the results. Purpose: the studies we report were intended to engage youth and intergenerational groups (retired people and under 25's) through the use of creative activities. Youth Project: MEaP (Making Education a Priority) Music Project This music research project sat within a wider initiative that explored education's capacity to act as a lead driver to facilitate urban regeneration in an inner city ward. The research project examined whether this type of community-led education initiative has any impact on its participants' views (or their likelihood) of pursuing Higher Education. GenTog (Generations Together): this intergenerational, creative methods of evaluation project sat within a national platform of intergenerational projects. The research project examined whether using creative methods helped intergenerational understanding and developed the capacity to evaluate community projects. In addition, the project set out to enhance participants' wellbeing. Mixed methods were used to examine the impact of and engagement with community arts. MEaP was quasi experimental in design, using questionnaires developed by the researchers and was conducted by a mixed team consisting of academics, students and community members. In this study, we intentionally linked higher educational aspirations to levels of self-esteem and self-efficacy, in so doing, measuring a small factor contributing to the concept of self-empowerment.

GenTog was a participative action research project, focussing on qualitative methods to participant experience and the impact of the activities. These included observations, interviews and the creative products and processes (which included music, film making, poetry, photography). The community arts and creative methods engaged participants in different ways, boosting self-esteem and enhancing identity. It was clear from both projects that participants gained in self empowerment. It was more difficult to assess the wider social change aspects of empowerment. Both projects demonstrated the importance of strategic alliances to gain maximum impact from community arts projects. Creative methods used in a community arts context help in the processes of de-ideologisation and concientización through the gaining of insight into self and others. They are of particular importance in working with those with histories of marginalisation.

Pensando la práctica del psicólogo comunitario en contextos rurales latinoamericanos a partir de experiencias de trabajo con organizaciones sociales e instituciones públicas

Fernando Pablo Landini, Universidad de Buenos Aires

Introducción: Los psicólogos estudiamos y vivimos en ciudades. Nuestra universidad nos forma para trabajar en contextos urbanos. No resulta extraño entonces que la práctica profesional desde una mirada psicosocial comunitaria en contextos rurales (con campesinos, indígenas o quilombolas, por mencionar sólo algunas alternativas) se nos haga oscura. Oscura en dos sentidos. Primero, porque cierta idealización ingenua de lo rural y de sus habitantes nos aleja de las realidades que uno encuentra en diálogo con quienes viven allí. Segundo, por no poder pensarla, no poder darle un contenido para imaginarla, por percibir a lo rural como lejano o desconocido.

Objetivo: Ante esta situación, como psicólogos y psicólogas comunitarios marcados en nuestra práctica profesional y de investigación por la ruralidad, nos proponemos dar contenido, dar imagen, a una multiplicidad de prácticas posibles en contextos rurales desde una perspectiva apoyada por la psicología comunitaria

Metodología: Para alcanzar este objetivo, en este simposio articularemos tres presentaciones que se ocuparán de pensar y reflexionar sobre la práctica de la psicología de perfil comunitario en ámbitos rurales en tres contextos diferenciados. La propuesta de reflexión, si bien adquirirá diferente forma en cada una de las presentaciones, se apoyará en todos los casos en la experiencia, buscando luego pensar desde y sobre ella. Una primera exposición abordará el papel del psicólogo en la conservación de los recursos naturales en el contexto de procesos de organización comunitaria en México. Una segunda presentación abordará los desafíos de la práctica profesional del psicólogo con grupos indígenas en Brasil. Finalmente, la tercera exposición aportará a la reflexión del rol de los psicólogos en el contexto de las instituciones de desarrollo rural latinoamericanas, articulando experiencias de trabajo en Argentina y Paraguay con resultados de investigación que hablan de las expectativas sobre la psicología de los agentes que están en territorio.

Resultados: A partir de las distintas presentaciones podrá verse una multiplicidad de roles que pueden asumir los psicólogos y psicólogas de perfil comunitario en el ámbito rural, pero no con el fin de proponerlos como los únicos roles posibles, sino de invitar a pensar la diversidad y especificidad de lo rural desde la práctica profesional.

Conclusiones: Se concluye que el espacio de práctica profesional en ámbitos rurales es diverso y debe ser pensado desde las necesidades propias (siempre múltiples y diversas) de las poblaciones que habitan estos territorios

1 • Papel del psicólogo en la conservación de los recursos naturales y la organización comunitaria en México

Alejandra Olivera Méndez, Colegio de Postgraduados (en Ciencias Agrícolas), Alejandra Olivera Méndez / Colegio de Postgraduados, México

Introducción: El incremento en las poblaciones humanas y las actividades antropogénicas, incluyendo la urbanización, son las principales amenazas para la conservación de los recursos naturales. La explotación desmedida de dichos recursos se refleja en la extinción de las especies y el cambio climático, entre otros problemas. A su vez, esto conlleva a la disminución en la obtención o producción de alimentos, combustibles, materiales de construcción y otros recursos que benefician a las comunidades humanas, siendo las zonas rurales las más afectadas. Sólo incluyendo el estudio del comportamiento lograremos disminuir el impacto de nuestras actividades en la naturaleza, sin que esto afecte la calidad de vida de las comunidades. Se han realizado muchos programas para enfrentar esta problemática global liderados por biólogos, ecólogos y ambientalistas; sin embargo, nuestra profesión, la psicología, no ha terminado de integrarse a estos esfuerzos para enfrentar estas realidades. Objetivo: Es por ello que el presente trabajo presenta experiencias de intervención de la psicología para la conservación de los recursos naturales a través de la organización comunitaria en poblaciones rurales. Metodología: Se presentan ejemplos específicos en el uso de métodos diversos como son: talleres participativos, cuestionarios, entrevistas semi-estructuradas y observación participativa. Los ejemplos están basados en la experiencia de la autora en dos proyectos de ámbito rural en México: 1) conservación del jaguar en la Huasteca Potosina y 2) creación de una microrregión de atención prioritaria en las zonas de influencia del campus San Luis Potosí. Resultados: Las intervenciones psicológicas contribuyen a alcanzar los objetivos planteados a través del apoyo en la detección de necesidades, concientización, participación, capacitación y comunicación asertiva para la organización comunitaria en pro de la conservación de los recursos naturales. Estas intervenciones promueven que el individuo tome conciencia de su propio comportamiento y el impacto que éste tiene en la pérdida de los recursos naturales con los cuales se sustenta. Conclusiones: La conservación de los recursos naturales es un problema complejo que requiere de un trabajo interdisciplinario. El logro de los objetivos de conservación depende en gran medida de una sensibilización para propiciar un cambio de actitudes y comportamiento por parte de los individuos. La psicología rural comunitaria ofrece las competencias y métodos necesarios para coadyuvar en esta problemática tan compleja.

2 • Populações indígenas e mundo rural brasileiro. Desafios para a prática profissional do psicólogo.

Bruno Simões Gonçalves, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O objetivo da minha intervenção será apresentar os desafios do trabalho do psicólogo com populações indígenas, a partir da interface entre rural/urbano e mundo indígena. Para isso vou sintetizar minha apresentação em dois aspectos que considero serem importantes para refletirmos sobre o trabalho do psicólogo junto a populações indígenas no chamado meio rural. O primeiro aspecto é a enorme diversidade das populações denominadas

indígenas. Espalhados por todo território brasileiros, a população indígena brasileira tem cerca de 900 mil indivíduos se divide em 305 etnias onde estão presentes 295 línguas. Essa sociodiversidade se complexifica ainda mais quando lembramos que o Brasil é um país multirregional e que é formado por múltiplas fases histórico-econômicas, o que significa uma grande diversidade na presença dos índios nas relações que vem formando a sociedade brasileira ao longo de 500 anos. Ou seja, para pensarmos em qualquer política relativa a essas populações, temos que levar em conta sua extrema heterogeneidade. Por outro lado, não podemos nos esquecer que há uma lógica colonial de dominação que atravessa todo o conjunto de relações com as populações indígenas na sociedade brasileira. Sempre inferiorizados e considerados como humanos diferenciados (ou não humanos), na história do Brasil as populações indígenas foram tratadas como mão de obra para o projeto de implementação e organização do projeto colonial-mercantil- estado, ou seja, sempre subalternizadas na estruturação da sociedade brasileira. O segundo aspecto é a relação entre mundo rural e mundo indígena. Na história indígena do Brasil, é muito marcante a tentativa de "integração" das populações indígenas como trabalhadoras rurais, ou seja, como mão de obra de fácil aquisição para a produção em unidades produtivas rurais. Juntamente com relação de hierarquização inferior em uma suposta escala humana, essa sempre foi uma estratégia utilizada para a usurpação de seus territórios. Institucionalizada a partir da noção de aculturação e de trabalhador rural brasileiro (civilizado), o conjuntos de técnicas e saberes das populações –suas formas de territorialização – historicamente vem sendo diminuídas em relação a uma suposta forma de estabelecer vínculo com a "terra". Nesse sentido, o trabalho do psicólogo junto às populações indígenas deve operar a partir do reconhecimento da memória histórica dessas populações e da sua construção intersubjetiva e territorial, levando em conta a especificidades dessas populações no chamado campo rural brasileiro e o conjunto de contribuições que seus saberes e técnicas podem oferecer à sociedade como um todo.

3 • Reflexiones sobre el rol profesional de los psicólogos en las instituciones de desarrollo y extensión rural latinoamericanas

Fernando Pablo Landini, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Universidad de Buenos Aires, Fernando Landini / Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, Universidad de Buenos Aires

En América Latina existen diferentes ministerios, instituciones, programas y proyectos de extensión y desarrollo rural orientados a la agricultura familiar. Desde principios del siglo XXI, y luego de la ola neoliberal que azotó al subcontinente, la extensión rural y las políticas activas de promoción del desarrollo rural recobraron fuerza, junto a la institucionalidad que las sostiene. No obstante, los psicólogos y psicólogas latinoamericanos han permanecido llamativamente ajenos a este proceso, aun cuando los principios de participación y fortalecimiento de grupos y comunidades rurales, asociados en diversos países a la revitalización de la extensión rural, hacían esperable la implicación de psicólogos comunitarios. Las razones de esto parecen

ser múltiples y aun deben ser analizadas. En cualquier caso, resulta clara la pertinencia de la implicación de la psicología en las instituciones de extensión y desarrollo rural latinoamericanas.

Visto lo anterior, en mi presentación me propongo (1) aportar al conocimiento de los psicólogos y psicólogas de lo que son las iniciativas y acciones de desarrollo rural llevadas adelante desde los gobiernos latinoamericanos, (2) describir, a manera de ejemplo, las expectativas de los extensionistas rurales del noreste argentino sobre la psicología, y (3) presentar una serie de experiencias de trabajo con extensionistas argentinos y paraguayos para pensar desde la práctica el rol del psicólogo en estos espacios. Para alcanzar estos objetivos, por un lado, se presentará y reflexionará sobre la propia experiencia de trabajo con extensionistas y con instituciones de extensión y desarrollo rural tanto de Argentina como de Paraguay. Por el otro, se comentarán los resultados de dos investigaciones, una referida a las expectativas de los extensionistas rurales del noreste argentino sobre las contribuciones potenciales de la psicología a su ámbito de trabajo; y otra donde se sistematiza y analiza el impacto de un proceso de formación reflexiva y crítica para extensionistas implementado en Paraguay.

En concreto, en la presentación primero se mencionará el trabajo que los extensionistas rurales realizan en distintos países latinoamericanos junto con la diversidad de modelos a partir de los cuales organizan sus prácticas, incluyendo los modelos transferencistas, dialógicos, territoriales y de sistemas de innovación. Luego, se analizarán las expectativas de los extensionistas del noreste argentino sobre la psicología, destacándose el deseo de que los psicólogos trabajen facilitando grupos, ayudando a comprender la racionalidad de los beneficiarios, induciendo la adopción de tecnologías y atendiendo padecimientos subjetivos. Ante esto, se pensará el proceso de construcción de la demanda. En tercer lugar, se presentarán los lineamientos de trabajo de diferentes experiencias de formación crítica y reflexiva de extensionistas, analizándose el impacto del caso de la Dirección de Extensión Agraria de Paraguay. Finalmente, se plantearán problemas y desafíos para el trabajo del psicólogo comunitario en instituciones de extensión y desarrollo rural. Entre ellos se destacan el desconocimiento del ámbito de competencia de los psicólogos sociales y comunitarios, y la necesidad de trabajar con las expectativas clínicas y de control social (orientadas a la transferencia de tecnologías) que aparecen en diferentes contextos.

A Psicologia Ambiental Comunitaria: abordagens metodológicas de investigação e de análise de dados

Ricardo Garcia Mira, Universidad de A Coruña

La diversidad de objetivos y el amplio rango de intereses en el campo de la psicología ambiental ha dado lugar a un alto grado de eclecticismo metodológico, así como a distintos enfoques de investigación. A pesar de ello hay necesidades compartidas entre aquellos que utilizan diferentes enfoques, que comienzan con el reconocimiento de la relación entre el ambiente físico y la conducta humana, con implicaciones en la investigación ambiental y en la adopción de determinados procedimientos, como por ejemplo, la consideración combinada de la conducta y el contexto. La investigación en este campo con frecuencia ha considerado distintos métodos a partir de un mismo enfoque de investigación. Esta consideración simultánea de métodos surge de la necesidad de aumentar la validez de los resultados. Está aceptado generalmente en el campo de la investigación psicológico-ambiental. El principal objetivo de este taller es proporcionar una perspectiva general sobre los distintos métodos de abordar aspectos de la psicología ambiental comunitaria relacionados con la sostenibilidad y las estrategias metodológicas para analizar la forma en que la gente estructura la información sobre la sostenibilidad y otros aspectos del ambiente comunitario, y cómo esta información puede servir de base para la adopción de decisiones en políticas públicas.

Más en concreto, los objetivos específicos a alcanzar con este curso consisten en:

a) Reflexionar sobre los distintos métodos para la obtención de datos ambientales, con especial énfasis en la elaboración de escalas para medir la percepción de elementos ambientales y su posterior análisis; **b)** Proporcionar información sobre técnicas de análisis cualitativo, basadas en escalamiento multidimensional (ALSCAL y PROXSCAL), y otras técnicas de análisis de información en grupos focales, poniendo especial énfasis en la interpretación de los espacios generados por estos procedimientos; **c)** Analizar los criterios que sirven de base para la interpretación e implicación en la adopción de decisiones metodológicas que afectan a optimización de dimensiones y factores; **d)** Comparar escalamiento multidimensional con otras técnicas multivariadas de análisis de datos, como análisis factorial y análisis de conglomerados, analizando los pros y los contras de cada técnica, así como la utilidad de cada una; **e)** Explorar técnicas de análisis de ecuaciones estructurales. El software AMOS.

Estructuración del curso:

1. Algunas consideraciones sobre la investigación de la sostenibilidad desde la psicología ambiental comunitaria.
 - a. Evaluación ambiente-conducta.
 - b. Eclecticismo metodológico.
 - c. Algunas preocupaciones metodológicas.
 - i. Recogida de datos en escenarios reales versus laboratorio.
 - ii. El diseño de encuesta y el problema del muestreo.
2. Representando cuestiones sobre sostenibilidad: Los mapas cognitivos.
3. Utilización del escalamiento multidimensional en la investigación sobre sostenibilidad.
4. Escalamiento Multidimensional y Análisis Factorial.
5. Utilización de modelos de ecuaciones estructurales en la investigación sobre sostenibilidad.

A metodologia da pesquisa-ação na prática da psicologia comunitária

Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha, Universidade Federal do Rio de Janeiro

O objetivo geral do minicurso é introduzir a metodologia da pesquisa-ação na prática da psicologia comunitária. Os objetivos específicos do minicurso são: possibilitar ao participante o conhecimento da teoria e prática da metodologia da pesquisa-ação na psicologia comunitária; incitar o participante para a reflexão sobre a elaboração de projetos integrados a comunidades ou organizações sociais. Quanto ao conteúdo programático, pretendemos apresentar uma breve histórico, as definições, o público-alvo, as funções, as finalidades, os principais conceitos, a organização e uma sugestão de planejamento da metodologia da pesquisa-ação (1 – a fase exploratória, momento em que é diagnosticada a comunidade a partir de visitas, diagnóstico participativo, caminhadas comunitárias, reuniões de discussão-reflexão, análises de documentos etc; 2 – o tema da pesquisa, quando os problemas práticos e como estes serão abordados começam a ser definidos; 3 – a identificação de problemas, que visa reconhecer potencialidades e dificuldades para enfrentar os problemas identificados, objetivando planejar ações, executa-las e avalia-las; 4 – o lugar da teoria, a articulação e adaptação da pesquisa-ação com os referenciais teóricos que embasam a ação pretendida e as possibilidades de pesquisa e ação na comunidade; 5 – as hipóteses, que são as expectativas/suposições que visam orientar a resolução de problemas na comunidade; 6 – o seminário, o espaço criado para examinar, discutir e tomar decisões na comunidade de maneira participativa, propiciando reflexão e ação por parte dos membros da comunidade e coordenando a formação de comissões ativas para solucionar problemas identificados; 7 - Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa, que visa definir de maneira participativa a abrangência geográfica e representacional para os encontro realizados e as resoluções tomadas; 8 – a coleta de dados, fase que visa selecionar e aplicar as ferramentas metodológicas para conhecer e orientar as ações na comunidade; 9 – a aprendizagem, que está relacionado a utilização do conhecimento produzido para a aprendizagem e ação da comunidade; 10 – saber formal e saber informal, que visa reconhecer diversos saberes orientando a visão dos participantes, incitando a valorização e expressão tanto do conhecimento do pesquisador, quanto dos participantes, na descrição dos problemas enfrentados, buscando explicações e formas de resolução dos mesmos; 11 – o plano de ação, onde serão definidos aspectos relevantes para orientar a participação e a ação para a resolução do problemas; e 12 – a divulgação externa, que objetiva, além de propiciar a devolutiva para os participantes da pesquisa-ação, divulgar os resultados em revistas e eventos científicos). Quanto a metodologia, realizaremos aula expositiva, com participação dos interessados, incentivando a discussão da experiência dos participantes. Quanto aos recursos, utilizaremos Datashow e textos breves sobre a metodologia da pesquisa-ação. O processo de avaliação será realizado a partir da análise de um estudo de caso em psicologia comunitária em que foi utilizada a metodologia da pesquisa-ação, objetivando o reconhecimento de aspectos desta metodologia. Este trabalho se relaciona com o tema do encontro, tendo em vista a necessidade de preparar metodologicamente os interessados em psicologia comunitária utilizando a pesquisa-ação, cooperando para a atuação profissional como psicólogo comunitário.

4.3

Eixo Profissão / Eje Profesión/Axis Occupation

La Psicología y las demandas que le plantea el escenario mundial y la radiad específica de los países de la región (la CELAC).

Enrique Teófilo Saforcada, Universidad de Buenos Aires

El mundo se encuentra en medio de una desestabilización inédita. Los anteriores momentos críticos del capitalismo fueron problemas de desequilibrio del sistema que lo implica, hoy volver a equilibrarlo parece imposible.

La razón de ser de este sistema económico político y sociocultural de organización y funcionamiento de la sociedad es la acumulación de patrimonios en función de la explotación de seres humanos y/o de la desapropiación de las riquezas de otros (personas, familias, comunidades, países, continentes). Los propulsores de este tipo de ordenamiento y funcionamiento social se justificaron apoyándose en el liberalismo, la filosofía social que desvincula al ser humano de su intrínseca naturaleza social, dando lugar a la justificación axiológica de la propiedad privada, sacralizándola hasta obturar la natural validez de la propiedad social o comunitaria, y la fantasía de que lo que un ser o grupo humano logra es por su exclusivo mérito y nada tiene que ver con la sociedad en la que está inserto.

Este entramado de progresiva expansión y radicalización concentró la riqueza en pocos países (el núcleo duro de la OTAN y alguno de sus satélites) y, dentro de ellos, en pocas familias, ese 1% del que hoy cada vez se habla más y es progresivamente develado en cuanto a quiénes son, cuáles son sus responsabilidades y cómo son sus modos de operar en perjuicio de los pueblos. Se está generando una mutación en los procesos de concienciación, de revisión histórico cultural y de democratización política.

Este 1% y sus instituciones y sistemas intermediarios entre ellos y la humanidad (corporaciones, bancos y otras instituciones financieras, fuerzas armadas estatales y privadas, partidos políticos, gobiernos, cuerpos legislativos y judiciales, etc.) tensaron la cuerda hasta lograr que ciertas regiones del mundo, como es el caso de los países de la CELAC, visualizaran la injusticia que el capitalismo desmadrado implica y tomaran conciencia de que es factible contrarrestarlo sin apelar a la violencia, solo construyendo masa crítica de lucidez sociopolítica.

La psicología, en general, es una disciplina develadora, como todas las ciencias, pero en sus vertientes sociales debe tener un objetivo de co-construcción de conocimiento con las comunidades pobres y de clase media que implique correr los velos de lo que enmascara todo lo antihumano y contrario a los procesos de la vida propios del capitalismo: poner como valor máximo la riqueza –inclusive por delante del ser humano–; ejercer formas antihumanas de acumulación; prescindir de toda lógica y ética en la privatización de lo esencialmente social y de propiedad comunitaria; depredar los procesos de la vida y lo que es de la especie humana porque forma parte de sus valores; desencadenar guerras criminales de desposesión de riquezas naturales; etcétera. La psicología comunitaria de nuestra región debe sumarse a este proceso de desenmascaramiento o le pasará lo que le ocurrió a la psicología social cuando la guerra de Vietnam y los levantamientos universitarios en su contra.

A sociedade produz a(s) adolescência(s) e juventude(s)? Reflexões acerca da pluralidade dos discursos.

Lorrana Caliope Castelo Branco Mourao, Universidade Federal do Ceara

Sabemos que são muitos os olhares sobre os adolescentes e jovens. As publicações, os estudos e as pesquisas desvelam diferentes pontos de vista sobre a realidade em que eles vivem e atrelado à isso se reproduzem termos e discursos que se diferenciam, se multiplicam e se reproduzem. O que é adolescência? Como se configura nos dias de hoje? O que é e quem é a juventude no Brasil? Estamos falando da mesma significação? Estas são questões simples que quando aprofundadas nos exigem perceber a adolescência e a juventude como uma construção que se situa sob contextos sócio-históricos específicos, de acordo com os saberes de determinada época. Além disso, a dimensão cultural é um elemento que impacta no contexto e nos modos de constituir a adolescência e a juventude. Desse modo, o objetivo desta mesa é analisar as implicações dos discursos sobre a adolescência e a juventude, e os reflexos nos modos de intervenções profissionais da Psicologia social nos diferentes cenários: políticas públicas, escola e no contexto rural. Esses discursos são atravessados pela diversidade do segmento juvenil e pela diversidade teórica que implica em posicionamentos epistemológicos, práticos e éticos. É preciso olhar para essa juventude a partir de seus próprios discursos, desejos, anseios, sonhos, potenciais. É preciso produzir estudos e pesquisas que deem voz a esses jovens, para que ecoem seus discursos. Ressaltamos a importância de reconhecer esses discursos sobre a adolescência e enfatizamos o sentido de se falar em "juventudes", incluindo suas complexas diferenças, como também experiências que precisam ser problematizadas a fim de produzir intervenções para a garantia de direitos. É preciso considerar os aspectos sociológicos, psicológicos, estatísticos, jurídicos, filosóficos e antropológicos. Assim, fica claro que é preciso repensar estes conceitos. É preciso problematizar quem são a(s) juventude(s) do Brasil, o que fazem, como fazem, o que gostam, que experiências vivem, o que buscam, sem limitá-las. Assim, consideramos a diversidade dentro da complexidade que é propor uma definição para que podemos entender como a juventude se consolida hoje na realidade social-comunitária brasileira. Isso se faz necessário para questionarmos nossa práxis no campo da Psicologia Social, a partir dos modos de produção da subjetividade, certos de que esses discursos implicam em práticas profissionais cujo reflexos se dão no modo de constituição dos jovens brasileiros.

1 • Juventude, escola e mídia

Lorrana Caliope Castelo Branco Mourao, Universidade Federal do Ceara,
Alexsandra Maria Sousa Silva, Universidade Federal do Ceará, Luciana Lobo
Miranda, Universidade Federal do Ceará.

Neste trabalho discutimos a inserção da juventude no contexto escolar e as implicações no que se refere a produção de novas subjetividades que se dá pelos atravessamentos dos dispositivos midiáticos. É importante ressaltar que a juventude tem sido alvo da mídia desde os anos 90. Sem dúvidas a mídia produz determinadas formas de existência coletiva e privada, seja na relação consigo mesmo, seja com o outro. Como pensar a relação entre o jovem e a mídia na contemporaneidade a partir dessa lógica de produção? Qual a especificidade dessa produção no contexto escolar? Podemos dizer que a

mídia exerce um papel fundamental na constituição de suas subjetividades, sendo a escola um espaço de mediação entre a mídia e os jovens. Desse modo, compreendemos que juventude não só consome a mídia dentro da escola, mas também a produz, seja criando vídeos, blogs, sites, rádios que tenham relação com a escola ou com a suas próprias vidas. Para problematizar como os jovens produzem a mídia no cotidiano escolar, seja dentro ou fora dos muros escolares, evocaremos autores como Fischer, Sibilia e Miranda. O objetivo deste trabalho é problematizar como os jovens produzem a mídia dentro do contexto escolar, e quais as repercussões traz para a produção de suas subjetividades. Assim, é necessário perguntarmos: de que forma os jovens não só consomem, mas também produzem a mídia dentro do contexto escolar, e quais as repercussões isto traz para a constituição de suas subjetividades? Para entendermos melhor este tema, apresentaremos a experiência de uma pesquisa de conclusão de curso produzida no ano de 2011 em uma escola pública de Fortaleza, em que discutimos como a juventude se apropriava do cinema dentro da referida escola. A pesquisa foi realizada com jovens do 1º e do 2º ano, como também com professores. Os instrumentos metodológicos utilizados foram: observações informais, diário de bordo, exibição e produção de vídeos. Consideramos, através desta pesquisa, que a mídia está atravessada às diversas formas dos jovens se verem e se relacionarem, e que eles não só consomem a mídia, mas também a produzem de acordo com a transformação com que fazem em suas realidades sociais.

2 • Adolescência(s) e Juventude(s): termos em disputa – os usos e seus atravessamentos discursivos no contexto das medidas socioeducativas

Luara da Costa França, Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Luciana Lobo Miranda, Universidade Federal do Ceará.

Neste trabalho faremos um recorte de algumas reflexões obtidas numa pesquisa de mestrado. Tem se tornado bastante comum, em alguns espaços acadêmicos que realizam pesquisas com/para/sobre jovens. Muitos teóricos, a exemplo de Castro (1998; 2008; 2011) e de Coimbra e Nascimento (2003) defendem o uso do termo jovem em detrimento do termo adolescente, pois consideram que essa mudança apontaria não a uma mera substituição de nomes, mas marcaria estrategicamente uma posição política frente à produção (acadêmica, inclusive) desse sujeito. O termo adolescente pode ser visto como uma marca psicológica do desenvolvimento humano, sendo atravessado pela noção biológica de crise, definida a partir de uma fase, geralmente e com características próprias como: vivência de conflitos, comportamento de contestação, mudanças corporais, maturação/maturidade sexual, definição da personalidade, etc. – constituindo um discurso desenvolvimentista e biológico. Já o termo juventude não estaria relacionado necessariamente a uma faixa etária específica e se afastaria de um conjunto estereotipado de comportamentos típicos do adolescer. Representaria melhor a multiplicidades de forças que subjetivam esse segmento, de forma que a noção de juventude confirma os atravessamentos que a constroem enquanto tal, atravessamentos como determinantes históricos, econômicos, culturais, políticos, etc. Temos como objetivo nessa

fala, propor uma postura de reflexividade frente a disputa desses termos. É de estratégica importância a deflagração da criticidade frente os atravessamentos que o discurso biomédico (de normatização e de enquadramento), bem como os instituídos – “homogeneização e padronização das práticas sociais e dos modos de existência” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p.3). Isso posto, também não desejamos sacramentar o termo juventude, como se só devido ao seu mero registro no texto, automaticamente, estaria isento de ressonâncias do discurso biomédico. Ao contrário, percebemos, uma poeira de enunciados, próprios de uma dispersão, de uma heterogeneidade discursiva. (FISCHER, 2001, p. 206). No território das medidas socioeducativas, por exemplo, vislumbramos um campo de luta, onde percebemos que vários termos e enunciados acerca da juventude e da adolescência estão em disputa, de tal forma que é bastante comum, ao ouvir um operador da medida, perceber uma interessante confusão, um mix de definições e pulsações de discursos que argumentam em prol da menoridade, do adolecer, da juventude, etc. Assim, não desconsideramos as distintas condições de contingência e de emergência das duas concepções e de seus efeitos específicos. Contudo, nos questionamos mais acerca dos usos que se tem feito dos termos? Como essas palavras tem se maquinado nos diferentes espaços? Como se dá os usos desses termos no contexto de aplicabilidade da medida socioeducativa em meio aberto? Será que os diferentes atores: equipe técnica, pais, gestores acessam essas formações discursivas? Como os adolescentes-jovens se localizam nesse território discursivo? Algumas desses questionamentos guiaram nosso percurso investigativo na dissertação. Concluímos que visibilizar os tensionamentos entre os termos, deflagrando a pluridiscursividade que habita nossas falas, nos darão pistas mais próximas dos acionamentos discursivos que engendram a nomeação “adolescente” e “jovem”.

3 • Juventude e o modo de vida no contexto rural do semiárido nordestino

Carla Evelline de Sousa Camurça, Universidade Federal do Ceará,
Alexsandra Maria Sousa Silva, Universidade Federal do Ceará

O percurso da Psicologia se deu no meio urbano, o que evidencia, de certo modo, um distanciamento das questões relacionadas ao meio rural (ALBUQUERQUE, 2002, DOMINGUES, 2007). Nobre, Siliprandi, Quintela e Menasche (1998), referem que desde os anos 50 já se questionavam sobre a agricultura familiar e a reforma agrária, porém na psicologia pouco se discutiu e se voltaram o olhar para as pessoas que viviam na área rural, suas lutas, seus sonhos e desejos. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a “invisibilidade” social da juventude pobre e os modos de vida no contexto rural nordestino. Ao falarmos sobre a “invisibilidade” estamos nos referindo aos processos de exclusão/inclusão perversos (SAWAIA, 2007), sendo esse processo complexo e multifacetado, fazendo com que os jovens não se percebam como cidadãos de direitos sociais e alvos de políticas públicas (WEISHEIMER, 2005). Ao problematizarmos a pobreza rural, nossa compreensão é a partir da perspectiva multidimensional (SEN, 2000) abrangendo a pobreza para além de questões econômicas, incluindo aspectos da renda, da habitação, dos principais bens de consumo, mas principalmente, das relações

sociais, do padrão de vida, do acesso à educação e a saúde. Percebemos a necessidade de olharmos a dinâmica da vida desse grupo na busca por compreender sua fragilidade e resistência (PIGNATTI; CASTRO, 2010) em meio as novas ruralidades (WANDERLEY, 2000). Entre as novas ruralidades, encontramos configurações que tem como objetivo o desenvolvimento rural, o fortalecimento da agricultura familiar e a pluriatividade das famílias rurais. As políticas sociais de transferência de renda, está permitindo a inclusão dos jovens do contexto rural no mercado interno, melhorando, assim, as condições de vida, porém não retiram as pessoas da condição de vulnerabilidade e desigualdade social. O acesso à educação de qualidade e contextualizada, juntamente com a criação de políticas de convivência com o clima semiárido que poderá favorecer o jovem rural ter acesso as possibilidades da vida e a inclusão social de todos (PEREIRA, 2013). A partir da perspectiva do novo rural a Psicologia Comunitária vem buscando compreender os aspectos psicossociais dessas transformações e o processo de exclusão/inclusão social vivenciado pela juventude rural, através de uma perspectiva ética e política na busca por ressignificar os modos de vida.

Caminhos interdisciplinares em Psicologia Comunitária: Relatos e Reflexões.

Márcia Skibick Araújo, Faculdade Luciano Feijão

A presente mesa redonda apresenta-se com o propósito de promover a interligação de diferentes áreas de atuação da Psicologia em interfase com a Psicologia Comunitária. Com o propósito interdisciplinar, plural e diverso a mesa propõe o diálogo construtivo através da interação teórica-metodológica analisando práticas efetivas nas áreas da educação, saúde e direitos humanos. O primeiro trabalho a ser apresentado tem como objetivo descrever a interface vislumbrada entre a atuação em Psicologia Comunitária e em Psicologia Escolar, intento coerente com o eixo Profissão na medida em que pode contribuir com a elaboração de novas perspectivas de intervenção. A Psicologia Comunitária concebe a importância de processos de transformação desencadeados a partir da adoção de posturas pedagógicas por profissionais comprometidos ética e politicamente com a superação da realidade social de exclusão e marginalização. O segundo trabalho, no intento de ampliar a discussão eleva a temática dos Direitos Humanos no enriquecimento da prática comunitária. Entendendo a Psicologia como o campo do saber que estuda a subjetividade e que constrói um sistema de sentidos afetivos e sociais, participa de um importante debate transdisciplinar sobre a temática dos direitos humanos na sociedade contemporânea. Num esforço de articulação de diálogos em meio a uma crise de incertezas, injustiças e desigualdades, a psicologia comunitária, disciplina que se orienta por uma práxis libertadora, de maneira específica, trabalha no sentido de potencializar novas construções e percepções coletivas a partir das experiências de vida. Nesse intuito é de suma importância a interação entre a Psicologia e os Direitos Humanos, visto que, com essa interação será possível formar profissionais conscientes e comprometidos, bem como sensibilizar o sujeito comunitário como protagonista de direitos e deveres. O terceiro trabalho analisa desde o ponto de vista da saúde a importância da psicologia comunitária na efetivação de políticas públicas. Diante do contexto de inserção crescente dos psicólogos nas políticas públicas

de saúde no Brasil, o trabalho tem por objetivo discutir as contribuições teórico-metodológicas da Psicologia Comunitária à atuação do psicólogo em ações de promoção da saúde. Parte-se de uma compreensão de que promover saúde significa trabalhar com as determinações sócio-psicológicas, culturais, políticas e econômicas que perfazem o processo saúde-doença presentes na vida concreta de famílias e indivíduos. Neste sentido, a Psicologia Comunitária, uma área específica da Psicologia Social Crítica que historicamente tem problematizado e posto a ciência psicológica à serviço da superação dos problemas humanos próprios dos contextos de pobreza, tem se configurado como um importante referencial nas da saúde, educação e direitos humanos.

1 • Psicologia Comunitária e Psicologia Escolar: interlocuções necessárias para a formação de sujeitos comunitários

Aurea Julia de Abreu Costa, Faculdade Luciano Feijão, Elívia Camurça Cidade, Faculdade Luciano Feijão.

A Psicologia Comunitária concebe a importância de processos de transformação desencadeados a partir da adoção de posturas pedagógicas por profissionais comprometidos ética e politicamente com a superação da realidade social de exclusão e marginalização. Ancora-se, ainda, na crítica ao modelo socioeconômico, que enfatiza a individualidade e a culpabilização dos sujeitos por sua suposta incapacidade de alterar as condições imediatas de vida. Nesse sentido, são colocadas em discussão as reais causas de situações de insucesso obtidas durante a realização de trabalhos comunitários e de ações educacionais formais, comumente associadas a uma profunda crítica ao sujeito e desconsiderando as relações estruturais que produzem a desigualdade social. Este trabalho, que se fundamenta no relato de experiência de profissionais de psicologia, tem como objetivo descrever as interfaces vislumbradas entre a atuação em Psicologia Comunitária e em Psicologia Escolar, intento coerente com o eixo Profissão na medida em que pode contribuir com a elaboração de novas perspectivas de intervenção. Sob o aspecto teórico, a ênfase dada pela Psicologia Comunitária à concepção de desenvolvimento a partir da Psicologia Histórico Cultural permite inscrever a relevância da consideração dos processos de mediação semiótica da consciência, segundo a qual a realidade social estabelece relação dialética com a constituição do psiquismo. Com isso, tem-se que a finalidade seria o alcance da emancipação do sujeito mediante a construção de novas leituras sobre o mundo, desencadeadas através de processos de conscientização. O trabalho comunitário engendra processos de aprendizagem ao permitirem a aproximação dos sujeitos de novos referenciais de análise do mundo e de sua experiência cotidiana. Contudo, deveria se constituir como papel das instituições de ensino inscrever novas formas de apreensão de conhecimento haja vista que o sujeito comunitário é, primordialmente, sujeito de aprendizagem e, como tal, capaz de transformar a realidade social de desigualdade e exclusão em que se encontra, a partir do conhecimento apropriado e da educação. Ao manter os alunos presos a um modelo estagnado de educação que prioriza a reprodução do conhecimento em detrimento da construção coletiva das aprendizagens, as escolas, de forma geral, contribuem para o estabelecimento de relações sociais de poder que legitimam a lógica que sustenta a sociedade capitalista e,

consequentemente, tolgem a apropriação dos sujeitos do seu potencial de questionar e transformar essas relações. Assim, compreendemos a Educação como prática social potencialmente emancipatória do sujeito, na medida em que possibilita a autonomia do sujeito em suas formas de pensar, sentir e agir no que concerne às condições concretas de sua existência. A partir do que é observado na prática profissional, o grande desafio está, justamente, no fato de que em sua maioria as escolas não implementam ações de incentivo a formação de sujeitos autônomos e, portanto, capazes de intervir nos seus contextos comunitários e, com isso, elaborar estratégias coletivas de superação das adversidades cotidianas.

2 • A Psicologia Comunitária em interfase com os Direitos Humanos.

Márcia Skibick Araújo, Faculdade Luciano Feijão

Entendendo a Psicologia como o campo do saber que estuda a subjetividade e que constrói um sistema de sentidos afetivos e sociais, participa de um importante debate transdisciplinar sobre a temática dos direitos humanos e cidadania na sociedade contemporânea. Num esforço de articulação de diálogos em meio a uma crise de incertezas, injustiças e desigualdades, a psicologia comunitária, disciplina que se orienta por uma práxis libertadora, de maneira específica, trabalha no sentido de potencializar novas construções e percepções coletivas a partir das experiências de vida. Nesse intuito é de suma importância a interação entre a Psicologia e os Direitos Humanos, visto que, com essa interação será possível formar profissionais conscientes e comprometidos com a temática, bem como sensibilizar o sujeito comunitário como protagonista de direitos e deveres. A Psicologia comunitária a partir de uma concepção sócio-histórica junto ao tema dos Direitos Humanos, sob o paradigma democrático, vem fomentando um discurso plural, que desemboca na participação e na ação coletiva, envolvendo os indivíduos, grupos e povos no sentido do fortalecimento do compromisso social e desenvolvimento pessoal e comunitário. A psicologia comunitária traz em sua composição a proposta de avançar na concretização e garantia, junto às comunidades, dos direitos fundamentais, individuais, sociais, econômicos, culturais e políticos. Vale ressaltar que a reflexão sobre os Direitos Humanos, passa inevitavelmente pela interligação com a questão da diversidade, visto que, tais direitos abrangem todos os aspectos referentes ao ser humano, seja econômico, sexual, étnico, religioso, social ou cultural. Assim sendo, para uma construção de uma subjetividade eticamente comprometida com os Direitos Humanos é imprescindível a intervenção para o fortalecimento e conscientização de indivíduos e coletivos. A necessidade de garantir a discussão e a vivência dos Direitos Humanos no cotidiano social e profissional qualifica o pensar teórico e a práxis psicológica. Nessa perspectiva de análise e compreensão do ser humano, baseada no diálogo entre a Psicologia e os Direitos Humanos, é fundamental para se edificar uma sociedade mais justa e que tenha como princípio norteador o respeito à dignidade humana. No entanto a realidade é perturbadora, pois a maioria da população não é sujeito de direitos humanos, está relegado à pobreza e ao abandono. Um abandono que produz desigualdade e que gera a pobreza num ciclo contínuo e imparável, produtor de vulnerabilidades. A psicologia comunitária

como ciência que busca desenvolver e potencializar os indivíduos e grupos tenta num discurso igualitário incentivar e facilitar processos e ações que levem a uma transformação consciente da realidade social, através da práxis do sujeito comunitário. Para tanto se faz necessário a garantia da compreensão do sistema de significados-sentidos-sentimentos na qual se encontra emerso a homem atual. Esse processo de apropriação fará com que os sujeitos conscientes possam garantir os seus direitos, ou seja, garantir o direito de ser dignamente satisfeitos e socialmente aceitos como cidadão de direitos.

3 • Contribuições da Psicologia Comunitária à prática psicológica na promoção da saúde.

Bárbara Barbosa Nepomuceno, Faculdade Luciano Feijão, Ana Helena Araújo Bomfim Queiroz, Faculdade Luciano Feijão

Diante do contexto de inserção crescente dos psicólogos nas políticas públicas de saúde no Brasil, o presente artigo tem por objetivo discutir as contribuições teórico-metodológicas da Psicologia Comunitária à atuação do psicólogo em ações de promoção da saúde. Parte-se de uma compreensão de que promover saúde significa trabalhar com as determinações sócio-psicológicas, culturais, políticas e econômicas que perfazem o processo saúde-doença presentes na vida concreta de famílias e indivíduos. Desta forma, para o estabelecimento de uma atuação nesta perspectiva, se faz necessário uma superação do modelo hegemônico curativista, amparado no conceito de saúde como ausência de doença e um amplo conhecimento do modo de modo de vida da população, em suas dimensões histórica, socioeconômica e simbólica. Neste sentido, a Psicologia Comunitária, uma área específica da Psicologia Social Crítica que historicamente tem problematizado e posto a ciência psicológica à serviço da superação dos problemas humanos próprios dos contextos de pobreza, tem se configurado como um importante referencial ao trabalho nas políticas públicas de saúde. Sua atuação é desenvolvida a partir de metodologias participativas, voltadas aos processos interacionais próprios ao modo de vida comunitário, estimulando a interlocução entre a diversidade de saberes, práticas e atores sociais existente no território. Tem como foco o desenvolvimento de potencialidades pessoais e coletivas e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, eficazes ao enfrentamento das problemáticas de saúde. Práticas de saúde como territorialização, visitas domiciliares, acolhimento, atividade de educação em saúde, presentes especialmente nas atividades de atenção primária a saúde se tornam potencializadas quando desenvolvidas a partir do estabelecimento de uma relação cooperativa entre profissional de saúde e moradores da comunidade e de uma interação social afetiva com lugar, próprias as metodologias participativas propostos pelos referenciais da Psicologia Comunitária. A certeza de que esse mundo é possível eleva a capacidade humana de se identificar e de se solidariza com os demais. Possibilita a vivencia coletiva de estar no mundo para supera os obstáculos e ao mesmo tempo, eliminar a pobreza, construindo um mundo mais saudável. Conclui-se, portanto ser esta uma importante área de saber-fazer que pode fundamentar o desenvolvimento de ações de promoção de saúde amparada na leitura da realidade e de em consonância com as necessidades

de saúde da população, a partir de uma co-responsabilização da saúde entre profissionais e comunidade.

Current State, Criticism and Potentialities for Community Psychology to Impact Issues of Global Significance

Carlos Luis Zatarain, Vía Educación, A.C

Since the 1960's, community psychology (CP) has brought a unique perspective on how to address social issues, with a critical and value driven focus. Now more than 60 years later, it has become relevant to assess how the field has grown, what have been its limitations, and how can we continue to promote its development. Of particular importance is the need for community psychologists to reflect upon how the field has responded (or not responded) to issues of global significance such as popular uprisings, the effects of warfare, economic oppression, human rights violations, environmental threats, and others. To contemplate and debate the potential for community psychologists to impact these issues, the International Committee of the Society for Community Research and Action has organized this roundtable discussion which will feature community psychologists from around the globe.

The roundtable will begin with a practical perspective on methods that community psychologists can utilize to address important global issues. Presenters will identify pressing issues affecting individual and community quality of life, and promote actionable solutions by linking to existing practices that are in line with the values of Community Psychology. Such methods and strategies range from policy analysis, technology's use to promote activism, collaborative practices, cultural system analyses, community development and organizing approaches to community change, along with the use of anthropological community-based approaches to working with communities.

Countering the first part of the roundtable will be the second set of speakers who will critique the role of community psychologists in addressing issues of pressing global relevance. This section of the roundtable aims encourage self-reflection of the field's limited impact by presenting cases in which the values, methods and strategies of the field have been compromised by systemic, political, organizational, and cultural factors that are indigenous to particular settings and contexts around the world. Presenters will argue that CP has done very little in addressing major issues such as threats to peaceful co-existence, ecology, basic needs (e.g., water access and literacy), and child welfare. The discussion will examine the challenges in removing the barriers to taking action on these issues, particularly those that silence perspectives offered by critical and liberation strands of community psychology.

The third part of the roundtable will encourage areas for future growth of the field while outlining seven criteria for fostering the development of community psychology. Presenters will discuss how CP has developed in Mexico, Portugal, as well as different countries in Asia, Africa and the Americas. The discussion will emphasize the historical limitations to the development of the field, and how it could grow through interdisciplinary collaboration with other fields such as urban and rural sociology, social work/social administration, public health, education, urban & regional planning, public policy/administration, and nonprofit management.

The final part of the roundtable will engage the audience in further reflection and examination regarding roles and potentials for community psychologists to significantly influence issues of global concern. We hope that this session will promote networking and action that can promote the future impact of the occupation.

1 • Building on Strengths of Community Psychology to Address Global Concerns

Tiffeny Jimenez, National Louis University, Olga Oliveira Cunha, Corpo Nacional de Escutas

Addressing social problems at the local level must involve a consideration of the global context. However, several questions arise when considering the role of community psychologists within the global realm: To what extent are community psychologists engaged in addressing important issues that span the globe (e.g., the environment, violence, human rights efforts, inequalities, etc.)? How does an increasingly global perspective influence our understanding of each other? Where are the opportunities to act in concert? How might we leverage global tools and interests to create socially just living conditions and promote well-being for individuals? These are some of the questions that have been posed by some authors of the field (Kloos, Hill, Thomas, Wandersman, Elias & Dalton, 2011) and questions we seek to answer with action in mind. The purpose of this roundtable session is to identify pressing global issues affecting individual quality of life and promote actionable solutions by linking to existing practices and exploring methods and strategies consistent with the values of community psychology. For example:

- Use of policy analysis to identify inadequate and highly beneficial political and social structures within and across cultures
- Use of technology to promote and engage activism worldwide
- Use of collaborative practices by aligning with existing social movements to have broader influence
- Conducting cultural system analyses to elucidate inadequate practices and promote systems change to address community needs (within and cross-cultural analyses)
- Use of community development and organizing approaches to community change (social capital/asset mapping, community organizing principles, etc.)
- Use of anthropological community-based approaches to working with communities

We would like to use this roundtable session to generate ideas we can further develop and implement, as well as promote networking among community psychologists, students, and members of allied fields to generate innovative ideas for action. We want to figure out how everyone can play a role and discuss how the SCRA International Committee can facilitate better sharing of information and taking action across the globe to address shared issues.

2 • Community Psychology's Failed Missions and Realities in the World: Gaps and Biases in Values, Methods, and Strategies

Toshiaki Sasao, International Christian University, Serdar M. Degirmencioglu, European Community Psychology Association

Community psychology (CP), since its beginning in 1960s in the U.S. and subsequently around the world, has always claimed to be non-individualistic, value-driven, and eager to promote diversity and social justice. However, how successful are we in accomplishing what CP is purported to do with significant social issues and problems? The purpose of this discussion is to present examples and cases of CP's failed missions and realities in global contexts, highlighting gaps and biases with CP values, methods and strategies/ interventions. An example is the reluctance to address how different forms of war destroy communities across the world, including the communities from which soldiers are recruited. Another gap is the absence of work on how debt destroys the functions of communities. The gaps and biases in CP are not accidental. They emerge as a result of various systemic, political, organizational, and cultural factors that are indigenous to particular settings and contexts around the world. These include overspecialization, the dominance of funding-driven research, positivistic methods, the mismatch between values and methodology, editorial policies, as well as outside influences such as the prevailing influences of mainstream psychology currently promulgated in many parts of the world. While an interest may exist among CP professionals to promote social justice and global issues that have a lot to do with the well-being of the world's citizens and groups, CP has done very little in addressing major issues such as threats to peaceful co-existence or positive peace, threats to ecology (e.g., global warming), threats to basic needs (e.g., water access and literacy), and threats to child welfare in communities and schools (e.g., parenting, bullying). Although CP also suffers from global and domestic political biases, we have done very little to effect changes at the policy level. Taken as a whole, CP does have the values and tools needed to address these global issues. The challenge lies in removing the barriers, particularly those that silence perspectives offered by critical and liberation strands of community psychology. This particular discussion is closely in line with the overall theme of the Conference and also in sync with at least two thematic groups including academic and social movements axes.

3 • The Development of Global Community Psychology: The Potential of Interdisciplinary Collaboration

Douglas Perkins, Vanderbilt University, Carlos Luis, B.A. Vía Educación, A.C., Olga Oliveira Cunha, Corpo Nacional de Escutas, Portugal

Community psychology (CP) has much to offer the analysis and solution of both psycho-behavioral and community-level development problems in less developed regions of the world (including less developed areas within industrialized countries). But there is a sad irony in CP's world geographic development pattern-- CP developed first and strongest in those countries and regions that needed it least--i.e., in the U.S., Western Europe and Australia as opposed to those countries and continents near the bottom of the UN

Human Development Index, such as sub-Saharan Africa, South Asia, and the poorest countries in Latin America (Honduras, Nicaragua, Guatemala, Bolivia, Paraguay) and the Caribbean (Haiti). Even in those countries where CP has developed, it tends to be in relatively prosperous urban areas with university-based psychology departments rather than the poorest areas of those countries. It is vital for the field to recognize that our ideas and tools are not reaching where they are most needed globally.

We propose 7 conditions or criteria for the development of CP as an applied scientific field in a given country. Montero (1996) found that in both Latin America and the U.S., CP developed in response to (1) a liberalizing social and political climate in society and (2) growing dissatisfaction with the perceived limitations of mainstream scientific and applied psychology. (3) The big difference is that in Latin America, CP was both quelled and stimulated by authoritarian governments. To those we add four more conditions for “fertile ground” for development of CP: (4) a liberal education system that encourages critical reflection; (5) a public that engages in activism/questions authority; (6) a strong civil society, (7) and, importantly, opportunities for collaboration with other applied disciplines engaged in community development, which we will focus on most keenly.

In Mexico, despite practitioners report their affinity and commitment to the field; efforts are still needed to institutionalize it, in part because of universities concentrated focus in mainstream psychology (Almeida, 2011). Additionally, limited participation and involvement in social issues (Universidad Autónoma de Nuevo León-Centro de Investigaciones Económicas, 2012) hinders interest in the field. It becomes relevant to exemplify how CP focus could complement the work done in the third sector and allied fields, and bring a critical perspective along with alternate solutions for present social problems. We will discuss how CP has developed in Mexico, Portugal, as well as different countries in Asia, Africa and the Americas, and especially what have been the limits to its development and how it could grow through interdisciplinary collaboration with other fields, such as urban and rural sociology, social work/social administration, public health, education, urban & regional planning, public policy/administration, and nonprofit management.

A Atuação da Psicologia em uma Fundação de Apoio ao Paciente Oncológico

Natiele Prochnau, Faculdade Assis Gurgacz

O descobrir-se com uma patologia é motivo de crise seja para o paciente, seja para seus familiares. O tratamento hospitalar, em geral, é marcado por uma despersonalização onde o foco deixa de ser o ser humano e passa a ser a doença, o tumor. A ansiedade, o medo do desconhecido, a mudança de planos para o futuro imediato e a incerteza quanto ao futuro de longo prazo afetam não apenas a autoestima, mas toda a estrutura psíquica do sujeito, além da desestruturação familiar. O desafio, nestas situações é trazer qualidade de vida e informação para estas pessoas. Em Toledo, no Paraná, uma fundação de apoio ao paciente oncológico busca aliviar e confortar os pacientes através da prestação de serviços tais como empréstimo de cadeiras de rodas e macas, doação de fraldas, cestas básicas, suplementos nutricionais. Os serviços comunitários ocorrem através de atuação interdisciplinar buscando promover melhores condições para estes pacientes. A entidade filantrópica, sem fins lucrativos atende em média 65 pessoas e oferece apoio nas áreas de nutrição, fisioterapia, clínica geral, enfermagem e psicologia, todos através de voluntários. Na área de psicologia, esta atuação ocorre beneficiando a comunidade com atividades de clínica, visitas domiciliares conjuntamente com outros profissionais da saúde e atualmente implantando grupos de apoio aos pacientes e seus familiares. Na área clínica a prioridade é para os pacientes oncológicos e familiares enlutados. As visitas domiciliares são realizadas uma vez por semana para pacientes acamados em uma equipe que inclui psicólogo, nutricionista, enfermeiro e clínico geral. Tanto a atuação da psicologia clínica quanto as visitas domiciliares contam com a análise dos casos pelos diversos profissionais que atendem o paciente, tanto antes quanto após cada intervenção, facilitando o fluxo de informações, amparando a atuação dos diferentes profissionais quanto a conduta clínica mais adequada. A fundação realiza trabalho com grupos de mulheres mastectomizadas e crianças/adolescentes, no entanto, a primeira é realizada através de palestras com profissionais da saúde e a segunda com pedagogas que utilizam os trabalhos manuais para aproximar-se dos pacientes e seus familiares mais próximos. O desafio para 2014 é implantar e consolidar grupos terapêuticos com os pacientes, além da parceria em eventos como o outubro rosa e o novembro azul para conscientização e prevenção da comunidade em geral.

A Psicologia Comunitária como possibilidade de mudança em espaço de acolhimento a adolescentes institucionalizados

Ana Lucia de Lima, Universidade Federal do Mato Grosso, Kelly Oliveira Freitas, Universidade Federal do Mato Grosso, Larric Johnny Malacarne, Universidade Federal do Mato Grosso, Michelle Cristina Carneiro, Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Rosa Lúcia Rocha Ribeiro, Universidade Federal do Mato Grosso

As instituições de acolhimento são espaços de proteção provisórios e excepcionais, destinadas a crianças e adolescentes privados da convivência familiar e que se encontram em situação de risco pessoal ou social ou que tiveram seus direitos violados. No caso do acolhimento de adolescentes, devem promover o seu desenvolvimento, abrindo caminhos para a construção e retomada de sua

cidadania. Além de favorecer o convívio familiar e comunitário, devem fazer uso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), buscando atender todos os seus direitos, dando importância ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e ao oferecimento de oportunidades para a (re)inserção na família. Um marco importante para atuação do psicólogo nesse espaço foi a criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, CREPOP, no ano de 2006, que tem como objetivo produzir documentos referenciais para a atuação dos psicólogos em Políticas Públicas. O abrigo desses sujeitos é visto como fator de risco desenvolvimental, que pode estigmatizá-los, podendo causar exclusão social que tem implicações na construção do projeto de vida e no ato das escolhas desses adolescentes. Neste sentido, a psicologia comunitária procura compreender o sujeito a partir das suas relações, sendo esta constituída através de uma dialética entre as questões individuais e as questões coletivas. Nesse contexto, o psicólogo pode trabalhar com os adolescentes institucionalizados promovendo sua emancipação através de ações como conscientizá-los de seu papel como cidadão, das questões políticas inseridas em seu contexto social, como sua individualidade está implicada com o meio em que está inserido e de sujeito transformador da sua realidade. Através de um relato de estágio em psicologia comunitária, o trabalho teve como objetivo investigar e analisar como se dá a inserção do psicólogo comunitário nesse contexto de adolescentes institucionalizados, assim como observar quais as possíveis formas de intervenção desse profissional que possam auxiliar no enfrentamento das dificuldades. O trabalho foi desenvolvido em uma instituição de acolhimento não governamental que acolhe adolescentes do sexo masculino encaminhados pelo poder judiciário de Cuiabá. Para a coleta de dados foram realizadas observações participativas na instituição e três entrevistas semi-estruturadas com dois adolescentes e a coordenadora do projeto. A análise foi realizada em fevereiro de 2014. Foi observada a existência de conflitos, contudo, os discursos positivos dos jovens sobre a instituição e a relação entre eles indicaram que o acolhimento institucional se constitui em fonte de apoio para esses. Foram identificadas dificuldades de elaboração de perspectivas de crescimento sobre o seu futuro. O contexto desses jovens é permeado por aspectos característicos de falhas que constituem a sociedade que produzem e reproduzem excluídos. O psicólogo nesse contexto pode promover programas com o objetivo de incentivar a reflexão crítica acerca da realidade, promover relações comunitárias, trabalhar a ideia de auto-gestão, podendo, assim, construir espaços que possibilitem o diálogo dos adolescentes na busca da resolução dos seus próprios "problemas". A experiência revelou, sobretudo, a importância de trabalhar com os adolescentes a formulação de metas e objetivos pessoais e, principalmente, em possibilidades e formas de alcançá-los.

A Psicologia Comunitária e a convergência com a assistência social: a procura de uma compreensão dos seus saberes e fazeres

Giliane Cordeiro Gomes, Universidade de Pernambuco, Maria do Socorro Lima, Universidade de Pernambuco

Introdução: A presente pesquisa procura mostrar através de um breve recorte histórico os caminhos percorridos por os profissionais de Psicologia Comunitária e os questionamentos das limitações teóricas - metodológicas da década de 1970 até a evolução do desenvolvimento desta abordagem nos dias atuais e sua atuação em vários espaços comunitários, sendo destacado no presente trabalho a convergências com a política pública da assistência social. Segundo Lane (1985) que a preocupação da história social é conhecer como o homem se insere neste processo histórico, não apenas em como ele é determinado, mas principalmente como ele se torna agente transformador da sociedade em que vive. As modificações na Política Pública na Assistência Social atual exigem metodologia de trabalho interdisciplinar e intersetorial. Abrangendo conhecimentos e técnicas multidisciplinares com serviços de assistência social, psicologia, sociologia, antropologia, dentre outras diversidades profissionais. A articulação das equipes de trabalho deve se comprometer com os princípios, as diretrizes e objetivos da assistência social, assim como seu Código de Defesa dos Direitos Humanos e a consolidação da cidadania. Objetivo: Compreender através de um recorte histórico como se constitui a teórico e metodologicamente a Psicologia Comunitária e como sua prática se articula com as necessidades da Assistência Social no Brasil. Metodologia: Esta pesquisa foi desenvolvida qualitativamente através de uma revisão teórica no qual foram utilizados livros e artigos que tivessem a Psicologia Comunitária como foco. Para a realização do recorte histórico proposto foi necessário tomar publicações realizadas desde 1981 até 2013. Os critérios de inclusão eram pesquisas no âmbito da Psicologia Social ou Comunitária e esta abordagem teórica em contexto de Assistência Social. Os critérios de exclusão foram temas não relacionados com as palavras chave ou que não tivesse sua metodologia de pesquisa bem esclarecida. Resultados: Os questionamentos acerca das limitações teórico-metodológicas existem desde a década de 70 e apresenta a Psicologia Social em um contexto de intensas desigualdades sociais, como era o do Brasil e da América Latina de um modo em geral. De acordo com Lane (2003) esta época coincide com o desenvolvimento da Psicologia Comunitária no Brasil, se edificando a partir do movimento de uma série de psicólogos que criticavam o viés positivista da Psicologia Social até então hegemônica, buscando construir propostas de transformação social, a partir de uma maior aproximação do psicólogo com as dinâmicas do cotidiano da maioria da população. Posteriormente a utilização dos processos de conscientização passa a atuar de forma a desenvolver trabalhos com os grupos populares progressivamente para que possam assumir o papel de sujeitos de sua própria história. Conclusão: A Psicologia Comunitária apresenta recursos teóricos e metodológicos adequados à assistência social na construção de uma abordagem participativa, buscando promover o desenvolvimento de potencialidades, autonomia dos sujeitos, mobilização comunitária, análise de estigmas sociais, intervenção psicossocial, contribuindo também com o desafio da mudança do modelo assistencialista para a inclusão do trabalho socioeducativo em uma perspectiva emancipatória da cidadania.

As dificuldades do trabalho do psicólogo no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e as novas perspectivas do fazer psicológico no campo social

Fabia Sampaio de Oliveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Gessica Wellem Batista Ferro, Faculdade Leão Sampaio

O presente trabalho refaz uma trajetória da história que culminou no estabelecimento da atual política de a Assistência Social. Nesta, destacamos os aspectos sócio-históricos que levaram a criação dos respectivos dispositivos que fazem parte desta política, tomando como foco o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e sob destaque o paralelo entre este desenvolvimento e a inserção da psicologia. Buscando assim elucidar as raízes do trabalho do psicólogo no CRAS, bem como as suas dificuldades no que se refere à transformação dialética das teorias psicológicas em práticas significativas. O objetivo do trabalho é identificar quais são estas dificuldades e de que modo as mesmas podem ser superadas e assim transformadas em instrumentos para o desenvolvimento de uma prática do psicólogo no CRAS fundamentada pela relação dialética entre as teorias e a ação em uma perspectiva contextualizada, estabelecendo uma reflexão acerca do modo como os profissionais têm realizado a interação entre os conteúdos teóricos e suas práticas no cotidiano de um espaço tão diversificado e que assim demanda um preparo multidirecionado do profissional da Psicologia. Para fundamentação teórica deste artigo, analisamos o assunto em livros e artigos científicos publicados a partir dos anos 1980 e após 2004, marco da implantação da Assistência Social enquanto política pública e inserção dos psicólogos neste campo de atuação. Tal análise desenvolveu-se mediante a ampliação e compreensão do processo de transformações que todo este contexto vem passando desde a inserção do psicólogo na área social até a necessidade de conformação e os impactos que estas mudanças trouxeram nos diversos contextos da Psicologia, que tornou-se uma ciência para além dos muros das instituições de saúde mental e da clínica. As transformações observadas no trabalho do psicólogo no CRAS surgem como resposta a uma nova ordem social que imprime na sociedade características únicas. No contexto de vulnerabilidade estas se expressam por meio da violência, negação dos direitos sociais, etc. e demandaram a criação de dispositivos que tem como foco possibilitar aos sujeitos, muitas vezes privados de seus direitos sociais básicos, o acesso a cidadania e a oportunidade de superar estas situações. Assim identificamos que embora as dificuldades da prática sejam semelhantes em contextos diversos e a perspectiva sócio-histórica embasa a visão de mundo e entendimento de uma Psicologia engajada e compromissada com mudanças sociais, faltam respostas quanto ao que é semelhante em termos de atuação e práticas no CRAS, ou seja, práticas concretas nesse espaço. Desta forma conclui-se que as divergências no trabalho do psicólogo no CRAS levam a observação das principais dificuldades e as mesmas giram entorno da necessidade de uma transformação dialética das teorias psicológicas em práticas verdadeiramente contextualizadas e relevantes, que tem o papel não somente de nortear as práticas dos outros profissionais que adentrem neste campo de atuação, mas também de re-significar e intensificar o compromisso social da Psicologia, afim de que a atuação da profissão nos dispositivos da Assistência Social assumam uma nova dinâmica com relação à perspectiva de trabalho e a consolidação do mesmo.

Atendimento a comunidade frente às relações do assédio moral na cidade de Florianópolis.

Alessandra Ferreira da Silva, Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis - CESUSC, Joana Soares Cugnier, Universidade Federal de Santa Catarina, Priscila Gasperin Pellegrini, Universidade Federal de Santa Catarina, Priscila Stahlschmidt Moura, Universidade Federal de Santa Catarina, Suzana da Rosa Tolfo, Universidade Federal de Santa Catarina

Ao identificar o assédio moral no trabalho como desencadeador de sofrimento psicológico em muitos sujeitos, percebeu-se a importância de informar, instruir e buscar alternativas de enfrentamento à esta violência nas relações de trabalho, mais especificamente em uma instituição pública de ensino. Com o objetivo de tornar as relações de trabalho mais humanizadas e satisfatórias aos indivíduos, avaliou-se a necessidade de escuta e acolhimento para sujeitos que se sentem assediados moralmente em seus espaços de trabalho, na cidade de Florianópolis. A atuação e contribuição do psicólogo mediante este trabalho, apresenta as relações de políticas públicas e sociais como uma forma de minimizar seus sofrimentos, marcando os aspectos ideológicos do sujeito, pois, o sujeito é produto de uma construção sociohistórica. Há um agravamento do assédio moral ao longo do tempo, em que se apresenta séries de violências, sendo por palavras, atos, gestos etc., fazendo o sujeito duvidar de si e da sua autoestima. Para tal, divulgou-se a formação de um grupo de atendimento psicológico voltado para pessoas que sofrem humilhações frequentes no trabalho, conduzido por Psicólogos e alunos de Graduação em Psicologia. As atividades do grupo estão relacionadas à escuta, conversas, compartilhamento de experiências, esclarecimentos e [des/re]construção de estratégias de enfrentamento para formação de consciência crítica frente às relações de trabalho, propiciando autonomia individual e coletiva, orientada por preceitos eticamente humanos. Foram realizadas cinco entrevistas e verificou-se como os atos e comportamentos negativos predominantes nos ambientes de trabalho, de forma geral influenciam e interferem na sua vida biopsicossocial. Logo, o grupo é um espaço potencializador para busca de novos olhares sobre seus enfrentamentos, a constituição dos sujeitos assediados perante uma comunidade na área organizacional, o contexto em que cada sujeito está inserido e seu processo de significação. Considera-se que o atendimento aos assediados moralmente no trabalho, especialmente na modalidade de grupo, permite o compartilhamento das situações de sofrimento e a identificação de que não se trata de um merecimento individual, mas de abuso de ações morais e/ou recusa de diferença, visando uma melhoria na qualidade de vida destes sujeitos. Além disso, permite a apropriação de suporte para o enfrentamento desta violência cotidiana que é o assédio moral.

Atuação de psicólogos em favelas na cidade do Rio de Janeiro

Mariana Alves Gonçalves, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho pretende discutir a atuação da Psicologia em favelas na cidade do Rio de Janeiro tendo em vista pesquisa já realizada sobre as produções textuais da Psicologia Social Comunitária (PSC) no Brasil. É possível constatar um momento de profusão da inserção social da Psicologia nos mais diferentes setores e espaços: direitos humanos, pobreza, violência, favelas, ONGs, políticas públicas, etc. Com isso, o psicólogo adota o papel de um trabalhador social e as atuações psi espalham-

se pelo socius. O que atualmente chamamos de PSC surgiu eminentemente de práticas realizadas em espaços de periferia, favelas, comunidades, quando isso ainda era uma novidade para a disciplina. É a partir desse movimento que surgem propostas de intervenção atentas a esses novos objetivos: deselitizar a psicologia, aproximar-se da realidade concreta da população e afastar-se dos lugares tradicionais de trabalho. No início da trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil o que havia era uma tentativa de aproximação de alguns setores da população, antes negligenciados pela psicologia, a fim de realizar algum tipo de intervenção, mesmo sem referenciais teóricos e objetivos bem definidos. A tarefa de dar uma forma ao que foi produzido tem sido fruto de um esforço identitário da PSC. Dessa forma, torna-se mais fácil distinguir quem pertence ou não a ela, quem está autorizado a falar e a responder suas questões, quais são, afinal, as suas práticas, orientações e métodos. Em pesquisa anterior vimos que a Psicologia comunitária tem atuado junto a sujeitos sociais concretos nas áreas de saúde, saneamento e urbanização das comunidades carentes. As intervenções têm sido realizadas com associação de moradores, grupo de mulheres, grupo de jovens, grupo de idosos, centros de cultura, lazer, etc, caracterizando-se, portanto, como um trabalho realizado junto aos movimentos sociais com vistas ao cooperativismo e à autonomia das comunidades. Quando falamos então da Psicologia favelada, estamos tratando daquela psicologia que se produz em um determinado espaço social. A ideia é abordar a relação da Psicologia com determinando território, buscando identificar o que se produz em termos de atividade profissional naquele espaço. Nesse debate, é fundamental refletir sobre as inserções sociais da psicologia na cidade, bem como sua relação com o meio urbano. Trata-se de pensar uma Psicologia que se desloca, que circula, que pretende se exercer "fora das quatro paredes". É importante ressaltar que esse deslocamento dos profissionais para novos espaços de atuação não necessariamente os desvinculou das práticas tradicionais, já instituídas nos campos consagrados de atuação da psicologia. Mas é nesse contexto mesmo que se insere essa proposta de investigação – analisar o que é feito como prática profissional em lugares que denominamos favelas. A pretensão da pesquisa se resume em um mapeamento, seguindo os caminhos percorridos pela Psicologia ao se inserir nesses territórios.

Conceito de Cultura a partir de Agentes Culturais: Implicações para a Psicologia

Joao Pedro Cé, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Yasmine Mazzoni Jalmusny, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

O termo cultura surgiu enquanto conceito através da antropologia no final do século XIX, levantando questões sobre a subjetividade dos grupos e as formas de vida em diferentes contextos. Sua institucionalização permitiu que a cultura fosse considerada como um direito básico, assim como a saúde e a educação e portanto deveria ser considerado como digno de uma política como política pública em meados do século XX. O trabalho em políticas públicas pode ter diversos tensionamentos e ao pensarmos em suas ações, diretrizes e planos devemos considerar não só os projetos de estado ou governo (suas ideologias e interesses), mas como os indivíduos organizam cotidianamente os projetos vinculados a estas políticas. Tratando-se de políticas culturais, este tensionamento é mais delicado devido aos formatos de execução da verba pública, que fomentam os mais

diversos projetos e conseqüentemente ideologias. Desta forma, confrontar ou simplesmente constatar quais são os conceitos chave nos trabalhos das diferentes políticas públicas permite entender que tipo de atividades, tensionamentos e organizações cada indivíduo realiza para efetivar seu trabalho e assim entender por onde a política em questão desdobra-se, se ela acompanha as diretrizes propostas pelos governos ou se sofre modificações no cotidiano dos diferentes atores nela envolvidos. Este trabalho propõe-se a discutir as noções de cultura de trabalhadores de um ponto de cultura da cidade de porto alegre e sua relação no trabalho com as políticas de cultura, através de entrevistas abertas, gravadas e transcritas para análise. A heterogeneidade das respostas pode ser pensada a partir das histórias de vida que são compostas por diferentes formações cujas facetas são acadêmicas, políticas ou simplesmente cotidianas, transmitidas pela oralidade. Os trabalhadores relataram que suas concepções de cultura levam-nos a realizar um trabalho com caráter político, permitindo que as pessoas envolvidas em suas oficinas e apresentações também possam manipular este conceito, tornando-o popular, comum a todos. Contudo, suas atividades estão sempre vinculadas ao plano artístico, identificado como um escopo onde as simbologias são alteradas, memórias são concebidas e realidades ressignificadas. A discussão do conceito de cultura é central para a psicologia, principalmente quando pensada em seu nível comunitário, pois as diferentes vias pelas quais os conceitos conduzem os indivíduos e suas relações revelam por onde suas identidades são construídas e como estas identificações criam pertencimento à territórios e constroem por fim comunidades.

Da proteção à libertação: Um estudo sobre o significado da dança para jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade social.

Normanda Araujo de Moraes, Universidade de Fortaleza, Sarah Carmeli Gonçalves Queiroga, Universidade de Fortaleza

A realidade social em que o jovem brasileiro de baixa renda se insere apresenta-se de modo preocupante quando os resultados dos índices apontam para uma baixa qualidade no ensino escolar, inserção precoce no emprego formal ou informal, a natureza e as condições de trabalho precárias, a baixa remuneração e o alto número de homicídios que assola essa população. A dança se apresenta nesse contexto como prática de manifestação artística, social, cultural, corporal, estética e libertária atuando como possível fator de proteção aos jovens inseridos em contextos de vulnerabilidade social. Este resumo tem por objetivo compreender os significados da dança para jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade social, investigando o impacto que a participação em um grupo de dança pode gerar nas vidas dos mesmos. Para isso buscou-se especificamente descrever a percepção dos jovens acerca da sua vida antes e depois da participação no grupo de dança; e identificar fatores de risco e proteção presentes nos contextos de vida desses jovens. Participaram 04 jovens entre 17 e 28 anos moradores de bairros da cidade de Fortaleza, reconhecidos pelos seus baixos indicadores de desenvolvimento humano, bem como altos índices de criminalidade. Utilizou-se o método de abordagem qualitativa exploratória com entrevista semiestruturada e observação participante. As entrevistas tiveram como base de análise a proposta de Análise de Conteúdo, com o levantamento de categorias a posteriori.

Verificou-se a prevalência de fatores de riscos associados à convivência próxima com o tráfico, briga de gangues, homicídios, preconceitos e experiências de abandono e abuso sexual. A inserção no grupo de dança e a família apareceram como fatores de proteção. A análise das entrevistas evidenciou que a dança os proporcionou o sentimento de pertença a um grupo, identificação e criação de laços, crescimento e amadurecimento pessoal e afetivo, impactando em maior autoestima, autoconfiança e sociabilidade, além do desenvolvimento de criticidade. Proporcionou a emergência de um sujeito com maior consciência de si mesmo e de sua realidade, fazendo-se, assim, protagonista de sua história. Esse trabalho busca narrar uma experiência, na qual se vislumbra possibilidades de atuação do psicólogo comunitário com jovens mal assistidos em seus direitos básicos. Tal perspectiva de atuação é coerente a trabalhos que têm como foco a promoção de resiliência e conscientização dos participantes. Além disso, reitera-se a importância da imersão no contexto sócio-cultural dos jovens e a compreensão de como as típicas expressões culturais juvenis contemporâneas (a dança, por exemplo) dialogam com suas vivências pessoais nos diversos contextos que caracterizam nossa sociedade como desigual e provedora de injustiças sociais.

Empoderando o grupo de trabalho para o enfrentamento da violência doméstica contra crianças.

Cristiane dos Santos Schleiniger, Fides Desenvolvimento Pessoal e Social, Lise Mari Nitsche Ortiz, Cesuca

Nesse trabalho apresentamos uma experiência de intervenção psicossocial em uma instituição da assistência social situada em uma comunidade da cidade de Alvorada, pertencente a região metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A instituição atende crianças no turno inverso ao da Escola e, quando tinha 5 meses de atuação na comunidade local, percebeu, através de condutas e relatos, que as crianças sofriam violência doméstica. Para tanto, buscou profissionais da psicologia para orientar o manejo dessas situações de forma qualificada. Apresentamos, assim, o processo de intervenção que durou 12 meses e cujo objetivo foi fortalecer, capacitar e instrumentalizar toda a equipe de trabalho da instituição para o enfrentamento do fenômeno da violência, confrontando e superando a violência existente em si próprio/a. As metodologias utilizadas foram Análise Institucional, Ciclo de Aprendizagem Vivencial e Seminários de Estudo. A intervenção psicossocial possibilitou aprendizagens teóricas e técnicas à equipe e mudanças nas dimensões individuais e sociais do grupo de trabalho. O grupo identificou os inúmeros casos de crianças que sofrem violência doméstica, diferenciando-as entre negligência, violência psicológica, física ou sexual; construiu o perfil das 35 (trinta e cinco) famílias atendidas e definiu o papel de cada profissional no enfrentamento do fenômeno da violência apresentado pelas crianças. Houve um movimento do grupo em se autoanalisar, tanto a violência presentes em si próprio/a e na sua família, quanto analisar o próprio trabalho, a relação com as crianças e a relação com os colegas de trabalho, produzindo mudanças nos pensamentos, sentimentos e ações dos participantes. Perceberam que cada um/uma, com sua postura e forma de agir, influenciam diretamente no desenvolvimento das crianças atendidas e no enfrentamento das situações de violência trazidas pelas mesmas. O grupo validou a importância do trabalho da instituição naquela comunidade, entendendo que através da afetividade, de um

ambiente saudável e digno as crianças terão a garantia de um desenvolvimento saudável e harmonioso. Também a equipe de trabalho sentiu maior união, sintonia e comprometimento com a causa. Acreditamos que a violência está presente em cada ser humano e para combatê-la é preciso também se confrontar e superar a própria violência. Por isso, entendemos que o relato dessa experiência pode contribuir para a construção da Psicologia Comunitária, pois diante da demanda da instituição, enquanto psicólogas, buscamos o empoderamento do grupo de trabalho para atuar numa demanda que está presente no seu cotidiano, construindo subsídios em e no grupo.

Implantação do serviço de saúde mental da Município de Balneário Rincão/SC: Uma proposta de desinstitucionalização na atenção básica em saúde

Dipaula Minotto da Silva, Prefeitura Municipal de Bal. Rincão

O Município de Balneário Rincão se localiza no sul de Santa Catarina, com uma extensão de 13 km de orla marítima e 6 lagoas. É um município emancipado há cerca de 1 ano, e com população de 12 mil habitantes (IBGE), porém chegando a 150 mil no período de veraneio. Até 2013 os moradores eram atendidos nos serviços de saúde mental do Município Mãe, Içara, sendo que a partir de 2014 passa a contar com o Ambulatório de Saúde Mental em Balneário Rincão. O ambulatório é formado por psicóloga, psiquiatra e assistente social, que juntamente com a secretaria de saúde passa a desenhar estratégias de atendimento dos usuários dos serviços de saúde mental, buscando inseri-los nos ambientes diversos da rede de atenção básica em saúde e outros aparatos comunitários. O objetivo é promover a desinstitucionalização e estimular o exercício da cidadania num formato aberto e comunitário, de atenção e cuidados em saúde mental. Neste sentido o ambulatório de saúde mental, utiliza como ponto de partida para suas ações, as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental / Álcool e outras Drogas e a Lei 10.216/2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, e redireciona o modelo de atenção, onde devem ter o melhor atendimento em saúde, de acordo com suas necessidades, visando alcançar a reabilitação pela inserção na família e na comunidade. Para tanto, os espaços utilizados para atendimentos desta demanda são as ESF (Estratégias de Saúde da Família), Academia da Saúde, Centros Comunitários e outros espaços que possam ser utilizados. Nas ESF são realizados os acolhimentos e atendimentos da assistência social, psicologia e psiquiatria, e as equipes das ESF são incluídas no processo de cuidar dos usuários portadores de transtornos mentais, fazendo o acompanhamento em loco sempre que necessário. Na academia da saúde e centros comunitários acontecem os Grupos terapêuticos. Percebe-se que o trabalho realizado junto as ESF enriquece o diagnóstico psicossocial, estreita os vínculos necessários para o cuidado dos usuários com transtornos mentais, e auxilia no processo de inclusão social destes sujeitos com história de segregação social. Além promove visíveis mudanças do olhar e lidar com o dito "louco". Espera-se, contudo, estimular uma mudança de paradigma, vendo que esta se dá nas relações cotidianas das comunidades, no local onde a vida acontece. O Ambulatório de Saúde Mental poderá refletir juntos as equipes de ESF seu papel fundamental na construção de uma cultura antimanicomial.

Interface entre o atendimento de acolhida no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e o Plantão Psicológico.

Anna Karynne da Silva Melo, Universidade Federal do Ceará, Georgia Silva Romcy, Universidade Estadual do Ceará

No contexto atual, o campo da assistência social se consolida enquanto política pública de proteção social, garantindo direitos aos cidadãos e condições dignas de vivência para a sociedade. Dentre seus serviços ofertados, temos o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, que atende famílias e indivíduos em situações de violação de direitos. Um dos tipos de atendimento realizados nesse centro é o de acolhida, que tem por objetivo identificar as demandas apresentadas pelas famílias e/ou indivíduo, avaliando se são específicas de violação de direitos e encaminhando-as. No campo da psicologia, temos o plantão psicológico, como uma das modalidades de atendimento. Trata-se de um acolhimento das pessoas que buscam ajuda através da escuta de suas experiências vividas. O plantão psicológico tem um caráter emergencial, não havendo a necessidade de um agendamento prévio. O presente trabalho tem por objetivo apresentar interfaces entre os atendimentos de acolhida no CREAS e o plantão psicológico. Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre os temas: plantão psicológico e a assistência social no Brasil. A acolhida como atividade do CREAS possibilita o norteamento das primeiras ações do técnico com as famílias e/ou indivíduos que buscam o serviço, bem como permite a construção de vínculos, que fortalece o atendimento, na busca da superação da violação de direitos, quando essa de fato existir. No plantão psicológico, o atendimento depende muito da atitude do plantonista diante da pessoa que lhe pede ajuda. O que será trabalhado no plantão será o que emerge naquele momento. A atuação do psicólogo nesse tipo de atendimento baseia-se em acolher e escutar o outro, acreditando nas capacidades de crescimento e desenvolvimento do ser humano. A acolhida e o plantão psicológico configuram-se em ações com começo, meio e fim, no qual o profissional irá apresentar o serviço, acolher a família e/ou indivíduo, trabalhar as demandas emergentes no momento do atendimento e realizar os devidos encaminhamentos. Entendemos essa ser uma das interfaces entre acolhida e plantão psicológico. Dessa forma, consideramos que o modo de condução do atendimento do plantão psicológico pode contribuir para a forma como ocorre a acolhida no CREAS, principalmente, a partir do momento em que este último for pensado como atendimento de escuta do sofrimento do outro, sem que isto qualifique o atendimento como psicoterapia, mas se atentando para a os direcionamentos apontados pelo usuário, que podem abranger os mais diversos âmbitos, sejam eles pessoais, políticos, sociais, culturais. E compreendendo que no CREAS se fundamenta numa lente da psicologia social.

Intervenção em praça pública, culturas em xeque

Manoela Maria Valerio, Universidade Federal Fluminense, Tiago Cassoli, Universidade Federal de Goiás

O presente trabalho é fruto de prática profissional elaborada a partir de pesquisa-intervenção realizada pela ONG CIRCUS - Circuito de Interação de Redes Sociais, fundada no ano de 2001 na cidade de Assis/SP. Tal organização, composta no período especialmente por estudantes de Psicologia, psicólogos recém formados

e alguns docentes que visavam, fundamentados em leituras na área de psicologia social, atuar diretamente em projetos sociais e culturais nas comunidades do oeste paulista, mais especificamente no Vale do Paranapanema, região que faz divisa com o Estado do Paraná, localidades fortemente afetadas pela agroindústria da cana de açúcar, sendo a segunda região mais pobre do Estado paulista. O grupo realizou, dentre outros trabalhos, o projeto de intervenção sócio cultural, Cinecirco, durante os anos de 2004 a 2008 em pequenas cidades com os menores índices de desenvolvimento humano do Estado com o objetivo de promover uma intervenção cultural nas comunidades fortemente afetadas pela agroindústria canavieira, localidades que não dispunham de espaços ou atrações culturais. O trabalho estava configurado em dois momentos; uma exibição em telão de cinema, de um longa metragem nacional e logo em seguida a apresentação de um espetáculo de circo de variedades, este último composto com de malabarismos, contorcionismo, acrobacia, pirofagia, entradas e reprises de palhaços, todos apresentados pelos mestres de cerimônia. Aconteceu em praças públicas, ao ar livre. A equipe do projeto foi formada pelos integrantes da Circus, em sua maioria psicólogos, artistas circenses, e técnicos e para circular recebeu o financiamento da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e patrocínio de empresas privadas, além do apoio das prefeituras municipais das localidades por onde passou. Vale salientar, todavia, que a circulação de trabalhos sócio culturais, assim como a distribuição de investimentos públicos e privados na área cultural está ainda bastante concentrada, especialmente na capital, São Paulo. O projeto configurou-se como uma pesquisa-intervenção, metodologia elaborada pelo sociólogo e educador francês René Lourau, que objetiva subverter, desestabilizar a oposição tradicional que distingue o pensar e o fazer, entre aqueles que estão na labuta do corpo e aqueles considerados intelectuais. Ou seja, as velhas oposições teoria x prática e os correlatos outros dessa oposição, sujeito x objeto, estariam então submetidos a um foco crítico dos institucionalistas. Por esta via, o projeto Cinecirco, além do foco cultural, visava a proposição de um mapeamento sócio cultural das cidades do Vale do Paranapanema. Como efeito, posteriormente, outros trabalhos vieram a ser realizados, desde oficinas culturais, pesquisas acadêmicas ou trabalhos relacionados à assessoria para formação de cooperativas de geração de renda, em especial, na área de coleta de materiais recicláveis.

Intervenção Psicológica e Psicopedagógica em Cooperativas de Reciclagem: Realidade e Desafios.

Daiana Schwengber Cerato, Unilasalle Canoas RS, Julio Cesar Walz, UNILASALLE - Canoas - RS, Patricia Silva de Deus, Unilasalle

No cenário social do mundo do trabalho, destaca-se o cooperativismo como uma forma de acolhimento e alternativa de geração de renda para pessoas que por algum motivo estão fora do mercado de trabalho formal. O homem por ser um ser social apresenta necessidade de ajuda mútua como uma condição de vida desde o princípio da civilização. A cooperação entre pessoas permite que cada um possa desenvolver-se, tendo resultados no crescimento do próprio grupo social. Nesse sentido, os homens criam instituições como forma de alcançar objetivos coletivos e individuais, desta forma o grupo pode contribuir não somente para o crescimento econômico do sujeito, mas também como uma forma de

crescimento pessoal. Aqui veremos como a Incubadora de Empreendimentos Solidários, do Centro Universitário La Salle, Canoas/RS, assessoradas pelas áreas da Psicologia e Psicopedagogia, pode exercer um papel de fortalecimento e crescimento em cooperativas formadas por catadores de lixo reciclável. Sabe-se que o catador antes de formar seu grupo de trabalho desenvolve suas tarefas de forma individual, e que, após a sua inserção em uma cooperativa, modifica seu modo de vida, podendo ter dificuldades nas relações de grupo e as suas próprias relações internas. A intervenção psicológica e psicopedagógica têm como objetivo principal atuar como facilitador no fortalecimento dos vínculos grupais, na articulação dos problemas apresentados, na organização da nova rotina, tentando de forma grupal, ajudar o sujeito na sua individualidade e na sua coletividade através do cooperativismo. A metodologia de trabalho abordada parte de observação e construção de um diagnóstico cuidadoso da instituição e do perfil do grupo de cooperados. Após esta etapa, os profissionais planejam as intervenções sempre partindo das observações e das necessidades de cada grupo (atualmente três grupos). As oficinas de intervenções psicológicas e psicopedagógicas auxiliaram na ressignificação das relações de aprendizagem com o espaço onde o sujeito pôde ser inserido, desenvolvendo atividades de resgate aos conceitos de insucesso alicerçados as suas vivências, aos aspectos culturais, ideológicos e sociais de aprendizagem. A psicologia se relaciona com o tema do encontro por ter este desafio de se inserir neste campo do cooperativismo e da economia solidária atuando como um facilitador no fortalecimento dos vínculos e na articulação dos processos grupais inseridos neste cenário social, tentando ajudar o sujeito em situação de vulnerabilidade social na sua individualidade e subjetividade.

O diálogo da Psicologia Comunitária com o CRAS: o comprometimento social como foco

Giliane Cordeiro Gomes, Universidade de Pernambuco, Maria do Socorro Lima, Universidade de Pernambuco, Maria do Socorro Lima, Universidade de Pernambuco

Introdução: A presente pesquisa confronta os pontos em comum da Psicologia Comunitária com o CRAS no intuito de compreender os diálogos teóricos e as metodologias entre as práticas comprometidas com a vivência existente na sociedade brasileira. Nas últimas décadas nascem no Brasil novas propostas para a atuação do profissional de psicologia, com isto surge o conceito de Compromisso Social da Psicologia Comunitária que apresenta um modelo de trabalho comprometido com a realidade social do país que liga a psicologia às políticas públicas. Para Gonçalves (2010) o olhar do psicólogo é capaz de compreender aspectos subjetivos que são constituídos no processo social e ao mesmo tempo busca possibilidades para que tais políticas efetivamente garantam Direitos Humanos. Hoje a presença dos psicólogos nas políticas públicas é uma realidade e o conhecimento produzido nesta área reflete o compromisso que a categoria vem construindo em defesa dos direitos sociais. **Objetivo:** Compreender a forma como se dá a prática da psicologia comunitária no âmbito do CRAS. **Metodologia:** Esta pesquisa foi desenvolvida qualitativamente através de uma revisão teórica no qual foram utilizados livros e artigos que tivessem a Psicologia Comunitária como foco. Para a realização do recorte histórico proposto foi necessário tomar

publicações realizadas desde 1981 até 2013. Os critérios de inclusão eram pesquisas no âmbito da Psicologia Comunitária e esta abordagem teórica em contexto de CRAS. Os critérios de exclusão foram temas não relacionados com as palavras chave ou que não tivesse sua metodologia de pesquisa bem esclarecida. Resultado: Não com apelos à trabalhos de caridade voltados para os mais desfavorecidos, de modo que eles fiquem em uma posição de meros receptores dos benefícios e serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a atuação do CRAS busca ofertar possibilidades de mudança das condições vividas cotidianamente pela população, através de um trabalho de conscientização crítica, facilitando que o grupo/comunidade construa as alternativas de ação. Segundo Hernandez e Lasmar (2010) a Psicologia Comunitária vê o homem em sua totalidade histórica, em movimento e protagonista da sua história particular e coletiva, construindo relações cotidianas que contribuam para uma vida mais digna e humana. Sendo assim, o psicólogo comunitário no CRAS atua como uma espécie de analista facilitador para a construção do mundo psicossocial dos sujeitos e dos grupos sociais. Conclusão: O CRAS é um campo onde o psicólogo atua como psicólogo comunitário articulando um plano de trabalho em conjunto com uma equipe interdisciplinar destinado à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminação etária, ética, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (CREPOP, 2007, p.22). Portanto, o trabalho do psicólogo no CRAS trata de uma das várias formas de atuação em que o profissional pode contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento dos vínculos psicossociais dos sujeitos.

O papel do Conselho Tutelar e sua interface com a Psicologia: depoimentos de conselheiros e os desafios da prática

Mayara Sousa de Macena, Faculdade Ages, Suzana Almeida Araújo, Faculdade Ages

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de monografia que teve como objetivo investigar as dificuldades enfrentadas pelos conselheiros tutelares em sua prática e como estes avaliam a participação da Psicologia neste cenário. São colocadas em análise as práticas da equipe do Conselho Tutelar (CT), as dificuldades encontradas na execução do trabalho dos conselheiros, principais demandas apresentadas, bem como a necessidade de recursos e do suporte de outros profissionais para efetivação de suas competências. O trabalho do Conselho Tutelar está voltado principalmente para o atendimento de crianças e adolescente que tiveram seus direitos violados. A partir disso, foram colhidos depoimentos dos conselheiros acerca da sua prática profissional, dos desafios que vivenciam e das demandas que devem suprir, buscando averiguar suas concepções acerca da inclusão da Psicologia neste contexto. A Psicologia é uma área de conhecimento que busca compreender o sujeito enquanto inserido num contexto sócio-político mais amplo, contexto esse que delinea modos de vida e que fornece o substrato para a construção da subjetividade; sua atuação está voltada para a detecção de demandas e análise dos problemas sociais, formulação de estratégias de intervenção psicossocial com vistas a transformar a realidade vivida e promover a emancipação dos sujeitos. Nesse ínterim, entende-se que pode ser uma ferramenta útil para atuar de forma interdisciplinar com outras áreas

do saber que atuam em intervenção social, em especial, com o Conselho Tutelar. Amparados pelo quefazer da Psicologia Social Comunitária, pode-se pensar uma atuação envolvida diretamente no campo da vulnerabilidade social, propiciando uma leitura diferenciada da realidade e construindo modalidades de intervenção voltadas para a transformação social. Realizou-se, assim, uma pesquisa qualitativa, tendo como informantes cinco conselheiros tutelares de uma cidade do interior Bahia. Como instrumento para levantamento dos dados foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado. Entre os resultados, as maiores dificuldades relatadas se referem ao fato de muitas vezes não saberem como lidar com as famílias e com os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Identificou-se ainda que a falta de recursos materiais e humanos faz com que o atendimento do Conselho Tutelar não cumpra com suas metas, ocasionando a não resolução de casos. Seus relatos apontam ainda para uma compreensão difusa quanto a real função do Conselho Tutelar, que por vezes assume o lugar de controle e de agente punitivo. Todos os conselheiros destacaram pontos positivos acerca da atuação conjunta do órgão com a Psicologia, visto considerarem que o psicólogo possui a formação necessária para atuar frente aos casos que eles atendem, podendo auxiliá-los na análise da realidade e no planejamento de intervenções que de fato aparem os sujeitos em condições vulneráveis.

O potencial da psicologia como forma de combate ao estigma e à discriminação sofridos pelo público LGBT

Denise Zakabi, Universidade de São Paulo

A população LGBT, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, é historicamente estigmatizada e discriminada pela sociedade. Segundo dados do poder público federal, em 2012, foram registradas 3.084 denúncias relacionadas à população LGBT. Neste trabalho, será relatada a experiência da autora como psicóloga de um serviço de referência LGBT em Fortaleza, mantido com recursos públicos, conquistados através da pressão de movimentos sociais LGBT. Neste serviço, além do serviço psicológico, era oferecido serviço social e jurídico. Espera-se com este trabalho contribuir para reflexão sobre como psicólogos podem contribuir para promover os direitos humanos, através do fortalecimento de sujeitos para superarem o estigma e a discriminação. Foram realizados atendimentos psicossociais, através da clínica individual, de visitas domiciliares e institucionais. As visitas eram realizadas em conjunto com uma assistente social. A clínica individual era realizada embasada no Psicodrama, de Moreno. Os atendimentos eram realizados principalmente na modalidade de terapia breve. Quando acompanhamentos não disponíveis no serviço eram necessários, por exemplo, de terapia ocupacional e psiquiatria, eram realizados encaminhamentos para a rede de serviços do município – CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, principalmente para casos que demandam atendimento psiquiátrico; casas de apoio; CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; UBS – Unidades básicas de saúde; hospitais; e também para ONG – organizações não-governamentais. As principais demandas foram casos de discriminação sofridos dentro do ambiente familiar. Também foram atendidos casos de discriminação sofridos na vizinhança, dentro do ambiente profissional e escolar. Destacou-se também a demanda pelo reconhecimento e legitimidade da identidade e da orientação sexual, por parte de um “especialista”, especialmente nos casos internalizados, ou seja, quando o

próprio sujeito apresentava dificuldade de entrar em contato consigo mesmo para se conhecer, por não aceitar sua orientação e sua identidade sexual. Nesses casos, mostraram-se importantes o não julgamento, a valorização de sua identidade e a reflexão sobre a discriminação exercida pela sociedade. Por exemplo, a desconstrução da ideia de que a orientação sexual é patológica. O psicodrama se mostrou importante para refletir sobre a dificuldade de os sujeitos, pelo estigma e discriminação sofridos, tinham dificuldade para conseguirem exercer sua espontaneidade e criatividade. Também para lidar com situações de violência: refletir sobre os papéis de violador e violado, conseguir se colocar no lugar do outro e sobre possibilidades de responder a essas situações. Foram importantes para acompanhamento dos casos: o atendimento interdisciplinar e as reuniões de equipe; disponibilidade de transporte para visitas domiciliares e institucionais para acompanhamento de referência e contrarreferência.

As necessidades identificadas nos atendimentos psicossociais descritos poderiam orientar ações para diversas áreas da sociedade, de forma a promover um acolhimento das necessidades específicas da população LGBT, principalmente o reconhecimento e a legitimidade de sua identidade de gênero e de sua orientação sexual, por exemplo, em serviços de saúde, escolares e ambientes profissionais.

Destacou-se a mobilização social para a criação de políticas públicas e serviços específicos voltados para combater o estigma e a discriminação contra o público LGBT.

Os sentidos do trabalho social comunitário em uma perspectiva dos profissionais que atuam nas políticas públicas de inclusão social..

Jacy Corrêa Curado, Universidade Federal da Grande Dourados

O objetivo geral da pesquisa foi compreender os sentidos atribuídos ao trabalho social comunitário, na perspectiva de profissionais que atuam nas políticas públicas de inclusão social, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Desenvolvida na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, o delineamento metodológico pautou-se por princípios qualitativos em pesquisa, orientados pela abordagem teórico-metodológica de práticas discursivas e produção de sentidos, e por pressupostos do construcionismo social. Articulou-se, ainda, diálogo com teorias sobre trabalho social. Considerando a perspectiva construcionista e a abordagem teórico-metodológica de produção de sentidos, optou-se por usar a oficina como instrumento de coleta de dados, que foi adaptada às necessidades desta pesquisa, por entender que seja a mais adequada aos objetivos estabelecidos. Nessa opção, considera-se, também, a larga experiência da pesquisadora na utilização desse instrumento em seu trabalho educativo, relacionado com a questão de gênero e o "empoderamento" das mulheres. Foram realizadas quatro oficinas sobre os "Sentidos do Trabalho Social Comunitário", com 37 integrantes do Programa de Inclusão Social, buscando-se: 1) associação de palavras com o termo "social"; 2) relatos de vivências no trabalho; 3) discussão sobre os sentidos do trabalho social comunitário e estratégias de "empoderamento". A análise discursiva, com destaque para os repertórios lingüísticos, resultou na sistematização de cinco "sentidos-eixo". Os três primeiros sintetizam sentidos atribuídos pelos participantes: trabalho social como ajuda, trabalho social como promotor de direitos e transformação social, e trabalho social como mercado profissional e gestão social. O quarto

sentido, trabalho social como estratégia político-eleitoral e assistencialista, resulta das diferentes vozes sociais, trazidas pelos participantes. Finalmente, como sentidos transversais a esse campo, foram identificados o afeto como instrumento de trabalho, o desapego financeiro e a não profissionalização, que foram analisados em uma perspectiva de gênero. Ao detectarmos esses sentidos, compreendemos que o trabalho social possui todos os ingredientes necessários para enfrentar o individualismo, a competição desumana e a violência de uma sociedade capitalista, pois carrega valores éticos e morais de solidariedade, de respeito humano e de justiça social, seja nas suas formas ancestrais de ajuda ao próximo de cunho religioso, seja nas estratégias de transformação social e luta pelos direitos humanos, seja nos valores presentes nas novas formas de gestão social. Dentre os aspectos que favorecem o “empoderamento” do trabalho social, destacam-se as relações familiares e a equipe de trabalho. Por outro lado, os baixos salários e a falta de infra-estrutura têm impacto negativo na valorização e contribuem para a invisibilidade do trabalho social. Com a difusão dos resultados, espera-se gerar subsídios para elaborar políticas públicas transformadoras na área do trabalho social comunitário e construir novas agendas para os movimentos sociais, principalmente os de mulheres.

Psicologia Comunitária e processos grupais: contribuições para o desenvolvimento comunitário.

Antonia Lucivânia Azevedo Chaves, Faculdade Luciano Feijão, Kelly Paula da Ponte, Faculdade Luciano Feijão - FLF, Maria Cléa Matos Lopes, Faculdade Luciano Feijão

A Psicologia Comunitária caracteriza-se como uma área da Psicologia Social da Libertação que tem como intuito a conscientização dos moradores enquanto sujeitos históricos e comunitários, a partir de um empenho interdisciplinar em direção à organização e ao desenvolvimento dos grupos e da comunidade (GÓIS, 2005). Nessa perspectiva, parte-se de uma visão de mundo e de homem que priorize o pressuposto marxista de que o sujeito não apenas reage à realidade material/objetiva, mas é um ser ativo diante da mesma (MONTEIRO, 2004). O psicólogo assume o papel de mediador na construção de saberes, práticas e seres atuantes na sociedade. Identifica as demandas sociais e lança mão de suas estratégias de intervenção, a fim de facilitar o diálogo com a comunidade. Na Psicologia Comunitária, há um olhar lançado sobre a interação indivíduo e comunidade, priorizando a análise dos grupos nas comunidades e instituições sociais. Silvia Lane (1984) e Martin-Baró (1989) compactuam com a idéia de grupo enquanto processo que se desenvolve em espiral, superando a linearidade das compreensões tradicionais. Enquanto processo, o grupo manifesta-se como uma experiência histórica e multideterminada, como produto, produtor e reproduzidor das relações cotidianas, tanto no âmbito das vivências subjetivas, quanto da realidade objetiva, configurando-se, paradoxalmente, como condição de alienação e possibilidade básica necessária de emancipação do homem e das coletividades. Com isso, o presente escrito se propõe a discorrer a cerca do processo de facilitação de grupos como importante recurso de trabalho em psicologia comunitária, a partir de uma revisão bibliográfica acerca do modo como a atuação nessa perspectiva é apresentada por autores como Silvia Lane, Martin-Baró, Maritza Monteiro e Cezar Góis. A aproximação com o eixo da

profissão, dar-se na medida em que o aprofundamento em torno do processo grupal, no âmbito da Psicologia Comunitária, perpassa os desafios, limites e fazeres frente ao cenário contemporâneo. É no desvelamento das contradições inerentes aos processos grupais, que o psicólogo comunitário pode qualificar suas intervenções, a caminho do desenvolvimento do morador comunitário, mediante o desenvolvimento da comunidade, o que se repercute na consolidação e crescimento da psicologia enquanto ciência e profissão. A consideração, nos trabalhos em psicologia comunitária, da existência de aspectos sociopsicológicos e ideológicos que são compartilhados durante a facilitação de grupos populares, inscreve a relevância desta metodologia para a construção de caminhos que permitam o desenvolvimento do morador como sujeito comunitário capaz de transformar sua realidade local. Durante a condução de grupos comunitários, o psicólogo deve aliar conhecimentos sobre a condição de vida dos moradores, domínio teórico e técnico, abertura para a convivência, adoção de estratégias de problematização da realidade local, capacidade de análise das necessidades e potencialidades, e compromisso com a potencialização das virtudes locais. Nesse sentido, afirma-se a importância do grupo como ferramenta que permite o fortalecimento comunitário, a construção de redes comunitárias e o incentivo ao estabelecimento de estratégias de apoio social local.

Psicologia em equipe interdisciplinar de uma escola pública: relato da experiência no Colégio de Aplicação da UFRGS

Jaqueline Portella Giordani, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A ação de uma equipe interdisciplinar de acolhimento, atendimento e acompanhamento de alunos e suas famílias, inserida em uma escola pública, é consoante com a concepção de que uma educação de qualidade somente pode ser proporcionada pela premissa de que cada indivíduo seja tratado como um ser único, pertencente a um contexto social e familiar que condiciona formas diferentes de viver, pensar e aprender. Devem então ser desenvolvidos na escola espaços para se refletir sobre a realidade em que os educandos e suas famílias estão inseridos, ou seja, tudo o que possa contribuir para a situação de aprendizagem e comportamento em que se encontram e que apresentam; para tal, é mister a integração do serviço de especialistas em acompanhamento biopsicossocial para o desenvolvimento integral da comunidade educativa. A escola deve reconhecer a importância da família na constituição do sujeito, sem, no entanto, considerá-la como a única determinante dessa constituição. O trabalho junto às famílias deve questionar a atribuição das causas dos problemas de aprendizagem à dinâmica familiar; família e escola não podem ser vistas como momentos de oposição ou de disputa na educação dos alunos. São instituições diferentes e necessárias na constituição do sujeito, exigindo, pois, uma relação de apoio sem transferência de responsabilidades. O planejamento das ações para com os alunos deve prever a implicação das aprendizagens e das atividades propiciadas pela escola na realidade em que esta escola está alocada. O mais importante é que a escolarização tenha o potencial de inserção social; a escola então deve propiciar a inclusão social na medida em que contribui para garantia dos direitos sociais e políticos de seus usuários. O objetivo deste trabalho é o de relatar a experiência de atuação de uma psicóloga em uma equipe interdisciplinar, formada também por profissionais das áreas de serviço social, orientação

educacional, pedagogia, nutrição e fonoaudiologia em uma escola pública federal (Colégio de Aplicação -UFRGS) localizada no município de Porto Alegre/RS. A atuação tem se dado de forma interdisciplinar, com trabalho associado de todas estas especialidades. A associação de trabalho entre as diferentes áreas não é nem complementar, nem suplementar, desde que se compreende que uma ação somente será complementar ou suplementar ao realizar-se dentro do mesmo domínio. E o que suplementa acrescenta ao que já está completo, terminado, vai além do necessário e suficiente; estas são áreas paralelas, necessárias ao bom andamento de uma escola. Seus focos são diferenciados e as pessoas atendidas por cada um dos profissionais obtêm ganhos de cada especialidade. Estas áreas da ciência são, então, independentes, mas possibilitam um olhar transdisciplinar para a comunidade escolar. A Psicologia neste caso está inserida em um projeto educacional que vise coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social.

Reconstrução do tempo: tecendo experiências em um acampamento de IDP em Porto Príncipe (Haiti)

André Gonçalves Mellagi, Hospital Militar de Área De São Paulo

O Haiti é considerado o país mais pobre das Américas com um histórico de frágeis instituições políticas. Em 2004, após o golpe de Estado que retirou o presidente Jean Aristide do poder, a ONU formalizou a MINUSTAH (Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti) sob liderança militar do Brasil. Desde então, o Brasil contribui nessa missão de paz com suas forças armadas até hoje. Após o terremoto de 2010, a tragédia ceifou centenas de milhares de vidas e como consequência trouxe o agravamento de sua situação social. Após o terremoto diversos desabrigados tiveram que ser realocados em acampamentos após perderem suas casas. Muitos acampamentos de IDP (Internally Displaced Persons) estão espalhados na cidade de Porto Príncipe abrigando os refugiados em seu próprio país, que consistem em barracas improvisadas de lona em terrenos sem qualquer estrutura de saneamento básico. Quatro anos após o terremoto alguns acampamentos de IDP ainda permanecem, o que obriga às pessoas que vivem neles o prolongamento de todo sofrimento ao qual estão submetidas (vulnerabilidade em relação à violência e doenças, falta de trabalho, perda de familiares após o terremoto). Esta atividade surgiu da necessidade de uma intervenção do psicólogo do Batalhão Brasileiro para trabalhar, junto com os moradores de um IDP, a resolução de conflitos que estavam prejudicando a liderança comunitária e intensificando os problemas que vivem. Um plano de atuação foi desenvolvido pelo psicólogo e pelos integrantes da 3ª Companhia de Fuzileiros de Força de Paz do batalhão brasileiro. De março de 2014 foram feitas reuniões com o líder do acampamento de IDP de Parc Isidore e com alguns moradores no próprio acampamento, onde levantou-se as necessidades e as vulnerabilidades às quais os seus habitantes estavam sujeitos. Foi realizada então uma dinâmica com os moradores que quisessem participar com o objetivo de traçar a trajetória de suas vidas antes do terremoto, o momento que agora

viviam e perspectivas para o futuro. Essa reconstrução temporal visou aliar todos numa história em comum que sublinhasse o que tinham antes do terremoto, o que conviviam agora e quais esperanças para o futuro, buscando a coesão grupal. Cerca de 40 pessoas participaram da dinâmica, divididas em grupos nos quais eram distribuídas cartolinas e preenchidas com uma palavra ou desenho o antes (avan) o agora (kouneyan) e o depois (aveni). Um intérprete em creole haitiano transmitia as orientações do psicólogo e depois buscou-se traçar os aspectos em comum. Muitos salientaram a casa e o emprego que tinham antes, os membros familiares vivos antes do terremoto. O momento de agora intensifica o sofrimento e o futuro a esperança de recuperar a situação perdida antes da tragédia. Foi também realizada uma série de fotografias da dinâmica que depois foram aplicadas num painel e entregue aos moradores do acampamento. Muitos desafios permanecem enquanto a situação precária persistir. A 3ª Companhia de Fuzileiros intensificou o patrulhamento na área e buscou-se amparar a liderança com contatos de instituições que pudessem dar outros apoios à comunidade de Parc Isidore.

Reflexões sobre a inserção de estudantes de psicologia numa equipe interdisciplinar de um Programa de Extensão em Saúde Coletiva

Anderson Gomes Camêlo Pereira, Faculdades Nordeste Fanor, Carlos Eduardo Esmeraldo Filho, Faculdades Nordeste Fanor

Trata-se de um relato de experiência proporcionada pela atuação no Programa de Extensão em Saúde Coletiva Bons Vizinhos, vinculado à Faculdades Nordeste (FANOR), que realiza intervenções junto a uma comunidade de baixos recursos econômicos. O programa teve seu embrião em 2010, quando estudantes do curso de enfermagem começaram a se inserir na comunidade do Gengibre, localizada ao lado da faculdade, para realizar atividades referentes à disciplina "Processo de Trabalho em Saúde Coletiva". A partir de 2012, o Programa foi ampliado, incluindo estudantes e professores de outros cursos da área de saúde, tornando-se, então, um programa multidisciplinar. Atualmente fazem parte do programa os cursos de Psicologia, Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia. O objetivo aqui é discutir sobre a pertinência do programa de extensão na formação do psicólogo comunitário e refletir sobre a sua inserção em equipes multiprofissionais na atuação comunitária. Consideramos que essa discussão é adequada à proposta temática da Conferência, tendo em vista que traz à tona os desafios assumidos pelos estudantes de psicologia com interesse em atuar em comunidades, bem como os fazeres do psicólogo numa equipe multiprofissional. Na atuação da equipe de psicologia, tomamos como referência, dentre outros, a Psicologia da Libertação proposta por Martin-Baró e o Paradigma da Construção e Transformação Crítica (Maritza Montero). O programa busca contribuir com a formação dos estudantes, que tem a oportunidade de realizar intervenções comunitárias a partir de uma equipe interdisciplinar. Percebemos, ao longo do período em que a extensão experimentou o formato interdisciplinar, um papel diferenciado dos extensionistas de psicologia, que acabavam convidando os estudantes de outros cursos a refletirem e questionarem as suas práticas na comunidade. Assumiam, portanto, uma atitude crítica e auto-crítica diante das intervenções efetuadas e dos métodos utilizados, questionando, por exemplo, a

postura moralista de alguns facilitadores junto a um grupo de adolescentes. Numa reunião de planejamento, foi um estudante de psicologia que questionou se a comunidade realmente precisa do Programa de Extensão. O debate permitiu que o nosso trabalho na comunidade fosse problematizado, a fim de evitar propostas paternalistas e assistencialistas ainda presentes em projetos de políticas públicas, nas quais o psicólogo vem se inserindo cada vez mais. Foi possível, a partir daí sublinhar os objetivos de construção de processo de autonomia na comunidade. Além disso, o corpo a corpo realizado junto à comunidade e seus moradores tem possibilitado aos extensionistas desenvolverem conhecimentos, atitudes e habilidades necessários ao psicólogo comunitário. Dessa maneira, o Programa de Extensão evoluiu para o trabalho numa perspectiva de co-participação, tendo em vista que os estudantes, com a supervisão dos preceptores, estão em constante processo de familiarização com a comunidade, buscando conhecer não somente suas necessidades, mas também seus recursos e potenciais e, essencialmente, identificando pessoas com potenciais de lideranças a fim de incentivar sua participação ativa nas questões que afetam a comunidade.

Repensando a Análise do Vocacional: Os desafios de sua inserção em um projeto com jovens recém-saídos do tráfico de drogas

Lara Soutto Mayor Vieira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Renata do Carmo Chiquetto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, William Pereira Penna, Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente trabalho nasce a partir do projeto de extensão "Construindo um processo de escolhas mesmo quando 'escolher' não é um verbo disponível", do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este se caracteriza pela realização de grupos de Análise do Vocacional, que se propõem a colocar em análise constructos como vocação e escolha profissional, sendo a questão profissional utilizada como disparador para pensar os processos de escolha não só referentes à profissão, mas também a outros âmbitos da vida. Este ano, entretanto, deu-se início uma parceria entre este projeto de extensão e o Projeto Especial, desenvolvido pela ONG Luta Pela Paz, no Complexo da Maré, zona norte do Rio de Janeiro, cujo objetivo é apoiar a saída de jovens do tráfico de drogas por meio da educação formal e inserção no mercado de trabalho. A partir desta parceria, surgiu para nós a importância de delinear uma nova proposta metodológica para além da prática da Análise do Vocacional como vinha sendo realizada até então, uma vez que esta não mais se refere ao âmbito de pré-vestibulares comunitários e colégios de Ensino Médio. Nesse sentido, o trabalho propõe-se a refletir sobre estas práticas que nascem do encontro com um novo campo, no qual encontramos um processo diferente de grupo, não só em relação à periodicidade dos participantes em cada encontro, como também em relação a uma encomenda de uma intervenção terapêutica. Entendemos que isso pode se relacionar, entre outros fatores, à carga de afeto trazida no recontar das histórias de vida de cada participante do grupo, histórias estas intensamente marcadas por processos de criminalização que apontam para uma cristalização de suas subjetividades em torno da identidade do "bandido". Desse modo, as especificidades deste campo nos colocaram frente a questões como: será que é possível a realização de grupos de Análise do Vocacional quando a relação com a

questão profissional é diferente, isto é, não passa pela definição de uma carreira? Até que ponto podemos encontrar uma interseção entre a prática que estávamos acostumados a realizar na Análise do Vocacional e as demandas encontradas nesta nova inserção do projeto? Pensamos que esta nova prática profissional se configura como um espaço potente para a construção de outras maneiras de se pensar não só o tráfico de drogas, mas outros temas que atravessam a vida destes jovens e que podem ser problematizados como escolhas. Pensar na vida sob a égide das escolhas coloca em questão a existência de caminhos únicos e pré-definidos, uma vez que empodera sujeitos para os quais as vezes escolher não parece possível, em virtude dos processos de criminalização existentes na nossa sociedade. Nesse sentido, podemos repensar a Análise do Vocacional, nesse campo, como uma Análise das Escolhas, uma vez que parte não mais da escolha profissional, mas sim das escolhas como um todo, e assim potencializando a construção de um processo de escolhas “mesmo quando ‘escolher’ não é um verbo disponível”.

Saúde mental na atenção primária: impasses no território

Francyelly da Silva Felix, faculdade leão sampaio, Moema Alves Macedo, faculdade leao sampaio

Em 2007, com a criação dos núcleos de apoio a saúde da família, que visam ampliar o escopo das ações da Estratégia de Saúde da Família (ESF) através do apoio matricial ¹, a saúde mental passou a demandar cuidados prioritariamente na atenção primária. Diante disso, a adequação dos processos de trabalho e o uso de ferramentas facilitadoras promovem a efetivação do cuidado com ênfase nas especificidades da comunidade assistida. Realizar um levantamento de ferramentas utilizadas na atenção primária para o cuidado da saúde mental. trimestre de 2014, pelo método bibliográfico, nas bases de dados Scielo e livros de referência nessa temática. unitermos para busca: Saúde mental, atenção básica, e Técnicas de saúde mental. Dezesete artigos foram encontrados com os unitermos: Saúde mental, atenção básica e nenhum com: Técnicas de saúde mental, atenção básica. Tal fato apontam [1,2,3 e 4] que apesar da saúde mental ser incluída na atenção primária muitas dificuldades ainda são encontradas. Justificando que a falta de técnicas relaciona-se à má formação dos profissionais da saúde bem como, demanda diversificada e complexa. Contudo, projetos estão sendo desenvolvidos para um aumento de ferramentas de trabalho. Destacam-se: consultas conjuntas, discussões de casos clínicos, interconsultas, projeto de saúde do território e singular, educação em saúde, os quais podem resultar em ações de: sala de espera, roda de quarteirão, grupos terapêuticos, encontros de aprofundamento teóricos entre ESF e NASF, atendimentos domiciliares entre outros. A inclusão de atividades de educação permanente para formandos e profissionais favorece o empoderamento dos mesmos e consequente efetivação do cuidado em saúde mental na Atenção Primária, assim como o delineamento de novas práticas de saúde comunitária, esta potencializadora e promotora de saúde.

Tecendo a rede entre CRP-RJ/Subsede Baixada Fluminense, acadêmicos, psicólogos e comunidade.

Edimilson Duarte de Lima, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Flavia da Silva Sena, UNIABEU - Centro Universitário, Rogéria Ferreira Ramos Atouguia Thompson, UNIABEU

O presente estudo visa apresentar parte da pesquisa realizada por estudantes de graduação em Psicologia que são colaboradores do Conselho Regional de Psicologia CRP-RJ/Subsede Baixada Fluminense. Tal pesquisa é em parceria com o curso de Psicologia da UNIABEU no Município de Belford Roxo/RJ e possui como objetivo analisar e problematizar a política que envolve a categoria profissional de psicologia e suas possibilidades de atuação no mercado de trabalho. O CRP é o órgão regulador da profissão de psicologia, com a atribuição de organizar o regimento interno, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, zelar pela observância do código de ética, entre outras coisas. Preocupa-se com a categoria e as necessidades específicas de seus locais de trabalho. A Comissão identificou a necessidade de promover uma aproximação com os psicólogos da região abrangente devido a frequentes queixas sobre a prática profissional. Nesse intuito, criou-se o Espaço Cine Psi Baixada, evento mensal que apresenta filmes com temáticas ligadas à prática e ao saber psicológico, promovendo debates e Rodas de Conversas que contam com especialistas como incentivadores à participação do público. As apresentações são abertas a outros profissionais, estudantes e à comunidade que debatem temas psicossociais, estimulando inquietações, reflexões, discussões e as problematizações sobre o contexto público e os diversos saberes. É nesse espaço que se constitui a observação e escuta da pesquisa, como forma metodológica para atingir o objetivo do estudo. Trata-se de uma estratégia de abordagem e acesso aos relatos dos profissionais dentro do espaço de discussão no CRP. A análise de discurso é a ferramenta escolhida para compor a metodologia da pesquisa e favorecer a análise dos dados coletados a partir dos discursos dos profissionais. Tal discurso será analisado com o auxílio e supervisão da Comissão Gestora da Subsede e do supervisor do curso de psicologia. Inicialmente, observa-se que a articulação e a aproximação dos profissionais da Comissão Gestora do CRP/Subsede com a categoria e com os diversos profissionais da Baixada Fluminense tem desenvolvido ações políticas que fomentam diálogos valiosos com os profissionais e estudantes de psicologia da região, criando um espaço permanente de interlocução com a comunidade e possibilitando a todos os atores sociais considerar esses olhares diferenciados. Sendo assim, pretende-se enfatizar a importância do funcionamento dessa rede no sentido de promover conexões para cooperar, trocar, construir parcerias entre comunidades e instituições. Conclui-se que se faz necessário refinar o diálogo entre o que seria rede e sua importância para a construção da autonomia e da integralidade na convivência comunitária. A forma de operar em rede ajuda a visualizar os conflitos, as dificuldades e as complexidades da atuação profissional apresentada pelos psicólogos ao CRP. Nesse sentido, o presente estudo se relaciona com o tema da Conferência e com o Eixo pretendido, por expandir a potencialidade da rede social construída através da interlocução entre CRP/SSBF, acadêmicos, psicólogos e comunidade, organizando e criando novas configurações que fortaleçam a práxis na Psicologia Comunitária, viabilizando novas perspectivas e desafios para o mundo atual.

Título: Fotografias possibilidades de resistências por meio do registro histórico

André Luiz Freitas Dias, Programa Polos de Cidadania, Fabiana Lúcia Campos Baptista, Programa Polos de Cidadania, Lucas Furiati de oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais, Moara Teles Menacker Salgueiro, Universidade Federal de Minas Gerais

Este artigo apresenta a experiência do concurso de fotografia realizada em maio de 2013, denominado Nossa História e Nossa Memória: Não Tire Nada Além de Fotos. As fotografias participantes poderiam ser inscritas em três categorias, a saber: histórica, livre e passagens. O tema do concurso foi o cotidiano e a realidade percebida sobre as vilas, favelas e quilombos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte. Os participantes inscritos eram moradores da cidade, em especial os habitantes das localidades relacionadas ao tema, onde a divulgação foi mais intensa. O concurso contou a participação de aproximadamente cem pessoas que, inscreveram cerca de três mil fotografias, contemplando doze comunidades distintas. Essa ação foi executada em parceria com o Programa Polos de Cidadania, MUQUIFU (Museu de Quilombos e Favelas Urbanos) e moradores da cidade de Belo Horizonte em especial do Aglomerado Santa Lúcia. A iniciativa surgiu devido ao intenso processo de urbanização de vilas e favelas denominado, Vila Viva, executado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Atualmente, o Vila Viva está presente em mais de dez favelas da capital mineira. No Aglomerado Santa Lúcia, uma das favelas mais antigas da cidade, deste o anúncio da Política Pública em questão uma série de discussões, reuniões, debates, audiências públicas e intervenções foram realizadas. Assuntos diversos tais como: garantia do direito a moradia, sugestões e críticas, critérios para remoção e indenização, qualidade e funcionalidade das obras arquitetônicas, necessidades específicas dos moradores, direito à cidade, gentrificação, exclusão, adequação real das novas unidades habitacionais propostas, entre outras foram debatidos pelos moradores. Sendo assim, esta reflexão se propõe a trabalhar com as fotografias produzidas pelos participantes do concurso de fotografia apresentado. O material selecionado é entendido como um meio de expressão e manifestação dos participantes. Vários elementos subjetivos destas pessoas e por consequência desta comunidade estão impressos nestes registros por meio do olhar fotográfico, mesmo que este ato tenha sido executado de maneira intuitiva. Consideramos que a fotografia e o gesto de fotografar explicita a subjetividade do fotógrafo e revela seu olhar sobre uma determinada realidade. Um ponto de importante das análises são os elementos expressos pelas mulheres participante necessários e importantes para historicizar por meio da fotografia a vida, o cotidiano e a realidade deste grupo. Segundo, Spivak (em seus estudos sobre subalternidade, a autora afirma que grupos dominados, subjulgados, excluídos possuem dificuldades no registro de suas histórias e por isso, estão fadados a posição subalterna, logo que, não possuem direito ao passado e por consequência suas raiz culturais são sobrepostas por modelos dominantes de interpretação e leitura de mundo. Por fim, este pesquisa esta inserida em um trabalho mais amplo porém, possui uma relevância a partir do momento em que possibilita complexificar por meio das fotografias e de suas análises as questões relativas ao contexto social e simbólico no qual os moradores e a comunidade participam, dividem e estão inseridas. Este exercício pode potencializar qualitativamente a tentativa de historizar questões permitindo alguma forma de resistência a subalternidade imposta aos moradores de favela

A atuação conjunta do Centro de Referência em Direitos Humanos e Movimento Nacional da População de Rua no Rio Grande do Norte

Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A população em situação de rua é um fenômeno que descende, historicamente, dos processos de escravidão e massacre dos povos negros e indígenas, da desigualdade na concentração de terras e renda, e representa uma das expressões máximas do processo de exclusão econômica e político-cultural imposto ao povo brasileiro. Desde o período colonial, circulavam pelas ruas das cidades brasileiras os filhos ilegítimos de senhores e escravas, os ditos loucos, as prostitutas, os vendedores ambulantes, dentre outras figuras que ocupavam os espaços urbanos e o imaginário popular. Posteriormente, passaram a ocupar as ruas os escravos libertos, que conquistaram sua liberdade, mas não obtiveram nenhum direito social pelo Estado Brasileiro. Contemporaneamente, somam-se a este contingente populacional as pessoas que vivenciam o êxodo rural, saindo do sertão e buscando sem sucesso trabalho na capital, pessoas desempregadas ou com vínculos trabalhistas precários, com problemas de saúde e dependência química, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, dentre outras situações. A população em situação de rua sofre cotidianamente as piores e mais perversas violações de direitos humanos, desde o preconceito, à violência física, fome, à violência institucional e falta de acesso aos direitos sociais e políticas públicas, até os homicídios. A história de resistência do povo da rua teve capítulo importante no ano de 2004, após o massacre de moradores de rua da Praça da Sé, quando pessoas com vivências de rua de todo o país uniram-se e criaram o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que já está presente em doze estados brasileiros e conquistou avanços importantes, como a criação da Política Nacional da População em Situação de Rua em 2009 e conseqüente abertura de albergues municipais e Centros Pop. O Rio Grande do Norte é o estado onde o movimento é mais novo, tendo iniciado em 2012 a partir de contato da população de rua de Natal com lideranças nacionais do MNPR em evento promovido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/UFRN). Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é comentar brevemente o processo de formação política da população em situação de rua do Rio Grande do Norte a partir da criação do MNPR/RN, seus principais desafios e avanços, bem como o trabalho junto ao Movimento Nacional da População de Rua enquanto campo possível e potente de atuação da psicologia comunitária. Será relatado o processo de formação política da população de rua do RN, a partir das oficinas, seminários e audiências públicas voltadas para as demandas de tal população, construídas conjuntamente pelo CRDH/UFRN e o MNPR/RN. A população de rua do RN vem se organizando e ocupando espaços políticos importantes, como conselhos de saúde e habitação, participando de entrevistas e mesas de debate para contar aos universitários e a toda a sociedade a verdadeira história do povo das ruas, e sobretudo, pressionando gestores para a melhoria e potencialização dos serviços de que são usuários.

4.3

Eixo Profissão /
Eje Profesión/Axis Occupation

A comunidade e o processo de desinstitucionalização: contribuições da Psicologia Comunitária à Reforma Psiquiátrica Brasileira

Camila da Silva, Universidade Federal de Sao Joao del Rei, Marcos Vieira Silva,
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

É fato que o Brasil vem assistindo há mais de três décadas ao processo de reforma psiquiátrica, reforma esta que pressupõe mudanças estruturais no modelo de assistência aos cidadãos em sofrimento mental. Esses sujeitos foram condenados pela ciência e política pública à não existência e ao rapto asilar, nos quais, contidos, ficaram impossibilitados de possuírem qualquer vínculo com o meio social e comunitário. O rapto asilar foi realizado pelo Estado, através dos manicômios, considerados aqui como instituições totais, locais onde as pessoas isoladas pelos grandes muros eram condicionadas por outras pessoas que detinham o poder e o saber, sem ter a menor possibilidade de escolher sobre o seu modo de vida. Estas pessoas consideradas sem razão estavam à mercê do controle, do julgamento e dos planos de outros que diziam possuir a razão. É a partir desse contexto que o presente trabalho tem por finalidade discutir o conceito de comunidade e o processo de desinstitucionalização psiquiátrica, evidenciando as contribuições da psicologia comunitária para o processo em curso da reforma psiquiátrica brasileira. Esse trabalho é consequência da elaboração de questionamentos antigos dos autores, frente aos desafios encontrados na efetiva desinstitucionalização dos espaços psiquiátricos e sua transformação em locais nos quais os laços comunitários sejam priorizados. Trata-se de uma pesquisa em torno da temática, em que as leituras discorrem sobre a efetivação da desinstitucionalização da loucura e a reinserção comunitária que a Reforma Psiquiátrica Brasileira garantiria através desta. Desta maneira, o movimento da luta antimanicomial aduziu a necessidade de inserir novamente na comunidade pacientes antes internados em instituições asilares. No entanto, como foi o processo de desinstitucionalização aqui no Brasil? Os serviços de saúde mental têm sido de fato serviços comunitários? Nessa perspectiva, se esclarece que tal problemática deve ser questão fundamental para as discussões atuais em psicologia comunitária. Neste sentido, evidentemente, a desinstitucionalização não pode representar o “desamparo” aos cidadãos em sofrimento psíquico ou o mero envio dos pacientes “para fora” dos hospitais, sem que antes seja implantada uma infraestrutura para recebê-lo na comunidade, juntamente com a família. Assim, a comunidade assume o caráter de um espaço emancipador de cidadanias e sensível ao contexto social do qual está inserido e a psicologia social comunitária como campo científico comprometido com o povo e com as possibilidades de construção de uma cidadania emancipatória, especialmente voltada para os excluídos da cidadania. Se os serviços de saúde mental comunitária, os centros de reabilitação, os serviços “dia” se constituem realmente como alternativas ao modelo hospitalocêntrico, por que ainda há tanta insatisfação e inoperância na política pública de saúde mental brasileira? Se tanto se fala de inclusão e de respeito à diversidade, o que nos falta para conquistarmos uma inclusão psicossocial, ou seja uma possibilidade concreta do cidadão em sofrimento mental ser considerado socialmente, ser sujeito de direitos e não somente de deveres?

A Crise no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

Aline Gomes Martins, Universidade Federal de São João Del Rei

No campo da saúde mental, qualquer esquema para definir “crise” deve analisar a organização psiquiátrica existente em determinada época e momento histórico particular. Portanto, é problemática uma definição única de crise em saúde mental. Quando tentamos especificar a crise dentro do campo da saúde mental, encontramos diferentes conjecturas sobre a sua caracterização. Cada abordagem utiliza um critério para determinar se se trata ou não de uma crise mental. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal de Minas Gerais que objetiva averiguar a noção de crise dos profissionais da saúde de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Para tanto, foram realizadas observações e entrevistas com profissionais de um CAPS de uma cidade do interior de Minas Gerais. Para uma melhor compreensão sobre o tema, foi efetuado um levantamento bibliográfico exploratório a fim de investigar as noções de crise no transcorrer da história da saúde mental, desde as ideias defendidas pela psiquiatria clássica até os saberes difundidos pela reforma psiquiátrica. As entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas na íntegra, e analisadas a partir da análise de conteúdo. A análise das entrevistas permitiu levantar quatro hipóteses. Essas compreendem temas centrais e se configuraram em categorias de análise. Foram elas: Hierarquização do saber; Medicalização; Supervalorização do protocolo; Concepções de crise. Cada categoria expõe um tema conflituoso, os quais se entrelaçam e compõem os resultados dessa pesquisa. As entrevistas mostram que a maioria dos profissionais se encontram “perdidos” dentro do serviço, sem saber o que fazer e como agir. Tal situação pode ser explicada pela hegemonia do saber médico, que deixa pouco espaço para as demais áreas do conhecimento atuarem. Por mais que exista uma multiplicidade de saberes e de noções convivendo entre si, fica claro que predomina no CAPS uma noção de crise aos moldes da clínica médica. Como a crise é percebida, pela maioria dos profissionais, como um estado de agudez dos sintomas psiquiátricos, e o sujeito é avaliado a partir do seu comportamento, não se abre possibilidades para outros tratamentos que levem em consideração a subjetividade e toda a complexidade de relações sociais que a constitui e mantém. A pesquisa em questão enquadra-se no eixo “Movimentos Sociais”. Visa problematizar se ainda estamos enraizados em uma perspectiva psiquiátrica que percebe o sujeito como um ser patológico ou se o compreende a partir da sua subjetividade e relação com o mundo. A mudança de perspectiva sobre a loucura foi e ainda é uma das bandeiras dos movimentos pró reforma psiquiátrica, movimento esse que teve, sobretudo nos anos 70/80, grandes contribuições da psicologia comunitária brasileira. Para que um tratamento efetivo se construa, precisamos romper com a hegemonia de saberes e abrir as portas para múltiplas possibilidades de perceber e lidar com a crise, a depender da demanda do paciente. O que há de primordial no “cuidado” com a crise é a dimensão subjetiva. O trato com a mesma se constrói a partir da relação com o sujeito, com a sua história de vida, familiar, profissional e emocional.

4.3

Eixo Profissão /
Eje Profesión/Axis Occupation

A luta das Ialorixás contra o preconceito e a intolerância religiosa nas comunidades dos terreiros de camdomblé

Claudio de São Thiago Cavas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria Inacia D'Avila Neto, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução: Os primeiros terreiros de candomblé na Bahia foram fundados por mulheres negras. A África “imaginada” foi aqui recriada através deste mundo mítico-religioso, tendo as mulheres negras e suas descendentes, grande importância neste processo. Na figura das mães-de-santo elas representavam uma resistência à opressão branca. Estas mulheres tiveram um papel fundamental na reorganização destes grupos, na reconfiguração das antigas relações de domínio colonial, resgatando a memória ancestral africana, rituais, danças, língua e histórias sagradas e assim contribuindo para a formação de uma identidade afro-brasileira. Os terreiros tornaram-se espaços de reagrupamento destas comunidades diaspóricas. No discurso colonial os cultos de matriz negra são hierarquizados como religiões menores fruto das produções discursivas hegemônicas que pela suas representações inferiorizantes, que segundo Fanon (1952), causam fortes impactos no psiquismo do colonizado. Este autor questiona porque só a branquura, simbolicamente, corresponde à justiça, verdade e pureza quando então o negro não é visto como humano, sofrendo uma exclusão social e simbólica, uma vez que esta experiência do (Eu) humano depende do reconhecimento do outro que jamais virá. As desigualdades advindas do período colonial perduram até os dias de hoje, como apontam os indicadores sócio-econômicos dos órgãos oficiais de pesquisa. PAIXÃO e CARVANO (2008), no relatório de desigualdades raciais do Brasil, revela que no de 2006, entre aqueles que se encontravam em situação de pobreza absoluta, 29,6% eram brancos e 69,8% eram negros e pardos. Abaixo da Linha de Pobreza naquele ano estavam 21,6% dos brancos e 43,6% de afro-descendentes mesmo considerando que entre os beneficiários dos programas governamentais como a bolsa família 67,6% eram de negros e pardos. Este trabalho tem como objetivo relatar pesquisa realizada em comunidades de terreiros de camdomblé, focando a resistência e a luta pelo reconhecimento das mães-de-santo na perspectiva dos estudos pós-coloniais e culturais, Metodologia: Participaram dessa pesquisa as mães-de-santo mais idosas e com mais tempo de iniciação do Rio de Janeiro, cujos terreiros são oriundos da Bahia. Foram realizadas entrevistas acompanhadas de observações nos terreiros. Conclusão: A análise de dados da pesquisa revelou que as mães-de-santo não são sujeitos passivos da História. Através de negociações com outras tradições afirmam suas identidades de gênero, raça e religião, lutando por uma maior visibilidade e reconhecimento. As Ialorixás não esqueceram as desqualificações impostas ao culto pela tradição ocidental cristã, que são perpassadas pelo racismo, quando então os terreiros tornam-se espaços de reconhecimento e arenas de luta. Valorizam a ancestralidade e a linhagem dos terreiros, apresentando grande auto-estima e a subjetividade valorizada, formando uma grande família onde se mesclam o parentesco consanguíneo e ritual, marcas de sua identidade cultural. As mães-de-santo não se restringem mais aos espaços sagrados e ampliam suas lutas para outros segmentos da sociedade. As comunidades por elas chefiadas desestabilizam o discurso hegemônico quando transformam e pluralizam suas práticas criando novas identidades híbridas.

A participação no Congresso Nacional do MST: Reflexões e aprendizados

Aleth da Graça Amorim Romero, Universidade Federal do Mato Grosso, Mirian Toshiko Sewo, Universidade Federal do Mato Grosso

No Brasil, articulam-se diversos movimentos sociais que se engajam na luta por uma nova sociedade, pautando-se em valores comuns passam a defender um grupo de pessoas que se encontram em situação desigual (econômica, política, religiosa, entre outras). Dentre os movimentos sociais nacionais destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se caracteriza, contínua e permanente, na luta pela reforma agrária, pela terra e por uma sociedade mais justa e fraterna, sendo assim, uma referência no cenário brasileiro e internacional. Como parte de seu processo de organização, a cada 5 anos, realizam um Congresso Nacional, que culmina em discussões, debates, assembleias, místicas, depoimentos e ato político em torno da reforma agrária popular e sua conjuntura. Também definem táticas de lutas para o decorrer do ano e discutem os desafios para a construção de uma nova sociedade. O objetivo desse trabalho é relatar a participação da/o estudante de psicologia no VI Congresso Nacional do MST, as suas percepções a respeito das contribuições para a sua formação enquanto estudante com afinidade com a Psicologia Social Comunitária e os impactos na sua práxis. O Congresso do MST aconteceu de 09/02 a 14/02/2014, com a participação de 15 mil pessoas que ficaram acampadas em Brasília-DF, de forma muito organizada e disciplinada. Sua programação continha formações e discussões em torno das bandeiras de lutas: reforma agrária, cultura, combate a violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, diversidade étnica, sistema político e soberania nacional e popular. Além disso, havia espaços festivos e expositivos em que se primou mostrar a riqueza cultural de cada Estado brasileiro. Em suma, o congresso é um espaço para o balanço e reflexão do que já foi feito, discussão de pontos cruciais ao movimento e um encontro que possibilita uma síntese de uma luta muito maior. Assim, em uma semana o MST foi capaz de propiciar uma vivência intensa e a aquisição de conhecimentos em torno das lutas sociais envolvendo crianças, adolescentes, adultos e idosos de ambos os sexos de forma muito participativa. Através da observação participante a estudante conheceu mais as bandeiras de luta do movimento, procurou sanar suas dúvidas e foi estimulada a uma participação ativa não apenas nos espaços de formação política como também em tarefas para o funcionamento e manutenção do congresso, destacando a importância da disciplina militante. A participação no congresso também possibilitou a apreensão da amplitude e importância de um movimento como o MST, sentir-se atuante e, principalmente, facilitou uma conscientização política em uma dimensão de luta muito maior que ultrapassa os espaços acadêmicos, proporcionando uma compreensão que muitas vezes não está acessível apenas por este. Possibilitou também, como estudante afim da Psicologia Social Comunitária, compreender que o MST não é objeto de pesquisa, mas espaço de aprendizado e campo de atuação de profissionais comprometidos com as mudanças sociais.

A percepção sobre o papel do psicólogo em ações na comunidade - Delineando práticas possíveis

Juliana Cristina Viecheneski, Conselho Regional de Psicologia Paraná

Este trabalho busca ampliar os estudos sobre as possibilidades de atuação do profissional de psicologia como articulador de ações em comunidades. Sua construção se baseia na inserção do profissional de Psicologia neste contexto, promovendo um trabalho de mapeamento, levantamento de demandas na região de atuação e posterior análise da percepção dos participantes/ usuários do projeto com relação ao papel do psicólogo na comunidade. O projeto, chamado "Sou Eu" acontece em uma cidade da região Centro – Sul do estado do Paraná e atende atualmente o segmento idoso. Esta pesquisa justifica-se quando se considera a atual legislação que preconiza uma atuação interdisciplinar capaz de contemplar ações na Atenção Primária, no mesmo momento em que nos deparamos com a ascensão de novos campos de intervenção psicológica, possibilitando que a psicologia esteja ao alcance de todos e no espaço onde "a vida acontece". Isso rompe com a elitização dos atendimentos estritamente clínicos e favorece o desenvolvimento de novas práticas com base nas premissas da Psicologia Social Comunitária. Os objetivos desta pesquisa versam sobre a avaliação desse programa de intervenção com idosos em uma comunidade, com interesse em se compreender a constituição das demandas e a percepção do papel do psicólogo neste contexto sob a perspectiva dos participantes, articulando e descrevendo uma experiência pioneira de inserção de atuações da Psicologia em trabalho comunitário na região. Foi realizada para obtenção dos dados, uma pesquisa exploratória qualitativa, na qual a metodologia utilizada foi a entrevista semiestruturada seguida de análise de conteúdo para a apreciação das informações alcançadas. (Uwe Flick e Laurence Bardin). Em suma, a presente pesquisa pode ressaltar que, os sujeitos devem ser compreendidos com o foco em suas relações, considerando que são constituídos mediante elas, exigindo sempre uma dialética constante entre o individual e o coletivo. Isso leva também a população à compreensão de que a comunidade é um espaço/temporal riquíssimo para o aporte constitutivo de práticas em psicologia voltadas ao bem estar, qualidade de vida e saúde global das pessoas, pois, possibilitando a entrada da psicologia na comunidade, é possível aproximar-se das classes populares e promover conscientização quanto sua própria identidade psicossocial. Concluindo, a psicologia social ao qualificar-se comunitária, hoje, explícita o objetivo de colaborar com a criação de espaços relacionais, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos. Esses espaços comunitários se alimentam de fontes que lançam outras comunidades e buscam na interlocução da fronteira o sentido mais profundo da dignidade humana. Enfim ela delimita seu campo de competência na luta contra a exclusão de qualquer espécie e no empoderamento social, possibilitando aos indivíduos que compõe o eixo comunitário "voz e vez".

A Psicologia Comunitária na Formação de Redes no Terceiro Setor

Cristiane dos Santos Schleiniger, Fides Desenvolvimento Pessoal e Social, Lise Mari Nitsche Ortiz, Cesuca

Nesse trabalho apresentamos os resultados de uma pesquisa que buscou compreender como se estabeleceu a formação de uma Rede entre colaboradores de 10 organizações do terceiro setor. Nossa concepção de Rede é uma união de pessoas e instituições em uma ação conjunta para enfrentar demandas sociais e fazer a transformação social. A partir da análise documental dos registros de uma experiência que aconteceu no estado do Rio Grande do Sul e que durou dois anos, identificamos, descrevemos e analisamos os procedimentos e as estratégias utilizados na formação da Rede, a partir do referencial teórico do paradigma da complexidade de Edgar Morin. Nos resultados, identificamos a necessidade e descrevemos a importância do psicólogo comunitário no processo de formação de redes, enquanto mediador do processo grupal e do desenvolvimento da autonomia do grupo na sua autogestão. Considerando o caráter dialógico do trabalho, a pesquisa mostrou a necessidade de compreender a formação de redes a partir de um olhar transdisciplinar (com o atravessamento de diferentes disciplinas). Nesse sentido, o trabalho de mediar e desenvolver o grupo torna-se mais rico quando o psicólogo atua em parceria de outro profissional, já que essa troca garante pontos de vista distintos sobre o fenômeno e, com isso, intervenções e ações eficazes, além de aprendizagens entre eles. Utilizar o paradigma da complexidade para compreender a formação de Redes também se faz essencial, já que a aceitação e valorização da contradição e da incerteza presentes no fenômeno possibilita o rompimento da lógica linear, fazendo com a Rede não necessariamente busque acordos ou consensos, e sim acolha que múltiplas ações concomitantes sejam realizadas em prol de um mesmo objetivo. Por fim, os resultados ainda mostram estratégias de intervenção a serem utilizadas pelo psicólogo comunitário e que contribuem para a formação e desenvolvimento da Rede, apontando inclusive para o não uso de metodologias prontas, já que estas não consideram o momento e as vivências do grupo. Entendemos que o relato dessa experiência pode contribuir para a construção da Psicologia Comunitária por esse tipo de intervenção de formação de redes de organizações do terceiro setor ser geradora de desenvolvimento social e de contribuir com o desenvolvimento dos indivíduos que dela fazem parte, além de unir organizações em uma ação cooperativa para o enfrentamento de demandas sociais.

A qualidade das experiências de participação numa organização escutista: uma abordagem metodológica mista..

Isabel Menezes, Universidade de Porto, Mariana Martins Rodrigues, Universidade de Porto, Pedro Daniel Ferreira, Universidade de Porto

A possibilidade das organizações da sociedade civil constituírem efectivamente contextos de aprendizagem e vivência democrática, reflexibilidade política e governação, depende quer dos seus mecanismos institucionais específicos quer da sua configuração institucional mais ampla, da qual fazem parte (Boje, 2008). Ou seja, diferentes tipos de organizações demonstram ter diferentes impactos nos comportamentos de participação cívica e política (Quintelier, 2008) e nas atitudes políticas dos seus membros (Huckfeldt et al., 2004). Não descurando as

evidências empíricas da relevância individual e social da participação (Sullivan & Transue, 1999), nomeadamente ao nível do desenvolvimento sócio-político dos jovens (Watts & Flanagan, 2007), é preciso ter presente que a participação não é um fenómeno positivo em si mesmo (De Piccoli et al., 2002), contrariando uma concepção simplista das consequências das diferentes experiências de participação (Azevedo, 2009).

Beaumont (2011) argumenta que a aprendizagem sócio-política resulta de experiências de participação em comunidades politicamente activas, da aquisição de competências para a acção política, do envolvimento no discurso político e da inclusão em contextos colaborativos e pluralistas. Ferreira, Azevedo e Menezes (2011) demonstram que a qualidade desenvolvimental das experiências de participação tem um impacto significativo nas atitudes políticas, nomeadamente revelando que as experiências com relevância pessoal e em contextos reais que criam oportunidades efectivas de acção e reflexão política propiciam a complexificação das compreensões e atitudes cívicas e políticas. Em Portugal, o movimento escutista católico, o Corpo Nacional de Escutas (CNE), é a organização voluntária mais representativa em termos de afiliação, contabilizando mais de 71000 membros em 2012. Embora Palhares (2009) descreva “a atribuição de responsabilidades no seio da patrulha, o espírito de colaboração e de cooperação que emergia nos jogos, nas actividades e nos vários cenários de interacção escutista”, enquanto estratégias educativas orientadas para “a consecução de objectivos comuns e partilhados”, constituindo, portanto, “valiosos contributos para a realização da aprendizagem dos sentidos da democracia e da experiência da cidadania democrática” (s/p), não existem até ao momento análises efectivas da qualidade das experiências de participação nesta organização ou das suas consequências para o desenvolvimento sócio-político dos escuteiros(as). Nesta comunicação apresentaremos resultados da análise da qualidade das experiências de participação no CNE, através de uma abordagem metodológica mista. No estudo quantitativo, foi administrado de um questionário junto de 961 jovens escuteiros(as) (14-22 anos), provenientes de uma amostra aleatória e representativa dos agrupamentos nacionais. No estudo qualitativo, quatro jovens (14-22 anos) foram envolvidos(as) na escrita de diários de bordo onde registaram experiências e reflexões no âmbito das actividades escutistas. Em geral, a combinação entre os dados quantitativos e qualitativos permite um conhecimento mais profundo da qualidade das experiências de participação na organização escutista. No estudo quantitativo, os(as) jovens afirmam um forte envolvimento com a organização e revelam elevada qualidade das suas experiências de participação no que concerne as dimensões de acção e reflexão. Os dados qualitativos permitem analisar as percepções e experiências pessoais dos(as) jovens escuteiros(as) sobre as oportunidades de envolvimento activo em diferentes acções relevantes e da frequência de oportunidades de partilha e confronto de opiniões, num ambiente colaborativo e reflexivo.

Análise dos discursos de usuários do twitter frente a temática de adolescentes em conflito com a lei.

Izabel Regina Campelo de Lima, Universidade Potiguar, Kamila Renata Silva do Nascimento, Universidade Potiguar, Tatiana Minchoni, Universidade Potiguar

Os fenômenos violentos crescem a cada dia em nosso cotidiano e a juventude vem recebendo uma grande responsabilização pelos atos de violência ocorridos. Observamos diariamente em reportagens televisivas, jornais impressos, e na internet, casos que envolvam adolescentes que cometeram algum ato infracional, em sua maioria acompanhados de uma pessoa que responde penalmente por seus atos e/ou crimes, contudo, o foco dessas reportagens se destina apenas aos adolescentes, gerando uma indignação por parte dos telespectadores que clamam por punição, morte, encarceramento e redução da maior idade penal. Diante deste cenário, nota-se que a mídia contribui significativamente para a associação juventude/violência produzindo várias concepções nos consumidores dos seus produtos midiáticos, fomentando nestes a vontade de explanar suas opiniões. Muitos utilizam-se das redes sociais para exibir suas visões sobre variados temas, tendo ciência disso, o presente estudo dará enfoque a mídia virtual, twitter. O twitter é uma rede social na qual os usuários podem expressar suas opiniões por meio de textos que são exibidos, em tempo real, para outros usuários que estão adicionados a essa rede. Isso facilita a comunicação entre várias pessoas que se utilizam dessa ferramenta para expressar suas opiniões sobre diversos assuntos, dentre estes: adolescentes que cometem atos infracionais. Tendo isso em vista, objetivamos investigar as concepções dos usuários da mídia social virtual twitter sobre os adolescentes que cometem atos infracionais, mais especificamente, identificar e caracterizar como os usuários associam adolescentes autores de atos infracionais ao fenômeno da violência em geral; investigar a repercussão de retwitadas sobre os adolescentes que cometem ato infracional; e investigar se os direitos dos adolescentes que cometem atos infracionais são violados nesse tipo de mídia. O método consiste em uma pesquisa documental a partir de palavras chaves como por exemplo: menor, infrator, bandido mirim, adolescentes infratores, buscando o discurso dos usuários do twitter acerca da temática de adolescentes em conflito com a lei. Para análise do corpus da pesquisa, utilizaremos a análise de conteúdo temática como ferramenta. Por estar em fase introdutória, ainda não há resultados a serem apresentados. Entretanto, com essa pesquisa, almejamos contribuir para uma reflexão acerca da imagem criada pela mídia sobre os adolescentes que cometeram atos infracionais e como essa imagem é disseminada na rede social virtual twitter. No que se refere as contribuições desta pesquisa para o âmbito acadêmico da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (CIPC), abordaremos questões relevantes a serem apresentadas neste espaço de reflexões teóricas, além disso, discutiremos questões que permeiam a Psicologia Comunitária, Direitos Humanos e proteção da infância e adolescência, sendo assim, o presente estudo se relaciona ao eixo escolhido, pois pactua com os conteúdos que serão debatidos nesse espaço, dessa forma, almejamos trazer efetivas colaborações as discussões presentes nesta conferência.

Assistência ao adolescente em situação de rua: entre políticas públicas e projetos normativos

Eliana de Oliveira Teixeira, Université de Nantes

Introdução. Graças às contribuições da Teologia da Libertação, que se exprime através da Pastoral do Menor, e das ações da Pedagogia da Presença, juntamente com a adoção do Estatuto da Criança e do Adolescente, foram abandonadas estratégias de intervenção que visavam o controle social, em prol de estratégias voltadas para a inserção social dos jovens. Tendo em comum a luta contra a exclusão, os novos projetos sociais apresentam porém diferentes representações das populações atendidas, o que leva à intervenções específicas. Assim, os programas de assistência e apoio aos adolescentes e crianças em situação de rua podem dar mais ou menos enfoque aos aspectos assistenciais, caritativos, preventivos, corretivos, normativos, além de priorizar ou não a busca de conscientização. **Objetivo:** Dentro deste contexto este estudo tem como objetivo geral contribuir para o entendimento das diferentes perspectivas adotadas pelos projetos sociais e seus efeitos sobre o grupo atendido. Através deste entendimento queremos potencializar o trabalho dos psicólogos comunitários que atuam no Terceiro Setor junto às populações infantis desfavorecidas. Como objetivo específico, nos interessamos pelos projetos que desenvolvem um atendimento normativo, ou seja, que procuram aliviar o sofrimento dos jovens, que buscam desenvolver sua escolaridade e sua profissionalização, sem contudo fazê-los participar ativamente do processo em que estão envolvidos. Consideramos ainda projetos normativos aqueles que implicitamente procuram obter uma modificação da identidade social, e ignoram os aspectos culturais da vida do jovem atendido. Queremos entender o impacto destes projetos sobre a capacidade de manter o jovem na casa de passagem/abrigo convencendo-o à sair das ruas. **Metodologia:** Nossa pesquisa foi realizada em uma casa de passagem, ligada à uma instituição católica, voltada para adolescentes do sexo masculino. Escolhendo como metodologia o estudo de caso, empregamos as seguintes técnicas de análise: observação participante, entrevistas semi-estruturadas com vinte adolescentes, entrevistas semi-estruturadas com os quatro responsáveis pela instituição. **Resultados:** Nossos resultados indicam a existência de duas categorias de adolescentes. Na primeira, adolescentes mais jovens - entre treze e quinze anos de idade - apresentam uma imagem positiva da rua e formas de socialização igualmente favoráveis. Eles tendem a assumir uma identidade coletiva, o que favorece sua permanência na rua e o abandono da casa de passagem. Na segunda, adolescentes mais velhos entre dezesseis e dezessete anos - apresentam uma imagem negativa da rua, pois percebem que sua presença no espaço público não possui legitimidade, e têm consciência de sua estigmatização. No primeiro grupo, a totalidade de adolescentes abandonou, durante o primeiro mês, a casa de passagem; no segundo grupo este nível de abandono foi inferior à 50%. Adolescentes mais jovens apresentam dificuldades de adaptação à um mundo que consideram estranho, enquanto adolescentes mais velhos experimentam as mesmas dificuldades, mas sentem-se sem escolha, ameaçados pela vida nas ruas. **Conclusão:** O psicólogo comunitário além de ajudar o processo de emancipação dos indivíduos, deve sempre ter como prioridade o trabalho junto às instituições. Os grupos atendidos precisam ter suas experiências de vida valorizadas e o reconhecimento de suas identidades socioculturais, além de participar ativamente de seu processo de inclusão.

Autogestão do trabalho e da produção em uma fábrica recuperada brasileira

Egeu Gomez Esteves, Universidade Federal do Rio Grande - FURG

O conjunto das diferentes formas de iniciativa econômica coletiva dos trabalhadores foi nomeado, no Brasil do fim da década de 1990, como Economia Solidária. Inicialmente dispersos, os trabalhadores destes Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, como foram denominados, buscaram referências e apoio em outros empreendimentos do mesmo tipo, o que levou à sua reunião e articulação, facilitada e consolidada por meio de fóruns e entidades de representação, agências de fomento e redes de cooperação, que surgiram concomitantemente.

Embora os EES sejam legalmente constituídos como cooperativas, associações ou microempresas, a organização destas novas entidades de representação, em especial do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, revela que houve não apenas uma recusa às organizações tradicionais (do cooperativismo, associativismo, empreendedorismo familiar ou das microempresas), mas sobretudo a intenção dos trabalhadores dos EES de reconhecer e fortalecer uma nova identidade social, apoiada no termo Economia Solidária.

Em outras palavras, pode-se dizer que os trabalhadores organizados em seus empreendimentos e representações etc., constituíram um inédito-viável –a Economia Solidária– que reafirmou aos próprios trabalhadores sua capacidade de assumir o controle, a iniciativa e a gestão dos meios de produção, de distribuição e de financiamento, ou seja, de todas as atividades necessárias a um sistema econômico.

A conquista do “controle operário” nestas experiências abriu aos trabalhadores a possibilidade histórica de inventar e experimentar diversas formas de organização do trabalho, da produção, e do governo de tais fábricas. Desta experimentação puderam emergir novos e antigos métodos de organização (e suas combinações). Nos ateremos aqui a tais trabalhadores, que ousaram permanecer nas instalações dos antigos patrões, resistir para manter a fábrica sob o controle deles, produzir e vender para recuperar a capacidade fabril e comercial, registrar legalmente a nova situação (como cooperativa industrial) e, muito mais importante, governar tudo isto sob o regime da autogestão.

Estes trabalhadores recuperaram da falência uma indústria metalúrgica constituindo uma cooperativa industrial autogerida. Sua forma peculiar de coordenar as atividades produtivas e comerciais acarretou em aumento da produtividade, da participação e da satisfação dos trabalhadores. Teriam eles desenvolvido uma forma própria de autogestão do trabalho e da produção?

Reportaremos aqui um estudo de caso que combinou períodos de convivência com os cooperados, durante suas atividades de trabalho, com a realização de entrevistas semiestruturadas. A investigação revelou um cotidiano de trabalho marcado por liberdade e por preocupação.

Verificamos que, apoiados na liberdade, os cooperados andam pela fábrica, conversam durante o trabalho e intervêm no processo de produção. A liberdade, portanto, acarreta em mobilidade, flexibilidade, aprendizagem, comunicação e aprimoramento dos processos. De outro lado, enquanto se ocupam da produção,

os cooperados também se preocupam com a viabilidade da cooperativa. A preocupação gera responsabilidade, vigilância recíproca e conflitos entre os cooperados. Juntas, liberdade e preocupação permitiram aumento combinado entre produtividade, participação dos trabalhadores e sensação de satisfação deles.

A conclusão do estudo é que esta forma de trabalhar, livre e preocupada, caracteriza um modo próprio de autogestão da produção e do trabalho desta cooperativa.

Cantando a selva de pedra: articulações entre o Rap e a Psicologia Comunitária

Bárbara Xavier de Andrade, Universidade Estadual do Ceará, Bruna Ianara da Frota Lobato, Universidade Estadual do Ceará, Isabeau Cristina de Sousa Bezerra, Universidade Estadual do Ceará, Victor Mateus Macario Porto, Universidade Estadual do Ceará

A arte é uma das mais peculiares formas de expressão humana que, independente do resultado ou técnica, o seu processo já evidencia nossa capacidade de criar, de gerir o novo ou transformar uma realidade que não nos convém. Zinker (2007) já atenta pra essa relação entre Psicoterapia e Arte, levantando que ambas são dotadas de potencial de transformação, metamorfose e mudança, são também fonte de desenvolvimento e ampliação da consciência. Dentro do contexto comunitário, o Rap, que é a sigla de Ritmo e Poesia em inglês, se constitui historicamente como uma das maneiras criadas pela periferia de cantar seus problemas, fortemente relacionados com as questões sociais, pensando e alterando sua realidade e de sua comunidade. A banda Racionais Mc's, proveniente da periferia de São Paulo, é uma das mais fortes expressões do Rap nacional. Suas músicas versam, de uma maneira geral, sobre o cotidiano de violência hiperbólica da periferia descrito em longas letras de caráter narrativo e tom de revolta; a denúncia do preconceito racial contra os negros; um forte apelo religioso, que faz da palavra instrumento de iluminação e conforto (logo, como possibilidade de reinvenção da própria vida); um sentimento arraigado de pertencimento a uma determinada região da cidade de São Paulo, onde nasceu e vive o líder da banda, Mano Brown: a Zona Sul e algumas de suas localidades, como o Capão Redondo e a Vila Fundão (Zeni, 2004). Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é aproximar-se, a partir da música, desse cotidiano da periferia, ao qual a Psicologia Comunitária tem como um dos campos de atuação, para, de maneira criativa, ampliar o campo de discussão e debate sobre essa realidade, levando como elemento central o conhecimento que essas pessoas tem do local e realidade onde vivem. Dessa forma, também age sob uma égide de denúncia social, uma das funções da mesma. Além disso, em articular com conceitos trabalhados na Psicologia Comunitária, tais como: sentimento de pertença, Ideologia de Submissão e Resignação (GÓIS, 2008), Identidade de Metamorfose (CIAMPA, 2004), entre outros. A escolha do Eixo Movimentos Sociais se justifica ao passo que o Rap é um dos constituintes, ligado à rima, de um movimento maior, o Hip Hop, somado à dança (break dance), grafite (expressão artística) e a conscientização, elemento fundamental para a práxis da Psicologia Comunitária.

Centro De Referência em Direitos Humanos e as estratégias de combate à Homofobia

Felipe Cazeiro da Silva, Universidade Federal de Mato Grosso, Kelvia Isadora Santos Teixeira, UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, Mirian Toshiko Sewo, Universidade Federal de Mato Grosso, Thiago Oliveira Rodrigues, Universidade Federal de Mato Grosso

O presente trabalho é parte do relatório de estágio em contextos sociais comunitários do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso que teve como objetivo avançar na compreensão da discriminação contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais (ao qual se aplica de modo disseminado, a designação de "homofobia") e o seu combate. Foi realizada uma pesquisa sobre a conceituação e visão de homofobia na perspectiva da Psicologia Social Comunitária e de como esse assunto é tratado na cidade de Cuiabá/MT pelo Centro de Referência em Direitos Humanos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, enriquecida com a entrevista aberta. A pesquisa foi realizada em três etapas, sendo que na primeira, pesquisou-se as principais abordagens sobre o conceito de homofobia. Na segunda etapa examinou-se a atuação do Centro de Referência em Direitos Humanos de Cuiabá, identificando e analisando a sua compreensão de homofobia e as suas ações para o enfrentamento da mesma. A terceira e última etapa propôs uma compreensão da homofobia no quadro conceitual da Psicologia Social Comunitária, dando indicações de possíveis ações que podem contribuir para o combate à homofobia em Cuiabá. Entre as considerações possíveis ao fim do trabalho é possível destacar que o psicólogo que trabalha no Centro de Referência em Direitos Humanos lida com questões polêmicas e conflituosas, e que este poderia atuar na formação de grupos comunitários que possibilite que cada participante realize trocas de experiências e estabeleça vínculos com as pessoas que vivenciam problemas semelhantes, visando a ampliação da consciência social e o fortalecimento das pessoas e do próprio grupo. Também foi possível perceber que o papel do psicólogo no referido centro ainda está confuso, visto que esse profissional tem uma atuação que se confunde muitas vezes com a de outros profissionais, como a do assistente social, ou limita-se apenas ao assistencialismo, não levando em consideração as relações sociais envolvidas, que são o foco principal de qualquer mudança que se almeja realizar. A pesquisa foi importante para aprofundar o conhecimento sobre a homofobia e as suas formas de enfrentamento, para ampliar a compreensão da diversidade, repensar os valores morais e sociais reproduzidos pela sociedade que rotula e exclui as pessoas que pertencem ao movimento LGBT e, contribuiu, principalmente, para perceber a necessidade de ampliar no serviço público o número de psicólogos comprometidos com as causas sociais, com as comunidades, com os que sofrem processos de exclusão, comprometidos com a luta e a mudança social.

Conflito social e psicologia: motivações para a mudança social como base da gramática moral dos conflitos sociais

Carlos César Barros, Universidade Estadual de Feira de Santana

Esta comunicação apresenta resultados parciais de uma pesquisa teórica/bibliográfica intitulada "Psicologia e reconhecimento dos direitos humanos: categorias psicológicas na teoria do reconhecimento de Axel Honneth". O

objetivo é apresentar conceitos psicológicos que estão na base da teoria do reconhecimento de Honneth, em sua fase inicial, nos anos oitenta, propondo um diálogo original entre diferentes teorias psicológicas que pode ser útil para o desenvolvimento de novas pesquisas e intervenções no campo da psicologia comunitária. A temática deste trabalho se insere no Eixo Temático Movimentos Sociais, levando-se em conta a referência direta ao potencial emancipatório dos grupos que lutam pelo reconhecimento de seus direitos. A gênese do conceito de reconhecimento pode ser encontrada na preocupação de Honneth com o que sobrevive de normatividade libertária na teoria crítica. Para tanto, o autor retoma o projeto inicial da teoria crítica de Horkheimer, dos anos trinta, destacando a necessidade de encontrar uma moralidade que guie a teoria crítica e se encontre externa a ela, numa consciência pré-teórica. Tal como a adesão ao projeto da teoria crítica frankfurtiana, é manifesta a insatisfação do autor com a noção de sociedade totalmente administrada – elaborada pela primeira geração da teoria crítica, que desacreditou o proletariado como sujeito revolucionário – e com a atenção que Habermas deu à relação entre o mundo da vida e sistema produtivo – em sua teoria do agir comunicativo –, ignorando as potencialidades para a ação moral que não se tornaram julgamentos de valor com alto grau de elaboração. Honneth, então, elaborou um projeto teórico próprio, no qual traça o diagnóstico de “déficit sociológico” da teoria crítica anterior e busca nos pensamentos sociais francês, inglês e estadunidense novas referências. A partir de então, considera que um campo de conflitos práticos e morais pode estar oculto por detrás da fachada de integração do capitalismo tardio, no qual os conflitos de classe continuam vivos. Existem potencialidades em atos de protesto coletivo ou mesmo em uma desaprovação moral silenciosa, o que chama a atenção para o estudo da consciência da injustiça, os impasses da simbolização dos conflitos sociais nas classes oprimidas e a dimensão criativa da ação social em seus aspectos conscientes e inconscientes. As categorias psicológicas que darão origem à “psicologia do reconhecimento” de Honneth estão baseadas nas obras de George Herbert Mead, Barrington Moore, George Rudé, Pierre Bourdieu, Cornelius Castoriadis e Donald Winnicott, oferecendo um direcionamento fértil para pesquisas empíricas e intervenções em comunidades.

Conhecendo a comunidade identitária LGBTTT

Jacy Corrêa Curado, Universidade Federal da Grande Dourados, Luan Fernando Schwinn Santos, Universidade Federal da Grande Dourados

O trabalho apresentado provém do Estágio de Núcleo Comum I e II feitos na área de Psicologia Social Comunitária no ano letivo de 2013, como também da pesquisa realizada por meio do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica no âmbito do Laboratório Psicossocial de Intervenção Comunitária, ambos no curso de psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados. A pesquisa consiste no estudo das organizações comunitárias na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, onde acreditamos que a produção de sentidos torna-se uma força inevitável da vida em sociedade. Nosso foco foi sobre a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBTTT), tendo como objetivo a compreensão dos sentidos produzidos pelos grupos identitários à comunidade em questão, o mapeamento das metodologias de trabalho psicossocial e problematização da relação entre comunidade e a formação desse grupo

identitário. Para tal trabalho utilizamos de revisão bibliográfica em torno da noção de comunidade, partindo da discussão de segurança e liberdade, e da noção de identidade, para entendermos como a identidade é produzida de forma dialética entre unicidade e multiplicidade. A partir da revisão bibliográfica iniciou-se uma fase de observação, onde utilizamos a observação participante para entendermos o contexto sociocultural em que vivem as pessoas identificadas como LGBTTT na cidade de Dourados. Utilizamos de grupos focais, para realizarmos as oficinas de sentido, que funcionam com no máximo 12 participantes, onde buscamos: 1) Associação de palavras à sigla “LGBTTT”, tendo como as mais repetidas: Amor, Preconceito, Discriminação e Luta; 2) Relatos de vivências do cotidiano relacionados ao preconceito e discriminação; 3) Estratégias de enfrentamento a esses problemas sociais. Antes dessas oficinas distribuimos um Termo de Consentimento Livre Esclarecido para explicitar quais os propósitos da oficina e para ter a autorização das falas ali gravadas. Essa oficina é uma adaptação de oficina desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Podemos concluir no momento que a busca por segurança e liberdade está muito presente nesta comunidade, como já apontados na literatura, observamos também na oficina realizada que a questão do preconceito e da discriminação é algo comum. Foram apontadas, pelos participantes, como principais espaços de sofrimento de preconceito e discriminação: a escola, a família e a religião, mesmo tendo como consenso que essas instituições também são “acolhedoras”. Com o trabalho conseguimos, de certa forma, visualizar os sentidos de pertencimento dessa comunidade identitária, que irá contribuir na proposição de práticas qualificadas da Psicologia Social Comunitária visando a construção de espaços geradores de maior autonomia, solidariedade e transformação social.

Contribuições para a implantação de uma pequena organização do terceiro setor

Eliana de Oliveira Teixeira, Université de Nantes

Introdução. No Terceiro Setor as organizações que se ocupam da infância apresentam possibilidades de intervenção diversificadas. Enquanto pequenas organizações muitas vezes apenas conseguem ultrapassar o nível da assistência primária, organizações de grande porte possuem uma estrutura administrativa e um orçamento comparáveis à grandes empresas do setor privado. Estas diferenças incidem diretamente sobre a capacidade de prestar auxílio às crianças e adolescentes, pois as pequenas organizações encontram problemas para reter a população assistida e levar à termo os programas planejados. As possibilidades de captação e a independência financeira são ainda pontos centrais para garantir a qualidade de suas atuações, se mostrando um verdadeiro desafio - se uma organização do Terceiro Setor permanecer dependente financeiramente de organismos públicos, ela pode ser levada a executar e aplicar apenas as políticas sociais em vigor, se distanciando de seus dois principais papéis: o de inovação e o de porta-voz das demandas sociais. Estas dificuldades porém, ainda que importantes, não têm impedido a criação de novas organizações. No contexto brasileiro a atuação dentro uma instância do Terceiro Setor é uma forma privilegiada de participação. Objetivo: Levando em conta estas constatações, realizamos uma intervenção junto à uma pequena organização do Terceiro

Setor, voltada para o atendimento infantil e situada em uma comunidade muito pobre na periferia de São Paulo. Nossa intervenção teve como objetivo ajudar na estruturação das atividades voltadas para as crianças e na captação de recursos. Metodologia: Todo o nosso processo de intervenção foi feito através de uma ação comunitária e em conjunto com os idealizadores da instituição. Neste sentido, em um primeiro momento, foram feitos vários encontros com os responsáveis da instituição e um questionário foi aplicado junto às famílias dos usuários para conhecer o perfil dos mesmos, assim como suas demandas. Em um segundo momento, à partir do conhecimento do perfil e das demandas, foram implantadas atividades voltadas para as crianças. Finalmente, um portfólio foi construído de modo à ajudar na captação de recursos junto à empresas e comerciantes locais. Resultados: Nossos resultados mostram o perfil extremamente desfavorecido dos usuários do ponto de vista social e econômico, a falta crônica de recursos por parte de uma pequena organização do Terceiro Setor, a necessidade de capacitação técnica dos responsáveis pela organização, a falta de diálogo entre os representantes da organização e a comunidade. Os resultados indicam ainda um dado que consideramos de extrema relevância para a intervenção comunitária - os mais pobres dentro de uma comunidade pobre formam o grupo mais inacessível à ajuda social. Conclusão: Nossa experiência mostra que as dificuldades de uma pequena organização do Terceiro Setor não dizem respeito unicamente à falta de recursos. A triangulação entre os prestadores de serviços, os sujeitos comunitários e suas demandas necessita de um processo de conscientização que, ao nosso ver, faz parte das atribuições da psicologia comunitária. Os desafios do psicólogo comunitário são enormes pois, o desejo de participação social e de ajuda aos grupos desfavorecidos, nem sempre implica em intervenções baseadas no diálogo e que levem em consideração às demandas dos grupos sociais.

Diálogos pertinentes: psicologia comunitária e economia solidária

Bernardo Parodi Svartman, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Juliana de Oliveira Barros Braz, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Essa minicurso pretende aprofundar o diálogo entre psicologia comunitária e economia solidária. A costura entre esses dois campos se fará a partir da apresentação aprofundada da iniciativa dos bancos comunitários de desenvolvimento.

O banco comunitário como um sistema integrado de desenvolvimento territorial que tem o objetivo de dinamizar as economias locais de bairros empobrecidos e fortalecer a organização comunitária. O banco comunitário concede empréstimos em moeda nacional para produtores que não tem acesso ao sistema formal de crédito com juros baixos aumentando o potencial de crescimento do comércio e produção local, além de conceder empréstimos de consumo em moeda social com objetivo de dar suporte a pequenas despesas do dia a dia das famílias e aumentar a oferta de moeda na comunidade. Atua, assim, no estímulo a formação de uma rede entre produtores e consumidores. A análise para concessão dos empréstimos, tanto com moeda nacional quanto em moeda social, é feito a partir de uma análise cadastral baseada na consulta a vizinhança, o que garante uma atuação ativa da comunidade nesse processo. Uma das características do

banco comunitário é ter a comunidade como gestora e, para tanto, se torna essencial a criação de um espaço público para o debate sobre o desenvolvimento do bairro. As ações propostas pelo banco comunitário abrem caminhos para a experimentação de valores antagônicos aos pregados pela sociedade atual: ao invés da competição, a afirmação do trabalho associado; do individualismo do empreendimento, a decisão coletiva. Nesse sentido, não são as ferramentas financeiras que produzem as transformações, mas a forma de seu uso que refaz o sentido da economia como o modo de organização da vida e não como um sistema natural de competição por recursos, consumidores, nichos de mercado e maximização dos lucros.

O banco comunitário afirma sua potencialidade unindo por um lado reforça as relações baseadas no sentimento de pertencer, de estar implicado na existência do outro. Ao mesmo tempo, busca um compromisso dentro destas relações que ultrapasse essa relação de intimidade. Parece haver, portanto, um movimento de tensão: privado e público, particularidade e universalidade. As relações de âmbito privado, como amizade e vizinhança, são utilizadas para o processo e se tornam referência para adjetivar as relações de confiança, ao mesmo tempo em que buscam com que essa relação de intimidade assuma uma referência em direção ao âmbito público, ou seja, ao nós.

Ao articular a dimensão comunitária com a econômica, essas iniciativas permitem por um lado refletir sobre a importância do enraizamento, da história e identidade local para terem sustentação concreta o que aponta para a dimensão psicossocial, ao mesmo tempo refletir sobre as estratégias econômicas que tentam dar conta da sobrevivência econômica dos moradores das comunidades periféricas. A Economia Solidária torna-se, assim, um campo fértil de debate sobre os processos de mudança social e conceitos centrais para a psicologia comunitária como consciência, identidade, comunidade e organização política. É na busca pela sobrevivência econômica, na relação com a lógica financeira que vão sendo gestados e forjados substratos para mudanças psicossociais.

Discursos e subjetividade: uma reflexão sobre os novos rumos dos movimentos sociais das pessoas deficientes

Maria Izabel dos Santos Garcia, Universidade Federal Fluminense, Sandra Regina Costa de Araujo Hott, Universidade Federal Fluminense

No Brasil, os movimentos sociais das pessoas com deficiência vêm obtendo destaque a partir da década de 70. São movimentos de reivindicação que possuem objetivos bem definidos que variam de acordo com as demandas de cada grupo social. Ao longo dos últimos anos, muitos debates se realizaram em torno da situação de marginalização desses grupos minoritários. Quando os debates são conduzidos pelos "especialistas" da área, pouca visibilidade é dada aos protagonistas cuja condição fica aderida à deficiência (física, sensorial ou intelectual) sem que as demandas por respeito à acessibilidade com autonomia sejam postas em discussão. Mas, quando as manifestações são organizadas por entidades de luta desses grupos sociais, podemos observar a tentativa de produzir novas palavras de ordem que respeitem suas potências. O que temos observado nas duas últimas décadas é a produção de novos discursos, a emergência de novas subjetivações e a crítica ao discurso hegemônico no qual a deficiência é vista pela ótica da normalização/normatividade humana. Obviamente que a

maioria desses discursos ainda estão localizados no meio acadêmico. Enquanto pesquisas anteriores enfatizavam principalmente os aspectos históricos a partir de documentos que trouxessem à baila a vida desses degradados socialmente, os trabalhos produzidos nas duas últimas décadas dão um enfoque notadamente diferente, como é o caso da pesquisa desenvolvida por Antônio Campos – um dos líderes do movimento social de surdos – na qual faz uma retomada da história desses movimentos sociais de pessoas com deficiência. Assim, a partir de categorias como língua, identidade, território, marcadores sociais o discurso dá um novo tom, um novo frescor que respalda e legitima os discursos desses movimentos minoritários. Discursos que, poderíamos dizer, vêm deflagrando e gerando novos movimentos de territorializações, desterritorializações e reterritorializações, conduzindo a novos rumos. É notável a luta desses grupos sociais para garantir mudanças legais e o cumprimento das leis e regulamentos já existentes. Um exemplo é a ainda inacessibilidade arquitetônica para cadeirantes e muletantes, a falta de piso tátil para cegos, a ausência de tradutores-intérpretes de LIBRAS-Português às pessoas surdas dentre outros desrespeitos à cidadania desses atores sociais. Assim, através da dinâmica social, as normalizações e contradições da sociedade são/estão expressas no cotidiano e, embora refêrem de certa alienação e das condições normativas impostas, permite a emergência do desejo, do jogo de poder, do acaso, ou seja, faz insurgir um espaço social cravejado de microterritorializações – sempre dinâmicas – fluídas e de vida curta. Desse modo, incapaz de lidar com essas novas formas de ordenamento das espontaneidades humanas, tais microterritorializações fazem emergir múltiplas “linhas de fuga”. Assim, novos discursos são lançados ao ar, num jogo permanente e intrínseco à dinâmica das formas de sociabilidade humana. Os mesmos foram analisados a partir de pesquisa realizada na interface entre psicologia, antropologia e filosofia, iniciada no PPGSA/UFRJ, usando como mote para discussão o recente movimento social de surdos. O resultado dessa pesquisa revela não só novos discursos, mas principalmente as contradições sociais e o distanciamento ainda existente entre as reivindicações das pessoas deficientes, a legislação em vigor e as práticas sociais.

Etnopsicanálise e Leituras da religião de Matriz Africana (Candomblé).

André Valécio, Faculdade de Tecnologia e Ciência

O presente minicurso tem como proposta, através da Psicanálise, Etnologia e Psicologia Comunitária, desenvolver uma reflexão filosófica-crítica a respeito do processo Sócio-histórico dos Povos de Santo, tendo como enfoque, as estruturas ritualísticas: liturgias, culinárias, indumentária, construção arquitetônica e manifestação de Entidades, sendo essas, as principais colaboradoras para construção subjetiva-identitária dos pertences da religião de Candomblé. A dimensão da Ecologia/Natureza em determinados rituais afro-brasileiros está intrinsecamente relacionada à dimensão da espiritualidade. Espírito e Natureza complementam-se nos sistemas ecológicos desses grupos culturalmente diferenciados. A partir dessa perspectiva teológica, essas comunidades que são caracterizadas como tradicionais, vêm sendo rotuladas e excluídas socialmente, inclusive pela própria psicologia, caracterizando essas formas de manifestações de entidades como psicose e histeria. Grande parte dos membros dessas

comunidades compõe o cenário dos sujeitos que estão margem da sociedade, a evidencia disso, são os terreiros de Candomblé em grande parte se localizarem nas periferias, por historicamente não serem aceitos nos centros das cidades ou pela falta de recursos financeiros. A importância da Psicologia Comunitária é justamente de questionar o posicionamento e o olhar do Psicólogo e da sociedade civil frente a esses sujeitos, e salvaguardar o livre direito sócio-subjetivo-cultural dessa comunidade tradicional que vem sendo excluída historicamente por uma concepção, eurocêntrica, branca, etnocêntrica e cristã. O conteúdo programático do minicurso será dividido em quatro momentos: Primeiramente será apresentado o nascimento dos povos de Santo e a Mitologia Africana, os primeiros terreiros de candomblé na Bahia, os aspectos políticos iniciais, a adaptação dos mitos iorubas no Brasil, entre outros; O segundo momento tratará dos aspectos filosófico-subjetivo-ritualísticos da religião de Candomblé, a importância da cozinha para o desenvolvimento do terreiro, a ciência da arquitetura para construção do fundamento, e a roupa como processo identitário para esses grupos; no terceiro momento o olhar da Etnopsicanálise e Psicologia Comunitária e Antropologia, frente ao movimento sócio-histórico dos pertencentes do candomblé, o posicionamento social, os impactos subjetivos em consequência de um desenvolvimento de inclusão para a exclusão social. E por último a manifestação de Entidades como aspecto central para o desenvolvimento ritualístico, cultural e social desses grupos. A proposta metodológica para o minicurso é uma exposição oral, antes de tudo dialógica. As aulas serão didático-expositivas, seguidas de debates, orientadas por textos, e interacionista. Serão utilizados recursos audiovisuais, curtas metragens, depoimentos de sujeitos pertencentes ao Candomblé; visuais como fotografias, retroprojeção, além de materiais didáticos.

As avaliações serão realizadas a partir da participação no curso, e uma reflexão escrita sobre a referida temática.

Experiência de participação em atividades comunitárias: o olhar do jovem.

Julia Shellard Corrêa, Província dos Capuchinhos de São Paulo, Julia Shellard Corrêa, Província dos Capuchinhos de São Paulo

A participação é, hoje, um direito de crianças, adolescentes e jovens, garantido por seus respectivos estatutos, e ao mesmo tempo, é esse direito que possibilita a luta por seus outros direitos. Para que se possa pensar e propor uma real participação dos jovens, é imprescindível atentar para a perspectiva da juventude a respeito deste assunto, questionando o ponto de vista e os modelos apresentados pelos adultos.

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar como jovens compreendem sua experiência de participação em atividades comunitárias. O objetivo específico foi entender como essa atividade foi se configurando ao longo da vida do jovem. Concebendo a juventude como uma construção sócio-histórica, a concepção de participação foi fundamentada no pensamento de Paulo Freire, que tem o homem como um ser inacabado na busca por constituir-se, por humanizar-se, a qual se dá nas relações estabelecidas com os outros e com a realidade social e cultural em que vive. Neste contexto, a participação é a presença e envolvimento do jovem nesta busca por humanização, por apropriar-se do seu próprio contexto

histórico e transformá-lo.

Foram realizadas entrevistas reflexivas individuais, com dois jovens de uma comunidade da Zona Norte de São Paulo. Estes jovens foram indicados pela liderança comunitária como participantes das atividades locais. A partir das falas dos entrevistados foram criados agrupamentos dos principais temas abordados. Foi, então, feita a análise dos dados, relacionando o conteúdo das entrevistas com a teoria que fundamenta este estudo.

Houve diferentes compreensões de participação na fala dos jovens, como ajuda, presença e ser uma referência. Tais entendimentos variaram entre os extremos da 'falsa' e da 'verdadeira' participação, conforme estabelecido pela teoria freiriana. A respeito de seus históricos de participação, os jovens fizeram referência ao uso e ocupação de espaços comunitários, a articulação de instituições educativas e destacaram experiências de serem vistos, na infância e adolescência, como responsáveis pela transformação da realidade histórica e cultural da própria comunidade.

A partir desses relatos, concluiu-se que participar de atividades comunitárias é parte de uma história e de experiências de participação na e com a comunidade, na qual se tem a criança, o adolescente e o jovem como sujeitos de direitos, na busca por humanizarem-se. Sendo assim, a construção de uma postura participativa passa pela proposta de uma educação libertadora e comunitária.

Extensão Universitária no Médio-Curu: A atuação em Psicologia Comunitária com agricultores e produtores rurais da União das Associações do Vale do Rio Canindé

Camila Fonseca Veras, Universidade Federal do Ceará, Gabriela Oliveira Ribeiro, ufc, Jéssica Silva Rodrigues, Universidade Federal do Ceará, Larissa Eufrásio Peixoto Mota, Universidade Federal do Ceará, Marília Studart Barbosa, , Universidade Federal do Ceará

O presente trabalho objetiva apresentar a experiência de extensão desenvolvida por estudantes de psicologia do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará na região do Médio Curu. Os estudantes realizaram parceria com membros da União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC) que é formada por 15 associações de agricultores de localidades do Médio Curu e tem como objetivo a luta por melhores condições de trabalho e também por melhores condições de vida para os moradores das comunidades agregadas. A partir da perspectiva da Psicologia Comunitária, buscamos facilitar atividades formativas, organizativas, como dinâmicas de grupos, rituais integrativos, além de momentos de problematização das questões que surgem durante os encontros, de acordo com o formato de atuação em que planejamos, de forma dialógica, as intervenções realizadas. Buscamos fomentar nos participantes a busca pelos significados e sentido das atividades que eles desenvolvem, resgatando os elementos culturais e identitários que os constituem. Procurou-se, também, conhecer as atividades significativas que foram desenvolvidas na UAVRC para que as estudantes pudessem facilitar processos grupais contextualizados com a realidade da comunidade e que fossem relevantes para o grupo. A equipe é formada por 4 estudantes de psicologia e uma psicóloga que atua como supervisora. A metodologia é embasada no método dialógico vivencial (GOIS, 2005), tendo como foco o diálogo e a utilização de recursos facilitadores do

processo de extensão/cooperação. O modo de inserção comunitária aprofundado é um diferencial nessa atuação, pois consiste em uma imersão nos fins de semana, permitindo que as estudantes vivenciem os modos de vida da comunidade, participando das atividades cotidianas dos moradores do lugar. A realização dessa atuação com os membros da UAVRC estimulou o desenvolvimento comunitário dos participantes através do incentivo a formas mais participativas e cooperativas de trabalho, através do fortalecimento da identidade pessoal e cultural dos integrantes, do estímulo à participação popular e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, promovendo, assim, o fortalecimento das potencialidades dos participantes. Pôde-se também fomentar a autonomia dos moradores da comunidade, auxiliando-os na compreensão acerca das suas possibilidades de auto-organização, fortalecendo o diálogo e possibilitando uma maior integração entre os diferentes setores sociais da comunidade. As atividades comunitárias realizadas possibilitaram que fosse construída uma forte vinculação das extensionistas com o grupo de agricultores e produtores rurais a partir da facilitação de momentos de integração e do acompanhamento processual e contínuo das demandas apresentadas por eles. O desenvolvimento desse trabalho é de suma importância para a formação das extensionistas, pois estas passam por um processo de transformação junto aos agricultores, problematizando as questões sociais e lutando por condições de vida mais saudáveis, além de proporcionar uma visão mais ampliada de como a psicologia pode intervir em diferentes contextos.

Fé e Alegria na inserção comunitária

Letícia Oliveira Cavalcante Medeiros, Universidade Potiguar, Wellissa Nunes do Nascimento, Universidade Potiguar

O presente trabalho, desenvolvido pelos alunos do quarto período da Universidade Potiguar no curso de graduação de Psicologia, englobará uma análise integrada no campo de Estágio Básico em Processos Comunitários, Psicologia na Contemporaneidade, Psicologia Ambiental e Psicologia da Educação, no qual o grupo esteve inserido na Zona Oeste, da cidade do Natal/RN, localizada no bairro de Felipe Camarão, na fundação "Fé e Alegria". Na qual a instituição faz parte de um contexto de criação de grupos filantrópicos, sendo ela uma organização não governamental que visa à promoção da qualidade de vida de pessoas que vivem em áreas de riscos. Tendo objetivado as bases informações as quais permeiam a fundação, foi proposta uma intervenção diante da problemática encontrada, na qual se destacava pela falta de assistência necessária no que tange a comunidade. Buscando assim melhorias no funcionamento/serviço ofertado. Diante disso foi sugerida uma maior integração com as políticas sociais, que visasse uma articulação entre os representantes da "Fé e Alegria" e os outros representantes, da Escola(s), Unidade Básica de Saúde, CRAS, CREAS, NAM, Visão Mundial e o Presidente do Conselho Comunitário, em que juntos realizarão encontros. Sendo realizados através de informações, conhecimentos e relações, que serão repassados pelas rodas de conversas e oficinas no decorrer do "Encontro com a Fé e Alegria". A intervenção visa práticas intersetoriais com o propósito de solucionar problemas sociais que constituem as instituições e por consequência a comunidade. "Permitir um olhar diferente nos problemas sociais inter-relacionados com as pessoas e organizações o qual apresentam

características e complexidades crescentes. Não podendo ser encarado apenas por uma ótica de uma política, mas da integração de diversas políticas sociais” (JUNQUEIRA, 2004 p.32). Ao longo de todo o processo, utilizou-se de visitas quinzenais ao campo, diários de campos, relatórios e análise diagnóstica. E no intuito de se fazer um estudo mais aprofundado sobre a área, fizemos assim, uma investigação-ação-participante (IAP) com o propósito de adquirir informações do saber popular que pudessem servir como objeto de estudo, e para isso as entrevistas com a comunidade foi uma das principais ferramentas as quais utilizamos para coletar, logo: “...conhecimentos comprometidos com as causas e com as transformações que promovem a plena emancipação das classes populares” (SARRIEIRA, 2010, p.162). Diante disso encontramos a problemática da falta de ligação entre os principais serviços e também daqueles que auxiliam e a partir de uma proposta de encontros semanais observamos o quanto possamos está realizando essa ligação.

Histórias de vida de pessoas em situação de rua de Natal/RN: o que elas nos dizem?

Ana Heloysa Pinheiro de Araújo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Ana Karenina de Melo Arraes Amorim, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Francisco Emanuel Soares Gomes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução: O Estado brasileiro tem uma dívida histórica no que se refere à elaboração de políticas públicas para população em situação de rua, uma vez que políticas sociais voltadas especificamente para esta população só foram instituídas em 2009. Em Natal (RN) esta população é crescente, mas não há dados atuais e concretos a seu respeito, além de inexistência de estudos que a caracterizem e qualifiquem as ações de políticas sociais a ela dirigidas. Neste cenário, propomos uma ação integrada de pesquisa e extensão junto a profissionais envolvidos na atenção a essa população e as próprias pessoas em situação de rua, tendo a psicologia social comunitária como uma das áreas de fundamentação. A aproximação com este campo está sendo feita através de questionários, entrevistas, observações participantes, oficinas e rodas de conversa com pessoas em situação de rua e também junto a profissionais de serviços públicos que atendem esta população. Este trabalho apresenta uma das ações da pesquisa que é a construção de um inventário de narrativas formado por 18 histórias de vida de pessoas que vivem nesta condição. Objetivo: A escuta e registro dessas narrativas visa a conhecer em maior profundidade as condições e trajetórias de vida e identificar as violações de direitos a que está submetida essa população, bem como suas necessidades, desejos e projetos. Metodologia: Adotamos a pesquisa-intervenção a qual vê como indissociáveis as etapas da construção de conhecimento da realidade e práticas que buscam transformá-la. As entrevistas para a construção desse inventário de narrativas estão sendo realizadas por alunos dos cursos de Psicologia e Direito da UFRN, nos locais onde as pessoas se encontram, após a realização de oficinas. A escolha dos sujeitos é aleatória e sua participação voluntária. O registro das narrativas autobiográficas resguarda a privacidade dos entrevistados através do uso de nomes fictícios. Resultados: As narrativas autobiográficas apontam alguns dos fatores que contribuem para que as pessoas entrevistadas estejam em situação de rua, tais como: o uso de álcool

e outras drogas e a perda do vínculo familiar, evidenciando também algumas dificuldades enfrentadas em seu cotidiano, como o preconceito da sociedade, a violência policial e outras violações de direitos humanos. As narrativas estão sendo analisadas de forma a compor um conjunto de dados a respeito das condições de vida e das violações de direitos a que essas pessoas estão submetidas e são vistas como dispositivo potente para instigar a produção de resistências, subsidiando ações micro e macropolíticas do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) em Natal, como por exemplo, o I Seminário Potiguar de População em Situação de Rua, realizado em 2013. Conclusão: Os dados encontrados e as análises feitas representam uma contribuição para o conhecimento da realidade enfrentada diariamente por essas pessoas; para a geração de subsídios para a qualificação do atendimento prestado a essa população pelas redes de saúde e socioassistencial e pela segurança pública. Problematicamos, assim, fazeres possíveis da Psicologia e de outras áreas do conhecimento junto aos movimentos sociais e às políticas públicas.

Implicações da atuação do psicólogo nos Movimentos e Lutas Surdas

Diego Menezes Augusto, Universidade Federal do Ceará, Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Universidade Federal do Ceará

A Comunidade Surda Brasileira vem, desde meados da década de 1950, se articulando em associações com o fito de lutar e reivindicar por direitos que secularmente lhes foram negligenciados por ideologias ouvintistas. De lá para cá, as pessoas surdas contaram com a colaboração de profissionais de diversas áreas(psicólogos, assistentes sociais, advogados, pedagogos,etc.) que foram se aproximando do movimento e lutas surdas fortalecendo-os e contribuindo cada um em sua área do saber, com o fortalecimento do movimento, suscitando o engajamento político da pessoa surda nos diversos estados que compõe nosso país. Atualmente a Comunidade Surda conta com inúmeras conquistas como a emblemática oficialização da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS como segunda língua oficial do Brasil por meio da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, marco histórico para o movimento que lhes proporcionou visibilidade nacional e respaldo legal para ter de fato a acessibilidade necessária para que suas expressões de subjetividade, anseios, desejos, sonhos, etc. possam efetivamente se realizar por meio da sua língua materna em todos os setores da sociedade e com a criação do curso de Letras-LIBRAS regulamentado pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005,entre outras. O presente trabalho tem o objetivo de discutir as implicações da prática do psicólogo nos Movimentos e Lutas Surdas tendo como ponto de partida uma experiência profissional na Comunidade Surda do município de Mossoró-RN no ano de 2013. Para dar suporte ao diálogo ora proposto utilizaremos os aportes teóricos da Psicologia Histórico- Cultural e os Estudos Surdos. A prática profissional e o contato cotidiano com a Comunidade Surda nos faz levantar alguns apontamentos advindos da relação necessária entre Psicologia Comunitária e Movimento e Lutas Surdas, nomeadamente: o aprendizado e domínio da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS pelo profissional de Psicologia como código imprescindível para o sucesso das suas pretensas intervenções; o conhecimento pelo profissional de psicologia sobre a Cultura e a Identidade Surda e suas especificidades e idiosincrasias; a identidade e a

autonomia como categorias recorrentes nos trabalhos realizados; pouca participação da família no movimento e lutas surdas como queixa principal e a utilização de ferramentas metodológicas que respeitem a experiência visual.

Insurgências Psi em tempos de conflitos: a Articulação de Psicanalistas e Psicólogos/as Iara Iavelberg (ARPIA)

Bruno Halyson Lemos Nobre, Universidade Federal do Ceará, Daniele Jesus Negreiros, Frente de Assistência a Criança Carente - FACC, Lis Albuquerque Melo, Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Arpia -Articulação de Psicanalistas e Psicólogos/as Iara Iavelberg - surge em abril de 2013 com o propósito de implicar o saber e as práticas psicológicas e psicanalistas na construção e no fortalecimento dos movimentos sociais, trazendo a inquietação de como esses campos psi podem se relacionar aos referidos espaços de lutas, reconhecendo e enfrentando suas demandas, que exigem uma atuação crítica, criativa e comprometida ética e politicamente. Pretende-se assim construir espaços psi de participação nas lutas por garantia de direitos, afirmando como princípios a confiança, o sigilo, o fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos, a autonomia, a emancipação, o enfrentamento da alienação, a dignidade humana e o compromisso com segmentos sociais explorados e oprimidos. Durante a disciplina de Teorias Psicológicas, ministrada a uma turma de Serviço Social da Terra (curso vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) por dois integrantes da atual Arpia, foi explicitada uma demanda urgente e significativa de cuidado e escuta por tais estudantes. Tratava-se de militantes de movimentos de luta pela terra, trabalho e moradia que se encontravam distantes de suas famílias e coletivos na tarefa de cursar uma graduação, mobilizados subjetivamente por tais circunstâncias. A demanda direta de atendimentos reuniu psicólogos/as e psicanalistas para realização de tais encaminhamentos. Desse momento inicial teve prosseguimento novos encontros, nos quais o grupo de psicólogos/as e psicanalistas foi se estabelecendo, fortalecendo laços – em especial junto ao Movimento Sem Terra (MST) - e abrindo espaços para novas possibilidades de atuação junto aos movimentos sociais. Da demanda de atendimentos clínicos, na qual se destaca a importância de atentar para a dimensão subjetiva nas práticas dos militantes e de seus coletivos, novas frentes de trabalho com pautas ligadas à educação, saúde e organização política desafiavam atuações do grupo psi. Agregando psicólogos/as, psicanalistas e estudantes psi (coautores no presente trabalho), o coletivo apresenta uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, encontrando pontos convergentes no que diz respeito à sua perspectiva política de atuação, radicalmente favorável a uma ciência e profissão comprometidas com as lutas sociais e políticas por direitos, igualdade e justiça, que superem a dimensão dos discursos e se concretizem em práxis de libertação. Desde sua formação, a Arpia vem realizando atendimentos a indivíduos e grupos ligados aos movimentos sociais, assim como tem estado presente em situações de enfrentamento de graves violações de direitos, a partir de intervenções de suporte e fortalecimento dos sujeitos e coletivos implicados subjetivamente nas lutas sócio-políticas. São exemplos o acompanhamento e assessoria em ocupações e assentamentos do MST, as intervenções junto ao Movimento OcupeoCocó, o plantão psicológico disponibilizado aos moradores do Alto da Paz (comunidade violentamente despejada em fevereiro de 2014) e a

participação em debates públicos sobre temas que tratam de graves violências e violações de direitos. Destacam-se ainda a produção e socialização de conhecimentos e os encontros de formação política promovidos pelo coletivo.

Laços Sociais e Participação Política: o Trabalho Coletivo e o Desenvolvimento de Alianças Comunitárias

Bernardo Parodi Svartman, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Danilo de Carvalho Silva, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

A psicologia social comunitária desenvolvida na América Latina a partir da década de 1970 teve como um dos seus principais objetivos discutir o problema da exclusão social e das formas de opressão política presentes no continente, produzindo um conhecimento científico contextualizado que contribuísse no enfrentamento dos problemas sociais marcantes na história da região, proporcionando formas de organização comunitária voltadas a emancipação e para o enfrentamento de injustiças e vulnerabilidade social. Dentre os principais investigadores a lançarem as bases da disciplina, como Martin-Baró e Maritza Montero, Paulo Freire traz, na pedagogia do oprimido, uma contribuição fundamental para a discussão das possibilidades de atuação do psicólogo comunitário. Essa proposta pedagógica se volta às demandas locais em nome de um projeto de sociedade que forme cidadãos emancipados, capazes de assumir seu próprio destino. Com objetivo de lutar contra uma estrutura social caracterizada pela dominação econômica e ideológica do país e tendo a Reforma Agrária como principal meta de sua luta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, se formou em parceria com a ala da Igreja Católica oriunda da Teologia da Libertação. Num período de decadência do regime Militar, junto às Comunidades Eclesiais de Base, o MST surge como um movimento de união e organização coletiva dos trabalhadores do campo, expressando uma luta contra processos de desenraizamento. Hoje, as lutas do MST se expandiram para a cidade e a problemática da luta no campo e na cidade põe em questão o que os assentamentos urbanos podem produzir, pois boa parte das pessoas trabalha fora da comunidade, sustentando uma exploração do trabalho que não gera retornos à comunidade. A juventude, caracterizada como uma fase de descobertas, principalmente quanto às mudanças no corpo e a formação de sua identidade, é um dos grupos mais atravessados por essas questões. É comum, por exemplo, as meninas terem que ajudar as mães no cuidado dos irmãos e da casa, e os meninos terem que conseguir um emprego para contribuir com a renda familiar. Os jovens, ao buscarem outras referências na formulação de opiniões próprias sobre o mundo e sobre eles mesmos, encontram nos diversos estereótipos a reprodução de tabus que dificultam o diálogo entre eles próprios, tornando o ambiente de convivência tantas vezes opressor e de difícil expressão. A partir da observação participante nos trabalhos realizados na Comuna Urbana do MST "Dom Hélder Câmara" e das entrevistas de sete jovens, esta comunicação oral apresentará este projeto de mestrado, cujo objetivo é, estudar as influências de constantes histórias de mudanças no projeto de vida e nos rumos seguidos por esses jovens, pensando sobre as expectativas em relação ao movimento e como que a interseção do próprio passado e das histórias da comunidade a que pertencem se realiza. No ano de 2013, acompanhando os jovens desta Comuna, observou-se que as constantes mudanças de moradia, em

função, principalmente, de despejos, repercutiram na formação destes jovens. Pretende-se, deste modo, contribuir na formação dos espaços da juventude, fortalecendo laços comunitários presentes no movimento após a conquista do direito à moradia.

Memória dos movimentos sociais e culturais em Belford Roxo.

Marília Figueiredo Jorge, Uniabeu, Rogéria Ferreira Ramos Atouguia Thompson, UNIABEU

O presente trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica em curso no UNIABEU e tem por objetivo pesquisar as memórias construídas e narradas dos movimentos sociais de cultura popular em Belford Roxo, município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Objetiva também conhecer e dar a conhecer memórias narradas de sujeitos envolvidos em ações e atividades culturais, e de movimentos sociais constituídos em torno das manifestações artísticas e culturais, na história recente e do tempo presente do município. Procurando com isso identificar os “pontos de ancoragem da memória”, mapeando e demarcando atores, locais, atividades e datas pertinentes para a pesquisa em memória social da cultura popular, destacar, nas práticas teórica e de campo, a importância da memória social no processo de constituição da subjetividade, coletividades, provocar o debate e a reflexão acerca da diversidade e da complexidade da realidade social, revelando as múltiplas referências espaço-temporais da cidade, as produções de sentidos e de significações dos “territórios” urbanos. Investindo na história oral como importante ferramenta metodológica, de aproximação compreensão do mundo vivido pelos sujeitos, pretende-se compreender tanto a história narrada das iniciativas artísticas e culturais no município, de modo que as histórias de vida e a história social se entrecruzem, revelando nos sujeitos suas condições de produto e produtor da realidade social (em) que vive. Pressupomos, assim, que as lutas da e pela memória (nem sempre conscientes por parte dos sujeitos envolvidos), travadas por distintas forças, saberes e discursos, tantas vezes entre as memórias “oficial” e “clandestina” (POLLAK, 1989; 1992), podem revelar as multiplicidade e complexidade da vida social, e, deste modo, as diversas temporalidades e espacialidades presentes na constituição das identidades coletiva e individual (Cf. SANTOS, 2003). Com efeito, nosso intento é explorar a diversidade cultural da região, contribuindo, outrossim, para sua divulgação e incremento, de acordo com o comprometimento social que engaja o UNIABEU Centro Universitário ao longo da sua história. A pesquisa tem como base metodológica a leitura e interpretação de textos específicos e também de pesquisa de campo, as entrevistas são nossa base de trabalho. Concluindo assim que o trabalho relaciona-se com o tema do encontro e com o eixo pretendido, pois apesar de não se tratar de uma intervenção comunitária, busca entender o sujeito a partir da construção de memórias no território em que vive e nos movimentos sociais existentes na localidade. Procurando assim um diálogo com a Psicologia Comunitária a partir da possível interação entre esses diversos atores e movimentos sociais.

Memória social e o cuidado com crianças em um terreiro de umbanda

Juliana Barros Brant Carvalho, Universidade de São Paulo

O objetivo desta apresentação é descrever sucintamente o estudo de como a preservação e a transmissão da memória social se concentram e se apoiam no cuidado com crianças, em comunidades religiosas afro-brasileiras, com base num recorte de um estudo etnográfico, relativo ao diálogo entre duas mães de santo. Uma delas, a Dona Helena, é dirigente da Tenda de Umbanda Pai Candinho pela razão Pai Sebastião pela razão do Pai Ogum Rompe Mato. A outra é a Dona Rosa, dirigente da Tenda de Umbanda Pai Jeremias e Caboclo Tupinambá. Neste recorte, busca-se examinar o cuidado com crianças e sua importância na umbanda. Este estudo é fruto de uma pesquisa desenvolvida a partir das contribuições teórico-metodológicas do Laboratório de Etnopsicologia, os quais propõem a extensão do método psicanalítico às pesquisas de campo, mediante a utilização de técnicas etnográficas, valorizando assim as formas de interação do pesquisador no contexto social da pesquisa a fim de apreender a lógica interna, raízes e concepções de vida de comunidades e grupos étnicos. Parte-se de que a vivência (e atuação) da liderança religiosa, especialmente com as crianças, evidencia-se como uma nuclear articulação comunitária, e constitui um espaço para a transmissão oral dos saberes e memória afro-brasileiros. O método utilizado, a escuta participante, possibilita iluminar os recursos sociais da memória nesta prática de cuidado, fortemente marcada por especificidades culturais da nossa sociedade. Traz ainda como desafio fazer com que os participantes, neste caso as populações afrodescendentes, saiam da posição de objeto de estudo e sejam entendidos como participantes ativos da construção do saber a seu próprio respeito. Como conclusão preliminar, as crianças são atuantes nas principais atividades do terreiro, tocando instrumentos, acompanhando os cultos e sendo colocadas em posições de destaque, sendo elas a garantia e, assim, os principais destinatários da continuidade da memória do grupo naquilo que fazem e aprendem. A pesquisa contribui para a psicologia social-comunitária ao descrever e recuperar a riqueza de práticas afro-brasileiras de socialização e cuidado com o infantil, levando em conta as proposições próprias do campo, sem ter a pretensão de traduzi-las a partir de sistemas interpretativos extrínsecos ao universo simbólico das comunidades estudadas.

Mobilização para além das fronteiras: semelhanças transnacionais dos movimentos sociais de origem virtual pelo mundo

Luciana de Oliveira Leal Halbritter, Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Maria Inacia D'Ávila Neto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marie Louise
Trindade Conilh de Beyssac, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em junho de 2013, o Brasil acompanhou perplexo o movimento social iniciado em São Paulo ganhar as ruas, com passeatas e manifestações públicas sincronizadas em várias cidades das cinco regiões do país. O que começou como revolta pelo aumento das tarifas do transporte público culminou com a rejeição de projetos de emenda constitucional, votação de projetos de lei, e promessas de mudanças em setores críticos, como saúde e educação. Milhões de pessoas aderiram ao movimento, nas redes sociais, divulgando os eventos, as ideias defendidas,

conclamando amigos a aderir e participar. O que poderia ter-se limitado a pequenos protestos localizados, como tantos na história política brasileira, se tornou a mobilização de milhões de pessoas, parando cidades inteiras, e a corrida dos representantes dos poderes executivo e legislativo para atender a reivindicações e apresentar propostas para tentar conter a mobilização popular.

Estes movimentos não são, porém, uma originalidade brasileira, pois ocorrem a par de outros pelo mundo, como na Turquia, nos países do oriente médio (Primavera Árabe), Américas e Europa. Todos com dinâmica semelhante, ao utilizarem a internet, especificamente redes sociais, como o Facebook, para divulgar os movimentos, e convidar mais e mais pessoas a participar, apesar das intrínsecas diferenças de reivindicações. Tanto países democráticos como países autoritários, tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento experimentam o mesmo tipo de mobilização popular, através de uma mesma ferramenta, a internet.

Assim, se por um lado a globalização serve à ampliação e ao fortalecimento do capitalismo contemporâneo, o que reforça desigualdades entre países centrais e países periféricos, por outro, possibilita a mobilização popular em torno de um objetivo comum, ou de muitos objetivos difusos, mas ainda assim hábeis a despertar nos poderes constituídos a percepção da necessidade de dar uma resposta aos clamores ouvidos.

Há o surgimento de uma política transnacional de representação, na medida em que os indivíduos passam a representar a si mesmos, em dinâmica que funciona tanto em países onde o autoritarismo impede uma representação política normatizada, como através do voto, quanto em países democráticos, com ordens constitucionais legitimamente constituídas, mas que não são capazes de vencer as desigualdades que detonam o movimento popular voluntário e horizontal. Dado este contexto, tem-se como principal objetivo deste estudo analisar como se deu essa propagação das reivindicações e como as relações entre cidadãos foram travadas nas redes virtuais e extrapolaram o virtual, para interferir diretamente no mundo real. Metodologicamente, faz-se a análise das notícias divulgadas à época tanto das mobilizações como das reações e respostas dos poderes constituídos, comparativamente ao ocorrido em outros países com movimentos similares em suas dinâmicas, traçando um paralelo entre eles. A partir desta análise, procura-se extrair hipóteses que expliquem o fenômeno, sinalizando para possíveis desdobramentos nas teorias dos movimentos sociais. A adequação do tema ao eixo temático Movimentos Sociais e ao tema da 5ª CIPC se dá pela pertinência da pesquisa acerca das repercussões nas relações sociais decorrentes dos movimentos sociais iniciados ou difundidos em meio virtual, campo sobre o qual atuam os profissionais da Psicologia Comunitária.

Movimento de saúde mental na perspectiva da conscientização: a experiência do GT de Saúde Mental do Distrito da Liberdade (Salvador-BA)

Carlos Eduardo Menezes Amaral, Universidade Federal do Ceará, Carolina Pinheiro Moreira, Universidade Federal da Bahia

No campo da saúde mental existem vários movimentos que lutam pelos direitos das pessoas em sofrimento psíquico grave, buscando desde a qualificação da atenção à saúde até o fortalecimento de sua participação social em outras esferas da vida cotidiana (trabalho, lazer, sexualidade, cidadania etc.). Essas lutas têm conseguido importantes conquistas junto ao Estado, sociedade e serviços de atenção à saúde mental. Contudo, uma experiência importantíssima que frequentemente ocorre no bojo desses movimentos, mas que é pouco ressaltada na literatura, são as transformações observadas nos participantes (profissionais, usuários e familiares) desses movimentos, na perspectiva que Paulo Freire chama de conscientização. Esse relato de experiência busca apresentar algumas reflexões a partir dessa perspectiva, analisando a trajetória do Grupo de Trabalho em Saúde Mental do Distrito Sanitário da Liberdade (Salvador-BA). Esse grupo de trabalho (GT) é um espaço coletivo que funcionou no período de 2007 a 2008, sendo retomado no ano de 2010 e reunindo-se regularmente até a presente data, agregando usuários e profissionais de vários serviços do Distrito Sanitário da Liberdade, assim como de outros grupos formais e informais do campo da saúde mental (associação de usuários, alcóolicos anônimos, aliança de redução de danos etc.). O GT surgiu inicialmente com a intenção de facilitar a articulação em rede da atenção em saúde mental, enfatizando a diminuição do estigma, e atualmente fortemente centrado na defesa ampla dos direitos das pessoas em sofrimento psíquico. As intervenções realizadas pelo grupo incluíram sensibilizações em vários espaços institucionais (PSFs, hospitais, escolas) e públicos (praças), assim como a organização de cinco fóruns de saúde mental, incluindo um fórum temático sobre drogas e, recentemente, outro sobre direito à saúde, assistência social, trabalho e lazer. Dentro da perspectiva de conscientização ressaltada nesse trabalho, podemos observar em alguns participantes um aprofundamento de consciência resultante da percepção de que os problemas que vivenciam individualmente são compartilhados pelos outros participantes, criando uma solidariedade de grupo que possibilita o deslocamento das ações do nível individual para o coletivo. Ainda que de forma relativa, ocorre um movimento que se inicia na indignação e reclamação acerca da “doença”, mas também da opressão cotidiana, evoluindo para uma busca de alternativas coletivas. O empoderamento possibilitado pelo grupo permite ainda o reposicionamento de usuários, familiares e profissionais frente a outras instâncias da vida social, como espaços formais de reivindicação (Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Municipal de Saúde e outros órgãos governamentais). Busca-se com isso modificar a concepção do “direito como favor” para o “direito como conquista coletiva”. Especificamente em relação aos usuários, a criação desse espaço coletivo fora da institucionalidade dos serviços de saúde permite e convida a uma radicalização da autonomia, entendida agora não apenas como o aumento da horizontalidade nas relações com profissionais de saúde, mas também em relação a um reposicionamento frente a sua condição de opressão social. No momento atual do GT, ressaltamos a influência do atual cenário político de reivindicações sobre o passe livre na determinação dos objetivos do grupo, mostrando que a resinserção social deve incluir também a participação em movimentos reivindicatórios gerais.

4.3

Eixo Profissão /
Eje Profesión/Axis Occupation

O impacto da (qualidade da) participação de jovens portugueses nas suas atitudes e comportamentos políticos: Diferentes experiências, diferente qualidade desenvolvimental?

Carla Ferreira Malafaia, Universidade do Porto, Isabel Menezes, Universidade do Porto, Tiago Neves, Universidade do Porto

Estudos científicos e documentos políticos, de âmbito nacional e internacional, apontam sistematicamente para a necessidade de revitalizar a participação cívica e política dos cidadãos (Ichilov, 1998), em prol do fortalecimento e qualidade da democracia (Sullivan & Transue, 1999; Putnam, 1993). Isto é particularmente notório no que diz respeito aos grupos juvenis (McFarland & Thomas, 2008). Nesta área de estudos, como noutras, é importante identificar a diversidade e as tensões que a caracterizam. Por um lado, uma parte da investigação reflete preocupações sobre os baixos níveis de participação dos jovens (Curtice, 2005) e a elevada insatisfação com a democracia (Magalhães & Sanz Moral, 2008); para além disso, também se tem vindo a sublinhar o afastamento destes grupos relativamente à participação política convencional, não lhe reconhecendo eficácia. Por outro lado, esta tendência, acompanhada da reivindicação de estruturas que introduzam democracia direta (Forbrig, 2005; Magalhães & Sanz Moral, 2008), tem conduzido ao surgimento de novos contextos e modos de participar (Norris, 2002).

Na investigação sobre o fenómeno da participação, é fundamental ter-se em consideração que ela não comporta apenas vantagens: a participação pode estar também associada a riscos pessoais e sociais, uma vez que determinadas experiências podem promover estereótipos, conformismo, desconfiança e fragmentação social em resultado de interesses particulares (de Picolli, Colombo & Mosso, 2004; Menezes, 2003; Theiss-Morse & Hibbing, 2005; Dear, 1992; Lima, 2004; Santos, 1998; Viegas, 2004). Assumimos então que participação não é necessariamente positiva, dependendo em larga medida da qualidade da(s) experiência(s) a ela associada(s). Dito de outro modo, trata-se de saber se são experiências que promovem uma integração coerente entre elementos ligados à ação e à reflexão: partindo-se da relevância que o indivíduo atribui às experiências de participação cívica e política, afere-se o reconhecimento do potencial de tais experiências em termos de envolvimento em assuntos significativos, das oportunidades para expressar o seu ponto de vista, da interação com diferentes perspetivas num contexto que valorize o pluralismo e permita a análise pessoal do significado dessas experiências.

Reconhecemos que os grupos juvenis são, em si mesmos, muito diversos e que é necessário atender-se à qualidade desenvolvimental promovida pelas diferentes experiências de participação. Assim, pretendemos analisar quais as experiências (de qualidade) em que os jovens se envolvem e os impactos destas experiências em variáveis como o interesse, atenção, eficácia e tolerância políticas. Em suma, será explorado o efeito mediador da “qualidade das experiências de participação” (Ferreira, Azevedo & Menezes, 2012) no impacto da participação de 1127 jovens portugueses – (da 8ª série, 2º ano do ensino médio e 2º ano do ensino superior), de escolas privadas e públicas (rurais e urbanas) – nas suas atitudes e comportamentos políticos.

O livre Direito territorial-Subjetivo dos Povos de Santo (Candomblé)

André Valécio, Faculdade de Tecnologia e Ciência, Morgana Prass Andrade, UNIJORGE

O presente estudo através de uma revisão bibliográfica, visa propiciar a conservação dos territórios dos povos de santo e salvaguardar o livre-direito de desenvolverem em seu território as práticas ritualísticas.

O processo de territorialização dos povos de santo é imprescindível para o desenvolvimento Bio-psico-social desses sujeitos. A conexão com a terra é um dos fatores responsáveis pela preservação da Natureza e também, da preservação de seus valores culturais construídos a partir dos saberes presentes na Natureza; além de contribuírem para a sua saúde mental desses sujeitos, pois os rituais estão diretamente relacionados com a construção subjetiva identitária dos mesmos. A partir dessas demandas, seria possível a estância do direito positivo proteger e fazer valer as estruturas necessárias para o desenvolvimento desses rituais com a inclusão dos fatores bio-psico-social desses grupos. Essas questões relacionadas ao processo de territorialização no Brasil são fundamentais para se entender o movimento e o direito relacionado com as comunidades tradicionais e, no caso específico, os povos de santo. Depreender esse conceito é compreender sua relação com a terra que é desenvolvida por esses sujeitos.

Mas para de fato proceder o respaldo do direito positivo, é necessário desviar das armadilhas que estão sempre presentes com as construções etnocêntricas tanto teórica quanto filosófica-política (BANDEIRA, 2001).

Decorrente dos preconceitos e formas excludentes sofridas historicamente, a Constituição Federal no artigo 5º inciso VI através do tombamento, assegurou proteção aos locais de desenvolvimento das liturgias e cultos do candomblé, além de garantir o livre exercício dos cultos religiosos, pois se trata de bens de natureza material e imaterial, referentes à identidade, memória, costumes, valores de toda a nação.

A ferramenta legal do tombamento é um dos subsídios que o povo de santo possui para assegurar a preservação dos terreiros de candomblé. Entretanto as incompatibilidades entre esse dispositivo e o funcionamento do terreiro são bem graves. As escolhas por conta do tombamento, muitas vezes, são as únicas saídas encontradas pelos povos de santo para preservar sua área, mas o livre uso da área é bastante prejudicado.

A perda do poder desses sujeitos, inclusive o controle dessas subjetividades, está nas mãos do estado, já que toda sua construção subjetiva procede em uma inter-relação com o terreiro. A ciência do direito junto com outras áreas do conhecimento em uma troca interdisciplinar poderia pensar na construção de uma ferramenta legal que respaldasse a preservação material e imaterial, levando em conta a cultura, mito, crença dos povos de santo. Estender-se-ia não apenas pelo processo de terra e espaço, mas inserir o todo dentro desse constructo. É pensar a terra como espaço do sagrado, histórico e afetivo.

Observa-se que, apesar de terem ocorrido inúmeras evoluções no campo do direito positivo frente ao desenvolvimento do livre culto do candomblé, ainda é uma ferramenta de controle do estado frente a esses sujeitos, que almejam a livre possibilidade de seu direito à terra e a seus cultos associados a mesma.

O papel da classe social na literacia política juvenil: As perspetivas e posicionamentos de jovens portugueses sobre o contexto sociopolítico atual

Carla Ferreira Malafaia, Universidade do Porto, Isabel Menezes, Universidade do Porto, Tiago Neves, Universidade do Porto

A democracia foi instaurada em Portugal com a revolução de 25 de abril de 1974, que pôs fim a 41 anos de ditadura. A debilidade da cultura política democrática (Augusto, 2008), torna-se ainda mais evidente pela “ditadura do capital financeiro” que, no quadro do apoio financeiro externo concedido pelo FMI, controla atualmente o país (Santos, 2013). Com efeito, “desde o 25 de abril nunca um Governo violou tão grosseiramente os direitos dos cidadãos e o fez com tanto brutalismo político” (Ibidem.). O Estado afasta-se das suas funções sociais e o agravamento da austeridade coexiste com a ausência de uma política económica de crescimento. O ano de 2011 marcou o início de uma onda global de protestos que, também em Portugal, revela a crise de legitimidade das instituições políticas. Estes protestos são fortemente participados por jovens que sentem agudamente a crise devido ao desemprego, à flexibilidade e desproteção laborais; assim, têm grandes incertezas quanto aos seus percursos profissionais e existenciais (Estanque et al., 2013). Foi no rescaldo destes protestos e no centro de um clima sociopolítico particular (iminência de demissão do Governo e de eleições antecipadas – abril/maio, 2013) que administrámos inquéritos por questionário a 1127 jovens portugueses (da 8^a série, 2^o ano do ensino médio e 2^o ano do ensino superior), de escolas privadas e públicas (rurais e urbanas). Dada a falta de interesse político juvenil (Pleyers, 2005), é crucial compreender como os jovens interpretam mobilizações coletivas que refletem um período político particular, e que são respostas a acontecimentos que têm afetado severamente a vida dos portugueses e da própria democracia. Procuramos, assim, identificar a influência do conhecimento e literacia políticas na medida em que são fortes preditores da participação (Torney-Purta et al., 2002), pelo papel que têm na promoção do interesse por questões sociais e políticas (Dalton, 2002; Delli Carpini & Keeter, 1996). Analisamos igualmente o impacto que fatores ligados à classe social exercem na participação cívica e política e na cognição política (Ibidem). Isto deve-se ao facto de a “sofisticação política” variar em grande medida com o estatuto socioeconómico (Luskin, 1990). Também o tipo de escola em que o jovem se insere tem um papel muito importante nas oportunidades para desenvolver competências cognitivas ligadas a assuntos de natureza política, um efeito que pode aliás suplantam a influência do ambiente familiar (Fuks & Pereira, 2011).

Nesta comunicação iremos explorar os resultados relativos à questão de resposta aberta do instrumento mobilizado no nosso estudo, em que se pediu aos jovens que comentassem duas imagens de manifestações recentes em Portugal. A análise das respostas é feita a partir de 2 níveis: o conteúdo do discurso e o nível de complexidade discursiva. Além disso, estes resultados serão cruzados com as variáveis relativas ao “número de livros em casa” e à perceção sobre a “existência de problemas financeiros em casa”, pelo facto de estes serem bons indicadores do capital cultural e do estatuto socioeconómico (Lopes, et al., 2009), fatores que influenciam a eficácia política e as disposições para participar (Menezes, 2012).

O papel da Psicologia na formação de grupos de economia solidária e o impacto no crescimento do empreendedorismo

Patricia Silva de Deus, Unilasalle, Tainá Michele Becker, Uniasselvi

No mundo do trabalho, atualmente, a economia solidária surge como estratégia para geração de trabalho e renda. O cooperativismo como forma de atuação destas práticas, destaca-se entre os grupos de economia solidária. Dentro deste sistema, nos deparamos com questões que ultrapassam o aspecto econômico destas organizações. Com vistas a isso, objetiva-se articular e fortalecer os empreendimentos econômicos e solidários para desenvolverem-se em sua integralidade, ofertando espaços de trocas e de crescimento necessários ao desenvolvimento individual e coletivo. Ao homem, que por ser um ser social e que apresenta necessidade de ajuda mútua como uma condição de vida desde o princípio da civilização percebe-se que a cooperação entre pessoas permite que cada um possa desenvolver-se, tendo resultados no crescimento do próprio grupo social. Nesse sentido, os homens criam instituições como forma de alcançar objetivos coletivos e individuais. Assim os empreendimentos econômicos solidários podem contribuir não somente para o crescimento financeiro da pessoa, mas também como uma forma de crescimento pessoal. Conforme a teoria de funcionamento dos grupos de Bion, ele classifica de forma distinta o processo grupal. Para ele grupo se caracteriza pela reunião de pessoas para execução de tarefas onde os membros têm um padrão de comportamento pré-estabelecido, onde cada um contribui com suas capacidades individuais, sendo essencial para a realização mental na vida de um ser humano. Nessa direção, o empreendimento torna-se um ambiente de desenvolvimento coletivo, oportunizando um espaço onde o sujeito seja visto e compreendido em sua integralidade. Partindo dessa premissa, os trabalhos desenvolvidos dentro de um empreendimento econômico solidário acontecem a partir das demandas que são apresentadas no dia-a-dia, nas ações comuns e sem importância, mas que carregadas de significado explicitam as dores e as angústias individuais que afetam a coletividade. Intervenções sistemáticas e pontuais, momentos de debates e ações que utilizem muito o imaginário de cada um, são formas de trabalharmos esses temas de forma sutil, mas que resulte em um crescimento grupal, erradicando questões prejudiciais ao desempenho do empreendimento. Como resposta aos estímulos dados, observa-se que a ação-reflexão se faz cada vez mais presente. Reconhece-se a importância de cada um e cada um reconhece a importância adquirida para a constituição deste espaço, bem como para os demais grupos que congregam em sua vida. O sentimento de pertença faz com que os sujeitos sintam-se seguros e preparados para enfrentar questões outrora inimagináveis. Estimulam a participação coletiva e o envolvimento em discussões mais profundas que requerem conhecimento sobre o trabalho desenvolvido. Podemos então dizer que o trabalho significa o sujeito, tornando-o pertencente a um espaço e o espaço também pertencente a ele.

4.3

Eixo Profissão /
Eje Profesión/Axis Occupation

O processo de construção de pertencimento da identidade das comunidades faxinalenses.

Solange Struwka, Universidade São Paulo

Recentemente as Comunidades Tradicionais, tais como indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores, ribeirinhos, faxinalenses e outras, despertaram interesse e preocupação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, dentre os pontos de interesse destaca-se o modo de vida particular nas comunidades, as relações estabelecidas entre os sujeitos, seus territórios e o meio ambiente. Em se tratando das comunidades tradicionais faxinalenses apontamos como atividades que as caracterizam o uso comum da terra, as rodas de conversa, a divisão do trabalho, as festas religiosas, os mutirões e/ou puxirões e as relações de solidariedade.

Historicamente estas comunidades têm enfrentado inúmeras pressões sociais, em especial, por conflitos agrários e ambientais movidos por disputas territoriais. Tais disputas são geradas justamente pela maneira com a qual os faxinais se apropriam e utilizam dos recursos naturais, bem como pela forma comum de uso da terra. As condições de pressões e disputas vêm sendo vivenciadas individualmente ao longo dos anos pelos moradores dos faxinais, até que em 2005 estes sujeitos constituíram um espaço de encontro, debates, estudos, reivindicações, nomeado como Articulação Puxirão dos povos faxinalenses (AP).

O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar alguns pontos significativos da construção do movimento Articulação Puxirão dos povos faxinalenses (AP), especialmente das relações de pertença entre os seus integrantes. Para isso, foram selecionamos alguns materiais produzidos pela AP, os quais consideramos mais significativos, assim como uma das ações político educativo do movimento. Desta maneira, após descrevê-los, dividimos em três categorias de análise, sendo: produção de materiais, estratégias político educativas e pertencimento, pontos que se destacaram no processo de formação do movimento em questão.

A partir da análise dos materiais, apontamos que a participação dos faxinalenses nas ações do movimento foi um dos grandes definidores da ressignificação do estigma de camponeses "atrasados" impostos aos sujeitos, bem como, garantia de formação da identidade coletiva. A metodologia de construção do mapeamento coordenado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia foi uma estratégia interessante de aproximação e reconhecimento entre os agentes sociais, também foi determinante para a constituição do movimento, haja vista, que no seu desenvolvimento são narrados e discutidos o que caracteriza o faxinalense, conceito de faxinal, dispositivos jurídicos de proteção ao faxinal, práticas de conservação do faxinal, práticas de produção, práticas religiosas, os principais conflitos enfrentados pelos grupos. Além disso, as informações levantadas nos materiais foram imprescindíveis para o movimento, os órgãos públicos, pesquisadores e população de maneira geral, reconhecer a dimensão dos faxinais no Paraná, dar visibilidade a este modo de vida e cobrar políticas públicas de suporte para manutenção, conservação e proteção das áreas e dos próprios faxinalenses.

Compreender estes diferentes modos de vida e os espaços político organizativo têm sido um desafio à psicologia comunitária, pois sugerem atividades mediadoras e promotoras de consciência, de superação das contradições sociais em que vivem e transformações históricas.

Organização comunitária, economia e território: a experiência do Banco Palmas

Juliana de Oliveira Barros Braz, Universidade São Paulo

Este trabalho busca discutir, a partir de uma iniciativa de economia solidária o Banco Palmas, a articulação entre a dimensão econômica e social no desenvolvimento integrado de comunidades organizadas.

O Banco Palmas surgiu, em 1998, num bairro periférico da cidade de Fortaleza chamado Conjunto Palmeira. Nos anos 90, após 20 anos de conquistas de infraestrutura para o bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará, a pobreza e a geração de trabalho e renda apresentavam-se como os grandes desafios a serem enfrentados por seus moradores. Na busca por alternativas locais, estruturou-se uma estratégia de desenvolvimento comunitário que articulou o consumo à produção local. O consumo foi estimulado, inicialmente, por meio de um cartão de crédito chamado PalmaCard e, mais tarde, pelo uso da moeda social Palmas. Já a produção, foi incentivada a partir da oferta de crédito produtivo articulada à criação de pontos de comercialização locais como feiras, festivais e uma loja solidária, e ao fomento à formação de empreendimentos coletivos. As ações propostas pelo banco comunitário, com a formação de redes locais de produção e consumo, e o debate sobre o desenvolvimento do bairro abriram caminhos para a experimentação de valores antagônicos aos pregados pela sociedade atual: ao invés da competição, a afirmação do trabalho associado; do individualismo do empreendimento, a decisão coletiva. Por assumir múltiplas dimensões, o Banco Palmas se torna uma experiência potente para a análise das iniciativas de economia solidária que articulam a dimensão econômica às dimensões social e política. O lugar que essas experiências ocupam na vida cotidiana das pessoas passa pela importância da família na organização das relações sociais e da vida, da cultura clientelista, da referência ainda presente do trabalho assalariado, dos costumes e da cultura popular, do lugar da mulher, da relação com o bairro e a cidade e das políticas sociais dos últimos anos. O Banco Palmas pode ser visto como instituição mediadora na promoção de relações diferenciadas para os moradores do bairro, ampliando o acesso à cidade, a espaços de participação e a novos sistemas simbólicos que permitem a conexão da vida a outras redes de sentidos e significados.

Neste sentido, o Banco Palmas abre caminhos para a reflexão sobre novas formas de organização popular que articulam ação comunitária e desenvolvimento econômico enraizada nas dinâmicas territoriais.

Psicologia e Territorialidade: a luta do movimento dos atingidos por barragens

Fernanda Blanco Vidal, Faculdade São Bento e Unime

A luta das populações atingidas por barragens e a relação entre Subjetividade e Território são os temas dessa apresentação que pretende refletir as contribuições da psicologia social comunitária para a compreensão dos impactos dos deslocamentos forçados sobre as comunidades atingidas. Fará isso a partir da apresentação de parte da pesquisa "Saudade sim, tristeza não: memória do deslocamento compulsório e da reconstrução da vida dos atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo (Bahia) em que buscou-se analisar os impactos

desse empreendimento nas diversas dimensões da vida social dessas populações, em uma perspectiva interdisciplinar, na interseção da Psicologia com a Sociologia. Em termos metodológicos, o estudo utilizou as entrevistas em profundidade com os atingidos como fio condutor da análise, articulando-as com dados de naturezas diversas: entrevistamos técnicas sociais que trabalharam na Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu (DESENVALE), responsável pela barragem, e militantes que atuaram na região. Analisamos documentos da empresa que construiu a barragem, árvores familiares dos atingidos, desenhos feitos por eles dos lugares em que viviam antes da barragem e as fichas de saúde do reassentamento alvo da pesquisa, gerando dados quantitativos e qualitativos. A partir desses dados, foi possível constatar que os impactos daquela barragem não se limitaram aos aspectos objetivos e econômicos, repercutindo em dimensões sociais, culturais, subjetivas e afetivas na relação com o território. Na condução do Estado, houve desrespeito ao modo de vida camponês, no qual a terra e a família são elementos centrais, formando "territórios de parentesco". Os lotes entregues às famílias foram extremamente pequenos, insuficientes para provê-las, contrariando a própria legislação agrária. Houve separação das famílias em diferentes núcleos, tema dos mais dolorosos para esse grupo. Os mais velhos foram muito afetados: o relato da história de um senhor que faleceu por "paixão" após perder suas terras foi detidamente analisado através dos aportes da Psicologia sobre a vivência do Luto. Além da questão da terra, destacou-se a relação com as águas, que, conforme indicavam os desenhos e falas, tinha importância cultural para este grupo. Tão danosa quanto a perda do território foi a forma de tratamento oferecida. A partir das legislações indicadas pelo relatório do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana sobre as barragens no Brasil, constatamos que o Estado violou pelo menos 14 direitos humanos neste processo. Todo ele, entretanto, não ocorreu à revelia dos atingidos. Ao longo do estudo apresentamos a sua história de organização e luta entre os atingidos e movimentos sociais da região, desde os primeiros anos do projeto até os dias de hoje. Pode-se dizer que, no esforço de viabilizar um reassentamento que lhes foi entregue de maneira precária e sem condições de recebe-los, os atingidos terminaram reconstruindo-se como uma comunidade, podendo hoje ver o seu passado com "saúde", mas não mais com "tristeza".

Que o Oxé de Xangô seja nossa ferramenta! Projeto SOS Racismo: Assistência Jurídica e Psicológica á Vitimas de Racismo

Edelu Kawahala, Universidade Federal de Santa Catarina

Nos últimos meses a violência física contra pessoas negras tem sido notícia na mídia brasileira, não somente em casos de delitos, quando a população decide por fazer justiça, mas também em casos em que a vítima de racismo foi interpelada somente por ser negra. Importante que se registre que embora os casos visibilizados pela mídia tenha provocado em alguns setores uma breve comoção eles não representam de forma alguma a quantidade de atos racistas que ocorrem cotidianamente no Brasil. Diante deste quadro, urge que a sociedade dê respostas a esta situação de desigualdade racial, pois não há como pensar uma sociedade democrática quando tantos são alijados de seus direitos. Sendo assim, esta comunicação tem como objetivo apresentar o trabalho realizado pelo projeto

SOS Racismo, realizado pelo Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário Estácio de Sá em conjunto com o Curso de Psicologia, com o objetivo de atender a demanda social de assistência a vítimas de racismo. O processo de implantação do projeto se deu a partir da articulação entre o Movimento Negro, da Grande Florianópolis e as autoridades judiciárias de segurança pública, para construção do formato de atendimento e mapeamento das comunidades em que os casos são mais recorrentes. O projeto visa atender tanto as demandas individuais como demandas coletivas, como o caso das comunidades de terreiro e quilombolas. Além disso compreende-se a necessidade de envolver a universidade no debate a cerca das relações raciais, atuando no tripé ensino, pesquisa e extensão e atendendo desta forma as exigências da lei 10639/03 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O corpus teórico de sustentação do trabalho se dá a partir da verificação das produções contemporâneas sobre relações raciais, produzidas principalmente com base nos chamados estudos pós-coloniais e decoloniais. Como por exemplo: Frantz Fanon, Paul Gilroy, Miguel Vale de Almeida, Kwame Anthony Appiah, Gloria Anzaldúa, Arlindo Barbeitos, Homi Bhabha, Stuart Hall, Edward Said, Walter Dignolo, Henrique Dussel, Ramón Grosfoguel e outros. Servem de sustentação ao projeto também pensadores brasileiros como: Abdias Nascimento, Milton Santos, Muniz Sodré, Jurema Werneck, Maria Aparecida Bento, Sandra Azeredo, Osmundo Pinho, Sueli Carneiro, Claudia De Lima Costa, Simone Pereira Schmidt, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, Mariza Corrêa, Sérgio Costa, entre outros. Neste sentido a relação com o Movimento Negro se torna essencial pois, mais que uma parceria operacional esta articulação implica na criação de metodologias e epistemologias outras, que busquem produzir conhecimentos a respeito do racismo e dos sujeitos implicados, buscando desta forma criar outras possibilidades éticas e estéticas de superação das desigualdades raciais.

Representações Sociais Sobre Manifestações na Esfera da Mídia. A Banalização das Tecnologias e a Desmistificação dos Discursos como Estratégia de Resistência.

Fabio Montalvão Soares, Universidade Federal do rio de Janeiro, Leticia de Carvalho Guimaraes, Uniabeu

Introdução: Este trabalho visa investigar as relações entre os dispositivos de mídia, e a construção de representações sociais no âmbito das recentes manifestações que ocorreram no Rio de Janeiro no início deste ano, avaliando as implicações deste processo na produção, reificação e naturalização das informações acerca de fatos ocorridos e noticiados na mídia. A pesquisa propõe um estudo de campo avaliando, através da análise de materiais colhidos na internet, como as tecnologias digitais contribuem para a formação destas representações e qual o papel dos dispositivos de mídia neste processo. Compreender como se opera, por meio dos métodos de edição enquanto recurso tecnológico utilizado na composição das imagens produzidas e reificadas pelos dispositivos, o esfacelamento da proposição testemunhal (Rancière 2008) implícita nas imagens sem corte e a consequente elaboração de um discurso artificial produzido mediante as tecnologias audiovisuais, no sentido da produção de representações acerca dos fatos ocorridos. De acordo com Thompson (1995), a mediação da cultura moderna é o processo geral através do qual as transmissões das formas simbólicas se tornam sempre mais mediadas pelos aparatos técnicos e institucionais das

indústrias da mídia: “Vivemos hoje, em sociedades onde a produção e a recepção das formas simbólicas é sempre mediada por uma rede complexa, transnacional, de interesses institucionais” (Thompson, 1995, P.12). Neste sentido, os dispositivos midiáticos atuam no sentido da manipulação de informações como objeto de produção de seus discursos, reificando-os e naturalizando-os através de seus meios tecnológicos. Adotamos o método da cartografia (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009), visando acompanhar os processos de produção e veiculação de informações e imagens na mídia, em especial a televisiva e a internet. Foram selecionados e analisados vídeos contendo reportagens sobre manifestações e protestos divulgadas por emissoras oficiais de TV, comparando-os com vídeos amadores independentes postados no YouTube e em redes sociais que cobriam os mesmos fatos divulgados pela mídia oficial. Esta pesquisa vem demonstrando a importância de se atentar para a importância de estudos sobre como os recursos tecnológicos contribuem para a crescente manipulação e produção de informações pelos dispositivos midiáticos, no sentido da produção, massificação, reificação e naturalização dos discursos ideológicos segundo a lógica dominante a serviço dos interesses do capitalismo contemporâneo (Soares, 2007). Contribui ainda para uma reflexão sobre como a banalização destes mesmos recursos, no sentido de sua livre acessibilidade e manipulação por parte dos sujeitos, facilita a apropriação destes numa perspectiva coletiva, tornando-se instrumentos de reflexão e crítica às informações recorrentemente divulgadas e pretensamente legitimadas como “oficiais”. Neste sentido, a manipulação das novas tecnologias contribui para produção de novos modos de subjetivação a partir da produção crescente das controvérsias (Latour, 2009) estabelecidas no universo das mídias.

Ressignificando espaços: ações coletivas urbanas na cidade de Porto Alegre

Adolfo Pizzinato, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Cristiano Hamann, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, João Gabriel Maracci Silveira Cardoso, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Joao Pedro Cé, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pedro de Castro Tedesco, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

A compreensão do universo das ações coletivas atuais, institucionalizadas ou não, tem sido um desafio para pesquisadores na Psicologia Social. Esse desafio se configura, seja como pauta de discussão contemporânea em diversas áreas de estudo, como desafio de caráter metodológico, ou ainda quanto indagação acerca da suposta fronteira entre participantes e pesquisadores. Em Porto Alegre, há uma pluralidade de temáticas vinculadas a estas ações, especialmente as ocupações do espaço urbano, abrangendo questões ambientais, partidárias, sociais, identitárias, relativas a apropriações do espaço público por instituições privadas, etc. Considerando a emergência e importância deste assunto, foi desenvolvido um projeto de pesquisa no final de 2012, intitulado “Mapeamento de Ocupações do Espaço Urbano de Porto Alegre”. Concebendo os locais de circulação, encontro e manifestação como potência para os sujeitos produzirem a si mesmos, nesta proposta de pesquisa procurou-se compreender quais são e como atuam os movimentos de ocupação urbana na esfera pública de Porto Alegre. Para tanto, partiu-se de uma perspectiva dialógica, na qual se compreende que tanto os participantes diretamente implicados nas ocupações, como a noção que estes têm de sua audiência, possuem papel fundamental no processo de produção de

significações das ocupações, do espaço urbano e das comunidades envolvidas. Articulando um referencial teórico de perspectiva bakhtiniana, abordagem de inspiração etnográfica e a proposta conceitual de happening, proveniente das artes performáticas, procurou-se apresentar uma forma de diálogo entre as ocupações e as significações elaboradas no espaço urbano pelas comunidades que a constituem. O processo de coleta de informações foi estabelecido através do monitoramento de redes sociais e midiáticas, observação dos movimentos e entrevistas, integradas por uma proposta de registro e produção fotográfica por parte dos participantes dessas ações. As entrevistas, mediadas por produções fotográficas, permitiram que se verificassem como questões emergentes: a ideia de existirem formas rudimentares de diálogo entre representações governamentais/não governamentais; o questionamento do conceito de classe como marcador essencial nas ocupações; as redes sociais como forma de autoria e manejo para a realização das ocupações; a importância dos espaços de convivência na cidade e seu processo de constante significação. Neste sentido, estas ações se mostram não somente como uma “nova forma de protestar”, e sim, como forma diferenciada de ser no espaço público, de afiliar-se e relacionar-se com e na urbe. Os processos identificatórios reconhecidos nas observações e entrevistas oscilam do local ao global, do coletivo ao hiperindividual, colocando em pauta certezas aparentemente consolidadas sobre o que se acreditava ser consenso – como as noções de democracia, participação e representatividade.

Rotinas de mulheres ribeirinhas da região amazônica: atividades e papéis na família, no trabalho e na comunidade.

Neuzeli Maria de Almeida Pinto, Universidade Estadual do Maranhão

A modernização da sociedade tem demandado da mulher e conseqüentemente da família e até da sociedade novos padrões de organização. As funções adquiridas pelas mulheres, em especial, no mercado de trabalho, têm possibilitado a ocupação de novos contextos, atividades e desempenho de diferentes papéis. Correlatamente se pode pensar em impactos semelhantes nos subgrupos que ela participa, em especial, a família passou a exercer novas funções e foram desenvolvidas novas redes de relações de suporte tanto na família como na comunidade; um nova forma de organização familiar e do entorno que a circunda. O papel desenvolvido pela mulher nos vários contextos sociais tem sido considerado como uma característica fundamental por marcar as pessoas e suas relações, sendo necessário compreendê-lo dinamicamente, pois abrange um aglomerado de sistemas que mantêm relações interdependentes entre si. Tal pressuposto permeia recentes estudos em desenvolvimento que vêem o indivíduo e seu contexto de forma indissociável. Nesse sentido, o contexto atua como um facilitador para o desenvolvimento, à medida que as particularidades da pessoa e do ambiente interagem reciprocamente, produzindo constância e mudança nas características da pessoa e no curso de sua vida. Como uma amostra de populações com perfil na Amazônia, pode-se tomar de exemplo paradigmático as mulheres trabalhadoras na coleta de açaí. Nesse caso, há efeitos da sua participação em vários contextos, as mulheres exercem os papéis dentro do âmbito familiar, tanto na manutenção das atividades domésticas quanto contribuindo com o orçamento da família e ainda têm uma participação ativa na organização da comunidade como um todo.

Considerando a participação multissistêmica em que as mulheres ribeirinhas organizam seus subsistemas em torno de atividades contextualmente disponibilizadas, o presente trabalho se propôs investigar a percepção das rotinas das mulheres que vivem em comunidades ribeirinhas da Amazônia, identificando-se os papéis e as atividades relacionadas ao trabalho doméstico, ao trabalho da coleta do açaí e à atuação em associações comunitárias.

Participaram 04 mulheres de duas comunidades de Ilhas da Belém Insular, as Ilha do Combu e Ilha Grande, e que exercem exclusivamente o trabalho remunerado da coleta do açaí, as atividades domésticas e atuam nas associações comunitárias. Foram utilizados como instrumentos o Inventário Sociodemográfico (ISD), o Inventário de Rotina (IR) e o Diário de Campo (DC).

Todas as atividades são definidas em função do gênero. Apesar de acompanharem os rígidos conceitos familiares de divisão sexual do trabalho, a atuação das mulheres ribeirinhas apresenta um aumento da participação feminina em atividades profissionais remuneradas, no caso, a coleta do açaí. O posicionamento da mulher ribeirinha na estrutura familiar é considerado dinâmico e abrange um aglomerado de sistemas que mantêm relações interdependentes entre si. Nesse sentido, o contexto atua como um facilitador para o seu desenvolvimento, produzindo constância e mudança nas características da mulher ribeirinha e no curso de sua vida, da família e da comunidade.

Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama

Cris Fernández Andrada, Universidade de São Paulo

O trabalho discute os resultados de uma pesquisa de doutorado em Psicologia Social que tomou como objeto o cotidiano local e comunitário de uma experiência de autogestão em rede, proposta por trabalhadores do movimento social da Economia Solidária. Por isso, entendemos que este trabalho articula-se muito bem com a proposta da presente Conferência e com o eixo temático escolhido. O crescente desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, disparado pela Crise do Emprego dos anos 90, exigiu de muitos trabalhadores a dedicação a ações econômicas e políticas mais amplas. Por meio da interação com diversos atores e instituições, passaram a criar e a modificar processos nos modos de gerir o trabalho, de comercializar produtos, de obter crédito, de praticar intercooperação, no ânimo resistente de gerar trabalho e renda e de organizar "outra economia". A pesquisa propôs compreender uma dessas experiências, a Justa Trama, rede autogestionária que reunia à época cerca de seiscentos trabalhadores, de sete empreendimentos de todas as regiões geográficas do país. Abarca grande parte dos elos da cadeia produtiva têxtil, do plantio do algodão agroecológico à confecção final. A pesquisa objetivou identificar e descrever as principais relações entre trabalho e política no cotidiano desses trabalhadores. Como referencial metodológico, adotou a etnografia, em razão do fecundo diálogo que estabelece com a Psicologia Social, e como ferramentas, a observação etnográfica combinada a entrevistas prolongadas. Apoiamo-nos especificamente no conceito de etnografia multissituada, proposto pelo antropólogo George Marcus, e na concepção de pesquisa no cotidiano como relação social. Um extenso trabalho de campo permitiu acompanhar atividades políticas e comunitárias da rede entre 2010 e 2012, em onze incursões. Como

resultados, apresenta casos que ilustram como os trabalhadores conciliam demandas do trabalho e da política, e assim constroem e sustentam a rede no cotidiano; que alimentos e entraves encontram e que recursos têm desenvolvido para operar com eles. As entrevistas fundamentaram a exposição de narrativas sobre o processo histórico de organização da rede, outro importante resultado. Os principais apoios teóricos da pesquisa são as obras de Agnes Heller sobre cotidiano e história. Concluiu-se que os espaços políticos da rede não são os grupos em separado, mas os encontros onde estão representados e ativos todos os coletivos que a conformam. Ali os trabalhadores comungam de uma identidade coletiva e comunitária e dedicam-se ao desenvolvimento do empreendimento que criaram. As práticas cotidianas da rede revelaram ainda uma tensão dialética constante. Significa viver, enquanto trabalhadores, os efeitos das contradições do modo de produção capitalista, como também construir recursos para esquivar-se deles e, muitas vezes, agir politicamente no sentido de instituir outro paradigma econômico, não sem dificuldades. A rede Justa Trama revelou-se dialeticamente como organização econômica, cujo fim é gerar renda, e como organização política, de resistência ao modo de produção capitalista, por meio de práticas apoiadas em valores humano-genéricos. Concluiu-se também que a política no cotidiano da autogestão da rede pode ser entendida como inerente ao trabalho. E o trabalho, por sua vez, pode ser tomado como objeto da atividade política do grupo de trabalhadores.

Turismo de base comunitária e enraizamento nas comunidades caiçaras do Vale do Ribeira

Bernardo Parodi Svartman, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Camila Danielle dos Santos, Universidade de São Paulo

O desenvolvimento de atividades de turismo tem produzido desigualdades sociais e impactos ambientais em muitas comunidades anfitriãs, alijando a maioria da população local dos recursos e benefícios gerados pela exploração dessa atividade, bem como dos processos de tomada de decisão e planejamento que envolvem o ambiente no qual vivem (Ribeiro, 2008). Diversos estudos têm mostrado que o desenvolvimento do turismo de forma não sustentável – ou seja, ecologicamente (in)correto, economicamente (in)viável, socialmente (in)justo e sem participação comunitária e enraizamento social –, apenas contribui para o desequilíbrio ecológico e para a desagregação social das comunidades anfitriãs (Coriolano, 2001; Mbaiwa, 2004; Bauer, 2008; Santos e Figueiredo, 2009).

Frente a este contexto surgem experiências, em diversas partes do mundo, de desenvolvimento de um modelo de turismo protagonizado pelos próprios moradores das comunidades. O conjunto dessas experiências tem sido denominado de Turismo de Base Comunitária ou Turismo de Base Local. Neste modelo, os empreendedores, os gestores e os maiores beneficiários do turismo são os moradores, que organizados de forma coletiva ou em núcleos familiares prestam na localidade onde vivem diferentes serviços aos turistas. Este trabalho pretende discutir alguns resultados de uma pesquisa sobre o Turismo de Base Comunitária desenvolvido por comunidades caiçaras do Vale do Ribeira/SP. Foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas com moradores da Barra do Una (comunidade presente no interior da Estação Ecológica Juréia-Itatins) e com moradores do bairro do Guaraú (Peruíbe –SP). Os entrevistados foram escolhidos

por serem lideranças locais ou por estarem envolvidos com o desenvolvimento do TBC na região. De forma geral, nas comunidades caiçaras do Vale do Ribeira foi possível constatar que estes projetos de TBC estão profundamente articulados a uma luta para permanência desses grupos no território. As comunidades localizadas na área transformada na Estação Ecológica Juréia-Itatins sofreram um processo de desapropriação e perderam o direito de permanência no território. A partir deste momento, observou-se o desencadeamento de um processo de migração de parte da população para os bairros periféricos das cidades próximas e também a formação de associações de moradores com o objetivo de reivindicar a permanência no território. As entrevistas com os moradores que ainda permanecem na região e com as pessoas que migraram e fixaram-se no bairro de Guaraú revelam uma experiência de desenraizamento que é descrita como a destruição das principais características da cultura caiçara local. O turismo de base comunitária, ainda incipiente na região, apoia uma forma de dar visibilidade à luta política dessas comunidades e permite vislumbrar a possibilidade de conciliação da permanência dessas comunidades e a preservação ambiental da região.

Uma prática de Psicologia Social Comunitária em um assentamento do MST

Elen Lucio Pereira, Universidade Estadual da Paraíba, Jordanya Reginaldo Henrique, Universidade Estadual da Paraíba, Leonam Amitaf Ferreira Pinto de Albuquerque, Universidade Estadual da Paraíba, Thelma Maria Grisi Velôso, Universidade Estadual da Paraíba, Vanessa Silva de Oliveira, Universidade Estadual da Paraíba

INTRODUÇÃO: A Psicologia Social Comunitária tem se destacado, nas últimas décadas, pelo desenvolvimento de trabalhos que priorizam o fortalecimento do sujeito comunitário, seja no meio urbano ou rural. Composto o universo de pessoas que vivem no meio rural, estão os pequenos produtores que residem e trabalham em assentamentos de reforma agrária. No processo de luta pela reforma agrária, tem se destacado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), um movimento político-social que visa transformar a realidade social. A intervenção em Psicologia em um movimento social como o MST está fundamentada numa prática comprometida com mudanças sociais que estimulem os sujeitos a pensarem crítica e coletivamente. **OBJETIVO:** Pretende-se relatar uma experiência de extensão universitária realizada, desde 2008, num assentamento rural, constituído pelo MST, Assentamento Pequeno Richard (Catolé de Boa Vista, Campina Grande – PB/ Brasil), que tem 1.210 hectares e é formado por cerca de quarenta e nove famílias. O objetivo principal dessa prática é de fomentar espaços de escuta, questionamento e problematização da realidade dos assentados e militantes, visando estimular a autonomia popular e o desenvolvimento de formas de articulação e organização frente aos problemas cotidianos. Este trabalho se vincula ao tema do Congresso e ao Eixo temático "Movimentos Sociais", já que busca refletir sobre a práxis do psicólogo comunitário num assentamento rural constituído pelo MST e formado por militantes desse movimento social. **METODOLOGIA:** Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Social Comunitária e da Educação Popular, o trabalho desenvolve-se através de visitas domiciliares, conversas informais e oficinas realizadas com as crianças assentadas, com as quais se pretendem estimular o gosto pela leitura, a criatividade e a reflexão crítica. De cada oficina

participam entre 09 e 21 crianças, de ambos os sexos, distribuídas em três subgrupos de acordo com a faixa etária. Além das estratégias de leitura, recorre-se às várias linguagens artísticas, como os exercícios e os jogos do Teatro do Oprimido (TO). **RESULTADOS:** Os espaços de escuta, proporcionados pelas visitas domiciliares e pelas oficinas psicopedagógicas com as crianças têm contribuído para problematizar a realidade e estimular o desenvolvimento de posturas mais participativas e críticas. Essa experiência de extensão tem contribuído, também, para a formação dos estudantes do Curso de Psicologia e para o fortalecimento do compromisso da universidade com a realidade social. **CONCLUSÕES:** Baseando-se nos princípios da ação-reflexão-ação, atua-se de modo a reforçar o desenvolvimento de um sentimento de pertença grupal, fomentando espaços onde possam ser estimulados o protagonismo social e as ações coletivas.

Vinculação Afetiva Pessoa-Ambiente na Prainha do Canto Verde: Processos de Participação Popular na Comunidade

Daniel Welton Arruda Cabral, Universidade Federal do Ceará, Luciola Limaverde Ribeiro, Universidade Federal do Ceará

O presente trabalho versa sobre os processos de vinculação afetiva pessoa-ambiente pelos moradores da Prainha do Canto Verde com sua localidade sob o referencial teórico da Psicologia Ambiental e Psicologia Comunitária. O interesse de pesquisa por este lugar se deu pelo alto nível de articulação política da comunidade ao buscar a preservação ambiental, luta travada pelos moradores e em boa parte articulada pela Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPCV). Essa articulação política culminou com a criação da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, a maior reserva do Estado do Ceará, com 29.794 hectares, o que demonstra a relevância da resistência na preservação ambiental da localidade. A área destinada à Reserva Extrativista é de domínio público e tem o seu uso concedido a sua população nativa, cuja subsistência é retirada da própria localidade. Diante do exposto, nossa pesquisa teve como objetivo principal a análise da inter-relação entre os processos de participação popular da comunidade e a vinculação afetiva pessoa-ambiente de seus moradores. Foi nosso alvo compreender as relações do desenvolvimento comunitário a partir da construção ativa dos "sujeitos da comunidade", sob a ótica da Psicologia Comunitária; com a vinculação afetiva dos sujeitos com o ambiente, a partir da Psicologia Ambiental. Serão os sujeitos desta pesquisa os moradores adultos da Prainha do Canto Verde, em especial os vinculados a AMPCV, de alguma forma, já ativos e organizados politicamente, ou seja, já se mostram comprometidos com as questões comunitárias. A pesquisa visa: Compreender o "sentimento de comunidade" e a sensação de "apego ao lugar" dos sujeitos comunitários; Investigar a dimensão afetiva (sentimentos e sensações) presente na vinculação dos sujeitos com a comunidade; Relacionar o processo de conscientização da população com a participação popular. A pesquisa utilizou, inicialmente, a metodologia qualitativa, a partir da abordagem etnográfica, sendo que os sujeitos pesquisados eram os associados da AMPCV. Para a coleta de dados utilizamos a análise de documentos, e em seguida a observação-participante, com a elaboração de um "diário de campo". Posteriormente se deu a formação de círculos de cultura e o instrumento gerador de mapas afetivos, que possui complementarmente um instrumento de análise quantitativa. A pesquisa em andamento aponta para a

importância do engajamento comunitário na formação de uma relação afetiva positiva com a localidade, que por sua vez reforça esta participação.

Violência nas relações amorosas na adolescência

**Débora Dalbosco Dell'Aglio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Jaqueline Portella Giordani, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jeane
Lessinger Borges, Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Este estudo pretende discutir o tema da violência perpetrada pelo companheiro íntimo nas relações amorosas entre adolescentes. Para tanto foi realizada um revisão bibliográfica, buscando discutir dados de estudos teóricos e empíricos que abordam tal fenômeno. Pesquisas nacionais e internacionais apresentam dados epidemiológicos associados à violência contra a mulher na faixa etária de 15 anos a 20 anos. No entanto, há ainda uma invisibilidade sobre quem são estas meninas-mulheres vítimas da violência do parceiro íntimo (namorado, ex-namorado, companheiro ou marido). A presença da violência nas relações amorosas iniciais na adolescência pode ser um fator de risco para a manutenção de um padrão de relacionamentos conjugais violentos na vida adulta, bem como para a perpetuação de uma posição de passividade e submissão da mulher. Além disso, a literatura tem apontado que meninas vítimas de violência doméstica na sua infância teriam um maior risco para se envolver em relacionamentos íntimos associados à violência, mantendo um processo de multigeracionalidade. Ressalta-se também que a forma mais frequente de violência nas relações amorosas na adolescência é a psicológica, contudo muitos adolescentes não reconhecem os sinais desse tipo de abuso, pelas sutilezas envolvidas. Nesse sentido, proibições de sair com os amigos, usar determinado tipo de roupa, verificar ligações no celular, ficar seguindo na rua, trocar palavrões, entre outros, não são consideradas formas de violência pelos adolescentes. A combinação entre violência física e psicológica é expressiva e a sexual é menos relatada nas pesquisas empíricas revisadas, embora os estudos teóricos destaquem que a violência sexual pode estar associada aos casos de gravidez na adolescência e é um fator de risco para doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, uma vez que pode haver pressões por parte do companheiro para a menina-mulher iniciar a vida sexual e, por vezes, sem o uso de preservativo. A literatura tem ainda dado ênfase a um tipo específico de violência na adolescência denominado de Stalking, definido como comportamentos de monitoramento da pessoa-alvo, vigilância e formas de comunicação coercitivas. Os estudos revisados também apontam que as condutas do companheiro íntimo violento são justificadas pela presença do uso de álcool e pela influência do grupo de pares, ou como sendo atitudes passageiras, o que faz com que a menina-mulher permaneça no relacionamento amoroso, sendo que estes dados se assemelham aos casos de mulheres adultas vítimas do companheiro. Esses resultados indicam a necessidade de estratégias preventivas dos profissionais que atuam junto ao público adolescente, abrindo espaços em escolas, programas sociais, unidades básicas de saúde e em programas da assistência social para discutir relações de gênero, sexualidade e violência no namoro. Nesse sentido, além de vislumbrar aspectos saudáveis nas relações amorosas da adolescência, o psicólogo pode atuar no enfrentamento dos casos de violação de direitos, como ocorre em qualquer situação de violência, através de intervenções preventivas ou terapêuticas, em ações coletivas ou individuais.

Agentes Visitadores Profesionales versus Paraprofesionales: una distinción vigente?

Katitzta Marinkovic Chavez, Pontificia Universidad Católica de Chile, Marcela Aracena Alvarez, Pontificia Universidad Católica de Chile

La visita domiciliaria es una estrategia reconocida internacionalmente como una herramienta potente para trabajar con mujeres gestantes en vulnerabilidad social y sus hijos/as. Sus fortalezas han sido aprovechadas desde hace tiempo por diversos programas latinoamericanos, observándose un interés creciente en el desarrollo de programas de calidad que incluyan la visita domiciliaria entre sus intervenciones, tanto a nivel nacional o regional, como desde organizaciones como ONG's, fundaciones, entre otros. En este contexto, el agente visitador es un elemento clave, ya que es quien realiza la visita y trabaja junto a las familias (Korfmacher, 2011). Sin embargo, se conoce poco sobre las características, roles y relación que establece con los usuarios. Tradicionalmente, los programas e investigaciones en Visita Domiciliaria para la Primera Infancia se han limitado a clasificar a los agentes visitadores según si poseen o no formación universitaria, omitiendo otros aspectos que podrían afectar el éxito de los programas, su mejoramiento y el apoyo que pueda brindarse a los agentes visitadores. Además, obstaculiza el avance de la investigación al no permitir diferenciar adecuadamente entre intervenciones que luego son evaluadas como si fuesen equivalentes. Con el objetivo de explorar las dimensiones implicadas en el perfil de los agentes visitadores paraprofesionales, se llevó a cabo una revisión y análisis cualitativo de los términos para estos individuos a través de todos los artículos encontrados sobre intervenciones con paraprofesionales en las bases de datos de MEDLINE, Psycinfo y PSYLIT, desde el 2000 en adelante (60 en total). Los resultados revelaron que la antigua definición basada en quien no es o qué características carece el paraprofesional, es limitada. Los estudios revisados reflejan una enorme y rica variedad de roles, características y orígenes. Se identificaron seis categorías distintas de paraprofesionales (Trabajadores Comunitarios, Paraprofesionales, Trabajadores No Profesionales, Pares/Mentores, Trabajadores de Apoyo y Voluntarios), a partir de las cuales se extrajeron cuatro criterios básicos que permiten definir distintos perfiles de visitadores. Estos criterios son: cercanía con las familias, identidad compartida, grado de formación universitaria y salario. Estos criterios se suman al énfasis que dan las agencias a sus programas, variando entre la educación, salud, lo social y apoyo para las familias. Estos cuatro focos tendrían un efecto sumativo entre sí, mientras que las dimensiones previamente mencionadas se manifiestan como continuos polares donde se ubica cada programa. Todo esto se traduce en un modelo visual, que describe y clasifica a los agentes visitadores desde una mirada más compleja, e integrada del agente visitador.

A partir de la clasificación realizada se ejemplifica el modelo en cinco programas de visita domiciliaria en Latinoamérica: Programa Infancia Mejor (PIM) de Porto Alegre, Núcleo de la Violencia de Sao Paulo, Cuna Más de Perú, Chile Crece Contigo y Uruguay Crece Contigo. A modo de conclusión, esperamos que esta nueva forma de representar al agente visitador sirva como herramienta a los programas, investigadores y tomadores de decisiones políticas para avanzar hacia intervenciones de mayor calidad y adecuadas a la realidad latinoamericana.

Análisis de actitudes, percepciones y conductas sobre la intervención clínica bajo el modelo de Justicia Social en los profesionales de la salud mental.

Elsa Sánchez-Corral Fernández, Universidad Iberoamericana

El concepto de Justicia Social en el ámbito del psicólogo clínico se basa en el apoyo y la defensa que lleva a cabo el profesional para que los individuos y los grupos (sus pacientes o clientes) gocen de salud y seguridad tanto física como emocional; reciban un trato justo e igualitario en la distribución y acceso a los beneficios, recursos y oportunidades de la vida en sociedad (Chung y Bemak, 2012). Este apoyo se centra con mayor énfasis a favor de las personas que sistemáticamente han sido excluidas con base en su raza u origen étnico, género, edad, educación, clase social, orientación sexual, estatus socioeconómico, discapacidad física o mental y/o cualquier otra característica que las haga vulnerables a la discriminación, opresión o abuso (Lee, 2007).

Los modelos tradicionales de atención psicológica no responden satisfactoriamente al intento de atender las necesidades de justicia social de sus pacientes; se centran en explicar el sufrimiento humano desde los factores intrapsíquicos o causas internas del sujeto y restan importancia a los factores externos (históricos, sociales, culturales, económicos y políticos) como elementos determinantes de la salud psicológica de sus pacientes (Prilleltensky, 2008). Es así como las tendencias internacionales apuntan a la necesidad de hacer investigación tanto para conocer las actitudes y percepciones sobre el modelo de Justicia Social en los profesionales de la salud mental, así como para medir los resultados de su implementación (Toporek et al., 2009). Identificar las actitudes, percepciones y conductas sobre la intervención clínica bajo el modelo de Justicia Social en los profesionales de la salud mental. Con base en la revisión teórica, el análisis de contenido de diversos instrumentos y la realización de tres grupos focales con profesionales de la salud mental, se obtuvieron las áreas a explorar para identificar las actitudes, percepciones y conductas sobre la intervención clínica bajo el modelo de Justicia Social en estos profesionales. Las áreas que conformaron el análisis fueron: 1) conocimiento de códigos de ética e intervención clínica regidos bajo estándares de trabajo desde la justicia social; 2) manejo del poder y su repercusión en el bienestar psicológico; 3) factores extra-terapéuticos determinantes del bienestar psicológico (históricos, sociales, culturales, económicos y políticos); 4) competencias de trabajo multicultural en terapeutas; 5) estrategias terapéuticas para el empoderamiento del paciente; 6) desarrollo de habilidades de defensoría (advocacy) por parte de terapeutas y pacientes; 7) apertura a nuevas metodologías de sanación; 8) apertura al trabajo multidisciplinario; 9) compromiso a actuar como agentes de cambio social; y 10) Resistencias al modelo clínico de justicia social (mitos, miedos, riesgos, autocuidado). Los profesionales de la salud mental identificaron pocos elementos de este modelo de trabajo como propios del quehacer profesional clínico, su ejercicio profesional tiene pocas intervenciones que apoyen la justicia social de sus pacientes y existen muchas resistencias para incorporar esta metodología de trabajo en su desempeño profesional.

Aportes de la Psicología Comunitaria al ámbito penitenciario en el Perú

Adriana Hildenbrand Mellet, Pontificia Universidad Católica Peru, Andrea Wakeham Nieri, Pontificia Universidad Católica Peru

En la última década, los conceptos de la Psicología Comunitaria se han ido aplicando a distintos ámbitos. El énfasis en la participación, la inclusión social, el reconocimiento y la ciudadanía que propone la Psicología Comunitaria resulta altamente beneficioso para la comprensión e intervención ante problemáticas de diversa índole.

El presente trabajo incorpora conceptos, herramientas y enfoques de la Psicología Comunitaria al ejercicio de la Psicología en el ámbito penitenciario; al mismo tiempo que reconoce la importancia de un trabajo interdisciplinario para abordar los retos que implica responder a la desistencia y la reinserción social saludable de los y las internas penitenciarias.

La situación penitenciaria en el Perú, tal como ocurre en muchos países de Latinoamérica, representa una fuente de preocupación para profesionales de distintas disciplinas. Los factores de índole económica y logística suelen ser los principales atribuidos a la dificultad para cumplir con la función de resocialización del interno y la interna penitenciaria. Sin embargo, el enfoque desde el cual se aborda este objetivo puede resultar también contraproducente.

En respuesta a esta limitación, el objetivo del presente trabajo es evaluar la pertinencia de incorporar los aportes de la Psicología Comunitaria al planteamiento del tratamiento penitenciario.

A partir de una revisión teórica y de la experiencia profesional de las ponentes, se cuestiona el rol del Instituto Nacional Penitenciario del Perú (INPE) y sus políticas de tratamiento en función a las demandas de la población penitenciaria, en miras de una reinserción saludable.

Entre los resultados se identifica que el INPE basa actualmente el tratamiento penitenciario en modelos extranjeros, en miras de aplicarlos a nivel nacional, dejando de lado las diferencias que puede haber en términos culturales y psicosociales en las distintas zonas del país, así como en los distintos grupos. El reducido espacio para prestar atención y responder a las distintas subjetividades puede jugar en contra de la posterior reinserción. Desde la Psicología Comunitaria, se explica lo contraproducente que puede ser este actuar y se promueve acciones orientadas para prevenirlo o evitarlo.

Un segundo resultado importante es el que se desprende del poco espacio de los individuos privados de libertad para apropiarse de su propio desarrollo y fortalecimiento de capacidades. Se revisa de qué manera el mismo sistema penitenciario limita la posibilidad de desarrollar capacidades en los individuos, lo cual dificulta el regreso a la sociedad al cumplir la condena. Reconocer las necesidades y aspiraciones de las personas reclusas, fomentar su inclusión social y ciudadanía son tareas que podrían, también, favorecer a que el periodo de privación de libertad represente una crisis que se convierte en oportunidad.

Aproximación epidemiológica en salud mental: socialización participativa en barrios de la Provincia de Mendoza, Argentina.

Muñoz Rodríguez, Mariela, Facultad de Filosofía y Letras- Universidad Nacional de Cuyo

Introducción: La mayoría de las investigaciones epidemiológicas de Salud Mental en Argentina responden a registros de los usuarios de los servicios del área, por lo que no brindan información acerca de la población que no demanda prestaciones en los servicios de salud, aspecto que sí se realiza en la presente. El trabajo en epidemiología cobra su último sentido al momento de planificar y gestionar acciones de intervención comunitarias luego de conocer la situación de salud de usuarios y no usuarios del sistema de salud. Para esto, son necesarios datos cuantitativos de la situación de salud desde las múltiples áreas que la integran y es primordial conocer la situación histórica de la zona, los estilos de vida, las relaciones de género, de clase y étnicas. La participación comunitaria es indispensable en el diseño, ejecución y evaluación de las intervenciones. **Objetivos:** detectar los niveles de sintomatología en salud mental, de soporte social y las áreas de estrés de los miembros de los barrios Lihue y Sarmiento -Guaymallén, Mendoza, Argentina. Describir la autopercepción de sintomatología en salud mental y cómo esta se relaciona con los niveles sintomatológicos. Identificar si las personas con malestar alto o muy alto en salud mental consultan o han consultado algún servicio de la especialidad. Socializar los datos obtenidos y generar propuestas de trabajo con las comunidades. **Metodología:** El trabajo es de método mixto. En la etapa cuantitativa se trabajó con una muestra no probabilística, seleccionada al azar y pequeña (n=122), en ella se mantuvo la proporcionalidad de cada cuota de edad y sexo del distrito de General Belgrano según el Censo Nacional 2001 (Instituto Nacional de Estadística y Censos -Argentina, 2004). Las técnicas empleadas fueron el Cuestionario Epidemiológico de Sintomatología Mental (CESIM), el Cuestionario de Apoyo Social Comunitario Percibido (Gracia Fuster, Herrero Olaizola y Musitu Ochoa, 2002), preguntas sobre autopercepción de malestar y consultas a los servicios sanitarios. Luego, se realizaron entrevistas a referentes barriales y de los servicios de salud, además de socializar los datos en grupos de trabajo con miembros de la comunidad generando propuestas de trabajo. **Resultados:** Hay presencia de indicadores altos de soporte social. En los grupos con alta sintomatología, se observan características sociodemográficas específicas y escasas consultas a servicios sanitarios. El proceso de socialización arroja diferentes impresiones según los actores del proceso. Desde el sector de salud se observa escasa participación en la socialización de los datos, no así de instituciones educativas y uniones vecinales. **Conclusiones:** Los procesos de socialización participativa posibilitan el acercamiento a mayor profundidad en la comprensión de los datos y al realizarse con participación de distintas instituciones facilita la utilización de los datos en proyectos de intervención. Los miembros de la comunidad se comprometen dentro del proceso de recolección de datos, interpretación y discusión de evidencia, así como también permite tener mayor información para la implementación y evaluación de acciones.

Educación para la convivencia familiar en contextos comunitarios

Carlos Alberto Arango Cálad, Universidad del Valle

La Investigación –acción – participativa se esta implementando como estrategia de construcción de redes de apoyo social entre familias de nueve contextos comunitarios. La estrategia adoptada parte de un proceso de capacitación de promotores comunitarios con los que se exploraron los procesos de convivencia. Con ellos se caracterizó la vida cotidiana y sus ciclos, las relaciones de convivencia, los procesos psicosociales que la acompañan y los proyectos comunitarios para su transformación y fortalecimiento.

El proceso de formación de promotores a través de la investigación acción participativa permitió en el primer año de desarrollo de la experiencia, la validación de un modelo pedagógico para la convivencia y la democracia. A partir de este primer paso, se está trabajando en la construcción de redes de apoyo social para la convivencia intrafamiliar y en el acompañamiento a la consolidación de una red formal interinstitucional en la ciudad de Cali, conocida como la Red de Promoción del Buen Trato y de Prevención de la Violencia Intrafamiliar. Estos dos componentes, el trabajo microsocial de las redes informales articulado al trabajo mesosocial de las redes interinstitucionales, ha permitido que el proceso de la investigación, se ajuste progresivamente a las realidades comunitarias y de la administración pública, a la vez que ha jugado un lugar estratégico en la orientación del proceso a nivel de ciudad. Summary: Social network for family conviviality. The Participatory Action Research is being implemented like construction strategy of nets for social support between families of nine communitarian contexts. The adopted strategy started from a training process of community promoters than explored the conviviality processes. With this, the daily life and its cycles, the conviviality relations, the psychosocial processes that come with it and the community projects for its transformation and strengthening. The process of promoters formation trough the Participatory Action Research allowed in the first year of development of the experience, the validity of a teaching model for the conviviality and the democracy. Starting from this first step, the construction of nets for social support are being work out for the intrafamiliar conviviality and the consolidation of a formal interinstitucional network known as the Promotional Network of Good Treatment and the Prevention of Family Violence. These two components, the micro social work of the informal social nets articulated to the mesosocial of the interinstitucional network had make possible that the research is being adjusted progressively to the communitarian realities and the public administration, At the same time it has played a strategic place in the orientation process at city level.

El Juego como estrategia para la participación comunitaria en zonas alto andinas del Perú

Elba Custodio Espinoza, Pontificia Universidad Catolica del Perú, Miryam Rivera Holguín, Pontificia Universidad Catolica del Perú

La psicología comunitaria plantea que facilitar los procesos con comunidades implica la participación activa de todos sus actores pues permite generar el reconocimiento de capacidades que serán la base para los procesos de cambio y transformación social. El trabajo comunitario en Apurímac, Ayacucho y Cusco,

zonas rurales alto andinas del Perú caracterizadas por haber padecido experiencias de violencia política y conflictos socioambientales, nos ha permitido utilizar el juego como herramienta clave.

En las comunidades identificamos a grupos de varones que forman vínculos de dominación con respecto a mujeres, adolescentes, niños y niñas, y adultos mayores, a quienes consideran diferentes y/o inferiores; asimismo, las necesidades e intereses abordados por los adultos se encuentra en función de los beneficios del grupo dominante, sin tomar en cuenta la percepción y opinión de las mujeres y el resto de la comunidad. Esta experiencia de trabajo comunitario propuso atribuirles a los grupos vulnerables el derecho a la participación, lo cual supuso plantear el ejercicio de sus derechos y de ser protagonistas en sus comunidades. El juego permitió acercarse a la realidad de los miembros de la comunidad de una forma más natural y espontánea, en la que los participantes pudieron experimentarse como actores de una realidad recreada, en la que es posible probar y usar modos de relación diferentes como parte de la actividad lúdica. Desde nuestra propuesta de trabajo con una aproximación intercultural, la estrategia a través del juego ha sido un elemento importante para iniciar un proceso de cambio y transformación en las relaciones sociales caracterizadas por la fragmentación del tejido social postconflicto. Este cambio se ve reflejado en el incremento del respeto a normas y acuerdos, en la posibilidad de establecer lazos de confianza y trabajo en equipo, así como en la posibilidad de plantearse metas comunes. De otro lado, el juego permitió revisar los estilos de relación entre varones y mujeres, así como entre las figuras de autoridad de la comunidad, lográndose favorecer la percepción positiva de las personas que la conforman. Muchos de los juegos grupales también permitieron la construcción del sentido de comunidad a partir del análisis y comprensión de la misma dinámica por parte de todos sus componentes. Esto permitió desarrollar la capacidad de cooperación para un bienestar en común, es así que pudimos observar que fue a través de las herramienta lúdica que se favorecieron las habilidades como la búsqueda de nuevas estrategias para alcanzar una misma meta que permitieron un reconocimiento no sólo individual sino también de la comunidad. Y en este sentido se promovió su capacidad de autogestión, que permitió hacer responsables a cada uno de sus integrantes de su progreso.

Entre el profesional de salud y el trabajador. Tensiones y desafíos para los psicólogos comunitarios en las políticas de participación en salud.

Karol Morales Muñoz, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

Desde la década de los '90 las reformas a los sistemas de salud pública en Latinoamérica se han realizado promoviendo la incorporación de mecanismos de participación social, como un eje central para el mejoramiento de sistemas sanitarios y aseguramiento de la equidad, calidad y eficiencia de la utilización de recursos en salud, de acuerdo a las orientaciones de los organismos internacionales (Bolados, 2009; Mendez y Vanegas, 2010). Desde entonces, la incorporación del eje de participación social se ha manifestado de diversas formas y en diversos programas, de acuerdo a las diferentes definiciones de participación social que se han instalado con preeminencia en los distintos niveles. Su conceptualización varía desde la participación como acceso a servicios de salud, como promoción

de salud, o como fiscalización – co-ejecución de acciones para favorecer la salud de la comunidad (Celedón y Noé, 2000; Méndez y Vanegas, 2010).

Uno de los ámbitos en que se ha promovido la participación social con mayor fuerza es en Rehabilitación, mediante la estrategia de Rehabilitación Basada en la Comunidad, RBC (Banco Mundial, 2010), la que generaría procesos de fortalecimiento comunitario que den sostenibilidad a la rehabilitación integral de las personas, a la vez que disminuye los altos costos de este tipo de programas. En esta ponencia interesa abordar las tensiones que genera la estrategia de RBC en su despliegue local entre la comunidad y los equipos de salud, y los desafíos para l@s psicólog@as comunitari@s, mediante el análisis de un caso pionero en el desarrollo de esta estrategia en el ámbito de salud mental en Chile. Se analiza la experiencia a partir de la práctica como psicóloga de uno de los dispositivos de salud de la red de RBC en salud mental.

Algunas de las tensiones fundamentales en el desarrollo de la estrategia, donde la comunidad es declarada como co-ejecutora de los programas junto a los equipos de profesionales son: a) ámbitos de competencia: ¿en qué participa quien?; b) relaciones de poder: frente al desacuerdo, ¿quien toma la decisión final?; c) en la práctica, ¿priorizamos el espacio de fortalecimiento comunitario o los objetivos de rehabilitación de los usuarios? Se evidencia una constante dicotomía entre intereses clínicos e intereses comunitarios que confrontan a los equipos con las organizaciones ejecutoras, en que el psicólogo comunitario se ve interpelado a tomar parte. Asimismo, factores sociopolíticos como la cultura de organización social autoritaria como herencia de la dictadura militar y la flexibilización radical del trabajo público, que implica precarización y alta rotación de personal, constituyen importantes obstáculos para el fortalecimiento comunitario que, según el diseño, también es un eje que inspira la estrategia de RBC.

Discutir los desafíos que emergen para los psicólogos comunitarios que se desempeñan en estos programas, en condiciones de precarización laboral, implica abordar la tensión existente entre el posicionamiento como trabajadores y el quehacer como profesionales, en el marco de las políticas de participación social. Ello constituye una de las discusiones necesarias y urgentes de nuestro campo en los procesos de transformación social que vivimos.

Habilidades resilientes en un grupo de mujeres en condiciones de violencia

Maria Antonia Hernandez Ladron de Guevara, Universidad Veracruzana, Maria de Jesus Ng Teajan Ortega, Universidad Veracruzana, Nora Ines Morales Contreras, Universidad Veracruzana

El presente trabajo es una alternativa de intervención de como el psicólogo comunitario aborda problemáticas de alta prevalencia como la violencia desde una metodología de investigación acción participativa generando recursos resilientes para desmitificar y des victimizar a mujeres que viven violencia. La violencia es una problemática de gran magnitud en cuanto a las graves consecuencias a nivel psicológico, social y económico; por lo tanto, es uno de los fenómenos complejos que enfrenta la salud pública y la sociedad en general; este problema se reproduce, legitima y normaliza las diferentes expresiones de violencia en la vida cotidiana. De acuerdo con las estadísticas de la Organización Mundial de la Salud (OMS, 2002), con mayor frecuencia el principal agresor es el hombre, y

las víctimas más afectadas son las mujeres y los hijos, quienes sufren maltratos físicos y psicológicos. Las expresiones más usuales de maltrato emocional son los gritos e insultos, las coerciones y los celos, entre otras; y la forma de maltrato que comúnmente se presenta es la física.

Es evidente que la violencia no es problema que deba ser resuelto solamente desde lo legal; es un fenómeno social que involucra diversos factores por lo que se requiere de una atención integral, ya que prevalece y se sostiene por la cultura, las creencias y las prácticas sociales y que, por desgracia, se reproduce de generación en generación.

El objetivo de esta intervención fue identificar y desarrollar características resilientes para propiciar el crecimiento personal de un grupo de mujeres en situación de violencia.

La metodología utilizada es la de acción participativa, que facilita el desarrollo de una conciencia crítica y de un compromiso activo y participante. Las estrategias para planificar y realizar la intervención, fueron de orden cualitativo, como la observación participante; la entrevista a profundidad, la entrevista grupal y el Cuestionario de Características Resilientes de Grotberg . La población fue un grupo, conformado por ocho mujeres cuyas edades oscilan entre los veintidós y cincuenta años de edad, se caracteriza por vivir o haber vivido en pareja; son amas de casa con un nivel de preparación bajo; fueron madres a temprana edad; tienen de dos a cinco hijos; han padecido o padecen situaciones de violencia familiar. Son vecinas de la colonia Miguel Alemán, comunidad de escasos recursos asentada en una zona destinada como Reserva Territorial a las orillas de la ciudad de Xalapa, Veracruz. La intervención se llevó a cabo mediante la implementación de un taller cuyos resultados se evidencian en el desarrollo de habilidades resilientes; identificaron recursos personales o intrapsíquicos (responsabilidad, persistencia, autoestima, autoconfianza, optimismo, sociabilidad, curiosidad y espiritualidad) y los del ambiente o red social. En conclusión se puede decir que al aumentar las habilidades y comportamientos resilientes en las mujeres, expresaron una dinámica con menor de reproducción de la violencia y el establecimiento de límites a sus parejas. Asimismo se pudo constatar que el rol del psicólogo comunitario es relevante para el restablecimiento del tejido social a través del uso de métodos y estrategias participativas.

Integración de Psicólogos de Área a la red de atención primaria de la Administración de los Servicios de Salud del Estado (RAP-ASSE) en Uruguay

Mónica Loreley Reigía Scilinguo, Administración de Servicios de Salud del Estado

Introducción: La integración de los Psicólogos de Área como agentes de salud en el primer nivel de atención en Uruguay, se viene desarrollando desde diciembre del año 2008. Forma parte de la Reforma del Sistema Sanitario de Salud y constituye una primera iniciativa desde la Administración de los Servicios de Salud del Estado (ASSE) de incluir la Salud Mental en el marco de la Salud Integral.

Se trata de una figura en expansión dado que el equipo inicial de cuatro psicólogas cuenta ahora con un total de once integrantes, distribuidos diez en la capital Montevideo y uno en el departamento de Florida.

En la definición de las funciones del Psicólogo de Área existen dos ejes conceptuales determinantes: la noción de área, y la de Atención Primaria en Salud (APS).

Desde esta perspectiva el presente trabajo da cuenta del perfil del psicólogo desde este nuevo rol, las diversas inserciones y líneas de trabajo que se construyen con diferentes "comunidades" aportando a la Salud Mental. Las estrategias y abordajes de situaciones constituyen nuevas formas de encuentro en salud que se impulsan en el ámbito sanitario, desde las afecciones y necesidades del otro, priorizando la prevención, promoción, y educación en salud, con énfasis en el paradigma eco-bio-psico-social.

Objetivo: Presentar el trabajo que realiza el Psicólogo de Área en los servicios de salud pública de Uruguay como agentes promotores de salud en la comunidad. Dar visibilidad sobre otras formas de concebir la función del psicólogo y los servicios de salud.

Metodología: Se trabaja en la a) actividad asistencial y comunitaria con un amplio abanico de herramientas teórico-técnicas con un encuadre flexible, donde se atiende tanto la demanda psicológica individual como la familiar de los usuarios; b) el trabajo en red, desde una perspectiva interinstitucional e interdisciplinaria. Esto incluye la elaboración y ejecución de diferentes proyectos de trabajo dentro y fuera de las policlínicas barriales asignadas, así como talleres sobre temáticas prioritarias, con diferentes franjas etáreas y jornadas de promoción y prevención en salud.

Resultados: El nuevo perfil de psicólogo comunitario que habilita la posibilidad de intervenir desde diversas estrategias, y de forma más cercana y eficiente sobre las necesidades de la población, mejorando de esa forma la calidad de la atención y el número de personas a las que se asiste. El trabajo en territorio junto a otros, los abordajes en la búsqueda de alternativas novedosas y creativas, habilita a otras formas de ejercicio de la psicología. Se contribuye fundamentalmente en la disminución de los factores de riesgo y en la promoción de factores de protección, fomentando una mejor calidad de vida, en la construcción colectiva como parte de un grupo, una comunidad.

La psicología social comunitaria en el mundo actual: Vigencia y algunas posibilidades de actuación en escenarios de precariedad.

Virgen Cáceres Cruz, Universidad de Puerto Rico

De acuerdo a Céspedes (2010), asistimos a una de las crisis globales más grandes de la historia en el plano económico, alimentario, medio ambiental y energético que tiene nefastas consecuencias en términos del trabajo, la salud, y la educación pública. Ello supone nuevos desafíos y retos, para los psicólogos sociales comunitarios, pero también oportunidades para la creación de alianzas y redes inspiradas en: la solidaridad, el diálogo con movimientos sociales, el desarrollo de estrategias para la transformación social y en la formación de otros/as profesionales. Los objetivos de esta presentación son: 1) exponer como los valores y premisas presentes en la psicología social comunitaria tienen vigencia y son necesarias en el mundo actual en los diferentes escenarios en que participamos profesionalmente. 2) Propiciar una reflexión sobre nuestra actuación en el ámbito universitario en dos programas que no son de psicología. En ese sentido, este

trabajo se vincula al tema de la Conferencia y al eje titulado Profesión. Partimos de la premisa de que los valores, las visiones, las teorías, las metodologías, y las prácticas, adquiridas a través de la formación, desborda la profesión como psicólogos/as sociales comunitarios/as brindando algunas posibilidades de actuación en diferentes escenarios, incluyendo los universitarios. En este sentido abordamos no solo nuestro rol como formadores/as en el desarrollo de la crítica, visiones y paradigmas. También nuestras actuaciones para mejorar la calidad de vida de los/as estudiantes, ampliar sus experiencias, las vinculaciones con otros grupos y movimientos sociales -obreros, comunitarios y feministas-, la unión de esfuerzos y estrategias, el desarrollo y fortalecimiento de sus programas y los procesos de trabajo. En ese sentido, y a partir de un diseño etnográfico, en el que el/la investigadora es una observadora participante, se reflexiona sobre como estos valores y teorías, entre otros aspectos, han contribuido a fortalecer dos programas universitarios con diferentes necesidades y perspectivas: el Programa de Relaciones Laborales y el Programa de Educación Obrera de la Universidad de Puerto Rico, tanto en lo profesional como lo académico en un contexto de precariedad. Concluimos que si bien quedan retos por superar, también ha habido logros en gran medida, mediados por los valores y premisas adquiridos como parte de la formación en la psicología social comunitaria.

La violencia Comunitaria y los/as niños/as. Una mirada desde la Psicología Clínica Comunitaria

Maribel del Carmen Goncalves de Freitas, Universidad Central de Venezuela

Desde hace una década hemos desarrollado las prácticas de estudiantes de pregrado y postgrado de psicología comunitaria en una comunidad de bajos recursos económicos de la ciudad de Caracas en Venezuela. Este trabajo abordado desde la perspectiva de la Psicología Clínica Comunitaria con el uso de la metodología de la Investigación Acción Participativa ha incluido los niveles de prevención primaria, secundaria y terciaria, así como la inclusión de diferentes grupos etarios: niños, jóvenes y adultos.

Mientras que el trabajo con los jóvenes y adultos ha tenido períodos de baja o ninguna participación, los/las niños/as han sido una población constante en la participación y compromiso, salvo aquellos momentos en los que por cortos espacios de tiempo no se ha podido trabajar en la comunidad.

Durante el trabajo con estos actores sociales, el tema central siempre ha sido la violencia, pues este es el problema prioritario presente en la comunidad, y ellos no dejan de ser afectados por dicha situación.

Esta ponencia reporta las distintas vivencias y manifestaciones de secuelas de los/las niños/as ante la violencia en sus diferentes expresiones: escolar, intrafamiliar y comunitaria. Del mismo modo, se muestra cómo ellos mismos han sido protagonistas de dicha violencia, observándose con claridad violencia entre pares y con adultos.

En este sentido, esta población ha introyectado como algo natural la violencia generalizada y la rivalidad de los miembros de un sector respecto de otro, propia de la comunidad, aunque de manera contradictoria logran compartir con ese otro. Así mismo, muestran dificultad para reconocer los aspectos positivos de sí y de los otros; identificar y expresar pensamientos, sentimientos y emociones así

como tolerar la frustración.

No obstante, estos niños y niñas han logrado desarrollar campañas de prevención en torno a la violencia, se han mostrado dispuestos y han aprendido comportamientos asertivos y han expuesto sus productos de trabajo a la comunidad; dándoles así más allá del lugar de víctimas de la violencia la posibilidad de ser actores sociales que construyen una realidad diferente a la violencia y tal vez la alternativa de ser un puente para generar mayor participación en la comunidad y favorecer vínculos diferentes de los adultos de sus familias y la comunidad en general.

Reflexiones éticas en la praxis comunitaria desde el paradigma ecológico-contextualista

Muñoz Rodríguez, Mariela, Facultad de Filosofía y Letras- Universidad Nacional de Cuyo, Sofía Grzona, Universidad del Aconcagua

En la actualidad son escasos los desarrollos teóricos que contemplan y analicen los dilemas éticos plausibles de ser encontrados en el área de la psicología comunitaria. Esta situación tiene su origen en diversos factores entre los que se encuentra principalmente la alta cantidad de psicólogos clínicos en Argentina, lo cual ha generado cierto vacío en los aportes teóricos de otros ámbitos del quehacer profesional. Añadido a esto, se observa que el abordaje del tema ético se ha circunscripto especialmente a los colegios de los profesionales de la salud mental, limitándose al desarrollo deontológico en lugar de una profundización crítica del perfil profesional en torno al manejo de los valores, principios y normas. Por lo expuesto, se hacen necesarios espacios de debate que posibiliten la reflexión sobre el accionar del psicólogo comunitario desde la perspectiva de la ética como disciplina filosófica.-Promover el diálogo entre los aportes conceptuales de la ética como disciplina filosófica y la praxis de la psicología comunitaria.

-Reflexionar sobre la aplicación de principios, normas y juicios éticos en la práctica comunitaria desde el paradigma ecológico-contextualista; -Analizar las particularidades en las normas de confidencialidad y consentimiento informado en el trabajo en comunidades. Selección y análisis de casos prácticos de la psicología comunitaria a partir de los principios y normas éticas. Ante los desafíos que plantean la confidencialidad y el consentimiento informado en el trabajo en la comunidad, la utilización de los componentes del discurso ético facilita y aclara el accionar del profesional de la psicología, permitiéndole tener directrices de actuación validadas desde parámetros disciplinares establecidos. Sin embargo, es necesario realizar consideraciones especiales adecuando las normas éticas a la realidad comunitaria. En este sentido, la aplicación de estas normas se circunscribe a principios generales que en la comunidad toman características específicas, haciendo que los ejes de discusión difieran a los que surgen en otros ámbitos de aplicación. La dificultad que surge a la hora de realizar un análisis desde las normas éticas en el ámbito comunitario está dada por la existencia de una traspolación de estos elementos desde el ámbito clínico. El paradigma ecológico-contextualista permite realizar una mirada superadora en la reflexión ética sobre la praxis en psicología comunitaria. El espacio clínico focaliza su atención en el microsistema, mientras que la psicología comunitaria lo hace sobre la articulación entre microsistemas (escuela, lugar de trabajo, asociación, familia, etc), aumentando la relevancia del exosistema y el macrosistema en la toma de decisiones. Esto se debe a que la práctica comunitaria debe estar basada en un paradigma social expansivo y es aquí desde donde se aplican los principios éticos.

Reflexiones sobre una experiencia de transformación psicosocial desde la orientación comunitaria

Vivian López González, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas

El trabajo tiene como propósito reflexionar, desde la orientación psicosocial comunitaria, acerca de una experiencia de transformación dirigida a niños y niñas, llevada a cabo, a través de prácticas deportivas grupales con fines educativos, en el ámbito comunitario.

La experiencia se inscribe en el proyecto de colaboración internacional "Deporte en el barrio: el reto de vivir mejor", auspiciado por el Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas y la Organización No Gubernamental suiza Zunzún, que dio origen al Programa de Transformación Psicosocial Centrado en la Práctica deportiva Grupal. Dicha experiencia estuvo encaminada a promover cambios favorables en el comportamiento de niños y niñas (de 5 a 12 años de edad) en la esfera social-moral, la salud y el empleo del tiempo libre; así como un mejoramiento de la calidad de vida, ante problemáticas psicosociales identificadas en su entorno (alcoholismo, violencia, etc.), teniendo como escenarios una escuela primaria y un barrio poco favorecido. La metodología empleada, sustentada en la investigación acción participativa, permitió que las actividades deportivas, concebidas al inicio en la escuela, se fueran extendiendo progresivamente al barrio, con la labor de investigadores-facilitadores, entrenadores deportivos, líderes comunitarios y promotores voluntarios (padres y madres) de la comunidad. La reflexión sobre la experiencia, como acción de orientación psicosocial comunitaria, se expone a través de varios ejes de análisis, entre ellos: finalidad de la orientación; papel de los actores sociales involucrados; la educación como función básica; exigencias y retos al desempeño del orientador, en particular a la actuación del psicólogo en el ámbito comunitario, desde su rol de facilitador, comprometido con el proceso de transformación psicosocial. De ello se desprende que, la formación en Psicología Comunitaria va más allá de la academia. Se precisa de procesos de revisión de las prácticas, de aprendizaje y crecimiento personal desde la propia praxis. Se exponen, además, los principales cambios identificados en diferentes participantes, tanto en beneficiarios directos, como en actores sociales facilitadores de la experiencia de transformación psicosocial comunitaria. Finalmente, se comenta sobre brechas identificadas, retos, o zonas de crecimiento para la continuidad y multiplicación de este tipo de experiencia. Entre ellas se señalan el fortalecimiento del papel de la comunidad en la formación de niños, adolescentes y jóvenes, con una mayor conciencia de este rol; y la formación de competencias en gestores y promotores para el diagnóstico de problemáticas psicosociales, la mediación (como vía para propiciar una interacción más positiva con organizaciones barriales y entidades de gobierno local), entre otras.

Subjetividad, cuerpo y arte. Alianzas interdisciplinarias para enfrentar la violencia de género.

Adriana Fernández Godenzi, Pontificia Universidad Católica del Perú, Diana Lucia Bracco Bruce, Pontificia Universidad Católica del Perú

Las relaciones de desigualdad y violencia de género son un problema estructural en América Latina. Sin embargo, muchas de las acciones que vulneran las vidas de hombres y mujeres se han naturalizado o minimizado. Desde la Dirección Académica de Responsabilidad Social (DARS) de la Pontificia Universidad Católica

del Perú, consideramos que la universidad es un actor clave en la transformación de procesos sociales. Por tanto, impulsamos la equidad de género como un eje central en la formación de estudiantes y como base para la construcción de relaciones de convivencia saludable dentro del campus universitario. Consideramos que la universidad no solo es un espacio donde se brinda información académica sino que su deber es formar a los y las estudiantes desde una mirada integral. Así, se busca que puedan desarrollar una mirada crítica de la realidad y sean conscientes de su rol como actores sociales capaces de transformar situaciones de inequidad y, por tanto, fortalecer su ejercicio ciudadano. De esta manera, la incorporación del enfoque de género es una variable indispensable a tomar en cuenta en la vida profesional y en la búsqueda de una sociedad más justa y democrática. En esta ponencia presentaremos el proceso de construcción y resultados del trabajo interdisciplinario entre el equipo de la DARS, conformado por psicólogas, y miembros de la Especialidad de Danza de la Facultad de Artes Escénicas. Desde el 2011, hemos desarrollado una alianza entre unidades académicas que ha permitido la creación de espacios formativos dirigidos a la comunidad universitaria que tienen como objetivo desarrollar actividades artísticas dentro del campus universitario para sensibilizar a sus miembros sobre la violencia de género. A partir de este proceso se han construido lecciones aprendidas y una metodología que se centra en la concepción de la subjetividad, el cuerpo y el arte como escenarios donde se produce y re-produce la violencia de género pero también desde donde es posible construir acciones para su eliminación. Han formado parte de esta experiencia, estudiantes, docentes y personal administrativo, quienes han participado de manera activa y construyendo los contenidos a partir de sus propias experiencias, con el objetivo de sensibilizar a la comunidad universitaria a través de performances.

Título: La interdisciplina en el intersticio de las prácticas interprofesionales

Sandra López, Psicología Social

El comprender como se construye la interdisciplinariedad en los equipos interprofesionales fue el objetivo definido en el marco de una investigación iniciada en 2012. Desde la perspectiva de la Psicología Social Comunitaria se pretende profundizar en esta temática y producir conocimiento al respecto. La comprensión entendida según Eduardo Álvarez (2012) en términos de acción, de poder desde una escucha activa aproximarse al fenómeno que se pretende conocer. Integrando la dimensión de la reflexión, de la subjetividad y de los supuestos que atraviesan al propio investigador.

El foco está en conocer desde la comprensión cuáles son las condiciones para la construcción de "espacios entre": entre semejantes, entre disciplinas, entre teoría y práctica, entre saberes diferentes, entre profesionales.

La producción de conocimiento en torno a cómo se construye la interdisciplinariedad en las prácticas se constituye en el objetivo que hace de soporte de este trabajo. Al respecto es relevante lo planteado por Alicia Stolkiner (1999) quien señala que lo interdisciplinar va más allá de traspasar las barreras disciplinares se hace necesario derribar las barreras entre conocimiento y acción. Es a partir del reconocimiento de ese intersticio desde donde se ubica esta reflexión de modo de poder aportar al trabajo interdisciplinario de los equipos inter

profesionales.

Así mismo se integra la perspectiva del historiador y politólogo uruguayo Gerardo Caetano (2013) que refiere al imperialismo de algunas disciplinas sobre otras y como la aceptación de esa subordinación genera situaciones que él define en términos de "simulacro de interdisciplinariedad".

Ese "simulacro de interdisciplinariedad" respondería a una lógica de producción científica donde la objetividad y el disciplinamiento operan como soporte y se desconocen las dimensiones vinculares y subjetivas presentes en los equipos de profesionales de diferentes disciplinas que se encuentran con la tarea de definir juntos estrategias para el abordaje de nuevas realidades ya sea de intervención o de investigación. Una dimensión a considerar cuando la necesidad de trabajar con otros se plantea es reconocer el por qué y para que de ese espacio inter. Es decir ¿cual fue motor de la búsqueda que genero ese movimiento de ir hacia...? dado que el trabajo interdisciplinario llevaría consigo la disposición a la apertura y al encuentro. Por lo tanto parecería del orden de lo paradójico cuando en los equipos inter la búsqueda no inaugura un nuevo espacio sino que la armadura disciplinar obtura y aparecen actitudes defensivas de territorios/chacras de poder y lo inter se tensiona de modo tal que da lugar al referido simulacro. En ese marco la búsqueda se da dentro de un mismo circuito no habilita y no da lugar a lo nuevo.

Estos aspectos se pueden articular con lo dicho por Susana Rudolf (2013) quien plantea que no basta con formar profesionales que reconozcan la validez de integrar equipos de trabajo interdisciplinarios sino que se requiere de profesionales que definan en sus praxis el intercambio con actores sociales y estén dispuestos a transitar por procesos colectivos en la construcción de conocimiento como estrategia válida para el abordaje de los problemas a resolver.

Transversalidades (intra) disciplinarias: la Psicología Comunitaria más allá de sus propias fronteras

Carlos Luis Arrieta Salas, Universidad de Costa Rica

Pocas disciplinas se han mostrado tan obedientes a la fragmentación disciplinaria como la Psicología. Salvo contadas excepciones los "cajones disciplinarios" gozan de una muy preocupante buena salud. La Psicología Comunitaria, en parte por las condiciones que propiciaron su nacimiento y en parte por su propia evolución, ha mostrado un comportamiento divergente con respecto de esta dinámica en la medida en que nació para trascender fronteras; las estrechas fronteras de un quehacer profesional centrado en un sujeto separado artificialmente de sus propias circunstancias. También es cierto que a estas alturas la PC ha desarrollado un corpus teórico metodológico robusto, construido a partir de múltiples diálogos y colaboraciones (Psicología Social, Educación Popular, Sociología, Antropología, entre otras.). Sin embargo, también es cierto que la PC se ha mantenido contenida dentro de ámbitos de intervención establecidos a partir de definiciones de "lo comunitario" que le han impedido tomar plena consciencia de la enorme potencia de los recursos teóricos y metodológicos que ha desarrollado y del beneficio que otras áreas de la psicología pueden derivar de ellos. En esta ponencia comunicamos los resultados de la implementación de aportes específicos propios de la Psicología Comunitaria aplicados al mundo de las organizaciones del trabajo. En concreto, la implementación en la Oficina de Recursos Humanos de la Universidad de

Costa Rica de un modelo de gestión dinámico y participativo articulado a partir de principios nucleares (conceptos y métodos) de la Psicología Comunitaria. Los resultados indican que la implementación del "modelo experto" en el abordaje de actividades básicas de la Psicología del Trabajo y de las Organizaciones tales como análisis de puestos, cultura organizacional, clima organizacional, toma de decisiones, procesos de reorganización, sistemas de comunicación, entre otros, tiene alcances más limitados que cuando se emplean estrategias participativas que promueven el establecimiento de sociedades y comunidades al interior de las organizaciones de trabajo. Asimismo, el debilitamiento de los modelos burocráticos ha propiciado un mayor aplanamiento de las estructuras jerárquicas lo que ha conllevado dentro de las organizaciones a una mayor distribución del poder y, en consecuencia, a un incremento en los niveles de participación de los y las trabajadoras en la toma de decisiones. Esta coyuntura ha resultado propicia para estimular diálogos y colaboraciones entre "actores" que anteriormente mantenían una relación competitiva entre sí.

Este trabajo se relaciona con el Eje de Profesión de los que se han definido para la Conferencia.

Violencia infantil abordada desde la psicología comunitaria

Jacquelinee Rojas Livia, Pontificia Universidad Católica del Perú

El presente trabajo de investigación busca resaltar la importancia que debe otorgarse a la intervención clínica comunitaria, como parte fundamental de la salud mental de un grupo de padres y madres de familia de una comunidad de la zona central del Perú (Altoandina), para brindar respuesta a la problemática de violencia infantil. Actualmente, muchas escuelas de la zona a intervenir ofrecen talleres a través de un programa de escuela de padres y madres de familia, donde desarrollan temas como pautas de crianza y cuidado de los hijos e hijas. Estas acciones no bastan cuando trabajamos con poblaciones que han sufrido violencia familiar de generación en generación y además violencia política generada por el conflicto armado – terrorismo; esto antecede a una violencia estructurada en la comunidad, la cual se manifiesta en el ejercicio de la violencia sobre los hijos e hijas como una práctica común entre los pobladores de la comunidad de La Oroya, convirtiéndose en un problema invisible pero latente y perjudicial para la sociedad en su conjunto. Este trabajo forma parte de un proyecto de Violencia Infantil que se viene desarrollando en la provincia de Yauli – La Oroya, este involucra el trabajo con niños, niñas, adolescentes, madres, padres, docentes de instituciones educativas y autoridades de instituciones públicas. En esta presentación expondremos los resultados obtenidos durante el trabajo con padres y madres de familia, a través del cual se pretende lograr que los padres y madres de familia sean protagonistas de su propio cambio para un adecuado ejercicio de su rol dentro de la familia, teniendo en cuenta que el objetivo es promover relaciones de respeto y valoración entre los miembros de la familia para un adecuado manejo del liderazgo en la familia. Para ello consideramos de gran importancia una intervención clínica comunitaria, que responda a las necesidades del grupo de trabajo, comenzando a reestructurar y construir la propia imagen y las formas de relacionarse con los demás y consigo mismo. Para este proceso de intervención, se emplea la propuesta de ocho fases de intervención comunitaria (Mori, 2008), así como la metodología cualitativa y participativa durante todo el proceso de la intervención.

“Pensar los vínculos entre extensionistas rurales y productores agrícolas, así como los desafíos profesionales y propuestas para trabajarlos desde una Psicología Rural, en la provincia de Misiones, Ar

Mathot y Rebolé, María Inés, Universidad de Buenos Aires

La psicología en la Argentina ha dejado en segundo plano, en su formación profesional, a aquellos ámbitos que no se relacionen con el ámbito urbano, dando mayor relevancia a lo clínico. Es cierto que en este último tiempo hay áreas de la psicología que buscan insertarse con más fuerza, como ser el área laboral, aun así en relación al contexto, el urbano sigue siendo el que prevalece. El objetivo de este trabajo es poner en relieve otro contexto, con otros desafíos, diferentes a los urbanos, poder hacer una tarea de reflexión acerca de la tarea del psicólogo en el ámbito rural, específicamente en relación a los vínculos que se dan entre parte de los actores sociales que en él se desempeñan: los extensionistas y los productores agropecuarios. Para la reflexión, en tanto desarrollo cualitativo, se han utilizado como fuentes principales las discusiones de las mesas de trabajos del 1er Congreso latinoamericano de Psicología Rural (llevado a cabo en Posadas, Misiones, Argentina, Octubre de 2013) que se relacionaron con Extensión Rural; como así también las entrevistas realizadas a extensionistas rurales de la provincia de Misiones, en el contexto de la tesis de maestría de la autora de este trabajo. Así, uno de los temas que más se han destacado en ambas instancias, tiene que ver con las relaciones ambiguas que se dan entre los extensionistas y los productores rurales. Por un lado los extensionistas son representantes de instituciones (públicas), con conocimientos técnicos que se ponen al servicio del modelo de Desarrollo Rural que sustenta la entidad a la cual representan. Sin embargo los proyectos que muchas veces deben implementar no conciben o hasta se contraponen con lo que los productores comprenden como necesidades productivas. Los extensionistas hacen mención a la necesidad de poder comunicarse con los productores de forma tal que estos adopten sus intervenciones, además de que esto debe acompañarse de no solamente asesoramiento técnico sino que además debe generarse un vínculo a nivel humano para lo cual deben “ingresar” a la vida doméstica, conociendo sus problemas y compartiendo espacios no formales como fiestas locales, reuniones comunitarias, entre otros. Por este motivo aparece una ambivalencia difícil de resolver para el extensionista, por un lado su rol en tanto técnico estatal (siendo mediador social), pero además el extensionista es miembro de la comunidad con la cual trabaja y comparte espacios diferentes al laboral, lo cual da lugar a tensiones y negociaciones que debe poner en marcha y resolver. Puede pensarse que este límite “poco claro” o “móvil” de relaciones, genera malestar tanto en extensionistas como en productores y a la vez hace menos accesibles los vínculos, en pos de su deterioro. Es aquí donde la psicología social y comunitaria entra en juego y sirve para pensar la manera en que este tipo de problemáticas se dan, analizar las estrategias de resolución (o no) de las contradicciones internas y proponer dispositivos de práctica, reflexivos, que permitan visualizar los modelos cognitivos puestos en marcha y así facilitar una práctica ética desde la extensión.

Emergencias juveniles y subjetivación política

Raúl Eduardo Cabrera Amador, Universidad Autónoma Metropolitana

A partir de las primeras manifestaciones que rechazaban la imposición del ahora presidente Enrique Peña Nieto, durante las movilizaciones llevadas a cabo en el 2012 y que dieron lugar al movimiento #YoSoy132 aparece una perspectiva para pensar nuevas modalidades de la acción colectiva en México.

Estas manifestaciones tuvieron lugar en un clima caliente, que se expande a través de las redes sociales y muy pronto toma las calles. En ellas los jóvenes principalmente, reaccionan a un contexto informativo que dejaba ver una contienda electoral a todas luces pactada de antemano, donde los medios de comunicación, con el aval de las empresas encuestadoras, daban prácticamente como triunfador a Enrique Peña Nieto, ante el silencio y sumisión del Instituto Federal Electoral. La distancia entre los actores institucionales y las dinámicas sociales se hicieron evidentes mostrando cada vez más una esfera de representación política escindida de la sociedad.

Esta perspectiva nos lleva a plantear un problema en torno a las diferencias culturales entre una lógica racional de organización y ejercicio de la acción política por representación, que vislumbra vías de transformación y contienda política, sobre todo en el ámbito propiamente institucional, y otras modalidades de la acción de signo distinto, más cercanas a la acción rizomática. En la primera es la esfera del Estado y el denominado estado de derecho el lugar donde se circunscribe el acto político. El objeto de la política aparece naturalizado y delimitado por jurisdicciones encargadas de velar por el establecimiento de un modo de ser de la comunidad. Mientras que, en la segunda modalidad de la acción, se pone en juego esa otra esfera de la política, que en principio pone en cuestión la existencia de un lenguaje común y desde ahí confronta los argumentos que sostienen ese modo de ser de la comunidad. En principio podríamos señalar que esta última modalidad de la acción opera con esquemas menos jerárquicos, reticulares, con múltiples líneas de fuga, que expresan heterogeneidades que dividen, pero que son capaces de aglutinar a diversos colectivos, que producen encuentros y desencuentros en el devenir de una formación colectiva, con distintos niveles de intensidad y agenciamiento de sus actores, y por tanto, resultan menos controlados respecto de los efectos y medida de su acción.

Hay pues una tensión entre modalidades de concepción de la acción, donde las perspectivas, centralizada en la representación y por tanto en el ejercicio de la democracia como procedimiento propia de la visión liberal, o descentralizada en la acción o democracia directa, suponen la existencia de comportamientos políticos distintos y por tanto también, es de suponer, de configuración de una perspectiva distinta respecto del cambio o transformación social a la que los actores aspiran. Es este el punto que me interesa reflexionar a partir de la experiencia del movimiento #YoSoy132.

Immigrant Workers In Family Support: From Health Risks To Psychosocial Well-Being

Annalisa Moro, Università La Sapienza Roma, Donata Francescato, University of Rome La Sapienza, Maura Benedetti, Sapienza University of Rome, Minou Ella Mebane, Università Unitelma Sapienza

Introduction: Housework and care, even if done in a protected environment such as the domestic one, it is not without risks to physical and psychological health. The safety of domestic workers and paid caregivers in Italy is still one of the “shadow cone” of the current system of organization of occupational safety, despite the fact that such activity has taken in recent years more and more social and economic relevance for our country. 893.351 workers were employed in care in 2011 (Italians and foreigners). Data from other surveys conducted in the field accredited a number of employees significantly higher: in 2010 data from CENSIS (Study Centre for Social Investment) estimated 1 million 538 thousand employees providing service for almost 2 and a half million Italian households, 82, 6% are women and 71.6% are foreign. INAIL (National Institute for Insurance Against Occupational Accidents) data indicate, in 2011, 4,785 injuries related to domestic employees, while data of CENSIS pointed out that 44.3% of respondents stated that they had an accident at work last year, with higher accident rate in foreign compared with italians. The category of immigrants in the care of family is the most numerous among foreign workers and also the only one in which they affect the majority than Italians. In this context, as particular critical elements we found the linguistic and cultural difference, the training received, the temporary nature of the work. Working with different users increases the pressure of working time and the particular dynamics of interaction between the time of employment with the personal and social one as well as a condition of profound loneliness and isolation.

Purpose: The aim of the study (part of a Strategic Program funded by the Ministry of Health for the year 2008) was to investigate issues related to domestic work and care for migrant workers to learn about the accident phenomenon and other occupational risks and promote the physical and psychological health of the worker.

Methodology: It was developed a survey that contained a form for the collection of personal data, a questionnaire on possible domestic accidents occurred (mode of occurrence, perception of occupational risks, training received) and a battery of scales to assess work-related stress and well-being of the person. It was carried out semi-structured interview that investigated deeper different areas: relationship with the user, project work, quality of life and health, this to evaluate and define the risk and protection factors for the occupational health of this specific category of workers with the purpose of working in a second time to the predisposition of prevention strategies ad hoc. 250 persons from different nationality were interviewed. The data analysis is still in progress, the results will be presented during the conference.

Reference:

- 1) Censis. Dare casa alla sicurezza, rischi e prevenzione per i lavoratori domestici – Roma, 13 luglio 2010
- 2) Ministry of Labour and Social Policy. Second Annual Report on the labor market of immigrants - 2012. Rome, July 2012
- 3) Inail. Annual Report 2011. Rome, July, 2012

A perspectiva da Psicologia Comunitária em Organização Não Governamental-ONG

Nayana Lopes Vasconcelos, Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional do Piauí, Valéria Macêdo de Sousa Bezerra, Legião da Boa Vontade

Introdução: O presente trabalho é o relato de experiência da atuação do Psicólogo Comunitário no Centro Comunitário de Assistência Social - CCAS da Legião da Boa Vontade - LBV, Teresina-PI, desde 2011, que atua na Proteção Social Básica, de acordo com a organização em níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social. A instituição organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e vivências, desenvolver o sentimento de pertença e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Objetivo: Relatar de que forma ocorre a atuação do Psicólogo Comunitário na Organização Não Governamental - ONG, sem fins lucrativos, Legião da Boa Vontade - LBV, a luz do referencial teórico da Psicologia Comunitária / Mostrar que a Psicologia Comunitária vem garantindo espaço em locais em que sua atuação não era afirmada.

Metodologia: A atuação na instituição coloca em prática conceitos da Psicologia Comunitária como emancipação social, autonomia, construção da identidade pessoal e coletiva. Em linhas gerais, o Centro Comunitário de Assistência Social - CCAS da Legião da Boa Vontade - LBV, Teresina-PI, oferece serviços a indivíduos em situação de vulnerabilidade social e pessoal, através de seus programas voltados para estes e suas famílias. Através da acolhida, observação, escuta qualificada, atendimentos individuais, encontros temáticos com famílias e intervenções psicossociais em grupo (oficinas e dinâmicas), aqueles são percebidos dentro de uma realidade específica e vistos como os responsáveis pela transformação histórico-social na qual vivem. Para este atendimento integral são desenvolvidas também ações multidisciplinares, em parceria com o Serviço Social, que somado ao olhar da Psicologia propõem a compreensão do indivíduo de forma mais completa para que favoreçam a superação de vulnerabilidades.

Resultados: Os resultados alcançados são indivíduos que cada vez mais procuram o Centro Comunitário de Assistência Social - CCAS da Legião da Boa Vontade - LBV, Teresina-PI, por perceberem este como um suporte para transformação das realidades em que estão inseridos e o aumento espontâneo da procura por escuta qualificada e participação das atividades da Psicologia, com enfoque Comunitário. Assim o fazer do Psicólogo Comunitário em Organização Não Governamental - ONG é uma atuação que vem ganhando destaque e respaldo e se faz importante continuamente a publicação de práticas para consolidação e reconhecimento de tais.

Conclusões: A Psicologia Comunitária vem ganhando visibilidade na medida em que proporciona momentos de inquietação frente às realidades que os indivíduos se encontram; estes sujeitos tem consciência de sua prática cotidiana através de uma atitude reflexiva e deixando de ser considerados alvos passivos da atuação do psicólogo e passam a valorizar suas potencialidades.

A Práxis do Psicólogo no Centro de Referência em Direitos Humanos- CRDH/ Teresina-PI

Aline Gomes de Sousa Melo, Faculdade Integral Diferencial-FACID DEVRY,
Nayana Lopes Vasconcelos, Centro de Formação e Aperfeiçoamento
Profissional do Piauí, Valéria Macêdo de Sousa Bezerra, Legião da Boa Vontade

INTRODUÇÃO: O Centro de Referência em Direitos Humanos – CRDH de Teresina-Piauí é um projeto da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República e está vinculado a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social- SEMTCAS de Teresina/PI. O trabalho do psicólogo no Centro tem como foco a promoção, garantia e defesa de direitos humanos, a articulação dos diversos entes governamentais e não governamentais, bem como o fortalecimento da rede de serviços do município. Conhecer a prática do psicólogo no Centro de Referência em Direitos Humanos -CRDH de Teresina-PI/ Refletir sobre a atuação do psicólogo comunitário inserido nas Políticas Públicas/ Identificar a dimensão técnica de atuação Psicologia Comunitária no Centro de Referência em Direitos Humanos-CRDH. A experiência iniciou-se em Junho de 2013 no Centro de Referência em Direitos Humanos- CRDH de Teresina/PI, em um trabalho realizado com profissionais do Serviço Social e do Direito, de forma interdisciplinar. Dentre algumas atividades, o psicólogo desenvolve orientação e atendimento individual e familiar, presta apoio na realização de ações que visam a construção de direitos humanos, facilita a mediação de conflitos entre indivíduo-família-instituição, recepciona denúncias e articula com as entidades da rede de serviço sobre as demandas trazidas pela população. O fazer do psicólogo no Centro de Referência em Direitos Humanos – dispositivo para a implementação de políticas públicas -, encontra-se em pleno desenvolvimento; muitas possibilidades são vislumbradas em cada caso/demanda trazida por sujeitos que encontram limites em sua própria ação. Essa prática pauta-se sob a perspectiva do desenvolvimento de potencialidades e recursos da comunidade, buscando que esses grupos se tornem conscientes e percebam alternativas para lidar com situações vulneráveis, fonte de problemas, que propiciam violações de direitos. A inserção do psicólogo na Psicologia Comunitária com atuação na Assistência, Saúde, Segurança, Justiça e Educação é crescente, e traz consigo muitas dificuldades e desafios, relacionados principalmente à prática profissional e a formação em Psicologia. Assim, frente a tantas inquietações, percebe-se esforço e aperfeiçoamento da práxis do psicólogo comunitário, no Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH, no que tange, especialmente, os recursos teórico e metodológico do seu fazer. A Psicologia Comunitária permite uma variedade de formas de atuação em todo e qualquer espaço que este profissional esteja, pois a construção da cidadania, a luta pelos direitos e por uma sociedade mais igualitária, exige permanente olhar crítico para efetiva ocorrência de mudanças.

Experiência de estágio com professores da rede municipal de ensino no bairro do Guarapes/RN : aproximações entre Psicologia Comunitária e Sociologia Clínica

Lorena Macedo Andrade Neves de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Durante a escolha de estágio para o último ano de graduação em Psicologia - UFRN, foi ofertada, dentre outras propostas, um plano de enfrentamento à violência contra a juventude, para o ano de 2013. Considerando o estágio caracterizado como territorial, ou seja, cujas ações se dão em determinada área geográfica e são delimitadas de forma a abranger sua população através dos equipamentos sociais situados nos locais de estágio, o presente relato diz respeito a atuação de estagiária no bairro Guarapes, localizado na zona oeste da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. As intervenções se constituíram a partir da continuidade de ações desenvolvidas por outras estagiárias, que atuaram durante o ano anterior, com o mesmo objetivo abrangente que é relativo ao fortalecimento da rede de proteção local. Dentre as especificidades desenvolvidas em 2013, é possível citar um programa de atenção e cuidado aos profissionais atuantes no bairro, especificamente em uma escola municipal. De modo específico, foram realizados 4 encontros com os professores de ambos os turnos vespertino e matutino, encontros estes pautados pelos princípios de Sociologia Clínica, proporcionando conhecimento da estagiária sobre os grupos e locais de estágio, e buscando promover uma escuta que permitisse estimular reflexões acerca do desempenho profissional. Bezerra & Takeuti (s/n) apontam para os pressupostos de uma intervenção sócio-clínica: 1) Não há hierarquias no saber; 2) Intervenção e pesquisa como momentos indissociáveis; 3) A compreensão não é uma simples questão metodológica; 4) A intervenção não é uma terapia, mas preocupa-se em clarificar as injunções e contradições de sujeitos e coletivos; 5) Reflexão no lugar da "cura". Portanto, a história de vida e o cotidiano de trabalho eram temas abrangentes, os quais buscaram ser explorados e debatidos. Foram elencadas dificuldades por parte de profissionais da escola, os quais afirmavam "não saber lidar" com a situação constante de morte presente no discurso das crianças ou adolescentes, que perdiam familiares, amigos ou pessoas próximas. Entretanto apresentou-se também dificuldades em lidar com medos/temores próprios, explicitadas em forma de cenas durante encontro realizado. Os discursos se concentram em narrativas sobre violência e criminalidade; interação com o aluno em sala de aula; postura do professor diante do comportamento da criança podendo implicar em uma incompreensão por parte da família; dificuldade de lidar com questões do entorno da comunidade, como por exemplo, os temas morte e criminalidade; experiência em outros locais que são comparados ao bairro no qual a escola está alocada; divergência entre a realidade presente em notícias de telejornais e a realidade do bairro. Partindo da articulação entre Psicologia Comunitária e Sociologia Clínica, a compreensão do contexto possibilitou a incitação do debate que ocorreu no período do estágio mencionado, indicando uma compreensão situada em impasses existentes, a serem considerados na proposição de ações voltadas para a mudança das concepções instituídas, recorrendo ao movimento constante de pesquisa-intervenção, à um contexto de difícil instauração de práticas propostas, porém não impossível para um exercício profissional crítico.

O despertar de potencialidades em um jardim de vida.

Zacarias Ramalho Silvério, UNIFACEX

O presente trabalho trata-se de um projeto comunitário que foi desenvolvido no centro de convivência da policlínica de Neópolis na cidade de Natal-RN na tentativa de amenizar a espera dos usuários para o atendimento médico, assim como, proporcionar um contato com a subjetividade daqueles que vivenciam um processo de sofrimento psíquico. O objetivo deste projeto foi o de proporcionar através da jardinagem, um encontro entre os frequentadores da policlínica na tentativa de possibilitar através do contato com a planta e a terra a promoção do bem estar e o contato do individuo com a sua subjetividade. Vários usuários que contribuirão nesse desenvolvimento do jardim fizeram com que o grupo pudesse perceber que por mais que estejam com problemas psíquicos ou físicos, eles são capazes de despertar potencialidades a partir das suas limitações através do apoio e a motivação que outras pessoas possam proporcionar na sua vida.

Oteve-se como resultado desta ação uma resignificação de alguns usuários que estavam implicados no processo de execução do projeto, foi possível perceber, em casos de usuários com transtornos mentais, um cuidado específico com o seu tratamento, alguns traumas vivenciados resignificados.

Por fim, concluímos que diante a experiência vivenciada com o jardim, pode-se perceber a importância de um trabalho comunitário como obtenção de hábitos saudáveis para a vida do usuário como também na promoção de capacidades que o ser humano tem de transformar suas vidas e no quão importante se deu o jardim na vida daqueles que se fizeram presentes no decorrer deste projeto, dando sentido as suas vidas e podendo com isto, transformar uma situação na qual poderia ter sido vista como algo que não poderia ser transformado ou visto por outras formas de perceber-se. De acordo com Damasceno e Reinaldo as oficinas representam um papel fundamental nas relações com seu público, uma vez que convidam o portador de sofrimento psíquico, não raro submerso em um mundo próprio, a sair de uma posição passiva a assumir um papel ativo de participação e, conseqüentemente o insere em uma nova esfera de relações. O desenvolver terapêutico desta atividade só foi possível devido a função terapêutica desta.

O trabalho psicológico no consultório na rua: interseções comunitárias

Wilson Gavinho Vianna Junior, Secretaria de Saúde Distrito Federal

As 3 equipes de consultório na rua, como foram constituídas no DF, desde 2012, contam com diversos profissionais, dentre eles o psicólogo. A prática interdisciplinar exige que cada profissional tenha um mínimo de conhecimento de sua própria prática para que seja possível um diálogo multidisciplinar mais compreensível para os outros profissionais e eficiente nos em resolutividade dos casos. Contudo o fazer psicológico, desde o programa Crack é Possível Vencer, do Ministério da Saúde, que inspirou a constituição das equipes, sugerindo a inclusão do profissional de psicologia, não está dado. Não há, até o momento, em nenhuma órgão da secretaria de saúde um protocolo de atendimento para a população em situação de rua, e nem orientações técnicas voltadas especificamente para a prática psicológica no referido contexto. Os problemas provenientes disso são a má alocação de profissionais sem o perfil para o

trabalho, desajustes e falta de padronização da atuação do profissional, que por ficar sem referências técnicas acaba sendo confundido como um conselheiro ou acalmador de ânimos. Quando muito cria-se a expectativa que o psicólogo adote a postura e a prática de clínico tradicional, num modelo individualizado de psicologia que vai tratar do problema do sujeito que se droga e está em situação de rua. É neste ponto que entra a perspectiva da Psicologia Social Comunitária, desde que faça interseção com a prática clínica que deve alcançar a amplitude de uma política pública para atenção básica de uma população específica. Esta abordagem permite ao psicólogo reconhecer a complexidade dos problemas a serem enfrentados, desde a formação de uma subjetividade moldada pelos modos de vida da rua, totalmente diferentes dos modos de vida da maioria da população, até a possibilidade de desenvolver estratégias de intervenção mais coletivamente orientadas, em lugar de uma clínica individualizada. Sem estas possibilidades teórico-metodológicas oferecidas pela Psicologia Social Comunitária o psicólogo estará sujeito à repetição de um papel inócuo e frágil, inclusive, perante os outros profissionais da equipe, comprometendo sua relação profissional e a capacidade da própria equipe de prestar os atendimentos com resolutividade.

Como política pública de atenção básica à saúde, o Consultório na Rua se apresenta como um desafio à prática psicológica, na medida em que exige o exercício de circular pelas rodas da psicologia comunitária e social. Neste trabalho se analisam as interseções, teórico-metodológicas entre a prática clínica e social comunitária, em função da alta complexidade das demandas dos sujeitos e das expectativas sociais e da gestão do serviço, organizadas a partir de uma política pública de saúde focalizada naquele público, a saber: a população em situação de rua.

Psicologia Social e do Trabalho na Promoção da Saúde do Trabalhador

Cynthia de Freitas Melo Lins, Universidade de Fortaleza, Mara Aguiar Ferreira, Universidade de Fortaleza R, Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel, Universidade de Fortaleza, Suzete Rodrigues Leonidas, Instituto atlantico

A prática do psicólogo nas organizações, como qualquer prática social, não pode ficar à parte das transformações do contexto e do desenvolvimento da ciência. Deste modo, no cenário contemporâneo, com as mudanças no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva, vem se demandando a ampliação dos espaços de intervenção dos profissionais que atuam nesse campo, e a saúde e bem-estar dos trabalhadores tem sido um dos aspectos por eles abordados. Assim, na busca da consolidação da Psicologia como ciência e profissão, a Psicologia Social e do Trabalho tem caminhado em prol de uma atuação comprometida com a visão singular sobre os processos de saúde e doença dos sujeitos nas suas relações de trabalho, ampliando os limites e possibilidade de atuação. Com essa perspectiva, o presente estudo objetivou analisar as práticas dos psicólogos do trabalho voltadas para a promoção da saúde dos trabalhadores. A investigação foi realizada com psicólogos que atuam em organizações de trabalho no Ceará e foi dividida em duas partes: qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais; e quantitativa, através de questionários respondidos por 60 sujeitos. Na primeira parte do estudo, as entrevistas revelaram que os psicólogos que atuam nas organizações utilizam de maneira acrítica modelos e estratégias

de ação em saúde na forma de programas pontuais, sem terem consciência do impacto e das repercussões que estes exercem sobre os sujeitos. No segundo momento, os dados quantitativos mostraram que 60% (f=36) dos participantes se consideram capacitados para a atuação na área; 57 (95%) acreditam haver relação entre trabalho e o processo saúde/doença. Constatou-se ainda que as interações entre trabalho e saúde são compreendidas em sua maioria a partir do modelo da Psicologia Social (f=32; 55,20%) e da Psicodinâmica do Trabalho (f=25; 43,30%), denotando o enveredamento para uma compreensão mais integral do sujeito, considerando sua totalidade histórica e social. Observou-se, todavia, que 58,70% (f=35) não realizem atividades voltadas para saúde do trabalhador; sendo ainda predominante a atuação centrada nas ações de recrutamento (f=24; 40%) e seleção (f=27; 45%). Conclui-se a necessidade de investimentos na formação de psicólogos para atuarem em organizações sob uma perspectiva da Psicologia Social e do Trabalho, na busca da ampliação e potencialização de suas possibilidades de trabalho, de forma crítica, voltada para a transformação da realidade dos grupos de trabalhadores e das suas relações sociais nas organizações. Faz-se necessário ainda assumir o desafio de uma atuação competente e socialmente relevante, voltada para a promoção da saúde do trabalhador.

EIXO MOVIMENTOS SOCIAIS

Eje Movimientos Sociales

Axis Social Movements

4.4

Desafios e contribuições da psicologia comunitária na luta contra a pobreza

James Ferreira Moura Jr, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este simpósio tem como objetivo apresentar diferentes apontamentos da Psicologia Comunitária acerca da luta contra a pobreza. Assim, primeiramente, a pobreza tem que ser considerada uma realidade a ser questionada e transformada. No entanto, esse processo de enfrentamento da situação de pobreza pode ser desenvolvido a partir de diferentes âmbitos. Dessa maneira, esse simpósio contará com pontos de vistas de integrantes do Brasil, Estados Unidos e Venezuela. Então, Verônica Moraes Ximenes apresentará o trabalho "A pobreza – Um problema da Psicologia Comunitária?" que terá como objetivo analisar as contribuições da Psicologia Comunitária para a desnaturalização do problema da pobreza a partir de intervenções desenvolvidas em comunidades pobres no Ceará-Brasil. Nesse trabalho, a pobreza é compreendida de maneira multidimensional, tendo igualmente que ser questionada. Há uma série de estratégias para depreciação e culpabilização do pobre presentes nas sociedades, sendo a desigualdade social um fator central nesse processo. Assim, será demonstrado com a Psicologia Comunitária pode contribuir para a compreensão crítica da pobreza e para transformação desse fenômeno a partir das categorias: fortalecimento (Montero, 2010), potência de ação (Sawaia, 2009), participação social (Bordenave, 1983), sentimento de comunidade (McMillan; Chavis, 1986), sujeito comunitário (Góis, 2005) e conscientização (Freire, 1979). Seguindo essa perspectiva, Fabricio Alcazar apresentará o trabalho "Promoting entrepreneurship and cooperative micro-enterprises among people with disabilities" que tem como objetivo analisar as atuações dos Programa "Add Us In" para pessoas com deficiência que estão em situação de pobreza e desemprego nos Estados Unidos. Nesse programa, há cursos para uma melhora na escrita de planos de trabalho, planejamento individual de negócios, assistência técnica e incubadora de negócios baseados no fortalecimento dos indivíduos participantes. Essas atividades são desenvolvidas a partir de uma abordagem participativa focada na Psicologia Comunitária. Por fim, Esther Winsenfeld apresentará o trabalho "La psicología social comunitaria 'alrevés': Lineamientos y posibilidades para el reimpulso de la disciplina". A partir de uma revisão do estado de arte da Psicologia Comunitária, a autora identifica que há três possibilidades de realinhamento da Psicologia Comunitária: a continuidade reflexionada, o deslinde disciplinar e o reimpulso. Este trabalho irá focar nessa última opção como possibilidade de enfrentamento da pobreza. O reimpulso está relacionado aos valores e propósitos da Psicologia Comunitária. A partir dele, é entendido que uma das diretrizes da Psicologia Comunitária é a mudança social. Para promovê-la, percebe-se como estratégia a aproximação com as políticas sociais ou terceiro setor, promovendo a teoria e a democracia participativa focada na emancipação, equidade, justiça e liberdade. Assim, apresenta-se diferentes concepções de enfrentamento da pobreza desde uma perspectiva prática focada com pessoas com deficiência e com moradores de comunidades pobres até um compreensão sobre o próprio processo de construção da Psicologia Comunitária como disciplina desenvolvida para efetivar a mudança social.

1 • Promoting entrepreneurship and cooperative micro-enterprises among people with disabilities

Fabricio Balcazar, University of Illinois at Chicago

People with disabilities often live in poverty and face discrimination by employers. In the U.S., there is a federal agency—the Vocational Rehabilitation Program (VR) -- responsible for facilitating employment of people with disabilities. However, only about a third of the individuals receiving VR services are able to obtain a new job or maintain their existing job. This also means that approximately two-thirds of the annual \$1.3 billion dollars budget of the VR agency is used to provide services to individuals exiting the program without employment. We have created an initiative in Chicago called the “Add Us In” (AUI), sponsored by the U.S. Department of Labor, Office of Disability Employment Policy, to promote an entrepreneurship program for people with disabilities in order to counteract these barriers and facilitate economic self-sufficiency for people with disabilities. The model includes a course on how to write a business plan, one-on-one business mentoring, technical assistance, start-up business grants, and assistance from a business incubator. Participants who complete the class submit their business plans to Chicago AUI, where they are reviewed by a panel of small business owners and recommended for funding or not. Eight grants of up to \$5,000 were awarded through AUI, which are used to match the Illinois VR agency funds; applicants must meet all VR requirements for justifying the type and amount of funding needed. UIC assists candidates in navigating the VR requirements and justifying their requests for start-up funds. In addition to the core program components, we are also facilitating systems change in the Illinois VR Agency to ensure program sustainability. Illinois VR created a new business incubator operated by the Illinois Center for Rehabilitation and Education- Roosevelt (ICRE-R). The incubator provides multiple trainings, equipment, office space, phones and computers for the business start-ups. We are also starting micro-enterprises using a cooperative model of ownership in order to allow participation of individuals with various levels of ability. This presentation provides an overview of the program and several case studies to illustrate the process and impact of the entrepreneurship program on the lives of the disabled entrepreneurs who have participated thus far. I will review several components that exemplify our empowering and participatory approach to the intervention, which in turn illustrates community psychology in action.

2 • Pobreza – um problema da Psicologia Comunitária?

Verônica Moraes Ximenes, Universidade Federal do Ceará

O estudo da situação de pobreza contribui para a compreensão dos processos psicossociais vivenciados pelos moradores e moradoras das comunidades pobres, objeto da Psicologia Comunitária. Não se pode ter uma visão unidimensional do problema da pobreza, relacionado-a somente a deficiência de renda. A Abordagem Multidimensional da Pobreza (Sen, 2000) aborda as dimensões de renda, saúde, educação e padrão de vida, porém não aborda de modo aprofundado a dimensão subjetiva da vida em condições de pobreza, que se manifesta em comportamentos, ideias e sentimentos reforçadores da submissão, alienação e resignação com uma vida que já está predeterminada, sem possibilidade de transformação. O objetivo desse

trabalho é apresentar as contribuições da Psicologia Comunitária para a desnaturalização do problema da pobreza. A culpabilização do pobre por sua situação está presente em teorias, metodologias e políticas públicas, então cabe a problematização dessa realidade a fim de apontar possíveis caminhos de libertação dessa situação de opressão. Um dos maiores problemas estruturais da pobreza está da desigualdade social que concentra uma grande quantidade de riqueza material nas mãos de algumas pessoas da classe rica, enquanto grande parte da população encontra-se em situação de miséria e pobreza. Diante desse desafio, a Psicologia Comunitária poderá contribuir com a análise de algumas categorias psicossociais (implicações da pobreza multidimensional, fatalismo, saúde mental, vergonha e humilhação, sentimento de comunidade, sentimento de esperança, cultura do silêncio, cultura da pobreza, bem estar pessoal, apoio social, ideologia de submissão e de resignação) que ajudem a desvelar as implicações da pobreza na constituição da identidade. Assim a Psicologia Comunitária agregará elementos para análise da pobreza afirmando como uma ciência que está em consonância com os pressupostos epistemológicos do conceito de libertação que, segundo Guareschi (2009, p. 54), apresenta como sendo: "o conceito de relação como superação da dicotomia entre o individual e o social, a superação da dicotomia entre teoria e prática e a imprescindibilidade da dimensão ética". Esses eixos estão presentes em teorias que contribuem e complementam a atuação em Psicologia Comunitária, como a Pedagogia da Libertação de Paulo Freire, a Teologia da Libertação de Leonardo Boff, a Filosofia da Libertação de Enrique Dussel e a Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró. Não é somente denunciar a realidade cruel da pobreza, mas também apontar caminhos de enfrentamento e superação. A Psicologia Comunitária, que foca sua práxis muito mais nas potencialidades do ser humano que nos problemas, tem como desafios contribuir com as categorias de fortalecimento (Montero, 2010), potência de ação (Sawaia, 2009), participação social (Bordenave, 1983), sentimento de comunidade (McMillan; Chavis, 1986), sujeito comunitário (Góis, 2005) e conscientização (Freire, 1979), como possíveis caminhos tendo em vista a construção de um conhecimento crítico a favor dos oprimidos e comprometido ética e politicamente em defesa da vida.

3 • La psicología social comunitaria 'alrevés'. Lineamientos y posibilidades para el reimpulso de la disciplina.

Esther Wiesenfeld, Universidad Central de Venezuela

Recientemente se han publicado diversos textos que reportan sobre el estado del arte en la psicología social comunitaria (PSC). Todos coinciden, en mayor o menor medida, en que se trata de una disciplina que, a lo largo de su trayectoria ha crecido de modo exponencial y ha generado aportes en diversos aspectos. Estos resultados le confieren a la PSC, el carácter de científica y dan cuenta de su pertinencia social. Paralelamente, las revisiones del estado del arte en este campo, también comparten un conjunto de críticas que remiten a los dos aspectos antes mencionados: esto es, desarrollos teóricos menores a los esperados y escaso alcance de las gestiones comunitarias, que poco trascienden el ámbito micro comunitario y la esfera de necesidades básicas. Con base en el análisis crítico de algunas de estas

revisiones, concluyo que la disciplina está en crisis, e identifiqué tres opciones para su continuidad: la continuidad reflexionada, el deslinde disciplinar y el reimpulso (Wiesenfeld, en prensa a, en prensa b). En este simposio desarrollo la opción del reimpulso, a la cual me suscribo. La misma toma como punto de partida, uno de los principales obstáculos que enfrentamos las/os profesionales de la PSC en nuestra implicación comunitaria y académica, y que remite a característica, valores y propósitos que la PSC no ha podido satisfacer. Me refiero a la propuesta del cambio social, que para complicar las cosas, ha sido apalabrado y actuado de múltiples maneras, todas ellas albergadas bajo una denominación común. Al margen de éstas diferencias, que, en la práctica no difieren mucho en cuanto al impacto derivado de las gestiones comunitaria, el hecho es que cuando las mismas llevan el sello de nuestra facilitación, van impregnadas de reflexiones y cuestionamientos a las fuentes de sus problemáticas, indefectiblemente vinculadas con las estructuras del poder dominante de las instituciones. En este sentido, resulta fundamental incluir en nuestras actuaciones, el acercamiento al tercer agente o ente gubernamental cuyo ejercicio de poder limita el impacto de la participación comunitaria en las políticas públicas, lo cual constituye una de las vías por excelencia para impulsar el cambio aspirado, en dirección a los valores que, en teoría, profesa la democracia participativa: emancipación, equidad, justicia. Libertad. Con base en las consideraciones anteriores, en el presente simposio presento algunos lineamientos para el trabajo con el tercer agente, en la dirección planteada y los fundamentos que los sustentan.

4.4

Eixo Movimentos Sociais Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

Reconfiguração de los lazos comunitarios ante el actual parteaguas civilizatorio.

Eduardo Almeida Acosta, Universidad Iberoamericana Puebla

La convivencia social y la búsqueda de la integridad humana se enfrentan a un proceso de trastocamiento planetario al que individuos y grupos están respondiendo de formas muy variadas que dependen de lugares y flujos, del tiempo temporal y atemporal, desde las relaciones cara a cara o desde las redes interactivas, desde lo consciente y lo inconsciente. La importancia de la Psicología Comunitaria y los desafíos que enfrenta actualmente requieren de una revisión y de un análisis de esa reconfiguración de los lazos sociales. Contribuir a elucidar una dinámica que permita vivir mejor el presente en vivencias y acciones comprometidas, hacia un horizonte de transformaciones amplias, consciente de alienaciones, generador de utopías inciertas pero fundamentadas en análisis de las diferentes alternativas históricas. En este simposio vamos a presentar tres análisis de procesos que en los tiempos recientes ofrecen elementos importantes para comprender la forma en que se están configurando lazos comunitarios a partir de los desgarramientos sociales en curso. Uno en Brasil y dos en México. Fatima Quintal de Freitas ofrecerá un panorama crítico de las características de los movimientos sociales de las dos últimas décadas en Brasil, y de la forma como han desencadenado diferentes experiencias comunitarias, dependientes ya sea del Estado o de grupos autónomos, de sus manifestaciones en cuanto a participación y concienciación, y de sus efectos en el fortalecimiento o debilitamiento de sujetos comunitarios. María Eugenia Sánchez propondrá una visión analítica de la proyección utópica de "El Buen Vivir", a partir de diferentes experiencias comunitarias y en particular del movimiento zapatista. Identificará el contexto en el que emerge esa proyección utópica, sus bondades y riesgos, y enfatizará las características del proceso, los logros, las dificultades y las interpelaciones del movimiento zapatista a 20 años del levantamiento. Eduardo Almeida intentará recuperar los aprendizajes de cuatro décadas de luchar en una región indígena del centro de México por crear un estilo de vida diferente que permita ir conformando un mundo de supervivencia digna para todos, de relaciones interculturales verdaderas, y de prevención de las consecuencias destructivas por los abusos en la forma de relacionarnos con la naturaleza. El simposio pretende ofrecer elementos de reflexión para reorientar a la Psicología Comunitaria enfrentando los desafíos sociales actuales, pero consciente de sus límites, de la necesidad del diálogo interdisciplinar y de enfocar sus prácticas al involucramiento en las rebeldías que están surgiendo en el mundo.

1 • A Dimensão do Comunitário e da Participação na vida cotidiana: reflexões a partir da psicologia social comunitária.

Maria de Fatima Quintal de Freitas, Universidade Federal do Paraná (UFPR)
(Brasil)

A expansão das práticas comunitárias, na atualidade, aponta para contribuições, tensões e paradoxos de várias naturezas, que merecem ser discutidos se sedeseja uma análise a respeito das (in)coerências entre o 'fazer psicossocial' em comunidade e os princípios epistemológico-político-éticos que guiam tal atuação. A associação das propostas de intervenção comunitária, mais amplas e dirigidas à (re)construção da cidadania, com as

políticas públicas de defesa dos direitos humanos tem contribuído para que profissionais, de distintas formações, envolvam-se, diferentemente do que ocorria há décadas atrás, na realização de trabalhos de ação/intervenção comunitária em contextos e setores populacionais variados. A presença de duas preocupações centrais - uma, relativa à ampliação dos trabalhos comunitários (e benefícios) para os setores populares, antes excluídos dos vários serviços dos profissionais das áreas da saúde, educação, habitação, entre outros; e, outra, democratização da participação pró defesa dos direitos humanos - nas práticas comunitárias na atualidade, no atual contexto político-social de democracias neoliberais, não tem significado, necessariamente, uma mudança de concepção a respeito do lugar e papel da comunidade (e suas distintas manifestações na vida cotidiana) para a construção do seu devir histórico como um agente participante da transformação social. O chamado desmonte neoliberal feito à participação dos grupos, comunidades e movimentos sociais, tem provocado sutis e eficazes resultados, em termos de difundir um olhar e análise quase homogêneos sobre a realidade social concreta, intentando diminuir as diferenças sociais e deslocando para aspectos psicossociais individuais (como destrezas, habilidades, vontade 'própria' e baixo envolvimento ou disposição motivacional) a responsabilidade pelo avanço (ou retrocesso) dos serviços disponibilizados à população em geral. Na perspectiva da psicologia social comunitária pode-se dizer que todo trabalho/prática comunitária congrega, em si, as propostas e os princípios do seu projeto político-social, estando isto claro ou não para todos os envolvidos. Pretende-se aqui fazer uma reflexão, nesta direção, analisando a expansão das práticas comunitárias, em termos de três dimensões principais: do 'devir sócio-histórico', da 'categoria contradição histórica', e da 'dimensão coletiva da participação e da conscientização' nos processos comunitários. A análise destas dimensões - que se manifestam nas diferentes práticas comunitárias e mostram formas/tipos de interação e participação construídas entre comunidade e profissional - permite compreender as (in)coerências entre o 'fazer psicossocial', o tipo de concepção a respeito do que seja comunitário, e o lugar histórico-social tanto da comunidade e profissionais envolvidos, em termos de qual projeto político, pedagógico e ético se deseja construir em uma sociedade justa, digna e defensora de um cotidiano democrático.

2 • Organización comunitaria y proyección utópica del "buen vivir"

Maria Eugenia Sánchez Díaz de Rivera, Universidad Iberoamericana Puebla

La presente ponencia se orienta a reflexionar sobre la organización comunitaria y la proyección utópica del "buen vivir" con motivo de los 20 años del Levantamiento Zapatista. Para reflexionar sobre la proyección utópica frente a la crisis civilizatoria que han generado el zapatismo y otros movimientos de Pueblos Indios de América Latina, proponemos algunas reflexiones sobre el contexto actual y analizamos las bondades y los riesgos de dicha proyección utópica.- Exponer los rasgos centrales del actual parteaguas civilizatorio. - Identificar las diferentes formas de reconfiguración de lazos sociales y comunitarios que se están dando como respuesta a esa realidad. - Ubicar en ese contexto la Utopía de "El buen vivir" (lekilaltik,lekilkuxleja, vida digna,

vivir muy otro) que ha surgido de los movimientos de los pueblos indios, y hacer un análisis de sus bondades y de sus riesgos. - Precisar los aportes del Movimiento Zapatista a 20 años del Levantamiento. Se confrontó la sistematización que la autora ha llevado a cabo de su experiencia de relación con una comunidad indígena nahua de la Sierra Norte de Puebla durante 40 años (15 viviendo en la comunidad y 25 de interacción sin vivir en ella) con otros procesos comunitarios campesinos e indígenas. Se sistematizaron y analizaron los vínculos de la autora con el movimiento zapatista a partir de 2001. Se analizó material producido por los protagonistas del movimiento zapatista y por diferentes intelectuales y activistas que han estado vinculados al movimiento. Se detecta el impacto de dos de los principales desgarramientos del momento actual: El desgarramiento entre las aspiraciones al "desarrollo" (y la defensa de los que lo viven) y su inviabilidad ecológica y política para la mayoría de la población que lo subsidia. Y El desgarramiento ante la imposibilidad de articular ciudadanía, diversidad cultural y equidad.

Se identifican 8 formas de respuesta "comunitaria" a esos desgarramientos

Se analizan las bondades y los riesgos de la utopía de "El buen Vivir". Entre las bondades está la prioridad de la dignidad humana sobre cualquier otra consideración y la búsqueda de relaciones horizontales de reconocimiento recíproco. Entre los riesgos están: La aspiración a una sociedad transparente, y la idealización de la solidaridad y la armonía ambiental de los pueblos indios. Se identifican los aspectos centrales del proceso y de las interpelaciones del movimiento zapatista que trascienden esa proyección utópica. El análisis y la reflexión sobre una forma de estos nuevos procesos comunitarios y las características de la proyección utópica de "El Buen Vivir" pueden ser de mucha utilidad en las dinámicas de involucramiento propias de la Psicología Comunitaria.

3 • Comunidad: Interacción, conflicto y utopía.

Eduardo Almeida Acosta, Universidad Iberoamericana Puebla

En esta ponencia se presenta una experiencia y su aporte a la reflexión teórica fruto de cuatro décadas de convivencia social y de búsqueda de integridad humana, entre la población de una región indígena del centro de México y un equipo de quijotes urbanos, que detonó una sinergia que ha intentado dismantelar la conexión "perversa" del México hegemónico con los pueblos indios. El contexto sociocultural de esta interacción se ubica en el abismo histórico entre la matriz mesoamericana y la matriz modernizante neocolonial. El encuentro, que ha intentado ser horizontal, no podía ser y no ha sido fácil. Recuperar aprendizajes de estas cuatro décadas de luchar por crear un estilo de vida diferente para un mundo de supervivencia digno para todos, de relaciones interculturales verdaderas, de prevención de desastres. Recuperar vivencias del proceso de construcción de una intersubjetividad intercultural a contracorriente de las asimetrías históricas. Elaborar una construcción teórica que permita analizar procesos comunitarios contemporáneos. Se analizó con detenimiento el libro "Las Veredas de la Incertidumbre" publicado en 2005 con prólogo del sociólogo Alain Touraine en el que se sistematizaron 30 años de la experiencia. Se sistematizaron los

procesos que tuvieron lugar en la última década. A partir de esa información y de su contrastación con otros procesos comunitarios, se elaboraron ejes estructurales y ejes psicosociales para analizar la reconfiguración de los lazos sociales y comunitarios. Los ejes estructurales son: dimensión espacio/tiempo, relaciones de poder y relaciones materiales. Los ejes psicosociales son: Intersubjetividad, Inconsciente y reconocimiento/diferenciación. Se parte de la necesidad de un replanteamiento conceptual de las ideas y realidades de sociedad y de comunidad que son construcciones que han evolucionado a partir de los condicionamientos de un determinado periodo histórico. La distinción entre comunidad y sociedad no es ya entre afectivo y racional, ni entre obligatorio y efectivo. Ambos conceptos, productos del periodo industrial que se ha desestructurado han dejado de ser funcionales porque han emergido nuevos procesos de convivencia humana, de aislamiento y de guerra que llevan a reformular la realidad. Este trabajo nos aporta posibilidades analíticas sobre la forma como las dimensiones estructurales se articulan con las dimensiones psicosociales en la construcción de comunidad.

Y nos permite ubicar aprendizajes y vivencias en los lazos comunitarios, que hemos llamado "entrar en el espesor de la vida", "reconocer vulnerabilidades" y "establecer relaciones horizontales de reconocimiento recíproco".

La liberación en la práctica profesional comunitaria con respecto a la migración

Christopher Sonn, Victoria University

La psicología comunitaria surge como marco de reflexión y de co-construcción teórica y como herramienta que busca el bienestar de sectores de la población atañidos por una o más problemáticas sociales. En este sentido cabe interrogarse con respecto a cuál es el camino que dicha disciplina ha tomado ante las realidades de quiénes han de migrar. Se trata entonces de poner énfasis en los relatos de prácticas profesionales así metodologías de trabajo y cómo éstas se posicionan ante la y el migrante.

Desde este ángulo, la psicología de la liberación, nos permite reflexionar y evaluar los propósitos a los cuales las prácticas profesionales estaría respondiendo. De esta forma cabe preguntarse ¿Qué podría aportar la psicología de la liberación en cuanto al quehacer de la psicología comunitaria así como las condiciones de vida de las poblaciones migrantes? Identificar cuáles son las pistas de acción y reflexión que la psicología de la liberación nos propone para la reflexión con respecto al quehacer de la psicología comunitaria en el ámbito de la migración. La coordinación del simposio tendrá como función principal generar un espacio de diálogo y de discusión horizontal. Se buscará en todo momento, potenciar la creación de conocimientos y el intercambio de saberes de manera dialéctica. Se solicitará que las personas compartan tanto sus experiencias prácticas como sus reflexiones en tanto psicólogas y psicólogos comunitarios con respecto a las prácticas profesionales que conciernen la migración. Cada una de las personas participantes tendrá un espacio de 20 minutos para presentar sus experiencias y reflexiones desde su quehacer cotidiano de trabajo. Con el fin de dar inicio el simposio, la facilitadora expondrá una breve introducción del tema de la mesa redonda. Seguidamente se hará una presentación de las y los participantes. Al final de las presentaciones, la facilitadora hará una síntesis de las reflexiones

4.4

Eixo Movimentos Sociais Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

compartidas con el fin de evidenciar las conclusiones y las lecciones aprendidas. Como resultado parcial se buscará generar un espacio de dialogo, que permita conocer los esfuerzos relacionados con la migración en los contextos de las y los participantes. Al mismo tiempo se buscaría explorar cual es el tejido metodológico que respalda cada una de las realidades compartidas por las y los participantes. Se espera identificar pistas de acción que permitan fortalecer el rol de la y del psicólogo comunitario frente a los movimientos migratorios integrando el enfoque de la liberación. La psicología comunitaria se vale de un amplio espectro de herramientas conceptuales y prácticas que permiten potenciar la participación, el empoderamiento, la toma de consciencia y la liberación de los pueblos.

1 • Un Análisis Multinivel del Bienestar de la Población Migrante en España

Virginia Paloma, Universidad de Sevilla, Manuel García-Ramírez & Carlos Camacho Universidad de Sevilla

Las personas suelen tomar la decisión de migrar a otras regiones con el deseo de mejorar las condiciones de vida y el bienestar de sí mismos y de sus familias. Sin embargo, estas expectativas no suelen lograrse en contextos receptores opresores que relegan a los recién llegados a capas inferiores de la sociedad. Desde la aproximación de la psicología comunitaria de la liberación, presentamos un modelo predictivo del bienestar de la población migrante marroquí residente en el Sur de España. Esta aproximación considera el rol de los contextos donde los procesos migratorios tienen lugar, explora las relaciones de poder existentes entre los grupos migrantes y los receptores, y sugiere la transformación de la sociedad hacia una más justa para lograr el bienestar de todos sus residentes. Los datos para la elaboración del modelo fueron recogidos mediante encuesta en una muestra de 633 migrantes procedentes de 20 pueblos de Andalucía. A través de un análisis de regresión multinivel, el modelo obtenido revela cómo el bienestar migrante depende estrechamente del nivel de justicia social existente en el contexto receptor. Concretamente, la falta de sensibilidad cultural de los servicios comunitarios (servicios de salud, policía, servicios sociales y administración pública), la escasa apertura a la diversidad de las comunidades receptoras y la existencia de áreas residenciales segregadas se relaciona con menores niveles de bienestar en la población migrante. Además, el modelo obtenido revela cómo las fortalezas individuales presentes en la población migrante contribuyen también a explicar su nivel de bienestar. Así, el uso de estrategias activas de afrontamiento (creer en el cambio social y en la propia capacidad para influir en el contexto), la satisfacción manifestada con el barrio de asentamiento y un mayor tiempo de estancia en el nuevo entorno se relaciona con mayores niveles de bienestar en la población migrante. Estos resultados respaldan empíricamente los presupuestos teóricos de la psicología comunitaria de la liberación y ponen de relieve su utilidad en el estudio de las migraciones. Además, este estudio sugiere que las intervenciones comunitarias, para ser efectivas, deben ser dirigidas no solo a los individuos sino también a los contextos de asentamiento donde éstos residen

2 • Immigration, Belonging and the Role of Community-Based Arts Practice

Christopher Sonn, Victoria University,

Immigration-settlement is challenging and can involve the loss of taken for granted sources of meaning, social and material forms of support. For immigrants there are often additional challenges such as racism and racialization that can undermine their belonging, and subsequently their sense of safety and security. Therefore a focus of community oriented liberation psychology has been to challenge processes of oppression and related effects, and to foster the development of inclusive communities and belonging. As part of our work in Melbourne, Australia, we have been supporting community-based agencies that use arts to disrupt oppression and foster identity and belonging. The focus is to discuss the role of community arts practice, such as oral history theatre, as an approach to foster belonging and new narratives for identity.

I will describe our roles with community-based arts agencies. Specifically, I will focus on oral history theatre projects with its roots in Boal's (1979) writing. These projects were developed to bring together young people of immigrant and refugee backgrounds from different countries in order to connect through story telling with their own family histories and the stories of other communities. I describe the principles and processes including, the psychosocial approach and commitment to producing counter narratives, which resonate with community and liberation psychology. I will also share insights developed based on interview data collected from 12 young people about their experiences of involvement in the project. Oral history theatre involves the construction of alternative settings or contact zones, where people from diverse social locations come together to deconstruct taken for granted stories and reconstruct new stories for belonging. Central to the contact zone are processes of witnessing and re-presenting stories and, through these processes counter and new stories about belonging are created. Community based arts practices also can lead to the formation of new social networks and social relations as part of the broader processes of fostering belonging and revaluing family biographies as part of the process of affirming social identity. Importantly, these contact zones provide opportunities for deeper questioning about whose versions of knowing and being are valued and whose are denied, and the implications of these for identity and community

3 • Frontera y ambivalencia en la construcción de una comunidad transnacional de migrantes

Maria Eugenia Sánchez Díaz de Rivera, Universidad Iberoamericana Puebla

La Psicología Comunitaria enfrenta grandes desafíos en un contexto planetario en el que se está dando una reconfiguración muy variada de los lazos sociales: comunitarismos fundamentalistas, "comunidades" virtuales, movimientos de pueblos indios, demandas de autonomías regionales etc. Los movimientos migratorios han adquirido, también, nuevas formas de estructurarse. En esta ponencia se presentarán los resultados de una investigación sociológica realizada en un circuito migratorio Puebla (México)-Nueva York en el que los

flujos de población, de objetos y virtuales han constituido no solamente una red migratoria, sino una “comunidad transnacional”. - Analizar si en el circuito migratorio entre una comunidad campesina de origen indígena, Coyula, y Los Hamptons (Long Island, N.Y) se ha conformado una “comunidad trasnacional” o solamente una red. - Analizar la forma como se han reconfigurado las identidades individuales y sociales en este flujo migratorio y su relación con la dinámica trasnacional comunitaria o reticular. - Verificar el potencial heurístico de los Métodos Biográficos. La investigación parte de un enfoque interpretativo y se utilizaron los métodos biográficos para la comprensión de este circuito. La autora mantuvo un diálogo con un joven adulto migrante durante tres años. Fueron construyendo juntos la metodología de la construcción biográfica. El joven migrante iba escribiendo su vida, que en términos de páginas digitalizadas, se tradujo a 84 páginas. La autora escribió 250 páginas de Diario de Campo. Se tuvieron 40 sesiones de trabajo de medio día en la comunidad de Coyula y 12 en la Universidad en las que se dialogaban los escritos. Se compartieron diferentes festividades y aspectos de la vida cotidiana en Coyula. La autora entrevistó, además, a varias personas de Coyula y a varios migrantes coyuleños en Los Hamptons, Long Island. La información que se obtuvo permite concluir que el circuito migratorio Coyula-Los Hamptons se ha ido configurando como una comunidad, a partir de la reconfiguración de las identidades individuales y sociales de los coyuleños y a través de la construcción de un entramado simbólico compartido que logra articular los valores en pugna a lo largo del circuito. Dos categorías analíticas permiten la comprensión de la transformación de las subjetividades y de la construcción de dicha “comunidad trasnacional”: Frontera, como ruptura física, emocional y simbólica; y ambivalencia como mecanismo psicológico de resistencia creativa. Los resultados de la investigación pueden favorecer un diálogo con la Psicología Comunitaria en cuanto a su objeto de estudio e involucramiento. Por otra parte el trabajo muestra el potencial heurístico de los métodos biográficos para entender contextos sociales y para abordar la compleja relación individuo-sociedad, por lo que son muy útiles para la Psicología Comunitaria.

Virtual learning communities and online social networks promoting Community Psychology

Donata Francescato, University of Rome La Sapienza

The rapid acceleration of online learning in the past few years provides new possibilities, as well as challenges, for the expansion of community psychology instruction, practice, and societal impact. The symposium aims are to present some pilot experiences carried out in three continents using a variety of formats, designed to enrich and strengthen community psychology education, training, and practice both locally and globally. Moreover we want to discuss how online social networks can be used to facilitate social movements which help bring about desired and needed social change. In the first part of the symposium we will explore one model of online learning: Computer supported collaborative Learning, (CSCL), which is especially suited to CP goals and values. The first discussant will present the results of ten years of research documenting how both CSCL and face-to-face seminars of up to 25 students with an accompanying tutor, increased students' knowledge of community psychology and professional competencies,

and augmented their social capital, empowerment, various forms of self-efficacy and problem solving skills. The discussant will also discuss a pilot research with Facebook, which was used to increase teamwork and collaborative learning among students. The second speaker will present their experience with a novel kind of drawing-based "active learning methodology" called Drawingvoice. This is a multidimensional cognitive and meta-cognitive process that uses the World Wide Web as a resource for the development of sharing and debate-oriented networks. This didactic work was aimed at deconstructing, negotiating, and reconstructing the meaning that today youngsters attribute to the figure of the psychologist in modern society with regard to their expectations and educational pathway. Expressive graphic techniques as well as debate and group discussions allowed students to express their thoughts over the emotional symbolization processes underlying their educational pathway, with the aid of a group discussion set up on the Social Network Facebook, which was aimed at sharing the drawings and contents of the class debates. The third participants will discuss how newer tools, known as social media, Web 2.0, participatory web and read-write web, in which users have the possibility of creating content, sharing it with others, and easing their interactions, could promote community building and organizing. They will explore the various roles internet and computer mediated communication (CMC) could play in community building and upraising social movements, by exploring specific cases in America and Europe, outlining the circumstances that facilitated them and mediating a reflection with the audience about their own use of social media. These presentations will increase our knowledge on how we can better teach community psychology taking advantages of the new educational opportunities offered by internet based learning platforms and widely used social networks such as Facebook. Moreover we will document how to use social networks to favor involvement in social movements. Therefore these presentations will contribute to two Conferences themes, CP education and social movements enhancing our capacity to improve our interventions in both domains.

1 • How to enhance student's empowerment and CP intervention skills through Computer Supported Collaborative Learning (CSCL) and Facebook

Donata Francescato, University of Rome La Sapienza

Some authors think that distance education has the potential to move teaching beyond the physical classroom, providing new global educational opportunities. Opponents instead maintain that the promise of distance education through virtual environment being able to provide high quality education has yet to be realized. These contrasts are meaningful, when considering whether to adopt online education in community psychology, since not all distance education projects have the same potential to promote problem solving efficacy, cooperation, empowerment, social capital and sense of belonging to an online community. The aim of this presentation is to discuss various research projects which have explored which kind of elearning is most effective in promoting these positive changes. Up until the late 1980 most experiments on computer-supported education of the first and second generation were based mostly on a solo-learner model, and the opportunities to individualize learning processes were supposed to be the

most important aspect of computer-aided instruction. The development of the third generation of computer supported education, has increased the possibilities to facilitate social interaction between teacher and students, and among students. Computer Supported Collaborative Learning (CSCL) has attracted the attention of different disciplines because it enables both independent and group learning. CSCL is based on cooperative and constructivist learning theories which focus on social interdependence and learning also by teaching one another. The new technologies offered by software platforms which include multiple communication modalities have facilitated the application of cooperative and constructive models online. Supporters of CSCL maintain that the social interaction available online can produce interpersonal effects even superior to those found in F2F groups and that it has the potential to provide new first class educational opportunities to teach even professional skills, normally taught only in face to face graduate programs. We will describe a series of studies which have been carried out with 588 psychology master students and 264 high school students to compare the efficacy of face to face and computer supported collaborative learning (CSCL) in increasing: not only professional psychological skills, such as interviewing, moderating focus groups, organizational and community evaluation methodologies, small group dynamics and affective education techniques, but also meta-social competences such as various forms of self-efficacy, empowerment, and social capital. Our results show that CSCL learning contexts, when characterized by high level of task and assessment sponsored cooperation, asynchronous communication, presence of facilitating teacher following an empowering pedagogical model can provide high quality education even for graduate students, contrary to the misgivings many professors hold, particularly in the social sciences and in psychology, fields in which very little quality e-learning has been implemented. We will also present the results of an exploratory study using Facebook groups to favor collaborative learning among students. The topics discussed in this presentation fully contribute to the Conference theme of possible areas of training in Community Psychology and specifically to the subtheme the practices and the teaching methodologies in Community Psychology

2 • Drawingvoice and reflexivity beyond Facebook

Caterina Arcidiacono, University Federico II, Stefania Carnevale, University Federico II

In the last decades there is been a great evolution in the world of communication. The new media have greatly increased the role of vision. Consistent with the emerging of new cultures, which are becoming increasingly more visual through the use of new technologies, the students of the master degree in "Theories and Models in Community Psychology" at the University of Naples Federico II, with the aid of their professor Caterina Arcidiacono, have had the chance to experiment with a novel kind of drawing-based "active learning methodology" called Drawingvoice. This didactic work was aimed at deconstructing, negotiating, and reconstructing the meaning that today youngsters attribute to the figure of the psychologist in modern society with regard to their expectations and educational pathway. The following tools have been employed: expressive graphic

techniques as well as debate and group discussions as techniques geared to expressing their thought over the emotional symbolization processes underlying their educational pathway, along with the aid of a group discussion set up on the Social Network Facebook, which was aimed at sharing the drawings and contents of the debates that the classroom yielded. This kind of methodology had been called Drawingvoice in that it gives voices to drawing as an important means of elicitation of the signification process underlying group participation as well as it makes the latter more straightforward, rich, engaged, and self-responsible. The reports showed that the students have gained more awareness with regard to the role played by psychologists within the specific cultural contexts in which they operate as well as a different focus on the positive resources underlying the choice to become psychologists themselves and a more flexibility regarding the times and places of their educational pathway. Drawingvoice gets translated into a structural group pathway as an important supportive tool for a process of defining a conceptual dimension through its graphic representation and web sharing. It also gives the opportunity to share meanings and co-constructing new viewpoints in order to bring about transformational and developmental practices. Drawingvoice is also a multidimensional cognitive and meta-cognitive process that uses the World Wide Web as a resource for the development of sharing and debate-oriented networks.

4.4

Eixo Movimentos Sociais
Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

3 • The role of social media in facilitating social movements

Serdar M. Degirmencioglu, Wayne State University

Data from the Internet World Stats (2012) confirms a 566.4% increase on World's internet usage from 2000 to 2012. This means 34.3% of the world's population has now access to the Internet, which could signify an unprecedented opportunity for the world's population to organize and act upon the various causes that imply an oppressing condition for their lives. Although internet access not necessarily means people will organize, there are various examples around the globe that probe social media could work as an effective platform for facilitating social movements, such are the examples of: Tunisia, Egypt, United States, Russia, Spain, Greece, United Kingdom, Israel, Mexico, India, Chile, Iran, to name a few (Andersen, 2011). Social media's role in social movements is in part possible due to newer tools, known as social media, Web 2.0, participatory web and read-write web, in which users have the possibility of creating content, sharing it with others, and easing their interactions, which could result in community building and organizing (Brunson & Valentine, 2010; O'Reilly & Batelle, 2009). Additionally, it allows users to have an alternate source of information for relevant events in their localities, in which mainstream media or authorities might account for a different story (Tusa, 2013). As Community Psychologists it results relevant to identify new ways in which communities could integrate, generate a sense of belonging and ease their organization towards propelling better life conditions. This proposed session will explore the various roles internet and computer mediated communication (CMC) could play in community building and upraising social movements, by exploring specific cases in America and Europe, outlining the circumstances that facilitated them and mediating a reflection with the audience about their own use of social media.

Virtual Learning Communities and Online Social Networks Promoting Community Psychology (Part II)

Toshiaki Sasao, International Christian University

In the second part of the symposium we will continue to explore both how internet and social media can help improving and expanding the diffusion of community psychology learning opportunities and how social networks and other features of the internet can promote new forms of community building, organizing and sustaining social movements. But we will also focus on the challenges and problems these new means of communication pose for community psychology- Presenter #1 will underscore that online CP education is particularly attractive for community psychology (CP) since the field is relatively new in the mainstream psychology curricula with few resources available offline in many parts of the world. However, they will maintain that internet-based CP training may present cultural challenges in its delivery and content areas. They will discuss and delineate pragmatic and quality-assurance issues in planning and implementing CP online learning in Asia with special focus on socio-cultural, organizational, and pedagogical aspects. They will make specific recommendations concerning: (a) strategies in designing and implementing CP online learning systems in Asia; (b) linguistic and contextual (format) problems and “do-able” solutions for active participation; (c) ethical issues with implementing online courses in global contexts; and (d) the issue of how cultural responsiveness needs to be addressed in CP online learning when compared to traditional face-to-face classroom instructions. Presenter #2 will present a research which investigated the effects that a small group has on the individual and collaborative remembering. They used a chat to simulate a virtual environment, which allowed them to study the dynamics of human social behavior. Their results found that collaborative groups performed better than the other groups, giving more true positive answers, which highlighted a considerable role of collective reasoning. These findings are important for planning community psychology courses since they underline that we should prefer CSCL groups models. Presenter #3 will discuss how news media outlets in the United States serve as “captains of consciousness” at a time where the corporatization of the news industry makes it difficult for the average citizen to access accurate and unbiased information about the current state of affairs affecting the nation. This situation has led to myopic and toxic characterizations of American families. He will focus his presentation on how community psychologists can use the new media to promote civil rights and to contrast the dominant cultural conversation documenting which factors affect quality of family life and what effects the “war on poverty” has on American families. The expected outcome of this presentation is to gain knowledge in the utility and limitations with CP online learning in different cultural contexts. It will show that group online learning may be preferable to individual learning modalities and how online social networks can support social movements. Therefore this symposium is pertinent with several themes of the conference, ranging from issues in CP education to promoting social change and justice through social movements.

1 • How Relevant is Cultural Responsiveness in Developing Online Community Psychology in Asia?

Toshiaki Sasao, International Christian University, Poland Naoki Hatta, International Christian University, Ayumi Sugiyama, International Christian University

Online learning has become a popular means of learning for many people worldwide as the internet technology is now more than affordable and easily available almost everywhere. Although it takes on various forms (e.g., file transfer and online discussion, online degrees and certificates), it is particularly attractive for community psychology (CP) since the field is relatively new in the mainstream psychology curricula with few resources available offline in many parts of the world, even in the U.S. Given the widespread and expressed need for global online CP training and education (see *The Community Psychologist* in recent years), the issue of cultural responsiveness looms larger and critical since the field is not culture-free or value-free (Kloos et al., 2011), but the internet-based CP training may present cultural challenges in its delivery and content areas. The purpose of this presentation is to discuss and delineate pragmatic and quality-assurance issues in planning and implementing CP online learning in Asia with special focus on socio-cultural, organizational, and pedagogical aspects. Based on what little exists in the literature on online learning and current practice in Asia (e.g., Japan, Korea, China) and other relevant literature in Europe and the U.S., several specific recommendations will be made in the following areas: (a) strategies in designing and implementing CP online learning systems in Asia; (b) linguistic and contextual (format) problems and “do-able” solutions for active participation; (c) ethical issues with implementing online courses in global contexts; and (d) the issue of how cultural responsiveness needs to be addressed in CP online learning when compared to traditional face-to-face classroom instructions. An additional focus is to address the extent to which online learning might empower historically and social disenfranchised minority groups (e.g., Brazilian migrant workers in Japan) in promoting their social capital. The expected outcome of this presentation is to gain knowledge in the utility and limitations with CP online learning in Asia and beyond since the proposed panel represents more than several different countries and cultural contexts. This particular presentation is closely in line with the overall goal of this symposium and also in sync with more than several conference axes in CP training and practice (e.g., methodological concerns in CP education and teaching practice, quality assurance issues, educational policy issues on the use of online or distance learning, ethical and diversity issues, global and international issues in CP practice and education). Therefore, this presentation aims to contribute uniquely to the developing field of community psychology in the world, especially in Asia.

2 • Learning Performance of Collaborative and Non-collaborative Groups in a Virtual Environment

Patrizia Meringolo, University of Florence, Elisa Guidi, University of Florence, Andrea Guazzini, University of Florence

Nowadays the virtual community represents an environment suitable to generate social dynamics and to promote collaborative learning and the civic engagement of young people. This paper describes a study aimed to investigate the effects that a small group has on the individual and collaborative remembering. In our study, a chat was used to simulate a virtual environment (VE), which allowed us to study the dynamics of human social behavior. The purpose of the experiment was not the examination of task performance, but the description of various aspects of the social interactions among group members, and the check of the possible group influence at a reasoning or encoding level. Participants were 144 (male 50%, aged from 20 up to 57 years).

Deese/Roediger-McDermott (DRM) paradigm was applied to investigate the recall of associated presented and non-presented words to collaborative groups, nominal groups, and individuals. Data were analyzed to explore the effect of group features, the effect of tests order and communication dynamics. Moreover, the structure of personality and the anxiety status of the participants were assessed by the FAST-five and STAI scales.

Our results showed no significant difference in average scores for nominal groups and collaborative groups; given that collaborative groups virtually work and have a collective reasoning, significant differences in individual performance can be attributed to bias at the level of encoding for this kind of task. Furthermore, a positive relationship was found between group size and the performance in the collaborative groups: the collaborative groups performed better than the other groups, giving more true positive answers, which highlighted a considerable role of collective reasoning. Probably, higher sizes in collaborative groups produced more hypotheses and more judges, allowing members to pool their memories and correct memory errors, thanks to the majority rule.

The homogeneous groups showed a better performance than heterogeneous groups, revealing the influence of external factors to the performance, i.e. a lower cohesion in heterogeneous groups. The complex pattern and structure of relations between the group features (i.e. gender, size, socio-psychological dimensions) and the order parameters (i.e. number of errors, communicative strategies) support the models about the "social scripts", that are communication patterns that describe how people interact with each other, both in face-to-face than virtual interactions. This study, combined with the chat content analysis, may suggest useful advices about collective reasoning and e-learning dynamics, which are nowadays very relevant topics in the study of web communities and educational communities.

3 • Engaging the News Media for Discussions Civil Rights and Factors related to Family Life in the United States

Etiony Aldarondo, University of Miami

News media outlets in the United States serve as “captains of consciousness” at a time where the corporatization of the news industry makes it difficult for the average citizen to access accurate and unbiased information about the current state of affairs affecting the nation. Lewis, Herman & Chomsky (2002) propose in their Propaganda Model, that media is often compromised, and that they identify filters that actually decide what will be in the news. Of the filters are concentrated media ownership, the role of advertisers in influencing the news, the inability to cover all relevant news and corporate influence. This situation has led to myopic and toxic characterizations of American families. As an antidote to this situation a group of community psychologists, sociologists, economists, and other social minded scholars and clinicians have organized and devised an innovative set of strategies and mechanisms to engage media outlets, disseminate research findings relevant to the lived realities of our families, and in doing so enrich the cultural conversation about structure and functioning of American families. This presentation will focus on some of ways in which this group has used online forums to accomplish these goals, highlighting the recent efforts to enrich our cultural conversation about civil rights and the effects of the “war on poverty” on American families.

More specifically, the presentation focuses on the role of community psychologists as public intellectuals who intentionally engage the news media to promote the civil rights and well-being of vulnerable populations. Issues will be discussed as to how common characterizations of families through popular media in the United States are often limited to stereotypical conceptions of family structure and family life, which are consistent with the political interests and public policies advanced by dominant groups. These dominant narratives are both inaccurate and toxic, in particular, for families in marginalized segments of the population. As such, a set of strategies were developed and implemented by the Council on Contemporary Families to challenge and enrich these dominant narratives. The development of “brief reports” on “class inequality, poverty, and the social safety net,” a civil rights online symposium, and “press releases” on research regarding “the impact of conservative Protestantism on regional variations in divorce rates” will be used to illustrate various ways in which community psychologists can use their knowledge and skills to engage news media as allies in the promotion of social change. Participants will have the opportunity to reflect on and discuss the potential utility these strategies to help expand cultural narratives inclusive of diverse family structures and supportive of vulnerable families in their respective countries. Additionally, there will be an opportunity to learn how to set up collaborative virtual network of community psychologists who use the internet and social media for this purpose.

Jhally, S., Lewis, J., Herman, E., Chomsky, N. (2002). *The myth of the liberal media [DVD]: the propaganda model of news*. Northampton, MA: Media Education Foundation.

Encrucijadas en la psicología social comunitaria: Co-construyendo alternativas desde una evaluación participativa cualitativa.

Esther Wiesenfeld, Universidad Central de Venezuela, Héctor Berroeta, Universidad de Valparaíso

Las diversas revisiones y cuestionamientos a la psicología social comunitaria (PSC), en aspectos relativos al desarrollo disciplinar y a la relevancia social del quehacer profesional, nos han llevado a sugerir la existencia de una crisis en este campo de la psicología y a discutir alternativas para optimizar su continuidad. A tales efectos, en el presente minicurso argumentamos sobre las razones por las que planteamos la crisis de la PSC, y abrimos la discusión acerca de las direcciones que podrían seguir su/s rumbo/s para afrontarla. El debate en cuestión, seguirá los lineamientos de la metodología de la evaluación participativa cualitativa, específicamente de la evaluación de cuarta generación, desarrollada por Egon Guba e Yvonna Lincoln (1989).

En este sentido el presente minicurso cumplirá con un doble propósito: aportar herramientas metodológicas relevantes a la PSC, y ejercitarlas con base en temas cruciales a la misma, como son las encrucijadas que, a nuestro juicio, enfrenta la disciplina, y cuyas salidas convoca a quienes estamos comprometidos con la superación de las desigualdades en nuestros países.

Partimos de preguntas problematizadoras, cuyo debate organizamos en torno a cuatro ejes básicos, en los que hemos identificado indicadores de la crisis de la PSC, a saber: principios, valores, características y metas; y los confrontaremos con los puntos de vista de las y los participantes, con base en su propia formación, actuación y posicionamiento personal y profesional. Este procedimiento propiciará una reflexión crítica conjunta, ante los desafíos actuales de nuestra disciplina, enriquecida desde la diversidad de experiencias de pares y colegas, provenientes de diferentes países, ámbitos de inserción universitaria y/o profesional y vinculados con problemáticas de distinta naturaleza. La información generada a partir de la estrategia evaluativa sugerida, redundará a su vez, en la construcción de una agenda colectiva, que dé paso a un proyecto transcultural, e idealmente transsectorial y transdisciplinar, cuyo seguimiento y resultados aspiramos compartir en sucesivos encuentros, virtuales y/o presenciales. Esperamos asimismo que el grupo se conforme en una comunidad de acción y reflexión continua, que crezca en el tiempo y de la que surjan nuevas vías para ampliar los horizontes de la PSC, en las direcciones acordadas.

Psicologia, movimentos sociais e o direito à cidade: Ideias e experiências a partir de periferias do capitalismo

Fernando Lacerda Jr., Universidade Federal de Goiás

Mais do que espaços físicos delimitados, as cidades são espaços sociais marcados por inúmeras contradições políticas, sociais e culturais. A convivência e o conflito entre privado e público ou miséria e riqueza são elementos cotidianos das cidades brasileiras. O Brasil criou cidades inerentemente excludentes, marcadas por um processo caótico de expansão regido pelo capital. Neste contexto, a vida urbana é profundamente caracterizada pela segregação espacial e as refrações da questão social tendem a se intensificar. No entanto, na mesma medida em que há segregação espacial, há conflitos, rebeliões e anomalias que, muitas vezes, são invisibilizados, criminalizados e combatidos violentamente. Enquanto a apropriação privada parece regular cada vez mais a vida urbana, "marginalizados", "excluídos" ou, simplesmente, trabalhadores ocupam a cidade lutando pelo direito de ir e vir, ocupando espaços higienizados e construídos apenas para o consumo de elites minoritárias. Assim, as cidades não são apenas palco da desordem ordenada regida pelo capital, mas também espaços em que sujeitos distintos (pessoas, grupos, movimentos organizados) se encontram para criar e recriar sua vida cotidiana. Desta forma, pode-se dizer que as diversas discussões, lutas e ações sobre o direito à cidade colocam problemas, questões e desafios que tratam sobre o direito de cada sujeito criar e recriar a si mesmo. Por isso, a presente mesa-redonda propõe como tema de discussão a relação entre Psicologia Comunitária e o direito à cidade, isto é, pretende discutir como o direito à cidade pode ser compreendido como um eixo de articulação de diferentes ideias e experiências na Psicologia. Como a Psicologia pode contribuir para analisar os processos identitários e afetivos ligados à ocupação da cidade? Que experiências psicossociais são vivenciadas por sujeitos tidos como perigosos e invasores ou que simplesmente sofrem com processos de invisibilização social? Pode a Psicologia contribuir nas lutas pelo direito à cidade? O que as experiências profissionais revelam sobre os conceitos e métodos da Psicologia? As apresentações nesta mesa-redonda abordam reflexões teóricas e relatos de experiências que, de um lado, realizam análises críticas construídas a partir da Psicologia Ambiental, da Psicologia Social e da Psicologia Comunitária sobre questões postas pelas disputas que ocorrem na cidade e, de outro, discutem experiências guiadas por referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Comunitária com movimentos sociais protagonizados por pessoas de rua e sem-tetos destacando as contribuições da Psicologia, os limites e as dificuldades enfrentados por profissionais que lidam com manifestações da questão social. Em todas as apresentações há um ponto de partida comum: pensar como a Psicologia pode contribuir, por meio do diálogo com movimentos sociais, no processo de ampliação do direito à cidade e, assim, contribuir para a constituição de vidas mais dignas e humanas em uma periferia do capitalismo.

1 • Direito à cidade e relações afetivas pessoa-ambiente

Tadeu Mattos Farias, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A entrada do século XXI acontece nos grandes centros urbanos com o fortalecimento de uma tendência iniciada ainda no século anterior: a mercantilização dos espaços físicos. Com isso está dito que, em níveis

inéditos na história, a mediação das relações entre pessoas e os diversos espaços urbanos se dá pelo poder de compra, seja do próprio espaço, seja do que ele oferece. Dito de outra forma, dos espaços de circulação cotidiana aos lugares em que tiramos férias, frequentamos geralmente aqueles aos quais nosso poder de compra nos leva; são espaços a serem consumidos. Tema central na área das relações pessoa-ambiente, a dimensão afetiva dessa interação, tem como determinante cada vez mais poderoso esse dado da realidade presente. Os processos de identidade e a vinculação afetiva aos ambientes dependem de interações sociais, grau de importância do espaço físico para a vida cotidiana e valores culturais e simbólicos associados. Além disso, esses ambientes são parte fundamental do desenvolvimento dos indivíduos em sua singularidade e em suas relações sociais e comunitárias. Nessa direção, o desenvolvimento da identidade está intimamente ligado à disputa pela ocupação da malha urbana que, por sua vez, se opera a partir da realidade econômica dos sujeitos. Nesse cenário, se acentuam identidades sociais dicotômicas como nós da favela/eles do asfalto, periferia/centro, condomínios/espaço público, etc. Acrescenta-se a isso que cada polarização desse tipo está ligada a conteúdos ideológicos que também dicotomizam, por exemplo, segurança/perigo, marginais/cidadão de bem, descamisados/bem-vestidos. Quando essa tensão é colocada à prova - como ficou evidente na polêmica recente em torno dos “rolezinhos” - a intervenção dos grandes grupos midiáticos e do Estado reforça a ideia de “cada um no lugar ao qual pertence”. A criminalização da população mais pobre passa cada vez mais pela consolidação de identidades urbanas associando-os aos lugares perigosos, violentos, e a serem evitados. Dessa forma, os diversos processos de segregação urbana se apresentam na limitação do direito pleno à cidade, em que a determinados grupos sociais são relegados determinados espaços. Contribuem para isso a especulação imobiliária, que expulsa direta ou indiretamente populações de lugares de interesse, a precária estrutura dos transportes públicos e, em alguns casos, o crescimento do setor turístico, que também tende a intensificar a expulsão desses grupos (ou incorporá-los de forma perversa). Dada a importância dos lugares para o desenvolvimento afetivo dos indivíduos, é necessário que se dê mais atenção aos processos ideológicos associados a tais vínculos pessoa-ambiente, pois o direito à cidade passa inexoravelmente pela dimensão afetiva da dignidade humana.

2 • Movimentos de rua: empoderamento e o direito à cidade

Tatiana Minchoni, Universidade Potiguar, Daniela Bezerra Rodrigues, Universidade Potiguar, Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Sílvia Carvalho E. de Souza, Universidade Potiguar, Clóvis Leite da Costa Neto, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Diferentes pessoas ocupam as ruas por diversos motivos, dentre eles, está a crescente expansão de centros urbanos que traz em seu cenário pessoas de inúmeros lugares que buscam trabalho, que tem algum vínculo empregatício precário, com problemas de saúde, dentre outros. Tal população vem vivenciando, historicamente, um processo de invisibilização social, associado a uma série de violações de direitos, que se concretizam em violências que ocasionam a morte. Tal situação se traveste em uma lógica

de inclusão social perversa, em que o próprio sistema capitalista produz o pauperismo e se sustenta nesta condição de desigualdade, a partir de sujeitos denominados “excluídos”. Os considerados inferiores ou apêndices inúteis da sociedade são exclusivamente culpabilizados por suas condições de vida, a partir de uma lógica meritocrática, em que a compreensão da realidade é centrada no sujeito, desconsiderando o contexto explorador e opressor, criando um escudo de invisibilidade. Nesse processo, intenta-se, por meio de intervenções pautadas no higienismo, na punição e na caridade, segregar socioespacialmente, a partir da possibilidade de consumo do espaço, determinado pela elite, negando o direito à cidade. Indo na contramão desse processo, em 2004, após a chacina da Sé, pessoas em situação de rua de diversos lugares do país se organizam em um coletivo denominado Movimento Nacional de População de Rua, visando a discussão política e a cobrança do Estado brasileiro dos direitos negados a essa população. A partir desse movimento, é criada a Política Nacional para População em situação de Rua, bem como dispositivos de atenção a esses usuários. Em Natal/RN, o Fórum Potiguar de População em situação de Rua, criado em 2013 pela população de rua, estudantes, profissionais e ativistas de movimentos sociais, tem se organizado coletivamente buscando a garantia aos direitos previstos na Constituição, por meio da discussão crítica e reflexiva acerca da realidade em que vivem as pessoas de rua. Tendo isso em vista, este estudo objetivou investigar a importância da vivência do Fórum Potiguar para a organização política dessa população, em Natal/RN. Embasado na Investigação-Ação-Participante, foram realizadas observações participantes nas reuniões do Fórum, entrevistas com a população de rua e com profissionais do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN, que auxiliaram na criação do Fórum Potiguar. Os resultados indicam que, ainda que haja uma forte invisibilidade social, que o acesso às políticas sociais ainda se implementa de forma fragmentada com viés assistencialista, caritativo e punitivo, a população de rua vive um processo de organização, legitimando o Fórum como espaço de discussão, de denúncias e implicação de formas de enfrentamento a esses contextos, percebido pela argumentação na cobrança de melhorias dos equipamentos sociais, compreendendo tratar-se de direitos conquistados pelo MNPR e não ações caritativas. Trata-se de um processo inicial de organização que tem como desafios a necessidade de ampliação da discussão em outras regiões do estado; as práticas higienistas no contexto da copa do mundo; e a desnaturalização da situação de rua pela sociedade, uma vez que a população de rua é mais uma expressão da questão social, inerente e naturalizada pelo capitalismo.

3 • A mobilização social após a repressão e a conquista: Desafios para os movimentos sociais e para a Psicologia Comunitária

Larissa Soares Baima, Pontifícia Universidade Católica Campinas, Larissa Soares Baima, Pontifícia Universidade Católica Campinas, Danilo de Oliveira e Silva, Universidade Federal de Goiás, Fernando Lacerda Jr, Universidade Federal de Goiás.

O presente trabalho relata uma experiência de Psicologia Comunitária realizada em um bairro que foi construído após intensa luta de setores

populares que, entre 2004 e 2007, realizaram ações organizadas em defesa do direito à moradia em Goiânia. Após a conquista da “casa própria” e o enfrentamento de inúmeros desafios (desde a organização cotidiana da luta até a repressão violenta) houve um processo de desmobilização e fragmentação dos participantes do movimento social que possibilitou a conquista da moradia. Entre 2011 e 2012, um grupo de psicólogos e estudantes de Psicologia foi convidado para contribuir no processo de retomada do trabalho de base e organização dos moradores que buscavam lutar por direitos não atendidos pelo poder público, como a construção de uma creche e de equipamentos de saúde. A equipe de Psicologia foi chamada para realizar atividades que teriam como finalidade promover, fomentar e ampliar a participação e conscientização de moradores e, assim, fortalecer as entidades e movimentos atuantes no bairro popular. Utilizando contribuições da Educação Popular, da Pesquisa Participante e da Psicologia Comunitária, a equipe efetivou atividades que, ao mesmo tempo, buscaram aprofundar o conhecimento da comunidade e ampliar a participação de moradores na organização de ações comunitárias no bairro. A partir de diversas experiências, a equipe de Psicologia percebeu que existia uma série de dificuldades que impediam o processo de organização de moradores: de um lado, complexas questões psicossociais resultantes da ação repressora do Estado como o adoecimento físico e psíquico de moradores que participaram das diversas lutas relacionadas com a construção do bairro ou o processo de acomodação criado pela conquista da casa própria após anos de luta política; de outro, a transformação de lideranças populares em agentes que, algumas vezes, impossibilitavam a mobilização e participação popular. A partir dessa complexa realidade, que envolveu também um processo de cooptação política de lideranças populares por partidos e governantes, a equipe de Psicologia passou a analisar como, em alguma medida, a conquista de direitos ou as “disputas democráticas” não necessariamente produzem emancipação humana, mas apenas mudam as formas pelas quais há reprodução e sustentação do status quo. Desta forma, a presente comunicação apresenta não apenas um balanço da experiência realizada, mas uma discussão sobre os limites e os obstáculos colocados para a Psicologia Comunitária, caso esta busque promover efetiva emancipação. Assim, partindo da ideia de que o direito à cidade não se reduz à busca pela casa própria, a análise desta comunicação apresenta a emancipação humana como eixo articulador que possibilita problematizar, ao menos, quatro pontos importantes destacados na experiência anteriormente descrita: (a) as possibilidades e os limites da ação da Psicologia em comunidades; (b) as diversas formas de cooptação de lideranças populares e trabalhadores sociais pelo aparato estatal atual; (c) o desaparecimento de categorias presentes nas primeiras experiências de Psicologia Comunitária, como poder popular e consciência de classe; (d) a centralidade da aliança da Psicologia Comunitária com Movimentos Sociais combativos como condição fundamental para a constituição de práticas sociais na Psicologia engajadas com a ampliação do direito à cidade.

Incidencia de la Psicología Comunitaria en la dinámica de los Movimientos Sociales en algunos países de América Latina

Luis Carlos Duque Naranjo, Universidad Católica de Colombia, Luis Eduardo Rodríguez Rincón, Universidad Católica de Colombia

La presencia activa de las universidades en la dinámica de los movimientos sociales que han surgido en América Latina a partir de diferentes coyunturas, y en especial de la Psicología Comunitaria, nos ha permitido avanzar en las relaciones academia y realidad social. Los componentes de la Psicología Comunitaria, principalmente los relacionados con su estatuto epistemológico, han orientado la formación, la investigación, y el quehacer en todas sus proyecciones, exigiendo una sinergia entre las funciones sustantivas universitarias, internas y externas. Por ello, el encuentro de la psicología con los procesos de organización civil expresados en movimientos sociales, ha contribuido a la configuración psicológica individual y colectiva de sujetos políticos comprometidos con su propia transformación, como camino a la construcción conjunta de una realidad socialmente digna y equitativa. La mesa pretende poner en discusión una nueva mirada de la Psicología Comunitaria, en perspectiva de una epistemología latinoamericana que aporte a cambios que requiere la sociedad actual desde lo económico, político, cultural y social. De esta manera la universidad como bien social, tiene en su misión buscar la complementariedad entre las diversas formas del conocimiento, necesarias para favorecer la organización, el fortalecimiento y la democracia en procesos de emancipación. Los aportes de los participantes resaltan los siguientes aspectos: 1. Revisar los distintos tipos de Psicología Comunitarias y sus respectivas definiciones de comunidad, para proponer el fortalecimiento de una nueva Psicología Comunitaria. 2. Reconocer los movimientos sociales como configuraciones colectivas de participación que responden a un contexto particular y un momento coyuntural en la historia Colombiana. 3. Promover la creación y desarrollo de los movimientos sociales juveniles en el municipio de Suacha a través de herramientas teóricas y metodológicas del trabajo comunitario, que permitan un crecimiento recíproco y la creación de nuevas formas de relación y de poder. Consideramos que el debate en torno a los Movimientos Sociales es pertinente de cara a la globalización mundial y la tendencia neoliberal de los países que integramos la mesa: Chile y Colombia.

1 • Movimientos sociales emergentes: una lectura desde la psicología social comunitaria al conflicto colombiano y las estrategias de participación

Karenth Andrea Forero Sanchez, Universidad Pedagógica Nacional, Natalia Fiallo Rojas, Fundación Universitaria San Martín

Considerar los movimientos sociales como fenómenos que emergen de tensiones, conflictos, realidades diversas; permite la incorporación de esquemas interpretativos geopolíticos a realidades construidas de manera colectiva, asintiendo que los sujetos puedan configurar el contexto como un espacio de transformación necesaria.

La modernidad ha dejado al sujeto envuelto en racionalidad y masificación. En Colombia se vive un momento coyuntural, el país condensado en mayor apertura neoliberal con difusa autogestión comunitaria, numerosos diálogos de paz fallidos, diversos conflictos entre ellos el armado ha conllevado

a desplazamientos, amenazas y exilios; emergiendo paralelamente movimientos sociales en pro de la reconstrucción por la memoria y proponiendo políticas de no repetición.

La población civil como convergencia de seres ha establecido formas de interacción a la solidaridad y cooperación generando fortalecimiento, consensos, posibilitando la expresión del conflicto, buscando la defensa de los derechos humanos y de forma integral ser escuchados, escuchar y asumir un discurso. Ejemplo de ello: ASFADDES, Fundación Manuel Cepeda, Comisión Intercongregacional de Justicia y Paz, así como las madres de los jóvenes asesinados y considerados como "falsos positivos" en el contexto Colombiano (entre otros). Reconocer los movimientos sociales como configuraciones colectivas de participación que responden a un contexto particular y un momento coyuntural en la historia Colombiana. Desde el paradigma crítico social el cual precisa la emancipación, se incorpora los postulados de psicología comunitaria materializada en la formación del psicólogo con la posibilidad de visibilizar los movimientos y de esta manera organizar los contenidos programáticos de diferentes asignaturas. Las herramientas de acción fueron: observación participante, grupos focales, cartografía social, antropología visual y análisis categorial de relaciones, discursos, significados, historia y memoria, derechos humanos y responsabilidad del Estado. Reconocer que el conflicto armado en Colombia ha dejado varias víctimas en tanto diversas poblaciones coexistentes; En este orden, la F.U.S.M. ha considerado los elementos que constituyen el conflicto y a su vez identificado estrategias que desde la psicología social comunitaria puedan dirimir y hacer que los procesos de resolución, participación, ciudadanía y democracia estén presentes en las propuestas.

Se ha encontrado mayor participación desde la academia en espacios sociales, así como la comprensión de los movimientos sociales en tanto logros políticos, lo que implica horizontes de lucha y maduración en procesos organizativos, una cosmovisión de la democracia dentro del fortalecimiento de las relaciones Sociedad Civil – Estado. Hablar de conflicto y eventual post- conflicto, propone que desde la psicología se incorpore espacios de visibilización y por supuesto de propuestas contextuales que permitan decantar las políticas públicas a los colectivos afectados por la violación en derechos humanos, buscando que el colectivo logre su máxima expresión relacional en un sistema denominado democrático, el cual busca que el sujeto logre la equidad, la libertad y por ende el acceso a las vías pertinentes en la restitución de sus derechos como ciudadanos y seres humanos.

2 • La praxis del psicólogo comunitario dentro de los movimientos sociales

Luis Eduardo Rodríguez Rincón, Universidad Católica de Colombia, Luis Carlos Duque N Luis, Universidad Católica de Colombia, Jaime Andrés Quiroz Lesmes, Universidad Católica de Colombia

Los movimientos sociales, son organizaciones de carácter civil, autónomo y pluralista, que agrupan miembros en pro de un objetivo común de connotación social y política. Buscan promover y encauzar cambios que favorezcan el bienestar de la sociedad, superando condiciones de pasividad, dependencia, manipulación, fatalismo y resignación con acciones innovadoras generadoras

de una nueva conciencia. Lo anterior, representa una alternativa eficaz y viable para comprender y ejercitar el poder, enfrentando así, la herencia histórica con la que cuenta este concepto, entendido como un aparato de coerción e instrumento de satisfacción de intereses particulares, y no como una construcción colectiva que da lugar a una nueva forma de organización de la sociedad. Ahora ¿por qué y para qué estas organizaciones en Suacha? (Municipio de Cundinamarca Colombia). Los habitantes de este municipio y los que no habitan en él pero conocen su realidad, reconocen la precaria situación social, política, cultural, ambiental y territorial que viven allí. Son problemáticas de violencia, necesidades básicas insatisfechas y la vulneración de derechos humanos fundamentales, además de la presencia de canteras de extracción de material para obras civiles de construcción y el crecimiento urbanístico que destruyen el medio ambiente y la identidad de los pobladores en relación con el territorio. En este orden de ideas, consideramos que el rol del psicólogo comunitario frente a los movimientos sociales es propiciar su génesis, impulsar su fortalecimiento interno y generar redes entre los diferentes movimientos. Por tal razón, el objetivo de este trabajo ha sido promover la creación y desarrollo de movimientos sociales juveniles en el municipio de Suacha, a través de herramientas teóricas y metodológicas del trabajo comunitario, las cuales han permitido un crecimiento recíproco y la creación de nuevas formas de relación y de poder. Por las características de estos movimientos se optó por una metodología de investigación que combina la ciencia y la acción política, encaminadas a la transformación de la realidad social y a la construcción del poder popular, mediante el análisis crítico y el posicionamiento de los actores sociales. Dicha metodología es la Investigación Acción Participativa. Entre los resultados del trabajo realizado en comunidad se resalta la creación de un colectivo denominado "Sembrando Cultura", cuya proyección es la prevención, potenciación y desarrollo de su comunidad a través de la cultura. Posteriormente, con otros movimientos ya existentes en Suacha, surge la iniciativa de articular los diferentes procesos para generar soluciones más eficaces, a través del empoderamiento de la población civil, en especial los jóvenes. Este trabajo es el que se está llevando a cabo actualmente con la denominada Red Juvenil de Suacha. Entre los logros de este movimiento podemos mencionar procesos formativos en Derechos Humanos, el foro Memoria, Territorio y Paz, El Encuentro de Experiencias de Educación Popular y Pedagogías Innovadoras, entre otros, con miras a la realización del "Festival Municipal de Juventud".

3 • Una Psicología Comunitaria dirigida hacia los Movimientos Sociales

Gustavo Adolfo Bejarano Aguado, Universidad Católica De Colombia,
Germán Rozas Universidad de Chile

La Psicología comunitaria ha ido cambiando su objeto de estudio, sin duda continua siendo la comunidad, pero, la misma comunidad ha cambiado al ritmo de las transformaciones de la sociedad. El fortalecimiento comunitario que buscaba el desarrollo de un proyecto social, para su beneficio, corresponde a una especie de Psicología Comunitaria de carácter Gubernamental. Esto en tanto el Estado Latinoamericano en general, ha pretendido el disciplinamiento acorde a la unidad nacional y la adaptación al consumo. No obstante estos

objetivos han sido desbordados por los movimientos sociales que exigen más allá de lo que los gobiernos pueden dar. Demandan cambiar la lógica moderna que pone el acento en el desarrollismo, en el crecimiento, en la racionalidad y proponen cambios que implican otro estilo de vida, otra forma de relaciones sociales, una episteme latinoamericana. En efecto, el individualismo, la libre competencia y la eficiencia, constituyen una lógica deshumanizante, instaurando una ética procedimental y un concepto de las necesidades articuladas al crecimiento económico y no al desarrollo integral del ser humano. Una postura radicalmente diferente es la que se vislumbra en los movimientos sociales comprometidos con una visión más amplia, participativa e incluyente de la comunidad. Las nuevas relaciones sociales tienen que ser acciones solidarias como alternativa al círculo de destrucción propio del modelo social, político y económico actual. Desde esta perspectiva, entonces, la psicología comunitaria, debe aprender a dar un viraje, que implique escuchar y acompañar de mejor manera a los movimientos sociales.

Revisar los distintos tipos de Psicología Comunitarias y sus respectivas definiciones de comunidad, para proponer fortalecer una nueva Psicología Comunitaria.

Se ha desarrollado un estudio documental sobre bibliografía ad hoc, que ha permitido hacer un análisis de los discursos presentes de modo de situar los datos bajo el contexto social y político del momento. En Chile se observa distintos discursos sobre la psicología comunitaria, los cuales tienen como principal componente un diferencia en la conceptualización que se hace sobre la Comunidad. Se evidencia que la población interesada en la psicología comunitaria, rechaza una psicología comunitaria gubernamental y hace cada día más una opción por propuestas más vinculadas hacia los movimientos sociales.

Inside-out Outside-in: Prisons studies and communities in South Africa: Part I

Mattheus Eduard Fourie, University of South Africa

The presentations in this roundtable seek to engage with community psychology approaches and perspectives on the diverse communities that exist in and around correctional systems in South Africa. The focus will be on initiatives that cross the boundaries between the inside and outside of prisons. Examples are the establishment of a prisons studies and communities' interest group, the development of tertiary education opportunities for prisoners, issues of social reintegration and recidivism after release, and issues relating to the families and relatives of prisoners. In the first presentation, Carien du Plessis and Mbongiseni Mdakane describe how the prisons interest group started from small beginnings to grow into a thriving 'community of interest'. They review technological, organisational and social factors that enabled the establishment and growth of the group in order to distil the most important lessons learnt thus far. Khonzi Mbatha and Martin Terre Blanche then review the various 'carceral communities' that form the context in relation to which the group operates. They draw particular attention to a group of individuals, those who are awaiting trial but who have been released on bail, who are often neglected in prisons studies, but who

face particular challenges as perhaps the least closely-integrated of the various carceral communities. In the next presentation, Mbongiseni Mdakane and Eduard Fourie move the focus to the extreme opposite end of the 'carceral archipelago', namely the community of individuals who have completed their sentences and have been released from prison (or who are on parole). The spectre that haunts this community is that of recidivism, but rather than engaging directly with this, Mdakane and Fourie instead draw attention to the narratives of redemption, transformation and resilience of those who have managed to break free from the cycle of repeat-offending and incarceration. Eduard Fourie and Carien du Plessis follow with a consideration of 'the other prisoners', namely the large cohort of correctional officers who, although they are not formally imprisoned, nevertheless spend most of their waking lives in and around prisons. They review theoretical and policy issues relating to correctional officers' main, but often conflicting, objectives – that of custody and of treatment – and draw attention to how the families of offenders inexorably become part of the system as 'the other correctional officers'. The final presentation, by Martin Terre Blanche and Khonzi Mbatha, takes a discursive turn, arguing that talking about prisons does not occur in some sort of privileged space free from the historical, discursive and ideological forces that have brought prisons into being as institutions in the first place, but form a part of the same carceral archipelago as the brick-and-mortar institutions we normally refer to as prisons. They suggest that for this reason we can expect most talk about prisons to be essentially pointless and repetitive, trapped in the 'prison house of language', and that to transcend this we have to explore unconventional tropes that hold promise for disrupting the normal conventions of talking about and acting in relation to prisons.

1 • Inside-Out Outside-In South African prisons interest group – The birth of an initiative

**Carien du Plessis, University of South Africa, Mbongiseni Mdakane,
University of South Africa**

South Africa has one of the highest rates of incarceration in the world, yet research and projects in the prison communities are lacking and inadequate. We are struggling with severe overpopulation of prisons and the conditions in South African prisons are often the subject of media reports and controversy. Inside-Out Outside-In is a loose, inter-disciplinary grouping of South Africans interested in issues relating to prisons. The group exists to share knowledge and experiences about projects, organisations, research, and theories. This interest group seeks to apply community psychology approaches and perspectives to the diverse communities that exist in and around correctional systems. We are particularly focused on initiatives that cross the boundaries between the inside and outside of prisons and deal with the connections and inter-dependencies between inside and out. Examples are the development of tertiary education opportunities for prisoners, issues of social reintegration and recidivism after release, issues relating to the families and relatives of prisoners, and the collaborative generation and dissemination of knowledge about prison experiences and circumstances. The Inside-Out Outside-In prisons interest group started as an idea in an office with only a handful of people in 2013. There were no specific projects involved and it was no more than a few academics in the Department of Psychology at the University

of South Africa having dreams about bettering the conditions in South African Prisons and stimulating research interest. Today it has close to fifty interdisciplinary members all across South Africa, we have received coverage in academic journals, newsletters and other professional publications, we are involved in various projects and a number of Masters and Doctoral students in the Department of Psychology at the University of South Africa have opted to do dissertations on prison issues and communities. We have also been recognised as an official interest group under the Division of Social and Community psychology of the Psychological Society of South Africa. It is not hard to start an interest group, but maintaining a group and stimulating interest after the initial excitement of the inception of the group, is often problematic. This presentation will be a practical one on how an idea gave birth to an official interest group and lessons learnt in growing and maintaining an interest group/ community. We will present on how we made use of technology and social media such as Facebook, Twitter, Whatsapp and a website to not only create awareness about the interest group, but to maintain momentum in the growth of the group. Our aim when setting up this group was to make it sustainable and we will discuss the measures we implemented in this regard. We will also briefly discuss the relevance of interest groups in community psychology and highlight the importance of the fact that community psychology is not only on communities, but by communities, and how important it is to connect these researcher / intervention communities.

2 • Long walk to incarceration: Awaiting trial and out on bail in contemporary South Africa

Mattheus Eduard Fourie, University of South Africa, Khonzi Mbatha,
University of South Africa, Martin Terre Blanche, University of South Africa

South African psychology in the post-apartheid era has made some progress towards research about and advocacy for marginalized groups' psycho-social well-being, but many gaps remain. One group of South Africans who have received some attention from post-apartheid psychology are those who have, in one way or another, come into contact with the criminal justice system. The circumstances of this group of South Africans can be understood as a constant transition between a series of different 'carceral communities' – repeatedly liberated from one form of constraint only to be inducted into another. Thus, for example, a person arrested for a criminal offence may initially spend several days in detention in police cells (in apartheid South Africa this detention could be extended indefinitely but this is fortunately no longer possible); then he or she may be kept for some hours in the cells at the magistrate's court; this is followed by many months awaiting trial, either out on bail or as an awaiting trial prisoner; the person may then end up as a convicted offender in prison, potentially transferred to numerous different prisons during his or her 'prison career'; he or she may then be released on parole; he or she may again become a free citizen; and finally he or she may re-enter the system as a recidivist. Each of these criminal justice mileposts represents a new community, within which the charged person has to try and establish and sustain him or herself. Different criminal justice communities have not received equal attention from social science researchers and activists

in post-apartheid South Africa, with most of the focus being on the well-being of prison inmates, and the challenges of rehabilitation and the threat of recidivism faced by prisoners released on parole. In this presentation we do two things: First, we provide a general overview of the different 'carceral communities' that form part of the South African criminal justice system (how entry into each of these communities is achieved; the challenges of establishing a viable identity in each community; and the process of being 'liberated' from the community). Second, we focus on one particular such community, namely the community consisting of those who are awaiting trial, but who are 'out on bail'. Those who find themselves in this position are in many ways much better off than awaiting trial prisoners (who have been refused bail), but they are nevertheless in a very difficult psychological position, feeling themselves ostracized from everyday, non-criminal society but uncertain whether they will be entering the community of convicted criminals – in effect trapping such individuals in a no-man's-land and an emotional "inside-outside" rollercoaster. We review the limited previous work that has been done with regard to this particular group of individuals and make some suggestions for future research and activism, with particular reference to the South African context.

3 • Defying the odds of recidivism: Ex-offenders' narratives of resilience

Mattheus Eduard Fourie, University of South Africa, Mbongiseni Mdakane,
Eduard Fourie, University of South Africa

This presentation aims to report on the experiences of former repeat offenders concerning meanings attached to experiences of strain versus resilience when arriving at a permanent state of non-offending. Repeat offending is one of the most pressing societal issues facing South Africa today. The term recidivist is used to describe the individual offender who offends, and recidivism to describe a pattern of repeated sentencing and incarceration characteristic of the criminal justice system. Many offenders whose lives transcend the circumstances they have subjected themselves into, but because many support structures in prisons (whether psychological or educational) are either under-utilized or have depleted resources, it is not uncommon to expect a vicious cycle of reoffending. Available statistics on recidivism in South Africa are severely limited, but estimates indicate that it is unacceptably high. This is not a problem unique to South Africa alone, but countries internationally are faced with the same challenge. In conducting research on recidivism, investigators are generally inclined to focus on the etiology, hence our understanding of biological and/or environmental factors as antecedents of crime. This presentation, however, proposes an alternative viewpoint to studying recidivism. Instead of reviewing repeat offenders actively involved in the cycle of reoffending, we put forward the idea that, through listening to the narratives of former repeat offenders, one is likely to draw from their collective experiences the positive aspects essential during this major transformative change (i.e. change toward permanent desistance). In realising this objective, we aim to draw on a narrative framework to explore and describe the experiences of former repeat offenders who have arrived at a perpetual state of non-offending. Informing this study is the General Strain

Theory and we emulate work conducted by criminologist Robert Agnew on 'storylines'. The paradigm grounded within this presentation is transcendental phenomenology. Relevant to this perspective are the descriptive meanings attached to experiences of strain versus resilience. In concluding, we suggest that merely narrowing our understanding on the negatives, shortcomings and dysfunctions of the system is self-limiting; rather, comprehending the offenders' life-world and keeping a focus on their strengths and healthy behaviours should be the cornerstone of our interventions.

Inside-out Outside-in: Prisons studies and communities in South Africa: Part II

Carien du Plessis, University of South Africa

The presentations in this roundtable seek to engage with community psychology approaches and perspectives on the diverse communities that exist in and around correctional systems in South Africa. The focus will be on initiatives that cross the boundaries between the inside and outside of prisons. Examples are the establishment of a prisons studies and communities' interest group, the development of tertiary education opportunities for prisoners, issues of social reintegration and recidivism after release, and issues relating to the families and relatives of prisoners. In the first presentation, Carien du Plessis and Mbongiseni Mdakane describe how the prisons interest group started from small beginnings to grow into a thriving 'community of interest'. They review technological, organisational and social factors that enabled the establishment and growth of the group in order to distil the most important lessons learnt thus far. Khonzi Mbatha and Martin Terre Blanche then review the various 'carceral communities' that form the context in relation to which the group operates. They draw particular attention to a group of individuals, those who are awaiting trial but who have been released on bail, who are often neglected in prisons studies, but who face particular challenges as perhaps the least closely-integrated of the various carceral communities. In the next presentation, Mbongiseni Mdakane and Eduard Fourie move the focus to the extreme opposite end of the 'carceral archipelago', namely the community of individuals who have completed their sentences and have been released from prison (or who are on parole). The spectre that haunts this community is that of recidivism, but rather than engaging directly with this, Mdakane and Fourie instead draw attention to the narratives of redemption, transformation and resilience of those who have managed to break free from the cycle of repeat-offending and incarceration. Eduard Fourie and Carien du Plessis follow with a consideration of 'the other prisoners', namely the large cohort of correctional officers who, although they are not formally imprisoned, nevertheless spend most of their waking lives in and around prisons. They review theoretical and policy issues relating to correctional officers' main, but often conflicting, objectives – that of custody and of treatment – and draw attention to how the families of offenders inexorably become part of the system as 'the other correctional officers'. The final presentation, by Martin Terre Blanche and Khonzi Mbatha, takes a discursive turn, arguing that talking about prisons does not occur in some sort of privileged space free from the historical, discursive and ideological forces that have brought prisons into being as institutions in the first place, but form a part of the same carceral archipelago as the brick-and-mortar institutions

we normally refer to as prisons. They suggest that for this reason we can expect most talk about prisons to be essentially pointless and repetitive, trapped in the 'prison house of language', and that to transcend this we have to explore unconventional tropes that hold promise for disrupting the normal conventions of talking about and acting in relation to prisons.

1 • The other prisoners: Duties and obligations of being a correctional officer

Mattheus Eduard Fourie, University of South Africa

In *The prison: Policy and practice*, Hawkins (1982) refers to correctional officers as the other prisoners. These correctional officers are responsible for the safety and security of the prison and its inhabitants in addition to providing rehabilitation and preventing recidivism. The White Paper on Corrections in South Africa (third imprint: 2011) constitutes the major strategic document intended to guide the management and offering of services of the Department of Correctional Services in South Africa. The main focus of the White Paper is the necessity to identify corrections as a societal responsibility and also to undertake all departmental tasks to achieve a rehabilitation mission. For the entire society, the responsibility is the renewal of unity at both family and community levels; while the Department of Correctional Services has a duty of interpreting the concept of the White Paper into working activities. In order to realise the objectives of contemporary correctional institutions, correctional officers are challenged with two conflicting objectives, that of custody and treatment. According to Matetoea (2012) the objective of custody is the duty to society that assures that offenders are confined within appropriate behavioural procedures, whereas the objective of treatment dictates that staff should carry out treatment that is constructive and that will make sure that when offenders are released, there is an realistic chance for them to turn into productive members of the community. In spite of having a progressive constitution and policy, our country continues to be challenged with incidents of retribution in the justice system. The South African Department of Correctional Services is currently confronted with staffing challenges when it comes to specific careers. The highest vacancies within the department are health care workers, psychologists and social workers. These high vacancy rates disturb the facilitation process of rehabilitation and development of offenders and create an enormous challenge in actualising the needs as identified by the Department of Correctional Services. From a systemic perspective, in this presentation, we consider correctional officers as the other prisoners and society at large as the other correctional officers in addressing the objectives as set out by the National Policy on Corrections.

2 • Inside-out, outside-in: Talking about talking about South Africa's 'carceral archipelago'

Carien du Plessis, University of South Africa, Martin Terre Blanche,
University of South Africa, Khonzi Mbatha, University of South Africa

The anthropologist Lorna Rhodes (2001) argues that it is difficult to talk about prisons without becoming enmeshed in the very dynamic that created the need for prisons in the first place. The dynamic involves endlessly reiterating and re-enacting the fantasy that it is possible to set up spaces that are radically

separate from normal society, to which offenders can be exiled, and from whence they can be allowed to return only once they have been rehabilitated. The more this project keeps failing the more we redouble our practical and discursive efforts to make it succeed – questioning the justice and efficiency with which people are identified for exile; alternating between prescribing more humane and more repressive regimes for the management of life inside prisons; expending prodigious efforts on attempted reform of prisoners; being surprised (over and over and over again) at the continuing high rates of recidivism. This intense focus on prisons as uniquely problematic (or perhaps uniquely hopeful) institutions, obscures the extent to which all of modern industrial society is in fact organized according to principles of incarceration – fundamentally driven, as Michel Foucault argued, by a carceral culture which permeates every aspect of modernity, down to our most personal and private sense of self. We live in a ‘carceral archipelago’, constantly fantasizing about freedom and escape but in fact merely shuttling from one space of critical scrutiny, discipline and control to the next – families, gated communities, schools, industrial workplaces, offices, each with their own rules for exclusion, inclusion and proper conduct. What is needed therefore, according to Rhodes, is to try and interrupt the conversation, to ‘challenge the terms of the discourse that frames and supports’ (p. 75) not only prisons, but the larger discursive and social system that brings them into being. Engaging in this kind of crosstalk is by no means easy, since we are all deeply embedded in received ways of making sense of prisons and will inevitably tend to talk ourselves back into the very discursive traps from which we are hoping to escape. It is therefore not possible to define a linear discursive trajectory in advance that will lead out of the current impasse around ‘prison talk’. Instead, we have to intuitively explore tropes that seem to hold promise for disrupting current conventions of talking about and acting in relation to prisons. The Inside-out, outside-in South African Prisons Interest Group is one such effort. It is a loose network of individuals organized around the metaphor of troubling the stark divisions between the inside and outside of prisons in order to explore phenomena such as awaiting-trial imprisonment, the role of families in interaction with offenders, the psychological impact of being ‘released on bail’, and the joys and challenges of studying for a degree while in prison. We conclude the presentation with a brief consideration of how such projects can subvert the dynamic that creates and sustains a culture of imprisonment, and how they remain constantly in danger of being reabsorbed into that culture.

3 • Inside-out Outside-in: Prisons studies and communities open discussion

Mattheus Eduard Fourie, University of South Africa, Eduard Fourie, University of South Africa, Carien du Plessis, University of South Africa, Mbongiseni Mdakane, University of South Africa, Khonzi Mbatha, University of South Africa, Martin Terre Blanche, University of South Africa

The presentations in this roundtable seek to engage with community psychology approaches and perspectives on the diverse communities that exist in and around correctional systems in South Africa. The focus will be on initiatives that cross the boundaries between the inside and outside of prisons.

Examples are the establishment of a prisons studies and communities' interest group, the development of tertiary education opportunities for prisoners, issues of social reintegration and recidivism after release, and issues relating to the families and relatives of prisoners. In the first presentation, Carien du Plessis and Mbongiseni Mdakane describe how the prisons interest group started from small beginnings to grow into a thriving 'community of interest'. They review technological, organisational and social factors that enabled the establishment and growth of the group in order to distil the most important lessons learnt thus far. Khonzi Mbatha and Martin Terre Blanche then review the various 'carceral communities' that form the context in relation to which the group operates. They draw particular attention to a group of individuals, those who are awaiting trial but who have been released on bail, who are often neglected in prisons studies, but who face particular challenges as perhaps the least closely-integrated of the various carceral communities. In the next presentation, Mbongiseni Mdakane and Eduard Fourie move the focus to the extreme opposite end of the 'carceral archipelago', namely the community of individuals who have completed their sentences and have been released from prison (or who are on parole). The spectre that haunts this community is that of recidivism, but rather than engaging directly with this, Mdakane and Fourie instead draw attention to the narratives of redemption, transformation and resilience of those who have managed to break free from the cycle of repeat-offending and incarceration. Eduard Fourie and Carien du Plessis follow with a consideration of 'the other prisoners', namely the large cohort of correctional officers who, although they are not formally imprisoned, nevertheless spend most of their waking lives in and around prisons. They review theoretical and policy issues relating to correctional officers' main, but often conflicting, objectives – that of custody and of treatment – and draw attention to how the families of offenders inexorably become part of the system as 'the other correctional officers'. The final presentation, by Martin Terre Blanche and Khonzi Mbatha, takes a discursive turn, arguing that talking about prisons does not occur in some sort of privileged space free from the historical, discursive and ideological forces that have brought prisons into being as institutions in the first place, but form a part of the same carceral archipelago as the brick-and-mortar institutions we normally refer to as prisons. They suggest that for this reason we can expect most talk about prisons to be essentially pointless and repetitive, trapped in the 'prison house of language', and that to transcend this we have to explore unconventional tropes that hold promise for disrupting the normal conventions of talking about and acting in relation to prisons.

4.4

Eixo Movimentos Sociais
Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

Acción política y vida cotidiana: mujeres del movimiento en contra de la supervía

Carlos César Contreras Ibáñez, Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, María del Carmen Gutiérrez Hernández, Universidad Autónoma Metropolitana

Este trabajo es parte de una investigación acción-participante en el campamento 26 de julio del Frente Amplio contra la supervía Poniente en la ciudad de México.

Se realiza dentro de un contexto urbano-comunitario, habiendo una historia no reconocida de participación política en distintos momentos de la comunidad, donde se observan distintas formas de actuar en la vida cotidiana y la relación que existe con la acción política de las mujeres. Dicho trabajo contribuye a señalar el tipo de prácticas que se tienen como movimiento social, observando los límites y retos que los psicólogos comunitarios tenemos al trabajar con éstos. Generando en lo cotidiano la producción de distintas formas de relacionarse entre individuos y comunidades, reproduciéndose a su vez una forma distinta de convivir en sociedad. Así, se habla de una acción política, al tomar una postura ante los acontecimientos de la vida cotidiana y el orden establecido y teniendo a su vez conductas de manera consecuente, aunado con el poder que toda comunidad tiene, como una capacidad que le es inherente al pueblo en tanto última instancia de soberanía, de la autoridad, de la gobernabilidad, de lo político, para poder promover la producción y reproducción de la calidad de vida. Objetivo: El objetivo fue observar cómo se llevó a cabo la vida cotidiana y como fue la acción política de las mujeres del campamento 26 de julio, así como hacer visibles los cambios en la acción política y en la vida cotidiana de las mismas. Metodología: La metodología utilizada fue cualitativa, utilizando entrevistas a profundidad, observación en distintos momentos de las actividades de las mujeres dentro del campamento y en algunas marchas, para obtener registro de su vida cotidiana y de su acción política. Se entrevistaron a un total de 36 mujeres, entre los 8 y los 76 años de edad. Las entrevistas se realizaron en el campamento o durante las marchas. Resultados: Para las entrevistadas la vida cotidiana se da sólo en el ámbito del hogar. Y todo lo que ocurre en el campamento como la inestabilidad emocional, el estrés, la convivencia diaria y la incertidumbre de lo que va ocurrir con su vivienda son cosas extraordinarias a pesar de llevar viviendo un año en dicho lugar. Lo que ha producido diversos conflictos al interior del movimiento, teniendo como resultado el desgaste físico y emocional de sus miembros y el retraimiento de otros. Algunas de ellas no reconocen su actuar como una acción política, ya que el concepto las remite a los partidos políticos, sin embargo reconocen que han modificado muchas cosas y actitudes de su entorno. Conclusiones: La forma en que se vive un movimiento social desde la perspectiva femenina es muy distinta a la de los varones, empezando por lo cotidiano, las labores se diferencian por género a pesar de decir que las responsabilidades y actividades son iguales dentro de un movimiento social. La acción política está presente de forma diaria al exterior y al interior del movimiento para que se produzca una transformación.

Círculos Ciudadanos: un modelo de trabajo para incentivar la participación ciudadana y el desarrollo comunitario

Carlos Luis Zatarain, Vía Educación

El camino hacia la transformación social requiere del desarrollo de una conciencia crítica entre los ciudadanos, aunado a su activa participación (Dalton, Elias & Wandersman, 2001); lo anterior a través un proceso formativo en el que se desarrollen habilidades comunicativas, emocionales y cognitivas (Ministerio de Educación de Colombia, 2004). Fomentar la participación ciudadana resulta crucial, ya que esta podría tener un impacto directo en el bienestar y prosperidad de la comunidad, así como en el desarrollo de la democracia (Chávez Carapia & Castro Guzmán, 2009). La Encuesta de Cultura Ciudadana (Universidad Autónoma de Nuevo León-Centro de Investigaciones Económicas, 2012) mostró que de los habitantes de Monterrey, 14.2% participa en organizaciones voluntarias, 13.1% en actividades para mejorar espacios públicos y 9.2% en foros para discutir temas de interés común. Aunque los anteriores resultados muestran una mejora de 7.9%, 6.6% y 5.8% respectivamente (en comparación con el 2010) resulta importante continuar promoviendo la participación de la ciudadanía, siendo que esta tiene un importante rol en el desarrollo comunitario (Montero, 2004). Aunado a la participación, resulta también relevante desarrollar la organización comunitaria, ya que acorde a los datos de la quinta Encuesta Nacional sobre Cultura Política y Prácticas Ciudadanas (Dirección General de Cultura Democrática y Fomento Cívico, 2012) 54% de los mexicanos considera que es difícil o muy difícil organizarse con otros ciudadanos para trabajar en una causa común, lo que podría indicar una necesidad en cuanto a herramientas o condiciones que faciliten la organización comunitaria.

Ante dichas necesidades, Vía Educación (2014), una organización sin fines de lucro, desarrolló una serie de programas bajo el esquema del desarrollo impulsado por la comunidad, a fin de dotar de habilidades y herramientas que posibiliten la participación y organización comunitaria. La presente ponencia dará una breve descripción de los 6 programas desarrollados, explicará el proceso a través del cual se desarrollan competencias ciudadanas (autoeficacia, empatía, participación, organización comunitaria, deliberación democrática y convivencia pacífica) así como el desarrollo de los proyectos participativos. Finalmente se discutirán los resultados del 2013, en el que se capacitó a un total de 464 personas, quienes generaron 93 proyectos de mejora en sus comunidades, beneficiando a un total de 13,203 personas.

Compromiso del psicólogo social comunitario con los pueblos originarios en nuestra América

Katherine Isabel Herazo González, Universidad Nacional Autónoma de México

La postura ética y política de la psicología social comunitaria que prima el interés común sobre el individual y considera la reivindicación de la lucha de los movimientos sociales y las minorías activas, amerita una reflexión sobre las comunidades con quienes se ha venido trabajando. Al respecto, si bien es cierto que el quehacer del psicólogo social comunitario en nuestra América se ha centrado, en su gran mayoría, en el trabajo con comunidades oprimidas, no se ha logrado visibilizar un esfuerzo diferencial, pues esta labor se matiza indiferentemente en procesos de intervención, diagnóstico e investigación realizados con campesinos,

colonos, barrios, población citadina y comunidades no localizadas. Ante ello, es necesario abogar por el trabajo con aquellos que han sido reconocidos como los más pobres entre los pobres pero que se han movilizadado a nivel continental por la defensa de sus derechos, estos son los pueblos originarios. En efecto, esto representa una deuda pendiente de la psicología social comunitaria con estos actores sociales. Aunque se han reconocidos aportes aislados de psicólogo sociales comunitarios sobre este núcleo de acción, es necesario consolidar un trabajo que represente una praxis como función desalienante, movilizadora de la conciencia y en términos de Sánchez Vázquez (1983), que se ocupe de movilizar procesos de transformación en el mundo con base en una crítica y un conocimiento de lo existente. Desde esta perspectiva la praxis presupone el carácter político del compromiso que se asume el psicólogo, desde y con los pueblos originarios en un contexto sociohistórico específico, en la búsqueda del cambio social.

Así, este trabajo surge de las reflexiones tanto a nivel teórico-práctico como a nivel ético político, del compromiso del psicólogo social comunitario con los pueblos originarios. Para realizar esta reflexión se utilizan como fuentes principales los trabajos presentados en el 1er Coloquio Internacional de Psicología Social Comunitaria en nuestra América. Una mirada a los pueblos originarios, celebrado en la Facultad de Psicología de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2013 y además, los presentadas en el Seminario Permanente en Psicología Social Comunitaria, llevado a cabo en nuestra Máxima Casa de Estudios. Esta revisión invita a una discusión que permita articular el desde dónde estamos y hacia dónde vamos. El desde dónde, emerge como talante al reflexionar sobre cuál es el compromiso que ha asumido el psicólogo social comunitario con los pueblos originarios desde diversas experiencias, asumidas no como un producto terminado, sino como un proceso en construcción. El hacia dónde vamos, implica un debate sobre cómo deberíamos acompañar el proyecto de vida comunitaria en los pueblos originarios de cara al futuro. Para responder estas pregunta, es necesario, en una primera instancia, saber qué entendemos por pueblos originarios. Además, de comprender cómo surgen la denominación pueblo originario, indio, indígena y pueblo indígena a partir de las relaciones de dominación y las luchas contrahegemónicas.

Posteriormente, se explica por qué se plantea esta propuesta desde una perspectiva nuestro americana. Por último, se problematiza sobre el punto álgido en cuestión, el compromiso con los pueblos originarios desde nuestro quehacer.

Comunidad indígena ñaupa huasi. Identidad y fortalecimiento comunitario (Tucumán –Argentina)

María Verónica Torres, Facultad de Psicología

El objetivo de esta ponencia es aproximar los resultados de una experiencia de extensión universitaria en la Comunidad Indígena Ñaupa Huasi, específicamente los aportes y rol que tuvo la Psicología en el proceso de fortalecimiento de la identidad y organización comunitaria. La Comunidad Ñaupa Huasi es un pueblo campesino integrado por 110 familias (450 personas) quienes viven principalmente de la cría de animales y de cultivos destinados al autoconsumo, aunque estas actividades se encuentran amenazadas por la pérdida del uso y control de sus tierras por las acciones de los terratenientes. Debido a la agudización del conflicto

territorial, desde los 90' la Comunidad se encuentra en un proceso acelerado de organización y fortalecimiento con el fin de detener estos avasallamientos. Sus pobladores son descendientes de quienes conformaron los orígenes de los pueblos ubicados en el Valle Calchaquí, lo que se evidencia en los estudios arqueológicos que datan de 2300 años atrás y en los registros de la historia oral reciente. Sin embargo desde la conquista hasta la actualidad sus familias fueron sometidas y despojadas de sus tierras, pero este proceso no fue sin resistencias. Desde los comuneros, hoy emerge con fuerza la necesidad de re-escribir su historia y reclamar el reconocimiento de sus tierras, proceso estrechamente ligado a la revalorización de su cultura e identidad. Desde este contexto, el Cacique se acerca a nuestro equipo en el año 2009 con una demanda específica: escribir un libro que refleje la historia, cultura, trabajo y organización familiar, aspectos estrechamente ligados al uso del territorio. Y que el mismo sirva como herramienta al fortalecimiento comunitario.

Si bien el equipo se conforma interdisciplinariamente, desde la Psicología nos planteamos aportar herramientas metodológicas para trabajar en el ámbito comunitario, así como centrar nuestra tarea en el fortalecimiento de la identidad y organización comunitaria (eje de nuestra ponencia). La metodología de investigación se enmarcó en el Materialismo Histórico y Dialéctico, que sostiene que el proceso de conocimiento científico está estrechamente ligado a la práctica. Tomamos como técnicas la observación en terreno, entrevistas con diálogo operativo, participación y registro en actividades comunitarias (Psicología Social –Pichon Riviere). Para el análisis se optó por el Método Comparativo Constante (Glaser & Strauss, 1967).

Uno de las metas de este trabajo ha sido el afianzamiento de la identidad indígena de la Comunidad, la misma se fue conformando en un proceso histórico y social complejo, de avasallamientos sobre su cosmovisión, sus formas de pensar, de trabajar, de sometimiento y aniquilamiento de sus antecesores; pero este proceso coexiste con resistencias y luchas que hoy emergen con fuerzas. Es desde el identificarse en esta historia, desde el encuentro y el entrelazamiento con quienes se reconocen como descendientes de los pueblos originarios, que los comuneros encontraron un sostén para asumir-se con otros como sujetos sociales de poder, protagonistas de los cambios necesarios para su comunidad. Consideramos que, como promotore/as de salud mental estamos comprometidos a asumir una posición teórica e ideológica que sirva como herramienta para enriquecer este movimiento social gestado por nuestros pueblos originarios.

Estrategia de formación de líderes para el fortalecimiento organizacional y comunitario

Alba Ximena Zambrano Constanzo, Universidad de La Frontera

El quehacer de estas organizaciones así como el liderazgo comunitario bien ejercido pueden llegar a constituirse en una herramienta fundamental para identificar temas de importancia en el espacio local, para iniciar la acción y movilizar a los vecinos para trabajar en función de objetivos compartidos que permitan cambios deseados (Foster-Fishman, Catillon, Pierce y Van Egeren, 2007). Para ello es importante que los y las líderes comunitarios desarrollen capacidades organizacionales que facilitan el empoderamiento de sus integrantes, facilitando el desarrollo de capital social y de acceso a recursos para alcanzar sus objetivos

(Zambrano, Bustamante y García, 2009).

Estudios que analizan el liderazgo comunitario, sugieren que la efectividad de éste liderazgo y la extensión de cohesión social dentro de la comunidad son los dos elementos de mayor relevancia al diferenciar comunidades que variaban en su capacidad para sostener estructuras organizacionales de base comunitaria más allá de la presencia de financiamiento externo (Akukwe y Chapman, 2006). En este sentido, Ruiz (2004) plantea el valor del liderazgo empoderador, que se orienta a un liderazgo de equipos, de organizaciones y redes sociales, favoreciendo el logro de resultados positivos y de mayor alcance para algunas organizaciones estudiadas en Latinoamérica.

A pesar de lo antes expuesto, la experiencia demuestra que dentro de las organizaciones comunitarias los dirigentes suelen presentar dificultades para motivar y mantener la participación de sus integrantes, y para identificar iniciativas que les permitan lograr sus objetivos (Zambrano & Le Blanc, 2008). Si bien se asume que él o la líder debe estimular la capacidad crítica reflexiva como medio de generación de pensamiento autónomo, muchas veces se encuentran en la realidad líderes resistentes con prácticas tradicionales conservadoras (Santos & Rodríguez, en Rosero 2002) que tienden a centralizar las relaciones y decisiones, que presentan liderazgos paternalistas o autocráticos y cuyas actividades se orientan más a la recepción pasiva de recursos materiales (Zambrano, Bustamante & García, 2009). Para abordar estas dificultades, se requiere un proceso sostenido que proporcione alternativas de acción para los líderes que aporten a su sentido de eficacia y a la vez promueva procesos participativos (Santos & Rodríguez, en Rosero, 2002).

En la ponencia, se exponen los principales componentes y criterios metodológicos de una estrategia integral de formación de líderes para el fortalecimiento organizacional y comunitario. Esta estrategia se construye sobre la base de una investigación acción que se inicia el año 2007 en colaboración con un programa de prevención de drogodependencia financiado por el nivel nacional y gobierno local, sucesivamente modificada en función de su evaluación continua en dicho programa, focalizándose en un trabajo territorial. Con posterioridad se han implementado "Escuelas de Líderes" en 8 diferentes barrios en la región de la Araucanía, Chile, asociados a otros programas de la política pública en el ámbito de la recuperación de barrios. Una evaluación de la estrategia nos permite detectar aportes, limitaciones y desafíos en el trabajo con líderes en el contexto del empoderamiento de organizaciones comunitarias de base y las respectivas comunidades de pertenencia.

Evaluación de la Campaña Electoral de Altura en Puerto Rico

Irma Serrano García, Universidad de Puerto Rico, Soélix M. Rodríguez-Medina, Universidad de Puerto Rico, Río Piedras

La Asociación de Psicología de Puerto Rico (APPR) en los últimos años ha asumido posturas y tomado acción ante fenómenos sociales que afectan el bienestar social, psicológico y físico del ser humano. Una de las iniciativas más recientes es la Campaña Electoral de Altura (CEA). La misma se llevó a cabo durante el año electoral 2012 en Puerto Rico. Su objetivo principal fue educar a los partidos políticos, candidatos/as a puestos políticos, medios de comunicación y población en general sobre los principios éticos que deben guiar una campaña política. En

términos generales, los principios éticos invitaban a los candidatos/as a enfocar sus campañas en propuestas y no en ataques personales. A tales efectos, se les exhortó que al momento de emitir cualquier tipo de comunicación lo hicieran de forma ética, responsable y con respeto. Se realizaron varias actividades en los medios. Entre ellas: a) una conferencia de prensa, b) visitas a programas de radio y televisión, c) artículos en la prensa escrita y d) un anuncio en YouTube. En términos generales, la respuesta de las personas que conocieron la iniciativa fue muy positiva. Muchas elogiaron nuestra campaña y coincidían con su mensaje. Sin embargo, no se había realizado una investigación sistemática que estudiara el impacto que tuvieron las distintas actividades realizadas por el comité. Por tal razón, nos propusimos como objetivo evaluar el impacto de la CEA.

Para cumplir con este objetivo diseñamos una investigación cuantitativa aprobada por el Comité Institucional para la Protección de los Seres Humanos en la Investigación (CIPSHI) de la Universidad de Puerto Rico, Río Piedras. Para recopilar los datos administramos un cuestionario electrónico y en papel a personas mayores de 21 que residieran en Puerto Rico al menos 6 meses durante el año 2012. El instrumento incluía tres secciones: a) datos socio-demográficos, b) preguntas relacionadas a la CEA y c) sobre conducta electoral. Respondieron 153 personas.

La mayoría de las personas participantes estaban de acuerdo en que debe realizarse esta iniciativa y es importante para nuestro país. Las actividades que más conocieron fueron los comunicados de prensa con un 65.3% (n=66), y los comunicados por las redes sociales e Internet con un 63.4% (n=64). La evaluación de los debates de los candidatos por la gobernación fue la actividad que más les hizo reflexionar y la que más influyó en su conducta electoral. De las 101 personas que se han analizado al momento 76.2% (n=77) piensan que es muy importante la iniciativa y 20.8% piensa que es importante (n=21). La mayoría dijo que se debería repetir esta iniciativa y que fue apropiado que la APPR gestara la misma.

Este estudio demuestra que los psicólogos y psicólogas apreciaron la labor realizada y que la misma influyó en su conducta electoral. Planteamos varias recomendaciones para la APPR y para otras entidades en otros países que interesen implantar campañas similares.

La igualdad y la desigualdad en las relaciones de los actores involucrados en la transformación de las condiciones de vida de los niños

Rodrigo Quiroz Saavedra, Université du Québec à Montréal

Esta presentación trata sobre el rol de la igualdad et de la desigualdad en las relaciones de los actores comunitarios involucrados en la transformación de las condiciones de vida de los niños entre 0 et 5 años. La acción concertada ha devenido un paradigma dominante en la intervención social desarrollada en los últimos años en Quebec. Un volumen considerable de escritos científicos en Quebec y en otros lugares han estudiado las formas y estructuras que este tipo de acción adquiere, sus etapas, su funcionamiento interno, los factores de éxito et de fracaso y la naturaleza de la acción colectiva que realizan los actores. Este cuerpo de literatura hace constantemente referencia a la igualdad y a la desigualdad de las relaciones entre los actores involucrados. Desde un punto de vista teórico, la igualdad entre los actores aumenta la eficacia de la acción concertada, permite el

desarrollo de nuevas lógicas de acción y favorece la sustentabilidad de la acción. Al contrario, la desigualdad entre los actores tiene consecuencias negativas para la acción concertada. La desigualdad puede conducir a los actores a una lucha interminable por el control de los recursos, reduce la participación y limita el alcance de la acción colectiva. Según estos trabajos, tanto la igualdad como la desigualdad se fundan en las relaciones de poder entre los actores. Vistas de esta manera, la igualdad y la desigualdad se manifiestan en diferentes formas en las relaciones de los actores como es el caso del grado de influencia que cada actor tiene en el proceso de toma de decisiones, el rol que estos ocupan en la gestión de recursos económicos y particularmente en la definición de los objetivos, criterios e indicadores de evaluación de la acción en curso. Desde un punto de vista empírico, las investigaciones que han abordado de manera más directa el fenómeno de la igualdad y de la desigualdad tienden a proponer definiciones teóricas que suponen que la igualdad es inherente a la acción concertada sin abordar explícitamente la desigualdad. Sin embargo, cuando la acción concertada tiene lugar, los actores involucrados dan cuenta de las múltiples dificultades que ellos enfrentan para traducir este principio de igualdad en la práctica concreta. Por este motivo, es necesario explorar la representación sobre la igualdad y la desigualdad que construyen los actores que están en la acción misma. Son ellos quienes se encuentran en la mejor posición para poner de manifiesto la experiencia de participación en una acción de esta naturaleza. Son ellos también quienes pueden ilustrar las múltiples perspectivas presentes. Nuestro interés es de comprender como estos actores comunitarios se representan la igualdad y la desigualdad, como estos principios guían su acción cuando se enfrentan al desafío de trabajar

La praxis del psicólogo comunitario dentro de los movimientos sociales

Jaime Andrés Quiroz Lesmes, Universidad Católica de Colombia, Luis Eduardo Rodríguez Rincón, Universidad Católica de Colombia

Los movimientos sociales, son organizaciones de carácter civil, autónomo y pluralista, que agrupan miembros en pro de un objetivo común de connotación social y política. Buscan promover y encauzar cambios que favorezcan el bienestar de la sociedad, superando condiciones de pasividad, dependencia, manipulación, fatalismo y resignación con acciones innovadoras generadoras de una nueva conciencia. Lo anterior, representa una alternativa eficaz y viable para comprender y ejercitar el poder, enfrentando así, la herencia histórica con la que cuenta este concepto, entendido como un aparato de coerción e instrumento de satisfacción de intereses particulares, y no como una construcción colectiva que da lugar a una nueva forma de organización de la sociedad. Ahora ¿por qué y para qué estas organizaciones en Suacha? (Municipio de Cundinamarca Colombia). Los habitantes de este municipio y los que no habitan en él pero conocen su realidad, reconocen la precaria situación social, política, cultural, ambiental y territorial que viven allí. Son problemáticas de violencia, necesidades básicas insatisfechas y la vulneración de derechos humanos fundamentales, además de la presencia de canteras de extracción de material para obras civiles de construcción y el crecimiento urbanístico que destruyen el medio ambiente y la identidad de los pobladores en relación con el territorio. En este orden de ideas,

consideramos que el rol del psicólogo comunitario frente a los movimientos sociales es propiciar su génesis, impulsar su fortalecimiento interno y generar redes entre los diferentes movimientos. Por tal razón, el objetivo de este trabajo ha sido promover la creación y desarrollo de movimientos sociales juveniles en el municipio de Suacha, a través de herramientas teóricas y metodológicas del trabajo comunitario, las cuales han permitido un crecimiento recíproco y la creación de nuevas formas de relación y de poder. Por las características de estos movimientos se optó por una metodología de investigación que combina la ciencia y la acción política, encaminadas a la transformación de la realidad social y a la construcción del poder popular, mediante el análisis crítico y el posicionamiento de los actores sociales. Dicha metodología es la Investigación Acción Participativa. Entre los resultados del trabajo realizado en comunidad se resalta la creación de un colectivo denominado "Sembrando Cultura", cuya proyección es la prevención, potenciación y desarrollo de su comunidad a través de la cultura. Posteriormente, con otros movimientos ya existentes en Suacha, surge la iniciativa de articular los diferentes procesos para generar soluciones más eficaces, a través del empoderamiento de la población civil, en especial los jóvenes. Este trabajo es el que se está llevando a cabo actualmente con la denominada Red Juvenil de Suacha. Entre los logros de este movimiento podemos mencionar procesos formativos en Derechos Humanos, el foro Memoria, Territorio y Paz, El Encuentro de Experiencias de Educación Popular y Pedagogías Innovadoras, entre otros, con miras a la realización del "Festival Municipal de Juventud".

Las gentes del Pilcomayo: memoria histórica de un territorio en emergencia

Joice Barbosa Becerra, Universidad Nacional de La Plata

El pueblo Nivaclé, cuyo nombre significa "gente" o "personas", tiene su distribución geográfica en las provincias de Formosa (sin reconocimiento oficial) y Salta en Argentina y en gran parte del Paraguay. Aunque el mestizaje ha debilitado las formas tradicionales de organización, han resistido a la historia de colonialismo de sus territorios y a las políticas de blanqueamiento de la población. En Argentina han vivido entre los ríos Pilcomayo y Bermejo, y fueron desplazados hacia el Paraguay cuando arribaron al Chaco argentino colonos europeos y fuerzas militares. Históricamente, las comunidades fueron desplazadas a zonas marginales, con nula presencia del Estado, en estos territorios, en los que antiguamente buscaron refugio, hoy sufren una nueva invasión con la expansión de la frontera agrícola y la extracción a gran escala de recursos mineros, acompañada de violencia institucional y militarización de sus territorios. Con la categoría territorios en emergencia no se está haciendo mención únicamente a la emergencia declarada por la legislación argentina para el relevamiento de los territorios indígenas tras la sistemática desterritorialización y despojo debido al crecimiento exponencial del modelo extractivo de recursos naturales, sino además, a la alusión de nuevas territorialidades que emergen a partir de la acción inacabada de construcción social de la espacialidad y la resignificación de la identidad. Debido a la urgencia que estas comunidades tienen, en la actualidad, por la inseguridad territorial y socioeconómica, se ha diseñado el proyecto de investigación, que se compartirá en esta ponencia, cuyo objetivo principal será recuperar las memorias territoriales del Pueblo Nivaclé. Los procesos de recuperación de la memoria histórica

contribuyen a la paulatina recuperación de la identidad social de cada persona, el sentido de pertenencia a un grupo o colectivo. La mayoría de los pueblos afectados por una catástrofe social y que han realizado sus procesos de elaboración de memoria histórica deciden que sus 'memorias narrativas' sean conocidas por los demás miembros de la sociedad, especialmente por las instituciones y autoridades del gobierno. Lograr que "su historia" sea reconocida como parte de la verdad del país y por tanto, forme parte de la historia "oficial". Un país que comprenda las memorias de todos sus pueblos puede conseguir que los horrores del pasado no vuelvan a ocurrir. Al iniciarse los procesos de fortalecimiento a nivel personal (en tanto individuos con dignidad), y a nivel colectivo (tejido social reconstruido), se propicia una nueva situación político-social de la comunidad que le permite exigir al Estado la atención de sus demandas, sin discriminación ni exclusión, en lo cual se sustenta la democratización del poder, esto último, aspiración de todos los pueblos. Se propone la reconstrucción de la memoria histórica como instrumento para el restablecimiento del tejido social y la búsqueda de sentido a la violencia sufrida, experimentada, por las "gentes" que habitan las riberas del Pilcomayo.

Las poblaciones rurales caucanas ante el embate de los actores armados que irrumpen la tranquilidad de sus territorios. Una mirada desde la Psicología Comunitaria

Juan Carlos Restrepo Serna, Universidad de Chile

El Departamento del Cauca se encuentra al suroccidente colombiano, por sus territorios atraviesan las tres cordilleras montañosas que existen en el país; la población del Departamento del Cauca es diversa, confluyen y habitan en sus territorios, población mestiza, blanca, afrodescendientes e indígenas, con paisajes impactantes y exuberantes por su belleza y la calidad humana de su gente, también existe, para infortunio de una parte de la población caucana, lo que fluye de las circunstancias particulares que se evidencian cuando se habita en zonas de conflicto, producto del conflicto armado que se vive en Colombia. La psicología comunitaria no es ajena al estudio del tema del conflicto armado interno que se vivió (centro américa y sur américa en la década de los 60, 70 y 80) y lo que aún se vive en algún momento de nuestras realidades latinoamericanas (el caso colombiano actualmente) ya Ignacio Martín-Baró nos transmitió el impacto que genera vivir en medio de la guerra (la naturalización del conflicto) y la implicancia que lo anterior tiene en lo que respecta a la ruptura del tejido social, al desplazamiento forzoso y a la pérdida de la identidad, entre otras cosas.

El objetivo de este trabajo está enmarcado en la posibilidad de generar una reflexión en torno a las cotidianidades de las poblaciones caucanas rurales (campesinas, afrodescendientes e indígenas) que viven inmersas en un conflicto interno que cada vez, y con mayor fuerza, afecta a las comunidades menos favorecidas, que en muchos casos, por falta de presencia del Estado, se incorporan actores violentos, que por múltiples circunstancias (narcotráfico en particular) generan acciones violentas, llevando a que las comunidades vulnerables que son víctimas directas de este flagelo, terminen siendo desplazadas de sus territorios, llegando a la ciudad como una opción de supervivencia.

El mecanismo de recolección de datos se realizara a manera de revisión bibliográfica, por un lado, indagando en los orígenes, causas y circunstancias que

llevan a preguntarse sobre el fenómeno en mención; de la misma manera, se realizara una revisión a la manera como algunas comunidades rurales se resisten de manera pacífica a los actores armados.

La idea anterior pretende también, generar una discusión en torno al tema del proceso de negociación del Estado con las FARC, al respecto, de darse una salida negociada al conflicto armado, la manera cómo abordar el postconflicto, teniendo como eje articulador, las propuestas que fluyen al interior de la psicología comunitaria en el sentido del indagar, analizar y discutir, el posible regreso de las poblaciones que han sido desplazadas por el conflicto armado, para ello se pretenderá poner en tensión conceptos claves de la psicología comunitaria como son, el sentido de comunidad, la concienciación, la transformación y el empoderamiento, todos los anteriores, puestos a manera de plataforma como elementos que deben considerarse dentro de las futuras políticas públicas que apunten a la reinserción de los pueblos desplazados por la violencia a sus sitios de origen.

Movimientos sociales e iniciativas ciudadanas en Madrid desde la aparición del 15-M/indignados ¿Dónde estamos? ¿Hacia dónde vamos?

Barbara Scandroglio, Facultad de Psicología, David Barroso López, Universidad Autónoma de Madrid, Iván Cano, Universidad Autónoma de Madrid, Jorge S. López Martínez, Facultad de Psicología, Universidad Autónoma de Madrid, Maira Seguí Buenaventura, Universidad Autónoma de Madrid, Rocío Moreno García, Universidad Autónoma de Madrid

La movilización colectiva ha cobrado especial relevancia social a partir de la primavera de 2011 tanto por su aparición en nuevos contextos internacionales como por la emergencia de formas cualitativamente diferentes de implicación y organización. A la aparición de movimientos como los etiquetados genéricamente como "Primavera árabe", el movimiento "15-M/Indignados" en España o "Occupy" en EE.UU. ha seguido una gran diversificación de formas de acción colectiva que, primero, traspasan el objetivo de protesta para articular nuevas formas de organización social (Plataformas, Asambleas Locales, Mareas, Brigadas, Redes de Solidaridad, Monedas alternativas, entre otras) y, segundo, integran nuevas dimensiones de funcionamiento (articulación rizómica, horizontalidad, no-representatividad, virtualidad, viralidad). Esta comunicación pretende dar una sintética visión de conjunto de la emergencia y la evolución de los movimientos e iniciativas ciudadanas vinculadas a la aparición del movimiento 15M-indignados en mayo de 2010 en España y, más específicamente en Madrid, detallando sus formas de articulación y organización y recogiendo evidencias sobre su impacto en la vida social y política. Recogida de información directa mediante la participación en foros de reflexión y análisis de los propios movimientos; análisis documental de textos, declaraciones y manifiestos generados por los propios documentos. Desde una breve síntesis de las condiciones de su aparición, se describen sus líneas generales de funcionamiento y organización, se analizan sus características distintivas como modo de organización colectiva, se describen las diferentes iniciativas de movilización actual y se reflexiona sobre su impacto en las condiciones de la sociedad actual. Algunas de las características más destacadas de estos movimientos son: estructura rizómica, abierta e

interconectada de espacios de participación que genera una fuzzy identity transversal, pero no una categoría social de pertenencia; sus actores combinan y alternan de forma fluida la participación y/o apoyo en diferentes iniciativas, foros, movimientos, definiendo colectivos de acción de forma contingente y contextual, sin atención a la delimitación de protagonismos individuales o colectivos; se niega casi ontológicamente la posibilidad de la re-presentación, defendiendo que el proceso de decisión colectiva es irreductible; no se reconocen líderes y se desactiva su emergencia; los roles de moderación o portavocía son rotatorios; las decisiones de las asambleas no representan a nadie más que a sí mismas y a las personas que en un momento determinado participan en ellas; predominancia al proceso y no al resultado inmediato; constituyen prioritariamente un espacio instrumental, de trabajo conjunto, basado en la asunción de metas compartidas de transformación. CONCLUSIONES: hoy es ya una realidad la creciente implantación de nuevas formas de organización social basadas en la solidaridad, la participación horizontal, la defensa de los bienes comunes y la desvinculación de las lógicas mercantiles, que van conformando paulatinamente una alternativa viable al modelo social imperante.

Movimientos sociales y psicología social comunitaria en Bogotá Colombia: una mirada al fortalecimiento organizativo Estado – Comunidad

Karenth Andrea Forero Sanchez, Universidad Pedagógica Nacional

En Bogotá, en las últimas tres administraciones Distritales, se ha generado un interés especial por fortalecer procesos organizativos de base; para ello se ha dispuesto de diferentes estrategias entre: Procesos de formación política, fortalecimiento organizativo, contratación directa como operadores de servicios sociales, las cuales están acompañadas de legislaciones que indican la necesidad de establecer escenarios de interlocución con el Estado. La institucionalización de los movimientos sociales debido a la explosión de ofertas del Estado para escenarios de participación, apoyo a iniciativas y fortalecimiento organizativo ha desarticulado los procesos sociales y comunitarios desde cuatro escenarios: 1. Nuevos procesos organizativos como iniciativas de las entidades públicas, lo cual paraliza la movilización social, impidiendo la autonomía para la sostenibilidad. 2. Escenarios regularmente acompañados de beneficios subsidiarios, que se convierte en una contraprestación necesaria para acceder al servicio, impidiendo la naturaleza corresponsable de los procesos y naturalizando la vulnerabilidad. 3. Organizaciones reconocidas que han buscado en la administración la posibilidad de acceder a contratos teniendo en cuenta que de esto depende la sostenibilidad, lo cual ha generado que organizaciones dejen de ejercer un rol estrictamente comunitario y se conviertan en un brazo de la institución estatal. 4. Oferta local de más de 40 escenarios de participación que no responden a los intereses y necesidades de los movimientos sociales. Identificar papel de la psicología social comunitaria en el trabajo con movimientos sociales emergentes y ya existentes para la construcción de nuevos modelos de desarrollo. Revisión en experiencia de trabajo con redes de comedores comunitarios en la ciudad de Bogotá, localidad Suba, desde el paradigma de la complejidad, identificando planteamientos de la psicología social comunitaria como poder, fortalecimiento comunitario, evaluación de necesidades, autonomía, entre otras. A partir de la elaboración de cartografía

social, planeación por escenarios, mapa de actores, construcción de alternativas que contemplen la participación activa de todos los actores, diseño y desarrollo de estrategias que respondan a las necesidades de la comunidad. Se logró un proceso de fortalecimiento pese a la naturaleza asistencialista del proyecto, la red de comedores comunitarios de la localidad de Suba fue pionera en la construcción participativa de planes de acción de la red y liderazgo de iniciativas para el trabajo interdisciplinar e interinstitucional. A partir del reconocimiento de las dinámicas territoriales se promovió un proceso reflexivo sobre la corresponsabilidad en la garantía de derechos, de este modo se promovió un proceso autónomo en donde el profesional, en este caso dispuesto desde la psicología social comunitaria participara de manera activa. Es necesario realizar una reestructuración desde 1. Fomento de movimientos sociales que no respondan a intereses institucionales, 2. Aquellos que ya responden a intereses institucionales deben estar dirigidos a promover la autonomía y generar progresivamente capacidades que permitan la superación de la situación vulnerable, 3. Fomentar procesos continuos de que vaya más a la de la contratación estatal.

NOTA: está ponencia incluye una Coautora que no ha podido inscribirse: Natalia Fiallo.

Psicología comunitaria para el “buen vivir” indígena en la Amazonia

Sergio Cristancho, Universidad de Antioquia

Introducción: Existe un llamado creciente a que la psicología comunitaria adopte un rol protagónico en los movimientos sociales a través del mejoramiento de las condiciones de vida de las poblaciones más vulnerables de la sociedad. En Colombia, la población indígena tiene una esperanza y calidad de vida inferior a los de las mayorías. Determinantes sociales como la colonización, el estrés aculturativo, saneamiento y vivienda inadecuadas, adicciones y violencia han incidido negativamente. La implementación de planes locales de salud efectivos ha sido difícil principalmente por la escasa información institucional sobre salud indígena, la limitada capacidad local, y la ausencia de un modelo culturalmente apropiado que la guíe. Objetivo: Con patrocinio de la University of Illinois, del Illinois Critical Access Hospital Network (USA) y de la Universidad de Antioquia (Colombia), se realizó un estudio piloto en dos comunidades Tikuna/Cocama con el objetivo de probar la efectividad del abordaje Investigación Acción Participativa Basada en la Comunidad (IAPBC) para promover el “buen vivir” en estas comunidades. La concepción de “buen vivir” es integradora de condiciones ideales de vida desde la perspectiva de la salud física, mental, espiritual, las relaciones armoniosas con el medio ambiente y con los demás. Metodología: Por su parte, la IAPBC está fundamentada en los enfoques de Investigación Acción Participativa –IAP– y Community Based Participatory Research –CBPR–. Bajo este abordaje metodológico colaborativo en investigación se conformó un comité local de bienestar en cada comunidad. Dichos comités, realizaron una valoración de necesidades integral que miraba la situación de salud física, mental y espiritual a través de una encuesta comunitaria, grupos de discusión y foros comunitarios. Resultados: Se encontró que los principales temas fueron los de salud ambiental, enfermedades transmitidas por vectores y salud espiritual. Con base en los resultados de esta valoración, los Comités priorizaron una serie de

4.4

Eixo Movimentos Sociais Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

acciones para responder a las necesidades principales, las cuales fueron apoyadas bajo un modelo de microproyectos comunitarios por el proyecto macro. Finalmente se realizó una evaluación participativa utilizando entrevistas familiares y la metodología "fotovoz". Se presenta el proceso metodológico general, así como resultados generales de la valoración de necesidades, de la fase de acción y de la evaluación participativa. Conclusiones: Además de la reflexión sobre el proceso comunitario, se resalta el rol que la psicología comunitaria puede asumir en este tipo de procesos que requieren abordajes transdisciplinarios alrededor de procesos holísticos como el del "buen vivir".

Significado de la Participación Política en los Estudiantes Universitarios

Anabella Botbol, Universidad Metropolitana

Desde el año 2007 se observa en Venezuela el surgimiento de un movimiento estudiantil que con significativas manifestaciones y luchas por los derechos civiles llegaron a tener un rol protagónico en el ámbito socio-político venezolano. Sin embargo, desde el año 2010 hasta finales de 2013, se observaron importantes cambios en la participación política estudiantil, entre los que resaltan la disminución de actividades relacionadas a la participación política y la disminución del número de participantes en las mismas.

Si adicionalmente, se toma en cuenta lo que muchos autores expertos en el área han dicho respecto a la importancia de incentivar la participación política de los estudiantes, se llega a realizar un trabajo de investigación que tuviese como finalidad conocer cuál es el significado que los estudiantes (venezolanos) universitarios le atribuyen a la participación política y así conseguir algunas pistas que permitiesen comprender que hay detrás de esa desmotivación o por el contrario de esas ganas que llevan a los jóvenes a participar, obteniendo resultados que permiten trabajar acertadamente para incentivar a estos jóvenes a participar en el ámbito socio-político del país, buscando así inculcar y formar a una generación más responsable, activa y protagonista de su propio futuro y desarrollo como sociedad. De esta manera se realizó una investigación de corte cualitativo, en el que se realizaron entrevistas a profundidad a siete estudiantes de las cuatro universidades de mayor trayectoria de la capital, de diversas carreras, edades y género, para obtener una muestra lo más heterogénea posible. El análisis de los resultados permitió ubicar la participación política de los jóvenes universitarios dentro del significado de la participación comunitaria, lo que brinda mejores herramientas no sólo para comprender sino generar un adecuado plan de intervención que permita conocer en profundidad e incentivar la participación política en los estudiantes.

Así mismo, se concluyó que el grupo de los estudiantes universitarios pudiese ser entendido como una comunidad en sí misma, ya que según lo reflejado en la información obtenida se llegan a comportar como tal. Por tal motivo, pudiesen plantearse algunos planes de intervención desde el paradigma de la Psicología Comunitaria, mediante los cuales se pudiese incentivar la participación de los estudiantes. Teniendo presente en todo momento lo que ya Weisenfeld decía en 1997, que una de las características que poseen los conceptos de la participación comunitaria, es que se encuentran ligados a las particularidades del contexto. Al igual que Montero (2005), cuando plantea que es necesario considerar que las

expresiones de la cultura política son históricas, responden a un espacio y tiempo determinados y están sujetas a las circunstancias que viven los pueblos.

“Caravanas Itinerantes de Arte y Cultura UAQ”

Anayetzin Rivera Hernández, Universidad Federal do Tocantins, Nancy Martinez Cruz, UAQ

La ponencia denominada “Caravanas Itinerantes de Arte y Cultura UAQ” campus Cadereyta, es resultado del proyecto de intervención comunitaria que comenzó en 2013 y contribuye a la recuperación y construcción colectiva del conocimiento estético comunitario. Compartir la experiencia de trabajo como parte de un movimiento social comunitario exógeno, así como la forma en la que los jóvenes son participes de espacios de Intervención comunitaria, con la finalidad de desarrollar valores éticos y estéticos en los niños, en las áreas área artística y cultura; así como la promoción de la cultura, la recuperación de creaciones culturales y el fortalecimiento a la identidad local del municipio de Cadereyta de Montes, Querétaro, México. La metodología de trabajo participativa, grupos focales, a través de talleres con niños y adolescentes en localidades de este espacio de trabajo. En dicho proyecto se encuentran colaborando prestadores de servicio social, de distintas carreras, facultades, campus y por lo tanto formaciones; la experiencia permite a los jóvenes empezar a trabajar en espacios distintos a los urbanos donde los saberes comunitarios se incorporan expresiones culturales locales.

La finalidad de éste consiste en difundir, promover y fortalecer los saberes y expresiones locales respecto al arte y cultura de esta región.

De la misma forma, la ejecución de dicho proyecto pretende resolver necesidades de formación cultural y artística dentro del municipio, dado que este tipo de servicios y actividades se encuentran centralizados en las ciudades más importantes del estado y en las casas de cultura –administradas por los gobiernos locales- dando pocas o nulas posibilidades a la otredad de manifestaciones artístico culturales. También se promueve el uso de espacios públicos para realizar actividades culturales y talleres dirigidos a toda la población.

La orientación teórico metodológica que se utiliza dentro de esta experiencia de trabajo, es la adquirida en la Especialidad en Desarrollo Comunitaria, misma que será explicada en el apartado correspondiente.

Durante el congreso se presentarán los resultados de la primera intervención, que será de agosto de 2013 a mayo de este año. Y estos refieren a los talleres que los niños tomaron: dibujo, pintura en acuarela, teatro, formación musical.

El trabajo interdisciplinario es fundamental en los espacios de intervención comunitaria para el desarrollo de proyectos de intervención.

Community psychology and transgender activism

Dr Katherine Johnson, University of Brighton

Coalition activism involving LGBT people and others who fall outside of normative gender and sexuality identities has been crucial in provoking social change in relation to human rights and social opportunity. Nevertheless, there is a tendency towards tokenistic inclusion of transgender people or the generalisation of findings from research studies dominated by lesbian and gay men without

sufficient attention to the specificities of transgender lives. Transgender activism has focused on core areas of depathologisation (the removal of Gender Identity Disorder as a diagnostic classification in DSM) and improved access to health care. Purpose: This research explores the complexities of trans people's lives as viewed from the perspective of young trans people - focusing on understandings of gender dysphoria, their relationships with LGB people and communities, the way gender identities intersect with sexuality and other identifications, and their distinct relationships with psychological and health care professions.

The research employs a post-structuralist informed participatory action research approach. This acknowledges that the way transgender people are identified might also be the object of transformation, as well as practices related to rights and well-being. The research utilises a range of visual and textual based methods, including focus group discussions and photo-voice techniques to highlight issues of representation, marginalisation and areas for potential transformation. Participants are aged 19-24 and attend a trans youth group in the UK. Results: findings outline young trans people's concerns about representation and gender recognition and their primary concerns for transgender activism drawing on textual and visual accounts. Findings consider the impact of the shift from Gender Identity Disorder to a diagnostic classification of gender dysphoria and whether participants can find ways to resist or escape pathologising narratives. Findings highlight ways that they would like to be represented and their experience of involvement with LGBT collectives. Conclusions: The paper argues that there is a need for transgender specific activism that fosters coalitions and allegiances with LGB politics, but that there are core areas that cannot be collapsed under the rainbow banner related to ongoing pathologisation and access to health care provision. Reflections are made about the potential of community psychology approaches for developing community activism and sparking new coalitions across international boundaries.

Crowdsourcing an Urban National Park: strengths and challenges of a community-based environmental restoration program

Allison Eady, Wilfrid Laurier University

Introduction: Human populations are rapidly urbanizing, and people in urban settings have become increasingly disconnected from their natural environments. Urbanization decreases the health and visibility of local ecosystems and decreases awareness of nature and its importance in communities. This physical and psychological disconnection from nature has serious consequences for the wellbeing of humans and the ecosystems we live in. Given the lack of resources to support formal environmental programs, new movements are needed to protect and restore urban environments. Engaging communities in environmental projects can restore ecosystems, create social connections, and empower residents to take further action to build healthier, more sustainable communities. The David Suzuki Foundation's Homegrown National Park program is a promising model for neighbourhood-based environmental engagement. The program trained local leaders in Toronto, Canada, to create projects that raise awareness of the importance of green space, and supported them in engaging community members in actions that restore and enhance ecosystems and create new urban green spaces.

Purpose: The purpose of this research was to explore the process of neighbourhood environmental engagement, and evaluate the success of the Homegrown National Park Program in engaging community members through creating environmental restoration projects. **Methodology:** This research involved qualitative interviews with neighbourhood leaders, observation of trainings and community events, and mapping of community events and projects to track the evolution of the project and its outcomes.

Results: Research is ongoing as the program enters its second year. In its first year, the program ran more than a dozen community events, including a “park crawl” that led over 1000 participants on a walk through the green corridor, and started several ongoing neighbourhood planting projects, including a green square, a canoe planter corridor, and several school gardens. Key themes from the first year of the program included participants’ empowerment to create change in their communities, recognizing the time needed to establish connections and build community, the value of partnerships with local organizations, and the power of connecting with other local activists. Challenges included the time needed to build relationships and organize projects, participants’ time commitments, and finding ways to capture the broader community impacts of the project. Neighbourhood-based environmental engagement programs show excellent potential for engaging residents in protecting and enhancing nature in their communities, and for building community connections to neighbours and to nature. These programs take time to establish, and require support from local leaders and organizations to be successful. While community empowerment has been an important outcome of the Homegrown National Park Program, the implications of relying on the unpaid work of skilled volunteers must also be considered in light of neoliberal trends of defunding environmental programs and downloading responsibility for environmental sustainability from governments and industry to the community level. Community psychologists are well positioned both to support the development of neighbourhood environmental engagement programs, and to explore the broader social context and implications of crowd sourcing environmental restoration.

Emotions following discrimination and community participation of majority versus minority groups

Bruna Zani, University of Bologna, Cinzia Albanesi, University of Bologna

Perceived injustice (i.e. personal and group deprivation) is often associated with negative emotions. Moreover, there are evidence that negative emotions (e.g. anger), are often precursors of participatory behaviors, like protest and collective actions (Smith, Cronin, & Kessler, 2008). Anger is often associated with active participation among groups who perceive discrimination (Klandermans, van der Toorn & Stekenburg, 2008). However, different emotions could lead members of the majority vs. minority groups to participate: for example, shame is based on appraisals of (majority) responsibility for an illegitimate discrimination (Johns, Schmader, & Lickel, 2005; Niedenthal, Tangney, & Gavanski, 1994). Moreover, also positive emotions (e.g. hope) could play a role, as they are associated with a positive sense of efficacy and empowerment, but their role has been undervalued in the literature. **Purpose:** To examine the role that emotions associated with perceived discrimination in the living country play regarding

different forms of civic and political engagement. We hypothesized that anger acts as a mediator between perceived discrimination in the living country and latent and manifest political participation (H1) and that emotions that mediate the relation between perceived discrimination and participation should be different for majority and minority members (H2): Among majority members we expected more powerful role of shame compared to anger. We expected that the strength of the relationship between emotions and participation would vary according to the latent – manifest dimension of participation. Positive emotions were expected to play a role in predicting different forms of participation. **Methodology:** A questionnaire was fulfilled by 1242 participants, aged 14 to 26 years old. 53% were males; 32.8% were migrants (living in cities of North Italy). The questionnaire included questions regarding: perceived discrimination against minorities (“Do you believe there are instances of discrimination against any minority groups in the country where you live?”), emotions associated with discrimination (to what extent when you think about discrimination in your country you feel: anger, hope, shame), interest and attentiveness toward politics, intention to participate in latent and manifest political actions. Among Italians, anger mediates the relationship between perceived discrimination and different forms of participation (political interest, net, civic, and active participation). Also shame mediates the relationship between perceived discrimination and civic participation. Among migrants, hope mediates the relationship between perceived discrimination and different forms of participation (political interest, political attentiveness, net, civic, and active participation). Also anger mediates the relationship between perceived discrimination and civic participation. Our results confirm that negative emotions can prompt civic and political actions; they show also that, in particular among those who are more disadvantaged, positive emotions can be even more powerful motivators of political participations. The implications regarding participation and empowerment of communities of our results can contribute to the social movement axis discussion of the conference.

Microvolunteering’s effects on well-being and social inclusion

Andrea Dixon, University of Ottawa, Liesette Brunson, Université du Québec à Montréal

Microvolunteering is a new type of volunteering increasingly popular among volunteers, and promoted as a pathway to civic engagement for seniors, socially isolated and people with disabilities. Microvolunteering can be conceptualized as any voluntary activity that takes place online, is of short duration, and requires little to no training or long-term commitment on the part of the volunteer. As such, it is also an attractive option for busy people with access to technology and a desire to help. Thoits (2012) found that traditional volunteering’s positive effect on self-esteem was largely explained by the salience of the volunteer identity and by volunteer’s sense of meaning in their life. However, many people experience barriers to partaking in volunteering activities, such as lack of transportation, lack of accommodation for disabilities, and discrimination. If microvolunteering were to be found to have similar effects, it could be presented as a new, potentially more inclusive type of volunteering. This presentation reports on a study which tested for microvolunteering’s effect on whether a person considered themselves a volunteer and the salience of the volunteer role, their sense of meaning in life,

and their self-esteem. A Randomized Control Trial, participants were sorted into a Microvolunteering group and a non-Microvolunteering group. Participants' levels of volunteer identity, sense of purpose in life, and self-esteem were measured at start of trial and after two weeks. Microvolunteering group participants will microvolunteer for five minutes a day for two weeks. A preliminary trial of 32 participants did not show any effect of microvolunteering on our measures of volunteer identity or well-being, suggesting that it may not be equitable to promote microvolunteering as equivalent to volunteering for those who experience barriers to participation in volunteering. However, the small number of participants may have meant that the true effect of microvolunteering was not detected. A second phase of the study is planned to take place in Spring 2014 with more participants, and the results of the larger study will be presented. The implications of these findings for the third sector and for social inclusion will be discussed, as well as several technical and organizational challenges raised by microvolunteering. The question of how microvolunteering is situated within communities will also be addressed.

Personal and Social Elaboration Processes of Violence: the Case of the "Years of Lead" in Italy.

Caterina Arcidiacono, University Federico II, Fortuna Procentese, University Federico II, Giovanna Leone, Universit La Sapienza

Between 1977 and 1979 in Italy around 500 arson attacks were registered over and above about a hundred aggressions to people, robberies, and ravaging, all perpetrated by terroristic groups. This period of time was denominated "Years of Lead" and it reached its cutting edge in 1977 with the murder of Aldo Moro, the then-president of Christian Democracy, at the hand of the Red Brigades. This contribution intends to pay attention to the narrations of that period through the accounts of the victims' offspring in order to clarify a possible process of socio-emotional reconciliation that would be consistent with the model of socio-emotional reconciliation of Nadler & Schnabel (2008). However, it is worth noticing that the authors have analyzed reconciliation processes that have been put into play as a consequence of war conflicts and ethnic disputes. In the case of the Italian years of lead this is a contrast that has run through a society being victim of a clash between opposing extremisms congruent with extreme right- and left-wing movements only apparently marginal fringes, which were in fact deeply rooted in the social conflict of the Country at that time. In order to explore the dimensions underlying the process of elaboration we retrace and analyze historical narrations delivered by the victims' offspring. Our aim was to identify the meaning underlying the discourse construction while considering the dialectic between me and the other and their mutual relationship with regard to the socio-cultural context of that time. The psycho-social elaboration is hindered though both by the absence of a shared interpretation of the facts and by the difficulty to overcome the social scar generated. The analyses reveals poignantly the emotional feeling of loneliness and anger for a meaningless (private and public alike) death; the need to piece memory together through a polyphony of voices coming from institutional spokespersons, public opinion, and other victims' relatives runs across the analyzed narrations. The reference to the Government as potential warrantor for reconstructing the collective memory as well as mediator of the process of

reconciliation is also peculiar. The result of the textual analysis, which has been carried out by means of T-Lab, has provided us with some specific outlooks with regard to the importance of the memory of those events and the need to find out the individual, social, political, and historical meaning of such experience of violence. Further elements shall be discussed in order to full comprehend all the implications for constructing a socio-emotional process of reconciliation as well as possible refund of social justice by the construction and recollection of the victims.

Picturing the land that supports our strengths: How places contribute to the wellbeing of Aboriginal youth.

Arlene Laliberté, Université du Québec en Abitibi-Témiscamingue

The breadth of poor wellbeing and social outcomes experienced by Indigenous youth is clearly a consequence of overall societal disadvantage of Indigenous Canadians that has resulted from the multi-generational impact of extremely disempowering histories and present circumstances. Indigenous people have experienced dispossession of land, forced relocation and settlement. For them, even the notion of communities has been imposed as a European concept on Aboriginal social structures. It is thus not surprising that, in an effort to regain control and reinvigorate their culture, identity and strengths, there is a growing trend for psychosocial interventions aimed at promoting the wellbeing of Aboriginal people of all ages to, for example, take them "out on the land" or hold gatherings and psychotherapies in "natural setting". Indeed, as stated by Martin and Girard (2009), Aboriginal people's conception of the land is all together spiritual, ecological, political, economic and cultural and represents an essential element of their culture and their identity. Indeed, place continues to be an object of strong attachments. As place theorists have argued, person and place are intertwined such that places serve to shape development and define behaviour. The objective of this talk is to present some preliminary results of a Community Based Participatory Research (CBPR) project that aimed to examine Aboriginal youth's perception of their community—as both its physical form and the meanings and purposes they attach to the place and its features; and understand Aboriginal youth's concepts of individual and collective wellbeing using Photovoice. Photovoice This talk aims to discuss highlights and challenges of the process of this project from the unique perspective of the First Nation's community researcher. CBPR involves active participation and cooperation between researchers and communities equitably and is in itself an empowerment process, permitting individuals, organisations and communities to increase control over their lives and situations, and building capacity. Hence, this type of action-research has the double aim to contribute to gain understanding and develop the knowledge base as well as to give Aboriginal youth a voice, support their empowerment and contribute to social justice. Thus this type of research fits in the Social Movements theme of the conference.

Sanctioned pathways or alternative avenues? Exploring unconventional spaces for young people

Alison Baker, Victoria University

Drawing on the work of Michelle Fine's (2003) social psychology of spatiality and Pratt's (1991) notion of the contact zone, this research highlights the importance

of unconventional (community) spaces in the lives of young people experiencing various forms of marginalization. Fine and colleagues (2003) contend that such sites are the 'spaces of deep, sustained community-based educative work, outside the borders of formal schooling' (p.132), and places where important identity work is performed. Young graffiti artists live in the tensions and contradictions surrounding their art form, often caught between binaries of; art or vandalism, professional or amateur, criminal or artist, and legitimate or illegitimate citizens as young people and transgressors of 'normative behavior' in public spaces. The development of space(s) where they can perform their art without police surveillance, opens up opportunities for exploring alternative avenues. Similarly, for youth who have experienced economic hardship and have disengaged from mainstream schooling, alternative learning spaces provide the chance to engage in active, and participatory learning. This research uses a case study approach to explore these unconventional spaces for young people and seeks to consider three main questions; How do these spaces function for the young people within them? Do they allow for re-imagining of identities? Are they truly providing alternative avenues or are they simply sanctioning 'legitimate' pathways? This research uses multiple methods to gather information about the spaces and the young people who occupy them. In both case studies 'hanging out,' which focuses on informal and everyday interactions (Sonn, 2012), served as one of the main research methods. Both case studies also involved participatory action research using arts (pART) with young people to explore their experiences and to provide feedback to the facilitators who work in the spaces. The pART methods consisted of photo-elicitation and other visual arts activities, both of which were adapted for each site. In both case studies young people identified the importance of freedom and flexibility across multiple aspects of the spaces (i.e. relations between young people, mentors, activities, and regarding representations of youth). In addition, the use of arts in these spaces provided unique opportunities for expression of identity and ideas, however, it also surfaced a number of tensions related to ability, aesthetics, and ultimately power relations. For young graffiti artists, whose experiences of differential belonging and exclusion are played out in public spaces, it became a particular challenge when the legal program created murals in local community spaces. For youth in the alternative learning program, the space offered a chance to have their 'identity' story told to a broader audience. These case studies highlight the importance of 'unconventional spaces' as sites for belonging and identity development for youth. They also become 'spaces of negotiation' in which young people navigate ways to have their voices heard and carve out possibilities for the future. For community psychologists, it raises questions about our role in advocating young people's 'right to the city' and spaces that link them to transformative, alternative avenues.

Social Movement Struggles for Social Justice: Lessons from the South Africa and Brazil

Abdulrazak Karriem, Institute for Social Development, University of the Western Cape, Rashid Sayed Ahmed, University of South Africa

While social action remains one of the central pillars of community psychology, there is a relative paucity of scholarship on social movements. While increasing global poverty and inequality exacerbates risk for community dysfunction and negative

outcomes, social movements provide valuable spaces for social transformation. Drawing on case studies from South Africa and Brazil, this study analyses the psychological and social forces that shape social movements in diverse contexts. Moreover, this study focuses on both the challenges and constraints faced by social movements in these two contexts. Drawing on qualitative field research, this study critically appraises the mobilizations of the Brazilian Landless Movement (MST) for land and rural development and the housing struggles of community-based organizations in Transitional Residents Areas (TRAs) in Cape Town. In Brazil, the data was generated through in-depth interviews and participant observation in MST land reform settlement and encampments. The South African data was drawn from a collaboration between stakeholders affiliated to tertiary institutions and community-based organizations in two low-income communities. While there were clear differences, there were remarkable similarities between the South Africa and Brazil. Spontaneous and rapid mobilisation, increasing conscientisation through participation and significant gains made from struggles were some of the strengths identified. In both contexts the ability to mobilize around a single issue and the capacity for mass mobilization and build alliances with other movements/actors were key factors in achieving outcomes. What remains a challenge though is the sustainability of the gains and of the organizational structures that emerged. Furthermore, the singular focus was sometimes marked by a failure to connect with other struggles for social justice. In both contexts, we found marked differences in levels of conscientisation, with some individuals unable to connect the singular focus of their struggle with other interconnected struggles for social justice. We argue that to ensure the sustainability of these movements, there needs to be an on-going focus on promoting the conscientisation and active participation of its members. The rich scholarship on empowerment, conscientisation, and social action needs to be complemented by an analysis of the larger social and political forces that shape community struggles.

Far more research is needed on the processes by which conscientisation can transcend particularistic struggles.

The influence of community gender perceptions on the education of girls

Maretha Visser, University of Pretoria

Because of poverty and cultural factors the girls in rural areas of Ethiopia have limited educational opportunities and underperform academically in relationship with national averages and with their male counterparts. Traditional gender norms still prevail that girls' education is not important. The study was undertaken to identify barriers to education for girls in rural Ethiopia. **Methods:** A survey was done among 750 girls in Grade 6 (25 per school) in 30 schools in rural Ethiopia, their parents (n=750) and a sample of 300 teachers in these schools (10 per school). The survey consisted of questions related to various potential barriers to education such as socio-economic status of the household, parents' education, parental support of girls' education, teachers' gender sensitive teaching and experiences of safety and harassment. Community gender perceptions were assessed among girls, parents and teachers. Additionally, girls' reading and numerical abilities were assessed through the Early Grade Reading Ability test (EGRA) and Early Grade Mathematics Ability test (EGMA) which was adapted for the use in this context. Qualitative data

was collected through participative group discussions with girls (7 groups), boys (7 groups), parents (7 groups) and school management teams (7 groups). Results: A large proportion of girls (93%) and boys (87%) in the households of the respondents reported to go to school. The dropout rate was high though, so that only 37% of the girls who started grade 1 reached Grade 8 in the expected time and only 6.5% of them passed the Grade 8 national examination. Parents of girls involved in the study were mostly farmers from low socio-economic status with low levels of education - 30% fathers and 52% mothers had no school education. Correlations and regression analyses were done to identify barriers to girls' learning. The following variables contributed to Grade 6 girls' reading and numerical ability: A gender sensitive school curriculum, girls' experience of gender attitudes in education, their fathers' level of education, parents' gender perceptions, parents' participation in school, socio-economic position of the family, girls' level of school attendance and time spent on household chores per day. The results showed that various aspects influenced girls' ability to learn in school. Gender perceptions in the educational context, as well as parental gender attitudes and support for girls' education and community attitudes played a prominent role in girls' education. These results confirm that a systems intervention including school, family and community is necessary to make a difference in gender perceptions to promote girls' education in rural areas in African and developing countries.

The Transition process in Monteveglio: turning points.

Anna Zoli, University of Macerata

Transition Towns is an international movement developing a systemic approach including all real and concrete actions organized by citizen in a bottom-up logic. However, the movement has until now been largely unresearched with qualitative methods and through a community psychology perspective. The Transition movement is going to have long-term effects in terms of revitalizing local economy, enhancing human relations and improving the quality of life of citizen, so it is vital that it is grounded in robust and scientifically informed conceptual frameworks like the research on new communities. We chose Monteveglio as a single case study, because it is the first and the only town in Italy absorbing transition principles in an official institutional document: resolution n. 92/2009. Firstly, we aimed to understand the role of transition in it, thus we listened to its witnesses conducting semistructured interviews, examining the documentation and doing participant observation. Secondly, we explored the limits of the transition as a community based and an institutional process. Using these multiple sources of evidence, triangulating data and maintaining a chain of evidence, we developed several lines of inquiry. The research is settled in a socio-constructionist framework, assuming that knowledge is a representation of reality and it is the outcome of the interactive process between observer and context. To make data analysis more accurate, we used a hybrid thematic analysis and coding approach. We collected both repeated patterns and isolated items, so that rival explanations became complementary to the main lines of inquiry. Transition was started in Monteveglio by one person facing the individual problem of upcoming global scenarios. The person was soon followed by a few people sharing the willingness to produce local change experimenting new approaches. Monteveglio was an optimal place to start, due to its agricultural territory, size, direct

relations, natural park, cultural background and sensitivity towards environment. The Movement evolved into a "shadow", not a structured working committee. Moreover, Transition developed two main axes: Monteveglio Città di Transizione, which enhances vertical transition, institutional processes: (inter)national projects, Council Resolution n. 92/2009, strategic partnership with Transition Network; Streccapogn, which improves horizontal transition, community processes: raising social inclusion through the revitalization of local economy, especially agriculture. Vertically, relations suffer from intergroup conflicts due to different identities and interests. Horizontally, relations bear group dynamics and intragroup conflicts, as there are unconscious dynamics (anti-community) that community activates to resist its own changes. Community resistances can be recognized and analyzed to reach a proactive community development. Indeed, education to relations turns into education to communication, which is the core of community development. We notice a need for mediation and facilitation in interpersonal communication, which requires psychosocial training and inner transition. Finally, in order to scale up Transition into an institutional size, we need to overcome resistance of national policies and laws. This can be done introducing institutions to a Transition vision and solving conflicts related to social identities. We firmly believe community psychologists have the potential to contribute a lot.

Trans-Atlantic diaspora: Understanding the impact of racism in Cuba and the U.S. through a community psychology lens of engagement.

Nataka Moore, Adler School of Professional Psychology

Introduction: Cuba and the United States have a shared history with respect to enslaving humans through the transatlantic slave trade. This history has produced a legacy of racism in both countries. However due to cultural, political, and structural differences, how racism is perceived and addressed by and toward African descent populations vary across both countries and have health impacts. Purpose: There is a dearth in the community psychology literature addressing the impact of the transatlantic slave trade on African decent communities taking a transnational approach. As community psychology researchers we were interested in looking at and beyond the United States' history with the transatlantic slave trade in elucidating racism not only as a social determinant to health but as a global determinant to individual and community health. By having an expanded understanding of racism as a global determinant of health, community psychology interventions used to work with African descended communities can be refashioned and expanded to meet the social reality of African descended communities in both Cuba and the United States. Methods: We conducted an ethnographic study using participant observation methods to investigate racism and its impact on the health and well-being of the Afro-Cuban Community. As a measure of racism, we investigated the processes used by entities in Cuba to engage with afro-Cuban communities, across the macro, meso- and micro- levels of the ecological model. Observations were taken from engaging with artists, filmmakers, solidarity groups, and government -sanctioned organizations by three participant observers across three provinces in Cuba. Over the course of seven days, 21 field reports were made and transcribed. The coding of the transcripts was done independently by 4 reviewers, of which two

are of Cuban ancestry; using grounded theory to analyze the data. The data was compared to observations of community engagement processes of African Americans in the United States. . Document analysis was conducted to support our interpretations Results: Themes of loyalty and being indebted emerged as both facilitators and barriers to addressing racism in Cuba and the United States and its impact on individual and community health in Afro- Cuban and African American communities. Conclusion: Implications of this work can expand how we address racism in the United States and Cuba at the structural, community and personal levels to impact health and well-being.

Transformative Change in Mental Health - Mudança Transformadora em Saúde Mental

Bret Kloos, University of South Carolina (USA), José Henrique Pinheiro Ornelas, ISPA - Instituto Universitário

This round table will discuss on-going efforts to promote transformative change in mental health and inclusion in community life of persons with mental health problems. Early discussions have been held at conferences in Puebla Mexico, Barcelona, and Miami. These discussions have led to the formation of the International Network for Transformative Change in Community Mental Health. We are a group of academics, advocates, consumer/survivors, and practitioners. Members of the Network invite others at the 2014 conference to join us in creating action agendas that promote transformative change in mental health. In many nations, the roots of Community Psychology (CP) are intertwined with efforts to provide humane alternatives to traditional mental health care and challenge practices that are associated with oppression of persons with psychiatric disabilities. The development of Community Mental Health (CMH) programs was seen by many as an advance over institutional care. However, many CMH programs have adhered to the same values and assumptions of the institutional paradigm that they were meant to replace. This round table will articulate an alternative paradigm for CMH based on the values of citizenship, recovery, empowerment, inclusion, and social justice. The primary goal of this round table is to stimulate efforts across national boundaries to use community psychology to promote transformative change for individuals with mental health problems and change systems that seek to provide mental health care. To begin a dialogue, we present exemplars of transformative change in CMH from three countries: Portugal, Canada, and the United States. We would like to have dialogue from many countries about opportunities for change in mental health service practices, changes in practices of service organizations, neighborhood change strategies to promote social inclusion of people with mental health issues, and efforts to collaborate with persons who have psychiatric disabilities to work for program and policy change.

Our efforts draw upon community psychology perspectives and practices to support opportunities for persons with mental health problems to participate in community life. We also draw from wisdom of consumer/survivor/ user movements to collaborate in system change efforts. In particular, we are interested in promoting transformative change that focuses on empowerment and participation of persons with lived experience of mental health challenges. We will give an overview of the mission and goals of the Network to ground

our discussion. Ample time will be allotted for audience dialogue about efforts and resources for promoting transformative change in mental health in different regional contexts. We expect that discussion will generate ideas about collaborative projects and partnerships to support on-going efforts in different countries.

Youth Volunteerism: Building Bonds and Breaking Barriers

Elizabeth Kristjansson, University of Ottawa, Sean Pearce, University of Ottawa

Volunteerism is vitally important: to individuals, organizations and communities, and for the overall fabric of society. Volunteering can contribute to improved social, physical and mental well-being for volunteers; building social networks and making people feel part of a larger community (Piliavin & Siegl, 2007). As the population ages, young people are an increasingly important part of the volunteer sector, and represent the future of volunteering. Youth volunteerism is vital for the community and it also fosters empowerment and positive youth development. The purpose of the study was to determine predictors of volunteerism for youth, motivations and barriers to volunteering, and the benefits of volunteering for youth. We also wanted to determine predictors of volunteer intensity based on the number of hours youth contributed. We used data from the 2010 Canada Survey of Giving, Volunteering, and Participating for youth (ages 15-24). Logistic regression was conducted to determine predictors of formal volunteering. A generalized ordinal logistic regression was used to determine predictors of volunteer intensity (i.e. volunteer hours). This included four categories: 1-18 hours, 19-60 hours, 61-160 hours, and 160 hours or more. We looked at demographic, socio-demographic, and youth experience and attitude variables. Descriptive analyses for motivations, barriers, and skills development from volunteering were also conducted.

Results. Youth who were active during grade/high school (i.e. student government, youth groups), current students, youth with parents who volunteered, and those who saw somebody they admired helping others were more likely to volunteer. Youth who lived less than five years in their community and who were less involved with extracurricular activities were less likely to volunteer. Youth volunteered to explore strengths, use skills, and network. Some main barriers to volunteering included: nobody asked them to volunteer, unavailable for long-term commitments and they didn't know how to get involved. Key skills developed were interpersonal and communication skills.

Conclusions. Socio-demographics and early life experiences are predictors of youth volunteering. Youth who are more socially active are more likely to be engaged in their communities. Barriers will need to be overcome so that more youth can become engaged in their communities, build stronger relationships with others and thereby reach their full potential. The barriers identified in our study seem to be amenable to strategic interventions. Mobilizing knowledge on volunteerism in youth will be useful for public policy and stakeholders concerned with positive youth development, especially for youth who may be marginalized or have less resources and connections.

A Psicologia na Rua: Atendimento a pessoas em situação de rua em tratamento do uso abusivo de drogas.

Augusta Maria Barbosa, Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Este trabalho foi realizado por uma equipe de saúde especializada em atendimento à população em situação de rua, com Pessoas em situação de Rua que interromperam ou reduziram o uso de crack e outras drogas.

Após ou mesmo durante o tratamento para o uso abusivo de drogas, buscaram atendimento psicológico a fim de amenizar as dificuldades encontradas pela abstinência ou diminuição do uso da droga, dificuldades em enfrentar a dinâmica familiar e de trabalho, marcas deixadas pela violência e da vida na rua.

Além disso, os usuários apresentaram queixas de fortes dores de cabeça, ansiedade, irritabilidade, pesadelos, dificuldade de relacionar-se com familiares e vizinhos, dificuldade em conseguir trabalho remunerado.

Foram realizados atendimentos individuais e em grupo, na rua e na sede da Equipe de Saúde. Foram utilizadas técnicas de respiração, relaxamento, reiki, visualização criativa, orientação e aconselhamento, de acordo com a necessidade de cada um.

Além disso, foram acompanhadas por uma equipe interdisciplinar com a presença de médico, enfermeiro e assistência social.

Foi observada e relatada, considerável diminuição dos sintomas mencionados no início do tratamento, o que teve um efeito estimulante juntos aos usuários, que passaram a acreditar e confiar no seu processo de recuperação.

Com as técnicas de relaxamento, visualização criativa, orientação e aconselhamento, as pessoas descreveram experimentar sensações de paz, tranquilidade, calma e confiança, que com o tempo foram se estendendo para além das sessões. Isso colaborou no processo de reinserção familiar e social, a lidar com os sentimentos de raiva e impulsividade, na construção de projetos de vida e de uma nova identidade, longe da rua, das drogas e da violência.

Observou-se também ganho de peso dos usuários e de seus filhos, quando havia, tendo em vista que passaram a cuidar adequadamente de sua alimentação e da família; melhora na aparência e na auto-estima.

Colaboraram para este resultado, o tratamento com terapias integrativas, a inserção em cursos de artesanato e academia de ginástica, possibilitados pela rede governamental e não-governamental.

A participação do Movimento Nacional e Regional da População em Situação de Rua, o MPR, foi de fundamental importância na estruturação deste trabalho. Na medida em que foram conhecendo e se aproximando da equipe, colaboraram na construção desta metodologia, encaminhando os usuários para o serviço e colaborando no processo de (re)construção da cidadania das pessoas em tratamento através do engajamento com o Movimento.

Em busca do fortalecimento da rede de proteção social de um bairro em vulnerabilidade em Natal/RN: uma análise a partir da experiência de estágio em Psicologia Comunitária

Arthemis Nuamma Nunes de Almeida, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Sarah Ruth Ferreira Fernandes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A juventude está na pauta dos assuntos mais importantes e que são desafios às políticas de desenvolvimento social na América Latina. O bairro de Felipe Camarão (FC), localizado na Zona Oeste da cidade de Natal/RN, tem uma alta incidência de homicídios contra os jovens, a despeito dos diversos aparatos sociais lá existentes. Assim, FC foi alvo de pesquisa, e, posteriormente, intervenção mediante projeto de extensão, cujo objetivo geral foi potencializar os espaços de formação, discussão, reflexão e ação da comunidade para a redução da violência e da letalidade juvenil. Dessa maneira, um eixo de atuação do projeto previa o fortalecimento e potencialização da rede social, já existente na comunidade, em prol dessa redução. Assim, sob a luz da psicologia comunitária, foi realizada uma intervenção nesse sentido: curso de formação para os profissionais dos diversos aparatos sociais de FC. Pretende-se, então, descrever e analisar o funcionamento, as discussões e os resultados desse curso de formação. O curso, em seis encontros, aconteceu em localidades distintas da comunidade, quinzenalmente, participando profissionais da saúde, educação, conselho comunitário e organizações não governamentais do bairro. As temáticas se subdividiram em dois blocos: desmistificando as visões sobre juventude, e, prevenção e enfrentamento à violência. Utilizaram-se estratégias de caráter participativo e convidaram-se profissionais com experiência nas áreas em discussão. Como resultados: parte dos profissionais tinha uma postura de responsabilizar o jovem por sua condição (além de criminalizá-lo), e também a família. Em contrapartida, outra parcela acreditava que uma atenção precisaria ser dada à juventude, principalmente no âmbito da escola que necessita de respostas urgentes para a expansão da violência em seu interior, e, também atentar para o extermínio da juventude em FC, buscando desnaturalizar tais situações. No tocante à participação, das 15 instituições convidadas, teve-se um quórum aproximado de três a quatro instituições por encontro. Fato ressaltado pelos participantes que afirmaram a importância de outras instituições se fazerem presentes. Isso, associado à necessidade de uma continuação pós-curso, impediu que uma ação para além da reflexão fosse efetivada. Conclui-se que o curso cumpriu o seu papel de aproximar agentes externos (as discentes) e agentes internos (os membros da comunidade) em uma relação dialógica e aproximando conhecimento científico do popular para a construção de um saber que pudesse ajudar a pensar nas questões da juventude e violência. Ou seja, foi possível mobilizar aquele grupo no sentido da reflexão para a busca da transformação social e aproximar instituições que não dialogavam. Entretanto, o limite temporal do estágio impediu que um acompanhamento posterior fosse realizado. Assim, não se pode afirmar que os cursistas continuaram na busca por fortalecer a rede ou que o aprendizado fora multiplicado na comunidade. Nesse sentido, a experiência em discussão se articula com o tema do evento e com o desenvolvimento da psicologia comunitária ao mostrar as dificuldades e limites da atuação na comunidade em questão, além de ressaltar a importância da participação dos agentes internos e seu fortalecimento para se conseguir a transformação social, por isso, condiz com o eixo de movimentos sociais.

Influência do movimento de contracultura nas drogas e no corpo

CamyllaHerculano Cabral de Barros, Faculdade dos Guararapes

Introdução: A sociedade norte americana vivia um período de transformações na década de 60, onde os Estados unidos se firmavam como superpotência capitalista, surtindo um grande impacto em muitos setores da sociedade. Jovens questionavam o modelo econômico e formavam um movimento denominado contracultura. Os Híppies, foram os seus principais representantes, repudiavam a sociedade urbana e industrial, propondo o comunitarismo rural e a atividade artesanal. Foram os grandes responsáveis pela prática do amor livre e pelo fim do casamento convencional, o corpo se tornava a expressão de uma revolução, jovens que buscavam o equilíbrio através da meditação e alimentação e ao mesmo tempo viviam do excesso, maltratavam esse corpo quando o colocava a serviço de um movimento social e de revoltas, vivam uma revolução com o lema drogas, sexo e rock and roll, esse movimento teve como marco um festival musical livre para o consumo de drogas que ocorreu Woodstock em 1969 no qual participaram 500 mil jovens. Esse artigo busca analisar por um viés Bioenergético as práticas dos movimentos de contra cultura, especialmente do movimento Híppie, compreendendo e relacionando suas práticas com a teoria da Análise bioenergética e expondo seus principais conceitos. Busca-se, ainda ressaltar a importância de movimento de contracultura na formação da identidade do sujeito e o reflexo de suas práticas na contemporaneidade, principalmente no Brasil com o surgimento da Tropicália e do surgimento de lemas como “é proibido proibir” e “sexo, drogas e Rock and roll”. Enfim, compreender como esses movimentos sociais influenciam a comunidade, o sujeito e como pode ser a intervenção do Psicólogo frente a esses movimentos. Pesquisa analítica bibliográfica. Na década de 60 a principal justificativa para o uso de drogas, era a capacidade de sensações de prazer, ilusão e leveza, porém bioenergeticamente as pessoas que mantem seus pés nos chão conseguem uma maior capacidade de enfrentar seus problemas de forma realista. Em relação a essa ligação jovens e drogas Lowen (1972, p. 36) afirma que: “[...] muitos jovens procuram nas drogas uma forma de ficarem altos, ou seja, viagens com drogas levam suas mentes para cima, longe de seus corpos”. Dessa forma entende-se que elas provocam uma cisão entre mente e corpo, interrompendo a ligação entre eles. Lowen (1985) relaciona essa ruptura da falta de contato com os pés e com o chão a um outro sintoma: medo de cair, ansiedade. A ansiedade no sentido de ter medo de se confrontar com a realidade e viver na ilusão. Deparar-se com a realidade pode, muitas vezes, ser assustador, fazendo com que o individuo amorteça essa sensação, o que é traduzido no medo do ego perder o controle. O ideário hippie envelheceu, seus princípios ganharam vida apenas nos documentos históricos, e o comportamento rebelde adocicou-se com a institucionalização de seus valores, porém as drogas, evidentemente não perderam suas propriedades e continuam a fazer parte da sociedade atual, bem como a luta pela existência de uma população que usava o corpo como forma de expressão.

4.4

Eixo Movimentos Sociais Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

O CRAS vai à escola: relato de uma experiência com adolescentes em situação de vulnerabilidade

Lara Carvalho De Oliveira, Universidade Federal do Piauí

Introdução: O presente trabalho relata uma intervenção realizada com alunos da Unidade Escolar Ana Bernardes durante um estágio de psicologia comunitária no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A intervenção foi fruto de uma articulação entre o CRAS e a unidade escolar do território a ele referenciado, que solicitou ajuda a partir da identificação de adolescentes em situação de vulnerabilidade física e psicossocial. **Objetivo:** Considerando que a educação é um importante instrumento de emancipação e transformação da realidade social, a intervenção teve como objetivo promover um espaço de discussão onde os adolescentes pudessem ter acesso a informações, compartilhar experiências, discutir e refletir a partir de diferentes pontos de vista sobre temas pertinentes à sua realidade, buscando uma transformação da mesma. **Metodologia:** O público-alvo foram alunos do 8º ano do ensino fundamental, que participaram de quatro encontros com as estagiárias e o psicólogo do CRAS, realizados uma vez por semana com duração de uma hora cada, na própria unidade escolar. Em cada encontro foi trabalhado um tema através de atividades lúdicas que buscaram o envolvimento dos alunos em uma discussão a partir das vivências cotidianas de cada um. No primeiro encontro trabalhou-se a adolescência na visão dos alunos, a partir da qual foram sugeridos temas para os próximos encontros: drogas, sexualidade e família. **Resultados:** As atividades realizadas revelaram as percepções e compreensões dos alunos acerca dos temas adolescência, drogas, sexualidade e família. A adolescência foi representada principalmente por aspectos relacionados à aparência física, relacionamentos interpessoais e drogas. A discussão sobre o tema das drogas revelou que, apesar dos adolescentes terem um conhecimento genérico sobre seus malefícios, a influência do grupo de pares é um fator preponderante. As atividades evidenciaram ainda grande desinformação em relação a sexo, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. Os alunos mostraram-se menos participativos na discussão sobre o tema família, porém aqueles que se manifestaram revelaram certa consciência do seu papel e da importância do diálogo na dinâmica familiar. **Conclusões:** Devido ao tempo reduzido disponibilizado pela escola, as atividades realizadas, apesar de representarem uma importante iniciativa, mostraram-se insuficientes diante da grande demanda trazida pelos adolescentes. É importante destacar que a metodologia utilizada foi aprovada e elogiada pelos alunos, que afirmaram que muitas vezes não conseguem participar efetivamente das aulas por estas serem pouco atraentes. Evidenciou-se assim a necessidade de mais ações de cunho socioeducativo que promovam um espaço de diálogo e acesso à informação, possibilitando aos adolescentes o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Os movimentos sociais e o processo de conscientização

Natalia Lopes Braga, Universidade de Fortaleza, Natália Parente Pinheiro, Universidade de Fortaleza

Durante as últimas décadas do século XX, a sociedade civil brasileira surgiu com muitas demandas e reivindicações: direitos sociais, políticos, econômicos, humanos, culturais, etc. A visibilidade de pessoas pobres, excluídas e discriminadas

impactou a sociedade e fez surgir diversos movimentos sociais na busca de se constituir uma nova cultura política. O processo de exclusão, seja ele econômico, político ou cultural, implica diretamente na organização destes movimentos. Através da formação de movimentos, associações, redes, etc, grupos se unem na luta por processos de mudanças e geração de capital social. Tendo em vista tal contexto, esta pesquisa buscou fazer um paralelo entre os movimentos sociais e a promoção do processo de conscientização do homem. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Constatou-se que por meio da sociabilidade possibilitada pelas relações sociais dentro dos movimentos, surge um novo saber, o qual poderá gerar um conhecimento emancipatório. Para tanto, a participação do sujeito em uma ação social deve ter sentido e significado para desenvolver assim uma consciência crítica desalienadora, geradora de novos valores. Dentro dos movimentos sociais, é a partir dos esforços coletivos que surgem as forças para gerir os processos de mudança e transformação social. Além disso, percebeu-se que processo educacional presente nos movimentos sociais é promotor de autonomia e possibilita a superação da condição de oprimido e reforça a vocação humana de ser mais, legitimando o sonho ético-político da superação da realidade injusta. Deste modo, pode-se concluir que os movimentos sociais constituem-se em ferramentas capazes de promover a conscientização dos sujeitos e facilitar o processo de libertação. É o sonho da realização de utopias que move os sujeitos e os movimentos sociais, na busca pela emancipação do homem e na constituição de ser mais de todos. Estes movimentos podem estimular a apropriação da realidade através de uma consciência crítica sobre a mesma e proporcionar o estabelecimento de bases para a construção de uma práxis libertadora. A Psicologia Comunitária, através de sua concepção histórica do homem, acreditando em sua possibilidade de ser mais e de fazer mais, com vocação para autonomia, pode e deve ser um instrumento valioso para o desenvolvimento dos movimentos sociais, impulsionando a apreensão crítica do mundo e a consciência de direitos e deveres dos sujeitos sociais. É a partir dos esforços coletivos que surgem as forças para gerir os processos de mudança e transformação social.

Problematizando as práticas de criminalização dos movimentos sociais: uma análise documental

Igor do Carmo Santos, Universidade Federal do Pará

Este trabalho teve como objetivo fazer um levantamento, revisão e análise da literatura acerca do tema "Criminalização dos Movimentos Sociais". Foram utilizadas para a análise todas as dissertações encontradas sobre esse tema no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Sabe-se que dentro da história política e social brasileira tem sido comum o trato das "questões sociais" como "questão de polícia". O processo de criminalização das lutas e movimentos sociais no Brasil é uma derivação desse processo que se intensificou principalmente no período denominado de redemocratização pela qual o país atravessou durante a década de 80, e que teve como marco principal a Constituição de 1988. Para entender tal paradoxo estabelecido nesse período, buscamos traçar um breve histórico das lutas e dos movimentos sociais articulados a um processo de constituição da própria democracia e cidadania brasileira. Para o empreendimento da análise das dissertações foram utilizadas

as pistas deixadas pelo trabalho empreendido por Michel Foucault através de suas ferramentas arqueológicas e genealógicas de análise que nos forneceu a possibilidade de uma crítica e uma problematização das práticas discursivas (saber) e não discursivas (poder e subjetivação) que atravessam e compõem os trabalhos analisados, guiado pela visão de uma história descontínua que deflagra acontecimentos em sua singularidade. Verificamos que as séries recortadas das dissertações trazem à mídia, a justiça, a polícia e o governo como principais elementos de uma prática de criminalização dos movimentos sociais, sem esquecer-se de apontar as resistências promovidas por esses grupos contra esse processo. Pensamos esse processo de criminalização inscrito dentro de uma tecnologia de poder que Foucault denominou de biopoder. Essa, com seus paradoxos de “fazer viver e deixar morrer” traz consigo elementos racistas que promovem um recorte dentro da nossa sociedade entre aquilo que pode viver e aqueles que podem morrer, entre aqueles que podem falar e aqueles que devem calar-se. A importância desse trabalho para a temática do encontro consiste em colocar em evidência os trabalhos teóricos desenvolvidos dentro da psicologia sobre a temática da criminalização dos movimentos sociais. Entende-se que a aproximação da Psicologia com os processos de criminalização desses movimentos faz-se pertinente por esses processos configurarem modos e maneiras de ser, sentir e olhar esses movimentos.

**Psicologia Comunitária e Pessoas em Situação de Rua:
desenvolvimento da autonomia e empoderamento cidadão
através de oficinas terapêuticas com os usuários do Centro Pop
– Santarém**

Amasa Ferreira Carvalho, Centro Pop -Santarém

O Centro Pop é um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, sendo uma unidade pública e estadual, de referência e atendimento especializado à população adulta, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). E os problemas relacionados a essa população tem sido levantados acerca de processos de inclusão e exclusão social e, particularmente, daqueles que enfocam as mudanças no mundo do trabalho. Segundo autores, o desemprego, conflitos familiares, e as drogas, aliados às características do processo de trabalho e à precariedade do sistema de proteção social, empurra parcelas importantes de pessoas a viver ou extrair renda da rua. Esta pesquisa teve como objetivos a investigação de como a Psicologia Comunitária e as oficinas terapêuticas fortalecem a busca da identidade do sujeito e o empoderamento cidadão de pessoas em situação de rua e verificar como se estruturam a conscientização e o fortalecimento do sujeito através da Psicologia Comunitária. A metodologia aplicada foi a pesquisa-ação, que é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde elas acontecem. A partir disso, os próprios usuários trouxeram à tona, as oficinas que gostariam de ter, escolhendo o Artesanato e a Horticultura, onde vários deles já possuíam conhecimento prévio acerca do assunto e foram convidados, técnicos referentes a cada uma dessas áreas, para compartilhar o conhecimento teórico.

Após a escolha das oficinas e a forma como elas seriam divididas e trabalhadas, foi feito um trabalho concomitante com as psicólogas, voltado para o significado subjetivo dos processos de confecção, construção, plantio e colheita, fazendo reflexões acerca da vida e planos de cada um. No decorrer das primeiras semanas, foram confeccionados os canteiros, e também borboletas de arame com o grupo do artesanato. Etapas de revolvimento, adubação, elevação e irrigação do solo, bem como a semeadura de sementes de hortaliças e também plantios de flores em vasos de garrafa “pet”, unindo assim as oficinas, grupos e experiências individuais. Por fim, no decorrer do andamento do projeto, a manutenção dos canteiros e a confecção de artesanatos ocorreram semanalmente, com acompanhamentos técnicos e psicológicos. Como resultados encontrados, levantamos a participação, o comprometimento e a melhora no relacionamento com os demais usuários, aumento do ciclo de amizades entre o próprio grupo, além da abertura a novos horizontes profissionais e autonomia. Esta pesquisa pode contribuir com maiores reflexões no meio acadêmico, acerca da aplicação e benefícios da Psicologia Comunitária nos movimentos sociais voltados às pessoas em situação de rua.

Psicologia Social Comunitária, Políticas Públicas de Assistência Social e para mulheres: Uma articulação possível.

Jacy Corrêa Curado, Universidade Federal da Grande Dourados, Sabrina Estefânia Silva Dettmer, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

O trabalho consiste em um relato de experiência das estagiárias pesquisadoras no âmbito do Estágio do Núcleo Comum I e II e da Pesquisa “Os sentidos de comunidade e suas metodologias de trabalho psicossocial” realizados no ano de 2013 na ênfase de Psicologia Social Comunitária do curso de psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A pesquisa se deu com o grupo identitário de mulheres, buscando compreender dentro da perspectiva da Psicologia Social Comunitária os sentidos produzidos pelo grupo sobre a violência de gênero e estratégias de empoderamento em relação à políticas públicas. Para tanto, o estudo problematiza, por meio de revisão bibliográfica, as teorias de gênero, violência de gênero e contra a mulher, e uma reflexão sobre o sentimento de pertencimento ao grupo identitário das mulheres em situação de violência. Discorre também sobre a legislação da violência contra mulher, o histórico e as atuais condições das Políticas Públicas para mulheres no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Como pratica psicossocial, utilizamos de grupos focais, em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde eram realizados processos grupais com mulheres coordenados pelas estagiárias de psicologia e uma assistente social. Realizamos uma “Oficina de Sentidos de Comunidade” com no máximo 12 participantes, onde buscamos: 1) Associações livres com a palavra “mulher”; 2) Relatos de vivências do cotidiano relacionados à violência e preconceito; 3) Estratégias de enfrentamento e empoderamento. Esta oficina é uma adaptação desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Os resultados de nossas leituras mostram a necessidade de maior participação do profissional de psicologia na rede de políticas públicas, visto que esta área demanda por ações que implementem mudanças no campo psicossocial. Os resultados da oficina mostram, como as leituras sobre o tema, que pertencer a comunidade identitária de “mulher” é algo que apresenta diversos

sentidos, desde como esse que sofre diariamente, e é tratado como um “saco de pancadas”, até o sentido de luta, de mulher como guerreira, na busca por espaço na sociedade. Foram apontadas como formas de violência e preconceito algumas palavras, que também mostram a multiplicidade de sentidos sobre o grupo: pancada, desvalorização, luta, trabalho, guerreira, humilhação e corpo. Durante a oficina ficou explicito um bom nível de instruções acerca da situação violência. Embora não houvesse relatos de violências físicas, a maioria, porém, acreditava que a policia nem sempre oferece bom atendimento ao qual se deve recorrer em situações de violência, o que aponta para outras estratégias de enfrentamento como a busca pela ajuda na vizinhança e entre grupos de amigas. Consideramos que neste trabalho conseguimos uma maior problematização do tema, com saberes articulados, da Psicologia Social Comunitária, junto à assistência social, gerando uma maior transversalidade e autenticidade à nossa pratica. Consideramos este estudo importante devido à necessidade de um maior comprometimento teórico e politico com o grupo identitário mulheres, e que este possa acontecer de uma forma articulada e dialética buscando a integralidade dos serviços.

La palabra de los niños y las niñas en la re-significación de la realidad

Claudia Ortiz Espinosa, Facultad de Psicologia y Terapia de la Comunicacion Humana, Laura Ernestina Barragán Ledesma, Facultad de Medicina y Nutrición, Universidad Juárez del Estado de Durango, María del Rocío Guzmán Benavente, Facultad de Psicologia y TCH de la Universidad Juárez del Estado de Durango

Introducción. Reconocemos que la socialización es el proceso mediante el cual los y las niñas se erigen como personas con facultades para el autoconocimiento (Giddens, 2005, p.40). y la adquisición una conciencia de sí, por lo tanto, capaces de manejar las formas culturales en las que nacieron. Es decir, desarrollan una capacidad activa para explicarse el mundo, aunque no se les considere todavía sujetos de juicio (Giddens, 2006, p.178-191). Las relaciones de poder que se mantienen en toda sociedad marcan el ir y venir de la toma de decisiones y del quehacer de la vida en general, especialmente en las relaciones entre niños, niñas, jóvenes y adultos. Este ejercicio de poder se visibiliza cuando los recurso adquiridos se concentran en los de mayor edad, dejando a unos/as en desventaja e incluso en situación de opresión. Cuando se hace evidente esta carencia de poder, automáticamente “son vistos como débiles e incapaces de toda posibilidad de transformar su forma de vida” (Montero, 2003, p. 31-38).

Objetivos. Al aproximarnos al acontecer cotidiano de niños y niñas de dos colonias urbanas con rasgos de marginación en la ciudad de Durango, Durango, México, nos avocamos a rescatar su palabra en el proceso de aprender su cultura pero también de renovarla. Interesa también conocer la forma en que éstos y éstas se desenvuelven como innegables agentes constructores de su realidad. Buscamos propiciar el autoconocimiento como estrategia para lograr aquello que nombramos como re-significación de la realidad y una participación crítica de los y las mismas para mostrar cómo dicho proceso brinda herramientas que fortalecen el crecimiento personal y el desempeño colectivo en pro de una transformación simbólica de la realidad.

Metodología. Mediante un acercamiento etnográfico (Geertz, 1995) y de recreación

de talleres psicoeducativos (Herrera, 2003) y culturales, trabajamos la animación sociocultural (Ander-Egg, 2008), empleando técnicas teatrales (Boal, 2007), foros, dibujos, mesas redondas, debates, entre otras para facilitamos el encuentro entre el equipo de investigación y los y las participantes.

Resultados. El esfuerzo conjunto ha dado como resultado el reconocimiento de la capacidad infantil para renovarse y compartir sus posturas ante la vida, así como para ampliar su participación (Musito, 2004, p. 84) en diferentes espacios dentro de las colonias a las que pertenecen, incluyendo los talleres psicoeducativos y culturales del proyecto comunitario que llevamos a cabo en estos sectores urbanos. Otra evidencia de los cambios observados es la constitución y fortalecimiento de redes de apoyo entre pares para la integración propositiva de otros miembros en diversos espacios donde cotidianamente se desarrollan.

Conclusiones. En este ejercicio de praxis, hemos aprendido conjuntamente con los y las niñas a reconocer su potencial para actuar y explicarse el mundo, desarrollado la capacidad para renovarse y compartir sus posturas ante la vida, ampliando su participación y fortaleciendo sus redes de apoyo en una mayor integración comunitaria.

4.4

Eixo Movimentos Sociais Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

**EIXO ÉTICA NA DIMENSÃO
PLANETÁRIA E EM DEFESA DA VIDA**

**Eje Ética en la Dimensión
Planetaria y en Defensa de la Vida**

**Ethics in Global Dimension and in
Life's Defense Axis**

4.5

Reflexões sobre a Psicologia Comunitária no mundo: Construindo hoje novos caminhos para o amanhã

Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Universidade Federal do Ceará

Este Simpósio traz reflexões profundas sobre a articulação teórico prática da Psicologia Comunitária e o papel desta disciplina na transformação de uma sociedade mais justa e igualitária em todos os níveis: psicológico, social, econômico, cultural e planetário. Cada palestrante enfocará aspectos que se complementam e se reforçam, tendo como eixo uma linha de contestação de pressupostos de uma ciência psicológica tradicional que alimenta uma sociedade desigual, injusta e opressora. Maritza Montero traz a importância da consciência como um campo ontológico, ético e político na psicologia comunitária. Enfatiza esta categoria teórica como básica para a mudança dos indivíduos e da coletividade. Ela propõe a consciência junto com a práxis para chegar a uma conscientização das pessoas para que elas sejam capazes de reconhecer os elementos e situações que necessitam mudar a fim de transformar positivamente suas condições de vida. Cesar Wagner Góis falará sobre a importância de desideologizar a Psicologia, a qual se encontra, em geral, referenciada na colonialidade, em modelos acadêmicos de pesquisa e de intervenção que negam o morador como sujeito do conhecimento e da ação transformadora de sua própria vida. Para isso vê a Psicologia da libertação de Boff, Freire, Fals-Borda, Martín-Baró, Lane dentre outros como um caminho para uma práxis cotidiana e propõe ir um pouco mais longe, problematizando outra ética: "a que alarga a relação entre os seres humanos e com o mundo, além de possibilitar construir conhecimentos e facilitar mudanças humanas e sociais a partir do sentimento de vida". Serdar M. Değirmencioğlu faz um crítica à psicologia tradicional por seu caráter normalizador que se preocupa muito mais com sofisticação metodológica em detrimento do bem estar da população. Ressalta seu caráter extremamente míope e insular. O que parece ser sofisticação institucional é muitas vezes nada mais do que mecanismos de negócio lucrativo. Vê a psicologia comunitária como a única disciplina em psicologia que leva a comunidade e a mudança social a sério. Os princípios centrais da psicologia comunitária oferecem ligações com movimentos que estão firmemente enraizados nas tradições progressistas ou transformadora, ou seja, dá um destaque às áreas da psicologia que se concentram na mudança per se (psicologia do desenvolvimento e da educação). A Psicologia comunitária segundo ele, também carrega o potencial de oferecer soluções para os problemas que afligem as escolas e para colaborar com as tradições transformadoras na educação. As falas dos autores neste simpósio trarão reflexões valiosas para a compreensão da Psicologia Comunitária no mundo e os desafios para os novos caminhos para a concretização de seus pressupostos libertadores e emancipadores.

1 • La conciencia: un campo ontológico, ético y político en la Psicología Comunitaria

Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela

El estudio de la conciencia y su significado para el trabajo comunitario es un tema relativamente nuevo. La psiquiatría y la psicología han trabajado ese campo, que es a la vez cotidiano y esquivo en cuanto a relación con un campo tan amplio y complejo como es la comunidad. En esta presentación

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

se señala el uso de la conciencia en relación una praxis que pretende lograr la conscientización de las personas para que ellas sean capaces de reconocer los elementos y situaciones que necesitan cambiar a fin de transformar positivamente sus condiciones de vida. Las buenas razones, así como las buenas prácticas no relacionadas con las situaciones de vida en muchas comunidades, no son suficientes. En los últimos catorce años he estado trabajando en este campo, focalizando sobre formas de conciencia derivadas del análisis, realizado por líderes, personas comprometidas y asistentes asiduas a reuniones de grupos comunitarios, en la ciudad de Caracas. Mi trabajo parte de la praxis, redefinida en términos más accesibles, a grupos muy heterogéneos, como ideas que produce o llevan a acciones y acciones que producen o llevan a ideas. Un primer aspecto ha sido el detectar las formas críticas dentro de las reuniones de discusión de asuntos comunitarios. El segundo es la relación entre ideas brillantes y respuestas maquinales que cierran el paso a las nuevas posibilidades. El tercero es la necesidad de convertir lo cotidiano en algo nuevo, de tal manera que esos actores sociales se den cuenta de que son productores de vida, de conocimiento, de cambios. Esto no supone una fila india. Estos tres aspectos pueden ocurrir en distintos momentos y aun todos a la vez. Y todo ello debe ser guardado por la investigadora (y al menos un/a asistente). A partir de allí y a lo largo de mucho tiempo, he podido crear un método que llamo maieutico, como el de Sócrates, pues se trata de preguntar hasta que las personas sean capaces de llegar a la convicción de que pueden hacer, o de que pueden tener otras ideas, o que pueden transformar las cosas. Es decir, que pueden cambiar una situación. Así, presentaré, brevemente, como se ha ido generando desde la Problematicación hasta la Conscientización, pasando por otros "métodos complementarios" como la Denaturalización, Deshabitación, Desideologización y Desalienación. Los resultados no significan transformaciones generales, pero sí conscientización respecto de aspectos específicos. La autora considera que mucha más práctica e investigación son necesarias.

2 • Reflexões sobre a Psicologia Comunitária no mundo: Construindo hoje novos caminhos para o amanhã

Cezar Wagner de Lima Góis, Universidade Biocêntrica

Esse Simpósio convida-me a um compromisso humano, social e planetário que exige implicações e não distanciamentos. O amanhã que vislumbro na Psicologia Comunitária, entre outros, é o da ética, porém há que se perguntar: Que ética? A da Colonialidade? A da Libertação? A da Vida? A colonialidade, proveniente do colonialismo, se refere a um aspecto grave do padrão mundial do poder capitalista imposto ao mundo, caracterizado por classificações raciais/étnicas/sociais como base para esse padrão de poder operar no mundo por meio de dimensões materiais, classistas, subjetivas e epistêmicas. É o padrão vigente em nossa sociedade, nas universidades e no meio profissional, inclusive na Psicologia. Daí a importância de desideologizar a Psicologia Comunitária, a qual se encontra, em geral, referenciada na colonialidade, em modelos acadêmicos de pesquisa e de intervenção que negam o morador como sujeito do conhecimento e da ação transformadora de sua própria vida. Em contraste com a ética da colonialidade, temos a

ética da libertação, presente em Boff, Freire, Fals-Borda, Martín-Baró, Lane e outros, uma práxis cotidiana nascida no fedor da realidade de opressão e exploração, onde o indivíduo pouco a pouco se descobre oprimido e anseia por libertação, por vida, em atos de recriação dele mesmo em sujeito. O pesquisador e o profissional se implicam na libertação. Há exigência da convivência, do intervir com e do pesquisar com. Todavia, temos de ir um pouco mais longe em Psicologia Comunitária e problematizar outra ética, a que alarga a relação entre os seres humanos e com o mundo, além de possibilitar construir conhecimentos e facilitar mudanças humanas e sociais a partir do sentimento de vida. Refiro-me à ética biocêntrica. Como dizia Albert Schwatzer, ao priorizar a vida em sua ética do pensamento - tudo que cuida, estimula, protege a vida, é bom; e tudo que a destrói, a impede, é ruim. Como dizia Rolando Toro: la vida al centro, ao falar do Princípio Biocêntrico. Quando entramos em intimidade com a vida, a sentimos maior, a percebemos imanente-transcendente. Essa intimidade vem da vivência do sentir-se vivo, a qual revela nossa coexistência com tudo que existe. Por isso o coração amante na epistemologia de Bachelard e o Eu e Tu de Buber. A ética biocêntrica convida-nos à intimidade sensível com o mundo para conhecê-lo, a abrir-se à vivência do sentir-se vivo como condição para sentir-se livre e, se soy libre, soy bueno, como cantava Mercedes Sosa. O sentir-se vivo sendo fundante de outro modo de conhecer e de estar com os outros e com a natureza. A ética da vida nos convida a mergulhar na indissolubilidade da relação indivíduo-sociedade-natureza a partir da vivência da coexistência, e não somente conhecê-la por meio da reflexão, da observação e da experiência. Não é uma ética que individualiza para que o ser seja alguém e que tenha coisas obtidas de sua relação com o outro e com a natureza. É maior, é a do estar-aqui, da convivência consigo, com os outros e com o Universo, evidente nas cosmovisões dos povos originários de Caypacha, conforme Kusch.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

3 • Why do we need to promote and build a stronger community psychology?

Serdar M. Degirmencioglu, Wayne State University

Proponents of mainstream psychology (MP) argue that psychology is an evidence-based discipline that serves the public and is essential for a better and healthier society. The methods, techniques and the institutional mechanisms MP has generated, particularly in the US and Britain, appear to be very sophisticated and effective. When these sophisticated and effective methods, techniques and mechanisms are placed under a critical historical-contextual lens, a different picture emerges. The sheer majority of MP is extremely short-sighted and insular. What appears to be methodological sophistication is often nothing more than tedious methodology that comes at the expense of ecological validity. What appears to be institutional sophistication is often nothing more than lucrative business mechanisms. Successful young scholars in MP are often no different than young entrepreneurs pursuing maximized personal gains defined and sanctioned by existing power structures. Community psychology (CP) carries the potential to transform the notions of scholarship, sophistication, effectiveness and efficiency that have become integral to MP. It is the only discipline in psychology that takes

community and social change seriously. Principles that are central to CP offer linkages to movements and scholarship that are firmly rooted in progressive or transformative traditions. It offers valuable linkages and insights to areas in psychology that focus on change per se (developmental and educational psychology). It also carries the potential to offer solutions to problems that plague schools and to collaborate with transformative traditions in education (e.g., liberation pedagogy, Reggio Emilia approach to early child development). Community psychology is under pressure to conform to the the notions of scholarship, sophistication, effectiveness and efficiency that are integral to MP. There are at least five reasons why conforming to these notions will be very detrimental. First, well-being is not an individual matter but MP is hardly interested in debt, unemployment, poverty, inequality and oppression. Secondly, well-being can be best promoted by prevention, promotion and liberation, rather than psychological or pharmacological therapies offered to individuals. Thirdly, suffering is part-and-parcel of the neoliberal version of capitalism and the crises it generates across the world (e.g., fiscal austerity, precarious labor). Fourth, the destructive forces, structures, and ideologies that led to worldwide wars, the use of atomic bombs, napalm bombs, Agent Orange decades ago continue to plague the world with new weapons (e.g., drones, surveillance across the globe) and imperial strategies but MP offers very little support and hope for peace. On the contrary, the American Psychological Association has colluded with the "military industrial complex" as part of the "War on Terror". It is now much more obvious that many psychologists are actively serving war. Finally, the shortcomings of MP are even more evident and much more damaging and in the Global South. As an export-import commodity MP is of little use in the Global South. The wars and strategies many psychologists are serving are staged in the Global South.

Contribuições do pensamento africano para a Psicologia Comunitária no século XXI

Luis Tomás Domingos, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

A Psicologia no século XXI está sendo incitada a revisar sua lógica de produção de conhecimento historicamente eurocêntrica. Esta demanda é especialmente significativa para a Psicologia Comunitária que tem como objeto de investigação e trabalho grupos ou comunidades historicamente oprimidos, marginalizados e empobrecidos, que correspondem à maioria da população atendida nos serviços públicos. No caso do Brasil, esta população é em grande parte negra, o que desafia a Psicologia Comunitária trabalhar não só com a categoria classe, mas também construir interfaces entre raça e gênero. O que este Simpósio vem apontar é que esta tarefa exige uma revisão filosófica, epistemológica e metodológica crítica que considere conhecimentos e práticas próprios de africanos e afrodescendentes que contribuíram para a sobrevivência desses povos diante dos processos históricos e sociais de colonialidade do poder e do saber. A primeira apresentação destaca que fortalezas e capacidades próprias de povos afrodescendentes no Brasil permitiram a sobrevivência de pessoas e grupos étnico-racialmente oprimidos, e mais, estes foram capazes de construir diferentes modelos de relações com povos e grupos diferentes de si. Estes modelos não são isentos de contradição, mas denotam contribuições tanto para a implementação de Políticas de Ações Afirmativas quanto para a construção de um novo Projeto de Sociedade ancorado em relações mais justas de democráticas. A segunda apresentação aponta, a partir de sua prática com comunidades periféricas e de baixa renda, que a categoria classe é fundamental para análise em Psicologia Comunitária, mas não é suficiente para dar conta da complexidade desta realidade. Anunciamos a necessidade de descolonizar o saber da Psicologia, de realizar uma revisão epistemológica na intersecção das categorias de classe, raça e gênero. Para tanto, é importante trazer a cultura de raiz africana para a interlocução com a Psicologia e investigar estratégias de sobrevivência que engendraram resistências e práticas sociais que muitas vezes subverteram a cultura hegemônica vigente. A terceira apresentação reflete criticamente sobre impactos negativos da lógica de produção de conhecimentos eurocêntrica em pesquisas em Ciências Humanas sobre temáticas africanas e afrodescendentes. Estas contribuíram para ocultar e ignorar a história da África e fortaleceram preconceitos, discriminações e racismo. Apontamos a necessidade de descolonização da mente e da produção de pesquisas sobre africanos e afrodescendentes tanto com uma perspectiva específica como global, que vai resultar numa Filosofia Crítica da Epistemologia e da Metodologia própria desses povos. A proposição deste Simpósio tem como meta contribuir com a abertura definitiva de um diálogo entre a perspectiva africana de Ciências Humanas e a Psicologia Comunitária dentro de um contexto nacional de Políticas de Ações Afirmativas e a consciência de que um novo projeto de sociedade precisa ser desenhado. Longe de dar conta da complexidade e profundidade que a problemática demanda, a ideia central é romper o silêncio secular sobre as africanidades e as contribuições de povos africanos e afrodescendentes para o mundo atual.

1 • Breve reflexão sobre necessidade de nova epistemologia e metodologia para estudos Africanos e Afrodescendentes

Luis Tomás Domingos, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Infelizmente, é difícil e quase impossível imaginar os estudos das ciências sociais e humanas sem a filiação da epistemologia ocidental e muitas vezes sob uma tutela e/ou conexão sutil de certa ideologia dominante. A lógica da produção de conhecimentos nas pesquisas sobre temáticas Africanas e Afrodescendentes segue a mesma démarche epistemológica e metodológica eurocêntrica. A Filosofia da história de forma geral, optou por ocultar e/ou ignorar a história da África pela justificativa da falta de fontes escritas e por consequência os povos Africanos não tinham história, (HEGEL). Esta concepção dita acadêmica fecundou manifestações complexas e perversas de preconceito, discriminação e racismo. A falsificação consciente e/ou inconsciente, aliás, o mito e/ou invenção da África (MUDIMBE, 1988), falta de interesse sobre a história e das culturas africanas, contribuíram para agravar as relações raciais e por consequência não serviram para dissipar as diferenças e os choques culturais. Neste contexto, o especialista dos estudos Africanos e Afrodescendentes se torna necessário munir-se de uma nova "atitude" epistemológica e metodológica. Trata-se de descolonização da mente (NGŪŪŪ WA THIONG'O, 1986) estar apto a descobrir uma verdade científica por seus próprios meios e passando pelo reconhecimento do outro, do saber conservar a sua autonomia intelectual até que as ideologias que cobrem o manto da ciência, se dê conta que a era de falsificação científica e de alienação intelectual está exposta, que um capítulo na história das relações intelectuais entre os povos foi finalizado, e que eles são condenados a uma discussão crítica e científica séria. Isto é, as pesquisas em ciências humanas sobre Africanos e Afrodescendentes podem ser compreendidas não somente no seu contexto específico, mas também na globalidade, segundo novo percurso epistemológico e metodológico crítico. A noção do objeto e sujeito do estudo, a essência do saber, o conhecimento, por consequência, devem ser postos em análise profunda. Afinal: quem sabe, sobre o quê, sobre quem? Quais são os paradigmas intelectuais utilizados para esse tipo de pesquisas, do saber, gnosis dos Africanos e Afrodescendente ou afro-brasileiro? E quais são os seus objetivos? Estamos tratando de emergência de uma filosofia crítica da epistemologia e da metodologia utilizada na pesquisa sobre os estudos Africanos e Afrodescendentes.

"Quando descobrimos que há muitas culturas no lugar de uma só e consequentemente foi nesta época que nos apercebemos do fim da hegemonia e do monopólio cultural, ilusório ou real, nós mantivemos a destruição deste conceito através da nossa própria descoberta. De repente tornou possível que eles eram outros, que nós mesmos somos outro, no meio de outros". (RICOEUR, 1965, p. 278.)

2 • Educação das Relações Étnico-Raciais: possíveis diálogos entre a Psicologia Comunitária Latino-americana e a Psicologia Crítica Africana

Simone Gibran Nogueira, Faculdade Anhanguera

Esta apresentação visa apontar aproximações e pontos de diálogos que podem ser articulados entre a perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-americana e a Psicologia Crítica Africana com vistas a desenvolver teorias e práticas que contribuam para a construção de relações étnico-raciais mais justas e igualitárias nos serviços públicos brasileiros, especialmente naqueles majoritariamente utilizados pela população afrodescendente como a Escola Pública, o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social. O ponto de partida é a constatação de que os diferentes grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira não convivem em pé de igualdade, pelo contrário, esta relação é marcada por opressão, dominação e exploração baseada, entre outros aspectos, na ideologia da supremacia racial branca. Nesse sentido, a Lei 10.639 de 2003 e seu Parecer CNE/CP que orienta Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, bem como a Lei 11.645 de 2008 que acrescenta o Ensino de História e Cultura Indígena, aparecem com instrumentos legais importantes não só para a área da Educação, mas também para outros setores da sociedade como a Saúde e Assistência Social. O que está em jogo é a discussão e a proposição de um novo Projeto de Sociedade em que os diferentes povos possam se relacionar em pé de igualdade e com justiça social. É neste ponto que o diálogo entre a Psicologia Comunitária Latino-americana e a Psicologia Crítica Africana parece convergir e formar um campo fértil para a criação de novas relações étnico-raciais. As aproximações e diálogos a serem desenvolvidos se referem ao compromisso ético e político que caracterizam a origem e desenvolvimento de ambas as perspectivas, produzidas em contextos diversos, mas que estão relacionadas a conceitos como: transformação de indivíduos em sujeitos da sua própria história e cultura (Gois, 1993; Karenga, 1986); desenvolvimento de consciência crítica sobre problemáticas históricas, sociais e culturais vivenciadas pela comunidade (Campos, 1996; Karenga, 1986); e transformação social a partir da valorização das fortalezas e capacidades próprias de povos afrodescendentes frente à opressão social e racial (Martín-Baró, 2009; Montero, 2004; Nobles, 2006; Akbar, 2004). O trabalho de Nogueira (2013) mostra como a prática da capoeira Angola perpetua, há mais de três séculos, conhecimentos e práticas ancestrais que permitiram a sobrevivência material e imaterial de afrodescendentes no contexto de desigualdades do Brasil. Além de favorecer a sobrevivência coletiva de afrodescendentes, as referidas práticas são caracterizadas por um elemento cultural africano, a xenofilia, a aceitação do diferente como parte integrante. A partir deste elemento, podemos observar que existe a convivência de outros grupos étnico-raciais dentro das práticas afro-brasileiras e da capoeira Angola. Esta convivência não é isenta de contradições, mas os estudos de Nogueira (2008 e 2013) apontam que as relações estabelecidas propiciam processos educativos de aprender a respeitar, a dialogar, e a conviver com a diversidade de pessoas e povos. Tais processos educativos experienciados na prática da capoeira Angola parecem ser importante fontes de referência para refletir, construir e propor um novo Projeto de Sociedade para o Brasil.

3 • Na Encruzilhada Tem Muitos Caminhos...Epistemologia de Exu como Proposta de uma Psicologia Comunitária Anti-Racista

Edelu Kawahala, Universidade Federal de Santa Catarina

A demanda por desenvolver uma proposta epistemológica outra, vem sobretudo da minha experiência como pesquisadora e docente na área de Psicologia Comunitária. Ao longo desses anos desenvolvendo trabalhos em periferias e com comunidades de baixa renda, observei que embora a categoria classe continue a ser essencial para a leitura dessas realidades, as clivagens que se apresentam nestes espaços, não somente geográficos, mas sobretudo espaços de resistência, exigem que esta esteja interconectada com outras categorias como gênero e raça. Assim este trabalho tem como proposta, refletir sobre a categoria raça como essencial a compreensão das relações sociais e dos processos identitários nas sociedades pós-coloniais. Pensar as relações raciais na perspectiva da Psicologia Social no Brasil, implica em perceber as marcas deixadas pela colonização e, sobretudo pela escravidão. No entanto, não basta visibilizarmos os negros e as negras ou mesmo incluímos à categoria raça em nossas pesquisas e práticas, mais de que isso é essencial que haja uma revisão epistemológica em principalmente na Psicologia Comunitária, onde as intersecções entre classe, gênero e raça são mais evidentes e determinantes dos lugares sociais. Diante do racismo e da opressão, os negros e negras, tiveram que produzir estratégias de sobrevivência que engendraram resistências e práticas sociais que muitas vezes subverteram a cultura hegemônica vigente. Este processo de resistência psicossocial deve, portanto tornar-se o mote para pensarmos as relações raciais no Brasil, não a partir da vitimização, mas a da potência gerada pela resistência da população negra. Potência de Exu como argumenta Muniz Sodré (1998). Para tanto é preciso subverter a própria Psicologia, questionar seus paradigmas, tradicionalmente eurocêntricos, o que implica em abrir mão do privilégio como aponta Spivak, da confortável neutralidade científica. É preciso reinventar, novas teorias e novas práticas, uma nova episteme, buscando como propõe Santos (2010), uma prática de tradução cultural. O trabalho de tradução deve ser guiado a partir da sensação de carência e incompletude, o que gera a motivação para a busca de cruzamentos e convergências com diversas culturas. Este cruzamento pode se dar entre diferentes saberes e práticas, promovendo um intensa interlocução entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos ou ainda entre saberes não-hegemônicos na direção de saberes contra-hegemônicos. A multiplicidade de saberes possibilita a superação do paradigma universalista, tradicionalmente eurocêntrico e colonialista, pensar, portanto a produção de conhecimento a partir da tradução cultural implica, sobretudo, num trabalho político de descolonização do saber. Cabe, portanto, trazer a cultura negra para esta interlocução, é preciso beber na capoeira, no samba, no jongo, no candomblé...é preciso colocar a Psicologia em movimento, pensar uma epistemologia de Exu. E Trazer, Exu para o centro da discussão implica em deslocar o pensamento do centro para o movimento, o que somente será possível a partir de um processo de descolonização do saber, como apontam os autores Curiel (2007), Quijano (2005) e Jordan (1985).

Ensino, Formação e Práxis em Psicologia (Social) Comunitária: desafios e reflexões

Jorge Mario Flores Osorio, Instituto de Pedagogía Crítica

Este simpósio é composto por três trabalhos que objetivam analisar criticamente as condições epistemológicas e ético-políticas do processo de formação em psicologia (social) comunitária, tendo como referência a história de construção do campo da psicologia (Social) Comunitária, no continente latinoamericano, e também, a preocupação em refletir sobre as (in) coerências entre esse processo de formação e a preservação/manutenção dos princípios ontológicos que têm norteado os trabalhos comunitários na defesa e compromisso social com os setores populares oprimidos e excluídos. Uma das apresentações discorrerá sobre as novas formas comunitárias e os novos atores sociais, produzindo novos desafios à práxis nesse campo. Defende a necessidade de ser feita uma revisão e análise crítica a respeito do conceito e sentido de comunidade, assim como de serem desenvolvidas maneiras para serem captadas novas formas de ação comunitária no mundo contemporâneo. São apontados os problemas a serem enfrentados, como também destacados alguns benefícios de se ampliar esta análise, como a identificação de novas parcerias e coalizões para a realização dos trabalhos, seja entre Estado, comunidade e profissionais envolvidos. É também enfatizado o cuidado epistemológico quando da apreensão e análise das condições reais, em termos de não fazer desaparecer a ação comunitária se confrontada com a participação de grandes setores populares.. O segundo trabalho enfocará a temática relativa ao ensino para a formação em psicologia comunitária em escolas de psicologia mexicanas. Serão apresentados resultados de análise realizada sobre os planos de ensino em psicologia comunitária, assim como a análise de entrevistas com estudantes de tais disciplinas, revelando haver um certo distanciamento entre o ensino desses conteúdos e o conhecimento das realidades comunitárias. O terceiro trabalho propõe-se a fazer uma análise das condições que tem se mostrado importantes e desafiadoras para a formação dirigida à pesquisa e dirigida à práxis em psicologia (social) comunitária. São tecidas reflexões em torno das exigências e dificuldades relativas a quatro aspectos na formação para atuar nesse campo: conceitos e metodologias para inserção e familiarização em comunidade; processos interacionais comunidade-profissional; captação e registro etnográfico das tensões e negociações entre distintos atores sociais (lideranças e representantes); construção de indicadores quali-quantitativos do trabalho desenvolvido. Busca-se, ao final, subsidiar o debate sobre os fundamentos ético-político-epistemológicos necessários para a formação em psicologia (social)comunitária.

1 • Práctica docente y formación en psicología comunitaria

Jorge Mario Flores Osorio, Instituto de Pedagogía Crítica

En la ponencia reconstruyo la práctica de formación comunitaria en el contexto de las escuelas de psicología mexicanas a partir de los principios éticos que refieren a la producción, reproducción y desarrollo de la vida en comunidades críticas, analizo además la asignación docente a partir de criterios del interés político y la necesidad de controlar los programas educativos, más que por la necesidad de formar en el campo comunitario, lo que implica, que en buena parte de los casos se nombra personal, que

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

además de no tener la formación psicológica, ni siquiera tiene la dinámica de especialización y práctica concreta; además de observar que la mayor parte del trabajo en comunidades se realiza en tiempos no coherentes con los tiempos comunitarios y en lugar de definirse en razón de las necesidades de la comunidad, se lo hace con base a las necesidades institucionales en el mejor de los casos y en lo general a las necesidades del profesor que tiene bajo su tutela la supervisión de las prácticas en comunidad. Objetivo: Mostrar que la impartición de docencia en el campo de la psicología comunitaria, en las Instituciones de Educación Superior (IES) mexicanas, en donde se incluye la materia o seminario de Psicología Comunitaria al no constituirse en parte importante de la formación de psicólogos, no importa que el profesor asignado tenga formación en el campo y menos aún práctica en el ámbito comunitario. Metodología: Análisis de planes y programas de estudio vinculados al campo de la psicología y la comunidad, entrevistas a estudiantes que cursan materias o seminarios vinculados al campo de la psicología comunitaria y revisión de los programas de estudio. Conclusiones: En razón de las observaciones, las entrevistas, el análisis y la ejecución de planes de estudio observo que la impartición de docencia en el campo de la psicología comunitaria no reclama de quien lo hace, ni formación, ni práctica en el campo disciplinar. Puedese decir que el análisis permite observar que hay alguno distanciamiento establecido entre la enseñanza de los aportes del campo de la psicología comunitaria y sus contenidos, además de haber alguna lejanía con el conocimiento específico respecto a las realidades comunitarias, lo que es muy preocupante.

2 • Práxis em Psicologia Social Comunitária: desafios ético-políticos e exigências à formação

Maria de Fatima Quintal de Freitas, Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A atual ampliação dos trabalhos e práticas comunitárias, dirigidos a diversos problemas e setores da população, reedita preocupações, neste campo, sobre o processo de formação e compromisso social implícito. As questões 'que fundamentos teóricos e epistemológicos são necessários para a formação em psicologia (social) comunitária?' e 'o que diferencia esta prática das demais?' surgem de diferentes maneiras e estão presentes em debates desde a graduação até pós-graduação. Agregam-se, também, aqui, reflexões e dilemas relativos ao compromisso ético-político da/na implementação de ações comunitárias e nas relações/parcerias entre profissionais e comunidade. E, entremeadado a isto tudo, surgem desafios sobre como captar, 'cientificamente', a dinâmica e a realidade comunitárias (muitas vezes consideradas "invisíveis" e pouco significativas aos parâmetros dos estudos mais formais) e como compreendê-las à luz das necessidades sentidas e vividas pela própria comunidade, sem produzir distorções quer sejam epistemológicas e/ou de planos assistencialistas e, principalmente, buscando ser coerente aos princípios de fortalecimento das redes de solidariedade e justiça no cotidiano comunitário. Depreendem-se indagações sobre que práticas, fundamentos e conhecimentos são necessários, na formação dos futuros profissionais em psicologia (social) comunitária, para viabilizar uma práxis comunitária comprometida com a realidade da população e produção de conhecimento socialmente relevante.

Essas perguntas referem-se a reflexões epistemológico-conceituais sobre: a) formação para pesquisa/investigação em comunidade e b) formação para prática/ação comunitária. Serão, aqui, desenvolvidas em torno de quatro aspectos/planos em que se destacam conhecimentos e instrumentais importantes para o fazer psicossocial em comunidade, quais sejam: a) plano interno à profissão e formação específica (psicologia social, política e social comunitária), analisando-se categorias conceituais presentes nos processos de inserção e familiarização comunitárias; b) plano das ações/relações entre profissional e comunidade, revelando desafios na compreensão das dinâmicas psicossociais e relações de poder; c) plano do registro etnográfico das trocas/negociações e tensões decorrentes dos trabalhos conjuntos (outros profissionais, lideranças comunitárias urbanas e rurais, stakeholders, instâncias filantrópicas e/ou representação institucional) que influenciam as propostas de ação comunitária e geram aproximações/distanciamentos com as políticas públicas afirmativas e compensatórias; d) plano da avaliação do próprio trabalho desenvolvido, envolvendo a diversidade de participantes, e gerando a necessidade de construção de indicadores (quali-quantitativos) que sejam representativos e sensíveis à história do trabalho comunitário e coletivo realizado. A construção e utilização de instrumentais analítico-conceituais, que captem a dinâmica comunitária, preservando sua dialética histórico-social, tem sido um dos grandes desafios à formação e prática em psicologia (social) comunitária, que seja comprometida com o fortalecimento da cidadania e participação comunitária, eliminando a desigualdade social e contribuindo para vida comunitária mais digna e justa em sua cotidianidade.

3 • Retos Actuales en la Enseñanza y la Praxis de la Psicología Comunitaria

Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela

En esta presentación se señalan críticamente aspectos relacionados con las influencias culturales y políticos, así como nuevos actores sociales que han desarrollado nuevas formas comunitarias, así como su influencia en la acción y en la enseñanza de la acción comunitaria. Tales transformaciones suponen la necesidad de analizar y modificar las formas tradicionales y aun algunas recientes, de la práctica psicológico-comunitaria, generando nuevos retos para esa línea de trabajo psicológico. Esos retos empiezan por la necesidad de revisar y analizar la definición de comunidad, si bien mucho de lo desarrollado en los últimos treinta años está todavía en vigencia, nuevas formas de generación de comunidades están exigiendo otras formas de acción, manteniendo las bases de la investigación-acción-participativa impulsada por Fals Borda (Pe.: Las comunidades híbridas, las comunidades que surgen debido a la necesidad inmediata de asegurar unión para subsistir). Entre los problemas que serán examinados y analizados están los siguientes: 1. El desdibujo de las comunidades tanto en el ámbito rural como en el urbano, una de cuyas causas son las migraciones. 2. La generación de nuevas comunidades a partir de esas mismas migraciones. 3. La difícil y a la vez necesaria relación entre trabajo comunitario y políticas públicas dirigidas a las comunidades. 4. La presencia y transformación de nuevos actores sociales en el ámbito comunitario: "malandros", migrantes, agentes estatales, entre otros. Entre los aspectos beneficiosos destacan los siguientes: 1. La

creación de coaliciones entre varias comunidades, que de esa manera se fortalecen y pueden atender mejor a sus necesidades. 2. La capacidad para incluir ayuda estatal e influir en la creación de políticas públicas beneficiosas para comunidades según sus necesidades. Punto este que contrasta con uno de los problemas, mostrando que el trabajo comunitario no ocurre en un único sentido. 3. Un problema-reto es la confusión que se puede observar en muchos trabajos publicados en revistas de alto reconocimiento e impacto, en las cuales el objeto de la acción psicológica consiste en muestras de miles de personas elegidas al azar, e incluso muestras genéricas de todo un país. De esa manera, la noción y la acción de la comunidad desaparece. Finalmente, se busca en esta presentación, hacer una llamada de atención a las transformaciones y retos, a fin de producir respuestas en las cuales se refleje la praxis comunitaria, a la vez que se produzcan respuestas útiles para las comunidades.

Red de Ética en la formación de Psicología Comunitaria en Latinoamérica

Jorge Castellá Sarriera, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A América Latina pode ser considerada uma das regiões onde haveria mais difusão da Psicologia Comunitária nos cursos de formação em Psicologia. No entanto, deve-se entender a Psicologia Comunitária como fortemente vinculada ao desenvolvimento de interações e ações nas comunidades dos países latino americano. Igualmente, a compreensão da centralidade da ética nessas formações e intervenções deveriam ser basais. Assim, a criação da Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria seria esse espaço para agregar professores, pesquisados, estudantes e profissionais de vários países latino americanos com esse compromisso de refletir e apontar diretrizes para a formação em Psicologia Comunitária. Assim, se constitui igualmente a criação da pesquisa internacional com a participação de Peru, Chile, Venezuela, Colômbia, Equador e Brasil sobre Ética na Formação em Psicologia Comunitária na América Latina. Essa pesquisa de cooperação entre vários países tem o objetivo de istematizar, descrever e analisar como se manifesta a dimensão ética na formação em Psicologia Comunitária nas Instituições de Ensino Superior na América Latina. Assim, esse simposio tem como objetivo apresentar a Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria e os principais resultados da pesquisa sobre ética no Brasil e no Uruguay. Dessa maneira, uma professora do Peru irá explanar sobre a proposta de criação da Red Latina e suas principais atividades, demonstrando seu impacto na formação em Psicologia Comunitária dos países envolvidos. Em seguida, outra professora do Uruguay irá evidenciar resultados da pesquisa sobre ética em seu país, tratando especificamente sobre a trajetória de ensino da disciplina de Psicologia Comunitária e como os estudantes percebem a importância da dimensão ética. Também, nesse trabalho, haverá a discussão sobre o papel da ética na universidade atualmente. Por fim, um professor do Brasil concluirá com os resultados desse pesquisa em território brasileiro, apontando diferenças regionais no ensino da ética e a dificuldade dessa temática estar presente nas disciplinas de Psicologia Comunitária encontradas. Assim, compreende-se que esse simpósio seria um importante espaço de contribuição para o eixo acadêmico da Conferência e para a própria temática central do evento, porque estaria relacionado com um

tema relevante e imprescindível para a Psicologia Comunitária como ciência e para as intervenções desenvolvidas nas comunidades. A questão ética é basal para o desenvolvimento de intervenções que sejam promotoras de libertação, prevenindo a construção de práticas que sejam mantenedoras de estratégias de opressão veladas.

1 • Ética na formação em Psicologia Comunitária no Brasil

Jorge Castellá Sarriera, James Ferreira Moura Jr e Anelise Rodrigues,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Alana Alencar Braga,
Universidade Federal do Ceará

A postura ética em Psicologia deve ser central na formação dos futuros profissionais. Assim, os trabalhos e intervenções desenvolvidos nas comunidades tem que estar respaldados por posturas de respeito, de valorização e de cuidado com os moradores. As disciplinas e os estágios em Psicologia Comunitária deveriam ser espaços formativos em que a ética deveria ter lugar prioritário. Assim, como forma de compreender o panorama de ensino da ética em Psicologia Comunitária, esta investigação tem como objetivos: sistematizar, descrever e analisar como se manifesta a dimensão ética na formação em Psicologia Comunitária nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Esta investigação faz parte de um projeto de cooperação internacional organizado pela Red Latino americana de Formación em Psicología Comunitária e conta com diversos países da América do Sul. Primeiramente, este trabalho teve como metodologia o mapeamento das universidades com cursos de graduação em Psicologia no Brasil. Em seguida, essas universidades foram contactadas por email ou telefone para identificação da existência de disciplinas de Psicologia Comunitária e afins. Além disso, era solicitado o envio dos programas das disciplinas para serem analisados. Essa análise se referiu a uma análise de conteúdo sobre os seguintes temas por meio do software Atlas.ti: concepção de ética e de que modo e como se ensina ética. Como resultados mais gerais, foram contatados 488 cursos de Psicologia no Brasil. 106 cursos não tinham informações suficientes sobre Psicologia Comunitária. 126 não ofertavam Psicologia Comunitária ou disciplinas correlacionadas em sua matriz curricular. Assim, foram encontradas 256 disciplinas de Psicologia Comunitária ou relacionadas, sendo que 185 são obrigatória, 17 optativas, 11 eletivas e 43 sem informação. Dentre elas, 62 possuem ementa para ser analisada. Dos resultados das ementas, identificou-se que somente 4 ementas traziam a concepção de ética de forma literal. Outras 4 ementas focavam suas considerações nos direitos humanos e na promoção da igualdade que foram compreendidos como relacionados a ética. No entanto, somente duas ementas no universo de 62 apresentavam um método de ensino relacionado a ética. Apresentavam, então, ações relacionadas a observação da comunidade e a elaboração de um projeto de intervenção. É importante salientar que este trabalho situa-se no eixo acadêmico, porque visa discutir como as formações em Psicologia Comunitária pautam o lugar da ética nesse campo de atuação. Igualmente, visa responder um limite contemporâneo da Psicologia Comunitária quando apresenta um panorama sobre a realidade de formação. Assim, aponta igualmente saídas para o desenvolvimento de atitudes mais engajadas e éticas no desenvolvimento da formação e intervenções em Psicologia Comunitária.

2 • Psicología Comunitaria en Uruguay. Ética y formación.

Patricia de la Cuesta, Universidad de la República, Alicia Rodríguez, Sonia Mosquer y Gabby Recto, Universidad del Uruguay

Presentamos los resultados de la primer etapa del estudio sobre la presencia de la dimensión ética en Psicología Comunitaria en la formación de los psicólogos en la Universidad de la República, Uruguay. El mismo es parte de la investigación "Ética en la formación en Psicología Comunitaria en Latinoamérica", que se lleva adelante entre distintos países que forman parte de la Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria. La perspectiva conceptual del estudio realizado en Uruguay, se nutre fundamentalmente de los aportes del filósofo José Luis Rebellato (1995), quien analiza la ética en la encrucijada en la que nos ha colocado el modelo neoliberal al producir crecientes niveles de exclusión y desigualdad social, en el marco de una cultura de la desesperanza. El problema de investigación surge a partir de la necesidad de analizar el modo en que la ética se integra en la formación y en el trabajo con las comunidades, entendiendo que no siempre se ve reflejada en las intervenciones, a pesar de la jerarquía que tiene esta dimensión en el paradigma que sustenta a la Psicología Comunitaria (Montero, 2004). Consideramos prioritario revisar el modo en que la ética es incluida en la formación profesional y académica de grado y posgrado, a fin de contribuir en la mejora de dicha formación y en el trabajo con las comunidades. Es una investigación de tipo exploratorio-descriptivo realizada con las siguientes técnicas: revisión y análisis de planes de cursos curriculares de grado y grupos de discusión con docentes y estudiantes vinculados al desarrollo de prácticas formativas en Psicología Comunitaria. Realizamos la revisión de los planes de asignaturas específicas y afines del Plan de Estudios implementado entre los años 1988 y 2012, identificando la dimensión ética en sus contenidos, bibliografías y en metodológicas de enseñanza. De los resultados obtenidos surge que la presencia de la Psicología Comunitaria en la formación es dispersa. Si bien la dimensión ética, como eje de la formación, tiene una fuerte presencia en los discursos de los diferentes actores, eso no se corrobora explícitamente en los planes. Es escaso el peso que tienen los componentes normativos (código de ética profesional y ética en la investigación) en dichos planes. En los grupos de discusión se debatió en relación a qué modalidad curricular debería primar, sea como curso específico, transversal o ambas, y sobre si es posible distinguir una ética en Psicología Comunitaria y una ética de la psicología en general. La reflexión grupal sobre la práctica se presenta como elemento esencial para la formación en el trabajo comunitario, sin quedar claro el papel de la especificidad de la reflexión ética en el mismo. Finalmente se analiza la dimensión ética en la universidad pública hoy. A partir de la discusión de estos resultados proponemos un debate con los y las investigadores/as de la Red acerca del carácter de las propuestas pedagógicas que atiendan la inclusión explícita y sistemática de la dimensión ética en la formación de grado en Psicología Comunitaria.

3 • Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria: desarrollo e investigación

Tesania Velázquez, Pontificia Universidad Católica del Perú

La Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria es un espacio de intercambio académico entre diferentes países de la región que tiene como objetivo promover la cooperación entre las instituciones con el fin de realizar, conjuntamente, actividades de índole académica centradas en la formación de la Psicología Comunitaria en Latinoamérica. El proyecto de investigación Ética en la Formación de Psicología Comunitaria en Latinoamérica responde a la necesidad de reflexionar sobre el desarrollo de la psicología y de la formación con pertinencia social. La pertinencia de este proyecto, está dada en primer lugar, por la necesidad que tiene la Psicología Comunitaria de Latinoamérica, de conocer como se está desarrollando el componente ético o dimensión ética en los procesos de formación de profesionales y en la praxis. En segundo lugar, por el sentido que la Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria, ha dado a la ética como aspecto estructural en la formación y ejercicio profesional, lo cual ha sido un interés de diferentes países de Centro América y Latinoamérica miembros de la Red. Esta investigación se lleva a cabo en diferentes países de la región como Brasil, Colombia, Ecuador, México, Perú, Uruguay y Venezuela de manera conjunta bajo la coordinación de la Dra. María Inés Winkler (Chile). El objetivo de la investigación es generar puntos de encuentro para la región, pero respetando las especificidades de cada país. En esta primera etapa de la investigación se realizará la revisión de mallas curriculares (Planes de Estudio) y sílabos de Psicología Comunitaria o de algunos cursos afines de las universidades que enseñan Psicología en los diferentes países. La dimensión de la investigación será local o nacional dependiendo de las posibilidades de cada país. La investigación busca trazar una primera mirada a este tema en Latinoamérica, para luego sugerir y aportar en la incorporación de un énfasis mayor en la enseñanza y en la formación de los y las psicólogos comunitarios de la ética en el trabajo con las comunidades a fin de que cada día el trabajo con las poblaciones sea más respetuoso. Esta ponencia presenta el desarrollo de la Red y de la investigación de ética, evidenciando las posibilidades que genera el trabajo en red así como los desafíos.

A pobreza a partir de diferentes contextos: Brasil e México em foco

Teresita Castillo, Universidad Autónoma de Yucatán

La pobreza generalmente es abordada a partir de una perspectiva de la insuficiencia de ingresos. Sin embargo, es necesario ampliar esa concepción, e incluir factores sociales, psicológicos y estructurales en su constitución. Así, partiendo del Abordaje de las Capacidades, se comprende la situación de pobreza como privación de las libertades afectadas por la heterogeneidad de individuos y de contextos sociales y territoriales. Se entiende la necesidad de realizar estudios comparativos sobre el impacto de la realidad de la pobreza en la vida de los individuos pobres. De este modo, se propone un simposio sobre las diferentes realidades latino americanas de pobreza de dos ciudades brasileñas y una mexicana. Así, se tiene como objetivo analizar la pobreza a partir

de diferentes dimensiones psicosociales en Brasil y en México. Este simposio se configura como una respuesta a la temática central de la conferencia sobre los desafíos contemporáneos mundiales de la Psicología Comunitaria. Brasil y México son los países con realidades de desigualdad social y pobreza semejantes. Son países que vienen pasando por importantes cambios durante los últimos años pero donde la pobreza aún continúa como una problemática central en sus realidades. Como forma de entender cómo se constituye esa pobreza actual, hay la necesidad de construir comprensiones conjuntas sobre dichas realidades nacionales semejantes y contrastar sus especificidades. Se observa la importancia de este simposio para contribuir a dar un mayor entendimiento sobre este desafío contemporáneo. Del mismo modo, este simposio está vinculado con el eje Ética planetaria e defensa de la vida, porque se entiende la pobreza como una situación de opresión que precisa ser transformada. Sin embargo, el enfrentamiento de esa realidad solamente puede ser efectiva con la comprensión sistemática, analítica y multidimensional sobre este fenómeno para la construcción de acciones e intervenciones más eficientes en Psicología Comunitaria. Con esto, habrá una presentación relacionada con la realidad de pobreza de un estado en sur del Brasil con mejores condiciones socio económicas y menos desigualdad social. Otro trabajo estará relacionado con las consideraciones sobre la pobreza en la segunda capital brasileña más violenta del país y la quinta ciudad con mayor desigualdad social en el mundo. Igualmente, habrá una presentación sobre el impacto de la pobreza en la ciudad de Mérida, en el sureste México, que es una de las zonas más pobres del país. Así, el estudio pretende contribuir a un mayor entendimiento de los impactos psicosociales de la pobreza de forma comparativa, subsidiando el desarrollo de tecnologías sociales para el refinamiento de las políticas públicas dirigidas a personas en situación de pobreza en Brasil y en México.

1 • Impacto da pobreza na Vergonha e na Humilhação de indivíduos pobres do Rio Grande do Sul e do Ceará

James Ferreira Moura Jr e Jorge Castellá Sarriera, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Verônica Morais Ximenes, Universidade Federal do Ceará

A pobreza é entendida como uma ferramenta de manutenção do status quo. Assim, a vergonha e a humilhação causadas pela pobreza podem representar essa estratégia de manutenção da desigualdade social, porque enfraquecem, desagregam e isolam os indivíduos. Dessa maneira, tem-se como objetivo dessa apresentação analisar a relação entre vergonha/humilhação e o bem estar de indivíduos em diferentes faixas de renda em dois estados brasileiros. Assim, foi realizado um estudo quantitativo em uma amostra de 731 pessoas, sendo 417 do estado do Ceará e 314 do estado do Rio Grande do Sul. Foram utilizadas escalas para mensurar a vergonha e a humilhação. Foram realizadas Análises de Regressão Múltipla (ARM) para identificar quais variáveis seriam preditoras do BEP. E Análises de Variância e Análises Multivariada de Variância (MANOVA) para observar se os índices de vergonha e de humilhação variavam entre os diferentes grupos relacionados a renda e ao estado de moradia. Na MANOVA, observa-se que há diferenças significativas na interação entre as duas variáveis dependentes (vergonha e humilhação) entre os residentes nos dois estados brasileiros. A partir de ANOVAs, foram identificados os seguintes diferenças significativa: os cearenses sentem mais vergonha que os gaúchos;

os indivíduos residentes no Ceará tem maiores índices de experiência de humilhação do que os residentes no Rio Grande do Sul. Também, foi realizada uma MANOVA para identificar diferenças entre os índices de vergonha e humilhação a partir de diferentes faixas de renda nos dois Estados. Não foi identificado diferenças significativa na interação das variáveis nos estados relacionados a diferentes faixas de renda. Somente a partir de uma ANOVA, identifica-se que há diferença significativa entre as diferentes faixas de renda com a variável vergonha no RS. Assim, os gaúchos que ganham mais de 339 reais tem menos vergonha que aqueles que ganham até 339 reais. Resultado idêntico ocorreu no Ceará. Sobre os resultados de uma maneira geral das Análises de Variância, foi observado que as pessoas que moravam no Rio Grande do Sul portavam índices mais baixos de vergonha e de humilhação, inclusive quando se comparava as diferentes faixas de renda. É provável que os cearenses sintam mais vergonha e sejam mais humilhados por conta da realidade de desigualdade social que é mais presente no Ceará do que no Rio Grande do Sul. No entanto, quando se analisa essas diferenças a partir da renda, somente a diferença entre as médias da vergonha é significativa. É importante salientar também que a situação de humilhação pode ser difícil de ser compreendida pelas pessoas humilhadas, porque está relacionada a um sentimento de indignação. Quando a realidade social é de opressão, o fatalismo e o conformismo estão geralmente presentes, dificultando a compreensão crítica sobre os sofrimentos vividos. Assim, compreende-se a necessidade de elaborar intervenções em Psicologia Comunitária que estejam relacionadas ao fortalecimento da identidade e a problematização da realidade como estratégia de transformação dessas práticas de opressão presentes em níveis regionais e monetários. Por isso, esse trabalho se insere no eixo ética planetária na defesa pela vida.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

2 • Comparações entre contextos urbanos e rurais no Ceará/ Brasil a partir da perspectiva multidimensional da pobreza

Lorena Brito da Silva e Verônica Moraes Ximenes, Universidade Federal do Ceará, James Ferreira Moura Jr., Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Partindo de uma perspectiva monetária e unidimensional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2011), no Nordeste a pobreza encontra-se em 35,4% na zona rural e 11,7% na zona urbana, justificando a relevância da pesquisa nesta região. A vivência em condições de pobreza possui implicações concretas e subjetivas no desenvolvimento do psiquismo e nos modos de viver, perspectiva que exige que a Psicologia rompa com a teorização utilitarista e monetária deste fenômeno e avance em direção ao comprometimento ético, social e multidimensional. Assim, este trabalho tem como objetivo comparar a pobreza de uma comunidade da zona urbana e outra da zona rural a partir da perspectiva multidimensional. Foi utilizada a uma perspectiva quantitativa. Participaram 417 pessoas do estado do Ceará, sendo 209 pessoas da zona urbana (Bom Jardim) e 206 pessoas da zona rural (Canafístula). Dentre os instrumentos da pesquisa foi construído um questionário de pobreza multidimensional que possibilitou abordar diferentes níveis da pobreza (habitação, trabalho/escolaridade, renda, saúde e aspectos subjetivos da pobreza). Para a mensuração de indicadores relacionados à

pobreza multidimensional de forma complexa, utilizamos uma metodologia dos conjuntos fuzzy, tendo sido realizados testes de Análise de Regressão Múltipla (ARM) por meio do procedimento stepwise, e Análise Multivariada de Variância (MANOVA). Dentre os principais resultados da MANOVA, identificou-se que há diferença relacionada à pobreza nas dimensões escolaridade/trabalho e moradia nos moradores das duas zonas. Os moradores da zona rural eram mais pobres multidimensionais que os residentes na zona urbana, deflagrando que a comunidade rural enfrenta maiores problemas de acesso às políticas públicas voltadas para a escola e habitação, repercutindo uma maior necessidade de investimento nesta região quanto a estes aspectos. No que diz respeito a dimensão dos aspectos subjetivos da pobreza, os residentes na zona urbana são mais pobres que aquelas pessoas que vivem na área rural. Na ARM, os aspectos subjetivos da pobreza funcionaram como variável dependente e as outras dimensões como variáveis independentes. Assim, no contexto urbano, as variáveis escolaridade e trabalho são preditoras da dimensão subjetiva da pobreza, e no contexto rural apenas a dimensão renda tem relação significativa. Verifica-se a presença de ideias, pensamentos e sentimentos fatalistas mais na área rural, porque somente percebem a pobreza como relacionada a privação monetária, fazendo com que os sujeitos aceitem os acontecimentos passivamente, sem questionamentos ou inquietações acerca da estrutura desigual da realidade social. Na área urbana, há uma ampliação dessa concepção da pobreza quando ela é percebida também relacionado ao trabalho e a educação. Assim, esse trabalho se insere no eixo Ética planetária na defesa da vida, porque, ao compreender a pobreza enquanto um fenômeno multidimensional, marcado por elementos políticos, simbólicos e ideológicos, problematiza-se os saberes psicológicos a fim de reinventar e construir referenciais teórico-metodológicos em Psicologia Comunitária que geralmente tem as comunidades pobres como seu principal público de atuação.

3 • Bienestar personal y la esperanza en población en condición de pobreza en Mérida, México

Teresita Castillo y Carlos David Carrillo Trujillo, Universidad Autónoma de Yucatán

El Consejo Nacional de Evaluación (2013), encargado de evaluar las políticas públicas de desarrollo social de México, reporta que el país, si bien ha disminuido ligeramente en su nivel de pobreza en la última década, el número absoluto de personas en situación de pobreza ha aumentado considerablemente. Particularmente, la región sureste del país incluye a varios de los estados más pobres del país, entre los que se encuentra el estado de Yucatán. Este estado tiene a la mitad de su población de cerca de dos millones de habitantes, en nivel de pobreza y la mitad de ésta en condiciones de pobreza extrema. Si bien las zonas más pobres del país y del estado de Yucatán se encuentran en las zonas rurales, en el caso particular de Yucatán, la zona metropolitana de Mérida, la capital del estado, presenta niveles importantes de pobreza, al grado de haber sido incluida como uno de los municipios dentro de la Cruzada contra el Hambre, programa recientemente establecido por el gobierno federal, como una de las estrategias para combatir la pobreza en el país. Es por ello que los profesionales de diversas disciplinas, incluyendo

la psicología, no pueden mantenerse ajenos y no asumir su responsabilidad social que como profesionales y ciudadanos les corresponde. De ahí la importancia que la Psicología en particular, se avoque a conocer mejor este fenómeno social, lo que significa y representa para las personas que la viven, los principales recursos, los obstáculos, así como las consecuencias que vivir en esta condición presentan. En este contexto se realiza la presente investigación, que se lleva a cabo en colaboración con universidades de Brasil, lo cual permitirá lograr una mayor comprensión del fenómeno que permita posteriormente diseñar e implementar acciones con el fin de contrarrestar este fenómeno social. El presente trabajo expone los resultados preliminares en la primera fase del estudio en México que corresponde a la investigación realizada con 200 personas en dos colonias del sur de la ciudad de Mérida, considerada como una zona de alta marginalidad por los organismos oficiales del país. Se reportan particularmente los resultados en cuanto a las escalas de Bienestar Personal (Cummins, 2003) y de Esperanza (Satori & rossi, 2008) utilizadas en la investigación, los cuales se analizan y discuten en cuanto a la posibilidad de dimensionar y/o redimensionar lo que implica vivir en situación de pobreza para las personas inmersas en ella y la acción de la psicología social en este campo.

Explorations Towards a Decolonizing Psychology

Carolina Muñoz Proto, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

Introduction: This roundtable will focus on the practice of decolonizing community psychology. Each presenter will contribute a reflection on their own experiences attempting to decolonize their practices as research psychologists and community practitioners. Together, these reflections will contribute to a discussion of decolonizing psychology, broadly as the process of acknowledging and transforming identities, theories, methods and practices that perpetuate colonial and neocolonial relationships, ideologies, and projects within community psychology and the groups, institutions, societies and countries where psychologists carry out their work. **Purpose:** The purpose of this roundtable is to create an opportunity for dialogue and discussion about some of the reflexive challenges. In addition, this symposium will contribute to scholarly dialogues about the methodological and theoretical tools that psychologists can employ in the task of decolonization of community psychology. The discussion will incorporate questions about role of ethics and subjectivity in the work of accompanying liberatory processes, in the task of choosing how and with whom to carry out research, and in the practice of documenting both collective memory and collective imagination in post/neo/colonial contexts. The discussion will be framed by Thematic Axis 5 (Ethics in global dimension and in life's defense) and will tackle some of the central questions of this thematic axis, such as: How should community psychologists working towards liberation, peace, inclusion, and war deal with the colonial legacy that define some of their identities, practices, and contexts? How can community psychology contribute to the process of decolonizing the broader discipline of psychology as well as the societies and environment where we work? How would an explicitly decolonizing psychology contribute to the defense of life, especially in through the work of promoting democracy, reconciliation, and justice within communities and social movements? **Methodology:** Each of the presentations will focus on

a specific concept, challenge, or practice related to decolonial psychology and its impact on psychologists work with and within specific communities. Mary Watkins will contribute to the discussion a reflection on the theory and practice of accompaniment as an increasingly important practice that can forge liberatory relationships and alliances between psychologists and communities. Carolina Muñoz Proto will discuss the strengths, challenges, and pitfalls of participatory archiving as a decolonizing tool in community-based psychology. Puleng Segalo will contribute to the discussion of the myth of universality and the need for decolonizing material analysis theory, generated through participatory action research. Together, the three contributing authors will touch on issues of practice, method, and theory.

1 • Accompaniment: Psychosocial, Environmental, Trans-Species, Earth

Mary Watkins, Pacifica Graduate Institute

The idea and practice of “accompaniment” emerged in liberation theology in Latin America, and migrated into liberatory forms of psychology as “psychosocial accompaniment.” “Psychosocial accompaniment” arose as a role for psychologists that is distinct from that of psychotherapist or psychological researcher, though it often includes elements of these. This presentation advocates for a paradigm shift in psychology toward the activity and ethics of accompaniment (psychosocial, environmental, trans-species, and earth), and explores these from a phenomenological perspective, highlighting differences from more mainstream stances in psychology. “Accompaniment” is a term currently used in social medicine, peace activism, human rights, pastoral support, and social and liberation psychology. The concept is used when speaking of accompanying the ill who are also poor, those caught in prison and detention systems, political dissidents, those suffering occupation, victims of torture and other forms of violence, those forcibly displaced, those suffering from human rights violations, and those attempting to live peacefully in the face of paramilitary and military violence. To accompany requires a psychic decolonization of the psychologist. To be able to accompany, rather than distance oneself as an expert, requires a reorientation of the subjectivity, the interpersonal practices, and the critical understanding of the accompanier so that (s)he can stand alongside others who desire listening, witnessing, advocacy, space to develop critical inquiry and research, and joint action to address desired and needed changes. Psychosocial accompaniment is rooted in an interdependent understanding of psychological and community well-being, not in an individualistic paradigm of psychological suffering. The one who accompanies holds the individual's suffering and well-being in the light of the sociocultural and historical context, making conscientization the cornerstone of the practice. Insofar as psychological and community symptoms memorialize violations that have occurred, the one who accompanies is also a witness. This witnessing is a particularly crucial antidote when the events or conditions suffered have been repressed or denied by the wider culture. The creation of opportunities for testimony enables those who have suffered violence and social exclusion to exercise their agency and to bring their experience into the public arena to be acknowledged and witnessed. Such opportunities

for testimony may help to restore or strengthen self-respect and a sense of oneself as an agent, in addition to educating a wider public about needed changes. Efforts to decolonize psychology require careful attention to the psychic decolonization of its practitioners and to the cultivation of decolonizing interpersonal practices that provide a relational and ethical foundation for joint research, restorative healing, and transformative action. Such practices endeavor through dialogue to build mutual respect and understanding, effective solidarity, and contribute to the empowerment of those marginalized. The decolonization of psychology should enable practitioners to be more effective in working for increased social, economic, and environmental justice, peace building and reconciliation, and local and global ecological sustainability.

2 • Participatory Archiving as a Decolonial Tool in Community-based Research

Carolina Muñoz Proto, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

Based on interdisciplinary debates about archives and on methodological reflections about a participatory archiving project carried out in the countries of the Andes, this presentation will discuss archives as a decolonial tool. The presentation will examine the case of Memoscopio, a participatory action research project that created an archive of testimonies as a way to document and study grassroots peace and nonviolence activism. The project was playfully described as: *Me•mos•co•pio* \me-mō -skōpēō-\ noun [from memory + kaleidoscope]: (1) A collective act of memory and creation; (2) An online archive of testimonies about the World March. This term, used to describe the project and its products, meant to reclaim archives and testimonies as tools for a radical imagination about peace. In contrast with more traditional approaches in psychology such as surveys, structured interviews, or observation, the use of archives and testimonies highlights the transformatory dimensions of peacebuilding, memory, and imagination. The process of peacebuilding implies transforming relationships and structures in order to minimize injustice, exclusion, exploitation, and other forms of structural violence (Christie, 2006; Reardon & Cabezudo, 2002). Similarly, the process of remembering the past and crafting collective memories about peace initiatives often require breaking through censorship, silencing, and misrepresentations. And the process of imagining political and cultural alternatives for the future involves breaking through hopelessness, rejecting master narratives, and creating space for the new and different. Each of these activities takes place in, refers to, or seeks to transform neo/post/colonial wounds. Within these contexts, Memoscopio attempted to use archiving as a tool to undo representational exclusion and to protect and promote multiplicity and diversity. Drawing from the vast theory on archives, the presentation will discuss the ways in which the Memoscopio archive was, or not, a postcolonial archive. Among other questions, this analysis will address whether Memoscopio's approach succeeded in protecting multiple versions of history and in dismantling local and global master narratives that deny former colonial subjects full citizenship and dignity. Finally, the presentation will discuss how in the making of postcolonial and otherwise radical archives we must think critically about how digitization and alternative media may have counter-intuitive effects on subaltern histories and communities.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

3 • Towards a Decolonial Theorizing: Breaking the 'Universality' Myth

Puleng Segalo, University of South Africa

Decades after the rise of anticolonial thought, people around the world continue to have their voices, desires, and movements restricted, and their pasts and futures are told on their behalf. And yet, harvesting and circulating "voices unheard" can, as Macleod and Bhatia (2008) have argued, reproduce the process of speaking for others, even under the guise of 'meaning well'; enacting perhaps the soft side of the colonizing project. I have had the opportunity to conduct research, analyze data, and make interpretations of the findings. While this has been a useful enterprise, I cannot help but think about my role as a contributor towards epistemological violence... how much of my participants' voices are audible in my reporting of what they shared with me? To what extent did I treat them as the 'other' by speaking on their behalf? These are some of the issues I constantly battle with in my pursuit of knowledge creation. How much of our data allow space for multiple interpretations? The attempt for universality and quest for generalizability does not leave enough space for various ways of meaning making. It is therefore important that we constantly step back and critically look at our work and who/what it speaks to. There is a need to move towards a critical participatory action research that acknowledges collaborative and collective knowledge production. This presentation will argue that one of the ways to move towards decolonization of knowledge is acknowledging and drawing from already existing perceptions/views of the world as people experience and understand it. Drawing briefly from an embroidery research project, this presentation intends to highlight the need for a material analysis and evidence that are produced through transformatory action and lived experience. It is essential to critique the lenses we use when theorizing; to take seriously the voice of the subject (subaltern); and to acknowledge and dismantle the coloniality of knowledge that continues to be ethnocentric/Eurocentric. There is a need for a decolonizing of knowledge that offers space for the realization of more than one centre of knowing. The presentation will call for languages and dialects that reflect and respect local traditions, and at the same time expose oppressive dynamics of power.

La salud humana en tanto manifestación primordial de la vida y ámbito de exigencias éticas y morales fundamentales.

Enrique Teófilo Saforcada, Universidad de Buenos Aires

Introducción: Debe convocar a la reflexión que el eje 5 de esta 5ª Conferencia Internacional, eje que trata de la defensa de la vida y la ética, no haya incluido entre los tópicos propuestos la salud. Es lo habitual en múltiples circunstancias (eventos, áreas de trabajo, etc.) que se apele al tema de la vida y se excluya el proceso de salud. La psicología debe recurrir a la reflexión introspectiva, uno de sus principales recursos de trabajo, a fin de encontrar las motivaciones, componentes valorativo-actitudinales, cargas ideológicas que pueden llevar a considerar la salud como no pertinente a la ética y la defensa de la vida en su dimensión planetaria. Objetivo: Este simposio propone reflexionar sobre las características de la medicina y la psicología dominantes en nuestras sociedades,

su carácter autoritario y seudocientífico, sumado a sus frecuentes violaciones de elementales principios morales y éticos manifiestas en la formación universitaria, en las prácticas y en los procesos de control y disciplinamiento de la sociedades a partir de fines del siglo XVIII. La psicología fue entrando en el desempeño de estos roles en el último tercio del siglo XX. No solo responden estas profesiones a esos requerimientos sociopolíticos de sujeción de la sociedad sino que son funcionales, primordialmente, a los poderes fácticos del complejo industrial / profesional corporativo que usufructúa el mercado de la enfermedad casi sin limitaciones ante la vulneración de derechos humanos, autoestimas y otras manifestaciones de la integridad y libertad humanas. Metodología: Este simposio integra tres presentaciones: 1) El devenir histórico de la medicina y la psicología occidentales; 2) La progresiva metamorfosis de la formación de los profesionales de la salud en el siglo XX; 3) La relación de la medicina con las poblaciones en el primer nivel de atención. La primera presentación abordará el tema del giro copernicano de la medicina occidental hacia el final de la Edad Media y la posterior medicalización y psicopatologización de las sociedades. La segunda, tratará los progresivos cambios que se operaron en los currículos de las carreras de medicina y en las características de la formación práctica de estos profesionales. La tercera, versará sobre la deshumanización de la medicina en el contacto con las poblaciones en el Primer Nivel de Atención y algunas alternativas para re-humanizarlo. Resultados: Generar un espacio de reflexión que tienda a caracterizar con lucidez el campo de la salud pública, destacando el rol crítico y constructivo de la psicología comunitaria al respecto. Dar relieve a los núcleos principales de todo análisis que intente poner luz en la comprensión de la relación entre salud pública y desarrollo integral, autodeterminación y vulnerabilidad nacional. Conclusiones: Trazar líneas posibles de nuevos desempeños de la psicología comunitaria en cuanto a su función develadora.

1 • El devenir histórico de la medicina y la psicología occidentales.

Enrique Teófilo Saforcada, Universidad de Buenos Aires

La medicina occidental tiene sus raíces en la antigua medicina grecorromana, higienista como todas las medicinas que han existido y existen en las otras corrientes culturales. Los saberes hipocráticos priorizaban la protección y promoción de la salud por sobre la atención de la enfermedad. En la Edad Media el cristianismo, religión del Estado Romano desde el siglo IV, fue haciéndose cargo del control y disciplinamiento social interpretando la enfermedad como fenómeno sobrenatural; ante la enfermedad la respuesta era las penitencias y sacrificios; la locura era considerada un estado de posesión demoníaca, etcétera. Hacia el final de este período histórico, finales del siglo XV, el poder de la religión fue decayendo a la vez que en la medicina occidental se produce un giro copernicano pasando de higienista a totalmente patogenista. Figuras como Vesalio, Fracastoro y Paracelso, entre otros, nace la clínica, se postulan como único quehacer médico la atención de la enfermedad y la comprensión de la misma a través del puro observar a los individuos enfermos descontextuados y yacentes (clínice: lecho). Rechazan la fitoterapia propia del higienismo (remedios no tóxicos) y plantean el uso de remedios en base a minerales (azufre, mercurio, etc.), marcadamente tóxicos, comenzando el desarrollo de una medicina

marcadamente agresiva generadora de grandes sufrimientos adicionales al natural de la enfermedad. Occidente asocia la cura al sufrimiento, algo similar al planteo del cristianismo imperante con la diferencia que los fundamentos epistémicos eran diferentes, el religioso implicaba calamar la ofensa inferida al Dios, en la medicina era pura agresividad propia de la cultura occidental, amalgama de la romana y las de los pueblos nórdicos (vikings, visigodos, normandos, etc.) que ya dominaban la Europa meridional. Al respecto resultan interesantes los desarrollos de Kothari y Mehta sobre la violencia en la medicina moderna de occidente.

Esta línea de desarrollo, basada en el individuo y en una clínica restrictiva (se limita al empleo solo de una disciplina para comprender y solucionar el problema de la enfermedad: la biología o la psicología), avanza hasta nuestros días en la medicina y en la psicología clínica -surgida en el deslinde de los siglos XIX y XX- con algunos logros y una inmensidad de fracasos por parte de ambas disciplinas. Téngase en cuenta que recién al finalizar el primer cuarto del siglo XX la medicina llega a contar con una técnica científicamente validada: las sulfamidas; en la década del '30 se descubre la penicilina. Antes fue pura agresión con consecuencias desastrosas (sangrías, trepanaciones, ventosas, purgantes, centrifugaciones de las personas, etc.), en opinión de tratadistas como McKewon las sangrías mataron más gente que las epidemias. Nada sustenta con seriedad que la medicina de hoy presionada y/o motivada por desmedidos afanes de lucro y con tecnologías infinitamente más lesivas e injuriosas no involucre grandes fracasos en perjuicio de la salud humana. Las determinaciones de Bárbara Starfield, que ubican al sistema de salud de Estados Unidos como la tercera causa de muerte en este país, apuntan en este sentido.

2 • El devenir de la formación de profesionales de medicina y psicología: perspectiva ética en relación con la salud de las comunidades.

Francisco José Morales Calatayud, Universidad de la República

El tema de la salud de las comunidades debe ser un aspecto central en el debate ético de nuestro tiempo, de particular importancia para el bienestar, la calidad de vida, el desarrollo humano y la inclusión de grandes grupos de personas. Su tratamiento debe abarcar diversas facetas, una muy importante es la que tiene que ver con la formación de profesionales de disciplinas relevantes en ese campo, como la medicina y la psicología, especialmente en lo que respecta a los valores, actitudes y habilidades para el desempeño en los escenarios reales de las comunidades. Los objetivos de esta ponencia son: 1) Reflexionar sobre los presupuestos de los modelos de formación de médicos y psicólogos, en particular en la perspectiva ética de los mismos en relación con la praxis en las comunidades; 2) Identificar etapas en la evolución de estos modelos; 3) Presentar propuestas para profundizar en la integración de una perspectiva ética orientada a la salud de las comunidades en la formación de profesionales de la salud.

Se realiza la revisión de documentos que han orientado la formación de médicos y psicólogo, documentos sobre el tema producidos por organismos internacionales, planes de estudio, así como artículos y otros textos

relacionados. La formación de los profesionales de la salud se organizó en una primera etapa, bajo la influencia de una concepción restrictiva del proceso salud-enfermedad, centrado en la clínica, con pobre contextualización de los procesos sociales, extendiéndose un modelo de enseñanza-aprendizaje basado en la enfermedad más que en la salud, centrado en la figura del médico, hospitalario y estratificado, dirigido a la "cura" de la "patología" y reforzador de la representación del "paciente" (sujeto pasivo). La formación profesional de psicólogos, estuvo influenciada por este modelo en la conformación del rol de "psicólogo clínico". En el último tercio del siglo XX diferentes factores condujeron a la relevancia de los procesos sociales en la salud y a destacar la necesidad de introducir cambios en la formación de profesionales, orientados a la salud de las comunidades. Sin embargo, la visión de tal necesidad ha enfrentado obstáculos. Una proyección de salud comunitaria permitiría la evolución hacia una ética de la solidaridad que debe ser coherente con la formación centrada en la salud positiva y la participación. Se propone un instrumento para aplicar a la caracterización de planes de estudio en relación al eje ético orientado a la comunidad. Se presentan proyecciones de trabajo.

3 • La relación de la medicina con las poblaciones en el Primer Nivel de Atención

María Paula Juárez, Universidad Nacional de Río Cuarto

Esta presentación tiene por objetivo reflexionar sobre las características de las prácticas médicas imperantes en las sociedades occidentales atendiendo a un plano interpersonal caracterizado por la extensión antidialógica, la imposición de significado y la cosificación, entre otros comportamientos que dan cuenta de la presencia de una barrera psicociocultural que se interpone entre médicos y consultantes. A dicha barrera subyace el paradigma clínico-restrictivo en salud que a través de diferentes medios naturaliza una relación social que es injusta, de poder asimétrico, que tiene como correlato frecuentes micro violaciones a los derechos humanos, como la autoestima, y a principios morales y éticos en defensa de la vida, la justicia social y la liberación humana. La problemática se expresa en un quehacer médico, presente y futuro, funcional a tal barrera, obstaculizador de las relaciones y provocador de una intensificación de la misma a tales grados de deshumanización que: por un lado, dinamizará un efecto negativo en el ámbito de las actitudes y comportamientos de la población hacia los sistemas de servicios de salud, y por otro, generará que muchos consultantes opten por no acceder a efectores formales de la salud concentrando sus consultas hacia efectores no legalizados. Así las cosas, se perderán las oportunidades para propender al desarrollo salubrista de las poblaciones. En este escenario, un proceso de humanización para el encuentro de la medicina con las poblaciones pasará por una ruptura con las ataduras que se hallan en: estructuras de formación profesional, situaciones de precarización laboral de los médicos públicos, una práctica clínica que privilegia la atención individual-asistencial que es valorada sólo cuantitativamente, las ideologías y preconcepciones de los profesionales, entre otras cuestiones. La humanización responderá al reconocimiento por parte de los médicos de una necesidad dialógica con los consultantes, un movimiento de búsqueda orientada a la formación y entrenamiento continuo en comportamientos y

4.5

Eixo Ético na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ético en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

actitudes prosociales por parte de ellos mismos y de la población consultante. Es un presente y un futuro donde las necesidades relacionales en los contextos de salud diversifica y multiplica la práctica médica promoviendo el ejercicio de una función más formativa que informativa, más denunciadora de deshumanizaciones y anunciadora de tiempos de humanización. Por ello, esta ponencia problematiza las prácticas médicas sustentadas en valores socio-ideológicos destructivos imperantes en la actualidad de occidente que promueven una medicina carente de empatía y copasión en el encuentro con las poblaciones. La Psicología Sanitaria y Comunitaria pueden contribuir, en la discusión necesaria, desde su fertilidad para la construcción de ambientes salubristas, basados en el respeto a los derechos humanos, desde una praxis que supone la reflexión-acción basada en una ética en defensa de la vida, la Cultura Humanística y la Justicia Social.

Psicología Ambiental Comunitaria

Angela A. Castrechini Trotta, *Universitat de Barcelona*

La Psicología Ambiental y la Psicología Comunitaria constituyen ámbitos aplicados de la Psicología Social. La primera se ocupa de analizar las relaciones entre los seres humanos y los diferentes entornos en los que se encuentran, desde espacios muy acotados como una habitación u oficina, pasando por espacios intermedios como la vivienda, el centro de estudio a otros más amplios como la ciudad o entornos naturales. Nace con vocación aplicada, con el objetivo de dar respuesta a determinadas demandas sociales, tales como el diseño y la planificación de los espacios públicos. Por su parte, la Psicología Comunitaria tiene por objeto de estudio los colectivos y/o comunidades y a partir de los factores sociales y ambientales, busca realizar acciones orientadas al mejoramiento de las condiciones de vida de la gente a partir del fortalecimiento de su comunidad. Ambas utilizan algunos métodos en común como la observación (participante), la etnografía, la investigación-acción etc. En vista de estas definiciones: ¿se puede hablar de una psicología ambiental comunitaria?, ¿se trata de una psicología comunitaria que se ocupa de problemas ambientales? si es así, ¿de cuáles tipos de problemas se está ocupando? ¿o se trata de una psicología ambiental aplicada en entornos comunitarios? El objetivo de este simposium es abordar estas cuestiones abriendo un diálogo entre expertos tanto del ámbito de la Psicología Comunitaria como del área de la Psicología Ambiental. Cada uno de los participantes relatará una o dos experiencias profesionales/académicas en las cuales se cruzan ambas áreas disciplinarias, definiendo enfoques teóricos, metodología, y principales resultados.

Los resultados de la sesión permitirán consensuar cuáles son los temas que se están investigando desde este doble posicionamiento disciplinar, como por ejemplo, el espacio urbano y sus transformaciones, el comportamiento sostenible, la gestión de problemas ambientales (por ej. residuos), el sentido de comunidad y la apropiación del espacio a través de prácticas ecológicas (ej. huertos urbanos), la resiliencia urbana, la transformación del espacio urbano a través de prácticas artísticas entre otros.

La puesta en común de las experiencias relatadas por cada uno de los participantes constituirá una contribución importante en la discusión de la vida en el planeta y permitirá abrir un diálogo entre ámbitos aplicados afines, generando sinergias

y complementariedades enriquecedoras. Nota: Simposium Co-coordinado por Camila Bolzán Campos

1 • ¿Por qué una Psicología Ambiental Comunitaria?

Angela A. Castrechini Trotta, *Universitat de Barcelona, Esther Wiesenfeld, Universidad Central de Venezuela*

En este simposio recapitulo y actualizo críticamente los fundamentos y los antecedentes disciplinares, profesionales y personales en mi contexto de adscripción, que inspiraron la propuesta de conjugar ambas subdisciplinas, en lo que denominé psicología ambiental-comunitaria (Wiesenfeld, 1994, 2001). Presento asimismo algunas experiencias que muestran como fueron configurándose las orientaciones epistemológicas teóricas, metodológicas, éticas y políticas en este campo, a partir del diálogo constante con pares, con actores comunitarios (pobladores en asentamientos humanos precarios) y con entes gubernamentales (gestores de políticas y programas de viviendas de interés social), en sus correspondientes entornos; diálogo éste enfocado principalmente en torno a problemáticas asociadas a habitar en contextos de pobreza. Este es precisamente, uno de los ambientes por excelencia, donde confluyen las dimensiones que adjetivan las dos disciplinas: ambiental y comunitaria, entre muchas otras, y en que se evidencia su indisociabilidad. Adicionalmente analizo algunas implicaciones de investigaciones y otros tipo de experiencias con estos ambientes y sectores, en términos de sus alcances y limitaciones para el desarrollo del conocimiento, para el incremento de la pertinencia social de la disciplina y para el ejercicio de profesionales comprometidos con sectores en situación de desventaja social y económica, cuyas condiciones de inequidad desean contribuir a superar. A tales efectos examino los logros alcanzados a partir de la implementación de trabajos realizados con el tercer agente o ente gubernamental, desde la propuesta que he denominado 'la psicología social comunitaria al revés' (Wiesenfeld, en prensa). Dichos logros se sintetizan en las posibilidades de cambios de significados y prácticas por parte de funcionarios gubernamentales con distintos niveles de jerarquía, a partir de la vivencia de procesos psicosociales comunitarios, similares a los propiciados en el trabajo comunitario (problematización, desnaturalización), que los confrontan con sus propias necesidades y sentimientos; y expongo los retos de esta perspectiva, a la luz de pugnas de intereses, luchas de poderes, conflictos de liderazgo, entre otros, que emergen en el (des)encuentro entre actores y al interior de cada uno de ellos. A saber: en primer lugar, entre comunidades y gobierno, expuestos los primeros a una larga tradición de promesas incumplidas, frustración, desconfianza, y los segundos en a los vaivenes de partidos políticos de turno en el gobierno, con las consabidas actuaciones populistas y asistencialistas, tan comunes en nuestros países latinoamericanos, independientemente del tipo de gobernabilidad que nominalmente los designa. En segundo lugar, menciono los conflictos que surgen al interior de los propios funcionarios, en tanto promotores y destinatarios frecuentes de políticas que los afectan. En tercer lugar, refiero a las comunidades, cuyas necesidades compartidas no las homogeneiza, sino que éstas coexisten con la diversidad y heterogeneidad de orientaciones hacia tales necesidades y en general, hacia distintos aspectos de la vida cotidiana de sus miembros. Finalmente, considero al profesional,

cuyos diversos posicionamientos situados como agente externo, docente-investigador/a, persona-ciudadano/a, se enfrenta a problemas de distinta índole; también se coloca ante representantes o vocero/as de sectores, cuyos discursos y actuaciones no comulgan con sus principios epistemológicos, éticos y políticos.

2 • “(Re)diseño del espacio urbano a través de procesos participativos comunitarios”

Héctor Berroeta, Universidad de Valparaíso

Los procesos contemporáneos de creación de ciudad han situado el espacio público en el centro de las estrategias deseables de regeneración urbana. En la escala de barrio es frecuente que los proyectos de regeneración urbana de espacios públicos, sean dirigidos por profesionales provenientes de disciplinas del diseño urbano que prestan poca atención a los procesos colectivos y a las dinámicas de vinculación socioespacial de las comunidades que habitan el territorio local. Habitualmente este tipo de intervenciones se centran en el mejoramiento de los aspectos físicos del lugar, sin tomar en consideración la experiencia, las emociones, las cogniciones y los comportamientos que una comunidad tiene hacia el lugar y el modo en que estos inciden en su desarrollo.

Sin embargo la creciente incorporación de la participación ciudadana en procesos de transformación del espacio público en la gestión de las ciudades, como forma de construcción de urbes y ciudadanía, ha planteado un desafío importante a la integración disciplinar en este tipo de proyectos. El estudio de la relación persona entorno, en los desarrollos teóricos de la Psicología Ambiental y Comunitaria, aportan marcos conceptuales y estrategias de acción que nos permiten nutrir la reflexión sobre estos procesos de regeneración urbana en la escala de barrio y el trabajo colaborativo que los nuevos énfasis proponen. En esta comunicación se reporta una investigación que exploró los significados espaciales que los residentes de 4 barrios intervenidos por un programa participativo de regeneración urbana atribuyen a su entorno, las características de la participación que conlleva la intervención del programa, y el modo en que se relacionan los significados espaciales y la participación. Los barrios en estudio corresponden a cuatro barrios de la Región de Valparaíso en Chile. Los objetivos de este trabajo son abordados desde una aproximación cualitativa, según el esquema metodológico de la Grounded Theory. Los resultados dan cuenta cómo, durante y luego de las transformaciones espaciales, las dinámicas colectivas de relación de los habitantes con el barrio construyen significados asociados al entorno, dependiendo del tipo de usuario y la forma en que se realiza la participación. Se concluye que el tipo de transformaciones y la forma de participación condicionan las prácticas de uso espacial y las significaciones atribuidas al barrio transformado, así como las dinámicas comunitarias.

3 • “La transformación del espacio urbano a través de prácticas artísticas y comunitarias”

Ruben David Fernández Carrasco e Moisés Carmona, Universidad de Barcelona

Desde finales de los 90 y especialmente en la última década, la ciudad de Barcelona (España) ha sido un referente nacional en el impulso y desarrollo de acciones comunitarias, desde acciones vinculadas a una problemática o colectivo concreto hasta acciones transversales que han utilizado un territorio (generalmente un barrio) como elemento vertebrador. Algunas de estas iniciativas contemplan la intervención en el espacio público y, más específicamente, han explorado el papel de las prácticas artísticas en los procesos de resignificación, apropiación y autogestión del espacio público. Estas prácticas con mayor o menor consciencia e intencionalidad han generado experiencias de empoderamiento a diferentes niveles, así como ciertas formas de comportamiento comunitario. Desde la Universidad de Barcelona venimos aportando reflexiones sobre estas prácticas, sobre las diferentes formas de acción comunitaria, en las últimas conferencias internacionales, Lisboa (2008), México (2010) y Barcelona (2012). En este simposio queremos seguir aportando reflexiones sobre cómo estas experiencias de acciones comunitarias, en general, y con el arte participativo, en particular, han contribuido a imbricar e unir la psicología comunitaria y la psicología ambiental. Una de las primeras preguntas para el simposio que queremos aportar es si ¿es posible una psicología ambiental fuera de los marcos que introduce la psicología comunitaria? Y ¿Tiene sentido si es posible? Queremos aportar en esta comunicación las reflexiones extraídas por nuestro equipo de investigación del análisis de diferentes prácticas artísticas y de acciones comunitarias en las que lo comunitario y lo ambiental han ido de la mano, y aportar algunos de los aprendizajes extraídos de estas experiencias alrededor de dos conceptos nucleares en la Psicología Comunitaria: el sentido de comunidad y el empoderamiento. Algunas preguntas que pretendemos aportar, desde el contexto del análisis de experiencias de acciones comunitarias en Barcelona, para la discusión en el simposio son: ¿Cómo las experiencias de transformación del espacio urbano pueden contribuir al sentido de comunidad y al empoderamiento? ¿Qué aporta la intervención desde el arte participativo a la transformación del espacio urbano? Y ¿Qué aporta concretamente para la construcción de empoderamiento y sentido de comunidad? ¿Cuáles son los temas centrales para la construcción de buenas prácticas?, entre otras.

Global future and social happiness in a critical and ecological frame

Caterina Arcidiacono, University Federico II

Following on from the 9th European Congress of Community Psychology “Beyond the Crisis. Building Community and critical visions to achieve justice, fairness and well-being”, this symposium intends to address the way to bring about social well-being while sharing new effective practices and proposal for social change.

How to overcome social distrust, promote participation, create well-being and new aggregations while building a new society based on different values and

objectives are some of the topics that this symposium sets out to explore while analyzing new theoretical proposals and new instruments of research and action. As one of its main aims, this symposium shows well-being in its bio-psycho-social as well as global perspective. In other words, in talking about well-being, it takes into account not only the material wealth and access to consumer goods, but also the psychological, social, and political conditions that accrue for the good life, and among other things, the available social capital, particularly with regard to formal and informal networks supporting well-being. In that sense, this symposium focuses on practical visions and actions aimed at tackling the issues of an increasing globalized society with regard to people's well-being. In that framework we intend to highlight the specific contribution that Community Psychology can bring towards bettering those conditions that account for a well-lived existence. It also shows how Community Psychology can act as a promoter of social change by influencing public and social policies thereby bringing about new insights on the collaboration between state and civil society, and a in-depth notions of freedom of association and action. The theme of trust and its relationships to well-being is also one of the thematic hubs of this symposium. In particular it will present an overview of a trust-oriented 6 program geared to children, youth, adults, elementary teachers and marginalized communities. Specifically this program focus on the process in which each one of the groups involved fosters a trusting process by immersing in their communities, getting to know their neighbors and to talk about the major concerns they have in regards to their well-being. Community Psychology is also presented in its role as a bearer of a new vision and as a possible catalyst of a third industrial revolution based on knowledge, sustainability, well-being within non hierarchical networks; a strong challenge in sustainability also for welfare services expected to shift from the high cost, rigid, bureaucratic model to an inclusive, flexible, community oriented one. To this end, as Community Psychologists we may give emphasis to proximity capital, learning how to better live and to work with the neighbors.

1 • Community Psychology, Happiness and the Third industrial revolution

Carlo Volpi, Lab Com. Research and Action for Psychosocial Well-being,
Patrizia Meringolo, Community PsyUniversity of Florence, Caterina
Arcidiacono and Salvatore Di Martino, University Federico II

Issues coming from the 2020 Horizon strategy highlights as priorities and challenges for the society improving health and wellbeing for all the European citizens and promoting inclusive, innovative and safe societies. The difficulties and the easiness in accessing welfare services play a role in conditioning the balance between well-being needs and available resources. Particularly barriers are highlighted in vulnerable situations, where weaknesses Is not an individual feature, but rather a problematic characteristic of the bonds between individuals and communities, which can either support or contribute to progressive marginalization. Usually well-being is not evaluated in its global biopsychosocial aspects, but using sets of statistical , epidemiological and economic indicators, although widespread awareness claims instruments to verify not only the material wealth and access to consumer goods but also the real conditions of life and, above all, the available social capital, particularly as regards formal and informal networks supporting

well-being . Jeremy Rifkin explains that there is no alternative to the third industrial revolution, from Carbon economy moving in to the Empathy Economy. Decentralized renewable energy is the pillar of this revolution. The “interactive grid” emerges as paradigm and requires high level of direct participation and involvement of all social actors and a drastic re-shaping of production and consumption models. So, a third industrial revolution based on knowledge, sustainability, well-being within non hierarchical networks; a strong challenge in sustainability also for welfare services expected to shift from the high cost, rigid, bureaucratic model to an inclusive, flexible, community oriented one. To be ready for this change, new attitudes must be developed in decision makers and in citizenship. New skills have to be developed among citizens and administrators, particularly about integration of diversity, communication, cooperative solution of problems: capability to go beyond the conflicts and to explore proximity relations, because they represent an enormous capital to draw resources and sustainable lifestyles. In this point of view, the capital of proximity plays its strategic importance: cooperation with neighbors becomes a strategic asset for better livability, being both producers and users of social services.

Third Industrial revolution empathy is an Italian heritage. We can refer to Olivetti for his anticipatory vision and relationship between local and global: Olivetti had accepted in '50s the challenge of global markets, becoming able to put into the industrial product characteristics such as the Italian sense of aesthetics, innovative capacity, social cohesion and cultural heritage. A vision now re-proposed by Jeremy Rifkin and Michael Porter, about Creating Shared Values as enterprise final aim. The Olivetti internationalization model generates new roots without eradicating the historical ones, and requires taking charge of the community which is the core of entrepreneurial action. As Community Psychologists we may give emphasis to proximity capital, learning how to better live and to work with the neighbors. Community Psychology approach and methods may become a basic knowledge of each policy maker and enterprise manager.

2 • On the Ecology of Social Change: How Community Psychology influences public policies

Maria João Vargas Pereira Vargas Moniz, Instituto Universitário, José Ornelas, University Institute

Introduction: This presentation analyses the pertinence of an ecological approach to describe social change processes involving the collaboration and influence of civil society organizations (CSO's) as partners in strategic planning bodies, national councils and committees. CSO's are consistently considered to be relevant endeavors to facilitate the social connection of individuals to larger scale systems or spheres that may include national and transnational opportunities for participation and influence. Are also contributors towards a myriad of social movements, resulting from the need to equate new public policy areas, adjustments to existing policies or be recognized as partners for information and implementation of social programs. CSO's have also a crucial role as contributors towards the consolidation of the fabric of rights and responsibilities that secure our way of living. Purpose: We are reflecting upon lessons learned from participation experiences, one related with the

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

Portuguese National Reform of the Mental Health Services, and the other with the Housing First, probing for a National and European strategy aimed at ending homelessness. These two exemplars include a series of different organizational components and initiatives analyzed with the inspiration of the four ecological analogies by James Kelly involving interdependence, cycling of resources, adaptation, and succession. It is probed to demonstrate how Community Psychology may contribute to understand change processes. Method: The presentation is the result of systematic review and qualitative thematic analysis of the documents and reports of working groups produced within both areas of participation, identifying processes and results of influence on concrete social policies and national strategic plans. The ecological analogies by James Kelly (1966) and Trickett (1984) are the four pillars that structure the analysis. Results: The specific roles played by CSO's promoting interdependencies and complementarities among public services and the private sector, and the effective participation of the user's representatives. The cycling of resources implies the recognition of different resources that contribute for the maintenance or consolidation of further steps of influence both in substantive areas such as credibility of community science (e.g. introducing in Strategic Plans aims related with empowerment and recovery for mental health service users), as well as, the acknowledgement of experiential knowledge, and that both these strategies are relevant to produce effective social change. Finally adaptation implies the recognition that small-scale endeavors may inform larger scale social policies, new insights on collaboration of state and civil society, and in-depth notions of freedom of association and action.

3 • Overcoming social distrust, promoting citizens participation and community well-being.

Carlos Luis Zatarain, Vía Educación

Do we trust each other? Is trust relevant? Citizens Culture Survey reflects 50% of Monterrey citizens are not willing to make agreements with their government and 75% mentioned that are not willing to make agreements with strangers. (Universidad Autónoma de Nuevo León, 2010). Additionally, in the National Survey on Political Culture and Citizens Practices, 69% of Mexicans mentioned that the majority of people cannot be trusted, and 54% mentioned that it is hard or very hard to organize with other citizens towards a common cause (Dirección General de Cultura Democrática y Fomento Cívico, 2012). It's important to assess the possible implications of this lack of trust and perceived difficulty to organize with other citizens, as structural change towards bettering life conditions requires the active participation of their cohered citizens (Hooghe, 2003, McKenzie & Harpham, 2006 in Nelson & Prilleltensky, 2010). Trusting is relevant, as it facilitates collaboration among individuals, which could later signify community's development (Putnam, 2000). Participation is equally important, as trust alone will not get the structural needed changes. As Montero (2004) mentions it, participation aids in the personal growth of individuals participating, while they are also bettering the community in which they reside. So how can we develop trust among citizens? And more importantly, how can we influence a process in which citizens are willing to talk to each other about relevant

problems occurring in their communities and get hands on to resolve them? To that effect, our non-profit organization, designed 6 community driven development programs, under the belief that people can improve the quality of life of their communities through participatory and democratic processes. This proposed section of the symposium will present an overview of the 6 programs, targeted to children, youth, adults, elementary teachers and marginalized communities. Specifically we will focus on the process in which each one of the groups fosters a trusting process by immersing in their communities, getting to know their neighbors and to talk about the major concerns they have in regards to their well-being. We will also cover the process in which the groups decide which problem to work with, considering communities well-being; and how they build on their civic capacity in order to provide a solution to the identified problem. Finally we will talk about the evaluation process citizens carry, along with the evaluation done in order to assess the effect of these community driven development programs.

Como usar métodos conscientizadores (y liberadores) en Psicología Comunitaria

Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela

En esta primera etapa la Profesora presentará el origen del concepto de Conscientización y su relación con el concepto y praxis de Problematización, su desarrollo, su uso en la psicología comunitaria al igual que en el paradigma de la Liberación, que a su vez incluye disciplinas provenientes de diversas ciencias sociales y las relaciones que ellas han desarrollado con la psicología, produciendo mutuos enriquecimientos. Asimismo, se señalará en primer lugar el concepto de problematización y su condición fundamental, así como su presencia constante en todo proceso que quiera generar consciencia sobre algún problema específico. Para ello la Profesora presentará láminas en PPT (por lo cual se solicita tener una pantalla y los respectivos aparatos necesarios). Ese proceso será seguido por los procesos relacionados con ambos conceptos, tales como los de deshabitación, indicando los orígenes e importancia del concepto de habituación, tanto para bien como para mal; el de desnaturalización; el de desideologización y el de desalienación, siempre analizando los respectivos conceptos y sus efectos. Igualmente se hablará de la importancia del concepto-método de historicidad. Para así llegar a la Conscientización-Problematización, indicando que es específica, que es necesario captar el momento en que aparecen sus señales y que ninguno de estos procesos, métodos y su uso pueden usarse repetitivamente, porque obedecen al momento, a la situación, a la cultura y a la explicación. En esta segunda parte se exigirá de los participantes la búsqueda de ejemplos, anécdotas o relatos que puedan ilustrar las formas de habituación, o de naturalización, o de consideración minusvaloradora del Yo, o del lugar de vida, o del país, o del trabajo, etc. A fin de analizarlos demostrando sus posibles modos de alienar, ideologizar, deshistoriar y de convertir aspectos negativos en modos cotidianos de vivir, a pesar de los problemas y sesgos que puedan introducir Preguntas y respuestas serán bienvenidas, así como aspectos problemáticos relacionados con el tema o con sus experiencias en la práctica de la psicología comunitaria, lo cual puede enriquecer el mini-curso. La participación es importante, por lo cual el límite máximo de participantes sería de 20 personas, ya que tener hasta 45 participantes la podría dificultar. Se tratará de que quienes propongan preguntas, temas o problemas, sean breves y precisos al hacerlo a fin de lograr una discusión conscientizadora y a la vez problematizadora. Una lista bibliográfica seleccionada será repartida a las personas participantes asistentes.

Educação Biocêntrica na Comunidade – Uma Contribuição à Psicologia Comunitária

Cezar Wagner de Lima Góis e Sara Cavalcante Gois, Universidade Biocêntrica

Facilitar processos comunitários é uma possibilidade que implica potenciar a ação local desde este lugar que é a comunidade. A ação local como construção do sujeito individual e do sujeito coletivo, com vista ao desenvolvimento local em seus aspectos materiais, sociais, ecológicos, psicológicos e espirituais. Olhar o comunitário nesse perspectiva significa enriquecer a Psicologia Comunitária com olhares e práticas que possam atender a esses aspectos mencionados, considerando que eles podem ser tratados por processos de facilitação que trazem de modo integrado as dimensões da reflexão, do diálogo, da vivência e da ação

como condições mediadoras para a transformação do indivíduo em sujeito e para a organização e fortalecimento do sujeito coletivo e da própria comunidade. Trazemos aqui o olhar e a prática da Educação Biocêntrica como uma abordagem educativa que em nossa práxis vem se mostrando bastante promissora para se trabalhar a ação comunitária. Aqui no Ceará a Psicologia Comunitária e a Educação Biocêntrica caminham juntas há um bom tempo, uma enriquecendo a outra, seja na concepção de indivíduo e sujeito, seja na compreensão da indissolubilidade indivíduo-sociedade-natureza. Ademais no enriquecimento metodológico recíprocos, onde ambas entendem a importância do dialógico e do vivencial na construção do sujeito da comunidade e no desenvolvimento comunitário. A Educação Biocêntrica parte do paradigma biocêntrico, sua referência maior é o viver integrado consigo, com os outros e com a natureza. Reconhece a inteiridade do indivíduo que é corpo-mente-espírito íntimo do Universo. Nela se prioriza a corporeidade vivida, integrando a ação e o afeto à inteligência, ao pensamento complexo, ao processo de conscientização e à espiritualidade. Seu cotidiano educativo é ativo, expressivo, amoroso e alegre, onde o tempo desaparece no processo de aprender, onde o mundo natural e cultural, e cada pessoa, ganham outros sentidos, mais instigantes, sensíveis e encantadores. Estão presentes nesse cotidiano o movimento, a vivência, o diálogo, a reflexão, a ação, a construção do conhecimento, o desenvolvimento de habilidades, o reconhecimento da experiência acumulada de cada um, a formação de vínculos e a ação compartilhada e transformadora. É uma abordagem da educação desenvolvida por Ruth Cavalcante a partir de sua práxis educativa e das obras de Rolando Toro, Paulo Freire e Edgar Morin. Busca facilitar a aprendizagem-desenvolvimento, favorecer o conhecer, a inteligência afetiva, o despertar da consciência e a expressão da identidade pessoal, cultural e planetária. Nesse mini-curso temos como objetivo levar o participante, de modo introdutório, a conhecer e a vivenciar conceitos e o método integrativo da Educação Biocêntrica em sua forma de aplicação na comunidade, conforme se trabalha na Universidade Biocêntrica.

Building a Journal that Fits Priorities in the Global South

Serdar M. Degirmencioglu, Wayne State University

Mainstream psychology is dominated by ideas and methods produced in the US, Britain and partly Europe. Psychology students across the world often use textbooks produced and marketed by giant publishing houses in the US and Britain. Students of psychology in the Global South are often trained in ways that have very little to do with the realities in their own context. Even non-mainstream and critical publications are dominated by scholars who have very little insight into the needs and priorities across the Global South. Over the years many scholars have noted the limitations of academic critical psychology. Mark Burton suggests that dominant veins in critical psychology are “a spent force”, largely irrelevant to real problems of oppression and liberation. What appears to be strong critical opposition to the mainstream rarely goes beyond verbose and detached discussions of the shortcomings of mainstream psychology. There are very serious problems associated with this status quo in psychology, and none of this is accidental or temporary. Mainstream psychology has strong symbiotic relationships with destructive forces, including capitalism, imperialism, multinational pharmaceutical companies, major publishing houses, military-industrial interests. Voices that can challenge the status quo (e.g., Latin American traditions of liberation psychology) are silenced by various mechanisms, including mainstream editorial policies. Psychologists in the Global South need an alternative forum – a bridge that can foster South-to-South dialogue. Only through a South-to-South dialogue, psychologies in the Global South can truly inform one another. Community psychology, in particular, has values that are clearly in contradiction with the status quo and has a lot to gain from a South-to-South dialogue. The goal of this session is to explore collectively the possibilities to start an online, open-access journal – tentatively called *Psychologies from the Global South* – with an editorial board consisting of psychologists from the Global South. The journal will draw on multiple languages – not only English. Such a journal can provide: a) a tool for south-to-south dialogue and collaboration; b) an effective method to disrupt the status quo and domination of English-speakers; c) a tool to disrupt the rule that psychologies produced in the global south should conform to standards in the north; d) a tool to disrupt the rule that psychologies produced in the Global South should travel north to get published and attract attention from the south; e) a way to expose how psychology produced in the global north is very biased and often serve industrial/imperial interests; f) a platform to discuss and construct new psychologies that speak to the realities in the global south; g) a non-partisan platform where multiple perspectives (liberation, Marxist, feminist, post-colonial, indigenous, and so on) are in dialogue.

Afetividade e lugar como Ferramenta Ético política: os mapas afetivos como método de pesquisa e de intervenção na psicologia Comunitária

Israel Rocha Brandao, Universidade Estadual Vale do Acaraú e Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Universidade Federal do Ceará

Este curso toma como ponto de partida as contribuições de grandes pensadores para a construção de uma sociedade emancipada. Procura resgatar o conceito de afeto na história do pensamento ocidental e situá-lo no campo ético-político. Para tanto, percorre o caminho construído desde a matriz grega, platônico-aristotélica, até o pensamento iluminista e revolucionário do século dezoito. Procura superar as concepções dualistas das teorias das emoções dos autores modernos, para fundamentar-se numa visão teórico-crítica, que considera os trabalhos do filósofo holandês Baruch de Espinosa e do Psicólogo Bielorrusso Lev Vygotsky. Tal concepção procura considerar ação e afeto como unidades indissolúveis da subjetividade. O objetivo principal do curso é, pois, o de construir uma reflexão sobre a importância dos afetos no trabalho do psicólogo comunitário e apresentar o método dos mapas afetivos a partir de sua base teórica e prática na psicologia ambiental e psicologia social. A afetividade aqui é vista como sentimentos e emoções, e é encarada não apenas como formas de vinculação entre o profissional de psicologia e os sujeitos da comunidade, mas como estratégia ético-política consciente, que permite enfrentar o sofrimento e o medo, como também as outras paixões tristes que enfraquecem o modo de vida comunitário. Para a realização destes objetivos, adota-se uma metodologia reflexivo-vivencial e apresenta uma proposta de pesquisa e intervenção pelo método dos mapas afetivos, que pode ser aplicado a qualquer ambiente como território emocional. Define-se o mapa afetivo como articulação de sentidos movidos pelos afetos e seu instrumento é composto de desenhos, metáforas e do discurso dos sujeitos pesquisados sobre os diversos tipos de ambiente, desde a casa, bairro, comunidade, cidade e o societal, incluindo tanto os naturais como os construídos. Outras possibilidades de pesquisa e intervenção com a afetividade serão apresentadas tais como a pesquisa de campo, o debate coletivo e a troca de experiências, sem, no entanto, descuidar das histórias de vida individuais e do desenvolvimento de relações intersubjetivas e dialógicas. Conclui-se que a construção da competência afetiva por parte dos profissionais de psicologia comunitária, sobretudo numa abordagem sócio-histórica, é essencial para a inserção em qualquer ambiente de construção coletiva, como movimentos sociais e organizações não-governamentais. Além disso a construção do saber fazer afetivo potencializa fortemente o trabalho social e a autonomia dos sujeitos, uma vez que na ação afetiva (social) e efetiva (compromissada) os indivíduos aprendem a desfazer a fragmentação que impera nas relações mercantis: o calor da organização comunitária e do movimento social servem para desbloquear potencialidades e para fazer emergir a inteireza dos sujeitos, enquanto corporeidade e consciência. Esta, não sendo uma entidade abstrata e mensurável, mas um microcosmo em que pensamento e afeto coexistem sem a tutela de um ao outro, emerge também como possibilidade de reflexão e autorreflexão, sem as quais, nenhuma desbarbarização pode de fato ocorrer. A liberdade pensada, não como livre-arbítrio ou como negação das paixões, mas como plena realização de nossa natureza e, portanto, do potencial imanente em cada ser, só pode ser conquistada em um agir que não dicotomiza instrumentos e resultados, meios e fins.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

Contribuições da Psicologia Ambiental para as intervenções em Psicologia Comunitária.

Sylvia Cavalcante e Terezinha Façanha Elias, Universidade de Fortaleza

Vive-se hoje um modelo de desenvolvimento socioeconômico pautado no lucro e no consumo e, no Brasil, registra-se ainda um perfil de cidade assentado em um processo de urbanização acelerado e excludente, capaz de gerar grandes problemas sociais e ambientais tais como a pobreza, a violência e a degradação dos recursos naturais. Estes e outros desafios das sociedades contemporâneas exigem um olhar mais amplo do psicólogo e a emergência de práticas que colaborem para a construção de comunidades capazes de cuidar do ambiente do qual participam, e de conviver e respeitar a diversidade humana e a biodiversidade presente no Planeta, contribuindo assim para o enfrentamento das questões sociais presentes e para um maior equilíbrio ecológico. O objetivo deste curso é apresentar algumas contribuições da Psicologia Ambiental (PA) para as intervenções no campo social e comunitário, através da discussão de conceitos e métodos que visem à compreensão da relação pessoa-ambiente, buscando enriquecer o olhar do psicólogo sobre a dinâmica da comunidade e da cidade. O conteúdo proposto abordará: 1) a origem, as características e a interface da Psicologia Ambiental com a Psicologia Comunitária e com outras ciências, bem como o lugar e a importância dos estudos psicoambientais na sociedade contemporânea; 2) a percepção enquanto processo psicossocial básico da relação pessoa-ambiente; 3) o comportamento socioespacial humano; 4) o desenvolvimento humano enquanto intrinsecamente relacionado ao ambiente; 5) os conceitos de ambiente, espaço, lugar, identidade de lugar, apego ao lugar e apropriação, assim como sua pertinência para a compreensão da dinâmica comunitária; 6) as intervenções urbanas e suas repercussões socioambientais; 7) as situações de emergências e desastres e 8) estratégias de participação e mobilização comunitária. O conteúdo será abordado de forma expositiva e reflexiva, a partir da problematização de experiências e práticas psicológicas desenvolvidas nos diversos contextos, com o objetivo de articular outros campos do saber, bem como motivar os alunos a participarem das discussões contribuindo com reflexões, lembranças e experiências próprias que venham enriquecer e complementar a análise das situações e fenômenos em foco. A avaliação levará em conta a participação do aluno nas discussões feitas em sala de aula, atribuindo-se um conceito global que terá também por base a redação de um texto – síntese, solicitado ao final do processo de ensino e aprendizagem, onde o participante deverá se reportar aos conteúdos apresentados, identificando os significados e a pertinência das reflexões propostas para sua prática em comunidades. A proposta teórica e metodológica deste curso busca contribuir para a consolidação da Psicologia Comunitária como produção de conhecimento e prática profissional, na medida em que a discute de forma situada, a partir de observações empíricas que tomem por base a inter-relação pessoa-ambiente. Objetiva-se, assim, propiciar aos participantes uma reflexão sobre a constituição da subjetividade no plano individual e coletivo, agregando dimensões de análise pouco exploradas pela psicologia tradicional, apontando para a construção de uma ética pautada na defesa da vida e na sustentabilidade das sociedades e do Planeta.

Educação biocêntrica e a Vida Comunitária (ação, diálogo e desenvolvimento)

Cássia Regina Xavier de Andrade, independente

A educação biocêntrica tem uma visão de sociedade solidária, na qual se estimula a vinculação consigo, com a humanidade e com a totalidade, no intuito de tornar a convivência uma possibilidade de encontro e crescimento. Baseada no princípio biocêntrico, tem a vida como centro de tudo. O objetivo do mini-curso é apresentar a teoria e a prática da educação biocêntrica aplicada às comunidades, relatando e vivenciando o processo de desenvolvimento comunitário. Apresentar um caso de sucesso que recebeu prêmio nacional em desenvolvimento comunitário, apresentar um livro síntese, escrito em mutirão por uma equipe de pessoas que trabalharam juntas em 65 comunidades no nordeste, no período de 2008 a 2012, em uma oscip no Ceará.

A metodologia utilizada será reflexiva, dialógica e vivencial, por meio de apresentação de slides, vídeos, círculo de cultura, técnicas, dinâmicas e vivências. O resultado esperado é a socialização de informações, imagens, teoria que fundamentam a educação biocêntrica aplicada às comunidades e sensibilização de pessoas, por meio de evidências concretas que aconteceram, auxiliando diretamente os que desejem trabalhar no âmbito da saúde comunitária. as bases epistemológicas e teóricas da educação biocêntrica são oriundas do sistema biodança, criado por Rolando Toro, educação dialógica de Paulo Freire e educação complexa de Edgar Morin. Pensadores comprometidos com o destino da humanidade. O conhecimento de tecnologias e desenvolvimento de trabalhos, acelera em muito os resultados positivos que se desejam alcançar quando iniciamos uma inserção comunitária. O trabalho se relaciona diretamente com o eixo solicitado, o princípio biocêntrico, a visão de mundo e referência norteadora da educação biocêntrica é a ética da vida, o que será apresentado são possibilidades de se aplicar essa visão de mundo no dia a dia dos trabalhos. o arcabouço de técnicas, dinâmicas e vivências são instrumentos que facilitam o trabalho do psicólogo comunitário. A psicologia comunitária cada vez mais deve sair da academia e se inserir nas comunidades, aprender a ouvir, a sentir as necessidades, a perceber a vida latente que aguarda para brotar. o facilitador desse processo necessita de ferramentas sensíveis e amorosas para se fazer ouvido e percebido por essas pessoas com fome e sede de amor, de atenção, de escuta ativa e praxis focada no saudável. A Educação Biocêntrica é uma alternativa efetiva e facilitadora do diálogo entre a ciência e prática, a arte e a poesia.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

Contribuições para o futuro da Psicologia Comunitária: Novas tecnologias, consumo e sustentabilidade

Tania Maria de Freitas Barros Maciel, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Gro Harlem Brundtland, em 1987, definiu desenvolvimento sustentável como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias". Passados quase 27 anos, o conceito parece não dar conta da complexidade das questões ambientais postas atualmente. O objetivo desta mesa é pensar, no trabalho conjunto com estes atores sociais, alternativas originais de desenvolvimento que visem à sustentabilidade nas dimensões ambiental, humana e social. Abordando a questão da inovação ambiental e tecnológica, apresentaremos estudos recentes sobre nanotecnologia, onde concluem que nos últimos anos o Brasil tem desenvolvido ações para áreas consideradas estratégicas, especialmente em áreas como a nanotecnologia e a nanociência, reconhecidas como a "Terceira Revolução Industrial". Pesquisas em nanotecnologia estão descobrindo produtos relacionados à saúde humana (para o controle do diabetes, por exemplo). Também apresentaremos os resultados de pesquisa empírica sobre consumo feminino na contemporaneidade, com um grupo de mulheres do Rio de Janeiro, investigando o consumo de produtos com apelos ecológicos e argumentos de sustentabilidade ambiental ("produtos verdes"). Os resultados principais apontam para a ideia do consumo como processo de uma cultura híbrida e local, com traços de pertencimento, reconhecimento social, sobretudo pela perspectiva da relação consumo-cidadania. Por fim, contribuiremos para o debate a partir da ótica da formação e da atuação em Psicologia comunitária. Relataremos experiências com grupos portadores de diabetes, grupo de idosos e outras associações comunitárias desenvolvidos no projeto de pesquisa e intervenção "Processos Grupais e Articulações Identitárias". Conhecendo experiências de populações em condições adversas, o autor se propõe a pensar a ética do cuidado e os desafios da formação de psicólogos no SUS/SUAS.

A psicologia comunitária brasileira tem muito a contribuir neste debate, tanto com pesquisas sobre lazer, consumo, sustentabilidade, novas tecnologias e desenvolvimento como elaborando soluções para problemas psicossociais. Relacionar a temática ambiental e humana às questões como as de sustentabilidade nos mostra um caminho em direção a um desenvolvimento pautado no uso dos recursos naturais, muitos deles hoje sabidamente, não renováveis. Neste contexto, Psicologia social têm muito a contribuir no embate metodológico e político, ao propor que o desenvolvimento do homem é o verdadeiro desenvolvimento.

1 • As mulheres vão às compras: Um olhar sobre o comportamento da geração Y e o consumo verde no Rio de Janeiro

Fred Tavares, Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente trabalho propõe descortinar uma reflexão sobre o comportamento de compra do segmento feminino com relação ao consumo de produtos com apelos ecológicos e argumentos de sustentabilidade ambiental ("produtos verdes"), na pós-modernidade, através da temática do consumo verde. O público pesquisado é composto por 100 mulheres da geração Y, com idades entre 12 e 30 anos, segmentado em estratos de classes sociais e econômicas

(AB e C). Para este estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com levantamento de campo por meio de questionários estruturados. As entrevistas pessoais ocorreram no mês de janeiro de 2013, nas saídas de shoppings da Zona Norte e Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Como base teórica fundamental, foram utilizados os conceitos propostos por Zygmunt Bauman, Nestor Canclini e Gilles Lipovetsky para a análise de campo realizada. A partir da discussão dos dados coletados, observa-se um comportamento de consumo paradoxal do gênero feminino, da geração Y, que revela que a influência da moda, da mídia e do ambiente acadêmico fazem as jovens oscilarem entre o modismo de "seguir as tendências" e as práticas resultantes de um conhecimento mais profundo sobre as questões ambientais, segundo olhares de responsabilidades socioambiental e cidadã apreendidos através da educação e também pela internet. Os resultados também desvelam a ideia do consumo como processo de uma cultura híbrida (através da influência da cultura global produzida e circulada pelas redes sociotécnicas) e local, com traços de pertencimento, reconhecimento social, sobretudo pela perspectiva da relação consumo-cidadania. Essa condição ambivalente geracional se apóia tanto na perspectiva revelada por Bauman (relação dialógica entre a espetacularização e o vazio do consumo como dever moral/social e a circulação do consumo em espaços de reflexão crítica, por intermédio das escolas e universidades), quanto pelo olhar de Canclini, que ressalta a lógica do hibridismo cultural e da ideia de que para ser cidadão é necessário portar a identidade de consumidor. Ambos os pensamentos, complementados por Lipovetsky, que realça o comportamento do consumo do ator social do gênero feminino da geração Y como reflexo de uma sociedade que expressa o conceito da ética individualista e consumista (Ethos mercadológico).

2 • Nanotecnologia e inovação: Implicações para o desenvolvimento sustentável

Carmen Silvia de Lemos Menezes Machado e Tania Maria de Freitas Barros Maciel, Universidade Federal do Rio de Janeiro

A inovação tecnológica é um componente estratégico essencial para o desenvolvimento dos países, podendo ser utilizada como uma forma de resolver problemas, sobretudo no que tange ao uso dos nossos recursos naturais, considerando-se o foco direcionado à sustentabilidade. Nanociência e Nanotecnologia (N & N) apresentam-se como uma "nova" ciência, uma nova oportunidade de implementar ações políticas, científicas e sociais, voltadas para um ambiente seguro visando o desenvolvimento econômico e social sustentáveis. Conforme Laymner dos Santos é premente que se coloque em discussão não apenas os efeitos das inovações técnico-científicas, como também "subtrair esse debate do terreno exclusivo dos especialistas, cientistas e tecnólogos. (...) já ficou clara a necessidade da sociedade se pronunciar a respeito das opções que os cientistas e os tecnólogos tomam com relação às novas tecnologias". (Folha de S. Pulo, Caderno Mais, 9 nov. 2003, p. 8). As possibilidades aplicáveis e a discussão com a sociedade, apresenta a oportunidade de agregar valor para o desenvolvimento de pesquisas importantes, bem como, as estratégias de introdução de novas tecnologias, o que representa a capacitação e inserção da sociedade na

solução de problemas sociais, ambientais e tecnológicos que surgem a partir de novas descobertas. Para o desenvolvimento desta questão, como resultado preliminar de pesquisa, foram entrevistados pesquisadores brasileiros, com o objetivo de compreender o estado da arte sobre o tema e as formas de apropriação desta tecnologia por lideranças científicas em diversas áreas do conhecimento, relacionando a nanotecnologia o meio ambiente e a sociedade. Os resultados principais apontam que a expectativa em torno das possibilidades de uso e aperfeiçoamento de tecnologias desperta cada vez mais interesse da classe acadêmica, além de ser um recurso estratégico para os países que a dominam. A nanociência contribui para esse cenário abrindo novas perspectivas e novas características para substâncias, elementos e estruturas diferenciadas que se apoiam na escala nanométrica. As análises das entrevistas evidenciaram que todos os nossos pesquisadores reconhecem a importância da interdisciplinaridade nos estudos em Nanotecnologia. Acreditamos que a disseminação do conhecimento dos recursos e potencialidades da nanotecnologia tenha também despertado o interesse em direcionar ações em favor de novos desafios, tais como aqueles que se referem a sustentabilidade do ambiente.

3 • “Processos grupais e articulações Identitárias”: Possibilidades e questionamentos para formação em psicologia social comunitária

Marcos Vieira Silva, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O programa de pesquisa intervenção psicossocial “Processos Grupais e Articulações Identitárias” é desenvolvido pelo autor junto ao LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del-Rei, em Minas Gerais. Investiga as articulações teóricas e práticas entre categorias temáticas da Psicologia Social e da Psicologia Comunitária, principalmente processo grupal, identidade, afetividade e participação social, a partir de ações de pesquisa, extensão e ensino com grupos comunitários e institucionais. Tais ações envolvem principalmente a Associação dos Portadores de Diabetes de São João del-Rei, o Grupo de Inculturação Afrodescendentes Raízes da Terra, corporações musicais de São João del-Rei e da Região dos Campos das Vertentes, grupos de idosos institucionalizados e comunitários, além de outros grupos e associações comunitárias da cidade. Trabalhando com práticas grupais e comunitárias, particularmente na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, convivemos com questionamentos éticos sempre permeados pela busca de transformação das condições adversas, tanto objetivas, quanto subjetivas, vivenciadas pela população atendida/investigada. A produção de subjetividades autônomas, atuantes no cotidiano dos movimentos sociais e buscando a construção coletiva de uma cidadania emancipatória é parte fundamental de nossa busca pela transformação do indivíduo em sujeito. Do ponto de vista da ação comunitária, o desafio é a construção de processos de participação social crítica e transformadora no seio de sociedades que ainda não conseguiram se libertar totalmente do autoritarismo e da apatia. Temos nos perguntado: como vem se dando a produção das formações identitárias nas corporações musicais (bandas e orquestras) de São João del-Rei e região? Quais tem sido suas articulações com o desenvolvimento

da formação musical, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista da construção de uma relação de afetividade no desenvolvimento do fazer musical? Esta região que é tão marcada pela música, seja a dos instrumentos musicais, seja a dos sinos e dos coros, vem produzindo uma tradição cultural que se mantém viva, alternando momentos de expressão de uma tradição histórica cultivada por corporações musicais centenárias, com produções contemporâneas executadas por músicos de todas as idades e formações. Temos percebido que, quanto mais o grupo é capaz de refletir criticamente sobre o seu modo de ser grupo, sobre o desenvolvimento do seu processo grupal, mais ele é crítico em relação às contradições sociais às quais está sujeito, mais ele é capaz de reivindicar transformações sociais e melhorias em suas condições de existência. O trabalho com grupos de idosos, com associações comunitárias, têm em comum, a busca pela ampliação da participação social em políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento social. A formação de psicólogos que possam prestar serviços no SUS e SUAS passa pela necessidade de aprendizado e reflexão permanentes sobre tais práticas e suas implicações para a construção de processos de autonomia e autogestão de grupos, associações, cooperativas e outros coletivos que buscam melhor atendimento em seus direitos e princípios de cidadania emancipatória. Vivemos uma contradição: o tempo das políticas públicas é o tempo de Kronos; o nosso tempo é o de Kairós. Queremos uma Inclusão Psicossocial.

Copa do Mundo 2014: transformações urbanas e Direito à cidade

Fernanda Fernandes Gurgel, Universidade Potiguar

A realização da Copa do Mundo 2014 no Brasil tem sido amplamente discutida e alvo de críticas de distintos setores da sociedade. A complexidade do debate ocorre em virtude do objeto em questão, o futebol, que no Brasil é reconhecido como o principal esporte praticado e paixão nacional. A representação da modalidade em questão pode tornar mais difícil o entendimento das diferentes dimensões envolvidas em um acontecimento deste porte. Os megaeventos esportivos, por sua dimensão, vão muito além do entretenimento, promovendo transformações urbanas, redefinindo papéis sociais dos atores e setores envolvidos no processo. Tais eventos são apresentados como possibilidade de aceleração de mudanças necessárias as cidades, aumento de emprego, incremento do turismo, além de melhorias nos serviços de segurança, saúde e transporte urbano. No entanto, a participação popular no processo é pouco discutida e são quase inexistentes os espaços que possibilitam a afirmação do direito à cidade. O morador da cidade, que participa cotidianamente de sua dinâmica, não participa do processo de construção de uma nova urbe. O objetivo desta mesa redonda é propor um debate acerca dos efeitos dos megaeventos nas relações sociais e com os espaços nas cidades, trazendo a luz os aportes da Psicologia Ambiental e da Psicologia Comunitária. Serão apresentados três trabalhos que discutem a temática proposta. O primeiro apresenta as ações dos movimentos sociais na luta pela defesa dos Direitos Humanos no contexto das violações ocorridas em função do evento na cidade. O segundo trabalho visa à discussão do estudo das relações pessoa-ambiente no contexto da copa a partir da incorporação de uma dimensão crítica que leve em conta o contexto político-econômico de tais relações. O terceiro

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

trabalho apresenta um estudo de caso, com pesquisa empírica realizada em uma das cidades sede da Copa do Mundo 2014, discutindo aspectos psicossociais associados à realização do evento e às mudanças decorrentes do mesmo. Esses temas, pertencentes ao escopo da psicologia ambiental e de interesse para a psicologia comunitária, interligam as mudanças ambientais propostas e/ou efetivadas e as representações a elas associadas pelos diferentes atores que, direta ou indiretamente, sofrem os impactos das mesmas, o que justifica a investigação de como tais transformações são avaliadas e interpretadas. As interfaces entre Psicologia Ambiental e Psicologia Comunitária apresentadas nessa mesa-redonda se evidenciam a partir da discussão conjunta sobre os aspectos humano-ambientais inerentes aos processos de transformação da paisagem urbana e sobre como os mesmos interferem nas dinâmicas sociais estabelecidas. Tal debate pode favorecer intervenções mais coerentes e consistentes com os contextos alvo.

1 • Copa para quem?

Tatiana Minchoni, Universidade Potiguar

A realização da Copa do mundo, no Brasil, tem gerado opiniões divergentes desde a ocasião de sua anúncio. Apesar da propagação da ideia de que um dos benefícios de sediar a Copa está relacionado à geração de emprego e renda para a população, o que se observa, na realidade, é a centralização no interesse de acúmulo de capital, sobretudo, por empresas privadas, ao ponto de o governo brasileiro flexibilizar diversas leis para que os interesses das mesmas sejam predominantes nos preparativos da Copa. O legado que o evento da Copa do Mundo rege ao Brasil é profundamente marcado por processos excludentes, violadores de direitos e segregatórios. Os efeitos negativos desse megaevento se incidem sobre toda a população, sobretudo sobre a população pobre e vulnerável, bem como sobre alguns segmentos sociais historicamente marginalizados, como população em situação de rua, vendedores/ambulantes informais, profissionais do sexo, carroceiros, crianças e adolescentes, dentre outros. Sendo assim, a partir da análise da realidade de outros países que sediaram este evento, desde o momento de planejamento até as transformações, mais especificamente, até as adequações das cidades brasileiras para poder receber a Copa, produziu-se um movimento, de diversos coletivos, de reflexão sobre os impactos da Copa no Brasil. Tendo isso em vista e, considerando a importância e a potência dos coletivos, este estudo objetiva discutir as ações dos movimentos sociais na luta pela defesa dos Direitos Humanos, colocados em xeque em tempos de Copa, dando ênfase às mobilizações na cidade de Natal/RN. Diversas manifestações vêm ocorrendo no país problematizando quem serão os verdadeiros beneficiados com o evento, culminando, inclusive com manifestações expressivas durante a Copa das Confederações, que antecede a Copa do Mundo. Com o mote "Copa para quem?", os movimentos sociais, de diversos segmentos, questionam as ações do Estado, que estão submetidas à lógica de mercado da FIFA. Clamam que sejam realizados investimentos em políticas públicas de saúde, educação, cultura, habitação, entre outras, ao invés das massivas aplicações financeiras nas obras da Copa. As respostas estatais se centram, basicamente, em ações repressivas e bastante truculentas, executadas pelo aparato de segurança pública, isolando áreas de acesso aos estádios,

impedindo a execução de protestos em determinadas áreas da cidade e, apoiados pela grande mídia, desqualificam as ações de reivindicação e corroboram para a criminalização dos movimentos sociais. Em Natal, destaca-se a criação da Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC), em 2011, como uma mobilização da sociedade civil que questiona o poder público acerca das obras de mobilidade urbana e o planejamento de uma série de desapropriações. Este coletivo se reúne, sistematicamente, para discutir e refletir sobre ações e mobilizações que visem a minimização das violações de direitos ocasionadas pela realização do evento e que, posteriormente, estendem-se para a reflexão sobre a mobilidade urbana em outras regiões da cidade. Como resultado desse processo, alcançam algumas conquistas, como por exemplo, a não execução das desapropriações, que estavam previstas em de mais de mil e duzentas. Ainda, ganham visibilidade internacional pelo seu protagonismo nas mobilizações na cidade.

2 • A copa do mundo 2014 e a dimensão crítica do estudo das relações pessoa-ambiente

Tadeu Mattos Farias e Raquel Farias Diniz, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Fernanda Fernandes Gurgel, Universidade Potiguar

Os primeiros estudos em psicologia ambiental sobre populações realocadas datam da década de 1960. De lá até os dias de hoje, o estudo da vinculação afetiva entre pessoas e seus ambientes e os impactos de tais mudanças se desenvolveu bastante. No entanto, a presença da dimensão político-ideológica e da mediação dos fatores econômicos estruturais e conjunturais ainda se dão de forma insipiente nesse campo de investigação. O que se evidencia é uma ênfase nos impactos sobre as experiências individuais e/ou vínculos sociais em tais contextos. Ainda assim, já há o reconhecimento na literatura da área de uma demanda pelo debate ético nos diversos contextos de pesquisa. Os megaeventos e, mais especificamente, a Copa do Mundo 2014, trazem para o cenário uma série de dimensões que merecem ser problematizadas no estudo das relações pessoa-ambiente. Nas cidades-sede, estão associadas ao evento as transformações urbanas, sociais e econômicas, carregadas em muitos casos pelo desenvolvimento turístico, a realocação de setores da população de seus locais de moradia em função das obras de mobilidade urbana, a especulação imobiliária, e a conseqüente intensificação dos processos de segregação urbana. Nesse sentido, a realização da Copa do Mundo no Brasil tem sido catalisadora de elementos do modelo de desenvolvimento urbano que tendem a favorecer a elite econômica e atingir os diversos aspectos da vida das populações mais pobres, impactando os modos de relação entre indivíduos e seus diversos lugares de experiência. Tal perspectiva de desenvolvimento urbano se vincula a um modelo de segurança que criminaliza as populações mais pobres, ações de cunho autoritário por parte do Estado nessas regiões, práticas higienistas direcionadas especialmente para as áreas de interesse turístico, e constantes violações dos direitos humanos. Concomitante a isso, há a contínua precarização do transporte público, a presença irrisória de dispositivos de lazer acessíveis a toda a população, e o encarecimento do custo de vida na cidade. No conjunto, há sérias limitações em pensar o acesso à cidade como direito. Nessa direção, há a sinalização de que estudar

as diversas formas de relação pessoa-ambiente implica atentar para a dimensão do direito e do empoderamento da população no enfrentamento às violações presentes. Assim, considerando o contexto de eventos desse porte, o pensamento crítico que marca a psicologia social comunitária pode ser de grande valia para a construção do conhecimento acerca dos aspectos psicossociais envolvidos. Ao investigar as formas de interação no espaço urbano, mediando as dimensões física, psicológica e social, estão vetores ideológicos que garantem a reprodução do modelo econômico vigente e suas peculiaridades contextuais. A temática do direito à cidade, pensada nos termos das relações pessoa-ambiente, permite o aprofundamento da leitura crítica das relações pessoa-ambiente, incorporando ao seu campo conceitual.

3 • Percepções sobre a Copa do Mundo 2014: um estudo de caso na cidade do Natal/RN

Tadeu Mattos Farias e Raquel Farias Diniz, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Fernanda Fernandes Gurgel, Universidade Potiguar

Considerando o contexto das cidades sede, a Copa do Mundo ademais das transformações urbanísticas, dos impactos na economia e em diversos setores e serviços resulta também em impactos sociais e nas relações pessoa-ambiente. A partir da compreensão de que a forma como as pessoas percebem as mudanças em seu contexto socioambiental afeta as relações e os vínculos estabelecidos, na presente pesquisa investigamos os significados psicológicos atribuídos à Copa 2014 assim como a percepção das consequentes mudanças ocorridas durante e após o evento para moradores da cidade do Natal (RN), uma das cidades sede do evento. Entre março e maio/2013, 214 moradores (média de 35 anos, variando de 15 a 74; 53% sexo masculino; 85% com grau de instrução médio a elevado) responderam a um instrumento que contemplou a estratégia de Redes Semânticas (RSs; estímulo indutor Copa do Mundo 2014) e um questionário que abordou atitudes sobre o evento e uma avaliação sobre mudanças em diversos setores (ex. segurança pública, saúde, transporte, emprego, turismo) com base numa escala Likert (muito negativas -2 à muito positivas +2), e os dados foram analisados por via de estatística uni e bivariada não paramétrica. Como principais resultados, observamos que os termos de maior peso semântico na RS foram Emprego, Turismo e Futebol. Porém, quando considerado em separado o grupo contrário à realização da Copa em Natal, alguns dos termos de maior peso foram Desnecessário, Desapropriação e Roubo. Quanto às avaliações, as mudanças durante o evento foram mais bem avaliadas, tendo turismo, emprego e imagem da cidade recebido maiores médias. Já as mudanças após a Copa foram avaliadas mais negativamente e serviços básicos (saúde, segurança e trânsito) receberam as menores médias ($p < 0,001$). Observamos também que as pessoas favoráveis tiveram apreciações mais positivas sobre as mudanças, tanto durante quanto após a Copa, quando comparadas ao grupo contrário. Considerando o grau de instrução, a maioria dos participantes com graus mais elevados foi contrária à realização do evento, diferente do grupo com baixo grau de instrução, que apresentou posicionamento favorável ($p < 0,05$). Identificamos também que as principais vias de acesso à informação apontadas foram a televisão e a

internet. Diante do exposto, é possível observar uma visão negativa sobre a realização do evento e sobre as mudanças, principalmente por parte dos moradores com maior escolaridade e com mais acesso à informação, ainda que, de forma geral, tenha ocorrido uma avaliação positiva de categorias economicamente significativas, como emprego e turismo durante a Copa. As diferenças entre os grupos analisados apontam para uma percepção difusa sobre o evento e levanta reflexões sobre o conteúdo das informações veiculadas a respeito do legado da Copa para o município, assim como sobre os meios de divulgação dessas informações, aspectos que estão sendo explorados em outros desdobramentos da pesquisa. Dessa forma, esperamos lançar luz sobre processos psicossociais presentes nas relações pessoa-ambiente relacionados às alterações da paisagem urbana decorrentes de eventos dessa proporção.

Saúde, Educação, Empoderamento e formação do psicólogo: questões em Psicologia Comunitária

Leonardo Sales Lima, Universidade Estadual do Piauí

A proposta que apresentamos reflete o questionamento sobre como manter o fluxo de ideias atuais e críticas no que concerne a formação em seus três níveis, convergido pelos trabalhos que abordam: na graduação em Psicologia, o desenvolvimento da autonomia e o empoderamento do graduando a partir do uso de metodologias ativas que envolvam a educação permanente e a educação popular. Isso acontecendo especialmente durante os estágios curriculares, os estágios básicos da formação e em trabalhos de extensão como o PET-Saúde; em nível de Pós-Graduação, consideramos tanto a análise de categorias teóricas que nos levam a uma nova postura ante as intervenções nos territórios de atuação da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade. Particularmente, na RMSFC-UESPI, propomos uma análise deleuziana sobre alicerces fundamentais da formação do residente (des) territorialização, singularidade, e micropolíticas. Nas sociedades “capitalísticas”, neologismo criado por Guattari, em que se incluem as sociedades capitalistas puras de primeiro mundo, como também os capitalismo periféricos, ou seja, os capitalismo de terceiro mundo e o que se apresenta também no socialismo (capitalismo burocrático). Nessas sociedades é preciso ter o controle das pessoas para poder se sustentar, sendo tal controle feito através da produção de subjetividade. A cultura de massa é o principal meio para se produzir subjetividade. Essas produções orbitam tanto do lado do profissional-pesquisador, como no universo que englobam as Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESFs) e os Núcleos de Apoio às Equipes Saúde da Família (NASFs). O objetivo é tecer uma leitura rizomática das práticas no território comunitário, micropolítico, bem como os possíveis redirecionamentos na formação do profissional de saúde coletiva. Finalmente, traremos ao debate o aspecto da formação em regime estrito, contemplando uma pesquisa que possui conexão internacional. A pesquisa de Doutorado em curso chama a atenção para a educação das crianças e suas identidades etnoraciais, a partir da valorização da ancestralidade africana na escola, lançando uma questão sobre o que o psicólogo comunitário pode aprender apropriando-se deste debate. Assim, a construção de olhar que faça diálogo com questões contemporâneas na educação e na saúde têm impacto na formação do psicólogo, trazendo outros campos de análise que

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

complementem e permitam ao profissional-pesquisador pensar novos conceitos e paradigmas inovadores para a práxis, convocando-nos e nossos ouvintes a mergulhar na potência do pensamento.

1 • Psicologia Comunitária, Participação Social e Empoderamento: propostas para uma formação crítica e participativa.

Leonardo Sales Lima, Universidade Estadual do Piauí

A formação do psicólogo vem proporcionando mudanças nos últimos 10 anos. A implantação das diretrizes curriculares possibilitou a universidade pensar um psicólogo mais crítico, reflexivo e comprometido com a realidade social. O desenvolvimento da psicologia comunitária, nos últimos 30 anos, vem caminhando apontando caminhos sobre esse novo profissional que está se inserindo no espaço territorial de diversas políticas públicas, dentre elas: a saúde e a assistência social. Neste sentido, e guiado por movimentos incentivados pelo Sistema Conselho de Psicologia e pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, urge uma necessidade de pensar um psicólogo integrado e comprometido com as reais necessidades do povo brasileiro. Assim, a inserção nos Núcleos de Apoio a Saúde da Família e na Proteção Social Básica, através dos Centros de Referência da Assistência Social, vem convidando um olhar mais politizado e com aspectos que possibilitam a participação mais ativa desse profissional na vida das pessoas. O objetivo deste trabalho é apresentar as experiências da Formação de Psicólogos na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), considerando o âmbito da Psicologia Comunitária e das Políticas Públicas Sociais brasileiras. Neste sentido, a formação de psicólogos da UESPI vem se adaptando aos processos que vem sendo disparados desde então a nível nacional. Através de uma aproximação com metodologias ativas que focalizam a formação buscando uma aprendizagem significativa. O uso da Educação Permanente e de conceitos da Educação Popular vem contribuindo com os movimentos de ensino-aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de um psicólogo capaz de realizar uma leitura mais aproximada com o contexto de sua inserção, diminuindo a distância do mesmo com o indivíduo, ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos entre o profissional e a população. Na experiência desenvolvida na UESPI, o estágio básico em educação em saúde, em conjunto com o Estágio Supervisionado em Psicologia Comunitária, o PET-SAÚDE Controle Social e a Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, vem conseguindo integrar conceitos, vivências e práxis que empoderam os envolvidos na construção de um olhar mais ampliado da prática. A utilização de ferramentas que envolvem os movimentos da cartografia de cada sujeito envolvido, o conjunto de afecções despendidas durante os encontros semanais, além dos portfólios reflexivos individuais desenvolvem sujeitos mais autônomos e capazes de serem mais ativos diante dos problemas do território social experimentado. As experiências atuais caminham para o fortalecimento de uma Psicologia Comunitária dinâmica que se constroem com as nuances de cada experiência e espaços vivenciados. Observa-se que o comprometimento dos psicólogos formados dentro desse processo percorre além da linha tênue da prática pela prática. Estes auxiliam no desenvolvimento do Controle Social, fortalecem as redes

comunitárias e a intersetorialidade no âmbito das políticas públicas. Assim, a formação profissional proposta contribui para o fortalecimento de uma Psicologia Comunitária crítica e focada no desenvolvimento social do sujeito.

2 • Entre micropolíticas e fluxos: para além do território na formação do residente multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, em Teresina – Piauí

Patricia Rocha Lustosa, Universidade Estadual do Piauí

Propomos uma análise dos elementos teóricos acerca das noções de território, singularidades, segmentaridades, linhas de fuga e micropolíticas para disparar o debate sobre a formação do profissional na Residência em Saúde da Família e Comunidade (RMSFC/UESPI). Um dos importantes alicerces da formação proposta pela RMSFC exalta a territorialização como o primeiro passo, de uma série de atividades que serão pensadas e desempenhadas ao longo de dois anos do programa. Com esse mote, propomos uma reflexão sobre o conceito de territorialização, alinhado ao seu duplo, aparentemente opositor, denominado desterritorialização. Contudo, trata-se de fato de uma perspectiva paradoxal de complementariedade, em que é possível traçar nessa paisagem os efeitos da introdução de alguns referenciais cruciais providos nas leituras de Félix Guattari e Gilles Deleuze. As sociedades capitalísticas (um neologismo criado por Guattari) incluem as sociedades capitalistas puras de primeiro mundo e os capitalismos periféricos (ditos de terceiro mundo e o capitalismo burocrático presente no socialismo). Nestas sociedades capitalísticas ocorre a formação de indivíduos, o que implica uma serialização e uma homogeneização, ou seja, os indivíduos são pessoas modelizadas. Na atividade inversa a esta derivam os modos de subjetivação singulares. Já as segmentaridades sublinham o atravessamento por diversas linhas constituindo nossa subjetividade. Esta é cartografada como um mapa, e é nesse mapa que podemos encontrar as linhas. Passam por nós segmentaridades binárias (oposições duais), circulares (círculos cada vez mais amplos) e lineares (cada segmento, aqui, envolve um processo). Faz-se necessário, ademais, diferenciar uma segmentaridade flexível e outra, dura. A segmentaridade dura centraliza a política e impõe ideais. Já uma segmentaridade flexível não há pré-determinação, eles foram construídos e variados dentro da comunidade. Vale uma ressalva nesse momento: nós não podemos pensar nesses segmentos em sua forma pura. Quando Deleuze e Guattari trabalham a noção de linha, eles estão efetivamente falando de três linhas: uma linha relativamente flexível (perspectiva das sociedades com segmentaridade dita primitiva); uma linha dura (perspectiva do aparelho de Estado) e linhas de fuga. Linhas, inclusive as de fuga, produzem subjetividades que são sempre coletivas e os modos particulares como ela se apresenta são os indivíduos. O indivíduo consome subjetividade, ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc. A subjetividade é essencialmente social, mas é assumida e vivida pelos indivíduos em suas existências particulares (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p.33). Os processos de singularização muitas vezes esbarram nos processos de individuação e acabam sendo sobrecodificados, passando a fazer parte da subjetividade capitalística, já reterritorializados. O território para Deleuze e Guattari é um conceito que engloba tanto o espaço vivido, quanto um sistema com o qual

4.5

Eixo Ético na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ético en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

o sujeito está familiarizado. É no território que a subjetividade é apropriada. Quando o território se desterritorializa, a subjetividade engaja-se em linhas de fuga. A tentativa de recompor um território desterritorializado consiste na reterritorialização. Nesse mutante processo, podemos concluir que uma dinamização das práticas no território comunitário acabam se aproximando da necessidade real de discutirmos, micropoliticamente, possíveis redirecionamentos na formação do profissional de saúde coletiva, participe do processo de formação em saúde coletiva.

3 • O que o Psicólogo Comunitário pode aprender com os desafios das culturas da Infância para a escola brasileira no tocante à educação intercultural e ao combate ao racismo?

Nara Maria Forte Diogo Rocha, Universidade Federal do Ceará, Maria de Fátima Vasconcelos da Costa, Universidade Federal do Ceará

A relação com a educação é forte presença em psicologia comunitária, sendo a escola arena de importantes embates identitários dos quais o psicólogo comunitário não pode passar ao largo. Observa-se, ainda uma forte institucionalização da vida infantil, sendo a escola um lugar preferencial deste processo. Esta discussão pretende dar maior enfoque às crianças no contexto escolar, chamando a atenção para sua participação, identidades e pertencimentos no fazer do psicólogo comunitário. Tem como pretexto a apresentação de análises preliminares de um doutoramento em curso que objetiva compreender como as crianças interpretam saberes sobre a Ancestralidade Africana, mediados pela escola. A apropriação de um debate deste tipo complexifica a atuação do psicólogo comunitário ampliando sua visão sobre crianças e escola. O solo teórico que valoriza as contribuições das crianças e também a ancestralidade africana provém da Sociologia da Infância e das Epistemologias do Sul, permitindo considera-las como o Outro do adulto, ou o lado de lá da margem, expresso no Sul como metáfora. As crianças teriam em comum com a situação dos negros no Brasil a invisibilidade seletiva. No caso de tratarem de crianças negras, seria então um duplo véu, apenas levantado em condições específicas que raramente dizem respeito aos interesses da criança. São apresentadas análises preliminares de pesquisa de campo, a respeito da participação de 15 crianças da educação infantil em projeto referente às tradições, que culminou com um desfile de Maracatu (dança folclórica afro-brasileira), em escola privada de uma capital nordestina no Brasil, reconhecida por realizar trabalho na direção diversidade e inclusão. Dentre demandas relacionadas ao como e ao que a criança deve aprender, observa-se a luta pelo reconhecimento e valorização da negritude no Brasil. As manifestações das crianças são compreendidas a partir de seus diferentes modos de engajamento e sensibilidade às questões étnico-raciais, demonstrando posicionamentos que passam pela anulação, reconhecimento e identificação com os diferentes tipos culturais a partir dos convites feitos a elas pela escola. Tais convites se constroem na escola reproduzindo um contexto social mais amplo, do embate entre a valorização da negritude e o preconceito /negação com relação aos negros, bem como da invisibilização do privilégio da branquitude. A "anulação do negro" reproduziria o racismo subjacente à sociedade brasileira. E o "reconhecimento" pode indicar uma aproximação do considerado diferente. A identificação entendida a partir

do que as crianças expressaram, teria sido a ultrapassagem dos marcadores étnicos então reconhecidos por elas, na expressão de um sentimento de identidade. Conclui-se que as crianças, pelo lugar privilegiado que ocupam como alvo preferencial da exclusão social, quando reproduzem interpretativamente, expõem as contraditórias lógicas subjacentes ao pensamento hegemônico, bem como as tensionam, ampliando o campo do que é traduzível na interculturalidade.

Governança e Sustentabilidade: uma interface com a Psicologia Comunitária

Tania Maria de Freitas Barros Maciel, Universidade Federal do Rio de Janeiro

A governança é um modo de resolução dos problemas que pressupõe uma ação coletiva, fundada na coordenação e na cooperação. Pode ser entendida como o conjunto dos mecanismos de gestão de um sistema social em vista de assegurar os objetivos comuns. Seus sistemas em níveis local, nacional e internacional são capazes de assegurar a participação das sociedades visando processos de desenvolvimento comprometidos com a sustentabilidade. Neste sentido, a mesa visa propor um ambiente de diálogo e discussão em torno da questão da governança e da sustentabilidade sob as perspectivas da Psicologia Comunitária. Ao propor trabalhar “com” a comunidade e não “para” a comunidade, a Psicologia Comunitária busca fortalecer a capacidade dos atores sociais de gerarem mudanças e análises críticas da realidade. Os elementos fundamentais desse processo de fortalecimento são, entre outros, a participação, a autogestão, a reflexão crítica e o compromisso (MONTERO, 2010). Esta é uma perspectiva importante: a participação. Psicologia Comunitária sem participação não é Psicologia Comunitária. A participação compreende um exercício de cidadania e interação do ser humano no mundo em que vive, tomando parte e assumindo o bem comum. Contudo, um dos grandes desafios atuais é o ‘fazer coletivo’ e encontrar, no trabalho conjunto com os atores sociais locais, alternativas originais de desenvolvimento que visem à sustentabilidade humana e social. A governança entendida como instrumento de integração, articulação e cooperação entre atores sociais, visa possibilitar a participação de diferentes agentes na construção de um projeto coletivo de busca do bem comum e da sustentabilidade. São os representantes de tais instâncias os interlocutores adequados para o reconhecimento das necessidades locais e para a formulação de propostas adequadas àquelas realidades. Ao envolver a cultura e a participação social, a discussão em torno da governança e da sustentabilidade se amplia em direção às Ciências Humanas e Sociais. Neste contexto, a Psicologia tem muito a contribuir no embate metodológico e político, ao propor que o desenvolvimento do homem é o verdadeiro desenvolvimento. Neste sentido, a mesa visa contribuir na reflexão em torno da interface da Psicologia Comunitária com o processo de governança, acreditando na valorização da dimensão ética como elemento fundamental para qualquer projeto pautado na sustentabilidade. Contudo, diante da época que vivemos de intensas transformações, é necessário que haja um equilíbrio, um exercício de governança na busca de soluções para os problemas e na conscientização de uma nova cultura, relacionada com preocupações de uma vida em comum.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

1 • A participação social sob a ótica da Psicologia Comunitária e sua importância para os processos de governança

Monalisa Barbosa Alves, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diante a época em que vivemos de intensas transformações, nota-se uma tendência para intensificação dos processos participativos. No entanto, uma importante questão que emerge é como responder ao compromisso de participação social frente aos projetos de desenvolvimento sustentável. Tendo em vista a importância de se avançar em novas reflexões sobre os desafios da participação social, o presente trabalho visa promover uma reflexão teórica analisando como esta pode contribuir nos processos de governança com vistas à sustentabilidade. Para tanto, partirá dos referenciais teóricos da Psicologia Comunitária. A Psicologia Comunitária é um campo do conhecimento que emerge de uma psicologia preocupada com a cidadania, apresentando como um de seus elementos fundamentais a participação social. Enfatiza a participação como vetor de desenvolvimento humano e de autonomia; privilegia o trabalho com a comunidade e visa colaborar para a formação da consciência crítica das pessoas. Busca promover a participação para a tomada de consciência em relação às questões sociais e humanas, assim como o fortalecimento dos vínculos comunitários. A base da Psicologia Comunitária se fundamenta no tripé teoria, prática e compromisso social. Neste sentido, remete uma participação com compromisso social. A participação social é premissa para qualquer projeto de desenvolvimento, constituindo a garantia ética de sustentabilidade. Compreendo a participação como o envolvimento dos indivíduos nas discussões, planejamentos, projetos, dentre outras questões que visam contribuir no grupo social em que estiver inserido. É no plano da efetiva participação que as pessoas podem se tornar agentes transformadores e em que os projetos realmente se materializam. Isso remete a uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, bem como a um novo modelo e metodologia de elaboração e execução de projetos centrada em parceria, co-responsabilidade e participação. Neste contexto, é importante debater sobre os instrumentos de participação social no âmbito dos processos de governança visando à construção de projetos coletivos. Com efeito, defender a participação social nestes processos é reconhecer a capacidade dos indivíduos de construir seus próprios caminhos e de intervirem em suas realidades. É através da participação que se alcançará um desenvolvimento mais adequado às realidades locais. É necessário confiança na capacidade e sabedoria desta população, na identificação de seus problemas e na tentativa de soluções originais, considerando seu ritmo, dinamismos e peculiaridades. Nesta perspectiva, o sujeito não deve ser entendido simplesmente como objeto; mas como protagonista de todo o processo. Contudo, o trabalho visa contribuir no debate em torno da interface da Psicologia Comunitária e os processos de governança e sustentabilidade, tomando como escopo a participação social.

2 • Mobilização Online para Conservação da Biodiversidade no Brasil, algumas estratégias e táticas

Marie Louise Trindade Conilh de Beysac e Maria Inácia D'Ávila Neto,
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Do ponto de vista da relação entre diversidade cultural, inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável, a Rio-92 foi inovadora ao tentar abordar a conservação da diversidade biológica através de acordos bilaterais que facultem o acesso a biodiversidade nos países periféricos pelas indústrias, universidades e centros de pesquisas dos países do centro da globalização, enfrentando a questão histórica da invisibilidade da importância da sociobiodiversidade dos países periféricos para a inovação no centro da globalização. Os movimentos sociais da chamada biodemocracia criticam que esses acordos reafirmam o discurso neoliberal que gera os desequilíbrios ecológicos e as desigualdades sociais. Na Rio+20, a despeito da crise financeira de 2008 e da crise econômica que se instaurou globalmente desafiando os mecanismos de governança, a perspectiva do desenvolvimento durável cede lugar à Green Economy. Já em 1999, Escobar observa que a concepção do desenvolvimento sustentável não era jamais problematizada, apesar de críticos do Sul já haverem sinalizado a impossibilidade de harmonizar as necessidades da economia e do meio ambiente, dentro dos marcos institucionais existentes na própria razão econômica. O objetivo deste trabalho é sensibilizar sobre a necessidade de outros - múltiplos - desenvolvimentos duráveis. Desenvolvimentos baseados numa cartografia diferente das relações de poder globais no âmbito do sistema mundo atualmente alicerçado em pilares epistemológicos centrados em cosmovisões europeias/norte americanas modernas/capitalistas coloniais/patriarcais sobre as questões. Entendemos que o respeito à diversidade cultural vai além das políticas afirmativas do multiculturalismo anglo-saxão, mas a uma busca democrática de um maior conhecimento. A metodologia é a análise de páginas Internet dedicadas a mobilização social sobre a conservação da diversidade biológica (período 2011-13). Se, por um lado, os movimentos sociais periféricos, à margem da globalização, buscam frequentemente estratégias criativas para se exprimir nos contextos hegemônicos, para se fazer conhecer para se fazer respeitar. Por outro lado, o discurso hegemônico sobre a biodiversidade liga-se a outros três discursos: a ciência da conservação, o desenvolvimento sustentável e a repartição de benefícios – que se dá mediante direitos de propriedade intelectual, dentre outros mecanismos (Escobar, 1999). Investigar os espaços de fronteira no mundo globalizado - onde ocorre o contato e a dialogia entre economias, políticas e culturas, através de processos relacionais (Canclini 2008). Dentre os resultados, é importante destacar que as webmídias e redes não formam um todo harmônico, há tendências diversificadas no ativismo digital, bem como uma multiplicidade de focos de contestação, observáveis na variedade de grupos e de movimentos reivindicantes. A heterogeneidade de práticas se reflete tanto na apropriação dos recursos virtuais, nas metodologias de trabalho e nas próprias estratégias e táticas. A discussão suscitada é oportuna no contexto de um congresso que se interroga sobre a psicologia comunitária seus limites, fazeres e práticas no contexto de crise social e de exclusão presente na realidade atual. Assim, gostaríamos de destacar que as plataformas web são locais/ferramentas que possibilitam a comunicação

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

de fronteira – coexistindo movimentos de tradução e autoexpressão – que podem contribuir para o surgimento de novas formas de conceber o mundo, principalmente nos espaços de lazer e de fruição compartilhados.

3 • Parque Paleontológico de São José De Itaboraí: Contextualizando a dinâmica da Participação Social

Renata de Souza e Tania Maria de Freitas Barros Maciel, Universidade Federal do Rio de Janeiro

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, localizado em São José, bairro do 6º distrito da cidade de Itaboraí, é legalmente caracterizado como uma Área de Preservação Permanente (Lei Municipal 1.346/95), o que torna o Parque um patrimônio natural. Assim como também é reconhecido pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleontológicos (SIGEP) como um patrimônio geológico de grande valor. Apesar da diferença de denominação, esses dois modos de categorizar o Parque não estão associadas a diferentes significados. Esse patrimônio é resguardado com base no Código Florestal, e de acordo com a caracterização da legislação municipal a respeito desse patrimônio, o Parque é conceituado como uma área protegida. As áreas protegidas são criadas no intuito de proteger os recursos naturais e a biodiversidade. No entanto, essas áreas surgem imersas em uma contradição, pois são concebidas no intuito de proteger a natureza do poder destrutivo do homem, e, nesse sentido, reflete uma visão fragmentada entre sociedade e natureza. No entanto, natureza e sociedade não são elementos opostos, ao contrário, são congruentes e mutuamente influenciáveis. Contudo, as áreas protegidas, apesar de serem criadas para proteger a natureza dos danos causados pelos seres humanos não constituem apenas em locais onde a presença humana é indesejada, essas áreas possuem um caráter social, econômico, cultural e educativo, ressaltados em algumas leis brasileiras, de modo que a dinâmica socioeconômica é inserida para viabilizar a proteção dos bens naturais presentes em áreas protegidas. Nesse sentido, a participação da sociedade em áreas protegidas é reconhecida pelo aparato legal brasileiro como sendo de vital importância para efetivar a política de proteção dessas áreas. Desse modo, devido a participação da sociedade nas estratégias de gestão de áreas protegidas constituir em uma determinação legal, o presente trabalho visa investigar como a temática da participação social é inserida no contexto do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, um local que foi cenário para grandes descobertas científicas e onde durante quase 50 anos abrigou um grande empreendimento que gerou emprego para os moradores e até hoje permeia o imaginário da população local. De tal forma, o Parque abriga não somente uma importância acadêmica, mas também histórica, social, econômica, cultural e educativa. A discussão a respeito da inserção de estratégias de participação bem elaboradas em áreas protegidas é de grande relevância, pois além de resultar de uma determinação legal, podem tornar as medidas de proteção mais eficientes nessas áreas e ainda gerar alguns benefícios para os moradores. Portanto, a discussão relativa a questão da participação social no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí é pertinente para moradores e para os gestores.

Práxis profissional em Psicologia Comunitária junto a contextos ecomunitários de vulnerabilização sociopsicológica: enfoques, caminhos e estratégias de facilitação

Fábio Porto de Oliveira, trabalho solidário voluntário

Propomos aqui um diálogo de natureza ético-política e teórico-metodológica, buscando integrar três experiências profissionais gestadas pelos autores em práxis psicológicas territorializadas, ancoradas em processos sociopsicológicos de tipo comunitário, junto a sujeitos, contextos e espacialidades comunitárias em situação de crônica vulnerabilização ecobiopsicossocial. Esta síntese dialógica visa a relatar e problematizar: a) a promoção da inserção e da atuação comunitária como processos permanentes e básicos de territorialização, referenciamento, vinculação e facilitação do quefazer psicológico-comunitário junto a grupos e comunidades, em teias e redes solidárias; b) a investigação crítico-propositiva do processo de formação do profissional de psicologia no campo da saúde (pública) coletiva, através da Residência Integrada em Saúde, e suas incursões (trans)formativas pelo território, juntamente com os sujeitos comunitários; e c) a promoção da atenção psicológica junto a populações em situação de rua, mediante a reinvenção crítica e sensível da clínica psicológica no serviço público governamental para acompanhar os trajetos de subjetivação destes sujeitos. Do encontro crítico e criativo entre estas experiências de atuação, podemos destacar como pontos críticos: 1) alto nível de complexidade da trama de fatores que traçam os quadros de vulnerabilização, desde a dimensão pessoal-existencial, remetendo mais à identidade do psicólogo em campo, até a dimensão político-governamental, da política pública, passando pelas questões ético-políticas, com a evidenciação das relações de poder e disputa entre visões, valores e interesses antagônicos; 2) o desenho epistemológico e metodológico do lócus de atuação, contextualizado e específico, local e sui generis, subjetivado, e também ampliado, itinerante, nomadizado para acompanhar a errância dos vetores de subjetivação e vinculação social, permitindo um efetivo enlace com o território, com a espacialização do psiquismo do sujeito no campo de práxis, operacionalizando uma clínica ampliada e aprofundada; 3) a ideologização da formação em psicologia, que limita e reduz o potencial transformador e libertador que a práxis psicológica teria frente a quadros ecossociais desumanizadores, intensificando as fachadas, barreiras e distanciamentos ideologizados, tecnocientificistas, entre o profissional (a pessoa) em (trans)formação e o sujeito comunitário no território, no campo de práxis; 4) a precarização das relações e condições de trabalho para o funcionamento da ação governamental de operacionalização das políticas públicas de seguridade social. As principais estratégias e potências de desenvolvimento e superação mostram-se reunidas basicamente na relação com o processo de territorialização da atenção e da atuação: i) a relação direta, face a face, com os sujeitos comunitários envolvidos na atenção; ii) o conjunto de relações e afetações com o socioambiente, com as territorialidades vivenciadas, com a trama identitário-subjetiva dos espaços, lugares, comunidades; iii) a autonomia crítica e criativa para o desenho e concretização participativa e coletiva de arranjos inter(in)ventivos para convivência, resistência e superação dos quadros e fatores vulnerabilizadores; iv) a atuação em rede, com a construção de teias dinâmicas de vínculos, recursos, iniciativas solidárias; v) o desenvolvimento e renovação do corpo teórico-metodológico da práxis psicológica mediante a

4.5

Eixo Ético na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ético en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

atuação em contextos territoriais, ecossociais e comunitários; vi) a efetivação do eixo teoria-prática-compromisso social, fomentando processos sociopsicológicos libertadores, da pessoa do profissional, dos sujeitos comunitários, e do próprio saber-fazer da Psicologia Comunitária.

**1 • Movimento Cultura & Consciência Biocêntrica (mc²BIO):
inserção comunitária na promoção de uma práxis
psicológica libertadora, ecomunitária e biocêntrica**

Fábio Porto de Oliveira, Movimento Cultura & Consciência Biocêntrica (mc²BIO)

O enfoque desta experiência objetiva partilhar achados e refletir criticamente sobre o processo sociopsicológico de inserção comunitária, fundamental à promoção de uma práxis psicológica libertadora, ecomunitária e biocêntrica. Nasce da atuação do autor como psicólogo comunitário, em cooperação solidária junto ao movimento comunitário propriamente dito, fruto genuíno da organização autogerida em comunidades com significativo estado de mobilização social. Esta atuação profissional consiste em uma consultoria em Psicologia Comunitária junto ao chamado Movimento Cultura & Consciência Biocêntrica (mc²BIO), nascido na Vila do Estevão, em Canoa Quebrada, Aracati-CE, apoiado pela Associação de Moradores do Estevão de Canoa Quebrada (AME CQ) e pelo Conselho Comunitário de Canoa Quebrada (CCCQ). O objetivo central do mc²BIO é cultivar o florescimento de uma consciência biocêntrica, estimulando a conscientização individual e coletiva, com vistas ao desenvolvimento ecossustentável e solidário da região. Como psicólogo comunitário, o autor coordenou e deflagrou, com equipe transdisciplinar de profissionais e estudantes, estagiários, pesquisadores e extensionistas, desde janeiro de 2011, um intensivo processo de aproximação e vinculação socioafetiva com sujeitos, famílias, grupos e entidades comunitárias, lançando condições básicas para a criação de caminhos e possibilidades de integração e desenvolvimento ecossocial comunitário (ecomunitário). Este processo apresenta-se em um continuum progressivo de facilitação do modo de vida da comunidade, iniciando-se com a inserção e vinculação comunitária, aprofundando-se com a pactuação da atuação comunitária, partilhada entre os agentes externos e os agentes internos (sujeitos moradores da comunidade). A consolidação da inserção comunitária do profissional de Psicologia já é por si uma atuação, na medida em que a presença inteira e ativa em campo já promove movimentos interativos nas configurações da identidade comunitária. A inserção comunitária permite o "fazer-com", ao invés do "fazer-por" (assistencialismo) ou "fazer-para" (tecnicismo), avançando na direção de uma autonomização interconectada, integradora, com diálogo solidário entre os diversos saberes e práticas, potencializando as forças criativas e ativas dos moradores na qualidade de sujeitos investigadores. Um importante produto estratégico desta inserção comunitária foi a elaboração de uma matriz de programas e projetos de desenvolvimento ecomunitário, cuja realização vem se dando em conexão com as situações-problema e com as oportunidades que se apresentam nos vários contextos cotidianos. Esta matriz cartografa a identidade de uma articulação (inter)comunitária, uma movimentação de moradores-atores sociais (moradores), um gesto que expressa o estado da

mobilização comunitária local, que atualmente vem se configurando como uma teia de visões, princípios, vinculações, relações, estratégias, recursos e ações, que vem se interconectando, se permutando e se metamorfoseando progressivamente, oferecendo mesmo inovações no campo das tecnologias sociais para gestão e mobilização do desenvolvimento comunitário. A inserção comunitária ainda proporcionou significativo acesso da equipe a todas as faixas etárias, categorias sociais e atividades comunitárias, permitindo o planejamento da demanda e a pactuação da atuação cooperativa, com ações estratégicas de potenciação da identidade pessoal e comunitária, dentre as quais: desenvolvimento e integração da gestão comunitária; facilitação da convivencialidade comunitária biocêntrica; animação de processos de mobilização e participação comunitária; acompanhamento e suporte aos processos ecoprodutivos comunitários; promoção da saúde (mental) comunitária; promoção da arte e da cultura tradicional local.

2 • Percepções da atuação do psicólogo residente em contextos comunitários

Maria Zelfa de Souza Feitosa e Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Universidade Federal do Ceará

As Residências em Área Profissional da Saúde fazem parte de um processo de reorganização da formação e Educação Permanente de profissionais para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), surgidas a partir das demandas do próprio sistema. Com diversas denominações, estes programas de ensino enfrentam inúmeras dificuldades de implantação, geradas, principalmente, pelos jogos de poder que se estabelecem nos campos científico e social, ao mesmo tempo em que se apresentam como potentes estratégias de qualificação, fomentando o desenvolvimento de práticas inovadoras no campo da saúde. No Ceará, a Residência Integrada em Saúde (RIS), vinculada à Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE) contempla várias profissões da saúde, dentre as quais está a Psicologia. Neste programa propõe-se a formação do profissional a partir de um trabalho integrado entre as categorias profissionais e de sua inserção nos campos de práticas, os quais se localizam na capital e em municípios do interior do Estado, pois se pretende a interiorização da Educação Permanente, visando ao fortalecimento das Redes do SUS. Diante deste quadro, tomamos por objetivo do presente trabalho discutir a atuação do psicólogo na RIS, mediante as dificuldades e potencialidades percebidas por ele no campo de inserção. A metodologia adotada, de cunho qualitativo, consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com 18 psicólogos residentes da RIS-ESP/CE, nas ênfases de Saúde da Família e Comunidade e Saúde Mental Coletiva. Estas entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas e analisadas por meio da análise de discurso, com o auxílio do software Atlas ti 5.2. Os resultados preliminares das análises apontam, entre as dificuldades percebidas, as disputas e jogos de poder no território; o desafio de efetivação do trabalho em equipe multiprofissional de forma integrada; a falta de compreensão do papel da RIS, por parte de outros setores e da gestão municipal; demissão de profissionais vinculados ao município, acentuando o excesso de atividades do residente; falta de recursos financeiros para preceptores; e organização dos serviços. Quanto ao que potencializa o trabalho no território, foram elencadas

a identificação do profissional com o trabalho na saúde; a percepção de resultados satisfatórios das atividades realizadas; as relações com a comunidade; a identificação de outros os profissionais como parceiros; e o suporte oferecido pela ESP. Conclui-se preliminarmente que as principais dificuldades percebidas pelos sujeitos referem-se à estruturação dos serviços e à postura das gestões municipais, que, demitindo profissionais contratados, dificulta o desenvolvimento das atividades dos residentes, confunde suas atribuições ao tentar responsabilizá-los pelos serviços, indo na contramão do que preconiza a Política e o Regimento da RIS-ESP/CE, e acentua a precarização do trabalho na saúde. As relações estabelecidas no território apresentam contrates, sendo apontadas como dificuldades, principalmente no que tange à efetivação do trabalho em equipe, mas também como potencializadoras da atuação. O trabalho comunitário, que promove o encontro entre profissionais e usuários e configura-se nas práticas de territorialização, grupais, extramuros, intersetoriais, nas visitas domiciliares, entre outras, foi apontado como um dos mais fortes elementos de incentivo e potencialização do trabalho nos serviços de saúde.

3 • Atuação do psicólogo em situação de rua - experiências de campo no Consultório de Rua

Antonio Fábio Coelho Paz e Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Universidade Federal do Ceará

A presença de pessoas convivendo nas ruas das cidades não é um fenômeno recente, fruto apenas das formas de viver na sociedade atual. Há registros de pessoas em situação de rua em vários relatos que datam de séculos atrás, revelando profundas desigualdades sociais que permanecem ainda hoje. No Brasil, essas pessoas não eram nem contabilizadas nos censos nacionais, e apenas nos últimos 10 anos tem ganhado visibilidade em documentos oficiais, como "A política Nacional para inclusão social da população em situação de rua", de 2008, resultado de discussões interministeriais desde 2006, com a participação dos movimentos sociais, principalmente o Movimento Nacional da População de Rua, criado em 2004. Algumas estratégias e políticas públicas de vários setores do poder público foram elaboradas para tentar abarcar as várias questões concernentes à sobrevivência de pessoas em situação de rua. Entre elas destacam-se os Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), na Assistência Social, e os Consultórios de Rua, na Saúde. Em ambos, o psicólogo é um profissional muito requisitado a compor as equipes desses serviços. Em Fortaleza-CE, o autor deste trabalho atuou no Consultório de Rua durante mais de 3 anos, compondo a equipe de implantação. Neste trabalho serão abordados aspectos teórico-práticos da atuação itinerante do psicólogo em Consultório de Rua, tendo como diferencial as características das práticas de campo, onde se destacam a relação pessoa-ambiente e a intersetorialidade das ações. A relação pessoa-ambiente é compreendida como potencial para desenvolver ações individuais e coletivas. Nesse sentido, encontramos caminhos que apontam para a superação de modelos de atuação descontextualizados do cotidiano de populações específicas, como as pessoas em situação de rua, as quais estabelecem relações contraditórias com os espaços públicos. O lugar de onde conseguem seu sustento é o mesmo onde vários dos

seus direitos são violados. Cada campo de atuação em abordagem de rua apresenta características próprias que mostram estreita relação com as pessoas que ali convivem. Assim, precisam ser identificados os potenciais e as limitações relativas aos sujeitos, aos lugares e às relações pessoa-ambiente na atuação do psicólogo comunitário. Diante da variedade e complexidade das demandas apresentadas pela população em situação de rua, a atuação em rede intersetorial configura-se como um aspecto fundamental. Tal rede parece ainda não estar preparada para dar respostas às demandas dessa população, fazendo-se necessária ativa participação de profissionais que convivem com a realidade de campo no sentido da produção do cuidado em redes bem articuladas e efetivas. O fazer do psicólogo em situação de rua emerge como uma configuração atual, para a qual são necessárias reflexões contextualizadas para cada cultura local e nas relações pessoa-ambiente, compreendendo aí o fortalecimento da rede intersetorial.

Psicologia Comunitária e suas contribuições para as implicações psicossociais da pobreza

Verônica Morais Ximenes, Universidade Federal do Ceará

No Brasil, nos últimos anos, houve um processo de redução da pobreza. No entanto, ainda há uma quantidade significativa de pessoas vivendo nessa situação no território brasileiro e latino americano. Além disso, a pobreza constitui-se como um fenômeno multidimensional (Sen, 2010), a ser compreendido como um contexto de privação promotor de diversos impactos negativos, de ordem socioeconômica e simbólica, na vida dos indivíduos imersos nessa situação. Sendo, portanto, necessário à Psicologia lançar olhares e intervenções para essa realidade. A Psicologia Comunitária, uma área da Psicologia Social da Libertação, historicamente tem problematizado e posto a ciência psicológica a serviço da superação dos problemas sociais e humanos próprios dos contextos de pobreza, a partir do desenvolvimento de investigações e intervenções em diversas comunidades. Assim, a mesa redonda proposta tem por objetivo problematizar a atuação da Psicologia Comunitária em contextos de pobreza, a partir do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), espaço que desde a década de 1980 desenvolve projetos em comunidades urbanas e rurais em situação de pobreza no estado do Ceará/Brasil. Esta escolha por atuar com comunidades pobres advém de uma opção ética pela libertação das realidades de opressão. Assim, o primeiro trabalho apresenta aspectos histórico e teórico-metodológicos da Psicologia Comunitária no Ceará. Evidencia-se as especificidades e as relações entre os campos teóricos para guiar intervenções e pesquisas em Psicologia Comunitária. Os outros dois trabalhos apresentam resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo NUCOM que visa analisar as implicações psicossociais da pobreza em comunidades urbanas e rurais, tomando como elemento de análise categorias fundamentais à Psicologia Comunitária. Um dos trabalhos analisa a relação entre as categorias saúde mental e bem-estar, e a expressão destas em contextos rural e urbano marcados pela pobreza. Almeja-se identificar particularidades existentes em cada contexto, que possam contribuir tanto ao sofrimento e fragilização do sujeito, como ao auxílio a ações de promoção da saúde e ao desenvolvimento individual e comunitário. O outro trabalho versa sobre as categorias fatalismo, esperança e senso de comunidade,

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

tecendo uma relação entre elas e analisando o seu impacto em moradores de comunidades do estado do Ceará e do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, identifica-se que é necessário enfrentar o fatalismo a partir da promoção da esperança e do desenvolvimento comunitário em uma perspectiva crítica e problematizadora. Dessa maneira, tem-se uma mesa com trabalhos empíricos sobre a realidade brasileira de desigualdade e pobreza, como também, apontamentos teórico-metodológicos para criação de estratégias de enfrentamento a essa realidade. A referida mesa, situa-se no eixo Ética na dimensão planetária e na defesa da vida, uma vez que possibilita elementos importantes ao debate sobre a construção de uma vida justa e igualitária aos povos e as contribuições da Psicologia Comunitária neste propósito.

1 • História e Perspectivas Teórico-Methodológicas da Psicologia Comunitária no Ceará

João Paulo Pereira Barros e Verônica Morais Ximenes, Universidade Federal do Ceará

Devido à diversidade teórico-conceitual da Psicologia Comunitária que vem sendo tecida internacionalmente, de meados do século XX a atualmente, bem como a pluralidade de práticas que se afirmam como tal, este trabalho pretende discutir aspectos históricos e teórico-metodológicos da Psicologia Comunitária que vem sendo construída, há mais de trinta anos, no estado do Ceará, no Nordeste do Brasil, a partir das práxis iniciadas pelo professor Cezar Wagner de Lima Góis e desenvolvidas pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC), mediante revisão crítica das principais produções que sistematizam suas reflexões e experiências. Assim, num primeiro momento, o trabalho abordará aspectos marcantes do advento dessa proposta de Psicologia Comunitária no Ceará, destacando também suas perspectivas acadêmicas e sociais, em suas similitudes e particularidades em relação à trajetória de construção da Psicologia Comunitária na América Latina e no Brasil. Ressalta-se que o NUCOM, como espaço do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, possibilita a sistematização e o aprofundamento dessa proposta de Psicologia Comunitária, tanto em contextos rurais, quanto em espaços urbanos, seja em parceria com movimentos sociais, seja em interlocuções com políticas públicas. Num segundo momento, aponta-se que a Psicologia Comunitária que vem sendo desenvolvida pelo NUCOM vem se fundamentando em cinco marcos teórico-metodológicos principais, quais sejam: a Educação Popular, de Paulo Freire, a Biodança, criada por Rolando Toro, a Abordagem Rogeriana, a Psicologia Histórico-Cultural, cujo principal expoente é Lev Vigotski, e a Psicologia da Libertação, a qual tem Ignácio Martin-Baró como seu maior ícone. Sobre esse ponto, o trabalho salienta que esses marcos teórico-metodológicos, de acordo com as atuais sistematizações a respeito, articulam-se, no âmbito da Psicologia Comunitária desenvolvida pelo NUCOM, por um Paradigma da Complexidade e por uma Ética da Libertação. Por fim, concernente ao acervo metodológico das intervenções em Psicologia Comunitária, o trabalho apresenta caminhos, estratégias e técnicas de atuação que têm sido pensadas e executadas no âmbito do NUCOM, em suas experiências de extensão em comunidades, bem como no âmbito de muitas práticas profissionais em comunidades que

tem se ancorado no legado na Psicologia Comunitária, no Ceará. Destacamos, à guisa de conclusão, que esse o acervo metodológico que sustenta essa proposta de Psicologia Comunitária ora em destaque apresenta a participação e o diálogo problematizador com dois dos seus principais amálgamas. Dessa maneira, acredita-se que a discussão proposta por este trabalho, ao trazer à tona saberes e fazeres proveniente de um arranjo teórico-metodológico específico em Psicologia Comunitária, pode oferecer pistas profícuas para aprofundar o debate sobre o desafios, os limites e os fazeres no tocante à Psicologia Comunitária no Mundo Atual.

2 • Saúde Mental, Bem Estar e Pobreza: um estudo em comunidades urbana e rural do Nordeste do Brasil

Bárbara Barbosa Nepomuceno, Faculdade Luciano Feijão, João Paulo Pereira Barros, Universidade Federal do Ceará, Jader Ferreira Leite, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O artigo analisa as relações entre saúde mental e bem-estar em contextos rurais e urbanos marcados pela pobreza. Pobreza é tomada como um fenômeno multidimensional, forjado e perpetuado em meio ao sistema capitalista neoliberal, a partir de processos estruturais de exclusão e desigualdade social com marcantes implicações no bem-estar e nos estados de saúde da população. Assume-se também o pressuposto de que as realidades rurais e urbanas possuem especificidades que devem ser analisadas em maior profundidade. A saúde mental, enquanto um fenômeno complexo e multideterminado, sofre influências de ordem biológicas, psicológicas, sociais, culturais, econômicas e morais e que no processo de construção da saúde mental e do sofrimento psíquico são influentes o contexto em que o sujeito vive e sua história de vida singular. Bem-estar, por sua vez, relaciona-se à avaliação global que o sujeito faz de sua vida, considerando os aspectos: nível de vida, saúde, realização na vida, relacionamentos, segurança, conexão com a comunidade, futuro, segurança e espiritualidade/religião. A análise toma por base uma pesquisa de cunho quantitativo realizada com 417 sujeitos adultos, moradores de duas comunidades, uma urbana (Bom Jardim) e outra rural (Canafistula), do estado do Ceará, no Nordeste do Brasil. Os dados foram construídos a partir da aplicação de questionários, compostos de dados sociodemográficos e das escalas Personal Wellbeing Index (PWI) e Self Report Questionnaire (SRQ-20). Foram encontradas diferenças significativas nos resultados de moradores das comunidades urbana e rural em relação ao bem-estar e à prevalência de transtornos mentais comuns (TMC), com uma maior média de bem-estar no contexto rural, enquanto que a amostra urbana teve maior média em relação à prevalência de TMC. A variável renda influenciou significativamente a média do SRQ-20, fato não observado entre o bem-estar, apresentando maior prevalência de TMC entre pessoas com menor renda. Além disso, obteve-se que existe uma correlação negativa entre bem-estar e TMC. Conclui-se, a partir dos dados, que apesar de uma maior presença da pobreza nas áreas rurais, os índices de bem-estar e saúde mental são melhores nesse contexto. Tal constatação demonstra que apesar das dificuldades econômicas e estruturais vividas pela população rural, há elementos psicossociais protetivos e fortalecedores que imprimem uma melhora qualidade de vida. O que demonstra que o modo

4.5

Eixo Ético na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ético en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

de organização e vida das grandes cidades fragilizam seus moradores e os deixam mais vulneráveis ao desenvolvimento de sofrimento psíquico. Fica nítido também que o enfrentamento de problemáticas como pobreza e o sofrimento psíquico fatores de ordem social, cultural, econômica e singulares devem ser considerados. Assim como, as particularidades dos contextos em que tais fenômenos se estruturam e se mantêm. O presente trabalho, situado no eixo Ética na dimensão planetária e na defesa da vida, traz importantes contribuições a reflexões sobre os modos de vida e organização das comunidades, em suas dimensões materiais e simbólicas, e como estes influenciam diretamente na vida de seus habitantes.

3 • Pobreza e Fatalismo: impactos na dinâmica comunitária e na esperança de moradores brasileiros

Elívia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará, Bárbara Barbosa Nepomuceno, Universidade Federal do Ceará, Jorge Castellá Sarriera e James Ferreira Moura Júnior, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Apesar dos avanços na qualidade de vida dos brasileiros nos últimos anos, a pobreza ainda é central em muitas comunidades. O fatalismo pode ser abordado como uma das consequências dessa realidade. Este conceito pode ser entendido nos âmbitos comportamental, ideacional e afetivo vinculados a uma posição conformista, resignada e/ou agressiva. O fatalismo é desenvolvido como uma estratégia de reação a uma realidade opressora, desigual e estática. Ele pode impactar no senso de comunidade e no modo como os indivíduos em situação de pobreza constroem suas elaborações sobre o futuro. Compreendendo a temática central da Conferência, observa-se que esse trabalho está relacionado com um fenômeno estrutural e social ainda presente na realidade do Brasil e de muitos países do mundo. Percebendo a pobreza como uma estratégia opressora de manutenção da desigualdade social, são necessárias posturas éticas em relação a produção de conhecimento e de ações para as pessoas situadas nesse contexto. Entende-se, assim, esse trabalho como vinculado ao eixo Ética na dimensão planetária e na defesa da vida, porque se deve atuar e construir conhecimento em Psicologia voltados para o enfrentamento dessa realidade de desigualdade social e pobreza. Tem-se, então, como objetivo dessa apresentação: analisar as implicações da pobreza nas expressões do fatalismo, da esperança e do senso de comunidade de moradores de dois estados brasileiros (Ceará e Rio Grande do Sul). Este estudo teve uma base quantitativa. Foram utilizadas escalas para mensuração do fatalismo, senso de comunidade e esperança. É importante salientar que o fatalismo é compreendido nesse estudo como constituído também dos construtos pessimismo, controle divino e sorte. Fizeram parte dessa pesquisa 731 adultos, sendo 400 deles do estado do Ceará e 331 do Rio Grande do Sul. Eles foram divididos em 4 grupos (extrema pobreza, pobreza, renda moderada e renda adequada). Na Análise de Regressão Múltipla, as variáveis senso de comunidade ($B = 0,250, P < 0,001$) e esperança ($B = -0,215, P < 0,001$) foram examinadas como preditoras negativas do fatalismo. Em seguida, foi realizada uma MANOVA considerando de forma conjunta as variáveis dependentes como se fossem uma única variável. Constata-se que há diferença significativa na interação das variáveis Fatalismo, Senso de Comunidade e Esperança entre os quatro

grupos com rendas diferentes. Identificou-se que pessoas em extrema pobreza e pobreza têm índices de fatalismo, pessimismo, controle divino e sorte entre os mais altos; e os de esperança e senso de comunidade entre os mais baixos. Indivíduos situados em uma faixa adequada de renda têm níveis de fatalismo, pessimismo e controle divino mais baixo. Conclui-se que pobreza tem implicações psicossociais na vida dos que a vivenciam. As atitudes de pessimismo, desesperança, sorte e fatalismo e o enfraquecimento das redes comunitárias articulam-se e favorecem a manutenção do status quo. Assim, como forma de enfrentar esse desafio atual em Psicologia Comunitária, são necessárias a criação de estratégias de fortalecimento dos indivíduos imersos nessa realidade de pobreza, promovendo o desvelamento do fatalismo e a possibilidade de construção de um senso de comunidade positivo e de esperança.

Resiliência Comunitária: Articulações teóricas e práticas

Normanda Araujo de Moraes, Universidade de Fortaleza

Cada situação de desastre ou catástrofe (seca, enchente, incêndio, dentre outros) que uma comunidade sofre representa um dano potencial em termos de perdas, de recursos e vidas. Tal adversidade pode significar o desafio para mobilizar as capacidades solidárias da população e para efetuar processos de renovação/superação que atuam tanto como um “escudo protetor” da comunidade (diminuindo os efeitos da adversidade), como também como um elemento capaz de “metabolizar” o evento negativo, gerando transformações positivas a partir do mesmo. À capacidade de reação que cada comunidade desenvolve visando à superação das mais variadas situações de desastres ou catástrofes, a literatura nomeia resiliência comunitária (RC). No entanto, para além das importantes implicações práticas que esse conceito permite, verifica-se que o mesmo ainda tende a ser desconhecido no campo da intervenção social, dos estudos de resiliência, da Psicologia e, inclusive, da Psicologia Comunitária. Com base nessa constatação e visando a preencher essa lacuna é que a mesa redonda aqui proposta terá como objetivo apresentar o conceito de resiliência comunitária, discutindo articulações teóricas e práticas do mesmo. O primeiro trabalho intitulado “Análise do estado da arte do conceito de Resiliência Comunitária” busca apresentar uma revisão sistemática da literatura acerca do tema resiliência comunitária. Os resultados da análise da literatura corroboram a “novidade” da temática, evidenciando a escassez de teorizações nacionais sobre a mesma. Sugerem, ainda, a importância do desenvolvimento e publicação de estudos no campo da resiliência comunitária que estejam mais fortemente embasados em evidências (dados empíricos) e em reflexões teóricas igualmente mais aprofundadas e problematizadoras das diferentes realidades sociais. O segundo trabalho intitula-se “Resiliência Comunitária após um evento extremamente adverso: o caso do incêndio em Santa Maria/RS” e tem como objetivo articular o conceito de RC com eventos decorrentes do incêndio ocorrido na cidade de Santa Maria/RS, em janeiro de 2013. As autoras mencionam dois grandes indicadores de RC: a ampla mobilização social e o processo de revisão de procedimentos relacionados com a prevenção de incêndios em locais públicos, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. Por fim, o terceiro trabalho, nomeado “Levantamento das necessidades em saúde mental e sanitização dos desabrigados da enchente do

rio Mundaú, Alagoas” mostrou importantes demandas de saúde mental (sintomas de depressão, ansiedade, ideação suicida, choro, distúrbios de sono e conflitos interpessoais nos abrigos comunitários) e higiene da população atingida pela enchente em municípios alagoanos no ano de 2010. O processo de levantamento de necessidades foi essencial para o desenvolvimento do plano de ação que foi elaborado na sequência visando responder às necessidades psicossociais e de sanitização da população abrigada. Os trabalhos apresentados deverão permitir uma articulação teórica e prática do conceito de resiliência comunitária, sobretudo no que diz respeito ao enfrentamento de dilemas sociais importantes e/ou de situações de extrema adversidade, como é o caso dos desastres.

1 • Análise do estado da arte do conceito de Resiliência Comunitária

Normanda Araujo de Moraes e Josean da Silva, Universidade de Fortaleza

A resiliência comunitária (RC) pode ser compreendida como a capacidade que uma comunidade desenvolve ao lidar e ultrapassar as desventuras a ela impostas. Em linhas gerais, pode-se dizer que se trata de um conceito relativamente recente e que não há muita clareza com relação a qual é o processo a ser percorrido pela comunidade para vivenciar essa experiência de superação em conjunto, ou seja, quais as ferramentas para ela superar uma situação de emergência e/ou desastre. A incipiência do tema certamente herda influência de práticas psicológicas eminentemente focalizadas no aspecto individual e também nas patologias, riscos e vulnerabilidades, seja no âmbito individual e/ou comunitário. O olhar acerca dos recursos (internos e externos) mobilizados por uma comunidade visando à superação das adversidades constitui-se como uma importante ruptura paradigmática, para a qual o conceito de resiliência comunitária desponta como uma importante contribuição. Este trabalho tem como objetivo apresentar o estado da arte do tema da RC, a fim de melhor contextualizar a produção sobre o mesmo e descrever os principais aspectos relacionados a esse conceito na literatura analisada. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, definindo-se o recorte temporal da última década (2003-2013), quartel histórico a partir do qual se percebe crescente interesse da comunidade científica em discutir questões relativas ao fenômeno. As seguintes bases de dados foram consultadas: Index Psi, Revistas Técnico-Científicas, PePsic, SciELO, LILACS e Medline, além de dois importantes repositórios relacionados à temática da RC, a saber: os repositórios da REND Corporation nos Estados Unidos e da Biblioteca Nacional de Maestro – BNM na Argentina. No total foram identificados 55 trabalhos. A seleção usou como critério de escolha as combinações de descritores que, além da RC, representassem catástrofes, superação e progresso comunitário. Pode-se constatar, portanto, que especificamente sobre a RC, há predominância de publicações limitadas à esfera internacional com acentuada presença latino-americana e moderada exposição norte-americana; registrando-se, ainda, a inexistência nacional de trabalhos especificamente sobre a RC, tanto no que se refere a textos teóricos quanto a relatos de intervenção. Sugere-se, assim, a importância do desenvolvimento e publicação de estudos no campo da resiliência comunitária que estejam mais fortemente embasados em evidências (dados empíricos) e em reflexões teóricas igualmente mais aprofundadas

e problematizadoras das diferentes realidades sociais. Entende-se que o fomento de estudos/experiência práticas nesse campo poderá subsidiar a discussão sobre a saúde comunitária frente a estressores ocasionados por catástrofes naturais/sociais, como enchentes, deslizamento de encostas, terremotos, tsunamis, ou aquelas catástrofes perenes que, por serem tão rotineiras já se naturalizaram, como a seca no sertão nordestino.

2 • Resiliência Comunitária após um evento extremamente adverso: o caso do incêndio em Santa Maria/RS

Jana Gonçalves Zappe e Debora Dalbosco Dell'Aglio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A proposta deste trabalho é discutir o conceito de Resiliência Comunitária, que ressalta o potencial de adaptação e transformação de comunidades a partir das modificações impostas por situações de extrema adversidade, buscando articulá-lo com eventos decorrentes do incêndio ocorrido na cidade de Santa Maria/RS, em janeiro de 2013. Este incêndio foi classificado como o segundo mais devastador da história do Brasil, pois resultou em 242 mortes e mais de 600 pessoas ficaram gravemente feridas, em sua maioria jovens. Apesar de se reconhecer as consequências negativas da destruição, das perdas de recursos e do alto número de vítimas, cada vez mais se pode constatar que os grandes desastres possibilitam a ressignificação dos desafios em oportunidades para crescimento e desenvolvimento, resultando em um funcionamento mais saudável para pessoas e comunidades. Após o incêndio em Santa Maria, dois aspectos destacam-se como indícios de manifestação de resiliência comunitária: a ampla mobilização social e um processo de revisão de procedimentos relacionados com a prevenção de incêndios em locais públicos. Graças a uma intensa mobilização social, houve a presença maciça de recursos humanos abundantes e rápidos, os quais foram importantes para os processos de enfrentamento e reconstrução pós-desastre. Os diversos rituais e manifestações públicas que se seguiram ao evento evidenciaram uma comunidade mais ativa para lutar por um mundo mais justo e seguro. Após o incêndio, diversos locais foram vistoriados e fechados em todo o país, pois o incêndio iniciou um amplo debate no Brasil sobre a segurança e o uso de efeitos pirotécnicos em ambientes fechados com grande quantidade de pessoas. A responsabilidade pela fiscalização de locais públicos também foi debatida. Houve manifestações em toda a imprensa nacional e mundial, que variaram de mensagens de solidariedade a críticas sobre as condições das boates no país e a omissão das autoridades. A prevenção contra incêndios foi amplamente debatida, chegando à elaboração e aprovação de um projeto de lei que eleva o rigor na prevenção contra incêndios no Rio Grande do Sul. Diante disso, pode-se considerar que, apesar do alto número de vítimas fatais e do grande número de pessoas física e psicologicamente afetadas, é possível identificar indícios de processos de desenvolvimento positivo após o desastre com a consequente manifestação de resiliência comunitária. A mobilização comunitária evidenciou o papel fundamental da rede de apoio familiar e comunitária na promoção da saúde e no bem-estar de pessoas e comunidades afetadas por desastres. Assim, salienta-se a necessidade do estabelecimento de redes de apoio familiar e social efetivas e eficientes como estratégias preventivas para o enfrentamento de crises, tornando pessoas e

4.5

Eixo Ético na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ético en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

comunidades mais fortalecidas e oportunizando que processos de resiliência comunitária se manifestem até em situações de grandes crises.

3 • Levantamento das necessidades em saúde mental e sanitização dos desabrigados da enchente do rio Mundaú, Alagoas

Christina Sutter, Universidade de Fortaleza

O presente trabalho é o relato da experiência de uma missão exploratória realizada poucos dias após a enchente do rio Mundaú, em junho de 2010, que atingiu 21 municípios em Alagoas e Pernambuco, deixando 25 mil desabrigados e mais de 100 mortos. O objetivo da missão era verificar a necessidade de organizar um programa de saúde mental e sanitização nos municípios mais gravemente atingidos de Alagoas (Branquinha, Murici, Santana do Acaraú, União dos Palmares). Para isso foi realizado um levantamento das condições dos abrigos improvisados em escolas, igrejas, ginásios de esporte e rodoviárias, bem como uma prévia avaliação da saúde mental da população sinistrada. O trabalho de levantamento foi realizado através de visitas aos abrigos, entrevistas com os abrigados, entrevistas com os profissionais da rede existente de saúde mental (CAPS) e de órgãos públicos, tais como as secretarias de saúde e prefeituras. Verificou-se a necessidade de apoio psicossocial à população traumatizada e em estado de choque, devido o enorme impacto do desastre que deixou estes municípios parcial ou totalmente arrasados pela força das águas, atingindo não só as famílias que perderam suas casas, mas a própria estrutura econômica da região, tal como usinas de álcool e plantações. Muitas pessoas apresentavam sintomas de depressão, ansiedade, ideação suicida, insônia e pesadelos e entre a população masculina inativa nos abrigos havia um elevado uso de álcool. As crianças apresentavam sintomas de choro e distúrbios do sono. Igualmente constatou-se a urgente necessidade de medidas de sanitização e decompressão de abrigos em que muitas famílias foram reunidas sem condições mínimas de higiene. Também observamos que nos abrigos em que o sentimento comunitário estava presente, em torno de laços pré-existentes ao desastre, tais como as escolas que abrigaram as famílias de alunos, havia uma melhor organização e cuidado com o espaço físico, com concomitante apoio mútuo, em comparação aos abrigos que chegavam a reunir aleatoriamente 50 famílias sem divisão apropriada do espaço físico, coabitando de forma desordenada e sem nenhuma liderança. Nestes abrigos as condições de higiene eram extremamente precárias e muitos conflitos interpessoais ocorriam diariamente. Como conclusão da missão exploratória, um plano de ação foi elaborado para responder às necessidades psicossociais e de sanitização da população abrigada.

An Ecological Perspective on Understanding and Intervening with Refugees in Resettlement

Dina Birman, University of Miami

The proposed roundtable brings together three scholars whose work focuses on understanding adaptation of refugees in the U.S. context. This roundtable addresses the meeting theme of Ethics in global dimension and in life's defense Axis, in that we address the ethical issues to consider in working with culturally diverse populations, and ways to improve the lives of these marginalized groups. Although the office of the UN High Commissioner for Refugees was created in the 1940's to address what at the time was thought to be a temporary refugee crisis, resulting from re-drawing the borders in Europe in the aftermath of World War II, wars and persecution of ethnic and minority groups has continually created refugee crises across the globe. As the country that resettles the largest number of refugees, the U.S. has a particular responsibility to develop a resettlement program that helps refugees transition into civic life in resettlement. Since refugees experience trauma and extensive disruptions prior to and during migration, psychological services are often needed to address their needs in terms of coping with the stressors of trauma and resettlement. However most psychological approaches conceptualize the problems as located within the individual.; and interventions target ways to provide education or psychological services to change the ways these individuals' think, feel, and cope with their situation. In contrast, drawing on an ecological perspective from community psychology the three papers here address difficulties faced by refugees in resettlement by understanding and intervening in the contexts of their lives. The papers report on results of studies conducted with refugees in diverse contexts: a West African community in New York City; a community-based mental health program that addresses the needs of traumatized refugee youth in Chicago; and an elementary school which is receiving an influx of refugees from Somalia. Each of the studies is conducted with attention to the impact of the surrounding ecology, addressing the stressors faced by refugees who are marginalized within oppressive institutions, and ways that interventions can ease their process of adaptation to life in resettlement. Rasmussen reports on the structure of formal and informal social networks that provider childcare options for West African refugees. Bray reports on a study of a community-based mental health program that intervenes with refugee children reduce the stressors they experience in family, school, and other contexts of their lives; and not just to intervene by helping reduce their psychological symptoms that arise in response to these stressors. Birman's ethnographic study of Somali Bantu refugees in a Chicago elementary school describes the ways that school practices impact on adjustment of these students, and suggests ways to make changes in these practices to improve their adjustment. Roundtable participants will then be asked to engage in a discussion of an ecological approach to studying and intervening with refugees in resettlement.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

1 • Comparing refugee and voluntary migrants' childcare networks in a West African community in New York City

Andrew Rasmussen, Fordham University

In urban areas in the United States, refugees and low-income immigrants are often served by institutions ready to provide a range of social services to their children. However, often lacking in these institutions' outreach strategies is an understanding of how constituent families make childcare decisions for their children. As immigrants and refugees rely on social networks for information about welfare in general (Bertrand, Luttmer, & Mullainathan, 2000), examining these networks will likely elucidate a critical factor in their health-seeking behavior. The existing literature leads one to believe that (1) childcare-seeking is network-based among refugees and other forced migrants, relying on both formal and informal connections; (2) in many ways it resembles similar behavior among voluntary migrants; but (3) forced migrants' trauma and migration history attenuates the effectiveness of these networks. Drawing on theoretical models of trauma, migration and family conflict, and social networks, the current study examines the structure of social networks on childcare decisions and the behavior of children among West African families in the New York area. Childcare concerns were the primary issue for an ethnically-based organization of Fulani immigrants with whom the first author was working. Restricted chain-link sampling based on community ties was used to select a sample of 95 low-income West African parents (weighted by gender and geographic location) with children ages 5-12. Interviewers were community members trained in research interviewing and ethics. In addition to demographic and migration information (including refugee or voluntary migration), participants were asked to identify and describe the individuals they rely upon for childcare and what institutions (e.g., daycare centers, after-school programs) take care of their children when they cannot (i.e., their "ego-centered" childcare networks). Participants also provided physical and behavioral health indicators for their children. Analyses focused on connecting network characteristics to migration history and child health and behavior. Findings suggest that forced migrants have smaller networks of childcare institutions, but that differences between childcare social networks (i.e., the number of people they rely on) are minimal. Traumatic stress reactions were not related to network characteristics. Perspectives of community members and public agencies that serve these immigrants aid in data interpretation.

2 • Mental Health Among Refugee Youth: A Discussion of the International Family, Adult, and Child Enhancement Services (IFACES) Program

Emily M. Bray, University of Illinois at Chicago

In the year 2012 alone 58,236 refugees were resettled across the United States (ORR). Many of these refugees are youth who have experienced severe trauma, which can include direct exposure to wartime violence and combat, displacement and loss of home, malnutrition, separation from caregivers, and detention and torture (Birman, Beehler, Harris et al., 2008). Following such experiences, refugee youth often demonstrate a high prevalence of symptoms of depression, anxiety, and PTSD (Birman et al., 2005, Lustig et

al., 2004). Mental health interventions can be crucial for vulnerable refugee youth, yet there are many barriers to accessing these services such as family unfamiliarity and stigma, the salience of more urgent resettlement needs, and a lack of linguistically and culturally congruent services. Moreover, addressing the complex mental health needs of refugee youth is not a task suited for a traditional, individually oriented services model.

The present study examines the International Family, Adult, and Child Enhancement Services (IFACES) Program, which is a National Child Traumatic Stress Network (NCTSN) funded comprehensive mental health services model designed to help overcome these potential barriers to mental health treatment (Birman et al., 2008). The IFACES program involves multidisciplinary teams, including co-ethnic paraprofessionals, art and occupational therapists who provide comprehensive services from clinical, to support, to advocacy services. IFACES also utilizes “en vivo” services, meaning that the program involves a strong outreach component and intervenes directly into the environment of the youth (Birman et al., 2008). Therefore, instead of the traditional structure where a youth must travel to a therapist’s office for treatment, the service providers will intervene at the youth’s home, school, or anywhere else relevant. Furthermore, the services are individualized to cater to the needs of each youth and not dependant on knowledge of one particular ethnic group (Birman et al., 2008). This project utilized multi-level modeling, specifically longitudinal growth models with time varying predictors to evaluate whether the number and type of services received by 71 refugee youth resettled in Chicago, Illinois predicted an increase in youth functioning, as evaluated by parents, and the youth over time. The data was collected from 2009–2011. Results indicate that as time and recent number of services received increased together, youth’s self-assessed impairment decreased.

3 • Refugee Children New to Schooling: The Process of Mutual Accommodation

Dina Birman, University of Miami

Refugee children face a number of challenges in adjusting to life in resettlement due to a range of pre- and post-migration factors. Schools are critical settings for their adjustment and provide opportunities to intervene with these students (O’Shea, Hodes, Down, & Bramley, 2000). While a growing literature highlights the importance of understanding how refugee students adapt to school (e.g. McBrien, 2005), little research has been conducted on factors that impede or facilitate this process. From a community psychology perspective, understanding the impact of school structures and practices on the adaptation of refugee students is important so that interventions can focus on changing these structures, rather than focusing on individually-based interventions designed to impact students’ feelings, reactions, and competencies. Although as a group, immigrant students paradoxically outperform their U.S. born peers (García-Coll & Marks, 2011), a deficit perspective on these students in the literature is prevalent. Lack of knowledge of the new language and culture is identified as a barrier to academic performance as well as forming relationships with teachers and peers (Suarez-Orozco et al., 2008). In addition, refugee children’s traumatic

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life’s Defense Axis

histories are thought to impact classroom behavior (Cassity and Gow, 2005), academic performance (Rousseau, Drapeau, & Corin, 1996), and peer relations (Driver & Beltran, 1998). Vulnerable subgroups of immigrants, such as refugee students with interrupted education (Author, 2005; Davies, 2007; Ruiz-de-Velasco & Fix, 2001) are thought to face additional difficulties. At particular risk are students who had been “warehoused” (MacDonald, 2004) in refugee camps where no formal schooling was available.

In the absence of well developed theories and research on how to address the needs of these students in the classroom, they receive little support in the form of materials or training, while working under pressures to raise test scores (Roxas, 2010; Trickett, Rukhotskiy, Jeong et al., 2012). Research doesn't sufficiently describe strengths that students and their families bring to the school adaptation experience; nor does it frame adaptation difficulties faced by both students and schools as a two-way process. Further, interventions are generally designed to educate/train teachers and students, rather than consider the ways that schools and teachers can change to make the adaptation process less challenging. The purpose of this study was to understand the challenges group of students new to formal schooling – Somali Bantu refugees, and the school teachers and staff had adapting to one another, and strategies helped overcome those challenges. This presentation reports on a 2-year ethnographic study of school adjustment of a group of students new to school-based literacy -- Somali Bantu refugees -- in a K-6 U.S. school. Findings describe challenges the school faced in working with these students, and teacher strategies for engaging students in learning. Challenges to academic engagement were more extreme than reported for immigrant students. Teacher strategies that facilitated academic engagement involved building relationships and using materials to contextualize learning and make it more meaningful. Teachers were more likely to use these strategies when they held multicultural attitudes toward accommodation of these students.

Ethical tensions: The struggle to stay true to values of community psychology in practice.

Kahaema Byer, University of Miami

As community psychologists we engage in multiple spheres of clinical and community work, and often times this work involves disempowered groups. What happens when community psychologists hold roles of power and have to navigate tensions between participating in sometimes oppressive and confusing situations while simultaneously wanting to support populations with whom we work: clients, participants, community members. Drawing from the diverse work of community psychologists in the US and Brazil this roundtable will unpack and explore various ethical tensions that arise when community psychologists find themselves in roles associated with power, privilege and oppression. How does the community psychologist respond to the tensions? Two presentations address various domains of dilemmas that community psychologists may face and seek to deepen reflection and understanding of these issues, and to generate means of responding to them. The first presentation addresses the ethical challenges associated with clinical and counseling work with low-income immigrant populations in the USA using a case examples and a narrative approach. The second presentation engages in a Black

feminist analysis of the tensions associated with working within and with neoliberal institutions. The third presentation provides a potential institutional and training-based response to these challenges. It examines how the liberation ethic has been used to teach students of Community Psychology at the Community Psychology Nucleus (NUCOM), Federal University of Ceará (Brazil). The training is related to university extension processes, which refer to interventions that are conducted through collaborations between local residents, professors, and students. These extension processes may promote liberation-based ethical attitudes towards the development of interventions in Community Psychology. The roundtable will also focus on engaging members of the audience to draw from collective expertise to identify critical ways of responding to these dilemmas. The presentation aims to increase awareness and to derive a list of recommendations and next steps for community psychologists who find themselves in similar challenges across the various domains of community practice. The presentation asserts that there is a need to cultivate spaces at universities and training facilities in order to promote critical reflection on ethical issues including the affirmation of social dialogue, exploration and expression of personal experience, and indignation.

1 • When community psychologists feel like oppressors: A narrative and case study analysis of ethical challenges in clinical-counseling practice with low-income populations.

Kahaema Byer, University of Miami

Many community psychologists seek to contribute to social change in clinical contexts such as community mental health, hospitals, and more. Often times, these spaces espouse values that may differ from that of community psychology. Other times, the state imposes laws that guide the work and practitioners are required to comply with these expectations. Although such laws can have the ultimate aim of protecting persons, they inadvertently can often be more harmful than good, leaving practitioners to take action and uphold values that may be different from that of community psychology, and may hurt members of disempowered groups. The presentation will explore the various ethical dilemmas that community psychologists may face in the context of clinical work. The purpose of the presentation is to facilitate deeper understanding of the complex roles that community psychologists may hold and to identify potential recommendations for navigating them. First, the presentation will draw from clinical case examples of work in community mental health in the United States with low-income Latino immigrant populations to examine the range of ethical dilemmas in clinical work that a community psychologist may encounter, which may be incongruent with the values of community psychology. Second, the presentation will utilize a narrative approach to discuss the importance of reflecting on the counselor's social location, and examine the presenter's experience as a member of a marginalized and oppressed group in the United States. As part of the challenges associated with the counselor's social location, the presentation will also address the ways that clinical contexts can potentially impose an oppressive agenda that can leave the practitioner feeling herself disempowered and experiencing the self as a gatekeeper of dominant values. As a result of the roundtable discussion, participants will learn and discuss potential supports and resources for hope in helping to advance a socially

just agenda under such complex circumstances. Participants will also draw from existing models and approaches (Orford, 2008) to discuss strategies for making institutional spaces of clinical training and service delivery, including community mental health and hospitals amenable to being consistent with the values of community psychology, such that counselors who espouse these values might feel supported, authentic, and persist in their aspirations for social justice. Participants will leave the presentation with an increased awareness of the ethical challenges in the clinical-counseling context and recognition of resources and supports for navigating these dilemmas.

2 • The training for liberation ethic in interventions in poor Brazilian communities

James Ferreira Moura Jr, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Lorena Brito da Silva, Elívia Camurça Cidade, Alana Alencar Braga and
Verônica Moraes Ximenes, Federal University of Ceará

The development of ethical attitudes in Psychology is essential when performing interventions in poor communities. However, a constant reflection on the postures performed in a community intervention is required. Also, the exercise of an ethical attitude itself is often considered vague and imprecise. Thus, it presents the ethics of liberation as a critical stance toward transforming reality. It is an attitude of indignation at social injustice present in Latin America, which constitutes the position as community psychologist and the development process itself of Community Psychology as a science. This proposal presents how the liberation ethic could be taught to students in the community psychology training at the Community Psychology Nucleus (NUCOM), Federal University of Ceará (Brazil). This training is related to university extension processes that are interventions performed by Professors, students and local residents. These extension processes may promote liberation ethic attitudes in interventions in Community Psychology. Thus, University extension/cooperation emerges as a space to build new knowledge based on a cooperative perspective opposed to traditional anti-dialogical and hegemonic mechanisms. By evidencing the unabridged formation of NUCOM's graduate students, there is a specific process of learning ethic present in daily relations constructed in extension activities. We also plan to socialize a way of thinking Community Psychology performance, whose reference is the people, with their needs and potentials, emphasizing them as the true subjects of psychological practice. The extension/cooperation developed by NUCOM is founded in the liberation perspective. Human beings are considered to possess potentials and capacities to face adverse situations. Equally, there is the theoretical-methodological basis which breaks away from the cause of tension and the colonialism of power and knowledge present in traditional academy and, specifically, in Psychology. Accordingly, it is understood that both the University and Psychology must promote community development focused on the liberation of oppressing conditions that impede dialogic relations and changing performances in the community context. Community action extension/cooperation is asserted as a way of promoting relationships anchored in liberation ethics and in the respect for the yearnings, needs and capacities of the people. Attitudes of engagement with social transformation with a theoretical and experienced

are urgent. Processes developed at the NUCOM are presented as significant for the training of psychologists since they challenge the articulation between time and processes of extension/action and the extension/university student training.

3 • Using Black Feminist theory to support intentional praxis amidst ethical challenge.

Kahaema Byer and Ahjane Billingsley, University of Miami

Conducting community based research as an activist-scholar entails certain unique ethical, epistemological, and theoretical implications. These values are especially important when working with communities whose experiences, ideas, and voices have been historically excluded from the mainstream. As community psychologists, we actively try to work in collaboration to minimize replicating the type of social exclusion that communities may have experienced in the past. However, like any other field, community psychology is vulnerable to the demands and preferences of funders, and other institutions that themselves hold a type of power, in some cases financial, that is important for the work to carry on. The purpose of this presentation is to discuss how mainstream ideology and the attendant effects of the nonprofit industrial complex and positionality impact community based research. More specifically, how the values that pervade society and particularly those values that might be perpetuated and maintained at times within non-profit agencies, responsible for facilitating the work of community psychologists, might limit community-based intervention and development. Community based research connotes liberation, empowerment, self-management, agency, and praxis. In the USA, academia and non-profit agencies are highly influenced and affected by mainstream neoliberalist ideologies. Community Psychologists, whose mission it is to deal with the issue of inclusivity or alleviating oppressive ideology, often find themselves in these contexts, and seek to negotiate a way to deal with the ethical dilemmas they face. Black feminist theory and principles have offer a unique response to these challenges that will be presented and discussed during the roundtable. As such, using Black feminist theory, first, the presentation will explore this dilemma and the challenges it presents to ideals of community psychology. Second, the presentation will discuss inclusivity and the role of Community Psychologist in alleviating oppressive ideology. Finally, the presentation will suggest ways of addressing inclusivity and re-incorporating reflection using into community practice as a way of making praxis more intentional. Participants will be encouraged to think about Black feminist theory as a useful framework for negotiating ethical dilemmas and for thinking about the micro and macro role of Community Psychologists, who are required to interact with neoliberalist institutions throughout their careers. Key words: Black feminist, neoliberal, funding, non-profit.

Comunicações Orais/Comunicaciones Orales/Oral Communication.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

“Ninguém mais sente saúde” - impactos socio ambientais numa situação de desastre químico

Fernanda Blanco Vidal, Faculdade São Bento e Unime

Em junho de 2006, numa comunidade da cidade de Camaçari, ba Bahia, um caminhão despejou milhares de litros de substâncias tóxicas que serviam como matéria-prima para a produção de pesticidas e agrotóxicos. Substâncias químicas como Etilbenzeno, Xileno, Tolueno, Metil tiol, Dimetil tiol, Dimetil dissulfeto, Metil ciclo pentano, Hexano, Trimetil tiofosfato, Butanol, Clorpyrifos, Endossulfan I, Endossulfan II, Ácido ciclo propano carboxílico e Trimetil tio fosfato. Alguns destes produtos – notadamente os organoclorados Endossulfan I e II e o organofosforado Clorpyrifos foram derramadas. Todas têm alta toxicidade para o organismo humano. Incomodados com o forte cheiro, quase asfixiante, moradores do local chamaram instituições (públicas e privadas) para atuar naquela situação. Daquele dia em diante a vida destas pessoas mudaria, já que contaminadas, passariam a apresentar uma série de problemas de saúde (como tonturas, enjoos, vômitos, dermatites, desmaios, dificuldades respiratórias) e dificuldades no desenvolvimento produtivo de suas pequenas propriedades atingidas pelos impactos efeitos socioambientais que o derramamento do lixo tóxico produziu. O relato deste desastre tecnológico, seu impacto sobre as mais de 43 famílias atingidas e a história do novo coletivo que nasceu desta situação é que pretende ser apresentada neste trabalho, que buscará trazer não só alguns dados sobre o acidente, mas sobretudo o protagonismo do “acorrentados”, que hoje formam a Associação das Vitimas do Parque Real Serra Verde, na luta pela garantia de seus direitos e sobretudo por justiça. Trata-se do relato de uma pesquisa realizada em 2008, na disciplina Psicologia das Emergências e Desastres, oferecida na UFBA pelo Prof. Dr. Marcus Vinícius de Oliveira Silva quando realizou-se entrevistas semi-estruturadas em profundidade com algumas famílias atingidas e do acompanhamento nos anos seguintes das ações e lutas da comunidade quando o caso foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos(CRP03). Passados alguns anos, parte da comunidade permanece em luta, divulgando esta grave situação, que põe em questão o preparo da região para lidar com a presença do Pólo Petroquímico de Camaçari – um dos maiores da América Latina - e com o transporte cotidiano de substância químicas perigosas. Pretende-se a partir deste caso refletir sobre as contribuições da Psicologia das Emergências e Desastres na interface com a Psicologia Ambiental e Comunitária sobre os riscos socioambientais que comunidades como esta vivem e as diversas violações de direitos humanos que infelizmente estão submetidas constantemente.

A importância da praça para o lazer na cidade: reflexões a partir da apropriação dos usuarios da Praça Martins Dourado em Fortaleza- Ce.

Clarissa Freitas de Andrade, Natália Parente Pinheiro, Rochelle de Arruda Moura e Sylvia Cavalcante, Universidade de Fortaleza

A cidade de Fortaleza, situada no Nordeste brasileiro, destaca-se por suas belezas naturais, sendo considerada terra do sol e do mar, principalmente pelo seu clima ameno durante o ano inteiro. Na área urbana, entretanto, são muitas as limitações enfrentadas pela população, principalmente, relativas aos lugares possibilitadores do lazer e do ócio, tais como as praças. Dentre este tipo de espaço público, a

Praça Martins Dourado, localizada nas imediações dos bairros “Cocó”, “Papicu” e “Cidade 2000”, área considerada nobre de Fortaleza, apresenta peculiaridades a serem observadas. Administrada por uma associação de moradores do seu entorno, a Praça destaca-se como um lugar bem cuidado, seguro e propício à prática do lazer, realidade transformada de um local esquecido, abandonado, sujo e inseguro a partir da iniciativa comunitária. A Associação dos Amigos da Praça Martins Dourado (ASSOCIAMIGOS) conta com um estatuto com leis para conservação de seu espaço, além do apoio fundamental de moradores de treze condomínios residenciais e de estabelecimentos comerciais de seu entorno, tais como restaurantes, academia, escolas e padaria, para fazer sua manutenção geral. Com o intuito de conhecer os diversos tipos de ócio possibilitados por este espaço, foi realizada uma pesquisa qualitativa. Utilizou-se de observações participantes e de entrevistas (com quinze pessoas, de faixas etárias variadas, de ambos os sexos) para mapear este comportamento. Os dados foram analisados à luz dos conceitos de “apropriação”, “apego ao lugar” e “ambiente restaurador” da Psicologia Ambiental e relacionados aos diversos tipos de ócio presenciados no local, considerando sua importância para o bem estar individual e coletivo. Os resultados mostraram que crianças, adultos e idosos têm a praça como lugar cotidiano de lazer por possibilitar a prática de diversas atividades recreativas, desde o ócio contemplativo e reflexivo, ao exercício físico, passando pela socialização e recreação no local. O contato com a natureza, propiciado pelo ambiente, aliado às inúmeras alternativas de interação e divertimento oferecidos pelo lugar, fazem desta Praça um ambiente restaurador, com função de regulação dos sentimentos humanos, para seus usuários, que demonstram apego e apropriação, pela assiduidade e preservação deste espaço. A Psicologia Comunitária, enquanto ciência sensível aos problemas sociais, busca estimular uma apreensão crítica da realidade na busca de transformação social. Esta investigação mostrou a importância da divulgação deste tipo exitoso de iniciativa comunitária, a fim de encorajar as inter-relações e a ação comunitária nas cidades, visto ser esta uma estratégia sensível às reais necessidades da comunidade.

A influência do ambiente no bem-estar subjetivo de crianças gaúchas

Amanda Cristina Costa dos Santos, Fernanda Czarneski Borges, Francielli Galli e Jorge Castellá Sarriera, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jéssica Aronis Epsztein, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Melhorias sociais relacionadas à infância estão atreladas ao entorno físico no qual a vida se desenvolve. A qualidade dos ambientes, sejam eles naturais ou construídos, é um atributo fundamental ao bem-estar infantil, embora ainda negligenciado nos estudos da área, bem como nas políticas públicas desenvolvidas para a infância. O presente estudo fundamenta-se no Paradigma Ecológico-Contextual, o qual considera o ambiente e os diferentes contextos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos e as interações que estabelecem entre si, e na Psicologia Ambiental, que auxilia na compreensão das percepções, atitudes e comportamentos entre as pessoas e o contexto ambiental e social em que se desenvolvem. Ambos os paradigmas dialogam na compreensão da influência mútua existente entre ser humano e ambiente, entendendo o sujeito em seu contexto. Além disso, nessa pesquisa utiliza-se o conceito de bem-estar

subjetivo, termo que descreve o bem-estar das pessoas a partir de sua própria avaliação e não por parâmetros externos. O estudo tem como objetivo identificar aspectos do ambiente relacionados ao bem-estar subjetivo de crianças, através da opinião dos próprios participantes. Para tanto, foram realizados nove grupos focais, nos quais se buscou compreender o que as crianças entendem por bem-estar e quais são os fatores que o influenciam. O presente trabalho concentrou-se exclusivamente nas discussões em que as crianças abordaram aspectos do ambiente. Participaram 95 crianças de oito a quatorze anos, sendo 43 meninos e 52 meninas, em grupos que ocorreram em escolas públicas e privadas de Porto Alegre e de Santa Maria/RS. Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo, realizada com auxílio do software Atlas.Ti. Foram criadas categorias analíticas a posteriori, através da identificação de unidades de análises extraídas a partir das verbalizações dos participantes. Os resultados mostram que as crianças pontuaram aspectos do ambiente construído e do ambiente natural como importantes para o seu bem-estar. Quanto ao local de moradia, demarcaram a importância de terem na vizinhança pessoas de suas idades com as quais possam conviver. Além disso, mencionam que preferem viver em ambientes sem muito barulho, sem poluição e que tenham elementos motivadores – seja pela presença de natureza, de brinquedos ou de recursos tecnológicos. As crianças referiram gostar de passar tempo ao ar livre, seja para passear, brincar, praticar esportes ou apenas respirar. Em relação ao contato com a natureza, os participantes mencionaram que este promove bem-estar e proporciona introspecção (pensar, refletir, meditar). As crianças demonstraram ter conhecimento e crítica quanto à degradação ambiental, assim como mencionaram ter comportamentos ecológicos e falaram sobre a necessidade das pessoas terem atitudes ambientais. Esse estudo contribui com subsídios e questionamentos para pais, profissionais que trabalham com crianças e planejadores interessados em oportunizar condições para o desenvolvimento de uma infância vivida de forma mais plena.

A mídia jornalística e a cobertura dos megaeventos: a copa 2014 em Natal pelas letras e imagens do Jornal Tribuna do Norte

Fernanda Fernandes Gurgel, Universidade Potiguar, Myrella Santos da Costa, Centro Universitário do Rio Grande do Norte

Introdução: Em consequência à escolha do Brasil como país sede do megaevento Copa 2014, ocorrido no ano de 2007, deu-se início à corrida entre as cidades brasileiras pelo status de cidade-sede. Desde os primeiros indícios da sua candidatura, até ser escolhida como uma das 12 cidades, em 30 de junho de 2009, Natal vem sendo acompanhada pelo Jornal Tribuna do Norte, mídia de maior circulação local, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC, 2013). Sendo assim, concebe-se essa pesquisa com o objetivo de averiguar a maneira como o megaevento está sendo divulgado, na cidade, acerca das modificações para a padronização FIFA. E para além disso, visando ser um meio para discussão e reflexão sobre este fenômeno social que tem suas consequências sentidas não somente para o município em estudo, mas a todas cidades integrantes ou não desse projeto. Destarte, o estudo apropria-se de conceitos pertencentes à Psicologia Social, como ideologia e comunicação social, e da Psicologia Ambiental a qual ajudará a entender como se dá, a partir da influência da mídia

escolhida, a relação pessoa-ambiente. Metodologia: A pesquisa caracteriza-se como descritivo-exploratória, fundamentalmente qualitativa. Constituinte-se da revisão bibliográfica de artigos, anais de eventos, teses, dissertações e livro. Utilizando-se da análise de conteúdo e semiótica, como método, na interpretação de títulos e imagens, respectivamente, das notícias coletadas no Jornal Tribuna do Norte. Compondo o universo da pesquisa, conta-se com a análise de 116 notícias, selecionadas a partir das palavras-chave "Brasil", "candidatura", "sede", "copa 2014" e "Natal", entre o período de 14 de abril de 2006 a 8 de julho de 2013. Resultados: Classificadas como primeiro momento de análise, estão manchetes que destacam o planejamento e encontro de autoridades, ou seja, que compreendem ao momento de avaliação estrutural da cidade a ser considerada apta ou não a receber o evento, estando a maioria das imagens retratando estádios como o antigo Machadão e o Complexo Arena das Dunas. Para o segundo momento, já como cidade-sede, predomina-se nas respectivas manchetes a execução, o otimismo, e a preocupação com a opinião da sociedade natalenses; ainda predominando a imagens de autoridades e símbolos da Copa norte-rio-grandense. No terceiro momento, percebe-se declínio de opinião, de nível crítico-pessimista, novamente predominando imagens de integrantes ou ex-integrantes de órgãos responsáveis pela organização do evento, e do principal referencial arquitetônico para a copa. Conclusões: Dos resultados amostrais obtidos, nota-se a predominância pontual de modificações em nível estrutural, ignorando-se os demais aspectos essenciais tanto para o acontecimento bem-sucedido do megaevento previsto, como à sociedade participante da dinâmica da cidade, a citar, saúde, acessibilidade e educação. Estando a presente mídia refletindo e se fazendo refletir pela população, as quais atribuem descrédito e põe à dúvida o sucesso de tal evento.

A promoção de comportamentos pró-ambientais no contexto escolar: A Permacultura como método

Fátima Maria da Costa Roberto, Universidade Estadual Vale do Acaraú

Esse trabalho visa relatar experiência de um projeto de promoção de comportamentos pró-ambientais entre alunos de uma escola particular de um município do estado do Ceará, Brasil. O trabalho articula o campo de estudos da Psicologia Ambiental (PA) com o de estudos da Psicologia Comunitária (PC), mostrando estreita relação entre esses saberes. A PA é entendida como saber que objetiva o estudo e compreensão dos processos psicossociais derivados de relações, interações e transações entre pessoas, grupos sociais ou comunidades e seus entornos sociofísicos. Um dos conceitos centrais para a PC é o de "comunidade" e esse termo hoje é utilizado de forma elástica, permitindo-nos agregá-lo também à escola como o espaço comunitário primordial das práticas educativas. Por isso, ao perceber problemas advindos da globalização, em que se visa ao lucro e ignora o cuidado com o planeta, este projeto de intervenção proporcionou um contexto reflexivo aos alunos, apontando novos saberes como a "Permacultura", proposta na década de 70 pelos australianos Mollison e Holmgren. Trata-se de um método que pressupõe uma forma sistêmica de pensar e conceber princípios ecológicos que podem ser usados para projetar, criar, gerir e melhorar todos os esforços realizados por indivíduos, famílias e comunidades no sentido de futuro sustentável. Permacultura é uma filosofia de trabalhar com, e

não contra a natureza; de observação prolongada e pensativa em vez de trabalho prolongado e impensado, e de olhar para plantas e animais em todas as suas funções. O projeto foi desenvolvido ao longo de um ano e envolveu alunos de 3 a 17 anos de idade. Objetiva-se conscientizar os educandos e comunidade em busca de transformar o "antigo" pensamento de progresso como crescimento econômico para desenvolvimento sustentável, suprimindo as necessidades atuais e garantindo o equilíbrio natural das atuais e futuras gerações. Esse projeto suscitou curiosidade por ser novo, mas ao longo do processo de pesquisa, os educandos e toda a escola encantaram-se com a proposta e a participação foi expressiva. As metodologias consistiram: na produção de utensílios a partir de garrafas pet, papelão, pneu, resíduos, metal, CD, produções textuais (panfletos, cartilhas), debates e a realização de uma feira de ciências. Salieta-se como resultados do projeto de intervenção a produção de hortas verticais com garrafa pet e também a casa ecológica. Além disso, verifica-se que o projeto envolveu a participação ativa dos alunos e da comunidade, o que faz supor acerca do desenvolvimento de uma maior conscientização e preocupação com o futuro do planeta. Aponta-se a importância de articulações entre as Psicologia Ambiental e Comunitária na realização de vivências como essas que dão ênfase ao compromisso sócio-ambiental dos seres humanos.

A Psicologia Comunitária e a integração entre o Desenvolvimento Humano, Organizacional e Comunitário

Fábio Porto de Oliveira, trabalho solidário voluntário

Aqui abordaremos uma experiência de atuação profissional em Psicologia Comunitária junto ao Terceiro Setor, na qual o autor desenvolve ações de consultoria organizacional e social, bem como de facilitação de processos de integração e desenvolvimento pessoal e comunitário, desde dezembro do ano de 2002. Com o relato crítico-analítico desta experiência, buscaremos problematizar os impactos, os desafios e as perspectivas de desenvolvimento de uma práxis psicológico-comunitária de inspiração libertadora e biocêntrica, na facilitação do encontro entre o desenvolvimento organizacional estratégico de uma Organização Não-Governamental e as expressões da subjetividade coletiva das comunidades envolvidas. Esta ONG consiste atualmente na fusão entre dois projetos sociais/associações de bairro, inicialmente de caráter assistencial, quando de sua fundação, quais sejam: o Projeto Criança Feliz e o Projeto Famílias Reunidas – entidades sem fins lucrativos e de interesse público, integrantes ativos da rede socioassistencial da cidade de Fortaleza, atuando desde 1986 nas comunidades Jardim Iracema e Padre Andrade, localizadas na região conhecida como Grande Barra do Ceará. A missão institucional do Projeto Criança Feliz & Famílias Reunidas é: "Contribuir para o Desenvolvimento Humano na transformação de valores, através da Arte-Educação, envolvendo a Comunidade, na busca por uma Cultura de Paz". E sua visão de futuro: "Tomar reconhecida pelas Comunidades, em 02 anos (2013 a 2015), a importância da integração e da autonomia comunitária e organizacional, através da Arte-Educação". A missão institucional e a visão de futuro, juntamente com o sonho coletivo, são elementos que sintetizam e expressam de forma clara e direta aspectos centrais da identidade organizacional, cujo fortalecimento e integração compõem objeto fundamental da consultoria em Psicologia Comunitária. Aqui, o Planejamento Estratégico Participativo figura como

ferramenta primordial, junto com a Avaliação Participativa de Desenvolvimento e com a Formação Permanente, firmando a base do processo de aprendizagem e desenvolvimento organizacional, já funcionando como sistemas de gestão, significativamente incorporados à cultura organizacional. Neste sentido, a consultoria visa à criação, junto à Organização, de condições de possibilidade e de realização da atuação comunitária, com foco na mobilização social, na convivência e na participação comunitária, por parte da própria Organização, com suas áreas de atuação, setores e equipes. Outra frente de atuação da Psicologia Comunitária neste cenário socioinstitucional-comunitário vem sendo a implantação sistemática e paulatina de um serviço de atenção sociopsicológica próprio da Organização, na perspectiva da Saúde (Mental) Comunitária (Coletiva). Integram este trabalho serviços de acompanhamento psicológico humanista e biocêntrico, no enfoque ampliado da saúde, com momentos de atenção individual e grupal, bem como visitas domiciliares e caminhadas comunitárias, além da articulação com outras redes de apoio formal e informal, internas e externas à comunidade e a Organização, engajando relações de ajuda tanto para crianças e adolescentes, como para os adultos de suas famílias. Também são visados os próprios integrantes das equipes de trabalho, almejando práticas de cuidado e promoção da saúde organizacional, com a facilitação de vivências grupais de integração da identidade, e realização de escuta psicológica e acolhimento de questões advindas de processos de cronificação do estresse cotidiano (inclusive de sofrimento pelo trabalho comunitário no Terceiro Setor).

A Psicologia Comunitária, os Beatles e os direitos humanos

Sidney Nilton de Oliveira, UFPR

O trabalho a ser apresentado nasceu de um projeto de estágio profissional na área de psicologia da educação no curso de psicologia da UFPR e que teve sequência no campo da psicologia comunitária por meio de um projeto de pesquisa. A estratégia que sustentou o projeto foram letras de rock tomadas como tema gerador, visando problematizar a relação da educação com os direitos fundamentais a partir do cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, pretendíamos que o projeto pudesse resignificar para os estagiários a própria formação do psicólogo. Ao eleger o rock and roll como pano de fundo, o enquadre deu-se a partir de uma perspectiva freudomarxista. A letra da música era escolhida pelo professor orientador da UFPR e problematizada com seus estagiários que, por sua vez, eram facilitadores dos grupos que formavam com os alunos das escolas. A tarefa desses grupos era relacionar a letra da música com questões de direitos humanos que lhe eram importantes. A adesão dos estudantes era voluntária e ocorria fora do turno de estudos. A condição de serem bandas de rock permaneceu em todas as etapas e variações do projeto. Houveram intervenções inspiradas nos Rolling Stones ou Bob Dylan, Raul Seixas e bandas de punk rock internacionais, nacionais e regionais. As experiências práticas que abordaremos serão as que se constituíram a partir de uma escola pública de ensino médio e que se deram a partir de algumas músicas dos Beatles, sobretudo Get Back, pois além dos Beatles terem inspirado a maior parte dos projetos, foi em uma dessas escolas que a práxis desse trabalho provocou a extensão desse projeto à comunidade ampliando o escopo inicial ao propor a criação de outro grupo, agora formado pelos pais, responsáveis e até por técnicos da escola. Neste caso,

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

o professor atuou como mediador em parceria com os estudantes de psicologia. Constituído novos atores, percebemos a necessidade de se deslocar o eixo norteador original para dar conta do campo social que destacava questões como diversidade, gênero, cidadania, violência, espaço urbano, justiça social, cidadania planetária, gênero e diversidade, intolerância e preconceito, justiça social, defesa da vida e cultura da paz, entre outros temas. Nesse espaço propusemos discutir todas as novas demandas a partir das mesmas músicas dos Beatles utilizadas com os alunos da escola. Incluímos nesta etapa uma breve apresentação da banda que deveria ser completada pelo grupo. A etapa comunitária teve sequência na associação de moradores, incluindo alguns alunos, pais, técnicos e moradores do entorno da escola. Nessa fase realizamos cinco encontros locais e um na universidade. Este projeto gerou artigos, projeto de pesquisa, eventos de extensão, disciplinas optativas, entre outros produtos e, nos permitiu rediscutir a própria formação do psicólogo e, a partir daí, qual o papel a ser representado pela psicologia comunitária e que posição ocuparia no modelo atual de currículo do curso de psicologia da UFPR, onde, apesar da importância, não está constituída formalmente como área de estágio profissional ou campo de especialidade. Em plena reforma curricular este projeto nos permite dar algumas contribuições.

A Reabilitação Psicossocial através o trabalho e a promoção de Justiça Social

Carla Luiza Oliveira, Hernani Luís Chevreux Oliveira Coelho Dias, Julio César Alves dos Santos Gonçalves, Maria Stella Brandão Goulart e Marina Passos Pereira Campos, Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho integra a pesquisa "Modelos de reabilitação psicossocial: Brasil e Itália" que tem apoio e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais com colaboração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Bolonha (UNIBO). A partir da reforma psiquiátrica italiana e de seu marco na Lei 180/1978, o desenvolvimento da psiquiatria comunitária e de novos conceitos de reabilitação deram início a promoção da integração social. Assim, através alguns dispositivos: a inserção via o trabalho; programas para a habitação; e atividades transversais; a Itália busca desenvolver mecanismos para incluir estes cidadãos à sua comunidade como um todo. Por sua vez, a reforma psiquiátrica brasileira, após 25 anos de luta antimanicomial e de seu marco na Lei 10.216/2001, ainda encontra grandes desafios e entraves, tanto a nível político quanto à nível técnico/científico. Apesar disso, existem algumas experiências que vem demonstrando que a reabilitação psicossocial tem propiciado um revés diante daqueles que empacam o curso para a cidadania dos usuários da saúde mental. Uma dessas experiência é o projeto "Suricato" (cooperativa de trabalhadores formada por usuários de Belo Horizonte) que é reconhecida pelo serviço de geração de trabalho e renda e que se assemelha a algumas cooperativas sociais de Bolonha. Diante disso, este resumo pretende expor alguns dos preceitos da Psicologia Comunitária que estão imbricados no percurso de inserção via o trabalho e que estes vem demonstrando serem um bom preditor para a aquisição de auto-estima, autonomia e bem-estar por parte dos usuários. Para aqueles que atravessam tal percurso, há um despertar de sentimentos: aceitação social, sentimento de pertencimento à comunidade, reconhecimento por aquilo que produziram, sentimento de ser parte necessária do mundo e, também de

adquirirem capital social e econômico. Não obstante, aumentam o nível de contratualidade social principalmente por exercerem um direito fundamental que é aquele do trabalho. Todavia, para isso, se faz importante o envolvimento da equipe de referência, do usuário, da sociedade e empregadores a fim de pensar meios e formas de promover a reabilitação psicossocial. O modelo de Bolonha dispõe de modalidades de inserção que se diferenciam por contextos: aqueles mais protegidos como a cooperativa social e economia solidária e aqueles menos protegidos como empresas no mercado competitivo. Já no Brasil, prioriza-se, atualmente, o contexto da cooperativa social como estratégia de inserção que é fomentada como política de promoção social. Isso é benéfico na medida em que neste ambiente há uma maior flexibilidade de horário, de função, de cobrança de produtividade, etc. Porém, faz-se importante ampliar as áreas de intervenção, a fim de acolher a necessidade ou especificidade de certo usuário, respeitando-o em seus desejos. Neste sentido, reconhece-se que o usuário seja capaz e tenha o poder de fazer, e possivelmente, a autonomia (empowerment). Portanto, o envolvimento comunitário se faz imprescindível para a promoção de justiça social, visto seu poder de interlocução e construção de rede. As investigações se nortearam pela metodologia qualitativa, valendo-se da observação participante, entrevistas semi-estruturadas e material documental.

A Topofilia Na Vida Das Mulheres De Uma Comunidade Tradicional: O Olhar Da Psicologia Ambiental

Rosa Nadir Teixeira Jerônimo, Universidade do Extremo Sul Catarinense

Introdução: Este é uma pesquisa iniciada em 2014 na comunidade tradicional de Ibiraguera, Imbituba, SC, tendo como eixo a ética na dimensão planetária em defesa da vida contribuindo com as discussões acerca da interface Psicologia Ambiental e Comunitária. Objetivo: Conhecer a topofilia das mulheres que habitam a comunidade de Ibiraguera pelo olhar da Psicologia Ambiental. Metodologia: A pesquisa realizada com 10 mulheres entre 79 e 90 anos. Algumas foram indicadas pela liderança do Fórum da Agenda 21 Local e outras pelas próprias entrevistadas. Os relatos das histórias de vida foram gravados, transcritos, devolvidos e validados. Os dados de análise baseiam-se no discurso. Resultados: Os relatos revelam que as comunidades tradicionais em todo o planeta estão sendo extintas principalmente com o impacto trazido com o turismo. A Psicologia ao estar presente nestas comunidades instrumentaliza a luta destas pessoas por seu espaço físico e simbólico marcados pela invisibilidade das novas espacialidades. A cultura tradicional trazida na pesquisa refere ao trabalho artesanal, ao brincar coletivo, à prática da religiosidade, à formação da família, às relações de vizinhança e compadrio. A identidade social das mulheres revela-se na apreensão dos papéis que se relaciona às primeiras aprendizagens que as condicionaram a ser filha, esposa, mãe, agricultora repetindo o comportamento esperado de gênero: cuidadora, religiosa, trabalhadora incansável tanto na lida doméstica quanto na agricultura. Esta identidade se amplia ao longo das décadas desenvolvendo nas mulheres um repensar sobre esses modelos hegemônicos produzidos e reproduzidos por gerações. A identidade social ganha o território despertando o sentimento de pertença aos espaços de viver. Ser pertencente ao lugar retroalimenta a topofilia levando-as às percepções, sentimentos e atitudes qualificando o elo afetivo entre as mulheres e o lugar que habitam. Os relatos

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

vêm por meio do deleite ao sentir o ar puro, água da Lagoa e das fontes, terra onde plantam e colhem seu alimento visceral e poético, na comunidade que é o seu lar. A apropriação do espaço se observa na identificação com o lugar, nos mapas mentais que as conduzem aos lugares de afeto, laborais, religiosos e de vizinhança e, à rejeição aos modos de vida violentos que fizeram parte do passado e os trazidos com a modernidade. Conclusões: Conhecer a relação topofílica das mulheres idosas das comunidades tradicionais contribui com a psicologia Ambiental e Comunitária ao articular saberes e fazeres populares e tradicionais incorporando-os aos científicos e pós-modernos, somando temporalidades e espacialidades com vistas a transcender a invisibilidade aos modos de vida das comunidades tradicionais em vias de desaparecer. Apropriar-se de um lugar, construir a topofilia coletiva leva tempo, pois envolve a integração corpo e alma, pessoal e coletivo e, esta soma reorienta seus habitantes a valorização da ética do pertencer e à cultura do espaço comunitário. A Psicologia Ambiental em interface com a Comunitária pode conduzir a comunidade ao revelar junto aos habitantes os processos cognitivos, simbólicos e afetivos presentes nos seus modos de apropriação do espaço e mobilizá-los em defesa da vida de seu território.

Adolescente em situação de rua: um olhar positivo

Normanda Araujo de Moraes e Rebeca Fernandes Ferreira Lima, Universidade de Fortaleza

Buscou-se identificar aspectos positivos promotores de bem estar através de um estudo de caso com adolescente em situação de rua. O adolescente tem 12 anos e começou a ir para a rua com 8 anos acompanhado por outros três irmãos. Na rua usavam drogas, roubavam e pediam para comprar comida e drogas. Também lavava e cuidava de carros para complementar a renda familiar. Utilizou-se o Modelo Ecológico-Contextual para elucidar o sistema de interação pessoa-ambiente. De enfoque na pesquisa em contexto natural, no período de 20 dias a pesquisadora aproximou-se do participante e seu contexto. Após, a entrevista ocorreu em dois encontros de em média 38 minutos. Aplicou-se uma escala de afeto positivo e negativo (34 itens; $\alpha = 0,86$; 1 – nem um pouco a 5 – muitíssimo) e mapa dos 5 campos (número de contatos e proximidade, 1 – muito próximo a 5 – totalmente distante). Na trajetória de vida do adolescente ocorreram eventos adversos de vida (morte de amigo próximo e irmão, falta de comida e/ou necessidades básicas, condições inadequadas de moradia, familiares usuários de drogas, violência física, ameaças de morte, entre outros) que denunciam o contexto de risco e a violação de direitos. Entretanto, quando questionado “como você tem se sentido ultimamente?”, o adolescente descreveu com maior frequência os afetos positivos (divertido, carinhoso, feliz, animado e amoroso) quando comparados aos afetos negativos (irritado, nervoso, desanimado, assustado e magoado). Saliencia-se que mesmo com ocorrência de eventos adversos de vida, o adolescente descreve positivamente sua vida, dizendo-se feliz. Em suas relações interpessoais e com o meio, o adolescente apresenta 45 contatos em sua rede de apoio (família, amigos, escola, rua e instituição). A família evidencia-se como o contexto de maior vinculação afetiva na percepção do adolescente. Ele retrata sua mãe como a pessoa com quem pode contar para “cuidar da saúde, dar remédio”. Seus amigos também se destacaram como pessoas em que o adolescente tem

experiências agradáveis. Nota-se que um olhar centrado na situação de rua acentuando-se apenas os riscos desfoca as potencialidades da rede de apoio que pode atuar como proteção. Diferente do estereótipo de que menino de rua é abandonado, observa-se que o adolescente possui família e estabelece relações de amizade com seus pares. Tem-se, portanto, a superação da visão fatalista sobre a situação de rua que desqualifica os adolescentes e suas famílias. Aponta-se para a necessidade de fazer emergir as capacidades e habilidades das pessoas como ferramentas de promoção de saúde e bem estar. No caso, em específico, verificar as emoções positivas do adolescente e quem compõe sua rede de apoio possibilita uma percepção complexa de sua trajetória de vida. Ressalta-se que não se exclui os riscos e a violação de direitos, mas, em conjunto, expõem-se os atributos positivos do adolescente. Sendo este fortalecido, amplia-se a percepção sobre os recursos disponíveis para transformação da situação de risco em detrimento de uma "revitimização" do adolescente.

Arte, corpo e movimento na reinvenção de si mesmo: proposições expressivas na Estratégia de Saúde da Família

Cristiana Fernandes Moura, Profissional Liberal, Francisco Gilmário Rebouças Júnior, Universidade Federal do Ceará

A Estratégia de Saúde da Família, proposta do Ministério da Saúde, assiste a população com base no território onde as pessoas moram. Considerada como ordenadora do cuidado em saúde, a ESF acolhe as diversas demandas em saúde da população. Para tanto, muitas vezes os profissionais precisam lançar mão de diversas estratégias de cuidado: atendimento clínico individual, visitas domiciliares, atividades de grupo. As visitas tem como intuito compreender a dinâmica onde o sujeito vive. As atividades grupais, nas quais são utilizados diversos recursos artísticos como forma de cuidar em saúde, apresentam-se enquanto intervenção que aponta caminhos de cuidado e transformação. Nestas atividades, a arte se apresenta como possibilidade de encontro consigo mesmo e com o outro. Lugar de expressão das emoções, de conteúdos simbólicos, de conflitos. Através da arte – a invenção e reinvenção de si mesmo ganha espaço para acontecer. Dentre os diversos recursos artísticos, podemos destacar o trabalho com as práticas corporais como a dança, o teatro, as técnicas de relaxamento e de expressão e percepção corporal. De acordo Merleau Ponty, a corporeidade dá-se a partir das experiências vividas pelo corpo e da forma como estas são significadas pelo sujeito, constituindo assim, a sua maneira de ser no mundo. Para que o sujeito transforme a si mesmo e ao mundo é preciso habitar o próprio corpo. O indivíduo que dança, que se experimenta, que abre os sentidos para o mundo, apropria-se do próprio corpo e de sua ação no mundo. As atividades expressivas promovem a estesia, a possibilidade do sujeito sentir os sentidos e, desta forma ver e sentir o mundo de forma inteira. Esse tipo de abordagem apresenta bons resultados no que diz respeito a promoção da saúde dos usuários na ESF. São muitos os relatos de melhoria no humor, redução de sintomas de ansiedade e tristeza. Tais atividades promovem o autoconhecimento a partir da ampliação da consciência corporal e percepção da corporeidade. Desta forma, cada pessoa pode aprender a lidar melhor com a saúde pessoal, reconhecendo limitações e percebendo potencialidades. Neste mini curso pretendemos, a partir de uma abordagem teórico-vivencial, discutir e experimentar estas intersecções entre saúde, arte,

corpo e movimento como forma de cuidar e na possibilidade de invenção de si mesmo enquanto processo de construção e fortalecimento da identidade.

Atuação comunitária em unidade de conservação amazônica: participação e conscientização socioambiental

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, UFAM

A criação de áreas protegidas é uma estratégia que visa à conservação da natureza, especialmente da diversidade biológica, e que tem sido praticada no Brasil e outros países desde a segunda metade do século XIX. Os conflitos socioambientais decorrentes da proibição e transformação de práticas e usos dos recursos naturais dos povos e comunidades tradicionais (PCT) de tais áreas forjaram novas estratégias políticas. Na década de 1990 surgem ações voltadas à utilização sustentável da biodiversidade e à repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes do acesso aos recursos naturais com os habitantes em territórios definidos como unidade de conservação (UC). Além disso, a integração dos PCT se consolidou como premissa básica de gestão nas UC, incluindo os direitos ao uso dos recursos naturais, à repartição de benefícios, à garantia de permanência e ao desenvolvimento local das comunidades residentes. No Amazonas, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia tem desenvolvido iniciativa de uso de madeira caída naturalmente junto aos moradores da Reserva Extrativista (Resex) Auati-Paraná (Fonte Boa, Japurá e Maraã/AM), visando gerar benefícios socioeconômicos. Neste resumo apresenta-se e problematiza-se o trabalho comunitário de mobilização, engajamento, participação e apropriação dessa tecnologia social na Resex, fruto de projeto DCR FAPEAM/CNPq. A pesquisa-ação participativa, com abordagem multimétodos, orientou as estratégias para gerar processos de participação comunitária e de conscientização socioambiental. No momento da mobilização para realização dessa iniciativa, constatou-se que havia condicionantes para a efetiva participação dos interessados: os aspectos próprios da cultura amazônica; as características psicossociais dos moradores e dos pesquisadores proponentes da iniciativa; o jogo político interinstitucional (comunidades, Associação Agroextrativista e ICMBio - órgão gestor da área). Além disso, constatou-se um movimento sociopolítico intercomunitário, que influenciou na escolha da comunidade para sediar a oficina-escola e a oferta dos primeiros cursos de marchetaria. Para a formação do grupo responsável pela marchetaria, conduziu-se a construção coletiva de regras de convivência e responsabilidades no uso dos instrumentos de trabalho, reduzindo a instabilidade decorrente desses condicionantes comunitários. Apesar da constituição do grupo e dos primeiros cursos, passou haver forte divergência do ICMBio, manifesta nos empecilhos para autorizar a produção e venda de peças oriundas da madeira caída, gerando estado de paralisação por mais de um ano e meio. Esse jogo de forças sociopolíticas levou à progressiva desmobilização comunitária. Para enfrentar esse estado inerte, as lideranças e moradores adotaram uma nova postura, um novo exercício de diálogo e iniciativas a fim de protagonizar a retomada da luta por sua sobrevivência, expressão social e uso dos recursos naturais na UC. Conclui-se que apesar da premissa da participação dos PCT na gestão da Resex, por meio de conselho deliberativo e plano de manejo participativo, isso não é suficiente como garantia das necessidades psicossociais dos moradores e respectiva proteção dos recursos naturais. Nesse sentido, a Psicologia Comunitária é convocada a

compreender a trama das relações socioambientais inerentes ao contexto das áreas protegidas, de modo a propiciar a busca de estratégias de enfrentamento, respeito ao modo de vida e garantia à autonomia e aos direitos socioambientais.

Bem estar e qualidade de vida a partir de atividades artesanais com resíduos da bananeira

Clarisa Terezinha Gurra, Cristina Lopes da Conceição e Helena Rodrigues Barbosa, Universidade Federal Do Mato Grosso

O projeto Parceiros de Fibra é desenvolvido com a participação de discentes e docentes do Campus Universitário de Rondonópolis (CUR), da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em interações com grupos urbanos e rurais desde 2008. As suas atividades são voltadas para a confecção de artesanato, utilizando como matéria-prima as fibras obtidas a partir do pseudocaule da bananeira, em diversos espaços como: escolas públicas, associações comunitárias, CAPS, assentamento rural, centro de atenção a dependentes químicos, além de outros. Assim, o projeto se concretiza como extensão universitária que visa promover a saúde e o bem-estar, por meio das interações com a comunidade, proporcionando vivenciar a importância do trabalho em grupo e oportunizando trocas de saberes e experiências, que valoriza a produção cultural e a criatividade de cada um, com respeito ao meio ambiente, uma vez que aproveita resíduos da bananeira. Portanto, apesar do foco estar pretensamente voltado ao regate de atividades tradicionais de artesanato a partir de nova matéria prima, obtida por meio das técnicas da extração das fibras do pseudocaule da bananeira, visa ainda a criação de peças de acordo com o desejo e a necessidade de cada participante, a formação de vínculos sociais e afetivos, a resignificação da subjetividade, o respeito à alteridade, a aprendizagem e o trabalho colaborativo, incentivando a geração de renda de forma sustentável. O desenvolvimento do projeto ocorre em encontros semanais, onde são ensinadas as técnicas de manuseio da fibra da bananeira, desde a extração até a confecção das peças artesanais. Durante os encontros também são discutidos e buscados encaminhamentos para os problemas encontrados no grupo, impulsionando a responsabilidade e a participação, respeitando os limites e criatividade de cada um dos integrantes. O projeto tem se consolidado na medida em que busca desenvolver relações éticas e conscientes entre os seres humanos entre si e destes com o planeta, pois em todo o processo aproveita resíduos da natureza, utilizando o pseudocaule da bananeira, que após a frutificação ganha um novo valor nas peças artesanais. Além disso, oportunizam aos envolvidos experiências de trabalho em grupo, ressignificando a subjetividade, incentivando a criatividade, a construção e (re) construção de laços e vínculos, e uma fonte de geração de renda para quem desejar. É um projeto que permite entrelaçar vidas e ressignificar histórias no tramar das fibras, aproximando a Universidade da Comunidade, em busca de experiências positivas de valorização para os participantes, além do bem comum e melhor qualidade de vida no planeta.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

Biodança e a vivência biocêntrica na construção da identidade- amor

Cândida Maria Farias Câmara, Faculdade Católica Rainha do Sertão

A história da biodança e da Psicologia Comunitária no Ceará se confundem. Na década de 80, ao mesmo tempo em que iniciam os trabalhos de Psicologia Comunitária, cria-se a primeira Escola de Biodança com destaque para presença do psicólogo Cezar Wagner de Lima Góis e a educadora Ruth Cavalcante, dentre outros participantes. Com este trabalho, propomos um espaço de vivência de biodança na direção da construção da identidade-amor para aqueles que desejam mergulha na sua própria dança. Rolando Toro, criador do sistema biodança, a define como um sistema de desenvolvimento humano que promove a integração do ser por meio da unidade movimento-música-vivência. Resgata o sentido primordial da palavra "dança" como movimento natural, ligado às emoções e ao aqui-agora. A biodança se orienta através do princípio biocêntrico, ponto de partida para estruturar um futuro com novas percepções e novas ciências relativas à existência, propõe um novo olhar sobre a vida. Nessa perspectiva, o universo é concebido como um sistema vivo que abrange muito mais que os reinos vegetais, os animais e o homem, pois tudo que existe, da pedra ao pensamento mais refinado, faz parte desse sistema vivo prodigioso. Segundo Rolando Toro, o princípio biocêntrico traduz o entendimento de que o universo existe porque existe a vida, e não o contrário. O ser humano passa a ser compreendido em sua integralidade e totalidade, enquanto parte da natureza, corporeidade vivida e com processos de auto-reguladores anteriores à racionalidade que pode ser acessado através da vivência. Aqui, vivência é um princípio de totalidade da vida psíquica, expressão original do ser no mundo, a percepção intensa de estar vivo aqui e agora. Cada exercício proposto de biodança implica uma música em sintonia com o movimento corporal, além de voltar-se à indução de uma vivência específica. Em seu modelo teórico são destrinchados 5 linhas de vivências que correspondem as potencialidades humanas: vitalidade, afetividade, criatividade, sexualidade e transcendência. É uma expressão evolutiva e integradora visto que permite a expressão natural do potencial humano ativando processos autorregulatórios biológicos da identidade em permanente construção e que, no instante, se faz presença inteira e total, seja em sua dor ou em sua alegria, plena de identidade-amor.

Catadores De "Lixo" - De Vitimas à Protagonistas: Uma proposta de extensão com o projeto Coleta Seletiva Solidaria

Rosa Nadir Teixeira Jerônimo, Universidade do Extremo Sul Catarinense

Introdução: O Projeto Coleta Seletiva Solidaria- UNESCO desenvolve suas atividades comunitárias em Criciúma –SC desde 2008 com uma equipe interdisciplinar, inter-institucional tendo como público alvo os catadores de materiais recicláveis. Objetivo: Possibilitar espaços dinâmicos junto às comunidades: científicas, organizada de catadores, de lideranças de bairros e de organizações públicas e privadas desenvolvendo atividades com os princípios da economia solidária de caráter inclusivo de resíduos sólidos no município tendo como meta a qualidade de vida de catadores e trabalhadores com material reciclável. Metodologia: O assessoramento político, técnico e administrativo com os objetivos de fortalecer a participação, autonomia e protagonismo de movimentos sociais, em especial

dos catadores qualificando o trabalho cooperativo ou associativista. Assessoria no planejamento, captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação buscando a autonomia da gestão do grupo organizado ou em fase de organização. Mobilização e incentivo aos catadores em espaços de participação democrática como conselhos, comissões locais, conferências, fóruns, audiências públicas, entre outros; assim como a efetivação de direitos e ampliação do acesso à proteção social em consonância com o estabelecido pela resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social. Todas as atividades são programadas por meio do Fórum Municipal Lixo & Cidadania criado em 2010, envolvendo a participação dos catadores, instituições públicas, privadas, comunitárias e a universidade. Resultados: Adesão comunitária da coleta seletiva nos bairros; adesão das lideranças locais dos bairros; reconhecimento social dos catadores organizados no seu trabalho como agentes ambientais inseridos no programa de coleta seletiva municipal; participação dos catadores em eventos regionais, estaduais e nacionais como protagonistas. Conclusões: O Projeto Coleta Seletiva Solidária permite um contato real com problemas da comunidade em especial os vivenciados pelos catadores do município e a legitimação do Fórum Municipal Lixo & Cidadania permite a busca conjunta de solução destes problemas num processo constante de empoderamento recíproco entre atores. A Psicologia Comunitária contribui com sua práxis propondo diálogos, escutas, técnicas de pesquisa-ação para com o protagonismo dos excluídos, os sem voz, os sem visibilidade promovendo espaços de democracia, bem estar e justiça social ao apoiar em movimentos sociais como os dos catadores e em defesa da sustentabilidade ao seguir os princípios da Economia Solidária. A transformação da vitimização social dos catadores de "lixo" em catadores de sonhos torna-os protagonistas não só do trabalho organizado e coletivo de geração de renda, mais empodera-os aos mais diversos espaços de trânsito e de vida, esta é o caminho da proposta de extensão com o Projeto Coleta Seletiva Solidária na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Cidade 2000 um caso de conquistas através de lutas sociais

Daniel Welton Arruda Cabral, Lucíola Limaverde Ribeiro e Zulmira Aurea Cruz Bomfim, Universidade Federal do Ceará

Entre as questões a serem resolvidas na atualidade estão as decorrentes do surgimento das grandes cidades. Esse advento provocou enormes mudanças nas relações das pessoas com o tempo, com as distâncias, com a natureza e com as outras pessoas. Os problemas próprios de uma metrópole, como estresse, poluição, transporte e moradia, influenciam no comportamento e no cotidiano dos indivíduos. Nesse sentido, estudar, à luz da Psicologia Ambiental, as relações de afetividade entre pessoas e ambiente e analisar como essas relações mobilizam a construção de movimentos sociais em busca de melhorias urbanísticas torna-se fundamental. Um exemplo de estudo de caso possível dentro desse espectro é a Cidade 2000, bairro de Fortaleza-CE inaugurado no início da década de 1970 e construído em uma região periférica para atender a uma população de baixo poder aquisitivo que trabalhava nas regiões mais centrais da cidade. Assim, realizamos análise documental e observação participante no bairro com o objetivo de perceber as relações de afetividade, conforme conceito de Bader

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

Sawaia (2011), construídas entre os moradores e o bairro ao longo de seus 40 anos de existência, e como essas relações influenciaram na mobilização dos moradores por melhorias para o lugar. A Cidade 2000 foi instalada dentro da área do Sítio Cocó, hoje o maior parque ecológico da capital cearense, em meio a uma região quase rural, com pouca infraestrutura. Os primeiros moradores enfrentaram muitas dificuldades, como problemas de esgotamento sanitário, falta de água, deficiência nos serviços de transporte e de limpeza pública, enchentes, falta de segurança pública. Com tantos problemas estruturais, muitos dos moradores que haviam financiado seus imóveis chegaram a abandoná-los. Para reivindicar seus direitos, os moradores conseguiram, já no início da década de 1980, se organizar na Associação de Moradores da Cidade 2000. Passaram então a buscar melhorias junto ao poder público. As conquistas dos moradores urbanizaram a área e favoreceram a implantação de inúmeros loteamentos. Pouco a pouco, ao longo dos anos, as conquistas foram sendo obtidas, como o beneficiamento com rede de água encanada (1981) e de drenagem (1987). Hoje, o bairro é bastante valorizado não só sob o ponto de vista imobiliário, mas também afetivo. “Quem se muda daqui geralmente volta porque sente falta”, destaca o policial civil aposentado José Luciano Freire. O ambiente que lembra uma pequena cidade do interior – ou a Fortaleza de há poucas décadas –, com cadeiras na calçada até tarde da noite e conhecidos por toda parte, demonstra uma estima de lugar a partir dos vínculos de pertencimento estabelecidos. Através do estudo realizado, obtivemos como resultado que a implicação afetiva dos moradores em relação ao bairro ajudou a construir o processo de apropriação do referido espaço, potencializando-os e mobilizando-os à busca de melhores condições estruturais para o local.

Compromisso social da Psicologia: o que isso quer dizer?

**Felipe Tavares Paes Lopes, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Mariana Prioli Cordeiro, Universidade de São Paulo**

Nas últimas décadas a discussão sobre o compromisso social da Psicologia tem estado presente em grande parte dos eventos e publicações desta área do conhecimento, sendo que a Psicologia Comunitária tem exercido um importante papel nessa discussão. No entanto, não podemos esquecer-nos de que compromisso social é um termo polissêmico, usado para dizer – e fazer – coisas distintas. Sendo assim, neste trabalho, busquei discutir alguns usos correntes dessa noção. Para isso, realizei uma revisão bibliográfica em bancos de dados físicos e virtuais, utilizando os seguintes descritores: “Psicologia e compromisso”; “Psicologia e função social”; “Psicologia e Terceiro Setor”; “Psicologia e ONG” e “Psicologia Comunitária”. Dentre todos os livros e artigos associados a esses termos, selecionei apenas aqueles que abordavam diretamente a questão do compromisso social da Psicologia. Feito isso, organizei a análise em três eixos: 1) compromisso com o quê/com quem?; 2) quem decide qual deve ser o objeto da intervenção psicológica? e 3) Como realizar uma prática comprometida? No primeiro eixo, discuti as possíveis implicações de dizermos que nos comprometemos com a transformação social, com a promoção de bem estar e qualidade de vida da população, com os direitos humanos e com os pobres. No segundo, apresentei a discussão que alguns dos textos analisados trazem sobre o papel ativo da população atendida. No terceiro, discuti a ênfase na negação do modelo médico, de perspectivas psicologizantes e de técnicas tradicionais; a luta

contra a alienação; o trabalho em equipes inter/multidisciplinares e a adoção de um referencial teórico-metodológico específico. Os mais de sessenta trabalhos que compuseram o corpus desta pesquisa deixaram claro que não é possível falarmos do compromisso social da Psicologia – ao menos, não no singular. Mas, podemos falar dos diversos grupos, movimentos e ideais com os quais psicólogos e psicólogas se comprometem. Permitem-nos, também, dizer que, algumas vezes, a noção de “compromisso social” é utilizada de forma acrítica e a-histórica, como um mero recurso retórico que serve para legitimar certas práticas profissionais. Refletir sobre os usos (e abusos) da noção de compromisso social é tarefa fundamental de qualquer vertente da Psicologia que assuma a crítica, a ética e a reflexividade como pontos de partida.

Comunitária e Biocêntrica: propondo uma psicologia amorosa e libertária.

Bárbara Xavier de Andrade, Universidade Estadual do Ceará

O princípio biocêntrico é uma janela conceitual utilizada pela Biodança para agir e explicar o mundo. A Psicologia Comunitária da Escola do Ceará tem a mesma como um dos seus marcos teóricos e metodológicos, junto com a Educação Libertadora, Psicoterapia Rogeriana, Psicologia Sócio-Histórica e Psicologia da Libertação. A partir disso, também se utiliza dessa visão como instrumento que orienta sua práxis e sua ética. Os estudos de Maturana e Varela, neurobiólogos chilenos, se desenvolveram no sentido de compreenderem como funcionam os sistemas vitais, chegando a conclusão de que estes, para serem considerados vivos, tem de se comportar em rede, interagindo com o ambiente e sustentando-se por seus próprios cordões, num movimento autônomo de geração de si, chamado autopoiese. Essas visões se somam à de Capra, teórico da complexidade, que também versa sobre o comportamento vital e Leonardo Boff, pautado numa ética do Cuidado, sinalizando uma forma solidária e empática de nos relacionarmos com a alteridade. Além disso, dentro de uma perspectiva biocêntrica, essa alteridade é reconhecida em toda expressão vital, pautando-se, portanto, num olhar horizontalizado e de respeito sobre todos os seres vivos, fazendo, para nós, seres humanos, um chamamento reflexivo sobre nossa relação com o ambiente natural, do qual fazemos parte. Daí surge a principal relevância desse trabalho, intitulado “Comunitária e Biocêntrica: por uma Psicologia amorosa e libertadora”: ajudar a desenvolver espaços que promovam conscientização dentro do sistema patológico do qual fazemos parte e que pode desencadear nossa própria extinção. Nesse sentido, a escolha do eixo “Ética na dimensão planetária e em defesa da vida” se justifica por o princípio biocêntrico defender um olhar em defesa da vida, de uma forma geral, entrando em consonância com a descoberta e desenvolvimento de novas formas de habitarmos e pensarmos o planeta. Este não como um espaço ao qual devemos nos apropriar, mas como um sistema do qual fazemos parte e contribuímos e nos co-afetamos a partir de sua construção. Seu objetivo é investigar as principais contribuições do Princípio Biocêntrico para a Psicologia Comunitária, descrevendo seus aspectos fundamentais, relacionando-os e apresentando-as, por fim, enquanto práxis libertadora e necessária para o momento histórico que vivemos, que urge discussões acerca a natureza e, principalmente, o olhar e a relação de dominação que vemos estabelecendo historicamente com a mesma.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

Contribuições da Educação Ambiental para a ampliação da consciência crítica de crianças e adolescentes.

Giulia Karina Galvão, Jamille Silva de Oliveira e Janyne Lourenço Moura,
Universidade Federal de Mato Grosso

A Educação Ambiental Comunitária (EAC) é uma atividade grupal que pretende contribuir para a construção de consciências socioambientais críticas por meio da reflexão e da ação emancipadora. O presente trabalho relata os resultados e avaliações da atividade "Roda de Conversa" do projeto de extensão "Educação Ambiental Comunitária" do grupo PET Conexões de Saberes "Inclusão, Diversidade e Protagonismo na UFMT", construído na perspectiva dos princípios da Psicologia Social Comunitária. Tal atividade foi desenvolvida no Programa Municipal Cuiabano "Siminina", que tem como público crianças de 07 a 14 anos, durante o ano de 2013. O principal objetivo da presente prática foi promover, de maneira emancipatória, fomento à consciência socioambiental e às transformações coletivas, e consequentemente individuais, que favoreçam a construção contínua de uma sociedade cada vez mais crítica. Também como a Psicologia Social Comunitária, a Educação Ambiental Comunitária faz uma análise que leva em conta as especificidades do grupo e o contexto social, espacial e temporal em que estes estão inseridos. Partindo dessa visão, a metodologia utilizada foi a visita semanal ao programa Siminina. Inicialmente foram propostas conversas com temáticas cotidianas (escolares, familiares, ecológicas, etc.) que evocassem um maior reconhecimento e aproximação dos educadores para com as crianças participantes. Após essa aproximação, foi proposta a atividade em que era feita uma grande roda na qual as crianças eram instigadas, após a exposição de conceitos socioambientais, a relatarem suas noções, assim, se fazia a escuta das vivências e das compreensões construídas sobre tais aspectos, em um processo sem imposições teóricas, contudo com fomento à reflexão. Na semana seguinte foram feitos questionamentos sobre as temáticas dos encontros passados, para assim verificar se o objetivo foi alcançado com êxito, havendo, caso necessário, uma retomada da reflexão anterior. Verificou-se que através da roda de conversa, dos questionamentos e respostas, houve uma ampliação da consciência a respeito dos temas discutidos. Nos retornos, nas semanas posteriores às visitas, observou-se o esquecimento sobre algumas temáticas e isto desafiou o grupo a desenvolver outras atividades e por um período maior de tempo, considerando as necessidades e especificidades do grupo envolvido. Concluiu-se que a Roda de Conversa contribuiu não só para que as crianças tomassem os conceitos de forma mais crítica, mas também, que entendessem que as questões ali levantadas não eram apenas acerca de sua comunidade, mas de todo o planeta. Além da discussão crítica, percebeu-se uma maior aproximação entre todos e isto favoreceu o diálogo, principalmente entre as crianças participantes do projeto.

Corpografias Urbanas e Usos de Drogas: A Narrativa de História de Vida como Possibilidade de Criação de Territórios de Existência

Etelanio Agno Leite de Lima, José Maria Nogueira Neto e Maristela de Melo Moraes, FANOR

Introdução. A corpografia enquanto uma cartografia corporal parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita no próprio corpo e dessa forma

também o molda (Paola Berenstein, 2007). Tal perspectiva, aliada à construção de narrativas de Walter Benjamin (1987), possibilita a construção de ferramentas para compreensão dos múltiplos modos de viver de pessoas identificadas como usuárias de drogas, cuja circulação nos espaços urbanos muitas vezes está relacionada à marginalidade. **Objetivo.** Apresentar estudo realizado junto a pessoas que usam drogas, em tratamento em um dispositivo de saúde pública, com vistas à contribuir para a construção de ferramentas de análise e intervenção sobre a multiplicidade dos modos de viver a experiência urbana. **Metodologia.** Foram realizadas 12 vivências em grupo com pessoas internadas em um dispositivo de saúde pública para tratamento relacionado aos usos problemáticos de drogas, durante os quais foram utilizados recursos da produção de narrativas, articulados à técnicas corporais de corpografia urbana. **Resultados.** As produções discursivas que resultaram dessas intervenções foram analisadas a partir das referências da perspectiva da Produção de Sentidos nas Práticas Discursivas (Spink, 1990), sendo elencados os principais grupos de repertórios relacionados ao modo como as pessoas estão na cidade e a cidade está nelas, de acordo com o conceito de corpografia urbana. Os lugares possíveis de circulação na cidade permitidos/ buscados por pessoas tidas como marginais, o impacto da “invisibilidade” social ou do “olhar de repúdio” como impressões da diferença no corpo, bem como a própria experiência de afetar o corpo a partir da ingestão de substâncias que alteram consciência (transformando inclusive o “olhar sobre a cidade” produzido pelos efeitos das substâncias), foram alguns dos repertórios que analisamos. **Conclusões.** A inscrição da cidade no corpo das pessoas que fazem uso de drogas, que participaram do estudo, se faz por várias grafias. A cidade é inscrita não somente pela sua arquitetura, nem pela disponibilidade dos espaços, mas por questões de solicitações do corpo de quem nela se inscreve e é inscrito. A pesquisa, que ainda está em desenvolvimento, articula de modo inédito alguns campos de saberes, ajudando a construir uma proposta metodológica para a utilização de novos recursos úteis à Psicologia Comunitária, para ajudar a pensar e agir em territórios de existência de uma população vista como “excluída” de alguns processos básicos de cidadania.

Destinação de Resíduos e a Práxis em Psicologia Ambiental um diálogo possível.

Amanda Setúbal Lino e Caroline de Assis Freitas, Universidade Federal do Ceará

As cidades cresceram e passaram a ser ambientes que se apresentam de maneira vivaz pelo grande número de pessoas, as diversas atividades realizadas cotidianamente, o grande número de informações e as manifestações nas mais variadas esferas, como culturais, sociais, e ambientais. Nesta dinâmica há, embora ainda despercebida, uma tendência ao esquecimento da importância das vivências de ambientes como praças, salas de aulas ou até mesmo da rua. Pouco a pouco esquecidas, como exemplo, dão espaço para a gradual destruição do local, que já abandonada, dá lugar ao hábito de práticas de violência, como o uso de drogas ou pequenos crimes, causando sentimentos de medo e insegurança nos cidadãos que vivem próximos a estes locais. Além destas consequências negativas aos espaços, a degradação física do ambiente também ocorre em questões referentes ao meio ambiente, estigmatizando ainda mais o local, este vira um depósito de lixo a céu aberto, trazendo além consequentes patógenos para a população daquele

local, consequências ambientais muito piores posteriormente. Portanto, com o suporte da Psicologia Ambiental, nós, do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS) da Universidade Federal do Ceará, desenvolvemos dois projetos de extensão paralelamente que atuam em parceria diretamente sobre estes tópicos. Entre os objetivos principais está o trabalho de sensibilização dos transeuntes e da reimplantação da coleta seletiva nos Centros de Humanidades I e II localizados no Campus Benfica. Para modificação dos coletores e o trabalho de apropriação dos alunos, foram utilizadas diversas metodologias, como a territorialização, conceito da Psicologia Comunitária que nos deu suporte para que conhecêssemos os lugares onde estavam localizados os atuais coletores, que estão em situação precária o que dificulta a logística, ou os conceitos de Identidade do indivíduo com os espaços que cria vínculo para uma boa qualidade de vida. Foram realizadas também reuniões com os Centros Acadêmicos dos cursos localizado nos Centros de Humanidades para levar a discussão aos estudantes, e posteriormente, a aplicação de um questionário semi-estruturado com perguntas que visavam o levantamento das demandas destes. Os resultados encontrados pós análise qualitativa e quantitativa constataram a necessidade de um trabalho de sensibilização por intermédio da educação ambiental para a problemática do lixo, tornar efetiva a coleta por parte dos servidores e terceiros que utilizam o Campus, além da grande demanda de um bom espaço de convivência entre os alunos, o qual não ocorre. Esse primeiro momento foi referente ao levantamento de dados e da infraestrutura ocorreu no segundo semestre de 2013; Para o 1º (primeiro) semestre de 2014, a equipe já estabelece contato ao realizar reuniões com os responsáveis pela administração do campus está iniciando a segunda etapa buscando planos de intervenção para as duas problemáticas, apropriação e escoação de resíduos no Campus. Essa atuação em rede perpassa não só a práxis em Psicologia Ambiental, mas também a Psicologia Comunitária com suas questões socioambientais, para que os usuários dos Campi, segundos e terceiros, após a sensibilização possam levar tais práticas ambientais e de convívio para outros lugares, e para suas vidas.

Dimensão política do ventre, ou, como dançar a psicologia comunitária em uma associação de cultura em Londrina/PR

Alejandra Astrid León Cedeño, Universidade Estadual de Londrina, Márcia Figueiredo Tokita, psicóloga

Este mini curso se desenvolve a partir da experiência de um trabalho artístico-comunitário (aulas de dança do ventre) em uma associação cultural da periferia de Londrina – PR, que se desenvolve desde 2008. Inicialmente era desenvolvido apenas com lideranças comunitárias, porém atualmente também é ocupado por crianças e adolescentes. Essa associação cultural começou em 1999 e desde então trabalha com eventos e oficinas artísticas e de saúde, ditadas por membros da comunidade ou pessoas próximas, e em articulação com o posto de saúde, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e uma universidade pública da cidade. O objetivo do mini-curso é propor uma reflexão, a partir do corpo, sobre métodos em psicologia comunitária, passando do conceito de intervenção ao de envolvimento (conforme diz Antar Martínez, 2014, em artigo da revista Athenea Digital). Assim como procedemos na associação, teremos como conteúdo programático, trabalhar a dança e a conversa como partes do mesmo processo,

relacionando os movimentos com os sentimentos, vivências, dificuldades ou potencialidades de cada pessoa, conversando sobre nosso cotidiano, nossos desejos e necessidades. A partir desta experiência trabalharemos com princípios da psicologia comunitária do cotidiano, que complementam os princípios teóricos da psicologia comunitária, a saber: “a contradição somos nós” (complementar à união entre teoria e prática), “o direito à beleza” (complementar à transformação social como meta), “os muros invisíveis” (complementar ao poder e controle na comunidade), potencialização (a partir do trabalho corporal, complementando a conscientização); “centralidade das relações” (complementar à socialização) e “ajudar sem atrapalhar” (complementar à autogestão e participação). Também traremos um relato sobre as experiências vividas no cotidiano da associação. As aulas de dança e o mini-curso se baseiam no método Rhamza Alli, pioneira das danças árabes em Londrina, que incluem alongamento, dissociação (de tronco, quadril e pescoço), braços e mãos, tremidas de ombros e quadris, ondulações, passos de dança árabe e uma pequena coreografia. Esses movimentos são entremeados por exercícios de expressão, discussão sobre a história desta dança e sobre seus usos no cotidiano das mulheres, dança coletiva ou individual e significado dos movimentos. Também desenvolvemos ao longo dos anos uma metodologia própria, que nasceu no cotidiano das aulas e que pretendemos compartilhar com os participantes. Como recursos, utilizaremos um vídeo documentário apresentando o trabalho desenvolvido e música para realizar as atividades. Ao final, assim como procedemos na associação, faremos uma breve assembléia (espaço em que costumemente discutimos e deliberamos tudo o que é necessário) como avaliação do processo vivido.

Educação Ambiental e Patrimonial – Diálogo possível nos Usos do Espaço Público

Lúcia Maria Gonçalves Siebra e Vanessa Louise Batista, Universidade Federal do Ceará

O trabalho de Educação Ambiental e Patrimonial, realizado com os moradores de um conjunto residencial situado no bairro Passaré na cidade de Fortaleza-CE, buscou facilitar a reflexão coletiva acerca da vida na cidade e das relações de vizinhança, considerando como cenário um novo espaço público entregue à população. Buscou-se dialogar sobre os temas da identidade, da cidadania e do cuidado com o patrimônio público e coletivo, dentro de um plano maior para o despertar da consciência ambiental - o que significa propor a convivência tal que os espaços de vida na cidade, sejam naturais, sejam construídos, gerem a alegria de viver junto, em contato pessoal, interpessoal e transpessoal. Desta forma, a definição do método buscou facilitar a emergência de uma ambiência libertadora e inclusiva, restituidora e reparadora de impactos e vícios sociocomunitários visando criar uma confluência entre as ações do poder público e as potencialidades dos usuários. O trabalho desenvolveu cinco categorias de ação: 1. Cadastro de moradores e comerciantes do entorno; 2. Reuniões com a vizinhança; 3. Reuniões com os representantes do poder público; 4. Seminários abertos com moradores e articuladores; 5. Elaboração de projetos de interesse coletivo nas áreas de segurança, infraestrutura, convivência intergeracional e estética do lugar, definidas como áreas prioritárias pelo grupo. Destaca-se como fatores facilitadores do processo: a boa vontade dos participantes que ao longo do trabalho se fizeram

presentes; o apoio do grupo de comerciantes locais, assumindo custos de um espaço para realização dos seminários; a valorização de empreendedores locais pelo grupo com a contratação da confecção das camisetas dos "Amigos da Praça", entre outros. As dificuldades, algumas de ordem interpessoal, estiveram muito relacionadas a problemas já existentes entre moradores que convivem há muitos anos naquele território. Os conflitos causados por interesses individuais de poucos (dispostos a obter vantagens) e o interesse da maioria do grupo visando ao bem comum, foram as principais razões por trás das divergências e às vezes impedimentos construtivos no processo. Muitas questões não eram colocadas no grupo por medo de retaliação. A própria realidade das comunidades na atualidade é causa de temores por parte dos cidadãos que vêm de perto a violência e a forma banal como é tratada a vida. Em alguns bairros da cidade, qualquer desavença pode terminar em morte. Este fantasma (não tão improvável) amedronta as pessoas quanto ao exercício diário de cidadania. A compreensão do que vem a ser bem comum precisa ser facilitada na sociedade, que em seu formato individualista, capitalista e consumista, carece de reflexões acerca do que seja bem comum, espaços públicos e convívio social. Enfim, o trabalho se propôs a gerar indicativos de caminhos para a apropriação pacífica e agregadora do espaço público com desdobramentos na construção de um espaço educador.

Educação Patrimonial Libertadora: caminhos para uma cidade educadora

Camila Carneiro Rocha e Vanessa Louise Batista, Universidade Federal do Ceará

Cuidar do educador, além de ser nome de um dos momentos, é a motivação principal do trabalho desenvolvido na formação a que nos referiremos neste trabalho. Cuidar é ser zeloso, atento, escutar, abrir possibilidades para o conhecimento e a inventividade. Encontramos profissionais paralisados em suas posições de inferioridade no processo escolar. Toda a atenção é voltada para o "futuro da nação", as crianças, e o como deve ser feito sempre vem de "cima": das secretarias municipais, estaduais, do ministério da educação através de projetos, programas e avaliações que, muitas vezes, não são compreendidas por inteiro por quem deve executá-las. O que percebemos como o laço principal de comunicação do mundo externo à escola com o cotidiano do trabalho próximo às crianças é visto normalmente como o nó do sistema educacional: os educadores. O professor está diretamente ligado com o processo de autonomia das crianças, mas ele está inserido e imerso num sistema educacional adoecido. A educação é a vida mesma, e não se trata de um processo neutro e pontual, portanto devemos reinseri-la na política desde os processos de criação e não somente como local de aplicação e reprodução de métodos. O trabalho aqui proposto é uma reflexão sobre como a ação de extensão denominada Curso de Formação Permanente para Educação Patrimonial por uma Cidade Educadora repercutiu na trajetória pessoal e profissional daqueles que participaram desse processo. Esta ação é a matriz de desenvolvimento do projeto de Educação Patrimonial "Duas Fendas: Patrimônio, Cultura e Consciência Biocêntrica" subvencionado do MEC/SESU através do PROEXT em 2013, desenvolvida pelos laboratórios de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Ceará - LESC-Psi e LOCUS - em parceria com a Prefeitura Municipal de Aracati e os educadores das comunidades e da rede pública de ensino local. Compreendendo a transversalidade e amplitude do quefazer do psicólogo

é que vemos as possibilidades de contribuição para o processo de gestação de uma Cidade Educadora, através da atuação socioambiental no Município de Aracati, pelo viés da formação de moradores, gestores e educadores locais. Tendo como perspectivas teórico-metodológicas a Psicologia Comunitária, a Educação Biocêntrica e a Educação Patrimonial Libertadora propusemos uma formação que enfocasse a valorização do educador (abrangendo nessa denominação professores, técnicos e membros da comunidade), conseguindo assim, propiciar conscientização e conscientização em um grupo historicamente desconsiderado e desvalorizado. Empoderando os sujeitos-atores do processo educativo, assim como os educandos e a comunidade, através da apropriação tanto dos espaços físicos e culturais de sua cidade como dos espaços possíveis de serem ocupados pelas suas próprias presenças, o estar-no-mundo enquanto educador. Gerando um processo de enraizamento que possibilita a constante reinvenção de si. As reflexões que trazemos nesse trabalho, enfatizando o despertar da autonomia dos educadores, contribuem amplamente para pensar a psicologia comunitária no mundo atual, pois se direcionam para a constituição de uma cidade educadora; uma cidade que em todos os seus aspectos caminha para a sustentabilidade, através dos valores de justiça social, correção ecológica, viabilidade econômica e aceitação da diversidade cultural, configurando um movimento contínuo de respeito à vida.

Entre cata-ventos e abanadores: A energia eólica na tensão entre progresso e vulnerabilidades na concepção de jovens em uma cidade do interior do RN

Alane Silveira da Silva e Andréia Lucynara dos Santos Lima, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução: O presente trabalho trata de uma intervenção em um projeto de extensão da UFRN, numa parceria entre o Observatório da População Infanto-juvenil em Contextos de Violência (OBJUV), vinculado ao Departamento de Psicologia/ UFRN, e o Grupo de Estudos Cultura e Subjetividades (POIESIS) do PPGCS – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/ UFRN-, na cidade de Parazinho/ RN. Assim, foi desenvolvida uma pesquisa-ação cobrindo diversas temáticas. Nesse trabalho, destacamos o modo paradoxal como os jovens se referem à instalação de parques eólicos e o modo como isso suscita reflexões sobre o porvir. Objetivo: Compreender como a infância e juventude de Parazinho representa: o espaço no qual vive, perspectivas de futuro e possibilidades de sustentação econômica. Metodologia: O processo de intervenção foi conduzido de acordo com o princípio da não-diretividade desenvolvido por Carl Rogers, com o estabelecimento de uma escuta ativa denominada por TAKEUTI & BEZERRA (2009) como uma interlocução que busca um diálogo verdadeiro com os sujeitos da comunidade, em oposição ao distanciamento colocado num modelo de intervenção que se pauta em uma "coleta de dados" com a mera aplicação questionários. A intervenção como um todo contou com a participação de 67 jovens que se dividiram 3 grupos de trabalho compostos por 4 facilitadores. Este trabalho tem como recorte um grupo composto por 19 crianças e jovens entre 11 e 15 anos, que foram subdivididos em 3 grupos. Para tanto, foi utilizado suportes projetivos, na forma de desenhos coletivos e esquetes teatrais, além de rodas de conversa para discutir as produções. Resultados: Dentre as questões suscitadas

pelos jovens, destacam-se a falta de perspectivas em relação à educação, esporte, lazer e cultura, bem como à profissionalização e oportunidades de emprego. No entanto, o ponto mais destacado nas falas dos jovens referiu-se aos parques eólicos que se instalaram na cidade. O paradoxo apresentado diz que se de um lado houve abertura de novos postos de trabalho, por outro lado fica claro que não houve impactos para a qualidade de vida da população local. Segundo os jovens, foi possível constatar o surgimento/ agravamento das seguintes questões: prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de drogas, violência interpessoal. Conclusões: Considerando as questões que emergiram durante o processo de intervenção, notamos uma clara demanda para psicólogos comunitários. Tendo em vista as queixas dos jovens sobre a inexistência de fóruns para que possam se expressar, consideramos que: a) uma frente importante é a de dar visibilidade às reflexões dos jovens; b) outra é poder mediar as falas juvenis na tensão com os articuladores das políticas locais. C) poder construir mecanismos de avaliação levando em conta o ponto de vista dos jovens, para a compreensão da sua possível eficácia. A juventude de Parazinho possui diversos desafios em comum pelos quais poderão atuar para promover uma transformação positiva em sua realidade social. Para tanto, a Psicologia Comunitária possui conhecimentos e ferramentas que podem facilitar esse processo, com foco no empoderamento e construção da autonomia coletiva para que se tornem sujeitos transformadores de sua realidade.

Ética comunitária: uma discussão teórica

Maria Accioly Dias, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em meio às múltiplas crises (social, ambiental, política e econômica) que vive nossa sociedade globalizada, procuro focar a dimensão ética que perpassa todas elas. O ponto de partida dessa análise é a percepção, na atualidade, de uma ruptura cada vez mais patente de princípios e padrões comunitários como comunhão de objetivos, coesão social e engajamento moral. A vida contemporânea tornou-se fragmentada, e o sujeito pós-moderno, exacerbadamente individualista. Como ilustra Bauman, vivemos em "comunidades de chapelaria", onde apenas conexões transitórias se processam "entre espectadores no intervalo de um espetáculo". Nesse contexto, vale ressaltar a distinção dos conceitos de "sociedade", como entidade meramente associativa, e "comunidade", a qual, segundo Weber e Tönnies, sustenta relações mais profundas de pertencimento e solidariedade. Ora, se somos seres sociais, a escassez de laços comunitários significativos pode gerar, com frequência, sentimentos de isolamento, busca de satisfação exclusivamente em interesses particulares e, em última instância, uma indiferença patológica em relação ao "outro". Não raro, decorre daí uma perda do senso de coerência psicossocial e uma espécie de vazio ético, relacionado, particularmente, à ideia, dominante na pós-modernidade, de que individualidade e coletividade são categorias mutuamente excludentes. Alguns autores vêm sugerindo, de fato, que a atual crise é também ética, e que se expressa em diversas esferas da vida. No que tange às questões socioambientais, pode-se sugerir que os problemas éticos têm sua raiz em outra antiga divisão conceitual, aquela entre sociedade e natureza, explicada por Marx em termos de um "rift metabólico" – uma "fenda" nas trocas metabólicas que sustentam os ciclos de matéria e energia, gerada a partir da alienação da terra. Tal disjunção homem-natureza, que reflete outra

ideia dominante na contemporaneidade, é amplamente questionada por autores como Latour, Guattari e Morin. O objetivo do presente trabalho é realizar uma discussão teórica sobre o tema “ética comunitária”, enfocando especialmente as dicotomias “individualidade x coletividade” e “sociedade x natureza”, bem como algumas de suas implicações práticas para a vida em comunidade/sociedade. O método utilizado foi a análise dos conceitos de “ética” e “comunidade” à luz da Psicologia, Sociologia, Filosofia, Antropologia e Ecologia Social. O resultado foi a produção de um entendimento acerca da complexidade de questões envolvidas na construção da ética e das práticas morais comunitárias nas esferas sociopolítica, econômica e ambiental. Sem desconsiderar a influência de fatores históricos, conclui-se que a “crise ética” em questão relaciona-se, em boa medida, à frouxidão de laços comunitários e ao individualismo exacerbado característicos do cenário pós-moderno. É necessário, pois, reconstruir o senso comunitário, sem que isso implique, no entanto, uma perda da diversidade e liberdade associadas às identidades individuais. A comunidade, como vista por Heller e Guareschi, possibilita o desenvolvimento de diversas potencialidades humanas – inclusive sua capacidade de reconexão com a terra –, contribuindo, portanto, para o enfraquecimento dos antagonismos “individualidade x coletividade” e “sociedade x natureza”. O presente trabalho traz, assim, uma contribuição pertinente ao eixo temático “Ética na dimensão planetária e em defesa da Vida”, e retoma discussões historicamente importantes para a Psicologia Comunitária.

Grupo Terapêutico na Comunidade – A Educação Biocêntrica propiciando Aprendizagem-Desenvolvimento

Sara Cavalcante Gois, Universidade Biocêntrica

Pretendo neste minicurso refletir junto com as pessoas interessadas sobre o Grupo Terapêutico como uma nova possibilidade terapêutica para se criar um espaço de compartilhamento e apoio entre os participantes, além de obter um suporte psicológico sobre um tema pontual. O Grupo terapêutico na Comunidade tem como objetivo gerar aprendizagem e desenvolvimento, assim como o fortalecimento da identidade pessoal e comunitária. Terei como base epistemológica, além das abordagens próprias da Psicologia Comunitária, a Educação Biocêntrica. A contribuição da Educação Biocêntrica neste tipo de grupo vem no sentido do desenvolvimento da formação de vínculos, da consciência crítica-conscientização e do fortalecimento da identidade. O trabalho consiste basicamente na promoção de um espaço de encontro e problematização acerca da comunidade, da cidadania e da própria pessoa, ou seja, um espaço de promoção da saúde, da vida, de modo que, através da reflexão, do diálogo, da vivência e da ação, proporcione re-significações, autonomia, libertação, transformação da realidade e o fortalecimento de vínculos e da expressão da Identidade. Para tanto, recorri ao estudo dos autores da Psicologia Comunitária do Ceará, GOIS (2008), BRANDÃO E BONFIM (1999), e da Educação Biocêntrica, GOIS (2008), CAVALCANTE (2007). O resultado de um grupo como esse é o de favorecer a possibilidade de um novo olhar para a realidade que os cercam, um sentimento de valorização da vida, a partir da possibilidade de nos conectarmos conosco mesmos, com os outros e com o Universo, favorecendo o que há de saudável. Contribuí, também, com processos de conscientização, fortalecendo o poder pessoal, o sentir-se vivo, e o valor pessoal, sentir-se capaz de transformar a

realidade. E a vivência biocêntrica é o grande potencial da Educação Biocêntrica, pois a vivência é o núcleo da existência da identidade, desenvolvendo a afetividade nas pessoas, favorecendo a aprendizagem e desenvolvimento não só pelo cognitivo, mas visceral, por todo o corpo. Resgatamos a aprendizagem dos rituais de vínculos que potencializam a conexão não só com as emoções, mas evoluem para a percepção e expressão dos sentimentos tendo como resultado o desenvolvimento da inteligência afetiva, assim como das demais categorias da Educação Biocêntrica: conscientização, corporeidade vivida, potência de vida, identidade, sujeito individual e coletivo, expansão da consciência.

Implicações psicossociais da seca e a saúde mental no contexto rural nordestino

Carla Evelline de Sousa Camurça e Verônica Morais Ximenes, Universidade Federal do Ceará, Elívia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará

O processo saúde-adoecimento vem sendo explicado por diferentes modelos desde a Antiguidade até os dias atuais, sendo a partir dessas diferentes concepções e na busca por explicar o processo saúde-doença, que atualmente entendemos através do enfoque biopsicossocial e da análise dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS), em que a definição da saúde traz um olhar voltado para atenção integral ao sujeito, às comunidades e as relações sociais existentes. Logo, nosso entendimento sobre o processo saúde/adoecimento é para além de questões biológicas, situando-se a partir da dimensão social, histórica, cultural e subjetiva do sujeito, e sua relação com a comunidade. No Brasil, a pobreza e a desigualdade social são DSS. No caso do contexto rural nordestino, especificamente no sertão semiárido, esses DSS vão se configurar de forma diferente, tendo em vista que o processo saúde-doença é perpassado por questões desiguais no acesso à terra, a água e as políticas públicas, impactos ambientais e mudanças climáticas extremas que contribuem para o aumento da vulnerabilidade social e da desigualdade em saúde, que conseqüentemente, interfere nos processos saudáveis de vida e contribuem para o desenvolvimento do adoecimento da população rural nordestina. Os objetivos desse trabalho é refletir sobre as implicações psicossociais da seca na saúde mental de moradores de uma comunidade rural cearense. A partir das transformações no modelo de atenção e gestão nas práticas de saúde, voltadas para as dimensões biopsicossocial, em que a saúde mental é uma parte integrante da concepção de saúde definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ela não deve ser entendida apenas como ausência de adoecimento mental. Segundo a OMS a saúde mental "(...) é o estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza suas próprias habilidades, pode enfrentar normalmente o estresse da vida, trabalhar produtivamente e contribuir para sua comunidade" (WHO, 2001, p. 01). Neste sentido, a consideração da complexidade da temática investigada permitiu o uso de uma abordagem metodológica mista (Creswell, 2010) com fundamentos nas pesquisas qualitativa e quantitativa, o que favoreceu a complementaridade dos olhares e recortes da realidade. Participaram da pesquisa 207 sujeitos. O questionário da pesquisa contou com 173 itens divididos em diversas escalas. A partir da Escala Self Report Questionnaire (SRQ-20), instrumento construído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e validado para uso no Brasil tem como objetivo avaliar a presença de transtornos mentais ditos comuns, tais como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade

de concentração e queixas somáticas (SANTOS, ARAÚJO e OLIVEIRA, 2009). O conceito de Transtorno Mental Comum (TMC) se refere a casos que apresentam sintomas não psicóticos, no entanto produzem alguma incapacidade funcional nos sujeitos. Dentre os dados encontrados, a prevalência para TMC foi de 34,29%. A proporção segundo o sexo de prevalência para TMC foi de 72,15% para o sexo feminino e 27,53% para o sexo masculino. Percebemos que é importante conhecer e reconhecer que o processo doença/saúde mental acontece de forma diferente entre as populações, e que ocorre através de múltiplos aspectos e do modo de vida dos sujeitos e de suas relações sociais.

Implicações psicossociais da seca e os modos de vida no contexto rural nordestino

Carla Evelline de Sousa Camurça e Verônica Morais Ximenes, Universidade Federal do Ceará, Elívia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará

A região Nordeste é sujeita ao fenômeno natural da seca em que a população sofre com seus impactos ambientais, sociais, econômicos e políticos. Josué de Castro (1984) enfatizou, "a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestina" (CASTRO, 1984, p. 247). A compreensão reducionista da problemática da seca associada à falta de água facilita a naturalização dos efeitos sociais da seca. O semiárido nordestino é constituído a partir de processos de exclusão/inclusão social perversa (SAWAIA, 2011), podemos perceber esse processo através da compreensão da história de colonização com base na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho do povo; os processos sociais e políticos perpassados pelo poder centralizador das oligarquias, do coronelismo e da configuração da estrutura fundiária; a vivência com o fenômeno natural da seca e seus impacto no modo de vida; a desigualdade social, a exclusão e a pobreza; as políticas públicas de desenvolvimento rural que amenizam a situação vulnerabilidade social, porém não retira as pessoas da situação de pobreza. A pobreza rural se distingue da pobreza urbana. Nossa compreensão de pobreza é a partir da perspectiva multidimensional, especificamente da Abordagem das Capacitações (SEN, 2000) que compreende a pobreza a partir das privações aos quais os sujeitos vivenciam e que os impedem do exercício de suas liberdades. Os objetivos desse trabalho é refletir sobre a vivência do fenômeno social da seca e os modos de vida de uma comunidade rural cearense. Utilizamos como referencial, a Teoria Histórico-Cultural da Mente para compreender os modos de vida, pois considera que a história e a cultura influenciam o desenvolvimento sócio psicológico dos sujeitos (GÓIS, 2005). É preciso pensar no contexto histórico e cultural em que estão inseridos os sujeitos e as influências sociais no desenvolvimento psicológico. Entendendo que é através da relação com o contexto social que a subjetividade é construída. Neste sentido, a consideração da complexidade da temática investigada permitiu o uso de uma abordagem metodológica mista (Creswell, 2010) com fundamentos nas pesquisas qualitativa e quantitativa, o que favoreceu a complementaridade dos olhares e recortes da realidade. Participaram da pesquisa 207 sujeitos. O questionário da pesquisa contou com 173 itens divididos em diversas escalas. A partir da Escala de Influências da Seca, adaptado de Favero (2012), composto por perguntas relacionadas às consequências da seca na vida familiar. Obteve-se que 86,5% dos participantes passaram por alguma seca, o que fez com que 64,5% necessitassem modificar

planos ou projetos em função de uma seca. A falta de água para o consumo humano e animal, as perdas na produção, a saída do campo para a cidade de algum membro da família e a retirada de algum membro da família da escola são impactos sociais decorrentes. Do ponto de vista das implicações psicológicas, as experiências de insegurança quanto ao futuro, sentimentos de desânimo e tristeza e dificuldades relacionadas ao sono também foram observadas. Portanto, o estudo das implicações psicossociais e modo de vida no contexto rural nos permitiu conhecer a vivência da seca pelos moradores de comunidade rurais.

Mediação de conflitos e processos de subjetivação: sobre o fazer do psicólogo comunitário no mundo contemporâneo

André Luiz Freitas Dias e Fabiana Lúcia Campos Baptista, Programa Polos de Cidadania, Lucas Furiati de Oliveira, Mariana Gomes Ferreira de Souza, Maryana Pereira Jácome e Michele de Souza Tavares, Universidade Federal de Minas Gerais

A atuação do psicólogo no mundo contemporâneo envolve, dentre outras atividades, a avaliação e a intervenção em problemáticas sociais que se proliferam e afrontam as sociedades. Uma das vertentes do trabalho do psicólogo na comunidade é a atuação como mediador entre indivíduos que apresentam conflitos entre si e que demandam assistência na sua resolução. Tradicionalmente conhecida no campo do Direito como 'mediação de conflitos', essa metodologia reveste-se de um caráter singular quando articulada ao campo da Psicologia Comunitária, na medida em que o psicólogo passa a considerar, nos atendimentos e análises dos casos, as subjetividades envolvidas. Partimos do pressuposto que a subjetividade não implica em posse, mas em produção incessante que ocorre a partir do encontro com o outro. Assim, o objetivo dessa comunicação é refletir sobre como o psicólogo, ao colocar-se na posição de mediador entre indivíduos em conflito temporário, pode atuar como catalisador provisório do processo de produção de novas subjetividades, resultantes de uma troca dialógica que possibilite uma mudança deposição que contribua para a resolução do conflito inicial.

A elucidação dessa prática do psicólogo na comunidade será realizada através do estudo de caso. Recorreremos a um caso atendido pelo Programa Polos de Cidadania, programa de extensão universitária ligado à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na sede localizada no Aglomerado Santa Lúcia, na cidade de Belo Horizonte. O programa Polos realiza, pelo viés da mediação comunitária e da orientação, intervenções de cunho sociojurídico, em uma busca constante de efetivação dos direitos humanos e de práticas emancipatórias. Como resultado deste estudo, por meio da análise de relatos de casos, apontaremos como as intervenções do psicólogo como mediador, no âmbito individual, podem repercutir na produção de uma nova perspectiva sobre o conflito na qual os indivíduos estavam inseridos, possibilitando efeitos de mudanças individuais e/ou coletivas. Buscaremos mostrar, assim, como a intervenção do psicólogo visa criar espaços coletivos de escuta mútua. Mais especificamente, veremos como os diferentes lugares ocupados pelos indivíduos nesses espaços de diálogo os permitem posicionar-se de forma dialética diante do outro, em que ouvir e ser ouvido pode leva-los a construir-se como ativos na busca de outra solução para o conflito de início. A nosso ver, forja-se, assim, no processo de mediação, uma maneira singular de se estar com o outro, em que o

indivíduo, construtor de si mesmo, possa construir sua subjetividade no contexto das relações sociais nas quais está inserido, abrindo-se para a convivência com o heterogêneo e com a diferença.

Morar no litoral e o conceito de natureza: como crianças de Rio Grande (RS) expressam no desenho sua relação com o meio

Camila Bolzan de Campos e Fernanda Czarneski Borges, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O estudo dos efeitos da relação das crianças com a natureza é relativamente recente, especialmente em contextos litorâneos. Alguns autores vêm desenvolvendo pesquisas que relacionam a presença de natureza e seu impacto nos comportamentos ecológicos de crianças (COLLADO & CORRALIZA, 2013; WELL & EVANS, 2003; LARSON, CASTLEBERRY & GREEN, 2010). Entende-se, aqui, que o estudo das questões ambientais precisa atender-se às crianças, já que é nessa fase que se inicia o tipo e a qualidade da relação que será estabelecida com o entorno sócio-comunitário. Dentro dessa perspectiva, pesquisas têm encontrado relações significativas entre o tipo de ambiente, a quantidade de natureza disponível no contexto da criança e as relações com a comunidade como indicadores de comportamento pró-ecológico. Ainda, a natureza é apontada como importante componente redutor de estresse em crianças que vivem próximas à altos níveis de natureza (CORRALIZA, COLLADO & STAATS, 2013). Sendo assim, este trabalho trata de investigar como crianças da cidade litorânea Rio Grande (RS) percebem a natureza. Foi selecionada uma amostra aleatória de crianças que participavam de estudo maior sobre vegetação e natureza nos pátios escolares para realizar o desenho. Para tal, solicitou-se às crianças um desenho livre que respondesse a pergunta: "O que é natureza para você?". Foram analisados 20 desenhos de crianças de faixa etária entre 8 a 12 anos, nos quais se buscou identificar os símbolos e elementos apresentados no desenho e, a partir daí, foi realizada uma análise dos componentes principais. Buscou-se conhecer se a proximidade com a natureza característica neste local favoreceria a aparição mais frequente de símbolos e elementos naturais assim como de flora e fauna comuns desta localidade. Além disso, se destaca a importância de trabalhar com esta metodologia com este grupo de participantes residentes na cidade de Rio Grande que se destaca por ter como uma de suas principais atividades econômicas a pesca. A proposta aqui apresentada busca ampliar o espectro de pesquisadores envolvidos com a Psicologia Ambiental, fomentando assim esta área de pesquisa no Rio Grande do Sul, especialmente no Rio Grande e também integrá-la aos fazeres da Psicologia Comunitária ampliando as Psicologias envolvidas no entendimento deste fenômeno. Ainda, pretende-se proporcionar maiores esclarecimentos sobre a relação criança-ambiente e contribuir com subsídios para maior compreensão da influência da proximidade aos ambientes naturais e sua percepção sobre a natureza.

O bem-estar de crianças excluídas na escola

Bibiana Ramos dos Santos, Livia Maria Bedin Tomasi e Jorge Castellá Sarriera, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A escola é um ambiente importante no desenvolvimento infantil, onde as crianças passam grande parte de seu tempo, se relacionando com colegas e professores. Estudos apontam que as relações interpessoais influenciam no bem-estar. Para as

crianças as relações mais importantes são as que estabelecem com sua família, seus amigos, seus colegas e professores. Os colegas de escola influenciam o bem-estar por passarem muito tempo juntos diariamente e estabelecerem uma cultura entre crianças. Ter bons relacionamentos com os colegas auxilia nas notas escolares, no sentimento de segurança e pertencimento à escola e contribui para o bem-estar das crianças. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi verificar se existem diferenças entre o bem-estar de crianças que reportam terem sido deixadas de lado pelos colegas, e as crianças que não sofrem esse afastamento. Participaram da pesquisa 2.280 crianças com idades entre 10 e 13 anos ($M = 10,99$, $DP = 0,99$), sendo 44,4% meninos e 55,6% meninas, que responderam aos 7 itens da Student Life Satisfaction Scale (SLSS), aos 5 itens da Brief Multidimensional Student Life Satisfaction Scale (BMSLSS), e aos 7 itens transformados em média do Personal Well-being Index-School Children (PWI-SC), em uma escala de 11 pontos, indo de completamente insatisfeito (0) a completamente satisfeito (10). Também foram perguntadas questões sobre a satisfação com a escola e com as relações com outras pessoas. Foi realizada uma análise de variância (ANOVA) para verificar se existem diferenças entre o bem-estar das crianças que foram agrupadas em quatro grupos: 1) aquelas que relataram nunca terem sido deixadas de lado por outras crianças na sala de aula, 2) aquelas que relataram uma vez, 3) aquelas que relataram duas a três vezes e 4) as que relataram terem sido deixadas de lado mais de três vezes. Resultados preliminares apontam que as médias de todos os itens diminuem significativamente conforme aumenta o número de vezes que as crianças são deixadas de lado, com exceção dos dois itens "eu gostaria de mudar muitas coisas em minha vida" e "eu queria ter outro tipo de vida" nos quais as médias foram mais altas para as crianças que são deixadas de lado. Testes pos-hoc de Bonferroni ainda assinalam que as médias de alguns itens de bem-estar das crianças do grupo 4 (deixadas de lado mais de três vezes) são significativamente mais baixas do que as demais crianças. Estes dados apontam a importância da relação com os colegas dentro da escola, bem como o impacto no bem-estar das crianças que são deixadas de lado, e que expressam a vontade de mudar de vida, ou ter outro tipo de vida. Consideramos essencial a percepção e intervenção nas relações interpessoais negativas ou excludentes estabelecidas entre os colegas de escola. Tal intercessão precisa do apoio da comunidade educativa que pode detectar o rechaço e permitir atuações específicas em grupos onde ocorra a exclusão. Também deve ser realizada no contexto escolar a promoção de relações interpessoais positivas e saudáveis entre as crianças, de maneira preventiva, valorizando empatia e respeito diante das diferenças entre os colegas.

O que é comunidade no mundo atual?

Isabele Santos Eleotério, Faculdades Integradas São Pedro

Definir o que é comunidade no mundo atual não é tarefa fácil. Principalmente quando se parte do princípio de que a Psicologia Social Comunitária latino-americana desde meados da década de 1970, se expressa enquanto uma concepção crítica, contextualizada e comprometida com a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. Por outro lado, autores tradicionais das ciências humanas traçam uma nítida diferença entre os conceitos de comunidade, família e sociedade, os quais de certa forma se interseccionam. No decurso das três últimas

décadas do século XX, o esforço de inúmeros pesquisadores e técnicos espalhados por todo o Brasil conseguiu estruturar o campo da Psicologia Social e construir estratégias e métodos para a efetivação de práticas significativas no trabalho em comunidade. De um trabalho voluntário, partidário e panfletário passou-se ao trabalho científico e posteriormente ao trabalho técnico na área da assistência social que possibilitou a superação das desigualdades sociais, a partir de políticas públicas implementadas nas duas últimas décadas. Em relação ao conceito de comunidade, outra dificultada posta na atualidade é utilização maciça das novas tecnologias tais como celulares, notebooks, internet, tablets e uma infinidade de aparelhos e meios de contato. A utilização desses equipamentos rompe com um elemento matriz para o entendimento do conceito de comunidade; ou seja, a referência geográfica. Pensar comunidade como um universo de interação pessoal para além do contato físico, visível ou tátil é desafiador. Se for considerado que é na comunidade que os seres se relacionam, trocam fazeres e saberes. Essas indagações levaram a definir o objetivo deste trabalho enquanto uma proposta de estimular a reflexão acerca do significado do termo comunidade no mundo atual. A metodologia utilizada basear-se na pesquisa bibliográfica na base de dados do Scielo (Scientific Eletronic Library Online), entre artigos publicados a partir do ano 2000, com a utilização da palavra-chave "comunidade". Os resultados apontam para o emprego diversificado do termo comunidade entre psicólogos e demais profissionais das áreas das ciências da saúde, humanas e sociais. Pode se entender comunidade como um ambiente onde práticas interativas acontecem, sem que haja a priori alguma intenção na execução desses contatos interpessoais. Esse estudo permite certo balizamento e a oportunidade de realizar uma reflexão mais aprofundada de um termo fundamental para as ações e práticas em Psicologia Comunitária no Brasil atual.

Os sentidos e a experiência de maternidade para mulheres que vivem em situação de rua.

Adriana Rodrigues Domingues, Danielle Sena Moura, Elaine Natalia Mendes da Silva, Maria do Socorro Aparecida Gomes, Natália Alves Acedo e Nicole Xavier De Melo, Universidade Presbiteriana Mackenzie,

Estar em situação de rua engloba uma série de fatores subjetivos, relacionais e econômicos caracterizados por condições de extrema fragilidade. Os processos, conflitos e contradições que envolvem a ida, a permanência e a saída dessa situação, necessitam de uma análise complexa que considere a diversidade de histórias e experiências pessoais das pessoas que se encontram nesta situação. Segundo o censo da população em situação de rua (SÃO PAULO, 2011), cerca de 14.478 pessoas vivem nesta situação nas ruas da capital, das quais 82% são do sexo masculino, 13% do sexo feminino e 5% sem informação de sexo. Para Lopes et al (2003), apesar de numericamente inferior, as mulheres vivenciam um processo de violência neste contexto muito mais severo em comparação com o vivido pelos homens, sendo comum serem subjugadas, sofrerem abusos sexuais, violências físicas e toda espécie de preconceitos. Uma condição que nos interessou foi a experiência de mulheres grávidas que viveram a gestação durante a situação de rua, entendendo que, nesta condição, os processos de vulnerabilidade encontram-se fortemente presentes, seja pelo risco a que o corpo feminino e gestacional é exposto, seja pelo contexto histórico de desigualdades

presentes no âmbito familiar, do trabalho e social, que confere à mulher o papel de mãe e cuidadora. O objetivo desta pesquisa foi compreender como as mulheres em situação de rua vivenciam a experiência de maternidade e quais os sentidos construídos a partir desta condição. Foram entrevistadas três mulheres que engravidaram durante a situação de rua e tiveram seus filhos enquanto moravam em centros de acolhida. Os resultados apontaram uma concordância com os estudos de Nunes e Andrade (2009) e Gontijo e Medeiros (2008). Muitas mulheres em situação de rua desejaram ter seus filhos, embora a maioria das gestações tenha sido não planejada e decorrente de relacionamentos pouco duradouros. As motivações para a ida às ruas e saída desta condição são muito parecidas: geralmente, a ida é motivada pelo uso de drogas ou por vínculos afetivos e familiares desfeitos, e a saída é provocada pela gestação e busca de uma moradia mais adequada nos centros de acolhida. Gontijo e Medeiros (2008) ressaltam dois significados atribuídos pelas mães aos seus filhos no processo de construção deste vínculo maternal. O primeiro consiste em depositar no filho a possibilidade de acabar com sua própria solidão e abandono, considerando a relação com a criança como única forma de dar e receber amor de forma genuína. O segundo significado é a consideração deste filho como o "salvador" de uma morte certa nas ruas. Outro aspecto significativo é a importância dos centros de acolhida na oferta de apoio às mulheres gestantes, desde a assistência ao parto até o acolhimento pós-parto. Embora as vivências sejam parecidas, os sentidos atribuídos à experiência de maternidade são sempre pessoais e subjetivos, e estão relacionados às referências afetivas anteriores, assim como à inserção em uma rede de apoio que viabiliza a reconstrução do projeto de vida.

Possibilidades do Teatro na Intervenção Comunitária.

**Andreia Anna Amaral Porto, Associação Amigos Pé no Palco - Palco Escola,
Roberta Kafrouni, Universidade Tuiuti do Paraná**

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o papel do teatro no processo de desenvolvimento psicológico e com isso refletir sobre a utilização do teatro como ferramenta da intervenção comunitária comprometida com o desenvolvimento da autonomia dos membros da comunidade, de sua capacidade de reflexão sobre a própria realidade, e da compreensão de outras realidades. Para tanto, considerou-se necessário compreender qual seria a compreensão específica do teatro neste processo. Para coletar os dados foram realizadas seis observações diretas no período de abril a setembro do ano de 2012 das atividades de um grupo de teatro com crianças entre sete e doze anos, que nunca haviam participado de aulas de teatro anteriormente. Estas observações foram registradas em vídeo. Os participantes eram 38 alunos de um Projeto Social oferecido por uma escola de teatro da cidade de Curitiba que visava desenvolver o reconhecimento e a valorização das raízes culturais brasileiras por meio das atividades artísticas com foco na cultura dos índios Bororo e no aprendizado da Arte Teatral. O projeto pretendia atender alunos da rede pública de ensino com aulas semanais e encontros criativos bimestrais com a comunidade. A análise das gravações deu-se por meio da seleção de episódios de interação nos quais se verificasse a presença dos seguintes aspectos do desenvolvimento infantil: linguagem verbal e não verbal, mediação feita por meio de signos, imitação, afetividade expressa através das emoções, signos, produção de sentido, controle do próprio

comportamento através da linguagem, apropriação de elementos culturais. Os aspectos éticos necessários para a realização da pesquisa foram respeitados: apresentação do projeto de pesquisa aos educadores e diretores da Escola de Teatro e assinatura do Termo de Concordância da instituição para a realização do estudo; além da assinatura do Termo Consentimento Livre e Esclarecido pelos responsáveis. Os resultados permitiram compreender que a atividade teatral no contexto apresentado estimula a interação social, aspecto primordial no desenvolvimento humano. Concluiu-se que uma vez que a atividade se propõe a estimular aspectos como: produção de sentidos, aquisição de novos signos e significados, interação social, uso da linguagem, mediação, acesso à cultura, entre outros, esta é uma ferramenta importante para o processo constituição da subjetividade tendo o grupo como mediador. As mudanças significativas frente às categorias de análise propostas nesse estudo levaram a concluir que o teatro pode exercer um papel transformador no desenvolvimento, favorecendo a capacidade de expressão, a compreensão da realidade social e emocional de outras pessoas e a compreensão de outras realidades culturais. Assim, o teatro foi compreendido como uma ferramenta de intervenção na comunidade que está em conformidade com os valores e objetivos da Psicologia Comunitária por permitir o desenvolvimento do processo grupal e dos indivíduos inseridos no grupo e por desenvolver a capacidade de escutar, expressar, aceitar e celebrar a diferença.

Práxis do psicólogo comunitário no campo da saúde: vivências integradoras, construção da autonomia e defesa da vida.

Cezar Wagner de Lima Góis, Universidade Biocêntrica, Kelen Gomes Ribeiro, Universidade Federal do Ceará, Luiz Odorico Monteiro de Andrade, FIOCRUZ

Partimos de uma reflexão acerca da construção do bem-estar na sociedade contemporânea, ainda marcada por estilos de vida geradores de ansiedade e de estresse. Abordamos a existência de um campo que se mostra relevante no que concerne à saúde dos indivíduos, o qual preconiza o cuidado com a vida e a construção da autonomia individual e coletiva, mas sobre o qual os profissionais de psicologia ainda não têm lançado um olhar muito atento. Estudamos um sistema de desenvolvimento humano que se constitui como uma das bases da Psicologia Comunitária no Ceará, a Biodança, cuja “metodologia está baseada na indução de vivências integradoras por meio da música, do canto, do movimento e de situações de encontro em grupo” (TORO, 2002, p. 33). O marco referencial é Psicologia Comunitária, a teoria da Biodança e o enfoque biocêntrico da Saúde Comunitária. Aplicamos questionários com os participantes de dois grupos, compostos por adultos, no Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim – MSMCBJ. Ao total, recebemos 16 questionários. Os dados obtidos foram analisados quantitativa e qualitativamente, através da análise da frequência e porcentagem e da análise de conteúdo, com a técnica da análise temática. Os participantes apresentaram uma avaliação do processo pessoal na Biodança, destacando formas de se perceber em relação a sentimentos, pensamentos, sensações corporais e movimentação do corpo. Com a análise temática, foram construídos os seguintes temas: 1) Definição de Biodança para os participantes, 2) Dimensão das Sensações Corporais, 3) Dimensão dos Pensamentos, 4) Dimensão dos Sentimentos, 5) Dimensão da Movimentação Corporal, 6) Dimensão Psicológica,

7) Dimensão Social; 8) Dimensão Biológica e 9) Avaliação do processo pessoal na Biodança. A seguir, algumas das características percebidas pelos participantes e relacionadas à prática da Biodança: a) Psicológicas - 1) Ampliação da consciência ecológica e do Universo; aumento da alegria e do prazer de viver; 2) Maior conexão com as próprias necessidades e sensações; maior aceitação e expressão dos sentimentos; expressão criativa; integração; b) Corporais - 1) Melhoria do sono, da alimentação, respiração e repouso; 2) Imunidade e eliminação/redução de transtornos orgânicos. Os aspectos mais comuns: a) Social - 1) Ampliação e maior qualidade nas relações interpessoais: percebe-se cuidando e/ou sendo cuidado pelos outros. Lida melhor com expectativas, sofrimento, rejeição e reprovação pelos outros, como também com situações de sucesso e fracasso na relação com as pessoas; 2) Melhoria das relações familiares e/ou de casal; participa mais e melhor nos grupos em que convive - família, amigos e trabalho. Com esses resultados, concluímos que há relação entre Biodança e a Saúde Percebida dos participantes de grupos regulares dessa abordagem, com destaque para as dimensões psicológicas, sociais e biológicas da saúde dos indivíduos. A constatação dessa relação no MSMCBJ é um indicador da importância de mobilização voltada para o cuidado com a saúde através de práticas comunitárias de desenvolvimento humano, reconhecendo o potencial individual e coletivo para a saúde, o que contribui com o desenvolvimento da Psicologia Comunitária, trazendo a clareza do quanto pode ser profícua a inserção da Biodança na prática do psicólogo comunitário.

Prevenção de quedas em idosos (Orientando e debatendo de forma lúdica...)

Dayse de Carvalho Forte e Rafaela Fabiana Crispim Rocha, Universidade de Fortaleza

O presente trabalho apresenta ação realizada pelas alunas da psicologia e da fisioterapia realizando uma atuação interdisciplinar junto com o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e com o PET-SAÚDE Atenção Psicossocial-UNIFOR, com o objetivo de trabalhar a prevenção de quedas em pacientes idosos, associando à importância da dança e dos exercícios físicos, ligado com o cuidado e a atenção. Participaram da ação os idosos do grupo de dança existente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), abordando de forma lúdica, a partir de dramatizações, dinâmicas, alongamentos e dança, levando o idoso a conscientização das informações repassadas. Levando-se em consideração que os idosos tem suas limitações e principalmente o público da ação, pois trata-se de pessoas carentes, que vivem em comunidades. Na dramatização as monitoras do PET se caracterizaram de idosas, e com diálogos acessíveis a realidades deles, abordaram o certo e errado sobre a prevenção de quedas. Utilizaram-se cenários com objetos que representavam riscos a quedas. Ao final da dramatização em comum acordo foi realizado alongamento ritmado, onde utilizou dinâmica de dança. Posteriormente foi finalizado com debates contendo perguntas e resposta sobre a dramatização. Utilizou-se pesquisas experiencial e bibliográfica, abordou-se o método da Pesquisa-ação. Abordaram-se questões referentes à importância da escuta e aplicação da intervenção no grupo do idoso, o cuidado na prevenção de quedas na terceira idade, a eficácia do alongamento no dia a dia e a promoção do bem estar no envelhecer. Percebe-se a maior necessidade em trabalhar

ações de prevenção a quedas em idosos, com caráter informativo e lúdico, pois os participantes demonstraram carência destas informações, assim como do cuidado e da atenção destinados à eles. Verificou-se que as expectativas foram alcançadas e que o interesse e participação dos idosos aconteceu em massa. Conclui-se haver necessidade de mais ações no caráter informativo lúdico, pois os idosos sentem essa necessidade, não somente a necessidade de informações bem esclarecedora, mas a necessidade de sentir-se cuidado. Portanto vê-se a finalidade da perpetuação desta atividade pelos profissionais do serviço e pelos idosos com a intenção de que se apoderem dos cuidados com a sua própria qualidade de vida.

Projeto de vida de jovens mulheres do meio rural sob a lente da fotografia e da Teoria Queer

Cristiano Hamann, Esequiel Pagnussat, João Gabriel Maracci Silveira Cardoso, Marcelo Moreira Cezar, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

O contraste entre a discussão de gênero e projeto de vida de jovens mulheres do meio rural convoca-nos para discussão sobre as linhas de invisibilidade de moradoras do meio rural. Pensando nestas premissas o presente estudo é inclinado para a proposta de dar visibilidade ao modo de ser jovem e ser mulher na dimensão da ruralidade. Norteamos este estudo como operador metodológico, que através da escrita propõe tensionar as significações e os modos de ser no espaço rural. Assim sendo, neste estudo tivemos por objetivo pensar em como se organizam o projeto vital e educacional destas jovens, no meio rural do Estado do Rio Grande do Sul, além disso, problematizar como elas percebem e se organizam neste contexto. Para a melhor compreensão das significações dos modos de ser no contexto rural, dividimos, primeiramente, o Estado do Rio Grande do Sul em regiões, a saber: norte, sul, centro-oeste. Após, escolhemos distintas cidades de cada região, para serem realizadas as entrevistas, buscando assim, abarcar as diferenças culturais e geográficas neste processo de pesquisa. Em seguida, para o entendimento destas possibilidades, o estudo parte de uma perspectiva de entrevistas narrativas destas jovens mulheres, foram entrevistadas 32 meninas sendo que 16 delas frequentavam o último ano do Ensino Fundamental e 16 o último ano do Ensino Médio. Posteriormente as entrevistas de cunho narrativo, foram gravadas, transcritas, sistematizadas e analisadas por meio da análise crítica do discurso. Além das entrevistas, foi entregue uma câmera fotográfica para que através da compreensão de fotocomposição, juntamente com as narrativas, fosse possível construir um percurso autobiográfico destas meninas. A partir desta estratégia metodológica, utilizamos, ainda, um referencial teórico crítico em relação questões de gênero, inclinando o estudo para a concepção dos estudos relacionados a teoria queer, principalmente, para que a escrita operasse como ferramenta para pensar o invisível desta população que imbrica a zona rural. As narrativas de vida e sobre as fotos, fomentaram a discussão em relação ao projeto de vida, os modos de ser, e os projetos educacionais. Destacamos a ambivalência destas jovens entre a escolha profissional e o projeto vital, ou seja, a escolha de ter uma profissão ou ter uma família, demarcado por viés da percepção de gênero em moldes tradicionais: homens e mulheres com características bem definidas.

Psicologia e aviaamentos solidários - experiências produtivas em comunidades sertanejas

Andressa Fragoso Pitombo, Kueyla de Andrade Bitencourt, Lucas Brito Lago e Lucas Caires Santos, Universidade Federal da Bahia

Surgem organizações populares e atividades comunitárias, pautadas nos princípios de colaboração e solidariedade, como alternativa de geração de emprego e renda para trabalhadores desvinculados do mercado formal, destarte, esse trabalho visa discutir as possibilidades de inserção da psicologia comunitária junto a grupos de pequenos produtores no sertão da Bahia, pautado no princípio de autogestão e desenvolvimento da autonomia. A psicologia comunitária tem sido conclamada a atuar em diversos contextos coletivos, a fim de legitimar as novas configurações associativas pautados na reconfiguração das relações produtivas, ultimamente vistas como alternativas ao modelo de produção industrial ou a prestação de serviços autônomos. Não se sabe ao certo o número de empreendimentos coletivos autogeridos no Brasil, mas é notório seu crescimento nos últimos anos. Dessa forma, a psicologia superando as práticas tradicionais das quais se ocupava volta seu trabalho para organizações populares e empreendimentos solidários com vistas a favorecer o desenvolvimento da autonomia e da solidariedade, a re-significar autoimagem profissional dos pequenos produtores, bem como fortalecer os vínculos interpessoais dos grupos populares. Assim, essas pessoas podem assumir o papel de sujeitos em sua própria história, intervir nos determinantes sociais e políticos de sua condição social e buscar soluções para seus problemas. Esse trabalho surge como embasamento teórico da experiência de consultoria em psicologia comunitária realizada com alunos de graduação em psicologia da Universidade Federal da Bahia, a fim de desenvolver um projeto de extensão que vise aproximar a psicologia comunitária das políticas públicas de geração de emprego e renda, bem como de empreendimentos solidários com pequenos produtores. O trabalho surge em parceria com o Centro Público de Economia Solidária do sertão produtivo da Bahia e o principal objetivo foi proporcionar o fortalecimento dos vínculos coletivos, a partir dos processos grupais emergentes, utilizando metodologias participativas do trabalho social e comunitário e compartilhando a compreensão de que o coletivo se faz quando os participantes interagem e negociam visando o interesse em comum, sendo produzido simultaneamente pelas singularidades que o produzem (ZANELLA & PEREIRA, 2001). Foi possível encontrar grupos heterogêneos quanto ao produto que comercializavam e à faixa etária, contudo todos eles eram formados majoritariamente por mulheres, tornando-se prementes discussões sobre gênero. As atividades foram propostas considerando as pequenas produtoras como pessoas ativas e capazes de decidir coletivamente sobre o futuro do grupo. As intervenções pautaram-se em exercícios do Teatro do Oprimido, dinâmicas de grupos populares e jogos cooperativos que foram ajustados em função do nível de escolaridade, da questão geracional, de limitações físicas de algumas participantes, bem como da própria hibridez do grupo. A psicologia comunitária contribuiu sobremaneira, como agente externo, para a compreensão do processo grupal, tomadas de decisões e resolução de problemas entre as produtoras, relações de poder e liderança e fornecimento de estratégias para a problematização da condição social em que vivem, a partir do estímulo das trabalhadoras quanto ao seu potencial como agentes de transformações sociais, sobretudo no que se refere a posturas de assujeitamento sugeridas por alguns dos seus parceiros.

Relacionamentos Familiares e Bem-Estar Subjetivo de Meninas Gaúchas

Fabiane Friedrich Schütz, Francielli Galli, Tiago Zanatta Calza e Jorge Castellá Sarriera, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Nicole Weinreb Nemetz, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

O bem-estar tem sido uma meta a se perseguir na busca por melhorias sociais. Nesse sentido, o estudo do bem-estar infantil visa aprimorar as condições de desenvolvimento, a promoção da qualidade de vida e a busca por uma infância mais plena. Para tanto, faz-se necessário compreender os diferentes contextos de vida das crianças. O presente estudo fundamenta-se no paradigma ecológico-contextual, tradicionalmente utilizado para embasar pesquisas e práticas no âmbito da psicologia comunitária. A perspectiva ecológica-contextual considera a multiplicidade das relações estabelecidas e compreende que as pessoas compartilham significados definidos pelos contextos nos quais se inserem. Considerando o universo infantil, a família destaca-se como um dos principais contextos onde ocorrem as relações sociais, o qual influencia na percepção de seu bem-estar. Nesse estudo utiliza-se o conceito de bem-estar subjetivo, entendido como um conjunto de avaliações sobre a própria vida, tanto em nível cognitivo quanto afetivo, o qual tem por base as experiências vividas. A presente pesquisa teve como objetivo conhecer as percepções de meninas acerca de seus relacionamentos familiares e a contribuição destes para o seu bem-estar subjetivo. A amostra é composta por quarenta e uma meninas com idades entre oito e 13 anos que participaram de quatro grupos focais. Estes foram realizados em duas escolas públicas e duas escolas privadas do Rio Grande do Sul – dois em Porto Alegre e dois em uma cidade do interior do Estado. Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo com auxílio do software de análise qualitativa Atlas.Ti. Os resultados apontaram a importância do relacionamento familiar para o bem-estar das participantes. Dentre os principais aspectos levantados em relação aos pais, destacam-se a qualidade do tempo livre compartilhado e do suporte afetivo. O controle parental foi apontado como fator protetivo e, ao mesmo tempo, como limitador de liberdade. As meninas também mencionaram a participação nas decisões a respeito de suas próprias vidas como um fator importante para o seu bem-estar. Também o contato rotineiro com a família ampliada (avós e tios, por exemplo) foi assinalado como relevante. Por outro lado, brigas entre irmãos ou desentendimentos presenciados em casa foram apontados como prejudiciais ao bem-estar. Foram considerados aspectos positivos e negativos acerca de diferentes configurações familiares, bem como referentes à separação e ao recasamento dos pais. Dessa forma, os resultados, pautados no paradigma ecológico-contextual, reforçam a importância da família como contexto central que pode influenciar a percepção das meninas sobre seu bem-estar. Uma das principais contribuições desse estudo é o rompimento com a perspectiva adultocêntrica, já que a investigação de aspectos relacionados à vida das crianças teve as próprias crianças como informantes, ao invés de adultos envolvidos em suas vidas. Dar voz às crianças, tomando-as como os principais sujeitos de suas histórias, favorece a apropriação delas sobre sua realidade e propicia o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Além disso, buscar compreender o ponto de vista das crianças permite a elaboração de intervenções no âmbito familiar e comunitário que contribuam para seu bem-estar.

Renovação Carismática Católica: estudo da confissão em Michel Foucault

Daniele Gonçalves Rodrigues, Franciso Bruno Paz Soares, Jean Carlos de Sousa Pessoa e Patricia Rocha Lustosa, Universidade Estadual do Piauí

Com o enfraquecimento da igreja católica várias religiões ganharam espaço no cotidiano, e de certa forma despertaram o interesse dos jovens para novas experiências religiosas. Nesta conjuntura, a igreja católica se utilizou de várias estratégias para recuar ante o seu declínio, direcionando o foco para Renovação Carismática Católica (RCC). Esta teve origem no EUA em 1967, onde os seus primeiros adeptos relataram ter sofrido uma renovação espiritual. Em poucos anos esse movimento de "reanimação da fé" ganhou força e chegou ao Brasil, e a mesma se mantém e cresce por meio de novos adeptos, criando assim uma "organização" movida pelo batismo no Espírito Santo. A RCC, como a maioria dos grupos, possui suas próprias práticas e costumes, um destes dispositivos de controle dentro da doutrina católica é o da confissão, onde de acordo com Foucault tem o objetivo de promover a construção de um novo sujeito. Muitos jovens se encantam com a proposta de alcançar o batismo no Espírito Santo e na busca da santidade pela RCC, o que os leva a aderir a tal grupo e se organizar de acordo com suas práticas e em que a confissão vislumbra a busca pela verdade na construção de saberes. O presente artigo analisa a percepção que os jovens integrantes da RCC têm sobre o dispositivo da confissão, através de pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando-se de entrevista semiestruturada e aberta com nove voluntários que atenderam ao perfil exigido pela pesquisa em grupos de oração da cidade de Teresina-PI. Através da entrevista pôde-se verificar que parte dos participantes detinha uma visão positiva do seu líder de modo a usá-lo como modelo de conduta e relataram o significado da confissão na sua vida após se tornar um renovando. Tendo como base a proposta foucaultiana de análise de discurso percebemos que a confissão é uma forma de gerar poder e assim novos saberes, confirmada no relato quase uniforme dos participantes, onde os membros do grupo são coagidos de forma sutil promovendo uma nova identidade do sujeito na busca pelo ideal da santidade, sem que percebam que estão sendo controlados. Esse estudo é englobado pela temática do eixo 5, pois o mesmo tem como objeto de estudo não só o dispositivo da confissão, mas também a relação do jovem com o mundo a partir da adesão a Renovação, que é encarado como uma sociedade dentro da sociedade. Transformando sua identidade individual para coletiva, ou seja, viver na busca de um ideal com e para o grupo abdicando de sua própria autonomia, o que pode ser entendido, segundo Foucault, como a condução das almas dentro do discurso biopolítico, sendo esta a contribuição para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária. Tendo a biopolítica como um conjunto de ações dirigidas ao corpo de uma população (assumimos aqui o coletivo da RCC como um alvo de uma biopolítica) também é possível destacar uma possível governamentalidade, posto que o pastor teria domínio e conhecimento sobre o individual e o coletivo de suas "ovelhas".

Senso de Comunidade como preditor do bem-estar subjetivo infantil

Anelise Lopes Rodrigues, Fabiane Friedrich Schütz, Jorge Castellá Sarriera, Lívia Maria Bedin Tomasi, Miriam Raquel Wachholz Strelhow e Tiago Zanatta Calza, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O estudo do Senso de Comunidade busca entender as atitudes, sentimentos, relações e interações entre as pessoas na comunidade, enfatizando a experiência nesse contexto. Pesquisas têm demonstrado associações significativas entre senso de comunidade e o bem-estar subjetivo. Aspectos como o sentimento de pertença e a identificação com a comunidade relacionam-se com altos índices de satisfação com a vida. Porém, muitos desses estudos foram realizados com adultos. A relação entre comunidade e bem-estar subjetivo com crianças ainda não está clara, especialmente em contexto brasileiro. Dessa forma, o objetivo desse estudo é verificar se os itens do Índice de Senso de Comunidade (ISC) podem prever o bem-estar subjetivo das crianças. Participaram 1.736 crianças entre oito e 13 anos (53,3% meninas), alunos de escolas públicas (68,2%) e privadas (31,8%) do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 37,4% da capital Porto Alegre, 17,7% da região metropolitana e 44,9% de cidades do interior do Estado (Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Rio Grande e Santa Maria). As crianças responderam a nove itens do ISC medidos em uma escala likert de cinco pontos e a sete itens do Personal Well-being Index – School Children (PWI-SC). Por meio de regressão linear múltipla observa-se que seis itens do ISC foram preditores do bem-estar, com 17,7% da variância explicada. Os itens são relacionados principalmente à dimensão de vinculação positiva com a comunidade (“eu me sinto em casa nesse bairro”, “eu me sinto seguro quando caminho nesse bairro”, “é muito importante para mim viver nesse bairro”, “eu consigo reconhecer muitas pessoas que vivem no meu bairro”, “no meu bairro existem lugares para brincar” e “se houver um problema nesse bairro as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo”). Os três itens que não entraram no modelo estão mais relacionados às relações comunitárias com os vizinhos (“meus vizinhos e eu queremos coisas parecidas”, “eu me importo com o que os meus vizinhos pensam das minhas ações” e “eu espero viver nesse bairro por um longo tempo”). Os dados apontam a importância de questões relacionadas à vinculação positiva com a comunidade e com o bairro onde as crianças vivem, já que se mostram significativamente relacionadas ao bem-estar. Dessa forma, este trabalho pode auxiliar a compreender a influência desse construto e a desenvolver intervenções que visem melhorar o bem-estar das crianças através de ações na comunidade onde estão inseridas, fortalecendo a segurança e o vínculo que as crianças expressam pela sua comunidade.

“Eu não quero sonhar, para não sonhar mal”: o sonhar e a vida em comunidade na aldeia Ipavu.

Lucila de Jesus Mello Gonçalves, Universidade de São Paulo

Os índios Kamaiurá, de filiação linguística Tupi, vivem na aldeia de Ipavu, no Parque Nacional do Xingu. O PNX foi criado pelos irmãos Villas-Boas em 1961, com o objetivo de proteger os grupos indígenas habitantes da área, bem como resguardar sua fauna e flora. Diferente de algumas práticas em psicologia comunitária, em que o trabalho do psicólogo consiste em promover o sentido de comunidade entre os sujeitos, aqui a comunidade está muito integrada, e em visita de campo,

podemos aprender muito acerca da experiência do viver em comunidade. Nossas indagações se voltam em torno da manutenção da vida em comunidade e modo que os elementos não-indígenas invadem a aldeia produzindo novas organizações. No sentido específico deste trabalho, tentamos compreender com que estão sonhando os indígenas e como estes afetam a vida da comunidade. Nosso objetivo é investigar o lugar do sonho na cultura Kamaiurá e sua relação com continuidade do bem viver do coletivo. O que estão sonhando os jovens Kamaiurá? Como o seu imaginário é atravessado a partir da televisão, atrações da cidade, visitas dos brancos (que podem ser amigos, predadores ou parceiros) na aldeia? O que é sonhar bem e sonhar mal? Como isso afeta a vida cotidiana e o bem estar comum? Segundo a antropóloga Carmen Junqueira, que trabalha com os Kamaiurá há 50 anos, "Os Kamaiurá não aceitam a idéia de acaso e os males são articulados em níveis específicos, nos quais formam um sistema, constituindo um sentido. Pode-se mesmo dizer que para eles todo evento é causado por um evento que o precede." Nesse sentido, qual o lugar do sonho bem e mal? Em trabalho anterior na área da saúde indígena discutimos o lugar do psicólogo como um intermediador entre os povos indígenas e a sociedade envolvente, colaborando para construir as pontes de comunicação entre os índios e os não-índios. Durante a visita fui chamada algumas vezes por jovens que gostariam de me contar seus sonhos e esperavam por minha interpretação. "Isso é sonho bom?" Tomando a experiência do sonhar como produtora de conhecimentos e facilitadora de conexões com pensamentos, emoções, acontecimentos no corpo e para além do corpo e nesse sentido como um elemento fundamental de garantia e continuidade de tradições e cultura, e nos dedicaremos a investigar as diferentes categorias de sonhos, até agora colhidas em campo: "sonho bom", "sonho mal", sonho na aldeia, sonho com cidade, sonho na língua, "sonho na língua do branco", sonhos com "coisas" do branco. Utilizamos como metodologia a observação participante, entrevistas abertas, comunicações espontâneas e caderno de campo. A indagação principal fica por conta do lugar do sonho no futuro dos índios. O sonhar como possibilidade de resistência ao mundo dos brancos.

Acerca de una experiencia sobre la problemática socio-ambiental en diálogo con la Psicología Comunitaria.

María Paula Juárez, Soraya Beatriz Rached, Universidad Nacional de Río Cuarto

Introducción: Esta ponencia intenta compartir una experiencia interdisciplinaria para el abordaje de la problemática socio-ambiental que desarrolla un grupo de investigadores y docentes de la Universidad Nacional de Río Cuarto (Argentina) desde Facultades vinculadas a las Ciencias Humanas y Económicas . Desde las Ciencias Humanas el posicionamiento en una perspectiva crítica reflexiva sustentada, entre otras, en concepciones de la Psicología Comunitaria, Sanitaria y Ambiental ofrece alternativas propositivas de cara al dilema social que representa la problemática ambiental por nuestros días. La experiencia intenta problematizar valores socio-ideológicos individualistas y competitivos y proponer instancias de diálogo y cooperación a través del trabajo con estudiantes en contextos universitarios y educativos más amplios.

En este escenario la Psicología Comunitaria, Ambiental y Sanitaria contribuyen a echar luz en la prosecución de acciones para la preservación y respeto

ambiental orientando praxis que promuevan la protección y defensa de la vida de los ecosistemas, de la raza humana y la salud al tiempo que dinamizando interrogantes tales como: ¿Es posible pensar la relación salud-ambiente en términos de promoción de la salud y no sólo considerando los impactos negativos de la problemática desde la enfermedad? ¿Es posible construir un ejercicio de ciudadanía responsable que relacione salud y ambiente desde la gestión de salud positiva? ¿Qué aportes pueden hacer la psicología comunitaria, ambiental y sanitaria para promover estos procesos? Objetivo: Generar el aporte y reflexión crítica de conceptualizaciones y prácticas de la psicología comunitaria, sanitaria y ambiental que abonarían al desarrollo de la experiencia planteada.

Metodología: Se realiza un abordaje cualitativo basado en el análisis de fuentes y artículos vinculados a la temática así como de la experiencia en desarrollo y los aportes desde las voces de los alumnos protagonistas y los autores del proyecto. Conclusiones: Este trabajo se halla en consonancia con el paradigma de defensa del planeta en su propuesta ética, considerando la defensa de la vida y la liberación humana, asumiendo una postura crítico-reflexiva pero más aun propositiva ante la investidura de la problemática. En este contexto nos aproximamos a la Psicología Comunitaria, Sanitaria y Ambiental con la certeza de que se trata de áreas de conocimiento que pueden contribuir y entrar en diálogo con otras disciplinas de las Ciencias Humanas en la discusión ecológica de la vida en el planeta.

Apego de lugar, sentido de comunidad y participación en comunidades relocalizadas por desastres sicionaturales.

Héctor Berroeta, Universidad de Valparaíso

Como consecuencia de los múltiples desastres que suceden a lo largo de Chile, se han realizado diversos procesos de relocalización, éstos incluyen barrios y en ocasiones, pequeñas ciudades. Esta ponencia constituye un avance de la investigación FONDECYT N° 11121596 "Vínculos socio espaciales en contextos de transformación urbana producida por catástrofes naturales". Mediante ésta intentamos conocer cómo los procesos de relocalización afectan la relación de la comunidad con su nuevo barrio.

Se nos hace evidente que, en estos procesos, deberían interactuar tanto la Psicología Comunitaria como la Psicología Ambiental. Ambas se pueden ligar a los problemas ambientales y ecológicos (como desastres sociales a partir de eventos naturales), siendo necesario el aporte de la psicología comunitaria, especialmente relevante al actuar en la comunidad en un momento de crisis, realizando intervenciones que se han atribuido tradicionalmente al urbanismo o, recientemente, a la psicología ambiental.

Con respecto a la actuación misma, hemos podido dar cuenta que, antes las tres catástrofes que revisaremos (2007, terremoto en Tocopilla; 2008, volcán en Chaitén; 2010, terremoto zona centro-sur), las relocalizaciones han sido parte de la estrategia de paliación dispuestas por el estado. Por tanto, esperamos aportar información para mejorar éstos procesos y profundizar el conocimiento psico-ambiental acerca de los vínculos persona-ambiente en contextos post-catástrofe.

La metodología utilizada tiene dos aristas: una aproximación sociohistórica y una cuantitativa. La aproximación sociohistórica trata de integrar los elementos socio-históricos en un marco interpretativo que aporte una perspectiva temporal, para

analizar una determinada categoría social urbana (Valera, 1993). La aproximación cuantitativa se realizó mediante encuestas, se midió el vínculo espacial (Apego de Lugar) mediante las escalas de "Apego de Lugar, Identidad de Lugar y Movilidad Residencial" de Vidal, Valera, Però y Pol (2009) y el vínculo social (Sentido de Comunidad y participación), mediante la "Escala Breve de Sentido de Comunidad" (BSCI) (Long & Perkins, 2003).

El análisis sociohistorico evidencia procesos de relocalización distinto para cada catástrofe en estudio. Presentaremos resultados según localidad y siguiendo los ejes propuestos por Scannel y Giford (2010): aspectos asociados al nivel personal, al nivel de proceso y al nivel físico. Los resultados cuantitativos muestran diferencias en los niveles de apego de lugar e identidad de lugar en cuanto a barrio de origen y actual, niveles medios de sentido de comunidad, bajos de participación y bajos en satisfacción residencial en relación a su barrio actual. A partir de los resultados obtenidos discutiremos las acciones de reconstrucción implementadas según el marco de interpretación ambiental comunitario. Considerando los análisis realizados, creemos que los procesos de relocalización deberían incluir, como clave, el apego existente por parte de la población hacia su comunidad y su territorio. Así, se podrían concebir intervenciones psicosociales mediante el trabajo con la comunidad, facilitando la adaptación al nuevo territorio. Hoy, en Chile, la preocupación es por lo físico, relegando lo social y psicológico. Mediante la conjugación de un trabajo ambiental y comunitario esta situación se podría revertir, puesto que existiría un abordaje integral de la emergencia y su posterior resolución.

Atención Comunitaria a Adolescentes

Luis Arturo amaro Sáenz, Universidad Nacional Autónoma de México

Fundamentado en la Terapia Familiar Sistémica: Desde el enfoque de Murray Bowen, la familia se encuentra enlazada a generaciones anteriores inmediatas. M. White y D. Epston: la sociedad impone mecanismos represivos y los Medios Narrativos encaminados a la terapia permiten contrarrestar las ideas negativas interiorizadas por el individuo, Ideología Dominante. Una aportación en el presente trabajo es la inclusión de las Artes Plásticas con el fin de trabajar emociones permitiendo externalizar el problema y generar constructos con efectos más positivos para la persona. El trabajo coincide con el quinto eje pues problematiza sobre "la construcción de la autonomía individual y colectiva, ligada a la liberación humana". Durante la adolescencia que se define muchos de los aspectos adaptativos; Kurt Lewin considera el Espacio Vital del adolescente, o la totalidad de aspectos de la persona y el ambiente social en mutua interacción; los valores resultan favorables en el plano "individual, social y ecológico" y tienen que ver con la atención comunitaria en etapas clave del desarrollo como la adolescencia. Objetivo general: Realizar una investigación sobre el perfil psicológico y familiar de los estudiantes, que sirva de base para orientar la generación y promoción de espacios de orientación psicológica a educandos. Objetivo I. Implementar el Taller Conversacional y de Expresión Artística para mejorar la calidad del Espacio Vital en estudiantes de la ENP UNAM. Metodología: Considerando el total de la población inscrita (periodo 2013-2014), 5932 alumnos, se seleccionó mediante el método de números random una muestra de 355 alumnos, dividida en estratos: 4º, 5º y 6º año. Se les aplicó la Escala de Satisfacción Familiar por Adjetivos (ESFA)

y el Cuestionario Estructural Tetradsimensional-Depresión: versión breve (CET-DE vb); después de los análisis descriptivos y de correlación, se eligieron 5 alumnos con los puntajes más altos en satisfacción familiar y 5 con los puntajes más bajos, se les aplicó el Cuestionario de la Personalidad para Adolescentes (HSPQ), Entrevista y familiograma. Actualmente se trabaja en Taller Conversacional y de Expresión Artística (TCTA) en la comunidad escolar. Resultados: Se obtuvo que a mayor satisfacción familiar existe una menor tendencia a la depresión. Con los 10 alumnos seleccionados a partir de los parámetros de la ESCA, y después de aplicar el HSPQ, entrevistas y familiogramas se conoció a profundidad la incidencia de los problemas familiares en la personalidad del adolescente y sus dificultades de adaptación. Los resultados cualitativos son de utilidad en la intervención terapéutica mediante el TCTA. Conclusiones: Es posible realizar intervenciones efectivas en problemáticas que vinculan la personalidad adolescente y las dificultades familiares, sin necesidad de trabajar directamente con otros miembros de la familia, considerando el enfoque de la Terapia Familiar en donde los cambios de un miembro de la familia suelen repercutir en el resto del grupo familiar. También, se modificaron constructos personales favoreciendo el Espacio Vital.

Definiendo una identidad desde la exclusión: el caso de los pepenadores

María Gabriela Luna Lara, Universidad de Guanajuato

La globalización trae nuevos retos, como lo es el cuidado del medio ambiente y cuando la población mundial se concentra en grandes ciudades, se deja en manos de los gobiernos realizar la gestión de la basura que es de las principales fuentes de generación de contaminación, para tal fin, la tendencia ha sido confiar en la tecnología sin considerar a las redes sociales establecidas por las personas que trabajan en la recolección, separación y venta de materiales reciclables. La psicología ambiental ha trabajado en el ámbito comunitario para contribuir a la apropiación del espacio y fortalecer la identidad y acciones de cuidado hacia el medio ambiente, por lo que se partió del objetivo de comprender cómo definen su identidad las personas que trabajan y viven de la basura, para lo cual se empleó una metodología cualitativa, empezando por observación sistemática en una colonia de la ciudad de León (México), donde se contactó a un pepenador y por medio de la estrategia de bola de nieve se contactaron a otros, quienes accedieron a que se grabaran sus historias de vida, posteriormente se transcribieron las entrevistas y con un total de cinco participantes se obtuvo la saturación teórica y se analizaron las narraciones con ayuda del software Atlas.ti.

Aunque socialmente la actividad de buscar materiales reciclables en la basura tiene connotaciones negativas, como resultado se obtuvo que las personas elaboran una identidad positiva, revalorando su actividad como un trabajo benéfico, necesario para mejorar el medio ambiente, incluso se sienten orgullosos de lo que hacen, se apropian de los espacios de la ciudad y de su fuente de empleo. Sin embargo, esto es desalentado por políticas neoliberales, donde se trata de romper con los liderazgos tradicionales del gremio de los trabajadores de la basura a quienes se les ha ido incorporando al sistema formal para obtener una mayor recaudación de impuestos, pero sin prestaciones ya que son subcontratados con pésimas condiciones laborales. En este esquema, los pepenadores, son los más desprotegidos, los concesionarios se asocian para participar en las licitaciones del

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

ayuntamiento, pero los pepenadores sólo cuentan con el apoyo de los vecinos quienes los conocen, ya que la población en general, no reconoce ni valora su trabajo. En estricto sentido, contribuyen al reciclaje de productos ya que viven de vender los materiales que se encuentran en la basura que las personas ponen en la calle en espera del camión recolector, sin embargo, como estos materiales ya no pueden ser vendidos por el personal y empresas del ayuntamiento se les considera como practicas ilegales. Como conclusión tenemos un nuevo reto, ya que los psicólogos tenemos la responsabilidad de traducir estas vivencias de las personas excluidas en propuestas de políticas publicas para que la ciudadanía tenga el servicio de recolección de basura y también las personas involucradas en este trabajo tengan un trato y expectativas de vida dignas ya que con su trabajo contribuyen a disminuir la basura de los rellenos sanitarios y por tanto la contaminación del ambiente.

Dilemas éticos en torno a los profesionales dedicados al Turismo Rural Comunitario: una reflexión crítica

Sandra Patricia Fernández, Facultad de Agronomía UBA

Introducción: Si bien la práctica del turismo en zonas rurales tiene una larga historia, el turismo rural como profesión constituye una actividad nueva. Entendiendo que cualquier intervención en el medio rural está atravesada por aspectos productivos, ambientales, sociales, económicos, patrimoniales, los profesionales del turismo comunitario afrontan cotidianamente decisiones en las que permanentemente se ponen en juego temas de ética profesional. Así, los elementos vinculados al patrimonio natural y cultural, economías regionales, desarrollo local, configuran un sistema complejo en el que es preciso instalar la dimensión ética en el debate, en el que a menudo está ausente. Paralelamente, la práctica del turismo rural está sostenida por dos pilares básicos: por un lado la visión gubernamental, en general basada sobre la idea de fomento al desarrollo local, restricción de la migración, generación de externalidades positivas a partir del turismo (mejora del empleo, capacitación, captación de renta local, etc). Desde otro lado, son actores fundamentales también los actores privados que ofrecen diversas actividades con el objeto de extraer rentabilidad. Estas dos visiones, en ocasiones contrapuestas, genera una tensión en la que los profesionales comunitarios se ven compelidos a mediar. Objetivo: Reflexionar acerca de las situaciones profesionales que implican la resolución de dilemas éticos en el marco de la actuación de los profesionales del Turismo Rural Comunitario. 3 Metodología: 3.1 Revisión bibliográfica. Estado del arte, en primer lugar se recolectó información sobre la dimensión ética implicada en la profesión ejercida en este ámbito. Se investigaron los avances en diferentes profesiones relacionadas con el Turismo Rural Comunitario. 3.2 Entrevistas a informantes calificados. Se realizaron entrevistas en profundidad a técnicos que ejercen profesionalmente en establecimientos rurales privados, dependencias de turismo provinciales y trabajadores independientes. En total se realizaron 12 entrevistas. Se les interrogó sobre la visión acerca de la dimensión ética en su ejercicio profesional y en qué medida esta dimensión estaba presente al momento de tomar sus decisiones. Por otro lado, se les explicó la diferencia entre "problema ético" y "dilema ético" a fin de detectar las verdaderas posiciones de los informantes al momento de extraer conclusiones. 3.3 Análisis y procesamiento. Se analizaron las entrevistas y se volcaron en una matriz donde se resaltaron

los aspectos comunes y los divergentes. 4 Resultados: Del procesamiento de las entrevistas realizadas se puede extraer que en general, lo entrevistados a menudo no son muy conscientes de los aspectos éticos que están presentes en sus decisiones. Si bien la mayoría de ellos tiene una visión muy clara sobre la necesidad del desarrollo a nivel local, a menudo no conocen mucho sobre las consecuencias ambientales y económicas de la presión turística. 5 Conclusiones: Se puede concluir que la profesión del profesional en Turismo Rural adolece de fallas que tienen que ver con la necesidad de reforzar algunos aspectos de la formación. Si bien existen las nociones básicas sobre la reflexión ética, no es muy común que tal acto se realice en forma concienzuda y deliberada.

Experiências de vida e a formação do compromisso pró-ecológico

Raquel Diniz, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O que leva as pessoas a cuidarem do meio ambiente? Há três décadas tal questionamento vem orientando diversas investigações em diferentes campos do saber. No âmbito da psicologia ambiental se busca lançar luz sobre um conjunto de indicadores psicológicos, como crenças, valores, atitudes, e sua relação com o cuidado ambiental. Na presente investigação, se considera que esse conjunto de indicadores quando associados ao comportamento ambientalmente significativo, resulta em um compromisso pró-ecológico (CPE; Gurgel & Pinheiro, 2011). Diferentemente do que vem sendo proposto pela literatura, se compreende que sua formação ocorre de forma gradual e em decorrência de vivências em contextos socioambientais ao longo da trajetória de vida. Nesse sentido, a pesquisa objetivou investigar o impacto de experiências de vida para a formação do CPE. Para tanto, foram realizadas 15 entrevistas individuais, semiestruturadas, com pessoas socialmente percebidas como pró-ecologicamente compromissadas (idades entre 23 e 31 anos; 5 mulheres; com ensino superior). O roteiro foi utilizado de forma flexível e abordou em geral as concepções de meio ambiente, as percepções sobre o CPE e as experiências de vida que os participantes consideraram como significativas para a formação de seu próprio compromisso. Posteriormente, todas as entrevistas foram transcritas e foi conduzida uma análise de conteúdo interpretativa dos dados, de base indutiva e hermenêutica. Quanto às concepções de meio ambiente, os participantes apresentaram uma compreensão relativa aos contextos de interação pessoa-ambiente, seja em âmbito natural ou urbano, e apontaram a mudança na sua própria compreensão a partir das vivências pessoais e do conhecimento técnico adquirido durante a graduação, em contraste com a visão comum de meio ambiente atrelado exclusivamente à natureza. Sobre as percepções do CPE, se evidenciou o aspecto social, sendo percebido a partir de ações em grupo, ou em contextos de coletividade, como a educação ambiental, engajamento em atividades do curso de graduação e participação em manifestações. Foram mencionadas também ações cotidianas relativas ao consumo e tratamento dos resíduos (compostagem, reuso), economia de recursos e relatos sobre o cuidado com a nutrição e com os alimentos. Quanto às experiências de vida significativas para a formação do CPE, em acréscimo às já apontadas pela literatura (ex. contato com a natureza, educação formal, amigos), foram mencionadas experiências em contextos de permacultura, ecovilas e agroecologia. Outras experiências relevantes

4.5

Eixo Ético na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ético en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

foram viagens nacionais e internacionais, e o contato com diferentes culturas e estilos de vida alternativos. Ademais, foram mencionadas experiências espirituais, ligadas ou não à religiosidade. Sobressai nos relatos o valor dessas experiências como favorecedoras de espaços de socialização, o que aponta para a importância de considerar o caráter social da formação do CPE. Tais achados aportam novos encaminhamentos para possíveis respostas à pergunta inicialmente apresentada, com interesse para áreas de interface que atuam com foco nas relações entre grupos sociais e seus entornos, como a educação ambiental e a psicologia comunitária.

Ferías del buen vivir: Un espacio de promoción de la economía solidaria y la construcción de comunidad

Cristina Valenzuela Contreras, Universidad Autónoma, Gisela Pérez Rodríguez, Casa de la Luna, Marcelo Gutiérrez Lecaros, Universidad de Talca

La ciudad de Talca, ubicada al sur de la capital de Chile, posee 200.000 habitantes, presentando una composición social diversa pero desigual. Una ciudad que crece con altos índices de segregación residencial. Fue una de las ciudades más afectadas por el terremoto del año 2010, dejando secuelas sobre la rica composición social de sus barrios céntricos e históricos, los que pasaron de ser espacios de interacción social heterogénea en términos demográficos y socioeconómicos a constituirse en blanco de la especulación inmobiliaria que terminó descomponiendo el tejido social de sus comunidades. Esta iniciativa contribuye al eje de acción ética en la dimensión planetaria y en defensa de la vida, debido a que la economía solidaria está al servicio del buen vivir. Trata de una visión y una práctica que reivindica la economía como medio –y no como fin– al servicio del desarrollo personal y comunitario, como instrumento que contribuya a la mejora de la calidad de vida de las personas y de su entorno social (Aszunke, 2007).

El vivir mejor de la lógica neoliberal, supone que muchos tienen que “vivir mal” para que unos pocos “vivan mejor”. El buen vivir es, en cambio, muchísimo más equitativo. En vez de propugnar el crecimiento continuo, busca lograr un sistema que esté en equilibrio. La relación con la psicología comunitaria y la educación popular dotan a esta experiencia de un espacio para reflexionar sobre la praxis económica. Las leyes de mercado actuales en palabras de Cruz (2002), no son resultado de una evolución humana natural, sino que fruto de la implantación masiva del neoliberalismo bajo la tutela de los medios de comunicación de masas, el estilo de vida individual y privado y la práctica económica de consumo no sustentable como eje ordenador de la vida social.

La red de economía social y solidaria de la Región del Maule, en conjunto con la ONG Surmaule y Casa de la Luna, se han propuesto reconstruir localmente prácticas económicas solidarias. Esta red conformada por aproximadamente 15 personas, cuenta con participación permanente de 30 a 40 colaboradores. Objetivos: Desnaturalizar y colectivizar las incomodidades y malestar generado por las prácticas económicas de mercado, Desarrollar acciones colectivas de promoción del buen vivir y prácticas económicas solidarias a nivel local. Metodología: Con un fuerte énfasis metodológico en la educación popular, algunas iniciativas locales desarrolladas desde el año 2012 hasta hoy son 5 ferias de economía solidaria que impulsan el buen vivir, dos ferias del trueque, un conversatorio de trueque y un encuentro de organizaciones por el buen vivir. Resultados y conclusiones:

Estas actividades se han implementado en vecindarios y en espacios céntricos de la ciudad. Sus principales resultados han sido visibilizar a nivel de la sociedad civil un espacio alternativo para el desarrollo de prácticas económicas solidarias, respetuosas con el medio ambiente y las personas. Promover un conjunto de valores y principios de equidad, solidaridad y sustentabilidad que permitan la reconstrucción de comunidades locales más justas.

Identidad y Permanencia. Estrategias de resistencia frente al olvido del modelo civilizatorio actual.

Martha Angélica Olivares Díaz, Universidad Autónoma de la Ciudad de México

En este trabajo se pretende vislumbrar formas de vida comunitaria que reproducen los pueblos originarios y migrantes que permanecen en las grandes ciudades como la Ciudad de México, así como la importancia de la construcción de identidades y subjetividades a partir de la reproducción y resistencia de la vida comunitaria expresada en uso de la tierra, fiestas religiosas y formas de organización social colectiva, basadas en la memoria histórica indígena de la cual una vez formaron parte, reinventándose hacia una identidad política y cultural que abre posibilidades de inclusión y diversidad en ciudades.

El tema de la identidad ha cobrado fuerza en nuestros días en dos aspectos esenciales, por un lado como objeto de reivindicación de una gran diversidad de sujetos sociales ante la crisis moderna y como objeto investigación desde hace algunas décadas en el campo de las Ciencias Sociales. En América Latina, numerosos estudios se han enfocado en los movimientos sociales y/o políticos –frecuentemente asociados a movimientos políticos de diversidad sexual o étnica, principalmente de grupos indígenas o de reivindicación identitaria– que recurren a una identidad patrimonial colocada en de manera subalterna, colonizada u orillera, con la perspectiva de reivindicar derechos fundados en el ser y la diferencia. Por ello, el objetivo de la investigación, fue dilucidar expresiones identitarias diversas y defensas territoriales históricas en las grandes ciudades, que durante mucho tiempo estuvieron invisibilizadas. El trabajo ha sido realizado en una investigación sobre identidades étnicas en las ciudades, bajo la metodología cualitativa y estudios de caso, en interacción participativa. Se trabajó con dos actores centrales, los migrantes indígenas y los pueblos originarios. Para este congreso se presentan resultados de expresiones identitarias diversas en la ciudad y sus formas de reinención, negociación y participación. De manera que el tema la relevancia del identitario se ubica dentro del contexto histórico-social en la larga historia de exclusiones que este sistema ha generado, pero sobre todo en la crisis de la condición humana o del sujeto, en donde se hace necesario y urgente de manera ética, poner la mirada al resurgimiento identitario, así como en la resistencia y la reivindicación desde abajo, (particularismos culturales y regionalistas) que posibilitarán construir un mundo más incluyente y diverso.

Identidades en Chiloé desde una perspectiva socio-cultural

Denise Oyarzun Gomez, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

La identidad está socialmente determinada (Alvesson, Ashcraft & Thomas, 2008; Cole 1999; Bruner, 2001), lo que significa que la percepción de las personas de sí mismas como miembros de grupos particulares influye en la forma en que se identifican. Los teóricos postulan a una conceptualización de la identidad

cultural como dinâmica, cambiante, e historicamente situada en un lugar (Adams & Markus, 2001; Okazaki et al., 2008). En Chile se observa una fragmentación de la identidad nacional, donde la mirada se ha situado a lo local y particular del territorio. El contexto de la Isla Grande de Chiloé, ubicada a 1186 kilómetros de la capital de Chile, se presenta como un espacio fértil para la explosión de identidades, entre procesos de fuertes tradicionalismos y la incorporación de elementos modernizadores, sumado a su larga historia de no integración al Estado nacional, por la tardía anexión al país en la época colonial. El carácter insular de la Isla no sólo se expresa en una condición geográfica, sino también como una frontera socio-cultural que se presenta como un escenario que ha favorecido la permanencia de unas condiciones contextuales de formas de vida típicas. El propósito de la investigación es comprender los significados identitarios de los chilotes de la ciudad de Castro. Para ello, se realizó un estudio de casos múltiples en base a un muestreo teórico (Glaser & Strauss, 1999) constituido por seis hombres y dos mujeres chilotes de edades entre los 42 a 82 años, que contaban con una participación activa en organizaciones comunitarias vinculadas las folklore, gastronomía y cultura local. Se utilizó la técnica de observación participante y entrevista abierta participantes para construir los significados identitarios. Los datos fueron analizados siguiendo los procedimientos de codificación de la grounded theory, con apoyo de Atlas ti. Los resultados dan cuenta de una relación que se estableció con Chile, desde un sentido histórico, que fue siempre distante y tomó la forma de una segunda colonización del Estado chileno a Chiloé, que no fue acogida en buenos términos por los chilotes. Sumado a las condiciones geográficas que sitúan a la Isla de Chiloé como un territorio independiente de Chile desde la perspectiva de los entrevistados. La colectividad chilota expresa su gran sentido de adscripción identitaria al considerarse primero chilotes y luego chilenos. Se menciona que los chilotes se diferencian de las otros chilenos por la especificidad de su estructura social, cultural, económica y territorial. Pero en particular porque en cada una de estas instancias se han preservado sus formas de vida chilotas tradicionales, modernas e híbridas. Lo anterior, implica la construcción de tres sistemas identitarios chilotes urbanos, rurales e híbridos. Los dos primeros mantienen relaciones de contrariedad y el sistema híbrido se articula en relaciones de complementariedad respecto de los anteriores. Se destaca que estos sistemas de significados identitarios no se presentan como algo ordenado y homogéneo, más bien, se muestran como las múltiples opciones de ser, hacer y querer en la cultura chilota.

Identities and Values. Project of Prevention of the Bullying

Ana Raluca Dumitrascu, University of Melbourne and Dulwich Centre, Carlos Alexis Chimpén López, Universidad de Extremadura

En esta ocasión queremos presentar los resultados de una intervención comunitaria utilizando las prácticas narrativas colectivas. Objetivos: los objetivos principales de nuestra intervención fueron crear el sentido de comunidad y ayudar a los adolescentes a rescatar las habilidades y valores que tienen para afrontar con éxito las situaciones de violencia. Como objetivos secundarios podemos destacar los siguientes: favorecer experiencias que incrementen la conexión de los adolescentes con sus familiares y con su herencia cultural, desarrollar una identidad asentada en sus valores para cambiar su relación con la

violência, utilizar lo aprendido con otras personas transformándoles en agentes activos para su comunidad. Metodología: Para llevar a cabo nuestra intervención utilizamos varios métodos 1. La deconstrucción consiste en la exploración de los efectos que tienen los discursos y las prácticas sociales dominantes en la vida de los adolescentes, a través del análisis dialógico/interpretativo. Situamos la violencia en el contexto de las concepciones familiares, sociales y culturales y analizamos el lenguaje, los modelos masculinos y femeninos y los falsos valores que transmite la publicidad. De esta forma, surge un cuestionamiento de asuntos que se han dado por sentado y que están, directa o indirectamente, sosteniendo la violencia. 2. El árbol de la vida es una de las prácticas narrativas colectivas desarrollada por Ncazelo Ncube, David Denborough y el Dulwich Centre Foundation (2008) para trabajar con niños y niñas sobrevivientes del genocidio de Rwanda. Se utiliza en intervenciones comunitarias con personas que han sufrido traumas o pérdidas significativas ya que consigue reducir los efectos negativos y resaltar las capacidades y los conocimientos de las personas, sin retraumatizar. 3. Elaboración de documentos terapéuticos El usar las dos metodologías mencionadas facilita la creación del contexto necesario para tender lazos con las personas significativas para los adolescentes El documento colectivo es la evidencia de este hecho. Implicando a los adolescentes de manera activa en su comunidad conseguimos "empoderarles", al hacer su propia contribución a la comunidad. Resultados: Las técnicas narrativas colectivas permiten crear un clima adecuado, un entorno seguro, para poder conversar sobre experiencias individuales o colectivas con la violencia y para rescatar la historia alternativa a la experiencia negativa. Conclusiones: Las prácticas narrativas colectivas se pueden utilizar con cualquier tipo de experiencia y tipo de población ya que no son técnicas especializadas en la problemática sino en el proceso, el curso de las conversaciones que se van construyendo de manera conjunta entre el terapeuta o facilitador y la comunidad. Son técnicas orientadas al futuro y son muy optimistas respecto al cambio, al centrarse siempre más en las habilidades, fortalezas y recursos que en la patología o en las distinciones diagnósticas rígidas. Todo esto favorece la realización de futuras intervenciones e investigaciones que consoliden los hallazgos encontrados.

Influencia del Autoconcepto y Apoyo Social sobre la Satisfacción con la Vida en Adolescentes

Denise Oyarzun Gomez, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso

El modelo basado en el desarrollo positivo de la adolescencia supone que una adecuada transición a la adultez requieren de algo más que la evitación de comportamientos de riesgo. El modelo adopta una perspectiva de bienestar, asume el principio de que las relaciones entre el individuo y su contexto constituyen la base de la conducta y el desarrollo personal; y expande el concepto de salud para incluir las competencias necesarias para tener éxito en la vida social, académica y profesional (Roth & Brooks-Gunn, 2003; Lerner, 2004). La investigación examinó la relación entre satisfacción con la vida, apoyo social y autoconcepto y el aporte relativo de estas dos variables a la satisfacción con la vida en una muestra de 1636 adolescentes entre 14 y 18 años de la Región de Valparaíso (Chile). Se utilizó Escala Multidimensional Breve de Satisfacción con la Vida para Estudiantes (Huebner, Seligson, Valois, & Suldo, 2006), la Escala de Apoyo Social Percibido de

Vaux et al. (1986) y la Escala de Autoconcepto AF5 de García y Musitu (1999). Los resultados obtenidos muestran que la satisfacción con la vida y el apoyo social están relacionados. Aunque no se puede señalar qué variable influye sobre la otra, se ha observado que los adolescentes asocian de forma significativa y positiva el apoyo social percibido tanto de la familia como de los pares con la satisfacción con la vida. De mayor a menor contribución a la satisfacción con la vida el orden es el siguiente: apoyo social global (N=1636; $r = .664$; $p = .000$), apoyo social de la familia (N=1636; $r = .613$; $p = .000$) y apoyo social de los pares (N=1636; $r = .416$; $p = .000$). El análisis de regresión lineal de la satisfacción con la vida como variable dependiente, autoconcepto y apoyo social como variables predictoras indican que modelo resultó significativo con $F(728) = 915.218$; $p = .000$; $R^2 .53$, vale decir, con ambas variables predictoras el modelo explicaría un 53% de la variabilidad de la satisfacción con la vida de los adolescentes. Los coeficientes de regresión tanto el autoconcepto ($\beta = .43$), como el apoyo social ($\beta = .37$), resultan altamente significativos, siendo el autoconcepto el predictor más importante de la satisfacción con la vida. Las implicancias de realizar esta investigación se relaciona con que estos constructos son conceptualizados como aspectos positivos de la salud mental. Dicha relación permite generar respuestas institucionales que no sólo posibiliten prevenir conductas problemáticas, sino también promover conductas positivas en este grupo etáreo. Se requiere investigación adicional destinada al desarrollo de las intervenciones pertinentes que permitan a los educadores y los profesionales de la salud mental para aumentar la satisfacción de vida entre los jóvenes. En la misma línea, Park (2004) propone que los constructos más relacionados con satisfacción con la vida deberían ser los primeros en incluirse en los programas de desarrollo positivo de los jóvenes; en este caso, los mismos constructos contribuirían a los dos objetivos mejorar el bienestar y reducir el riesgo de padecer un problema psicológico.

Procesos psicosociales y comunitarios tras el Terremoto del 5 de setiembre del 2012 en la Península de Nicoya, Guanacaste, Costa Rica

Ana Catalina Ramírez Vega, Universidad de Chile, Jimena Escalante Meza, Universidad de Costa Rica

La Escuela de Psicología de la Universidad de Costa Rica cuenta con un proyecto de Atención Psicosocial en situaciones de emergencias y desastres que funciona desde el año 1991, dentro del cual se tienen la Brigada de Atención Psicosocial en Emergencias y Desastres. El trabajo se realiza en el ámbito comunitario, dando apoyo a las comunidades y sus poblaciones afectadas, no sólo recibiendo intervención en crisis de primer orden, sino realizando procesos de capacitación y fortalecimiento de la organización comunitaria. Además en materia de prevención se tiene un Trabajo Comunal Universitarios: Gestión del riesgo en comunidades amenazadas del país, este nace en el año 2008, como un modo de aportar más al trabajo de prevención y preparación ante emergencias y desastres de distintas comunidades del país que se encuentran en situaciones de riesgo. En setiembre de 2012, tras el terremoto que afectó a la Península de Nicoya en Costa Rica, desde la Universidad de Costa Rica, específicamente desde la Escuela de Psicología y el Programa de información científica y tecnológica para prevenir y mitigar desastres de la Universidad de Costa Rica (PREVENTEC), se realiza una

intervención psicosocial para el acompañamiento, la recuperación psicoafectiva y la organización comunitaria en las comunidades del cantón de Santa Cruz y del distrito de Cóbano. A partir de dicho trabajo se detecta la necesidad de desarrollar una propuesta de trabajo psicosocial con las comunidades atendidas en el momento de la emergencia, para el fortalecimiento de las poblaciones, partiendo de la identificación y diagnóstico de las vulnerabilidades o “conjunto de factores de larga evolución que hacen a una comunidad más frágil ante las adversidades y que dificultan su desarrollo” (Pérez-Sales, 1998:7), y continuando con el desarrollo junto a la comunidad de planes de acción y capacidades, para superar la atención de la emergencia y centrarse en los procesos de fortalecimiento comunitario. En esta ponencia se presentan los resultados del diagnóstico psicosocial realizado en las comunidades de Marbella, Lagarto, San Juanillo y Ostional del cantón de Santa Cruz, a partir del cual se identifican las vulnerabilidades a las que se han enfrentado estas comunidades posterior al terremoto. Asimismo, se presentan las acciones que se han desarrollado desde el TCU para el fortalecimiento de la organización comunitaria. Para la realización de estas actividades se parte de una metodología participativa con un enfoque psicosocial y comunitario, lo cual ha permitido la facilitación de espacios de diálogo y reflexión con las poblaciones, sus visiones particulares de lo ocurrido durante y después del evento.

Esta ponencia busca hacer evidente los procesos psicosociales y comunitarios que se ponen en juego ante eventos de magnitud como un terremoto, de tal manera que se pueda visualizar el papel de la Psicología Comunitaria en estos procesos que las sociedades en todo el mundo vivencian; es por ello se ha escogido como Eje Temático 5: Ética en la dimensión planetaria y en defensa de la vida.

Representación social de violencia y estrategias de intervención comunitaria relacionadas con el poder

Alexander Alvarado Pineda, Universidad Minuto de Dios

La violencia es vista como fenómeno social y amenaza a la salud pública de todos los pueblos, ha sido estudiada y tratada desde distintos enfoques y distintas profesiones; sin embargo los resultados obtenidos de dichas experiencias al parecer no han sido suficientes para atinar una real solución que permita su efectiva prevención y re significación. En el Contexto Colombiano podemos observar este fenómeno cotidianamente, arraigado a la cultura y a sus manifestaciones; en medios de comunicación, en la calle, en el hogar, en planteles educativos, empresas, en el día a día de todos los sujetos; la violencia se manifiesta implícita o explícitamente, creando un marco de acción en el que la convivencia con este fenómeno genera fortalecimiento en procesos de habituación y naturalización, que permite la justificación y aceptación de dichas dinámicas. Es así, como cobra relevancia el hecho de complementar las estrategias de comprensión y acción, que permiten ampliar los discursos y aquellas dinámicas en las cuales se intente superar esta situación y brindar condiciones en las que la violencia contra cualquier sujeto, no se permita ni se justifique. El presente trabajo surge de la necesidad de comprender el concepto de violencia entendido por las instituciones e individuos que interactúan en el contexto Bogotano, entendiendo a su vez que son dichos individuos quienes construyen y hacen parte de comunidades dinámicas, relacionándose a su vez con estructuras de poder y concepciones del otro que pueden hacer parte de las pautas relacionadas con el fenómeno de la violencia.

Así mismo permite generar cuestionamientos y debate en torno a la defensa de la vida y el respeto por el otro, con el propósito de pensar estrategias que permitan aliviar el impacto de la violencia en distintos contextos y prevenir que dicho fenómeno siga ocurriendo afectando el bienestar de los implicados. Como referentes en este trabajo y debido a su relación teórico-práctica con la población y tema escogido, se han utilizado los postulados de Moscovici (1979) acerca de las representaciones sociales, Orlando Fals Borda en torno a su propuesta en I.A.P., Ignacio Martín Baro y Maritza Montero con su propuesta de empoderamiento y participación comunitaria.

Sentido de comunidad, fatalismo y participación en contextos de crisis socioeconómica

Pilar Moreno Jiménez, Universidad de Malaga

Presentamos un estudio que analiza la relación entre sentido de comunidad, fatalismo y participación en el contexto español de crisis socioeconómica. Además, se establecen las diferencias en sentido de comunidad según algunas variables socioeconómicas. Se distinguen dos tipos de participación: la comunitaria y la sociopolítica. La primera corresponde a comportamientos a nivel semiformal y no persigue un cambio social directo; la participación sociopolítica recoge conductas a nivel más formal para la consecución de un cambio determinado. Con una muestra de 759 personas habitantes en Málaga, España, los resultados muestran un nivel medio de sentido de comunidad, medio-bajo en fatalismo y unos niveles bajos de participación comunitaria y participación sociopolítica. Respecto a los factores estudiados relacionados con la situación socioeconómica, estos muestran diferencias significativas en las variables consideradas, especialmente para la clase social percibida y los ingresos mensuales. Ambos tipos de participación, correlacionan positivamente con sentido de comunidad y negativamente con fatalismo. Por lo tanto, sentirse parte de la comunidad lleva a participar en ella, ya sea a través de comportamientos comunitarios o de conductas que persigan la mejora o el cambio social. Pero la creencia de que el futuro ya está escrito y nada depende de nosotros, inhibe ambos tipos de participación. En resumen, todas las variables consideradas en el estudio tienen relación entre ellas; y tener una mayor vinculación con los miembros del barrio hace que se participe más tanto a un nivel comunitario como sociopolítico, y dicha participación supone que el sentimiento catastrofista y pensar que las cosas no dependen de uno mismo, disminuya. Los resultados muestran que la situación socioeconómica de los encuestados tiene incidencia respecto a las cuatro variables estudiadas. Pero ha de señalarse que, en el caso de la situación económica subjetiva (clase social percibida), no se muestran diferencias significativas respecto a las conductas participativas formal y conscientes; mientras que la situación económica objetiva (ingresos mensuales), no tiene efectos significativos en los lazos emocionales que el sujeto muestra con su comunidad. Asimismo, llama la atención que sean las personas con una situación económica más precaria las que participen menos y muestren niveles mayores de fatalismo, ya que a priori, aquellas personas con mayores necesidades deberían emprender acciones para la cambiar la situación, y sin embargo, son las que menos aportan y más se resignan. En un periodo de crisis como el actual, es esencial el rol que toman los ciudadanos como parte activa de un posible desarrollo económico, político y social. Por lo tanto, los resultados de este trabajo

son importantes desde el punto de vista del conocimiento y desde el punto de vista de la aplicabilidad, para que dicho progreso sea posible a través de que las diferentes políticas públicas persigan fomentar un rol activo de la ciudadanía. En definitiva, se trata de intervenir psicosocialmente para incentivar la participación y disminuir el sentimiento fatalista, para que cada sujeto sea protagonista de su vida y su comunidad.

Towards new meanings of community and new roles of Sense of Community in a context of multi culture

Irene Barbieri, University of Bologna

The actual debate on the meaning of "community" represents an important point to analyze the situation of the present society through the Community Psychology's perspective. The big changes starting since the 90s due to the globalization process emphasize aspects like economic differences, social and cultural diversity among people (Vasta, 2010). In particular, factors related to migration seem to be fundamental. The focus on the "multi culture" (mostly in western societies) allows us to emphasize this debate on "community" and "belongingness". From both the native and the migrant perspectives the meaning of community and its role could be changed during the last decades. What is community today? Is it still possible to talk about community and Sense of Community (SOC)? What is the role of SOC in the actual society? The principal aim is to analyze Sense of Community (SOC) (Sarason, 1974) in a context of multi culture as a tool to study and understand these changes. The present research is divided in two parts; the first part is constituted by an exploratory study to analyze the meaning of community, while the second part is constituted by a general model study and four parallel studies to analyze the role of SOC among four different ethnic groups (Albanians, Chinese, Moroccans and Italians). We focus our attention on a context of multi culture in an Italian city (Reggio Emilia): the Station Zone. Different focus and instruments were used in the first and second part: semi structured interview schedules and thematic analysis (Braun & Clarke, 2006) first. A questionnaire based on standardized scales and a mediation model through Macro Procedures (Hayes & Scharkow, 2013) in the second part. Results indicate different meanings of community: it is still important to consider the community as a significant aspect of people life and people identity (Ali & Sonn, 2010). Multiple ideas of community seem to be connected with their relational dimension more than the territorial one. The relevance of the physical space seems to be changed, while the role of the relational is important. Moreover, different meanings of community imply Multiple Sense of Community (MSOC) (Brodsky, 2009). Thus, the role of community and SOC are still important in the actual society. Among migrants, the role of MSOC seems to have a dual function for their wellbeing as it helps to maintain ties with their origins and their identity as foreigners (Fisher & Sonn, 1999; Sonn, 2002); but at the same time it helps to create a connection and an identification with the receiving culture and this is important for their wellbeing as it represents a potential aspect of social inclusion (except to Chinese). Furthermore, among natives the roles of the relational community and SOC are related to different results. Finally, it is possible to underline that community still has a key role today, but relational aspects seem to be more important than territorial. However, the role of the culture implies different results and practical implications.

Psicología Comunitaria de lo Cotidiano: potenciando la creación de alternativas a la violencia

Alejandra Astrid León Cedeño, Universidade Estadual de Londrina, Marisela Montenegro, Universidad Autónoma de Barcelona

La violencia de las sociedades capitalistas contemporáneas se presenta bajo múltiples formas que afectan principalmente los sectores periféricos de las grandes ciudades, pero que repercuten en el mundo entero. Los procesos cada vez más intensos de exclusión social, discriminación y segregación generan condiciones de vida sobre las cuales se erigen diferentes expresiones de violencia. Paralelamente, en diversos sectores populares han surgido experiencias comunitarias que pueden estar funcionando como alternativas a la violencia, pero que son poco estudiadas académicamente y casi invisibles en los grandes medios de comunicación. Con el objetivo de estudiar y potenciar estas formas de resistencia y creación, estamos acompañando experiencias culturales-ecológicas en comunidades populares de Brasil y Venezuela, a través de una Investigación-Acción Participativa adaptada a la cotidianidad de cada lugar. En el análisis de estas experiencias hemos encontrado indicios de que pueden ser iniciativas de prevención de varios tipos de violencia cuando abren espacios de integración de lo cultural con lo ambiental y lo subjetivo: espacios en que las más diferentes personas puedan caber en su singularidad, su necesidad o su vivencia de invisibilidad social. Estos espacios han sido propicios para podemos conectar con nosotros mismos/as, deparamos con lo que sentimos, con las heridas y marcas que nos dejó la violencia que sufrimos y que reproducimos en diversos niveles, muchas veces sin darnos cuenta: violencias de género, raza, edad, clase social; violencia física, emocional, sexual; violencia ligada al narcotráfico y a la admiración por las armas; violencia que ejercemos como profesionales con la mejor de las intenciones. Al conectarnos con esas experiencias, construimos caminos potentes para la generación de una ética de la convivencia que nos permita dejar de repetir esas vivencias y combatir procesos de opresión asociados a la vida contemporánea, muchas veces caldo de cultivo de la violencia urbana. Nuestra participación en este proceso está generando una propuesta teórico-metodológica denominada Psicología Comunitaria de lo Cotidiano, que busca estudiar y potenciar formas de resistencia y creación que fortalezcan subjetividades rebeldes, que no sean indiferentes al horror y que cuestionen, por lo tanto, la cotidianidad capitalista. En este sentido, hemos propuesto cinco principios que complementan principios teóricos de la psicología comunitaria, siendo éstos: "la contradicción somos nosotros" (que complementa el principio de unión entre teoría y práctica); "el derecho a la belleza" (que complementa la transformación social como meta); "los muros invisibles" (complementario al principio de poder y control en la comunidad); "potenciación a través del arte" (que complementa el principio de concientización); "centralidad de las

relaciones" (complementario al principio de socialización) y "ayudar sin estorbar" (que complementa la autogestión y participación). A través de estos conceptos y acciones de micro y medio alcance, el presente trabajo se encuentra entre aquellos que investigan la Multitud en América Latina, es decir, que buscan un mayor conocimiento respecto a la red de miles de pequeñas experiencias que, a pesar de parecer ínfimas, todos los días apuntan directamente al corazón del capitalismo contemporáneo, proponiendo la construcción cotidiana del sujeto social autogobernante.

Vulnerabilidades emergentes a partir del desplazamiento por desastres: Futaleufú en Chile y Nueva Cinchona en Costa Rica

Ana Catalina Ramírez Vega, Universidad de Chile

En cuanto al tema de los desastres, las investigaciones que se han realizado desde la psicología, generalmente, se inscriben en el momento propio de la emergencia o del evento natural, encontrándose un vacío en cuanto a los procesos psicosociales que deben enfrentar las poblaciones que debido a la declaratoria de inhabilitación de sus territorios deben reiniciar su vida en otra parte. Es así como, desde los estudios de personas desplazadas se sigue trabajando en cuanto al desplazamiento por violencia política, dejando de lado el caso de los que ocurren por eventos naturales o desastres. En este sentido, la discusión se centra en sí se deben incorporar a estas personas en la categoría de desplazados ambientales. Aún cuando se insiste en que se ha dado un cambio en cuanto a la forma de entender y de intervenir en desastres, a partir de la revisión de estudios se evidencia que continúa prevaleciendo un enfoque emergencista, en el cual las acciones se centran en la recuperación de la población afectada en aspectos materiales y económicos, dejándose de lado aspectos psicosociales. A partir de la declaración de inhabilitación de la ciudad de Chaitén en Chile provocada por la erupción del volcán del mismo nombre, y de la inhabilitación de Cinchona a partir del terremoto que afectó a Costa Rica en el año 2009, los habitantes de estas dos comunidades tuvieron que desplazarse. En esta ponencia se reporta una investigación cualitativa que exploró las vulnerabilidades emergentes de personas que se desplazaron de Chaitén a la comunidad Villa El Bosque en Futaleufú, en Chile, y de las personas que se desplazaron de Cinchona a Nueva Cinchona, en Costa Rica. Se realizaron 16 entrevistas en profundidad a hombres y mujeres. Mediante un análisis de contenido, se identificaron cuatro dimensiones emergentes de vulnerabilidad: ruptura del tejido social, cambios en las condiciones de vida, cambios en las condiciones de salud, desinformación e inseguridad. A partir de estos hallazgos y de los reportes internacionales de investigación e intervención en desastres, se discute el rol de ambos Estados en la atención de esta emergencia. Al respecto, se identifica un vacío en el abordaje integral de la intervención con personas que viven una experiencia de desplazamiento territorial forzado, ya que a pesar del cambio de paradigma en cuanto a la forma de entender y de intervenir en desastres, la experiencia de Chaitén principalmente tiende a confirmar que sigue prevaleciendo un enfoque emergencista en la atención de la población afectada (apoyo material y económico), dejándose de lado los aspectos psicosociales.

Can we pursue happiness without freedom, justice and social values?

Salvatore Di Martino, University Federico II

The theme of happiness and well-being has been currently addressed by a number of diverse disciplines such as anthropology (Thin 2012), psychology (Seligman, 2011; Diener, 2005) sociology (Veenhoven, 2010) philosophy (Haybron 2008), public health (Powers and Faden 2006), policy making (Bok 2010; McGillivray and Clarke, 2006), and economics (Layard, 2005; Frey and Stutzer 2002; Bruni and Zamagni 2004, 2007).

This extensive literature has focused on many important elements that account

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

for the well-lived life. However, some features of these phenomena have been quite overlooked. In particular, if we adopt a Critical and Community Psychology Perspective it appears that there are three important tenets, namely Context, Justice and Equity, and Values, Ethics and Morality, which do not figure prominently in many explanations of happiness and well-being. This oral contribution is aimed at investigating and presenting these three domains together as well as in their relationship with both happiness and well-being. The presentation will also highlight the feminist scholarship on the topic of social care and human well-being (Noddings, 1986, 2003; Ferber & Nelson 2003). As already shown elsewhere (Arcidiacono 2013; Di Martino, 2013), with reference to the already underway dialogue between psychology and economics on these topics (Dolan, Peasgood, and White, 2008; Kahneman, 2003), we intend to highlight in particular some novel contributions brought by Community Psychology, which are likely to upturn and hence invigorate our understanding of happiness and well-being (Prilleltensky, 2011, Orford, 2008). Specifically, by starting from a critique to the mainstream happiness/well-being-related theories and models – which in our view are unduly individualistic, or by contrast overly based on a macroeconomic perspective (Arcidiacono, Di Martino, Di Napoli, 2014), we intend to show: a) to what extent happiness and well-being are determined by contextual features – both in physical terms like environmental sustainability (Harré 2011; O'Brien, 2008; Ferrer-i-Carbonell, Gowdy, 2005) and socio-cultural and network-based relational aspects (Fowler, Christakis, 2008; Haller and Hadler, 2004; Prilleltensky & Prilleltensky, 2007) – b) influenced by the presence (or absence) of conditions accounting for freedom, justice and equality of resources and opportunities (Prilleltensky 2011, 2013; Nussbaum, 2011; Wilkinson and Pickett, 2010; Sen, 1999), and c) driven by social and value-based behaviours and outlooks (Annas, 1995; Sachs, 2013).

Community resilience in three low-income communities in Cape Town: Risk, protective factors and social action.

Abdulrazak Karriem, University of the Western Cape, Rashid Sayed Ahmed, University of South Africa

Introduction: South Africa is one of the most unequal countries in the world and low-income communities remain at risk for a number of negative outcomes. However, in spite of adversity, many communities display remarkable resilience. While there has been a greater accent on community resilience more recently, less is known about the relationship between community resilience and social action with the majority of the scholarship separating these processes. **Purpose:** The aim of the present study is to explore the relationship between community resilience and social action in two diverse low-income communities in South Africa. It explores the relationship between overcoming and transforming adversity and the extent to which social action can be framed as community resilience. **Method:** The current study draws on data from two different projects. Study one draws on data from a community based cervical cancer research project and study two draws on data from an intervention project with two communities housed in transitional residence areas. For study one focus group data from youth in the community was thematically analysed. The second project was a collaboration between members from two tertiary institutions and community organisations. **Results:** While the

results support resilience under conditions of adversity, the magnitude of risk in low-income contexts was strongly echoed by all participants. The most significant risk factors were poverty, violence (especially gender violence) and community dysfunction. A range of resilience factors emerged from the data. Personal agency, altruism, transforming high risk environments, and social mobilisation and social action were identified as some of the key resilience factors. There were however also many important differences between these communities. The politicized understanding of social inequality and the greater urgency for social action were two of the most important difference that emerged. What is less clear is the link between the differing social conditions, the differing nature of the two projects and demographic differences that may explain this variation. Conclusion: Further research is needed to explore some of the differences that emerged in these communities. It points to a complex relationship between resilience and social action as well as how different conditions shape these processes. It suggests that a community resilience framework may be a helpful way of conceptualizing various forms of social action.

Economy and planet: a blind spot for community psychology?

Mark Burton, University of Birmingham

Introduction and purpose: Conventional economics shares a number of characteristics with mainstream psychology: it emphasises the rational, autonomous, individual making choices; it ignores the wider context of ecology and society and the collective dimension, and its theories can be irrelevant to serious social and ecological problems. Mainstream economics has been criticised because its models did not predict the 2009 financial crash, its theory of money does not reflect the realities of 'fiat' or bank money creation, and because it relies on the assumption of endless exponential growth. But despite these criticisms from non-economists and dissident economists, the conventional model continues to dominate the field. Community psychology has been one response to the individualism, acontextualism and empiricism of mainstream psychology, but has not typically engaged with criticisms of the conventional economics with which it shares assumptions, nor with the economic dimension of community.

Today's complex of social, ecological and economic, ethical crises, are connected to the endless pursuit of economic growth in a global economy, underpinned by capital accumulation, expropriation and the burning of plentiful hydrocarbons. Critical responses to the damaging prioritisation of economic growth have emerged both in the academy, for example work on alternative measures of economic social well-being, and ecological economics) and from social movements, for example the décroissance / decrecimiento / degrowth and post-growth movements in the global North and the ecologically orientated social and solidarity economy, de-colonial / vivir bien and peasant movements of the global South. **Methodology:** in addition to a theoretical review I will reflect on my own experience as a scholar-activist promoting alternatives to the dominant economic growth / global competitiveness policy paradigm in the city and region of Manchester, England, and on the community psychological nature of this project. Issues to be explored include the dialectic between critique and engagement, tensions in social movement building and the relationships

between conceptualisation, participation, communication and practice. Results and conclusions: it will be argued that insights from community psychology can help articulate an alternative set of community-orientated values and provide conceptual and practical tools for counter-hegemonic social movements. However, the path from community psychology praxis to social movement praxis is not obvious, except in isolated cases where individuals like myself have dual identities in both spheres of activity.

Fair Trade and Beyond: Raising Awareness and Changing Attitudes and Behavior

Jana Sladkova and M. Shahjehan Khan, University of Massachusetts

Introduction: globalization has made our world infinitely smaller. As consumers we are more connected to the manufacturing process than we could have ever dreamed a mere 50 years ago. The social injustices of consumer goods and foods produced by people in sometimes inhumane conditions or in conditions that destroy the environment are clear now. Unfortunately, the majority of the consumers in the US are completely unaware of the ugly truths hidden in their T-shirts and cups of coffee. In our study we wanted to see if specific education about such issues for undergraduate students will change their knowledge, attitude, and possibly shopping behavior. Method: we recruited 30 male and female students from five different high-level Psychology seminars. One of these seminars, taught by Dr. Sladkova, focused on the inequalities between production and consumption, fair trade and other relevant issues and acted as our experimental group. The rest of the students from other seminars served as the control group as they were not exposed to any similar information. Participants took an online survey before the class began and after the class concluded. Results: after the administration of the first survey and in our preliminary data analysis, we noticed a low level of familiarity with our topics of interest among all students as was initially expected. This was particularly evident in some of the open-ended responses where students were asked to define terms such as fair trade or organic. To look at attitudes and hypothetical purchasing behaviors, we used a mixed ANOVA with timepoint (beginning vs. end of the semester) as the within-subjects variable, and class (fair-trade vs. other seminar) as the between-subjects variable. Originally, price and brand were leading in both groups. After the intervention, the control group leaned more towards price, which we deduced was due to end-of-semester budget constraints. Conversely, in the experimental seminar, fair trade shot up in importance to the detriment of price and brand. Organic preference stayed constant (low) in both groups. Discussion: as the semester progressed, the students in the experimental seminar were exposed to a large body of knowledge. In addition to the readings and assignments that are to be expected from any upper-level psychology course, they had visits from local community activists, state government officials involved in policy-making efforts, and even firsthand teleconferencing interactions with women working on a solar-powered fair trade coffee cooperative in Honduras. It seems that seminars like the one developed by one of the presenters can impact students' awareness and potentially their consumption behavior. This is important as more such educational activities should be pursued to educate the world youth in order to hopefully redirect their shopping behavior as well as caring about the people who make the products. In

the presentation we will discuss the content of the seminar closely as well as new research and applied activities we are pursuing on our campus.

Volunteerism and social resources: Who volunteers, who does not and why?

Elizabeth Kristjansson, University of Ottawa

Introduction. Volunteerism is about building community. It is vitally important: to individuals, organizations and communities, and for the overall social fabric of society. It enhances social cohesion in communities, nurtures generosity and reciprocity and can contribute to improved social, physical and mental health for volunteers. Volunteerism is also essential to the functioning of many non-profit organizations, especially in times of economic restraint. In the current climate of fiscal restraint and growing social gaps, it is increasingly important for organizations to attract and retain volunteers. The social resource theory of volunteerism postulates that participation in volunteer work necessitates social resources. Specifically, 'volunteerism is a productive activity that requires human capital' it is also work guided by ethics that implicates cultural capital, and a cooperative action and thus requires social capital. People with greater resources are more able and likely to volunteer and at higher intensity, while those with few resources may be less able to find and participate in meaningful voluntary activities.

Objectives. The goal of this paper is to use this theory to guide multivariate analyses on volunteerism. We also wish to better understand which demographic factors are related to volunteerism. Methods. Data is from the 2010 CGSVP, a Canadian national survey of pro-social participation among people over age 15. We performed logistic regression to predict the likelihood of volunteering and linear regression to predict number of hours volunteered. Following Choi, the analyses were structured according to the social resource theory of volunteerism. All analyses were performed with STATA and were weighted and bootstrapped. Results. Our analyses demonstrated that people with greater human capital (income and education) were more likely to volunteer and did so for more hours. Cultural capital was also important: people who regularly attended religious services and those whose parents had volunteered were more likely to volunteer and to contribute more hours. Furthermore, volunteering for altruistic reasons (use skills, contribute) was related to increased time given to volunteering.. Social capital was also important; those who were married and those who had been in the community for more than 10 years were more likely to volunteer and for more hours. Several demographic variables (being female, born in Canada and having children in the house) predicted higher rates and levels of volunteering, Those who spoke English at home were more likely to volunteer than those who spoke French and other languages. However, among volunteers, people who spoke other languages contributed more hours. Conclusion. The results of our analyses support social resource theory; they also raise interesting questions about why certain demographic groups volunteer more than others. Our analyses can provide evidence to guide and tailor outreach, including outreach to some people who may wish to volunteer, but don't often have the opportunity to do so. This is a question of social justice. However, it is important to understand that not everyone can or should volunteer. These issues will be discussed in the session.

4.5

Eixo Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida
Eje Ética en la Dimensión Planetaria y en Defensa de la Vida
Ethics in Global Dimension and in Life's Defense Axis

A Biopolítica e o discurso contemporâneo sobre ideais de beleza e saúde.

Aline Bruna Félix Leitão e Fernanda Ribeiro Rosário de Oliveira, Faculdade da Cidade do Salvador, Diego Solci Toloy, Faculdade Nobre de Feira de Santana

Com o surgimento da modernidade, o corpo humano passou a ser visto de forma diversa em relação a períodos históricos antecedentes, dado que podemos observar não só em decorrência das investigações anátomo-biológicas produzidas a partir dos séculos XVII-XVIII, mas também devido à produção de uma anátomo-política desse corpo. Se durante a Idade Média este foi palco da legitimação do poder soberano através de suplícios ou encarceramentos em Hospitais Gerais, a partir da ascensão da burguesia o corpo passou a ser tomado como fonte de riqueza, parte essencial para o trabalho nas fábricas, sendo submetido então a tecnologias disciplinares. Tornou-se dócil para tarefas mecânicas e adequado ao tempo necessário à utilização dessas tarefas. A partir dessas considerações, norteamos nossa pesquisa sobre uma interrogação proferida por Foucault em *Microfísica do Poder*: "De que corpo necessita a sociedade atual"? Atualmente esses corpos não somente tem função para o trabalho, mas também para o consumo da vida e de seus ideais de prolongamento, geralmente atrelados à aquisição de produtos relacionados à manutenção da saúde, beleza e ideais de bem estar social e qualidade de vida. Neste sentido, a biopolítica, que é uma interseção entre a Medicina e a Política, tem papel crucial nessas funções. As comunidades imersas nesse processo de indução, de produção de subjetividades, perderam o conhecimento acerca de suas necessidades reais, demandas atuais, e principalmente das soluções para essas demandas. Os poderes instituídos socialmente pelos experts (verdadeiras autoridades médicas) e sua ciência ditam o necessário a ser feito ou consumido, sem uma verdadeira interação com as comunidades. A Psicologia Comunitária envereda por caminhos de conhecimento e interação em comunidades e propõe que o profissional de psicologia seja um aliado destas em uma construção de autoanálise e autogestão. Tendo a ética como um direcionamento, problematizou-se a existência da autonomia dos corpos individual e social frente a uma realidade de assujeitamento de desejos destes à dominação de poderes instituídos socialmente. A partir dessas reflexões buscamos identificar qual seria o corpo necessário, estruturado em um campo de subjetividade livre, capaz de atender às demandas éticas, estéticas e políticas, condutoras de comportamentos individual e social adequados à superação das problemáticas vivenciadas. Investiga-se que caminhos podemos trilhar dentro da perspectiva do trabalho comunitário. Realizou-se para tanto uma revisão bibliográfica perpassada por autores como Michel Foucault, Gregório Barenblitt, Antônio Cavalcante Maia, Carmem Lúcia Soares, entre outros empenhados em analisar as relações de poder e seus efeitos em sociedade. Visualizou-se uma concordância entre visões relacionadas à condução dos corpos individual e social pelas ciências enquanto poderes instituídos socialmente e sua manutenção através de condutas sociais e de comportamentos adequados. Dessa forma, pudemos observar a construção das subjetividades ao longo da história e a importância da Psicologia neste contexto, pois se de um lado ela pode ser identificada como ponto de apoio para uma microfísica do poder em seu exercício de dominação, também podemos entendê-la como um lugar privilegiado para a crítica e produção de práticas inovadoras voltadas para a emancipação do sujeito e sua subjetividade.

A fotografia como instrumento de inserção social da infância na comunidade do Jacaré-AL.

Cláudio Jorge Gomes de Moraes, Ítala Camila Ferreira Simões, Izabelle Kristhien Silva de Araújo, Milena Santos de Cerqueira, Roseane Maria Rodrigues da Silva e Yuri Gabriel Rocha de Gusmão, Centro Universitário CESMAC

O presente trabalho aponta como objeto de estudo a fotografia como instrumento de mediação social na comunidade do Jacaré-AL, mais precisamente fotografia, memória e pertencimento, na pesquisa em Psicologia Social Comunitária e em Comunicação Social. O estudo da imagem nessas duas áreas tem sua importância necessária, uma vez que, será compreendida como uma linguagem que precisa ser interpretada no seu contexto de produção e recepção na tentativa de instituir novas práticas visuais e psicossociais da realidade. A presente pesquisa tem como necessidade instituir os discursos pela mediação fotográfica a partir da infância na comunidade do Jacaré-AL, por meio de uma reflexão psicossocial de modernização do litoral alagoano. Após divulgação e esclarecimentos dos objetivos propostos pelo projeto junto à comunidade do Jacaré-AL, foram realizadas oficinas de fotografia devidamente selecionadas a partir do eixo proposto pelo projeto. Também foram utilizadas imagens e discussões acerca das questões vivenciadas pelos sujeitos envolvidos com a comunidade. Num segundo momento os participantes do projeto receberam orientações quanto à consciência de serem sujeitos históricos e comunitários, identificação e pertinência dos grupos, bem como, discutir sobre como relacionar essa experiência com a fotografia a um propósito social comunicativo do grupo. Ou seja, relacionar fotografia e memória coletiva à multiplicidade da comunicação fotográfica pelo dispositivo do olhar psicossocial, que seria o de "re-construir" a comunidade a partir das suas múltiplas realidades – isso a partir dos encontros, por meio das imagens e do debate sobre fotografia, memória e pertencimento interpretados junto à comunidade. O impacto das transformações vivenciadas pela comunidade do Jacaré-AL acontece por meio da fotografia no que diz respeito às questões do cotidiano da comunidade e, assim, confrontar o discurso instituído e a realidade vivida pela comunidade em questão. No contexto dessa "lógica" de mediação entre fotografia, memória e pertencimento, a imagem pode ser vista como um instrumento social capaz de manifestar os dispositivos repressivos da modernidade sobre a comunidade do Jacaré-AL. A utilização da fotografia – na tentativa de potencializar a memória dos sujeitos envolvidos – pode despertar a atenção da comunidade, sinalizar as mudanças de comportamento, informando sobre a identidade e o contexto. A importância do trabalho é, sobretudo, poder chamar o sujeito pelo nome. Dessa forma, produzir uma resistência diante a uma sociabilidade do capital. No entanto, é preciso entender que, diariamente, a mídia caudatária do capitalismo nega a nossa condição humana. Assim, o materialismo dialético, que tem sua centralidade no trabalho desalienado e no sujeito histórico, precisa devolver, através da comunidade, a nossa condição humana. Entretanto, o trabalho tem como fundamento a ética para além do capital, na práxis que visa à emancipação humana com base na vivência comunitária.

4.5

Eixo Movimentos Sociais
Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

Da sociedade disciplinar à sociedade de controle: a produção de subjetividade e os novos tipos de servidão

Diego Solci Toloy, Jaciara Carneiro Rios Almeida e Suany Lima Carneiro Alves,
Faculdade Nobre de Feira de Santana

Nosso trabalho visa problematizar os interstícios que permitem conceber o sujeito que perpassa, inevitavelmente, pelas transformações no meio social. A disciplina, a partir do século XVIII até o início do século XX, possuía espaço e duração determinados, sendo individualizante e expandida pela configuração panóptica. O sujeito que adentrava as estruturas disciplinares nascentes ocupava um lugar concreto, exercia sua função, mas gozava de certa liberdade em meio à sociedade - possibilidade que se extingui com o advento do controle. O homem da disciplina exercia a produção de força, produtor contínuo de energia. Já nas sociedades de controle a duração do exercício de poder é constante e os espaços não são mais limitados por muros e grades. O confinamento não cabe mais na contemporaneidade. Podemos dizer que a mudança do Capitalismo de produção para o de sobre-produção exerce influencia primordial para que a sociedade de controle se configure como tal. O homem do controle vaga ondulatoriamente num contínuo e o biopoder permite a atuação do controle sobre os "corpos"/bancos de dados/números de forma muito mais sutil, discreta e não menos intensa. No meandro das irrupções que se encontram em voga, o sujeito e sua subjetividade se "anulam", são esquadrihados e dissolvidos pelo arsenal inescrupuloso da sociedade de controle. Os corpos encontram-se atravessados pela microfísica do poder, que os atinge numa perspectiva muito mais caleidoscópica do que, estritamente, física, e, assim, a servidão contemporânea se faz presente com toda a sua exuberância. Pretendemos dar visibilidade às artimanhas utilizadas pelas instituições para conseguir gerenciar a sociedade nesses fluxos contínuos de controle. Temos como objetivo analisar as modificações ocorridas entre a sociedade disciplinar a de controle e a subjetividade produzida frente a essa variação. Nosso trabalho se configura a partir de uma revisão bibliográfica das teorias da Psicologia – mais precisamente a Social e a Comunitária-, Sociologia e Filosofia. O sujeito da sociedade de controle pode ser considerado como um transeunte das ondulações; impregnado de incertezas e atravessado pelos saberes que ditam suas "ações" no campo institucional. Novos tipos de servidão atravessam a contemporaneidade com a delicadeza dos sorrisos e afetos. A Psicologia Comunitária abrange toda essa gama de sujeitos imersos na configuração da sociedade de controle. Cabe a nós dissipar a obscuridade do que parece estar tão à mostra. Fomos instigados por um estudo que se faz e desfaz ininterruptamente nas cartografias do tempo, o estudo da subjetividade do sujeito no campo social. Dessa maneira não é pertinente esgotar esse trabalho num ponto limitado de significações. Por conseguinte, encontra-se em aberto assim como os contínuos agenciamentos de uma usina de produção.

Educação Ambiental na Comunidade do Irurama

Andressa Barbosa Panassollo, Glória Fernanda Silva de Sousa, Jaily Vasconcelos da Silva e Katiane Soares Neves Ávila, Instituto Esperança de Ensino Superior, Vera Lucia Rodrigues Branco, Instituto Esperança de Ensino Superior

A partir de uma pesquisa intervencionista, com o objetivo de averiguar as necessidades dos moradores da comunidade de Irurama, em Santarém, Pará, realizada em abril de 2013, com 67 das 118 famílias, foram identificadas e tidas como prioridade ações voltadas para a educação ambiental de crianças. No segundo semestre do mesmo ano, foi dada continuidade ao trabalho com vinte e sete alunos da Escola Maria do Rosário Barbosa, com idade variando de quatro a doze anos de idade. Os acadêmicos do curso de Psicologia, com o objetivo de sensibilizar e envolver as crianças no cuidado com o ambiente, realizaram, em parceria com os professores da escola e os alunos, diversas atividades voltadas para a educação ambiental. Na primeira intervenção foram utilizadas historinhas relacionadas ao cuidado com o planeta, a água e como manter o ambiente escolar bem cuidado. Na segunda intervenção utilizou-se como metodologia o teatro com fantoches, a fim de levar conhecimento em relação ao cultivo das árvores e as crianças plantaram mudas de plantas nativas na escola e no entorno da comunidade. Teve-se a participação de um técnico da EMATER-PARÁ que além de fornecer as mudas (açai, cupuaçu e andiroba) ensinou a maneira adequada de como plantar e cuidar das árvores. Na terceira intervenção a atividade realizada foi voltada para a confecção de brinquedos com material reciclável, no qual os próprios alunos tiveram a oportunidade de aprender a confeccionar o brinquedo desejado, tendo como facilitadores os próprios acadêmicos, tornando a manhã alegre e produtiva não apenas para eles, mas para as acadêmicas e professores da escola. Na quarta intervenção, os alunos desenharam e pintaram tudo o que haviam aprendido nas intervenções anteriores. As visitas semanais foram encerradas com uma confraternização, tendo a participação das crianças, das famílias, professores da escola e acadêmicos e professores do curso de psicologia. Neste encontro os alunos puderam mostrar os resultados do aprendizado com uma dramatização da peça "Água", um Coral com músicas tendo como tema o cuidado com o planeta a exposição dos brinquedos feitos com materiais reciclados. A atividade na comunidade de Irurama encerrou-se com um coquetel onde a comunidade colaborou com iguarias regionais e houveram depoimentos e agradecimentos dos professores e representante dos alunos da Escola Maria do Rosário Barbosa, de como a intervenção além de despertar o interesse e desenvolver habilidades nas crianças, teve como resultado um ambiente mais limpo e bem cuidado. A Psicologia Comunitária utilizando-se de métodos e processos de sensibilização, trabalhando em parceria com os grupos de uma comunidade, contribui para que estes assumam progressivamente seu papel de sujeitos de sua própria história, sensibilizando-os da sua real situação e incentivando-os na busca de soluções para os problemas enfrentados.

4.5

Eixo Movimentos Sociais
Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

O resgate da memória histórica nos processos de conscientização: contribuições da Psicologia da Libertação para a Psicologia Comunitária.

Elívia Camurça Cidade, Universidade Estadual do Ceará, Francisco Gildo da Silva Duarte, Marlla Rúbya Ferreira Paiva, Paloma Carvalho Alves, Poliana Silveira Fonteles e Vicente Abdias Fernandes, Faculdade Luciano Feijão

A Psicologia da Libertação, desenvolvida tendo como fundamento as ideias de Ignacio Martín-Baró, apresenta-se como saber psicológico contextualizado e histórico, comprometido com as classes marginalizadas, capaz de formular conhecimentos ampliados sobre as causas de perpetuação do sofrimento psíquico. O objetivo deste trabalho consiste em relacionar uma das tarefas elencadas por Martín-Baró para os psicólogos atuantes na América Latina, que é o resgate da memória histórica como caminho para o processo de conscientização, destacando sua relevância para os processos interventivos em psicologia comunitária. Esta proposta de investigação é coerente com o eixo a que se propõe, posto que o resgate histórico dos fenômenos afirma o compromisso da psicologia comunitária com a defesa da vida, da justiça social e da elaboração de caminhos de autonomia coletiva e individual. Utilizamos o método de investigação bibliográfica, em que nos debruçamos nas produções científicas que abordavam as temáticas da Psicologia Comunitária e da Psicologia da Libertação. O resgate da memória histórica nos processos de conscientização é um conteúdo trazido por Martín-Baró, sendo um movimento que conduz para superação do presentismo, para a recuperação das raízes históricas e para a desnaturalização dos fenômenos. Nesse sentido, a conscientização permite a reconstrução dos fatos passados, o vislumbre das causas reais das condições atuais de vida, fugindo de explicações divinas ou da concepção de algo como eterno e imutável. A realidade passa, então, a ser vista como algo que não é dado, não acabado, não natural, nem fruto de algo sobrenatural, mas sim oriunda de uma construção histórica, composta por fenômenos palpáveis e passíveis de transformações por meio da ação humana. Cabe aos psicólogos e essencialmente ao psicólogo comunitário buscar subsídios para uma formação humana e integral, buscando compreender a história de seu povo, colocando o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos. Ao realizarmos esse estudo acreditamos que a psicologia comunitária, que sofre influência de Martín-Baró, pode fornecer subsídios para uma formação humana e integral, buscando compreender o quefazer (quehacer) psicológico como caminho de desideologização coletiva e histórica. Agradecimentos à Coordenadoria de Pesquisa da Faculdade Luciano Feijão (Sobral-CE).

Os impactos da implantação de um empreendimento hidrelétrico nas redes sociais significativas de agricultores familiares atingidos

Alisson Maurício Monteiro e Márcia Luíza Pit Dal Magro, Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

Introdução: A matriz energética brasileira é baseada principalmente na hidroeletricidade, modelo que está em franca expansão por meio da construção de novas Usinas Hidrelétricas pelo país. Esses empreendimentos produzem diversos impactos sociais e ambientais que ainda precisam ser melhor compreendidos, a fim de dimensionar os riscos e ações mitigadoras para as populações atingidas. Localizado entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o rio Uruguai apresenta grande potencial hídrico, atraindo vários empreendimentos no segmento hidroenergético, sendo o mais recente a UHE Foz do Chapecó, que atingiu treze municípios e uma população de aproximadamente 2.500 famílias. Esse estudo está vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo intitulado "Impactos Sócio-ambientais da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó", financiado com recurso da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC. Objetivo: Compreender os impactos da implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó nas redes sociais significativas dos agricultores atingidos pelo empreendimento. Metodologia: Foi realizada pesquisa qualitativa, sendo entrevistados 10 agricultores familiares que permaneceram na comunidade atingida após a implantação do empreendimento hidrelétrico. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se o mapa de rede proposto por Sluzki (1997), que abrange a sistematização gráfica de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas. No estudo em questão, foram elaborados dois mapas de rede referentes, respectivamente, ao antes e depois da implantação do empreendimento hidrelétrico, possibilitando elementos comparativos acerca da composição e características das redes sociais significativas dos sujeitos pesquisados. As informações foram analisadas com base na Teoria fundamentada nos Dados. Resultados: O mapeamento da rede social significativa dos agricultores familiares atingidos pela hidrelétrica tornou visível os impactos na constituição e dinâmica das relações a partir da implantação do empreendimento. Entre estes, destacam-se o esvaziamento social da comunidade, redução das pessoas significativas e conseqüente enfraquecimento da rede social significativa dos agricultores com mudanças nos modos de vida dessa população. Tais impactos decorrem principalmente do processo de migração compulsória da população atingida. Também destaca-se que ocorreram mudanças nas funções da rede social significativa, com a reconfiguração das relações, sendo que pessoas anteriormente coadjuvantes na rede social dos agricultores passaram a ser mais significativas, já as pessoas anteriormente mais significativas passaram, devido ao distanciamento físico, a desempenhar menos funções na rede, reduzindo a intimidade da relação. Os resultados também apontaram para uma ligação entre o enfraquecimento da rede social significativa e a fragilização da saúde dos agricultores, através de problemas ligados ao estresse e à depressão. Conclusões: O estudo realizado indica que a implantação dos empreendimentos hidrelétricos produz importantes transformações, inclusive no contexto das relações interpessoais da população atingida. Nesse sentido, os estudos para construção desses empreendimentos precisam considerar esses impactos sociais e planejar ações mitigadoras. A partir

4.5

Eixo Movimentos Sociais
Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

disso, consideramos que a implicação da psicologia comunitária nos contextos impactados pela implantação de empreendimentos hidrelétricos se faz pertinente. Isso porque o psicólogo tem a possibilidade de utilizar seus conhecimentos científicos de forma crítica e contextualizada possibilitando novos olhares sobre estes empreendimentos, a partir de metodologias de pesquisa e intervenção eticamente pautadas.

Projeto Gestão Social nas Escolas: Favorecendo o Protagonismo Juvenil em Juazeiro do Norte (CE)

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins, Faculdade Leão Sampaio, Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar, Universidade Federal do Cariri

O Projeto Gestão Social nas Escolas - PGSE vem realizando suas atividades desde o início de 2011, tendo como público-alvo jovens de escolas públicas estaduais do município de Juazeiro do Norte-CE. O projeto nasceu com o objetivo de promover o protagonismo juvenil e estimular a criação de empreendimentos sociais voltados para a sustentabilidade econômica e ambiental. Desse modo, a proposta do PGSE é a de fomentar espaços prático-reflexivos com a finalidade de fortalecer o processo de protagonismo de juvenil. Para isso, são utilizadas metodologias grupais, dinâmicas de grupo, rodas de conversas, jogos cooperativos e capacitações em Gestão Social e Economia Solidária. As ações acontecem no espaço escolar, com alunos do primeiro ano do Ensino Médio de duas escolas públicas da cidade de Juazeiro do Norte-CE, e são divididas em 3 fases: 1) sensibilização dos alunos acerca de temas como empreendedorismo, cooperação e protagonismo; 2) elaboração de projetos de intervenção social e 3) incubação dos empreendimentos sociais juvenis. O objetivo dessas ações é o de sensibilizar os jovens a se perceberem, e as suas comunidades, identificando demandas e soluções concretas para os problemas cotidianos, estabelecendo-os como atores modificadores de suas realidades. Essa experiência, até agora, demonstrou que um maior investimento na juventude pode gerar o desenvolvimento de habilidades que não são normalmente estimuladas como, por exemplo, o uso adequado da fala e o sentimento de pertencimento territorial. Jovens que antes não se expressavam, hoje discutem abertamente os temas propostos e todas as decisões são tomadas em grupo. Além disso, através do processo de pensar soluções para sua comunidade, os jovens desenvolveram um sentimento mútuo de pertencimento e responsabilidade com relação ao território em que vivem e onde a escola está localizada. Esperamos, com esta iniciativa que os jovens estabeleçam nos seus espaços uma governança pautada na cidadania deliberativa, quando o bem-comum é o viés para as tomadas de decisão. A equipe do PGSE é composta por psicólogos, sociólogos e estudantes de Administração Pública, Psicologia e de Direito e age como o agente externo que dá suporte as ações desenvolvidas pelos jovens, utilizando a autogestão como estratégia de atuação; favorecendo a promoção do desenvolvimento comunitário.

Epidemiología Territorial Participativa: derecho a la salud en las comunas 3 y 4 de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Graciela Zaldúa, María Malena Lenta e Roxana Gabriela Longo, Universidad de Buenos Aires, María Belén Sopransi, Facultad de Psicología UBA

La elucidación de dimensiones participativas y dialogales, como el compromiso con la transformación de contextos socioeconómicos, ecológicos, simbólicos y subjetivos permite abordar a la salud como un campo de confluencia e intersección de sentidos, prácticas y saberes de diferentes actores sociales en territorios particulares. Desde este marco se desarrolla el proyecto de investigación UBACyT "Epidemiología territorial participativa y derecho a la salud. Exigibilidad y justiciabilidad en la zona sur de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA)", cuyos objetivos son: 1) Caracterizar procesos subjetivos y colectivos de reflexividad así como prácticas instituyentes de exigibilidad y justiciabilidad en salud comunitaria de las comunas de la zona sur de la CABA. 2) Co-construir dispositivos y registros de los procesos promocionales y de vulnerabilización del derecho a la salud. Esta presentación refiere a un primer momento de co-construcción de necesidades, demandas, problemas y prioridades en el campo de salud en las Comunas 3 y 4, desde las narrativas de las/os actores sociales (efectores y usuarios/as de instituciones públicas, y participantes de organizaciones sociales).

El enfoque de la Psicología Crítica aporta una mirada reflexiva sobre las dimensiones simbólicas e históricas de la realidad social que posibilita la construcción de significados compartidos por los grupos sociales. La comprensión del lenguaje y la cultura como productores de dimensiones simbólicas y reales en un campo sociohistórico, permite construir nexos con la Epidemiología Territorial Participativa como herramientas para el abordaje de las problemáticas psicosociales en salud, desde una mirada georreferenciada

Desde un enfoque cualitativo, se desarrolló una Investigación Acción Participativa donde se analizaron narrativas de las y los actores sociales: usuarias/os, efectores y participantes de organizaciones sociales para visibilizar la relación entre la salud, el territorio, la comunidad y las relaciones de poder/dominación que son estructurantes de situaciones y potencialidades. Se triangularon fuentes e instrumentos. Éstos fueron: entrevistas, grupos focales, observación participante, grilla de relevamiento documental y registros de sistematización. Entre los resultados se observó la presencia de problemas como la discriminación al diferente, el racismo, el hábitat precario, el maltrato, los excesos y consumos problemáticos de sustancias, visibilizados como formas de la violencia social que forman parte de la configuración actual de los territorios urbanos, que deben leerse también en clave de género. Lo urbano se vuelve un analizador social que devela la precariedad de los lazos sociales, la construcción simbólica del diferente como un otro problemático – peligroso, despojado de garantías de derechos o con una ciudadanía parcial. Por otra parte, la configuración de redes y nodos por participantes de dispositivos de la sociedad civil y el estado, en ambas comunas, muestran procesos de resistencia y organización que potencian prácticas subjetivantes y de lazo social.

La comprensión de las formas actuales que adquiere el padecimiento subjetivo, singular y colectivo, requiere interrogar las lógicas multiculturales hegemónicas de vulneración de derechos y las teorías cristalizadas que alienan las prácticas. El

4.5

Eixo Movimentos Sociais
Eje Movimientos Sociales/Axis Social Movements

desafío es potenciar redes institucionales, gestiones democráticas y participativas, conjuntamente con la reflexividad crítica propia de la praxis.

Does Ethnic Identity Matter?: The Relationship between Racial/ Ethnic-Based Discrimination and Mental Health among Latino Adults in the United States

Shanika Lanae Blanton, University of Illinois at Chicago

Introduction: past work finds that discrimination is not a foreign social phenomenon among Latinos in the United States (U.S.; Perez et al., 2008), and experiences of racial/ethnic discrimination can threaten their mental health (Alegria et al., 2007).. Moreover, prior studies find that ethnic identity buffers the stress of racial/ethnic discrimination among Latino youth (Romero et al., 2003). Surprisingly, few studies have examined the role of racial/ethnic-based discrimination among Latino adults, or assessed the potential protective role that ethnic identity may have on mental health outcomes among this population. Moreover, although previous research with Latinos reveals variations in levels of perceived discrimination by social group membership, few studies have examined whether discrimination and ethnic identity have the same effects across different Latino groups. The purpose of this study is to: (a) investigate if racial/ethnic discrimination is associated with psychological distress; and (b) examine whether ethnic identity buffers or exacerbates the effects of racial/ethnic-based discrimination on mental health outcomes among Latinos. Further, given that Latinos of different ethnic groups sometimes experience different racialization processes in the U.S., we will explore whether ethnic group membership also moderates the discrimination-mental health relation. Method: data comes from the Latino subsample (N= 2,554) of the National Latino and Asian American Study, nationally-representative study of adults (ages 18 and over) from the U.S. We include measures of racial/ethnic discrimination, ethnic identity, and mental health outcomes (psychological distress, past-year major depression and generalized anxiety disorder). Proposed Analyses and Hypotheses: we will use weighted linear and logistic regression analysis (for continuous and binary outcomes, respectively) to examine the relationship between discrimination and mental health, controlling for sociodemographic factors. We will test for moderation by including interactions for racial/ethnic discrimination x ethnic identity by outcome. Further, exploratory analyses will examine moderation for ethnic subgroup by including a three-way interaction (racial/ethnic discrimination x ethnic identity x Latino subgroup). We hypothesize that racial/ethnic discrimination will be associated with poorer mental health. Yet we expect that ethnic identity will moderate these relations, such that in the context of reporting of racial/ethnic discrimination, stronger ethnic identification will be protective against poor mental health outcomes. Lastly, although exploratory, we expect that these effects will differ by Latino subgroup. Conclusions: discrimination adversely impacts racial/ethnic minority groups in many ways. Studies such as ours focus on the growing importance of understanding the role of social marginality as it relates to the mental health of the largest ethnic minority group in the U.S. It is the role of research in Community Psychology to concern itself with the contexts that put already marginalized groups at higher risk for poor psychological functioning, as well as that aim to identify those factors that might reduce adverse outcomes. Therefore, this study relates

to the conference theme because it seeks to understand the role of ethnic/racial identity as a potential buffer against social injustice in the struggle for liberation of underrepresented ethnic groups in the U.S. This research has implications for policy and interventions that promote positive psychological functioning among Latino populations.

Intercultural challenges to create trust and share mutual respect among non-native researchers and native population

Caroline Ouellet and Francois Lauzier-Jobin, Université du Québec à Montréal,
Floryana Víquez Porras, Universidad de Costa Rica

Introduction: Illnesses are at higher rates in aboriginal communities than in the general population. Changes in lifestyles may contribute to this situation notably by involving a transition away from traditional foods in favour of commercially prepared foods, along with a greater reliance on motor vehicles and a consequent decrease in physical activity. But one main reason for higher illness rates is the cultural resistance of aboriginals to contemporary health care. Objectives: In order to elaborate a model to promote access to traditional medicines (TM), scientific literature and grey literature are used to define first nations' barriers and facilitators to the use of traditional medicines and allopathic medicines in their communities. An implementation plan will be proposed and evaluated. But one main challenge is the intercultural approach between non-native researchers and natives. Methods: Before collecting data, native people expressed some important requests. One example is the consult, consent, consensus ethical process that can be linked with qualitative transparency. Another request is the participatory action of natives as co-researchers. Non-native researchers will be quartered with a family to learn about rhythms and values belonging to the community. Once accepted, the non-native researcher would be invited to make his collect with his co-researchers. Every request was intended to build trust and respect among the population. The intercultural challenges stay a major issue while designing and creating research, present in each step, the researchers must be aware of it. The review of relevant models enables a critical analysis based on pertinence for the concerned population. 1. Using a Two-Eyed Seeing approach based upon a participatory-action research project involving Aboriginal/Non-Aboriginal consultation. 2. Using consensual approaches among study participants, we will identify locally relevant solutions to develop stepwise strategies to enable the safe delivery of Aboriginal TM in a culturally and socially respectful manner. 3. We will explore and analyze issues related to the development and implementation of a toolbox to identify key components that can promote their adaptability, transferability and scalability for the benefit of other Aboriginal communities. The toolbox will be presented in focus groups (sharing circles) composed of health workers, healers and elders of First Nations as well as users and non-users of traditional / contemporary health care. Results and discussion: The toolbox will be implemented in a native village to test its feasibility. The results will empower the communities by being more independent and involved in their choice. The project will promote awareness of communities and will identify the best solutions for them and by them. It will contribute to the sustainability of knowledge in addition to the recognition of traditional medicines in communities and outside communities. Conclusion: Finally, the knowledge generated will help to position

the potential role of traditional native medicine in the modern healthcare system in order to reduce health inequities among vulnerable populations. As they requested, Natives will have the best of both worlds by developing strategies to provide safe and culturally appropriate access to aboriginal traditional medicines in the contemporary primary health care system.